



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX - SUP. AO Nº 82 QUARTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

MENSAGEM Nº 6/2015-CN

(MENSAGEM Nº 181/2015, NA ORIGEM)

Encaminha, em cumprimento ao art. 15 da Lei nº 12.593, de 2012,
o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2014

PROGRAMAS TEMÁTICOS
Programas Sociais

VOLUME II / TOMO I

BRÁSÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24 Líder Humberto Costa - PT ^(22,28) Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾ Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾ Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42) Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)	Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21 Líder do PMDB - 17 Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾ Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17 Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾ Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾ Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾ Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾ Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾ Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25) Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27) Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾ Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)	Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II
PROGRAMAS TEMÁTICOS
Tomo I - Programas Sociais



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II
PROGRAMAS TEMÁTICOS
Tomo I - Programas Sociais

Brasília - DF
2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO-BASE 2014

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTROS:

Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União

Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil

Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria-Geral da União

Valdir Moysés Simão

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Kátia Regina de Abreu

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministra de Estado da Cultura

Juca Ferreira

Ministro de Estado da Defesa

Jacques Wagner

Ministro de Estado da Educação

Renato Janine Ribeiro

Ministro de Estado da Fazenda

Joaquim Levy

Ministro de Estado da Integração Nacional – Interino

Gilberto Magalhães Occhi

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Martins Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Helder Barbalho

Ministro de Estado da Previdência Social

Carlos Eduardo Gabas

Ministro de Estado da Saúde

Ademar Arthur Chioro dos Reis

Ministro de Estado das Cidades

Gilberto Kassab

Ministro de Estado das Comunicações

Ricardo Berzoini

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Embaixador Mauro Luiz Lecker Vieira

Ministro de Estado de Minas e Energia

Carlos Eduardo de Souza Braga

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Patrus Ananias de Sousa

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Armando Monteiro Neto

Ministro de Estado do Esporte
George Hilton dos Santos Cecílio

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Henrique Eduardo Lyra Alves

Ministro de Estado dos Transportes
Antônio Carlos Rodrigues

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – Interino
Roberto Mangabeira Unger

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Eliseu Padilha

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Nilma Lino Gomes

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
Edinho Araújo

Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Edinho Silva

Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Miguel Rosseto

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO-BASE 2014

CC-BY-NC Creative Commons 2015 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Os endereços nos quais se encontram o original são:

<http://www.planejamento.gov.br>,

<http://bibspi.planejamento.gov.br> e

<http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br>.

Impresso no Brasil.

Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Gilson Alceu Bittencourt

Diretores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

André Arantes Luciano

Bráulio Santiago Cerqueira

Débora Nogueira Beserra

Jorge Abrahão de Castro

Rodolfo Osorio de Oliveira

Projeto gráfico

Roberto Tavares Walkowicz

Jucildo Augusto da Silva Lima

B823r

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Relatório anual de avaliação do PPA 2012-2015: ano-base 2014 /
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de
Planejamento e Investimento Estratégicos. -- Brasília: MP, 2015.
2v.: il.

Conteúdo: v.1 – Dimensão estratégica v.2 – Programas Temáticos
1. Plano Plurianual - avaliação 2. Políticas Públicas I. Título

CDU 338.26"2012/2015"(81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL.....	9
INTRODUÇÃO	11
PROGRAMAS SOCIAIS	13
2061 - PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	15
2071 - TRABALHO, EMPREGO E RENDA.....	34
2015 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	51
2037 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	101
2019 - BOLSA FAMÍLIA	124
2069 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	136
2060 - COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE CRACK, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	170
2070 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	185
2020 - CIDADANIA E JUSTIÇA.....	281
2064 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.....	349
2062 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	371
2044 - AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE	405
2016 - POLÍTICA PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA	439
2034 - ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	500
2063 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	525
2065 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS.....	539
2030 - EDUCAÇÃO BÁSICA.....	592
2031 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	615
2032 - EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	623
2027 - CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	635
2035 - ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS.....	677
 ANEXO - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS	 695

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o **Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012 – 2015**, ano-base 2014, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012–2015, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Com o objetivo de facilitar a leitura, este Relatório está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado à Avaliação dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA (Volume I) compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia e desenvolvimento inclusivo, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção e promoção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende a Avaliação dos Programas Temáticos do PPA, é organizado fundamentalmente a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2014. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa. Este volume apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I – Programas Sociais; II – Programas de Infraestrutura; III – Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV – Programas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nelas retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas ainda neste último ano de implementação do PPA 2012–2015, bem como extrair aprendizados que orientem a elaboração e implementação do PPA 2016–2019.

Boa leitura!

Nelson Barbosa
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente volume (Volume II) do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2012-2015, ano-base 2014, é dedicado à avaliação dos 65 Programas Temáticos que compõem o Plano e está organizado em 4 tomos:

TOMO I - Programas Sociais;

TOMO II - Programas de Infraestrutura;

TOMO III - Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental;

TOMO IV - Programas de Soberania, Território e Gestão.

A avaliação anual dos Programas Temáticos do Plano Plurianual 2012-2015 alinha-se ao processo de monitoramento centrado nos principais atributos do Plano. Como atividade contínua, o monitoramento temático aprimora o entendimento sobre o estágio de implementação das políticas públicas declaradas no PPA, contribuindo para a tomada de decisões na Administração Pública Federal. Desse modo, a gestão do Plano é exercício ativo de melhoria da atuação governamental.

Por outro lado, ao realizar a organização e registro de informações relativas à gestão do Plano, este Relatório possibilita a geração de conhecimento compartilhado, primordial para viabilizar a participação social no seu monitoramento.

Ao explicitar as principais realizações dos programas, esta parte do Relatório de Avaliação fornece os fundamentos para os resultados apresentados na avaliação da dimensão estratégica (Volume I do Relatório de Avaliação), uma vez que o conjunto dos programas temáticos – e das políticas públicas que eles incluem – é a expressão concreta da ação do Governo Federal que traduz de maneira operacional o modelo de desenvolvimento em curso no país.

Da mesma forma, o conjunto de informações disponibilizado neste documento enseja reflexões acerca dos desafios da operação do Estado, principalmente no que se refere à articulação e cooperação interinstitucional e ao fortalecimento do diálogo federativo. Essas questões são pontos estruturantes do modelo de planejamento que se adotou a partir das inovações introduzidas pelo PPA 2012-2015, com o fortalecimento do seu componente estratégico, participativo e territorial.

Para cada Programa Temático, apresenta-se a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira de todas as ações orçamentárias vinculadas às iniciativas. Com a análise situacional de cada Objetivo e Meta, o Governo promove a transparência do conjunto de ações realizadas e previstas no âmbito do PPA para alcançar os resultados almejados pela sociedade brasileira. Assim, espera-se qualificar ainda mais o diálogo do Governo Federal com a sociedade, Congresso Nacional e demais entes federados na construção de um País com mais desenvolvimento, mais igualdade e mais participação.

Boa leitura!

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 ANO-BASE 2014

**VOLUME II - PROGRAMAS TEMÁTICOS
TOMO I - PROGRAMAS SOCIAIS**



PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Equilíbrio Atuarial do(s) Plano(s) de Previdência do Regime Próprio de Previdência Social da União em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-26,72	31/03/2014	-21,59
Equilíbrio Atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados e Distrito Federal em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-33,16	02/01/2015	-53,16
Equilíbrio Atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-7,44	02/01/2015	-10,54
Índice de Cobertura da Previdência Complementar	%	31/12/2012	43,46	20/01/2015	41,91
Índice de Resolutividade (IRES)	%	31/01/2011	52,26	10/01/2015	61,94
Índice de solvência das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	1,21	16/04/2015	1,07
Necessidade de financiamento do Regime Geral, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,17	31/01/2014	1
Taxa de ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	16,35	16/04/2015	12,75
Taxa de ativos totais dos Fundos dos Regimes Próprios dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,4	23/01/2015	3,6
Taxa de cobertura previdenciária	%	31/12/2009	67	30/09/2013	72,5
Taxa de crescimento de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	3,23	20/01/2015	2,42
Taxa do Resultado Operacional do Regime Próprio de Previdência da União (servidores civis), em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-0,84	23/01/2015	-0,8
Taxa do Resultado Operacional dos Regimes Próprios de Previdência nos Estados e Distrito Federal, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-0,59	23/01/2015	-0,98
Taxa do Resultado Operacional dos Regimes Próprios de Previdência nos Municípios, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	0,31	23/01/2015	0,21
Tempo Médio de Concessão (TMC)	dia	31/01/2011	26	31/12/2014	33
Tempo Médio de Espera da Perícia Médica Agendada (TMEA-PM)	dia	31/01/2011	19	10/01/2015	38



Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA)	dia	31/01/2011	19	10/01/2015	31

OBJETIVO: 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Previdência Social - MPS, em relação ao Regime Geral, vem tomando diversas ações visando à ampliação da cobertura previdenciária, em especial o plano simplificado, o microempreendedor individual e o segurado facultativo de baixa renda. A principal medida mais recente foi a edição da Lei nº 12.470/2011, que reduziu a alíquota de contribuição do Micro Empreendedor Individual - MEI de 11% para 5% do salário mínimo e instituiu a mesma alíquota para os segurados facultativos de baixa renda que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência. O bom desempenho recente do mercado de trabalho favoreceu a ampliação da cobertura previdenciária. O MPS buscou ainda ampliar a cobertura apoiando o projeto de redução da informalidade por meio do diálogo social, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. De forma complementar, o MPS publicou nos últimos dois anos diversos estudos sobre o perfil de seus segurados com o objetivo de subsidiar os projetos de inclusão previdenciária conduzidos pelo Ministério. Esse esforço foi importante para se conhecer as características do segurado da área rural, dos segurados de baixa renda e dos contribuintes individuais, conhecidos como trabalhadores autônomos. Inclusive as campanhas publicitárias executadas pelo MPS basearam-se também nessas pesquisas.

Com relação aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, o Ministério da Previdência Social vem adotando providências com o objetivo de conhecer o perfil dos trabalhadores dos Regimes Próprios, por meio da unificação do cadastro dos servidores públicos brasileiros. A implantação do Cadastro Nacional de Informações Sociais do RPPS - CNIS/RPPS permitirá a formação de banco de dados dos servidores públicos em âmbito nacional, abrindo caminho para viabilizar o cumprimento do art. 3º da Lei nº 10.887, de 2004, que trata da instituição de um sistema integrado de dados da União e demais entes federados relativos às remunerações, proventos e pensões pagos aos respectivos servidores e militares, ativos e inativos, e pensionistas, e possibilitará a operação da compensação financeira entre os RPPS, prevista no art. 8º da Lei nº 9.796, de 1999.

Com relação à Previdência Complementar, os órgãos governamentais responsáveis pela formulação de políticas e pela supervisão do Regime Fechado de Previdência Complementar – RPC têm trabalhado de forma a atender a diretriz governamental de promoção de ações de inclusão e permanência de participantes no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária, com o objetivo de assegurar e ampliar a proteção social ao trabalhador no futuro.

Em 2013, foram desenvolvidas ações para viabilizar estudo técnico sobre o Regime de Previdência Complementar com o objetivo de conhecer o perfil do cidadão. Entre essas ações destaca-se: pesquisa e tabulação de dados para avaliar o nível de conhecimento financeiro e previdenciário de empregados de empresas patrocinadoras participantes de planos de benefícios administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC. O MPS promoveu, também, ações que contribuem com a Educação Previdenciária mediante a promoção de seminários com o tema "Previdência Complementar: o que você precisa saber", em parceria com o Poder Judiciário, para abordar temas e conceitos relativos ao Regime de Previdência Complementar, em especial no âmbito das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com o objetivo de divulgar os conceitos aplicáveis ao segmento aos magistrados e servidores do Poder Judiciário, de



modo a facilitar a compreensão do RPC, tornar mais clara a distinção existente entre EFPC e as Entidades Abertas de Previdência Complementar - EAPC e debater questões jurídicas. Houve, também, o seminário sobre Governança Corporativa nas EFPC em parceria com a Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência

Complementar (Abrapp). Foi elaborada a Coletânea de Normas – Versão 2013 com objetivo de divulgar a legislação relativa ao RPC, conscientizar a população em geral quanto aos benefícios da manutenção de um plano de previdência complementar e facilitar o acesso às normas aplicáveis ao Regime de Previdência Complementar. Foram promovidas também ações de educação previdenciária com oferta de curso, na modalidade Ensino à Distância – EAD, em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, contendo os principais conceitos relativos ao RPC. A primeira turma do curso à distância "Noções Básicas em Previdência Complementar", em 2012, teve o total de 490 alunos capacitados. Em 2013, houve a abertura de uma segunda turma, disponibilizando 500 vagas, dos quais 493 alunos concluíram o curso. Para atender a demanda excedente foram abertas outras duas turmas, capacitando mais 2.154 alunos, atingindo um total de 3.137 inscritos capacitados. Foram disponibilizadas, ainda, 1.000 inscrições para servidores do INSS, que totalizaram 4.137 cidadãos, que receberam informações e esclarecimentos sobre os diversos aspectos do RPC, sobre os planos de benefícios que são administrados pelos fundos de pensão e, também, sobre as vantagens oferecidas aos participantes e a toda sociedade. Houve também a realização de parceria com o Ministério do Planejamento - MP no sentido de promover palestras de informações e esclarecimentos sobre o RPC, centralizadas em sete polos (Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e Manaus) para os gestores de recursos humanos dos entes da administração pública do Poder Executivo de todos os Estados da Federação, em face da entrada em funcionamento da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe. Ainda em 2013, o MPS realizou apresentação sobre temas e conceitos relativos ao Regime de Previdência Complementar para a Escola de Magistratura do Estado do Paraná, mediante parceria com a Abrapp, e realizou o II Seminário sobre Governança Corporativa nas EFPC.

No exercício de 2014, o MPS deu continuidade ao estudo técnico sobre o RPC, com o foco em aprimorar as informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho. Além do conhecimento do perfil, a pesquisa permite realizar diagnóstico acerca do nível de conhecimento financeiro e previdenciário dos participantes de fundo de pensão. O MPS continuou promovendo a oferta do Curso "Noções Básicas em Previdência Complementar", na modalidade de Cursos à Distância - EAD, em parceria com INSS, que disponibilizou a sua plataforma eletrônica de ensino. Assim, a oferta do curso que foi iniciado em 2012 totalizou, até dezembro de 2014, 5.861 cidadãos que tiveram acesso às informações e esclarecimentos sobre os diversos aspectos do RPC, sobre os planos de benefícios administrados pelos fundos de pensão e, também, sobre as vantagens oferecidas aos participantes e a toda sociedade. Foi dada também continuidade à parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM a fim de realizar eventos para a promoção de debates sobre temas e conceitos relativos ao RPC, em especial no âmbito das EFPC, promovendo a disseminação dos mecanismos do RPC aos magistrados. Iniciou-se a elaboração de material informativo específico para potenciais participantes, patrocinadores e instituidores, com o objetivo de divulgar e desenvolver ações que possibilitem o conhecimento do RPC e dos benefícios advindos de uma poupança previdenciária de longo prazo. O material informativo "Previdência Complementar – A construção de um futuro melhor" foi publicado em dezembro de 2014 e disponibilizado, também, no site da Previdência Social. Foram realizadas, ainda, ações para a elaboração da Coletânea de Normas, edição 2014, relativas ao RPC, que foi concluída com a atualização da publicação "Fundos de Pensão - Coletânea de Normas" incluindo as alterações legais-normativas do RPC até dezembro de 2014. O MPS realizou o 3º Seminário "A Integração dos Órgãos Estatutários na Governança" na cidade de Porto Alegre, em setembro de 2014.

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5% em 2009, para 75%

**Análise Situacional da Meta**

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2013, a cobertura previdenciária das mulheres ocupadas no Brasil, na faixa etária de 16 a 59 anos, estava em 72,3%, representando um expressivo aumento em relação ao grau de proteção observado em 2011 (69,6%). O bom desempenho do mercado de trabalho nos últimos anos, associado a políticas de inclusão previdenciária como o Microempreendedor Individual - MEI e a modalidade de segurados facultativos de baixa renda, sendo essa última composta de forma majoritária por mulheres, contribuíram para esse acréscimo. Ressalta-se que, em 2013, o total de segurados facultativos de baixa renda com pelo menos uma contribuição no ano apresentou um crescimento de 22,9% em relação ao ano anterior, chegando a 592 mil, sendo que a grande maioria são mulheres (97% do total). Houve, também, diminuição da desigualdade de gênero em relação à proteção previdenciária, fruto da melhoria da inserção feminina no mercado de trabalho - a diferença de cobertura previdenciária entre homens e mulheres, que era de 4,3 pontos percentuais, em 2009, foi reduzida para 0,4 pontos percentuais, em 2013.

Quantidade alcançada

72,3

Data de Referência

30/09/2013

• Ampliar o índice de cobertura previdenciária para 77%**Análise Situacional da Meta**

O Ministério da Previdência Social, em relação ao Regime Geral, vem adotando diversas medidas visando à ampliação da cobertura previdenciária, em especial ampliando esforços na divulgação do plano simplificado voltado para trabalhadores de baixa-renda, das vantagens de se formalizar como MEI e a possibilidade da inscrição como segurado facultativo de baixa renda. Como colocado anteriormente, o bom desempenho recente do mercado de trabalho também tem favorecido a ampliação da cobertura previdenciária. O Ministério da Previdência Social, também buscou ampliar a cobertura por meio do apoio ao projeto de redução da informalidade por meio do diálogo social, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE.

Segundo a PNAD de 2013, havia cerca de 64 milhões de trabalhadores ocupados na faixa de 16 a 59 anos com cobertura previdenciária, o que significava uma cobertura previdenciária de 72,5%. Ou seja, em cada dez trabalhadores, sete estavam protegidos. A cobertura previdenciária vem expandindo-se continuamente, principalmente a partir de 2004, quando estava no patamar de 62,5%. Portanto, no período de 2004 a 2012, houve um acréscimo da cobertura previdenciária de dez pontos percentuais.

Quantidade alcançada

72,5

Data de Referência

30/09/2013

• Ampliar o número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar**Análise Situacional da Meta**

Os órgãos governamentais responsáveis pela formulação de políticas e pela supervisão do regime fechado de previdência complementar têm trabalhado de forma a atender a diretriz governamental de ampliação da cobertura previdenciária, com objetivo de assegurar a proteção social ao trabalhador no futuro, sempre ancorado no objetivo estratégico da promoção de políticas de sustentabilidade de todo o sistema previdenciário nacional. No primeiro semestre de 2013, com o funcionamento da Fundação de Previdência do Servidor Público Federal - Funpresp houve a entrada de novos participantes no regime fechado de previdência complementar.

Foi estabelecida como meta para o quadriênio 2012-2015, a regulamentação da previdência complementar para o servidor público, o que ocorreu ainda em 2012, com a instituição do regime de previdência complementar para os



servidores públicos federais. A Lei nº 12.618, de 30/04/2012, autorizou a criação de três Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, denominadas Fundações de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário (Funpresp-Exe, Funpresp- Leg e Funpresp-Jud, respectivamente). Com a publicação do Decreto nº 7.808, de 20/09/2012, foi criada a Fundação de Previdência

Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), e foi estabelecida a possibilidade do Ministério Público da União, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União – na qualidade de patrocinadores de planos de benefícios próprios – celebrarem convênios de adesão com a Funpresp-Exe.

Em dezembro de 2011, o total de participantes e assistidos das EFPC era da ordem de 3,02 milhões e em dezembro de 2013 esta quantidade passou à ordem de 3,14 milhões (fonte: PREVIC, Relatório SPPC - 7 - Participantes por Modalidade SPPC - EFPC).

O MPS promoveu estudo técnico por meio da contratação, em 2012, de empresa especializada voltada ao fomento do Regime de Previdência Complementar - RPC, com a finalidade de fornecer subsídios que permitam a formulação de políticas de fomento para o RPC e avaliação de possíveis ações visando à sua expansão. A empresa contratada concluiu os trabalhos e entregou os produtos em 2013. A contratação da empresa incluiu a realização de ampla pesquisa de opinião com empresas e entidades de classe, atuais ou potenciais patrocinadoras e instituidoras de planos de benefícios previdenciários administrados por EFPCs e patrocinadores de entidades abertas. Além da citada pesquisa, o contrato incluía a realização de estudo sobre a previdência complementar de dez países: Austrália, Bélgica, Estados Unidos, Holanda, Itália, Japão, Nova Zelândia, Reino Unido, Suécia e Suíça. Ainda, foi objeto do contrato o “Diagnóstico dos principais fatores que dificultam o crescimento do Regime de Previdência Complementar no Brasil”, e o estudo sobre “Novas Medidas e produtos que contribuam para a expansão do segmento de entidades fechadas”. No primeiro semestre de 2014, a Secretaria de Políticas de Previdência Complementar - SPPC iniciou a elaboração de “Estudo dos Principais Entraves e Desafios do RPC”, com a finalidade de identificar os principais obstáculos enfrentados pelo RPC que têm dificultado a ampliação da cobertura e o aumento no número de adesões. Este estudo foi concluído em 2014. Ainda voltado ao fomento do RPC, foram desenvolvidas outras ações em 2014, com destaque para: a elaboração de análise comparativa entre as principais características do novo modelo de previdência complementar dos servidores da União (dirigido pela Funpresp-Exe) e os modelos do regime de previdência que vêm sendo implantados nos Estados; a promoção do acompanhamento dos projetos de lei em apreciação referentes à instituição do regime de previdência complementar nos estados e municípios; e a oferta de apoio técnico e esclarecimentos acerca das peculiaridades do RPC, sobre o funcionamento das EFPC e sobre os planos de benefícios, aos entes federativos que avaliam a possibilidade de instituição de regime de previdência complementar.

O número de participantes das EFPCs, que é composto pela quantidade de participantes ativos, assistidos aposentados e assistidos beneficiários de pensão, era da ordem de 3,14 milhões, em dezembro de 2013, e, em junho de 2014, passou a 3,22 milhões (Fonte: PREVIC, Relatório SPPC – extração realizada em 20/01/2015), correspondendo a um aumento da ordem de 2,42%.

• **Ampliar para 3 milhões o número de microempreendedores individuais formalizados**

Análise Situacional da Meta

O Microempreendedores Individual - MEI alcançou, em dezembro de 2014, a marca de 4.653.080 trabalhadores inscritos no programa, denotando a expressiva adesão e impacto muito positivo sobre a formalização. Em dezembro de 2010, o total de inscritos era de cerca de 770 mil, sinalizando um crescimento de cerca de 3,9 milhões no período de



2011 a 2014. Isso se deve à ampla divulgação da modalidade pelos variados meios de comunicação, e às parcerias entre governos federal, estadual e municipal, bem como com atores chave, como a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, o Ministério da Previdência Social, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae e o SIMPLES Nacional, entre outros, que possibilitaram a inclusão no sistema de previdência de milhões de trabalhadores antes desprotegidos.

Quantidade alcançada

4.659.080

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo

A clientela da Previdência Social busca a resolução de suas demandas, de forma célere, em Agências da Previdência Social - APS estruturadas para o atendimento de excelência, que possuem servidores qualificados na prestação dos serviços. Com foco na melhoria da qualidade dos serviços previdenciários, no ano de 2009 o INSS iniciou a execução do Plano de Expansão da Rede de Atendimento - PEX, objetivando a construção de 720 novas APS em municípios com mais de 20 mil habitantes.

Quanto ao reconhecimento do direito, o INSS encontra-se em fase de transição dos sistemas corporativos, e vêm empreendendo esforços de gestão para evitar contratempos, lentidão e instabilidades nos sistemas que impactam no desempenho das Unidades e podem afetar os resultados de alguns indicadores. Esses esforços vão desde a migração da ferramenta de agendamento dos serviços previdenciários para o Sistema de Agendamento-SISAGE, no final de 2013, à conscientização dos gestores acerca das melhorias possibilitadas pelo novo sistema, que vem sendo intensificada, principalmente no que tange à melhoria do tempo de espera e distribuição dos atendimentos. Ainda assim, ocorreram situações que interferiram negativamente no resultado, como a indisponibilidade de sistemas (o que impossibilita o atendimento) e a quantidade de eventualidades (dias não úteis durante a Copa do Mundo), que totalizaram 32 dias com atendimento impactado de forma parcial ou total no Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado – TMEA.

Nesse contexto, oportuno registrar que os principais desafios enfrentados foram: i) protocolização dos requerimentos referentes à Lei Complementar nº 142, de 2013, inclusive com o agendamento para as avaliações médicas e da assistência social; ii) exigência de declaração ou procuração para o emitente de todos os Perfis Profissiográficos Previdenciários - PPP apresentados; iii) alteração legislativa ou normativa para atendimento dos pedidos de salário maternidade formulados por substitutos; e iv) ocorrência de instabilidade nos sistemas de concessão de benefícios, fato que impactou significativamente o atendimento na recepção dos requerimentos de benefícios.

Metas 2012-2015

• Adequar 80% da rede de atendimento

Análise Situacional da Meta

O Acórdão nº 2.170, de 2012, do Tribunal de Contas da União – TCU apontou carências nas condições de acesso de pessoas com deficiência a prédios e serviços públicos federais. Nesse contexto, no exercício de 2014 foram concluídas adequações em 42 unidades, destas 31 propiciaram melhorias nas condições de acessibilidade. Com esse quantitativo, obteve-se o percentual acumulado aproximado de 73% de Unidades adequadas. O percentual alcançado foi satisfatório, visto que houve apenas a diferença de 1%, considerando a meta de 74% para exercício. Para 2015, o objetivo é atingir



84% de APS adequadas na questão relacionada à acessibilidade.

Quantidade alcançada

73

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar 604 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão**

Análise Situacional da Meta

O INSS, no âmbito do Projeto de Expansão da Rede de Atendimento – PEX, tem empenhado esforços no sentido de expandir e consolidar sua presença, por meio de Agências da Previdência Social, em municípios com mais de 20 mil habitantes.

Desde 2009, já foram inauguradas 359 novas APS, sendo que entre 2012 e 2014 foram inauguradas 244 Agências (118, em 2012; 75 em 2013; e 51 em 2014). Quanto à distribuição das 51 novas Unidades inauguradas em 2014: 18 estavam localizadas na Superintendência Nordeste, para onde está prevista a construção de quase metade das Agências do projeto; oito na Superintendência Norte/Centro-Oeste; 14 na Superintendência Sudeste I, que abrange o estado de São Paulo; duas na Superintendência Sudeste II, que abrange Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; e nove na Superintendência Sul. Atualmente, estão em fase de construção 110 unidades.

Em 2014, foi concluída a adequação do escopo do Projeto e do Plano de Trabalho, redefinindo seu prazo de execução, tendo sido atualizado o Roteiro de Implantação das Unidades do PEX, que definiu os responsáveis e os prazos para cada uma das etapas envolvidas na instalação das Agências. Foi criado também o Sumário Executivo do PEX, com o objetivo de disponibilizar aos gestores informações estruturadas e atualizadas sobre o andamento do Projeto.

As restrições enfrentadas na execução do projeto em 2013 foram superadas no decorrer de 2014. A realização dos Pregões Eletrônicos visando à aquisição de mobiliário e equipamentos de informática, ocorrida em 2013, possibilitou a contratação de tais insumos, essenciais para a inauguração das novas Unidades, as quais estão sendo efetuadas de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Quantidade alcançada

244

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	299	unidade	131	31/12/2014
Superintendência Norte/Centro-Oeste	119	unidade	39	31/12/2014
Superintendência Sudeste I	71	unidade	29	31/12/2014
Superintendência Sudeste II	52	unidade	23	31/12/2014
Superintendência Sul	63	unidade	22	31/12/2014

• **Reduzir o tempo médio de concessão de benefícios para 15 dias**

Análise Situacional da Meta

O indicador do Tempo Médio de Concessão – TMC iniciou o exercício de 2014 com resultado igual a 31 dias e finalizou o ano com 33 dias. Ressaltamos que esse indicador vem sendo tratado como informação gerencial no painel de Desempenho da Instituição, ou seja, não foram pactuadas metas de atingimento, uma vez que se optou em tratar um novo indicador: o Tempo Médio de Decisão - TMD (concessões + indeferimentos).

O motivo da oscilação do TMC, além da transição dos sistemas corporativos que afetaram o desempenho das unidades,



está relacionado às espécies de benefícios que dependem de avaliação de exposição a agentes nocivos (atividade especial) e nos casos de avaliação social e médica, quando da avaliação da deficiência para fins de benefícios de que trata a Lei Complementar nº 142, de 2013. Esses requerimentos dependem de duas agendas distintas: primeiro ocorre a avaliação social e depois a avaliação do perito médico. Somente após essas duas análises é que o benefício poderá ser concluído pelo servidor administrativo.

Quantidade alcançada

33

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	13	unidade	27	31/12/2014
Superintendência Norte/Centro-Oeste	15	unidade	28	31/12/2014
Superintendência Sudeste I	16	unidade	28	31/12/2014
Superintendência Sudeste II	14	unidade	26	31/12/2014
Superintendência Sul	18	unidade	27	31/12/2014

• Reduzir o tempo médio do atendimento agendado da perícia médica para 15 dias

Análise Situacional da Meta

O Tempo Médio do Atendimento Agendado da Perícia Médica - TMEA PM passou de 25 dias, em janeiro/2014, para 38, em dezembro/2014. A melhor média alcançada em 2014 foi em setembro, quando o índice alcançou 22 dias. No sentido de melhorar o TMEA PM foram realizadas as seguintes ações: i) monitoramento semanal do indicador, propondo ações gerenciais e orientações com foco nos locais com resultado superior a 30 dias, deslocando peritos médicos para atendimento em outras localidades e remoções na modalidade ex officio de servidores para as Gerências Executivas com os piores resultados no indicador; cumprimento de Ações Cíveis Públicas por meio da publicação de normativas, para recepção administrativa e credenciamento em Londrina - PR, Imperatriz - MA e Estados de Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; ii) publicação de norma que estabelece as diretrizes para avaliação dos benefícios por incapacidade de longa duração, realizada por equipe multiprofissional.

Em 2014 houve uma redução do número de peritos médicos em decorrência de aposentadorias e exonerações. No início do ano de 2014 havia 4.810 peritos médicos e no final do ano eram 4.577 peritos médicos. Acrescente-se a nova demanda da Aposentadoria Especial da Pessoa com Deficiência, estabelecida pela Lei Complementar nº 142, de 2013. Atualmente, há 456 Agências da Previdência Social sem perito médico, nas quais o atendimento é feito mediante deslocamento. A maior concentração de unidades com essa carência está nas Regiões Nordeste e Norte/Centro-Oeste

Para 2015, prevê-se a celebração de Termos e Acordos de Cooperação Técnica para realização de perícias médicas; a realização de piloto do Novo Modelo de Avaliação da Capacidade Laboral; e o início das atividades de avaliação dos benefícios por incapacidade de longa duração por equipes multiprofissionais.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	7	unidade	38	31/12/2014
Superintendência Norte/Centro-Oeste	10	unidade	33	31/12/2014
Superintendência Sudeste I	10	unidade	25	31/12/2014
Superintendência Sudeste II	8	unidade	24	31/12/2014



Superintendência Sul	14	unidade	30	31/12/2014

• **Reduzir o tempo médio do atendimento agendado para 15 dias**

Análise Situacional da Meta

Desde o final do ano de 2013, quando foi iniciada a migração da ferramenta de agendamento dos serviços previdenciários para o Sistema de Agendamento-SISAGE, o INSS tem trabalhado massiva e incansavelmente na conscientização dos gestores acerca dos progressos disponíveis com o novo sistema, focando na melhoria do tempo de espera e da distribuição dos atendimentos. Entretanto, ocorreram diversas situações que impactaram negativamente no

resultado, entre as quais a indisponibilidade de sistemas (o que impossibilita o atendimento) e a quantidade de eventualidades (dias não úteis durante a Copa do Mundo), que totalizaram 32 dias com atendimento impactado de forma parcial ou total. Assim sendo, o Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado - TMEA foi de 19 dias, em janeiro/2014, para 31 dias, em dezembro/2014.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	19	unidade	17	31/12/2014
Superintendência Norte/Centro-Oeste	18	unidade	23	31/12/2014
Superintendência Sudeste I	8	unidade	26	31/12/2014
Superintendência Sudeste II	14	unidade	19	31/12/2014
Superintendência Sul	20	unidade	20	31/12/2014

• **Ter 65% dos benefícios decididos na mesma data de entrada**

Análise Situacional da Meta

O ano de 2014 foi permeado por desafios que, apesar da difícil transposição, fortaleceram as medidas de gestão adotadas e não impediram o êxito das metas estipuladas. Os principais pontos enfrentados foram: i) protocolização dos requerimentos referentes à Lei Complementar nº 142, de 2013, inclusive com o agendamento para as avaliações médicas e da assistência social; ii) exigência de declaração ou procuração para o emitente de todos os Perfis Profissiográfico Previdenciário - PPP apresentados; iii) alteração legislativa ou normativa para atendimento dos pedidos de salário maternidade formulados por substitutos; e iv) ocorrência de instabilidade nos sistemas de benefícios.

Relativamente ao Plano de Ação, o Índice de Resolutividade - IRES atingiu plenamente a meta estabelecida para o exercício de 2014, sendo que em janeiro/2014 o IRES foi de 56,59%, enquanto a meta prevista era de 54,11% e, no fechamento do ano, o IRES foi de 61,94% para uma meta de 57,46%.

Quantidade alcançada

61,94

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo



No âmbito da Previdência Social do Servidor Público destaca-se a importância dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS para o desenvolvimento econômico e social do País. Atualmente, os RPPS instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelas capitais e, por quase 40% dos Municípios, sobretudo os de maior porte, dão cobertura a cerca de 9,4 milhões de beneficiários, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas, e possuem expressivo patrimônio acumulado.

Os desajustes dos RPPS possuem origens históricas que remontam à forma como foram constituídos e geridos no período até 1998, antes do delineamento constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial (Emendas Constitucionais nº 20, de 1998, e 41, de 2003) e das normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, estabelecidas pela Lei 9.717, de 1998, Lei Complementar 101, de 2000, e outros atos normativos complementares. Ainda hoje há problemas de gestão dos RPPS, apontados nas auditorias realizadas pelo MPS e Tribunais de Contas, que tendem a agravar tais desajustes, repercutindo diretamente nas finanças públicas de cada ente federativo e do Estado Brasileiro como um todo, com reflexos negativos na capacidade de implementação de políticas públicas de interesse da sociedade e dos cidadãos.

O Certificado de Regularidade Previdenciária CRP, principal instrumento de atuação de que dispõe o MPS para promover o alinhamento da gestão dos RPPS às normas gerais, continua enfrentando questionamentos judiciais, o que demonstra a necessidade de alterações normativas para assentar seus fundamentos na Constituição Federal e na principal Lei que rege o sistema, de nº 9.717, de 1998.

Outro risco jurídico que ameaça a sustentabilidade do sistema refere-se às inúmeras ações judiciais que tramitam nos Tribunais Superiores e que podem afetar a gestão dos RPPS ou as regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios. Nesse sentido, além do acompanhamento da tramitação dessas ações e da elaboração de manifestações para subsidiar a atuação da Advocacia-Geral da União, foi constituído pelo Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social - Conaprev um Grupo de Trabalho intitulado Temas Judiciais Relevantes para os RPPS, visando à interlocução com o Poder Judiciário para mitigar o risco de decisões prejudiciais ao sistema.

Importante ressaltar as ações de acompanhamento e a elaboração de pareceres sobre propostas de alterações normativas em discussão no Congresso Nacional, com o apoio dos demais órgãos responsáveis pela condução dessas articulações.

Foi dado continuidade ao desenvolvimento do projeto de criação e unificação do cadastro dos servidores públicos, o SRPPS, que além de disponibilizar aos entes federativos importante ferramenta de manutenção do cadastro e realização de censo previdenciário (SIPREV), possibilitará a melhoria da gestão do passivo dos RPPS, aprimorando a concessão de benefícios e permitindo, com o CNIS-RPPS, os cruzamentos das bases de dados, a redução dos riscos de pagamentos indevidos e de acumulações ilegais. Foram retomadas as discussões acerca das minutas do decreto de regulamentação do art. 3º da Lei 10.887, de 2004, sobre informações colhidas de todas as unidades da federação que possuem regimes próprios, e de instituição do CNIS – RPPS, e incluídos os RPPS na regulamentação e desenvolvimento do eSocial.

Procurou-se promover um maior alinhamento da SPPS/MPS com as entidades reguladoras do sistema financeiro e do mercado de capitais, por meio da participação no Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec) e tratativas para celebração de acordo de cooperação técnica com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, assim como foi dado continuidade às tratativas para celebração de acordos com os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, visando à intensificação da fiscalização dos RPPS.

Entrou em produção, no início de 2014, impactando na emissão do CRP, o novo Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR, cujo resultado para a melhoria do controle dos repasses das contribuições e parcelamentos, inclusive para o cumprimento dos planos de amortização dos déficits atuariais, foi significativo e



encontra-se em desenvolvimento o novo Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA, para captação dos dados das avaliações atuariais dos RPPS e de análise da sua consistência para aferição do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema como um todo.

No âmbito do Regime Geral, a Reabilitação Profissional abrange a dimensão social e econômica. Do ponto de vista social, tem como objetivo contribuir na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários da Previdência Social, promovendo o resgate da cidadania, a (re)qualificação profissional e a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho.

No que tange a esfera econômica, a Reabilitação Profissional contribui para a sustentabilidade dos regimes previdenciários, à medida que o segurado reabilitado efetivamente reintegrado ao mercado de trabalho pode voltar à condição de contribuinte da Previdência Social. Além disso, também colabora para a promoção da cidadania e o fortalecimento da participação da pessoa com deficiência na sociedade, promovendo sua autonomia, eliminando barreiras e permitindo o acesso e o usufruto, em bases iguais, aos bens e serviços disponíveis à população.

Nesse sentido, de janeiro a dezembro de 2014, 52,21% dos segurados elegíveis foram efetivamente reabilitados pelo INSS, por meio do desenvolvimento de ações pelas equipes multidisciplinares, cujo objetivo é tornar o indivíduo apto para retornar às atividades profissionais por meio da sua adaptação a função compatível com suas limitações. Na perspectiva da integralidade das ações, foram desenvolvidas ações de intersectorialidade com as demais instituições integrantes da Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador, evidenciando que a garantia da inserção do trabalhador com dignidade no mercado de trabalho está condicionada à execução eficiente das demais políticas públicas de maneira articulada, especialmente da Saúde, Previdência Social, Trabalho e Emprego.

No que tange ao Regime Complementar, destaca-se a regulamentação e a implantação da previdência complementar do servidor público no governo federal. Em 2012, foi aprovada a instituição da Funpresp-Exe. Em 2013, ocorreu a plena constituição da Funpresp-Exe voltada para os servidores do poder executivo (foram aprovados o Estatuto, os regulamentos dos planos de benefícios e a política de investimentos) e a busca por adesões.

Em 2014, no sentido de promover políticas de sustentabilidade do sistema previdenciário complementar, o MPS seguiu apoiando tecnicamente os entes da federação com vistas à instituição de regime de previdência complementar, a exemplo da criação da Funpresp-Exe. Assim, atuou prestando esclarecimentos técnicos acerca das peculiaridades do RPC e do funcionamento das EFPC e dos planos de benefícios.

Metas 2012-2015

• Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 5% do PIB

Análise Situacional da Meta

Os dados apurados em 23/01/2015 indicam que os RPPS instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios administram um patrimônio superior a R\$ 185 bilhões, dos quais cerca de R\$ 92 bilhões estão aplicados nos mercados financeiros e de capitais e R\$ 93 bilhões em outros bens, valores e direitos, em fundos constituídos por imóveis, direitos de créditos decorrentes de royalties, participações especiais e compensações financeiras, dentre outros. Os dados se referem à competência agosto de 2014, que conta com o envio de 1.826 Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR dos 2.060 entes federativos que possuem RPPS, em que foram informados ativos de R\$ 174 bilhões que, somados aos R\$ 11 bilhões de créditos a receber do ente federativo, cujos termos de acordo de parcelamento foram formalizados em 2013 e 2014 e cadastrados no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV, perfazem o total R\$ 185 bilhões.



Considerando o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 5,17 trilhões, conforme grade de parâmetros recebida da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, de 03/12/2014, o índice apurado foi de 3,60%, o que indica um índice próximo àquele apurado em 31/12/2013, de 3,59%, e superior ao de 3,17%, em 2012.

Esse índice é fortemente influenciado pelas condições dos mercados financeiro e de capitais, pois os limites legais para aplicação de recursos dos RPPS as direcionam para títulos públicos federais e cotas de fundos de investimento que assumam o compromisso de buscar o retorno de índices lastreados nesses títulos, que têm seu valor de mercado impactado significativamente por alterações na curva de juros e no risco soberano do país, apresentando forte volatilidade sobretudo a partir de 2013.

A meta prevista no PPA 2012-2015 é de 5% do PIB. Além da questão relacionada ao comportamento do mercado financeiro, a situação econômica como um todo é um fator de restrição, pois grande parte dos entes federativos encontra-se com dificuldades para equilibrar seus orçamentos, o que se reflete no desenvolvimento e na consolidação dos RPPS.

De forma geral, os resultados da supervisão dos RPPS contribuem para a garantia do patrimônio acumulado por esses regimes.

Uma recente ameaça a esta meta são as revisões efetuadas por alguns entes federativos em seus planos de segregação da massa, consumindo os recursos acumulados, sem aprovação prévia da SPPS. Para tanto, faz-se necessária a revisão da Lei Geral dos RPPS, além da ampliação do escopo legal da exigência do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP.

Quantidade alcançada

3,37

Data de Referência

23/01/2015

• Aumentar o superávit financeiro dos RPPS dos Municípios para 0,40% do PIB

Análise Situacional da Meta

As atividades de acompanhamento do repasse das contribuições definidas nos planos de custeio dos RPPS, tanto das alíquotas correspondentes aos custos normais, quanto daquelas instituídas em planos de amortização dos déficits atuariais (alíquotas suplementares ou aportes), são essenciais para garantir o equilíbrio financeiro dos regimes.

Em 2014, tem-se como resultado dessas ações de supervisão a realização de 372 auditorias diretas. Dessas ações foram instaurados 227 processos administrativos previdenciários, nos quais foram emitidas 647 decisões relativas a defesas e recursos. As auditorias diretas resultaram na emissão de 56 representações administrativas enviadas a outros órgãos de controle e fiscalização, informando-os sobre algum indício de prática indevida de gestores e dirigentes.

Os mecanismos de auditoria indireta foram aprimorados com a implantação do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasse – DIPR, que possibilitou batimentos automáticos do repasse das contribuições devidas aos RPPS e de débitos incluídos em parcelamentos. Os mais de 8.570 DIPR relativos aos bimestres de 2014 enviados até 21/01/2015 geraram um percentual de 13% de irregularidade por falta de repasse ou inconsistência na informação.

Foram realizadas em 2014 mais de 2.700 análises de termos de parcelamento de débitos, e foram respondidas mais de 3.700 consultas relativas à legislação previdenciária e aos critérios para obtenção do Certificado de Regularidade



Previdenciária - CRP, sendo que a maior parte se referia à implementação do DIPR. Esta atividade envolveu também 2.470 análises da legislação dos entes federativos para a manutenção do cadastro dos planos de custeio.

Para o exercício de 2014, a projeção com base nos dados dos DIPR encaminhados, demonstra um superávit da ordem de R\$ 10,9 bilhões para o exercício, caso se mantenha o resultado operacional (receitas totais – despesas totais) do 1º ao 4º bimestre, excluídas as receitas referentes às transferências para insuficiência financeira dos planos. As receitas totais até o 4º bimestre alcançaram R\$ 22,4 bilhões, uma média mensal de R\$ 2,8 bilhões, e as despesas, R\$ 15,6 bilhões, uma média mensal de R\$ 0,8 bilhão. A média apurada foi extrapolada para todo o exercício, considerando o 13º salário. A partir do PIB estimado para 2014, o índice calculado foi de 0,21%, portanto, projeta-se um crescimento do superávit financeiro dos RPPS municipais para este ano em relação a 2013. Contudo, o resultado alcançado ainda se encontra distante da meta prevista no PPA de 0,40% de superávit financeiro dos RPPS municipais em relação ao PIB.

Como estratégia para alavancá-la pretende-se formalizar acordos de cooperação técnica com os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios visando a sinergia dos recursos de fiscalização e o compartilhamento das informações detidas por cada órgão.

Quantidade alcançada

0,2

Data de Referência

21/01/2015

• Fomentar a criação de Regimes Próprios de Previdência Social nos municípios**Análise Situacional da Meta**

Apesar de constar o fomento à criação de RPPS como meta do PPA, a atuação da Secretaria de Políticas de Previdência Social-SPPS do MPS tem se pautado no sentido de orientar os entes federativos quanto aos seus critérios de organização e funcionamento, previstos nas normas gerais, às responsabilidades e obrigações dos gestores e aos principais impactos advindos da alteração do regime previdenciário dos servidores. Aponta-se a necessidade de revisão dos parâmetros desta meta, pois há risco de que novos RPPS criados não tenham gestão que assegure o cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento e a sua sustentabilidade, pelas seguintes razões: necessidade de fortalecimento normativo do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, principal instrumento para assegurar a supervisão dos RPPS, cuja exigência é hoje submetida a uma série de questionamentos na esfera judicial; e possibilidade de que uma parcela dos Municípios que optam pela instituição de novos RPPS não reúnam as condições de governança, controles e capacitação necessárias para assegurar a viabilidade do regime próprio.

Portanto, a SPPS entende que seus esforços devem ser direcionados para acompanhar as condições de sustentabilidade dos RPPS hoje existentes e daqueles que venham a ser criados por iniciativa dos entes, e não para fomentar que novos RPPS sejam instituídos.

A quantidade de RPPS é apurada a partir da análise da legislação encaminhada pelos entes federativos e registrada no Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência Social - CADPREV. Em 2012, havia 1.990 RPPS; em 2013, o número de RPPS era de 2.020; e em 2014, de 2.061 de RPPS. Houve um incremento da ordem de 2% no ano.

Quantidade alcançada

2.061

Data de Referência

30/01/2015



• **Reabilitar 70% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a dezembro de 2014, as equipes de reabilitação profissional elegeram para o programa profissional 32.961 segurados, dentre os quais 17.209 foram reabilitados, correspondendo ao percentual de 52,21% do total da demanda considerada apta para reabilitação profissional do ano. Nota-se que as equipes de reabilitação das unidades do INSS que contam com esse tipo de serviço atendem pouco mais da metade das demandas que recebem com indicação para a reabilitação.

Um aspecto que dificulta o atendimento de segurados reabilitados é o reduzido número de unidades que contam com serviços de reabilitação profissional. Atualmente, 456 Agências da Previdência Social - APS possuem equipe local, enquanto que 247 realizam esse atendimento por meio de equipes volantes. Portanto, a abrangência dos serviços de reabilitação profissional está em aproximadamente 44,04% da totalidade das agências que é de 1.596, incluindo as Agência de Atendimento de Demandas Judiciais – AADJ.

Para enfrentar essas questões, a Diretoria de Saúde do Trabalhador – DIRSAT do INSS tomou a iniciativa de construir o projeto Reabilitação Profissional: Articulando Ações em Saúde do Trabalhador e Construindo a (Re) habilitação Integral. Esse projeto com vigência para quatro anos (janeiro/2014 a janeiro/2018) atingiu percentual de execução de 19% em 2014. Dentre os produtos estratégicos e essenciais a serem implementados no transcorrer da vigência do projeto, destacam-se: i) revisão e pactuação dos referenciais teóricos, metodológicos e legais da reabilitação profissional: organização do grupo de trabalho; ii) iniciativas intersetoriais com vistas à (re)habilitação integral, em relação às quais a DIRSAT tem orientado movimento no âmbito dos entes federativos (União, Estados e Municípios) para potencialização de programas, ações e políticas públicas já existentes e para viabilização e qualificação do processo de reabilitação profissional, por meio de comitês intersetoriais de reabilitação integral; iii) formalização de acordos de cooperação técnica ou convênios com instituições públicas ou privadas; iv) capacitação e qualificação das equipes de reabilitação profissional do INSS: elaboração do projeto básico de formação em saúde do trabalhador; v) estruturação da rede de reabilitação profissional do INSS: estudo de lotação ideal; e vi) sistematização das informações referentes à reabilitação profissional: módulo gerencial que sistematizará as informações da reabilitação do INSS na plataforma do Sistema Integrado de Benefícios - SIBE.

Para enfrentar essas questões, a Diretoria de Saúde do Trabalhador – DIRSAT do INSS tomou a iniciativa de construir o projeto Reabilitação Profissional: Articulando Ações em Saúde do Trabalhador e Construindo a (Re) habilitação Integral. Esse projeto com vigência para quatro anos (Janeiro/2014 a janeiro/2018) atingiu percentual de execução de 19% em 2014. Dentre os produtos estratégicos e essenciais a serem implementados no transcorrer da vigência do projeto, destacam-se: i) revisão e pactuação dos referenciais teóricos, metodológicos e legais da reabilitação profissional: organização do grupo de trabalho; ii) iniciativas intersetoriais com vistas à (re)habilitação integral, nesse sentido a DIRSAT tem orientado movimento no âmbito dos entes federados (União, Estados e Municípios) que potencialize programas, ações e políticas públicas já existentes, viabilizando e qualificando também o processo de reabilitação profissional, essas articulações devem se dar por meio de comitês intersetoriais de reabilitação integral; iii) formalização de acordos de cooperação técnica e/ou convênios com instituições públicas e/ou privadas: seguro social alemão de acidentes de trabalho (Deutsche Gesetzliche Unfallversicherung - DGUV; Ministério da Educação - Pronatec; Ministério do Trabalho e Emprego - Rede Sine/IMO; e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Centro de Tecnologia da Informação - Renato Archer - Tecnologia Assistiva; iv) capacitação e qualificação das equipes de RP do INSS: elaboração do projeto básico de formação em saúde do trabalhador; v) estruturação da rede de reabilitação profissional do INSS: estudo de lotação ideal e vi) sistematização das informações referentes à reabilitação profissional: módulo gerencial que sistematizará as informações da RP do INSS na plataforma do Sistema Integrado de Benefícios - SIBE.

**Quantidade alcançada**

52,21

Data de Referência

31/12/2014

• Reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB**Análise Situacional da Meta**

Considerando os valores dos Demonstrativos de Resultado das Avaliações Atuariais - DRAA do exercício de 2014, houve uma piora do indicador com relação a 2013 e 2012, em razão dos valores referentes à situação do equilíbrio financeiro e atuarial, principalmente dos Estados. Para apuração desse indicador são somados os valores das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder tanto dos Planos Financeiro quanto Previdenciário. Contudo, no caso da segregação da massa o déficit atuarial do plano financeiro encontra-se equacionado, uma vez que a insuficiência financeira do plano é assegurada por transferências do Tesouro Nacional.

O índice referente aos Municípios alcançou 7,98% do PIB em 2012, e dos Estados e Distrito Federal 47,70%, extração feita em 21/03/2013. Em 2013, os números saltaram para 9,19% para Municípios e 48,82% para os Estados e o Distrito Federal, um total de 58,01% do PIB, extração realizada em 16/01/2014. Em 2014, considerando os DRAA postados até 02/01/2015, foi apurado para os Municípios o índice de 10,54% e para os Estados e Distrito Federal 53,16%, total de 63,70% (considerando o PIB projetado para 2014, conforme grade de parâmetros da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, de 03/12/2014).

À medida que se aprimoram os mecanismos de controle e análise dos cálculos atuariais, obtém-se uma melhor informação acerca dos déficits atuariais divulgados nos DRAA, o que, em certa medida, afeta os números globais apresentados. Assim, o aumento do índice deve-se sobretudo à intensificação das atividades de supervisão do equilíbrio financeiro e atuarial, que resultam em uma melhor precificação dos passivos, e não necessariamente ao agravamento da situação atuarial dos RPPS.

Em 2014 foram analisados 1.160 DRAA, dos quais 431 foram considerados regulares e 739 foram objeto de notificações de irregularidades. Foram também emitidos 754 despachos relativos aos processos instaurados por essas notificações, além de pareceres de análises prévias de projetos e estudos de segregações da massa.

A supervisão contábil dos RPPS, que também contribui para a evidenciação do déficit atuarial do sistema, envolveu a recepção de mais de 5.000 demonstrativos contábeis semestrais dos RPPS, sendo que mais de 620 apresentaram alguma inconsistência. Além disso, a análise do registro no balanço patrimonial das reservas matemáticas previdenciárias resultou na emissão de 177 notificações de irregularidade, sendo que 815 RPPS apresentaram regularidade nesse registro.

Destacam-se também os esforços para o desenvolvimento do novo sistema de captação e análise das informações atuariais dos RPPS e de construção de uma ferramenta institucionalizada para tratamento e análise gerencial dos dados dos investimentos dos RPPS. Um fator limitador para o alcance da meta são as decisões judiciais concedendo o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP para os entes que não asseguram o equilíbrio do regime, e as restrições referentes à estrutura e aos recursos disponíveis para a supervisão. Os diversos projetos de lei em discussão no Congresso Nacional que afetam, sobretudo, a concessão de benefícios pelos RPPS, poderão impactar negativamente o equilíbrio dos regimes.

Quantidade alcançada

59,64

**Data de Referência**

02/01/2015

• Reduzir o déficit financeiro do RPPS da União para o máximo de 0,80% do PIB**Análise Situacional da Meta**

O déficit financeiro do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores civis da União é apontado a partir do resultado previdenciário (receitas de contribuições menos despesas com benefícios) divulgado no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social, Anexo 4, dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO disponíveis na página eletrônica da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Em 2012, o déficit financeiro correspondeu a 0,82% do PIB, e em 2013 a 0,84%, equivalente a R\$ 39,9 bilhões. As informações do RREO do 5º bimestre de 2014 demonstram um total de receitas acumuladas da ordem de R\$ 20,8 bilhões, sendo R\$ 8,4 bilhões de contribuições dos segurados e beneficiários e 12,4 bilhões do ente federativo, e despesas de R\$ 51,7 bilhões, sendo R\$ 33,9 bilhões com aposentadorias, R\$ 14,6 bilhões com pensões por morte e R\$ 3,2 bilhões com outros benefícios e demais despesas.

Os valores para o 6º bimestre de 2014 foram estimados a partir da aplicação do índice de 1,49 e 1,42 sobre a média das receitas (orçamentárias e intraorçamentárias) dos bimestres anteriores de 2014, e de 1,22 sobre a média das despesas dos bimestres anteriores de 2014. Estes percentuais foram apurados a partir dos valores das receitas e despesas do 6º bimestre de 2013 em relação às médias obtidas pelos valores dos bimestres anteriores. Aplicado também um percentual de 5% na estimativa para o exercício, considerando o aumento médio dos proventos e pensões.

Assim, obteve-se em 2014 um resultado previdenciário projetado de um déficit anual de cerca de R\$ 41,1 bilhões (receitas de R\$ 26,4 bilhões menos despesas de R\$ 67,5 bilhões). O indicador resultante da divisão desse déficit financeiro pelo valor projetado do PIB para 2014 resultou no índice de 0,80%. Por esta estimativa, apesar da elevação do déficit, observa-se que a meta de 0,80% prevista no PPA está sendo alcançada.

Quantidade alcançada

0,75

Data de Referência

23/01/2015

• Reduzir o déficit financeiro dos RPPS dos Estados e DF para o máximo de 1,00% do PIB**Análise Situacional da Meta**

Em 2011, o déficit (total de receitas anuais menos as despesas dos RPPS dos Estados e Distrito Federal) correspondeu a 0,59% do PIB, em 2012 a 0,76% e para 2013 a um déficit de 1,01% do PIB. Para o exercício de 2014, foi apurado um déficit financeiro de 0,98%, dentro da meta prevista no PPA.

Este indicador é apurado a partir do resultado divulgado no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social, Anexo 4, dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO disponíveis na página eletrônica da STN e das informações prestadas ao Ministério da Previdência Social - MPS nos Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR. Foi apurada a média das receitas e despesas considerando as informações prestadas, em geral relativas até o 5º bimestre de 2014, que foi projetada até o final do exercício. Não são consideradas as receitas relativas aos aportes ou transferências para cobertura de insuficiência financeira do regime, uma vez que esse indicador pretende avaliar justamente o resultado operacional desses regimes.

Os RPPS dos Estados, em sua grande maioria, apresentam elevados déficits financeiros, ou seja, as contribuições mensais devidas são insuficientes para o pagamento das obrigações com os benefícios. Assim, o foco da supervisão



tem sido na realização de auditorias específicas de investimento e no acompanhamento das segregações da massa já implementadas, algumas recentemente, sendo que com a implementação do DIPR, foi aperfeiçoado o acompanhamento do repasse das contribuições e da separação das obrigações e direitos por órgão ou entidade e de cada plano (previdenciário e financeiro).

Quantidade alcançada

0,92

Data de Referência

23/01/2015

• Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial do RPPS da União para no máximo 30,0 % do PIB**Análise Situacional da Meta**

O MPS elabora o Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos da União por solicitação da Secretaria do Tesouro Nacional, para compor o anexo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO e o Relatório da Avaliação Atuarial dos servidores civis do RPPS da União, em atendimento à solicitação da Secretaria de Orçamento Federal, para compor os anexos do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício seguinte.

Assim, o MPS é o responsável pela elaboração e confecção de projeções e simulações das receitas e despesas do regime, pela realização de estudos técnicos com vistas a identificar as alternativas para o equacionamento dos déficits e pela elaboração de minutas de propostas de atos normativos visando à reestruturação do RPPS. As projeções contemplam dados dos órgãos e entidades de todos os poderes da União, que são solicitados pelo MPS e povoados no CNIS-RPPS via Sistema Previdenciário de Gestão dos RPPS - SIPREV/Gestão. No entanto, um fator que impacta negativamente no dimensionamento dos compromissos e custos do plano é a inconsistência ou ausência de dados dos servidores, aposentados e pensionistas de vários órgãos, e a intempestividade no envio destas informações.

Conforme a avaliação atuarial do exercício de 2012, que acompanhou a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício seguinte, o indicador foi de 26,72%, com déficit atuarial de R\$ 1,107 trilhão. Com os resultados da Avaliação Atuarial do exercício de 2013, com data base dos dados em dez/2012, o indicador foi para 26,25% (déficit atuarial de R\$ 1,251 trilhão). O Relatório da Avaliação Atuarial de 2014, com base de dados posicionada em 31/12/2013, elaborado em 31/03/2014, indicou um déficit atuarial da ordem de R\$ 1,116 trilhão, que dividido pelo PIB projetado para 2014, conforme grade de parâmetros de 03/12/2014, resulta em um índice de 21,59%.

A diminuição do déficit com relação a 2013, de R\$ 135,6 bilhões, aproximadamente de 10,8%, foi provocada por mudanças biométricas e financeiras, pelo aumento da folha salarial e pela ligeira melhoria da base de dados dos registros de servidores ativos abrangidos pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siape. As premissas e metodologias utilizadas na Avaliação Atuarial estão em consonância com a Portaria MPS nº 403, de 2008. Assim, o valor apurado indica que o percentual encontra-se dentro da meta proposta.

Quantidade alcançada

20,21

Data de Referência

31/03/2014

• Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Estados e DF União para no máximo 50,0 % do PIB**Análise Situacional da Meta**

O índice referente ao exercício de 2012 alcançou o percentual de 47,70% em relação ao PIB, conforme Demonstrativos de Resultado das Avaliações Atuariais - DRAA postados pelos Estados e Distrito Federal no sítio do MPS, extração em



21/03/2013. Em 2013, 48,82% do PIB, conforme extração realizada em 16/01/2014. Para 2014, considerando os DRAA postados até 02/01/2015, foi apurado um índice de 53,16%, (considerando o PIB projetado para 2014, conforme grade de parâmetros da SPE/MF de 03/12/2014). Em valores nominais, o somatório do déficit atuarial desses entes saltou de R\$ 2,02 trilhões, em 2012, para R\$ 2,33 trilhões, em 2013, e R\$ 2,75 trilhões, em 2014.

Para esse levantamento foram excluídos os compromissos informados relativos às gerações futuras. Para os DRAA do Plano Financeiro que não foram postados, considerou-se os dados do DRAA 2013, e as provisões do RPPS dos Estados de São Paulo e Paraíba foram ajustadas proporcionalmente às dos Estados do Rio de Janeiro (1,5) e da Bahia (0,35), uma vez que a metodologia utilizada no DRAA daqueles entes não trouxe a valor presente todos os direitos e compromissos do plano durante a sobrevivência da massa.

Para a apuração desse indicador são somados os valores das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder tanto dos Planos Financeiro quanto Previdenciário. No caso da segregação da massa, o déficit atuarial do plano financeiro encontra-se equacionado, uma vez que a insuficiência do plano é assegurada por transferências financeiras do Tesouro, no entanto, trata-se de modelagem atuarial que possui um elevado custo de transição.

Além dos desajustes estruturais do sistema, com expressivos passivos atuariais, o aumento do índice deve-se também à intensificação das atividades de supervisão do equilíbrio financeiro e atuarial, que resultam em uma melhor precificação das reservas matemáticas.

Cita-se como fator de restrição para o alcance da meta estipulada que importantes Estados possuem decisões judiciais para a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP independentemente da irregularidade atribuída pela supervisão do MPS no critério Equilíbrio Financeiro e Atuarial.

Ressalte-se também a importância do acompanhamento dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, que resultaram na emissão de 13 pareceres, de suma importância na tentativa de demonstrar que algumas propostas podem provocar redução de receitas ou elevação das despesas com o plano de benefícios, impactando na sustentabilidade dos RPPS, sobretudo dos Estados.

Como medida estruturante para auxiliar os entes federativos na gestão do passivo de seus regimes de previdência citam-se os resultados que advirão do cruzamento da base de dados dos servidores públicos dos diferentes entes e com outras bases e na construção do sistema integrado de remunerações e vínculos previsto no art. 3º da Lei nº 10.887, de 2004 (CNIS-RPPS), quando de sua implantação definitiva.

Quantidade alcançada

49,77

Data de Referência

02/01/2015

• Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Municípios para no máximo 10,0 % do PIB

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o indicador, que mede a relação entre os valores totais dos déficits atuariais dos Municípios em relação ao PIB, considerando o déficit atuarial como o resultado da diferença entre os valores dos recursos garantidores e das provisões matemáticas, apontou uma relação de 7,98%, e em 2013, foi para 9,19%.

Com base nos Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA de 2014, postados pelos Municípios até 02/01/2015, o somatório dos déficits atuariais alcançou o montante de R\$ 544 bilhões, que dividido pelo PIB projetado



para 2014, resultou no indicador de 10,54%, portanto, o indicador apresentou uma relação de déficit do sistema/PIB maior que a meta.

Registre-se que o desenvolvimento de nova ferramenta de coleta dos dados das avaliações atuariais, que irá substituir o atual formato do DRAA e que irá incorporar um módulo de análise com alguns batimentos automáticos e de controles das notificações, também contribuirá para conferir maior efetividade às auditorias.

Quantidade alcançada

9,87

Data de Referência

02/01/2015

• **Regulamentar a previdência complementar para o servidor público**

Análise Situacional da Meta

Foi estabelecida como meta para o quadriênio 2012-2015 a regulamentação da previdência complementar para o servidor público, que ocorreu ainda em 2012, com a instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, com a publicação da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, autorizando a criação de três entidades fechadas, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, respectivamente (Funpresp-Exe, Funpresp-Leg e Funpresp-Jud, respectivamente). Houve também a edição do Decreto nº 7.808, de 20/09/2012, que criou a Funpresp-Exe, bem como estabeleceu a possibilidade de o Ministério Público da União, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União - na qualidade de patrocinadores de planos de benefícios próprios - celebrarem convênios de adesão com a Funpresp-Exe. Sendo assim, a meta foi cumprida já em 2012, e em 2013 registrou-se a plena constituição da Funpresp-Exe.



PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	31/12/2010	5.611	31/12/2014	5.522
Número de empresas fiscalizadas	unidade	08/01/2013	273.189	31/12/2014	271.429
Número de normas elaboradas e/ou aperfeiçoadas	unidade	31/12/2012	7	31/12/2014	11
Número de trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	31/12/2010	2.628	31/12/2014	1.398
Processos de solicitação de Certificado de Aprovação - CA para EPI analisados em até 60 dias	%	31/12/2012	100	31/12/2014	79,6
Taxa de cobertura do Abono Salarial	%	31/12/2010	96,32	31/12/2014	95,97
Taxa de cobertura do Seguro-Desemprego	%	31/12/2010	78,12	31/12/2014	72,5
Taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal	%	31/12/2010	6,5	31/12/2014	3,28
Taxa de formalização	%	31/12/2009	53,58	30/09/2013	61,95
Taxa de incidência de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes	1/100.000	31/12/2011	49,96	31/12/2013	41,15
Taxa de incidência de acidentes de trabalho: típicos e doença ocupacional	1/1.000	31/12/2011	15,58	31/12/2013	14,15
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	31/12/2010	29	31/12/2013	31,54
Taxa de inserção dos beneficiários de qualificação no mundo do trabalho	%	31/12/2009	52,89	31/12/2014	16
Taxa de participação da intervenção fiscal na formalização de vínculo de emprego	%	31/12/2010	2,4	31/12/2013	1,55
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	31/12/2010	44	31/12/2013	46,03
Taxa de severidade de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes	1/1.000	31/12/2011	26,44	31/12/2013	24,56
Trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito (PROGER)	unidade	31/12/2010	1.860.082	31/12/2014	1.525.829
Volume de crédito concedido para microcrédito produtivo orientado	R\$ milhão	31/12/2010	2.848,4462	31/12/2014	11.646

Observações:

Taxa de formalização - Dados da última PNAD

Taxa de incidência de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes - Os dados de 2013 ainda não estão disponíveis.

Taxa de incidência de acidentes de trabalho: típicos e doença ocupacional - Os dados de 2013 ainda não estão disponíveis.



Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal - Os dados de 2013 ainda não estão disponíveis.

Taxa de participação da intervenção fiscal na formalização de vínculo de emprego - Os dados de 2013 ainda não estão disponíveis (RAIS).

Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho - Os dados de 2013 ainda não estão disponíveis (RAIS)

Taxa de severidade de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes - Os dados de 2013 ainda não estão disponíveis.

OBJETIVO: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério do Trabalho e Emprego - MTE continua empreendendo iniciativas que visam à melhoria da política pública de emprego, tais como: mudança de layout e inclusão de novas funcionalidades no Portal MTE Mais Emprego (por exemplo, melhorias no módulo de administração de vagas e inclusão da possibilidade da auto-intermediação); criação do Programa de Melhorias da IMO (Intermediação de Mão de Obra); aprofundamento da utilização do Sistema de Monitoramento e Avaliação da rede de atendimento; ampliação da emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) modelo informatizado em todo o território nacional; articulação com demais órgãos para desenhar o papel do SINE frente a demandas do próprio governo federal na execução de ações integradas, como a intermediação do público do Benefício de Prestação Continuada - BPC, no qual o MTE é partícipe junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Direitos Humanos (SDH); aprovação da Resolução do CODEFAT Nº 726, de fevereiro de 2014, que trata da Qualificação à Distância – QAD, denominada Universidade do Trabalhador que contempla o desenvolvimento de cursos de qualificação profissional ou formação inicial e continuada utilizando-se de metodologia apropriada, por meio da internet, executada diretamente por órgão específico vinculado ao MTE, ou por meio de parcerias com entidades sem fins lucrativos. Em 2014, também foi firmado termo de cooperação com o IPEA para os próximos 4 anos, visando a elaboração de estudos no âmbito das políticas públicas do trabalho. O MTE também deu prosseguimento com as atividades do grupo de trabalho com o objetivo de elaborar a proposta de Sistema Único do Trabalho (SUT). O grupo, instituído pela Portaria nº 1.879, de 27 de novembro de 2013, contou com a participação de representantes de unidades do MTE, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios convenientes do MTE, dos trabalhadores, dos empregadores e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como assessoria técnica e apresentou ao Ministro do Trabalho uma proposta de criação do SUT, que, atualmente, encontra-se em fase de consulta a outros atores interessados.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% a oferta de cursos de qualificação social e profissional para trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra no âmbito do Sine, priorizando, em particular, as mulheres, afrodescendentes, jovens, pessoas com deficiência física e intelectual, pessoas com baixa escolaridade, trabalhadoras domésticas, público do Brasil sem Miséria, trabalhadores rurais, trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo**

Análise Situacional da Meta

Os números apurados em 2012, 2013 e 2014, quais sejam 38.085, 14.551 e 4.404 educandos, respectivamente, dizem respeito os índices de alunos concluintes nos cursos de qualificação no âmbito do PNQ. Consonante com esses resultados, o MTE passou, com o advento da celebração de Acordo de Cooperação Técnica com o MEC, no final de 2013, a demandar cursos por meio do Pronatec, o que efetivamente ampliou a capacidade de atendimento das demandas por qualificação profissional direcionadas e apuradas no âmbito da pasta do Trabalho. Em 2014, conforme informações repassadas pelo MEC, foram matriculados 20.116 trabalhadores provenientes do Sistema Público de Emprego (exceto os trabalhadores atendidos por meio do Pronatec Seguro-Desemprego), incluindo os trabalhadores reincidentes do seguro-desemprego. Assim, para o cálculo do número apurado em 2014 soma-se 4.404 do PNQ e



20.116 do Pronatec Trabalhador, portanto, 24.520. Somadas as metas realizadas nos anos de 2012 a 2014 (38.085, 14.551 e 24.520), teremos o total de 77.156 trabalhadores qualificados, o que corresponde a 78,9% da meta para o período 2012 a 2015, qual seja 97.746 trabalhadores qualificados.

Quantidade alcançada

78,9

Data de Referência

31/12/2014

• Ampliar para 80% a taxa de cobertura do Seguro-Desemprego sobre os demitidos sem justa causa**Análise Situacional da Meta**

A meta apresentou um percentual de 72,74% no ano de 2014, portanto realizando 90,93% da meta do período de 2012-2015. É importante sinalizar que com medidas de integração de programas que visem ao aumento da recolocação imediata do trabalhador demitido sem justa causa, essa meta provavelmente apresentará redução do seu valor.

Em 2014, o total de segurados – somando-se todas as modalidades – foi de 9,3 milhões, num dispêndio total de R\$ 34,5 bilhões. Sendo assim, na modalidade formal, comparando de janeiro a dezembro de 2013 ao mesmo período de 2014, houve um crescimento de 8,24% nos valores emitidos.

Quantidade alcançada

72,74

Data de Referência

31/12/2014

• Ampliar para 97% a taxa de cobertura do Abono Salarial**Análise Situacional da Meta**

A meta apresentou resultado de 95,97% de cobertura, considerando-se que este indicador refere-se ao ano-calendário de julho do ano anterior a junho do ano relativo ao exercício em apuração, portanto realizando 98,94% da meta do período de 2012-2015. Isso significa que, do total de trabalhadores identificados na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, como tendo direito ao benefício, 95,97% efetuaram de fato o saque junto aos agentes pagadores (CAIXA e Banco do Brasil). Importante ressaltar que esta taxa depende diretamente da ação do trabalhador em efetuar o saque e que, para tanto, visando maximizar o alcance das metas, foram realizadas campanhas publicitárias em diversos meios de comunicação, bem como o envio de correspondência aos trabalhadores, informando sobre o direito de receber o benefício. Ressaltamos ainda, que a identificação do trabalhador com direito à percepção do benefício é feita na RAIS, por meio das informações prestadas pelos empregadores anualmente.

Quantidade alcançada

95,97

Data de Referência

31/12/2014

• Aumentar para 5% a taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado formal de trabalho**Análise Situacional da Meta**

Em 2014, a taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na reinserção no mercado formal de trabalho foi de 3,28%. O não alcance da meta se deu pelo fato de nem todas as colocações realizadas pelo SINE serem contabilizadas no CAGED. Além disso, existem dificuldades dos convenientes atingirem suas metas (no que tange ao número de colocações no mercado de trabalho) e na execução do convênio como um todo. A queda observada em relação ao exercício de 2013 reflete em parte o aperfeiçoamento da metodologia para aferição dessa meta. A melhoria do atendimento e a utilização do serviço público de emprego por outros programas governamentais são medidas essenciais para atingir a meta em 2015 e que começaram a ser implementadas em 2014. Como exemplo desses



esforços pode-se citar o Manual de Normatização da Intermediação de Mão de Obra (IMO), que sistematiza, em linguagem clara e acessível, a execução da ação de IMO e a padronização das atividades desenvolvidas nas agências do SINE.

Com isso, é notável que a Coordenação do Sistema Nacional de Emprego vem criando mecanismos que visem à melhoria e expansão da política de IMO e consiga, dessa forma, alcançar as metas previamente estabelecidas. De acordo com dados quantitativos dos principais indicadores utilizados para a Intermediação de Mão de Obra retirados da Base de Gestão houve um quantitativo de 676.082 trabalhadores (re)colocados no mercado de trabalho e mais de 5 milhões de trabalhadores inscritos na rede SINE.

Quantidade alcançada

3,28

Data de Referência

31/12/2014

• Capacitar, via PRONATEC, 100 mil trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego**Análise Situacional da Meta**

No que se refere à capacitação de beneficiários do seguro-desemprego, até dezembro de 2014 registraram-se 119,8 mil pré-matrículas e 83,4 mil matrículas. Contribuíram para esses resultados a integração entre o Portal Mais Emprego e o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) do Ministério da Educação (MEC), bem como a alteração da condicionalidade, por meio de decreto, possibilitando a exigência de realização de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) aos requerentes do benefício seguro-desemprego que o solicitarem a partir da segunda vez em um período de 10 anos. Essa medida sinaliza um público potencial para o Pronatec de 5 milhões de trabalhadores reincidentes no seguro-desemprego por ano, representando 57,66% do total de requerentes em 2014.

Quantidade alcançada

195.027

Data de Referência

31/12/2014

• Inserir 30% dos beneficiários de ações de qualificação no mundo do trabalho**Análise Situacional da Meta**

Os resultados apurados em 2012, 2013 e 2014, de 24%, 27% e 16%, respectivamente, refletem a realidade do alcance desses objetivos pelos entes convenentes, inferida a partir dos dados do CAGED. Apurando-se a média desses percentuais, verificar-se-á, portanto, que, no período de 2012 a 2014, inseriu-se 22,34% dos trabalhadores beneficiários das ações do PNQ no mundo do trabalho.

Ao considerar-se que inserir 30% dos beneficiários qualificados nas ações de qualificação no mundo do trabalho corresponde a atingir 100% da meta em comento, daí conclui-se que inserir 22,34% desses beneficiários corresponde, portanto, a atingir 74,5% da mesma meta.

Quantidade alcançada

22,34

Data de Referência

31/12/2014

• Pré-matricular trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra em 100% das vagas ofertadas ao Pronatec Trabalhador.

**Análise Situacional da Meta**

A partir do segundo semestre de 2014, o modelo de pactuação do Pronatec foi dividido em duas fases distintas. A primeira fase contou com as demandas de trabalho do mercado formal, nomeadas como demandas identificadas e, nessa fase, o MTE encaminhou ao MEC as vagas de emprego registradas no Sistema Nacional de Emprego - SINE. Já na segunda fase, as demandas do Pronatec Trabalhador referiram-se às demandas de cursos/municípios aprovados nos Conselhos Estaduais e Municipais de Emprego, Trabalho e Renda. Em 2014, ao final do processo de pactuação, foram ofertadas 57.040 vagas no SISTEC para o demandante Pronatec Trabalhador/MTE; no entanto, nem todas as vagas tiveram turmas abertas pelos respectivos ofertantes. Do total ofertado o MTE pré-matriculou 44.822, alcançando um índice de 78,6% e dessas, 20.116 matrículas foram efetivadas.

Quantidade alcançada

78,6

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0289 - Estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Este Objetivo contempla o Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPPO.

O PROGER, alicerçado em recursos dos depósitos especiais remunerados do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), forma um conjunto expressivo de programas e linhas de crédito especiais dirigidos aos mais diversos beneficiários destinado à concessão de financiamentos focados principalmente no fortalecimento de micro e pequenos empreendimentos, cooperativas, empresas do setor de turismo, inovação tecnológica, e ainda para ações voltadas para a melhoria da competitividade do país fundamentais para o desenvolvimento sustentado e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador.

Esse Programa, presente em mais de 3.600 Municípios do Brasil, busca atuar sobre o mercado de trabalho mediante a concessão de crédito direcionado e a preços subsidiados para consolidar e fomentar a expansão da produção e, consequentemente, elevar a demanda por trabalho.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) autorizou, por meio da Programação Anual da Aplicação de Depósitos Especiais do FAT (PDE) para o exercícios de 2012, 2013 e 2014, a alocação de novos recursos no valor, aproximado, de R\$ 10 bilhões.

Especificamente para o ano de 2014, o CODEFAT autorizou a destinação de novos recursos da ordem de R\$ 3,6 bilhões acrescendo-se a este montante estimativa de reaplicação face ao retorno de recursos das operações nos agentes financeiros no valor de R\$ 2,3 bilhões, que somados correspondem aproximadamente a R\$ 6 bilhões para serem aplicados.

Segundo o Sistema de Acompanhamento da Execução do PROGER (SAEP) em conjunto com os relatórios de execução encaminhados pelas instituições, em 2014, foram contratadas de mais de 170 mil operações de crédito, sendo investidos, aproximadamente, R\$ 7,5 bilhões nos setores produtivos. Há de se destacar que os financiamentos destinados à micro e pequenas empresas correspondem a mais de 90% do total do número de contratos firmados, destinados, especialmente, àquelas do ramo de comércio e serviços.



Durante o exercício de 2014, foi apresentado estudo sobre a análise do efeito crédito sobre o emprego formal em uma das linhas de crédito do PROGER – PROGER Urbano Investimento – Micro e Pequena Empresa. O objetivo deste estudo foi investigar e quantificar o efeito devido ao crédito recebido pelas empresas financiadas. O estudo, viabilizado por meio do cruzamento das bases do PROGER, do CAGED e da RAIS, confirmou a existência de impacto positivo do crédito como um diferencial de aumento no nível de emprego como decorrência do acesso ao benefício. Ademais, o impacto se mostrou positivo e persistente mesmo decorridos três anos da realização do investimento, o que confere uma dinâmica sustentada do efeito do crédito, representado pela geração e/ou manutenção do emprego no âmbito das empresas financiadas.

Ainda em 2014, foram supervisionadas 374 operações de crédito, contemplando as linhas de crédito: FAT Turismo, PROGER Urbano Investimento, PROGER Turismo, FAT-Taxista e PROGER Exportação, sendo visitadas as agências do Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal, nas cidades de Recife/PE, São Luiz/MA, Fortaleza/CE, Salvador/BA, Brasília/DF, Maceió/AL e Curitiba/PR.

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO - desempenha papel relevante no compromisso assumido pelo governo federal com relação às políticas transversais e multissetoriais de estímulo à inclusão produtiva e à geração de trabalho e renda. Sua principal finalidade é universalizar o acesso ao crédito para os negócios populares de pequeno porte, estimulando o empreendedorismo no país e, com isso, representando importante ferramenta para o enfrentamento da pobreza e da exclusão social.

As operações de crédito realizadas no âmbito do PNMPO são direcionadas a pessoas físicas, empreendedores individuais e microempresas com faturamento de até R\$ 120 mil anuais, para valores de financiamento de até R\$ 15 mil, destinados a capital de giro ou investimento.

Informe-se que o grande público do microcrédito produtivo orientado está na informalidade, representando 92% do valor concedido, com forte presença feminina, mais de 63% do volume total de crédito.

Especificamente em relação à execução do Programa Crescer, os bancos públicos federais, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014, concederam aproximadamente R\$ 25 bilhões, no âmbito do PNMPO.

Ainda são grandes os desafios a serem superados pelo setor de microcrédito. Nessa perspectiva, foi celebrado, em 2013, o acordo de cooperação técnica “Microcrédito Produtivo Orientado: Inovações de Tecnologia Social e Aperfeiçoamento de Política” entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Centro de Estudos, Pesquisas e Avaliação de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (DATAUnB), com objetivo de realizar mapeamento, estudos e pesquisas tanto com as instituições habilitadas pelo MTE, como com os principais atores envolvidos na política de microcrédito produtivo orientado do governo federal.

Ao longo de 2014, os pesquisadores do DATAUnb foram a campo para realizar a aplicação de questionários junto às instituições operadoras de microcrédito habilitadas ao PNMPO e realizaram entrevistas em profundidade com dirigentes de instituições públicas e privadas envolvidas com a implementação e a execução da política pública. Além disso, no mês de novembro de 2014, foi realizada a Oficina “Caminhos para o Fortalecimento do Microcrédito no Brasil”, que contou com a participação de mais de 60 instituições integrantes do PNMPO e discutiu três grandes temáticas fundamentais para o aperfeiçoamento futuro da política pública em questão: a integração dos instrumentos de política de apoio ao empreendedorismo de pequeno porte e à geração de emprego e renda vinculados ao PNMPO; desenhos institucionais, modelos de operacionalização e formas de articulação entre as instituições operadoras de microcrédito; agentes de crédito.



Metas 2012-2015

• Atingir o número de 4.000.000 de trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito das linhas do PROGER**Análise Situacional da Meta**

O número de trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito das linhas do PROGER no período entre 2012 e 2014 foi de 3.199.668, sendo que em 2012, foram 952.048, em 2013, foram 721.791 e 2014, foram 1.525.829.

O grande salto ilustrado entre os exercícios de 2014 e 2013 foi devido à elevação da quantidade de operações destinadas ao financiamento de micro e pequenos empreendimentos.

Tal ocorrência vai ao encontro das diretrizes do CODEFAT que prioriza a aplicação dos recursos dos depósitos especiais do FAT no segmento das Micro e Pequenas Empresas.

Quantidade alcançada

3.199.668

Data de Referência

31/12/2014

• Aumentar em 15% o volume de microcrédito produtivo orientado concedido**Análise Situacional da Meta**

Informe-se que esta meta refere-se à execução de cada ano, ou seja, ao aumento de 15% do volume de microcrédito concedido em relação ao volume do ano anterior. Considerando que a execução do ano de 2013 foi de R\$ 9.379.616.479,43, a previsão para 2014 corresponde à concessão de R\$ 10.786.558.951,34 de volume de microcrédito.

No entanto, o PNMPO, mais uma vez, ultrapassou a meta de 15% para cada ano do quadriênio 2012-2015. Sua execução total, no ano de 2014, foi de R\$ 11.646.316.132,59, atingindo 24,17% de sua meta.

O desempenho positivo do PNMPO é resultado da estratégia do governo federal em conceder subvenção econômica aos bancos públicos oficiais, para que estes ofertassem o microcrédito a juros consideravelmente mais baixos, hoje em torno de 5% ao ano.

Quantidade alcançada

16,19

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0869 - Assegurar ao trabalhador o direito ao emprego e trabalho decente

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

No decorrer de 2012 a 2014, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu ações que contemplaram avanços nos quatro pilares estratégicos do trabalho decente, a saber: 1) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho; 2) promoção do emprego de qualidade; 3) extensão da proteção social; e 4) diálogo social.

A promoção do trabalho decente, em 2012, foi marcada prioritariamente com a preparatória e a realização da I



Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (CNETD) e, em 2013, com a realização de 5 seminários regionais de promoção de política nacional de Emprego e Trabalho Decente. Destaca-se ainda, a criação do Subcomitê de Promoção de Trabalho Decente em Grandes Eventos e do Grupo de Trabalho para elaborar proposta de criação do Sistema Único de Trabalho – SUT.

Ainda em 2013, o relatório final da I CNETD foi divulgado, realizou-se o primeiro monitoramento que representou um exercício de revisão dos indicadores propostos no Plano, a aferição dos dados relacionados com cada indicador, assim como os resultados alcançados vis a vis as metas estabelecidas, trazendo ainda comentários gerais sobre cada resultado esperado de modo a oferecer um panorama sobre o avanço das metas estabelecidas. No último trimestre, foram realizados cinco seminários de promoção de política nacional de Emprego e Trabalho Decente, um em cada macrorregião do Brasil e representaram uma continuação dos trabalhos iniciados com a I CNETD. Foi apresentado ao público o Relatório Final da I CNETD, o Exercício de Monitoramento do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD), retomados os debates já iniciados no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego sobre a criação de um Sistema Único de Trabalho e lançada a Campanha Nacional de Promoção do Trabalho Decente em Grandes Eventos.

No curso de 2014 foi implementada a primeira etapa do Plano Nacional de Combate à Informalidade dos Trabalhadores Empregados – PLANCITE. Referido Plano tem como objetivo a redução da informalidade e, consequentemente, estender o acesso aos benefícios previdenciários e aos direitos trabalhistas a um grande contingente de trabalhadores.

Dentre as primeiras ações desenvolvidas no âmbito do PLANCITE, destacam-se as seguintes: 1) a publicação de normativos específicos, visando o aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização e a inclusão do Plano no planejamento da fiscalização; 2) o aprimoramento dos sistemas informatizados e a criação de novas ferramentas de fiscalização; 3) a criação de grupos dedicados ao combate à informalidade e a capacitação de servidores. No ano de 2015 será implementada a segunda etapa do Plano que consistirá, dentre outras coisas, de uma campanha de fiscalização voltada para o combate à informalidade, desenvolvida em todas as unidades da federação, com foco nos municípios que detêm altos índices de informalidade.

Paralelamente à implementação do PLANCITE, foram adotadas providências voltadas para a redução da inadimplência fundiária, buscando recuperar o FGTS dos empregados. Nesse sentido, uma medida de destaque foi a implantação da fiscalização eletrônica que, através de procedimentos mais eficientes, busca aumentar a porcentagem de empresas alcançadas pela fiscalização. Ressalte-se que, no ano de 2014, o montante de FGTS recolhido ou notificado pela fiscalização do trabalho foi superior a R\$ 2,6 bilhões, valor este que é 10,89% superior ao obtido no ano anterior. Este fato está relacionado ao aprimoramento dos procedimentos e das ferramentas de fiscalização.

Atenção especial foi dada à realização da Copa do Mundo da FIFA 2014 no Brasil. A Secretaria de Inspeção do Trabalho, em conjunto com as unidades regionais do MTE que correspondem às 12 cidades-sede de jogos, elaborou Plano de Ação para a Inspeção do Trabalho durante o evento, objetivando, assim, a criação de legado de promoção do trabalho decente nos grandes eventos no país. Nesta ação, foram realizadas, pelo menos, 1.110 ações fiscais em empresas diretamente envolvidas com os eventos, tendo sido alcançados mais de 25,7 mil trabalhadores e lavrados mais de 720 Autos de Infração. Além das empresas diretamente relacionadas ao evento, foram inspecionadas diversas outras empresas atuantes nas atividades de vestuário, alimentação, alojamento e transportes; ocasião em que foram realizadas mais de 10,9 mil ações fiscais, alcançando mais de 1,2 milhões de trabalhadores e formalizando mais de 14 mil vínculos trabalhistas.

Destacam-se também os resultados da auditoria em obras de infraestrutura, que no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014 já superaram a meta para o PPA, atingindo 114% de realização. Importante ressaltar também que a inserção de aprendizes no mercado de trabalho mediante ação fiscal, no mesmo período, atingiu 72,4% da meta, enquanto a meta de



inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho teve 74,3% de alcance até 2014. Apesar de a atividade de inspeção do trabalho ser exclusiva do Estado, há participação ativa de representantes de trabalhadores e de empregadores na revisão e/ou elaboração das normas regulamentadoras (NR) que normatizam temas ligados à segurança e à saúde do trabalhador, ressaltando que, até dezembro de 2014, 27 normas foram elaboradas ou aperfeiçoadas, superando a meta para o quadriênio. As políticas para fomentar e incrementar a aprendizagem também passam por discussão ampliada, com participação de governo, trabalhadores, empregadores e sociedade civil no Fórum Nacional da Aprendizagem.

Metas 2012-2015

- Acompanhar e incentivar a proposição de medidas e cenários (tendo como referência os dados de 2009) para: - aumentar em 0,8% as taxas de participação e de ocupação das mulheres; - aumentar em 5% a taxa de ocupação da população negra; - aumentar em 3% a taxa de formalidade; - aumentar em 4% o número de trabalhadoras(es) domésticas(os) com carteira de trabalho assinada; - aumentar em 6% o número de trabalhadores(as) autônomos(as) formalizados(as); - diminuir em 0,8% as desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres; - diminuir em 5% as desigualdades de rendimentos entre negros e brancos, considerando dados anuais

Análise Situacional da Meta

Para o monitoramento desta meta, adotou-se a Pesquisa Mensal de Emprego anualizada, tendo como linha de base o ano de 2009. A principal limitação da pesquisa é a sua abrangência geográfica, visto retratar somente regiões metropolitanas (SP, RJ, Porto Alegre, Recife, Salvador e Belo Horizonte).

Dos 7 indicadores monitorados na meta, os associados a participação feminina e ocupação de pardos e negros não alcançaram a meta para o período 2011-2014. Apenas um indicador não foi mensurado (Aumentar em 6% o número de trabalhadores autônomos formalizados), visto que a mensuração precisa do indicador deveria avaliar, em relação ao ano base, a formalização dos trabalhadores autônomos exclusivamente, o que invalida a metodologia adotada anteriormente, que mensurava a evolução dos contribuintes para previdência em qualquer trabalho em relação ao total de ocupados.

A taxa de participação feminina de 2014 foi de 48,17%, inferior em 0,83 p.p. aos 49,00% estipulados como meta, sendo inclusive inferior ao ano de base (48,61%). A taxa de ocupação das mulheres teve acréscimo de 1,6 p.p. em relação a 2009, passando de 43,8% para 45,4%, em 2014, superando, assim a meta, que era de 44,15%. A participação feminina no rendimento médio habitualmente recebido no trabalho principal dos homens é de 74,17%, em 2009 a participação era de 72,31%, havendo assim uma elevação de 1,86 p.p., superando, assim, a meta proposta para o indicador relativo à desigualdade de rendimento entre homens e mulheres (72,89%).

A meta relativa ao aumento do nível de ocupação da população negra observou, em 2014, em relação ao ano base (51,1%), aumento de 2,9 p.p., ficando em 53%, abaixo dos 53,66% estipulados como meta para 2015.

A meta relativa à elevação da formalização no mercado de trabalho atingiu e superou a meta proposta (61,08%), ficando, em 2014, em 65,32%, considerando informais os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, no setor público e privado, os por conta própria e os trabalhadores domésticos, ou seja, informalidade se refere na mensuração do indicador ao grau de organização da unidade de produção e o acesso à cobertura previdenciária.

Observa-se que a formalização dos trabalhadores domésticos aumentou no período, atingindo em 2014 o patamar de 42,22%, superior em 3,89 p.p. os 38,33% estipulados como meta, ressaltando-se que o indicador auferiu a formalização entre o estoque total de trabalhadores domésticos da pesquisa.

A meta relativa à redução da desigualdade de rendimento entre negros e brancos, mensurada a partir do rendimento



médio habitual recebido no trabalho principal, em termos reais, a valores de dezembro de 2014, atingiu e superou a meta proposta (51,69%), ficando, em 2014, em 58,05% a participação do rendimento de pardos e negros em relação ao dos brancos, superior em 6,77 p.p. ao observado em 2009, de 51,28%.

• **Ampliar as mesas setoriais nacionais de negociação para mais 3 atividades econômicas**

Análise Situacional da Meta

As mesas setoriais nacionais de negociação coletiva estabelecidas no período de 2012 a 2014, compostas por governo, trabalhadores e empregadores, foram: Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde; Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar; Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho no Ramo de Hotelaria e Turismo; Mesa de Diálogo e Negociação Tripartite para Melhorar as Condições de Trabalho na Construção Civil.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

13/02/2015

• **Analisar 100% dos processos de solicitação de Certificado de Aprovação - CA para Equipamento de Proteção Individual - EPI em até 60 dias**

Análise Situacional da Meta

Diante do resultado apurado de 2014, que demonstrou que 79,6% dos processos de solicitação de CA foram analisados em até 60 dias, procedemos a verificação dos dados para compreender o comportamento deste percentual ao longo do ano. Neste cenário, verificou-se que 17,4% dos 20,4% de processos que foram analisados após o prazo de 60 dias concentraram-se nos meses de setembro a dezembro de 2014.

No sentido de melhorar o alcance da meta, houve a revisão das portarias que regulamentam os procedimentos para emissão de Certificado de Aprovação com o intuito de otimizar o processo de análise de processos, o que contribuirá para que as análises ocorram de forma mais célere, permitindo atender a totalidade da meta proposta.

Quantidade alcançada

79,6

Data de Referência

31/12/2014

• **Analisar 10.800 acidentes de trabalho**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram analisados 2.204 acidentes de trabalho, totalizando 6.595 acidentes analisados no período do PPA. No sentido de alavancar esta atividade, foram realizados operativos na maioria dos estados, ficando de fora algumas regionais menores que não puderam viabilizar os operativos considerando o treinamento e recepção de novos auditores-fiscais. Os desafios desta meta são os já registrados em ocasiões anteriores: trata-se de atividade bastante peculiar, que exige treinamento específico, metodologia própria e maior tempo para realização de cada ação. Os principais avanços a serem registrados são a realização dos operativos e a edição da Portaria MTE N ° 589/2014, que exige notificação imediata de acidentes fatais à unidade regional do MTE e ao Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho - DSST.

Quantidade alcançada

6.595

**Data de Referência**

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.107	unidade	601	31/12/2014
Região Nordeste	2.166	unidade	1.448	31/12/2014
Região Norte	782	unidade	577	31/12/2014
Região Sudeste	5.201	unidade	3.014	31/12/2014
Região Sul	1.544	unidade	955	31/12/2014

• **Consolidar a Agenda Nacional do Trabalho Decente (ANTD) e o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD), institucionalizando a Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi realizada a Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (CNETD), que contou com participação quadripartite e 17 áreas de governo sob a coordenação do MTE. A Conferência teve como objetivo a promoção de um amplo debate sobre as políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social, na perspectiva da construção de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente a partir das prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD) de 2010.

Em 2013 foi aprovado e publicado o relatório final da I CNETD. Também foi realizada a IV Reunião do Comitê Interministerial Executivo (CEI) com a presença dos ministros do Trabalho e Emprego, do MMA, da MPS, da SPM e da SDH. Houve a apresentação de dados do relatório final da CNETD e do monitoramento do PNETD, além da criação de Subcomitê de Promoção do Trabalho Decente nos Grandes Eventos (SPTDGE) e de apresentação do plano de ação para a continuidade do processo de implementação da Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD).

Ainda em 2013, integrantes do CEI e representantes dos Ministérios do Esporte e do Turismo ratificaram a criação do SPTDGE cujo objetivo é assegurar que o conceito de trabalho decente fosse considerado elemento central no processo de construção das grandes obras e nas atividades de realização da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. O SPTDGE iniciou a realização de Oficinas de Trabalho Decente em cidades-sede da Copa de 2014. O objetivo foi identificar conjuntamente as principais demandas locais, potencializando ou definindo ações para o período que antecedeu a Copa e para assegurar um legado social positivo para o nosso País.

No último trimestre de 2013, foram realizados cinco seminários tripartites de promoção do Trabalho Decente em Brasília, Curitiba, São Paulo, Salvador e Manaus em que se apresentou Relatório Final da I CNETD, o Exercício de Monitoramento do PNETD, além de abrir os debates sobre a criação de um Sistema Único de Trabalho (SUT) e lançar a Campanha Nacional de Promoção do Trabalho Decente em Grandes Eventos.

Em dezembro de 2013, realizaram-se reuniões do Grupo de Trabalho Tripartite e do Subcomitê de Assessoramento Técnico (SAT), instâncias operacionais da ANTD, em que se acordou pela revisão do PNETD que compreenderá: a primeira (2014), dedicada à revisão dos indicadores, em especial daqueles que não foram passíveis de mensuração precisa durante o exercício de monitoramento. A segunda fase (2015), dedicada a uma revisão mais abrangente do Plano (incluindo uma revisão de seus resultados e metas) com o objetivo de promover o alinhamento dos seus conteúdos às resoluções da I CNETD, ao PPA 2016-2019, à estrutura do SUT, às ações de promoção do trabalho decente nos grandes eventos, considerando ainda as prioridades da Agenda do Desenvolvimento Pós-2015.

No primeiro semestre de 2014, iniciou-se o trabalho de revisão dos indicadores do Plano. Em 15 de abril de 2014 foi realizada a V Reunião do CEI em que participaram, além do ministro Manoel Dias, as ministras da SPM; da SDH; e da SEPPPIR. Os ministros deliberaram sobre o balanço do plano de trabalho de 2013; a proposta de construção do Sistema



Único de Trabalho; a campanha de promoção do trabalho decente na Copa do Mundo de 2014 e o processo de revisão do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente.

Em 15 de maio de 2014 foi realizada, na Presidência da República, a solenidade de lançamento da Campanha de Mídia “Gente Decente respeita o Trabalho Decente”, com assinatura por representantes do governo, das centrais sindicais de trabalhadores e das confederações de empregadores, do Compromisso Nacional pelo Emprego e Trabalho Decente na Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. Na oportunidade também foi assinado em âmbito tripartite, o “Protocolo sobre Condições de Trabalho” no setor de Segurança e Vigilância.

No marco do Compromisso Nacional e do Protocolo, os parceiros se comprometem a tomar medidas para assegurar o respeito aos direitos fundamentais no trabalho, incluindo pactuar acordos específicos, cumprir normas de saúde e segurança no ambiente de trabalho e promover iniciativas associativas e cooperativas da economia solidária, diretrizes para o combate ao trabalho forçado e ao trabalho infantil, ao tráfico de pessoas e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

No segundo semestre de 2014, a revisão dos indicadores do PNETD foi finalizada com a realização de 4 Reuniões Setoriais, 3 Oficinas de Revisão e 1 Oficina Final em que foi feito um balanço do trabalho realizado, apontando os avanços alcançados e as dificuldades enfrentadas, tendo em vista ainda o horizonte da continuidade da ANTĐ em 2015. O processo de revisão resultou de um intenso debate entre diferentes áreas de governo e atores sociais em que foram modificados ou criados 67 indicadores, passando de 84 para 122. Em 2015, continuar-se-á com a revisão do Plano, quando está prevista, entre outras ações, a atualização de sua estrutura.

• **Elaborar e encaminhar norma/regulamento sobre práticas antissindicais e trabalho temporário**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a discussão para elaboração de minuta de anteprojeto de lei sobre atos antissindicais foi retomada e encaminhada para discussão no âmbito da Câmara Bipartite - Governo e Trabalhadores, do Conselho de Relações do Trabalho (CRT). Em 2014, para construir uma proposta consensuada foram realizadas várias discussões, dentre estas, 2 reuniões da câmara bipartite – trabalhadores e governo, momentos que foi debatida a proposta apresentada pelas Centrais e posteriormente com as ponderações e sugestões do Governo. Para dinamizar o debate a partir das propostas apresentadas foi criado por sugestão da câmara bipartite um grupo técnico – governo e centrais, para o aprimoramento da proposta que será apreciada pelo pleno da câmara bipartite e posteriormente pelo pleno do CRT. Porém, ainda não foi fechada posição do Grupo sobre o tema.

O MTE dispõe do Sistema de Registro de Empresas de Trabalho Temporário – SIRETT, o qual acolhe os pedidos de celebração de contrato de trabalho temporário, assim como de prorrogações que ultrapassam o limite legal inicialmente previsto na Lei nº 6.019/74. Tendo como preceitos fundamentais a celeridade de procedimentos, a redução de incidência de fraudes e melhor otimização na tramitação dos processos. Objetivando a modernização dos procedimentos já existentes, foi publicada a Portaria de nº 789, de 2 de junho de 2014, regulamentando a prestação das informações referentes aos contratos de trabalho temporário por meio do SIRETT.

• **Elaborar ou aperfeiçoar 16 regulamentos de segurança e saúde no trabalho**

Análise Situacional da Meta

As Normas Regulamentadoras – NR de segurança e saúde no trabalho são de observância obrigatória em todos os locais de trabalho e têm por objetivo estabelecer obrigações quanto à adoção de medidas que garantam trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho. A construção desses regulamentos é realizada pelo



MTE adotando o sistema tripartite paritário (governo, trabalhadores e empregadores), que melhor atende às expectativas dos dois polos da relação de emprego, acompanhando de forma mais dinâmica a evolução das relações e processos de trabalho.

Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014, foram elaboradas e/ou aperfeiçoadas 27 Normas Regulamentadoras, sendo 6 em 2012, 10 em 2013 e 11 em 2014. Dentre as publicações ocorridas no segundo semestre de 2014, merece destaque: a revisão do Anexo 8 – Vibração - da NR15 Atividades e Operações Insalubres, bem como a criação do Anexo 1 – Vibração – na NR9 – PPRA; e a regulamentação do adicional de periculosidade para trabalhadores expostos a energia elétrica e para aqueles que laborem em motocicleta.

Apesar de já ter atingido a meta do PPA 2012-2015, estão em andamento diversos trabalhos de revisão de NR com o intuito de ter um conjunto normativo harmônico e atualizado, que induza, a partir do seu cumprimento, uma redução significativa na quantidade de acidentes e doenças ocupacionais, o que trará benefícios para trabalhadores, empregadores e governo, especialmente com a redução dos custos previdenciários.

Dentre diversos trabalhos que estão em andamento, merecem destaque: a elaboração da NR sobre Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho e da NR sobre Plataformas de Petróleo; NR nº 18 – Indústria da Construção e NR nº 24 – Condições Sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

• Finalizar 85% das mediações coletivas com acordo

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou mediações coletivas e individuais de conflito trabalhista, com acordo firmado entre as partes em 90% dos casos, beneficiando trabalhadores de diversas categorias profissionais. O MTE reestruturou o Sistema Mediador, atualizando a sua plataforma de desenvolvimento e criando o Módulo II do sistema, que passou a acompanhar a partir de 2014 os pedidos de mediação coletiva de conflitos em relações trabalhistas em todo o País, subsidiando as ações para democratização e avanços nas relações de trabalho.

Quantidade alcançada

Quantidade alcançada

90

Data de Referência

13/02/2015

• Fiscalizar 1.183.000 empregadores urbanos, portuários e aquaviários com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS

Análise Situacional da Meta

Em relação à meta de empregadores urbanos, portuários e aquaviários fiscalizados, com obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS, no acumulado de Janeiro de 2012 a dezembro de 2014, foi alcançado um percentual de 65,32% da meta total. Os resultados obtidos no segundo semestre (julho a dezembro) de 2014 foram 17,23% maiores do que aqueles obtidos no primeiro semestre (janeiro a junho), representando 11,58% da meta total. Entretanto, permanecem os problemas e dificuldades ocasionados pela redução do quadro de Auditores-Fiscais do Trabalho.

No período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foram alcançados 108,6 milhões de trabalhadores nas fiscalizações. O número de trabalhadores registrados na ação fiscal, ou seja, que tiveram seus contratos de trabalho regularizados,



superou 1 milhão, no mesmo período. Os valores de FGTS e da Contribuição Social recolhidos ou notificados foi superior a R\$ 6,4 bilhões no período de 2012 a 2014. Somente no segundo semestre de 2014 esse valor alcançou R\$ 1,1 bilhão.

Deve-se ressaltar que o resultado obtido em 2014 foi 11,27% superior ao resultado obtido no ano anterior. Em 2013, por sua vez, os valores de FGTS e Contribuição Social notificados ou recolhidos atingiu aproximadamente R\$ 2,3 bilhões, contra R\$ 1,6 bilhão em 2012, representando um aumento aproximado de 43,4%. O incremento observado no valor de FGTS notificado ou recolhido é consequência direta do aumento da eficiência das fiscalizações, causado principalmente pelo aprimoramento tecnológico das ferramentas utilizadas pelos Auditores-Fiscais e pela constante capacitação destes.

Quantidade alcançada

772.794

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	97.500	unidade	72.967	31/12/2014
Região Nordeste	301.900	unidade	166.311	31/12/2014
Região Norte	75.000	unidade	60.675	31/12/2014
Região Sudeste	499.600	unidade	345.322	31/12/2014
Região Sul	209.000	unidade	127.519	31/12/2014

• Fiscalizar 500 empresas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram inspecionadas 199 empresas, de modo que o acumulado é de 475 (95%). O treinamento e reunião com representantes de 11 Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE) para ajustes surtiu o resultado esperado, de modo que a meta será atingida sem maiores dificuldades.

Quantidade alcançada

475

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	70	unidade	40	31/12/2014
Região Nordeste	70	unidade	188	31/12/2014
Região Norte	30	unidade	22	31/12/2014
Região Sudeste	230	unidade	111	31/12/2014
Região Sul	100	unidade	114	31/12/2014

• Fiscalizar 58.000 empregadores rurais com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

Análise Situacional da Meta

O número de empregadores rurais fiscalizados com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS cresceu em ritmo esperado no segundo semestre de 2014. Foram realizadas 6.643 fiscalizações neste período, o que representa pouco mais de 18,24% do acumulado de Janeiro de 2012 a dezembro de 2014, que totaliza 36.420 empregadores rurais. O histórico dos anos anteriores demonstra que o número de fiscalizações rurais tende a ser superior no segundo semestre, em virtude da sazonalidade das atividades no campo, sendo esperado tal resultado para o período. Deve-se ressaltar, no entanto, que houve uma redução de 168 Auditores-Fiscais do Trabalho em 2014, o que prejudicará o atendimento da meta quadrienal.



O montante de FGTS arrecadado ou notificado em ação fiscal no segundo semestre de 2014 foi de mais de R\$ 20,8 milhões, o que totaliza o valor arrecadado ou notificado durante o ano de 2014 de mais de R\$ 67,4 milhões. O montante arrecadado ou notificado de Janeiro de 2012 a Dezembro de 2014 superou os R\$ 194,4 milhões. Foram alcançados, de Janeiro de 2012 a dezembro de 2014, mais de 3,1 milhões de trabalhadores rurais.

Quantidade alcançada

36.420

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	9.280	unidade	6.262	31/12/2014
Região Nordeste	15.020	unidade	9.989	31/12/2014
Região Norte	3.590	unidade	2.702	31/12/2014
Região Sudeste	23.820	unidade	12.738	31/12/2014
Região Sul	6.290	unidade	4.729	31/12/2014

• Inserir 160.000 pessoas com deficiência sob ação fiscal no mercado de trabalho

Análise Situacional da Meta

Considerando as dificuldades detectadas/relatadas pelas empresas fiscalizadas à Auditoria-Fiscal do Trabalho, tais como baixa qualificação profissional da mão de obra; dificuldade de encontrar os trabalhadores com deficiência, entre outras; ao final de 2012 a Secretaria de Inspeção do Trabalho regulamentou, por meio da Instrução Normativa nº 98, de 2012, o procedimento especial para a fiscalização da cota legal, com vistas a permitir uma maior adequação das práticas da fiscalização com a realidade do mercado de trabalho, garantindo maior prazo para a consecução total da cota para as empresas que se comprometam, em um determinado prazo, a qualificar, a adequar seus espaços e equipamentos, visando a inclusão efetiva das pessoas com deficiência. E também vem articulando com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTE uma maior divulgação do Sistema Nacional de Emprego – SINE como instrumento público de intermediação de toda a mão de obra nacional.

A meta da fiscalização para o período do PPA 2012-2015 é incluir 160.000 pessoas com deficiência. No período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014, a meta era de 117.500 inserções e foram inseridas 118.930 pessoas com deficiência, atingindo 101,22% da meta estabelecida. De janeiro a dezembro de 2014, foram 42.613 pessoas com deficiência inseridas, por meio da ação direta de fiscalização.

É importante explicar que a meta nacional de inserção de pessoas com deficiência determinada para a fiscalização do trabalho foi distribuída pelos estados, considerando-se o potencial de vagas reservadas às pessoas com deficiência em cada estado, de acordo com a situação geográfica da matriz das empresas com 100 ou mais empregados obrigadas a reservar um percentual de seus cargos, em razão do disposto no art. 93, da Lei nº 8.213, de 1991.

Regionalmente, melhor desempenho se deu na Região Norte, responsável por 4% da meta nacional estabelecida para o período Janeiro de 2012 a dezembro de 2014. A meta prevista era de 4.251 inserções, e foram inseridas 6.091 pessoas com deficiência, 143% da meta prevista. Com destaque maior, ainda, para o ano 2013, quando a meta foi superada em 155% (meta de 1.304, inseridos 2.026). O pior desempenho no período foi do Estado do Pará com 71% da meta para o período cumprida. O melhor resultado foi do Estado do Acre com 215% da meta cumprida.

Em segundo lugar vem a Região Nordeste, com 133% da meta estabelecida para o período analisado, Região responsável por 13% da meta nacional. Em 2012, foram 6.031 inserções; em 2013, 7.746; e em 2014, 7.364. Apenas o Estado de Sergipe não atingiu a meta estabelecida para o período, atingindo 90% da meta.



Em terceiro lugar temos a Região Sul com 128%, responsável por 14% da meta nacional. Sendo 6.251 inserções, em 2012; 7.360, em 2013; e 7.811, em 2014. Com destaque para o Estado do Rio Grande do Sul, único estado na região que superou a meta estabelecida e proporcionou à região superar a meta do período.

Em quarto lugar vem a Região Centro Oeste com 118%, responsável por 7% da meta nacional. Em 2012, foram 3.205 inserções; 3.068, em 2013; e 3.015, em 2014. O único estado que não cumpriu a meta para o período analisado (Janeiro de 2012 a dezembro de 2014) foi o Mato Grosso do Sul, com piores desempenhos no ano de 2013, 43% da meta, e 2014, com 41% da meta estabelecida. Isso se deu, entre outros motivos, em razão da troca de coordenação do projeto no estado e até o momento não houve uma retomada aos índices anteriores.

Em último lugar, vem a Região Sudeste com 84% da meta prevista. Em 2012, foram 17.657; 20.747, em 2013; e 22.364, em 2014, fazendo um total de 60.768 inserções. O Espírito Santo e Minas Gerais superaram a meta prevista, o mesmo não ocorrendo com São Paulo e Rio de Janeiro. Há que se destacar que a Região Sudeste é responsável por 62% da meta nacional, em razão do grande potencial de contratação existente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, motivo que consideramos relevante para a não consecução da meta, somando-se à falta de recursos humanos e materiais apropriados nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE), não permitindo intensificar as ações necessárias para um bom desempenho do projeto.

Quantidade alcançada

118.930

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10.838	unidade	9.288	31/12/2014
Região Nordeste	20.588	unidade	21.091	31/12/2014
Região Norte	5.199	unidade	6.091	31/12/2014
Região Sudeste	99.510	unidade	60.768	31/12/2014
Região Sul	23.865	unidade	21.692	31/12/2014

• Inserir 644.160 aprendizes sob ação fiscal no mercado de trabalho

Análise Situacional da Meta

A meta de inserção de aprendizes sob ação fiscal para o quadriênio 2012 a 2015 foi estipulada em 644.160. Em 2011, essa meta foi dividida para cada Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), de forma progressiva, de modo que as regionais tivessem suas metas aumentadas a cada ano, desenvolvendo, assim, protocolos e metodologias de fiscalização de acordo com a sua particularidade e, à medida que essas práticas fossem se consolidando, as metas iriam, também, aumentando.

No ano de 2012, a meta foi superada em mais de 17% (foram inseridos 140.900 aprendizes, sendo que a meta era de 120.000). Em 2013, com a inserção de 160.256 aprendizes, a meta anual foi plenamente atingida. No segundo semestre de 2014, foram inseridos sob ação fiscal 82.371 aprendizes, totalizando 165.308 aprendizes inseridos em 2014. Portanto, não foi possível cumprir a meta estabelecida para 2014, atingindo 83% da meta estabelecida. No entanto, os resultados alcançados no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014 totalizam 466.464 aprendizes inseridos, alcançando 97% da meta prevista para o período (480.000) e perfazendo 72% do resultado esperado para o quadriênio. A análise dos números nos permite verificar que, apesar da meta para 2014 não ter sido atingida, a meta do quadriênio se manteve atingível. Espera-se que as regiões que não obtiveram bons resultados se empenhem na consecução das metas.

**Quantidade alcançada**

466.464

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	77.299	unidade	42.175	31/12/2014
Região Nordeste	118.203	unidade	86.684	31/12/2014
Região Norte	49.278	unidade	28.745	31/12/2014
Região Sudeste	312.418	unidade	230.816	31/12/2014
Região Sul	86.962	unidade	78.044	31/12/2014

- **Realizar 120 operações de auditoria de obras de infraestrutura**

Análise Situacional da Meta

Trata-se da meta alcançada pelo Grupo Móvel de Auditoria de Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura-GMAI com o total de 39 operações em 2014 (encerradas até 31/12/2014). O Grupo atua inspecionando estabelecimentos da indústria da construção, em todo o território nacional, com ênfase nas obras de infraestrutura, visando promover condições de trabalho adequadas e prevenir infrações à legislação trabalhista, especialmente aquelas que tenham impactos na segurança e na saúde dos trabalhadores, em todas as fases do processo de construção. Apesar de estar atuando com equipe reduzida em relação aos anos anteriores, o Grupo atingiu as metas de 2014, superando, antecipadamente, a prevista para o quadriênio.

Quantidade alcançada

137

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	21	unidade	33	31/12/2014
Região Nordeste	32	unidade	24	31/12/2014
Região Norte	38	unidade	50	31/12/2014
Região Sudeste	16	unidade	24	31/12/2014
Região Sul	13	unidade	6	31/12/2014

- **Realizar 500.000 ações fiscais de segurança e saúde no trabalho**

Análise Situacional da Meta

Nos dois primeiros anos do PPA, foram realizadas, respectivamente 154.361 e 143.263 ações, superando as metas anuais. No ano de 2014 foram realizadas 122.095 ações, totalizando 419.719 ações fiscais no período do PPA, o que corresponde a 83,94% da meta integral. Assim, apesar da queda na quantidade de ações anuais, reflexo direto da perda de Auditores-fiscais sem reposição, a perspectiva é de alcance e, possivelmente, superação dessa meta.

Quantidade alcançada

419.719

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	35.000	unidade	41.918	31/12/2014
Região Nordeste	100.000	unidade	101.927	31/12/2014
Região Norte	35.000	unidade	38.597	31/12/2014
Região Sudeste	250.000	unidade	173.970	31/12/2014
Região Sul	80.000	unidade	63.307	31/12/2014



PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Cobertura das equipes de agentes comunitários	%	01/01/2010	63,17	31/12/2014	66,35
Cobertura das equipes de saúde bucal	%	01/01/2010	34,3	31/12/2014	38
Cobertura das equipes de saúde da família	%	01/01/2010	52,75	31/12/2014	62,37
Cobertura de municípios ao Programa Farmácia Popular -Aqui tem farmácia popular-	unidade	01/01/2010	2.467	31/12/2014	4.345
Cobertura do Programa Saúde na Escola	%	01/01/2010	33	31/12/2014	49,14
Cobertura vacinal contra gripe	%	01/01/2010	82,77	31/12/2014	86,75
Coefficiente de prevalência de hanseníase	1/10.000	21/12/2011	1,54	31/12/2014	1,56
Esperança de vida ao nascer	ano	01/01/2008	73	31/12/2014	75,14
Incidência de Sífilis Congênita	unidade	31/12/2009	5.093	31/12/2013	13.705
Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS)	%	01/01/2010	60	31/12/2014	69,095
Índice de estruturação de redes de urgência e emergência	%	01/01/2010	44	31/12/2014	91,7
Índice de implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAP)	%	31/12/2011	58	31/12/2014	76
Índice de Municípios desenvolvendo ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano	%	31/12/2010	0	31/12/2014	33,2
Índice de realização de transplantes	1/1.000.000	01/01/2010	122,7	31/12/2014	121,71
Índice implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO)	%	31/12/2011	67,95	31/12/2014	79,51
Índice parasitário anual (IPA) da malária	1/1.000	01/01/2008	18,7	31/12/2013	6,28
Número de Academias da Saúde implantadas	unidade	01/01/2010	0	31/12/2014	275
Razão de mortalidade materna	1/100.000	31/12/2009	72	31/12/2012	62
Regiões de Saúde com Contratos Organizativos de Ação Pública - COAP assinado	%	01/01/2010	0	31/12/2014	5,5
Taxa de incidência de Aids	1/100.000	31/12/2009	20,6	31/12/2013	20,4
Taxa de incidência de tuberculose	1/100.000	31/12/2009	38,07	31/12/2013	36,8
Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas	1/100.000	01/01/2007	84	31/12/2012	96,8
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2009	16,8	31/12/2012	14,9
Taxa de mortalidade neonatal precoce	1/1.000	01/01/2007	11	31/12/2012	7,8
Taxa de mortalidade neonatal tardia	1/1.000	01/01/2007	3,3	31/12/2012	2,5

**Plano
Mais Brasil**

Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	1/100.000	01/01/2007	162,9	31/12/2012	171,8
Taxa de prevalência de excesso de peso	%	01/01/2003	42,7	31/12/2013	50,8
Taxa incidência de dengue	1/100.000	01/01/2009	293,35	31/12/2013	722,4

Observações:

Cobertura das equipes de saúde bucal - Fonte: SAGE/MS

Cobertura de municípios ao Programa Farmácia Popular - Aqui tem farmácia popular - Fonte: SAGE/MS

Cobertura do Programa Saúde na Escola - Fonte: Censo Escolar/MEC e Portal do Gestor/DAB. A adesão ao programa Saúde na Escola é voluntária e exige renovação a cada ciclo aberto. O município tem autonomia de pactuar quantas escolas quiser, desde que vincule uma ou mais equipes de saúde da família no território. A relação entre número de municípios que aderem e o número de escolas indicadas não é necessariamente direta, pois pode acontecer que o número de municípios reduza, mas o número de escolas pactuadas seja mantido ou até aumente, compensado pelo aumento do número de escolas pactuadas pelo conjunto de municípios aderidos. Em 2014, a redução do número de municípios pactuados impactou negativamente no resultado do indicador.

Cobertura vacinal contra gripe - Fonte: SI-PNI (http://pni.datasus.gov.br/consulta_influenza_14_selecao.asp). Refere-se à campanha de vacinação de 2014. Data de apuração: 10/02/2015.

Coefficiente de prevalência de hanseníase - Fonte: SINAN/SVS. Dados preliminares.

Esperança de vida ao nascer - Fonte: IBGE - <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/esperancas-de-vida-ao-nascer>

Incidência de Sífilis Congênita - Apuração: 04/12/2014.

Índice de estruturação de redes de urgência e emergência - Cálculo do Indicador no período:

2012: $27/60 \times 100 = 45\%$.

2012-2013: $40/60 \times 100 = 66,7\%$.

2012-2014: $55/60 \times 100 = 91,7\%$.

É importante esclarecer que o denominador utilizado é o número de PAR previstos para o quadriênio 2012-2015, que são 60 PAR pretendidos, e o numerador é o número de Planos estruturados acumulados no período. O índice não é calculado anualmente, mas pelo período.

Índice de implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAP) - Fonte: SAGE/MS e SAS/MS. Cálculo: $(1069 \times 0,5) + (476) + (154 \times 1,5)^* + (201) + (309)$ dividido por 2290**, multiplicado 100.

* Somente a partir de 2012 foram acrescidos os CAPS AD24hs (Caps III + CapsAD24hs).

** N° pretendido ao final do PPA.

Índice de Municípios desenvolvendo ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano - 33,2% (1.860 municípios) desenvolvendo a vigilância da qualidade da água para consumo humano. A redução no percentual em relação aos anos anteriores se deve à atualização do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), ferramenta utilizada para o acompanhamento do indicador. Em 2014, ano de transição para a nova versão do Sisagua, o volume de dados inseridos no sistema foi inferior ao do ano de 2013, o que não significa retrocesso na execução das ações do Vigiaqua nos municípios do País.

Índice de realização de transplantes - Não estão inclusos os dados de transplante de medula óssea do tipo alogênico e autólogo do estado de São Paulo, ainda não consolidados.

Índice implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) - Cálculo: $1.032/1.298 \times 100$. Fonte: SAGE/MS

Índice parasitário anual (IPA) da malária - Em 2013, foram notificados 169.620 casos de malária no Brasil, sendo 169.526

(99,94%) na região da Amazônia Legal e 94 fora desta região. O IPA da região da Amazônia Legal foi de 6,28 casos por mil habitantes. Fonte: Saúde Brasil 2013. Ainda não está fechado o número para 2014.

Número de Academias da Saúde implantadas - Academias de saúde que recebem recursos de custeio para seu funcionamento.

Razão de mortalidade materna - Fonte: Saúde Brasil 2013.

Taxa de incidência de Aids - Dados preliminares.

Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas - A estimativa de 2012 foi calculada a partir do SIM e utilizada a metodologia do IDB-RIPSA.

Apuração - Março/2014.

Taxa de mortalidade infantil - Este é o valor final de 2012 que será publicado no IDB2013.

Apuração - Março/2014.

Taxa de mortalidade neonatal precoce - Dados preliminares obtidos no Saúde Brasil 2013.

Taxa de mortalidade neonatal tardia - Dados preliminares obtidos no Saúde Brasil 2013.

Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório - A estimativa de 2012 foi calculada a partir do SIM e utilizada a metodologia do IDB-RIPSA.



Apuração - Março/2014.

Taxa de prevalência de excesso de peso - Fonte: Vigitel Brasil 2013.

Taxa incidência de dengue - Apuração de 10/07/2014.

OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Este Objetivo trata da ampliação do acesso e da qualidade da atenção primária por meio da elevação da quantidade das equipes de saúde da família e de saúde bucal. Ainda nesse nível de atenção, as prioridades estão voltadas para a adequação da infraestrutura das unidades básicas, aprimoramento dos parâmetros de qualidade e a expansão e qualificação do sistema. Com relação à atenção especializada, será privilegiada a organização dos serviços em redes, nas quais deverão ser qualificados o acolhimento e a humanização das práticas.

Neste contexto, em 2014, o Ministério da Saúde continuou a adequação do contingente de profissionais da área médica e a expansão da infraestrutura física da oferta de saúde, com destaque para o Programa Mais Médicos.

O Programa Mais Médicos tem por finalidade a redução da carência de médicos e a expansão da infraestrutura física da oferta de saúde nas regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS), que inclui Municípios com alto percentual de população em situação de extrema pobreza, Municípios do grupo G100 e Municípios com alto percentual de população usuária do SUS.

Em 2014, foram alocados 7.804 médicos, entre brasileiros e estrangeiros, atingindo um total 14.462 médicos em atividade em 3.785 Municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) desde a sua criação. O Governo Federal superou a meta inicial estipulada de atender 46 milhões de pessoas, chegando a alcançar 50 milhões de beneficiados.

Os médicos integrantes do Mais Médicos recebem supervisão acadêmica conduzida por 148 tutores, sendo a maioria docente de medicina, integrantes de 49 IES, e por 1.741 supervisores médicos, que acompanham mensalmente o desempenho acadêmico e profissional dos médicos em exercício, em articulação com tutores e gestores municipais de saúde.

A Estratégia de Saúde da Família alcançou cobertura de 62,37% da população brasileira, o que corresponde a 120,9 milhões de pessoas. Até dezembro de 2014, a Estratégia contou com 39,2 mil equipes atuando em 5.463 Municípios. Em relação aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), conta-se com 265.698 ACS contratados, representando uma cobertura de 66,35% da população brasileira.

Dando complementaridade à atuação em Atenção Básica, o poder público ampliou o número de Equipes de Saúde Bucal (ESB) em 1.129 equipes, chegando a 24.279 equipes em operação em 5.014 Municípios, beneficiando 76,3 milhões de pessoas. Em 2014, foram implantados 42 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), chegando a 1.030 centros em funcionamento. Em 2014 o Brasil chegou a 1.955 municípios habilitados com Laboratório Regional de Prótese Dentária, chegando a 600.196 próteses ofertadas.

Com a finalidade de aumentar a capacidade das gestões municipais, estaduais e federal, em conjunto com as equipes de saúde, o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica alcançou 30.522 equipes (incluindo 19.946 ESB), 1.813 Nasf e 860 CEO contratualizados em 2014, presentes em 5.070 Municípios.

O Programa Melhor em Casa ampliou em 2014 a abrangência do atendimento do SUS fora do espaço hospitalar. Nesse âmbito, até dezembro de 2014, apresenta uma cobertura potencial de 25,7% da população, ou seja, estando ao alcance de 52,2 milhões de habitantes. A assistência multiprofissional gratuita é realizada no lar do paciente, que recebe o cuidado mais próximo da família, proporcionando um serviço humanizado e acolhedor.

Em 2014, foram constituídas 294 novas Equipes de Atenção Domiciliar, formadas por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e fisioterapeutas, além de outros profissionais, totalizando 803 desde o início do Programa. Dessas, 522 são



Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar e 281 Equipes Multiprofissionais de Apoio.

Quanto à construção de novas UBS, até 2014 registra-se a conclusão de 2.096 obras de construção e 4.168 obras de reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Além disso, 2.922 obras de ampliação foram concluídas. Foram ainda habilitadas propostas para 728 construções, 721 ampliações e 378 reformas de UBS.

No que se refere à atenção oncológica, no ano de 2014 foram habilitados cinco novos hospitais de alta complexidade em oncologia, atingindo um total de 283 hospitais habilitados. Os estabelecimentos de saúde habilitados em alta complexidade e oncologia realizam o diagnóstico definitivo e o tratamento dos cânceres mais prevalentes ou todos os tipos de câncer, a depender do tipo de habilitação de cada estabelecimento.

Foram realizadas no ano de 2014, de janeiro a novembro, 246,3 mil cirurgias oncológicas, 2,6 milhões de procedimentos de quimioterapia e 9,6 milhões de procedimentos radioterápicos. A fim de promover a qualidade dos exames citopatológicos do colo do útero ofertados à população e considerando a Qualificação Nacional em Citopatologia na Prevenção do Câncer do Colo do Útero (QUALICITO), foram habilitados 596 laboratórios. Destes laboratórios, 571 foram habilitados como Tipo I, ou seja, aqueles que prestam serviço ao SUS e que realizam exames citopatológicos do colo do útero, 17 habilitados como Tipo II aqueles responsáveis por realizar exclusivamente os exames citopatológicos do colo do útero no âmbito do Monitoramento Externo da Qualidade (MEQ) e 08 habilitados como Tipo I e Tipo II, que realizam ambas as ações.

Em relação às cirurgias de transplante realizadas no Brasil, 95% são realizadas pelo SUS. Destaca-se em 2014 o crescimento do registro brasileiro de doadores de medula óssea (Redome), com mais de 3,5 milhões de doadores cadastrados, o que faz do registro brasileiro o terceiro maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea. Em 2014 foram realizados 23.217 transplantes. Esse número ainda não inclui os dados de transplantes de medula óssea do tipo alogênico e autólogo do estado de São Paulo, ainda não consolidados. No ano de 2014, foram notificadas 9.378 mortes encefálicas, que resultaram em 2.710 doadores efetivos de órgãos. Este número configura a maior quantidade de doadores efetivos já registrados em apenas um ano no Brasil, ultrapassando todas as metas e previsões e alcançando 14,2 doadores efetivos por milhão de população (número total de doadores efetivos no ano dividido pela população censitária, multiplicado por 1.000.000).

Também, até dezembro de 2014 foi assegurada a disponibilidade de 3,28 UI per capita de Fator VIII e 0,55 UI per capita de Fator IX para o tratamento dos pacientes com hemofilia A e B, respectivamente, considerando os quantitativos armazenados e distribuídos pelo Ministério da Saúde. Em 2014, ocorreu a formalização dos protocolos de uso de Imunotolerância para Hemofilia A e de Profilaxia Primária para Hemofilia Grave.

Foram implantadas 14 plataformas para realização centralizada dos testes do ácido nucleico (NAT) na Hemorrede Nacional. O teste está disponível para atendimento a 100% dos serviços públicos e privados contratados pelo SUS. De janeiro até dezembro de 2014, foram testadas 2.939.086 amostras com o NAT Brasileiro. O total de janelas imunológicas identificadas na rotina dos Sítios Testadores (considerando os dados cumulativos de 2011 a dezembro de 2014) foi de 29 para HIV e 10 para HCV. Estima-se uma produção nacional em 3.600.000 bolsas de sangue.

Com a melhoria da qualificação da Hemorrede, pelo menos 103 serviços de hemoterapia foram certificados para fornecimento de plasma para a indústria de hemoderivados.

Nesses serviços qualificados, foram coletadas, em 2014, 552.157 bolsas de plasma de uso industrial, que compõem um volume estimado de 121.475 litros de plasma.

Metas 2012-2015

- **Alocar 13,2 mil médicos brasileiros e estrangeiros em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram alocados 7.804 médicos, entre brasileiros e estrangeiros, atingindo um total 14.462 médicos.

Quantidade alcançada

14.462

Data de Referência

31/12/2014



- **Ampliação do tratamento do câncer, com incremento de 25% das cirurgias oncológicas e de 5% dos procedimentos quimioterápicos no Brasil, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas no ano de 2014, de janeiro a novembro, 246.305 cirurgias oncológicas e 2.581.497 procedimentos quimioterápicos.

- **Ampliar a área física e/ou reformar 23 mil unidades básicas de saúde (UBS), priorizando 5.000 unidades na Região Nordeste.**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Saúde aprovou, por meio de publicação em portaria, 16.855 propostas para obras de reforma e ampliação de UBS no Brasil, sendo 8.506 ampliações e 8.349 reformas. Em dezembro de 2014, do total aprovado, 15.464 obras encontravam-se vigentes devido ao cancelamento de 8% das propostas. No período de 2012-2014 foram ampliadas 2.922 e reformadas 4.168 unidades, totalizando 7.090 UBS concluídas no período, representando 45% do total aprovado. Apenas em 2014 foram ampliadas 1.802 unidades e reformadas 1.746 em todo o Brasil.

Na região Nordeste, do número total de propostas habilitadas, 6.868 obras estavam vigentes em dezembro de 2014 (4% de cancelamentos), sendo 3.731 ampliações e 3.137 reformas. Do total de obras concluídas no Brasil no período de 2012-2014, 3.053 estão localizadas no Nordeste (43%), com 1.383 unidades ampliadas e 1.670 reformadas. Considerando apenas o ano 2014, das 3.548 obras concluídas no Brasil, 863 ampliações e 678 reformas foram da região Nordeste.

Quantidade alcançada

15.464

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar em 33,6 mil o número de agentes comunitários de saúde, passando de 250,6 mil agentes em dezembro de 2011 para 284,2 mil até 2015.**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 houve um aumento de 7.762 ACS. Somados aos 7.336 do período de 2012-2013, o aumento de ACS no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foi de 15.098. O total de ACS no País até dezembro de 2014 foi de 265.698.

Quantidade alcançada

265.698

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar em 3,5 mil o número de equipes de saúde bucal, passando de 21,4 mil equipes em dezembro de 2011 para 24,9 mil até 2015.**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 foram implantadas 1.129 Equipes de Saúde Bucal. Somadas às 1.750 ESB do período de 2012-2013, o aumento de janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foi de 2.879. O total de ESB até dezembro de 2014 foi de 24.279.

Quantidade alcançada

24.279

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar em 8,1 mil o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família, passando de 32,3 mil equipes em dezembro de 2011 para 40,4 mil em 2015.**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 foram implantadas 4.513 Equipes de Saúde da Família. O total de ESF até dezembro de 2014 foi de 39.228.

**Quantidade alcançada**

39.228

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 foram realizados 23.217 transplantes de órgãos sólidos e não sólidos.

(Não estão incluídas as modalidades de transplante de medula óssea do tipo alogênico e autólogo do estado de São Paulo, dados ainda não consolidados)

Quantidade alcançada

23.217

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 2.000 profissionais que atuam em áreas estratégicas em Metodologia de Identificação e Combate ao Racismo e ao Sexismo Institucional, como estratégia para promoção da equidade no SUS.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi realizado o Fórum “Enfrentando o racismo institucional para promover a saúde integral da população negra no SUS” que reuniu gestores em saúde e representantes do movimento social. Foi produzido, pela UNASUS, módulo para atender à Política de Promoção de Equidades e políticas para população em situação de vulnerabilidade. Em 2014, o módulo foi ofertado para profissionais da saúde e já conta com 4.473 matriculados, com mais de 150 concluintes.

- **Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a dezembro de 2014 foram capacitados em regulação um total de 1.719 profissionais, sendo que 1.660 destes participaram do Curso de Especialização em Regulação e os 59 restantes participaram do treinamento para uso do Sistema Nacional de Regulação – SISREG. Somados aos 2.434 do período de 2012-2013, o total de profissionais capacitados na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde é de 4.153.

Quantidade alcançada

4.153

Data de Referência

31/12/2014

- **Concluir o novo complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer**

Análise Situacional da Meta

No 1º semestre foram realizadas atividades preliminares como: sondagens, construção da cabine de medição de energia elétrica, projetos para a construção do canteiro de obra e a locação da obra.

No início do 2º semestre, foram iniciadas as atividades para a construção da parede de diafragma com escavação para regularização do terreno, execução da mureta guia, construção de pavimentação para a estrutura de apoio a Hidrofresa, mobilização e montagem dos equipamentos da Hidrofresa e remoção das fundações enterradas na linha de execução da parede diafragma. Devido a impedimentos legais em seu início, a obra será concluída entre 3 a 4 anos, de acordo com o cronograma estabelecido.

**Quantidade alcançada**

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Disponibilizar 3,9 UI de Fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,27 UI de Fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014: 3,28 UIs de Fator VIII, considerando a distribuição dos fatores plasmático e recombinante, armazenados e distribuídos pelos CAIES/MS e Hemobrás; e 0,55 UIs Fator IX, considerando o Fator IX plasmático distribuído e armazenado no CAIES/MS e na Hemobrás.

- **Implantar 1.400 equipes de atenção domiciliar até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram implantadas 185 EMAD e 109 EMAP, totalizando 349 equipes no ano de 2014. Desde o início da implantação, em abril de 2012, até dezembro de 2014, foram implantadas 803 Equipes de Atenção Domiciliar, sendo 522 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 281 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP).

Quantidade alcançada

803

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 187 Centrais de Regulação.**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a dezembro de 2014 foram implantadas 44 centrais de regulação, que, somadas ao período 2012/2013, totalizaram 142 centrais implantadas.

Ressaltamos que não foram computadas as centrais contempladas apenas com recursos de custeio, o que descaracterizaria o objetivo da meta pactuada e alteraria o quantitativo.

Quantidade alcançada

142

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 1 unidade de Monitoramento Externo de Qualidade - MEQ dos exames citopatológicos em cada uma das 27 UF, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Foram habilitados 25 laboratórios para realizar o MEQ em 16 estados brasileiros. Os demais estados e o Distrito Federal ainda não contam com laboratório habilitado para realizar o MEQ.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 3.358 unidades básicas de saúde(UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.250 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Até 2014 foram implantadas 2.096 UBS, totalizando 40.609 UBS em funcionamento no País.

Quantidade alcançada

2.096

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 416 Centros de Especialidades Odontológicas, passando de 882 em dezembro de 2011 para 1.298 em 2015.**

**Análise Situacional da Meta**

Em 2014 foram implantados 42 Centros de Especialidades Odontológicas. Somados aos 106 do período de 2012-2013, houve um aumento de 148 CEOs entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014. Até dezembro de 2014 o total de CEOs em funcionamento foi de 1.030.

Quantidade alcançada

1.030

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar, em todas as 27 unidades da federação do país, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias**

Análise Situacional da Meta

Meta superada em 2012, uma vez que as 27 UF atualmente já contam com a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias implantada.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar o Plano de Expansão da Radioterapia, que contempla 80 serviços, sendo 39 ampliações de serviços já habilitados e 41 novos serviços, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

A empresa Varian Medical Systems, ganhadora do pregão presencial nº 11/2013, realizou visita e elaborou o projeto básico de todos os estabelecimentos que foram contemplados no Plano como ampliação. Os projetos estão sendo avaliados pelos estabelecimentos contemplados e pelo Ministério da Saúde.

- **Programa Saúde na Escola ampliado para creches e pré-escolas de 100% dos municípios que aderirem ao programa.**

Análise Situacional da Meta

A meta do PSE para creches e pré-escolas ocorreu a partir do ciclo 2013-2014. Nesse ciclo, 98% dos municípios que aderiram ao programa pactuaram creche ou pré-escola. No ciclo 2014-2015, pactuaram 4.787 municípios e 19.999 creches, 2.251 creches a menos que no ciclo anterior.

Quantidade alcançada

85,6

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover a adesão de 78% dos municípios brasileiros ao Programa Saúde na Escola até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Na adesão referente ao ciclo 2014-2015, finalizada em junho de 2014, contou-se com a adesão de 4.787 Municípios (85,9%), alcançando uma cobertura de 18,3 milhões de educandos.

Quantidade alcançada

85,9

Data de Referência

31/12/2014

- **Qualificar 35 novos serviços de saúde no sistema prisional.**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) já conta com a adesão de 22 Estados e 134 municípios.

Em 2014 houve a qualificação de 91 serviços de saúde no sistema prisional.

**Quantidade alcançada**

91

Data de Referência

31/12/2014

• Qualificar 4 estados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**Análise Situacional da Meta**

Entre 2012 e 2013, os 4 estados previstos na meta (SC, MA, PI e RN) foram qualificados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP).

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

• Requalificar 235 serviços de saúde existentes no sistema prisional.**Análise Situacional da Meta**

Em 2014 foram requalificados 22 serviços de saúde no sistema prisional.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo trata da vigilância em saúde, do controle dos determinantes, riscos e danos à saúde das pessoas que vivem em determinadas condições de vulnerabilidade, fornecendo elementos para implementação de ações que visam à integralidade da atenção.

Um primeiro foco de atenção são as doenças transmissíveis, que têm apresentado mudanças significativas ao longo das últimas décadas, mas ainda continuam a oferecer desafios aos programas de controle e prevenção.

Em 2014, para o aprimoramento da vigilância da dengue, o Brasil começou a adotar a nova classificação de casos de dengue, estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), quais sejam: dengue, dengue com sinais de alarme e dengue grave. De janeiro a dezembro de 2014 ocorreram 587.815 casos prováveis de dengue (casos notificados, excluindo os descartados), 684 casos de dengue grave, 8.137 casos de dengue com sinais de alarme e 405 óbitos. Em comparação com o mesmo período de 2013, houve uma redução de 40 % nos óbitos (674). Visando o aprimoramento da vigilância e o enfrentamento de epidemias de dengue e Chikungunya no Brasil, o Ministério da Saúde vem desenvolvendo uma série de ações preparatórias, tais como: repasse de R\$ 363,4 milhões a todos os Municípios para qualificação das ações de prevenção e controle da dengue em dezembro de 2013 e R\$ 150 milhões em dezembro de 2014; distribuição de inseticidas para controle vetorial e kits para diagnóstico de dengue; elaboração do Plano de Contingência Nacional de Resposta ao Vírus Chikungunya, do Manual de Preparação e Resposta à introdução do Vírus Chikungunya no Brasil, do Guia de manejo clínico de Chikungunya, de procedimentos de vigilância e capacitação de laboratórios centrais de saúde pública para a realização dos testes de diagnóstico de Chikungunya; dentre outras.

A tuberculose é outro desafio colocado, com profundas raízes sociais, por estar ligada diretamente à pobreza. No período de janeiro a novembro de 2014, foram diagnosticados e registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação 55.493 casos novos de tuberculose. Em 2014, foi incorporado um novo método de diagnóstico da tuberculose (teste molecular rápido), previsto para ser implantado em 94 Municípios prioritários, sendo que 41 deles já estão com o processo em funcionamento.



Quanto ao HIV/Aids, em 2014 foi iniciada a oferta da dose tripla combinada dos medicamentos Tenofovir (300 mg), Lamivudina (300 mg) e Efavirenz (600 mg) para o tratamento dos pacientes com AIDS. Essa combinação de medicamentos integra o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o Manejo da Infecção do HIV em Adultos, e está sendo disponibilizado como tratamento inicial para os pacientes soropositivos. De janeiro a dezembro de 2014, 2.942 pessoas vivendo com HIV e AIDS tiveram dispensação do medicamento 3 em 1, sendo a maioria do Rio Grande do Sul. Em relação à hanseníase, dados preliminares de julho de 2014 demonstram que houve uma pequena redução no coeficiente de prevalência da hanseníase do primeiro semestre de 2014 (1,47/10.000 habitantes) em relação ao mesmo período de 2013 (1,5/10.000 habitantes), o que corresponde a 29.841 casos de hanseníase em tratamento no País. Quanto à hepatite C, foram tratados 15.812 portadores, estimativa realizada a partir dos dados de consumo médio mensal dos medicamentos, enviados pelos Estados.

Ainda em 2014 o Governo Federal introduziu a vacinação contra a Hepatite A no calendário vacinal infantil para crianças de um ano. Essa iniciativa encontra-se implantada em todo o território e já foram adquiridas mais de cinco milhões de doses.

A mobilização nacional para o combate à poliomielite e de seguimento contra o sarampo realizou, em 2014, ampla campanha nacional para vacinar aproximadamente 12,7 milhões de crianças de seis meses a menores de cinco anos e 10,9 milhões de crianças de um ano a menores de cinco anos, respectivamente. No combate à gripe também foi realizada campanha nacional de vacinação de população específica, com distribuição de mais de 53,5 milhões de doses, resultando no alcance de 86,7% de cobertura vacinal nos grupos elegíveis.

A vacina tetraviral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela), introduzida no Calendário Nacional de Vacinação em 2013 para substituir a segunda dose da vacina tríplice viral para as crianças entre 15 meses e dois anos de idade, alcançou em 2014 uma cobertura de 72,63% dessa clientela específica, com mais de 3,7 milhões de doses adquiridas.

A segunda dose da vacina contra o vírus HPV, que protege do câncer do colo de útero, começou a ser aplicada em meninas de 11 a 13 anos a partir de 1º de setembro de 2014 em todo o País.

No que se refere à incidência da malária, de janeiro a outubro de 2014, observou-se redução de 21% (121.778) nos casos na Região Amazônica quando comparado com o mesmo período de 2013 (154.305); e de 24% nas internações por malária, passando de 1.737 (2013) para 1.326 (2014).

Importante ressaltar que foi realizada, em 2014, a Pesquisa Nacional de Saúde, em parceria com o IBGE, a qual coletou informações sanitárias, de acesso e uso de serviços, de ações preventivas, da continuidade dos cuidados e do financiamento da assistência de saúde, além do estilo de vida de 63 mil domicílios, com a finalidade de apresentar resultados que venham a subsidiar a formulação das políticas públicas em saúde nas áreas de promoção, vigilância e atenção à saúde.

Os dados coletados e analisados serão lançados em quatro volumes. O primeiro volume, cujo lançamento ocorreu em dezembro de 2014, contém informações sobre estilo de vida (alimentação, atividade física, consumo de álcool e tabagismo), doenças crônicas não transmissíveis e percepção do estado de saúde. Em 2015, planeja-se a divulgação dos demais volumes, além dos cruzamentos e análises possíveis.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, passando de 17 UF em 2010 para as 27 UF até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, 27 UF com 93% de confirmação sorológica dos casos de Hepatite C.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a taxa de cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 74,3% em 2009 para**



85% até 2015.

Análise Situacional da Meta

O percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados em 2014 serão apurados em 2015. Dados do Sinan apurados em dezembro de 2014, apontam que o percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados entre janeiro e novembro de 2013 está em 61,8%.

Quantidade alcançada

61,8

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro coliforme total, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas 443.447 análises para o parâmetro de Coliformes Totais, quantitativo esse equivalente a 60,8% de análise do total de amostras.

Quantidade alcançada

60,8

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro turbidez, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas 398.509 análises para o parâmetro de Turbidez, quantitativo esse equivalente a 54,6% de análise do total de amostras.

Quantidade alcançada

54,6

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar o número de UF com 90% de investigação de óbitos com causa básica definida, passando de 20 UF em 2010 para 27 UF até 2015.**

Análise Situacional da Meta

De janeiro a dezembro de 2014, 24 UF apresentaram ao menos 90% das investigações de óbitos com causa básica definida. A média nacional está em 93,9%.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar o número de unidades de saúde com notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, passando de 5.898 em 2011 para 12.200 até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014, são 10.004 unidades notificantes em 3.379 municípios, as quais registraram 169.361 notificações de violência doméstica, sexual e/ou outras violências. O ano de 2013 foi finalizado com 9.124 unidades de saúde notificantes, com 156.202 notificações.

Quantidade alcançada

10.004

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador, passando de 12% em 2010 para 100% até 2015.**

**Análise Situacional da Meta**

Em dezembro/2014, dos 209 Cerest habilitados, 193 responderam à questão referente às ações de VISAT, dos quais 130 estavam desenvolvendo ações VISAT, correspondendo a 62,2% do total de Cerest habilitados.

Quantidade alcançada

62,2

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar o percentual de municípios prioritários realizando notificação no SINAN dos casos de intoxicações exógenas por agrotóxicos, passando de 30% em 2013 para 100% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Até o momento, foram priorizados 627 municípios brasileiros nas 27 Unidades da Federação para a execução de ações de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, com base nos seguintes critérios: área plantada e taxa de incidência de intoxicações por agrotóxicos por 100 mil habitantes.

Tomando como base a atualização em 24/12/2014 do banco do SINAN, com recorte temporal de janeiro a dezembro de 2013*, 43% (267) dos municípios prioritários notificaram no mínimo 1 caso de intoxicação exógena por agrotóxicos.

*O banco do SINAN de 2013 fechará em agosto de 2015.

Quantidade alcançada

43

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar para 70% o percentual de municípios com cobertura vacinal adequada (95%) de tetravalente/pentavalente em menores de 1 ano, em todos os anos, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

A tetravalente é uma vacina combinada do tipo injetável que imuniza crianças menores de 1 ano contra difteria, tétano, coqueluche, meningite e outras infecções causadas pelo *Haemophilus influenzae* tipo b. A introdução da vacina pentavalente é uma união da vacina Tetravalente com a vacina Hepatite B.

Dados preliminares de janeiro a novembro de 2014 demonstram que 57,57% dos municípios do País apresentaram cobertura da vacina pentavalente em menores de 01 ano maior ou igual a 95%.

Quantidade alcançada

57,57

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas a sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2014 foram selecionadas 15 pesquisas por meio do Edital nº 1/2014, sendo que 13 serão realizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada - TED e duas por meio de convênios.

No segundo semestre iniciou-se o processo de celebração dos referidos termos. Os dois termos de convênio foram celebrados e empenhados, aguardando a liberação do financeiro em 2015. Com relação aos 13 TED, apenas um teve o recurso transferido e empenhado pela universidade, os demais foram celebrados e publicados, porém, os recursos serão descentralizados em 2015.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar e fortalecer os Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde nas 27 Unidades da Federação,**



considerando-se as populações vulneráveis e os índices de homicídios e agressões.

Análise Situacional da Meta

Os núcleos estão sendo apoiados por meio de visitas de assessoramento e de capacitações de gestores estaduais da Vigilância em Saúde, nas 27 unidades da federação.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar financeiramente 30 Centrais de Rede de Frio para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O Levantamento Nacional da Situação da Rede de Frio, realizado em 2011 em toda a rede (composta por 27 Centrais Estaduais, 307 Centrais Regionais e 22 Centrais Municipais, totalizando 356 pontos de referência em Rede de Frio) sugeriu como prioritária, para o ano de 2012, a alocação de recursos para a aquisição de equipamentos de refrigeração. Em dezembro de 2012, foram instituídos repasses financeiros do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde Estaduais e do Distrito Federal, por meio do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde, para fomento e aprimoramento das condições de funcionamento da Rede de Frio, em âmbito estadual e regional.

Em julho de 2014, foi publicada Portaria nº 1.429, estabelecendo procedimentos e critérios para o repasse de recursos financeiros de investimento pelo MS, destinados ao fomento e ao aprimoramento das condições de funcionamento da Rede de Frio, com a aquisição de equipamentos, material permanente, unidades móveis e aprimoramento das condições de funcionamento. O total repassado foi de R\$ 86,5 milhões, sendo R\$ 35,8 milhões no ano de 2013 (portaria nº 3.301 de 26 de dezembro de 2013) e R\$ 50,7 milhões no ano de 2014 (portarias nº 2.627 de 27 de novembro de 2014 e nº 2.751 de 10 de dezembro de 2014). Com esse repasse, ao todo foram apoiadas 392 redes de frio. Das 355 centrais de rede de frio classificadas como prioritárias de acordo com levantamento realizado em 2011, 220 receberam incentivo nos anos de 2013 e 2014. Adicionalmente, 172 Centrais municipais classificadas como não prioritárias também receberam incentivo em 2013 e 2014, totalizando o número de 392.

Quantidade alcançada

392

Data de Referência

31/12/2014

- **Beneficiar 160 municípios com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, 26 municípios foram beneficiados com melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas, com a celebração de 26 convênios por meio de Emenda Parlamentar, totalizando 182 municípios beneficiados nos últimos três anos 2012-2014 (2012:50 e 2013: 106).

Quantidade alcançada

182

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar as academias de saúde, chegando a 4800 academias em 2015**

Análise Situacional da Meta

De 2011 a 2014 foram habilitados, para construção, 3.790 polos de academia da saúde e 450 projetos similares em todas as regiões do País, totalizando 4.240 projetos habilitados. Até dezembro de 2014, 934 obras foram concluídas.

Em relação ao custeio, até dezembro de 2014, 275 polos foram habilitados para custeio pela SAS e SVS.

Quantidade alcançada

4.240

Data de Referência

31/12/2014



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	800	unidade	2.778	28/02/2014

• **Implantar a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos nas 27 UF até o ano de 2015.**

Análise Situacional da Meta

A partir de 2012, o Ministério da Saúde incentivou o fortalecimento da Vigilância em Saúde de populações expostas a agrotóxicos por meio da Portaria nº 2.938/2012, que autorizou o repasse de recursos específicos para este fim.

A Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM) estabeleceu os seguintes critérios para monitorar e avaliar a implantação da vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos nos estados: criação de Grupo de Trabalho ou similar; inserção de ações de VSPEA na Programação Anual de Saúde; priorização de municípios; pactuação de propostas de VSPEA na CIB; percentual de execução das ações propostas. A partir da pontuação obtida por cada estado no conjunto desses critérios, a implantação da VSPEA pode ser classificada como: (1) crítica; (2) inicial sendo que, nessas duas classificações a VSPEA é considerada como NÃO IMPLANTADA; (3) regular; (4) boa; (5) ótima; (6) excelente.

De acordo com esses critérios, 25 UF implantaram a VSPEA. As UF que não implantaram são AP e MA, cuja classificação é inicial.

Segundo último monitoramento feito pela CGVAM, os estados apresentam o seguinte estágio de classificação da implantação de VSPEA: 1. Inicial (AP, MA); 2. Regular (AC, RO, RN, ES, RJ, SE); 3. Boa (RR, PA, MT, MS, GO, PI, CE, PB, BA, MG, SP, RS); 4. Ótima (AM, TO, PE, AL, PR, SC); 5. Excelente (DF).

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar na FIOCRUZ Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres Naturais - CEPED**

Análise Situacional da Meta

O Ceped foi implantado na Escola Nacional de Saúde Pública (Campus Manguinhos/Fiocruz) em 2013.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1	unidade	1	31/12/2014

• **Implantar o Sistema GAL (Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial) em 50 laboratórios de referência da Fiocruz garantindo 100% de rastreabilidade das amostras em ambiente WEB**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, 18 laboratórios tiveram o sistema GAL implantado. Em 2014, mais 8 laboratórios de referência tiveram o sistema GAL implantado, totalizando 26 no período.

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar técnicas de Biologia Molecular para diagnóstico de dengue, influenza e meningite bacteriana em todos os 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Atualmente existem 15 Estados que implantaram a técnica de biologia molecular para pelo menos um dos três agravos, a saber:

Dengue (07 Estados): CE, GO, PE, SP, MG, RS e RJ; Meningites (04 Estados): SP, PR, CE e MG;



Influenza (15 Estados): RS, SC, PR, SP, MG, RJ, ES, BA, PI, PE, CE, GO, MS, AM e AC.

Os Estados de RR, MA e MT iniciaram o processo de implantação de PCR-TR (quantitativo em tempo real), técnica de laboratório que permite a identificação dos agravos.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	2	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	4	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	2	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2014

- **Introduzir a vacina DTPa no calendário nacional de vacinação da gestante, ampliando a cobertura vacinal para 95% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O MS tornou pública em 2013 a decisão de incorporar a vacina adsorvida contra difteria, tétano e pertussis (acelular) - dTpa - para vacinação exclusivamente de gestantes no Sistema Único de Saúde - SUS.

A vacina foi introduzida em novembro, com estoque atual de 2.154.962 doses da vacina (suficiente para atender 7 meses) e espera-se o recebimento de mais 500.000 doses.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Introduzir a vacina Hepatite A no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano, ampliando a cobertura para 95% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Ainda em 2014 o Governo Federal introduziu a vacinação contra a Hepatite A no calendário vacinal infantil para crianças de um ano. Essa iniciativa encontra-se implantada em todo o território e já foram adquiridas mais de cinco milhões de doses.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Introduzir a vacina Varicela no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano e 3 meses, ampliando a cobertura para 95% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

A inclusão da vacina Varicela no calendário do SUS ocorreu em setembro de 2013. Biomanguinhos, produtor nacional da vacina, a partir de transferência de tecnologia, irá fornecer 2,3 milhões de doses em 2014. O estoque estratégico para o ano de implantação foi garantido pela aquisição de doses da vacina monovalente por meio do Fundo Rotatório da OPAS.

A cobertura da vacina varicela, durante o período de janeiro a novembro de 2014, está em 66,37%, (dados atualizados em novembro/2014).

Quantidade alcançada

66,37

Data de Referência



31/12/2014

• Monitorar o Plano Nacional para o Controle de Doenças Crônicas não Transmissíveis até 2015.**Análise Situacional da Meta**

O Plano Nacional de Doenças Crônicas não Transmissíveis - PDCNT é monitorado por meio de reuniões, encontros e teleconferências. Em 2013, foi elaborado o questionário de monitoramento Formsus, o qual foi preenchido pelos estados, pelas capitais e por municípios acima de um milhão de habitantes (Campinas e Guarulhos); e realizados seminário e fórum de DCNT com estados, municípios e organizações da sociedade civil organizada para monitorar o PDCNT. Também foi iniciada a Pesquisa Nacional de Saúde 2013 – PNS, sobre as condições de saúde da população, parte do Plano de Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), as quais são responsáveis por 72% dos óbitos no Brasil. Em 2014, o FormSUS para monitoramento do plano de DCNT nos estados, capitais e municípios com mais de um milhão de habitantes foi finalizado e os dados foram apresentados em agosto (Seminário de DANT). Em Julho, realizou-se a reunião de monitoramento do plano de DCNT com outros Ministérios e também o IV Fórum de monitoramento do plano de DCNT no início do mês de agosto, com participação de 200 pessoas, entre elas representantes de: estados, municípios e organizações da sociedade civil organizada e setor produtivo. Dando continuidade ao processo de monitoramento do Plano, foi elaborado um novo FormSUS e disponibilizado na segunda semana de dezembro para preenchimento das dificuldades na elaboração dos Planos para posterior ação do MS no que couber. Como estratégia para mobilização do CONASS e CONASEMS, foi realizada reunião em Belo Horizonte com o CONASS. Na oportunidade, foi apresentado a primeira versão do Painel de monitoramento do Plano que se encontra em fase de validação e ajustes.

• Número de óbitos por dengue reduzido em 50%, passando de 656 óbitos em 2011 para 328 óbitos até 2015.**Análise Situacional da Meta**

Para o aprimoramento da vigilância da dengue, em 2014, o Brasil começou a adotar a nova classificação de casos de dengue, estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), quais sejam: dengue, dengue com sinais de alarme e dengue grave. No período de 29/12/2013 a 27/12/2014 foram notificados 587.815 casos prováveis de dengue, e foram confirmados 405 óbitos, o que representa uma redução de 40% em relação ao mesmo período de 2013, ano em que foram confirmados 674 óbitos.

Quantidade alcançada

405

Data de Referência

31/12/2014

• Qualificar 27 Laboratórios de Saúde Pública para realização de análises de qualidade de produtos e insumos de saúde**Análise Situacional da Meta**

O Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde (INCQS) é a unidade da Fiocruz responsável pelo processo de qualificação dos Laboratórios Centrais espalhados por todo o território nacional. No ano de 2012 foram qualificados 6 laboratórios, e em 2013 foram qualificados 5 laboratórios. Durante o ano de 2014, foram qualificados profissionais de 6 Laboratórios de Saúde Pública, alcançando 17 no período de 2012 a 2014. São eles: Centro Oeste: três - LACEN/DF; LACEN/GO; e LACEN/MS.

Nordeste: Cinco - LACEN/AL; LACEN/BA; LACEN/CE; LACEN/PE; e LACEN/RN. Norte: Quatro - LACEN/AC; LACEN/AP; LACEN/PA; e LACEN/RO.

Sudeste: Dois - LACEN/SP; e LACEN/MG.

Sul: Três - LACEN/PR; LACEN/RS; e LACEN/SC.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2014



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	3	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	5	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	4	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	2	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2014

• **Realizar 600 pesquisas em medicina tropical e meio ambiente até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O Instituto Evandro Chagas, órgão vinculado à SVS do Ministério da Saúde, atua nas áreas de pesquisas biomédicas e na prestação de serviços em saúde pública. Foca em investigações e pesquisas nas áreas de Ciências Biológicas, Meio Ambiente e Medicina Tropical com a finalidade de difundir conhecimentos científicos e técnicos no âmbito da vigilância em saúde. Foram realizadas 328 pesquisas, das quais 232 são mantidas de anos anteriores e 96 foram iniciadas em 2014.

Quantidade alcançada

328

Data de Referência

31/12/2014

• **Realizar a Pesquisa Nacional de Saúde até 2013**

Análise Situacional da Meta

A PNS foi iniciada em 12/08/2013, e a pesquisa de campo foi finalizada em fevereiro de 2014. A coleta de exames laboratoriais continua sendo realizada; até o final de agosto de 2014 foram coletadas aproximadamente 8.000 amostras. O término da coleta estava previsto para agosto, mas a coleta não foi encerrada. O número ainda baixo de amostras coletadas gerou nova orientação. Conforme consenso entre MS, IBGE, Sírío Libanês e Fiocruz, foi escolhido um profissional para rever problemas encontrados na coleta, como endereços não localizados e recusas ocorridas até o momento, a fim de ampliar o número de participantes nessa fase da pesquisa. A respeito da publicação dos dados, o primeiro volume da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) foi divulgado no dia 10 de dezembro de 2014, com os seguintes módulos: Estilos de vida e Tabagismo (módulo P); Doenças crônicas (módulo Q) e Percepção do estado de saúde física e mental (módulo N); os demais resultados, incluindo os dados laboratoriais, serão lançados em 2015.

• **Reduzir a incidência parasitária anual de malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,1/1.000 hab. em 2010 para 9,45/1.000 hab. até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O IPA somente é apurado com os dados completos de janeiro a dezembro, fechando-se os dados no 1º semestre do ano subsequente. Entretanto, de janeiro a outubro de 2014, o número de casos de malária registrado sofreu uma redução de 21%, em comparação com o mesmo período de 2013, passando de 154.305 para 121.778 casos, portanto, estima-se que a meta será alcançada e provavelmente superada. Assim, o valor parcial do IPA para o período de janeiro a outubro de 2014 ficou em 7,12%.

Na análise por estado, observou-se redução em todos os estados da região Amazônica: AC (-7%), AP (-19%), AM (-15%), MA (-28%), MT (-34%), PA (-58%), RO (-31%), RR (-8%), enquanto TO apresentou somente 2 casos autóctones. Notou-se também uma redução de malária em garimpos (-45%), áreas urbanas (-22%), áreas indígenas (-26%), assentamentos agrários (-17%) e no restante das áreas rurais (-13%). De janeiro a outubro de 2014, na região Amazônica, foram registrados 17 óbitos por malária, enquanto que no mesmo período de 2013 foram 24 óbitos por malária. De janeiro a outubro foram registradas 1.326 internações por malária na região Amazônica, uma redução de 24% quando comparado com o mesmo período de 2013 (1.737 internações por malária).

Quantidade alcançada

7,12

Data de Referência

31/12/2014



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	30	%	29	30/06/2014

- **Reduzir a taxa de incidência de Aids de 20,2/100.000 hab. em 2011 para 18,9/100.000 hab. até 2015.**

Análise Situacional da Meta

As informações de 2014 serão disponibilizadas ao final de 2015. A taxa de detecção, em 2013, foi de 20,4 (por 100 mil/hab).

Quantidade alcançada

20,4

Data de Referência

31/12/2014

- **Reduzir o coeficiente de prevalência da hanseníase, passando de 1,54/10.000 hab. em 2011 para 0,98/10.000 hab. até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O coeficiente de prevalência da hanseníase no primeiro semestre de 2014 foi de 1,47 casos para cada 10.000 habitantes, o que corresponde 29.841 casos em tratamento no país (base de dados de 24/07/2014). Quando comparado ao coeficiente de prevalência em período semelhante de 2013 (1,50 p/10.000 hab) observa-se redução de 2% no corrente ano.

Quantidade alcançada

1,47

Data de Referência

31/12/2014

- **Transferir para estados e municípios tecnologia de monitoramento da infestação do Aedes aegypti desenvolvida na FIOCRUZ**

Análise Situacional da Meta

A Armadilha (ovitrampas) para captura de ovos do mosquito Aedes aegypti, que interfere na transmissão da dengue, foi transferida para Pernambuco, já em 2012, por meio da parceria estabelecida entre o Conselho de Saúde do arquipélago Fernando de Noronha e a Fiocruz Pernambuco.

- **Validar duas novas tecnologias na Fiocruz para diagnóstico e tratamento da tuberculose**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Desenvolvimento Tecnológico de Insumos e Produtos para a Saúde (PDTIS) é um programa de indução da Fiocruz que fomentou, em 2012, dois projetos de pesquisa na área da tuberculose, os quais obtiveram por resultado final: o desenvolvimento e a validação de abordagens moleculares para avaliação de susceptibilidade, diagnóstico e marcador de cura de pacientes com tuberculose; e o desenvolvimento de kit de PCR para tuberculose e de kit para detecção de resistência, das unidades CPqAM (Centro de Pesquisa Ageu Magalhães) e IOC (Instituto Oswaldo Cruz), respectivamente, com produtos/métodos desenvolvidos. Portanto, a meta já foi alcançada em 2012.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Atenção ao pré-natal, incentivo ao parto natural e redução do número de cesáreas desnecessárias, redução da mortalidade materna, enfrentamento da violência contra a mulher, planejamento familiar, assistência ao climatério, assistência às



mulheres negras e população LGBT são áreas prioritárias de atuação em saúde da mulher.

Essa atuação compreende o reconhecimento do conceito de atenção como o cuidado médico e de toda a equipe de saúde referenciado às práticas educativas, entendidas como estratégia para a capacidade crítica e a autonomia das mulheres.

A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, por meio da estratégia Rede Cegonha, contou com vários avanços no período de 2011 a 2014, especialmente nos eixos da Atenção às Mulheres em Situação de Violência e da Atenção Obstétrica. Entre as ações realizadas para a Atenção Integral às Mulheres em Situação de Violência Sexual destaca-se a implementação de 30 novos serviços de atenção à mulher em situação de violência sexual e interrupção legal da gestação em hospitais de ensino.

Cabe ressaltar que todos os Estados já aderiram à Rede Cegonha, estratégia para efetivar a Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança na qualificação da atenção obstétrica e infantil em rede, contemplando 5.488 Municípios. Mais de 50% das regiões de saúde do País já elaboraram os Planos de Ação Regional, beneficiando mais de 2,5 milhões de gestantes. Além disso, foram disponibilizadas mais de 1,7 milhão de unidades de Caderneta da Gestante.

Em 2014 foram criados 1.489 novos leitos neonatais, sendo 271 Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) e 1.218 Unidades de Cuidados Intensivos Neonatal (UCIN), e 494 leitos receberam custeio para qualificação do cuidado neonatal (295 UTIN e 199 UCIN). Como resultado da atuação em rede, entre 2012 e 2014, foram implantados 2.171 leitos neonatais (631 UTIN e 1.540 UCIN) e qualificados 3.293 (1.805 UTIN e 1.488 UCIN). Atualmente, o Brasil conta com mais de sete mil leitos de UTI e UCI Neonatal.

O Ministério da Saúde distribuiu para todos os Estados e o Distrito Federal, em 2014, no âmbito da Rede Cegonha, cerca de 1,352 milhão de testes rápidos de sífilis e 2,677 milhões de testes de HIV/AIDS para gestantes, atingindo mais de 25% dos Municípios que oferecem os testes rápidos. Desde maio de 2012, foram distribuídos 3,03 milhões de testes rápidos de sífilis e 3,82 milhões de testes de HIV/AIDS para gestantes.

Mais de 690 mil litros de leite humano com certificação de qualidade foram coletados de 2011 a 2014, sendo 527 mil litros distribuídos no período, beneficiando cerca de 695 mil recém-nascidos, envolvendo a participação de 667 mil mães que integram voluntariamente o programa de doação de leite humano. Em 2014, 172 mil litros de leite humano foram coletados, graças a participação de 152 mil mães doadoras. Foram beneficiados 165 mil prematuros, que receberam 134 mil litros de leite certificado.

No intuito de realizar o rastreamento do câncer do colo do útero e do câncer de mama, no ano de 2014 foram realizados mais de 4,2 milhões de exames de mamografia bilateral para rastreamento, sendo aproximadamente 2,5 milhões realizados na faixa etária preconizada de 50 a 69 anos, e mais de 9,2 milhões de exames citopatológicos, sendo cerca de 7,3 milhões realizados na faixa etária preconizada para rastreamento, de 25 a 64 anos.

Em relação à triagem neonatal (teste do pezinho) para fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito e doença falciforme (fase II), universalizada, em todo o Brasil, desde 2013, bem como a detecção da fibrose cística (fase III). Em 2014, foram realizados 1,8 milhão de testes do pezinho. Com relação à triagem neonatal para outras seis doenças, incluindo a hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase (fase IV), essa foi expandida para mais 15 Estados, alcançando todas as unidades da Federação.

Metas 2012-2015

- **3.034 municípios realizando suplementação de megadoses de vitamina A para crianças de 6 a 59 meses de idade.**

Análise Situacional da Meta

Até o final de 2014, foram registrados 2.799 Municípios realizando a suplementação com megadose de vitamina A, beneficiando 3,64 milhões de crianças de 6-59 meses de idade.

Quantidade alcançada

2.799

Data de Referência

31/12/2014

- **60% das Equipes de Atenção Básica referindo disponibilidade de sulfato ferroso na UBS para prevenção de anemia em crianças menores de 2 anos.**

**Análise Situacional da Meta**

No ciclo referente à avaliação externa do Programa (PMAQ) em 2013/2014, o indicador referente à disponibilidade de sulfato ferroso considerou a avaliação de 29.969 equipes localizadas em 23.584 UBS. Assim, a avaliação mostrou que havia disponibilidade de sulfato ferroso em 68,3% das unidades básicas de saúde e 63,0% das equipes informaram que possuíam sulfato ferroso na UBS em quantidade suficiente para as suas ações. Adicionalmente, foi firmado o Convênio 21/2013 com a FURP para aquisição de 5.659.890 de frascos de sulfato ferroso. Com base neste convênio o Ministério da Saúde abasteceu, entre 2014 e janeiro de 2015, municípios dos seguintes estados: Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Quantidade alcançada

63

Data de Referência

31/12/2014

- **Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento**

Análise Situacional da Meta

No período de 2012 a 2014, 255 propostas foram aprovadas para adequação das maternidades. Deste total, 4 (quatro) obras foram concluídas. Além disso, 107 propostas para aquisição de equipamentos foram aprovadas/empenhadas, beneficiando aproximadamente 98 serviços, tendo sido 85 pagas.

Quantidade alcançada

102

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 70% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

71,3% (50.600/70.935) de todos os óbitos infantis foram investigados. 17 UF com 70% ou mais de investigações realizadas e 8 UF entre 50% a 69%. Dados referentes a 2013.

Quantidade alcançada

71,3

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) para, no mínimo, 85% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

86,9% (56.687/65.217) de todos os óbitos MIF foram investigados. 18 UF com 85% ou mais de investigações realizadas e 9 UF entre 50% a 84%. Dados referentes a 2013.

Quantidade alcançada

86,9

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a investigação dos óbitos maternos para 85% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

90% (1.480/1.644) de todos os óbitos maternos foram investigados. 21 UF com 85% ou mais de investigações realizadas e 5 UF entre 50% a 84%. Dados referentes a 2013.

Quantidade alcançada

90

**Data de Referência**

31/12/2014

- **Ampliar a utilização da Caderneta de Saúde do Adolescente pelos serviços de atenção básica, passando de 1.000 serviços de atenção básica em 2011, para 13.000 até 2015 fazendo uso da caderneta.**

Análise Situacional da Meta

Estima-se que, até o primeiro semestre de 2014, mais 3.590 unidades básicas de saúde estariam fazendo uso da caderneta de saúde de adolescentes, o que equivaleria a 12.806 fazendo uso da caderneta de saúde de adolescentes, de 2009 até o primeiro semestre de 2014, alcançando 98,5% da meta estipulada para 2015.

Quantidade alcançada

12.806

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar de 6.000 para 7.500 o número de gestantes atendidas (com risco fetal)/ano no IFF/FIOCRUZ**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014, foram atendidas 6.286 gestantes com risco fetal, sendo 1.333 internadas e 4.953 em nível ambulatorial.

Quantidade alcançada

6.286

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1.500	atendimentos	6.286	31/12/2014

- **Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram implantados 271 novos leitos de UTIN e qualificados com incentivo de custeio 295 leitos, totalizando 631 novos leitos e 1.805 qualificados entre 2012 e 2014. No monitoramento do Siop referente ao ano de 2013 foi registrado o número cumulativo desde 2011, por isso está maior que o atual, que considera somente o período do PPA.

Quantidade alcançada

631

Data de Referência

31/12/2014

- **Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a implantação/implementação da atenção a pessoas em situação de violência sexual, com cadeia de custódia, para 94 hospitais de referência selecionados no SUS.**

Análise Situacional da Meta

Minuta de portaria que institui esse incentivo financeiro elaborada e aguardando aprovação da minuta de portaria interministerial que trata das ações relacionadas à implementação da atenção humanizada com coleta de vestígios no SUS.

- **Capacitar 1.300 parteiras tradicionais até 2015.**

Análise Situacional da Meta

De jan a dez de 2014 foram capacitadas 217 parteiras tradicionais. Somado às 390 capacitadas do período de 2012-2013, foram capacitadas 607 parteiras tradicionais de janeiro de 2012 a dezembro de 2014.

Quantidade alcançada

607

Data de Referência

31/12/2014

- **Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos**



custeados em 2011 para 3.490 até 2015

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram implantados 1.218 novos leitos de UCIN e qualificados com incentivo de custeio 199 leitos, totalizando 1.540 novos leitos e 1.488 qualificados entre 2012 e 2014.

Quantidade alcançada

3.028

Data de Referência

31/12/2014

- **Distribuir 13,2 milhões de Cadernetas de Saúde da Criança para todos os estados, incluindo a divulgação da Classe Hospitalar**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 e 2013, foram impressas e distribuídas 6.404.228 Cadernetas de Saúde da Criança. Foram disponibilizadas 3.204.476 unidades da Caderneta da Saúde da Criança, 9ª edição, até dezembro de 2014, totalizando 9.608.704 Cadernetas de Saúde da Criança distribuídas.

Quantidade alcançada

9.608.704

Data de Referência

31/12/2014

- **Garantir a oferta de teste rápido da sífilis para 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram distribuídos 1,351 milhão de testes rápidos de sífilis em gestantes. No período de maio de 2012 até dezembro de 2014 foram distribuídos 2,9 milhões de testes rápidos de sífilis em gestantes.

- **Garantir a oferta do teste de eletroforese para as gestantes usuárias do SUS em 100% dos municípios brasileiros, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014, 1.187 (21%) dos municípios possuem o teste de eletroforese para as gestantes usuárias do SUS.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2014

- **Habilitar 276 serviços como Maternidade para Atenção à Gestação de Alto Risco, passando de 197 serviços em 2012 para 473 até 2015.**

Análise Situacional da Meta

De janeiro a dezembro de 2014 foram habilitados 15 serviços. Somados aos 148 do período de 2012-2013, o total de serviços habilitados entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014 foi de 163.

Quantidade alcançada

163

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 20 novas Casas de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), passando de 36 casas em 2011 para 56 até 2015.**

Análise Situacional da Meta

5 estabelecimentos foram habilitados (Palmas - TO; Vitória de Santo Antão - PE; Varginha - MG; Campina Grande - PB e São Luís - MA) no período de 2011 a 2014, e mais 4 estão em processo de habilitação (Vitória - ES (1); Belo Horizonte - MG (2) e Recife - PE (1)).

Considerando isso, a quantidade alcançada até 31/12/2014 foi de 5 CGBPs implantadas (em funcionamento). Somadas às 6 CGBP que estão com obras em processo de licitação ou em andamento, tem-se o total de 11 CGBP.

**Quantidade alcançada**

11

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014 foram celebradas 28 propostas de convênios, e todas estas foram pagas. De janeiro de 2012 a agosto de 2014, 08 serviços iniciaram o funcionamento.

Além dos convênios celebrados até o ano de 2014, foram habilitados 02 (dois) estabelecimentos como Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo de Útero (SRC), de acordo com as regras da Portaria GM/MS nº 189/2014. Portanto, tem-se 10 serviços em funcionamento.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 30 novos Centros de Parto Normal, passando de 35 para 65 até 2015.**

Análise Situacional da Meta

9 serviços estão com processo em análise. 3 estão aguardando publicação de Portaria. 4 serviços habilitados (Tauá – CE, Juazeiro – BA, Belo Horizonte – MG e Salvador – BA). Somando-se os 4 habilitados aos 2 CPN que tiveram suas obras concluídas e aos outros 7 que estão com obras em processo de licitação ou em andamento, tem-se o total de 13 CPN.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 50 serviços de referência para o diagnóstico do câncer de mama, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014 foram celebradas 22 propostas de convênios. Destas, 21 propostas foram pagas. De janeiro de 2012 a dezembro de 2014, 04 serviços iniciaram o funcionamento.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

- **Novas instalações do complexo assistencial de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia entregues e em operação**

Análise Situacional da Meta

As atividades de preparação do terreno encontram-se paralisadas no momento, pois dependem da aprovação de Projeto de Lei que altera o gabarito da construção no local e destinação de uso do terreno. Assim que ocorra a aprovação, serão reiniciados os trabalhos no terreno, os quais terão prazo de 15 meses (estima-se término em setembro de 2015). Em 2014, foi iniciado o processo para as licitações para a construção do prédio anexo (destinado a atividades não finalísticas) e para a construção do prédio principal.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014



- **Qualificação de 1.410 profissionais de saúde em técnicas para coleta de vestígios (cadeia de custódia e sexologia forense) em 94 hospitais de referência selecionados no SUS.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizadas 3 edições do Curso Atenção Humanizada a Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios. A 1ª edição do curso foi realizada de 24 a 27 de abril em Belo Horizonte; a 2ª e 3ª edições foram realizadas em Brasília, de 26 a 29 de agosto e de 18 a 21 de novembro, respectivamente. Em 2014, participaram 211 profissionais de saúde e segurança pública, destes, 201 atingiram 100% de frequência e foram certificados. O curso é realizado no âmbito da parceria Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Quantidade alcançada

201

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 12 milhões de mamografias, na faixa etária de 50 a 69 anos, entre os anos de 2012 a 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram realizadas 2.494.401 mamografias bilaterais para rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos. De janeiro de 2012 até dezembro de 2014 foram realizadas 6.950.820 mamografias em mulheres de 50 a 69 anos.

Quantidade alcançada

6.950.820

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 36 milhões de exames de citopatologia, na faixa etária de 25 a 64 anos, entre os anos de 2012 a 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram realizados 7.288.400 exames citopatológicos em mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos. De janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foram realizados 23.887.718 exames citopatológicos em mulheres de 25 a 64 anos.

Quantidade alcançada

23.887.718

Data de Referência

31/12/2014

- **Reforma/ampliação de ambientes para a implantação/implementação da atenção a pessoas em situação de violência sexual, com cadeia de custódia, em 94 hospitais de referência selecionados no SUS.**

Análise Situacional da Meta

Minuta de portaria que institui esse incentivo financeiro elaborada e aguardando aprovação da minuta de portaria interministerial que trata das ações relacionadas à implementação da atenção humanizada com coleta de vestígios no SUS.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A Rede de Urgência e Emergência (RUE) envolve a atenção à saúde em todos os níveis de complexidade. A abrangência dos serviços em caráter de urgência e emergência torna necessária a qualificação das unidades de atendimento que operam com essa finalidade. O espectro de serviços abrange desde o contato inicial em situação de urgência e emergência



e os cuidados necessários até o encaminhamento para a continuidade do tratamento, quando prescrito.

Um dos componentes mais importantes da RUE é o Serviço Móvel de Urgências e Emergências (SAMU 192), com as unidades de Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida. Em 2014, o Samu 192 operou com 3.201 Unidades Móveis habilitadas. Dessas, 2.402 (75%) são Unidades de Suporte Básico, 568 (18%) Unidades de Suporte Avançado, 216 (7%) Motolâncias, oito Equipes de Embarcação e sete Equipes de Aeromédico.

Essas Unidades de Suporte são portadoras de conformações adequadas a cada situação de saúde e atendimento, de acordo com o encaminhamento das Centrais de Regulação das Urgências, que hoje são 185 implantadas, das quais cinco foram implantadas em 2014, representando uma cobertura populacional de 74,8%, o que corresponde a mais de 150,4 milhões de habitantes.

Além da ampliação da cobertura do SAMU, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H) constituem-se em outro importante componente da Política Nacional de Atenção às Urgências. De janeiro de 2011 a dezembro de 2014 registra-se a contratação de 966 UPAs, sendo que, desse quantitativo, 373 unidades foram concluídas. Essas unidades têm a possibilidade de resolver até 97% dos casos atendidos, reduzindo as filas nos prontos-socorros dos hospitais. A capacidade diária de operação da rede é de 97,2 mil atendimentos e a mensal de 3,1 milhões de atendimentos. Outro componente da RUE, o Programa SOS Emergências, lançado em 2011 pelo Ministério da Saúde, tem como objetivo melhorar o atendimento nas unidades de urgência e emergência dos principais hospitais do País que integram o SUS. Em 2014, 28 hospitais integravam o programa com termo de compromisso assinados e outros três iniciaram no programa. Desde 2011, todos os hospitais receberam recurso para aquisição de equipamentos, cinco estão com reforma física em andamento, 02 unidades tiveram reforma concluída e 23 receberam equipamentos.

Metas 2012-2015

• Adquirir 2.160 ambulâncias até 2015

Análise Situacional da Meta

No período de 2012 a 2014, foram adquiridas 2.351 ambulâncias, das quais, 421 durante o ano de 2014. Este quantitativo estava demonstrado em exercícios anteriores, pois o valor referente ao processo já havia sido empenhado/contratado.

Assim, meta inicial foi superada com as aquisições de ambulâncias possibilitando, assim, a renovação da frota dos serviços, com a doação de unidades de reserva técnica. Em consequência, foi possível ampliar a cobertura do SAMU no País.

Quantidade alcançada

2.351

Data de Referência

31/12/2014

• Estruturar 231 unidades de atenção especializada dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014, 278 portas hospitalares passaram a receber incentivo de custeio, no âmbito dos 55 planos publicados no período, superando a meta prevista.

Após a publicação da portaria de normatização do parecer técnico de cada plano, a qual autoriza a imediata transferência dos recursos, ocorre a realização de monitoramento e avaliação de todas as portas, periodicamente, para acompanhar a implementação dos critérios de qualificação.

Quantidade alcançada

278

Data de Referência

31/12/2014

• Implantar 2.163 leitos hospitalares (leitos de UTI, UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015

**Análise Situacional da Meta**

No ano de 2012 foram habilitados um total de 1.146 leitos de UTI (adulto, pediátrico e neonatal), que recebem recurso de custeio pelo MS a partir de sua habilitação REDES e não REDES.

Em 2013 foram habilitados um total de 1.369 desses leitos e em 2014 foram habilitados 962 novos leitos de UTI. Assim, o total de leitos de UTI do período alcançou a quantidade de 3.477, superando a meta prevista para o fim do PPA em 60%.

Importante ressaltar que no monitoramento do PPA de dezembro de 2012, foi informado que foram implantados um total de 6.901 leitos hospitalares (número que incluía os leitos de retaguarda) dentro da Rede de Urgência e Emergência em 2012.

Após reavaliação, foi considerado apenas os leitos habilitados de UTI (adulto, pediátrico e neonatal), totalizando 2.515 nos anos 2012 e 2013, excluindo-se os leitos clínicos de retaguarda, os quais são leitos para complementar o atendimento às Portas de Entrada Hospitalares de Urgências, os quais dependem da disponibilização de leitos das instituições hospitalares, públicas ou privadas, por meio da organização de suas enfermarias clínicas, para estarem aptas a receber custeio diferenciado (Art. 12, da Portaria nº 2.395, de 11 de outubro de 2011).

Quantidade alcançada

3.477

Data de Referência

31/12/2014

• Implantar 500 unidades de pronto atendimento, passando de 596 em 2011 para 1.096 até 2015**Análise Situacional da Meta**

Em 2014, havia 966 propostas de UPA vigentes, sendo 146 em ação preparatória, 447 em obras e 373 concluídas.

Vale ressaltar que, das UPA acima referidas, 281 UPAs entraram em funcionamento até 2014. Considerando também as UPAs que recebem recursos do MS para seu custeio e que foram construídas com recursos de outros entes federados, havia 391 UPAs em funcionamento no País em 2014.

Quantidade alcançada

966

Data de Referência

31/12/2014

• Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), até 2015**Análise Situacional da Meta**

Em 2014 houve a habilitação de cinco novas centrais que somando-se ao número acumulado de centrais habilitadas no período de 2012 a 2013 (19) totalizam 24 centrais no período.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014

• Reestruturação física e tecnológica completa de 40 unidades de urgência e emergência.**Análise Situacional da Meta**

Até dezembro de 2014, 28 hospitais integravam o programa com termo de compromisso assinados e outros três aderiram ao programa. Desses hospitais, dois tiveram suas adequações físicas concluídas, todos receberam recurso para aquisição de equipamentos, cinco iniciaram reforma física e 23 receberam equipamentos.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2014



OBJETIVO: 0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O modelo de saúde adotado pela Rede de Atenção à Saúde Mental busca ofertar atenção psicossocial à população em geral, com vistas a tratar dos agravos mentais, promover a cidadania dos usuários para uma vida pró-ativa e participativa nas comunidades, e ampliar e promover o acesso aos pontos de atenção nos territórios para todas as pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, bem como apoiar suas famílias.

Para dar suporte a essa proposição, o SUS conta com uma rede de serviços e equipamentos variados, tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III).

Em 2014, foram implantados 142 novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), totalizando 1.069 CAPS I, 476 CAPS II, 85 CAPS III, 201 CAPSi, 309 CAPS AD e 69 CAPS AD24h em funcionamento no País.

De 2012 a 2014 foram financiados pelo Governo Federal 858 leitos de saúde mental em Hospitais Gerais de Estados, Municípios e Distrito Federal, com o repasse anual de cerca de R\$ 67 mil por leito/ano.

Para fornecer apoio financeiro aos segmentos populacionais com fragilidade de renda, o Programa de Volta para Casa oferece bolsas para egressos de longas internações em hospitais psiquiátricos, possibilitando a manutenção do tratamento com base residencial.

Neste contexto, o processo de retorno à comunidade de antigos moradores de manicômios foi reforçado com o incentivo à abertura de 35 residências terapêuticas, além do aumento da rede CAPS já mencionado, e do Programa de Volta Para Casa, que atingiu 4.349 pessoas com o benefício mensal de R\$ 412.

Também, em 2014, foram ofertadas 256.985 vagas em capacitações relativas a abordagem dos problemas de saúde mental para alunos de graduação e profissionais da rede de saúde, com foco especial em transtornos relacionados ao uso de drogas como álcool e crack, totalizando 392.717 desde 2011.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa de Volta para Casa, passando de 3.786 em 2011 para 6.186 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Até o final de 2013 o programa de Volta para Casa beneficiou 4.245 pessoas por meio da transferência de benefício mensal no valor de R\$ 412,00. Em 2014, houve 104 novos beneficiários no programa, totalizando 4.349 beneficiários.

Quantidade alcançada

4.349

Data de Referência

31/12/2014

- **Criação/qualificação de 175 Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) 24h.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014 foram habilitados 69 Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) 24h.

Quantidade alcançada

69

Data de Referência

31/12/2014

- **Criação/qualificação de 188 Unidades de Acolhimento Infanto-juvenil até 2014.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014 estavam em funcionamento 35 Unidades de Acolhimento adulto e 26 infanto-juvenis,



totalizando 61 Unidades de Acolhimento em funcionamento no país.

Cabe considerar os repasses de construção de UA infanto-juvenil. De 2013 a 2014, foram aprovadas 68 propostas de construção, resultando em uma boa perspectiva de abertura de novos serviços.

Obs: No total de serviços em funcionamento, são considerados tanto os serviços devidamente habilitados como aqueles em processo de habilitação (todos funcionando).

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

31/12/2014

• **Criação/qualificação de 430 Unidades de Acolhimento Adulto até 2014.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014 estavam em funcionamento 35 Unidades de Acolhimento adulto e 26 infanto-juvenis, totalizando 61 Unidades de Acolhimento em funcionamento no país.

Obs: No total de serviços em funcionamento, são considerados tanto os serviços devidamente habilitados como aqueles em processo de habilitação (todos funcionando).

Quantidade alcançada

35

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar 179 Consultórios na Rua, com atendimento direcionado à população em situação de rua até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014 existiam 133 Consultórios na Rua em funcionamento: 106 CnaR adequados e novos; 6 CnaR em funcionamento não adequados; 14 CnaR com financiamento municipal; e 7 CnaR credenciados sem CNES.

Quantidade alcançada

133

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar e implementar 3.600 leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais até 2015.**

Análise Situacional da Meta

De 2012 a 2014 foram financiados pelo Governo Federal 858 leitos de saúde mental em Hospitais Gerais de Estados, Municípios e Distrito Federal.

Quantidade alcançada

858

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar e implementar 640 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad), passando de 1.650 em 2011 para 2.290 até 2015.**

Análise Situacional da Meta

195 CAPS implantados em 2012, 125 em 2013, e 142 CAPS implantados em 2014.

Ao todo, no País existem: 1.069 CAPS I, 476 CAPS II, 85 CAPS III, 201 CAPSi, 309 CAPS AD e 69 CAPS AD24h em funcionamento.

Quantidade alcançada

462

Data de Referência

31/12/2014



OBJETIVO: 0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo contempla a atenção integral à saúde da população idosa, com ênfase no envelhecimento saudável e ativo, e contempla ações para a manutenção e reabilitação da capacidade funcional, assim como o apoio ao suporte social e familiar. Em 2014, foi iniciada a implementação do Modelo de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa, que preconiza diretrizes para a organização da atenção específica nas redes de atenção à saúde e para a articulação das áreas e programas estratégicos, além de recomendar ações de promoção da saúde e prevenção de agravos.

Com relação à prevenção e controle de doenças crônicas, o MS desenvolve um conjunto de ações, como a promoção de práticas e hábitos saudáveis, a exemplo da alimentação saudável, bem como da redução no consumo de sódio e de gorduras nos alimentos industrializados, práticas de atividade física, além da distribuição gratuita de medicamentos. Em 1º de abril de 2014 foi publicada a Portaria GM/MS nº 483 que redefiniu a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do SUS e estabeleceu diretrizes para a organização das suas linhas de cuidado. A portaria traz orientações gerais para estruturação de linhas de cuidado e definição de responsabilidades dos gestores e dos pontos de atenção, que independem da doença crônica em si. As linhas de cuidado deverão ser estruturadas de acordo com o agravo e expressar os fluxos assistenciais que precisam ser garantidos ao usuário a fim de atender as necessidades de saúde relacionadas àquele agravo. Além de expressarem os fluxos, devem definir as ações e os serviços que serão ofertados por cada componente da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas. Estas devem ser baseadas em diretrizes clínicas e estar de acordo com a realidade de cada região de saúde, sempre considerando as evidências científicas sobre o tema de que trata.

Inserir-se também nesse modelo, a ampliação e estruturação de ações e serviços para identificação e diagnóstico precoce, tratamento e reabilitação das pessoas com agravos neuropsíquicos e deficiências, em conformidade com o processo de implantação da rede de cuidados às pessoas com deficiência, no âmbito do Programa Viver Sem Limites.

A campanha nacional de vacinação contra a gripe em 2014 atingiu a marca de 86% de cobertura do público alvo, o que representou mais de 17,9 milhões de idosos vacinados. De janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foram capacitados em envelhecimento e saúde da pessoa idosa, por meio de oficinas, cursos de atualização e especialização, 5.133 profissionais de saúde. Em 2014 foi ainda celebrado convênio com a Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) que será executado em 2015, para capacitar quatro mil profissionais de saúde, com ênfase nas equipes da atenção básica, em temas sobre saúde da pessoa idosa e envelhecimento ativo, contendo também módulo específico sobre a utilização da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa. Vale ressaltar que a Caderneta, instrumento estratégico para qualificar a gestão do cuidado, foi reformulada em 2013/2014, tendo uma tiragem inicial de 1.022.000 exemplares. No campo intersetorial, destaca-se o convênio, celebrado em 2013 e pago em 2014, para realização de um levantamento censitário das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) registradas no Censo SUAS (Sistema Único de Assistência Social), cujo projeto será executado pela Fundação Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FFMUSP).

Com relação ao Programa Viver sem Limite (que integra o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), até 2014 houve vários avanços no âmbito do eixo de atenção à saúde, tais como:

- habilitação e funcionamento de 123 Centros Especializados em Reabilitação, com aquisição de 108 veículos de transporte acessível;
- implantação e funcionamento de 24 oficinas ortopédicas, com capacitação de 3.486 profissionais em órteses e próteses de nível superior;
- qualificação de 494 Centros de Especialidades Odontológicas para atender pessoas com deficiência;
- entrega de equipamentos a 81 hospitais para implantação dos Centros Cirúrgicos para atendimento odontológico à pessoa com deficiência; e



- capacitação de 5.818 técnicos profissionais de saúde bucal.

Também, entre janeiro e novembro de 2014, foram concedidas 4.056.040 OPM (Órteses, Próteses e Materiais) para pessoas com deficiência. Destaca-se, ainda, a inclusão de 15 novos procedimentos à Tabela de Procedimentos do SUS, tais como manutenção e adaptação de OPM, novos modelos de cadeiras de roda, como cadeira de rodas motorizada (adulto e infantil), cadeira de rodas monobloco e cadeiras de rodas para pessoas acima de 90 kg, além de kit sistema FM para pessoas com deficiência auditiva, com uma produção de 39.823 de janeiro a novembro de 2014.

Ainda no final do ano de 2014, por meio da Portaria 2.723, de 09 de dezembro de 2014, foram incorporadas 7 novas OPM, sendo elas: materiais elásticos para reabilitação; tábua (prancha) para transferência; cinta para transferências; mesa de atividades para cadeira de rodas (tábua mesa); almofada de assento com células de ar interconectadas; almofada de assento para cadeira de rodas para prevenção de úlceras de pressão (simples); e bengala de 4 pontas.

Metas 2012-2015

- **45 Centros Especializados em Reabilitação em funcionamento até o final de 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.**

Análise Situacional da Meta

Foram elaborados critérios para implantação dos vários tipos de CER, publicadas portarias de instituição da Rede e de incentivos financeiros. A meta foi superada, com a habilitação de 102 novos CER's no ano de 2013 e 21 novos CER's no ano de 2014, e ainda a qualificação de 2 CER já habilitados. Dessa forma, no período de 2012 a 2014 foram habilitados 123 novos CER tipos II, III e IV. No período de 2012 a 2013 foram também aprovadas 75 construções, 16 reformas e 21 ampliações de Centros Especializados em Reabilitação.

Quantidade alcançada

123

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 5.500 gestores e profissionais do SUS em Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento.**

Análise Situacional da Meta

De janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foram capacitados 5.133 profissionais de saúde em envelhecimento e saúde da pessoa idosa, com o objetivo de qualificar o cuidado ofertado pelo SUS a essa população.

Quantidade alcançada

5.133

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 6 oficinas ortopédicas fixas, 7 oficinas ortopédicas itinerantes terrestres e 6 oficinas ortopédicas fluviais no país, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.**

Análise Situacional da Meta

Foram habilitadas 21 Oficinas Ortopédicas Fixas no ano de 2013 e 3 no ano de 2014. Totalizando, assim, 24 oficinas ortopédicas fixas habilitadas de 2012 a 2014. Em dezembro de 2014 foi aprovado o protótipo das Oficinas Itinerantes Terrestres, com previsão de entrega das mesmas em fevereiro de 2015. As Oficinas Ortopédicas Itinerantes Fluviais encontram-se em processo de compra e têm previsão de entrega para junho de 2015.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar a Fase IV do Programa Nacional de Triagem Neonatal em todas as Unidades da Federação, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, 12 estados encontravam-se na fase IV da Triagem Neonatal Biológica (teste do pezinho), passando a realizar



teste de seis doenças, incluindo a hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase. No ano de 2014 mais 15 estados alcançaram a fase IV, alcançando-se, assim, todos os 27 estados da federação nesta fase.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar o Projeto Vida no Trânsito em todas as capitais e municípios com população acima de 1.000.000 de habitantes, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o Projeto Vida no Trânsito atingiu 30 municípios, dos quais 26 capitais: Belo Horizonte, São Paulo, Vitória, Campinas, Guarulhos, Campo Grande, Goiânia, Cuiabá, Brasília, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Foz do Iguaçu, São José dos Pinhais, Palmas, Rio Branco, Macapá, Manaus, Boa Vista, Belém, Porto Velho, Natal, Recife, Maceió, Fortaleza, Teresina, João Pessoa, São Luís, Salvador e Aracaju.

- **Qualificação de 420 Centros de Especialidades Odontológicas - CEO para atendimento a pessoas com deficiência até 2014.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014, existiam 494 Centros de Especialidades Odontológicas para o atendimento às pessoas com deficiência habilitados, dos quais 69 habilitados no ano de 2014.

Quantidade alcançada

494

Data de Referência

31/12/2014

- **Qualificar 60 oficinas ortopédicas existentes no país, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.**

Análise Situacional da Meta

No período de 2012 a 2014 foram habilitadas 24 oficinas ortopédicas fixas e aprovados 12 convênios de equipamentos e 1 de reforma para oficinas ortopédicas fixas já existentes e em qualificação. Ainda no período de 2012 a 2013 foram aprovadas 35 construções de novas Oficinas Ortopédicas Fixas.

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar inquérito telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas (Vigitel) anualmente até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O Vigitel é realizado anualmente. A pesquisa foi realizada dentro do esperado. Os resultados do Vigitel 2013 foram divulgados no final de abril de 2014, conforme previsto. O Relatório do Vigitel 2013 foi finalizado em fevereiro e a publicação impressa foi disponibilizada em outubro na ExpoEpi. As ligações para o Vigitel 2014 também foram realizadas dentro do esperado, com término nas últimas semanas de dezembro.

- **Reformulação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa (em 2013) e distribuição de 6.000.000 de Cadernetas até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram distribuídas 1.238.093 exemplares da 2ª Edição da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa.

Em 2013 teve início a reformulação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa e do Caderno de Atenção Básica (CAB) sobre Envelhecimento, visando aprimorar instrumentos estratégicos de qualificação e gestão do cuidado. No mês de junho de 2014, durante o XXX Congresso do CONASEMS, foram distribuídas 6.000 cadernetas (versão especial) aos



gestores de saúde. Em setembro de 2014, a versão revisada da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa foi encaminhada à gráfica para normalização e impressão da primeira tiragem de 1.022.000 exemplares, cuja distribuição ocorrerá em 2015.

OBJETIVO: 0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal vem, ao longo dos anos, apoiando os estados e municípios na qualificação de sua força de trabalho, em especial da educação profissional técnica de nível médio, articulada aos serviços de saúde. Dessa forma, colabora para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas em atuação no SUS, desafio para os gestores de todos os entes da federação.

Até dezembro de 2014, o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) contou com 3.293 médicos e 1.078 profissionais nas áreas de enfermagem e odontologia, totalizando 4.371 profissionais inseridos.

O Programa Pró-residência, por outro lado, tem como objetivo principal a avaliação das necessidades de profissionais de saúde no País, com a finalidade de abertura de novas vagas de residência em regiões priorizadas pelo baixo contingente em atuação e pela identificação de especialidades estratégicas. Para dar apoio ao programa, em 2014 foram investidos R\$ 112 milhões em bolsas de residência médica e R\$ 75 milhões em bolsas de residência multiprofissional.

Por meio dos programas de residência em saúde busca-se uma formação médica mais adequada às necessidades do SUS. Em 2014 foram 5.011 programas ofertados por 550 instituições, distribuídas em todos os Estados. Estão matriculados atualmente 30.407 médicos residentes, sendo que 11.571 recebem bolsas, das quais 3.665 disponibilizadas no período de janeiro a junho de 2014.

Além dessas, foram ofertados, pelas Universidades Federais, 1.180 programas de Residência Médica e 242 programas de Residência Multiprofissional, com financiamento de 8.238 bolsas para os estudantes residentes em Medicina e 3.324 bolsas para estudantes residentes em outras áreas da saúde.

A residência multiprofissional ofertada em 14 áreas profissionais de saúde conta com 3,2 mil residentes matriculados e beneficiados com bolsas do Ministério da Saúde.

O Programa de Reorientação da Formação Profissional (Pró-Saúde) e o Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) financiaram em 2014 um total de 902 grupos PET-Saúde, contabilizando, em média, 15.300 bolsas/mês. Esses programas têm o papel indutor na transformação do ensino de saúde no Brasil para os cursos de graduação, na perspectiva de formar profissionais capazes de responder às necessidades de saúde da população.

Em 2014, o Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do SUS (Progesus) realizou cursos de especialização e de aperfeiçoamento em políticas de gestão do trabalho e educação na saúde, nos quais, até dezembro, 1.100 trabalhadores foram qualificados, e mais 2.170 serão qualificados por meio dos cursos em andamento, sendo que, destes, 1.110 estão em processo de seleção, 406 já foram selecionados e 654 estão matriculados.

Buscando fortalecer as relações de trabalho na área da saúde, o poder público mantém a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, que, em 2014, teve como meta principal o fomento à criação de novos espaços de negociação e interlocução. Nesse campo, até dezembro de 2014, foram instaladas 10 Mesas, a saber: Municipais de Curitiba/PR, Vespasiano/MG, e Gravataí/RS; Coxim/MS e Navarai/MS e Estaduais do Mato Grosso, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Espírito Santo.

Metas 2012-2015

- **Alcançar 6.600 bolsistas beneficiados pelo Pró-Residência até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram disponibilizadas 8.432 bolsas, totalizando 14.633 bolsas nos três últimos anos (2012- 2014).

**Quantidade alcançada**

14.633

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar de 1.100 para 4.000 o número de egressos/ano em programas de qualificação/Fiocruz até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Os cursos dos programas de qualificação oferecidos tem um maior número de concluintes no segundo semestre e sua realização está relacionada às demandas dos diversos órgãos. O total de 2013 foi de 6.072 egressos de cursos e, até o final do ano 2014, o número de egressos subiu para 6.850.

Quantidade alcançada

6.850

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar de 240 h para 414h/ano a produção de programas veiculados pelo Canal Saúde até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 o Canal Saúde/Fiocruz ampliou sua programação para 15 horas no ar, por dia. Agora exibe seu conteúdo das 8h às 23h, nos sete dias da semana. O acréscimo de mais uma hora na programação tem por objetivo alcançar a carga de 24 horas diárias de programação. Este aumento no número de horas de programação visa à consolidação do Canal Saúde como uma emissora de televisão pública, o canal do Sistema Único de Saúde (SUS), parte de uma política de estado. Assim, em 2013 foi produzido o total de 290 horas de programa, mas em 2014 foram produzidas apenas 208 horas de programa. Isso se deve ao fato de que, apesar do planejamento na renovação do contrato da empresa que realiza a produção dos programas veiculados no Canal Saúde, a produção de programas ficou prejudicada para oito meses de produção devido a problemas no certame.

Quantidade alcançada

208

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar de 600 para 1000 o número de egressos/ano com formação técnica de nível médio na Fiocruz, em áreas estratégicas do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram 837 egressos, em 2013 foram 438 egressos. Em 2014 o número de egressos dos cursos de formação técnica para profissionais de nível médio totalizou 882.

Quantidade alcançada

882

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar e consolidar o Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do SUS - Progesus - até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do SUS (Progesus) realizou cursos de especialização e de aperfeiçoamento em políticas de gestão do trabalho e educação na saúde. Até o mês de dezembro, 1.100 trabalhadores foram qualificados e mais 2.170 serão qualificados por meio dos cursos em andamento, sendo que, destes, 1.110 estão em processo de seleção, 406 já foram selecionados e 654 estão matriculados.

- **Ampliar e qualificar a formação profissional de 380 mil trabalhadores de nível médio do SUS até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram qualificados 174.360 trabalhadores, sendo 166.594 pelo Programa Caminhos do Cuidado e 7.766 pelo Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde - PROFAPS, totalizando 233.240 nos três últimos anos (2012-2014).

**Quantidade alcançada**

233.240

Data de Referência

31/12/2014

- **Atingir até 2014 a meta de beneficiar 12 mil bolsistas/ano, garantindo a multiprofissionalidade, através do Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) articulado ao Pró-Saúde.**

Análise Situacional da Meta

No mês de dezembro foram pagas 15.255 bolsas (241 Coordenadores, 892 Tutores, 9.603 estudantes e 4.519 preceptores), sendo 2.119 no PET-Saúde/VS, 5.424 no PET-Saúde/Redes e 7.712 no PRÓ-Saúde/PET-Saúde.

Quantidade alcançada

15.255

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 360 docentes das Escolas Técnicas do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, 76 docentes foram capacitados, totalizando 564 nos três últimos anos (2012- 2014).

Quantidade alcançada

564

Data de Referência

31/12/2014

- **Elevar de 4 para 10 o número de programas stricto sensu da Fiocruz com nota de avaliação da CAPES igual ou superior a 6 até 2015**

Análise Situacional da Meta

A avaliação CAPES é realizada com periodicidade trienal. A única avaliação, a ser realizada durante o período do PPA na Fiocruz, ocorreu em 2013. Portanto, apenas em 2016 haverá mudança de nota CAPES para os cursos de pós-graduação da Fiocruz. Na última avaliação da Capes, em 2013, o quantitativo de seis cursos com avaliação 6 foi elevado para 8 programas stricto sensu da Fiocruz com nota de avaliação da CAPES igual ou superior a 6.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

- **Expandir de 52 para 62 o número de programas/cursos lato sensu na Fiocruz até 2015**

Análise Situacional da Meta

Foram considerados os cursos regulares e cursos por encomenda ao longo do exercício. Em 2014, o número de programas/cursos lato sensu apresentou uma queda devido à redução nas demandas pelos cursos.

Quantidade alcançada

55

Data de Referência

31/12/2014

- **Expandir o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) para atingir um total de 709 cursos de graduação da área da saúde até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Meta alcançada em 2012.

Quantidade alcançada

709

Data de Referência

31/12/2014

- **Fortalecer a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS e criar novos espaços de negociação em estados, municípios e regiões do país.**

**Análise Situacional da Meta**

Até dezembro/2014, a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS) tem o registro de 60 mesas de negociação instaladas e 8 mesas em processo de instalação, quais sejam: Mesas Municipais de Boa Vista/RR, Santarém/PA, Nova Andradina/MS, Jardim/MS, São Joaquim de Bicas/MG, Piraquara/PR, Londrina/PR, e estaduais do Pará.

Quanto à capacitação, foram realizadas 11 turmas, com total de 243 certificados. Foram realizadas 2 Oficinas de Planejamento para Mesas de Negociação de Maceió/AL e outra do Comitê Estadual de Desprecarização do Estado do Amazonas; realizadas 25 visitas técnicas para apoio às mesas; e realizados 3 Seminários de sensibilização de gestores e trabalhadores para a instalação de Mesas, nos Estados de Mato Grosso do Sul e do Pará (Belém e Santarém).

• Implantar 18 Núcleos Estaduais de Telessaúde Brasil até 2015, cobrindo todos os estados**Análise Situacional da Meta**

Estão implantados 17 Núcleos Telessaúde no País. Atualmente estão em fase de implantação Núcleos Telessaúde em 08 estados e no Distrito Federal.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2014

• Inserir 100 mil profissionais de saúde e gestores em processos de educação permanente com foco nas redes prioritárias.**Análise Situacional da Meta**

Em 2014, foram ofertadas 87.019 vagas em processos de educação permanente para gestores e trabalhadores, totalizando 102.785 nos últimos três anos. Foram contabilizados os profissionais inseridos em ofertas educacionais realizadas que tinham por foco as redes prioritárias.

Quantidade alcançada

102.785

Data de Referência

31/12/2014

• Inserir 5 mil profissionais de saúde no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) para atuação em municípios e localidades desprovidos de atenção à saúde, até 2015.**Análise Situacional da Meta**

Até dezembro de 2014, o PROVAB contou com 3.293 médicos e 1.078 profissionais das áreas de enfermagem e odontologia, totalizando 4.371 profissionais inseridos.

Quantidade alcançada

4.371

Data de Referência

31/12/2014

• Realizar cursos de capacitação para trabalhadores da saúde que incluam o enfoque racial na saúde, especialmente no combate ao racismo institucional**Análise Situacional da Meta**

O Ministério da Saúde atuou construindo junto com outros atores sociais a inclusão do respeito à diversidade étnico-raciais e as práticas de cuidado de matrizes afro-brasileiras.

Neste contexto, foi realizada uma oficina do PET-Saúde no VIII Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE), de 29 de julho a 02 de agosto de 2014, em Belém do Pará, aproximando as ações do PET e pesquisadores na perspectiva da criação de interfaces entre a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Também foi lançado, em outubro de 2014, o curso “Saúde da População Negra”, uma iniciativa do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) e da Secretaria de Gestão



Estratégica e Participativa (SGEP), e oferecido pela Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNASUS. Todos os módulos do curso serão oferecidos pela plataforma de educação a distância (EAD) e terão 45h de duração. Os módulos ofertados são multiprofissionais e autoinstrucionais.

O curso é voltado aos profissionais de saúde que atuam na Atenção Básica, especialmente aos participantes do Programa Nacional de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) e Mais Médicos. Além disso, também será aberto ao público, sendo ofertado para profissionais com graduação superior de quaisquer áreas do conhecimento que atuem no SUS.

OBJETIVO: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Esse Objetivo contempla os esforços do Ministério da Saúde no processo de aperfeiçoamento da gestão do SUS e a

incorporação de novos arranjos administrativos de caráter federativo e intergovernamental, sendo a mais recente a construção do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP).

A participação social na formulação e no controle da política pública de saúde é uma inovação institucionalizada no SUS. Dessa forma, os conselhos de saúde devem ser fortalecidos mediante, por exemplo, o apoio à ampliação da capilaridade das resoluções e deliberações deles oriundas, à diversificação de participantes – com ênfase na participação de lideranças dos movimentos sociais – e à melhoria de suas estruturas e funcionamento.

Nessa mesma linha, está a promoção do papel dos conselhos na qualificação da gestão do SUS e o reconhecimento da educação popular como elemento de ampliação da participação social e do cuidado em saúde. Igualmente, as conferências de saúde são foco de atenção, bem como a mobilização de todas as esferas em torno do compromisso para com estes espaços de participação.

Esse objetivo envolve igualmente a implementação da política de informação e informática em saúde para a tomada de decisão nas três esferas de gestão do SUS e a universalização do Cartão Nacional de Saúde (CNS) nas redes assistenciais, de modo a contribuir para a qualificação da gestão federativa e a resolubilidade das ações e serviços de saúde.

Neste contexto, em 2014, foram implantados e estão em funcionamento nove Comitês Técnicos Estaduais de Política de Promoção da Equidade e de Educação Popular em Saúde, com a participação de representantes das secretarias de saúde e de movimentos sociais nas seguintes unidades da Federação: dois na Bahia (LGBT e População em Situação de Rua), um no Pará (LGBT), um em Mato Grosso do Sul (Política de Promoção de Equidade e Educação Popular em Saúde), um no Rio de Janeiro (LGBT), três no Rio Grande do Sul (População em Situação de Rua, Campo e Floresta e das Águas e Educação Popular em Saúde) e um no Maranhão de Equidade. O processo de articulação com Estados e Municípios para a criação de comitês de Educação Popular e Equidade é um trabalho contínuo e há que se registrar que comitês municipais também têm se formado em apoio aos processos de participação social do SUS.

Em relação à implementação da política de informação e informática em saúde, o Departamento de Informática do SUS (DATASUS) avançou nas instalações de câmeras nos hospitais de referência do sistema para promoção do SOS Emergências.

Também intensificou a depuração do Cartão Nacional de Saúde, alcançando cerca de 176 milhões de cartões com identificação unívoca de usuários do SUS, com disponibilização de cadastramento de novos usuários pela Internet através do Portal de Saúde do Cidadão ou pelo sistema Cadsus Web.

Promoveu ainda a interoperabilidade de 16 sistemas informatizados do SUS com o Cartão Nacional de Saúde e a integração do Cadsus Web com sistemas municipais e estaduais.



Metas 2012-2015

- **Capacitar 50 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores) até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram capacitados 4.464 conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS (agentes comunitários de saúde), ACE (agentes de controle de endemias), educadores populares e gestores. Em 2013, foram capacitadas 13.618 pessoas, visando o controle social e a gestão participativa no SUS, envolvendo conselheiros de saúde, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores, formando um contingente capacitado de 18.082 no período de 2012 a 2013. Durante o exercício de 2014 foram capacitados mais 22.828 pessoas. Assim, a quantidade de capacitações acumulada (2012-2014) foi de 40.910 conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores.

Quantidade alcançada

40.910

Data de Referência

31/12/2014

- **Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) assinado em 80% das Regiões de Saúde até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram assinados 24 COAP. Em 2013 não houve avanço nas contratações. Em 2014, apesar de não haver registro de termo contratual firmado, observa-se ajustes contratuais, por meio de termos aditivos, em 20 contratos anteriormente assinados.

Quantidade alcançada

5,5

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar manuais sobre saúde da população negra e combate ao racismo institucional para as secretarias estaduais de saúde dos 26 estados e do Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Saúde, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, lançou, em 25 de novembro de 2014, a campanha publicitária inédita, de combate ao racismo no Sistema Único de Saúde (SUS), com o slogan: “Racismo faz mal à saúde. Denuncie!”.

A ação é mais um marco para a promoção da saúde do negro no Brasil e tem como objetivo conscientizar a população e os profissionais da área sobre a existência do racismo no SUS e a importância de enfrentá-lo.

Além de divulgação da campanha publicitária em todas as mídias, foi distribuído folders para a população, que trazem números relacionados às mulheres e às crianças negras, além de informar sobre as doenças mais comuns na população negra.

- **Fomentar a implementação de 27 Comitês Estaduais de Promoção da Equidade para Populações Vulneráveis até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Até 2013 foram registrados 11 Comitês Técnicos Estaduais de Política de Promoção da Equidade e de Educação Popular em Saúde, implantados e funcionando com as devidas representatividades de movimentos sociais. De janeiro a dezembro de 2014 foram implementados mais 8 desses comitês, resultando em um acumulado de 32 comitês, ao levar-se em consideração os 13 comitês implantados em 2012.

Quantidade alcançada

32

Data de Referência

31/12/2014



- **Fomentar a mobilização de 80 mil pessoas em eventos com foco na gestão participativa e no controle social nas ações de saúde.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram mobilizadas 7.600 pessoas e, em 2012, 23.539 pessoas, totalizando 31.139 pessoas. Em 2014 foram mobilizadas mais 24.056 pessoas, o que perfaz um acumulado de 55.195 pessoas no período.

Quantidade alcançada

55.195

Data de Referência

31/12/2014

- **Número do Cartão Nacional de Saúde disponibilizado a toda a população através do Portal do Cidadão e do Cadastro Único de Usuários do SUS (CadSUSWeb) até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foi disponibilizado o Portal do Cidadão para que a população acesse as informações de seu cadastro, além de informações sobre sua saúde. Até o final de 2014, o Banco de Dados do Cartão Nacional de Saúde foi 100% higienizado, perfazendo um total de 296 milhões de registros válidos e ativos. Neste período, foi realizado o processo de deduplicação de registros, que consiste na unificação de cadastros repetidos, alcançando cerca de 176 milhões de números de Cartão Nacional de Saúde com identificação unívoca de usuários do SUS. Até dezembro de 2014 foram também entregues cerca de 11 milhões de mídias plásticas do cartão em todo o território nacional para a impressão do número do Cartão Nacional de Saúde do usuário.

- **Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi realizado 1 Encontro, em 2013 2 Encontros e em 2014 mais 4 Seminários/Encontros, a saber:

- a) Seminário de Avaliação do Curso de Formação de Lideranças/Ativistas LGBT e o Controle Social (agosto de 2014);
- b) Seminário de Educação Permanente para o Controle Social do SUS (agosto de 2014);
- c) Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde - ocorrido em Brasília/DF (maio de 2014); e
- d) Seminário de Educação Permanente para o Controle Social do SUS (novembro de 2014).

Assim, a quantidade alcançada no período de 2012-2014 foi de 7 Encontros/Seminários Nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 6 seminários regionalizados envolvendo as comunidades quilombolas até 2015, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizados 2 Seminários, em 2013 foram 3 Seminários e em 2014 foram realizados mais 2 Seminários, a saber:

- a) Promoção da Saúde, Integridade da Atenção e Práticas de Cuidados nas Comunidades Remanescentes de Quilombo e Controle Social (Alcântara/MA - setembro de 2014); e
- b) III DIDA ARA - Encontro Nacional de Tradições de Matriz Africana e Saúde – (30/11 a 03/12/2014 - Porto Alegre/RS).

Quantidade alcançada

7

**Data de Referência**

31/12/2014

• Realizar a 15ª Conferência Nacional de Saúde**Análise Situacional da Meta**

Publicado o Decreto de convocação da 15ª Conferência Nacional de Saúde no Diário Oficial da União (DOU) do dia 16 de dezembro de 2014. A 15ª CNS acontecerá nos dias 23 a 26 de novembro de 2015, em Brasília-DF, e tem como Tema "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas" e o eixo: "Direito do Povo Brasileiro".

As Conferências Municipais serão realizadas no período de 9 a 15 de julho e as Conferências Estaduais de 16 de julho a 30 de setembro de 2015.

OBJETIVO: 0725 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Esse Objetivo contempla o campo da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), seus processos e instrumentos, a geração e disponibilização de informações estratégicas, em tempo oportuno, para subsidiar a tomada de decisão a partir da identificação de problemas visando à correção de rumos. Além disso, tais ações dão subsídios aos processos de elaboração, implantação e fortalecimento do Sistema nas três esferas de governo.

Estão envolvidas questões relacionadas à organização interna do Ministério da Saúde, visando à efetividade na execução das ações de responsabilidade direta do governo federal e a garantia de melhor controle da aplicação dos recursos transferidos aos estados e municípios, buscando a melhoria contínua do financiamento das ações de saúde.

As medidas decorrentes deverão manter relação sistêmica com os demais entes da federação, visando o aprimoramento do SUS. Qualificar o processo de planejamento constituirá condição para que se alcance resultados organizacionais e se maximize o uso dos recursos, seja de infraestrutura, seja financeiro ou da força de trabalho.

Para isso, a saúde conta com várias ferramentas de monitoramento e avaliação, como o Índice de Desempenho do SUS (IDSUS) - um indicador síntese que faz a aferição contextualizada do desempenho do SUS - e o Portal da Transparência, que tem por objetivo aumentar a transparência da gestão pública. Essas ferramentas permitem ao cidadão acompanhar como o dinheiro público está sendo utilizado e, dessa forma, fiscalizar a aplicação dos recursos na área da saúde. Estruturam-se ainda de forma integrada as áreas de Ouvidoria e o Sistema Nacional de Auditoria (SNA), contribuindo com a reorganização das competências e responsabilidades da gestão em saúde. O Sistema Nacional de Ouvidoria está organizado nas três esferas de governo, havendo, atualmente, 1.524 ouvidorias implantadas.

Com a finalidade de expansão e aperfeiçoamento das ouvidorias do SUS, foram ofertadas capacitações para a implantação do OuvidorSUS, sistema específico para ouvidoria. Em 2014, foram capacitadas 266 localidades para implantação do sistema informatizado. Dessas, 190 já entraram em produção no nível 1 do OuvidorSUS. Além dessas capacitações, destacamos as ações estratégicas para organização e consolidação do Sistema Nacional de Ouvidoria: a) conhecimento do cenário atual das ouvidorias do SUS, não censitário, por meio de parceria com a Fiocruz; b) reuniões com Ouvidores do SUS para planejamento estratégico das ações do Sistema Nacional de Ouvidorias do SUS (SNO/SUS), formulação e implementação da Política Nacional de Ouvidoria do SUS, que ora se encontra em tramitação no Congresso Nacional; c) premiação de experiências exitosas através do Prêmio Cecília Donnangelo de Ouvidoria SUS; d) Curso Nacional de Qualificação em Auditoria e Ouvidoria do SUS em oito estados da federação; e) aplicação piloto do INOVSUS (indicador criado para avaliação das ouvidorias do SUS), criado pela Portaria nº 2.416, de 7 de novembro de 2014, que estabelece diretrizes para a organização e funcionamento dos serviços de ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS) e suas atribuições e o lançamento do Manual do Sistema Nacional de Ouvidoria.

O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC do Ministério da Saúde atua desde maio de 2012, para garantir o acesso dos cidadãos às informações, a transparência ativa ou passiva. Os pedidos direcionados ao MS, por meio do e-SIC, foram



1.102 (2012), 2.263 (2013) e 2.195 (2014), totalizando, no período de 12/maio/2012 a 31/dezembro/2014, 5.560 pedidos de informação, plenamente respondidos no prazo, cujos conteúdos mais frequentes referiram-se à atenção básica, aos programas e ações da saúde, recursos humanos, dados epidemiológicos e assistência farmacêutica.

A Carta SUS, correspondência enviada pelo Ministério da Saúde aos cidadãos que passaram por internação hospitalar ou procedimentos ambulatoriais de alta complexidade em hospitais ou unidades de saúde públicas ou contratualizadas com o SUS, tem como objetivo fiscalizar a utilização dos recursos públicos de saúde, fortalecer a participação da população na gestão, monitorar as ações de saúde e avaliar a qualidade do atendimento prestado pelo SUS. A estratégia, em operação desde 2012, até o final de 2014 totalizou 37,5 milhões de correspondências. No que se refere à pesquisa de satisfação do usuário, em 2014, foram recebidos mais de 2 milhões de cartões-resposta, por correio, internet e telefone. Outro canal de comunicação explorado com intenções semelhantes, porém com maior amplitude, trata-se do Disque Saúde 136 que recebeu, em 2014, 29.632 mil manifestações entre denúncias, reclamações, elogios, informações, solicitações e sugestões, das quais 7.945 referiram-se a denúncias.

Com objetivo de avaliar a implantação do Programa Rede Cegonha, é realizada uma pesquisa por telefone com mulheres que tiveram partos pelo SUS, abrangendo questões relativas ao pré-natal, parto e pós-parto. A pesquisa foi iniciada em 2012, contabilizando mais de 260 mil questionários aplicados até 2014.

A Pesquisa de Avaliação da Internação do cuidado pós-alta de Acidente Vascular Cerebral e Infarto Agudo do Miocárdio foi iniciada em 2013, com o objetivo de avaliar o atendimento recebido nos serviços públicos de saúde durante a internação e verificar o acompanhamento médico pós-alta do paciente. Até o final de 2014 foram mais de 130 mil questionários aplicados. Para a aplicação dos questionários foram realizados mais de 300 mil contatos.

Em 2014, as ações realizadas pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS), Componente Federal e Coordenador do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SNA), totalizaram 1.284 ações de controle, sendo 957 auditorias, 09 fiscalizações, 250 visitas técnicas e 68 verificações no Termo de Ajuste Sanitário (TAS); e 176 Cooperações Técnicas. Vale destacar que as principais ações de controle foram nos seguintes programas: Saúde Toda Hora - SAMU 192, Saúde da Mulher - CA de Colo de Útero; Saúde da Mulher - Rede Cegonha, Saúde Não Tem Preço - Farmácia Popular; ações de controle interno realizadas em Cirurgias Eletivas; CartaSUS; Programa Requalifica UBS; Sistema Penitenciário; Saúde do Trabalhador; e Relatório de Gestão. Essas atividades foram inseridas no Plano Anual de Atividades do DENASUS de 2014 e totalizaram, aproximadamente, 40% das ações do ano todo. Em 2014 houve um total de R\$ 3,3 bilhões auditados e R\$277.106.851,41 milhões de proposições de devolução.

A Ouvidoria Itinerante é uma ação de ouvidoria ativa, que ocorre com o deslocamento de técnicos do DOGES para áreas de difícil acesso aos serviços de saúde, visando realizar escuta qualificada de populações que vivem em condições de vulnerabilidade social, sem acesso ou com acesso limitado às Ouvidorias do SUS. Em 2014, dentre as várias ações realizadas, destacamos a realização de dois importantes projetos: “Ouvidoria que vai ao cidadão: Rede integrada para a Gestão da Informação, Comunicação em Saúde e Mobilização para a 15ª Conferência Nacional de Saúde”, realizado por meio de convênio com a Universidade de Brasília e “Saúde e Cidadania – Reflexões Populares sobre Participação”, realizado por meio de cooperação técnica com a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) – Brasil.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o Disque Saúde 136, com foco na pesquisa da Rede Cegonha, por meio da realização de 400 mil entrevistas até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram aplicados cerca de 63.000 questionários relacionados à pesquisa com foco na rede Cegonha, iniciada em 10/5/2012, resultando em um acumulado de 260.000 questionários aplicados desde 2012.

Quantidade alcançada

260.000

Data de Referência

31/12/2014



- **Apoiar a implantação de 125 ouvidorias/ano com sistema informatizado**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, 266 localidades foram capacitadas no Sistema OuvidorSUS nível I, perfazendo um total acumulado de 526 unidades desde 2012. Das localidades capacitadas, 190 localidades iniciaram a produção no Sistema OuvidorSUS nível I e 1.524 localidades implantaram Ouvidoria do SUS.

Quantidade alcançada

190

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Estaduais de Saúde anualmente**

Análise Situacional da Meta

Todas as ações do Fundo Nacional de Saúde são para apoiar os 5.596 fundos de saúde (5.569 municípios e 27 Estados - incluindo o DF), por meio da participação nos eventos patrocinados pelos parceiros no projeto de apoio a fundos, que são do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde dos estados (COSEMS) e Controladoria Geral da União, em seus programas de fortalecimento da gestão municipal por sorteios públicos; por meio de informações atualizadas e precisas no site do FNS; e por meio da melhoria dos sistemas de pagamento, devido a integração com os demais sistemas do MS, o que permite agilidade nos procedimentos de pagamento/transferência aos fundos de saúde. O FNS atua também na orientação aos gestores quanto aos procedimentos a serem adotados para obtenção de melhor utilização do recurso e para a adequação dos projetos.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Municipais de Saúde até 2015**

Análise Situacional da Meta

Todas as ações do Fundo Nacional de Saúde são para apoiar os 5.596 fundos de saúde (5.569 municípios e 27 Estados - incluindo o DF), por meio da participação nos eventos patrocinados pelos parceiros no projeto de apoio a fundos, que são do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde dos estados (COSEMS) e Controladoria Geral da União, em seus programas de fortalecimento da gestão municipal por sorteios públicos; por meio de informações atualizadas e precisas no site do FNS; e por meio da melhoria dos sistemas de pagamento, devido a integração com os demais sistemas do MS, o que permite agilidade nos procedimentos de pagamento/transferência aos fundos de saúde. O FNS atua também na orientação aos gestores quanto aos procedimentos a serem adotados para obtenção de melhor utilização do recurso e para a adequação dos projetos.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar os processos de monitoramento e avaliação das 27 Secretarias Estaduais de Saúde**

Análise Situacional da Meta

Por meio do apoio às atividades de monitoramento e avaliação (M&A) das secretarias municipais e estaduais de saúde, há o compartilhamento das tecnologias e conhecimentos utilizados na estruturação da Sala de Apoio à Gestão Estratégica (Sage) com gestores dos Estados, Municípios e DF. Dentre os projetos e ações, presentes nessa estratégia, destacam-se o I3GeoSaúde, a elaboração de um guia sobre a Sage e o apoio técnico aos entes interessados em criar



uma estrutura similar à Sage. Ao encontro dessa ideia de estabelecimento de estruturas similares à Sage em Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde está a organização do modelo de apoio técnico, constituído por técnicos da Sage, a depender do nível de atuação e especialização desejada.

• **Consolidar o SOMASUS e sistemas associados no apoio à execução de projetos de investimentos em estruturação física e tecnológica do SUS**

Análise Situacional da Meta

No segundo semestre de 2014, com relação à ferramenta SOMASUS, Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde, foi realizada a revisão técnica de cerca de 25% das fichas de equipamentos constantes no SOMASUS, a atualização de diversos ambientes médico-hospitalares constantes no sistema, bem como concluiu-se a produção do conteúdo gráfico e textual do Volume 4 da série SOMASUS.

• **Disponibilizar programa de apuração de custos de serviços e ações em saúde até 2015**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Saúde tem incentivado a gestão de custos em unidades de saúde do SUS através do Programa Nacional de Gestão de Custos – PNGC, em nove estados da federação. A implementação do PNGC é considerado com um ciclo completo quando as unidades de saúde passam, cumulativamente, pelas seguintes etapas: 1) sensibilização e diagnóstico situacional; 2) estruturação da unidade em centros de custos; 3) levantamento e organização de dados; 4) lançamento de dados no APURASUS; e 5) análise de resultados.

Em 2014, o Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC) foi implantado em mais 31 unidades hospitalares, totalizando, atualmente, 81 unidades de saúde de 12 unidades da federação, quais sejam: BA, RS, PE, CE, PB, PA, MS, AL, TO, AC, GO e DF. A equipe que coordena o programa realizou acompanhamento constante destas unidades por meio de viagens para realização de cursos de capacitações técnicas e treinamentos na ferramenta APURASUS, bem como do apoio técnico feito à distância, que vai desde o esclarecimento de dúvidas de ordem técnica e operacional à análise de inconsistências dos custos apurados.

• **Implantar e implementar o Indicador Nacional de Acesso e Qualidade em Saúde**

Análise Situacional da Meta

Elaborado no ano de 2011 com apoio de um Comitê Técnico, e submetido à consulta pública em 2012, o IDSUS teve seus primeiros resultados publicados, referentes aos dados do período de 2007 a 2010, os quais avaliaram o SUS que atendeu os residentes em cada município brasileiro. Em 2013 e 2014 foram elaborados: minuta da portaria que regulamenta o IDSUS; anexo da Portaria do IDSUS com o respectivo modelo avaliativo; fichas completas dos 24 indicadores simples que compõem tal índice; folder da nova página do IDSUS; e primeira versão do documento que contém um conjunto de indicadores em série histórica que avaliam o SUS de 2003 a 2014.

• **Implantar e implementar o Portal da Transparência do Ministério da Saúde**

Análise Situacional da Meta

Portal em funcionamento, sofrendo manutenções evolutivas conforme as demandas existentes quanto a aspectos legais ou organizacionais.

Portal da Transparência: <http://aplicacao.saude.gov.br/portaltransparencia/index.jsf>.

• **Realizar 4 mil ações de controle interno e auditorias com foco nos contratos de ação pública até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizadas 1.284 ações de controle, sendo 957 auditorias, 09 fiscalizações, 250 visitas técnicas e 68 verificações no Termo de Ajuste Sanitário (TAS); além de 176 Cooperações Técnicas, perfazendo um acumulado de 4.803 ações de controle interno e auditorias.

Quantidade alcançada

4.803

Data de Referência

31/12/2014



- Realizar ações de Ouvidoria Ativa no âmbito do SUS, com envio de 10 milhões de CartaSUS/ano até 2015.

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram enviadas cerca de 13,8 milhões de cartas, resultando em um acumulado de 37,5 milhões de cartas enviadas no período de 2012 a 2014.

Quantidade alcançada

13.800.000

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A assistência farmacêutica é um componente essencial do Sistema Único de Saúde, uma vez que atende ao componente prescricional voltado à proteção e recuperação da saúde, por meio da promoção do acesso aos medicamentos e do seu uso racional. Esse objetivo consiste em promover a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como sua seleção, programação, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, o Ministério da Saúde tem concentrado esforços na integração da Política de Assistência Farmacêutica às demais diretrizes prioritárias, com vistas a assegurar a articulação necessária para o acesso aos medicamentos no contexto da garantia da integralidade da atenção.

A promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais, por meio da expansão dos Programas Farmácia Popular do Brasil e Saúde Não Tem Preço, teve como prioridade o adensamento de unidades disponíveis nos municípios constantes do mapa de extrema pobreza. Até dezembro de 2014, registra-se a operação de 33.264 farmácias credenciadas, atuando em 4.345 Municípios, além de 532 estabelecimentos da rede própria, operando em 422 Municípios.

O Componente Básico da Assistência Farmacêutica transferiu aos Municípios e Estados, até o final de 2014, cerca de R\$ 1 bilhão para aquisição de medicamentos para a Atenção Básica. Além disso, foram adquiridos de forma centralizada aproximadamente 23 milhões de frascos de insulina NPH regular e, para o Programa Saúde da Mulher, mais de 28 milhões de blísteres, ampolas, comprimidos e unidades de contraceptivos.

O Ministério da Saúde adquiriu 600 kits para atender pessoas atingidas por desastres de origem natural, e, no ano de 2014, aproximadamente 163,5 mil pessoas desabrigadas ou desalojadas receberam os medicamentos e/ou insumos (correspondendo a 109 kits, totalizando 21,8 toneladas).

Em relação ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, que disponibiliza o tratamento na forma de linhas de cuidado para 79 doenças, em 2014 foram transferidos recursos aos estados na ordem de R\$ 740,3 milhões, além de R\$ 4,15 bilhões executados em 50 processos de aquisição centralizada de medicamentos pelo Governo Federal, que corresponderam a mais de 448 milhões de unidades de medicamentos adquiridas.

Em 2014, foram também firmados 19 contratos entre o Ministério da Saúde e laboratórios privados, dois contratos com laboratório público, quatro termos de ajuste junto a organismo internacional e quatro termos de execução descentralizada com laboratório oficial de nível federal. Por outro lado, no mesmo período foram descentralizados cerca de R\$ 160,7 milhões, equivalentes a aquisição de mais de 206 milhões de unidades de medicamentos.

O uso de plantas medicinais e fitoterápicos foi intensificado nos últimos anos. Em 2014, foram repassados, na modalidade fundo a fundo, R\$ 7,2 milhões para 17 secretarias de saúde municipais e duas estaduais, destinados ao: apoio à assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos; estruturação de arranjos produtivos locais em plantas medicinais e fitoterápicos; e desenvolvimento e registro sanitário de fitoterápicos da Renome (Relação Nacional de Medicamentos) por laboratórios públicos. Ao todo, desde 2012, estão em curso 66 projetos apoiados na área de plantas medicinais e fitoterápicos, totalizando investimento próximo a R\$ 26 milhões.

Ainda com referência ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, constam 12 medicamentos fitoterápicos



incluídos na Rename e, conseqüentemente, no elenco do componente básico da assistência farmacêutica. O processo de atualização da Rename foi iniciado em agosto de 2014 e avalia a incorporação de quatro novos medicamentos fitoterápicos.

Em 2014, foram ainda divulgados os dados da Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos no Brasil (PNAUM). Os resultados mostram um acesso elevado a medicamentos pelos brasileiros para o tratamento das doenças crônicas investigadas (93,8% para hipertensão e 95,4% para diabetes). Para o tratamento da hipertensão e diabetes, mais de 70% dos medicamentos foram obtidos de forma gratuita pela população, prioritariamente nas unidades de saúde do SUS. A obtenção de medicamentos gratuitos para as doenças respiratórias crônicas foi de 27%. O Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde apoia 1.582 Municípios constantes do Plano Brasil sem Miséria até 100 mil habitantes (70% desses Municípios), o que corresponde a uma cobertura de mais de 26 milhões de pessoas, com prioridade para a estruturação dos serviços farmacêuticos na Atenção Básica, com investimento de mais de R\$ 17 milhões.

Para contribuir no planejamento, monitoramento, controle e avaliação da gestão da Assistência Farmacêutica, o Governo Federal ampliou a implantação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HÓRUS) que conta com a adesão de mais de 2.900 Municípios e 20 Estados. Além disso, o Sistema também é utilizado em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, 47 Casas de Saúde Indígena e 68 Polos Base do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Mais de seis mil profissionais, de 2.438 Municípios, foram capacitados para utilização do sistema, na modalidade à distância.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 962 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015.**

Análise Situacional da Meta

De janeiro a novembro de 2014, o Programa Farmácia Popular ampliou a rede credenciada em 126 municípios mapeados pelo Plano Brasil Sem Miséria, passando de 1.464 para 1.590 municípios do BSM abrangidos pelo Programa.

Quantidade alcançada

1.590

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 16 até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014, constam 12 medicamentos fitoterápicos incluídos na Rename e, conseqüentemente, no elenco do componente básico da assistência farmacêutica. O processo de atualização da Rename já foi iniciado para a incorporação de quatro novos medicamentos fitoterápicos no elenco do SUS.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APL até 2015, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS**

Análise Situacional da Meta

No total, desde 2012, estão em curso 66 projetos apoiados na área de plantas medicinais e fitoterápicos. Em 2014, foi aprovado o repasse fundo para apoio ao desenvolvimento de projetos em 03 modalidades: apoio à assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos; estruturação de arranjos produtivos locais em plantas medicinais e fitoterápicos; e desenvolvimento e registro sanitário de fitoterápicos da Rename (Relação Nacional de Medicamentos)



por laboratórios públicos.

Quantidade alcançada

66

Data de Referência

31/12/2014

- **Aquisição e distribuição continuada de medicamentos e insumos adequados à integralidade do tratamento de pacientes em todos os níveis de atenção.**

Análise Situacional da Meta

Em relação ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, que disponibiliza o tratamento na forma de linhas de cuidado para 79 doenças, em 2014 foram transferidos recursos aos estados na ordem de R\$ 740,3 milhões, além de R\$ 4,15 bilhões executados em 50 processos de aquisição centralizada de medicamentos pelo Governo Federal, que corresponderam a mais de 448 milhões de unidades de medicamentos adquiridas.

OBJETIVO: 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A implantação desse objetivo está em consonância com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), cuja finalidade é contribuir para o desenvolvimento nacional sustentável, com base em conhecimentos técnicos e científicos ajustados às necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas do País.

O Ministério da Saúde consolidou seu papel no cenário da ciência, tecnologia e inovação em saúde, tendo como marca registrada o trabalho em parceria com diversas instituições, como o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), as Fundações de Amparo à Pesquisa, as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

Destaca-se também a parceria internacional com a Fundação Bill e Melinda Gates, que, em 2014, juntamente com o CNPq/MCTI, foi concretizada por meio do lançamento da chamada pública "Grandes Desafios Brasil: Desenvolvimento Saudável Para Todas as Crianças", no valor de R\$ 10 milhões.

Ainda em 2014, no âmbito da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) e em consonância com as prioridades definidas no documento Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde, foram investidos R\$ 55 milhões em 12 chamadas públicas em parceria. Nessas chamadas foram contemplados 171 projetos nas seguintes temáticas: Leishmanioses (R\$ 3 milhões), Medicina Regenerativa (R\$ 5,6 milhões), Doenças Neurodegenerativas (R\$ 6 milhões), Criação da Rede Nacional de Pesquisa em Doenças Cardiovasculares (R\$ 6 milhões), Doenças de Chagas (R\$ 3 milhões), Distúrbios Neuropsiquiátricos (R\$ 6 milhões), Saúde da População Negra (R\$ 2 milhões), Doenças Respiratórias (R\$ 5 milhões), Helmintíases (R\$ 3 milhões), Doenças Raras (R\$ 5 milhões) e Doenças Renais (R\$ 5 milhões).

Nesse período também foi lançada a chamada em parceria com o National Institute of Health na área de câncer associado a infecções, alergia, imunologia, ou doenças infecciosas, incluindo HIV/AIDS e suas comorbidades, no valor de R\$ 5,5 milhões.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o cadastramento dos Comitês de Ética em Pesquisas (CEP) na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), passando de 10% em 2011 para 100% até 2015**

Análise Situacional da Meta

Meta atingida em 2013.

**Quantidade alcançada**

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar dois testes clínicos da vacina contra dengue**

Análise Situacional da Meta

Meta atingida em 2013. Os projetos apoiados são do Instituto-Fundação Butantan – IFB e do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos/Fiocruz.

- **Aprovar no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) 3(três) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade intelectual**

Análise Situacional da Meta

No período de 2012 a 2014, foram apresentadas e aprovadas 9 propostas ao GECIS, das quais 2 em 2014.

Em 2014 foi realizada a 7ª Reunião do GECIS. A reunião foi pautada no balanço das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) firmadas até 2014, bem como a apresentação do novo marco regulatório, contemplado na Portaria GM/MS nº 2.531/2014, que redefine as diretrizes e critérios para a definição da lista de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e o estabelecimento das PDPs, e disciplina os respectivos processos de submissão, instrução, decisão, transferência e absorção de tecnologia, aquisição de produtos estratégicos para o SUS no âmbito da PDP e o respectivo monitoramento e avaliação. Além disso, foi apresentada a Lista Anual de Produtos Estratégicos para o SUS em 2015, validada pelo GECIS. E, em atendimento ao disposto no art. 11, § 3º, da Portaria nº 2.531/2014, foi apresentado o Calendário Anual das reuniões do GECIS para 2015. Nesta reunião também foi apresentado o balanço das medidas da Agenda Setorial do Complexo da Saúde, no âmbito do Plano Brasil Maior.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2014

- **Celebrar 15 acordos regionais para realinhamento das prioridades de pesquisa em saúde no SUS, em consonância com os Planos Estaduais de Saúde**

Análise Situacional da Meta

Acordos firmados. Esta meta foi cumprida em 2012, quando foram firmados convênios da edição do PPSUS para o biênio 2012-2013 em 25 estados (exceto DF e PA).

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratar 200 projetos de pesquisa no âmbito do programa de pesquisa para o SUS (PPSUS) até 2015, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretarias Estaduais de Saúde e Fundações de amparo à pesquisa**

Análise Situacional da Meta

Na modalidade de fomento descentralizado (PPSUS), em 2014 foram contratados 160 projetos de pesquisa, cujas propostas contribuirão para o desenvolvimento científico e tecnológico de cada estado, além de atender às demandas de pesquisa em saúde locais. Desde 2012 já foram contratados 647 projetos de pesquisa.

Quantidade alcançada

647

Data de Referência

31/12/2014



• **Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram lançadas 13 chamadas públicas nacionais, por meio das quais foram contratados 171 projetos de pesquisas em temas relevantes para o SUS: Leishmanioses, Medicina Regenerativa, Doenças Neurodegenerativas, Criação da Rede Nacional de Pesquisa em Doenças Cardiovasculares, Doenças de Chagas, Distúrbios Neuropsiquiátricos, Saúde da População Negra, Doenças Respiratórias, Helmintíases, Doenças Raras e Doenças Renais. Nesse período também destaca-se a chamada em parceria com o National Institute of Health na área de câncer associado a infecções, alergia, imunologia, ou doenças infecciosas, incluindo HIV/AIDS e suas comorbidades no valor de R\$ 5,5 milhões. Outra chamada de parceria internacional importante foi realizada com a Fundação Bill e Melinda Gates e com o CNPq/MCTI. Essa chamada pública, no valor total de R\$ 10 milhões, teve como tema "Grandes Desafios Brasil: Desenvolvimento Saudável Para Todas as Crianças", cujo objetivo é desenvolver intervenções efetivas para reduzir a incidência de parto prematuro, deficiências de crescimento e danos ao desenvolvimento cognitivo.

Quantidade alcançada

391

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0728 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Esse Objetivo tem por finalidade promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais - inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores - e contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no País.

No âmbito da saúde suplementar, em janeiro de 2014, passou a vigorar o novo Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde. Foram incluídos 87 novos itens, entre eles, nova técnica de radioterapia (IMRT), cerca de 30 cirurgias por vídeo e procedimentos odontológicos. Além disso, foram incluídos 37 medicamentos orais para tratamento de cânceres com grande prevalência entre a população - como estômago, fígado, intestino, rim, mama, útero e ovário. No decorrer do ano, oito terapias para tratamento de efeitos colaterais do câncer também foram incorporadas.

Em 2014, a ação pública regulatória suspendeu a operação de 260 planos de 44 operadoras. A medida se encaixa nos critérios estabelecidos para a suspensão dos produtos que já foram reincidentes pelo descumprimento da Resolução Normativa nº 259, que determina a garantia de atendimento do beneficiário e dos prazos máximos desse atendimento para consultas, exames e cirurgias.

Já o aperfeiçoamento contínuo do processo de ressarcimento ao SUS pelos atendimentos em rede pública de consumidores com planos de saúde gerou, até dezembro de 2014, um valor arrecadado de R\$ 390,93 milhões, com a conclusão de 858.812 processos de ressarcimento, sendo 439.919 em 2013 e 418.893 em 2014.

A regulamentação da Lei nº 13.003, de 24 de junho de 2014, que torna obrigatória a existência de contratos escritos entre operadoras e prestadores de serviços de saúde, deverá garantir, a partir de 2015, serviços de melhor qualidade para o consumidor, com a definição de percentual de reajuste de honorários pela ANS em casos nos quais não houver acordo entre as partes. O incentivo à mudança do modelo assistencial, por meio da adoção de planos de cuidado e da reorganização da rede de prestação de serviços, deverá aprimorar o atendimento e permitir alteração do modelo de remuneração dos profissionais de saúde, com redução dos custos totais. Com relação à sustentabilidade do setor, será desenvolvida política de incentivo à comercialização dos Planos Individuais e realizado o monitoramento da sustentabilidade econômico-financeira das operadoras e impactos no setor.



Metas 2012-2015

• Agilizar o processo de ressarcimento das operadoras ao SUS**Análise Situacional da Meta**

O aperfeiçoamento contínuo do processo de ressarcimento ao SUS pelos atendimentos em rede pública de consumidores com planos de saúde gerou, até dezembro de 2014, um valor arrecadado de R\$ 390,93 milhões, com a conclusão de 858.812 processos de ressarcimento, sendo 439.919 em 2013 e 418.893 em 2014.

• Aprimorar a capacidade regulatória (mensurada pelo Índice de Desempenho Institucional)**Análise Situacional da Meta**

O resultado global anual foi de 82%, levando-se em consideração os resultados de 15 indicadores relativos a processos organizacionais. Estratificado pelos eixos, o resultado foi de 75% para a Sustentabilidade do Mercado, 95% para a Articulação e Aprimoramento Institucional e 75% para o Desenvolvimento Institucional.

• Conferir maior poder de escolha ao consumidor de planos de saúde e aprimorar as ações regulatórias**Análise Situacional da Meta**

Em 2014, a ação pública regulatória suspendeu a operação de 260 planos de 44 operadoras. A medida se encaixa nos critérios estabelecidos para a suspensão dos produtos que já foram reincidentes pelo descumprimento da Resolução Normativa nº 259, que determina a garantia de atendimento do beneficiário e dos prazos máximos desse atendimento para consultas, exames e cirurgias.

No âmbito da discussão acerca da melhor forma de disponibilizar a rede georreferenciada dos planos para os beneficiários, o novo sistema teve sua fase de concepção concluída em 2014. Não há previsão de implementação de funcionalidades de georreferenciamento dos prestadores, estando apenas prevista a obrigatoriedade do endereço. Avalia-se a possibilidade de se fazer o georreferenciamento através deste endereço, informado para o prestador no novo cadastro do RPS. Há, ainda, a questão da utilização do CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) como cadastro único de prestadores da ANS, com os ajustes necessários para atender às suas necessidades, e este já possui as informações necessárias para o georreferenciamento. A ser discutido pelas esferas competentes, no próximo período.

• Otimizar o Relacionamento Institucional entre a ANS e Órgãos de Defesa do Consumidor (Programa Parceiros da Cidadania)**Análise Situacional da Meta**

Foram operacionalizados, ao longo do ano, 94% dos acordos assinados (17), tendo superado a meta de 90%. A maioria dos acordos encontra-se na região Nordeste, Norte e Sudeste. É importante ressaltar o conjunto de 37 aproximações em todas as regiões do País entre os Núcleos da ANS e os Órgãos de Defesa do Consumidor, com atividades de capacitação e troca de informações.

O conjunto dos Núcleos da ANS apresentava, no primeiro semestre, quinze (15) acordos de cooperação firmados (12 com atividades realizadas no 1º semestre) e um Fórum Permanente de Saúde Suplementar, coordenado pela Defensoria Pública de Pernambuco. A maioria dos Núcleos participa de eventos junto aos Órgãos de Defesa do Consumidor (PROCONs Estaduais e Municipais; Ministério Público e Defensoria Pública; Fóruns; Sindicatos; Comitês e Comissões; Promotorias e Secretarias). Há também perspectiva de novos parceiros, com atividades em andamento, ainda que sem acordos firmados (27, em potencial). A maioria das atividades é voltada para a capacitação e a troca de informações, bem como reuniões técnicas voltadas à resolução de demandas. A situação atual é promissora, pois se verifica o crescimento da participação dos entes congregados no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC). Destaca-se que a participação do Poder Judiciário é inovadora e tem possibilidades de crescimento.

OBJETIVO: 0729 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como



compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Esse Objetivo reúne e organiza toda a agenda internacional do Ministério da Saúde e instituições vinculadas, sendo definidas suas prioridades a partir de cinco eixos: fortalecimento e desenvolvimento do complexo industrial da saúde; fortalecimento da atuação do setor saúde em fóruns multilaterais; fortalecimento da integração regional em saúde; fortalecimento da cooperação internacional e assistência humanitária em saúde; e aperfeiçoamento da gestão das ações internacionais em saúde.

Em 2014, no campo da cooperação fronteiriça, cabe ressaltar a Assinatura do Memorando de Entendimento Brasil-Venezuela e início de sua implementação para a eliminação da oncocercose na região yanomami, única área ainda com casos na região das Américas. Além disso, destaca-se a cooperação com o CARICOM para resposta a emergências como Ebola e Chikungunya, ações de apoio para a região das Américas, através da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e Organização Mundial de Saúde (OMS), além de doações de kits de medicamentos e insumos estratégicos, para combater o avanço da epidemia de ebola na Guiné, Libéria e Serra Leoa.

Destaque para a finalização da primeira etapa de Projeto Trilateral em Saúde – Brasil – Cuba – Haiti e o início do funcionamento dos três hospitais Comunitários de Referência (do tipo UPA), e do Instituto Haitiano de Reabilitação, com a possibilidade de seguimento de ações para os próximos anos, especialmente no fortalecimento da saúde mental. Também, cooperações com Peru e El Salvador foram fortalecidas, com vistas a aprofundar a cooperação em ações como a experiência brasileira do “Aqui tem farmácia popular”. Parcerias com a França em áreas como urgência e emergência e com a Espanha em transplantes foram também marcos positivos no transcurso de 2014.

Na OMS, foram pontos liderados pelo Brasil: o fortalecimento do papel dos sistemas de saúde no marco de uma resposta intersetorial para o enfrentamento da violência interpessoal, em particular contra mulheres, meninas e meninos; a incorporação da Declaração Política sobre Recursos Humanos de Saúde, aprovada em Conferência em Recife, como documento global; o fortalecimento das autoridades regulatórias, melhoria do acesso a medicamentos essenciais e, também, a biotecnológicos; a criação de nova estratégia e metas globais para tuberculose e fortalecimento dos programas de vacinação contra as hepatites A e B; além de medidas de controle da infecção nos serviços de saúde.

No âmbito da Organização Pan-Americana de Saúde, a presidência brasileira na discussão do Plano Estratégico 2014-2019 tornou a experiência um modelo para outras regiões, conduzindo o processo de maneira inclusiva e participativa. Pela primeira vez na América Latina, a Anvisa, juntamente com a OMS, realizaram a 16ª Conferência Internacional de Autoridades Reguladoras de Medicamentos (International Conference of Drug Regulatory Authorities - ICDRAs) no Brasil, favorecendo e promovendo a inclusão das autoridades reguladoras de medicamentos da Região nas discussões do futuro das atividades de regulação de produtos sujeitos à vigilância sanitária. A segunda reunião do Fórum das Agências Reguladoras de Medicamentos do Espaço Lusófono, coordenada pela Anvisa e a Infarmed, agência reguladora de medicamentos de Portugal, teve como objetivo intensificar a cooperação na área de medicamentos entre os países membros, além da sistematização de experiências de iniciativas bilateral ou multilateral bem-sucedidas realizadas entre os parceiros. A Anvisa também realizou a Conferência Internacional de Insumos Farmacêuticos Ativos para aprimorar o conhecimento e compartilhar experiências sobre regulamentação de insumos farmacêuticos. Esse evento auxiliou na revisão e elaboração de marcos regulatórios e permitiu observar critérios e parâmetros internacionais em uso para harmonização das regras nacionais com a legislação internacional.

Foi realizado o 1º Seminário sobre Regulação de Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos, com o objetivo de compartilhar experiências relacionadas a serviços médicos eficientes e de alta qualidade e fortalecer a aproximação estratégica entre as autoridades sanitárias do Brasil e do Japão.

Após participar por um ano na condição de observadora, a Anvisa foi aceita como Membro do ICCR (International Cooperation on Cosmetic Regulation), participando ao lado das autoridades reguladoras dos Estados Unidos, Canadá,



União Europeia e Japão, na elaboração do marco regulatório de referência regional na área de cosméticos.

Metas 2012-2015

• **Consolidar em Moçambique o escritório Fiocruz para a África de Língua Portuguesa**

Análise Situacional da Meta

100% do escritório em Moçambique está implantado desde 2012. O Escritório oficial tem como finalidade articular, acompanhar e avaliar os programas de cooperação em saúde desenvolvidos pelas unidades da Fiocruz com os países africanos. Principais serviços desenvolvidas:

- Cursos de pós-graduação em diferentes áreas;
- Capacitações em serviço;
- Ensino a distância e formação politécnica;
- Implantação e reformulação dos institutos nacionais de Saúde dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP; e
- Transferência de tecnologia para a área de produção e apoios diferenciados para o fortalecimento dos sistemas de saúde dos países da CPLP.

• **Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, por meio da participação nos fóruns multilaterais e nos mecanismos de integração regional e de fronteira, no desenvolvimento de projetos de cooperação técnica e assistência humanitária, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.**

Análise Situacional da Meta

Dentre as iniciativas internacionais realizadas e apoiadas pelo Ministério da Saúde, no primeiro semestre de 2014, merecem destaque:

- Realização, em fevereiro, de Reunião de Coordenação com a Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul e dos municípios de fronteira com Uruguai;
- Assinatura, em março, da declaração que aprova o Plano Operativo Anual do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde 2014, durante a VIII Reunião Ordinária do Conselho de Saúde Sul-americano, realizada no Suriname;
- Entrada em vigor, em abril, da Portaria nº 622, que estabelece prazos para conclusão da implementação das ações previstas no Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras) e sobre o repasse de incentivo financeiro; e realizada a I Reunião de Consultas Humanitárias Brasil-Canadá, onde os 2 países estabeleceram mecanismo de consultas em temas de cooperação humanitária e esboçaram sobre o tema uma série de ações a serem tomadas em conjunto.

• **Realizar cooperação técnica internacional em saúde, priorizando países da América Latina e Caribe e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

Análise Situacional da Meta

Realizada, em fevereiro, Reunião de Coordenação com a Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul e dos municípios de fronteira com Uruguai;

Assinada, em março de 2014, a declaração e aprova o Plano Operativo Anual do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde 2014, durante a VIII Reunião Ordinária do Conselho de Saúde Sul-americano, realizada no Suriname; e

Em abril de 2014, entrou em vigor a Portaria nº 622, que estabelece prazos para conclusão da implementação das ações previstas no Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras) e sobre o repasse de incentivo financeiro.



PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Percentual de CRAS com IDCRAS igual ou superior a 6	%	31/12/2009	53,16	31/12/2013	68,07
Percentual de CREAS com atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE)	%	31/12/2010	31	31/12/2013	73,27
Percentual de CREAS com atendimento para mulheres em situação de violência	%	31/12/2010	77	31/12/2013	73,85
Percentual de CREAS com oferta de serviço especializado em Abordagem Social	%	31/12/2010	63	31/12/2013	51,84
Percentual de municípios (com 100 mil habitantes ou mais) com serviços de Proteção Social Especial para pessoas em situação de rua	%	31/12/2010	35	31/12/2013	80,56
Percentual de municípios (com 50 mil habitantes ou mais) com Serviços de Acolhimento	%	31/12/2010	62	31/12/2013	75
Percentual de Municípios com CREAS	%	31/12/2010	26	31/12/2013	43
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa com Deficiência	%	31/12/2010	9,39	31/12/2014	5,23
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa Idosa	%	31/12/2010	5,32	31/12/2014	2,98
Taxa bianual de permanência dos técnicos de nível superior nos CRAS	%	31/12/2010	42,8	31/12/2013	51,13
Taxa de trabalho infantil	%	31/12/2009	5,63	30/09/2013	3,7327
Variação anual da concessão do BPC	%	31/12/2010	3,97	31/12/2014	-3,21

OBJETIVO: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo agrega o cofinanciamento de serviços e projetos de estruturação da rede de unidades de Proteção Social Básica (PSB). A Proteção Social Básica objetiva fortalecer a acolhida, a convivência e a socialização de famílias e de indivíduos, conforme a situação de vulnerabilidade apresentada. Nesse sentido, articula um conjunto de ações voltadas à inserção dessas famílias e indivíduos na rede socioassistencial e em outras políticas setoriais, visando prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade.

Os serviços continuados de PSB se destinam às famílias e são ofertados de forma direta nos Centros de Referência da



Assistência Social (CRAS) e em outras unidades públicas de assistência social e, de forma indireta, pelas entidades e organizações de assistência social sem fins lucrativos da área de abrangência do CRAS. Cada CRAS oferta, necessariamente e com exclusividade, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o principal serviço da proteção básica. O PAIF é complementado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), destinado a crianças, adolescentes e idosos, além do Serviço no Domicílio (SD) para pessoas com deficiência ou idosos. A Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica consiste no apoio à implantação, qualificação e reestruturação dos equipamentos públicos, contribuindo para a melhoria da estrutura física e material, as condições de atendimento, a ampliação do acesso aos serviços e o aprimoramento da gestão dessas unidades.

Ao final de 2014, o MDS cofinanciava a oferta do PAIF em 7.511 CRAS, que referenciavam aproximadamente 22,5 milhões de famílias, em 5.548 municípios brasileiros. Além disso, cofinanciava a oferta de serviços prestados por 1.256 equipes volantes, distribuídas por 1.085 municípios e concluiu a entrega de 123 lanchas da Assistência Social a municípios da Amazônia e pantanal. Além disso, 5.038 municípios receberam o cofinanciamento federal para a oferta do SCFV reordenado, com atendimento, no último trimestre do ano, de 1,47 milhão de usuários nas faixas etárias cofinanciadas, sendo mais de 800 mil usuários do público prioritário.

Em 2014, merecem destaque: a efetiva implantação do Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC; a realização de nova oferta, com ampliação de metas, do Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho); a reoferta de equipes volantes, lanchas da assistência social e do PAIF; e a finalização da entrega, a municípios, de Lanchas de Assistência Social aceitas em anos anteriores.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para todas as faixas etárias dos serviços tipificados, buscando a universalização da oferta e equalização da cobertura de cofinanciamento**

Análise Situacional da Meta

O SCFV organiza-se por faixas etárias, estando prevista a oferta de atividades intergeracionais. Objetiva prevenir situações de vulnerabilidade e riscos, contribuindo para a prevenção da institucionalização e segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, inclusive pessoas com deficiência. O serviço ocorre por meio do trabalho em grupos, podendo ser ofertado no CRAS, em outras unidades públicas, como os Centros de Convivência, ou em entidades de assistência social, referenciadas ao CRAS.

No segundo semestre de 2013 foi implementado o reordenamento do SCFV, visando equalizar a oferta do serviço para as faixas etárias de 0 a 17 anos e acima de 60 anos, unificar a lógica de cofinanciamento e estimular a inserção no serviço do público identificado nas situações prioritárias, conforme pactuado na Comissão Intergestores Tripartite – CIT (Resolução CIT nº 01/2013) e deliberado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS (Resolução CNAS nº 01/2013), no primeiro semestre do ano.

Nesse sentido, destaca-se a regulamentação do cofinanciamento federal do SCFV, por meio do Piso Básico Variável, realizada pela Portaria MDS nº 134, de 28/11/2013. De acordo com essa portaria, o cofinanciamento federal aos municípios e DF é condicionado à existência de CRAS e à efetiva oferta do serviço. Em 2013, 5.038 municípios realizaram aceite para a execução do SCFV, totalizando uma capacidade de atendimento de 1.649.740 usuários. No primeiro semestre de 2014 foi efetivamente implantado o Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC, conforme previa a Portaria MDS nº 134/2013. O preenchimento do sistema ocorreu a partir de abril/2014 e as informações foram apuradas pelo MDS, com repercussões no cofinanciamento do serviço, a partir de junho/2014. Conforme previa a Portaria, o pagamento integral realizado no primeiro trimestre de 2014 (janeiro a março) teve seus valores compensados, em razão dos níveis de atendimento registrados pelos municípios no sistema.

Além disso, no primeiro semestre de 2014, foram incluídos (Resolução CNAS nº 13, de 13/05/2014) na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, como público do SCFV, usuários na faixa etária de 18 a 59 anos.

No último trimestre de 2014, os municípios já haviam informado, no SISC, a participação de mais de 1,47 milhão de usuários nos grupos do SCFV, sendo identificados mais de 800 mil usuários em situações prioritárias no serviço.



A fim de capacitar os técnicos tanto na oferta do SCFV quanto no preenchimento do sistema, o MDS realizou diversas capacitações nos estados, tratando dos temas: concepção do SCFV, o Sistema de Informação - SISC e o cofinanciamento do serviço. Foram realizadas capacitações em todas as regiões do país, alcançando, aproximadamente 90% dos estados brasileiros, além de teleconferências, participações em conferências nacionais e estaduais e contato permanente com os estados e municípios, com o envio de informes e atendimento de demandas. Em dezembro/2014, foi realizado ainda um encontro da Proteção Social Básica com os estados e Distrito Federal para, entre outros temas, avaliar a implementação do SCFV pós reordenamento.

Além disso, ao longo do ano, foram publicados: o Manual do SISC, com informações para o uso e manuseio do sistema; o documento Perguntas frequentes sobre o SCFV: concepção, metodologia, funcionamento, financiamento e alimentação do SISC; a Portaria sobre o Reordenamento do SCFV (comentada); e as Instruções Operacionais entre o SCFV, o PETI e o FNAS, para auxiliar os municípios na execução do serviço.

• **Aprimorar a gestão territorial dos CRAS, de forma a assegurar a articulação entre o trabalho social com famílias e a oferta de serviços de proteção básica no território**

Análise Situacional da Meta

Além de ofertar serviços (PAIF e SCFV), o CRAS é a unidade responsável por desempenhar as funções de gestão da proteção social básica no seu território. A gestão territorial tem por objetivo promover a atuação preventiva, disponibilizar serviços em local próximo à moradia das famílias, racionalizar as ofertas e traduzir o referenciamento dos serviços ao CRAS em ação concreta, tornando o CRAS referência para a população local e para os serviços setoriais. A gestão territorial compreende a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS, a promoção da articulação intersetorial e a Busca Ativa.

Para aprimorar a articulação da rede socioassistencial e a articulação intersetorial, o MDS promoveu, em 2013, oficinas regionais intersetoriais com os Estados, para discutir fluxos de encaminhamento nos municípios. Além disso, a SNAS e a SENARC elaboraram instruções operacionais sobre essas temáticas, como a Instrução Operacional nº 19, de 07/02/2013, que orientou os estados e municípios quanto à inclusão nos serviços socioassistenciais, das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades, especialmente aquelas que estivessem em fase de suspensão do benefício. Para divulgação dessas orientações, foram realizados diversos encontros regionais, com a participação de representantes da saúde, educação e assistência social.

Outro avanço nesse sentido foi a publicação, já em 2014, da Instrução Operacional nº 01/2014 MDS/MEC que orientou a atuação dos gestores, equipes de referência, trabalhadores dos Municípios, Estados e Distrito Federal em relação à articulação e integração das ações do SCFV e do Programa Mais Educação - PME.

Além disso, foram realizados encontros em parceria com o INSS visando, dentre outros objetivos, definir estratégias de articulação da rede socioassistencial com Agências da Previdência Social – APS e discutir o acompanhamento familiar aos beneficiários do BPC, que são público prioritário de acesso ao PAIF, conforme prevê o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços e Benefícios (Resolução CIT nº 7/2009). Foram realizados encontros em 5 capitais, em diferentes regiões do país, reunindo mais de 400 participantes. A partir dessas discussões, será formalizado instrumento para a gestão compartilhada do Benefício de Prestação Continuada.

No primeiro semestre de 2014, o MDS promoveu ainda, com a participação 200 de representantes de estados, municípios, conselheiros, pesquisadores e profissionais de diversas áreas, o Encontro de Alinhamento sobre o Trabalho Social com Famílias, que tratou da oferta do PAIF e sua relação com o território, objetivando aprofundar as discussões em torno da gestão territorial. Nessa oportunidade, foram debatidas as responsabilidades de cada uma das políticas intersetoriais no atendimento das famílias no território e o papel da intersetorialidade no processo de gestão do território. No segundo semestre de 2014, foram realizados 5 encontros regionais e um Seminário Nacional, com a participação de 320 pessoas, para finalização do ciclo de debates iniciado com o encontro de alinhamento. Além disso, visando obter informações sobre a rede referenciada, o MDS inseriu no Censo SUAS 2014 o módulo Centros de Convivência, com o objetivo de conhecer as condições em que o SCFV é executado em outras unidades além do CRAS, cujas informações já são coletadas em formulário próprio.



Por fim, foi iniciada, por meio da contratação de consultoria, a elaboração de orientações técnicas sobre gestão do território, a serem disponibilizadas aos municípios.

• **Elevar o percentual de CRAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento**

Análise Situacional da Meta

Para acompanhar o desenvolvimento da rede de unidades CRAS, em 2009 a SNAS/MDS, em parceria com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS), criou o Índice de Desenvolvimento do CRAS (ID CRAS). O ID CRAS resulta da combinação de quatro indicadores dimensionais: atividades realizadas, horário de funcionamento, recursos humanos e estrutura física. Para cada dimensão, há quatro graus de desenvolvimento (insuficiente, regular, suficiente ou superior), cujas variáveis indicam o grau de cumprimento das normativas do SUAS para aquela dimensão. O resultado do ID CRAS é expresso em um Indicador Sintético de 10 estágios de desenvolvimento das unidades. O CRAS que opera segundo padrões nacionais de funcionamento deve alcançar estágio igual ou superior a 6, correspondente a uma dimensão suficiente ou superior e três dimensões regulares.

A partir da consolidação dos dados do Censo SUAS/CRAS 2013, foi possível, no primeiro semestre de 2014, obter o resultado do IDCRAS para o exercício 2013, verificando a evolução do percentual de CRAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento. O Censo SUAS/CRAS 2013 indica que, dentre as 6.519 unidades que preencheram todos os Censos desde 2010 (ou seja, desconsiderando as novas unidades, conforme a metodologia de cálculo prevista), 4.438 (68,07%) possuíam IDCRAS igual ou superior a 6, o que representa uma elevação de 1,3% em relação ao verificado no Censo SUAS 2012 (entre 2011 e 2012, a variação correspondeu a 11,4%).

Apesar de ter sido constatada uma melhoria dos CRAS, os dados não apresentaram uma variação significativa em relação ao ano anterior, indicando certa estabilidade no cenário encontrado nas unidades. O resultado do IDCRAS 2014 deverá ser divulgado após a apuração do Censo SUAS 2014, estimada para o primeiro semestre de 2015.

Buscando aprimorar os CRAS que apresentam situações mais graves quanto ao funcionamento das unidades, impulsionando-os a se adequarem gradativamente aos padrões normativos do SUAS, no primeiro semestre de 2014 a SNAS promoveu encontro de Apoio Técnico aos Estados, onde foram discutidos com as equipes estaduais os principais resultados do Censo 2013, bem como os desafios para a qualificação dos CRAS. Com os subsídios desse encontro e a análise dos dados, a SNAS editou a Instrução Operacional nº 02/2014, que regulamentou os procedimentos para aplicação da Resolução CIT nº 21/2013, que estabeleceu as situações passíveis de entrarem em processo de aperfeiçoamento gradativo.

Em dezembro/2014, após comunicar aos gestores e instâncias de controle os CRAS que se encontravam em situações geradoras de bloqueio ou apoio técnico a Municípios e Estados, e disponibilizar no Módulo de Acompanhamento dos Estados a funcionalidade para acompanhamento desses CRAS, o MDS bloqueou o pagamento relativo às 208 unidades que se encontravam na situação de bloqueio imediato e não tiveram registro de superação da situação registrado pelo respectivo Estado no Módulo, no prazo definido pelo MDS. Além disso, discutiu com representantes dos Estados a implementação da Resolução CIT nº 21/2013, bem como o planejamento das ações de acompanhamento e estratégias para apoio aos municípios. Em 2015 a SNAS continuará a implementar as demais etapas previstas pela Instrução Operacional SNAS nº 02/2014.

Quantidade alcançada

68,07

Data de Referência

31/12/2013

• **Elevar o percentual de Municípios que realizam Busca Ativa das famílias, especialmente daquelas priorizadas pelo Plano Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

A Busca Ativa refere-se à procura intencional das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território, com o objetivo de identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, para além dos estudos e estatísticas. Como estratégia do Plano



Brasil sem Miséria (BSM), a Busca Ativa refere-se à localização, inclusão no Cadastro Único e atualização cadastral de todas as famílias extremamente pobres, assim como a inserção nos serviços socioassistenciais e o encaminhamento aos serviços da rede de proteção social.

Para enfrentar esse desafio, o BSM prevê a implantação de serviços de proteção social básica e ações executadas por Equipes Volantes, vinculadas a unidades CRAS, bem como a doação de Lanchas de Assistência Social para atendimento de comunidades ribeirinhas.

Nesse sentido, em 2014, destaca-se a reoferta de 216 equipes volantes, que resultou no aceite de mais 88 equipes, totalizando 1.256 equipes cofinanciadas pelo MDS. Além disso, foi finalizado o processo de entrega das 123 Lanchas de Assistência Social aos municípios que já haviam realizado o aceite nos anos anteriores, bem como pactuada a doação de mais 15 Lanchas Oceânicas, para navegação em áreas classificadas pela Marinha do Brasil como do Tipo 2 (águas parcialmente abrigadas). O MDS tem cofinanciado a manutenção e operacionalização dessas lanchas com o repasse mensal de R\$ 7 mil (por unidade), a partir do mês de recebimento do equipamento.

O Censo SUAS/CRAS-2013 registra que 98,45% das unidades que preencheram o Censo, ou seja, quase a totalidade dos CRAS, já realizam ações de busca ativa em seu território, conforme as orientações nacionais. Dessa forma, as ações empreendidas pelo MDS visam qualificar e potencializar o trabalho já realizado por essas unidades. Em 2013, foram desenvolvidas diversas iniciativas que envolveram a SNAS e a SENARC/MDS, como a edição de Instrução Operacional Conjunta que trata especificamente da realização de busca ativa nos municípios. Também foram realizadas atividades com os estados (RS, SP, AP, BA, MA, MG, PE e RJ), para aprimorar a busca ativa de povos e comunidades específicas (quilombolas e indígenas, dentre outros) e aprimorar a identificação desses públicos no Cadastro Único.

Em 2014, em parceria com a SENARC/MDS, foram empreendidos esforços na mobilização de municípios para a priorização da busca ativa de famílias que teriam os benefícios referentes ao Bolsa Família cancelados, por descumprimento de condicionalidades. Além disso, foi editada nova Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS nº 22, de 28 de maio de 2014, para a busca ativa de crianças e adolescentes não localizados no sistema educacional.

Foram realizadas também capacitações com técnicos estaduais, com o objetivo de qualificar a oferta dos serviços e ações executadas pelas Equipes Volantes, um dos principais promotores da busca ativa nos municípios. Essas capacitações foram realizadas principalmente nos estados cujos municípios foram contemplados com a doação de Lanchas da Assistência Social e contaram também com a participação de representantes dos municípios contemplados. Na oportunidade, outros temas sobre a Proteção Social Básica também foram abordados como a oferta do SCFV nesses municípios.

• **Fortalecer e incrementar a rede de Proteção Social Básica, induzindo o acompanhamento das famílias em situação de extrema pobreza definidas pelo Plano Brasil sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

O fortalecimento e o incremento da rede de Proteção Social Básica ocorreram pela expansão da oferta de cofinanciamento federal para Municípios e DF que apresentam déficit de cobertura nos serviços de proteção social básica e a qualificação dos serviços, com foco no acompanhamento de famílias em situação de extrema pobreza. Em 2012 o MDS ofertou o cofinanciamento de 411 novos PAIF/CRAS, distribuídos pelos 334 municípios elegíveis, dos quais 247 municípios (73,9%) aceitaram o cofinanciamento para 301 (73,2%) unidades. Em 2013 foi realizada nova expansão, sendo considerados elegíveis os municípios que não possuíam cofinanciamento federal para o referido serviço. Essa expansão foi limitada à oferta de um PAIF/CRAS a cada município, totalizando 148 unidades, das quais 112 (75,6%) foram aceitas. Em 2014 foi realizada reoferta de unidades CRAS para os municípios que não realizaram aceite na expansão 2013 (que não possuíam cofinanciamento federal), resultando em 5.548 municípios com unidades CRAS (99,6% dos municípios brasileiros). Também foi reofertado o cofinanciamento para 218 equipes volantes, que, após os aceites, totalizaram 1.256 equipes cofinanciadas.

Cabe registrar que, desde o segundo semestre de 2013, o valor de cofinanciamento federal do PAIF foi reajustado, passando de R\$ 1,80 para R\$ 2,40/mês por família referenciada (+33,3%), possibilitando o fortalecimento da rede de



Proteção Social Básica e o aprimoramento da execução dos serviços em todos os municípios.

Além disso, com o reordenamento do SCFV, os municípios puderam ampliar sua oferta para todas as faixas etárias previstas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, beneficiando o público que já participava do SCFV e ainda os usuários identificados nas situações prioritárias descritas nas Resoluções CIT e CNAS nº 01/2013. Vale ressaltar que em 2013 o MDS ofertou o cofinanciamento do SCFV para 5.074 municípios, dos quais 5.038 (99,29%) aceitaram a oferta. No último trimestre de 2014, por meio do sistema de informação do serviço (SISC), constatou-se o atendimento a mais de 1,47 milhão de usuários das faixas etárias com cofinanciamento previsto, dos quais mais de 800 mil usuários tendo registros em uma ou mais situações prioritárias.

Em 2014 foram realizadas em Brasília seis “Oficinas de Capacitação de Multiplicadores para Implantação e Utilização do Prontuário SUAS”. Aproximadamente 400 técnicos municipais e estaduais foram capacitados para desenvolver oficinas semelhantes em suas regiões, para que os CRAS e CREAS possam implantar e utilizar o Prontuário, instrumento documental padronizado, que orienta a organização e registro das informações relacionadas ao trabalho social com as famílias e indivíduos atendidos/acompanhados pelos serviços PAIF e PAEFI. Nesses encontros também foi abordado o Trabalho Social com Famílias no PAIF, com o objetivo de dialogar sobre os processos de planejamento e execução do acompanhamento familiar (à luz das informações obtidas com o uso do Prontuário SUAS), visando à construção dos Planos de Acompanhamento Familiar, de forma conjunta e horizontalizada, entre técnicos e famílias.

• **Integrar os usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio de ações articuladas e mobilização social (ACESSUAS/TRABALHO)**

Análise Situacional da Meta

O Acessuas Trabalho funciona de forma articulada ao Pronatec Brasil Sem Miséria. Com o programa, os usuários são mobilizados e encaminhados a oportunidades de qualificação profissional nos cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria e à inclusão no mundo do trabalho, por meio da intermediação de mão de obra.

Criado em 2012, o programa foi implantado inicialmente em 292 municípios e, em 2013, o cofinanciamento federal foi ofertado para 830 municípios, dos quais 739 (89%) realizaram o aceite, responsabilizando-se pela meta de mobilizar aproximadamente 1,4 milhão de usuários. No primeiro semestre de 2014 foi realizada a avaliação da execução do Programa em 2013 e proposta nova oferta de cofinanciamento federal (Resolução CNAS nº 7/2014) para 1.631 municípios, resultando no aceite de 1.383 municípios, que se responsabilizaram pela mobilização para o preenchimento de 595.889 vagas.

Da criação do Programa, em 2012, até dezembro/2014, de acordo com o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC/MEC, foram efetivadas aproximadamente 970 mil matrículas nos cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria.

Merece destaque a articulação do programa com outras iniciativas do MDS, como o BPC Trabalho, que visa à inclusão de beneficiários do BPC (pessoas com deficiência) no mundo do trabalho, por meio do incentivo de R\$ 70,00 adicionais (aos municípios) por beneficiário matriculado nos cursos de capacitação. Além disso, o programa também tem se articulado a outras políticas intersetoriais, a exemplo da Política Nacional de Atenção à Mulher em Situação de Privação de Liberdade e Egressa do Sistema Prisional, do Plano Juventude Viva e do Pronatec Aprendiz, com o objetivo de priorizar os públicos específicos dessas políticas nas ações do programa. Destaca-se ainda a publicação das “Orientações Técnicas: Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho”, distribuída aos municípios participantes e disponibilizada no portal do MDS.

• **Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação dos Serviços de Proteção Social Básica, considerando o atendimento ao público prioritário (Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC, Benefícios Eventuais), às populações rurais, às comunidades tradicionais, a inclusão das pessoas com deficiência, o trabalho com os direitos das mulheres e o enfrentamento ao crack e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

Para qualificação dos serviços de Proteção Social Básica, foram elaboradas diversas publicações e orientações técnicas sobre os diferentes serviços.



Em relação ao SCFV, em 2013 foi publicado o caderno sobre “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”, que norteia a oferta e qualificação do serviço de convivência. Além disso, foi construído o documento “Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - passo a passo”, orientando os municípios sobre os procedimentos necessários para adesão ao reordenamento e oferta do serviço.

Em 2014 foi construído o documento “Perguntas frequentes sobre o Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”, que esclarece os principais questionamentos dos municípios em relação à execução, concepção, metodologia, alimentação e uso do SISC e ao cofinanciamento do SCFV, em razão do reordenamento do serviço. Também foi desenvolvido e disponibilizado aos estados, municípios e Distrito Federal um Manual sobre a operacionalização do SISC, o sistema de informação do serviço. Além disso, foi contratada consultoria para avaliar e acompanhar o processo de reordenamento do SCFV nos municípios e encontra-se em elaboração um estudo qualitativo sobre dados do serviço, com ênfase no SISC. Para 2015 está prevista a publicação de compilado de Orientações Técnicas já existentes sobre a oferta e execução do SCFV.

Em relação ao PAIF, em 2014 foram elaboradas orientações técnicas para o atendimento de mulheres egressas do sistema penal e de suas famílias e cadernos teóricos e de atividades relativos à Educação Alimentar e Nutricional: o direito humano à alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais. Estão sendo elaborados Cadernos de Orientações Técnicas sobre serviços e ações executados por Equipes Volantes, relativas ao acompanhamento familiar e à especificidade da oferta dos serviços de Proteção Social Básica para populações indígenas. A partir do estudo da concepção de território para a Política Nacional de Assistência Social, está sendo realizada pesquisa para subsidiar a delimitação de territórios de Proteção Social Básica/PSB do SUAS nos diferentes portes municipais, com enfoque nos territórios intraurbanos.

Além disso, está em elaboração um documento orientador sobre acessibilidade nos serviços e unidades de CRAS, CREAS, Centros Pop e Centros de Convivência, para qualificar o atendimento, considerando inclusive dimensões atitudinais e de comunicação. Também serão elaboradas cartilhas sobre o SUAS, em linguagem mais acessível, direcionada aos usuários da assistência social, visando facilitar sua compreensão sobre os serviços e benefícios ofertados nas unidades.

Por fim, no âmbito do Plano “Crack, é possível vencer”, o MDS tem fornecido materiais e conteúdos para capacitação de equipes, realizadas em parceria com o Ministério da Justiça.

OBJETIVO: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo corresponde às entregas da Proteção Social Especial (PSE), que se organiza em dois níveis: média e alta complexidades, conforme o agravamento das situações, natureza e especificidade do trabalho ofertado.

O triênio referente à execução do PPA 2012 – 2015 tem se caracterizado pela ampliação do cofinanciamento federal para os serviços da proteção social especial, conforme previsto. Merecem destaque os seguintes resultados:

- . Ampliação do cofinanciamento federal para CREAS em municípios acima de 20 mil habitantes, chegando a 1.817 unidades em 1.605 municípios, atingindo uma cobertura de 97,2 % dos municípios brasileiros desse porte, e ampliação dos CREAS Regionais para 148 unidades, em 21 estados;
- . Cofinanciamento para 503 Serviços Especializados em Abordagem Social em 265 municípios abrangidos pelo “Programa Crack, é Possível Vencer”;
- . Oferta para ampliação do número de grupos do serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de Medida



Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), podendo chegar ao cofinanciamento federal de 2.416 grupos;

. Elevação da cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua, chegando a 301 Centros Pop em 254 municípios. A cobertura chegou a 80,2% dos municípios acima de 100 mil habitantes, além de outros 28 municípios entre 50 e 100 mil habitantes em região metropolitana;

. Cofinanciamento federal para 27 Centros Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, dos quais 12 foram implantados nas seguintes localidades: São Luiz (MA), João Pessoa (PB), Curitiba (PR), São Gonçalo (RJ), Natal (RN), Caxias do Sul (RS), Joinville (SC), Campinas (SP), Belém (PA), Teresina (PI), Campo Grande (MS) e Aracaju (SE). Essa implantação está se constituindo uma importante referência para a avaliação dos desafios inerentes à consolidação desse serviço;

. Inclusão dos serviços de acolhimento no Censo SUAS a partir do ano de 2012, resultando em um importante avanço do ponto de vista do monitoramento da implementação dos serviços de alta complexidade no SUAS;

. Reordenamento do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, ampliando para 32.290 vagas, em 1.166 municípios e 16 estados;

. Ampliação do serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias, com a expansão do serviço de acolhimento para população em situação de rua e acolhimento de migrantes, totalizando 28.700 vagas, em 262 municípios e 16 estados; e

. Ampliação do número de unidades de residência inclusiva, totalizando 185, em 130 municípios.

Os principais desafios relacionados aos resultados alcançados são:

. Implantação dos CREAS regionais, cujo cofinanciamento foi iniciado em 2014;

. Pactuação/utilização do IDCREAS na CIT e sua utilização como referência para a qualificação dos CREAS;

. Agenda estadual para o fortalecimento do trabalho social com famílias;

. Aprimoramento dos sistemas da Rede SUAS, de modo a aperfeiçoar o monitoramento da implantação e execução dos serviços;

. Articulação de redes intersetoriais para a atenção as seguintes situações: trabalho infantil; acolhimento; adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; usuários de psicoativos; crianças e adolescentes vítimas de violência; pessoas com deficiência; pessoas idosas; população em situação de rua; mulheres em situação de violência de gênero e populações tradicionais;

. Articulação dos serviços da proteção social especial com ações da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania;

. Articulação do SUAS com o Sistema de Justiça;

. Expansão dos CREAS Regionais para universalização da cobertura da PSE;

. Oferta do Serviço de Medidas Socioeducativas nos CREAS Regionais;

. Elaboração dos índices de desenvolvimento do Centro Pop e Serviços de Acolhimento; e

. Definição das equipes de referência dos Serviços da PSE.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, que atendam os diversos públicos em situação de violência, tais como crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, usuários de drogas e suas famílias**

Análise Situacional da Meta

Em janeiro de 2012, o cofinanciamento federal para oferta do PAEFI atingia 2.083 CREAS. Por meio do Plano Brasil sem Miséria, o MDS ampliou essa cobertura, que atingiu ao final de 2014 um conjunto de 2.440 unidades em 2.080 municípios e 21 Estados (CREAS Regionais). Também passou a cofinanciar o Serviço Especializado de Abordagem Social, que atingiu 503 equipes em 265 municípios, ao final desse período.

O Censo SUAS 2013 foi respondido por um conjunto de 2.249 CREAS, correspondendo a uma cobertura de 2.035 municípios. O Censo 2013 aponta que, em 2012, foram acompanhados pelos CREAS:



- 213.784 casos de crianças e adolescentes acompanhados em situação de violência (51.340 casos de abuso sexual; 7.544 casos de exploração sexual; 75.146 casos de negligência ou abandono);
- 15.433 famílias com crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, contribuindo para a reinserção familiar e a proteção e garantia do direito à convivência familiar e comunitária;
- 43.461 casos mulheres, vítimas de violência intrafamiliar;
- 36.489 casos de idosos, vítimas de violência intrafamiliar;
- 46.457 casos de idosos, vítimas de negligência ou abandono;
- 9.643 casos de pessoas com deficiência, vítimas de violência intrafamiliar; e
- 12.077 casos de pessoas com deficiência, vítimas de negligência ou abandono.

Em 42.379 casos (famílias/indivíduos) acompanhados pelo PAEFI, identificou-se o uso abusivo ou dependência de substâncias psicoativas. Deve-se registrar que o Censo SUAS 2014 encontra-se em processamento.

Quantidade alcançada

2.440

Data de Referência

31/12/2014

• **Ampliar o número de CREAS Regionais e Municipais nas regiões de extrema pobreza, em acordo com o Plano Brasil sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Em janeiro de 2012, o cofinanciamento federal para oferta do PAEFI atingia 2.083 CREAS. Por meio do Plano Brasil sem Miséria, o MDS ampliou essa cobertura, que atingiu ao final de 2014 um conjunto de 2.440 unidades, sendo 148 CREAS Regionais, em 21 estados. O Censo SUAS 2013 foi respondido por um conjunto de 2.249 CREAS, correspondendo a uma cobertura de 2.035 municípios.

Em relação aos CREAS Regionais, a NOB-SUAS/2012 definiu a responsabilidade dos estados na organização, coordenação e prestação de serviços regionalizados de proteção social. Em 2013 foram aprovadas Resoluções (CIT nº 17 e CNAS nº 31/2013) que definem os princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do SUAS, parâmetros para a oferta regionalizada do PAEFI e critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada desse serviço. A partir dessas regulamentações, em 2014 foi ofertado o cofinanciamento federal para a implantação de 172 CREAS Regionais, nos 26 estados, resultando no aceite de 148 unidades, por 21 estados.

Quantidade alcançada

2.440

Data de Referência

31/12/2014

• **Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS, do Centro Pop e do CentroDia, elevando o percentual de equipamentos operando segundo padrões de funcionamento estabelecidos nacionalmente, bem como assegurando o enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial**

Análise Situacional da Meta

Diversas iniciativas têm sido empreendidas visando o alcance desta meta. As publicações e orientações técnicas de responsabilidade da SNAS têm abordado as questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial. Merecem destaque:

- a) a distribuição, em 2011-2012, de aproximadamente 40 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;
- b) a distribuição, em 2011-2012, de aproximadamente 30 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência para População em Situação de Rua - Centro Pop;
- c) a realização, em 2012, de campanha junto aos trabalhadores do SUAS sobre a temática LGBT, visando à inclusão do combate à homofobia nas ações de Assistência Social;
- d) a publicação online de subsídios técnicos para o Centro-Dia (2012-2013);
- e) a realização de pesquisa nacional sobre a gestão, organização e implementação dos serviços ofertados no CREAS, em conjunto com a SAGI/MDS, finalizada no início de 2014, que subsidiará a construção de caderno de orientações do



PAEFI;

f) a realização de visitas e capacitações técnicas a municípios cofinanciados pelo governo federal, para a implantação de Centros-Dia (2013-2014);

g) a realização de grupo focal sobre estratégias metodológicas do serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias em Centro-Dia, com a participação dos coordenadores das unidades dos municípios cofinanciados e seus respectivos Estados, especialistas convidados, consultores do MDS e técnicos do Ministério da Saúde (2013-2014); e

h) a publicação online do caderno de perguntas e respostas para o Serviço de Abordagem Social (2013).

- **Construir orientações técnicas e induzir o reordenamento dos serviços pré-existentes aos SUAS para atendimento aos diversos públicos, estimulando a oferta de serviços com metodologias inovadoras (Centros-Dia, Residências-Inclusivas, Repúblicas, Casas-Lares, etc), assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram empreendidas diversas ações relativas à implantação e implementação de Centros-Dia, tais como a publicação online de subsídios técnicos sobre o serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias, ofertado em Centros-Dia e a realização de visitas e capacitação técnica a municípios cofinanciados pelo governo federal para a implantação dessas unidades.

Em relação ao reordenamento dos serviços para atendimento às pessoas idosas e pessoas com deficiência, destaca-se:

a) produção de um guia eletrônico com perguntas e respostas para orientar gestores, profissionais, pessoas com deficiência e seus familiares, quanto às características do serviço de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência em residências inclusivas;

b) realização de oficina com gestores e entidades conveniadas para o intercâmbio de orientações e informações sobre o tema; e a

c) elaboração de versão preliminar de documento com orientações técnicas referentes aos serviços de acolhimento à pessoa idosa.

Além disso, ocorreram articulações com a SPM/PR visando ações conjuntas na política de acolhimento para mulheres em situação de violência.

Todas essas ações asseguraram enfoque em questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT.

Em 2014 foram realizadas as seguintes atividades:

a) realização de oficinas técnicas para gestores da assistência social dos estados e municípios que pactuaram o reordenamento ou implantação de serviços de acolhimento para jovens e adultos com deficiência e entidades conveniadas, para o intercâmbio de orientações e informações sobre o tema;

b) constituição de grupo de trabalho entre representantes do MDS e do Ministério da Saúde (área da Saúde da Pessoa Idosa), com o intuito de realizar um estudo sobre as condições sociodemográficas e epidemiológicas dos idosos residentes em Instituições de Longa Permanência – ILPI's, identificadas por meio do Censo SUAS; e

c) elaboração de versão preliminar de documento com orientações técnicas referentes aos serviços de acolhimento à pessoa idosa, o qual deverá ser finalizado após realização do estudo conjunto com o Ministério da Saúde, em parceria com a Universidade de São Paulo – USP, em 2015.

- **Criar capacidade para mapeamento, identificação, registro no CadÚnico e vinculação a serviços públicos, das pessoas em situação de rua nos municípios com mais de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

A população em situação de rua se caracteriza como um grupo heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essas pessoas e famílias utilizam logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente,



bem como unidades de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória. Com base nas raras pesquisas sobre essa população, estima-se a existência de mais de 50.000 pessoas em situação de rua no país. Essas pesquisas revelaram a falta de acesso desse segmento aos diversos programas governamentais, incluindo os benefícios e serviços públicos, em decorrência da sua situação de invisibilidade social.

A estratégia de Busca Ativa do Plano Brasil sem Miséria visa construir condições efetivas de acesso a bens e serviços públicos para os segmentos que apresentam maior vulnerabilidade social, bem como a inclusão daqueles que ainda estão em situação de invisibilidade social. Para tanto, o MDS definiu um formulário específico para a inclusão das famílias e pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e tem produzido e divulgado diversas orientações técnicas e realizado reuniões com técnicos nos estados, DF e capitais, visando fomentar e garantir o adequado cadastramento desse público em todo o país.

No segundo semestre de 2013 o cofinanciamento federal das unidades Centro Pop aumentou de 152 unidades em 117 municípios para 305 unidades em 257 municípios. Em dezembro/2014 o CadÚnico registrava 34.302 pessoas ou famílias em situação de rua, das quais 31.375 em municípios com mais de 100 mil habitantes. Nesse grupo de municípios, esse número representa um incremento de 137,7% em relação a novembro/2013, quando se encontravam registradas 13.197 pessoas/famílias.

Quantidade alcançada

34.302

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar e difundir orientações técnicas para o atendimento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, inclusive mulheres vítimas de violência, adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE), crianças e adolescentes em situação de violência (física, psicológica, abuso ou exploração sexual) e violações de direitos associadas ao uso de crack e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

Em agosto/2012, foi realizado pela SNAS/MDS, em Brasília, encontro de capacitação sobre o Serviço de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, com as 27 unidades federadas e 26 capitais, totalizando a participação de 110 profissionais. Nesse encontro foi disponibilizada, para recebimento de contribuições ao texto, versão preliminar do Caderno de Orientações Técnicas sobre Proteção Social para Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

Em 2013 algumas ações foram desenvolvidas para atender a esta meta, destacando-se:

- a) publicação online de subsídios técnicos sobre o Serviço Especializado em Abordagem Social;
- b) desenvolvimento de Ciclo de Debates sobre o trabalho social com famílias no âmbito do PAIF e PAEFI, e sobre a relação e fluxo de atendimento a famílias, estabelecido entre esses serviços. A conclusão desse processo deverá resultar na publicação de orientações sobre o trabalho social com famílias, dentre outros produtos;
- c) realização de 5 videoconferências de orientação para adesão ao programa “Crack, é Possível Vencer”, com a participação de municípios com população acima de 200 mil habitantes, de todas as grandes regiões e 1 teleconferência para os municípios menores;
- d) reuniões de pactuação do programa “Crack, é Possível Vencer”, com 13 capitais e outros 119 municípios;
- e) realização de um Encontro Nacional com CRRs (Centros Regionais de Referência) para discussão e planejamento das oficinas de alinhamento conceitual com profissionais da Assistência Social, Saúde e Segurança Pública, com relação à questão do crack e outras drogas, enfocando a necessidade e a importância de uma ação integrada entre as 3 políticas públicas;
- f) aprovação, em conjunto com a SDH e demais políticas setoriais, do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: diretrizes e eixos operativos para o SINASE, como instrumento necessário para orientar a elaboração dos planos estaduais e municipais de atendimento das medidas socioeducativas.

Das ações implementadas em 2014, merecem destaque:



- a) publicação de subsídios técnicos sobre o Serviço Especializado em Abordagem Social;
- b) realização de oficinas sobre o Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE) e sua relação com o Prontuário SUAS, para capacitação de gestores e técnicos de estados, DF e municípios; e
- c) participação em 8 encontros estaduais de orientação técnica sobre o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de MSE e sua relação com os planos municipais de atendimento socioeducativo.

• **Elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua**

Análise Situacional da Meta

Em janeiro/2012 existiam 101 unidades Centro Pop cofinanciadas. Por meio do Plano Brasil sem Miséria, ao final de 2014 o cofinanciamento federal para implantação do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua alcançou 301 Centros Pop, em 254 municípios.

O Censo SUAS 2013 foi respondido por 131 unidades Centros Pop, as quais informaram que em 2012 acompanharam um total de 46.232 casos (famílias e indivíduos). Vale salientar que os Centros Pop também podem ofertar o Serviço Especializado de Abordagem Social.

Entre as ações definidas pelo Plano Brasil Sem Miséria também se destaca a ampliação de vagas em serviços de acolhimento específicos para esse público. Em relação a esses serviços, 227 (80,2%) municípios com mais de 100 mil habitantes recebem o cofinanciamento federal, para a oferta de 28.700 vagas. O Censo SUAS 2013 foi respondido por 463 dessas unidades de acolhimento, que informaram a ocupação de 19.276 vagas por adultos e famílias em situação de rua ou migrantes. O censo SUAS 2014 ainda se encontra em processamento.

• **Elevar o número de CREAS ofertando serviço de proteção social a adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)**

Análise Situacional da Meta

No Censo SUAS 2011, das 2.110 unidades CREAS, 1.431 (68%) informaram ofertar o Serviço de Medidas Socioeducativas (MSE). Esse número e proporção evoluíram para 1.561 (72% de 2.167) em 2012 e 1.650 (73,4% de 2.249) em 2013, confirmando um importante avanço em valores nominais e relativos. Deve-se registrar que o Censo SUAS 2014 ainda se encontra em processamento.

Em 2014 foi pactuada a expansão e qualificação do Serviço de Acompanhamento de Adolescentes em Cumprimento de MSE, sendo ofertado o aceite para 1.052 municípios, o que representa sua ampliação em 158 novos e qualificação em 894 anteriormente cofinanciados. No novo modelo, o cofinanciamento passa a ser de R\$ 2.200,00/mês para cada grupo de 20 adolescentes.

Quantidade alcançada

1.650

Data de Referência

31/12/2013

• **Estabelecer protocolos e fluxos intersetoriais para o atendimento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, inclusive mulheres vítimas de violência, adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE), crianças e adolescentes em situação de violência (física, psicológica, abuso ou exploração sexual) e violações de direitos associadas ao uso de crack e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

Diversas iniciativas estão sendo empreendidas, visando atender esta meta:

- a) participação do MDS no grupo de trabalho coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) sobre Proteção à Criança e Adolescente, que possui como uma das ações o estabelecimento de um fluxo/diretriz sobre a escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual;
- b) realização, em 2013, de 5 videoconferências de orientação para adesão ao “programa Crack, é Possível Vencer”, nas cinco regiões do País, com a participação dos municípios com população acima de 200 mil habitantes e uma teleconferência para os municípios menores;
- c) reuniões de pactuação do programa com 119 municípios e 13 capitais;



- d) Encontro Nacional com CRRs (Centros Regionais de Referências), para discussão e planejamento das oficinas de alinhamento conceitual com profissionais da Assistência Social, Saúde e Segurança Pública, com relação à questão do crack e outras drogas, enfocando a necessidade e a importância de uma ação integrada entre as três políticas setoriais;
- e) discussões internas sobre o trabalho social com famílias e a relação e fluxo estabelecidos entre o PAIF/CRAS e o PAEFI/CREAS, em relação ao atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco ou violação de direitos sociais;
- f) reuniões do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua e do Comitê de monitoramento do Plano Viver Sem Limite;
- g) Participação na realização do “Seminário Nacional: O Papel da Educação no Sistema Socioeducativo”, organizado pelo Ministério da Educação, em novembro/2013. O seminário reuniu gestores do setor educacional e do SINASE dos 26 estados e do Distrito Federal, gestores de serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto ofertados nos CREAS das capitais, além de representação dos Conselhos de Educação (Consed), dentre outros atores; e
- h) Participação na elaboração do “Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE” e da “Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

Em 2014 foram realizadas as seguintes ações:

- a) articulação com os municípios-sede da Copa do Mundo 2014, para elaboração de fluxos e protocolos intersetoriais para o atendimento das diversas situações de violação de direitos decorrentes de grandes eventos;
- b) parceria com a SENAD/MJ para elaboração dos editais de seleção para contratação de articuladores de redes intersetoriais para atuar em 21 municípios do Programa Crack, é Possível Vencer.
- c) Publicação de Instrução Operacional Conjunta nº01/2014 da Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS com a Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, visando ao aperfeiçoamento da articulação entre as redes do SUS e do SUAS no cuidado das pessoas em situação de rua com tuberculose, a ser executado de forma conjunta, contínua e permanente;
- d) participação na elaboração de Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos de Crianças e Adolescentes, iniciativa de alcance nacional que integra esforços de órgãos do Poder Executivo e do Sistema de Justiça brasileiro, por meio da pactuação de estratégias a serem executadas de forma conjunta, articulada, contínua e permanente;
- e) participação na elaboração de documento enviado pelo MEC às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, orientando a implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) e das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Resolução Conjunta CNAS e Conanda nº 01/2009), com o intuito de qualificar a oferta de educação, sobretudo na garantia da matrícula, elaboração de projetos político-pedagógicos e acompanhamento escolar adequados ao público infanto-juvenil dos serviços de acolhimento do SUAS;
- f) participação na Comissão do Conselho Nacional de Educação, formada no âmbito da Câmara de Educação Básica, para a elaboração das Diretrizes Nacionais para a efetivação do direito à escolarização e Educação Profissional dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, semiliberdade e meio fechado e na realização de diversos seminários sobre o tema; e
- g) Participação na elaboração das Normas de Referência para a Gestão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo na comissão intersetorial o SINASE.

- **Estabelecer protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrízes, pessoas com deficiência e idosos)**

Análise Situacional da Meta

Além da elaboração de uma Instrução Operacional (IO), que deverá ser publicada em 2015, orientando os gestores e trabalhadores na operacionalização de ações complementares de proteção social em situações de emergência ou estado



de calamidade pública, a SNAS vem desenvolvendo as seguintes iniciativas:

- Capacitação de gestores e técnicos na gestão de situações de desastres (em 2013 foram realizadas capacitações nos estados do Acre e Bahia);
- Apoio técnico nas ações de prevenção e preparação, de forma a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais;
- Orientações quanto à regulação do Aluguel Social, previsto no Decreto Nº 6.307/2007. Para a concessão do benefício, o município deverá prever em legislação própria a regulação dos mecanismos de utilização, critérios de acesso e previsão de recursos;
- Apoio técnico nas ações de resposta, considerando a possibilidade de redimensionamento de equipes, reprogramação de saldos de recursos de serviços continuados, utilização do IGD e orientação para a gestão de abrigos emergenciais;
- Antecipação do pagamento de parcelas de benefícios (BPC e RMV);
- Encontra-se em fase de republicação os editais para contratação de consultoria PJ dentro da cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que deverá ser realizada em 2015;
- Realização, em 2014, de capacitação de gestores e técnicos na gestão de situações de desastres, durante os encontros regionais do Congemas (4 oficinas) e Reuniões dos grupos de apoio técnico realizadas em Brasília (4 oficinas); e
- Acompanhamento do processo de aceites pelos municípios que estão em área de risco, com orientações técnicas sobre as peculiaridades do cofinanciamento.

Em 2013, um conjunto de 54 entes (1 estado e 53 municípios) aceitou a pré-habilitação ao Serviço, dos quais 7 (1 estado e 6 municípios) receberam cofinanciamento federal, em razão do reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Ao final de 2014, contabilizaram-se 232 Termos de Aceites válidos (pré-habilitação de entes) para o recebimento do cofinanciamento federal, caso venham a sofrer situação de emergência ou estado de calamidade pública. Desses, 27 entes efetivamente se encontraram em alguma das duas situações, sendo beneficiados com recursos do MDS, no exercício.

Em 2014 foi realizado um esforço visando à consolidação e divulgação do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Desastres, publicado em 2012. Também foram divulgados novos parâmetros para a oferta qualificada do Serviço de Proteção Social em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, pactuados nas instâncias do SUAS.

• Incluir no Censo SUAS os serviços de acolhimento

Análise Situacional da Meta

A partir de 2012, o Censo SUAS passou a coletar dados sobre as unidades de Acolhimento, que formam a rede de serviços de alta complexidade. Os questionários passaram a ser preenchidos por todas as unidades, independentemente das suas fontes de cofinanciamento: governamentais municipais e estaduais, não governamentais conveniadas ou não conveniadas.

O Censo SUAS/Unidades de Acolhimento (2012) apontou o registro de 4.360 unidades, em todas as Unidades da Federação, que informaram uma capacidade de atendimento de 136.971 usuários. O Censo SUAS 2013 foi preenchido por 4.423 unidades de acolhimento, em todas as unidades da Federação, que informaram uma capacidade de atendimento a 132.181 usuários. O Censo SUAS 2014 ainda se encontra em processamento.

• Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nas capitais e nos municípios abrangidos pelo “Programa Crack, É Possível Vencer”, com alta incidência de trabalho infantil ou população em situação de rua e cidades-sede de grandes eventos e obras

Análise Situacional da Meta

Para o alcance dessa meta, estão sendo implementadas várias ações, destacando-se:

- a) com a expansão de 2013, do cofinanciamento federal aos municípios de grande porte (100.001 a 900.000 habitantes) e municípios com 50.000 habitantes ou mais de regiões metropolitanas, para oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social, foi alcançado o cofinanciamento de 528 equipes do Serviço, distribuídas em 268 municípios, dos



quais 119 pactuaram 361 equipes, por meio do programa “Crack, é possível vencer”; e

b) publicação online de orientações e subsídios em linguagem acessível, sobre o Serviço Especializado em Abordagem Social. Este documento contempla conteúdo básico sobre as especificidades do serviço em contextos de grandes obras e eventos, inclusive em relação ao trabalho infantil e população em situação de rua.

Ao final de 2014 estavam sendo cofinanciadas 503 equipes de abordagem em 265 municípios, em razão do cancelamento de 25 equipes, nesse período.

Quantidade alcançada

503

Data de Referência

31/12/2014

• **Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes a organizarem a gestão da rede de serviços de acolhimento**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 teve início o processo de reordenamento dos serviços de acolhimento, sob a ótica de assistência social como política de direitos, objetivando adequar a rede histórica aos parâmetros nacionalmente regulados pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS Nº 109/2009) e pela Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto Nº 7.053/2009), possibilitando expandir o cofinanciamento federal para estados e municípios ainda não contemplados.

Com os novos critérios estabelecidos no processo de expansão do cofinanciamento para Residências Inclusivas (Plano Viver sem Limite), contemplando estados e municípios com população acima de 50 mil habitantes, a meta estabelecida para 2013 foi atingida: até julho/2013 foram contemplados 138 municípios e 6 governos estaduais, representando o cofinanciamento para implantação de 204 residências inclusivas. A oferta de cofinanciamento para outras 80 unidades, previstas para 2014, foi antecipada para 2013, seguindo os critérios estabelecidos nas Resoluções CIT nº 03/2013 e CNAS nº 06/2013.

Em virtude da continuidade da elevada migração de haitianos na fronteira brasileira, em decorrência do terremoto que ocorreu naquele país, os estados do Acre e do Amazonas solicitaram ao MDS, de forma emergencial, apoio técnico e financeiro para a organização de acolhimento e atendimento dos imigrantes, que se encontravam em extrema vulnerabilidade e risco social e pessoal em seus territórios. O MDS atendeu às solicitações por meio de repasse ao Acre no final de 2012 e, posteriormente, pelo Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências. Além disso, dos 154 municípios que aderiram ao cofinanciamento federal para apoio à oferta do serviço de acolhimento para adultos e famílias em situação de rua, 139 (90,3%) correspondem a municípios que assumiram pela primeira vez o compromisso com o reordenamento/implantação de serviços de acolhimento. Outros oito municípios aderiram à expansão do quantitativo de vagas, em resposta às estratégias adotadas junto aos municípios com mais de 100 mil habitantes, incentivando a organização da gestão da rede de serviços de acolhimento.

Em 2014 foram realizadas ações de disseminação de informações, com base nas normativas e orientações técnicas relacionadas aos serviços de acolhimento, junto aos gestores e técnicos da Proteção Social Especial dos estados e municípios, por meio de apresentações nas oficinas de Apoio Técnico e Encontros Regionais e Nacional do Congemas. Além disso, realizou-se apoio técnico específico aos estados do AC, BA, SP e RS, nas ações de enfrentamento às situações de calamidades e emergências.

Também foram realizadas visitas técnicas a 6 municípios que possuem Residência Inclusiva implantada (Bauru-SP, Belo Horizonte-MG, Foz do Iguaçu-PR, João Pessoa-PB, Santa Rita-PB e São Gonçalo-RJ), para identificação de elementos que subsidiarão produto de consultoria conjunta MCTi/MDS.

OBJETIVO: 0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.



Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Os benefícios assistenciais se caracterizam em duas modalidades direcionadas a públicos e situações específicas e possuem natureza diferenciada quanto à forma de prestação (eventual e continuada): o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e os Benefícios Eventuais. Os benefícios eventuais estão previstos na LOAS como provisões suplementares e provisórias prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. A concessão, valores e financiamento desses benefícios são definidos pelos municípios, estados e Distrito Federal, com base em critérios e prazos estabelecidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social. Os Estados têm como responsabilidade na efetivação desse direito o apoio técnico e a destinação de recursos financeiros aos municípios, a título de cofinanciamento.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício da política de Assistência Social, de natureza individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família, cuja renda per capita familiar mensal, em ambos os casos, seja inferior a 1/4 do salário mínimo. O acesso ao benefício independe de contribuições prévias à seguridade social. A gestão e o financiamento do BPC são de responsabilidade do MDS e a operacionalização do benefício é de competência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com a implantação do BPC, em janeiro de 1996, foi extinta a Renda Mensal Vitalícia (RMV), um benefício previdenciário criado no início da década de 1970, incorporado à assistência social e que permanece sendo pago às pessoas que já faziam jus a esse benefício quando da sua extinção. De forma semelhante ao BPC, a RMV também é operacionalizada pelo INSS.

Ao final de 2011, o BPC beneficiava 3,6 milhões de pessoas, sendo 1.687.826 idosos e 1.907.511 pessoas com deficiência. Em 2014 o BPC atendeu aproximadamente 4,1 milhões de beneficiários, sendo 2,25 milhões de pessoas com deficiência e 1,87 milhão de pessoas idosas. No ano, foram concedidos 344.887 benefícios e cessados (cancelados) 133.878.

Continua sendo realizada a inserção dos beneficiários no CadÚnico, tendo sido atingido 40,9% do público alvo no último cruzamento realizado. Estratégias para aumentar a proporção dos beneficiários inseridos estão sendo discutidas e deverão ser implementadas em 2015. As pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, também contam com ações intersetoriais que visam ampliar a proteção e a inclusão social desse segmento: o BPC na Escola, cuja cobertura (quantidade de beneficiários com até 18 anos de idade, residentes em municípios que aderiram ao Programa) já abrange 435.800 beneficiários e o BPC Trabalho, instituído em 2012, que, articulado ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho, encontra-se em processo de implantação em 1.383 municípios.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura dos beneficiários do BPC na faixa etária de 0 a 18 anos, por meio da adesão dos municípios ao Programa BPC na Escola**

Análise Situacional da Meta

Visando ampliar a cobertura do Programa BPC na Escola, desde setembro/2011 têm ocorrido adesões de municípios ao Programa. Em 2008, quando ocorreram as primeiras adesões, a cobertura atingiu 62,59% (232 mil beneficiários, de um total de 370.613, com idades entre 0 e 18 anos). Em 2012 participaram do Programa 291.053 beneficiários (61,91%), residentes em 2.351 municípios (42,21% dos municípios do país). Ao final de 2013, todos os estados, o Distrito Federal e 2.194 municípios haviam renovado sua adesão e outros 1.554 municípios também aderiram ao Programa, totalizando 3.748 municípios participantes (67,29%), o que correspondia a uma cobertura de 393.370 beneficiários. Em 2014, mais 274 municípios renovaram a adesão e outros 655 aderiram ao BPC na Escola, totalizando 4.677 (83,97%) municípios participantes do Programa, o que corresponde a uma cobertura de 435.800 beneficiários. Em outros termos,



em 2014 a cobertura do BPC na Escola foi ampliada em 42.430 beneficiários, atingindo 92,7% das 470.075 crianças e adolescentes com deficiência que recebem o benefício, na faixa etária de 0 a 18 anos. Desse modo, o crescimento da cobertura desde 2008 é de aproximadamente 203 mil novos beneficiários.

Quantidade alcançada

435.800

Data de Referência

31/12/2014

• **Ampliar o percentual de beneficiários do BPC inseridos no Cadastro Único para 100%, até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2010, quando teve início esse processo, os gestores municipais encontraram dificuldades de acesso às bases de dados dos beneficiários do BPC e do Cadastro Único. Em 2012, a Instrução Operacional SENARC/SNAS/MDS nº 12/2012 estabeleceu instruções para a inserção dos beneficiários do BPC e de suas famílias no Cadastro Único e disponibilizou o modelo de planilha a ser preenchida pelos municípios e pelo Distrito Federal, informando as dificuldades relativas ao processo de cadastramento. Ressalta-se que a atividade de cadastramento dos beneficiários do BPC e de suas famílias no Cadastro Único deve se tornar uma rotina. Nesse sentido, diversas iniciativas foram empreendidas, dentre as quais a inclusão de mensagem no demonstrativo de crédito bancário dos beneficiários do BPC, por dois meses consecutivos, orientando que os mesmos procurassem o responsável pelo Cadastro Único em sua cidade, para realizarem seu cadastramento. Em 2013 novas estratégias para estimular o cadastramento foram discutidas no MDS e deverão ser implementadas até 2015. Em março de 2014 foi realizado um cruzamento entre as bases de dados do BPC (outubro/2013) e do CadÚnico (março/2014), que revelou que a inserção dos beneficiários do BPC no CadÚnico atingiu 40,9%. O cadastramento do BPC no CadÚnico foi incluído no Pacto de Aprimoramento do SUAS como uma das prioridades e metas para a gestão municipal do SUAS para o quadriênio 2014-2017, cujas metas foram segmentadas por porte de município (Municípios de Pequeno porte I e II - 70% de cadastrados; Municípios de Médio e Grande Portes - 60%; e Metrópoles - 50%).

Quantidade alcançada

40,9

Data de Referência

31/03/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	41,9	31/03/2014
Região Nordeste	100	%	41,4	31/03/2014
Região Norte	100	%	36,7	31/03/2014
Região Sudeste	100	%	39,7	31/03/2014
Região Sul	100	%	47,3	31/03/2014

• **Conceder o BPC a todos os indivíduos elegíveis, de acordo com a demanda**

Análise Situacional da Meta

O quantitativo de benefícios concedidos em 2013 foi 356.339, superior ao ocorrido em 2012, que atingiu 328.263. Em 2014 foram concedidos 344.887 benefícios. De janeiro/2012 a dezembro/2014 foram concedidos um montante de 1.029.489 benefícios, que corresponde a 75,6% da meta (1.361.031). A região Norte já atingiu 96,4% da meta estimada (100.979), enquanto o Centro-Oeste, no extremo oposto, concedeu apenas 55,2% da meta estimada (155.772).

Quantidade alcançada

1.029.489

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	155.772	unidade	85.916	31/12/2014
Região Nordeste	513.701	unidade	346.982	31/12/2014



Região Norte	100.979	unidade	97.367	31/12/2014
Região Sudeste	455.447	unidade	383.632	31/12/2014
Região Sul	135.132	unidade	115.592	31/12/2014

• **Conceder o BPC para 144.715 Pessoas Idosas em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro/2012 a dezembro/2014 estima-se que foram concedidos 144.990 benefícios para pessoas idosas em situação de extrema pobreza, montante superior em 1,9% à meta definida para o quadriênio. Apenas em 2014 estima-se que foram concedidos 48.151 benefícios a esse público alvo.

Quantidade alcançada

144.990

Data de Referência

31/12/2014

• **Conceder o BPC para 302.297 Pessoas com Deficiência em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015**

Análise Situacional da Meta

Para a apuração dessa meta é necessária uma extração especial nos sistemas do INSS, bem como a realização de ajustes operacionais e tratamento das informações. A previsão é que somente será possível a apuração desta meta em 2015.

• **Estabelecer e implantar novo marco regulatório para reavaliação periódica do BPC**

Análise Situacional da Meta

O processo de reavaliação bienal conterà, em si, duas fases. A primeira delas consiste na consulta automatizada de banco de dados, para a averiguação de informações cadastrais e condições, ou não, para a continuidade do recebimento do BPC pelo beneficiário. A segunda fase diz respeito à reavaliação presencial dos beneficiários, para complementação de informações cadastrais, de renda e da deficiência e impedimentos de longo prazo, quando couber. Para a efetivação da fase automatizada da reavaliação, faz-se necessária a implantação do Sistema Integrado de Gestão do BPC – SIGBPC e do Sistema Integrado de Benefícios – SIBE, que estão em desenvolvimento. Em 2013 e 2014 ocorreram problemas técnicos que atrasaram o início dos testes pilotos, os quais foram adiados para 2015. A minuta de Portaria Conjunta MDS/INSS encontra-se sob a análise da Procuradoria Federal Especial do INSS, procedimento regular para a posterior publicação do ato normativo. Após a publicação da Portaria Conjunta e implantação dos dois sistemas mencionados, terá início o processo de reavaliação sistematizada dos benefícios do BPC, conforme instituído no Decreto nº 6.214/2007, alterado posteriormente pelo Decreto nº 7.617/2011.

• **Instituir novos critérios de manutenção do BPC, para compatibilizar o benefício com o contrato de aprendizagem profissional e a situação inicial de trabalho do beneficiário**

Análise Situacional da Meta

O Decreto Nº 7.617/11 (artigos 5º e 47-A) alterou a regulamentação do BPC, prevista no Decreto Nº 6.214/07, passando a prever a possibilidade de acumulação do BPC com a remuneração advinda do contrato de aprendizagem pela pessoa com deficiência, sendo limitada tal acumulação ao período máximo de 2 anos. A meta já foi atingida, mas a SNAS continua trabalhando no aprimoramento das normativas. Em maio/2013, a SNAS realizou oficina de trabalho para conhecer experiências internacionais de compatibilização de benefícios não contributivos com renda advinda do trabalho. As sistematizações das discussões transcorridas no referido evento subsidiarão o aprimoramento das normativas, que tem por objeto o contrato de aprendiz e a situação de trabalho do beneficiário.

• **Instituir o Programa BPC Trabalho e implantá-lo em todas as capitais dos estados, no Distrito Federal e em outros municípios que manifestarem interesse**

Análise Situacional da Meta

O Programa BPC Trabalho foi instituído pela Portaria Interministerial MDS, MEC, MTE, SDH-PR nº 02/2012. O Grupo Gestor Interministerial, formado por representantes das referidas áreas, foi instituído pela Portaria



Interministerial nº 49, de maio de 2013. O Programa BPC Trabalho está articulado ao Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho, nas ações de mobilização e encaminhamento das pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social para cursos de capacitação, formação profissional e demais ações de inclusão produtiva. As pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, fazem parte do público prioritário do Acessuas Trabalho (Resolução CNAS nº 18/2012).

A meta de implantar o BPC Trabalho em todas as capitais e no DF foi atingida. Em 2014 o Programa foi estendido aos 1.383 municípios que firmaram o termo de aceite para participar do Acessuas Trabalho, assumindo também o compromisso de desenvolverem as ações do BPC Trabalho. Esses municípios, que incluem todas as capitais e o DF, estão em processo de desenvolvimento das ações para a implantação do BPC Trabalho (constituição do grupo gestor, elaboração de plano de ação, realização de visitas domiciliares, encaminhamentos à rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas, encaminhamentos aos cursos de qualificação profissional/Pronatec).

Em 2014 foi registrado no sistema de Registro Mensal de Mobilização - RMM do Programa Acessuas Trabalho um total de 10.328 visitas domiciliares aos beneficiários do BPC. De janeiro a novembro/2014 foram identificados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC/MEC um total de 906 beneficiários com matrículas nos cursos do Pronatec.

Quantidade alcançada

1.383

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	189	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	503	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	126	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	339	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	226	31/12/2014

• Instituir protocolo de integração entre o INSS e a SNAS, definindo fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC e o acompanhamento dos beneficiários pelos serviços socioassistenciais

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram realizadas capacitações com assistentes sociais e perito-médicos do INSS, responsáveis pelas avaliações para fins de BPC, tendo como um dos resultados a construção de propostas para a definição de fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC e acompanhamento familiar dos beneficiários pelos serviços socioassistenciais. Além disso, também foram realizados quatro encontros específicos com assistentes sociais do INSS e da política de Assistência Social, para a elaboração de fluxos operacionais. A partir dessas contribuições, foi elaborada uma minuta de Portaria Conjunta MDS/INSS, que trata da articulação das ações de técnicos dos serviços socioassistenciais e profissionais das agências do INSS no que diz respeito ao reconhecimento do direito ao BPC e ao acompanhamento dos beneficiários. Após análise das áreas técnicas do MDS e INSS, este documento foi desmembrado em minutas de portaria e resolução, que serão apresentadas à CIT em março de 2015.

Em 2014 foram realizadas outras quatro reuniões técnicas entre assistentes sociais do INSS e da política de Assistência Social de todos os estados, capitais, Distrito Federal e municípios com Gerência Executiva do INSS. Essas reuniões envolveram aproximadamente 400 técnicos de 112 municípios, de todas as unidades da federação.

OBJETIVO: 0372 - Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação nas demais esferas de governo, assim como organizar e coordenar a Vigilância Social, para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de assistência social.



Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O exercício de 2014 caracterizou-se pela ampliação e consolidação dos diversos resultados, eventos e processos obtidos/implementados desde 2012, relevantes para o fortalecimento do SUAS. Com a criação do Programa CapacitaSUAS, desde 2012 estão sendo transferidos recursos aos estados e DF, em consonância com pactuações e deliberações da CIT e CNAS, para a realização de capacitações de técnicos, gestores e membros do conselho social. Até o final de 2014, um conjunto de 23 estados já havia capacitado 25.640 pessoas.

Em relação à Vigilância Socioassistencial, merece destaque o processo de implantação da Vigilância nos municípios e estados, o que demanda acompanhamento e disponibilização de apoio técnico e treinamento por meio de oficinas e cursos nacionais e regionais e a elaboração de materiais de orientação. A Vigilância tem disponibilizado as bases e relatórios de dados do Censo SUAS e Registro Mensal de Atendimentos - RMA, que auxiliam no planejamento do SUAS nas demais esferas.

A pactuação da nova Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS 2012) possibilitou a revisão do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e sua ampliação para os Municípios, bem como a ampliação de seu escopo, agora denominado Pacto de Aprimoramento do SUAS. O Pacto está voltado ao aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados no âmbito do SUAS, tendo suas metas pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e deliberadas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

No primeiro semestre de 2014 também teve início o preenchimento, pelos municípios, do módulo do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, pertencente ao Sistema de Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - SCNEAS, permanecendo em desenvolvimento o módulo de certificação (CEBAS) e módulo de inscrição das entidades junto ao SUAS.

Metas 2012-2015

- **Elevar o número de municípios com desempenho satisfatório na gestão do SUAS**

Análise Situacional da Meta

Dos 5.560 municípios habilitados no SUAS ao final de 2014, aptos a receberem o IGDSUAS, 4.705 (84,6%) possuíam um índice superior a 0,5, o que representa uma melhoria significativa em relação aos períodos anteriores (4.377, em julho/2011; 4.209, em julho/2012; e 4.381 em julho/2013). O IGDSUAS possui variação anual e é calculado no mês de junho de cada ano, com impacto financeiro entre julho e junho do ano seguinte. O índice varia entre 0-1, sendo considerados satisfatórios aqueles que apresentam um índice superior a 0,5. Os valores para o período 2014-2015 ainda se encontram em fase de cálculo, em razão da introdução de novas regras relativas aos repasses financeiros e ajustes nos sistemas do SUASweb.

Quantidade alcançada

4.705

Data de Referência

01/07/2014

- **Elevar o número de profissionais capacitados no Programa Nacional de Formação, Qualificação e Capacitação no SUAS**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social (CapacitaSUAS), instituído pela Resolução CNAS nº 08/2012, é coordenado em âmbito nacional pelo MDS, com o objetivo de apoiar os Estados e o Distrito Federal na execução de seus Planos de Capacitação do SUAS, na perspectiva de atender às agendas prioritárias de âmbito nacional. Em 2012 o MDS transferiu aos Estados e DF recursos para a capacitação de 37 mil trabalhadores do SUAS. Até o final de 2014, um conjunto de 23 estados já havia capacitado 25.640 trabalhadores. Nos exercícios de 2013 e 2014 foram pactuados e transferidos recursos para a capacitação de outros 87,8 mil trabalhadores, cuja execução deverá ocorrer em 2015.

**Quantidade alcançada**

25.640

Data de Referência

31/12/2014

• Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os Estados e no Distrito Federal**Análise Situacional da Meta**

Segundo dados do Censo SUAS 2014 – Gestão Estadual, 22 estados declararam possuir, formal ou informalmente, nas suas estruturas administrativas, área responsável por atividades de Vigilância Socioassistencial (inclusive áreas de monitoramento e avaliação), o que representa uma pequena retração em relação ao levantamento anterior (23 estados, em 2013). A SNAS tem realizado diversas ações de apoio técnico, treinamentos e capacitações, objetivando qualificar a atuação destas áreas nos estados. A redução observada refere-se ao estado do Rio de Janeiro e decorre da precariedade característica das estruturas informais que, ao não estarem consolidadas na estrutura institucional de gestão, enfrentam maiores riscos, sempre que ocorrem mudanças nas equipes de gestão.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/08/2014

• Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os municípios com 50 mil habitantes ou mais**Análise Situacional da Meta**

Segundo o Censo SUAS 2014 - Gestão Municipal, entre os 606 municípios com população igual ou superior a 50.000 habitantes e que responderam ao Censo SUAS, 479 municípios (79,0%) dispõem, formal ou informalmente, de uma área de Vigilância Socioassistencial (inclusive áreas de monitoramento e avaliação) em suas estruturas, o que representa uma pequena expansão em relação ao censo de 2013, que apontou um número de 446 municípios (73,7%), mas ainda inferior em relação a 2012 (487 municípios). A SNAS tem, nesse sentido, realizado diversas ações de apoio técnico, treinamentos e capacitações, no sentido de fomentar a estruturação destas áreas nos municípios.

Quantidade alcançada

479

Data de Referência

31/08/2014

• Integrar todos os municípios ao sistema de notificação de violação de direitos**Análise Situacional da Meta**

O projeto piloto sobre o formulário do sistema de notificação de violação de direitos não obteve sucesso, uma vez que o número de notificações e unidades notificadoras foi insuficiente para a realização de análises mais robustas da aplicabilidade e uso da "Ficha de Notificação Intersetorial". No caso da Assistência Social, apenas 1 CRAS encaminhou as fichas.

Em relação ao desenvolvimento do novo SINAN (Sistema Nacional de Agravos de Notificação), foi feita licitação para desenvolvimento do sistema, cuja entrega estava prevista inicialmente para abril/2014. Contudo, a empresa vencedora da licitação não entregou o produto e o contrato foi desfeito. Em junho, a execução da nova versão do SINAN foi transferida para o DATASUS, o que exigiu o reinício do projeto, incluindo ajustes no formulário utilizado (Ficha de Notificação). Cabe ao MDS e demais ministérios a decisão da adesão ou não à nova ficha, o que ainda não foi pactuado. Não há prazo definido para a finalização do novo SINAN, pelo DATASUS.

• Revisar o Pacto de Aprimoramento de Gestão firmado entre os Governos Estaduais e Federal e estendê-lo aos municípios**Análise Situacional da Meta**

Conforme estabelecem as regras de transição da NOB SUAS 2012, o Pacto de Aprimoramento do SUAS relativo à gestão estadual, instituído para o quadriênio 2011-2014, foi revisto, passando a ter validade até 2015, quando serão



pactuadas novas prioridades e metas para o quadriênio seguinte. A pactuação para os municípios ocorreu em 2013, com vigência para o quadriênio 2014-2017.

• **Vincular entidades de assistência social ao SUAS**

Análise Situacional da Meta

A vinculação de entidades de assistência social ao SUAS está prevista na LOAS (Lei Nº 8.742/1993), aguardando regulamentação por meio de Decreto Presidencial. Em 2014 teve início o preenchimento do Módulo de Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS pelos municípios brasileiros, e a continuidade do desenvolvimento dos módulos de certificação e inscrição. Após essa primeira etapa de preenchimento do CNEAS, serão definidos os parâmetros para aferição do Vínculo SUAS.

OBJETIVO: 0373 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Nº 8742/1993), como órgão superior de deliberação colegiada, estando atualmente vinculado à estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Para cumprir sua função institucional de controle social, no Exercício de 2014 o CNAS realizou diversas atividades, merecendo destaque:

- a) aprovação de 33 Resoluções (Resoluções CNAS Nº 1 a 33/2014), publicadas no Diário Oficial da União (DOU) e publicadas no sítio eletrônico do CNAS;
- b) realização de 11 reuniões ordinárias, sendo 2 de caráter ampliado e descentralizado (em maio, Brasília-DF e em novembro, Salvador - BA), contando com a participação de conselheiros municipais, estaduais e do DF, gestores e trabalhadores, usuários e entidades não governamentais;
- c) alteração do regimento interno do CNAS, por meio da Resolução CNAS nº 06/2014, para incluir a Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social;
- d) conclusão do processo eleitoral da representação da sociedade civil no CNAS, Gestão 2014-2016, instituído pela Resolução CNAS Nº 02/2014; e
- e) aprovação da Resolução CNAS Nº 14/2014 - Define parâmetros nacionais para a inscrição das Entidades ou Organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos conselhos de assistência social.

Metas 2012-2015

• **Elevar o número de conselhos municipais com alternância na presidência entre os representantes governamentais e os representantes da sociedade civil**

Análise Situacional da Meta

Com base no Censo SUAS verifica-se que, entre 2012 e 2013, a alternância entre os representantes governamentais e da sociedade civil na presidência dos Conselhos Municipais (CMAS) evoluiu de 3.994 (75,9%) para 4.298 (81,6%) municípios, representando um incremento de 7,6%. Vale salientar que em 2011 esse número alcançava 3.992 municípios (75,9% dos CMAS que responderam o Censo). Em grande medida, esse processo é resultado de um esforço do CNAS, por meio da elaboração e divulgação de orientações e apoio aos demais Conselhos de Assistência Social.

Quantidade alcançada

4.298

Data de Referência

31/12/2013

• **Elevar o número de conselhos municipais com secretaria executiva**

**Análise Situacional da Meta**

Com base no Censo SUAS, em 2011 o número de conselhos municipais com secretaria executiva atingia 3.414 (65%) conselhos. Verifica-se entre 2012 e 2013 um crescimento da quantidade e percentagem dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) que possuem Secretaria Executiva. Essa característica, que impacta significativamente na capacidade institucional dos Conselhos, evoluiu de 3.286 (63,5%) para 3.587 (68,1%), no período. Essa dinâmica resulta de um considerável esforço do CNAS, por meio de orientações e apoio aos demais Conselhos de Assistência Social.

Quantidade alcançada

3.587

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar o número de conselhos municipais de assistência social com previsão de recursos específicos no orçamento do órgão gestor, destinados à sua manutenção e funcionamento**

Análise Situacional da Meta

Em razão das orientações e apoio do CNAS aos Conselhos de Assistência Social, verifica-se um crescimento da quantidade e proporção de órgãos gestores municipais de Assistência Social que preveem a existência e destinação de recursos específicos para a manutenção e funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), uma característica de extrema importância para a efetividade do controle social. Com base no Censo SUAS, em 2011 essa característica estava presente em 2.811 municípios (54%), evoluindo para 3.027 (58,5%) em 2012 e 3.542 (67,2%) em 2013, o que representa uma evolução de 17% no último período.

Quantidade alcançada

3.542

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar o número de conselhos municipais de assistência social com representantes da sociedade civil eleitos em assembleias instaladas especificamente para esse fim**

Análise Situacional da Meta

Como resultado das orientações e apoio do CNAS aos Conselhos de Assistência Social, observa-se no Censo SUAS que, de 2012 para 2013, ocorreu um aumento de 65 Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) que elegeram seus representantes da sociedade civil por meio de assembleias instaladas especificamente para essa finalidade. Com isso, o número de Conselhos com essa característica passou de 3.475 (2012) para 3.540 (2013). Contudo, esse número ainda é inferior ao observado em 2011, quando atingia 3.595 Conselhos.

(Censo 2014 em análise)

Quantidade alcançada

3.540

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar 2 Conferências Nacionais de Assistência Social**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro/2013 foi realizada em Brasília (DF) a IX Conferência Nacional de Assistência Social, tendo como tema “A gestão e o financiamento na efetivação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS”. A Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional, criada pela Resolução CNAS nº 35/2012, iniciou seus trabalhos em fevereiro, reunindo-se ordinariamente uma vez por mês, tendo sido convocada extraordinariamente em duas ocasiões. A X Conferência Nacional está prevista para ocorrer em 2015.



PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Grau de focalização do Cadastro Único	%	31/12/2010	94	31/12/2014	96,41
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação	%	31/12/2010	88,55	30/11/2014	91,67
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças	%	31/01/2011	69,82	31/12/2014	74,02
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das gestantes	%	31/01/2011	34,5	31/12/2014	45,04
Taxa de atendimento às famílias pobres	%	31/12/2010	98,33	31/12/2014	101,93

OBJETIVO: 0374 - Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

As Condicionalidades do Programa Bolsa Família tem como objetivo central reforçar o acesso aos serviços sociais básicos de educação, saúde e assistência social. No bimestre de outubro e novembro, último resultado do ano de 2014, foram acompanhadas 15.685.438 crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, o equivalente a 91,7% do público de 17.110.353 beneficiários para acompanhamento nesta faixa etária. O resultado de novembro de 2014 ficou muito próximo ao recorde de acompanhamento alcançado em novembro de 2013, quando o percentual de acompanhamento foi de 92,2%. Os bons resultados foram mantidos em razão de diversos cruzamentos entre as bases de dados do Sistema Presença/MEC, Cadastro Único/MDS e Censo Escolar/MEC, que permitiu que muitos beneficiários antes na situação de não localizados fossem acompanhados. Do total de crianças e adolescentes acompanhados em outubro e novembro de 2014, 96,3% cumpriram a condicionalidade de educação, ou seja, tiveram frequência igual ou superior a 85% (crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos) e 75% (jovens de 16 e 17 anos).

Com relação à saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos devem fazer o acompanhamento quanto à situação de gravidez, sendo que, em caso positivo, passam para o acompanhamento do pré-natal. Gestantes ou nutrízes (lactantes) devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. No semestre de julho a dezembro de 2014, foram acompanhadas 75,28% (9.136.133) de um total de 12.135.573 famílias. No mesmo semestre, 7.544.681 crianças compuseram o público para acompanhamento de vacinação, peso e altura, sendo que, destas, 74,02% (5.584.837) foram acompanhadas. Das que foram acompanhadas, 99% (5.530.688) estavam com vacinação em dia e 84% (4.696.380) com avaliação nutricional registrada. Com relação às gestantes, do total de 227.708 gestantes localizadas, 99,1% (225.756) tiveram pré-natal realizado. Os resultados de saúde cresceram ao longo do ano, sendo que o resultado alcançado no último semestre foi o maior de toda a série história.

Com relação à assistência social, em novembro de 2014 - último período apurado de 2014 - do total de 162.641 famílias que estavam com o benefício em fase de suspensão em decorrência do descumprimento de condicionalidades, 25.993 (16%) foram acompanhadas pelos serviços socioassistenciais com registro de acompanhamento no Sistema de Condicionalidades. Em março de 2014, foram acompanhadas 13,9% do total de famílias no perfil para acompanhamento.



A fórmula de cálculo do indicador foi alterada a partir de orientações expressas na Instrução Operacional nº 19, de 7 de fevereiro de 2013. Seguindo o novo formato, o indicador apresentou evolução positiva ao longo de 2014, em termos relativos. Em termos absolutos, entre março e novembro de 2014 houve uma queda no número de famílias acompanhadas com registro no Sicon, o que se explica pela nova metodologia de cálculo que considera o número de famílias em fase de suspensão acompanhadas em relação ao total de famílias em fase de suspensão a cada bimestre.

Metas 2012-2015

• Acompanhar o aumento do acesso das famílias beneficiárias do PBF aos serviços socioassistenciais**Análise Situacional da Meta**

Com relação à assistência social, com base no mês de novembro – último período apurado de 2014, do total de famílias em fase de suspensão (162.641), em decorrência do descumprimento de condicionalidades, 25.993 (16%) foram acompanhadas pela assistência social com registro de acompanhamento no Sistema de Condicionalidades. Em março de 2014, o percentual de famílias em fase de suspensão que tiveram o acompanhamento registrado foi de 13,9%. No decorrer do ano, o acompanhamento pela assistência social das famílias com o benefício em fase de suspensão cresceu 2 pontos percentuais quando comparadas as informações de março (13,9%) e o resultado parcial de novembro, de 16%.

Quantidade alcançada

25.993

Data de Referência

30/11/2014

• Aumentar o acompanhamento do acesso das crianças beneficiárias do PBF ao sistema de saúde infantil, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**Análise Situacional da Meta**

No segundo semestre de 2014, 7.544.681 crianças compuseram o público para acompanhamento de vacinação, peso e altura, sendo que, destas, 74,02% (5.584.937) foram acompanhadas. Das que foram acompanhadas, 99% (5.530.688) estavam com vacinação em dia e 84% (4.696.380) com avaliação nutricional em dia. Ao comparar com a informação de dezembro de 2013, percebe-se um aumento de mais de 400 mil crianças acompanhadas pelas equipes municipais de saúde.

Quantidade alcançada

5.584.937

Data de Referência

31/12/2014

• Aumentar o acompanhamento do acesso das famílias beneficiárias do PBF ao sistema educacional, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**Análise Situacional da Meta**

No bimestre de outubro e novembro de 2014, 17.110.353 crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos constavam no público para acompanhamento das redes municipais e estaduais de ensino. Desse total, 91,7% (15.685.438) tiveram frequência escolar registrada no Sistema Presença. Das crianças e adolescentes acompanhadas, 96,3% cumpriram a condicionalidade, ou seja, tiveram frequência igual ou superior a 85% (crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos) e 75% (jovens de 16 e 17 anos). O percentual de acompanhamento das crianças e adolescentes beneficiários do PBF, auferido em novembro de 2014, caiu 0,5 ponto percentual em relação a novembro de 2013, quando o percentual foi de 92,2%. Os bons resultados foram mantidos em razão de diversos cruzamentos entre as bases de dados do Sistema Presença/MEC, Cadastro Único/MDS e Censo Escolar/MEC, que permitiu que muitos beneficiários antes na situação de não localizados fossem acompanhados.

Quantidade alcançada

15.685.438

Data de Referência

30/11/2014

• Aumentar o acompanhamento do acesso das gestantes beneficiárias do PBF ao sistema de saúde materna,



considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas

Análise Situacional da Meta

Do total de 227.708 gestantes localizadas pela rede de saúde no âmbito dos municípios, 99,1% (225.756) tiveram pré-natal realizado. Observa-se que 29 mil gestantes a mais foram identificadas pelas equipes de saúde no 2º semestre de 2014, quando comparado com o 2º semestre de 2013.

Quantidade alcançada

227.708

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0375 - Aprimorar a gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Bolsa Família.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Com o grande número de alternância das gestões municipais em razão das eleições de 2012, o processo de aprimoramento contínuo da gestão e da operacionalização do Programa Bolsa Família (PBF) foi reforçado, utilizando-se estratégias como a disseminação de informações por meio da participação em palestras, capacitações, eventos e distribuição de materiais informativos. Como exemplo, foram realizados, no ano de 2013 e início de 2014, encontros regionais com os estados no intuito de fortalecer e qualificar as Coordenações Estaduais e também aumentar o protagonismo dos estados no apoio à gestão descentralizada do PBF e Cadastro Único. Estão sendo realizadas ainda oficinas com municípios considerados prioritários para a melhoria da gestão descentralizada.

Adicionalmente, foi concluído o Manual de Prestação de Contas dos recursos transferidos a estados e municípios para apoio à gestão descentralizada, que traz esclarecimentos com relação aos procedimentos básicos a serem realizados pelos gestores com esse objetivo. Está em conclusão um Manual de Fiscalização dirigido aos municípios para que possam realizar de forma parametrizada os procedimentos de apoio à cobrança de ressarcimento, realizada pelo MDS, de valores recebidos indevidamente por beneficiários do Programa. O programa de capacitação de gestores do Cadastro e do PBF visando à formação de multiplicadores nos Estados teve continuidade em 2013 e 2014, criando condições para aprimorar a qualidade técnica do pessoal envolvido no Programa, com a previsão de formar mais de 500 multiplicadores nas áreas mencionadas até o final de 2014.

Foi publicada também a Portaria GM/MDS nº 103, de 30 de setembro de 2013, que altera a Portaria 754 e a Portaria 256, ambas de 2010, e com elas, obteve-se uma evolução no desenho do modelo de apoio financeiro aos municípios no âmbito do PBF e o atendimento das recomendações feitas pelos órgãos de controle para a adequação da legislação infra legal do Programa à nova redação dada ao Decreto nº 5.209, de 2004, pelo Decreto nº 7.852, de 30 de novembro de 2012.

O Sistema de Gestão e Acompanhamento das Ações de Fiscalização do PBF (SIGAF) está com 50% do seu escopo desenvolvido e sua conclusão é prevista para 2015. Com este sistema em produção será possível concluir com mais celeridade os processos e procedimentos administrativos relacionados à fiscalização do PBF, bem como obter maior eficiência no relacionamento entre a Senarc e os municípios e reduzir os prazos para obtenção dos resultados de diligências por eles realizadas, além de permitir a consulta sobre a situação de processos e procedimentos sobre fiscalização do PBF por órgãos externos (especialmente a Controladoria - Geral da União e o Ministério Público Federal), reduzindo as atividades de elaboração de relatórios parciais para atender a significativa demanda por informações oriunda desses órgãos.

Nos últimos anos a Senarc aperfeiçoou os procedimentos a cargo da gestão municipal necessários à instrução dos processos de fiscalização, especialmente pela confecção e disponibilização de formulário para orientar a obtenção de informações a serem remetidas à Senarc, assim como um tutorial para sua utilização. Ainda em 2014, o MDS e a Controladoria-Geral da União implementaram modelo padronizado de tratamento das recomendações feitas por esta no âmbito do Programa de Fiscalização "Sorteios Públicos", com o objetivo reduzir progressivamente o passivo de



recomendações da CGU pendentes de atendimento e diminuir o tempo de atendimento a tais demandas, encaminhadas por meio dos relatórios produzidos pela CGU.

Metas 2012-2015

• Ampliar o número de municípios brasileiros recebendo o recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de fortalecer o trabalho dos estados, municípios e DF no aprimoramento da Gestão Descentralizada do PBF e Cadastro Único, nos anos de 2012 e 2013, a Senarc realizou Encontros com os Coordenadores Estaduais do PBF e do Cadastro Único e, já em 2013, houve uma maior atuação desses entes junto aos municípios apoiando-os na gestão local do Programa, desde o planejamento até o monitoramento das ações desenvolvidas.

Desde 2012 a Senarc vem capacitando os Gestores e Coordenadores do Bolsa Família e neste período já foram capacitados aproximadamente 4.500 agentes como instrutores de Gestão do Bolsa e do Cadastro.

Foi publicada também a Portaria GM/MDS nº 103, de 30 de setembro de 2013, que altera a Portaria 754 e a Portaria 256, ambas de 2010, e com elas, obteve-se uma evolução no desenho do modelo de apoio financeiro aos municípios no âmbito do PBF e o atendimento das recomendações feitas pelos órgãos de controle para a adequação da legislação infra legal do Programa à nova redação dada ao Decreto nº 5.209, de 2004, pelo Decreto nº 7.852, de 30 de novembro de 2012.

O número de municípios que receberam recursos em setembro de 2014 é 1,43% maior que em janeiro de 2012. No entanto, na comparação com o ano de 2013 houve uma diminuição de aproximadamente 5%. (5.467 municípios em dez/13 e 5.174 em set/14). Esta redução se deve principalmente às alterações de prefeito em 73% dos municípios brasileiros. Assim, em razão da inexperience das novas equipes e da desorganização da documentação herdada da gestão anterior, em alguns casos, houve dificuldades para que, em 2013, os municípios conseguissem cumprir o prazo inicial para prestação de contas do exercício de 2012. Entre outros fatores, isso levou à prorrogação do prazo para prestação de contas do exercício de 2012 para fevereiro de 2014. Esta prorrogação do prazo trouxe para este ano o habitual impacto na redução de municípios que recebem IGD que ocorre logo após o vencimento do prazo para prestação de contas. Entretanto ao longo de 2014 este percentual passou de aproximadamente 87% em março de 2014 para o percentual 95% no número de municípios que receberam recursos da competência de setembro do mesmo ano, último mês em que houve repasse, mostrando assim a elevação dos patamares de alcance da meta.

Quantidade alcançada

5.174

Data de Referência

30/09/2014

• Aprimorar a atuação da Rede Pública de Fiscalização

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Gestão e Acompanhamento das Ações de Fiscalização do PBF (SIGAF) está com 50% do seu escopo desenvolvido e sua conclusão é prevista para 2015. Com este sistema em produção será possível concluir com mais celeridade os processos e procedimentos administrativos relacionados à fiscalização do PBF, bem como obter maior eficiência no relacionamento entre a Senarc e os municípios e reduzir os prazos para obtenção dos resultados de diligências por eles realizadas, além de permitir a consulta sobre a situação de processos e procedimentos sobre fiscalização do PBF por órgãos externos (especialmente a Controladoria - Geral da União e o Ministério Público Federal), reduzindo as atividades de elaboração de relatórios parciais para atender a significativa demanda por informações oriunda desses órgãos.

Nos últimos anos a Senarc aperfeiçoou os procedimentos a cargo da gestão municipal necessários à instrução dos processos de fiscalização, especialmente pela confecção e disponibilização de formulário para orientar a obtenção de informações a serem remetidas à Senarc, assim como um tutorial para sua utilização. Ainda em 2014, o MDS e a Controladoria-Geral da União implementaram modelo padronizado de tratamento das recomendações feitas por esta no âmbito do Programa de Fiscalização “Sorteios Públicos”, com o objetivo reduzir progressivamente o passivo de



recomendações da CGU pendentes de atendimento e diminuir o tempo de atendimento a tais demandas, encaminhadas por meio dos relatórios produzidos pela CGU.

• **Aumentar o percentual dos municípios brasileiros com Fator de Operação do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) superior a 0,55**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de fortalecer o trabalho dos estados, municípios e DF no aprimoramento da Gestão Descentralizada do PBF e Cadastro Único, nos anos de 2012 e 2013, a Senarc realizou Encontros com os Coordenadores Estaduais do PBF e do Cadastro Único e já em 2013 houve uma maior atuação desses entes junto aos municípios apoiando-os na gestão local do Programa, desde o planejamento até o monitoramento das ações desenvolvidas.

Desde 2012 a Senarc vem capacitando os Gestores e Coordenadores do Bolsa Família e neste período já foram capacitados aproximadamente 4.500 agentes como instrutores de Gestão do Bolsa e do Cadastro.

Foi publicada também a Portaria GM/MDS nº 103, de 30 de setembro de 2013, que altera a Portaria 754 e a Portaria 256, ambas de 2010, e com elas, obteve-se uma evolução no desenho do modelo de apoio financeiro aos municípios no âmbito do PBF e o atendimento das recomendações feitas pelos órgãos de controle para a adequação da legislação infra legal do Programa à nova redação dada ao Decreto nº 5.209, de 2004, pelo Decreto nº 7.852, de 30 de novembro de 2012.

No período de jan/12 a set/13, apesar de ter aumentado o número de municípios que alcançaram o Fator de Operação maior que 0,55 (5560 para 5562), com a criação de cinco novos municípios em 2013, que ainda não alcançaram tal desempenho, o número de municípios que estão abaixo da meta se elevou de cinco para oito. De toda forma, no último ano (de dez/13 até set/14) 99,86% dos municípios alcançaram esse fator. Neste nível de alcance de meta, mesmo fenômenos de menor relevância prejudicam a elevação do indicador, uma vez que há resistência para ganho marginal.

Quantidade alcançada

5.562

Data de Referência

30/09/2014

OBJETIVO: 0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo per capita ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. A partir da identificação e caracterização destas famílias, torna-se possível desenhar e implementar políticas públicas focalizadas e dar subsídios à constituição de uma rede de promoção e proteção social que articule as políticas já existentes, estimulando, ainda, a convergência de esforços no atendimento prioritário da população em situação de maior vulnerabilidade social.

A localização e a caracterização das famílias de baixa renda no Cadastro Único vêm se aprimorando por meio do desenvolvimento de ações de busca ativa. Apenas em 2014 (janeiro a dezembro), foram incluídas 1.874.561 famílias de baixa renda no Cadastro Único.

Em 2014 haviam 29.163.608 famílias registradas, das quais 25.201.633 estavam cadastradas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo (86,41%). Destas, 17.261.755 famílias de baixa renda estavam com informações atualizadas



no Cadastro Único, o que representa 68,49% do total de famílias de baixa renda registradas.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar a estratégia de identificação e caracterização das famílias pertencentes a grupos populacionais diferenciados bem como as famílias em situação de extrema pobreza, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

Desde 2012, são realizadas as oficinas de Busca Ativa para inclusão de famílias de baixa renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), em cooperação com as Coordenações Estaduais do Cadastro Único. Estas oficinas têm como objetivo apresentar o Cadastro Único e articular parcerias para a busca ativa de famílias de baixa renda, sua inclusão e atualização cadastral, e encaminhamento aos serviços da rede de proteção social.

Em 2013, iniciou-se a elaboração de materiais de sensibilização a serem distribuídos nessas oficinas e eventos. A proposta era a criação de folders explicativos direcionados aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), utilizando linguagem adequada e ilustrações que retratam a realidade de cada grupo, além da produção do vídeo “Diversidade Brasileira: respeitar e incluir”, voltado aos gestores e à sociedade em geral, abordando a importância do cadastramento e a correta identificação de famílias pertencentes aos GPTE. O primeiro folder concluído foi o de Famílias Ciganas, distribuído durante a I Semana Nacional dos Povos Ciganos, realizada no mês de maio/2013. Outros folders como os de Famílias Quilombolas, Famílias Acampadas e Assentadas, Famílias Extrativistas e Famílias de Catadores de Material Reciclável foram elaborados ao longo de 2014 e estão prontos para impressão.

No primeiro semestre/2013, aconteceram oficinas nos estados do Maranhão e Rondônia. Em setembro/2013, houve reunião técnica, na cidade de São Paulo, que objetivou articular estratégias de identificação e cadastramento de famílias pertencentes a comunidades de terreiro beneficiárias de cestas de alimentos no Cadastro Único. A pactuação do plano de trabalho entre os participantes reforçou as ações locais de busca ativa nos diferentes municípios.

Ainda em 2013, foi elaborado o planejamento para execução de ações direcionadas aos estados e aos grupos prioritários, em parceria com a SNAS, visando à realização de um conjunto de ações de inclusão e atualização, com ênfase para a correta identificação dos diversos GPTE. Para início das ações, selecionaram-se 8 estados: Amapá, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, a partir da concentração de GPTE (em especial, quilombolas, extrativistas, acampados/assentados, catadores de material reciclável e comunidades de terreiro). Em agosto foi realizada oficina com esses estados para definição e aprofundamento das estratégias utilizadas nos territórios para a busca ativa dessas populações.

No primeiro semestre de 2014, como parte das Oficinas Estaduais Integradas DECAU/DECON, foram realizadas as Oficinas de Busca Ativa em quinze estados: Santa Catarina, Amazonas, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro, Pará, Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Tocantins, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Para subsidiar o planejamento e as ações nos estados, realizou-se tratamento dos dados de cada um dos grupos priorizados, gerando estimativas de famílias a serem incluídas ou atualizadas no Cadastro Único e metas para os municípios relacionadas à inclusão e atualização das famílias pertencentes aos grupos prioritários. Para embasar o trabalho foram utilizadas bases de dados de diversos órgãos: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – beneficiários das Unidades de Conservação de Uso Sustentável; Ministério do Desenvolvimento Agrário/SRA – beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário; Ministério do Desenvolvimento Agrário/SAF – DAP; INCRA – Sistema de Informações de Projetos de Assentamento (SIPRA); INCRA – famílias acampadas que recebem cesta de alimentos; Secretaria do Patrimônio da União – Famílias beneficiárias do programa de regularização fundiária dos que vivem em áreas de várzea; Fundação Cultural Palmares – Estimativa de famílias quilombolas por estado; MDS/SAGI e SESAN – Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro. Como resultado das estratégias de busca ativa e ações específicas de cadastramento de GPTE,



até o mês de dezembro de 2014, foram identificados no Cadastro Único: 143.653 famílias indígenas, 131.787 famílias quilombolas, 34.302 famílias de pessoas em situação de rua; e 1.261.157 famílias tradicionais e em situações específicas marcadas no campo 2.07: 3.367 famílias ciganas, 29.461 famílias extrativistas, 108.776 famílias de pescadores artesanais, 4.316 famílias pertencentes à comunidade de terreiro, 71.575 famílias ribeirinhas, 834.810 famílias de agricultores familiares, 105.114 famílias de assentados da reforma agrária, 4.108 famílias de beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, 37.922 famílias acampadas, 7.130 famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura, 9.350 famílias de presos do sistema carcerário e 45.228 famílias de catadores de material reciclável.

• **Disponibilização de ferramentas para acesso às informações do Cadastro Único**

Análise Situacional da Meta

Desde 2013, duas formas de consulta aos dados do Cadastro Único foram disponibilizadas, em complementação aos dados sintéticos já disponibilizados no Relatório de Informações Sociais - RI Bolsa Família e Cadastro Único – disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>, a ferramenta Cecad - Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único e o Tabcad - Tabulador de Informações do Cadastro Único. A Senarc também vem adotando a estratégia de dar acesso à própria V7, em perfil de consulta, aos usuários com maior necessidade de checagem individual de registros. Enquadram-se nesse perfil, as 101 concessionárias de energia elétrica (TSEE), as mais de 600 secretarias de habitação municipais que operam o PMCMV (modalidade FAR) e as mais de 100 instâncias regionais do INSS que deliberam sobre a concessão de benefícios do contribuinte facultativo de baixa renda. Para as concessionárias de energia e as secretarias de habitação já foram criados os perfis junto à CAIXA.

No primeiro semestre foram empreendidos esforços para o desenvolvimento de ferramenta de consulta em lote dos dados da versão 7 do Cadastro Único que gerará extrações com apenas 1 (um) dia de defasagem do dado real. A consulta em lote solicitada pela Senarc foi adaptada pela CAIXA utilizando-se uma solução já disponibilizada a outros clientes. No entanto, a mesma tem se provado insatisfatória para fins do Cadastro Único por utilizar inúmeros requisitos de tecnologia de informação e de segurança que as gestões dos programas usuários provavelmente não conseguirão atender, limitando imensamente o seu uso. A Senarc está testando a solução para uso em casos específicos até que a mesma possa contratar ou desenvolver junto à CAIXA outra solução mais compatível.

Por fim, vale mencionar que aprimoramentos ao CECAD foram desenhados e estão sendo implantados, como a pesquisa dos cadastros desatualizados por meses de desatualização.

• **Identificar e incluir as famílias de baixa renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

São consideradas de baixa renda e, portanto, compõem o público alvo para inserção no Cadastro Único aquelas famílias com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo per capita ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. Até dezembro/2014 haviam 29.163.608 famílias registradas, das quais 25.201.633 estavam cadastradas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo (86,41%).

No ano de 2014, foram incluídas no Cadastro Único 1.874.561 famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo. A localização e a caracterização das famílias de baixa renda no Cadastro Único vêm se aprimorando por meio do desenvolvimento de ações de busca ativa. A Busca Ativa é uma estratégia que tem como objetivos: localizar e cadastrar todas as famílias de baixa renda; identificar corretamente as famílias que pertencem a povos e comunidades tradicionais e a grupos específicos e também atualizar os dados das famílias já cadastradas.

Quantidade alcançada

1.874.561

Data de Referência

31/12/2014

• **Incluir as famílias pertencentes às comunidades quilombolas no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do segundo semestre de 2012, ocorreu uma ampla ação de qualificação e atualização da listagem das



comunidades quilombolas constantes do Cadastro Único (CadÚnico), finalizada em janeiro de 2013.

A partir de listagem de comunidades quilombolas disponibilizada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foram identificadas e incluídas 674 comunidades na base do CadÚnico. Além disso, corrigiu-se o nome das comunidades certificadas e tituladas que já estavam inscritas na lista da V7, no entanto, com grafias distintas da listagem da FCP e INCRA. Possibilitou-se, com isso, a correta identificação no CadÚnico daquelas famílias quilombolas pertencentes a essas comunidades.

Destacamos ainda que no sistema da V7 também constam comunidades quilombolas inscritas para além das comunidades certificadas ou tituladas, incluídas via solicitação formal dos municípios junto a Senarc.

Ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2013, a Senarc participou das reuniões de preparação e organização do mutirão de Busca Ativa para atualização e inclusão cadastral de famílias quilombolas no estado da Paraíba. Este mutirão ocorreu no mês de março contando com o apoio de técnicos do MDS, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e de representantes do governo estadual e municipal da Paraíba. Durante o mutirão percorreu-se trinta e cinco comunidades quilombolas certificadas, localizadas em 23 municípios, alcançando cerca de mil e trezentas famílias nesses territórios.

Em outubro de 2013, ocorreu oficina destinada ao cadastramento de famílias quilombolas no CadÚnico, no estado do Maranhão. Já em novembro do mesmo ano, ocorreu oficina de Busca Ativa na Bahia, na sede do Ilê Aiyê, em comemoração ao mês da Consciência Negra, que tratou do cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos no CadÚnico, categoria que inclui as famílias quilombolas.

Ao longo do primeiro semestre de 2014, ocorreram oficinas de Busca Ativa em 15 estados, enfocado no processo de cadastramento de famílias quilombolas e outras pertencentes a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos. Como resultado da estratégia de cadastramento das famílias quilombolas, até o mês de dezembro de 2014 foram identificadas 131.787 famílias quilombolas no CadÚnico.

Quantidade alcançada

131.787

Data de Referência

31/12/2014

• **Migração dos municípios para o Sistema de Cadastro Único Versão 7**

Análise Situacional da Meta

A partir de 2010, o MDS iniciou o processo de implantação gradual do Projeto CadÚnico 7 (Versão 7), que, além de aperfeiçoar a coleta de dados e qualificar as informações cadastrais, aprimorou as funcionalidades de cadastramento, a manutenção de dados e demais processos de gestão do Cadastro único. Em abril de 2014, todos os municípios já utilizavam a nova versão.

Quantidade alcançada

5.570

Data de Referência

01/05/2014

• **Qualificar e atualizar as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

A Senarc desenvolve diferentes estratégias para promoção da qualidade da gestão do Cadastro Único. Por meio de informativos, orienta continuamente os municípios quanto à importância da atualização cadastral, encaminha cartas as famílias orientado sobre a necessidade de manter o cadastro atualizado. Além disso, anualmente, a Senarc realiza processos de averiguação cadastral que consiste no cruzamento dos dados inseridos no Cadastro Único com outros registros administrativos, com vista a identificar possíveis inconsistências nas informações declaradas.

Dentre as ações de atualização cadastral ocorridas em 2014, destaca-se a Revisão Cadastral 2014, a finalização do processo de Averiguação Cadastral 2013 e de 2014.

De acordo com a Portaria nº 94, de 04 de setembro de 2013, os processos de Averiguação Cadastral buscam verificar,



de forma sistemática e periódica, a consistência das informações constantes no Cadastro Único. Conforme determina a referida Portaria, os processos são iniciados pela Senarc, a partir do cruzamento dos dados do Cadastro Único com aqueles provenientes de: outros registros administrativos dos governos; bancos de dados das empresas de serviços públicos; pesquisas amostrais e censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros. Serão consideradas inconsistentes as informações que apresentarem divergência entre o que consta no Cadastro Único e o que está registrado, para a mesma pessoa ou família, em outra fonte. Também será analisada a discrepância entre os dados inseridos no Cadastro Único e seus valores esperados conforme as demais informações do perfil da família. Depois desses cruzamentos, os municípios assumem um papel fundamental, pois são os Gestores Municipais e do Distrito Federal que devem adotar medidas para o tratamento das inconsistências identificadas.

O processo de Averiguação Cadastral 2013 foi composto de várias fontes de informação, conforme metodologia descrita na Nota Técnica nº 200, 30/07/2013. Para organizar o processo de Averiguação Cadastral, a Senarc agrupou os achados em três públicos-alvo distintos, a depender do tipo de informação utilizada, procedimentos para análise e orientação aos municípios (Público A, B e C). O público total inicial foi de 96.657 famílias, sendo 71.842 do Público A, 13.660 do Público B e 11.155 do Público C. Do total, 79.471 eram famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, perfazendo 82,22% do público. Após os prazos de atualização cadastral definidos na Instrução Operacional nº 063, de 13/06/2013, reeditada em 27/11/2013, a Senarc comandou 16.080 ações de cancelamento dos benefícios do PBF, conforme detalhado na Nota Técnica nº 198, de 10/06/2014.

O processo de Averiguação Cadastral 2014 foi composto de várias fontes de informação, conforme metodologia descrita na Nota Técnica nº 062, 26/02/2014. Foram incluídas no processo 1.392.284 famílias beneficiárias do PBF. Para orientar os municípios sobre esta ação, foi publicada a Instrução Operacional nº 068, de 15/01/2014, reeditada em 11/02/2014. O processo de Averiguação Cadastral 2014 foi finalizado, conforme a Nota Técnica nº 244, de 22 de julho de 2014, totalizando 684.515 comandos de cancelamento de benefícios do PBF.

Já a Revisão Cadastral, é o processo por meio do qual as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, com cadastros desatualizados há mais de 24 meses devem proceder à atualização dos dados registrados no Cadastro Único para que continuem recebendo os benefícios do PBF. No ano de 2014, aproximadamente 1,2 milhão de famílias foi público-alvo da Revisão Cadastral.

Ressalta-se que a Tarifa Social de Energia Elétrica também desenvolve processo de revisão cadastral de seus benefícios, que levará à constante atualização de 4,4 milhões de famílias, para além das 14,0 milhões de famílias já incentivadas a manterem seus cadastros atualizados por força da manutenção dos benefícios do PBF.

Destaca-se, também, que em 24 de dezembro de 2013, foi publicado no Diário Oficial da União extrato do Contrato entre o MDS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev). Em 19 de dezembro de 2014, o presente contrato foi aditivado, conforme publicação no DOU de 08/01/2015. Tem como objeto a prestação de serviços de tecnologia da informação e consultoria técnica ao cruzamento de informações das bases de dados do Cadastro Único e o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), objetivando a melhoria da qualidade de informações cadastrais. Com esta ação, será possível a verificação frequente e sistemática da fidedignidade das informações de renda e óbitos declaradas ao Cadastro Único.

Até dezembro de 2014, 17.261.755 famílias de baixa renda estavam com informações atualizadas no Cadastro Único, o que representa 68,49% do total de famílias de baixa renda registradas (25.057.709 famílias).

Quantidade alcançada

17.261.755

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	87	%	68,49	31/12/2014

• Reformular o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)

**Análise Situacional da Meta**

O IDF é um indicador sintético que mede o grau de desenvolvimento das famílias incluídas no Cadastro Único, por meio da combinação de diversas informações coletadas por este cadastro. Assim, é possível elencar famílias de acordo com maior ou menor grau de vulnerabilidade de um ponto de vista multidimensional, complementando a visão unidimensional da pobreza monetária.

Em 2010 foi lançada uma nova versão do Sistema do Cadastro Único, a Versão 7, que substituiu a versão anterior, utilizada para o desenvolvimento do IDF. O formulário do CadÚnico também mudou, criando algumas variáveis e passando a captar outras de forma diferente. A partir de então, o IDF foi revisto no sentido de apreender melhor a situação familiar com reformulação e ampliação do número de indicadores e subcomponentes.

Seu novo cálculo já foi adequado a Versão 7 do Sistema do Cadastro Único, conforme descrito na Nota Técnica nº 357 Senarc/MDS, de 21 de novembro de 2013, que apresenta a composição dos indicadores e os procedimentos adotados para a atualização da metodologia. A divulgação do índice é feita a partir da demanda dos municípios.

OBJETIVO: 0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Plano Brasil sem Miséria - BSM, instituído em 2011, foi o principal vetor do combate à extrema pobreza no período 2011-2014. O BSM está estruturado em três eixos que são garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. O eixo associado a esse objetivo é o de garantia de renda cujo foco é o alívio imediato da situação de extrema pobreza.

Como consequência, além dos reajustes nos valores dos benefícios em 2011 e 2014, foram criados o Benefício Variável Nutriz - BVN e o Benefício Variável à Gestante - BVG com a finalidade de aumentar a proteção à mãe e ao recém-nascido durante a gestação e os primeiros meses de vida da criança. O BVG consiste no pagamento de nove parcelas consecutivas do benefício variável às gestantes. Sua concessão é realizada, mensalmente, a partir da informação da situação gestacional registrada no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família no Ministério da Saúde, sistema este também utilizado para o acompanhamento das demais condicionalidades da saúde, inclusive do pré-natal, importante para a continuidade da concessão e do pagamento das parcelas. A concessão do BVN é destinada às famílias cujas crianças tenham até de seis meses de idade, identificadas no Cadastro Único até o sexto mês de nascimento, que passam a receber seis parcelas consecutivas a partir do registro das informações cadastrais do recém-nascido. Segundo dados de dezembro de 2014, 262.214 famílias recebem o BVG e 274.456 recebem o BVN. Também foi ampliado de três para cinco o limite máximo de concessão de benefícios variáveis por família.

Em 2012 foi criado o Benefício para Superação da Extrema Pobreza - BSP destinado a assegurar que a renda per capita familiar ultrapasse a linha de extrema pobreza do Programa. Recebem esse benefício as famílias que, mesmo após o recebimento dos benefícios do Bolsa Família, permanecem com renda familiar per capita inferior à linha de extrema pobreza do PBF, que atualmente é de R\$ 77,00 por pessoa.

Cabe ressaltar o avanço na quantidade de famílias alcançadas pelo programa, que saltou de 12.778.220 ao final de 2010 para 14.003.441 em dezembro de 2014. O valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 2.367.019.543 no mês.

Ainda no campo da proteção às famílias beneficiárias do PBF, foi instituído, também em 2011, o “Retorno Garantido”, que visa assegurar às famílias beneficiárias que se desligarem do Programa de forma voluntária o direito de retornarem ao Bolsa Família no prazo de até 36 meses, caso voltem a ter perfil para o Programa.

O conjunto das medidas adotadas no período em questão contribuiu para o fortalecimento do sistema de proteção social brasileiro ao sinalizar um piso de proteção social, em nível nacional, alcançando grupos populacionais em situação de



vulnerabilidade, em especial, crianças e jovens, resultando em políticas públicas que visam à ruptura do ciclo intergeracional da pobreza.

Metas 2012-2015

• Ampliar a Articulação do Programa Bolsa Família com outras Políticas Públicas Promotoras de Emancipação

Análise Situacional da Meta

O Plano Brasil Sem Miséria – BSM potencializou diversos programas do governo federal e criou iniciativas inéditas direcionadas aos beneficiários do Programa Bolsa Família. No campo da inclusão produtiva, vale destacar: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego do Plano Brasil Sem Miséria - Pronatec/BSM, as ações de Inclusão no Campo (Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Fomento), o Programa Água para Todos e o Programa Bolsa Verde.

Ainda no que se refere à articulação com outras políticas promotoras de emancipação, merece destaque a integração do PBF a sete programas estaduais (Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e a dois programas municipais (Manaus – AM e Nova Lima – MG) de transferência de renda. No total, esses programas beneficiam 533.446 famílias proporcionando um aumento médio de R\$ 77,88 reais nos valores transferidos a essas famílias. O valor médio transferido por esses programas complementares é de R\$ 67,69.

• Aumentar o impacto do Programa Bolsa Família na erradicação e/ou na diminuição da pobreza e da extrema pobreza

Análise Situacional da Meta

Em face de avaliação interna quanto à metodologia de aferição do impacto do Programa Bolsa Família - PBF, optou-se por considerar, para efeito dessa meta, o indicador da taxa de atendimento às famílias pobres, obtido a partir das informações constantes do Censo Demográfico 2010, no que se refere ao total de famílias pobres estimadas, e dos Relatórios Sintéticos da Folha de Pagamento elaborados mensalmente pela Caixa Econômica Federal, para obter o número de famílias beneficiárias do programa.

Os dados da folha de pagamento referentes ao mês de dezembro de 2014 indicam 14.003.441 famílias beneficiárias do Programa, quantitativo este que supera a estimativa de famílias pobres para o período em questão, estimado em 13.738.415, o que em termos nacionais representa 101,93% de cobertura de atendimento a famílias pobres e extremamente pobres.

A distribuição de beneficiários do Programa, por região é a seguinte: Nordeste (50,7%), Norte (12%), Centro Oeste (5,4%), Sudeste (24,8%) e Sul (7%). Já a estimativa de pobreza, incluindo a extrema pobreza, por região, segundo dados do IBGE (Censo 2010) é a seguinte: Nordeste (46,34%), Norte (11,52%), Centro Oeste (5,47%), Sudeste (28,75%) e Sul (7,92%). Esses dados denotam o êxito do Programa quanto ao atendimento às famílias pobres e extremamente pobres.

Deve-se atentar também para a evolução dos valores médios dos benefícios concedidos às famílias integrantes do Programa. Ao final de 2010 o benefício médio era de R\$ 92,58 ao passo que ao final de 2014 esse valor é de R\$ 169,18. Nesse período o aumento no benefício médio foi de aproximadamente de 83%.

Avalia-se que o valor da taxa de atendimento às famílias pobres superior a 100% para todo o país, deve-se, em larga medida, à estratégia da Busca Ativa e à instituição do Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP, que contribuiu decisivamente para a política de erradicação da extrema pobreza.

• Garantir que todas as famílias extremamente pobres já beneficiárias do Programa Bolsa Família tenham renda mínima de R\$ 70,00

Análise Situacional da Meta

Para assegurar o cumprimento dessa meta foi criado o Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP, que foi implementado em três fases: a primeira, que começou no mês de Junho de 2012, para famílias com crianças de até 6 anos; a segunda, em novembro de 2012, quando o BSP passou a atender a famílias com crianças e adolescentes de até 15 anos; e uma terceira, em março de 2013, com a ampliação de sua cobertura para todas as famílias que permaneciam



em situação de extrema pobreza mesmo após o recebimento dos benefícios do PBF.

Em sua primeira fase, logo no primeiro mês, o BSP foi concedido a 1.974.482 famílias, com destinação de R\$ 166,5 milhões. Após a primeira expansão, o BSP passou a atender 2.178.894 famílias com R\$ 187,8 milhões transferidos. A partir de março de 2013 o BSP passou a considerar todos os membros da unidade familiar para o cálculo do benefício e foi concedido a 4.793.706 famílias, com transferências de R\$ 400,2 milhões, de acordo com informações da folha de março de 2013, sinalizando a última expansão expressiva do benefício, em torno de 29% quando comparada à folha de pagamentos de fevereiro de 2013. Em dezembro de 2014 o BSP alcançou o patamar de 5.289.052 famílias beneficiárias e de R\$ 471.959.146,00 reais transferidos. As famílias que recebem o BSP têm um acréscimo médio de R\$ 89,23 nos valores recebidos do PBF. Pode-se afirmar, portanto, que o BSP elevou 5.289.052 famílias para um patamar superior ao da extrema pobreza.

Em junho de 2014, a linha de extrema pobreza passou de R\$ 70 para R\$ 77 mensais per capita.

• **Incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no Bolsa Família**

Análise Situacional da Meta

O Programa Bolsa Família acumulou, desde junho de 2011 até dezembro de 2014, a concessão de benefícios a 1.377.429 famílias em extrema pobreza, habilitadas e selecionadas de acordo com os requisitos para o ingresso. O número indica que, em face da segurança quanto à disponibilidade dos recursos orçamentários previstos para o Programa e aos mecanismos internos de acompanhamento da evolução de concessão de benefícios, foi possível assegurar o fluxo de concessão de benefícios às famílias em situação de extrema pobreza, com destaque para as ações de cadastramento por intermédio da Busca Ativa no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, que busca articulação com outros órgãos e entidades para identificar e cadastrar famílias em situação de vulnerabilidade social.

Tal fato contribui, decisivamente, para o alcance dos objetivos do Programa, de proporcionar melhores condições socioeconômicas ao segmento mais vulnerável, isto é, das famílias com renda per capita inferior a R\$ 77,00.

Quantidade alcançada

1.377.429

Data de Referência

31/12/2014

• **Transferir renda para 13,8 milhões de famílias em condições de pobreza e de extrema pobreza, utilizando o Busca Ativa para localização e cadastramento de famílias que atender aos critérios de elegibilidade**

Análise Situacional da Meta

O Programa Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de dezembro de 2014, 14.003.441 famílias, que receberam benefícios com valor médio de R\$ 169,03. O valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 2.367.019.543 no mês. Percebe-se, portanto, que a meta estabelecida foi ultrapassada (101,47%). É digno de nota, que a meta foi alcançada ainda em 2012, quando foi alcançado o patamar de 13.902.955 famílias beneficiárias, e mantida ao longo de 2013 e 2014.

Quantidade alcançada

14.003.441

Data de Referência

31/12/2014



PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Contaminação de alface por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	19,8	31/12/2012	45
Contaminação de cenoura por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	30,39	31/12/2012	33
Contaminação de mamão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	17,31	31/12/2011	20
Contaminação de morango por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	36,05	31/12/2012	59
Contaminação de pimentão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	64,36	31/12/2011	90
Contaminação de tomate por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	18,27	31/12/2012	16
Contaminação de uva por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	32,67	31/12/2012	29
Disponibilidade interna de arroz para consumo humano	tonelada	31/12/2009	12.118.300	31/12/2014	12.000.000
Disponibilidade interna de carne bovina para consumo humano	tonelada	31/12/2009	6.810.070	31/12/2012	7.127.400
Disponibilidade interna de feijão para consumo humano	tonelada	31/12/2009	3.500.000	31/12/2014	3.350.000
Disponibilidade interna de frango para consumo humano	tonelada	31/12/2009	7.386.700	31/12/2012	8.727.500
Disponibilidade interna de milho para consumo humano	tonelada	31/12/2009	45.414.010	31/12/2014	53.905.000
Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento	índice numérico	31/12/2009	0,509	30/09/2013	0,497
Monitoramento do teor de iodo no sal	%	31/12/2009	95,9	31/12/2013	93

**Plano
Mais Brasil**

Percentual de adolescentes com excesso de peso (feminino)	%	31/12/2009	19,4	-	-
Percentual de adolescentes com excesso de peso (masculino)	%	31/12/2009	21,5	-	-
Percentual de adultos com excesso de peso (feminino)	%	31/12/2009	48	-	-
Percentual de adultos com excesso de peso (masculino)	%	31/12/2009	50,1	-	-
Percentual de adultos com obesidade (feminino)	%	31/12/2009	16,9	-	-
Percentual de adultos com obesidade (masculino)	%	31/12/2009	12,5	-	-
Percentual de carboidratos no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	59,2	-	-
Percentual de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave	%		17,48	30/09/2009	17,48
Percentual de crianças menores de 5 anos com baixo peso para idade	%	31/12/2006	1,8	-	-
Percentual de crianças menores de 5 anos com déficit estatural para idade	%	31/12/2006	6,7	-	-
Percentual de crianças menores de 5 anos com excesso de peso para idade	%	31/12/2006	7,2	-	-
Percentual de domicílios com insegurança alimentar grave	%	31/12/2009	5	30/09/2013	3,2
Percentual de domicílios com insegurança alimentar leve	%	31/12/2009	18,7	30/09/2013	14,8
Percentual de domicílios com insegurança alimentar moderada	%	31/12/2009	6,5	30/09/2013	4,6
Percentual de domicílios com segurança alimentar	%	31/12/2009	69,8	30/09/2013	77,4
Percentual de frutas no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	2	-	-
Percentual de gastos das famílias com alimentação total	%	31/12/2009	19,8	-	-
Percentual de lipídios no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	28,7	-	-
Percentual de moradores de cor preta ou parda em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave	%		18,61	30/09/2013	12,1
Percentual de moradores em domicílios com rendimento mensal per capita de até 1/4 do salário mínimo e com insegurança alimentar moderada ou grave	%		41,62	30/09/2013	29,1
Percentual de proteínas no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	12,1	-	-
Percentual de verduras e legumes no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	0,8	-	-
Prevalência da hipovitaminose A em crianças menores de 5 anos	%	31/12/2006	17,4	-	-



Renda domiciliar média per capita (total da renda do domicílio dividido pelo número de moradores)	R\$	31/12/2009	631,27	30/09/2013	938,1004
Taxa de adesão das unidades da federação ao SISAN	%	30/06/2011	0	31/07/2014	100
Taxa de adesão dos municípios ao SISAN	%	30/06/2011	0	31/12/2014	1,6
Taxa de Fóruns Bipartites instituídos e em funcionamento	%	30/06/2011	0	31/12/2012	0
Taxa de mortalidade infantil (número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos)	1/1.000	31/12/2007	21,4	31/12/2011	15,3
Taxa de municípios com Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional instituído e em implementação	%	30/06/2011	0	31/12/2012	17,7
Taxa de unidades da federação com Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional instituído e em implementação	%	30/06/2011	0	31/12/2014	29,6

Observações:

Contaminação de cenoura por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido) - Sem apuração no período.

Contaminação de mamão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido) - Sem apuração no período.

Contaminação de morango por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido) - Sem apuração no período.

Contaminação de pimentão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido) - Sem apuração no período.

Percentual de adolescentes com excesso de peso (feminino) - Sem atualização de dados no período.

Percentual de adolescentes com excesso de peso (masculino) - Sem atualização de dados no período.

Percentual de adultos com excesso de peso (feminino) - Sem atualização de dados no período.

Percentual de adultos com excesso de peso (masculino) - Sem atualização de dados no período.

Percentual de adultos com obesidade (feminino) - Sem atualização de dados no período.

Percentual de adultos com obesidade (masculino) - Sem atualização de dados no período.

Percentual de carboidratos no total de calorias na alimentação domiciliar - Sem atualização de dados no período.

Percentual de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave - Sem atualização de dados no período.

Percentual de crianças menores de 5 anos com baixo peso para idade - Sem atualização de dados no período.

Percentual de crianças menores de 5 anos com déficit estatural para idade - Sem atualização de dados no período.

Percentual de crianças menores de 5 anos com excesso de peso para idade - Sem atualização de dados no período.

Percentual de frutas no total de calorias na alimentação domiciliar - Sem atualização de dados no período.

Percentual de gastos das famílias com alimentação total - Sem atualização de dados no período.

Percentual de lipídios no total de calorias na alimentação domiciliar - Sem atualização de dados no período.

Percentual de proteínas no total de calorias na alimentação domiciliar - Sem atualização de dados no período.

Percentual de verduras e legumes no total de calorias na alimentação domiciliar - Sem atualização de dados no período.

Prevalência da hipovitaminose A em crianças menores de 5 anos - Sem atualização de dados no período.

Taxa de adesão dos municípios ao SISAN - Até o momento houve adesão de 89 municípios ao Sisan. A meta do PPA é a adesão de 3339 Municípios ao SISAN até 2015. Há no Brasil atualmente 5.570 municípios.

Taxa de Fóruns Bipartites instituídos e em funcionamento - Sem atualização de dados.

OBJETIVO: 0377 - Institucionalizar no Território Nacional o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seus mecanismos de gestão, a fim de possibilitar o seu financiamento e a estruturação da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através do plano nacional e dos planos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, incluindo a promoção do Direito Humano à



Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito nacional e internacional.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Os compromissos assumidos pelo Governo Federal desde 2003, ao objetivar o combate à fome e à miséria no País, trilharam a construção da agenda da segurança alimentar e nutricional enquanto uma política pública de Estado. Com a Lei 11.346/2006, intitulada Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, foi instituído o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), a partir de um amplo processo intersetorial e participativo. Em 2010, com o Decreto 7.272, foi instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e regulamentado outros aspectos do Sisan, particularmente os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de SAN e do processo de adesão dos estados e municípios ao Sistema.

O Sisan reúne diversos setores de governo e da sociedade civil com o propósito de promover, em todo o Território Nacional, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Este sistema promove a formulação e articulação de políticas de segurança alimentar e nutricional em âmbito nacional, estadual e municipal, bem como o monitoramento e a avaliação das mudanças relacionadas à situação de alimentar e nutricional da população brasileira.

Em nível nacional, o sistema é composto por uma Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan Nacional (presidida pela Ministra do MDS e e secretariada pela SESAN) e pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea Nacional, órgão de assessoramento da Presidência da República. O Sisan está cada vez mais forte. As suas instâncias funcionam plenamente na esfera federal (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea e a Conferência) e há uma importante interação entre a Caisan e o Consea Nacional.

Ao longo dos últimos anos, o foco de atuação da Secretaria Executiva da Caisan Nacional, exercida pela SESAN/MDS é fortalecer o Sisan em nível federativo, numa parceria com os estados e municípios, e articular, monitorar e coordenar a Política e o Plano Nacional de SAN, garantindo a intersetorialidade entre 20 ministérios para esta agenda. Nos últimos anos, tivemos resultados concretos.

No que se refere à ação intersetorial, alguns resultados podem ser ressaltados como a elaboração, monitoramento e revisão do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir das diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e a organização das bases de dados e ferramentas informacionais com indicadores de medição da situação de segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Algumas ações podem ser destacadas:

- Criação das ferramentas informacionais: (i) DATASAN - tem indicadores provenientes de diversas bases de dados (IBGE, CONAB, Ministérios da Saúde, etc), organizados a partir das dimensões da SAN, consolidando um Sistema de Monitoramento da SAN no Brasil; (ii) Relatório de Informações da SAN: composto por indicadores de SAN desagregados até o nível municipal; (iii) Sistema de Monitoramento da Execução do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISPLANSAN; (iv) Realização das reuniões da Caisan Nacional e a instalação de 11 Comitês Técnicos, com os seguintes temas:

- oCT1 - Elaborar Proposta Balanço da Implementação das Proposições da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

- oCT2- Elaborar proposta de Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

- oCT3 - Preparar documento com recomendações ao Pleno Ministerial acerca do processo de elaboração do Primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

- oCT4 - Coordenação do processo de elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

- oCT5 - Apresentar ao Projeto de Lei do Senado nº 51/2008, que institui a Política Nacional de Abastecimento;

- oCT6 - Elaborar o Plano Intersetorial para Prevenção e Controle da Obesidade;

- oCT7 - Definir critérios e processo para a escolha e preparação de delegados do Governo Federal para participação na IV Conferência de SAN;



oCT8 - Debater e articular Governo e Sociedade Civil para consolidar a posição do Governo Brasileiro sobre o Marco Estratégico Global de Segurança Alimentar e Nutricional do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA/FAO);

oCT 9 - Monitorar e avaliar a implementação dos objetivos e metas pactuados no I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN 2012/2015;

oCT 10 - Qualificar e subsidiar a atuação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN em torno da temática de povos e comunidades tradicionais;

oCT 11 – Apoiar a articulação federativa para implementação da "Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade:

Quanto ao componente federativo do SISAN, conquistamos a adesão de todos os estados e Distrito Federal, com a publicação de 8 planos estaduais de SAN (DF, MG, CE, PE, PR, MA, RS e SC). Até o momento, temos 89 municípios com adesão ao Sisan.

Ressalta-se que o processo de adesão ao Sisan é um processo técnico e político que envolve a criação e instalação de seus componentes, conforme estabelecido no Decreto 7.272/2010. Implica na criação de Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, de Câmara Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, e também no compromisso de elaboração dos Planos locais de SAN. Ou seja, é um processo que requer tempo para a mobilização política e atuação do legislativo em nível local.

Destaca-se a realização do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN 2014), com a adesão de 23 UFs e 1.628 municípios, que teve como objetivo coletar, no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, informações sobre a gestão da Política Nacional de SAN e dos componentes do Sisan, incluindo as ações e equipamentos públicos de SAN. Outras ações desenvolvidas merecem destaque:

- Apoio financeiro aos estados, por meio de convênios, para a estruturação dos componentes estaduais do Sistema (Caisans e Conseas Estaduais) a elaboração dos Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional, e a mobilização dos municípios, para que façam a adesão ao Sisan;
- Realização de eventos, seminários e reuniões técnicas com atores sociais, gestores e conselheiros estaduais e municipais de SAN para mobilizar, capacitar e debater as estratégias e ações a serem tomadas no processo de fortalecimento do Sisan e na mobilização para adesão aos municípios;
- Realização de visitas in loco em todos os estados, com o objetivo de apoiar a organização e funcionamento dos componentes do Sisan, além de reuniões bimestrais com as Caisans estaduais, em Brasília;
- Organização de uma rede de parceiros, com a seleção de universidades públicas que apoiarão os estados nos seus processos de capacitação, mobilização e elaboração dos planos estaduais de SAN;
- Definição das atribuições federativas ao Sisan e criação do Fórum Tripartite para organizar o Pacto Nacional pelo DHAA, ambos ainda em fase de discussão para posterior publicação; e
- Estruturação de um plano de comunicação com a organização de boletins semanais e do site institucional da Caisan Nacional.

Ainda, ressalta-se o fortalecimento dos mecanismos de participação social, com destaque para a realização da 4ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) em 2011 e a realização da 4ª + 2 CNSAN em 2014 para monitorar a realização de suas deliberações.

Metas 2012-2015

• Adesão de 3339 Municípios ao SISAN

Análise Situacional da Meta

Os requisitos de adesão municipal ao SISAN são os mesmos preconizados aos estados. Ou seja, é necessária a criação e instalação de seus componentes: conselhos de SAN, presididos pela sociedade civil, câmaras intersetoriais e o compromisso com a elaboração de um plano local de SAN.

É um processo técnico e político que envolve a mobilização, sensibilização e capacitação da sociedade civil, gestores públicos e o legislativo.



O processo de mobilização e organização para a adesão dos municípios iniciou-se em 2013. Junto com as Caisans Estaduais, foi estabelecido um novo fluxo de adesão municipal que coloca os estados com um papel mais proativo no processo. Além da mobilização, os estados devem orientar, analisar e formalizar a adesão de seus municípios, enquanto que a Caisan Nacional ficará com a responsabilidade de referendar a adesão, por meio de uma resolução.

Com os convênios estaduais, alguns estados iniciaram os seus processos licitatórios para realização das oficinas de capacitação e mobilização dos municípios, que iniciaram no ano de 2014, e também acontecerão nos anos de 2015 e 2016, conforme os planos de cada estado. Ainda, foram firmadas parcerias com universidades públicas para apoiar os estados neste processo de capacitação e mobilização de atores sociais para o tema de SAN e DHAA.

Nos anos de 2012 e 2013, foram realizadas 5 oficinas em todas as regiões (Florianópolis, Brasília, Belém, Belo Horizonte e Fortaleza) para mobilizar e capacitar atores sociais de todos os Estados (Caisans e Conseas Estaduais). E em 2014, as oficinas regionais tiveram como um de seus objetivos a mobilização dos municípios ao Sisan (Maceió, Manaus, Florianópolis, Vitória e Campo Grande), envolvendo também a participação de gestores e representantes da sociedade civil dos municípios.

Até o momento, foram publicadas 3 Resoluções de adesão municipal ao Sisan em atos de adesão coletiva. São elas: Resolução Caisan n.º 1/2013 – 12 municípios, assinada no Seminário do Sisan nos grandes municípios; Resolução Caisan n.º 4/2014 – 22 municípios, assinada na 4ª Conferência +2; e a Resolução Caisan n.º 8/2014 – 55 municípios, assinada no Seminário Nacional do Sisan. Ao todo, estamos com 89 municípios com adesão formalizada ao Sisan.

Quantidade alcançada

89

Data de Referência

08/01/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	279	unidade	2	08/01/2015
Região Nordeste	1.078	unidade	56	08/01/2015
Região Norte	269	unidade	5	08/01/2015
Região Sudeste	1.000	unidade	10	08/01/2015
Região Sul	713	unidade	16	08/01/2015

• Adesão de todos os estados e do Distrito Federal ao SISAN

Análise Situacional da Meta

A adesão dos estados, Distrito Federal e municípios ao Sisan é um processo técnico e político que envolve a sensibilização e mobilização da sociedade civil e gestores públicos, a criação e instalação de seus componentes, conforme estabelecido no Decreto 7.272/2010. Implica na criação dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Conseas Estaduais/Municipais), as Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisans Estaduais/Municipais), e também no compromisso de elaboração dos Planos locais de SAN. Ou seja, é um processo que requer mobilização política no nível local.

Além disso, o processo de funcionamento das caisans e conseas estaduais está muito relacionado a prioridade política que o tema da SAN tem no Estado. Até 2012, 23 estados e o Distrito Federal haviam aderido ao Sisan. Entre o final de 2013 e início de 2014, os estados de Goiás, São Paulo e Mato Grosso formalizaram a adesão ao SISAN, completando a adesão de todos estados e o Distrito Federal ao Sistema. Em 2014, tivemos 8 estados com Planos de SAN publicados. São eles: MG, CE, PE, PR, SC, MA, RS e DF. Ainda, foi realizado o 1º Mapeamento de SAN com o objetivo de obter um retrato de como estão sendo desenvolvidas as ações, políticas e os programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil. Das 27 UF's com adesão ao Sisan, 23 responderam ao mapeamento, apontando o funcionamento das suas Caisans e Conseas.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	9	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	7	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2014

- **Implementação do SISAN nos estados, Distrito Federal e municípios através da (i) instituição dos Fóruns de Pactuação, (ii) elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e (iii) apoio aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional**

Análise Situacional da Meta

Nos anos de 2012 e 2013, a Caisan Nacional centrou os seus esforços para a implementação do Sisan nos estados, a partir da mobilização dos entes para a adesão ao Sisan, a capacitação dos atores sociais e gestores e o apoio técnico, político e financeiro para a estruturação dos componentes estaduais (Conseas, Caisans e Planos estaduais de SAN), com o objetivo de fortalecer o papel de formulador, articulador e de monitoramento das ações de segurança alimentar e nutricional e da participação e controle social.

Em 2012, adesão alcançava 23 estados e o Distrito Federal. Entre 2012-2014, aderiram os estados de SP, MT e GO, completando a adesão dos estados e Distrito Federal no nível nacional. Por meio de editais de justificativa (edital de justificativa 10/2012, 01/2013) foram formalizados 26 convênios com estados (AC, AL, AM, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MS, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, SC, SE, TO) e o DF com total de recursos financeiros empenhados na ordem de 7 milhões de reais. Em 2013-2014, foram formalizados novos convênios com os estados de RJ, AM, GO, MG, MT, RR e SP perfazendo um montante de R\$ 2,622 milhões. As metas dos convênios visam apoiar a elaboração ou revisão dos Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional; o fortalecimento dos componentes do Sistema (Conseas e Caisans estaduais); e a mobilização, através dos estados, para que os municípios façam a sua adesão ao SISAN. Até o momento, 8 estados publicaram seus planos estaduais de SAN (MG, CE, PE, SC, RS, DF, PR e MA) e outros estão em processo de elaboração.

Além do apoio financeiro aos estados, uma série de iniciativas foi organizada para mobilizar, capacitar e fortalecer o Sisan em nível nacional ao longo dos últimos 3 anos. São elas:

- Foi aprovada pelo pleno executivo da Caisan Nacional a proposta de Resolução do fórum tripartite, restando ainda alguns estudos preliminares para sua publicação;
- Em 2013 e 2014, foram realizadas 9 reuniões com as Caisans Estaduais e visitas estaduais voltadas a fortalecer a interlocução federativa do Sisan, avançar no processo de implantação do Sisan e elaboração dos planos estaduais e municipais. Um dos resultados deste processo foi a pactuação de um manual contendo as atribuições federativas na implantação do Sisan, cuja publicação está programada para 2015;
- Ao longo dos últimos 3 anos uma série de eventos de mobilização e de capacitação foram realizados: 6 oficinas regionais, em 2012/2013 (Brasília, Belém, Curitiba, Recife, Fortaleza e Belo Horizonte); 5 oficinas regionais, em 2014 (Maceió, Manaus, Florianópolis, Vitória e Campo Grande), estas com a participação de municípios. Ainda, realizou-se o Seminário Nacional com as grandes cidades em 2013 e um Seminário sobre o Sisan, em parceria com o Consea Nacional, em 2014; Formou-se uma rede de parceiros ao Sisan com universidades públicas para apoiar os estados no processo de mobilização e capacitação de atores sociais e ainda na elaboração dos seus Planos de SAN. As parcerias firmadas em 2014 foram a Universidade Federal de Tocantins, Universidade de Brasília, Universidade de Santa Catarina, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual de São Paulo e Universidade Estadual do Amazonas. O valor alocado para esta ação, no ano de 2014, foi R\$ 2.696.103,33;
- Em 2014, foi estruturado o I Mapeamento de SAN nos estados e municípios, com a participação de 23 estados e 1628 municípios. O mapeamento teve como propósito fortalecer o processo de implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) pelo país, e obter um retrato de como estão sendo desenvolvidas as ações, políticas e os programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil; e



•Foi estruturado um plano de comunicação da Caisan Nacional. São produzidos boletins semanais e o portal da Caisan Nacional está em elaboração.

OBJETIVO: 0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

- 1) A Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional compreende os Restaurantes Populares, as Cozinhas Comunitárias, os Bancos de Alimentos e as Centrais de Recebimento e de Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar.
- 2) Os Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias são equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional que garantem o acesso a alimentos adequados e saudáveis da população e, principalmente, de indivíduos em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional. Tratam-se de estruturas físicas e espaços públicos destinados à produção e à oferta de refeições, constituindo-se como serviço de alimentação e de proteção social.
- 3) Os Bancos de Alimentos e as Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar se caracterizam como unidades estratégicas de abastecimento e combate ao desperdício e à perda de alimentos provenientes da cadeia agroalimentar urbana e metropolitana. Auxiliam na distribuição dos gêneros alimentícios do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, além de se caracterizarem como importante espaço de articulação com outros programas envolvidos na garantia da segurança alimentar e nutricional, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE direcionando sua ação à doação de gêneros alimentícios às entidades da rede socioassistencial e a outros equipamentos públicos, como escolas, creches, hospitais, sistemas prisionais, cozinhas comunitárias e restaurantes populares.
- 4) Atualmente existem em funcionamento no país 78 Bancos de Alimentos, 99 Restaurantes Populares e 158 Cozinhas Comunitárias e encontra-se em modernização aproximadamente 1.500 unidades de Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar.
- 5) Somente em 2014, foram investidos R\$ 64 milhões para a Modernização das Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar, beneficiando 389 municípios com a aquisição de equipamentos e veículos para o transporte adequado de alimentos.
- 6) Destacam-se ainda, as ações em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) para o apoio à Modernização das Cozinhas nas Creches - Ação Brasil Carinhoso, que visa o desenvolvimento de ações direcionadas à instalação e modernização de cozinhas em creches públicas conveniadas em âmbito rural e urbano, a fim de promover a oferta de alimentação adequada e saudável. Desde 2012, foram investidos aproximadamente 107 milhões em 776 municípios, beneficiando aproximadamente 9.701 creches. Ressalta-se também o Programa Forças nos Esportes, parceria entre Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Defesa direcionada para o fornecimento de refeições a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica, participantes do Programa. Foram investidos, nos últimos 5 anos, aproximadamente R\$ 30 milhões, com atendimento a 57 mil crianças em todo Brasil.
- 7) Entre 2012 e 2014, foram atendidos 1.577 municípios com equipamentos de segurança alimentar e nutricional. Como existiam 589 municípios atendidos com esse tipo de equipamento antes de 2012, houve uma ampliação de 988 municípios com equipamentos até 2014.

Atualmente, a distribuição regional é a seguinte:

- 360 municípios na Região Sul (aumento de 71,42% em relação aos 210 municípios de 2011);
- 267 na Região Sudeste (aumento de 94,89% em relação aos 137 municípios de 2011);
- 170 na Região Norte (aumento de 385,71% em relação aos 35 municípios de 2011);
- 714 na Região Nordeste (aumento de 285,94% em relação aos 185 municípios de 2011) e;
- 66 na Região Centro-Oeste (aumento de 200% em relação aos 22 municípios de 2011).



8) Além dos editais de seleção para modernização e instalação de equipamentos, compõem a meta os municípios atendidos por meio do Termo de Cooperação com o FNDE (atendimento de creches) e pelo Termo de Execução Descentralizada com o Ministério da Defesa (programa forças no esporte), sendo que os municípios que se repetem não são considerados no indicador final.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a participação dos equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos nos territórios de referência dos equipamentos sociais de assistência social, educação, saúde e outros, de forma a garantir o atendimento integral das pessoas**

Análise Situacional da Meta

De acordo com a posição de dezembro de 2014, 1.577 municípios foram atendidos com equipamentos de segurança alimentar e nutricional. Como existiam 589 municípios atendidos com esse tipo de equipamento antes de 2012, houve uma ampliação de 988 municípios com equipamentos no período 2012/2014.

Atualmente, a distribuição regional é a seguinte:

- 360 municípios na Região Sul (aumento de 71,42% em relação aos 210 municípios de 2011);
- 267 na Região Sudeste (aumento de 94,89% em relação aos 137 municípios de 2011);
- 170 na Região Norte (aumento de 385,71% em relação aos 35 municípios de 2011);
- 714 na Região Nordeste (aumento de 285,94% em relação aos 185 municípios de 2011) e;
- 66 na Região Centro-Oeste (aumento de 200% em relação aos 22 municípios de 2011).

Além dos editais de seleção para modernização e instalação de equipamentos, compõem a meta os municípios atendidos por meio de Termo de Cooperação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar - FNDE (atendimento de creches) e com o Ministério da Defesa (Programa Forças no Esporte), sendo que os municípios que se repetem não são considerados no indicador final.

Quantidade alcançada

988

Data de Referência

09/01/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	40	%	200	09/01/2015
Região Nordeste	30	%	285,94	09/01/2015
Região Norte	40	%	385,71	09/01/2015
Região Sudeste	20	%	94,89	09/01/2015
Região Sul	10	%	71,42	09/01/2015

- **Elaboração de estratégias e planos de gestão descentralizada e de integração de ações de segurança alimentar**

Análise Situacional da Meta

Em relação à meta “Elaboração de estratégias e planos de gestão descentralizada e de integração de ações de segurança alimentar”, destacamos que as ações para o alcance desta foram descontinuadas. Isso porque a SESAN tem como objetivo, em seu planejamento estratégico, a definição de uma estratégia de qualificação dos equipamentos públicos de SAN, tendo como premissa básica a integração das ações, não se constituindo como meta, mas como ponto de partida no desenvolvimento das ações. A gestão descentralizada das ações de Segurança Alimentar e Nutricional é inerente ao SISAN não havendo razão para planos de gestão descentralizados, uma vez que os entes subnacionais estão sujeitos à Política Nacional e cada ente subnacional deve possuir o seu próprio Plano de SAN.

- **Implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana**

Análise Situacional da Meta

Sobre a meta “Implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana” informa-se que no ano de 2012 foram



apoiados 23 projetos de Agricultura Urbana com valor de repasse de R\$ 7.673.611,46.

Atualmente encontra-se em discussão proposta para elaboração de documento de referência com diretrizes para o desenvolvimento de ações de agricultura urbana e periurbana no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Desta forma, os recursos orçamentários foram destinados às ações de modernização das Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar.

OBJETIVO: 0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Refletindo o esforço integrado e intersetorial do governo visando o alcance progressivo do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), buscou-se um modelo integrativo de gestão governamental intersetorial que possibilita a complementaridade das ações e a superação das fragmentações setoriais existentes. Houve avanços na institucionalização e normatização do tema da Educação Alimentar e Nutricional - EAN, o que reflete o esforço intersetorial descrito acima. Fatores que dificultaram a realização deste Objetivo referem-se a dificuldades burocráticas e aos poucos modelos e instrumentos de articulação e gestão intersetoriais, que ainda são um desafio.

Como desdobramento do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas, publicado em novembro de 2012, foram elaborados e produzidos, de maneira contínua e permanente, diversos materiais educativos para apoiar ações locais em EAN:

- Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional para os serviços socioassistenciais, em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), os quais contextualizam os princípios das ações de EAN estabelecidos pelo Marco de Referência no setor. 4.150 exemplares foram distribuídos para as secretarias municipais e estaduais de assistência social. No primeiro semestre de 2015, será ofertado o curso a distância de autoaprendizagem para apoiar a implementação destes Cadernos, o qual está sendo revisado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS);

- Manual de Qualificação para oferta de alimentação adequada e saudável destinado as entidades da rede socioassistencial com o objetivo de contribuir para oferta de alimentação adequada e saudável às pessoas atendidas pelo PAA. Já está disponível na rede virtual Ideias na Mesa, o curso de autoaprendizagem (30h) que tem objetivo apoiar a implementação do Manual;

Como desdobramento do Marco, ainda em 2012, foi lançada a rede Ideias na Mesa. Em 2014, investiu-se na ampliação desta rede, alcançou-se um aumento de 50% no número de experiências e 165% no número de usuários. Dentre os principais produtos da rede Ideias na Mesa, destacam-se: Lançamento de dois cursos a distância de autoaprendizagem sendo um voltado aos profissionais que atuam no Programa Bolsa Família e outro aos profissionais das entidades que recebem doação do programa de Aquisição de Alimentos; publicação da 3ª e 4ª edição da revista Ideia na Mesa (Temas: Orgânicos para todos e Comer como ato político) e publicação do livro colaborativo, Mais que Receitas.

Considerando as metas do Plano Plurianual (2012-2015) e a agenda pública de EAN, estabelecida pelo marco de referência de EAN para as políticas públicas, destaca-se o desenvolvimento de ações estratégicas de Educação Alimentar e Nutricional para as famílias do Programa Bolsa Família, dentre estas ações está a oferta de curso a distância destinado para 646 profissionais que atuam no Programa Bolsa Família (PBF), em nível estadual e municipal, nas redes de assistência social, saúde e educação, com o objetivo de qualificar a oferta de serviços públicos aos beneficiários do Programa Bolsa Família e estimular o trabalho entre estes profissionais, e ainda, o fortalecimento das atividades de



pesquisa e, principalmente, as atividades que vinculam a pesquisa com a extensão ou com a busca por metodologias educativas mais eficientes. Com isso, em 2013 foi formalizada parceria com CNPq, objetivando fomentar projetos de desenvolvimento e inovação científica em Educação Alimentar e Nutricional para subsidiar programas e projetos na área de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito das políticas apoiadas pelo Governo Federal. Em 2014 foram apoiados 32 projetos com duração de 24 meses. A implementação dos projetos iniciou no primeiro semestre de 2014.

Cabe destacar ainda a formalização de parcerias para:

- O desenvolvimento de estratégias educativas e de mobilização para promoção de práticas alimentares adequadas e sustentáveis entre o público jovem, à luz do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Destacam-se alguns dos produtos da parceria: 5.000 folders, 11 vídeos, 1 aplicativo, 1 jogo interativo, 20 vinhetas de rádio, desenvolvimento 1 website, 21 oficinas de mobilização com jovens, 1 mostra de experiências de jovens.

- A formação de profissionais da área de alimentação e Nutrição para atuar em agendas intersetoriais, tais como: implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), fomento ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – compras institucionais, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa Saúde na Escola (PSE) e implementação de ações de educação alimentar e nutricional de acordo com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Destacam-se alguns dos produtos da parceria: 01 oficina nacional (Brasília), 14 oficinas regionais, totalizando 1.400 profissionais, 100.000 folders e 22.300 manuais destinados a profissionais inscritos no Sistema CFN/CRNs, 22.300 folders e 22.300 manuais destinados a gestores das Secretarias de Agricultura, Saúde, Educação e Desenvolvimento Social de estados/municípios.

Visando incentivar o consumo de alimentos orgânicos e sustentáveis, foi realizada a campanha Brasil Orgânico Sustentável. Durante a Copa do mundo de 2014 foram distribuídos 20 mil kits-lanche com alimentos orgânicos e sustentáveis aos voluntários do programa Brasil Voluntário, do Ministério do Esporte. Nessa ação, foram envolvidas nove cooperativas localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás, Acre e Pernambuco que beneficiaram juntas 7.831 famílias. Os produtos foram adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra Institucional. A outra ação da Campanha foram os chamados Quiosques Brasil Orgânico e Sustentável, os quais foram montados em 10 cidades sede e aproximadamente 60 empreendimentos da agricultura familiar realizaram venda direta de seus produtos durante sete dias de funcionamento. Empreendimentos da região norte do país tiveram a oportunidade de divulgar seus produtos na região sul do país e produtos das regiões nordeste, centro-oeste e sul transitaram por várias regiões do país. Os empreendimentos participantes beneficiaram, ao todo, 17.075 famílias. Por fim, uma importante ação que continua sendo conduzida pelo MDS refere-se à Estratégia de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para estados e municípios. O processo de elaboração e discussão da Estratégia aconteceu num espaço de articulação intersetorial, no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional Nacional – CAISAN Nacional, por meio da instituição do Comitê Técnico 6, com o apoio da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS)/Organização Mundial de Saúde (OMS) no Brasil e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). A versão digital está disponível para acesso no site da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN (<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/educacao-alimentar-e-nutricional/estrategia-intersetorial-de-prevencao-e-controle-da-obesidade>).

Metas 2012-2015

- **Criar os serviços de pesquisa e extensão em Educação Alimentar e Nutricional para subsidiar os setores governamentais no aprimoramento e integração das ações em nível local**

Análise Situacional da Meta

Foram apoiados, a partir de uma parceria com o Conselho Nacional de Pesquisa Científico e Tecnológico (CNPq), 32 projetos com duração de 24 meses, para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e inovação em Educação Alimentar e Nutricional. Enviaram propostas 144 (cento e quarenta e quatro) instituições de 23 Unidades da Federação. Esta iniciativa é destinada ao apoio de programas e projetos na área de segurança alimentar e nutricional



que consideram a indissociabilidade entre a produção, abastecimento e consumo biológico e simbólico-cultural de alimentos para a promoção de alimentação adequada e saudável.

• **Criar protocolo de ações de Educação Alimentar e Nutricional para as famílias beneficiárias dos Programas Socioassistenciais, integrando as redes e equipamentos públicos e instituições que compõem o SISAN**

Análise Situacional da Meta

Desde 14 de julho de 2014, 646 profissionais, organizados em equipes formadas por 3 profissionais, por município, envolvidos direta ou indiretamente com o Programa Bolsa Família, estão realizando o curso a distância “Educação Alimentar e Nutricional no contexto do Programa Bolsa Família”, de 188 horas.

Fruto de parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o curso tem por objetivo potencializar a oferta de serviços públicos qualificados aos beneficiários do Programa Bolsa Família, por meio do fomento a intersetorialidade, principalmente no que se refere ao Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA).

Para o desenvolvimento deste projeto foi formalizado um Termo de Cooperação com a Fiocruz que envolve três etapas de execução: 1) desenvolvimento do projeto político-pedagógico; 2) logística e execução técnico-operacional; e 3) avaliação do curso. Esta parceria foi formalizada em dezembro de 2011 e encontra-se na fase de execução técnico-operacional.

No primeiro semestre de 2014 houve prorrogação do edital de seleção de profissionais e realizaram-se ações de mobilização dos profissionais selecionados, incluindo aula inaugural, realizada em julho, mês em que iniciaram as atividades do curso. O monitoramento do curso ocorreu no segundo semestre de 2014 por meio de reuniões presenciais e a distância e envio de relatórios. No primeiro semestre de 2015 serão ofertadas mais 700 vagas com recurso repassado a FIOCRUZ ainda em 2013, envolvendo somente a ampliação de prazo da cooperação.

• **Incluir ações de Educação Alimentar e Nutricional nos planos político pedagógicos das escolas**

Análise Situacional da Meta

O FNDE está empenhado na inclusão da Educação Alimentar e Nutricional nos planos políticos e pedagógicos das escolas. Dentre as ações desenvolvidas, temos a criação da Coordenação de Educação e Controle Social, desde julho/2012, que realiza as atividades de EAN, com trabalhos interministeriais e intersetoriais, juntamente com o MEC, MS, MDS e outros parceiros. Essa Coordenação participou ativamente na elaboração do Marco de Referência de EAN para as políticas públicas e na Comissão Permanente do CONSEA de Educação, Nutrição e Consumo. Foram realizadas oficinas para divulgação da importância da EAN com nutricionistas, gestores e profissionais da área. Os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar – CECANES, constituídos por meio de uma parceria entre o FNDE e os IFES, realizaram o fomento do Projeto Horta Escolar e a formação de conselheiros, agentes do PNAE e comunidade escolar, consolidando o tema de EAN. Hoje, o Projeto Horta Escolar já abrange aproximadamente 179 municípios. O trabalho do FNDE inicialmente foi desenvolvido no sentido de convencer os atores do PNAE da importância da educação alimentar e nutricional, como um estímulo para inclusão nos planos políticos pedagógicos das escolas.

• **Inserir a promoção da alimentação adequada e saudável nas ações e estratégias realizadas pelas redes de saúde, educação e assistência social**

Análise Situacional da Meta

Está em fase final a elaboração o processo de Educação a Distância (EAD) sobre EAN para atender a 2.000 profissionais que atuam localmente com o Programa Bolsa Família (PBF) e que estejam vinculados às áreas de Saúde, Assistência Social (ou Desenvolvimento Social, em alguns municípios) e Educação.

O MDS iniciou o processo de desenvolvimento de ações estratégicas de Educação Alimentar e Nutricional para as famílias do Programa Bolsa Família, destacando-se: 1) desenvolvimento de curso a distância para multiplicadores para o desenvolvimento e articulação de ações de EAN com as famílias, 2) produção de spots de rádio e 3) produção de folhetos com orientação sobre alimentação adequada e saudável para as famílias beneficiárias.

No segundo semestre de 2014 iniciaram as atividades do curso para os 1.240 profissionais selecionados, que atuam



localmente com o Programa Bolsa Família (PBF) e que estejam vinculados às áreas de Saúde, Assistência Social (ou Desenvolvimento Social, em alguns municípios) e Educação.

Também se observou grande procura de profissionais que atuam no PBF ao curso de autoaprendizagem a distância para multiplicadores para o desenvolvimento e articulação de ações de EAN com as famílias, disponível na rede Ideias na Mesa: <http://www.ideiasnamesa.unb.br/index.php?r=curso/view&id=4>. O objetivo do curso é apresentar aos profissionais que atuam com as famílias do Programa Bolsa Família, e a todos os interessados no tema, o papel da promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada por meio de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

- **Inserir nos processos de Educação Alimentar e Nutricional, estratégias de sensibilização e orientação à população para adoção de hábitos alimentares mais saudáveis; e de formação e qualificação dos profissionais e produtores familiares e/ou urbanos para atuarem com os componentes alimentação, nutrição e consumo saudável**

Análise Situacional da Meta

Foram publicados 2 Cadernos de Educação Alimentar para os serviços socioassistenciais em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). 4.150 exemplares foram distribuídos para as secretarias municipais e estaduais de assistência social. Encontra-se em fase final a elaboração, com previsão de oferta para o primeiro semestre de 2015, o curso a distância de autoaprendizagem para apoiar a implementação dos Cadernos.

Com objetivo de promover a articulação entre diferentes profissionais que atuam na área e criar referências para a implementação de projetos locais intersetoriais de EAN, o MDS desenvolveu, em parceria com o Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (OPSAN/UnB), a rede virtual Ideias na Mesa (<http://www.ideiasnamesa.unb.br>). A rede se destina ao compartilhamento de experiências de EAN vivenciadas no Brasil e tem por objetivo o fortalecimento e valorização da EAN, bem como o estabelecimento de referenciais técnicos, conceituais e metodológicos. A rede é destinada a todos os envolvidos e interessados em EAN, sejam eles profissionais, estudantes, docentes, pesquisadores de diferentes áreas e setores. Foram desenvolvidas ações de Ideias na Mesa, visando fomentar a sociedade civil a atuar com os componentes alimentação, nutrição e consumo saudável, considerando que este é um dos objetivos do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2012-2015) para esta agenda de governo. Já são 196 experiências compartilhadas, 3.000 usuários (este número duplicou em um ano), 8.327 fãs e em média 56 mil visualizações da página do Facebook por dia. Os últimos levantamentos sobre o acesso à plataforma e às outras mídias sociais relacionadas a ela (Blog, Facebook e Twitter) mostram que o Ideias na Mesa tem se disseminado rapidamente e suas publicações estão sendo vistas diariamente por milhares de pessoas.

A rede Ideias na Mesa apresentou aumento do número de experiências cadastradas, passando de 120 para 180, assim como do número de usuários, passando de 1.500 para 3.979. O número de curtidas da página do Facebook passou de cerca de 3.000 para 7.698. Tais dados evidenciam a consolidação da rede virtual Ideias na Mesa. Além da ampliação de experiência e usuários, foi lançado o 2º curso de autoaprendizagem da rede, de 30h, com o objetivo de apoiar a implementação do Manual de orientação para oferta de alimentação adequada, voltado às entidades da rede socioassistencial. Destaca-se ainda a publicação deste Manual em agosto de 2014, o qual tem por objetivo contribuir para oferta de alimentação adequada e saudável às pessoas atendidas pelo PAA.

- **Publicar o marco conceitual de Educação Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas, respeitando as práticas alimentares dos Povos Indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais**

Análise Situacional da Meta

Diante do desafio de consolidar a EAN nas políticas públicas, ampliou-se ainda mais a necessidade de se promover um campo comum de reflexão e orientação da prática no conjunto de iniciativas de EAN que tenham origem, principalmente, na ação pública. Para isso, foi publicado em novembro de 2012, de maneira intersetorial, o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas, fruto de um termo de cooperação firmado entre o MDS e Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional da Universidade de Brasília (OPSAN/UnB).



Como desdobramento do Marco, ainda em 2012, foi lançada a rede Ideias na Mesa. Em 2014, investiu-se na ampliação desta rede (concursos, 2 revistas, 2 cursos, 14 boletins, e 14 bate papos virtuais), bem como no desenvolvimento de materiais como os Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional que contextualizam os princípios das ações de EAN no setor.

• **Realizar campanhas de sensibilização de profissionais, agentes do SISAN e da população para o preparo e consumo de produtos alimentares regionais, da sociobiodiversidade, agroecológicos e de maior valor nutritivo**
Análise Situacional da Meta

Esta meta se relaciona com o projeto de cooperação internacional “Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem Estar Humano”, conhecido como “Biodiversity for Food and Nutrition” (BFN), que é financiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF e conta com contrapartida do governo brasileiro. O projeto é coordenado internacionalmente pelo Bioversity International e tem como agências implementadoras o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO. Além do Brasil, o Quênia, o Sri Lanka e a Turquia também integram o Projeto, que terá vigência até 2016.

No ano de 2012, a Gerência de Recursos Genéticos - GRG do DCBio/SBF organizou, juntamente com a Bioversity, a Reunião Técnica Internacional Inicial do Projeto e a Primeira Reunião do Comitê de Coordenação Internacional. Essas reuniões foram realizadas no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de abril. O lançamento oficial do Projeto ocorreu durante o Congresso Mundial de Nutrição (World Nutrition Rio2012 - WNRio2012), no Rio de Janeiro, no dia 28 de abril de 2012. Essa reunião contou com a participação da GRG/DCBio/SBF, que também auxiliou na organização do evento. Em 2012, também foi consolidada a parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, que será o Gestor Financeiro do Projeto.

O Projeto BFN prevê a seguinte atividade: “Desenvolver e viabilizar campanhas educativas regionais e nacionais para a valorização dos produtos da agro e sociobiodiversidade e orgânicos”. No entanto, essa atividade só está prevista para acontecer no último ano do projeto, em 2016.

OBJETIVO: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Durante o período de execução do PPA foram realizadas ações para ampliação e qualificação do PAA, visando acesso a alimentos adequados, inserção de povos e comunidades tradicionais, mulheres e o abastecimento alimentar dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Para tanto, o marco legal do programa foi revisado e publicado (Lei nº 12.512/11; Decreto nº 7.775/12, atualizado pelos Decretos nº 8.026/13 e 8.293/14), novas Resoluções do Grupo Gestor do Programa foram publicadas, das quais destacamos a Resolução nº 44, que estabelece percentuais mínimos de participação de mulheres. Além disso, uma nova forma de execução do programa foi implementada, o Termo de Adesão, substituindo a forma de execução por meio de convênios. O novo formato permitiu a adesão, até dezembro de 2014, de 714 municípios, diretamente, 24 Estados e o Distrito Federal, totalizando a participação no PAA por adesão em 1.622 municípios, permitindo o pagamento diretamente ao beneficiário fornecedor por meio de cartão. O Termo de Adesão é executado por meio de sistema eletrônico, o SISPA, permitindo melhor acompanhamento da execução. Com o intuito de ampliar o abastecimento alimentar dos mercados institucionais, foi criada a modalidade Compra Institucional, que permite a utilização do poder de compra do Estado em favor da economia



local, estimulando a produção e a comercialização de alimentos pela agricultura familiar, ao mesmo tempo em que qualifica a alimentação fornecida pelos órgãos aos seus consumidores, resultando nas parcerias com Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Ministério da Defesa, Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça.

Por meio das ações do Plano Brasil Sem Miséria, juntamente com técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e de outros órgãos parceiros, foram realizadas capacitações de técnicos de assistência técnica e extensão rural sobre o PAA com o objetivo de ampliar a rede de implementação do PAA e suas ações correlatas. A parceria estabelecida com a CONAB por meio de Termo de Cooperação foi qualificada e novo termo foi celebrado em 2012 para execução do PAA.

Além da Modalidade Compra Institucional, foi criada a Modalidade Aquisição de Sementes, que consiste na aquisição de sementes de agricultores familiares para a doação para outros grupos de agricultores familiares, priorizando CadÚnico, povos e comunidades tradicionais, assentados e mulheres.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas**

Análise Situacional da Meta

O PAA figura entre as ações do Plano Nacional de Agroecologia, com previsão de recursos e metas específicas para a dinamização do mercado da produção agroecológica e produtos orgânicos. Para dinamização dessa produção, foram realizadas atividades de formação e divulgação entre organizações da agricultura familiar e, sobretudo, entre técnicos que realizam atividades com esse público, especificamente na Região Norte do Brasil. Dessa forma, foi possível identificar, durante a vigência do PPA 2012-2015, considerando dados acumulados até o mês de dezembro de 2014, 9.222 agricultores que comercializaram produtos orgânicos no PAA, sendo 5.860 em 2012, 970 em 2013 e 2.392 em 2014. Porém, uma vez que o PAA passou recentemente por um processo de aprimoramento de gestão e execução, não é possível afirmar, neste momento, que a meta será cumprida integralmente em 2015. No entanto, é importante enfatizar que o PAA vem sistematicamente estimulando a priorização do atendimento de povos e comunidades tradicionais.

Quantidade alcançada

9.222

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes**

Análise Situacional da Meta

A Resolução nº 44 do Grupo Gestor do PAA entrou em vigor no ano de 2013, por meio do qual o PAA passou a ter meta de participação de mulheres nas propostas e projetos. Visando ao estímulo à participação de mulheres no PAA, o MDS em conjunto com o MDA, Conab e movimentos sociais, vem realizando atividades de formação, divulgação e capacitação. Os sistemas informatizados do PAA apuram que 41% do total de beneficiários do PAA, durante a vigência do PPA, considerando dados de 2014 até o mês de dezembro, foram mulheres, superando a meta prevista.

Quantidade alcançada

41

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos**

Análise Situacional da Meta

Para que haja ampliação da participação deste público, o MDS, em parceria, sobretudo com os demais operadores das ações do Plano Brasil sem Miséria, vem participando de ações de capacitação e divulgação do PAA junto aos técnicos



de Assistência Técnica e Extensão Rural para que identifiquem as potencialidades dos grupos prioritários assistidos de forma que possam ser inseridos no PAA. Estas ações são contínuas e, ao longo da vigência do PPA, o Programa adquiriu alimentos de 8.560 agricultores classificados como povos e comunidades tradicionais, sobretudo quilombolas, indígenas e pescadores artesanais.

Quantidade alcançada

8.560

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 45% dos agricultores participantes enquadrados como público do Plano Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Os executores do PAA, em parceria com os operadores das ações do Plano Brasil sem Miséria – BSM, vêm elaborando estratégias de inclusão produtiva dos agricultores familiares assistidos pelo BSM no PAA. Ainda, as equipes do MDS participaram de nove cursos de formação para agentes de ATER, tendo sido capacitados 280 técnicos na promoção do acesso do público BSM ao PAA. Diante disso, durante a vigência do PPA, considerando dados do PAA de janeiro a junho e do CadÚnico (ref. julho de 2014), temos que 56% dos beneficiários fornecedores do PAA estão inseridos no Cadastro Único, superando o valor de 50% alcançados em 2013.

Em 2014, 107.121 agricultores familiares forneceram para o PAA, conforme dados de janeiro a dezembro de 2014.

Quantidade alcançada

56

Data de Referência

30/06/2014

- **Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores familiares enquadrados como público do Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Essa modalidade utiliza-se da Declaração de Aptidão ao Pronaf – Pessoa Jurídica, ou seja, alcança as famílias BSM que já estão inseridas em organizações formais com CNPJ. Para avançar na execução dessa modalidade, teve início, no ano de 2013, ação do MDA com foco na gestão de cerca de 400 cooperativas, sendo que um dos objetivos é que seja estimulado o acesso aos mercados por meio da modalidade de Apoio à Formação de Estoques. Somadas a execução MDA e MDS durante a vigência do PPA, no total da modalidade foram atendidos 11.563 agricultores do BSM pela modalidade Apoio à Formação de Estoque, sendo 3.061 em 2012, 3.943 em 2013 e 4.559 de janeiro a dezembro de 2014. Cumpre esclarecer que a execução abaixo da meta se deu, em parte, pela decisão do Grupo Gestor do PAA de vetar a quitação em produto das Cédulas de Produto Rural – CPR formalizadas no âmbito desta modalidade, permitindo apenas a quitação financeira, o que fez com que as cooperativas refreassem a adesão à modalidade Formação de Estoques.

Quantidade alcançada

11.563

Data de Referência

31/12/2014

- **Expandir a destinação dos produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos para as redes socioassistencial e de equipamentos públicos de alimentação e nutrição**

Análise Situacional da Meta

O MDS vem realizando esforço de normatização dos destinos dos alimentos adquiridos pelo PAA, de forma a aprimorar e potencializar sua execução no sentido do cumprimento de sua faceta de superação da condição de insegurança alimentar e nutricional. Desta forma, foi publicada Resolução Nº 62 do Grupo Gestor do PAA, em 24 de outubro de 2013, que estabelece os critérios para a seleção das unidades receptoras. Por meio da resolução fica



estabelecida prioridade no destino para as entidades da rede socioassistencial e os equipamentos de alimentação e nutrição, de forma a integrar os alimentos do PAA a outras ações de constituição de direitos e cidadania já oferecidos pelas unidades receptoras. Em 2014 a resolução foi modificada, passando a incorporar como beneficiárias dos alimentos do PAA as entidades detentoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Cebás emitidos pelo MS, ampliando o escopo dos beneficiários da área de Saúde.

• **Expandir a execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos estados da Região Norte e Nordeste para 60% do total executado**

Análise Situacional da Meta

De acordo com os dados de execução, foi possível observar que 53% dos agricultores que acessaram o PAA no período de vigência do PPA estão nas regiões N e NE. Esses dados refletem os resultados de capacitações e atividades realizadas nas regiões prioritárias, apresentando, no entanto, o desafio de promover ainda mais a inserção do público da Região Norte, o que vem sendo realizado, sobretudo, por meio das capacitações do Plano Brasil Sem Miséria. Com relação ao percentual de acesso da Região Nordeste, cabe salientar que a forte seca que assola a região no período prejudicou a produção e, consequentemente, a venda dos alimentos ao PAA.

Quantidade alcançada

53

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	50	%	36	31/12/2014
Região Norte	10	%	9	31/12/2014

• **Implantação de sistemas informatizados de acompanhamento e gestão do Programa de Aquisição de Alimentos, que permitam a expansão qualificada do Programa, bem como a transparência nas operações realizadas no seu âmbito**

Análise Situacional da Meta

O PAA DATA é uma ferramenta disponível na internet que reúne as informações de todos os executores do PAA (Conab, Estados e Municípios) e de todas as modalidades, permitindo ao público consultas sobre dados de execução em diversos níveis de agregação. Os dados são atualizados trimestralmente no PAA DATA, e podem ser consultados por estado, município, modalidade, executor, agricultores familiares e entidades receptoras. O Sistema de Informações do PAA - SISPA é um sistema de operação e implementação do PAA via Termo de Adesão, que permite ao MDS acompanhar o programa desde a elaboração da proposta, passando pela execução e chegando ao pagamento dos agricultores fornecedores. O SISPA permitiu aperfeiçoar o acompanhamento e a gestão do PAA e o avanço do Termo de Adesão de 37 municípios em 2012 para 257 em 2013, avançando na execução de 9 municípios para 138 municípios. Em 2014 este número chegou a 714 municípios diretamente aderidos. Com relação aos Estados, em 2012 um Estado executou via Termo de Adesão, e em 2013 foram 5 Estados executores. Já em 2014, 24 Estados e o Distrito Federal aderiram ao PAA, considerando informações até dezembro de 2014.

• **Qualificar, em articulação com parceiros institucionais, o fornecimento de alimentos aos grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública e integrá-los aos programas sociais e de inclusão produtiva, visando a sua melhoria socioeconômica**

Análise Situacional da Meta

A integração dos parceiros institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos com a Ação de Distribuição de Alimentos - ADA foi qualificada, priorizando a compra dos alimentos da Agricultura Familiar através da nova modalidade do PAA, a "Compra Institucional" (mais de R\$ 2 mi, na compra de Farinha de Mandioca, flocos de milho, macarrão, fubá e arroz) para composição das cestas de alimentos, anteriormente feita apenas através de pregões eletrônicos. Os recursos da ação para aquisição dos alimentos foram ampliados de R\$ 69 mi para R\$ 82 mi. Além disso, a gestão da ADA foi qualificada juntamente com seus órgãos parceiros, principalmente no que tange à avaliação



do acesso de povos e comunidades tradicionais a outros programas sociais, uma vez que cruzamento de dados realizado em 2012 revelou que menos de 20% das famílias que recebem as cestas de alimentos estão no CadÚnico. Novos cruzamentos estão sendo realizados a partir dos dados de 2013 e 2014.

Em 2013, pela Ação de Distribuição de Alimentos, o MDS atendeu 94.926 famílias atingidas pela seca/chuva/situação de emergência ou calamidade pública, com 3,5 mil toneladas de alimentos, em 17 estados da federação. Foram fornecidas ainda 36 mil toneladas de alimentos a grupos populacionais específicos (acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, movimento dos atingidos por barragens, indígenas e pescadoras artesanais) em situação de insegurança alimentar nutricional, de forma regular, a 291.705 famílias em todos os estados da federação.

Em 2014, o montante orçamentário de 2013 foi mantido (R\$ 82mi). Com este valor, o MDS atendeu 91.936 famílias atingidas pela seca/chuva/situação de emergência ou calamidade pública, com 3,7 mil toneladas de alimentos, em 19 Estados da Federação. Foram fornecidas ainda 30 mil toneladas de alimentos a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma regular, a 260.768 famílias em todos os Estados da Federação.

OBJETIVO: 0613 - Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Visando fomentar o abastecimento alimentar, a Companhia Nacional de Abastecimento se propôs atuar na implantação do Projeto Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial que visa atender as demandas de suplementação alimentar e nutricional de ribeirinhos da região Amazônica, através da construção de três embarcações e uma câmara frigorífica. Os Estudos Técnicos e Serviços Especializados de Engenharia Naval, necessários para o desenvolvimento dos projetos preliminares e básicos necessários à fabricação das embarcações, foram realizados pela Universidade Federal do Pará-UFPA e aprovados pela Conab em 2013. Na LOA 2014 consta a dotação no valor de R\$ 17.550.000,00 visando a aquisição das embarcações, adequação de uma delas para armazém frigorífico (conservação de pescado) e manutenção das mesmas. Entretanto, não houve uma definição sobre a licitação para construção das embarcações, inviabilizando a utilização daquela dotação no exercício de 2014. Outra linha de atuação da Companhia é a do seguimento varejista de pequeno porte, concebida pela Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP, mediante a formação de Centrais de Negócios. No contexto do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT, a Conab objetiva promover a interação do setor hortigranjeiro com agentes da cadeia de produção e distribuição. Ambas atuações (REFAP e PROHORT) foram limitadas, uma vez que não tiveram recursos orçamentários. Outros programas, porém, foram operacionalizados pela Companhia, que forneceu um total de 33.981 toneladas de alimentos, distribuídas 1.488.690 cestas de alimentos a 352.704 famílias pertencentes a grupos populacionais específicos e que se encontram em estado de insegurança alimentar, quais sejam:

a) Programa de Distribuição de Cesta de Alimentos, que atuou em todos os Estados da Federação, cujas cestas são compostas por nove tipos de produtos (açúcar cristal, arroz beneficiado, farinhas de mandioca e de trigo, feijão, flocos de milho, fubá, leite em pó e óleo de soja). A Conab mantém parceria institucional, para entrega das cestas, com MDS, MDA/Ouvidoria Agrária Nacional, Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, MS/Secretaria Especial da Saúde Indígena - SESAI, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, INCRA, FUNAI, Fundação Cultural Palmares e Movimento de Atingidos por Barragens. Foram atendidas em 2014, 323.428 famílias, distribuídas 33.329 toneladas de produtos para os seguintes beneficiários: acampados (39%), comunidades indígenas (21%), comunidades quilombolas (17%), outras comunidades tradicionais (9%), atingidos por barragens (7%), comunidades de terreiros (6%) e pescadores artesanais (1%);



b) Atendimentos Emergenciais, com a doação de 652 toneladas de alimentos (açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca, feijão, leite em pó, biscoito, macarrão, sardinha e óleo de soja), distribuídas 29.000 cestas para vítimas de calamidades públicas (desastres), em 8 Estados da Federação, em parceria com o MDS, Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC e órgãos estaduais de Defesa Civil, e atendidas 29.276 famílias;

c) Assistência Humanitária Internacional, por meio de doação emergencial de alimentos a países em situação de vulnerabilidade social, econômica e calamidades públicas (desastres), em articulação com o Ministério das Relações Exteriores/Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, MAPA e MDS, conforme Leis nº 12.429, de 20/06/2012 e nº 12.688, de 18/07/2012. Essas ações foram direcionadas para seis países, com doação de 12.100 toneladas de arroz beneficiado para Nicarágua, Gaza, Cisjordânia e refugiados palestinos no Líbano, Síria e Jordânia. Adicionalmente, a Conab promove, em parceria com o MDS, Entidades Públicas e Assistenciais, a Doação de Produtos da Agricultura Familiar, que é uma suplementação da oferta de alimentos para entidades públicas e de interesse social, com atuação em segurança alimentar e nutricional, utilizando produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar (notadamente suco de frutas, leite em pó integral, arroz beneficiado, feijão e farinha de mandioca) e de saldos remanescentes dos estoques estratégicos (cestas de alimentos). Em 2014 houve a doação de 6.368 toneladas de alimentos para 209 instituições beneficiadas, em 143 municípios de 23 Estados da Federação, abrangendo cerca de 27,4 mil famílias.

O Programa Venda em Balcão - PROVB é outra atuação da Conab, que consiste no escoamento de parcela de estoques públicos da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, favorecendo aos compradores de pequeno porte acesso direto aos produtos ofertados pela Conab, em articulação institucional com a Casa Civil da Presidência da República, MAPA, Secretarias Estaduais de Agricultura e órgãos de extensão rural. No ano de 2014, essa operação foi realizada em 22 Estados, somente com milho em grãos, num total de 281.023 toneladas, suprimindo a demanda de 268.086 criadores. O PROVB, teve duas modalidades de venda : a tradicional e a especial ; o primeiro, com a venda de 68.709 t do produto destinado a vinte Estados, atendendo a 33.106 clientes e o segundo, uma Operação Especial na comercialização direta de 212.314 t, beneficiando 234.980 pequenos criadores e cooperativas de avicultores, suinocultores, bovinocultores, caprinocultores e ovinocultores, cadastrados no Programa e que utilizam o produto na ração animal, atingidos pela estiagem que assolou os municípios amparados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Essa Operação Especial foi iniciada desde 2012 e se prolongou até 31/12/2014, conforme Portaria Interministerial nº 710/2014. Somente para os Estados da Região Nordeste foram comercializados 72% do total de milho vendido, cuja origem dos estoques da PGPM veio das modalidades: Contrato de Opção Venda, 56% e Aquisições do Governo Federal - AGF, 44%.

Convém mencionar que várias dessas alternativas de acesso aos alimentos são viabilizadas por meio da formação de estoques, no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, conforme Iniciativa 0113 - Aquisição de Produtos Agrícolas para Formação de Estoques Públicos, afeto ao Objetivo 0350 do Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.

A Conab firmou em 17 de dezembro de 2012 o Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não-Reembolsável com o BNDES , no valor total de R\$23 milhões de reais, para viabilizar o apoio a produtores rurais de base familiar, através de pequenos investimentos não reembolsáveis voltados para a estruturação de circuitos de produção, beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização de produtos oriundos da Agricultura Familiar, com intuito de melhorar suas condições de atuação no mercado governamental e privado de alimentos, fomentar a inovação no segmento da produção rural de base familiar, com o objetivo de melhoria da qualidade dos produtos e o aumento da eficiência da produção. A operacionalização desse Acordo de Atuação Conjunta entre Conab e BNDES, os recursos financeiros são do Fundo Social do referido Banco. A execução das ações do Acordo tiveram início em fevereiro de 2013, com a publicação do Edital de Chamada Pública BNDES/CONAB nº 001/2013, o qual disponibilizou R\$ 5 milhões de reais para projetos de até R\$50 mil reais. De um total de 1.633 projetos inscritos, a Comissão Julgadora do primeiro Edital, composta por membros da Conab/BNDES, selecionou 102 (cento e dois) projetos, que somaram o valor de R\$ 4.969.307,39.



Metas 2012-2015

- **Adquirir produtos da agricultura familiar, dos extrativistas e dos pescadores artesanais, perfazendo um total de 3.000 famílias produtoras, com atuação nas calhas dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Juruá, Purus e Madeira, utilizando, para tanto 4 embarcações fluviais**

Análise Situacional da Meta

O projeto Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial tem por objetivo adquirir, transportar, armazenar e distribuir produtos de agricultores familiares, extrativistas e pescadores artesanais ribeirinhos da região amazônica, mediante a implantação de unidades móveis fluviais, atendendo as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional, em articulação com os Ministérios : MDS, MDA, MPA, MMA e MS. O Termo de Cooperação Técnica - TCT assinado entre a Conab e a Universidade Federal do Pará – UFPA /Faculdade de Engenharia Naval, em 2012, visou a elaboração de Estudos Técnicos e Serviços Especializados de Engenharia Naval, para o desenvolvimento dos Projetos Preliminares e Básicos necessários à fabricação de três Unidades de Serviço Móvel Fluvial de navegação na região amazônica e construção de uma câmara frigorífica equipada para armazenamento de pescado, tendo sido concluído em 2013 . A próxima etapa seria da realização de licitação para construção das embarcações, prevista para 2014, porém condicionada às definições da Diretoria Colegiada da Conab em conjunto com o MDS/ Programa Brasil sem Miséria.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Fortalecer o segmento dos varejistas de pequeno porte, até cinco checkouts, que atuam com a linha básica de consumo (mercearias), assegurando sua rentabilidade e melhorando a qualidade dos serviços prestados às comunidades locais, por meio do incentivo ao associativismo**

Análise Situacional da Meta

Para preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado, foi concebida a Rede de Fortalecimento de Comércio Familiar de Produtos Básicos -REFAP, com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento das unidades varejistas de pequeno porte. A REFAP encontra-se inserida no Programa Setorial de Segurança Alimentar e Nutricional e se abriga na Ação Organização de Micro e Pequenos Varejistas, que não foi contemplada com recursos orçamentários nas LOAs 2012, 2013 e 2014. Esse fato limitou as operações, uma vez que não houve dispêndios com a operacionalização da Rede. Em 2014 a REFAP permaneceu com os mesmos resultados obtidos em 2013: 9 Centrais de Negócios formadas, com 415 filiados, sendo 19 no estado do Amazonas, 34 na Bahia, 28 no Ceará, 20 no Maranhão, 95 na Paraíba, 142 em Pernambuco e 77 no Piauí. As atividades desenvolvidas restringiram-se em dar orientação técnica aos varejistas, quando solicitado e a cessão temporária de espaço nos armazéns próprios da Conab para guarda e conservação dos alimentos adquiridos pelas unidades varejistas.

- **Implementar um observatório dos preços dos alimentos, buscando reduzir a volatilidade dos preços dos alimentos**

Análise Situacional da Meta

A Conab possui três bancos de dados sobre pesquisa de preços: o do Prohort (produtos hortigranjeiros comercializados pelas Ceasas); de produtos agrícolas (cerca de 120 produtos em diversos estados e municípios) e de produtos da agricultura familiar -Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar-PGPAF(além dos preços de mercado é realizado um levantamento dos custos de produção, que balizam os preços de garantia e o cálculo dos bônus de descontos concedidos para cerca de 46 produtos da cesta, incluindo as culturas da biodiversidade).

Toda essa base de dados está disponível para o público por meio de um aplicativo on line no site da Companhia (www.conab.gov.br), por produto (fruticultura, grãos, hortigranjeiros, pescados e outros), por nível de comercialização (produtor, atacado e varejo), Unidade da Federação, período da pesquisa e preços médios semanais e mensais praticados.

**Quantidade alcançada**

0

Data de Referência

31/12/2014

• Realizar interação do setor hortigranjeiro com agentes da cadeia de produção e distribuição**Análise Situacional da Meta**

A Portaria MAPA nº 336, de 11/04/2014 deu nova redação ao Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT, aumentando o escopo do mesmo, no sentido de promover o desenvolvimento da base de dados estatísticos do Programa integrando ao universo das Centrais de Abastecimento - Ceasas e outros mercados abastecedores numa plataforma metodológica e de padrão nacional. Atualmente existem 72 Ceasas no Brasil que são responsáveis por cerca de 50% do comércio de hortigranjeiros, equivalente a 20 milhões de toneladas de produtos. Desses 72 Centros de Abastecimento, 62 são vinculadas ao PROHORT, via Banco de Dados, desenvolvido pela Conab, referente à comercialização de produtos nesses locais. Em 2014, o referido banco de informações foi composto por três bases de dados, disponibilizadas no portal do Prohort (www.ceasa.gov.br): a) preços diários e preços médios de comercialização dos 48 principais produtos hortigranjeiros comercializados nas Ceasas brasileiras; b) Sistema de Informações Setoriais de Comercialização - SISCOM com informações sobre a movimentação física e financeira dos mercados atacadistas em 19 Unidades da Federação, envolvendo produtos hortigranjeiros, cereais e outros e c) Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil – SIMAB, que disponibiliza dados sobre a origem do produto, preços modais e volume físico e financeiro de comercialização, com possibilidade de confecção de gráficos, mapas e análise mais detalhadas.

O PROHORT está inserido no Programa Setorial de Segurança Alimentar e Nutricional e se abriga na Ação Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro, que não foi contemplada com recursos orçamentários das LOAs 2012, 2013 e 2014, tendo as atividades sido realizadas com recursos próprios do custeio da Conab.

Em 2014, algumas medidas foram adotadas para que houvesse interação entre a Conab/ PROHORT e outros agentes de produção e distribuição do Brasil e do exterior:

- Implementado o Termo de Adesão ao Sistema de Informações do PROHORT, que é uma parceria entre a Conab e a Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento - Abracen, com o objetivo de formalizar a participação das Ceasas no referido Sistema. Nessa primeira etapa foi dado prioridade a qualificação das informações, a metodologia padrão de coleta e a inserção de dados ao sistema, notadamente das Ceasas do Sul, Sudeste e Distrito Federal, visando maior confiabilidade das informações. Também houve a reclassificação de sete produtos hortigranjeiros, quanto a variedade deles, abrangendo: tomate longa vida, alface crespo, cenoura, banana nanica, batata ágata, mamão formosa e laranja pera. Outros produtos serão inseridos em 2015;
- Por meio da Embaixada da Espanha, a Conab e a estatal espanhola Empresa de Transformación Agraria -Tragsa estão finalizando os termos de um acordo de cooperação técnica para a troca de experiências, suporte técnico e capacitação dos agentes envolvidos na cadeia produtiva e qualificação dos produtos hortigranjeiros;
- Elaborado o Termo de Execução Descentralizada entre a Conab e o MDS visando a criação do Banco de Alimentos, cujo projeto piloto foi realizado em 2014 no CEAGESP/São Paulo e posteriormente deverá ser implantado nas demais Centrais de Abastecimento do país. O MDS repassará recursos financeiros para Conab /PROHORT promover a atividade;
- Elaboração de Boletins com análises conjunturais por produto do mercado atacadista de hortigranjeiros e publicação na Revista Indicadores da Agropecuária da Conab;
- Firmado em 18/12/2014, o Acordo de Cooperação Técnica entre a Conab e Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação - MCTI/Secretaria de Ciência e Tecnologia para inclusão Social - Secis visando fomentar a inserção produtiva e qualificar a produção dos pequenos produtores. Essa parceria objetiva construir Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs em todo país, onde o MCTI fará os investimentos e a Conab/PROHORT será responsável por captar, orientar e acompanhar o desenvolvimento e a implementação de projetos tecnológicos para o setor produtivo de



pequeno porte, voltado à qualificação dos sistemas familiares agrícolas. O acordo possibilitará o fortalecimento de políticas e ações da Companhia, como o PROHORT e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA. Como projeto piloto, a Ceasa Minas Gerais será a primeira a receber um CVT, no qual o MCTI deverá destinar em 2015, R\$ 1,5 milhão, voltado à pesquisa e a capacitação de agricultores familiares, que terá como foco a redução de perdas de alimentos nas cadeias produtivas de hortigranjeiros. A expectativa é a que experiência seja disseminada nas demais Ceasas existentes no país nos próximos anos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo dos anos de 2012 e 2014 foram entregues mais de 700 mil cisternas e 1,7 mil sistemas coletivos, tecnologias essas concentradas basicamente no semiárido brasileiro. Tal atendimento, se agregado às entregas de 2011, resultou em ligeira superação do atendimento da demanda inicialmente levantada no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Além disso, têm sido realizadas ações que buscam expandir a abrangência do atendimento para as regiões Sul, Norte, Centro-Oeste e Sudeste, principalmente a partir da contratação com estados de tecnologias apropriadas a essas regiões. Importante registrar que no ano de 2013, por meio da Lei nº 12.873/2013, foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, que institui sistemática de execução que visam conferir maior agilidade e efetividade ao processo de implementação de tecnologias sociais de acesso à água no meio rural.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o acesso à água a 3.000 escolas da zona rural e dos territórios tradicionais, sem abastecimento da rede pública, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água com vistas ao consumo humano**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram contratadas 1.781 cisternas escolares com parceiros estaduais do Programa Cisternas. No entanto, devido a dificuldades diversas de operacionalização, associadas principalmente aos ritos burocráticos para o início efetivo dos projetos em âmbito local, e a instituição do novo marco legal do Programa, tais metas foram reprogramadas, optando-se por excluir essas metas com os parceiros estaduais para adotar uma estratégia mais uniforme e abrangente. Dessa forma, na perspectiva de uma ação em todo o semiárido, tendo sido firmado termo de parceria com a OSCIP Associação Programa Um Milhão de Cisternas em 2014 para a implementação de 5.000 cisternas em escolas rurais da região, projeto esse iniciado em março de 2015 com previsão de entrega de todas as metas até o final de 2016.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Criar intercâmbio de experiências e tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, para apoio no nível internacional de ações de acesso à água**

Análise Situacional da Meta

O MDS tem participado dando suporte técnico a acordos de cooperação para a construção de cisternas firmados com o Paraguai e a Bolívia, pelo Ministério das Relações Exteriores, a partir da Coordenação-Geral de Ações Internacionais



de Combate à Fome (CGFOME). Em ambos os casos o objetivo inicialmente pactuado foi alcançado, sendo que no caso do Paraguai, a partir dessa cooperação, foram implementadas 40 cisternas, enquanto na Bolívia foram implementadas 350. Em ambos os casos existe proposta para a ampliação da cooperação, tendo em vista os resultados alcançados.

- **Estabelecer cooperação e apoio para que as famílias beneficiárias de ações de acesso à água sejam assistidas por políticas que garantam a qualidade da água consumida**

Análise Situacional da Meta

A garantia de qualidade da água consumida pelos beneficiários das ações com este objetivo, empreendidas pelo MDS, tem sido objeto de cooperação com o Ministério da Saúde – MS, com participação da FUNASA, no sentido da definição de uma proposta metodológica de atuação na educação em saúde ambiental. O foco dessa proposta é a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) como agentes difusores de medidas de promoção à saúde e prevenção de doenças junto às famílias que utilizam as cisternas no semiárido. Essa diretriz é atribuição de Grupo de Trabalho constituído pela Secretaria Executiva do MS, sob a coordenação da FUNASA, como desdobramento da avaliação da realização das Oficinas Piloto de Paulistana/PI, entre 12 e 16 de dezembro de 2012, e de São José do Egito/PE, entre 5 e 9 de dezembro de 2012. Essas experiências desenvolvidas pela Secretaria de Vigilância Sanitária/MS, FUNASA e MDS servirão de base para a construção de um novo modelo de atuação voltado para a garantia da qualidade da água das cisternas implantadas. O novo modelo incluirá atualização do material pedagógico de apoio ao ACS (Caderno Pedagógico), elaborado pela FIOCRUZ e FUNASA, cuja versão final deverá ser concluída após período de testes, em andamento, no Ceará. Tão logo fique definida e aprovada esta metodologia de atuação (Projeto Piloto CE e Turmas Iniciais de aplicação PE e PI), assim como o papel de cada órgão do MS no Plano de Melhoria da Qualidade da Água das Cisternas do Semiárido, a cooperação será retomada com mais força, sob a articulação política da Secretaria Executiva do MS. Registra-se que em 2014 não foram realizados novos avanços na referida cooperação.

- **Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi publicado o Edital de Chamamento Público para a seleção de órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de tecnologias testadas, de baixo custo e de comprovada eficiência, capaz de ofertar água em quantidade e qualidade suficiente para a garantia da segurança alimentar e nutricional de famílias residentes na zona rural de municípios da região Norte. Nos termos do edital publicado, a solução de abastecimento de água aprovada deveria respeitar as condições socioeconômicas, culturais e as características climáticas e geológicas da região. O processo seletivo incluiu a participação dos proponentes em mesa técnica, na qual foram apresentados os projetos para uma comissão formada por técnicos do MDS, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e da Embrapa, responsáveis pela avaliação técnica da adequabilidade dos projetos e da experiência e capacidade técnica e operacional dos proponentes. Com isso, por meio do referido edital, foram selecionados projetos de órgãos de 3 estados da região (Acre, Amazonas e Pará), além de uma entidade da sociedade civil, o Instituto de Pesquisa da Amazônia. Além disso, também foi realizada a ampliação de metas do convênio formalizado em 2011 com o estado do Rio Grande do Sul e formalizado novo convênio com o estado de Santa Catarina, estados da Região Sul cuja população residente na zona rural tem sido fortemente afetada pela estiagem prolongada e pelas dificuldades de acesso à água potável em quantidade e qualidade para o consumo humano. Em 2014 foi firmado Termo de Parceria com o Instituto Chico Mendes, OSCIP selecionada a partir de edital de concurso de projetos, para a implementação de 2.800 tecnologias de acesso à água na região Norte, a partir da sistemática de execução instituída pelo novo marco legal do Programa Cisternas (Lei nº 12.873/2013 e Decreto nº 8.038/2013).

Quantidade alcançada



169

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar 1.200 sistemas coletivos dessalinizadores de água em comunidades rurais**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2013, foram formalizados 9 convênios com os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, totalizando aproximadamente 210 milhões de reais para a recuperação, implantação e gestão de 1200 sistemas de dessalinização em comunidades rurais do Semiárido Brasileiro. Os convênios estão estruturados em 3 etapas: diagnóstico socioambiental e técnico de comunidade rurais difusas, implantação e/ou recuperação dos sistemas de dessalinização e manutenção preventiva. Até o momento foram realizados diagnóstico ambiental em 2.789 comunidades difusas em 193 municípios do Semiárido brasileiro, sendo: 306 comunidades em Alagoas, 1.209 na Bahia, 524 no Ceará, 382 comunidades na Paraíba, 2 no Piauí, 253 comunidades no Rio Grande do Norte e 113 comunidades em Sergipe, para tanto foram realizadas oficinas de capacitação para os técnicos dos estados e das empresas que realizaram os diagnósticos, visando a correta aplicação da metodologia do PAD. O diagnóstico tem por objetivo caracterizar as condições socioambientais e obter informações referentes aos sistemas de abastecimento de água das comunidades rurais do semiárido. São considerados os aspectos sociais, ambientais e técnicos envolvidos na implantação, recuperação e gestão de sistemas coletivos de abastecimento de água. O diagnóstico é uma etapa fundamental para a definição das comunidades e para a determinação do marco zero.

Os resultados indicam o sucesso da primeira fase de implementação do Programa Água Doce, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Os diagnósticos realizados permitirão a elaboração de projetos para implantação dos sistemas de dessalinização eficientes, ambientalmente corretos e sustentáveis.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730.000 famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no CadÚnico, sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água**

Análise Situacional da Meta

Ao longo dos anos de 2012 e 2014 foram entregues mais de 690 mil cisternas no semiárido e mais de 10 mil em outras regiões. Tal resultado, se agregado ao quantitativo de mais de 87 mil cisternas entregues em 2011, totaliza mais de 780 mil tecnologias implementadas no semiárido, superando a meta estabelecida inicialmente no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, de 750 mil famílias atendidas nessa região. O desafio agora é localizar e atender famílias de baixa renda sem acesso regular à água que não integravam a demanda levantada em 2011, na perspectiva de universalização efetiva do atendimento das famílias na região.

Quantidade alcançada

694.106

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	657.583	unidade	619.023	31/12/2014
Região Sudeste	72.417	unidade	75.083	31/12/2014

OBJETIVO: 0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.



Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo foi executado em 2014 por meio de três metas sob responsabilidade do MDS: o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, o Programa de Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo e o Apoio a Iniciativas de Estruturação da Produção Familiar.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, operacionalizado de forma conjunta pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), baseia-se em duas ações para o atendimento das famílias beneficiárias, que são disponibilizadas de forma conjunta e condicionada: a oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) por técnicos especialmente capacitados para lidar com as especificidades dos beneficiários do Programa e a transferência de recursos financeiros não reembolsáveis para a estruturação produtiva. A Ater, vale observar, é o eixo condutor da estratégia do Programa de Fomento, sendo que os técnicos assumem o duplo papel de apoiar famílias de agricultores que são social e economicamente vulneráveis a estruturarem uma atividade produtiva que, por vezes, não está consolidada ou mesmo iniciada. Adicionalmente, esses mesmos técnicos têm o papel de promover e orientar o acesso dos beneficiários do Programa de Fomento às demais políticas sociais e de desenvolvimento rural.

Cabe destacar que durante os exercícios de 2011 e 2012, houve investimentos significativos, por parte da equipe dos Ministérios responsáveis, no desenho operacional do Programa de Fomento. Em 2012, particularmente, o Programa de Fomento perseguiu, ainda, o desafio de criar instrumentos que permitissem o atendimento diferenciado dos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais, os quais foram incorporados às metas de atendimento do Programa. O atendimento a povos e comunidades tradicionais pelo Programa de Fomento resulta de articulações com órgãos afetos à temática com vistas à definição de áreas, público e metodologias adequadas para atendimento aos segmentos populacionais.

Em 2013, a introdução de importantes modificações no desenho do Programa de Fomento foi fundamental para acelerar a transferência de recursos aos beneficiários, ampliando os resultados ao permitir que mais famílias investissem recursos em seus projetos produtivos.

Com a alteração do Decreto nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, pelo Decreto nº 8.026, de 6 de junho de 2013, houve a redução do prazo de transferência entre as parcelas do Programa de Fomento de seis para dois meses, acelerando o repasse de recursos às famílias para concluírem os projetos produtivos, e a inclusão de famílias assentadas da reforma agrária em situação de extrema pobreza nesse Programa – o que foi possível com revogação do § 2º do art. 20 do Decreto 7.644/2011, que exigia que as famílias beneficiárias tivessem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e não incluía a Relação de Beneficiários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (RB).

Além desta alteração, foram realizadas mudanças no marco legal do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais por meio da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e pelo Decreto nº 8.121, de 16 de outubro de 2013. As alterações na regulamentação do Programa de Fomento objetivam a recuperação da capacidade produtiva diante dos efeitos da estiagem prolongada sentida desde 2011 na região do Semiárido brasileiro e buscam uma maior integração entre as ações que compõem o eixo da inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria. Inicialmente, a meta é atender na modalidade “fomento semiárido” do Programa de Fomento a 30 mil famílias naquela região, até 2014. Além disso, já foram aprovadas e publicadas quatro Resoluções do Comitê Gestor: Resoluções nº.1 e nº 2, ambas de 20 de agosto de 2013; Resolução nº. 3, de janeiro de 2014; e Resolução nº. 4, de fevereiro do mesmo ano e Resolução nº. 05, de dezembro de 2014. Em 2014, foram incluídas mais 93.130 novas famílias no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que receberam nesse período, pelo menos, a primeira parcela dos recursos financeiros não reembolsáveis disponibilizados aos beneficiários nesse Programa para que realizem investimentos produtivos. Vale destacar na totalização da meta executada em 2014, o repasse de recursos do Programa de Fomento para 2.513 novas famílias de PCT, das quais 1.333 são quilombolas e 1.180 são indígenas.

Em quatro anos do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), 147,4 mil famílias foram atendidas com serviços de assistência



técnica e extensão rural (Ater) e receberam recursos financeiros para realizarem seus investimentos produtivos, sendo ambas as ações desenvolvidas junto dos beneficiários no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. São famílias de agricultores, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais que, antes de serem beneficiadas com as ações do BSM, se encontravam em situação de extrema pobreza. O Programa de Fomento proporcionou a implantação e a melhoria da estrutura produtiva dos beneficiários, o acúmulo de patrimônio produtivo (com a aquisição ou a ampliação dos rebanhos e a construção de pocilgas e galinheiros, entre outros), as mudanças em relação a sua forma de produzir, a ampliação e a diversificação da produção de alimentos e a geração de renda, ao comercializarem o excedente de produtos (com melhor qualidade, inclusive) nos mercados locais e os programas governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar).

No que se refere ao Programa de Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo, é importante destacar que ao longo do período de 2011 a 2014 foram contratadas diretamente pelo MDS mais de 155 mil tecnologias, concentradas principalmente no semiárido brasileiro, a partir de parcerias com estados, Consórcios Públicos e Organizações da Sociedade Civil. Além disso, outras 40 mil tecnologias foram contratadas por meio de outras parcerias, sendo 20 mil pela Petrobras e 20 mil via parcerias firmadas pelo BNDES e pela Fundação Banco do Brasil. Do total de contratadas desde 2011 foram implementadas 98.625 tecnologias, sendo 95.618 entre os anos de 2012 e 2014 e 60,9 mil apenas a partir das parcerias firmadas pelo MDS.

Quanto ao Apoio a Iniciativas de Estruturação da Produção Familiar, é importante destacar que esta ação passou por adequações na sua forma de operacionalização (a execução da ação estava majoritariamente focada no atendimento direto de organizações coletivas e foi readequada para ser executada por meio de parcerias com outros órgãos da administração pública federal e com Governos Estaduais) e que estas alterações causaram alguns transtornos na execução da meta estipulada pelo MDS de apoiar iniciativas de estruturação da produção familiar, em áreas rurais e periurbanas. Ainda assim, entre os exercícios de 2012 a 2014 foram apoiadas 54 iniciativas de Estruturação Produtiva, as quais estão distribuídas em diversos instrumentos firmados pela SESAN, com o intuito prioritário de promover a ampliação da produção realizada por agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, bem como de promover ações que ampliem a inserção do excedente de produção nos mercados institucionais e privados.

Metas 2012-2015

• Apoiar 100 iniciativas de estruturação da produção familiar, em áreas rurais e periurbanas

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram destinados recursos para atendimento de 43 iniciativas de estruturação da produção familiar e de suas organizações coletivas. Deste total, 26 projetos/iniciativas foram apoiados no âmbito de 3 instrumentos, os quais entraram em execução no exercício de 2013: parceria com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Pará - SEAS/PA (desembolso de parcela para atendimento de 15 diferentes iniciativas); parceria com o Instituto de Tecnologia Social (desembolso de parcela para atendimento de 1 iniciativa); e parceria com o Governo do Estado do Acre (desembolso de parcela para atendimento de 10 iniciativas). Além dos recursos liquidados em 2012, também foram empenhados recursos de 2013 (parcelas) para atendimento de outras 17 iniciativas, as quais também estão em execução: convênio firmado com a Secretaria Estadual de Trabalho e Emprego de Minas Gerais - SETE/MG para atendimento de 1 iniciativa; convênio firmado com o Governo do Estado de Sergipe – SEIDS/SE para atendimento de 4 iniciativas; e parcela de Termo de Cooperação firmado com o Incra para atendimento de 12 iniciativas.

No exercício de 2013 foram realizados desembolsos de parcelas de convênios firmados em exercícios anteriores, os quais já foram contabilizados como meta física de 2012, portanto, embora estejam em franco processo de desenvolvimento de atividades, eles não serão contabilizados novamente em 2013.

No exercício de 2014, o recurso do P.O de Apoio a Estruturação da Produção Familiar da ação 20GD foi executado pela Coordenação-Geral de Apoio à Estruturação da Produção Familiar para: i) apoiar 1 projeto de promoção de intercâmbio e troca de experiências entre agricultores e agricultoras familiares nas práticas e conhecimentos



agroecológicos e estimular o debate sobre as estratégias de ampliação de escala das experiências agroecológicas nos territórios, iniciativa realizada no município de Juazeiro/BA; ii) para implementar iniciativas de estruturação de bancos comunitários de sementes em todos os estados do semiárido brasileiro, com o intuito de estimular o resgate, preservação, multiplicação, estoque e distribuição de sementes crioulas e variedades, além de capacitações sobre o tema para o público prioritário (agricultores familiares inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, localizadas na zona rural do semiárido brasileiro), por meio de um Termo de Parceria firmado no final do exercício de 2014, com recurso empenhado dentro do exercício, contudo, a liquidação e pagamento do recurso somente ocorrerá no início de 2015, após a publicação do instrumento, o que deverá ocorrer nos próximos dias. Sendo assim, a efetiva execução financeira e físicas das metas deste instrumento somente ocorrerá em 2015, quando o indicador físico será contabilizado. Ainda no exercício de 2014, a SESAN utilizou os recursos deste P.O para: iii) apoiar parte das ações da Campanha Brasil Orgânico e Sustentável, por meio da instalação de quiosques em 10 cidades-sede da Copa do Mundo realizada no Brasil (Brasília, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo). O objetivo principal destes quiosques foi demonstrar ao público estrangeiro e local a diversidade, os sabores e a qualidade dos produtos da agricultura familiar e, consequentemente, estimular a produção realizada por este segmento. Em cada um dos quiosques instalados, seis representantes de empreendimentos da Agricultura Familiar de todo o Brasil e de diferentes biomas, selecionados por chamada pública, expuseram e comercializaram produtos orgânicos e da Agricultura Familiar, durante a primeira fase da Copa (11 de junho a 27 de junho de 2014).

Quantidade alcançada

54

Data de Referência

14/01/2015

- **Atender 142.100 agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram incluídas mais 93.130 novas famílias no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que receberam nesse período, pelo menos, a primeira parcela dos recursos financeiros não reembolsáveis disponibilizados aos beneficiários nesse Programa para que realizem investimentos produtivos. Vale destacar na totalização da meta executada em 2014, o repasse de recursos do Programa de Fomento para 2.513 novas famílias de PCT, das quais 1.333 são quilombolas e 1.180 são indígenas.

Considerando o período 2012-2014, o Programa de Fomento totalizou 147.447 beneficiários em todo o território nacional com, pelo menos, uma parcela recebida da totalidade dos recursos financeiros que devem receber ao serem incluídos nesse Programa. Esse número representa 103,8% da meta que deveria ser alcançada até 2015, tendo sido cumprida, desse modo, em sua integralidade ainda em 2014 (dados referentes ao período entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014).

Quantidade alcançada

147.447

Data de Referência

13/01/2015

- **Elaborar política, marcos legais e instrumentos normativos visando a estruturação da produção dos agricultores familiares, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, diferenciando-as das ações oficiais de crédito**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi proposta no PPA com o intuito de constituir debate sobre o apoio às organizações sociais como caminho para fomentar e estruturar a produção de famílias organizadas em comunidades/associações.

Considerando a meta desafiadora estabelecida no âmbito Plano Plurianual e após longo debate que envolveu diversos órgãos de Governo, foi estabelecido marco legal que permitiu inovação na implementação de ações de



fomento/estruturação produtiva de agricultores familiares, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, diferenciando-as das ações oficiais de crédito, qual seja: a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, por meio da qual foi instituído o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, entre outras ações de Governo.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais visa estimular a geração de trabalho e renda e promover a segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares e outros grupos sociais que vivem em territórios rurais em situação de extrema pobreza. Constitui-se em uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria e objetiva estruturar atividades produtivas dos beneficiários com vistas à inclusão produtiva e promoção da segurança alimentar e nutricional; contribuir para o incremento da renda dos beneficiários, a partir da geração de excedentes nas atividades produtivas apoiadas; estimular atividades produtivas sustentáveis e agroecológicas; promover ações complementares e articuladas com órgãos e entidades para o fortalecimento da autonomia dos beneficiários, especialmente o acompanhamento técnico e social, o acesso aos mercados e a disponibilização de infraestrutura hídrica voltada à produção; e estimular o dinamismo dos territórios rurais, por meio de orientação às famílias beneficiárias acerca das oportunidades econômicas presentes nas cadeias produtivas regionais. O Programa é uma responsabilidade conjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Cabe registrar, contudo, que as contribuições do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, certamente, não respondem integralmente para o alcance desta meta.

Os artigos da Lei 12.512/2011 que dizem respeito ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais foram regulamentados pelo Decreto nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, alterado pelo Decreto nº 8.026, de 6 de junho de 2013. Além desta alteração, foram realizadas mudanças no marco legal do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais por meio da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e pelo Decreto nº 8.121, de 16 de outubro de 2013. As alterações na regulamentação do Programa de Fomento objetivam a recuperação da capacidade produtiva diante dos efeitos da estiagem prolongada sentida desde 2011 na região do Semiárido brasileiro e buscam uma maior integração entre as ações que compõem o eixo da inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria. Inicialmente, a meta era atender na modalidade “fomento semiárido” do Programa de Fomento a 30 mil famílias naquela região, até 2014. Além disso, já foram aprovadas e publicadas quatro Resoluções do Comitê Gestor: Resoluções nº.1 e nº 2, ambas de 20 de agosto de 2013; Resolução nº. 3, de janeiro de 2014; e Resolução nº. 4, de fevereiro do mesmo ano e Resolução nº. 05, em dezembro de 2014.

- **Implantar 176 mil tecnologias sociais de acesso à água para a produção, visando a beneficiar famílias rurais, individual ou coletivamente, no plantio e criação de animais, preferencialmente de forma associada às ações de fomento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do período de 2011 a 2014 foram contratadas diretamente pelo MDS mais de 155 mil tecnologias, concentradas principalmente no semiárido brasileiro, a partir de parcerias com estados, Consórcios Públicos e Organizações da Sociedade Civil. Além disso, outras 40 mil tecnologias foram contratadas por meio de outras parcerias, sendo 20 mil pela Petrobras e 20 mil via parcerias firmadas pelo BNDES e pela Fundação Banco do Brasil. Do total de contratadas desde 2011 foram implementadas 101.884 tecnologias, sendo 98.907 entre os anos de 2012 e 2014 e mais de 62 mil apenas a partir das parcerias firmadas pelo MDS.

Quantidade alcançada

98.907

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

**Análise Situacional do Objetivo**

Após o acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos, firmado em 2013, o monitoramento da redução do sódio, com dados de análises laboratoriais, rotulagem nutricional e retirada de sódio na produção de massas instantâneas, pães de forma e bisnaguinhas, mostrou que as metas foram alcançadas por 94,9% das massas instantâneas, 97,7% dos pães de forma e 100% das bisnaguinhas.

Para o consumo mais adequado de alimentos que preencham as necessidades nutricionais da população, foi regulamentada a alteração da forma de uso de termos como “light”, “baixo”, “rico”, “fonte”, “não contém”, entre outros, nos rótulos de todos os alimentos produzidos no País e o estabelecimento de critérios para o uso das alegações de fonte e alto teor de proteínas. Esta medida adequou as normas brasileiras às regras do Mercosul, o que facilita a circulação dos alimentos entre os países integrantes do bloco.

A situação alimentar e nutricional nacional é acompanhada por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), onde são registrados os dados antropométricos dos usuários atendidos nas Unidades Básicas de Saúde e o acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Esse acompanhamento permite a estratificação de risco nutricional da população e o planejamento do cuidado em saúde. A média da cobertura municipal do Sisvan em 2014, segundo dados parciais, foi de 15,5% e o número de indivíduos com acompanhamento nutricional registrado no sistema é de 16,8 milhões.

A estratégia de enfrentamento da anemia ferropriva, delineada em 2013, teve as diretrizes operacionais e logísticas implementadas em 2014 no âmbito das creches do Programa Saúde na Escola - PSE, por meio da fortificação de uma das refeições oferecidas para as crianças durante 60 dias por semestre – NutriSUS.

A estratégia consiste na adição de uma mistura de 15 micronutrientes em pó, diariamente, em uma das refeições oferecidas para as crianças com idade entre 6-48 meses com o objetivo prevenir e controlar a anemia e outras carências nutricionais específicas, além de proporcionar o pleno desenvolvimento infantil.

A prescrição passou a fazer parte dos cuidados previstos para as crianças matriculadas em creches do PSE. Em 2014, houve a adesão de 1.717 Municípios e 6.864 creches, com 330.376 crianças matriculadas.

Para abastecimento dos municípios, em 2014, foram importados 20 milhões de sachês, que foram distribuídos aos Municípios brasileiros que solicitaram adesão ao NutriSUS. A próxima etapa será, no âmbito das Unidades Básicas de Saúde, com o público beneficiário do Bolsa Família, testar a substituição do sulfato ferroso isolado pelo sachê com múltiplos micronutrientes. As Equipes de Atenção Básica serão responsáveis pela orientação das famílias sobre o uso do produto em domicílio.

Metas 2012-2015

• 100% das Unidades Básicas de Saúde equipadas com balanças e antropômetros**Análise Situacional da Meta**

Dados do Censo das Unidades Básicas de Saúde (UBS) realizado em 2011/2012 por meio da avaliação externa do 1º ciclo do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ-AB) mostraram que apenas 34% das 38.799 UBS avaliadas possuíam um ou mais dos equipamentos básicos: balança pediátrica, balança plataforma com capacidade de 150 ou 200 Kg, antropômetro, régua antropométrica e fita métrica. Para apoiar a estruturação da vigilância alimentar e nutricional nos serviços de saúde foi criado o incentivo financeiro para compra de equipamentos antropométricos adequados para UBS que possuam ao menos uma equipe participante do PMAQ-AB e também Polos do Programa Academia da Saúde que estejam em funcionamento e recebendo custeio para suas ações (Portaria Nº 2975 de 14/12/2011). Entre 2011 e 2014 foram contemplados com o incentivo financeiro o total de 13.432 UBS e 224 Polos Academia da Saúde, sendo que o repasse dos recursos para os municípios com UBS e Polos Academia da Saúde contemplados em 2014 (Portaria Nº 2.268 de 16/10/2014) ocorrerá em 2015.

Soma-se a essa iniciativa a estratégia de aquisição de 6.767 balanças que foram entregues diretamente a 2.512 municípios.

Aguarda-se a análise dos dados da avaliação externa do 2º Ciclo do PMAQ-AB (2013/2014) para atualização do percentual de UBS equipadas com balanças e antropômetros.



- **Aprovação da atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do SUS**

- Análise Situacional da Meta**

- O processo de atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) foi iniciado em 2010 e continuado em 2011, contando com a participação de representantes da sociedade civil organizada, de instituições de ensino e pesquisa, gestores e profissionais do SUS. A pactuação do novo texto da PNAN ocorreu em reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) realizada em 27/10/2011.

- **Aumentar em 25% o número de culturas agrícolas a serem analisadas quanto aos níveis de resíduos de agrotóxicos**

- Análise Situacional da Meta**

- O aumento descrito na meta tem como ponto de partida as 20 culturas monitoradas pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), até o ano de 2010, sendo elas: abacaxi, alface, arroz, banana, batata, beterraba, cebola, cenoura, couve, feijão, laranja, maçã, mamão, manga, morango, pepino, pimentão, repolho, tomate e uva. Com vistas ao cumprimento da meta e em consonância com o objetivo de ampliar o número anual de amostras por culturas, no período de 2012 a 2015 está planejado o monitoramento de 25 culturas agrícolas.

- O PARA, no ano de 2012, coletou e analisou as seguintes culturas com suas respectivas quantidades: 227 amostras de laranja; 229 amostras de cenoura e 210 amostras de abacaxi; 240 amostras de alface; 263 amostras de maçã; 264 amostras de pepino; 179 amostras de arroz; 160 amostras de abobrinha; 150 amostras de morango; 165 amostras de tomate; 211 amostras de milho; 249 amostras de feijão e 239 amostras de uva. Desta forma, seguindo o planejamento do Plano Amostral do PARA, as metas para o ano de 2012 estabelecidas foram alcançadas com a validação da metodologia de análise de mais duas culturas agrícolas, ou seja, abobrinha e milho.

- Em 2013, a meta foi alcançada quando foram coletadas 2 novas culturas agrícolas para análise dos níveis de resíduos de agrotóxicos. As duas novas culturas coletadas foram a goiaba e o trigo.

- Para o ano de 2014 foi incluído no Plano Amostral do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), a última cultura para atingirmos a meta pactuada de um aumento de 25% das amostras passíveis de serem coletadas e analisadas pelo PARA. A cultura escolhida foi a cultura da mandioca que foi coletada no período de outubro a dezembro de 2014 e enviada para o LACEN-MG.

- Quantidade alcançada**

- 25

- Data de Referência**

- 31/12/2014

- **Aumentar para 35% a cobertura populacional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)**

- Análise Situacional da Meta**

- A média da cobertura municipal do Sisvan em 2014, segundo dados parciais, foi de 15,5% e o número de indivíduos com acompanhamento nutricional registrado no sistema é de 16,8 milhões

O acompanhamento da situação alimentar e nutricional por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional contempla o registro dos dados antropométricos dos usuários atendidos nas Unidades Básicas de Saúde e o acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). Em 2011, a média da cobertura municipal do SISVAN foi de 14%. Dados preliminares do Sisvan Web revelam que houve aumento de 21% no período avaliado, passando de 15,9% em 2012 para 20,1% em 2013. Ressalta-se que os dados são preliminares, pois estão sendo adotadas rotinas de higienização das bases de dados.

- Quantidade alcançada**

- 15,5

- Data de Referência**

- 31/12/2014



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	50	%	11,2	31/12/2014
Região Nordeste	25	%	21,7	31/12/2014
Região Norte	30	%	20,1	31/12/2014
Região Sudeste	50	%	14	31/12/2014
Região Sul	50	%	8,2	31/12/2014

- **Avaliar a redução dos limites tolerados de micotoxinas em alimentos, tendo como base o disposto em legislação específica**

Análise Situacional da Meta

A Resolução – RDC nº 7/2011 estabeleceu um escalonamento para entrar em vigor os limites de micotoxinas em alimentos. Assim, a referida norma está vigente, desde 18/02/2011, para as micotoxinas Aflatoxinas (B1, B2, G1, G2), Ocratoxina A, Patulina, Desoxinivalenol, Fumonisin (B1, B2) e a Zearalenona para algumas categorias de alimentos. O critério para entrada em vigor imediatamente foi de não haver problemas sérios em relação ao controle da contaminação ou pelo reconhecimento da necessidade de se ter alimentos infantis de melhor qualidade.

Em janeiro de 2012, os limites de Desoxinivalenol, Fumonisin (B1, B2) e a Zearalenona foram estabelecidos para o restante das categorias de alimentos de interesse. Para matérias-primas, a Resolução entraria em vigor em 2014. Em 2016 haveria a redução dos limites em relação àqueles estabelecidos em 2012, de forma a aproximá-los do que hoje está definido em outros países, como na União Europeia. Este escalonamento de prazos deveu-se a solicitação anterior do MAPA e do setor produtivo, à época da discussão da regulamentação.

Em 2013 o setor produtivo manifestou seu temor em relação aos limites estabelecidos, especialmente os que entrariam em vigor em 2014 e 2016. A Câmara Setorial das culturas de Inverno, de milho e de arroz solicitaram a prorrogação do prazo, juntamente com o compromisso de apresentação de dados do monitoramento da safra nacional dos grãos quanto a níveis de Micotoxina empregando adequadas metodologias de amostragem e quantificação, em dezembro de 2016. Argumentaram que apartir desses dados seria possível ter um panorama realístico da qualidade dos cereais produzido nas diversas regiões do País, em distintos anos (três).

É fundamental ressaltar que a regulamentação efetuada por meio da Resolução RDC nº 7/2011 tem por motivo principal o fato de que as micotoxinas estão associadas a diversos agravos à saúde, inclusive podendo ser genotóxicas e carcinogênicas, como no caso das aflatoxinas. Logo, a ausência de limites máximos permitiria que produtos com altos níveis de contaminação, uma vez recusados para alimentação animal ou rechaçados em outros países, fossem destinados à alimentação humana no Brasil. Entretanto é fundamental que os limites sejam estabelecidos a partir da análise da maior quantidade de dados disponíveis e que retratem a realidade nacional.

Pelos motivos expostos acima, a Anvisa acatou a solicitação do setor produtivo, por intermédio do MAPA, publicando a Resolução RDC nº 59, em 26 de dezembro de 2013, que prorrogou os prazos até 1º de janeiro de 2017 para aqueles limites máximos que entrariam em vigor em 2014 e 2016. Entretanto esses motivos aumentaram a importância de se realizar o monitoramento das micotoxinas nas diversas categorias de alimentos.

Tradicionalmente somente era realizada a análise de aflatoxinas em amendoim e produtos de amendoim e de milho, devido a existência de limites somente para esses produtos e o histórico de não conformidades em amendoim e produtos de amendoim.

A construção da ampliação da capacidade analítica se deu pela celebração de convênios e descentralização de recursos para Laboratórios Centrais de Saúde Pública para torna-los aptos a realização dessas análises.

A priorização dos alimentos a serem analisados foi o seu impacto na exposição ao contaminante, ou seja, a quantidade daquele tipo de alimento a ser ingerido, bem como a possibilidade daquele tipo de alimento estar mais sujeito a contaminação a determinada micotoxina.

- **Elaboração do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade**

Análise Situacional da Meta

Entre as iniciativas de responsabilidade do Ministério da Saúde está a organização da linha de cuidado às pessoas com



sobrepeso e obesidade na Rede de Atenção à Saúde. Para tanto foram publicadas importantes normativas para organização dessa linha de cuidado no SUS: Portaria nº 424, de 19 de março de 2013, que redefine as diretrizes para a organização da prevenção e do tratamento do sobrepeso e obesidade como linha de cuidado prioritária da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas; e Portaria nº 425, de 19 de março de 2013, que estabelece regulamento técnico, normas e critérios para o Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Indivíduo com Obesidade.

Em 2013, foi aprovada pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) a "Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: Recomendação para estados e municípios", no escopo do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. A partir do documento, estão sendo realizadas diversas discussões com representantes de estados e municípios para apoiar na organização local de ações para prevenção e controle da obesidade.

• **Implantação de uma nova estratégia para o controle e prevenção da anemia ferropriva**

Análise Situacional da Meta

A nova estratégia de enfrentamento da anemia ferropriva foi delineada em 2013 e as diretrizes operacionais e logísticas foram implementadas em 2014 em duas frentes: i) no âmbito das creches do Programa Saúde na Escola por meio da fortificação de uma das refeições oferecidas para as crianças durante 60 dias por semestre; e ii) no âmbito das Unidades Básicas de Saúde - público Bolsa Família com vistas à substituição do sulfato ferroso pelo novo produto. As Equipes de Atenção Básica serão responsáveis pela orientação das famílias sobre o uso do produto em domicílio (60 dias/semestre). A prescrição deverá fazer parte dos cuidados previstos para as crianças.

Em 2014, a adesão ocorreu entre 04 de abril e 06 de julho deste ano e aderiram 1.718 municípios e 6.874 creches, com 331.181 crianças matriculadas.

Para este ano foram priorizados: municípios das Regiões Norte e Nordeste com creches prioritárias; municípios com mais de 110 crianças matriculadas em creches das Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Além de municípios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, semiárido de MG e aqueles que participam da agenda de intensificação da atenção nutricional à desnutrição infantil (ANDI) que apresentam creches prioritárias. Foram definidas como creches prioritárias aquelas com, pelo menos, 95% das crianças menores de 48 meses, segundo dados do INEP.

Foi realizada a importação de 20 milhões de sachês (R\$ 2,5 milhões), que foram distribuídos aos municípios entre agosto e novembro de 2014. A suplementação nas creches teve início no 2º semestre/2014, seguindo o calendário escolar.

A proposta de incorporação da tecnologia para produção nacional dos sachês com micronutrientes foi aprovada na CONITEC (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS) em junho/14 após submissão à consulta pública.

O Ministério da Saúde está investindo em PDP (Parceria para o Desenvolvimento Produtivo) para incorporação da tecnologia de produção dos sachês, firmada junto ao Laboratório Farmacêutico da Marinha e parceiros. Durante o ano de 2014, foi sendo estruturado o parque produtivo do laboratório e estão sendo realizados os testes de estabilidade do produto para registro junto à Anvisa. A transferência de tecnologia efetiva está prevista para iniciar no 1º semestre de 2015 e a produção nacional está prevista para o 2º semestre/2015.

• **Implantar o Sistema Eletrônico de Notificação e Registro de Produtos na Área de Alimentos**

Análise Situacional da Meta

A Anvisa construiu o Sistema de Peticionamento Eletrônico de Notificação de Alimentos que permite as empresas inserirem informações sobre os alimentos isentos de registro, criando um banco de dados sobre empresas e produtos alimentícios no Brasil e acessível aos envolvidos nos órgãos de controle, setor regulado e consumidor. A primeira e segunda iteração (construção do peticionamento eletrônico de notificação de alimentos e consultas a serem efetuadas no sistema pela Anvisa e pelas vigilâncias sanitárias estaduais e relatórios) estão terminadas aguardando a publicação



do regulamento para então ser colocado em produção. A 3ª iteração (módulo de gerenciamento dos dados e controle pós mercado) está em desenvolvimento.

• **Pactuação da redução do teor de sódio e açúcar em 100% das categorias prioritárias de alimentos processados**
Análise Situacional da Meta

O Ministério da Saúde (MS) vem coordenando as agendas de redução do consumo de sódio, gorduras e açúcar, que incluem estratégias de promoção da alimentação adequada e saudável, de educação e informação, de reformulação de alimentos processados e dos alimentos produzidos e consumidos fora do domicílio de rotulagem nutricional. No campo da proteção da saúde, como uma agenda de redução de riscos, vem sendo trabalhada a reformulação de alimentos processados, particularmente em relação à redução do conteúdo de sódio, gorduras trans e saturadas e açúcares.

A agenda de reformulação de alimentos constitui um dos eixos de um Termo de Cooperação entre o MS e a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação e Nutrição (Abia), a partir do qual já houve ações voltadas à eliminação das gorduras trans (entre 2008 e 2010) e, a partir de 2010, iniciou-se a discussão e implementação da redução do sódio nesses alimentos.

Entre 2011 e 2013 foram assinados três Termos de Compromisso entre MS e ABIA para redução do teor de sódio nas 15 categorias prioritárias de alimentos processados, o que significa a retirada de 28,5 mil toneladas de sódio destes alimentos até 2020. Foram selecionadas categorias de alimentos prioritários para a redução do sódio, com base na participação na ingestão de sódio e na proteção de públicos vulneráveis como crianças e adolescentes, para os quais foram pactuadas metas voluntárias e bianuais de redução. Com isso, foram definidas metas de redução de sódio para 100% das categorias prioritárias de alimentos processados: massas instantâneas, pães de forma, bisnaguinhas, maionese, pão francês, bolos, misturas para bolos, biscoitos, salgadinhos e batatas fritas, temperos, caldos, cereais matinais, margarinas vegetais, sopas, produtos lácteos e cárneos.

Em 2014, foram divulgados os resultados do monitoramento do primeiro Termo de Compromisso para redução do sódio nos alimentos, em que se estabeleceram metas de redução para massas instantâneas, pães de forma e bisnaguinhas. Segundo os dados da avaliação da rotulagem nutricional de 287 produtos, estavam com teor de sódio abaixo da meta estabelecida para 2012: 94,9% das massas instantâneas (1920,7mg/100g); 97,7% dos pães de forma (645mg/100g); e 100% das bisnaguinhas (531mg/100g). Houve redução também no teor médio de sódio em cada uma das categorias pactuadas entre 2011 e 2013: 15,3% nas massas instantâneas; 10,8% nos pães de forma; 10,9% nas bisnaguinhas.

• **Promover o monitoramento em alimentos processados dos teores de sódio, açúcares e gorduras em 50% dos estados**

Análise Situacional da Meta

De acordo com o Informe Técnico n 50/2012 sobre o teor de sódio dos alimentos processados, quinze estados realizaram o monitoramento em alimentos processados dos teores de sódio, açúcares, gorduras, representando o percentual de 55% dos estados.

As amostras foram colhidas pelas vigilâncias sanitárias dos estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo e foram analisadas pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS) e pelos Laboratórios de Saúde Pública (Lacens) dos Estados do Ceará e de Minas Gerais e também pelo Instituto Adolfo Lutz (IAL), em São Paulo. Foram analisadas 26 categorias de alimentos, totalizando 496 produtos diferentes.

Segundo o Informe Técnico n. 54/2013 sobre o teor de sódio nos alimentos processados, amostras fiscais e de monitoramento foram colhidas pelas vigilâncias sanitárias em dez estados: CE, GO, ES, MG, PE, PR, RJ, RN, SC e SP. As análises de sódio foram realizadas nos Lacens dos Estados. Foram analisados 24 alimentos perfazendo o total de 323 laudos analíticos.



Os equipamentos e insumos estão sendo especificados, foi negociado que o INCQS irá registrar uma Ata de Registro de Preços com estes equipamentos e insumos e os estados irão participar. Para tal os responsáveis pelas compras nos Estados foram treinados.

No ano de 2014, 70% dos estados participaram do monitoramento dos alimentos: Região Norte (PA, TO , AC, AP , RO), Região Nordeste (AL, PB,CE,SE), Região Centro-Oeste (GO,MS,DF), Região Sudeste (RJ, MG, SP, ES) e Região SUL (PR,RS,SC).

As ações do monitoramento de alimentos são pactuadas entre os laboratórios de saúde pública e as vigilâncias sanitárias dos estados e do Distrito Federal. Envolve a definição dos planos amostrais, escolha dos alimentos e a programação das coletas pelas vigilâncias sanitárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (ações descentralizadas) previamente acordadas com a demanda de recebimento das amostras e execução da análise nos LACEN. Outra ação está relacionada com a redistribuição das amostras por meio dos grupos técnicos de Monitoralimentos (representantes dos Lacen e INCQS) e Monitoralimentos-VISA visando a otimização da capacidade analítica dos laboratórios envolvidos nas análises.



PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Droga

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Taxa de dependentes de álcool	%	31/12/2005	12,3	-	-
Taxa de dependentes de tabaco	%	31/12/2005	10,1	-	-
Taxa de uso na vida de alucinógenos	%	31/12/2005	1,1	-	-
Taxa de uso na vida de benzodiazepínicos	%	31/12/2005	5,6	-	-
Taxa de uso na vida de cocaína	%	31/12/2005	2,9	-	-
Taxa de uso na vida de crack	%	31/12/2005	0,7	-	-
Taxa de uso na vida de de solventes	%	31/12/2005	6,1	-	-
Taxa de uso na vida de esteróides anabolizantes	%	31/12/2005	0,9	-	-
Taxa de uso na vida de estimulantes	%	31/12/2005	3,2	-	-
Taxa de uso na vida de heroína	%	31/12/2005	0,09	-	-
Taxa de uso na vida de maconha	%	31/12/2005	8,8	-	-
Taxa de uso na vida de merla	%	31/12/2005	0,2	-	-
Taxa de uso na vida de opiáceos	%	31/12/2005	1,3	-	-
Taxa de uso na vida de orexígenos	%	31/12/2005	4,1	-	-
Taxa de uso na vida de qualquer droga, exceto álcool e tabaco	%	31/12/2005	22,8	-	-
Taxa de uso na vida de xaropes (Codeína)	%	31/12/2005	1,9	-	-

Observações:

Taxa de dependentes de álcool - Não houve divulgação de novos dados.
 Taxa de dependentes de tabaco - Não houve divulgação de novos dados.
 Taxa de uso na vida de alucinógenos - Não houve divulgação de novos dados.
 Taxa de uso na vida de benzodiazepínicos - Não houve divulgação de novos dados.
 Taxa de uso na vida de cocaína - Não houve divulgação de novos dados.
 Taxa de uso na vida de crack - Não houve divulgação de novos dados.
 Taxa de uso na vida de de solventes - Não houve divulgação de novos dados.
 Taxa de uso na vida de esteróides anabolizantes - Não houve divulgação de novos dados.
 Taxa de uso na vida de estimulantes - Não houve divulgação de novos dados.
 Taxa de uso na vida de heroína - Não houve divulgação de novos dados.
 Taxa de uso na vida de maconha - Não houve divulgação de novos dados.
 Taxa de uso na vida de merla - Não houve divulgação de novos dados.
 Taxa de uso na vida de opiáceos - Não houve divulgação de novos dados.
 Taxa de uso na vida de orexígenos - Não houve divulgação de novos dados.
 Taxa de uso na vida de qualquer droga, exceto álcool e tabaco - Não houve divulgação de novos dados.
 Taxa de uso na vida de xaropes (Codeína) - Não houve divulgação de novos dados.

OBJETIVO: 0912 - Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas e capacitar, de forma continuada, atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.



Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Durante o primeiro semestre de 2014, deu-se continuidade às diversas frentes de trabalho do Ministério da Justiça, que contribuem para o alcance do objetivo proposto.

O programa "Crack, é possível vencer" estima investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões em ações sistêmicas e integradas nas áreas de saúde, segurança, assistência social, educação e direitos humanos, com a finalidade de prevenir o uso e promover a atenção integral ao usuário de crack, bem como enfrentar o tráfico de drogas.

Com o objetivo de reduzir a demanda e a oferta de drogas, no âmbito do Programa "Crack, é Possível Vencer!", o Governo Federal tem se orientado pela promoção de ações centradas no desenvolvimento integral da pessoa humana e na promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do país, visando o objetivo principal de tornar o cidadão brasileiro menos vulnerável a adotar comportamentos de risco em relação ao uso indevido de drogas.

No âmbito desse programa, estão sendo realizadas ações com vistas à capacitação dos diferentes atores que atuam na política sobre drogas. A partir de parcerias com instituições públicas de ensino superior, são ofertados cursos presenciais e à distância, visando atingir um público abrangente, como forma de garantir a eficácia e a efetividade das ações de prevenção do uso, tratamento, reinserção social e ocupacional, redução de danos e repressão ao tráfico de drogas. No eixo "Prevenção" do programa "Crack, é Possível Vencer!", estava prevista capacitação à distância de 483.000 pessoas até 2014, entre educadores; policiais; operadores do direito; profissionais das redes de saúde e da assistência social; agentes de comunidades terapêuticas; lideranças religiosas e conselheiros comunitários. Os profissionais capacitados em muito devem contribuir com o Programa "Crack, é Possível Vencer!", haja vista que a população passa a contar com a oferta de serviços qualificados na intervenção em situações relacionadas ao uso de crack, álcool e outras drogas. Até o final de 2014, foram ofertadas 434.000 vagas nos diversos cursos disponibilizados pela SENAD.

Dentre as capacitações promovidas pelo MJ, cabe destacar: curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas; curso SUPERA - Sistema para Detecção do Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento; curso para integração de competências no desempenho da atividade judiciária com usuários e dependentes de drogas; curso de prevenção ao uso indevido de drogas - capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias; curso de prevenção do uso de drogas em instituições religiosas e movimentos afins - Fé na Prevenção; curso de capacitação para comunidades terapêuticas (CT).

Aliado à capacitação para os educadores, destaca-se o projeto "Diga Sim à Vida – Turma da Mônica", para a utilização adequada de materiais pedagógicos (revistas em quadrinhos e desenhos animados com personagens da Turma da Mônica e da Turma da Tina) com vista à prevenção do uso de álcool, crack e outras drogas para o público infanto-juvenil, no contexto escolar, buscando integrar educadores, pais e responsáveis na reflexão sobre o uso de drogas, bem como no desenvolvimento de ações de prevenção diretamente com os alunos/filhos.

No primeiro semestre de 2014, foram distribuídos 595.503 exemplares, entre materiais educativos e informativos sobre a temática drogas do Programa "Crack, é Possível Vencer!", composto por cartilhas, livretos, revistinhas, que somados aos 1.180.000 distribuídos entre 2012 e 2013, resulta num total de 1.775.503 exemplares distribuídos até junho de 2014. Nos meses de novembro e dezembro de 2014 foi realizado o envio de cerca de 145 mil cartilhas para diferentes destinatários. O material escoado é diverso e inclui as cartilhas da série Fique por Dentro do Assunto; Guia Consultório de Rua; Panfletos; Kits da turma da Mônica, etc. O total de materiais distribuídos entre 2012-2014 foi de 1.920.503 unidades, o que compreende cartilhas da série Fique por Dentro do Assunto, Guia Consultório de Rua, Panfletos e Kits da turma da Mônica.

Em relação ao VIVAVOZ (132), serviço de atendimento telefônico, 24 hs., gratuito, que fornece informações sobre os riscos do uso indevido de drogas e seus efeitos no organismo, bem como orientação sobre os locais de tratamento disponíveis, no primeiro semestre de 2014, foram protocolados 87.282 ligações e no segundo semestre de 2014, foram 142.546. No acumulado 2012-2014, foram protocoladas 797.999 chamadas até 31 de Dezembro de 2014.

O Portal do Programa "Crack, é possível vencer!" (www.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/home) é mais um canal de



acesso a informações sobre a prevenção e o tratamento de usuários, sendo um instrumento de comunicação das diretrizes, estratégias e ações do Governo Federal em conjunto com os estados, municípios e organizações não-governamentais. Desde 2012, foram realizados 3.055.153 acessos a esse portal.

O Plano prevê ainda, a implantação de 65 Centros Regionais de Referência (CRR) ligados às instituições públicas de ensino superior para formação permanente dos profissionais que atuam no âmbito da justiça e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares. Até o final de 2013, foram implantados 51 CRR. Atualmente, mais 4 CRR estão em processo de renovação para oferta de um total de 1.600 vagas. Registre-se ainda a realização da XV Semana Nacional de Políticas sobre Drogas, visando estimular a sociedade brasileira a refletir sobre os aspectos negativos relacionados ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas. O tema abordado nesse evento foi "Educação na prevenção do uso de drogas". O avanço na consolidação dessa rede de capacitação será fundamental para conferir sustentabilidade e viabilizar a expansão do Programa "Crack, é Possível Vencer!". Em 2014, foi realizada XVI Semana Nacional de Políticas sobre Drogas, com o tema "Prevenção do uso do álcool na adolescência."

Metas 2012-2015

- **Ampliação e manutenção do serviço Viva Voz (132) 24h como veículo para prestar informações e orientações sobre crack e outras drogas para usuários e familiares - Plano Crack, é possível vencer!**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Programa "Crack, é Possível Vencer!", o serviço de utilidade pública de atendimento telefônico - VIVAVOZ (132), gratuito, com orientação e informações sobre os riscos do uso indevido de drogas e seus efeitos no organismo, disponível por 24 horas, em todos os dias da semana e feriados, oportuniza a oferta de auxílio na busca de locais de tratamento. Importante destaque se faz à ampliação do número de atendimentos a usuários, familiares e público em geral. Durante todo o ano de 2013, foram protocoladas 284.228 ligações e realizados 40.733 atendimentos. Durante o primeiro semestre de 2014, foram protocolados 87.282 ligações e no segundo semestre de 2014, foram 142.546. No acumulado 2012-2014, foram protocoladas 797.999 chamadas até 31 de Dezembro de 2014.

- **Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros. PLANO CRACK É POSSÍVEL VENCER!**

Análise Situacional da Meta

Em 2013-2014 foram ofertadas 3.000 vagas, na modalidade de curso presencial, distribuídas em todos os Estados e no Distrito Federal. Ofertada, não significa que os policiais foram efetivamente capacitados, pois neste período houve toda uma preparação de conteúdo e capacitação de instrutores. Também foram capacitados 50 instrutores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) do Ministério da Justiça, como multiplicadores de informação e pontos de referência institucional nas temáticas drogas e trânsito. O projeto foi elaborado e o termo de cooperação assinado pela SENAD e o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e as matrículas para o curso foram disponibilizadas no 1º semestre de 2014. O curso visou capacitar policiais rodoviários federais para atuarem tanto na prevenção do uso de crack, álcool e outras drogas como também na fiscalização do uso dessas substâncias psicoativas associado à condução veicular e ao trânsito nas rodovias federais, bem como realizar projeto de pesquisa específica, no período do projeto, para avaliar a efetividade dessas intervenções, tanto no policial quanto no motorista e no trânsito, como também o conhecimento das dificuldades de fiscalização de consumo de substâncias psicoativas nas rodovias. Da formação dos 50 instrutores previstos, efetivamente foram capacitados 30. Na prática, contamos atualmente com 45 instrutores na medida que já tínhamos capacitados 15 em uma meta anterior e foi possível o envolvimento deles nas capacitações. Da formação de Polícias, atingimos o número de 2400 policiais capacitados ao final de 2014, distribuídos em todos os estados brasileiros.

Quantidade alcançada

2.400

**Data de Referência**

31/12/2014

- **Capacitar profissionais de segurança pública com informações atualizadas sobre os diferentes aspectos envolvidos no enfrentamento das questões relacionadas ao uso de drogas lícitas e ilícitas, políticas e legislações, vulnerabilidades e violência**

Análise Situacional da Meta

“Em 2012, houve a adesão de 12 estados e do Distrito Federal ao programa Crack, é Possível Vencer, além das prefeituras de suas respectivas capitais. Já em 2013, ocorreu a adesão dos demais 14 estados, além de 92 municípios com mais de 200 mil habitantes em todo o país. Como instrumento de qualificação dos profissionais que viriam a atuar nas bases comunitárias com videomonitoramento móvel – BCMV, previstas no Programa, a SENASP ofertou os seguintes cursos modulares a todos os profissionais de segurança envolvidos:

1. Módulo I – Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária para o Programa Crack é possível vencer (80h/a), cujo objetivo é capacitar profissionais de segurança pública que atuarão nas cenas de uso crack e de outras drogas para desenvolverem ações de segurança pública orientadas pela filosofia de polícia comunitária;

2. Módulo II - Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias – TEPAC, Redes de Atenção e Cuidado (40h/a), cujo objetivo é capacitar profissionais de segurança pública que atuarão nas cenas de uso crack e de outras drogas de forma que possam reconhecer as redes de atenção, prevenção e cuidado e o seu papel neste cenário. É o segundo módulo de capacitação para atuação no Programa Crack, é possível vencer.

3. Módulo III - Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias – TEPAC, Abordagem a pessoas em situação de risco (40h/a), cujo objetivo é potencializar a capacitação dos operadores de segurança pública que atuarão nas cenas de uso e tráfico de drogas, no que tange ao emprego racional e adequado das tecnologias de menor potencial ofensivo, vislumbrando esse emprego baseado nos princípios que regem as ações policiais, sobretudo, o princípio da dignidade da pessoa humana, da legalidade, da necessidade, da proporcionalidade e da razoabilidade, da defesa dos direitos humanos.

Nos anos de 2012, 2013 e 2014, foram capacitados, respectivamente 1.239, 3.111 e 3.513 profissionais de segurança pública, totalizando até a data de 31/12/2014. 7.863 profissionais.”

- **Capacitar profissionais e voluntários de Comunidades Terapêuticas, visando a reabilitação e reinserção social dos usuários de crack e outras drogas - Plano Crack, é possível vencer!**

Análise Situacional da Meta

Curso de extensão universitária gratuito, executado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), na modalidade de educação à distância, para capacitação em conceitos básicos, tratamento e reinserção social para líderes, terapeutas e gestores de comunidades terapêuticas (CT). O foco da capacitação é voltado tanto para recuperação clínica como para reabilitação e reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas. Em dezembro de 2013 teve início uma edição do curso para 10.300 alunos inscritos, com encerramento das atividades, no ambiente virtual, em junho de 2014. Estava prevista a realização de uma segunda edição desse curso, em 2014, para completar a meta de 20.000 vagas ofertadas. Entretanto, em função da baixa procura, as vagas restantes foram transferidas para o curso SUPERA. Durante o período de 2012-2014 foram ofertadas, ao todo, 10.300 vagas.

Quantidade alcançada

10.300

**Data de Referência**

31/12/2014

- **Contribuir para o aprimoramento técnico-metodológico e a adequação da ação conjunta entre os operadores do direito, segurança pública e equipes multidisciplinares, visando o cumprimento de penas alternativas e medidas socioeducativas e protetivas para diminuição da reincidência do consumo, por meio da articulação e cooperação com a rede de saúde, de assistência social, e outras organizações comunitárias - Plano Crack, é possível vencer**

Análise Situacional da Meta

Curso de extensão universitária gratuito, na modalidade de educação à distância, carga horária de 120h/aula, com duração de três meses dirigido à equipe multiprofissional de Juizados Especiais Criminais e Varas da Infância e Juventude, para aplicação adequada da Lei 11.343/2006, destinado a juízes, promotores, defensores públicos e profissionais que atuam na área psicossocial dos Juizados Especiais Criminais e Varas da Infância e da Juventude. A primeira edição do curso foi iniciada em 2011 e concluída em 2012, por 7.857 alunos. No ano de 2013, a Universidade de São Paulo, executora do curso, elaborou um plano de trabalho para execução de nova turma para 30 mil vagas, no segundo semestre de 2014. Na fase atual, tem sido realizada a contratação de serviços para operacionalizar as pré-inscrições para o curso e a produção do material do aluno (30.000 livros-texto). A divulgação do curso tem sido feita por meio do seminário de boas práticas do Poder Judiciário no trato de usuários de drogas em conflito com a lei. Já foram realizados dois seminários nos Estados de São Paulo e Alagoas e estão previstos mais dois, nos Estados do Amazonas e Paraná. Até o mês 08/2014 completamos a meta de realizar 5 seminários regionais. Realizamos 4 neste período (jan/ago) em SP, AL, AM e PR . O de Brasília já havia sido realizado. A meta de 30 mil vagas ofertadas para operadores do direito não foi realizada em 2014. Todas as ações estruturantes se prorrogaram no tempo por varias razões. Há uma lógica no plano de trabalho que necessitava que primeiro realizássemos os seminários , que funcionaram, como difusão do tema e do curso para mobilização dos interessados destinatários da ação. Atualmente estamos tratando da prorrogação do convênio e todos os procedimentos licitatórios estão em andamento, com as matrículas de alunos e cursos previstos para o primeiro semestre de 2015.

- **Criar curso técnico em reabilitação de dependência química**

Análise Situacional da Meta

O processo de formatação do curso técnico estava em tratativas entre o Ministério da Justiça e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal. Considerando que já foram criados cursos técnicos em dependência de drogas no país por outras instituições, o processo com o Instituto Federal foi interrompido

- **Disseminar informações à sociedade brasileira sobre o uso de drogas, a partir de ações educativas, da elaboração de materiais e de campanhas de caráter informativo e educativo em todos os estados e Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

Durante o período de 19 a 26 de junho de 2013, foi realizada a XV Semana Nacional de Políticas sobre Drogas. O tema abordado durante a Semana foi "Educação na prevenção do uso de Drogas". No primeiro semestre de 2014, foram distribuídos 595.503 exemplares, entre materiais educativos e informativos sobre a temática drogas do Programa "Crack, é Possível Vencer!", composto por cartilhas, livretos, revistinhas, que somados aos 1.180.000 distribuídos entre 2012 e 2013, resulta num total de 1.775.503 exemplares distribuídos até junho de 2014. Nos meses de 11 e 12/14 foi realizado o envio de cerca de 145 mil cartilhas. No âmbito do Projeto "Diga Sim à Vida", cabe destacar a distribuição, em 2013, de um total de 31.393 kits, sendo 10.615 do primeiro tipo (destinado aos professores que atuam no ensino infantil e fundamental) e 20.778 destinados a alunos do ensino médio (Turma da Mônica Jovem e Turma da Tina Jovem).No ano de 2014, não houve distribuição desse tipo de material.

Foram aplicadas e adaptadas ao contexto brasileiro três metodologias de prevenção ao uso de álcool e outras drogas. A metodologia Good Behavior Games (em escolas, para crianças de 06 a 10 anos) atingiu 3 escolas no Estado de SP e 3



escolas no Estado de SC num total de 874 educandos e em 2014 o programa alcançou 1875 educandos na rede pública de 21 escolas municipais e/ou estaduais em Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, João Pessoa, São Paulo, São Bernardo do Campo, Taboão da Serra-SP e Tubarão-SC, com 78 professores formados para implementação da versão brasileira do programa, denominada Jogo Elos. A metodologia Strengthening Family Program, denominada Fortalecendo Famílias (em equipamentos da assistência social, para jovens de 10 a 14 anos e seus responsáveis) foi implementado no Distrito Federal em 2013 para 200 participantes. Em 2014, a versão adaptada do programa, foi implementado além do DF, também nos municípios de Florianópolis-SC, Fortaleza-CE, Cruzeiro do Sul-AC, Rio Branco-AC, Rodrigues Alves-AC e Mâncio Lima-AC, por meio de um total de 26 grupos de em média 7 famílias cada. Os profissionais de São Paulo foram formados para implementação do programa em 2015. No total foram certificados 263 facilitadores (da assistência social, saúde e outras áreas). A metodologia Unplugged (denominada #Tamojunto), em escolas, para jovens de 10 a 14 anos foi implementada em 2013 nos Estados de São Paulo e Santa Catarina para 2161 educandos. Ainda na fase piloto, com realização de um estudo controlado randomizado para avaliação da efetividade da versão brasileira do programa no primeiro semestre de 2014, o projeto atingiu 5.664 alunos da rede pública municipal e/ou estadual nas cidades de Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, João Pessoa, São Paulo, São Bernardo do Campo, Tubarão-SC e Distrito Federal. No 2o semestre de 2014, o programa entrou em todas as 5 regiões brasileiras (além das cidades citadas anteriormente, o programa foi implementado também em Cruzeiro do Sul-AC, Rodrigues Alves-AC, Rio Branco e Taboão da Serra-SP), alcançando mais 7.170 mil alunos da rede pública. Além disso, em agosto de 2014, foram realizadas três formações presenciais de multiplicadores locais do programa #Tamojunto (profissionais de saúde e educação das Gestões Locais), além da capacitação contínua destes ao longo do semestre na formação e acompanhamento dos professores e profissionais da saúde implementadores do programa. Este modelo de multiplicação local tem como objetivo garantir a sustentabilidade e autonomia local na implementação do programa. Para a implementação dos programas foram realizadas: formação dos professores e profissionais de saúde, educação e assistência social, promoção de atividades de intersectorialidade, adaptação do programa para a realidade e contexto brasileiro e criação de instrumentos de monitoramento e processos da expansão do programa com qualidade (acompanhamento dos professores, profissionais de saúde e assistência). Os principais desafios de implementação foram a articulação entre setores nos territórios e o cumprimento dos calendários e cronogramas no tempo previsto. Como metas regionalizadas os territórios incluíram essas ações nas metas do Programa Saúde na escola e Programa Crack. O Portal do Programa “Crack, é possível vencer!” é mais um canal de acesso a informações sobre a prevenção e o tratamento de usuários, sendo um instrumento de comunicação das diretrizes, estratégias e ações do Governo Federal em conjunto com os estados, municípios e organizações não-governamentais. Desde 2012, foram realizados 3.055.153 acessos a esse portal.

- **Implantar/manter 65 Centros Regionais de Referência no âmbito de Instituições de Ensino Superior públicas para formação permanente dos profissionais que atuam na segurança pública, no Ministério Público, no Poder Judiciário e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social, com usuários de crack e outras drogas e seus familiares - Plano Crack, é possível vencer!**

Análise Situacional da Meta

Os Centros Regionais de Referência (CRRs) têm o objetivo de qualificar, de maneira permanente, profissionais de saúde, de assistência social, de segurança pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário, que atuam com usuários de crack e outras drogas e seus familiares. Até o final de 2013, já foram implantados 51* CRR em todo o país, oferecendo 27.900 vagas. Dentre esses, 21 renovaram a oferta de cursos. Em 2013, foi implantado 1 CRR (Universidade Estadual do Ceará). Estava prevista a implantação de mais 5 centros (Acre; Amapá; Maranhão; Roraima e Sergipe). Atualmente, encontram-se em processo de renovação para oferta de 1600 novas vagas, em 2014, os seguintes CRR: UnB Ceilândia (600 vagas); Universidade Federal de Rondônia (300 vagas); Universidade Federal de Santa Catarina (400 vagas); e Universidade Federal de Minas Gerais (300 vagas). Após a publicação do Edital nº 08/2014 SENAD/MJ, 10 novas instituições que submeteram projetos de formação por meio de CRRs receberam recursos da SENAD para oferta dos cursos. Atualmente, 44 CRRs estão com instrumentos vigentes. Destaca-se que



novos instrumentos deverão ser celebrados no início de 2015, ainda em atendimento ao Edital nº 08/2014.

Quantidade alcançada

44

Data de Referência

31/12/2014

- **Incluir a temática sobre drogas nos cursos de graduação que possuem interface com ela**

Análise Situacional da Meta

O processo estava em fase de articulação entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação. Recentemente, a partir de uma avaliação com o Ministério da Saúde, concluiu-se que seria mais adequado que essa meta fosse executada por meio do Programa PRÓ-SAÚDE, instituído por aquele Ministério em parceria com universidades públicas, o qual incentiva a inclusão da temática sobre drogas nos cursos de graduação. Foi pactuado com o MS que a meta será cumprida através do programa pró-saúde daquele Ministério.

- **Ofertar 120 mil vagas de capacitação para conselheiros municipais (drogas, educação, segurança, assistência social, tutelares, criança e adolescente, idoso, entre outros) e lideranças comunitárias para atuar na redução da demanda de drogas em suas comunidades - Plano Crack, é possível vencer**

Análise Situacional da Meta

Curso de extensão universitária, gratuito, na modalidade de educação a distância, cujo objetivo é o fortalecimento da rede prevenção do uso de crack, álcool e outras drogas por meio da capacitação dos diversos conselheiros municipais e estaduais e líderes comunitários. O curso tem carga horária de 120h/aula, duração de três meses. No ano de 2012, a 4ª Edição ofertou 15.000 vagas. No primeiro semestre de 2013 foram formados os tutores e os supervisores do curso. A 5ª Edição ofertou 40 mil vagas e foi concluída em dezembro/2013. As inscrições para 6ª Edição foram abertas no mês de dezembro/2013, para mais 40.000 vagas, com início previsto para julho/2014. Estava prevista a oferta de mais 40.000 vagas em 2014. Entretanto, apesar do intenso trabalho de divulgação da 6ª Edição do curso, pelo Ministério da Justiça, a procura foi pequena. O prazo de inscrição foi prorrogado 3 vezes para alcançar mais de 40.000 inscritos. Diante disso, foi decidido não mais ofertar 40.000 vagas, em 2014, como estava previsto, uma vez que entendemos ter havido uma saturação na procura por esse curso.

Quantidade alcançada

95.000

Data de Referência

31/12/2014

- **Ofertar 30 mil vagas de capacitação para lideranças religiosas e de movimentos afins para atuação na prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco, bem como na abordagem de situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços existentes na comunidade - Plano Crack, é possível vencer**

Análise Situacional da Meta

O curso é dirigido a lideranças religiosas e movimentos afins, concedendo certificação de extensão universitária, também é gratuito, sendo disponibilizado na modalidade de educação à distância. O objetivo é ampliar o conhecimento técnico sobre drogas, qualificar o acolhimento dos membros da comunidade e mobilizar a rede de serviços disponíveis para a prevenção, o tratamento e a reinserção social de usuários de drogas e dependentes, bem como o apoio aos familiares. Foram ofertadas 5.000 vagas em 2012, 15.000 vagas em 2013 e 15.000 vagas em 2014.. Outras 15.000 vagas, originalmente previstas, não foram ofertadas, em função da baixa procura nas primeiras edições, sendo transferidas para o curso SUPERA.

Quantidade alcançada

15.000

Data de Referência

31/12/2014

- **Ofertar 30 mil vagas de capacitação para profissionais e gestores que atuam na rede de atendimento de saúde e rede de assistência social para ações de detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas, assim como no encaminhamento de usuários com problemas e na realização de procedimentos de intervenção breve e**

**aconselhamento motivacional - Plano Crack, é possível vencer****Análise Situacional da Meta**

O curso SUPERA - Sistema para Detecção do Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas - encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento, de extensão universitária, gratuito, na modalidade de educação à distância é oferecido pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Disponibiliza técnicas de abordagem, detecção do uso abusivo e dependência de crack, álcool e outras drogas, aconselhamento motivacional, intervenção breve, entre outros temas. O curso destina-se a profissionais de saúde e de assistência social, que atuam no tratamento e reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas. Tem carga horária de 120h/aula e duração de 4 meses.

Em 2013, foram ofertadas 20.000 vagas para o curso. Considerando que os cursos Fé na Prevenção e Comunidades Terapêuticas apresentaram menor procura por pessoas com o perfil desejado e dada a grande demanda pelo curso SUPERA (mais de 100.000 pessoas), 25.000 vagas previstas inicialmente para os cursos Fé na Prevenção e Comunidades Terapêuticas foram transferidas para o SUPERA. Atualmente, 15.000 pessoas estão participando desse curso. Em 2014 foram ofertadas a 5ª (15.000 vagas), 6ª (30.000) e 7ª (10.000) edições do curso, sendo que a 7ª teve início em dezembro. Assim, a meta prevista para o SUPERA foi ultrapassada.

Quantidade alcançada

55.000

Data de Referência

31/12/2014

- **Ofertar capacitação presencial para a rede de saúde, assistência social e Juizados Especiais Criminais, favorecendo o desenvolvimento de ações integradas e articuladas entre as redes de saúde e assistência social**

Análise Situacional da Meta

O objetivo da capacitação é auxiliar profissionais no enfrentamento diário dos problemas decorrentes do consumo de crack e outras drogas. A capacitação deu-se por meio dos Centros Regionais de Referência implantados, com previsão de oferta de 27,9 mil vagas para capacitação presencial de profissionais, desde o início do Plano Crack, sendo 25.400 ofertadas em 2013. Em 2014, foram contratadas mais 1.600 vagas, por meio dos seguintes CRRs: UnB Ceilândia (600 vagas); Universidade Federal de Santa Catarina (400 vagas); Universidade Federal de Rondônia (300 vagas); Universidade Federal de Minas Gerais (300 vagas). Até dezembro/2014, foram ofertadas 29.500 vagas. Os CRRs que foram contratados a partir do edital nº 08/2014 ofertarão vagas para 2015.

Quantidade alcançada

29.500

Data de Referência

31/12/2014

- **Ofertar cursos de capacitação para 210 mil educadores de escolas públicas, da Educação Básica, para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção do uso de drogas e de comportamentos de risco entre crianças, adolescentes e jovens, no contexto escolar - Plano Crack, é possível vencer**

Análise Situacional da Meta

Curso de extensão universitária, gratuito, na modalidade de educação à distância, dirigido a educadores do ensino básico sobre temas referentes à prevenção do uso e abuso de crack e outras drogas, no contexto escolar. O curso tem carga horária de 180h/aula, duração de 7 meses, sendo 120h/aula de teoria para elaboração de projeto de prevenção a ser implementado, de modo prático, na escola; e 60h/aula para implantação do projeto elaborado pelo grupo de educadores e aplicação do programa "Diga Sim à Vida" - Turma da Mônica, crianças e Turma da Tina e Turma da Mônica Jovem, para adolescentes.

Foram matriculados 25.000 em 2011/2012 e 71.770 em 2012, no módulo ofertado pela Universidade de Brasília (UnB). Em dezembro de 2013, foram ofertadas mais 70.000 vagas distribuídas da seguinte forma: Universidade de Brasília (50.000 vagas); Universidade Federal de Juiz de Fora (10.000 vagas); e Universidade Federal de Santa



Catarina (10.000 vagas). No primeiro semestre de 2014, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade Federal de Goiás ofertaram mais 38.000 vagas, por intermédio do Ministério da Educação. Assim, no período compreendido entre 2012 e 2014, já foram ofertadas 204.770 vagas para educadores.

Quantidade alcançada

204.770

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover especialização de profissionais de educação, saúde e acadêmicos de países da América Central, Caribe, América do Sul e países de língua oficial portuguesa da África em metodologia de pesquisa sobre a temática de drogas, fortalecendo a cooperação internacional e contribuindo para o aprimoramento da produção científica na região e no continente africano**

Análise Situacional da Meta

Realização de Curso de Formação à Distância de Pesquisadores em Álcool e outras Drogas Psicoativas, com título de especialização, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), unidade de Ribeirão Preto - encontra-se em fase de inserção das informações no sistema SICONV, com vistas à formalização da nova parceria para capacitação de 45 alunos. Atualmente, o convênio com a USP-Ribeirão Preto está em fase de formalização e em processo de inserção no SICONV.

- **Realização permanente de campanhas publicitárias de utilidade pública (PUBs) sobre o tema drogas**

Análise Situacional da Meta

Realização de campanhas para prevenção ao uso de crack e outras drogas junto a públicos segmentados e população em geral. Nesse contexto, O MJ realizou, no primeiro semestre de 2014, as seguintes campanhas: "Bebeu Perdeu", cujo material foi produzido pelo MJ com a divulgação da logomarca do VIVAVOZ (132), realizada em âmbito nacional, por meio de rádio e mídia social, durante o Carnaval de 2014, nas cidades de Salvador, Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro, Diamantina e Ouro Preto; Bus TV, que consistiu na veiculação do comercial do VIVAVOZ (132), em âmbito nacional, de forma escalonada, com início no Estado de São Paulo, entre os dias 19/06 e 04/07/2014; divulgação, durante o mês de abril, da logomarca do VIVAVOZ (132), na campanha da OAB "No Fundo do Poço", em parceria com a TV TEM de Sorocaba. Durante o período de 24/02 a 09/03/2014, a página do Ministério da Justiça obteve um aumento de 137 mil fãs no Facebook. No canal You Tube, registraram-se mais de 117 mil visualizações da campanha "Bebeu, Perdeu". Em 2013, foi realizada uma campanha do serviço de utilidade pública VIVAVOZ (132), com vistas a divulgar e estimular a busca deste serviço. A logística de distribuição do material confeccionado foi realizada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Ministério da Saúde – MS; Ministério Público – MP; Conselhos Estaduais e Municipais de Políticas sobre Drogas, entre outros. A divulgação ocorreu na 1ª quinzena de novembro de 2013.

Em 2012, ocorreu uma divulgação do serviço VIVAVOZ (132) em todas as emissoras de televisão. O material foi produzido pela SENAD e veiculado na televisão brasileira nos meses de janeiro a abril desse ano.

OBJETIVO: 0923 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento e acolhimento de usuário de drogas e seus familiares, bem como introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, alinhados com o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O programa "Crack, é possível vencer!", impulsionou a estruturação de redes de atenção à saúde e de assistência social para o atendimento aos usuários de drogas e seus familiares. No âmbito do eixo "Cuidado", o Governo Federal disponibiliza aos estados, municípios e Distrito Federal, diretrizes técnicas e financiamento para fortalecer e qualificar a rede de serviços de saúde e assistência social, permitindo o acolhimento de usuários de drogas e seus familiares, respeitando sua autonomia e individualidade, em defesa da vida e buscando a redução de danos à saúde com princípio.



Em sendo assim, foram incluídos no programa “Crack, é possível vencer!”, os serviços de saúde e assistência social, prestados por organizações não governamentais como as comunidades terapêuticas, em busca da estruturação de uma rede de cuidado abrangente e que atenda às dimensões e necessidades em cada um dos municípios brasileiros. Nesse contexto foram alocados recursos oriundos do Orçamento Geral da União para a contratação imediata de 10.000 vagas de acolhimento em comunidades terapêuticas pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (Senad).

Após o lançamento do Edital de Chamamento Público em 2012, já foram disponibilizadas 6.898 vagas para acolhimento de usuários de substâncias psicoativas, com 319 contratos firmados, sendo aplicados R\$ 76.692.000,00, durante o ano de 2013. Até julho/2014, já foram empenhados R\$ 86.250.000,00. Importante destaque se faz para o lançamento de mais dois editais, o primeiro em 2013 e o segundo em 2014, com o objetivo de atender a meta de 10.000 vagas. Em 2014, há expectativa de pactuação com outras entidades acolhedoras, que devem disponibilizar mais 3.000 vagas.

Ao final de 2014, foram disponibilizadas 1.834 vagas de acolhimento provenientes do edital de chamamento publico 001/2013 e outras 878 vagas, relativas ao edital 07/2014. Ao todo, são 371 contratos firmados entre SENAD e CT's com uma oferta de 7752 vagas de acolhimento. Além disto, há 02 (dois) convênios firmados com os estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, disponibilizando mais 315 vagas, totalizando 8067 vagas disponibilizadas.

Quanto à produção do conhecimento, foi concluído, em setembro de 2013, o maior mapeamento e diagnóstico nacional sobre o consumo de crack e outras drogas, objeto da parceria do Ministério da Justiça com a Fundação Oswaldo Cruz, que em conjunto com a Universidade de Princeton, estimou o quantitativo e o perfil de usuários de crack no Brasil. Também merece destaque a seleção por meio da Rede de Pesquisa sobre Drogas, de 16 projetos apresentados pelos Centros Regionais de Referência, a serem desenvolvidos nos serviços das redes de saúde e assistência social.

Metas 2012-2015

- **Aperfeiçoar os mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), abrangendo a localização de bens dados em perdimento em favor da União, a agilização dos respectivos leilões, a transferência de recursos aos estados e a fomento da tutela cautelar**

Análise Situacional da Meta

Dando continuidade às ações desenvolvidas no âmbito do programa “Crack, é possível vencer!”, o Ministério da Justiça vem fortalecendo o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, promovendo aprimoramento de mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), estimulando as parcerias com os estados e o Distrito Federal mediante a celebração de instrumentos de cooperação para a capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), com o consequente aporte financeiro aos parceiros, visando o fortalecimento institucional.

O Fundo Nacional Antidrogas (Funad) tem realizado leilões de bens móveis e imóveis, cujo perdimento em favor da União tenha sido decretado a partir de sentenças judiciais transitadas em julgado, além de destinar bens in natura sob as modalidades doação e cessão. As alienações têm refletido incremento nas receitas (capitalização), com a realização direta ou indireta, em 2012, de 8 leilões, nos quais se aferiu o montante de 3,8 milhões de reais, Em 2013, foram realizados 6 leilões, com arrecadação de 4,2 milhões de reais. No período, houve acréscimo em 20% na quantidade de bens alienados. No ano de 2014, ao todo, já foram realizados quatorze leilões, nos quais foram alienados 1.398 bens, sendo sete imóveis, com receita na ordem de 7,5 milhões de reais. É notório o incremento às ações do Funad, tanto em relação à alienação de seus bens quanto à sua capitalização. No que tange ao fomento da aplicação de medida cautelar de alienação, impõe registrar sua crescente demanda, caracterizada pelo aporte financeiro procedido pelo Poder Judiciário ao final das ações judiciais, além da gestão junto aos órgãos que compõem o SISNAD por intermédio de comunicações oficiais a respeito do tema. Por sua vez, a transferência de recursos às Unidades da Federação para realização de ações no âmbito da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) tem sido crescente.

- **Apoiar a instalação de escritório regional do Escritório sobre Drogas e Crimes das Nações Unidas (UNODC/ONU) e sua manutenção**

**Análise Situacional da Meta**

Foi firmado um Termo de Contribuição com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), da Organização das Nações Unidas (ONU), com vistas à continuidade das operações do Escritório no Brasil, e implantação e manutenção do Escritório de Ligação e Parceria (ELP), em Brasília. De acordo com os demonstrativos enviados pelo Representante do Escritório no Brasil, os recursos foram utilizados para o custeio da manutenção de estrutura física, de serviços de apoio e de pessoal do Escritório. Além disso, houve mudança e reforma para a instalação das novas dependências físicas do ELP. Em 2013, o Funad transferiu R\$ 2,4 milhões como apoio financeiro a esta ação.

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) implementa medidas que refletem as três convenções internacionais de controle de drogas, as convenções que atuam contra o crime organizado transnacional e contra a corrupção. Os três pilares do trabalho do UNODC são os seguintes: trabalho normativo, para ajudar os Estados na ratificação e na implementação dos tratados internacionais; pesquisa e análise para ampliar o conhecimento e a compreensão dos problemas relacionados às drogas e à criminalidade; e assistência técnica, por meio de cooperação internacional. Em dezembro de 2014, a Senad efetuou contribuição voluntária de R\$ 2 milhões para apoiar a manutenção do escritório do UNODC no próximo ano.

- **Articular a disseminação de linhas de pesquisa sobre a temática do crack e outras drogas, incentivando o desenvolvimento de projetos de iniciação científica relacionados ao tema e fomentando a formação de novos pesquisadores nas áreas que apresentam déficits de profissionais trabalhando com a temática de drogas**

Análise Situacional da Meta

Financiamento de pesquisas e projetos de extensão dos Centros Regionais de Referência em Crack e outras Drogas (CRR), por meio do projeto Rede de Pesquisa sobre Drogas, nos temas: medidas socioeducativas; métodos de treinamento de equipes de saúde e assistência social; prevenção; tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas. Formação de novos pesquisadores por meio da oferta de 35 vagas de especialização do Curso de Formação à Distância de Pesquisadores em Álcool e outras Drogas Psicoativas. Apoio financeiro ao Programa de Mestrado Profissional em Prevenção e Assistência a usuários de álcool e outras drogas, conduzido pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre, visando à formação de profissionais que exercem atividades relacionadas à gestão pública, prevenção e assistência a usuários, tanto em ambientes ambulatoriais quanto em internações hospitalares.

- **Articular a instituição de fundos sobre drogas em todas as Unidades da Federação, assim como fomentar a sua criação no âmbito dos municípios**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), tem-se articulado a instituição de fundos sobre drogas nas Unidades da Federação. Até o final de 2014, 26 Estados da Federação e o Distrito Federal (27 conselhos) possuem conselhos sobre drogas, sendo que 12 unidades federativas já instituíram fundos sobre drogas, a saber: Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins.

- **Avaliação dos serviços oferecidos no âmbito das comunidades terapêuticas no país**

Análise Situacional da Meta

Está em fase de estudos a constituição de um sistema de fiscalização e avaliação, no âmbito das comunidades terapêuticas, o qual contará com representantes de diversos órgãos de governo para estabelecer diretrizes de fiscalização e avaliação dos serviços prestados. Encontra-se em discussão o estabelecimento de parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para a execução desse projeto. Foi firmado termo de cooperação com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA para a realização de uma pesquisa que irá traçar o perfil das comunidades terapêuticas e seus respectivos usuários. A pesquisa está em etapa de planejamento e a pesquisa de campo



deverá se iniciar no primeiro semestre de 2015.

• **Criação de Centros Colaboradores vinculados a hospitais universitários nas diferentes regiões do país**

Análise Situacional da Meta

Foram disponibilizados recursos para reforma e construção de 2 Centros Colaboradores vinculados a hospitais universitários. O Centro Colaborador de São Paulo (SP) estava em fase de Construção, com a entrega prevista para 2014. O Centro Colaborador de Porto Alegre (RS) inaugurou 20 leitos destinados a pacientes adultos do sexo masculino, com atendimento ambulatorial, ainda com a implantação de residência multiprofissional em saúde, com o desenvolvimento de pesquisas sobre a temática droga.

Ao final de 2014, a situação do Centro Colaborador de Porto Alegre estava com a enfermaria masculina em funcionamento e com a reforma da enfermaria feminina concluída. O início do funcionamento da enfermaria feminina depende de custeio por parte do hospital. Em relação ao Centro de São Paulo, a unidade hospitalar estava com seu projeto executivo concluído. Já a construção, será realizada com recursos do governo estadual. Os recursos repassados pela SENAD serão utilizados para compra de equipamentos e mobiliário.

• **Desenvolver um sistema integrado de informações voltado para o acompanhamento e monitoramento das ações implementadas no âmbito da política nacional sobre drogas**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, encontra-se em desenvolvimento pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), o sistema de gestão dos contratos de financiamento de vagas em comunidades terapêuticas. Atualmente o sistema encontra-se em produção, com cerca de 40 Comunidades Terapêuticas – CT's sendo beneficiadas com o 1º módulo do software, que contempla o gerenciamento dos contratos e cadastro de CT's pela SENAD, o cadastro de acolhidos na CT, o mapa de vagas e geração de faturas eletrônicas.

• **Disponibilização de serviços de acolhimento destinados a atender pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, que necessitem de afastamento do ambiente no qual se iniciou/ desenvolveu e /ou estabeleceu o uso, abuso e/ou dependência de substância psicoativa, como o crack e outras drogas, em âmbito nacional - Plano Crack, é possível vencer!**

Análise Situacional da Meta

Foram incluídos no programa “Crack, é Possível Vencer!”, os serviços de saúde e assistência social, prestados por organizações não governamentais como as comunidades terapêuticas, em busca da estruturação de uma rede de cuidado abrangente e que atenda às dimensões e necessidades em cada um dos municípios brasileiros. Em 2012, foi consignado na dotação orçamentária do Fundo Nacional Antidrogas, o valor correspondente a R\$ 133.340.000,00 para contratação imediata de 10.000 vagas de acolhimento em comunidades terapêuticas. Após o lançamento do Edital de Chamamento Público em 2012, já foram disponibilizadas 6.898 vagas para acolhimento de usuários de substâncias psicoativas, com 319 contratos firmados. Até a presente data, foram empenhados R\$ 86.250.000,00 para pagamento desses serviços. Importante destaque se faz para o lançamento de mais dois Editais de Chamamento Público, um em 2013 e outro em 2014, com o objetivo de atender a meta de 10.000 vagas. Em 2014, há expectativa de pactuação com outras entidades acolhedoras, que devem disponibilizar mais 3.000 vagas.

Ao final de 2014, foram disponibilizadas 1.834 vagas de acolhimento provenientes do edital de chamamento publico 001/2013 e outras 878 vagas, relativas ao edital 07/2014. Ao todo, são 371 contratos firmados entre SENAD e CT's com uma oferta de 7752 vagas de acolhimento. Além disto, há 02 (dois) convênios firmados com os estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, disponibilizando mais 315 vagas, totalizando 8067 vagas disponibilizadas.

Quantidade alcançada

8.067

Data de Referência

31/12/2014



- **Disseminação de boas práticas, por meio da identificação das iniciativas, sistematização da metodologia e replicação dos projetos, desenvolvidos em parceria com estados e municípios**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Justiça, em parceria com o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia, disseminou a metodologia Consultório de Rua na Bahia. Capacitou e supervisionou a atuação de quatro equipes interdisciplinares nas cidades de Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas. O Consultório de Rua é uma estratégia de atenção à saúde voltada para a população em situação de rua, exposta ao uso de substâncias psicoativas.

O Ministério da Justiça também está promovendo a disseminação da metodologia Lua Nova, por meio da qualificação dos programas de atenção a jovens mães usuárias de drogas e outras vulnerabilidades, desenvolvidas por organizações da sociedade civil e do poder público de treze municípios. A metodologia Lua Nova consiste em uma série de técnicas e práticas de inserção social de jovens mães usuárias de drogas e seus filhos, incluindo ações de geração de trabalho e renda, redução de danos e desenvolvimento comunitário. Um dos objetivos dessa metodologia é resgatar e desenvolver a auto-estima dessas jovens mães, facilitando sua inserção como multiplicadoras de um processo de transformação de comunidades em risco.

- **Firmar acordos de cooperação do FUNAD com Estados da Federação e Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Justiça conta com 13 acordos de cooperação vigentes cujo objetivo é o de capitalizar o Fundo Nacional Antidrogas (Funad), celebrados com as seguintes Unidades Federadas: Amazonas, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Paraná, Roraima, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

A partir de 2012, foram celebrados acordos de cooperação com o Distrito Federal e com 7 estados: Alagoas, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Tocantins, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Desde exercícios anteriores já estavam vigentes instrumentos similares celebrados com os estados do Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Roraima e São Paulo. Encontram-se em fase de repactuação os instrumentos celebrados com os estados do Acre, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe e Espírito Santo. Atualmente, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas conta com quinze acordos de cooperação em vigor, que têm por objeto a capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), celebrados com as seguintes Unidades da Federação: Amazonas, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Paraná, Roraima, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais e Ceará.

- **Fortalecer a atuação dos conselhos estaduais, distritais e municipais de políticas sobre drogas e incentivar a instalação de órgão ou unidade responsável pela gestão da política sobre drogas nesses três níveis**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Justiça vem estimulando as parcerias com os estados e o Distrito Federal a fim de celebrar instrumentos de cooperação para a capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), bem como para o aporte financeiro junto aos parceiros, visando ao fortalecimento institucional.

Em 2013, foram transferidos recursos do Funad para todos os conselhos sobre drogas - cerca de R\$ 100 mil por conselho e em 2014 iniciou-se a execução desses convênios. Atualmente são 27 conselhos.

- **Fortalecimento da rede de pesquisa com financiamento sistemático por meio de editais temáticos**

Análise Situacional da Meta

A rede de pesquisa foi criada a partir do estabelecimento de um Protocolo de Cooperação entre Brasil, representado pelo Ministério da Justiça e Portugal, representado pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT). A Rede de Pesquisa propicia a convergência de informações e dados, permitindo maior interatividade entre os pesquisadores ou grupos de referência temática, criando um espaço de discussão de questões relevantes para o aprofundamento do conhecimento sobre álcool e/ou outras drogas e para a realização de investigações científicas.

Em outubro de 2013, foi lançado um edital para premiação de pesquisadores, trabalhos científicos e de extensão, na



temática crack e outras drogas. A cerimônia de premiação ocorreu durante as atividades do III Seminário Internacional da Rede de Pesquisa sobre Drogas, realizado nos dias 25 a 27 de novembro, em João Pessoa, nas seguintes categorias: Trabalho de Extensão dos Centros Regionais de Referência em Crack e Outras Drogas; Novo Talento de Iniciação Científica; Pesquisador Senior; Pesquisador Mestrado; Pesquisador Doutorado; Tese de Doutorado; e Dissertação de Mestrado. Foi firmado termo de cooperação para a nova edição da Rede de Pesquisa, conduzida pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, mantendo a parceria e ampliando suas ações.

- **Instalação de um sistema de monitoramento do uso e tráfico de drogas**

- Análise Situacional da Meta**

- Realizado diagnóstico dos países da América Latina, sob a coordenação do Brasil, a fim de delimitar a situação e as diretrizes essenciais para o estabelecimento de fontes, indicadores, metodologia, parceiros e articulação governamental com vistas à construção de um sistema de alerta precoce que possibilite a identificação de consumo, tráfico e surgimento de novas drogas.

- Atualmente, o projeto encontra-se em fase de definição de diretrizes de participação e responsabilidades junto a dois outros órgãos federais (Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e Departamento de Polícia Federal - DPF).

- **Manter a atualização dos arquivos relativos ao mapeamento dos serviços de atendimento e acolhimento de usuários de drogas, disponibilizando-os à sociedade**

- Análise Situacional da Meta**

- Interface junto às instâncias que se vinculam ou são responsáveis pela gestão governamental dos serviços de atenção - conselhos de drogas locais, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social - visando à atualização das informações disponibilizadas no Portal do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID).

- Foi disponibilizada, no portal do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID, uma seção específica para busca de instituições de atenção, por tipo de atendimento - prevenção, tratamento, ensino e pesquisa, redução de danos - e dispostas por localidade. Além disso, têm sido realizados o cadastramento de novas instituições e a atualização dos dados das instituições previamente cadastradas.

- O serviço VIVAVOZ (132) utiliza essa base de dados para identificação e indicação de serviços.

- **Mapeamento e georreferenciamento dos serviços voltados ao atendimento de usuários de crack, álcool e outras drogas**

- Análise Situacional da Meta**

- Foi concluído em 2012 o mapeamento e geoprocessamento de instituições de atenção a usuários de drogas, por meio da revisão da base de dados de instituições de atenção para os estados da Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, além do Distrito Federal, tendo como base o levantamento de instituições realizado em 2006/2007; o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES do Ministério da Saúde; a base de dados dos Centros de Referência em Assistência Social - CRAS e dos Centros de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. O resultado desse mapeamento está disponível no endereço eletrônico <http://mapa-ad.ufrgs.br/>. Foi realizado, ainda, um censo das comunidades terapêuticas, de abrangência nacional. Do mesmo modo, o mapeamento dessas instituições pode ser acessado por meio do endereço <http://mapa-ct.ufrgs.br/>.

- Além disso, todas as CTs contratadas pela SENAD estão devidamente georeferenciadas e disponíveis ao público no site: <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/comunidades-terapeuticas.html>.

- **Realização de estudos e pesquisas multinacionais com ênfases nos países que estabelecem fronteiras com o Brasil**

- Análise Situacional da Meta**

- Em novembro de 2013, foi realizado no Brasil o Encontro da UNASUL, com o objetivo de discutir estratégias para fortalecimento de uma Rede de Informação, a fim de promover o intercâmbio entre os países-membros acerca da situação do consumo e tráfico de drogas na América do Sul. Em agosto de 2014, em Montevidéu, foi realizada nova reunião onde foi apresentada proposta de criação de um Observatório Latino-Americano, com vistas a rede de



Informação. Em ambas reuniões estiveram presentes, além do Brasil, representantes da Argentina, Chile, Equador e Uruguai. (Eliana).

O Brasil também se inseriu no Proyecto Cocaínas Fumables, conduzido pela Organização dos Estados Americanos e UNODC, que conta com a participação do Paraguai, Uruguai, Chile e Argentina. O projeto prevê o desenvolvimento de quatro produtos: determinação do perfil químico da droga derivada da pasta-base de cocaína, consumida na forma fumada, nas diferentes regiões do continente; mapeamento da rede de cuidados; identificação de boas práticas no tratamento e desenvolvimento de indicadores de populações vulneráveis.

Será realizado Encontro binacional com o Uruguai em dezembro, envolvendo setores de saúde, assistência social e Justiça, para elaborar projeto de monitoramento conjunto dos serviços de prevenção, tratamento e perfil epidemiológico na fronteira;

Foi realizada reunião preparatória ao encontro tripartite - Peru, Brasil e Bolívia - planejado para 2015, com ações de fronteira, de inteligência policial e financeira e de cooperação entre serviços de capacitação.

- **Realização, de modo sistemático e periódico, de estudos epidemiológicos relativos à população brasileira em geral e seus estratos, em especial grupos vulneráveis (estudantes, indígenas, população em situação de rua, sistema penitenciário, entre outros)**

Análise Situacional da Meta

Foi concluído em setembro de 2013 o mapeamento de cenas de uso de drogas e do diagnóstico nacional sobre o consumo de crack e outras drogas, objeto da parceria do Ministério da Justiça com a Fundação Oswaldo Cruz, em conjunto com a Universidade de Princeton. O diagnóstico acima referido delineou o perfil e estimou o quantitativo dos usuários de crack no Brasil. Os resultados foram divulgados em setembro de 2014 por meio da publicação “Pesquisa Nacional sobre o uso de Crack”, encaminhada aos atores relevantes em meio físico e digital.

Além disso, após edital de chamamento público, foi firmado termo de cooperação com a FIOCRUZ para a realização do “III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira”. A parceria foi firmada no mês de outubro, bem como a descentralização do crédito. No momento, encontra em fase de validação do instrumento de pesquisa.

Finalmente, foi elaborado edital conjunto SENAD e DEPEN, com a colaboração de instâncias do Ministério da Saúde e UNAIDS/ONU, para a realização do I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pela População Carcerária Brasileira. Após análise jurídica, o edital está em fase de ajustes, e deverá ser lançado no início de 2015.

- **Revisar e atualizar os marcos legais que dão suporte à operacionalização da política sobre drogas, visando fortalecer a sua institucionalidade e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo para a diminuição da oferta e consumo de drogas**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Justiça vem atuando junto aos demais órgãos do Poder Executivo e do Congresso Nacional para o aperfeiçoamento das normas correlatas. Em 2012, destaca-se a instituição da Lei nº 12.681, de 4/07/2012, que criou o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) e a instituição da Lei nº 12.683, de 09/07/2012, que dispõe sobre a indisponibilidade e alienação antecipada de bens apreendidos provenientes de crimes de lavagem de dinheiro, contribuindo para o enfrentamento do tráfico e o financiamento da política sobre drogas.

Atualmente, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o PLC 37/2013, que altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, entre outros dispositivos legais, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. No primeiro semestre de 2014, o Ministério da Justiça constituiu um grupo de trabalho com integrantes de vários órgãos da Administração Pública Federal, para elaborar uma resolução que regulamenta a atuação das comunidades terapêuticas no país. O texto da regulamentação atualmente encontra-se em consulta pública no âmbito do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.



PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Déficit de vagas no Sistema Penitenciário e Criminal	unidade	31/12/2010	197,976	31/12/2013	216,033
Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais	unidade	31/12/2010	8,623	31/12/2014	8,227
População carcerária	unidade	31/12/2010	496,251	31/12/2013	581,507
Proporção da população feminina que se sente segura na cidade onde vive	%	01/12/2009	50,5	31/12/2009	50,5
Proporção da população que se sente segura na cidade onde vive	%	01/12/2009	52,8	31/12/2009	52,8
Taxa de Homicídio	1/100.000	31/12/2009	26,9	31/12/2013	26,99
Taxa de homicídio de pessoas negras do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos	1/100.000	31/12/2009	134,1	31/12/2013	139,36
Taxa de homicídios de pessoas de 15 a 29 anos do sexo masculino	1/100.000	31/12/2009	104,4	31/12/2013	110,38

Observações:

Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais - Fonte: PRF

Proporção da população feminina que se sente segura na cidade onde vive - Esta pesquisa constou de suplemento da Pnad que não foi repetida.

Proporção da população que se sente segura na cidade onde vive - Esta pesquisa constou de suplemento da Pnad que não foi repetida.

Taxa de Homicídio - Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, com dados preliminares de 2013, indica um número de 54.269 pessoas vitimizadas em 2013, para uma população estimada pelo IBGE de 201.054.500, indicando uma taxa de 26,99 homicídios por 100 mil hab.

Taxa de homicídio de pessoas negras do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos - Dados preliminares de 2013 do MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade.

Taxa de homicídios de pessoas de 15 a 29 anos do sexo masculino - Dados preliminares de 2013 do MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade.

OBJETIVO: 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O Plano Estratégico de Fronteiras foi instituído pelo Decreto nº 7.496/2011 e tem como diretrizes básicas a integração, colaboração, compartilhamento de dados, informações e conhecimentos entre os agentes de segurança pública, fiscalização e defesa, com intuito de prevenir e reprimir de modo efetivo os delitos transfronteiriços e os delitos praticados na faixa de fronteira brasileira. O Plano estabelece em seus eixos o fortalecimento das operações na faixa de fronteira, em caráter permanente, com o uso de inteligência, tecnologia avançada e investimento maciço no reaparelhamento das forças de segurança atuante nas regiões.



O escopo da atuação do Ministério da Justiça é gerenciar as diversas ações e projetos estruturantes previstas no Plano Estratégico de Fronteiras, com foco no fortalecimento das instituições de segurança pública, da prevenção e repressão efetiva dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira, a serem implementadas através da articulação e envolvimento dos Estados e Municípios fronteiriços. As linhas programáticas são as seguintes:

1) Apoio ao Reaparelhamento dos Órgãos Estaduais de Segurança Pública; 2) Capacitação; 3) Procedimentos Operacionais de Atuação nas Fronteiras; 4) Grupo de Trabalho de Radiocomunicação Integrada; 5) Sistema de Radiocomunicação Digital; 6) Diretrizes da Política de Pessoal para os Profissionais de Segurança Pública que atuam na Fronteira (PNUD); 7) Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras (UFRJ – Retis e NECVU); 8) Apoio a Estruturação Logística da Força Nacional para atuação nas Fronteiras; 9) Sistema de Videomonitoramento nas Fronteiras; 10) Contratação de sete consultorias sobre o sistema de segurança pública no Brasil e em outros países como Índia, Rússia e China; 11) Doação por parte da SENASP de 8005 pistolas calibre .40 aos estados de fronteira exceto Paraná.

No contexto da implementação dos projetos foram firmados 54 convênios com os estados fronteiriços, sendo 21 de Radiocomunicação; 22 de Reaparelhamento; e 11 de Videomonitoramento.

Os convênios de reaparelhamento possibilitaram reaparelhar, entre 2012 e 2014, 606 unidades operacionais. Já o projeto de Radiocomunicação Digital Integrado e Criptografado está em fase de implementação em todos os estados da fronteira e orçado em R\$ 123 milhões. Ao final da implementação, o sistema deverá atender as unidades operacionais em mais de 150 municípios de fronteira.

Ainda na área tecnológica, está em execução o sistema de Videomonitoramento, cujo valor global supera R\$ 28 milhões e deverá atender mais de 77 municípios fronteiriços. O sistema deverá contribuir largamente na prevenção de ocorrências criminais nas localidades abrangidas pelo convênio.

Uma importante meta do Plano foi cumprida, a que diz respeito à estruturação dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras e Câmaras Temáticas de Fronteiras, que estão em funcionamento em todos os estados, sendo que atualmente os estados que possuem Gabinetes são: AC, MT, MS, PR, RS e SC. Os que possuem Câmaras são AP, AM, PA, RR e SC. Nesse contexto, foram acompanhadas 118 reuniões nos 11 estados de fronteira, sendo realizados ainda três encontros técnicos com diversos fóruns de discussões, visando dar continuidade nas ações de avaliação e acompanhamento da Enafron no decorrer do ano de 2014, com o objetivo de fortalecer os laços de cooperação, articulação e colaboração entre os órgãos de segurança pública dos estados do AC, RR e AM, especialmente os localizados na região norte do país, dentre outras atividades de fortalecimento da política, e outras ações realizadas por esses fóruns, no primeiro semestre de 2014.

Entre as ações para o Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção, desenvolvidas por meio da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro), destacaram-se as seguintes: 1. Mecanismo de avaliação de risco para lavagem de dinheiro; 2. Regulamentações para a lei 9.683/1998 (Lavagem de Dinheiro); 3. Combate ao suborno transnacional; 4. Cadastro e formulário padrão para órgãos de controle acerca de procedimentos licitatórios; 5. Manuais de procedimento de investigação quanto aos crimes de lavagem de dinheiro para polícias, ministérios públicos e juízes.

No ano de 2014 o Ministério da Justiça assinou 15 Acordos de Cooperação para instalação de novos Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD). Tais acordos permitiram atingir a meta de 100% dos Estados Federados com ao menos uma unidade LAB-LD – um importante passo para o País no combate à lavagem de dinheiro e outros crimes relacionados. Com isso, a Rede Nacional de Laboratórios contra Lavagem de Dinheiro (REDE-LAB) passa



a contar com 43 Laboratórios em todo o Brasil.

Em cumprimento ao II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (II PNETP - Decreto nº 7.901/13), lançado em fevereiro de 2013, foi finalizada uma pesquisa nacional qualitativa e quantitativa sobre o tema na faixa de fronteira brasileira, baseada em dados obtidos das autoridades federais e estaduais e fontes secundárias, e complementado por trabalho de campo nos 11 estados da faixa de fronteira, com informações detalhadas e fundamentadas sobre os seguintes aspectos: modalidades de Tráfico de Pessoas; perfis das vítimas identificadas oficialmente, suspeitas e/ou assistidas; modus operandi dos agentes criminosos; modalidades criminosas mais associadas ao tráfico de pessoas; indícios de contrabando de migrantes; descrição dos fluxos migratórios; identificação da composição de eventuais fluxos mistos; mapeamento da rede de assistência e identificação das lacunas de serviços; e análise do ambiente local nos 11 Estados objeto da pesquisa com vistas a definir a viabilidade da implantação num futuro de até dez postos avançados de atendimento humanizado aos migrantes. Além dessa ação, também foi lançada em 2013 uma campanha nacional de televisão e rádio divulgando o tema do tráfico de pessoas, a Campanha Coração Azul, que contou com a parceria do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC. Em 2014 foi realizada a Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio, no âmbito da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio- COMIGRAR, proporcionando um espaço de trocas de experiências e metodologias nas temáticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Nesse mesmo ano, foi lançado o 1º Relatório Semestral da Rede de Núcleos e Postos, revelando que o atendimento a 340 casos e a capacitação de 21.725 pessoas.

Ao longo dos três anos de implantação do Plano Estratégico de Fronteiras, somado aos esforços dos 11 estados fronteiriços no desenvolvimento de ações proativas no âmbito da segurança pública, buscando sempre aprimorar as ações de enfrentamento da criminalidade, verifica-se relativa melhoria na qualidade dos serviços disponibilizados às populações residentes nas regiões de fronteira.

Observa-se que houve, com a progressiva implementação da Enafron, considerável melhoria na coleta de dados no ano de 2014, tendo ocorrido maior cobertura no que se refere à alimentação das planilhas pelos estados, o que culminou com a relativa elevação de alguns indicadores. Além disso, verifica-se que essa elevação também teve a ver com o acréscimo expressivo dos esforços realizados pelos órgãos de segurança pública, como resultado da própria política fomentada pelo Governo Federal, em parceria com os entes federados. Ainda nesse contexto, é importante destacar que esses dados ainda não são coletados de forma automatizada, como será possível em alguns anos com a implementação do SINESP. Por esse motivo, algumas das informações são retificadas e alteradas quando detectada alguma incoerência pelos entes federados. Outro ponto importante a ser destacado no contexto da implementação do programa Enafron está relacionado ao fato de que os estados fronteiriços têm trabalhado de forma intensa, no sentido de alinhar suas políticas de segurança pública às diretrizes centrais sugeridas pelo MJ, que vem desenvolvendo esforços, buscando universalizar a padronização de processos de coleta, tratamento e análise de dados criminais, tendo em vista a melhoria da produção do conhecimento na referida área, fato que vem mostrando grandes avanços no que se refere ao enfrentamento à criminalidade por parte das instituições federais e estaduais, por meio da adoção de ações preventivas e intensificação da repressão às organizações criminosas.

Os indicadores a seguir demonstram o aumento dos esforços dos órgãos de segurança pública que refletiram positivamente na redução dos homicídios. Todos os números apresentaram um considerável aumento, a exemplo da quantidade de drogas apreendidas tanto na faixa de fronteira, quanto nos demais municípios dos estados, bem como nos autos de prisão em flagrante lavrados (19.439 em 2012, 31.661 em 2013 e 8.715 em 2014), adultos presos em cumprimento de mandados judiciais (7.231 em 2012, 13.127 em 2013 e 2.710 em 2014) e veículos recuperados (5.657 em 2012, 7.192 em 2013 e 5.751 em 2014).



Metas 2012-2015

• 150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outras formas de apresentação) apreendida**Análise Situacional da Meta**

Observando o período entre janeiro de 2012 e setembro de 2014, verifica-se que o total das apreensões de drogas nos estados fronteiriços totalizou 559.637 Kg (crack, maconha, cocaína e outras drogas). Separadamente, as apreensões de drogas para o ano de 2012 totalizaram 118.029 Kg e em 2013 esse valor atingiu o montante de 170.660 Kg. Para 2014 observa-se que as apreensões apontaram o quantitativo de 270.948 Kg. Nos três anos observam-se elevações consecutivas, em que de 2012 para 2013 o percentual de elevação atingiu 44,6%. Quando comparados os anos de 2013 e 2014 esse percentual salta para 58,8%.

No ano de 2012 não foi possível desagregar o indicador por tipo de droga, tendo sido considerado o valor acumulado de todos os tipos, a saber, cocaína, crack, maconha e outras drogas. Para o ano de 2013 os dados em referência foram coletados separadamente, permitindo qualificar melhor o indicador. Assim, foi possível distribuir segundo tipo de entorpecente. Esse dado demonstra que os esforços dos órgãos estaduais de segurança pública têm sido fator fundamental tanto na faixa de fronteira quanto nas demais áreas dos estados fronteiriços, no combate ao tráfico de drogas. Da mesma forma que em 2012 o quantitativo total refere-se às apreensões de drogas realizadas pelas Polícias Militares e Civis nos estados de fronteira e na faixa de fronteira, no entanto, sendo importante salientar que a quantidade de drogas apreendidas nas demais regiões dos estados fronteiriços - fora da faixa de fronteira - é expressiva e por isso apresentam-se esses dados, para conhecimento, visto que as ações da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - Enafron e dos estados de fronteira estão sendo catalisadas em diversas áreas, e que reflete os esforços dos órgãos de segurança pública estaduais. As apreensões distribuídas por tipo de droga nos arcos de fronteiras estão apresentadas a seguir.

Assim como nos anos anteriores, o aumento das apreensões no ano de 2014, quando comparado com 2013, foi atingido graças aos esforços das instituições de segurança pública em atividade na faixa de fronteira, a partir da realização de operações policiais integradas pelas polícias estaduais e federais, além de órgãos afins, como Receita Federal do Brasil. Nesse aspecto é inegável a importância da parceria entre o Ministério da Justiça e as instituições de segurança pública dos estados fronteiriços, cujos primeiros resultados mostram que a articulação de políticas de enfrentamento à organizações criminosas e os vultosos investimentos federais e estaduais em reaparelhamento das unidades operacionais e implantação de sistemas tecnológicos como radiocomunicação e videomonitoramento têm contribuído largamente para o fortalecimento da prevenção, controle e a repressão dos delitos transfronteiriços e daqueles praticados na faixa da fronteira brasileira.

Discriminação das apreensões por arcos: Arco Norte (2.360), Arco Central (228.450) e Arco Sul (4.138).

Previsão de realização para o próximo período:

Finalização das execuções dos convênios de reaparelhamento, possibilitando o efetivo reaparelhamento das unidades operacionais em atividade na faixa de fronteira, notadamente dos Núcleos Integrados de Inteligência de Fronteira-NIF.

Implantação definitiva dos sistemas de radiocomunicação e videomonitoramento nos municípios prioritários localizados na faixa de fronteira.

No campo da coleta de dados da Enafron, continuidade do processo de sensibilização das instituições de segurança pública nos estados de fronteira, tendo em vista a necessidade da alimentação constante do banco de dados sobre



apreensões e demais atividades de polícia.

Arranjos de Gestão:

Cotidianamente, a Senasp está em contato com os pontos focais da Enafron nos Estados fronteiriços, assim como com os coordenadores dos GGIs e Câmaras Temáticas de Fronteira, no sentido de incentivar a coleta de dados e na realização de operações integradas, coordenadas e planejadas, com vistas a aumentar o número de apreensões de drogas nesses estados.

Para tanto, também são realizadas reuniões quadrimestrais, com apresentação do resultado do trabalho dos Estados nas Fronteiras, com vistas a estimular a atuação desses.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Uma das maiores dificuldades existentes é o estabelecimento de uma rotina e procedimentos para coleta de informações por parte dos Estados fronteiriços, sendo que antes da implantação da Enafron, alguns Estados não realizavam esse tipo de coleta, dificultando a análise de dados e geração de informação, motivo pelo qual os dados relacionados à Enafron são referentes aos meses de janeiro a setembro de 2014, sendo que a atualização dos outros três meses deverá ocorrer no próximo monitoramento.

Quantidade alcançada

911.584,49

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	42.855	kg	574.761,4	31/12/2014
Região Nordeste	11.902	kg	27.752,69	31/12/2014
Região Norte	25.307	kg	33.015,1	31/12/2014
Região Sudeste	58.806	kg	111.814,62	31/12/2014
Região Sul	11.847	kg	164.240,68	31/12/2014

• 27 Unidades da Federação com pelo menos um Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LABs) em condições adequadas de operação.

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 o Ministério da Justiça assinou 15 novos Acordos de Cooperação para instalação de novos Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) nos seguintes órgãos: 1) Departamento de Polícia Federal; 2) Ministério Público do Rio Grande do Norte; 3) Polícia Civil de Alagoas; 4) Polícia Civil do Ceará; 5) Polícia Civil do Distrito Federal; 6) Polícia Civil de Goiás; 7) Polícia Civil do Maranhão; 8) Polícia Civil da Paraíba; 9) Polícia Civil do Piauí; 10) Polícia Civil do Paraná; 11) Polícia Civil do Rio Grande do Norte; 12) Polícia Civil de Sergipe; 13) Polícia Civil de Tocantins; 14) Polícia Civil do Rio Grande do sul; e 15) Ministério Público Federal.

Tais acordos permitiram atingir a meta de 100% dos Estados Federados com ao menos uma unidade LAB-LD – um importante passo para o país no combate à lavagem de dinheiro e outros crimes relacionados.

Com isso, a Rede Nacional de Laboratórios contra Lavagem de Dinheiro (REDE-LAB) passa a contar com 43 Laboratórios em todo o Brasil.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	9	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	7	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2014

• **27 Unidades da Federação com pelo menos um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante**

Análise Situacional da Meta

Atualmente estão em funcionamento um total de 16 Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e 17 Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante. Existem núcleos em funcionamento nos seguintes estados: Ceará, Pernambuco, Maranhão, Alagoas e Bahia; Amazonas, Pará, Amapá e Acre; São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; Rio Grande do Sul e Paraná; Goiás e Distrito Federal. Os postos estão distribuídos pelos estados do Amazonas, que possui 13 equipamentos, além do Pará, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2014, foi inaugurado o primeiro Núcleo Municipal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, no município de Ipojuca/PE. No ano de 2014 não foi assinado nenhum novo convênio para a implantação de núcleo ou posto em virtude de uma reestruturação que a área de enfrentamento ao tráfico de pessoas vem sofrendo. A meta em questão prevê que cada Estado tenha concomitantemente 1 núcleo e 1 posto, o que ocorre em 05 Estados da Federação.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	1	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	2	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	2	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	0	31/12/2014

• **325 Sistemas de Monitoramento e Controle Fronteiriço implantados**

Análise Situacional da Meta

Tendo em vista a racionalização dos trabalhos visando evitar a redundância, o desempenho e consecução das ações para atingimento dessa meta foi reformulado, tendo sido conjugada ao escopo da meta de implantação de 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) – Sistema Alerta Brasil, realizada pela Polícia Rodoviária Federal.

As ações preveem a implantação do monitoramento prioritariamente nos estados de fronteira. A partir de 2013 foram instalados pontos nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia. Já estão contratados e serão implantados em 2015 mais quatro pontos de monitoramento nos estados de RS, MT, PR e AC. Outros pontos serão contratados pela Polícia Rodoviária Federal até 2015, quando se espera que entrem em funcionamento 127 pontos em todos os estados de fronteira, atendendo a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras.

Os números referem-se aqueles demonstrados na consecução da meta acima descrita.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2014



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	81	unidade	12	31/12/2014
Região Nordeste	52	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	35	unidade	2	31/12/2014
Região Sudeste	78	unidade	5	31/12/2014
Região Sul	79	unidade	11	31/12/2014

• **52.000 armas de fogo apreendidas**

Análise Situacional da Meta

As apreensões de armas de fogo em 2012 e 2013 totalizaram 21.571 armas. Já em 2014 a quantidade de armas foi de 6.012 unidades, portanto a distribuição das apreensões por arcos de fronteira apresentou a seguinte configuração: Arco Norte foram 4.757 armas recolhidas; Arco Central 4.469 unidades; Arco Sul as apreensões chegaram ao total de 15.102; na Região Nordeste 1.198 unidades; e, na Região Sudeste a quantidade de armas apreendidas foi de 2.057. Observa-se que o acumulado de apreensões de armas de fogo entre 2012 e 2013 totaliza o quantitativo de 21.571 unidades.

Em relação ao total de armas de fogo apreendidas em 2012, o estado que mais apreendeu foi o Paraná, indicando 2.046 unidades, seguido pelo Rio Grande do Sul com 1.988 armas. Para 2013 verifica-se inversão nessa ordem, em que este último, aponta o quantitativo de 2.079 unidades e o primeiro apresentou o total de 2.003 armas. No entanto, nos dois casos, observa-se elevação nesse indicador, quando comparados os dois anos. Isso demonstra que este tipo de crime continua sendo crescente na Região Sul.

As apreensões, referentes aos arcos Norte, Central e Sul, foram realizadas em todos os municípios de fronteira, especialmente a partir da articulação fomentada pelos GGIF e demais gestores das polícias militares e civis na região de fronteira, somando-se aos dados das apreensões realizadas pela PRF e o DPF.

A forma de coleta dos dados obtidos pelas Polícias Civis e Militares dos estados de fronteira ocorre a partir de relatórios encaminhados pelos Estados e consolidados pela Coordenação Geral de Pesquisa da SENASP. A Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal encaminham seus dados por intermédio de seus Departamentos.

Principais realizações do período:

Em 2014, somente as Polícias Civis e Militares, localizadas nos estados fronteiriços apreenderam 3.952 armas de fogo nos Estados de fronteira, o Departamento de Polícia Federal - DPF 562 unidades e a Polícia Rodoviária Federal - PRF contabilizou 1.498 armas apreendidas.

Com isso, no período de 2012 a 2014 foram retiradas de circulação, no País, 27.583 armas de fogo, reduzindo a probabilidade de ocorrência de crimes violentos praticados com armas de fogo. Cabe ressaltar que a maioria desse quantitativo está vinculada às ações desencadeada pela Operação Sentinela, coordenada pelo Ministério da Justiça e com atuação conjunta entre os Estados de Fronteira a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional.

Previsão de realização para o próximo período:

Sensibilizar estados de fronteira acerca da necessidade de envio dos dados das apreensões de armas de fogo no período estabelecido com a Senasp. Coleta dos dados das apreensões de armas de fogo junto aos Estados.

Arranjos de Gestão: Cotidianamente, a Senasp está em contato com os pontos focais da Enafron nos Estados fronteiriços, assim como com os coordenadores dos GGIs e Câmaras Temáticas de Fronteira, no sentido de incentivar a coleta de dados e na realização de operações integradas, coordenadas e planejadas, com vistas a aumentar o número de apreensões de armas de fogo nesses estados. Para tanto, também são realizadas reuniões quadrimestrais, com



apresentação do resultado do trabalho dos Estados nas Fronteiras, com vistas a estimular a atuação desses.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Uma das maiores dificuldades existentes é o estabelecimento de uma rotina e procedimentos para coleta de informações por parte dos Estados fronteiriços, sendo que antes da implantação da Enafron, alguns Estados não realizavam esse tipo de coleta, dificultando a análise de dados e geração de informação.

É importante salientar que nos exercícios anteriores os dados que constam no sistema não correspondem aos dados consolidados no presente exercício, tendo em vista que o envio dos dados pelos Estados ainda ocorrem de forma manual, ocasionando o envio de dados inconsistentes.

Quantidade alcançada

27.583

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	14.560	unidade	3.892	31/12/2014
Região Nordeste	5.720	unidade	1.657	31/12/2014
Região Norte	1.040	unidade	5.536	31/12/2014
Região Sudeste	26.520	unidade	1.680	31/12/2014
Região Sul	4.160	unidade	14.818	31/12/2014

• 80 pessoas indiciadas por crimes relacionados ao tráfico de pessoas

Análise Situacional da Meta

Até o momento, foram realizados 33 indiciamentos por crime relacionado ao tráfico de pessoas (10 em 2012, 9 em 2013 e 14 em 2014).

Percebe-se que o cumprimento da meta para o quadriênio (80 indiciamentos) não deve ocorrer. Vale ressaltar, que estão em andamento ações para ampliar a ação contra esse crime, como a contratação de novos policiais, e a consequente reestruturação da CGDI - Coordenação-Geral de Defesa Institucional.

Quantidade alcançada

33

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	28	pessoas	8	31/12/2014
Região Norte	32	pessoas	6	31/12/2014
Região Sul	20	pessoas	13	31/12/2014

• Ampliar a aderência do Brasil às recomendações internacionais sobre prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo

Análise Situacional da Meta

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – Enccla permanece diligente às pretensões de atender às recomendações internacionais dos foros os quais a República Federativa do Brasil tem compromissos a honrar. Uma das ações mais significativas foi a criação do grupo permanente, no âmbito da própria estratégia, constituído por AGU, BACEN, CGU, COAF, CVM, DRCI/MJ, DPF, GNCOC, GSI/PR, MD, MPF, MRE, PGFN, PREVIC, Rede LAB, RFB, SENAD/MJ e SUSEP, para elaborar e aplicar uma metodologia de avaliação de risco para lavagem de dinheiro, conforme nova recomendação do Grupo de Ação Financeira (GAFI-FATF).



Em 2015, esta ação deverá ter importantes desenvolvimentos na consolidação do modelo brasileiro de Avaliação Nacional de Riscos (ANR) relacionados à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, seja do ponto de vista dos aspectos técnicos e também institucionais, a fim de garantir um conjunto robusto de fontes de ameaça detectadas e operacionalizadas dentro do sistema.

A Enccla definiu por enfrentar a situação de empresas registradas no exterior que operam no Brasil no mercado de capitais e assets de modo geral com a intenção de conferir mais transparência nas transações comerciais e financeiras, buscando identificar os reais beneficiários, dando maior efetividade quanto ao cumprimento das Recomendações 10, 24 e 25 do GAFI. Serão elaborados: (a) diagnóstico sobre os arranjos legais e tipos de pessoas jurídicas existentes no mundo e de (b) propostas de aprimoramento na coleta de informações sobre beneficiários finais. Esta ação já conseguiu avançar em melhorias no formulário eletrônico da Receita Federal específico (Quadro de Sócio/Administrador). Definitivamente, um passo concreto no sentido de propiciar mais informações aos órgãos de fiscalização, controle e persecução penal, em consonância com as recomendações do GAFI.

Baseado no documento “Trade Based Money Laundering” lançado pelo GAFI-FATF ainda em 2006, que alerta para o fato de que o comércio se tornou a terceira via, em ordem de importância, para a lavagem de dinheiro, a Enccla definiu aprovar uma ação para identificar mecanismos que possibilitem maior efetividade dos órgãos de fiscalização, controle e persecução penal nas ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro por meio do comércio internacional.

A XII Plenária da Enccla definiu ações para 2015 em razão da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção). A Estratégia irá “Propor diretrizes para avaliar os programas de integridade (compliance) previstos na Lei nº 12.846/13”. O produto esperado é uma matriz contendo os elementos, características e padrões mínimos e necessários para avaliar as medidas de um programa de integridade, a fim de atender à Lei nº 12.846/13.

As ações da Enccla são definidas em suas plenárias anuais contando com a aprovação dos mais de 60 órgãos de Estado que compõe o Sistema Nacional de Combate e Prevenção à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. No ano seguinte os responsáveis desenvolvem as ações e informam à Estratégia.

Com base nas Convenções das Nações Unidas para Corrupção e a de Crime Organizado Transnacional, o Ministério da Justiça realiza programas de treinamento e capacitação específicos para o combate à lavagem de dinheiro e prevenção à corrupção – o PNLD. Em 2014 foram capacitados 1.023 (mil e vinte e três) agentes públicos (magistrados, polícias, membros do Ministério Público, analistas de Tribunais de Contas) e da sociedade civil em 11 (onze) unidades da Federação: AL, AP, CE, DF, ES, MT, PI, RJ, RO, SC e SP.

Importante mencionar a adoção de normas infralegais pelos órgãos reguladores, emitidos em 2014, que contribuem para o aprimoramento dessa política:

- 1) Instrução Normativa DREI nº 24, de 4 de junho de 2014 (Departamento de Registro Empresarial e Integração)
- 2) Resolução do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (COFECI) nº 1.336, de 20 de outubro de 2014.

Destaca-se que todos esses dispositivos normativos encontram-se no site do COAF (www.coaf.fazenda.gov.br/conteudo/legislacao-e-normas).

- **Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015**

**Análise Situacional da Meta**

Foram fiscalizadas 11.305.230 pessoas em rodovias federais entre 2012 e 2013 (4.097.147 pessoas em 2012 e 7.208.083 pessoas no ano de 2013).

Foram fiscalizadas 6.574.173 pessoas em rodovias federais de janeiro a novembro de 2014. Somado aos anos de 2012 e 2013 totalizou 17.879.403 pessoas. Este quantitativo está dentro da meta estabelecida pelo DPRF. O resultado deste aumento no número de fiscalizações foi a redução significativa do número de acidentes graves bem como aumento das prisões e apreensões de todos os tipos nas inúmeras ações de fiscalização. O resultado tem contribuído também para o cumprimento de mandados de prisões e identificação de condutores com CNH's vencidas ou adulteradas.

Quantidade alcançada

17.879.403

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	%	13,87	30/11/2014
Região Nordeste	27	%	24,65	30/11/2014
Região Norte	10	%	10,9	30/11/2014
Região Sudeste	25	%	28,42	30/11/2014
Região Sul	23	%	22,14	30/11/2014

- **Ampliar de 6.300.000 para 9.000.000 o número de documentos de viagem e identidades de estrangeiros emitidos no quadriênio**

Análise Situacional da Meta

Com relação especificamente ao número de documentos de viagem expedidos:

no ano de 2012: 1.935.680 unidades, no ano de 2013: 2.295.862 unidades, no ano de 2014: 2.280.507 unidades.

Acredita-se que haverá a possibilidade do cumprimento da meta em 2015, com a expedição de 9.000.000 de documentos de viagem e identidades de estrangeiros.

Quantidade alcançada

6.512.049

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar de 68.000.000 para 90.000.000 o número de registros de entrada e saída de pessoas no território nacional no quadriênio**

Análise Situacional da Meta

Em 2012: 9.270.735 registros de entrada e saída de pessoas no território nacional. Em 2013: 21.361.393 registros de entrada e saída de pessoas no território nacional. Em 2014: 20.724.490 registros de entrada e saída de pessoas no território nacional.

Difícilmente a meta de 90 milhões de registros será atendida no quadriênio, pois o volume de entrada e saída de pessoas no território nacional (migração) está aquém do número esperado para o período.

Quantidade alcançada

51.356.618

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar em 15% o número de investigações concluídas (inquéritos relatados), chegando a um total de 310.778**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram relatados 49.396 inquéritos policiais, perfazendo uma média mensal de 4.490 inquéritos. Em 2013, o número de inquéritos policiais (IPLs) relatados (concluídos) foi de 66.144, o que dá uma média de 5.512 IPLs relatados



por mês em 2013. A título de informação, em 2012 houve mudanças administrativas na alta administração da Polícia Federal, o que enseja tempo para o planejamento e transmissão às unidades de novas metodologias de trabalho.

Em 2013 e 2014, fora detectada pequena diminuição na produtividade em razão de o Brasil ter sediado diversos eventos, tais como a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude, a Copa de Mundo de Futebol, além de ter realizado Eleições Presidenciais, eventos que demandaram intensa mobilização e deslocamento de efetivo policial, o que gerou prejuízo aos trabalhos de Polícia Judiciária levados a efeito no órgão.

Em 2012, conforme conferência dos dados, foram relatados 58.430 inquéritos.

Quantidade alcançada

173.970

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	11	%	9,94	31/12/2014
Região Nordeste	18	%	21,4	31/12/2014
Região Norte	10	%	8,62	31/12/2014
Região Sudeste	43	%	40,43	31/12/2014
Região Sul	18	%	19,61	31/12/2014

• Aparelhamento de 40 Núcleos de Inteligência nas regiões de Fronteira (polícias estaduais) - Plano Estratégico de Fronteiras

Análise Situacional da Meta

Objetivando estender a malha de inteligência nos municípios fronteiriços do país, buscando maior capilarização da produção do conhecimento em inteligência de segurança pública, levou-se a efeito a ideia de descentralizar as atividades de inteligência para as áreas vulneráveis dos Estados que possuem fronteiras internacionais. Para tanto, o projeto Enafron surgiu com a proposta de reaparelhar dezenas de Núcleos de Inteligência integrados por Policiais Civis e Militares, no interior dos Estados de fronteira. As Agências e os Núcleos estão sendo aparelhadas e criados, a partir dos investimentos realizados por intermédio de transferências voluntárias do Ministério da Justiça, sendo possível com isso a pactuação com 11 (onze) Estados de fronteira, estruturando o setor de inteligência, de forma que possibilite sua capacidade de atuação.

Atualmente é possível contar com 81 Núcleos de Inteligência em funcionamento nas fronteiras, incluindo aqueles apoiados com recursos do próprio Estado.

Importante destacar que como os convênios ainda se encontram em fase de execução, a capacidade máxima de atuação e pleno funcionamento está prevista para o final de 2015.

Previsão de realização para o próximo período:

Para o período vindouro prevê-se a criação de mais 11 (onze) Núcleos de Inteligência na região de fronteira.

Arranjos de Gestão:

Participam dessa empreitada os Órgãos de Segurança Pública envolvidos: Polícias Civil e Militar de cada Estado, que apresentam como contrapartida, além da parte financeira, o de estrutura física e de pessoal.

• Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Há dificuldades nas aquisições, em razão da distância dos grandes centros, onde estão instalados, em maioria, os



fornecedores. Dificultando e encarecendo as entregas, razão maior do desinteresse pelo certame licitatório.

• **Observações:**

Dentro do previsto para os projetos Enafron, a execução segue seu curso normal, vez que os Convênios ainda se encontram em fase de execução, estando os núcleos, em sua maioria com previsão de pleno funcionamento em final de 2014 / 2015.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2014

• **Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteiras**

Análise Situacional da Meta

A PRF é participante do Pregão Presencial Internacional, conduzido pela Senasp, onde se prevê a aquisição de 4 unidades.

Em 02/07/2014, foi realizado na Secretaria Nacional de Segurança Pública o Pregão Presencial Internacional sob nº 14/2014 – cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de veículos especiais equipados com escâneres (geradores de imagens), para uso em atividades de policiamento nas operações de fiscalização de veículos e cargas, de modo não intrusivo e não destrutivo, através de processo de visualização do seu interior, para atender demanda da Senasp, Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Comando do Exército. Contudo, este pregão foi suspenso administrativamente para que o Ministério da Justiça possa prestar informações à Procuradoria Regional da União no Distrito Federal acerca da Ação Ordinária nº 4399.32.2014.4.01.3400. Cabe registrar que o mencionado pregão atenderá demandas tanto no âmbito da fronteira com também dos grandes centros urbanos.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Falta de empresas cadastradas no mercado mundial com tal tecnologia e previsão orçamentária para aquisição de todos os scanners.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	2	31/12/2014
Região Norte	8	unidade	1	31/12/2014
Região Sul	4	unidade	2	31/12/2014

• **Capacitação e treinamento, pelo CNCP, de 6.800 agentes públicos que atuam no combate à pirataria**

Análise Situacional da Meta

No 2º semestre de 2013, em decorrência de esforços de articulação institucional, foram firmados acordos de cooperação referentes ao projeto “Cidade Livre de Pirataria” com 4 Prefeituras, que inclusive são sede dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, possibilitando a realização dos Cursos de Capacitação de Agentes Públicos, que ocorreram em Salvador, para 170 agentes; em Cuiabá, para 64 agentes; em Manaus, para 50 agentes; e em Porto Alegre, para um público de 120 pessoas.

No 1º semestre de 2014 dando prosseguimento à meta de estabelecer a cooperação “Cidade Livre de Pirataria” com as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, foram firmados acordos de cooperação com 2 Prefeituras, sendo Natal e Fortaleza. Por razões de incompatibilidade de agenda dos Prefeitos e do Secretário Executivo do CNCP, houve a



impossibilidade de promover a capacitação dos agentes públicos nestas cidades, devendo ser agendada data para promoção da capacitação.

No 2º semestre de 2014, em decorrência de alterações ocorridas na gestão do Conselho, não houve tempo hábil de realizar assinatura de Acordos de Cooperação Técnica (Cidade Livre de Pirataria) com os Municípios, o que impossibilitou a realização dos cursos de capacitação de agentes públicos. Ressaltamos, todavia, que se encontram em tratativas para formalizar a parceria com o CNCP as prefeituras de Caxias do Sul e Blumenau.

Quantidade alcançada

1.104

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20	%	2,11	31/12/2014
Região Nordeste	20	%	2,5	31/12/2014
Região Norte	15	%	0,73	31/12/2014
Região Sudeste	25	%	9,11	31/12/2014
Região Sul	20	%	1,76	31/12/2014

- **Consolidar mecanismos estratégicos de cooperação e planejamento integrado com organismos internacionais, com países fronteiriços, com entes públicos federais, estaduais e municipais, bem como com entes privados**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a Secretaria Nacional de Justiça presidiu a VI Reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Jurídica em Matéria Penal, que se desenvolve no âmbito da Reunião de Ministros da Justiça da Organização dos Estados Americanos. Durante Este mandato, atuou-se de forma a potencializar outras iniciativas brasileiras na OEA, especialmente em relação ao tema de assistência jurídica mútua em relação à identificação, congelamento e confisco de ativos que sejam produto ou instrumento de delitos, que remete ao Projeto BIDAS a que a SNJ se vinculou durante o exercício da presidência do Grupo de Especialistas para o Controle da Lavagem de Dinheiro. Dentre os diversos avanços obtidos durante a reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Jurídica em Matéria Penal, a aprovação do “Protocolo da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal Relativo ao Uso de Novas Tecnologias de Comunicação e à Audiência por Videoconferência” coroou o êxito da presidência brasileira no foro.

Em 2014 foi sediada a 10ª Reunião da Rede de Recuperação de Ativos do Grupo de Ação Financeira da América Latina (RRAG). O encontro tratou sobre a dinamização dos processos de cooperação internacional envolvendo representantes da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, México, Costa Rica, Panamá, Cuba, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá. Também participaram deste evento representantes do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), do Banco Mundial e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Também em 2014 o Ministério da Justiça presidiu a XXXVIII Reunião do Grupo de Especialistas para o Controle da Lavagem de Dinheiro (LAVEX), celebrada em Washington. Foi no âmbito do LAVEX que o Brasil se envolveu no Projeto BIDAS (Projeto de Bens Apreendidos e Confiscados na América Latina).

Em âmbito multilateral, foi negociado o Protocolo da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal Relativo ao Uso de Novas Tecnologias de Comunicação e à Audiência por Videoconferência. Ademais, assinou-se Acordo sobre o uso do sistema seguro de comunicação Iber@. Ambos os acordos abrangem todos os países de fronteira.



Sobre a meta, cabe destacar os trabalhos realizados pela Polícia Federal (PF), por meio de suas Adidâncias Policiais e Oficialatos de Ligação localizados no Paraguai, Colômbia, Bolívia, Peru, Venezuela, Argentina e Uruguai, e as polícias nacionais desses países. O trabalho em conjunto vem gerando resultados estratégicos concretos, fortalecendo a atuação coordenada e integrada entre forças de segurança no combate, principalmente, a grupos organizados transnacionais voltados para o tráfico de armas e drogas. Nesse contexto, destacam-se as ações de erradicação da maconha no Brasil e no Paraguai. A cooperação internacional também se mostrou eficiente nas ações em conjunto com o Peru, especificamente no que se refere à Operação Trapézio, na fronteira entre o Brasil (Amazonas – vale do rio Javari) e Peru.

É importante destacar também a participação de 16 agentes da polícia haitiana no Curso de Formação Profissional da Polícia Rodoviária Federal. Além disso, esforços estão sendo envidados no sentido de estimular e fortalecer a cooperação bilateral na área de segurança para o trânsito, prevenção de ilícitos, bem na promoção de ações coordenadas de fiscalização de transporte internacional de cargas e de passageiros entre a PRF e instituições policiais de países vizinhos. Um instrumento do tipo já está em fase de negociação com a Polícia Nacional do Peru e com a Agência de Imigração e Aduana dos EUA (Immigration and Customs Enforcement – ICE/DHS).

Também foi iniciado um relacionamento direto entre a PRF e a Guarda Civil da Espanha para fomentar a cooperação recíproca na área de segurança viária, culminando no acompanhamento de um observador espanhol durante a realização da Operação “Copa do Mundo”. Também espera-se maior aproximação da PRF com as instituições policiais dos Estados Unidos da América e Canadá, que possuem grande conhecimento e experiência em segurança pública. Ademais, prosseguirão os esforços no sentido de promover a criação de Representações da PRF junto a Embaixadas do Brasil no exterior. Importante citar que se deu início às tratativas entre a PRF, a Receita Federal e o Ministério das Relações Exteriores - MRE para que a PRF seja incluída no rol de instituições brasileiras que poderão atuar nas áreas de Controle Integrado - ACI's do Mercosul nos passos fronteiriços já contemplados e os que ainda serão criados. Além disso, atendendo a demandas do MRE, a PRF tem participado de reuniões bilaterais de integração fronteira do Brasil com países vizinhos, notadamente Bolívia, Peru, Guiana, Argentina e Uruguai, contribuindo no diálogo referente à segurança pública e viária que ocorrem em rodovias federais situadas em regiões de fronteira.

- **Desenvolver e implantar novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras, o SISCOAF II, com vistas à modernização tecnológica para o fortalecimento da produção de inteligência financeira e da supervisão de setores econômicos no âmbito da prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo**
Análise Situacional da Meta

Até o momento foram mapeados os processos, elaborados os modelos de negócio e modelo de dados conceitual dos processos de supervisão de setores econômicos. Também foi finalizado o mapeamento de processos do tipo AS-IS dos processos de Inteligência Financeira. Realizou-se um workshop entre o SERPRO e o COAF para definir a metodologia de trabalho e de desenvolvimento do sistema. O desenvolvimento do sistema continuou ao longo do ano de 2014, momento em que foram especificados, desenvolvidos, homologados e postos em produção os seguintes módulos: Módulo de Universo Fiscalizável; Módulo de Cadastro e Habilitação; Módulo de Envio de Notificações e Alertas; Módulo do Portal da Pessoa Obrigada; primeiro módulo de Aferição de Conformidade. Foi ainda prospectada uma Solução de Inteligência Analítica.

Para 2015 espera-se desenvolver as seguintes atividades:

Especificação, desenvolvimento, homologação e produção do segundo módulo de Aferição de Conformidade; Especificação de processos e dados (AS-IS/TO BE) da atividade de Processo Administrativo Punitivo – PAP; Especificação de processos e dados (TO BE) da atividade de Inteligência Financeira; Solução de Inteligência Analítica.

- **Elaboração de um Plano de Aviação em Segurança Pública para os Estados Fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras**

**Análise Situacional da Meta**

Encontra-se em fase de finalização o Plano Nacional de Aviação de Segurança Pública nas Fronteiras, visando dotar os órgãos de segurança pública dos 11 Estados, que limitam territorialmente com Países sulamericanos, de capacidade e mobilidade aérea para execução de suas missões.

O Plano encontra-se lastreado em três eixos estratégicos: reestruturação/reequipamento das OASP de Fronteira; Capacitação/Qualificação de pessoal/tripulações e Padronização Operacional. Nesse alinhamento, em 2014 realizaram-se as seguintes ações:

- Financiamento de aquisição de uma aeronave de asa rotativa, multimissão leve, para a Polícia Civil do Estado de Santa Catarina (SC), e estabelecimento de uma Base de Aviação de Segurança Pública de Fronteiras, na cidade de Chapecó (SC), denominada SAERFRON, onde o helicóptero está sendo operacionalizado;
- Financiamento de aquisição de uma aeronave de asa fixa, com capacidade de transportar 10 pessoas, para a Secretaria de Segurança Pública do Pará (SSP/PA), a qual está sendo operacionalizada pelo GRAESP – Grupamento Aéreo de Segurança Pública nas missões e operações do policiamento especializado de fronteiras paraense;
- Reunião de Aviadores de Segurança Pública dos 11 Estados de Fronteira, no âmbito do Encontro Nacional de Aviação de Segurança Pública 2014, realizado em Fortaleza/CE, a fim de sugerir diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Aviação de Segurança Pública de Fronteiras, bem como buscar e debater as sugestões dos profissionais da área para a elaboração das diretrizes estratégicas do Plano Nacional para esse segmento;
- Mapeamento das Unidades Aéreas dos Órgãos de Segurança Pública dos 11 estados de Fronteira;
- A Regulamentação da Aviação de Segurança Pública continua em análise interna à Agência Nacional de Aviação Civil, com previsão de deliberação final sobre o tema no primeiro trimestre de 2016, conforme Portaria ANAC nº 2.975, publicada na edição de 12/12/2014 do Diário Oficial da União.

No âmbito estadual, as principais dificuldades encontradas na estruturação da Aviação de Segurança Pública de Fronteiras, estão relacionadas a falta de efetivo qualificado para execução de atividades de aviação de segurança pública afetas as Polícias Militares e Cíveis, Corpo de Bombeiros Militares; ausência de políticas de pessoal adequadas para os profissionais de aviação de segurança pública; infraestrutura precária, especialmente no Arco Norte e Central da Fronteira (AP, AM, AC, PA, MT, MS, RR, RO); infraestrutura precária em alguns Estados, dificultando as ações de prevenção e repressão, bem como o transporte de emergência e deslocamento de profissionais de segurança pública.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Elaborar e implementar o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**Análise Situacional da Meta**

O II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP) teve seus objetivos aprovados pelo Decreto nº 7.901/13 e pela Portaria Interministerial nº 634, de 25 de fevereiro de 2013, do Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Política para as Mulheres. O plano foi fruto de um amplo e intenso processo participativo de trabalho, que reuniu a experiência e a inteligência de milhares de pessoas e profissionais envolvidos com o tema no Brasil e no exterior.



Com a aprovação do II Plano foi também instituído o Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNETP, responsável pelo acompanhamento da implementação das 115 metas neste previstas, podendo propor ajustes técnicos e de prioridades, coletar, difundir e disseminar informação entre os organismos implementadores e para toda a sociedade.

O Decreto instituiu ainda o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que foi composto a partir da indicação de representantes dos Conselhos Nacionais que o compõem e da eleição de representantes da sociedade civil. O Comitê iniciou suas atividades em janeiro de 2014, com a posse de seus membros, já realizou três reuniões ordinárias, aprovou seu planejamento estratégico e os planos de trabalho das comissões permanentes e já se manifestou em duas ocasiões: sobre tráfico de pessoas em contexto de grandes eventos e sobre violações de direitos de profissionais do sexo em ações de segurança pública justificadas como de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

No que tange ao monitoramento do II PNETP foram publicados até dezembro de 2014, cinco (5) Relatórios de Progresso referentes a sua implementação. Ao final de 2014 foi apresentada a avaliação de meio termo do plano, realizado por uma consultoria contratada especificamente com esta finalidade, que também propôs recomendações para melhorias de relatos, indicadores e resultados do II Plano Nacional.

Os relatórios são divulgados no site do Ministério da Justiça a cada ciclo quadrimestral de prestação de informações para fins de transparência e controle social e são submetidos à análise da Comissão Permanente de Monitoramento e Orçamento do CONATRAP.

• **Fomentar a realização de 08 operações simultâneas e integradas em todos os arcos da fronteira (norte, sul e central) cordenadas pelos órgãos estaduais de segurança Pública - Plano Estratégico de Fronteiras.**

Análise Situacional da Meta

A partir das ações da Enafron em parceria com os Estados e baseado nas discussões e pacto ocorridos no Encontro de Interlocutores da Enafron e Secretários Executivos do GGIF/ Câmara Temática de Fronteira no Município do Chuí-RS, foi realizado a 1ª Operação Simultânea – GGI FRON nos dias 13 e 14 de dezembro de 2012 com a participação de 10 Estados: Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Roraima, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Apenas o Estado de Rondônia não participou desta ação integrada, que beneficiou um total de 139 Municípios fronteiriços que abrigam uma população de 5.682.953 de pessoas. Foi utilizado um efetivo total de 3.009 servidores da segurança pública e 696 viaturas empregadas. Vale ressaltar entre outras produtividades: foram recuperados 13 veículos, 129 prisões, apreendidas 11 armas de fogo, 777,726 kg de maconha, 35,3 kg de cocaína e 51 pedras de crack.

No ano de 2013, o fomento das Operações Simultâneas e Integradas só foi possível no primeiro semestre, catalisadas por meio da utilização de mecanismos de gestão como reuniões técnicas realizadas em Cáceres-MT, Foz do Iguaçu-PR e Oiapoque-AP, eventos onde foram discutidas as principais ações estratégicas (inteligência, táticas e operacionais) para a realização de operações no primeiro semestre. Essa operação do primeiro semestre envolveu a participação direta dos estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. A referida operação foi desencadeada na semana anterior à Jornada Mundial da Juventude (JMJ) e o foco era proporcionar segurança aos milhares de pessoas que deslocavam em direção ao Estado do Rio de Janeiro. Em novembro foi realizada reunião técnica em Chapecó-SC, no entanto, diferentemente do 1º semestre, não foram realizadas operações simultâneas envolvendo todos os Estados, fato provocado pela ocorrência dos Jogos da Copa das Confederações, que redundaram num grande esforço dos órgãos de segurança pública, especialmente no que tange a diversas manifestações, que fizeram com que os entes federados focassem a realização de centenas de operações integrantes no âmbito de cada estado. Importante destacar que a ausência dessas operações não foi fator determinante para aumento dos esforços dos órgãos estaduais de segurança pública.



Principais realizações do período:

Considerando os preparativos para a Copa do Mundo e a realização do evento, não foi possível realizar nenhuma operação integrada entre os Estados Fronteiriços, de acordo com os Arcos, tendo em vista que em todos eles haviam um Estado Sede da Copa do mundo.

Foi desencadeada no segundo semestre de 2014 duas operações integradas, sendo a primeira envolvendo os 11 estados de fronteira mais as unidades federativas localizadas na região Nordeste e a segunda envolvendo todos os estados brasileiros.

Previsão de realização para o próximo período:

O Ministério da Justiça, aproveitando inclusive o legado de segurança pública da Copa do Mundo, fomentará atuação integrada entre Estados de Fronteira e Estados que fazem divisa com estes, de forma a ampliar a atuação integrada entre os Estados.

Apresentação e coordenação de um plano de atuação integrada.

Arranjos de Gestão:

Os Estados é que são responsáveis pela realização das operações integradas, cabendo ao Ministério coordenar a integração entre Estados, agregando também a participação dos órgãos de segurança pública federais, tais como a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

Nesse sentido, estão sendo realizadas reuniões com Estados de Fronteira e Estados que fazem divisa com estes; visitas técnicas aos Estados, levantamento de iniciativas e sugestões, para a elaboração de um plano que agregue as peculiaridades de cada um dos Arcos de Fronteira.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Articulação dos Estados a participarem das Operações, em razão de outras prioridades estabelecidas por estes.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantação de 11 Sistemas de Radiocomunicação com abrangência em 140 municípios fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Devido à complexidade desse projeto, a discussão sobre sua implantação demandou muitos esforços da SENASP e Estados durante os anos de 2012 e metade do ano de 2013, porém, após essa fase de estruturação, definições, apresentação de propostas, ajustes, aprovação e celebração de convênios, os 11 Estados estão iniciando a execução de fato dos convênios, preparando editais e demais medidas visando à estruturação dos Sistemas em diversos municípios de fronteira.

Nas estimativas iniciais, o projeto teria uma amplitude de cobertura na área urbana de 140 municípios, porém, após a finalização das últimas propostas, a previsão é de atingir 152 municípios, superior à meta prevista inicialmente. Importante mencionar que, após a execução final do convênio, esse quantitativo pode sofrer novas alterações.

Principais realizações do período:



Empenho da terceira parcela dos convênios; acompanhamento do repasse do financeiro dos convênios aos Estados fronteiriços; apoio técnico na implementação do projeto.

Previsão de realização para o próximo período:

Acompanhamento do repasse do financeiro dos convênios aos Estados fronteiriços; apoio técnico na implementação do projeto.

Celebração de Acordo de Cooperação para integração da comunicação (torres, infraestrutura) com as polícias federais e Ministério da Defesa.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Baixa qualidade técnica dos projetos apresentados pelos entes federados, sendo que em alguns casos houve atraso na aprovação das propostas, em razão de projetos copiados de um Estado para outro, direcionamento dos equipamentos a serem adquiridos e ausência de pesquisa mercadológica atualizada.

Tentativa dos Estados em alterar as especificações técnicas estabelecidas na Portaria que deu início à elaboração dos projetos, de acordo com interesses individualizados.

Arranjos de Gestão:

Articulação contínua tanto com os técnicos dos estados quanto com os gestores da política pública, com a finalidade de proporcionar a integração da comunicação entre os Estados fronteiriços.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras

Análise Situacional da Meta

Considerando a atuação integrada das Instituições com relação ao Plano Estratégico de Fronteiras, especialmente no que tange aos Departamentos de Polícia Federal (DPF) e Rodoviária Federal (DPRF), optou-se no âmbito da PRF em se adotar o projeto de Próprios Nacionais Residenciais iniciado no DPF. Com isso, assim que concluído essa fase pela PF, haverá a adoção das medidas cabíveis para adaptação às demandas da PRF. Portanto, não haverá execução física da ação na Polícia Rodoviária Federal até que o DPF conclua o projeto.

Em relação à Polícia Federal, a meta é a construção de 236 unidades, em 10 municípios. A empresa contratada em 2012 não concluiu o projeto e está em andamento processo administrativo para aplicação das sanções cabíveis.

Em 2014, os trabalhos de licitação e contratação das obras por parte do DPF foram paralisados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	350	unidade	36	31/12/2014

• Implantação de Sistemas de videomonitoramento em 64 municípios de fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras

Análise Situacional da Meta



O projeto está seguindo seu curso conforme planejado. Após a publicação de portaria estabelecendo os parâmetros de financiamento, todos os estados fronteiriços apresentaram seus respectivos projetos, sendo devidamente aprovados, empenhados e pagos, com exceção do Estado do Pará que ainda aguarda liberação do financeiro.

Após a conclusão de todos os projetos, a previsão inicial de abrangência do sistema que era de 64 municípios foi alterada para 77, acima do previsto inicialmente em virtude do modelo de negócio apresentado pelo Governo de Santa Catarina, que buscou através de parcerias com municípios do oeste do estado alcançar diversas outras localidades que não estavam previstas anteriormente, sendo uma promissora iniciativa para expansão desses importantes sistemas.

Principais realizações do período:

Acompanhamento do repasse do financeiro dos convênios aos Estados fronteiriços; apoio técnico na implementação do projeto.

Previsão de realização para o próximo período:

Acompanhamento da implementação do projeto e sua utilização nos termos pactuados na Portaria que deu início à elaboração dos projetos.

Arranjos de Gestão:

Articulação contínua tanto com os técnicos dos estados quanto com os gestores da política pública para a implementação do projeto.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Baixa qualidade técnica dos projetos apresentados pelos entes federados, sendo que em alguns casos houve atraso na aprovação das propostas, em razão de projetos copiados de um Estado para outro, direcionamento dos equipamentos a serem adquiridos e ausência de pesquisa mercadológica atualizada.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantação do Diretório Nacional de Titulares de Marcas com o objetivo de facilitar o contato entre os servidores públicos que atuam no combate à pirataria e aos delitos contra a propriedade intelectual e à sonegação fiscal deles decorrentes e o titular da marca registrada no INPI, na forma da Resolução nº 01 de 03 de maio de 2011 do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP)**

Análise Situacional da Meta

O desenho geral do projeto foi reelaborado por Grupo de Trabalho constituído no primeiro semestre de 2013. Entre outras alterações, houve a mudança do nome do projeto para “Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas”.

O projeto foi lançado oficialmente no dia 03/12/2013, por ocasião do “Evento de Mobilização em Comemoração ao Dia Nacional de Combate à Pirataria”. Em sua execução está contemplada a realização de projeto-piloto no Rio de Janeiro, sendo que, até junho de 2014, deverá ocorrer o cadastramento e a capacitação de agentes públicos da Secretaria da Receita Federal do Brasil, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, com ênfase nos 12 Estados cujas capitais sejam sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

Após a finalização do projeto-piloto e da primeira etapa, está prevista a ampliação do projeto, tendo como objetivo o cadastramento no Diretório de agentes de todos os estados da federação.



No 1º semestre de 2014: o Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas, gerido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, em 14/07/14 alcançou o número de:

- i) 63 titulares de marcas representando 7.489 marcas;
- ii) 23 arquivos digitais com instruções para identificação de produtos originais e falsos;
- iii) 90 agentes públicos federais cadastrados de 15 estados da federação e do Distrito Federal.

No 2º semestre de 2014: o Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas, gerido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, em 29/12/14 alcançou o número de:

- i) 93 titulares de marcas representando 9.484 marcas registradas;
- ii) 41 arquivos digitais com instruções para identificação de produtos originais e falsos;
- iii) 136 agentes públicos federais cadastrados de 18 estados da federação e do Distrito Federal.

• **Implantação de 11 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F) ou Câmaras temáticas de Fronteira no âmbito Estadual - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

A integração entre as forças é um dos objetivos e diretrizes principais não apenas da Enafron, mas do Plano Estratégico de Fronteiras como um todo, inclusive mencionado em todos os artigos do Decreto nº 7.496 de 11 de junho de 2011, e levadas a efeito a partir de então.

Além das atividades destacadas nos arranjos de gestão, as ações dos GGIFs e CTs Frons merecem um destaque e atenção especial, mesmo fazendo parte desses arranjos, visto que esses fóruns devem congregiar todas as ações e iniciativas que tenham como objetivo a aproximação dos “atores das fronteiras”, promovendo mecanismos de integração sistêmica e cooperação entre o Governo Federal e os Governos Estaduais e Municipais.

No ano de 2013, houve uma movimentação e articulação dos GGIFs e CTs Frons. Conforme dados repassados pelos Estados, foram realizadas 120 reuniões. O Gabinete de Gestão Integrada que realizou a maior quantidade de reuniões de integração foi do Estado de Mato Grosso do Sul, 53 reuniões no total, e isso se deve principalmente pelo formato escolhido, que é descentralizado em quatro pólos regionais (Navirai, Ponta Porã, Corumbá e Jardim), bem como pela priorização da própria Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado, servindo de bom exemplo a ser seguido pelos demais entes federados. Outros estados que realizaram uma quantidade menor de reuniões, mas que se destaca pelo êxito das ações cotidianas e integradas entre os órgãos federais, estaduais e municipais é o Estado de Mato Grosso que possui uma priorização extremamente relevante para essa temática de cooperação e colaboração.

No ano de 2014 houve forte articulação política dos GGIFs e CTs Fron. Conforme dados repassados pelos Estados, foram realizadas 118 reuniões, momento em que são planejadas as diversas ações estratégicas e operacionais dos sistemas estaduais de segurança pública. Nesse sentido, destaca o êxito das ações integradas de cada órgão com outros organismos das esferas federais, estaduais e municipais, cujos benefícios são de suma importância para o sistema como um todo.

Principais realizações do período:

Acompanhamento das ações realizadas pelos GGIs e Câmaras Técnicas de Fronteira, que realizaram ao longo de 2014 118 reuniões. Observa-se que essas reuniões têm contribuído fortemente para a melhoria da atuação das instituições de segurança pública na faixa de fronteira. Isso pode ser observado pelos dados de apreensões e outras atividades de polícia desenvolvidas pelas unidades operacionais nos estados fronteiriços.



A ação integrada de articulação entre a SENASP e os estados fronteiriços permitiu a transformação de duas Câmaras Temáticas de Fronteira em Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira, a saber, nos estados do Acre e Rondônia. Isso deverá favorecer a atuação desses organismos e ampliar sua autonomia em seus respectivos estados.

A atuação dos GGIF e CT-Fron contribuiu para que três estados fronteiriços, a saber, Acre, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, formalizassem seus Planos Estratégicos para a Segurança Pública. Fato que fortalece os sistemas de segurança pública nos estados em referência e amplia as possibilidades de maior integração com a SENASP.

Previsão de realização para o próximo período:

Realização de visitas técnicas de acompanhamento da implementação da política Enafron em 11 estados fronteiriços.

Arranjos de Gestão:

Fomento a realização de articulações com os gestores dos municípios da faixa de fronteira.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Dificuldades na articulação e repasse de informações aos gestores dos municípios priorizados para ações da Enafron em suas respectivas fronteiras.

Atraso no cumprimento de pactuações realizadas, especialmente no que concerne à elaboração de publicação de Planos Estaduais de Fronteira, o que só foi realizado até agora apenas pelos estados do Acre, Mato Grosso e Santa Catarina.

Registra-se que no ano de 2012 que houve um pequeno equívoco no total da meta, onde se lê na quantidade alcançada: 14, leia-se 11.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	51	unidade	11	31/12/2014

• Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil

Análise Situacional da Meta

Foram contratados, em 2013, 30 (trinta) pontos de monitoramento, com leitura automática de placas, através de OCR, cuja instalação se efetuou em estados de fronteira - 25 pontos (7 - RS, 1 - SC, 3 - PR, 6 - MS, 6 - MT, 2 - RO) e 5 pontos fora da região de fronteira (3 - RJ e 2 - SP), durante todo o ano de 2014. Ainda no ano de 2014, o contrato foi aditivado em 25% e estão sendo instalados mais 04 (quatro) pontos nos estados de RS, MT, PR e AC, que serão entregues até o primeiro trimestre de 2015. A PRF já abriu, no ano de 2015, novo processo licitatório para a aquisição de mais 98 (noventa e oito) pontos de monitoramento, contemplando todos os estados de fronteira (RS, SC, PR, MS, MT, RO, AC, RR, AM, PA e AP). Caso o processo licitatório não reste frustrado e haja disponibilidade orçamentária, a instalação desses pontos a serem contratados deverá se realizar até o final do ano de 2015. Atualmente, existem 25 (vinte e cinco) pontos em perfeito funcionamento nos estados de fronteira. Até o final de 2015, a perspectiva é de que tenhamos 127 (cento e vinte e sete) pontos de monitoramento em região de fronteira. Dentre os principais resultados obtidos desde a liberação do sistema para uso pelo efetivo, que ocorreu em 23 de julho de 2014, obteve-se o aumento de, aproximadamente, 22% de veículos recuperados, 38% das apreensões de cocaína e 22% das apreensões de maconha nas Regionais que possuem o Alerta Brasil instalado.

**Quantidade alcançada**

30

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	66	unidade	25	31/12/2014

• **Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial compreendeu a aquisição de hardwares e softwares, para o tratamento dos dados que são coletados com a leitura automática de placas realizada pelos pontos de monitoramento, bem como por meio de modelos e padrões desenvolvidos pela Coordenação de Inteligência da PRF. O sistema se encontra em funcionamento desde março de 2014, mas tem como característica o contínuo aperfeiçoamento, com o fito de otimizar a ação policial, qualificar a produção de conhecimento e subsidiar decisões.

• **Modernização de 21 Unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para Unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Foram modernizadas, em 2012, 14 unidades de inteligência policial, voltadas principalmente para a prevenção e repressão do tráfico de drogas.

Em 2013, foram inauguradas unidades do GISE (Grupo de Investigações Sensíveis), totalizando a modernização de 17 unidades em funcionamento na região de fronteira. Serão continuados os processos licitatórios para aquisição de equipamentos de investigação, informática, mobiliário e o restante do aparato de infraestrutura para possibilitar a estruturação de mais bases que compõem o referido projeto.

Em 2014 foram inauguradas mais 4 unidades GISE, nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	21	unidade	21	30/11/2014

• **Modernização do Sistema de Interceptação de Sinais do Departamento de Polícia Federal**

Análise Situacional da Meta

O projeto do Sistema de Interceptação de Sinais (SIS), da Polícia Federal, contempla duas etapas de implantação. A primeira delas, que abrange a implementação das funcionalidades de interceptação telefônica, iniciada em abril de 2012, encontra-se em fase de implantação em produção, com aproximadamente 96% do esforço planejado para esta etapa concluído e previsão de início de produção em março de 2015. A segunda etapa, que representa cerca de 40% do esforço total planejado para o projeto, e envolve a implementação de funcionalidades complementares e a integração com o e-Pol, será retomada após o início da implantação do sistema e-Pol.

• **Modernizar e ampliar os sistemas de emissão de passaporte, de controle de tráfego internacional e de registro de estrangeiros, incorporando os requisitos de segurança recomendados pela Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), destacando-se a utilização de mídia eletrônica para a gravação de dados biométricos do portador**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, dando continuidade à evolução dos sistemas utilizados na expedição de passaporte e no controle migratório, foram implementadas novas versões do Sistema Nacional de Passaportes (Sinpa) e do Sistema de Tráfego Internacional



(STI), de caráter evolutivo e corretivo.

Em relação ao Sinpa, em junho 2013, foi implementada a versão 10.2 a qual, dentre outras funcionalidades, possibilitou o aumento da produtividade dos postos de expedição de passaporte mediante a separação das etapas de conferência dos dados biográficos e coleta biométrica, bem como finalizou a integração entre o Sistema de Controle de Emissão de Documento de Viagem do Ministério das Relações Exteriores, e o Sinpa, permitindo a consulta mútua às bases de dados.

No aprimoramento do controle migratório, concluiu-se o desenvolvimento do SATI, sistema que integrará o STI a qualquer solução de autoatendimento migratório (portais eletrônicos ou e-gates), aguardando-se a aquisição dos equipamentos pelos operadores aeroportuários.

No tocante ao Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (Sincre), o projeto foi subdivido em diversos ciclos de desenvolvimento, que representam partes funcionais do sistema Sincre 2.

Foi finalizada, em dezembro de 2013, a aquisição dos equipamentos referentes à renovação do Parque PROMASP (Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro), cuja entrega em todo o Brasil aconteceu no primeiro semestre de 2014.

Dessa forma, houve substituição e acréscimo das estações de controle migratório (computadores e leitoras de documento de viagem). Os links de conexão em alguns aeroportos foram substituídos por conexões com maior capacidade.

Além disso, no primeiro semestre, houve a homologação da solução do passaporte de emergência com zona de leitura mecânica (MRZ, sigla em inglês), no padrão da Organização de Aviação Civil Internacional – OACI. Tal caderneta, na cor azul-celeste, começou a ser confeccionada pela Polícia Federal a partir de setembro de 2014.

No tocante ao registro de estrangeiros, o tempo médio da conferência e emissão da CIE reduziu de 07 meses para 10 dias úteis (em média) e o passivo para emissão de CIE reduziu de 50.000 (em nov/2013) para zero (em dia). Sendo assim, o número de processos com prazo vencido diminuiu em mais de 80%.

No segundo semestre de 2014, implementou-se outra versão do SINPA que, dentre outras inovações, incluiu a filiação nos documentos de viagem expedidos pela Polícia Federal e também possibilitou a inserção da autorização de viagem para menor na página de identificação do passaporte comum eletrônico. Ademais, foram instalados 16 (dezesesseis) terminais de controle migratório eletrônico (e-gate) no Aeroporto de Guarulhos/SP.

• **Modernizar e reestruturar 512 unidades operacionais das polícias estaduais dos 11 estados fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

A partir dos investimentos realizados nos anos de 2011 e 2012 através da celebração de 22 convênios, vários equipamentos, viaturas e armamentos foram adquiridos de acordo com a execução das metas e etapas por ente federado e seus respectivos órgãos, que ainda se encontram em execução. A partir das visitas técnicas de monitoramento dos convênios realizadas ao longo de 2014, foi possível avaliar que por intermédio dos investimentos já foram aparelhadas 606 unidades operacionais na faixa de fronteira, atendendo 263 municípios fronteiriços. Ainda no contexto das ações de aparelhamento das instituições estaduais de segurança pública, foram adquiridas pela SENASP 8.005 pistolas calibre.40, as quais já foram devidamente distribuídas para os estados, exceção feita a Paraná.



Principais realizações do período:

Aquisição de 8.005 pistolas calibre 0.40, que estão sendo distribuídas a todos os profissionais de segurança pública em atividade na faixa de fronteira.

Acompanhamento da execução dos convênios para aparelhamento das unidades operacionais e monitoramento do emprego desses equipamentos nas localidades previamente pactuadas.

Previsão de realização para o próximo período:

Em curso processo licitatório para a aquisição de 14.000 coletes balísticos nível 3-A, modelos masculino e feminino (fase de recurso/homologação).

Continuidade nas ações de monitoramento da execução dos convênios e entrega dos equipamentos nas localidades estabelecidas.

Arranjos de Gestão:

Envio de relatório das visitas de monitoramento, informando aos gestores estaduais acerca do andamento da execução dos convênios e distribuição dos equipamentos, cobrando providências quando há morosidade na execução e no desvio de finalidade de equipamentos.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Baixa execução das propostas, com possibilidade de devolução de recursos à União.

Quantidade alcançada

606

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	512	unidade	606	31/12/2014

• **Realizar 01 pesquisa sobre segurança pública nos 11 Estados de Fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Durante o primeiro semestre do ano de 2014, os dados de pesquisa foram sistematizados e o Relatório Final de pesquisa está sendo desenvolvido. As equipes do NECVU e do RETIS estão confeccionando um Relatório Final acerca da situação das fronteiras no Brasil, estabelecendo comparações entre os arcos de fronteira. Além disso, serão entregues relatórios específicos sobre cada Estado de fronteira. O banco de dados também será disponibilizando, sendo que a equipe do RETIS já entregou à SENASP o banco de dados com as variáveis secundárias agregadas sobre os 588 municípios de fronteira.

A pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras encontra-se inserida no primeiro eixo estruturador da Enafron, constituindo hoje o principal levantamento nacional sobre a configuração da violência e da criminalidade nos municípios situados na faixa de fronteira brasileira, bem como sobre a infraestrutura logística e de pessoal existente nessas localidades para o enfrentamento desses fenômenos. O objetivo finalístico é que este extenso trabalho de pesquisa ajude a orientar e direcionar investimentos na área de segurança pública nos municípios da faixa de fronteira brasileira, assim como, em um segundo momento, que essa massa de informações seja utilizada também para avaliar a eficiência e a eficácia dos programas e projetos custeados com tais recursos.

O universo da pesquisa são os 588 municípios localizados na faixa de fronteira do Brasil com os demais países e territórios da América do Sul. O diagnóstico é estratificado em três níveis. O primeiro nível abarca todo o universo e



será realizado a partir de fontes secundárias de informação. O segundo nível compreende uma amostra de 178 municípios, unidades administrativas que ocupam posição estratégica na faixa de fronteira e consideradas mais vulneráveis aos problemas de segurança pública que se pretende diagnosticar. Por fim, no terceiro nível da pesquisa, que abarca 55 municípios, inclusive as chamadas cidades gêmeas, foi realizada uma pesquisa de campo mais aprofundada não apenas sobre a estrutura institucional de segurança pública e os fenômenos da violência e criminalidade, mas também sobre a dinâmica de mercados ilegais e fluxos de pessoas e mercadorias.

O projeto é desenvolvido em parceria com diversas Universidades Federais dos Estados de Fronteira, sendo que a Coordenação Nacional é da UFRJ, pelo Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ), contando também com a participação do Grupo RETIS (Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ).

A estruturação metodológica, os trâmites institucionais para que a parceria fosse concretizada e a seleção dos mais qualificados pesquisadores das Universidades percorreu todo ano de 2012. Em 2013 o trabalho de campo da pesquisa teve início em fevereiro e encerrou-se em outubro do mesmo ano, após coleta de dados qualitativos e quantitativos em uma amostra de 178 municípios da faixa de fronteira brasileira e análises de dados espaciais dos 588 municípios existentes na faixa de fronteira.

A UFRJ já apresentou dois relatórios parciais sobre o diagnóstico e no final de novembro de 2013 participaram do IX Encontro Técnico da Enafron em Chapecó, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, visando integrar e compartilhar experiência com gestores do Ministério da Justiça e dos Estados de Fronteira envolvidos diretamente com a política em todas as regiões de fronteira do Brasil, bem como alinhar as estratégias de avaliação e relatoria final dos trabalhos, que concentra milhares de informações sobre diversos assuntos e em diversos ângulos sobre a fronteira brasileira.

Previsão de realização para o próximo período:

Conclusão Relatório Final acerca da situação das fronteiras no Brasil, estabelecendo comparações entre os arcos de fronteira, objetivando subsidiar as políticas de segurança pública.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 5.314.891 ações de fiscalização de pessoas, veículos, aeronaves e embarcações nas fronteiras no período de 2012 a 2015**

Análise Situacional da Meta

Dados fornecidos pelos estados RS, SC, PR, MT, MS, RO, AC, AM, RR, AP e PA, que fazem parte da

Enafron. Dados referem-se a abordagem de pessoas, veículos e embarcações.

Ressalta-se que essa meta é plenamente compartilhada com as ações dos órgãos federais (DPF, DPRF, Receita, Força Nacional, Forças Armadas, etc) visto que as Polícias Militares, Civis, Perícia e Bombeiros atuam cotidianamente em todos os 588 municípios da fronteira brasileira, sendo que a sistematização desses dados requer um esforço concentrado por parte dos Estados. No período de 2012-2014, as forças de segurança estaduais, localizadas na faixa de fronteira realizaram a fiscalização de 18.007.818.

Previsão de realização para o próximo período:

Sensibilizar Estados de Fronteira acerca da necessidade de envio dos dados das realizadas no período estabelecido com



a Senasp. Coleta dos dados das fiscalizações realizadas junto aos Estados.

Arranjos de Gestão:

Cotidianamente, a Senasp está em contato com os pontos focais da Enafron nos Estados fronteiriços, assim como com os coordenadores dos GGIs e Câmaras Temáticas de Fronteira, no sentido de incentivar a coleta de dados e na realização de operações integradas, coordenadas e planejadas, com vistas a aumentar o número de fiscalizações nesses estados.

Para tanto, também são realizadas reuniões quadrimestrais, com apresentação do resultado do trabalho dos Estados nas Fronteiras, com vistas a estimular a atuação desses.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Uma das maiores dificuldades existentes é o estabelecimento de uma rotina e procedimentos para coleta de informações por parte dos Estados fronteiriços, sendo que antes da implantação da Enafron, alguns Estados não realizavam esse tipo de coleta, dificultando a análise de dados e geração de informação.

TOTAL DE FISCALIZAÇÕES (2012 - 2014)

PRF ----- 13.459.467

PF-----1.800.000

SENASP----18.007.818

TOTAL-----33.267.285

Quantidade alcançada

33.267.285

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo tem como finalidade induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública. Capacitar e valorizar se constituem em importantes ações capazes de propiciar mudança nos operadores e nas instituições de segurança pública, levando-os a avaliar as possibilidades de crescimento em suas atividades profissionais na perspectiva de prestar melhores serviços à população.

A Senasp, de 2012 a 2013, realizou diversos cursos na modalidade presencial, capacitando 23.927 profissionais de segurança pública, por meio das Instruções de Nivelamento de Conhecimento da Força Nacional de Segurança Pública e em atenção aos programas prioritários Brasil Mais Seguro e Enafron. Em 2014, em continuidade às ações do ensino presencial, foram capacitados 13.310 profissionais de segurança pública das Policiais Civis, Militares, Corpos de Bombeiros e Perícia Oficial. O cardápio de capacitações trouxe diversos cursos, dentre os quais podemos citar: “Local de Crime para os Profissionais de Segurança Pública”, “Análise Criminal”, “Perícia em Local de Crime Integrado”, “Operação com Cromatógrafo”, “Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios” e “Investigação de Homicídios e Drogas Ilegais”, entre outros.

Especificamente nas capacitações da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), em 2013, foram capacitados 832 profissionais que atuam diretamente em cidades-gêmeas ou na linha de fronteira. Em 2014, 980



profissionais de segurança pública foram capacitados na ENAFRON, em Cursos de Unidades Especializadas de Fronteira, Inteligência Financeira, Análise de Inteligência, Operações de Inteligência, Inteligência de Sinais, entre outros. Assim, de 2012 a 2014, a Senasp capacitou 1.812 profissionais de segurança pública que atuam nas fronteiras. Dentro da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, no ano de 2014, iniciou-se a pactuação junto aos 11 Estados de fronteira para implementação progressiva das Diretrizes objetivando a melhoria das condições de trabalho e fixação do efetivo nestas localidades.

Na capacitação do Programa Brasil Mais Seguro, realizou-se diversos cursos destinados ao aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública, em especial, dos integrantes das Polícias Civis, Militares e dos Órgãos de Perícia Oficial. Em 2014, o Programa BMS capacitou 5.102 profissionais de segurança pública, visando aperfeiçoar os policiais no enfrentamento da criminalidade violenta e fortalecimento dos cursos destinados aos profissionais da Perícia Oficial.

Ainda foram realizados cursos em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos do Brasil, onde em 2014, foram capacitados 455 profissionais.

A Senasp ainda realiza capacitações de forma indireta, por meio da transferência voluntária de recursos aos entes federados. Em 2014, foi publicado o Edital de chamada pública nº 03, referente à implementação, pelos Estados membros e Distrito Federal, de ações destinadas a área de educação em segurança pública, tendo por referência a Matriz Curricular Nacional.

As capacitações na modalidade a distância alcançaram, em 2014 o total de 271.432 aprovações de profissionais de segurança pública por meio da Rede Nacional de Educação a Distância para Segurança Pública – Rede EaD-SENASP. Dentro do período de 2012 a 2014 já se aponta o valor de 876.499 aprovações, dentre os mais de 600.000 usuários cadastrados no ambiente virtual de aprendizagem da SENASP. Tais números refletem a abrangência e importância da Rede EaD-SENASP para a capacitação dos profissionais de segurança pública de todo o país, garantindo assim a entrega de um serviço de qualidade para a sociedade quando o assunto é segurança pública.

A integração das instituições de segurança pública federais, estaduais e municipais com a Rede EaD-SENASP, garantiram a superação das metas estabelecidas para as ações de capacitação na modalidade a distância e a manutenção desta interação é de indiscutível importância.

Além das ações conjuntas com as instituições de segurança pública, a constante oferta de novos cursos e conteúdos atualizados, também foi balizador das ações de capacitação na modalidade a distância, sendo oferecidos ao longo dos últimos 3 anos 25 novos cursos aos alunos da Rede EaD-SENASP.

Uma importante iniciativa refere-se à meta que trata da inclusão da temática racial na formação dos agentes de segurança pública e privada, que está sendo efetivada por meio de várias ações, dentre as quais pode-se destacar a inserção desta temática na versão atualizada da Matriz Curricular Nacional, onde o tema está abordado de forma transversal no eixo articulador “Diversidade Étnico Sócio Cultural, Conflitos e Segurança Pública”.

Assevera-se ainda que no 2º semestre de 2014, foram lançados os Cadernos Temáticos de Referência “A polícia judiciária no enfrentamento às drogas ilegais” e “Investigação criminal de homicídios”, os quais não tiveram a pretensão de criar doutrina sobre as temáticas, mas sim, ser um referencial de boas práticas no enfrentamento dos crimes em questão.

Ainda sob a ótica de criação de doutrina, no 1º semestre de 2015, será lançado o Caderno Temático de Referência sobre



abordagem investigativa nas infrações penais contra a mulher.

Os resultados desses estudos são utilizados para a elaboração e publicação de diretrizes que visam subsidiar a adoção de políticas públicas voltadas à educação e valorização dos profissionais de segurança pública. Destaca-se, ainda, a conclusão do estudo para elaboração das diretrizes voltadas para os agentes de segurança pública que atuam nas fronteiras – Política de Pessoal –, conforme o projeto prioritário Enafron, contribuindo para a fixação dos policiais e aprimorando as ações de enfrentamento aos crimes fronteiriços.

Em 2013, todos os Estados aderiram ao programa Crack, É Possível Vencer. Foram disponibilizados três módulos de curso, sendo: Módulo I – Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária para o programa Crack É Possível Vencer; Módulo II - Tópicos especiais em policiamento e ações comunitárias - Redes de atenção e cuidado; e Módulo III - Tópicos especiais em policiamento e ações comunitárias - Abordagem policial a pessoas em situação de risco.

O projeto de ampliação e consolidação da Rede Nacional de Altos Estudos de Segurança Pública (Renaesp) encontra-se em execução. Os Editais nº 6 e 7/2012 resultaram na oferta de 22 cursos, em 16 unidades da federação. Em atenção ao Edital nº 1/2014, foram selecionados 35 cursos para serem executados em 19 unidades da federação, sendo 5 deles em unidades da federação não contempladas nos Editais nºs. 6 e 7/2012. Desta forma, os editais dos anos de 2012 e 2014 contemplaram com ao menos um curso da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública 21 unidades da federação: Acre, Amapá, Ceará, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Através da oferta dos cursos da Renaesp, os profissionais de segurança pública serão qualificados em nível de especialização lato sensu.

Dentro do Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd, existente há vários anos, foi criada a meta “Capacitação de 3.240 novos policiais militares para atuarem nas escolas-Plano Crack é Possível Vencer”, capacitando no período de 2012 a 2014, 2.280 profissionais.

Em relação à conexão com outras políticas públicas, destaca-se o programa Crack, é possível vencer, que se propõe a induzir a integração entre as redes de saúde, de assistência social, de segurança pública, de educação e do sistema de garantia de direitos, nos diferentes níveis de governo e com a participação da sociedade civil. Inclusive, a formatação do Módulo II da capacitação para os profissionais de segurança pública atende às necessidades conceituais de integração das redes. Desta forma no período de 2012 a 2014 foram capacitados 7.863 profissionais de segurança pública para atuação nas cenas de uso de crack e outras drogas.

Dentre os órgãos das três esferas de governos que estão contribuindo para o alcance do objetivo, estão as participações da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), Secretarias de Estado da Segurança Pública, Polícias Militares, Guardas Municipais, Polícias Civis, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, contemplando na formação dos profissionais de segurança pública todos os eixos do Programa – Cuidado, Autoridade e Prevenção.

Em razão da complexidade do programa Crack, é possível vencer, algumas dificuldades foram encontradas. Primeiramente, cabe destacar o ineditismo da proposta de formação dos profissionais de segurança pública, que estão sendo capacitados para esse tema pela primeira vez, em conhecimentos acerca das políticas de saúde e assistência social, por meio do Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social, sendo que os docentes são indicados pelas respectivas Políticas. Outras dificuldades dizem respeito à disponibilização de profissionais com perfil adequado para atuação no programa; disponibilidade dos profissionais nas 160 horas-aula; resistência diante do tema de polícia



comunitária; processo de mobilização dos discentes juntos a diferentes instituições.

Outros aspectos foram identificados na execução das atividades relacionadas a este objetivo, tais como: necessidade conciliar os calendários das missões e cursos; logística insuficiente para atender as demandas; entraves burocráticos dos processos licitatórios; suspensão das atividades dos cursos em razão do emprego do efetivo em grandes eventos; problemas na liberação dos profissionais de segurança pública discentes pelos seus comandos; e falta de estrutura adequada para realização das capacitações, entre outros.

Metas 2012-2015

• Capacitação de 3.240 novos policiais militares do PROERD para atuarem nas escolas - Plano Crack, é Possível Vencer.

Análise Situacional da Meta

No contexto do Programa Crack, é possível vencer, foi inserida no exercício de 2013 a meta de capacitar policiais militares para a atuação em atividades de prevenção primária contra o uso e o abuso de drogas junto à comunidade escolar, por meio do Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD. Com foco inicial para o atendimento de alunos do 5º ao 7º ano do ensino fundamental, foram realizadas formações específicas para instrutores e mentores do PROERD, cujas atribuições na taxonomia do programa são diferenciadas pelo acúmulo de conhecimento específico acerca de temas relacionados à droga e à dependência química.

O apoio aos estados é formalizado por meio de Acordos de Cooperação Técnica firmados com as Polícias Militares, por meio da realização de cursos de capacitações específicos (mentores e instrutores) para que policiais militares desenvolvam as ações em escolas. A Senasp disponibiliza material didático e pagamento de hora/aula para professores, assim como certifica a conclusão desses cursos. Em específico, foram ofertados dois currículos:

a)Curso Nacional de Formação de Instrutores do PROERD (80h/a), cujo objetivo é capacitar os Policiais Militares como Instrutores para Aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD - dos currículos das séries iniciais da educação infantil, das séries iniciais, do 5º e do 7º ano do Ensino Fundamental, desenvolvendo no futuro Instrutor, múltiplas competências para atuação na área da educação preventiva.

b)Curso Nacional de Mentores do PROERD (40h/a), cujo objetivo é Capacitar os Policiais Militares para atuarem como Mentores do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD, dos currículos do 5º e 7º ano e séries iniciais do ensino fundamental.

No primeiro semestre de 2014, foram capacitados 471 e no segundo semestre 839, totalizando 1310 policiais militares de todos os Estados e do Distrito Federal capacitados em 2014. Contudo, houve casos em que a pactuação foi prejudicada por alterações nas gestões das instituições, o que impediu a realização dos cursos em 2013.

Por se tratar de um método de atuação referenciado em experiências conduzidas nos Estados Unidos por meio do DARE AMERICA, a adaptação à realidade e às condicionantes brasileiras foi realizada por meio de 2 Grupos de Trabalho ao longo dos anos de 2012 e 2013. Tais grupos unificaram os currículos existentes, referenciaram os conteúdos às necessidades do ambiente escolar brasileiro e propuseram alterações quanto à forma de atualização dos policiais militares envolvidos. Além disso, foram conduzidos workshops para o treinamento de policiais militares diretamente conduzidos por representantes do DARE AMERICA. De forma inequívoca, foram observadas melhorias qualitativas durante a execução dos cursos após os workshops.

Tendo sido concretizada a adesão dos Estados e o Distrito Federal ao Programa Crack, é possível vencer, nos anos de 2012 e 2013, com exceção do Amazonas, iniciou-se a formalização de Acordos de Cooperação Técnica para a



realização de capacitações para o PROERD.

Previsão de realização para o próximo período:

Dar continuidade às capacitações de policiais militares de todos os Estados e do Distrito Federal, alcançando um número maior de capacitados, através das atualizações de currículos dos profissionais que já atuam no Proerd, da realização de capacitações de nivelamento de pedagogos que atuam no Proerd, de Cursos Nacionais de Formação de Mentores Proerd e Cursos Nacionais de Formação de Instrutores.

Arranjos de Gestão:

Foi realizado o II Grupo de Trabalho de atualização do PROERD, com a primeira reunião no período de 16 a 19 de setembro em Brasília-DF e a segunda reunião no período de 30 de setembro a 03 de outubro em Belo Horizonte – MG, para realizar a atualização dos materiais didáticos utilizados nas capacitações e nos dias 27 e 28 de novembro de 2014, em Sete Lagoas – MG ocorreu o IV Encontro Nacional de Coordenadores do PROERD, para proporcionar o alinhamento das ações conduzidas pela SENASP.

Quantidade alcançada

2.280

Data de Referência

31/12/2014

• **Capacitar 250.000 profissionais de segurança pública na modalidade a distância nas temáticas da área**

Análise Situacional da Meta

A Rede EaD-SENASP apresentou no último ano um crescimento no número de aprovações, em relação ao ano de 2013. No ano de 2014 foram aprovados 271.432 profissionais de segurança pública através da plataforma de educação a distância da SENASP. Alguns fatores que contribuíram para tal crescimento foram a grande variedade de cursos oferecidos, a integração com as ações de educação das Instituições de Segurança Pública e a popularização do acesso a tecnologia.

O objetivo de capacitação foi alcançado, e os números apresentados pela Rede EaD-SENASP garantem que a ferramenta possuiu potencial para a manutenção das metas e até ampliação dos resultados. Atualmente a Rede EaD-SENASP, efetivou em sua plataforma 3.261.644 matrículas nos 71 cursos oferecidos, dentro de um total de 628.014 profissionais de segurança pública cadastrados

Faz-se importante salientar que, dentro da metodologia adotada pela Rede EaD-SENASP, um mesmo profissional de segurança pública pode matricular-se em mais de uma curso por ciclo, e com isso obter a aprovação nos cursos matriculados de acordo com sua avaliação.

Resta necessário salientar que as metas devem ser adequadas a realidade das capacitações, onde os custos envolvidos abrangem os profissionais de segurança pública que utilizam a plataforma em capacitações voluntárias e por indicação das instituições as quais são pertencentes, o que possibilita a qualificação continuada dos profissionais, independente das questões temporais e ou geográficas

Previsão de realização para o próximo período:

A Rede EaD-SENASP tem a previsão de crescimento para o ano de 2015, com a ampliação da oferta de cursos, assim como a atualização dos já oferecidos, ainda como ação para manutenção ampliação do público das ações da Rede, estão a adequação do quadro de tutores e intensificação das ações integradas com as áreas de educação das instituições



de segurança pública, e ainda a implementação de um plano de comunicação e divulgação das ações realizadas.

Arranjos de Gestão:

Objetivando a institucionalização e normatização das ações realizadas, existe a necessidade da publicação da Portaria da Rede EaD-SENASP, a qual ratificará a importância para a qualificação do serviço de segurança pública prestado à sociedade. Além desta importante ação a manutenção dos Acordos de Cooperação Federativa com os Estados e Municípios já firmados e os Acordos de Cooperação Técnica com a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, assim como o Termo de Execução Descentralizado firmado com o Departamento Penitenciário Nacional, atendendo assim os servidores do sistema prisional.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

No mês de dezembro de 2013 o contrato com a Empresa Insight, a qual prestava o serviço de transposição de conteúdo para WEB, foi encerrado, somente sendo estabelecido nova contratação, agora com a Empresa Benner, no mês de setembro, o que comprometeu a produção de novos conteúdos e sua publicação na plataforma.

Quantidade alcançada

876.499

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 8.400 profissionais de segurança pública para atuação nas cenas de uso de crack e outras drogas, por meio de Bases Móveis, com formação em policiamento de proximidade, resolução não violenta de conflitos, uso de tecnologias de menor potencial ofensivo e conhecimento das redes de atenção e cuidado para usuários de drogas.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, houve a adesão de 12 estados e do Distrito Federal ao programa Crack, é Possível Vencer, além das Prefeituras de suas respectivas capitais. Já em 2013, ocorreu a adesão dos demais 14 Estados, além de 92 Municípios com mais de 200 mil habitantes em todo o país. Como instrumento de qualificação dos profissionais que viriam a atuar nas bases comunitárias com videomonitoramento móvel – BCMV, previstas no Programa, a SENASP ofertou os seguintes cursos modulares a todos os profissionais de segurança envolvidos:

1. Módulo I – Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária para o Programa Crack é possível vencer (80h/a), cujo objetivo é capacitar profissionais de segurança pública que atuarão nas cenas de uso crack e de outras drogas para desenvolverem ações de segurança pública orientadas pela filosofia de polícia comunitária;
2. Módulo II - Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias – TEPAC, Redes de Atenção e Cuidado (40h/a), cujo objetivo é capacitar profissionais de segurança pública que atuarão nas cenas de uso crack e de outras drogas de forma que possam reconhecer as redes de atenção, prevenção e cuidado e o seu papel neste cenário. É o segundo módulo de capacitação para atuação no Programa Crack, é possível vencer.
3. Módulo III - Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias – TEPAC, Abordagem a pessoas em situação de risco (40h/a), cujo objetivo é potencializar a capacitação dos operadores de segurança pública que atuarão nas cenas de uso e tráfico de drogas, no que tange ao emprego racional e adequado das tecnologias de menor potencial ofensivo, vislumbrando esse emprego baseado nos princípios que regem as ações policiais, sobretudo, o princípio da dignidade da pessoa humana, da legalidade, da necessidade, da proporcionalidade e da razoabilidade, da defesa dos direitos humanos.



Principais realizações do período:

Tendo sido concretizada a adesão de todos os Estados e o Distrito Federal ao Programa Crack, é possível vencer, em 2012 e 2013, a formalização de Acordos de Cooperação Técnica para a realização de capacitações foi concluída em todos os Estados e o Distrito Federal, à exceção do Amazonas. Ademais, foram firmados Acordos de Cooperação Técnica diretamente com 28 Guardas Civis Municipais com o mesmo objetivo.

Foi constituído Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar e propor as diretrizes de atuação dos profissionais de segurança pública que atuarão nas bases de policiamento comunitários móveis com videomonitoramento, em articulação com as redes de atenção e cuidado, para atendimento aos usuários de substâncias psicoativas. O caderno foi concluído em agosto de 2014 e aguarda finalização do processo de licitação para publicação.

No primeiro semestre de 2014, foram capacitados 1.737 e no segundo semestre 1.776, totalizando 3.513 profissionais de segurança, dentre policiais militares, policiais civis, bombeiros militares e guardas municipais para atuação no Programa.

Previsão de realização para o próximo período:

Será realizado o XII Encontro Técnico dos Coordenadores Estaduais de Polícia Comunitária, além de Seminário para a discussão, dentre outros temas, de experiências relacionadas ao Programa Crack, é possível. Nessa oportunidade, será disponibilizado o Caderno de Diretrizes para a Atuação das Bases Comunitárias Móveis com Videomonitoramento, documento referencial para a implantação dos serviços dos referidos equipamentos, bem como para avaliação e monitoramento do programa. Também será apresentado o SINESP BCMV, ferramenta de monitoramento online do programa, bem como proporcionar treinamento inicial para esta funcionalidade.

Arranjos de Gestão:

Foi realizado o XI Encontro Técnico dos Coordenadores Estaduais de Polícia Comunitária, com participação de todos os Estados e o Distrito Federal. Nessa oportunidade, foi apresentado o trabalho final do GT do Caderno de Diretrizes das Bases Comunitárias Móveis, ainda, foi realizado o monitoramento acerca da implantação do Programa e, consequentemente, das capacitações dos profissionais envolvidos.

Quantidade alcançada

7.863

Data de Referência

31/12/2014

• Construção de diretriz sobre a Política de Pessoal para os profissionais dos órgãos estaduais de Segurança Pública que atuam na Fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, iniciou-se a pactuação junto aos 11 Estados de fronteira para implementação progressiva das Diretrizes contidas na Portaria nº 136/2013, publicada no DOU de 21/11/2013, objetivando a melhoria das condições de trabalho e fixação do efetivo nestas localidades. Com vistas à implantação das Diretrizes pelos Estados fronteiriços foi definida a participação de um membro da equipe do Projeto Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública no X Encontro Técnico da ENAFRON, realizado em maio de 2014. Esses encontros contam com a participação de representantes dos 11 Estados de Fronteira e possibilitam a verificação do andamento da execução de convênios, operações policiais, dentre outros. Assim, nessa oportunidade, iniciou-se a identificação, junto aos gestores estaduais, de quais seriam as diretrizes mais urgentes de serem implementadas, quais estratégias poderiam ser adotadas



para a implementação das mesmas e as principais dificuldades relacionadas. Esse processo se deu a partir de discussão coletiva com os gestores, complementada pela aplicação de um questionário sobre o tema. No segundo semestre, foram impressos mil exemplares do Caderno Técnico contendo os resultados da pesquisa e as diretrizes da Política de Pessoal para os profissionais de segurança pública que atuam na fronteira. Em torno de 100 exemplares do Caderno Técnico foram distribuídos aos gestores e profissionais de segurança pública que atuam na faixa de fronteira e que participaram do Encontro Técnico da ENAFRON, realizado na cidade de Pacaraima, em Roraima, no mês de agosto de 2014. No Encontro Técnico da ENAFRON realizado na cidade de Tabatinga, no Estado do Amazonas, ocorrido em novembro de 2014, não houve a participação de um integrante da equipe do Projeto Qualidade de Vida em virtude de redução da equipe, não sendo possível dar continuidade, naquele momento, à pactuação junto aos 11 Estados de fronteiras para discussão da política de pessoal e das diretrizes contidas na Portaria nº 136/2013.

Revela salientar que foi contratada, em parceria com o PNUD, consultoria especializada que realizou, entre setembro de 2012 e maio de 2013, estudo com a finalidade de elaboração da Política de Pessoal para os profissionais de Segurança Pública que atuam na Fronteira. A pesquisa foi realizada de acordo com as seguintes etapas: 1) levantamento e análise da bibliografia nacional e internacional acerca dos principais problemas enfrentados pelos servidores de segurança pública das regiões de fronteira, bem como da legislação relacionada à política de pessoal existente, em âmbito federal e estadual, abrangendo, além das instituições estaduais e municipais de segurança pública, a Receita Federal, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica; 2) mapeamento e sistematização das principais demandas dos operadores de segurança pública de fronteira, com base em entrevistas e questionários individuais e institucionais (os instrumentos de pesquisa foram validados pelos gestores e operadores estaduais de segurança pública que atuam na fronteira em Reunião Técnica realizada no Chuí, RS); 3) Construção de proposta de minuta de portaria contendo as diretrizes da política de pessoal para servidores de segurança pública estaduais que atuam nas fronteiras (a minuta de portaria foi validada pelos gestores e operadores estaduais de segurança pública em Reunião Técnica, realizada em Brasília, DF); 4) Elaboração de Caderno Técnico com os principais resultados da pesquisa e a Portaria com as Diretrizes da Política de Pessoal.

Previsão de realização para o próximo período:

- Continuidade da pactuação junto aos 11 Estados de fronteiras para implementação progressiva das Diretrizes contidas na Portaria.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

- Após a divulgação das diretrizes, o grande desafio é a pactuação de adesão dos estados para implementação das estratégias propostas.

• Disponibilizar 20 novos cursos na Rede Nacional de Educação a Distância (Rede EAD)

Análise Situacional da Meta

Dentro da programação da Rede EaD-SENASP e, buscando oferecer aos mais de 600.000 usuários cadastrados no ambiente conteúdos atualizados e diretamente ligados ao tema Segurança Pública, foram disponibilizados no triênio 2012-2014 um total de 25 conteúdos novos ou atualizados.

Resta salientar que o processo de disponibilização dos cursos da Rede EaD-SENASP passa pela fase de identificação da necessidade, onde o tema é identificado como necessário para os profissionais de segurança pública. Devidamente identificada a necessidade é selecionado o profissional com notório saber no tema e este passa a realizar a elaboração do conteúdo. Este profissional é denominado Conteudista. Após a conclusão do desenvolvimento do curso, de acordo com o solicitado pela SENASP, o material produzido pelo Conteudista é analisado por uma Câmara Técnica, formada por profissionais com conhecimento sobre o tema e servidores da SENASP, para identificar se o conteúdo traz



informações relevantes, atualizadas e principalmente alinhadas as diretrizes da SENASP no tema. Com o aval da Câmara Técnica o conteúdo é encaminhado para uma empresa contratada para realizar a transposição do conteúdo elaborado inicialmente na forma de texto para o formato a ser veiculado no ambiente virtual de aprendizagem da SENASP. Com a finalização da transposição do material este é publicado no ambiente para a realização de uma turma denominada Turma Teste, onde os tutores que irão atuar serão capacitados e estes poderão apontar qualquer inconsistência no curso antes da devida publicação para os demais profissionais de segurança pública usuários da Rede EaD-SENASP

No ano de 2014 foram publicados no ambiente 03 cursos novos e 1 curso em versão atualizada, além destes foram realizadas as elaborações, análise e encaminhamento para transposição para WEB 7 novos conteúdos além da atualização de 5 cursos já disponibilizados.

Previsão de realização para o próximo período:

Para o primeiro semestre de 2015 está prevista a publicação de 2 cursos novos sendo eles: Prevenção e Combate a Tortura e Necropapiloscopia e 3 em versão atualizado: Investigação Criminal - Versão Atualizada, Análise Criminal 1 – Versão Atualizada, Uso da Informação e Gestão em Segurança Pública – Versão Atualizada, somando 5 cursos novos oferecidos aos alunos da Rede EaD-SENASP.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Dentro a atividade de disponibilização dos cursos duas foram as principais dificuldades encontradas, sendo elas o não cumprimento dos prazos por parte do Conteudista, no que se refere a elaboração e correção do conteúdo, quando solicitado.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

- **Garantir 40.000 vagas para profissionais estaduais e municipais de segurança pública em ações educativas de formação, capacitação e aperfeiçoamento da SENASP**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram realizados 201 cursos, que disponibilizaram o total de 10.810 vagas nas capacitações presenciais executadas de forma direta. A relação de cursos referente ao primeiro e segundo semestre encontra-se nos anexos I e II. Por meio de transferência voluntária, foi publicado o Edital de chamada pública nº 02, de 02 de agosto de 2013, para projetos sobre educação e promoção de melhoria da saúde e das condições de trabalho dos guardas municipais. Este Edital foi conjunto, abrangendo as áreas de ensino e valorização profissional.

Os municípios de Contagem-MG, Santo André-SP, Campo Grande-MS, Limeira-SP, Piracicaba-SP, Paulista-PE, Foz do Iguaçu-PR, Guaranhuns-PE, Araçatuba-SP, Indaiatuba-SP, Cascavel-PR, Vitória-ES, Guarulhos-SP, São Miguel dos Campos-AL, Barueri-SP, Rio de Janeiro-RJ, Fortaleza-CE, Palmas-TO, Campinas-SP, foram contemplados no Edital 02/2013, totalizando o repasse de R\$ 8.404.198,00 e a oferta de aproximadamente 5.065 vagas em cursos pactuados, tendo como público os profissionais das guardas municipais.

No primeiro semestre de 2014, em continuidade as ações de capacitação da SENASP, em atenção aos Programas Brasil Mais Seguro e ENAFRON, bem como em cursos regulares da SENASP e em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos, foram realizados 45 cursos destinados aos profissionais de segurança pública dos Estados. Neste sentido, no período em questão, foram capacitados 1698 profissionais das Polícias Cíveis, Militares e Técnico-Científico.



No segundo semestre de 2014, foram realizados cerca de 110 cursos, totalizando 3.850 profissionais capacitados na modalidade presencial, de maneira direta. No que se refere a capacitação indireta, foram ofertadas 3.171 vagas aos profissionais de segurança pública, por meio do Edital nº 03/2014, onde foram selecionados 16 projetos, redundando na pactuação de convênios, sendo ofertadas 3.171 vagas para os profissionais de segurança pública, em diversos cursos e um investimento total de R\$ 19.018.633,44.

Cabe destacar, o fortalecimento das capacitações na área de perícia oficial, como os cursos: “Curso de Perícia em Local de Crime Integrado”, “Curso de Operação com Cromatógrafo”, “Curso de Perícia Papiloscópica em Local de Crime e em Laboratório” e o “Curso de Formação de Perito Oficial, Médico-Legista, Papiloscopista e Técnico-Forense da Perícia Oficial de Alagoas”.

Previsão de realização para o próximo período:

-Garantir 9.500 vagas aos profissionais estaduais e municipais de segurança pública, nos cursos dos programas Brasil Mais Seguro, Enafron, Instruções de Nivelamento de Conhecimento da Força Nacional de Segurança Pública e em outras capacitações.

-Dar continuidade às ações de capacitações, fortalecendo os cursos voltados para os operadores das polícias civis, militares e técnico-científica.

-Continuar a revisão das institucionalizações e ementas dos cursos existentes em atenção aos programas prioritários Brasil Mais Seguro e ENAFRON;

-No projeto “Brasil Mais Seguro” serão criados e executados novos cursos específicos para peritos e no “Enafron” serão desenvolvidas ações nos campos de policiamento ambiental, policiamento rodoviário, gestão de projetos, assuntos internos e corregedoria, além de atualizar a institucionalização do curso de policiamento em vias hídricas (grupos de trabalho).

Arranjos de Gestão:

-Foram mantidas as ações conjuntas das Secretarias de Segurança Pública Estaduais e do DF, com o Federal Bureau of Investigation – FBI, com a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, com o Drug Enforcement Administration – DEA, Miami Police Department - MPD e Ministério da Defesa para realização de diversos cursos, tais como os de “Gestão de Políticas de Segurança Pública nas Fronteiras”, “Investigação de Crime Organizado”, “Investigação de Homicídios”, “Prevenção e Repressão a Entorpecentes”, “assuntos internos e corregedoria”, dentre outros.

-Cabe ressaltar ainda a integração entre as forças estaduais de segurança pública, o Exército Brasileiro, a PF e a PRF, haja vista que as capacitações proporcionam indispensável troca de experiências entre os profissionais dessas instituições.

-Destaca-se ainda a execução do Curso de Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios, em comunhão de esforços da SENASP, a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Saúde, tendo por objetivo capacitar os profissionais de saúde do SUS e os peritos oficiais;

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:



-Adiamento de alguns cursos novos, haja vista atraso na construção de institucionalização, ementas e material didático por parte dos Grupos de Trabalho;

-Necessidade de conciliar o calendário dos cursos com as atividades da Copa do Mundo FIFA de 2014;

-Dificuldade de aquisição de insumos para os Cursos de Uso Diferenciado da Força e Curso de Especialização em Operações de Choque.

Quantidade alcançada

32.646

Data de Referência

31/12/2014

• **Incorporar a temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada**

Análise Situacional da Meta

Criada em 2003, a Matriz Curricular Nacional (MCN) é um referencial teórico-metodológico concebido para subsidiar o planejamento e avaliação das ações formativas para os profissionais da área de segurança pública (policiais civis e militares e bombeiros militares).

Após ser avaliada junto aos gestores, técnicos e professores das Instituições de Ensino de Segurança Pública de todo o país, realizou-se no período de 2011 a 2012 o trabalho de revisão da Matriz.

Por ser um documento de abrangência nacional e exigir a construção de consenso, privilegiou-se na metodologia adotada a participação de diversos atores, com notório saber e ou especialização técnica, envolvidos no processo de formação dos profissionais da Área de Segurança Pública.

Em 2013, foi concluída a nova versão da Matriz, no que se refere a conteúdo que, além de manter sem alteração a dinâmica dos eixos articuladores, áreas temáticas e a orientação pedagógica – pois foram muito bem avaliadas –, passou a incluir em seu texto original, dentre outros pontos a criação do eixo articulador “Diversidade Étnico-sociocultural, conflitos e segurança pública”. Relevante salientar que os eixos articuladores estruturam o conjunto de conteúdos de caráter transversal, ou seja, devem nortear as orientações didático-pedagógicas e permear as diferentes disciplinas, seus objetivos e conteúdos.

Além disso, foram finalizadas, no segundo semestre de 2013, duas pesquisas no âmbito do Projeto PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA, pela Universidade de Brasília e pela Universidade Federal de São Carlos, com o tema “Segurança Pública e Questões Raciais”, cujo objetivo é aprimorar o tratamento do tema nas ações de educação profissional direcionadas às instituições de segurança pública.

No ano de 2014, a nova versão da Matriz Curricular Nacional passou por diagramação e ajustes. No segundo semestre, foram impressos 8.000 exemplares da MCN, os quais se encontram em distribuição as Instituições de Ensino de Segurança Pública.

Previsão de realização para o próximo período:

- Distribuição da nova versão da Matriz Curricular Nacional contemplando a temática de promoção da igualdade racial e hospedagem do flipping book nos sites do MJ;
- Realização do Seminário sobre a Abordagem Policial e a Promoção da Igualdade Racial;
- Publicação, no âmbito do Projeto Pensando a Segurança Pública, do diagnóstico da pesquisa Segurança Pública e



Questões Raciais.

Arranjos de Gestão:

- Foram realizadas ações conjuntas das Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR e Embaixada Americana.

• **Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública**

Análise Situacional da Meta

As ações de capacitação que ocorrem nas Instituições de Segurança Pública ao longo do território brasileiro abrangem os mais variados temas e ocorrem objetivando a formação ou qualificação do profissional de segurança pública de cada ente federado. Tais capacitações são em sua grande maioria na modalidade presencial, o que denota uma mobilização de esforços que passam a comprometer a atividade finalística das instituições de segurança pública, pois envolvem o deslocamento do efetivo a ser capacitado para o local do curso, desmobilizando os pontos de atuação e efetiva prestação de serviço a sociedade. Além do comprometimento da atividade fim da instituição, o recurso financeiro envolvido com a capacitação limita o público a ser atingido pelo curso oferecido pela instituição de ensino de segurança pública.

A Rede EaD desde sua criação, vem disponibilizando a capacitação gratuita, qualificada, integrada e continuada, independentemente das limitações geográficas, temporais e financeiras aos profissionais de segurança pública de todo o país. E com o intuito de apoiar as ações de educação das Instituições de Segurança Pública oferece cursos através do “Módulo Academia”, sendo uma ferramenta onde os gestores estaduais da Rede EaD denominados Tutores Master, de acordo com as necessidades das instituições de segurança pública de seu ente federado, pode solicitar a criação de turmas específicas para capacitação de servidores nos cursos disponibilizados pela Rede EaD.

Dentre os objetivos que mobilizam as instituições de segurança pública a utilizar o módulo academia estão a complementação das horas aulas de cursos de formação e qualificação, assim como otimização do tempo presencial para a utilização em disciplinas essencialmente práticas.

A utilização em cursos presenciais pode ser exemplificada com a realização de vários cursos de formação e aperfeiçoamento nos 27 entes federados e diversos municípios.

A Rede EaD vem se mobilizando para o crescimento da utilização desta ferramenta e tal fato pode ser observado nos seguintes dados: 2012: 15.491 aprovações, em 12 estados e 4 guardas municipais; 2013: 23.571 aprovações, em 16 estados e 6 guardas municipais e 2014: 45.169 aprovações em 18 estados e 5 guardas municipais.

Além dos entes federados, signatários de Acordo de Cooperação Federativa com a SENASP, existem os Acordos com a Polícia Rodoviária Federal – PRF e Polícia Federal - PF e o Termo de Execução Descentralizada com o Departamento Penitenciário Nacional, onde os servidores destas instituições utilizam a Rede EaD para a capacitação. As Instituições Federais acima mencionadas da mesma forma que as Unidades da Federação, também utilizam o módulo academia para a complementação da formação e / ou qualificação dos seus efetivos.

Resta destacar que a Rede RENAESP utiliza como requisito obrigatório para os alunos a realização de um curso oferecido pela Rede EaD e esta capacitação também acontece através do Módulo Academia. Conclui-se que a presente meta foi alcança conforme dados apresentados.

Previsão de realização para o próximo período:



A manutenção da integração com as instituições de segurança pública será mantida através de constante contatos, incluído mensagens por e-mail, vídeo conferências, reuniões presenciais nos entes federados e reunião nacional com os tutores master.

Outra forma de efetivar a ligação dos entes federados com a gestão da Rede EaD, será a realização de grupos de trabalho, onde serão desenvolvidas atividades que, além de facilitar a gestão tornarão os gestores regionais, partícipes da construção das diretrizes utilizadas na Rede.]

Arranjos de Gestão:

Manutenção dos Acordos de Cooperação Federativa com os entes federados, e com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Departamento Penitenciário Nacional, este último na modalidade de Termos de Execução Descentralizada.

• **Oferecer ao menos um curso da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) por unidade da federação**

Análise Situacional da Meta

Estão em execução 22 cursos, referentes aos Editais nº 6 e 7/2012, com a oferta de 880 vagas destinadas aos profissionais de segurança pública, nos cursos de especialização lato sensu. Foram ofertados cursos em 16 unidades da federação (CE, DF, MA, MG, MT, PA, PB, RJ, RN, RR, RS, SC, SE, SP, RO e TO), o que representou o alcance de 60% da meta.

No primeiro semestre de 2014, foi lançado o Edital nº 1/2014, para o chamamento de instituições de ensino superior públicas e privadas sem fins lucrativos, visando a oferta de cursos em todas as unidades da federação. Contudo, nem todas as unidades enviaram propostas.

No segundo semestre de 2014, em atenção ao Edital nº 1/2014, foram selecionados 35 cursos para a oferta de 1.400 vagas destinadas aos profissionais de segurança pública, nos cursos a serem executados em 19 unidades da federação, sendo 5 deles em unidades da federação (AC, AP, BA, GO e PE) ainda não contempladas nos Editais nº 6 e 7/2012. Os editais de Editais nº 6 e 7/2012 e Edital nº 1/2014, juntos, contemplam com ao menos um curso da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública as seguintes unidades da federação: AC, AP, CE, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PE, RJ, RN, RR, RS, SC, SE, SP, RO e TO; eleva-se para 78% o alcance da meta.

Restam 6 unidades da federação (AL, AM, ES, MS, PI, PR), cujas instituições de ensino superior não enviaram propostas para os editais, impossibilitando a oferta de cursos Renaesep.

Revela salientar que 60% da meta já foi alcançada no triênio 2012-2014, com a previsão de alcance da meta no exercício de 2015, considerando as pactuações decorrentes do Edital nº 1/2014.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

-Em que pese os inúmeros esforços da equipe técnica da Senasp, na divulgação dos editais junto às instituições de ensino superior almejando incentivar a realização de cursos Renaesep, em especial os estados ainda não contemplados, não ocorreu o envio de propostas de instituições de ensino superior de AL, AM, ES, MS, PI e PR, inviabilizando com isso o pretendido alcance da meta para o período.

Previsão de realização para o próximo período:

- Encerramento dos 22 cursos referentes aos Editais nº 6 e 7, de 2012.

- Finalização das pactuações com as Instituições de Ensino Federais dos cursos relativos ao Edital nº 1/2014.



- Início dos cursos celebrados com as Instituições de Ensino Estaduais e Municipais dos cursos relativos ao Edital nº 1/2014.
- Estudo sobre novas possibilidades de pactuação com instituições federais de ensino superior, das unidades da federação não contempladas nos Editais nº 6 e 7/2012 e Edital nº 1/2014, a fim de viabilizar a realização de cursos da Renaesp e o alcance global da meta, em 2015.

Arranjos de Gestão:

- Parcerias estabelecidas com as Instituições de Ensino Superior públicas e privadas sem fins lucrativos e com as polícias, corpos de bombeiros e órgão oficiais de perícia estaduais, por intermédio das respectivas Secretarias, bem como com guardas municipais, viabilizarão a execução dos cursos de especialização.

- Mediação junto às instituições de ensino superior do AL, AM, ES, MS, PI e PR, visando fomentar a oferta dos mais cursos Renaesp, ainda em 2015, para o alcance global da meta.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2014

- **Pactuar 40 projetos de implementação e aperfeiçoamento das estruturas e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional abrangendo todas as Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, dando continuidade à política de valorização profissional e promoção da saúde dos profissionais de segurança pública, foi elaborado o Edital de Chamada Pública nº 02/2014, sendo publicado em 22 de julho de 2014, para seleção de propostas no valor total de R\$ 10 milhões de reais. Foram pactuados 13 convênios com os Estados do PI, SE, TO, MG, GO, MA, RS, PA, BA, RJ, PB, totalizando um repasse no valor de R\$ 9.730.484,29.

No âmbito do Programa Brasil mais Seguro, não foi possível a publicação, em 2014, da portaria para pactuação de projetos na área de educação e valorização profissional com o Estado de Sergipe, apesar de prevista no relatório do monitoramento do Plano Plurianual, referente ao 1º semestre. A não publicação ocorreu face a necessidade de maior articulação da equipe do Projeto Qualidade de Vida com os profissionais da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe para elaboração do projeto.

Constata-se desta forma que a meta já foi superada em virtude dos esforços destinados à consolidação da política do aperfeiçoamento das estruturas e programas de atenção biopsicossocial.

Vale ressaltar que em 2013 foi lançado o Edital Senasp nº 02/2013, abrangendo as áreas de educação e valorização profissional, voltado especificamente para os municípios com efetivo superior a 200 Guardas Municipais. Foram elegíveis para participar do Edital pouco mais de 80 municípios. Para a referida chamada pública foram destinados R\$ 20 milhões de reais.

Deste processo de seleção foram pactuados 19 projetos com os seguintes municípios: Contagem-MG, Santo André-SP, Campo Grande-MS, Limeira-SP, Piracicaba-SP, Paulista-PE, Foz do Iguaçu-PR, Guaranhuns-PE, Araçatuba-SP, Indaiatuba-SP, Cascavel-PR, Vitória-ES, Guarulhos-SP, São Miguel dos Campos-AL, Barueri-SP, Rio de Janeiro-RJ, Fortaleza-CE, Palmas-TO, Campinas-SP.

Cabe destacar que em 2012, foi publicado o Edital de chamada pública nº 03, referente à seleção de propostas no



âmbito da promoção da saúde e valorização profissional, no âmbito estadual, onde foram selecionados 13 projetos, redundando na pactuação de convênios com os Estados do Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins, cujas linhas de financiamento abrangiam as seguintes áreas temáticas: redução de riscos ocupacionais e de vitimização profissional; prevenção, tratamento e encaminhamento em casos de uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas; e qualidade de vida - desenvolvimento pessoal, bem-estar e melhoria das condições de trabalho.

Além dos editais de convênios, foram lançadas 3 Portarias para pactuação de projetos na área de educação e valorização profissional no âmbito do Programa Brasil Mais Seguro. Em 2012 foram celebrados 2 convênios com Estado de Alagoas e em 2013 foram celebrados convênios com os Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte e com os municípios de João Pessoa e Natal, totalizando 6 (seis) projetos pactuados com estados no biênio.

Por fim, foi publicada Portaria que redundou na celebração de convênio com o Estado de São Paulo, com ações de valorização voltadas para os profissionais da Superintendência de Polícia Técnico-Científica.

Previsão de realização para o próximo período:

-Previsão, para o primeiro semestre de 2015, de construção de projetos de convênio com Municípios para efetivação de ações de valorização profissional, qualidade de vida e ensino voltados para as Guardas Municipais. Estes convênios terão valor estimado total de R\$ 10 milhões de reais;

-Previsão, para o primeiro semestre de 2015, de construção projetos de convênio com Estados na área de educação e valorização profissional, no âmbito do Programa Brasil Mais Seguro, com valor estimado de R\$ 6 milhões de reais.

Arranjos de Gestão:

-Para êxito desta meta é de suma importância a participação das Guardas Municipais e instituições estaduais apresentando propostas para captação de recursos e assim, consolidando a indução das políticas fomentadas pela Senasp.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

-Dificuldades dos proponentes em relação ao preenchimento do SICONV e à elaboração de Projetos, indicando que as equipes de elaboração de projetos dos municípios e unidades da federação precisam de maior qualificação sobre o tema.

-Dificuldade das instituições municipais e estaduais de sistematizar e manter atualizados os dados de vitimização profissional, número de afastamentos, epidemiologia do efetivo e reais condições de trabalho dos profissionais abrangidos, fato que auxiliaria, inclusive, a efetividade dos resultados alcançados com os convênios celebrados.

Quantidade alcançada

52

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 4 estudos e/ou pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, foram concluídas, diagramadas e impressas, duas pesquisas realizadas em cooperação técnica com o



PNUD, na área de valorização profissional, a saber: caderno técnico sobre “Sistema de Monitoramento de Políticas de Valorização Profissional para Operadores de Segurança Pública” e caderno técnico “Política de Pessoal dos Profissionais de Segurança Pública que atuam na Faixa de Fronteira Brasileira”. Ainda em 2014, foram iniciadas três consultorias, também a partir do acordo de cooperação técnica com o PNUD, com conclusão prevista para março de 2015. São elas: “Levantamento do Perfil Profissiográfico e Mapeamento de Competências do Cargo de Perito Criminal”, “Relações Hierárquicas nas Polícias Militares”, “Construção e Validação de um Instrumento Psicológico de Diagnóstico de Vulnerabilidade ao Estresse Ocupacional em Profissionais de Segurança Pública”. A pesquisa sobre Racismo no Contexto das Instituições de Segurança Pública foi concluída e está em fase de diagramação e posterior encaminhamento para impressão.

No primeiro semestre de 2014 foi elaborado o planejamento para o III Encontro com os Tutores Master e Gestores de Áreas Educativas das Secretárias de Segurança Pública.

No ano de 2013 houve o estabelecimento de diretrizes para melhorar a comunicação entre a Senasp e as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e a divulgação das diretrizes durante o II Encontro de Áreas Educativas com a participação dos gestores das instituições de ensino de segurança pública estaduais, ocorrido em Brasília no mês de julho.

Foi desenvolvida, ainda, a ferramenta “Fórum de Gestores Educacionais pela Rede EAD”, o que somente ocorreu no final de 2013, tendo por objetivo fomentar um debate sobre temas importantes da área educacional, redundando em mudanças na área de segurança pública.

Previsão de realização para o próximo período:

- O início da utilização da ferramenta “Fórum de Gestores Educacionais pela Rede EAD-Senasp” está previsto para o segundo semestre de 2014, após o III Encontro com os Tutores Master e Gestores de Áreas Educativas das Secretárias de Segurança Pública.
- Diagramação, impressão e divulgação do caderno técnico contendo os resultados da Pesquisa Racismo no Contexto das Instituições de Segurança Pública.
- Conclusão das consultorias em andamento, a saber: “Levantamento do Perfil Profissiográfico e Mapeamento de Competências do Cargo de Perito Criminal”, “Relações Hierárquicas nas Polícias Militares”, “Construção e Validação de um Instrumento Psicológico de Diagnóstico de Vulnerabilidade ao Estresse Ocupacional em Profissionais de Segurança Pública”.

Arranjos de Gestão:

- Propiciar a interação e integração na Educação a e aperfeiçoar o fluxo de informações com os entes federados.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2014

• Rede de Gestores em Educação de Segurança Pública em funcionamento em 2013

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013 foi elaborado o planejamento para o III Encontro de Áreas Educativas e do V Encontro de Tutores Máster da Rede de Educação a Distância – EaD/Senasp.

O referido encontro, entre outros objetivos, visava estabelecer diretrizes para melhorar a comunicação entre a Senasp e as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, em especial, entre os gestores de ensino. Assim, a Rede Ead/Senasp



desenvolveu a ferramenta “Fórum de Gestores de Ensino”, destinado a discussões entre os Gestores de Ensino das Instituições de Segurança Pública de todo país e os Tutores Máster Estaduais.

A ferramenta que facilitará a comunicação entre a Senasp e os Gestores de Ensino e Tutores Masters se encontra pronta, desenvolvida na mesma plataforma da Rede Ead.

Ato contínuo, a rede de comunicação entre os Gestores de Ensino passará a ser implementada, efetivamente, no primeiro semestre de 2015.

Previsão de realização para o próximo período:

- O início da utilização da ferramenta “Fórum de Gestores de Ensino e Tutores Masters Estaduais” está previsto para o segundo semestre de 2015, após a criação da rede e divulgação de seu tutorial.

Arranjos de Gestão:

- Propiciar a interação e integração na Educação a e aperfeiçoar o fluxo de informações com os entes federados.

OBJETIVO: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo vem sendo cumprido através do fomento à estruturação dos órgãos de segurança pública, bem como do apoio ao aprimoramento dos sistemas de gestão com vistas à coleta de dados, contribuindo para a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública.

No escopo deste objetivo, o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas – Sinesp foi instituído pela Lei 12.681, de 2012 e concebido para realizar a integração das informações, referentes à segurança pública, ao sistema prisional e à política de drogas em todos os entes federados, além de integrá-las a novas bases de dados, conferindo maior credibilidade. Como resultado, o Sistema possibilitará uma visão global da segurança pública no país e a formação de uma base de dados nacional para extração de informações estratégicas, operacionais e de inteligência. Cabe destacar que os vários módulos do sistema serão desenvolvidos pelo SERPRO.

Os principais objetivos do Sinesp são: subsidiar as políticas de segurança pública, do sistema prisional e de drogas através de dados, informações e relatórios confiáveis e apoiar os operadores de segurança pública através de consultas diretas e confiáveis.

O desenvolvimento e a implantação do SINESP dependem de três frentes relacionadas:

1. Definições de Nível Estratégico: Institucionalização do SINESP; Pactuação entre os parceiros (Termos de Adesão); Construção de uma política de divulgação e compartilhamento sistemático das informações coletadas em parceria com as UFs (Conselho Gestor do SINESP - Dec. 8.075/13);
2. Definições Metodológicas: Padronização dos procedimentos policiais, estabelecendo conjuntamente com as UFs, os



modelos de boletim de ocorrência, termo circunstanciado de ocorrência, inquérito policial, auto de prisão em flagrante, entre outros; e

3. Definições de Tecnologia da Informação: Sistematização dos esforços das duas primeiras frentes, criando o Portal SINESP (www.sinesp.gov.br), possibilitando a comunicação padronizada entre as diversas bases de dados das instituições de segurança pública e demais parceiros.

Entre os anos de 2012 a jun/2014 foram celebrados, com 26 UFs, 41 convênios, cuja finalidade principal é a estruturação tecnológica das secretarias estaduais de segurança pública com vistas à implementação do SINESP. O estado do Amapá não firmou convênio por não ter conseguido habilitar a proposta e preferiu aguardar o próprio SINESP desenvolver a solução.

Em 2013 foi lançado o Portal do Sinesp com informações estatísticas detalhadas e também o aplicativo Sinesp Cidadão que possibilita a pesquisa da situação legal de veículos a todos os cidadãos, retornando se o veículo pesquisado tem restrição de roubo ou furto, ou se é clonado, o que já resultou em centenas de recuperações de veículos e em prisões de criminosos. Em parceria com o Conselho Nacional de Justiça foi lançado em abril/14 o segundo módulo que permite a consulta de mandados de prisão cadastrados no Banco Nacional de Mandados de Prisão. O SINESP concluiu em 2013 toda a articulação política necessária para sua viabilidade. Ademais, a Presidência publicou o Decreto 8.075 de 14/08/13, que regulamenta a Lei 12.681 de 04/07/12, que institui o Conselho Gestor do Sinesp. Outra grande ação vinculada ao SINESP realizada em mai/14 foi a migração dos sistemas e bases de dados da Rede Infoseg para as estruturas do SERPRO.

Em jun/2014 o GT responsável pelas definições metodológicas dos procedimentos policiais (Procedimentos Policiais Eletrônicos - PPE) concluiu a elaboração das principais peças utilizadas nos seguintes procedimentos: Boletim de Ocorrência; Boletim de Ocorrência Circunstanciado; Termo Circunstanciado de Ocorrência; Inquérito Policial; Auto de Prisão em Flagrante; Auto de Apreensão em Flagrante de Ato Infracional e o Auto de Investigação de Ato Infracional; Além de iniciar a elaboração dos diagramas de fluxo de cada procedimento. Entretanto, em parceria com a PRF lançamos o Sistema Nacional Integrado de Atendimento e Despacho no DF, RN, PB, PR. Ademais, no segmento das atividades de inteligência projetamos a ferramenta de Comunicação Segura - Sinesp Seguro, que teve o estado de Pernambuco como piloto. Em ago/14 a publicação do Portal de Acesso Restrito aos operadores de segurança pública ocorreu com a disponibilização da versão inicial do INFOGGI a 6 GGIs, dentre eles municipais e estaduais.

Durante o mês de 10/14, juntamente com a SENAD, implementamos o sistema para Gestão das Comunidades Terapêuticas em 10 instituições. Além disso, foram concluídos os fluxos dos processos vinculados aos procedimentos da polícia judiciária (PPE). Ao mesmo tempo que ampliamos os recursos oferecidos pelo aplicativo Sinesp Cidadão incluindo o módulo Desaparecidos, disponibilizando à sociedade, consulta de informações sobre pessoas desaparecidas. Através de atuação conjunta com o DEPAID, apresentamos o Módulo Estatísticas nos meses de set e ou/14 para os gestores estaduais de Estatística e Análise Criminal do Sinesp, capacitando-os para disseminação da ferramenta de Business Intelligence – BI disponibilizada pela SENASP.

Durante o mês de 11/14 foi realizada a implantação do PPE no Estado de Roraima, com base de dados centralizada no SERPRO, a solução possibilitou o registro das ocorrências de forma automatizada, com intercâmbio de informações padronizadas entre as unidades policiais de Roraima, servindo de modelo para replicação em outros estados.

Outro foco deste objetivo são as Ouvidorias de Polícia, importantes órgãos para a realização do controle externo da atividade policial. Para tanto, existe o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, junto a SDH/PR, o qual tem por objetivo avaliar a situação das instituições de segurança pública do país, assim como propor critérios para a implantação das

Plano
Mais Brasil

Ouvidorias de Polícia e acompanhar o trabalho desenvolvido, analisando as dificuldades, a forma de padronizar a coleta de dados e relatórios de atividades, entre outros. A partir do apontamento dos temas relativos ao controle externo da atividade policial, a Senasp disponibiliza recursos para que os Estados e o DF possam qualificar a atuação das Ouvidorias existentes, assim como implantá-la, nas UF's que ainda não tenham este órgão de controle.

No 1º semestre de 2013, foi realizada uma pesquisa, em parceria com o PNUD com vistas ao levantamento do diagnóstico da perícia criminal no Brasil, constituindo um marco referencial no planejamento das ações de fortalecimento dos órgãos periciais dos estados. A pesquisa foi impressa e distribuída a partir de set/13.

Outra importante ação na consecução deste objetivo foi a criação do Programa de Redução da Criminalidade Violenta, denominado Brasil Mais Seguro, que tem como objetivo precípua induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focado na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública).

As ações do programa levam em conta as peculiaridades de cada UF na sua implantação, assim como as diretrizes de pacto federativo e a natureza das ações a serem empreendidas são construídas juntamente com os governos locais. Os eixos de atuação são: Gestão Integrada e Governança. Fortalecimento da Segurança Pública Estadual, Controle de Armas, ações de prevenção e articulação com o Sistema de Justiça Criminal. Nesse contexto, um dos principais desafios impostos na consolidação do programa reside na necessidade de articular as ações estratégicas previstas com a gama de atores sociais imprescindíveis ao processo de implementação dessa política, assim como de estabelecer soluções aos problemas específicos de cada localidade sob uma perspectiva gerencial no campo da segurança pública.

No 2º semestre de 2013 foram publicadas portarias para apresentação de propostas pelos estados que aderiram ao programa, as quais foram analisadas e aprovadas pelas áreas técnicas dos departamentos.

Juntamente com tais pactuações, ocorreram investimentos por meio de convênios, para todos os estados para aparelhamento da Perícia Forense e para fortalecimento das Delegacias de Homicídios. Foram focados os seguintes aspectos: 1) No RS e no DF, a construção de Centros Regionais de Perícia, visando o atendimento aos estados da região de localização dos mencionados Centros Regionais (Portaria 135/13); 2) Todos os 27 estados, por meio das Portarias 72, 74 e 109/13, objetivando o fortalecimento da perícia criminal e a produção de provas; e 3) 16 estados para o reaparelhamento das delegacias especializadas de homicídios, conforme Portaria 124/13. Dando continuidade à política de reestruturação das unidades técnico-científicas, foram pactuados 26 convênios com 23 estados ref. às Portarias 89 e 121/14.

Foram celebrados 192 Termos de Cooperação Técnica entre a SENASP e Prefeituras para atender as Guardas Municipais que passaram a ter acesso à Rede INFOSEG, com isto foi possível a consulta de 13,5 milhões de dados sobre inquéritos, processos e mandados de prisão. Além disso, possuem acesso aos sistemas de Veículos e Condutores, podendo consultar por 77 milhões de veículos e 55 milhões de condutores, o que sem dúvida amplia a capacidade de atuação e aumenta a eficiência do trabalho das Guardas no atendimento aos cidadãos.

Previsão para o próximo período: Implantação do Sistema Nacional Integrado de Atendimento e Despacho em RO; Sistema Relatório de Serviço das Bases Comunitárias Móveis e Veiculares; Integração do sistema de registro de ocorrências do estado do Goiás ao SINESP; Publicação do Portal de Acesso Restrito aos operadores de segurança pública; Efetivação da ampliação da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos; Doações de equipamentos tecnológico (Sistemas de Indexação Balística, Scanners Veiculares, Laboratório de Tecnologia Contra à Corrupção e à



Lavagem de Dinheiro).

Metas 2012-2015

• 336.000 acessos às ferramentas do portal CINTEPOL**Análise Situacional da Meta**

Em 2012, houve 68.041 acessos à ferramenta do portal CINTEPOL. Em 2013, o número de acessos alcançou a marca de 105.041. Em 2014, houve 112.882 acessos. Os dados acumulados totalizam 275.788 acessos. Realizando-se uma projeção do quantitativo de acessos ao aludido portal, estima-se que há viabilidade do cumprimento da meta até 2015.

Quantidade alcançada

275.788

Data de Referência

31/12/2014

• 68.000 documentos produzidos através da metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência (52.000 da Polícia Federal e 16.000 da Polícia Rodoviária Federal)**Análise Situacional da Meta**

Em 2012, a Polícia Federal produziu 4.504 documentos utilizando a metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência. A PRF, no mesmo período, produziu 3.053 documentos.

Em 2013, o DPF produziu 6.571 documentos de acordo com a metodologia citada, enquanto o DPRF produziu, no mesmo período, 4.639 documentos. Em 2014, o DPF produziu 4.226 documentos e a PRF, no mesmo período, produziu 2.872 documentos produzidos através da referida metodologia.

A média encontra-se abaixo da meta estabelecida, uma vez que a quantidade acumulada de produção de documentos, de 2012 a 2014, totaliza 25.865.

Quantidade alcançada

25.865

Data de Referência

31/12/2014

• Acompanhar e produzir relatório nacional sobre homicídios cometidos por agentes de segurança pública**Análise Situacional da Meta**

Até o momento foram realizadas duas reuniões CGPES/DPAID/SENASP/MJ e com Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP para mapeamento das iniciativas existentes e das dificuldades, visando a construção de uma metodologia para elaboração de um relatório analítico.

Previsão de realização para o próximo período:

Estão agendadas reuniões com o IPEA e o PNUD/UNESCO para definição dos arranjos de gestão necessários a produção do relatório.

Arranjos de Gestão:

Construção de Acordos de Cooperação Técnica e de Compromisso Operacional, além de consultoria técnica especializada utilizando do formato de agências implementadoras.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Qualidade e consistência dos dados oficiais, dependência de arranjos federativos e de coordenação executiva, necessidade de inovação metodológica e necessidade de validação política.

• Ampliar a capacidade do Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais (AFIS) Central de 6.000.000 para 24.000.000 registros no quadriênio

**Análise Situacional da Meta**

Com base em contratação realizada em 2012, o AFIS foi ampliado para 13.000.000 de registros, os quais já foram utilizados em 99%. Considerando a taxa de crescimento atual do sistema, será necessário redimensionar a meta, de forma que a base de dados atinja cerca de 55.000.000 registros em 2015.

Quanto à interoperabilidade, manteve-se integração com o Estado da Bahia e de Rondônia e trabalha-se, atualmente, na implementação da interoperabilidade com o Distrito Federal e com os Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul. No primeiro semestre de 2014, foi realizada expansão de 2,2 milhões de registros, o que tornou o sistema capaz de armazenar 15,2 milhões de registros.

Existem estudos em curso para planejar a ampliação do AFIS em mais 35 milhões de registros, a partir de 2015.

Quantidade alcançada

15.200.000

Data de Referência

30/11/2014

• Ampliar a frota de 2 aeronaves não tripuladas para 14 aeronaves no Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)**Análise Situacional da Meta**

A meta não foi atingida, em virtude da não aquisição de novas aeronaves VANT em 2013 e 2014.

Cabe ressaltar que, primeiramente, fez-se necessária a reavaliação e reestruturação do projeto. O sistema foi reativado após a assinatura do contrato de manutenção das aeronaves no segundo semestre de 2013, o que vem possibilitando uma reavaliação mais concreta de seu funcionamento, levando-se em conta as necessidades de estrutura física e de recursos humanos para gerenciar a possível expansão do sistema (compra de mais aeronaves).

O sistema VANT começou a operar com sua capacidade atual plena (2 aeronaves), com o devido contrato de manutenção, em agosto de 2013.

Em dezembro de 2013 foi criada o NIVANT (Núcleo de Inteligência do Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados), estrutura vinculada à Delegacia de Foz do Iguaçu, a qual proverá apoio de inteligência policial às ações de prevenção e repressão à criminalidade, com o máximo de segurança, eficiência e eficácia, no âmbito do SISVANT.

Em 2014, o SISVANT desenvolveu as seguintes atividades de estatura operacional:

- 1) Operação Três Fronteiras com foco na repressão criminal à criminalidade organizada transnacional com atuação na Região da Tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai através da produção de conhecimento de Inteligência Policial (Inteligência de imagem – Image Intelligence - IMINT) em prol das ações da Delegacia de Foz do Iguaçu e suas Unidades subordinadas como o Núcleo de Polícia Fazendária, o Núcleo de Repressão a Entorpecentes e o NEPOM;
- 2) Operação SISVANT/Cascavel I de apoio de Inteligência Policial (IMINT) à Delegacia de Cascavel de repressão ao Contrabando de cigarros;
- 3) Operação SISVANT/Guaíra I de apoio de Inteligência Policial (IMINT) à Delegacia de Guaíra de repressão ao Contrabando de cigarros;
- 4) Operação SISVANT/Rio II de apoio de Inteligência Policial (IMINT) à segurança do Grande Evento Copa do Mundo;
- FIFA 2014 com foco na repressão à criminalidade organizada que atuam nas favelas da cidade do Rio de Janeiro;
- 5) Operação SISVANT/Receita Federal I II de apoio de Inteligência Policial (IMINT) à Receita Federal em ações de fiscalização contra o descaminho e contrabando na Região da Tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai;
- 6) Operação SISVANT/PRF I II de apoio de Inteligência Policial (IMINT) à Polícia Rodoviária Federal na prevenção e



repressão ao roubo de carros nas rodovias federais na Região da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai;
7) Operação SISVANT/CAOP II de apoio de Inteligência Policial (IMINT) à CAOP e ao NEPOM na repressão à criminalidade organizada transnacional na Região da Tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai.

A partir do próximo exercício - 2015 - o DPF terá condições de dimensionar as necessidades financeiras e operacionais, podendo, se for o caso, modificar a meta.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos a novas UFs, com a adesão do Acre, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins**

Análise Situacional da Meta

Criada através do Decreto 7950/13 e objeto de Acordo de Cooperação Técnica entre a SENASP, o Departamento de Polícia Federal e as Secretarias de Segurança Pública dos entes federados, apresentava uma infraestrutura de 16 laboratórios, todos integrantes de órgãos de segurança pública, nos Estados do Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e da Polícia Federal em Brasília. Em cada um desses laboratórios oficiais está localizado 01 servidor (hardware), outrora adquirido pela SENASP, no qual está instalado o software CODIS cedido pelo FBI ao Brasil por meio de um termo de compromisso firmado em 2009 e que permite o compartilhamento e a comparação de perfis genéticos (DNA) entre laboratórios.

Ao longo dos últimos anos, 07 novos estados manifestaram interesse na adesão à Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos-RIBPG, sendo o Acre, Maranhão, Rondônia, Tocantins, Pernambuco, Goiás e Distrito Federal. Durante o ano de 2013, com o objetivo de viabilizar a ampliação da rede, foram realizados os ajustes necessários no termo de referência a fim de propiciar o processo licitatório para a aquisição de 07 novos servidores.

Tais equipamentos foram adquiridos por meio de adesão à Ata de Registro de Preço e foram entregues na Polícia Federal, em julho de 2014, Coordenadora do Comitê Gestor da RIBPG, objetivando proceder à instalação do software da plataforma CODIS 7.0, por meio de Termo de execução descentralizada nº1 de 07/08/14 da SENASP para DITEC para aquisição de programas Microsoft SQL Server necessários para instalação.

As novas instalações e as atualizações (upgrade) do novo programa (CODIS versão 7.0) para toda a RIBPG foram realizadas em dezembro de 2014, em um cronograma agendado pelo FBI. Foram realizadas as aquisições de passagens internacionais e nacionais além de diárias pela SENASP para os 05 especialistas indicados pelo FBI para instalação e treinamento de peritos criminais, o que possibilitou a ampliação efetiva da RIBPG em 19 laboratórios, a saber: Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Pernambuco, Goiás, Distrito Federal e da Polícia Federal em Brasília.

Ressaltamos que até o momento não estão definidas ações para os Estados de Piauí, Rio Grande do Norte e Roraima, haja vistas não apresentarem os requisitos técnicos necessários.

Previsão de realização para o próximo período:

- Instalação dos servidores CODIS no Distrito Federal, Goiás e Pernambuco. Em seguida, nos laboratórios de DNA do



Acre, Maranhão, Rondônia e Tocantins assim que forem cumpridos os requisitos técnicos estabelecidos no Manual de Procedimentos Operacionais da RIBPG e na Resolução nº 3 do Comitê Gestor da RIBPG, de 26 de março de 2014, publicada no DOU de 14 de maio de 2014.

Arranjos de Gestão:

Objetivando a implementação desta meta são necessários os esforços conjuntos da SENASP, DPF e as Secretarias de Segurança Pública estaduais correspondentes, conforme os termos estabelecidos nos Acordos de Cooperação Técnica já firmados.

Na atuação conjunta, a SENASP está responsável pela aquisição dos servidores, enquanto o DPF encontra-se responsável pelo termo de adesão dos estados beneficiados e a respectiva instação dos servidores nos Estados do Acre, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

- Entraves burocráticos inerentes à análise técnica do termo de referência e processo licitatório;
- Alta complexidade técnica dos equipamentos, o que demandou análise da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação-CGTI/MJ;
- Dificuldade de alguns estados beneficiados em cumprir todos requisitos técnicos estabelecidos no Manual de Procedimentos Operacionais da RIBPG e na Resolução nº 3 do Comitê Gestor da RIBPG.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

• **Ampliar para 250 novos Municípios o acesso à Rede Infoseg**

Análise Situacional da Meta

A meta foi alterada para ampliar o acesso aos Municípios ao sistema Infoseg, substituindo a meta “Ampliar o número de acessos à Rede Infoseg”, a meta era muito subjetiva e para o alcance do objetivo foi preciso inserir os municípios no contexto da rede Infoseg.

Em 2013 foram celebrados 132 Termos de Cooperação Técnica entre a SENASP e Prefeituras (por meio de suas Guardas Municipais) para acesso à Rede INFOSEG. Das 171 documentações de Prefeituras recebidas, 12 foram indeferidas e outras 27 ficaram pendentes de documentação.

Em conjunto com a SENASP, as Guardas municipais conveniadas passaram a ter acesso ao sistema de Indivíduos podendo consultar 13,5 milhões de dados sobre inquéritos, processos e mandados de prisão. Além disso, possuem acesso aos sistemas de Veículos e Condutores, podendo consultar 77 milhões de veículos e 55 milhões de condutores. Diante do contexto de grandes eventos em que o nosso país está inserido, foi liberado o acesso aos sistemas INTERPOL (difusão vermelha) e SISME com intuito de fortalecer a fiscalização nas cidades que possuem Guardas Municipais e estão localizadas em regiões fronteiriças. Através do SISME, os guardas municipais podem realizar a consulta de veículos da Argentina e Uruguai.

Foram realizados trabalhos de divulgações por meio de emails, notícias no Portal da Rede INFOSEG, notícias no Portal do Ministério da Justiça, Boletins Informativos da SENASP, publicação em Diário Oficial da União, blogs oficiais das Guardas Municipais do Brasil, Redes Sociais (Facebook), além de contatos diretos com Prefeitos e Secretários de Segurança Municipais (Reunião do Conselho Nacional de Secretários Municipais – CONSEMS realizado em abril/2013) e Comandantes das Guardas Municipais. Porém, muitas das 993 Guardas Municipais que



existem hoje no país (dados do IBGE 2012) não possuem emails institucionais, telefones disponíveis em sites da Prefeitura, estruturação conforme requisita a Portaria nº 48/2012/SENASP/MJ, o que dificulta a comunicação e a efetivação dos Convênios.

Principais realizações do período:

Foram celebrados entre 06/12/2012 e 30/07/2014, 203 Acordos de Cooperação Técnica entre a SENASP e Prefeituras (por meio de suas Guardas Municipais) para acesso à Rede INFOSEG. Das 256 documentações de Prefeituras recebidas, 10 foram indeferidas e outras 43 estão pendentes de documentações.

Previsão de realização para o próximo período:

De 01/09/2014 a 30/09/2014, a SENASP abrirá o novo período de adesão para recebimento de documentações de novas Prefeituras e formalizações de novos Acordos de Cooperação Técnica junto à Rede INFOSEG com a expectativa de concluir já neste 3º ciclo, a meta de 250 Prefeituras integradas ao sistema.

Arranjos de Gestão:

Em conjunto com a SENASP, as Guardas Municipais conveniadas passaram a ter acesso ao sistema de Indivíduos podendo consultar por 14 milhões de dados sobre inquiridos, processos e mandados de prisão. Além disso, possuem acesso aos sistemas de Veículos e Condutores, podendo consultar por 82 milhões de veículos e 55 milhões de condutores.

Diante do contexto de grandes eventos em que o nosso país está inserido foi liberado o acesso aos sistemas INTERPOL (difusão vermelha) e SISME com intuito de fortalecer a fiscalização nas cidades que possuem Guarda Municipal e estão localizadas em regiões fronteiriças. Através do SISME os guardas municipais podem realizar a consulta de veículos da Argentina e Uruguai.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Foram realizados trabalhos de divulgações por meio de emails, notícias no Portal da Rede INFOSEG, notícias no Portal do Ministério da Justiça, Boletins Informativos da SENASP, publicação em Diário Oficial da União, blogs oficiais das Guardas Municipais do Brasil, Redes Sociais (Facebook) além de contatos diretos com Prefeitos, Secretários de Segurança Municipais e Comandantes das Guardas Municipais. Porém, muitas das 993 Guardas Municipais que existem hoje no país (dados do IBGE 2012) não possuem emails institucionais, telefones disponíveis em sites da Prefeitura, estruturação conforme requisita a Portaria nº 48/2012/SENASP/MJ o que dificulta a comunicação e a efetivação dos Acordos de Cooperação Técnica. Está sendo confeccionado um cadastro virtual de todas as Guardas Municipais do Brasil a partir dos dados do IBGE, dados enviados a SENASP e via contato telefônico para atualização desses dados cadastrais visando uma divulgação mais efetiva do Acordo.

Quantidade alcançada

220

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar 420 projetos de reaparelhamento nos órgãos e instituições de segurança pública nos estados, Distrito Federal e municípios**
Análise Situacional da Meta



No ano de 2014, o Edital de Chamada Pública 05, para seleção de projetos municipais e de consórcios municipais a serem financiados com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, com foco nas ações de prevenção à violência e criminalidade teve entre suas linhas de financiamento o fortalecimento das Corregedorias e Ouvidorias das Guardas Municipais.

Ao final foram aprovadas 04 propostas municipais que contemplaram este objeto: Foz do Iguaçu/PR; Rio de Janeiro/RJ; Natal/RN e Boa Vista/RR.

Além desta ação, foi instituída a Portaria 115, de 26 de setembro de 2014 para o cadastramento de propostas no Sistema de Convênios do Governo Federal, para implementação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, no âmbito das Casas da Mulher Brasileira, para os Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Distrito Federal.

Excetuando o Distrito Federal que não apresentou proposta, os demais Estados habilitados tiveram seus projetos aprovados, totalizando R\$ 3.650.746,61.

Principais realizações do período:

Aprovação de 04 propostas municipais para fortalecimento das Corregedorias e Ouvidorias das Guardas Municipais e de 06 propostas estaduais para implementação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, no âmbito das Casas da Mulher Brasileira.

Previsão de realização para o próximo período:

Publicação de Portaria para apoio a projetos de reaparelhamento de Estado a serem incluídos no Programa Brasil Mais Seguro ou em Programa Similar.

Arranjos de Gestão:

Articulação com os Estados Federados para a realização de reuniões técnicas para avaliação dos projetos que integram o escopo do Programa.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Sobrecarga para a realização de todas as atividades de pactuação, análise de propostas e acompanhamento dos convênios celebrados; Qualidade técnica precária das propostas apresentadas pelos Entes Federados, demandando diversas reformulações.

Quantidade alcançada

309

Data de Referência

30/12/2014

• **Apoiar a implementação e/ou reaparelhamento de agências e núcleos descentralizados de inteligência em 20 Ufs.**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi implantada a partir de 2013 e é composta por ações para apoio ao reaparelhamento das agências centrais de inteligência dos estados, a indução da criação de núcleos regionais ou descentralizados de inteligência, com o objetivo de fortalecer as instâncias estaduais para o fornecimento de subsídios informacionais aos respectivos governos para a tomada de decisões no âmbito da segurança pública, mediante os processos de produção e proteção de conhecimentos.

No final do exercício de 2013, foram celebrados 5 (cinco) Convênios, pelo Programa Brasil Mais Seguro, abrangendo



os Estados de Alagoas, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte e Goiás, finalizando as tratativas anteriores de análise e ajustes nos colóquios entre SENASP e Estados, firmado na matriz de responsabilidades na definição dos objetos, relativamente a cada Unidade Federativa, as quais estão sendo beneficiadas pelo Programa, com recursos do Governo Federal. Foram apresentadas 05 propostas para reaparelhamento das Agências de inteligência nos Estados, com criação de 28 Núcleos de Inteligência, sendo aprovadas e liberado parte dos recursos, ainda em 2013, ficando a segunda parcela para 2014, com conclusão dos trabalhos. No entanto face recursos disponíveis foram postergados os prazos para a finalização dos processos e a inclusão de novos Estados.

Previsão de realização para o próximo período:

Para o período vindouro prevê-se a execução e finalização dos convênios até dezembro de 2015, com a liberação dos recursos para reaparelhamento de seis Agências e a criação dos Núcleos de Inteligência, dentro da nova vigência. Quanto à abrangência de novos Estados, aguardamos as diretrizes a serem traçadas pelo Governo Federal.

Arranjos de Gestão:

Participam dessa empreitada os Órgãos de Segurança Pública envolvidos: Polícias Civil e Militar de cada Estado, que apresentam como contrapartida, além da parte financeira, o de estrutura física e de pessoal, completando o ciclo.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

A situação estrutural, financeira e organizacional dos Estados do nordeste é um desafio. Policiais desmotivados e mal remunerados, também não contribuem para o êxito da proposta do Programa.

Observações:

Os Convênios para o Brasil Mais Seguro ainda se encontram em fase licitatória inicial, estando os Núcleos de Inteligência, em sua maioria, com previsão de pleno funcionamento em 2015. Espera-se alcançar a meta proposta, trazendo para a área de segurança uma proteção para os Estados com a diminuição dos índices de crimes violentos, hoje em crescimento, com a atuação da rede de informações.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

• **Atualizar a doutrina Nacional de Inteligência em Segurança Pública - DNISP**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi construída a partir da alteração da meta “Integrar e modernizar as agências que integram o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) nos estados e no Distrito Federal”, que em 2012 tratou de integrar todas as Agências de Inteligência, Polícia Civil, Polícia Militar e Secretarias de Segurança Pública dos Estados, totalizando 81 Agências que estão sendo paulatinamente modernizadas, de acordo com a necessidade mais premente.

A integração das instituições de segurança pública na área de inteligência passa pelos Encontros dos Chefes de Organismos de Inteligência – ENCHOI. Os encontros são voltados para elaborar diretrizes como propor capacitação de agente de segurança pública, discussão sobre propostas para ações conjuntas, discutir inovações com a intenção de modernizar as agências de inteligências, a troca de informações nos encontros, que são realizados em nível Nacional e Regional, serve para alinhar diretrizes e apresentar boas práticas.

Para elaboração da doutrina de inteligência foram escolhidos servidores dos estados, em razão de seus currículos e trabalhos efetuados dentro da área de inteligência em segurança pública. Os encontros são realizados por chamamento



em nível Nacional, onde são discutidas as doutrinas utilizadas em diversas regiões do país, após extensa discussão sobre os temas abordados são editadas as atualizações como forma de padronização das ações dos profissionais da área de inteligência.

Em 2012 foi editada a 1ª e 2ª atualização da doutrina e no primeiro semestre de 2013 foi atualizada a doutrina em sua 3ª edição.

Importante e necessária ao entendimento e organização das atividades de Inteligência em Segurança Pública, a DNISP norteará os trabalhos na área de inteligência fundamentando suas bases com entendimento e esclarecimento da atividade como um todo, nivelando o entendimento e conhecimento da Inteligência no País.

A 4ª Edição programada e concluída no segundo semestre de 2013, finalizou os trabalhos de atualização da Doutrina de Nacional de Inteligência, sendo apresentado o produto na Coordenação-Geral de Inteligência/SENASP.

Previsão para o próximo período:

Com a meta de atualização cumprida, passa-se à elaboração e publicação dos manuais, com início de distribuição no 2º semestre de 2014, com previsão de continuidade em 2015.

Arranjos de Gestão:

Conta-se com o apoio de alguns órgãos de inteligência, estaduais e federais, tais como: ABIN, Polícia Civil e Militar, Receita Federal, Ministério da Defesa, Ministério do Exército, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretarias de Segurança Pública das 5 Regiões do Brasil, Bombeiro Militar, Ministério da Integração Nacional etc.

Principais dificuldades encontradas na execução:

A dificuldade encontrada foi com a liberação dos profissionais convocados ao evento, em razão das suas atividades nos órgãos a que pertencem.

• Capacitar 8.000 servidores da Polícia Federal

Análise Situacional da Meta

A Academia Nacional de Polícia (ANP) tem por atribuição a formação de novos policiais oriundos de processo seletivo realizado pela Diretoria de Gestão de Pessoal da Polícia Federal, além da execução da capacitação continuada dos servidores que integram o Quadro Permanente de Pessoal da Polícia Federal. Para isso conta com a Escola Superior de Polícia (ESP) e a Comissão de Gestão de Capacitação da ANP que analisa todos os processos de capacitação da Polícia Federal, deliberando sobre a sua viabilidade de execução e submetendo à aprovação da Diretoria de Gestão de Pessoal. A meta proposta no PPA 2012-2015 levou em consideração a formação de novos policiais ao longo do período, como também a estimativa de previsão de cursos de capacitação aos diversos servidores do órgão. A projeção realizada vem sendo superada, em razão da otimização de ações educacionais na modalidade de ensino a distancia, que de forma direta, abrange grande quantidade de servidores, com custos bastante reduzidos, demonstrando o potencial de disseminação de conhecimentos da modalidade em EAD. Em 2013, foram realizadas 11.876 capacitações, em 2014 foram feitas 25.419 capacitações, alcançando um total acumulado de 51.341 capacitações, evidenciando a otimização dos recursos para cumprimento deste objetivo.

Segue abaixo a discriminação dos resultados alcançados até o presente momento:

- Cursos EAD 38.194 capacitações
- Cursos Presenciais: 9.780
- Cursos Contratados: 1.566



- Cursos CESP (Escola Superior de Polícia): 1.771
- Cursos referentes à capacitação no exterior: 30

A quantificação de servidores capacitados é realizada a partir da quantidade de capacitações realizadas.

Quantidade alcançada

51.341

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram protegidas 27 pessoas através do programa de proteção aos depoentes especiais, além da realização de 7 operações policiais.

Em 2013 foi realizada proteção de 52 pessoas, além da contabilização de 5 operações policiais específicas, destinadas especialmente para combater tal prática criminosa, tais como Operação Hecatombe (RN), Operação Parcas (AC), Operação Canis Lupus (RR) e Operações em Pernambuco e Paraíba.

Em 2014, os seguintes resultados em relação ao combate ao grupo de extermínio foram alcançados: deflagração das operações Cold Case (investigação de grupo de extermínio no estado de Goiás, que resultou em 09 prisões e 06 conduções coercitivas), operação Sileo (investigação decorrente do incidente de deslocamento de competência relativo à morte do promotor de justiça pernambucano Tiago Faria, ocorrida em outubro de 2013, que resultou em 04 prisões e operação Poço Vermelho (investigação de grupo de extermínio atuante nos estados da Bahia e Sergipe, especialmente na cidade de Poço Verde/SE, onde ocorreu grande número de execuções com extrema violência, que resultou em 07 prisões e 17 conduções coercitivas).

- **Desenvolver e disponibilizar aos entes federados um sistema informatizado para controle da cadeia de custódia da prova material**

Análise Situacional da Meta

Verifica-se a necessidade de se reestruturar e modernizar o sistema de produção da prova material, no âmbito da segurança pública e da justiça criminal, com o aprimoramento dos mecanismos de preservação, busca, coleta e análise de vestígios, visando fortalecer a cadeia de custódia, a produção isenta e qualificada da prova material, para se garantir o princípio da ampla defesa e o respeito aos direitos humanos.

Com o fortalecimento da produção da prova material, os autores de delitos diversos, especialmente de crimes contra a vida, serão identificados com maior rapidez, contribuindo para a celeridade do processo criminal e para o aumento do grau de sensação de segurança da população brasileira.

Contudo, não foi possível até o momento desenvolver um sistema informatizado e disponibilizá-los aos entes federados para atuar no controle da cadeia de custódia da prova material. Aguarda-se disponibilização de recursos.

- **Elaborar o Plano Nacional de Aviação em segurança Pública com normatização legislativa, elaboração de requisitos para aporte de recursos aos entes federados e estratégia de mobilização nacional em caso de catástrofes, desastres e em eventos de segurança pública de grande repercussão**

Análise Situacional da Meta

A Aviação de Segurança Pública tem se consolidado no cenário nacional e internacional como um segmento de atuação governamental claramente identificável.

No Brasil as Organizações de Aviação de Segurança Pública compõem um segmento revestido de complexidade



tecnológica, administrativa e operacional em permanente processo de evolução, e por isso deve se manter, em nível estadual, a absorção do custeio proveniente da operação de suas aeronaves, por meio de contratos licitatórios de manutenção aeronáutica, seguro aeronáutico, abastecimento de aeronaves, manutenção das instalações físicas de hangar, capacitação técnica de pilotos, tripulantes, mecânicos de manutenção aeronáutica, apoio de solo, dentre outros. É entendimento predominante dentre os operadores de segurança pública e mesmo por parte da autoridade de aviação civil nacional, ou seja, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que esse seguimento da aviação em segurança Pública comporta e necessita de um conjunto normativo específico para aviação em Segurança Pública.

Tais ações são importantes e preparatórias para criação de uma política nacional de aviação em Segurança Pública e não um plano específico.

Principais realizações do período:

Foi finalizado o Mapeamento das Organizações de Aviação de Segurança Pública dos 26 estados e do Distrito Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional, visando dar suporte à elaboração do Plano Nacional de Aviação de Segurança Pública, com conclusão prevista para o 1º semestre de 2015.

Foi realizado o Encontro Nacional de Aviação de Segurança Pública, em novembro de 2014, com a finalidade de debater e buscar sugestões dos profissionais da área para a elaboração das diretrizes estratégicas do Plano Nacional para esse segmento.

A Regulamentação da Aviação de Segurança Pública continua em análise interna à Agência Nacional de Aviação Civil, com previsão de deliberação final sobre o tema no primeiro trimestre de 2016, conforme Portaria ANAC nº 2.975, publicada na edição de 12/12/2014 do Diário Oficial da União.

Realização de diagnóstico para construção de um Centro Nacional de Aviação de Segurança Pública no Distrito Federal, a fim de abrigar as organizações de aviação do DPF, DPRF, DFNSP, PMDF, PCDF, CBMDF, DETRAN/DF.

Previsão de Realização para o Próximo Período (primeiro semestre de 2015):

Conclusão da minuta do Plano Nacional de Aviação de Segurança Pública.

Apresentação de uma Minuta de Portaria para criação de Comitê Nacional de Aviação de Segurança Pública.

Criação de um Grupo de Trabalho para definição de requisitos padronizados de equipamentos de Aviação de Segurança Pública.

Apresentação e execução de Curso para capacitação de Gestores das Organizações de Aviação de Segurança Pública. Apresentação e execução de Curso Nacional de Coordenadores e Multiplicadores de Doutrina de Tripulantes Operacionais.

Elaboração de um novo questionário a ser aplicado junto aos Estados e Distrito Federal, com objetivo de mapear em 2015 o panorama da Aviação de Segurança Pública, referente ao exercício de 2014.

Arranjos de Gestão:

Estabelecer interlocução com os Estados e Distrito Federal com o objetivo de alinhar e validar a minuta do Plano



Nacional de Aviação de Segurança Pública, antes de sua publicação.

Articulação com Estados e o Distrito Federal para execução e participação dos cursos a serem realizados em 2015.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

- No âmbito da SENASP

Diminuta força de trabalho da Assessoria de Aviação para realização de suas tarefas.

- No âmbito Estadual e Distrital

As principais dificuldades encontradas estão relacionadas à falta de efetivo qualificado para execução de atividades de aviação de segurança pública afetas as Polícias Militares e Civis, Corpo de Bombeiros Militares; ausência de políticas de pessoal adequadas para os profissionais de aviação de segurança pública; infraestrutura precária em alguns Estados, dificultando as ações de prevenção e repressão, bem como o transporte de emergência e deslocamento de profissionais de segurança pública.

• **Fomentar a reestruturação das unidades técnico-científicas das 27 unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

Esta meta é composta por ações para o reaparelhamento das unidades de perícia criminal; a realização e publicação de pesquisas de diagnóstico; a construção de procedimentos operacionais padrão e de cartas de serviço, e por iniciativas para a consolidação da cadeia de custódia de vestígios de crimes.

A produção de conhecimento sobre a perícia criminal no país foi promovida com a realização de pesquisas em parceria com o PNUD. A primeira, feita em 2012, resultou na publicação intitulada Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil. A segunda, para a criação das cartas de serviço dos órgãos de perícia. Em 2012 teve início a construção dos Procedimentos Operacionais Padrão da Perícia Criminal, resultando numa publicação lançada em setembro de 2013, com 24 POP nas sete áreas periciais consideradas prioritárias no programa Brasil Mais Seguro. Em 2014 foram construídos outros 22 POP, com previsão de publicação para 2015. As ações referentes ao reaparelhamento das unidades de perícia criminal são executadas por meio de aquisições diretas ou de transferência voluntária de recursos. Em 27/07/2012 foi assinada a matriz de responsabilidade com o estado de AL e, em 2013, seguiu-se o processo de aquisições diretas, bem como a elaboração de novas matrizes de responsabilidade com os estados da PB, RN e SE. Em 2013, para o reaparelhamento nos estados do RN e PB, foram publicadas as Portarias nº 72 e 74/2013, respectivamente, totalizando o investimento de R\$ 10.700.037,83.

Foi celebrado, pela Portaria 109/2013, convênio com 25 estados, com repasse no valor de R\$ 44.549.868,13. Por meio da Portaria nº 135/2013, foi pactuada a construção dos Centros Regionais de Excelência em Perícias Criminais no DF, com valor de R\$ 13.019.463,14 e no RS, com valor de R\$ 25.920.000,00.

Outrossim, o pregão para aquisição do Microscópio Eletrônico de Varredura foi realizado em 2013, entretanto, uma decisão judicial suspendeu a contratação. Desta forma, foi sugerido pela Senasp a revogação da licitação, objetivando as adequações necessárias. Atualmente, o processo se encontra na Consultoria Jurídica, aguardando a manifestação face ao pedido de revogação.

Em 2014 foram adquiridos câmaras frias, termocicladores, automação da extração de DNA, nobreaks e analisadores genéticos. Dando continuidade às aquisições diretas, ocorreu a adesão à ata de registro de preço para aquisição de estações de trabalho de computação forense, cuja entrega está prevista para 2015. Em parceria com o DPF, houve a



aquisição de 17 moinhos criogênicos, a serem entregues em 2015 aos Estados de AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, RJ, SP e SC.

A Portaria nº 82/2014, que estabelece as diretrizes sobre os procedimentos no tocante à cadeia de custódia de vestígios foi publicada no segundo semestre de 2014, sendo publicada a Portaria 89/2014, onde foram pactuados 23 convênios na área de cadeia de custódia com os estados, excetuando MS, RJ, RR e SP, com investimento de R\$ 17.436.956,96.

Outrossim, foi publicada a Portaria 121/2014, visando a estruturação do órgão de perícia do Estado de SE, no âmbito do Brasil Mais Seguro, no valor de R\$ 3.949.287,51. Por fim, foram pactuados 2 convênios com o DF, no valor total de R\$ 3.949.287,51, contemplando a estruturação do Instituto de Identificação.

Previsão para o próximo período: Entrega, no primeiro semestre, dos equipamentos adquiridos em 2014; Publicação de novo pregão para o MEV; Publicação do Volume II dos POP da Perícia Criminal; Prosseguimento no processo de aquisição direta de equipamentos previstos no BMS; Confecção da 2ª edição do Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil; Publicação das Cartas de Serviços da Perícia Criminal; Pactuação do Acordo de Cooperação Técnica do Sistema AFIS (UFs, SENASP, DPF).

Arranjos de Gestão: Parceira com o PNUD na realização da pesquisa visando o diagnóstico acerca das necessidades e prioridades dos órgãos periciais estaduais, com o escopo de induzir políticas para o cumprimento da meta.

Principais dificuldades encontradas: Entraves burocráticos inerentes aos processos licitatórios das aquisições diretas; Dificuldade dos estados no atendimento das exigências formais para celebração de convênios.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

• Fomentar, nas 27 Unidades da Federação, iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública de implantação e fortalecimento de ouvidorias independentes

Análise Situacional da Meta

Para implantação e fortalecimento das Ouvidorias Independentes foi publicado Edital de Chamamento Público nº 07/2013, para fins de financiamento de projetos voltados a implantar ou aprimorar as Ouvidorias das Polícias, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP. Neste Edital que contava também com outras linhas de financiamento, foram apresentadas 03 propostas de fortalecimento das Ouvidorias, que foram analisadas, restando 01 aprovada e apoiada, em Minas Gerais.

Em agosto de 2014 foi lançado o Edital de Chamada Pública nº 05, para seleção de projetos municipais e de consórcios municipais a serem financiados com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, com foco nas ações de prevenção à violência e criminalidade tendo entre suas linhas de financiamento o fortalecimento das Corregedorias e Ouvidorias das Guardas Municipais.

Ao final foram aprovadas 04 propostas municipais que contemplaram o fortalecimento de ouvidorias das Guardas Municipais: Foz de Iguaçu/PR; Rio de Janeiro/RJ; Natal/RN e Boa Vista/RR.

Principais realizações do período:

Aprovação de 04 propostas municipais para fortalecimento das Ouvidorias das Guardas Municipais.



Previsão de realização para o próximo período:

Inclusão em novos Editais de Chamamento Público de linha de financiamento para seleção de propostas estaduais e municipais de fortalecimento de corregedorias e ouvidorias de polícia e guardas municipais.

Elaboração de diretrizes nacionais para atuação das Ouvidorias e corregedorias de polícia e das Guardas Municipais.

Arranjos de Gestão:

A principal articulação se dá com o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, vinculado a Secretaria de Direitos Humanos, no qual são debatidos temas como o papel da Ouvidoria, modelos de Ouvidoria, boas práticas e ações que estas podem desenvolver no âmbito do controle externo da atividade policial.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Não priorização do tema do controle interno e externo da atividade policial.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil**

Análise Situacional da Meta

Foram contratados, em 2013, 30 (trinta) pontos de monitoramento, com leitura automática de placas, através de OCR, cuja instalação se efetuou nos estados RS, SC, PR, MS, MT, RO, RJ e SP durante todo o ano de 2014. Ainda no ano de 2014, o contrato foi aditivado em 25% e estão sendo instalados mais 05 (cinco) pontos nos estados RS, MT, PR, AC e SP, que serão entregues até o primeiro trimestre de 2015. A PRF já abriu, no ano de 2015, novo processo licitatório para a aquisição de mais 262 (duzentos e sessenta e dois) pontos de monitoramento, que compreenderão todas os estados do país. Caso o processo licitatório não reste frustrado e haja disponibilidade orçamentária, a instalação desses pontos a serem contratados deverá se realizar até o final do ano de 2015. Atualmente, existem 30 (trinta) pontos em perfeito funcionamento. Até o final de 2015, a perspectiva é de que tenhamos 297 (duzentos e noventa e sete) pontos de monitoramento localizados em todos os estados do país. Dentre os principais resultados obtidos desde a liberação do sistema para uso pelo efetivo, que ocorreu em 23 de julho de 2014, obteve-se o aumento de, aproximadamente, 22% de veículos recuperados, 38% das apreensões de cocaína e 22% das apreensões de maconha nas Regionais que possuem o Alerta Brasil instalado. Desde a instalação da primeira câmera, em março de 2014, até dezembro de 2014, foram registradas 72.121.087 passagens, com geração de 152.524 alarmes, sendo mais de 78.000 referentes a roubo/furto e mais de 5.800 agendamentos.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar e manter um Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica (CINTEPOL)**

Análise Situacional da Meta

O Portal Cintepol disponibiliza através da intranet do DPF e internet acesso as Ferramentas I2, SINAPSE, SICOP e SISDOC-I.

Além de servidores do DPF, o Portal é acessado por servidores da área de inteligência da ANAC, Marinha, SEJUSP/MT, ABIN e MPM.



Em 2012 foi implantada a ferramenta de busca de arquivos e banco de dados SINAPSE, que congrega os arquivos de operações e os banco de dados do DPF (SINPA1, SINPA2, SINPRO, SIPROQUIM, STI1, STI2, SINIC, SINPI, SINARM, SRH, SINCRE, SISVIP), da ANAC (AERONAUTA, AERODROMO, AERONAVE, Empresas Aéreas, Oficinas, Vãos) e da Marinha (SIGEMB, SISAMA e SISAQUA).

Cabe ressaltar que o CINTEPOL conta, segundo dados de 2014, com cerca de 112.000 acessos e mais de 2.300 usuários de diversos órgãos públicos ativos.

• **Implantar uma rede nacional integrada de dados balísticos**

Análise Situacional da Meta

A implantação desta Rede demanda a aquisição do sistema de indexação balística para compor o banco de dados. Desta forma houve a previsão inicial da aquisição de quatro unidades sistema de indexação balística. Todavia, devido a especificidade técnica do sistema de indexação e amplitude do projeto, que envolvem redes integradas de bancos de dados de sistema de informação, foram realizadas diversas tratativas, no primeiro semestre de 2013, visando a formalização do processo licitatório de aquisição, inclusive com a realização de uma audiência pública com a participação dos setores envolvidos, no projeto, do Ministério da Justiça e as empresas fornecedoras dos equipamentos. No segundo semestre de 2013, foram realizados vários ajustes no processo licitatório de acordo com orientações de diversos setores do MJ e o pregão eletrônico nº 56/2013 foi realizado no dia 31/12/2013. Contudo, o aludido pregão restou fracassado em virtude da empresa vencedora não ter apresentado a documentação exigida e a segunda classificada ter apresentado um valor superior ao máximo admissível em pregão e em que pese os esforços, se recusou a reduzir o valor proposto.

Dando continuidade, no ano 2014 foi dado início aos ajustes necessários do processo licitatório, objetivando a realização de um novo pregão para aquisição do sistema de indexação balística e, por conseguinte, a implantação da Rede.

O processo seguiu com todos os ajustes para a CGL em novembro de 2014, mas face à complexidade dos equipamentos, não foi possível finalizar o procedimento licitatório para aquisição dos sistemas citados, sendo que tal processo deve ser finalizado no primeiro semestre de 2015.

Arranjos de Gestão:

Essa meta não demanda arranjos de gestão para a sua realização.

Previsão de realização para o próximo período:

Finalização de todos os ajustes necessários do processo licitatório visando a realização de um novo pregão eletrônico.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

- Fracasso do Pregão Eletrônico no. 56/2013, no final de dezembro de 2013, o que impossibilitou a continuidade dos trabalhos no cumprimento da meta.
- Entraves burocráticos no saneamento de questionamentos, durante reformulação do processo licitatório.
- Demora na tramitação do processo licitatório.

• **Implementar um Centro de Difusão de Ciências Forenses em Brasília/DF**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizados os seguintes serviços: 100% da impermeabilização; 100% da alvenaria; 90% da pavimentação interna; 80% dos revestimentos; 60% das instalações elétricas e lógicas; 100% das instalações hidrossanitárias; 100% da automação; e 80% da climatização.



Foi contratada a 2a. etapa da obra, cuja previsão de início é janeiro de 2015. O término da construção do Centro Nacional de Ciências Forenses está programado para junho de 2016.

- **Integrar os sistemas de boletins de ocorrências das 27 UFs e os sistemas das instituições do Ministério da Justiça (DEPEN, DPRF, DPF) ao SINESP, de acordo com o que determina a Lei nº 12.681/2012.**

Análise Situacional da Meta

Meta em atraso devido aos seguintes fatores: 1 – Atraso na execução dos convênios por parte dos Estados, que receberam recursos para padronizar os seus sistemas de acordo com as informações exigidas pelo Sinesp; 2 – Atraso na contratação da empresa responsável por realizar a integração; 3 - Alteração do Estado-Piloto que inicialmente seria o Distrito Federal, mas os padrões de registro não detalhavam informações relevantes para as estatísticas de interesse do Governo Federal. O novo Estado-Piloto é Goiás.

Principais realizações do período:

A empresa contratada elaborou o Guia de Integração para que os Estados implementem alimentação de seus Boletins de Ocorrência para o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP. O novo prazo para integração com o Estado-Piloto (Goiás) é completa integração em abril de 2015.

No 2º semestre/2014 o Estado de Goiás se comprometeu a realizar os ajustes necessários no sistema de registros de boletim de ocorrência para possibilitar a integração com o Sinesp.

Previsão de realização para o próximo período:

A previsão para integração dos Boletins de Ocorrências de todos os Estados e do Distrito Federal é outubro de 2015.

Arranjos de Gestão:

Alteração do Estado-Piloto para integração dos Boletins de Ocorrência das Polícias e Corpo de Bombeiros. Anteriormente seria o Distrito Federal, agora Goiás.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores**

Análise Situacional da Meta

Foram estabelecidas 4 etapas para o desenvolvimento do projeto de Gestão por Competências da PRF: Capacitação de servidores e definição dos Consultores da PRF; definição das Competências Institucionais e realização de workshops com gestores, consultores e grupos focais (concluído); mapeamento de competências propriamente dito; identificação das Lacunas (GAP) de competências e Plano de Capacitação.

Está em execução o mapeamento propriamente dito com a identificação e descrição das competências. Foi proposta a revisão de metodologia do mapeamento e estruturado novo calendário para conclusão.

Já foram concluídas as competências Institucionais e gerenciais. Agora serão mapeadas as competências gerais e setoriais para conclusão do mapa de competências da PRF.

Após a conclusão do mapa serão identificadas as lacunas (GAP) de competências e proposto plano de capacitação baseado em competências.



A previsão de conclusão da descrição das competências é Dez/15 e o mapeamento de lacunas com proposta de plano de capacitação é Jun/16. Nesse ínterim estão previstas mais capacitações de servidores de todas as regionais, dada a metodologia participativa de construção das competências.

Esse projeto figura na lista de projetos estratégicos da PRF.

• **Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União**

Análise Situacional da Meta

Com o novo Regimento Interno foi possível reorganizar a atual estrutura formal da PF, adequando as diversas atribuições desempenhadas, decorrentes das competências da União, em que procurou-se agregar as atribuições em virtude de sua natureza e dos fins a que se destina – prestação, fiscalização e controle de serviços e apuração de infrações penais, em dois ramos ou gêneros bastante distintos: Polícia Judiciária e Polícia Administrativa. Além dessa divisão das atividades em dois grandes ramos, houve alteração da subordinação direta da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, do Instituto Nacional de Identificação - INI, além de uma grande alteração e adequação da estrutura da Diretoria de Inteligência Policial - DIP, que reorganizou-se internamente a fim de dar maior efetividade nas ações de inteligência da Polícia Federal, com especial ênfase às ações voltadas a grandes eventos e prevenção de atos terroristas. Além da questão estrutural e regimental, houve um intenso trabalho da Diretoria de Administração e Logística Policial, voltado à melhoria da estrutura e recursos materiais do órgão, com a execução de diversos projetos de construção e reformas de unidades, aquisição de coletes balísticos, armamento, veículos, equipamentos de inteligência, armamento menos letal, dentre outros.

• **Proporcionar infraestrutura adequada para 70 unidades policiais da União**

Análise Situacional da Meta

No período 2012/2014, foram reformadas as seguintes unidades: Superintendências Regionais em Minas Gerais (Etapa I), Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro (Etapa III); e Delegacias em Campina Grande/PB, Eptaciolândia/AC, Foz do Iguaçu/PR, Juiz de Fora/MG, Salgueiro/PE e Juazeiro do Norte/CE; Substituição do sistema de climatização ambiente do Edifício-Sede.

Em relação a construções, foram entregues as novas sedes nas Superintendências Regionais do Acre, Amapá e Roraima, além das Delegacias de Guará/PR.

Para as novas obras, estão em andamento os projetos de reforma para as Superintendências Regionais da Bahia, Pernambuco, Distrito Federal e Minas Gerais e para o Edifício Sede (escada de incêndio).

Quanto aos projetos de construção, estão em andamento: da Superintendência Regional na Paraíba, Delegacias em São José do Rio Preto/SP e Juiz de Fora/MG, Reestruturação da Área da Polícia no Setor Policial Sul, a qual irá contemplar mais de 10 unidades, as quais atualmente estão instaladas em prédios locados ou em situação precária.

Estão ainda em andamento as seguintes obras: Reforma da Superintendência Regional do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Santa Catarina e da Delegacia de Santos. Construção das baias para cães do Canil Central. Construção do Comando de Operações Táticas. Construção da Delegacia de Cáceres.

Por fim, estão em fase de contratação as seguintes obras/projetos: Reforma das redes elétricas da Academia Nacional de Polícia e do Setor Policial Sul e reforma para acessibilidade da Delegacia de Londrina.

Quantidade alcançada

13

**Data de Referência**

31/12/2014

• Realizar 21 Encontros dos Chefes de Inteligência - ENCHOI, para integração e nivelamento de conhecimento no âmbito Nacional e Regional**Análise Situacional da Meta**

Realizados até a presente data 15 (quinze) dos 21 (vinte e um) previstos, sendo que 01 (um) Encontro Nacional, não acontecido em 2014, foi realizado neste semestre. Os ENCHOIs vem sendo prestigiado por todos os órgãos estaduais de inteligência, com presença maciça dos responsáveis pelas diretrizes da inteligência em segurança pública no país, com público em torno de 40 participantes nos Encontros Regionais e dos Estados de Fronteira, e de 120 (cento e vinte) nos Encontros Nacionais, incluindo-se aí os representantes da ABIN, DEPEN e Representantes das Polícias Federal e Rodoviária Federal e das Secretarias Estaduais.

Previsão de realização para o próximo período:

Restam apenas 06 (eis) Encontros, previstos para o ano de 2015, sendo 02 (dois) Nacionais e 04 (quatro) Regionais.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Recursos e datas compatibilizadas com as atividades dos participantes.

Observações: O evento almeja integrar e padronizar as atividades de inteligência de segurança pública, com apresentação de práticas de sucesso e palestras de interesse da área e incentivar a integração dos órgãos de inteligência, sejam das Polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal, além do Departamento Penitenciário Federal e órgãos da segurança pública interessados.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2014

• Realizar 27 Pactos Federativos entre a União, os estados e o Distrito Federal para implementação do SINESP nos moldes da Lei nº 12.681/2012**Análise Situacional da Meta**

A meta foi concluída com o apoio político do Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública, e atualmente todos os Estados da Federação aderiram ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – Sinesp. A adesão ao Sinesp foi formalizada via acordo de cooperação técnica entre todos os entes federados para fornecimento e atualização de dados no sistema. Amapá firmou acordo de cooperação técnica, apenas não conveniou.

Principais realizações do período:

Além da realização integral da meta, houve a publicação do Decreto 8.075 de 14 de agosto de 2013, que institui o Conselho Gestor do Sinesp, com a representação da União, dos Estados e do Distrito Federal. O Conselho Gestor é responsável por estabelecer os critérios de padronização dos procedimentos policiais, e já foi instituído por Portaria do Ministro da Justiça, tendo realizado duas reuniões ordinárias.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

• Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual

**Análise Situacional da Meta**

Em 2013 foram realizadas diversas ações de capacitação, dentre elas, atendimento pré-hospitalar, atuação em controle de distúrbios, técnicas policiais de combate ao crime, perícia em acidentes de trânsito. Há também iniciativas de capacitação para gestores do órgão, com a oferta de participação em cursos de MBA (Master Business Administration), mestrado, outras pós-graduações e cursos de aperfeiçoamento em áreas específicas. Porém, cursos específicos de acordo com o mapeamento de competências institucionais ainda não foram executados, pois o mapeamento das competências necessárias ainda está na fase de execução. Por isso esta meta deve ser considerada como não quantificável.

No segundo semestre de 2014 foram executados diversos cursos, dentre eles Operações de inteligência, Curso de Contrainteligência, Curso de Instrução Preliminar, Curso de Controle de distúrbios, Tec. policiais de combate ao crime (02 turmas), Tec. policiais de Fiscalização de Transporte (02 turmas), Avançado de Fiscalização de Trânsito (02 turmas), Curso de Motociclista Batedor, Curso de Operações com Cães, Curso Estudos em Gestão Policial (todos os gestores), Curso de Comandante Operacional, Curso de Formação de Instrutor, Curso de Aperfeiçoamento em fiscalização do Uso de Álcool e outras drogas.

Além dos cursos realizados, foi executado institucionalizado o Curso de Atualização Policial que abrange as disciplinas de Armamento e Tiro, Técnicas de Abordagem, Defesa Policial e Uso Diferenciado da força (TASER e Espargidor Pimenta) para todo o efetivo PRF perfazendo uma carga horária total de 40 h-a.

• Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal**Análise Situacional da Meta**

A Polícia Rodoviária Federal esteve, por grande período, vinculada ao extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e grande parte das suas unidades operacionais datam daquela época. Nos últimos anos a importância e as atribuições da PRF têm aumentado, porém sua infraestrutura de unidade operacional tem ficado aquém das suas necessidades. Dessa forma, a área de infraestrutura predial da PRF tem se empenhado para que diversas unidades operacionais sejam reformadas, ampliadas e novas unidades sejam construídas. Com esse avanço, a melhoria e adequação das UOPs tem proporcionado um aumento do número de fiscalizações, seja pelo aumento do número de unidades ou readequação das antigas que valoriza e incentiva o trabalho do Policial Rodoviário Federal. As estatísticas mostraram, pelo segundo ano consecutivo, a redução da violência no trânsito em rodovias federais. Notou-se também um aumento no número de apreensões no trabalho de combate ao crime, além da visível padronização dos postos e unidades operacionais distribuídas por todo o país.

Salientamos que no primeiro semestre de 2014 foram iniciadas as seguintes reformas:

Malhada Dos Bois e Itabaiana em Sergipe

Milagres, Centro de Treinamento e Icô no Ceará

Guaíra no Paraná

Araguaína no Tocantins

UOP Pavuna, Lagamar, Itaúna, Seropédica, Três Córregos, Sede Regional e CIOP, UOP Moura Brasil e CTRJ no Rio de Janeiro

Total de reformas: 16

Assim, informamos que a quantidade alcançada somando-se os anos de 2012, 2013 e primeiro semestre de 2014 é de 80 unidades reformadas.

No segundo semestre de 2014 foram iniciadas as seguintes reformas:

Pontes e Lacerda, Cáceres e Agua Boa no Mato Grosso



Sede Regional e Jaraguari no Mato Grosso do Sul
Morro do Coco no Rio de Janeiro
Centro de Treinamento de Cachoeira Paulista em São Paulo
Mafra, Lages e Paulo Lopes em Santa Catarina
Porto Alegre e Erechim no Rio Grande do Sul
Sede Regional, Atalaia e São Miguel em Alagoas
Capão Redondo no Rio Grande do Norte
Sede Regional no Piauí
Araguanã no Maranhão
Posto Alfa no Distrito Federal

Assim, informamos que no segundo semestre foram iniciadas reformas em mais 19 unidades.

Quantidade alcançada

99

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O panorama da situação prisional no Brasil evidencia a indispensável adoção de práticas integradas entre governo e sociedade para o alcance de resultados efetivos.

A pasta prisional demanda uma política transversal, com formulação compartilhada entres as esferas de governo e atores vinculados ao sistema criminal e penitenciário, aliando-se às diretrizes de diversas políticas públicas garantidoras de direitos humanos.

Durante os dois últimos anos, a pactuação de compromissos jurídicos com os diversos entes, pastas e poderes consubstanciou-se como modelo de gestão adotado pelo governo federal nesse tema, a fim de efetivar as mudanças necessárias no quadro vivenciado.

O déficit carcerário existente, em torno de 250 mil vagas, pressupõe a geração de vagas como medida emergente. Contudo, a geração das vagas prisionais, isoladamente, não tem o potencial de resolver todas as questões.

O Programa de Apoio ao Sistema Prisional pressupõe a aprovação de projetos de arquitetura e engenharia, em conformidade com diretrizes e legislações, que objetivam promover a dignidade e os direitos da pessoa encarcerada. O respeito a essa diretriz representa um desafio para o Ministério da Justiça, tendo em vista as diversas realidades regionais, estaduais e de governança dos entes federados.

Para fazer frente a essa situação, avançou-se na institucionalização de políticas e planos de enfrentamento à questão prisional.

O programa de apoio ao sistema prisional desdobra-se em dois eixos – a criação de vagas e o fomento de ações nas áreas



de saúde, ensino, trabalho e renda, assistência social e jurídica.

Para atacar o déficit carcerário, o investimento total na geração de vagas prisionais atingiu a monta de 1,4 bilhões de reais, destinadas à criação de 45,6 mil vagas já contratadas.

Importante destacar a implementação do Instituto da Liberdade Vigada, por intermédio da monitoração eletrônica, e o Sistema Nacional de Alternativas Penais. Como opção diversa do encarceramento, essas ações instrumentalizam a execução penal, corroborando com a redução do déficit carcerário e com a socialização das pessoas envolvidas no ilícito penal. Para a interiorização desses serviços estão em curso a instalação de 13 centrais de monitoração eletrônica, distribuídas em 13 estados: AL, BA, GO, DF, ES, MA, MG, MS, PB, PI, RO, SC, TO, e 06 centrais integradas de alternativas penais, nos seguintes estados: AM, AL, PB, ES, GO, RO, TO.

Para ampliar o acesso das pessoas presas as políticas públicas, algumas pastas do poder executivo se integraram.

Na área da educação, pode-se ressaltar o início da pactuação do Plano Nacional de Educação no Sistema Prisional. O nível de escolaridade da população carcerária no país ainda é muito baixo, por isso as ações de fomento à realização de exames nacionais de certificação dos ensinos fundamental e médio têm sido intensificadas. Um esforço está sendo realizado junto aos Estados, principalmente quanto à preparação dos candidatos inscritos, no intuito de aumentar a número de certificações dos participantes. No Exame Nacional de Ensino Médio, de 2012 a 2014, foram inscritas 89.810 pessoas presas. No Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, em 2013 e 2014, o exame alcançou 40.705 inscritos do sistema prisional.

Não menos importante, o Programa Brasil Alfabetizado garantiu a alfabetização de 14.054 pessoas presas entre 2012 e 2013, e o Programa de Educação de Jovens e Adultos, entre 2012 e 2013, de 21.374.

Pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, 67.175 vagas foram homologadas para o sistema prisional, das quais 23.951 foram executadas.

Apesar das vagas disponibilizadas às pessoas presas, alguns desafios precisam ser superados para melhorar o nível de efetividade dessa ação, como – a não garantia de execução das vagas homologadas nas pactuações; a baixa escolaridade dos beneficiados e a falta da documentação civil dos beneficiados.

O Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes – PROCAP foi replicado no sistema prisional em 25 Unidades Federativas. Para alcançar a aderência de todos os Estados, tratativas estão em curso com os dois remanescentes. Os ajustes alcançarão 3.102 beneficiários diretos e 93 oficinas serão implantadas.

As metas referentes à saúde prisional se condicionam ao Aparelhamento de Unidades Básicas de Saúde (UBS) no Sistema Prisional dos Estados e ao fortalecimento das ações conjuntas com o Ministério da Saúde, visando à adesão dos estados e municípios à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde no Sistema Prisional – PNAISP.

A Portaria que implementou a PNAISP foi publicada em janeiro de 2014. Desde então o Ministério da Justiça e Ministério da Saúde estão fortalecendo as ações que auxiliam os estados e os municípios na adesão da nova Política. Espera-se por meio da PNAISP, o aumento na cobertura de atenção à saúde da população em privação de liberdade de 38% para 50% até 2014 com perspectiva de atingir 100% em 2019, de maneira organizada, resolutiva e estruturada na lógica do Sistema Único de Saúde.



Desde que foi implementado, o projeto de aparelhamento de unidades básicas de saúde no sistema prisional já aparelhou 306 UBS, dentre estas, 47 são Centros de referência Materno-Infantil, voltados exclusivamente ao atendimento e acompanhamento da população privada de liberdade feminina e seus filhos que permanecerem na unidade prisional. O projeto de aparelhamento de UBS está presente em todas as unidades da federação.

Destaca-se que no ano de 2014 foi iniciada a aquisição de computadores para o sistema prisional. Todas as unidades da federação serão beneficiadas. A ação prevê o investimento de 2,5 milhões de reais e a compra de 1.004 computadores para serem utilizados exclusivamente nas unidades básicas de saúde do sistema penitenciário, visando o acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde – SUS.

Na área de atenção ao egresso encontra-se em fase de pesquisas para o desenvolvimento de um projeto nacional de assistência ao egresso. Além disso, está em andamento o planejamento do Seminário Nacional de Assistência ao Egresso, que ocorreu em outubro de 2014.

Como ferramenta efetiva de combate ao crime organizado, o Sistema Penitenciário Federal – SPF está alcançando resultados expressivos.

Nos últimos dois anos, 96% das Unidades Federativas foram apoiadas com a custódia de presos de alta periculosidade nas Penitenciárias Federais. Apenas em 2014, 24 Estados já tiveram presos com esse perfil inseridos no sistema. Destaca-se entre suas ações o Serviço de Inteligência Penitenciária. Num processo de difusão da doutrina de inteligência penitenciária, servidores prisionais e de segurança pública de 23 Estados foram capacitados por agentes penitenciários federais na área de inteligência prisional. Outras ações de capacitação em operações penitenciárias foram promovidas nos Estados do Nordeste.

Ressalta-se que o SPF compôs o grupo de órgãos federais atuantes na segurança da copa do mundo FIFA 2014.

O Sistema Penitenciário Federal promoveu a garantia de direitos, de forma alinhada com as políticas desenvolvidas pelo Ministério, sem deixar de garantir a rigidez com a disciplina.

O incentivo à utilização de audiências judiciais virtuais, em detrimento da apresentação presencial, está garantindo o acesso à justiça e a eficiência nos gastos públicos. O projeto visita virtual, uma iniciativa desenvolvida em parceria com a Defensoria Pública da União e reconhecida nacionalmente por suas boas práticas, possibilitou a manutenção dos vínculos familiares dos presos. Em 2012, foram realizadas 870 visitas virtuais, beneficiando 232 presos e 2.215 familiares. Em 2013 o número de presos atendidos saltou para 305 e no primeiro semestre de 2014 esse número já chegou à marca de 195 pessoas privadas de liberdade beneficiadas. Cumulativamente, desde o início do projeto, 732 presos e 5.167 familiares puderam se comunicar.

Por meio de parcerias, o direito à educação é garantido nesses estabelecimentos. No ensino básico, abrangendo alfabetização, ensino fundamental e ensino médio, desde 2012, 500 presos receberam formação. Em 2013, a assistência educacional foi ampliada ao Ensino Superior. A iniciativa já computa 08 presos inscritos.

Além disso, promovendo ações de incentivo ao trabalho, nos dois últimos anos 433 presos receberam educação profissionalizante no Sistema Penitenciário Federal.

Por fim, o Projeto Remição Pela Leitura oportuniza educação e remição de pena. Entre os anos de 2012 e 2014 foram contemplados 1.956 internos, dos quais 1.347 obtiveram a média necessária para serem encaminhadas à Justiça Federal



com a finalidade de obter o benefício.

Metas 2012-2015

• **Apoiar no mínimo 20% das vagas geradas no sistema carcerário pelas unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

O investimento total do Ministério da Justiça na criação de vagas prisionais até o final de 2013 foi de R\$ 1.434.803.577,74. Esses recursos foram investidos na contratação de 56.064 vagas prisionais.

O recorte sobre o percentual de vagas geradas no sistema carcerário com o apoio do governo federal restará prejudicado nesse ciclo de monitoramento em razão da não publicação dos dados no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN.

A fonte de coleta dos dados sobre as vagas geradas no sistema carcerário era o Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, de preenchimento nacional. Esse sistema será substituído pelo Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN, instituído pela Lei 12.714/2012. Essa substituição ocasionou a não utilização do INFOPEN por parte dos entes federativos, o que obstará o monitoramento da meta, nesse ciclo.

O Departamento Penitenciário Nacional, entre os anos de 2010 a 2014, promoveu a entrega de 10.826 vagas em estabelecimentos prisionais do país mediante a utilização de recursos do Fundo Penitenciário Nacional. Os valores foram repassados por meio de instrumentos denominados Contratos de Repasse, o qual possui a Caixa Econômica Federal atuando como Mandatária da União nas referidas operações. No total, foram 38 obras, com investimentos na ordem de R\$ 232,2 Milhões. Em síntese temos: 2010 (1.346 vagas – R\$39,5 Milhões); 2011 (3.897 vagas – R\$70,5 Milhões); 2012 (3.296 vagas – R\$82,9 Milhões); 2013 (224 vagas – R\$4,1 Milhões); 2014 (2.063 vagas – R\$35,2 milhões). O investimento de recursos do governo federal para a geração de vagas no sistema prisional ultrapassou os 1,1 bilhões de reais inicialmente previstos no Programa de apoio ao sistema prisional, além do aporte de recursos de programas anteriores, cujas vagas também serão entregues até o final de 2015. Em Novembro de 2014, o Depen/Mj realizou o 1º Seminário de Engenharia e Arquitetura Prisional com o objetivo de aprimorar o conhecimento nessas duas áreas. Durante os dias 11 e 12 e novembro de 2014 especialistas apresentaram boas práticas na edificação de instalações, tendências, aspectos inovadores de aquisição (Regime Diferenciado de Contratação - RDC) e mecanismos de controle e auditoria em obras públicas. Participaram do evento profissionais de engenharia e arquitetura dos Estados e DF, além de outros órgãos públicos federais, tais como Departamento de Polícia Federal, Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União, Ministérios da Saúde, da Educação e da Cidades, Universidades Federais de Santa Catarina, de Brasília e de Alagoas, entre outros.

Ressaltamos que não será possível mensurar o percentual de vagas geradas, tendo em vista, descontinuidade das informações prestadas pelos estados que serão retomados com a reativação do INFOPEN, todavia, esclarecemos que no exercício de 2014, foram geradas 2.063(duas mil e sessenta e três) novas vagas.

• **Aumentar o número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis nº 11.942/09 e nº12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão**

Análise Situacional da Meta

Comprometida em modificar a atual situação relativa ao encarceramento feminino, a comissão especial, responsável por elaborar, juntamente com outros órgãos, uma política nacional específica para as mulheres presas e egressas do sistema penal elaborou uma proposta que se encontra em análise na Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça.

A proposta foi amplamente discutida com outras pastas e secretarias. Além disso, foram transferidos aproximadamente 225 milhões para geração de vagas prisionais femininas, cujos projetos atendem as Leis nº 11.942/09 e nº 12.121/09.



Apenas no exercício de 2013 foram contratadas 2.800 vagas.

Outras ações podem ser mencionadas, como o investimento de recursos para aparelhamento de Centros de Referência Materno Infantil. No exercício de 2013 três Unidades Federativas foram contempladas: Amapá, Rio de Janeiro e Roraima.

Um dos focos do Programa de Apoio ao Sistema Prisional é a oferta de unidades exclusivas para mulheres, com atendimento às garantias de creche e berçário.

Do total de obras pactuadas, 51 já foram iniciadas. Dessas, 18 obras são destinadas exclusivamente ao público feminino, gerando 6.772 vagas. Ressaltamos que todos os estabelecimentos prisionais financiados com recursos do Governo Federal contam com espaços de saúde e módulo de berçário para presas gestantes e lactantes.

Um importante avanço no alcance da meta foi a oficialização da Política Nacional de Atenção às mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional, instituída pela Portaria Interministerial 210, de 16 de janeiro de 2014. Ali foram inseridas as diretrizes, os objetivos e as metas da política, de corresponsabilidade de gestão entre diversos órgãos, em âmbito nacional e internacional.

Para monitorar o cumprimento da Lei nº 12.121/09, que determina que todas penitenciárias femininas do país deverão possuir apenas agentes do sexo feminino na segurança de suas dependências internas, estão atuando na fiscalização desse quesito a Ouvidoria do Sistema Prisional e Comissão para Efetivação dos Direitos das Mulheres Encarceradas. O Departamento Penitenciário Nacional tem contribuído para o efetivo aprimoramento da execução penal, utilizando-se para tanto, de estratégias de inclusão das pessoas privadas de liberdade, egressos e familiares nas políticas públicas existentes, aproximando-se da sociedade, possibilitando que sejam reconhecidas e inseridas em programas, projetos, ações e atividades setoriais, tais como: acesso à Educação, Qualificação Profissional, Saúde, Cultura, Trabalho e Geração de Renda, Assistência Social e outras mais. Uma das estratégias para a realização dessas ações é o aparelhamento de Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil-CRMI, com repasse de recursos do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN às Unidades Federadas, por meio de convênios, que tem por objetivo garantir maior resolutividade da assistência à saúde e ampliar os atendimentos à saúde nos contextos das unidades penais, reduzindo o número de saídas e movimentações para a rede assistencial local, melhorando as condições e favorecendo a instrumentalização das equipes de assistência. Entre os anos de 2011 e 2014, foram utilizados R\$ 3.570.090,73 para o aparelhamento de 42 Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil, em 23 Unidades da Federação.

• **Construir a 5ª penitenciária federal**

Análise Situacional da Meta

Andamento da obra:

Estacas de fundação 100% concluídas

Blocos de coroamento das fundações 95% concluídos

Alvenaria em blocos de concreto 20% concluída

Estrutura de concreto armado 6,52% concluída

Panorama geral: obra com percentual de 17,26% executada

Endereço: Fazenda Papuda - Rodovia DF - 465, km 04, RA XIV - São Sebastião - Brasília - DF

Nº do Contrato: 031/2013 - DEPEN, assinado em 05/12/2013.

Valor inicial da obra: R\$ 34.898.124,59;

Data de início dos serviços: 06/01/2013;



Data prevista para conclusão: 16/09/2015;

O transcurso da obra foi amplamente prejudicado em decorrência das grandes chuvas que ocorreram durante a escavação e concretagem das fundações da edificação, especialmente durante os meses de janeiro a abril, novembro e dezembro de 2014.

Atualmente as fundações foram concluídas e o quadro de funcionários da empresa foi ampliado, o que dará mais celeridade à obra.

• **Criar 42,5 mil novas vagas no sistema prisional pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional.**

Análise Situacional da Meta

A transferência de recursos federais destinadas ao Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional ultrapassou os valores inicialmente previstos, chegando à monta de R\$ 1.199.646.113,19. No total dos ajustes celebrados foram contratadas 47.419 vagas prisionais até o final de 2013.

O Programa contempla 99 obras. Esses empreendimentos propiciarão a geração de 45.628 novas vagas. Houve decréscimo na quantidade de vagas contratadas porque foram canceladas 03 (três) propostas do Estado do Acre e 01 (uma) proposta do Estado do Rio Grande do Norte, correspondendo a 907 vagas, devido ao não atendimento do prazo da cláusula suspensiva para aprovação das propostas na Caixa Econômica Federal. Por outro lado, a pedido dos Estados, foram contratadas 05 (cinco) propostas do Estado do Mato Grosso do Sul e 02 (duas) propostas do Estado do Pará, correspondendo a 854 vagas. Atualmente há 51 obras iniciadas, estas gerarão 18.218 vagas, com entrega prevista até o dez/2015. As demais obras contratadas estão estimadas para iniciar a partir de Jan/2015

É relevante salientar que a utilização de recursos federais para a geração de vagas, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, pressupõe a aprovação de projetos de arquitetura e engenharia, em conformidade com diretrizes e legislações, que objetivam promover a dignidade e os direitos da pessoa encarcerada. O respeito a essa diretriz representa um desafio para o Ministério da Justiça, tendo em vista as diversas realidades regionais, estaduais e de governança dos Entes Federados.

Durante a implementação do Programa, as Unidades Federativas tiveram muita dificuldade na obtenção da aprovação na documentação na Caixa Econômica Federal e nas licitações, prejudicando no cronograma de entrega das obras.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar o instituto da liberdade vigiada por meio do monitoramento eletrônico**

Análise Situacional da Meta

Como opção ao encarceramento, o instituto da liberdade vigiada, por meio da monitoração eletrônica, tem potencial de contribuir no fortalecimento dos serviços penais e na redução do déficit carcerário.

Estão em progresso os convênios de implantação dos centros de monitoração eletrônica nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás e Paraíba, resultado das pactuações realizadas em 2013. Tais convênios encontram-se em fase inicial de execução. Desse modo, estima-se que o início de suas atividades se dará no primeiro semestre de 2015.

Em continuidade ao incentivo dessa prática no país, em 2014 fora pactuado com os Estados do Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina e Tocantins, a implantação, em cada ente, de um centro de monitoração eletrônica de presos provisórios, população carcerária vulnerável e cumpridores de



medidas cautelares diversas da prisão.

No total, o DEPEN financiou R\$ 11.112.741,50 em projetos de monitoração eletrônica.

A fase preparatória do centro de monitoração no Estado do Maranhão está em estágio avançado. O restante dos centros financiados em 2014 tem previsão de funcionamento para o segundo semestre de 2015, a expectativa é o funcionamento aproximado de 2.300 tornezeleiras simultaneamente.

A linha de financiamento do DEPEN tem como prioridade propiciar aos Estados o aprendizado na utilização da tecnologia da monitoração eletrônica e, ao mesmo tempo, contribuir para a redução do déficit prisional nos Estados a partir da retirada do cárcere de pessoas que preenchem requisitos legais para cumprirem pena ou responderem ao processo criminal em liberdade vigiada. Nesse sentido, foram eleitos como o público-alvo do projeto os presos provisórios e os cumpridores de medidas protetivas de urgência, bem como a população carcerária vulnerável. Buscando auxílio na delimitação de diretrizes nacionais e na instituição de modelo de gestão para a política de monitoração eletrônica, o DEPEN irá instituir Grupo de Trabalho formado por profissionais com experiência na área a partir de diversas perspectivas – com participação de Juiz, Promotor, Defensor Público, Psicóloga, Agente Penitenciário (ex-Diretor de Centro de Monitoração), Pesquisador e Representante da Sociedade Civil. Dentre as preocupações do DEPEN, destacam-se: a necessidade de implementar projetos de monitoração que impliquem efetiva alternativa à prisão e não apenas aumento do controle; a necessidade de se conferir o enfoque restaurativo às medidas e a participação e acompanhamento dos cumpridores por equipes psicossociais; a identificação das medidas necessárias à mitigação da estigmatização decorrente do uso do aparelho pelo cumpridor; a definição de fluxos e procedimentos da monitoração, sobretudo quanto ao evento resposta em casos de descumprimento das medidas impostas (excepcionalidade da participação da polícia); o conhecimento das diferentes tecnologias disponíveis no mercado e seu impacto no cumprimento da medida; e, ainda, o uso e a proteção dos dados coletados na monitoração eletrônica e os critérios para sua utilização em investigações criminais.

• Implantar o Sistema Nacional de Alternativas Penais

Análise Situacional da Meta

A proposta do novo Sistema de Alternativas Penais – SINAPE está consolidado num anteprojeto de lei. O escopo da proposta amplia a possibilidade de aplicação da política, incluindo as medidas cautelares diversas da prisão, as medidas protetivas de urgência e a justiça restaurativa.

Além disso, disciplina as competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, integrando as ações dos Poderes Executivos desses entes, de forma articulada com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

Como resultado, foram esboçadas orientações e diretrizes para o próximo exercício, em especial o compromisso com o encaminhamento e aprovação do Projeto de Lei que institui o Sistema Nacional de Alternativas Penais (SINAPE); com o crescimento progressivo das linhas de financiamento associadas às alternativas à prisão para Centrais Integradas e os Centros de Monitoração Eletrônica, além de delinear a mobilização e priorização por parte de todo o sistema de justiça criminal, sobretudo dos Governos Estaduais, para assegurar a execução desse recurso e implementação dos projetos na área de alternativas penais, com a necessidade de revisar toda a política penal implementada no país, conferindo maior enfoque às alternativas penais, mais baratas e eficientes para o sistema prisional, sempre com enfoque restaurativa e orientado ao desencarceramento.

Cabe salientar também, o estímulo à utilização das práticas de alternativas penais por intermédio da transferência



voluntária de recursos.

Em 2013 foram investidos recursos na implantação de centrais integradas de alternativas penais nos Estados no Alagoas, Espírito Santo e Paraíba. O investimento fora de R\$ 1.676.521,27. Estima-se que essas centrais estejam em funcionamento no primeiro semestre de 2015.

Já em 2014 foram promovidos dois chamamentos públicos para a seleção de propostas de projetos, nos quais serão investidos recursos do Governo Federal. Foram contemplados os Estados do Amazonas, Goiás, Santa Catarina e Tocantins. O investimento fora de R\$ 1.566.282,92. Prevê-se que tais centrais estejam em execução no segundo semestre de 2015.

Todas as centrais criadas em 2013 e 2014 oportunizarão cerca de 2.000 atendimentos.

Importante acrescentar que no ultimo mês de novembro o DEPEN realizou o Seminário Nacional de Alternativas Penais.

Em termos gerais, o escopo do evento consistia em retomar a aproximação do DEPEN com a rede de alternativas penais, difundir as boas práticas na área e discutir a expansão da política em alternativas à prisão.

O Seminário contou com a participação de diversos atores envolvidos com a temática de alternativas penais, tais como magistrados, promotores de justiça, defensores públicos, representantes da sociedade civil e especialistas em alternativas à prisão.

• **Implementar mecanismo de mensuração da reiteração criminosa no Brasil**

Análise Situacional da Meta

As informações da execução da pena, da prisão cautelar e da medida de segurança serão consolidadas por intermédio do Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN. O desenvolvimento do Sistema foi iniciado em 2013 e se encontra em estágio avançado. Estima-se que no segundo semestre de 2014 esteja em operação.

A operacionalização será liberada em estágios progressivos para as Unidades Federativas, a depender da infraestrutura e das condições técnicas de cada Estado, visto que sua utilização está condicionada à integração com as bases de dados dos órgãos envolvidos no sistema de justiça.

As dificuldades de comunicação entre os atores do sistema de justiça demandou que a solução fosse desenvolvida com requisitos de interoperabilidade, ou seja, com a integração dos demais sistemas que armazenam informações sobre a população prisionais e os envolvidos em ilícitos.

O SISDEPEN consolida as informações já existentes anteriormente, registradas no Sistema de Informações Penitenciárias - INFOPEN, e ainda agrega requisitos funcionais de informações mais detalhadas, que respondem inclusive questões pessoais do preso, tais como o tempo de pena a cumprir. Isso é possível em razão de sua base de dados ser alimentada pelos órgãos de segurança pública, ministério público, poder judiciário, além das administrações prisionais. Apesar de não estar liberado para uso, o sistema possui requisitos que estão em funcionamento.

Um dos principais desafios encontrados, e que ainda persiste, é a necessidade de ações políticas e de coordenação com os demais poderes e órgãos judiciários. Essas dificuldades serão sanadas por intermédio do Conselho Nacional de



Justiça, o que oportunizará o devido funcionamento do sistema.

O Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN está em fase final de homologação. Trata-se dos testes de aceitação do sistema, para que possa operar de forma segura, sem a presença de erros, com zelo pela segurança das informações pessoais dos custodiados e dos usuários do sistema.

Algumas fases já foram superadas: a análise de requisitos do sistema; o estabelecimento das regras de negócio e especificação funcional; obtenção dos protótipos de documento de interface; e especificação de software e hardware para funcionamento do sistema.

O alcance da meta em tela é uma prioridade para o Ministério da Justiça. Por meio da Portaria SE nº 604, de 02 de julho de 2014, que aprovava a revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, o desenvolvimento do SISDEPEN foi priorizado em 1º lugar.

Em paralelo às ações de desenvolvimento do sistema, para promover a interoperabilidade da ferramenta, o que oportunizará o intercâmbio de informações com outros órgãos atuantes na execução penal, estão sendo realizadas articulações com os Estados federados e demais poderes para a celebração de ajustes garantidores de sua utilização. Já foram celebrados Acordos de Cooperação Técnica com 22 Unidades da Federação, como forma de viabilizar a implementação do sistema, bem como está sendo pactuada a criação de grupo de trabalho a ser compostos por representantes do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, do Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais – CONDEGE e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, destinado não somente à promoção de atividades destinadas à implementação do sistema, mas também à coleta de sugestões de aprimoramento junto aos órgãos de classe.

Além disso, foram promovidas oportunamente ações de treinamento que garantirão a capacitação de servidores para a correta utilização da ferramenta.

OBJETIVO: 0832 - Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Para a implementação do Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, que tem por finalidade fortalecer as diversas instituições parceiras, como a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, o Departamento da Força Nacional de Segurança Pública - DFNSP, o Departamento da Polícia Federal - DPF, o Departamento da Polícia Rodoviária Federal - DPRF, a Receita Federal do Brasil - RFB, as Polícias Civis e Militares e Corpos de Bombeiro dos Estados-sede, foram realizados investimentos em equipamentos, sistemas e soluções, bem como no treinamento e capacitação para o nivelamento e aprimoramento de conhecimento dos profissionais de segurança pública que atuam em grandes eventos. As aquisições realizadas dizem respeito aos projetos aprovados pelo Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA – CGCOPA, pela Matriz de Responsabilidades e pelas finalidades previstas no Planejamento Estratégico da Copa do Mundo FIFA 2014.

Com vistas ao estabelecimento de um legado que ofereça uma grande melhoria dos serviços prestados pelas instituições de segurança pública e pela defesa civil nos Estados que sediam os eventos, foi investido para dotar as forças com equipamentos e modernas tecnologias que transformarão a maneira como se previne e se combate o crime no Brasil.



Dentre os investimentos, faz-se destaque especial ao Sistema Integrado de Comando e Controle – SICC, que comanda de forma integrada todas as operações policiais e de prestação de serviços que visam à proteção do cidadão, nas cidades-sede, a partir de uma visão privilegiada do aparelho urbano. Câmeras, sensores, rádio comunicação, tecnologias embarcadas em viaturas e helicópteros, além de centros integrados e delegacias móveis, oferecem às polícias, aos corpos de bombeiros, aos órgãos de trânsito e de defesa civil, ferramentas para uma atuação proativa, baseada em estatísticas e dados precisos, proporcionando o dimensionamento correto e a aplicação necessária da logística e do efetivo em tempo real.

No intuito de prover as corporações de meios para lidar com crimes envolvendo artefatos químicos, biológicos, radiológicos, nucleares ou explosivos, foram adquiridos equipamentos antibombas que permitem a detecção e a resposta a tais situações. Além disso, a compra de instrumentos de menor potencial ofensivo oferece condições para que o policial possa ter, como primeira resposta, armas dissuasórias menos ofensivas. Os corpos de bombeiros dos Estados-sede também foram contemplados com equipamentos desencarceradores de grande impacto e almofadas pneumáticas para retirada de pessoas de veículos envolvidos em acidentes ou em estruturas colapsadas, diminuindo o tempo de resposta e aumentando as chances de vida do acidentado.

O legado deixado pelo Governo Federal, em parceria com os Estados, passa também pela modernização do modo de atuar das instituições. A partir dos grandes eventos, as forças de segurança pública e de defesa civil passam a utilizar o conceito de protocolos integrados de atuação. Isso significa que, para cada situação possível de ocorrer, um protocolo pré-existente pode ser acionado, fazendo com que as instituições saibam exatamente o que fazer e com que apoio contar das demais forças. Isso aumenta a agilidade na resposta às ocorrências e evita que a mesma providência seja adotada duas vezes, o que gera economia de recursos públicos. Isto tudo sendo feito por todas as instituições, em conjunto, o que garante o sucesso do trabalho.

As ações de qualificação e capacitação profissional também são um eixo de trabalho importante. Além dos cursos, eventos, seminários e simpósios executados diretamente, ocorreram também capacitações nos Estados-sede por meio dos convênios celebrados; por termos de execução descentraliza com DPF, DPRF e ABIN; em conjunto com as embaixadas de países parceiros; e ainda, capacitações promovidas pelas empresas fornecedoras de equipamentos e tecnologias adquiridas pela Secretaria, a fim de preparar os servidores para atuarem em grandes eventos. Toda essa gama de técnicas, métodos e conhecimentos adquiridos contribuiu para o aprimoramento da atuação policial rotineira de cada órgão.

No nível operacional, para cada cidade-sede foi desenvolvida uma Matriz de Ações Operacionais, que visou sistematizar, padronizar e priorizar a sequência de atividades de segurança a serem realizadas nas áreas de interesse operacional.

Foram discutidas as estratégias e medidas para garantir o controle da violência, tratando das singularidades de cada local. O uso de ferramentas de inteligência para este mapeamento foi indispensável, e para tanto foram adquiridos conjuntos de equipamentos de inteligência de sinais e kit de equipamentos operacionais para os Estados-sede, fortalecendo a área de inteligência.

Nos primeiros eventos realizados em 2013 - Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude e Final Draw (cerimônia do sorteio dos grupos da Copa do Mundo FIFA 2014) -, já foi materializada a integração dos Centros de Comando e Controle Móveis, das Plataformas de Observação Elevadas e dos sistemas de imageamento aéreo, tendo sido comandados de forma integrada todas as operações policiais e de prestação de serviços que visavam à proteção do cidadão nas cidades-sede.

Já naquele período dos eventos foram testados grande parcela das funcionalidades do SICC, e, por meio de articulações



institucionais, as aquisições, capacitações e coordenação de ações de inteligência e operações foram realizadas e aperfeiçoadas, para que os demais eventos transcorressem de forma segura e pacífica, conforme disposto no Plano Estratégico de Segurança Pública e Defesa para a Copa do Mundo 2014.

Sob a coordenação da SESGE, o planejamento da operação de segurança da Copa do Mundo FIFA 2014 contou com a participação de aproximadamente 116,5 mil (cento e dezesseis mil e quinhentos) profissionais de segurança pública (policiais militares, civis, federais, rodoviários federais, bombeiros, guardas municipais, e órgãos de trânsito). Reconhecida por turistas, moradores das cidades-sede e pela imprensa nacional e estrangeira, a segurança nos jogos foi um dos itens avaliados com uma das melhores médias. A satisfação com o evento e as ações de segurança bem-sucedidas dos jogos da Copa do Mundo mostraram o resultado da integração das forças policiais e do trabalho conjunto dos governos das três esferas.

Nos poucos incidentes ocorridos foram acionados os procedimentos operacionais de acordo com os protocolos de segurança elaborados para tais situações e coordenados dos Centros Integrados de Comando e Controle. Outros imprevistos não relacionados diretamente com a segurança também foram contornados, graças à participação de órgãos como Defesa Civil, Receita Federal e Agência Nacional de Vigilância Sanitária nos centros integrados, reunindo em um mesmo ambiente dados e informações para atendimento das demandas, com ações rápidas e articuladas dos órgãos envolvidos.

Preocupados com a segurança de seus atletas e para prestar apoio aos seus nacionais, e principalmente para colaborar no controle de entrada de estrangeiros, os países participantes da Copa também enviaram policiais para compor a força de segurança, atuando no Centro de Cooperação Policial Internacional - CCPI, em conjunto com a Polícia Federal e apoiados pelo Centro Integrado de Comando e Controle Nacional. Cada um dos 31 (trinta e um) países representados no CCPI atuou com equipe fixa e equipe móvel que se fez presente nos estádios.

Finalizados os eventos da Copa do Mundo FIFA 2014, toda a tecnologia e ferramentas utilizadas, e principalmente a integração das forças de Segurança e Defesa, permanecem como o grande legado. Permitindo que tais ferramentas e procedimentos continuem sendo aplicados em cada Estado, seja nas demandas rotineiras ou em eventos locais, beneficiando a população com um incremento de sua segurança, garantindo tranquilidade aos cidadãos.

A segurança pública foi fortalecida, demonstrando que as ações de forma integrada proporcionam como resultado um bom padrão de segurança. Prova disso é, além da utilização em eventos locais, a continuidade das operações, sob a coordenação das Secretarias de Estado de Segurança Pública com o apoio do Ministério, em outros eventos de relevância para o país, como as Eleições 2014, as provas do ENEM, Final da Copa do Brasil, e festas regionais.

Os eventos testes são um aprimoramento para o próximo desafio da segurança, que acontecerá com nos Jogos da XXXI Olimpíada e Paralimpíada, a serem realizados em 2016, no Rio de Janeiro e demais Estados que receberão a modalidade esportiva futebol.

O planejamento das ações de segurança para os Jogos Olímpicos iniciaram com a definição de projetos a serem implementados, procedimentos a serem adotados, e adequações para a continuidade do modelo de segurança utilizado nos eventos já realizados.

Os maiores investimentos dar-se-ão em infraestruturas móveis e equipamentos, e na área de capacitação, com execução via termos de execução descentralizada com os órgãos de segurança pública federal (DPF e DPRF); além de execuções diretas realizadas pela Secretaria para aquisições de sistemas e equipamentos nas áreas de comando e controle, e



inteligência.

Metas 2012-2015

- **34.000 vagas para capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública com ênfase à segurança com cidadania para os grandes eventos**

Análise Situacional da Meta

A capacitação dos profissionais de segurança pública para atuação em grandes eventos é coordenada pelo Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE, em parceria com os órgãos federais e estaduais.

A segurança pública vem capacitando seus profissionais desde o ano de 2012, por meio de convênios com as Secretarias de Estado de Segurança Pública dos Estados-sede da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos da XXXI Olimpíada e Paralimpíada, de termos de execução descentralizada com o Departamento da Polícia Federal – DPF, o Departamento da Polícia Rodoviária Federal – DPRF e com a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e ainda pela realização de cursos e eventos promovidos diretamente pela Secretaria para qualificação profissional, visando atender as necessidades dos órgãos parceiros e das Diretorias da SESGE.

As ações de qualificação para as forças de segurança foram classificadas em três projetos: Capacitação, Cooperação Internacional, e Treinamentos; capacitando um total de 21.796 (vinte e um mil, setecentos e noventa e seis) servidores, entre policiais federais, rodoviários federais, militares e civis estaduais.

As ações no Projeto Capacitação foram em diversas áreas temáticas, como: segurança de dignitários, análise e gestão de riscos, gestão de crises, inteligência e investigação, e simpósios e seminários sobre segurança em grandes eventos. O Projeto Cooperação Internacional compreendeu as ações de capacitação promovidas por embaixadas de países parceiros. Após estabelecidas as necessidades das forças policiais brasileiras e analisados os conteúdos programáticos e as ementas, a Secretaria participava dos cursos e treinamentos oferecidos pelas embaixadas.

O Projeto Treinamentos consistiu em ações promovidas pelas empresas fornecedoras de equipamentos e tecnologias, oriundos de contratos de aquisição, e que previam a transferência de conhecimento, qualificando os profissionais a operarem as tecnologias adquiridas, como os equipamentos antibombas, os Centros Integrados de Comando e Controle Móveis, as Delegacias Móveis, as Plataformas de Observação Elevadas, os materiais e equipamentos de inteligência, os equipamentos de resgate e socorro, e demais sistemas e soluções adquiridos para o Sistema Integrado de Comando e Controle (vídeo wall, salas-cofre, sistema de imageamento aéreo, Projeto de Solução Integradora).

Com o início do planejamento das ações de capacitação para atender aos eventos relacionados aos Jogos da XXXI Olimpíada e Paralimpíada, implementou-se uma nova diretriz quanto ao modo de execução dessas ações. Este novo modelo prioriza o fortalecimento das instituições de ensino estaduais de cada órgão envolvido nos eventos, com investimentos em infraestrutura e equipamentos e apoio à execução das ações. Com isso, os estabelecimentos acadêmicos das forças policiais, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro terão melhorias no ambiente de ensino e, em contrapartida, promoverão a capacitação de seus profissionais, conforme as necessidades de cada instituição, não ficando adstritos a cursos oferecidos esporadicamente.

Em relação aos órgãos federais, a execução das ações de capacitação e treinamento permanece via formalização de termos de execução descentralizada, para que estes promovam as capacitações afetas à área de competência de cada órgão.

As ações de qualificação dos profissionais são avaliadas e coordenadas pela Secretaria a fim de que estejam em



consonância com o planejamento operacional das ações de segurança para os eventos.

Por fim, em relação à divergência verificada entre a quantidade atingida de profissionais capacitados e o número constante na meta estabelecida, cabe esclarecer que, a meta previa inicialmente 34.000 vagas para capacitação de profissionais, porém com a redefinição das ações de capacitação e ajustes com os órgãos envolvidos, esta foi alterada para 25.400 vagas.

Quantidade alcançada

21.796

Data de Referência

31/12/2014

• **Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos Grandes Eventos**

Análise Situacional da Meta

O objetivo da meta é o fortalecimento das instituições de segurança pública, de Defesa Civil e de Corpo de Bombeiros, e envolvem principalmente aquisições de equipamentos e materiais, de forma direta pela Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos - SESGE, para posterior doação aos Estados-sede da Copa do Mundo 2014; e ainda, por meio de Termos de Execução Descentralizada com a Agência Brasileira de Inteligência, o Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, o Departamento da Polícia Federal, o Departamento da Polícia Rodoviária Federal e a Receita Federal do Brasil.

Com o aumento da demanda gerada pelos grandes eventos, os órgãos de segurança pública e as instituições envolvidas receberam investimentos para contratações de serviços e aquisições de equipamentos, materiais e sistemas para adequarem os seus serviços a fim de suportar tal demanda.

Para cumprimento da meta os investimentos foram destinados às aquisições de instrumentos de menor potencial ofensivo, equipamentos balísticos e de proteção individual, equipamentos antibombas, unidades de Delegacias Móveis para as Polícias Cíveis, lanchas de patrulhamento e respectivos reboques para o Estado do Amazonas, conjuntos de equipamentos de inteligência de sinais, equipamentos de resgate e socorro para os Corpos de Bombeiros, e veículos blindados equipados com canhão d'água para controle de distúrbios civis, visando o aprimoramento e fortalecimento de áreas sensíveis da segurança pública, e que permanecem como legado para os Estados.

Os órgãos parceiros ABIN, DFNSP, DPF, DPRF e RFB investiram em infraestruturas móveis (ônibus, motocicletas, veículos blindados, viaturas especiais), materiais e equipamentos táticos e operacionais, equipamentos de radiocomunicação, soluções e sistemas de inteligência, equipamentos antibombas e de controle de distúrbios, e sistema de controle de pontos de entrada no país (sistema Alerta Brasil, escâneres), garantindo assim, a operacionalização das ações de segurança pública nos grandes eventos.

Representando menos de 4% (quatro por cento) do total investido na meta, alguns itens adquiridos não foram entregues pelos fornecedores por razões de ordem contratual. A não execução dessa parcela da meta não foi significativa para causar qualquer prejuízo às ações de segurança promovidas durante os jogos da Copa do Mundo 2014.

As aquisições realizadas atenderam a meta de fortalecimento das instituições, possibilitando e complementando a execução do planejamento das ações operacionais nos eventos, contribuindo significativamente para os trabalhos dos órgãos envolvidos nas ações de segurança, tendo sido empregados em situações preventivas ou em incidentes ocorridos durante os eventos.



Para os eventos dos Jogos da XXXI Olimpíada e Paralimpíada, além do investimento já efetuado, serão destinados recursos ao DPF e DPRF principalmente para aquisição de infraestruturas móveis (viaturas, ônibus para transporte de tropas, motocicletas, caminhão-prancha, viaturas blindadas), e equipamentos táticos e operacionais.

Quantidade alcançada

96

Data de Referência

31/12/2014

• **Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos**

Análise Situacional da Meta

Foram capacitados 12.178 Policiais Rodoviários Federais até a presente data. São cursos que possuem relevância para as ações de segurança durante os Grandes Eventos, como Cursos para Controle de Distúrbio, Motociclista batedor e policial, Operações de Inteligência, Operadores de Voo, Piloto Operacional de Helicóptero, Atendimento Pré-Hospitalar, Corregedoria, Produção de Conhecimento (Inteligência), Curso Básico de Inteligência, Curso de Adaptação Socorro Aeromédico, Habilitação Armalite 5,56mm e Parafal 7,62mm.

Quantidade alcançada

12.178

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle, com 02 Centros Integrados de Comando e Controle Nacionais, 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais nos Estados-sede, 27 Centros de Comando e Controle Móveis para as sedes da Copa e centros de treinamento das seleções**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Integrado de Comando e Controle – SICC abrange os Centros Integrados de Comando e Controle – CICC Nacionais, Regionais e Móveis, e visa à integração entre os órgãos envolvidos nas ações de segurança pública, concentrando em um ambiente único todas as informações relativas à segurança pública em tempo real, possibilitando ao gestor a tomada de decisão mais adequada à situação apresentada dando uma resposta ao fato com mais rapidez, por meio de protocolos de ação pré-definidos com todos os órgãos envolvidos.

Os CICC Nacionais estão instalados nas cidades de Brasília e no Rio de Janeiro (backup), os CICC Regionais estão localizados um em cada cidade-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, e os CICC Móveis estão assim distribuídos: 03 (três) unidades para Belo Horizonte, 03 (três) unidades para São Paulo, 03 (três) unidades para Rio de Janeiro, e 02 (duas) unidades para cada uma das demais cidades-sede.

A utilização dos CICC Móveis é mais focada no evento que está sendo monitorado, repassando as informações aos CICC Regionais e/ou atuando no caso específico.

Os Centros Integrados de Comando e Controle possuem uma infraestrutura completa de Centro de Processamento de Dados – CPD; sistema de vídeo wall integrado; sistema de imageamento aéreo; infraestrutura de dados/voz/elétrica; equipamentos de tecnologia como: servidores, storage de armazenamento, switch, biblioteca de backup, estações de trabalho, e softwares de operação e administração, que proporcionam a necessária confiabilidade ao sistema, afastando ao máximo a possibilidade de interrupção dos serviços. Ainda compõem o SICC, 22 (vinte e duas) Plataformas de Observação Elevadas, que são unidades móveis com sistema de monitoramento de visibilidade noturna e de câmeras térmicas.

Na ação de implantação do SICC, o maior investimento na área deu-se com a contratação do Projeto de Solução Integradora. Esta ferramenta é o conjunto de sistemas (software e hardware) que efetivamente faz a integração das informações de segurança pública, interligando os 02 (dois) CICC Nacionais e os 12 (doze) CICC Regionais, em



tempo real. Outros investimentos de valores mais significativos foram realizados com a aquisição dos imageadores aerotransportados (equipamentos instalados em helicópteros para captação e transmissão de imagens para os CICC's), e com o fornecimento e instalação das salas-cofre (conjunto de objetos que compõem os ambientes críticos, com armazenamento de dados nos padrões da norma TIA942 – Associação das Indústrias de Telecomunicações, com nível TIER3, e de acordo com a Norma ABNT NBR 15247).

Também foram realizadas contratações para link de dados nacionais e regionais (Rede WAN), mobiliário e infraestrutura não técnica, e equipamentos e sistemas para os CICC's Móveis para melhorar a capacidade da solução.

As entregas desses produtos e sistemas foram de acordo com o planejado pela área técnica, seguindo um rígido cronograma estabelecido, onde a execução das etapas estava encadeada de modo sequencial a fim de garantir a conclusão do projeto com êxito.

Parte dessa tecnologia fora testada e utilizada nos primeiros eventos, durante a Copa das Confederações nas 06 (seis) cidades-sede e Jornada Mundial da Juventude em 2013. Nas demais cidades-sede a operação e funcionamento foi para Copa do Mundo FIFA 2014. Com o encerramento dos eventos nacionais no ano de 2014, os CICC's Regionais passaram a atuar em eventos locais e demandas rotineiras das forças policiais, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e com o apoio da SESGE. A continuidade das operações dos CICC's segue o mesmo modelo utilizado durante os grandes eventos.

Os CICC's Nacionais e Regionais do Rio de Janeiro e demais Estados que serão Centros de Treinamento (DF, BA, MG e SP) para a realização dos Jogos da XXXI Olimpíada - Rio 2016, mantem as atividades coordenadas pela SESGE. Estes CICC's possuem projetos de melhoria, com novas funcionalidades e correções de pontos específicos, atendendo demandas da área de operações das ações de segurança, em razão da singularidade do evento que acontecerá. Dentre os projetos para melhoria, estão aquisições de aerostatos de monitoramento persistente de grandes áreas (balões), que serão utilizados em 04 (quatro) grandes áreas do município do Rio de Janeiro, onde ocorrerão as concentrações dos eventos olímpicos; e, expansão do sistema de imageamento aéreo.

Quantidade alcançada

97

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A Polícia Rodoviária Federal - PRF intensificou em 68,55% suas ações de educação para o trânsito desde 2012, tendo atingido 563.960 pessoas conscientizadas ao término de 2013, e outras 618.719 pessoas em 2014 o que indica que a meta estipulada para o quadriênio poderá ser suplantada ao término de 2015. A capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização foi ampliada com a implantação do sistema de videomonitoramento de rodovias no Rio Grande do Sul e integração com pontos de monitoramento das empresas concessionárias de rodovias federais, bem como por meio da implantação do sistema de radiocomunicação digital no Paraná. O sistema digital amplia a capacidade de policiamento e fiscalização, ao passo que fornece comunicação às áreas sem cobertura, favorecendo maior sigilo, confiabilidade e ininterruptabilidade dos serviços.



Em 2014 iniciou-se um projeto piloto de videomonitoramento no Distrito Federal, com a instalação de 25 câmeras, que cobrem 4 trechos críticos.

Em 2015, há previsão de ampliação do sistema de videomonitoramento no Distrito Federal e região do entorno, e do sistema de rádio comunicação digital em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, favorecendo assim a segurança viária.

Metas 2012-2015

- **Alcançar 500.000 pessoas, anualmente, com ações de educação para o trânsito.**

Análise Situacional da Meta

As ações de educação para o trânsito executadas pela PRF tem o objetivo de provocar mudanças de atitudes em todos os cidadãos usuários das rodovias, sejam pedestres, condutores e passageiros, de forma que atuem priorizando atitudes de segurança e de cidadania no trânsito, para alcançar os resultados institucionais de reduzir a violência no trânsito, assegurar a livre circulação, contribuir para a redução da criminalidade no país, aumentar a percepção de segurança dos usuários nas rodovias federais e contribuir com a meta de redução de 50% das mortes em acidentes de trânsito no Brasil, proposta pela ONU.

Essas ações transmitem não apenas as normas, regras e preceitos legais, mas contemplam também aspectos éticos e de cidadania, ampliando o nível de conscientização dos diversos atores do trânsito, para que adotem atitudes prudentes, compatíveis com as necessidades de segurança de todos.

A PRF realiza ao longo das rodovias 02 (duas) grandes atividades voltadas para os usuários das rodovias, de forma contínua e diversificada para garantir a conscientização e sensibilização do maior número de cidadãos.

CINEMA RODOVIÁRIO - Os comandos do Cinema Rodoviário são realizados durante as abordagens aos condutores e enquanto os veículos são fiscalizados ou os autos de infração são confeccionados, os ocupantes são convidados a assistir a uma rápida palestra, em que policiais exibem filmes educativos e orientam sobre comportamentos seguros no trânsito. A participação na palestra não elide os condutores infratores das sanções administrativas e todos são submetidos ao teste do etilômetro.

Através de parcerias com empresas e instituições públicas e privadas, a PRF realiza exposições de viaturas e equipamentos operacionais e promove palestras educativas em postos de combustíveis, concessionárias de veículos pesados, em feiras e demais eventos voltados aos motoristas profissionais.

FETRAN - Festival Estudantil Temático de Trânsito - O FETRAN utiliza as atividades pedagógicas para incluir transversalmente a temática “Trânsito” no cotidiano escolar. Com o objetivo de conscientizar crianças, adolescentes e toda comunidade escolar da responsabilidade de todos na segurança do trânsito. Através de parceria entre as escolas e a PRF, estudantes e professores produzem trabalhos com essa temática, nas mais diversas modalidades como teatro, maquetes, poesias, danças, músicas, textos, mural, cartazes, dentre outros, valorizando a diversidade escolar e cultural. O resultado das atividades é exposto, pelos estudantes e professores, à comunidade escolar durante a Feira de Trânsito e no Festival Temático que reúne todas as escolas para um grande debate acerca do tema. Os melhores trabalhos são premiados com uma viagem cultural para Brasília-DF, para que sejam apresentados durante a Semana Nacional do Trânsito.

As ações abordam os temas embriaguez ao volante, excesso de velocidade, uso do cinto de segurança e cadeirinha, ultrapassagens irregulares e segurança de motociclistas, de acordo com as características locais e os índices de



acidentes.

A escolha dos temas abordados, os locais, horários e dias de realização das ações de educação para o trânsito consideram as peculiaridades de cada localidade, o público presente, o fluxo de veículos, os índices de acidentes registrados e infrações comumente cometidas. Para tanto, são utilizados os dados dos sistemas de registros de acidentes e de infrações, para orientar o planejamento, identificar os pontos críticos com altos índices de acidentes e a melhor forma de atuar.

As ações de educação para o trânsito da PRF contribuem para a redução dos índices de acidentes, mortos e feridos através da conscientização de crianças, adolescentes, condutores e motoristas profissionais.

2012: 210.000 pessoas

2013: 380.835 pessoas

2014: 611.923 pessoas (*)

* Ressaltamos que os valores preenchidos nos anos de 2012 e 2103, na evolução da meta, sofreram atualização por parte das regionais DPRF, posteriormente ao preenchimento do monitoramento no SIOP. Considerando que não é possível alterar a evolução da meta de anos anteriores e que os números oficiais do Órgão são esses elencados acima, solicitamos que essa seja considerada como quantidade alcançada.

Quantidade alcançada

1.202.758

Data de Referência

31/12/2014

• Ampliar a cobertura de videomonitoramento para os 100 principais trechos críticos de acidentes no quadriênio 2012-2015.

Análise Situacional da Meta

DEFINIÇÃO

- trecho crítico: é a junção dos pontos críticos em trechos de 10 km (BR XXX, do Km YYY ao Km ZZZ). Da análise dos pontos críticos inicialmente identificados, observou-se que alguns encontravam-se agrupados em sequência, assim, percebeu-se que o problema, via de regra, não era em um local específico (que poderia ser identificado como alguma deficiência na engenharia viária, ou um ponto de excesso de velocidade, que seriam problemas pontuais), mas que se tratava de trechos maiores (caracterizados, por exemplo, como um trecho urbano, uma região de confluência de várias vias rurais e urbanas, ou a região de povoados instalada às margens da BR, além daqueles problemas que poderiam ser pontuais). Verificou-se, ainda, que a opção por se tratar trechos, ao invés de pontos, traria vantagens quanto aos investimentos (sendo possível o compartilhamento e aproveitamento da infraestrutura para a cobertura de uma área maior) e aos resultados (ao atuar nesses 100 trechos críticos, é possível atacar mais 20% dos acidentes graves e fatais que ocorrem nos mais de 72.000 km de rodovias federais sob responsabilidade da PRF).

Análise situacional: Foi implantado o sistema de videomonitoramento no estado do Rio Grande do Sul, o qual cobre 4 trechos críticos de acidentes, totalizando 40 Km de extensão, tendo sido observada uma redução próxima a 75% nos acidentes com vítimas fatais nesse trecho.

Foi implantado o sistema de videomonitoramento no Distrito Federal, no final de 2014, que cobre 4 trechos críticos.

Quantidade alcançada em 2014: 8,00 (4 trechos do RS e 4 trechos do DF).

Quantidade alcançada

8

**Data de Referência**

31/12/2014

- **Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional**

Análise Situacional da Meta

Iniciativas para ampliação da parceria entre a PRF e SAMU foram intensificadas em 2012 e 2013, mediante convênios do Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, no que se refere a ambulâncias de atendimento pré-hospitalar.

Em 2014, frente à expansão das atividades do SAMU com ambulâncias, foi confeccionada uma minuta de convênio contemplando apenas aeronaves PRF de atendimento pré-hospitalar e resgate, já que não houve por parte do Ministério da Saúde o interesse na inclusão das ambulâncias. A renovação deste convênio encontra-se atualmente no Ministério da Saúde para assinatura com valores atualizados, conforme estudo técnico enviado.

- **Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de alcoolemia nas rodovias federais para 6.000.000 no quadriênio 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

Realizados 648.921 testes em 2012, 1.515.165 no ano de 2013 e 1.528.238 em 2014, totalizando 3.692.324 testes (*). A PRF está trabalhando qualitativamente na seleção dos condutores a serem submetidos aos testes de alcoolemia e não mais quantitativamente. Apesar de ainda não termos atingido a meta, o trabalho realizado está contribuindo significativamente com a redução da violência no trânsito.

(*) Ressaltamos que os valores preenchidos nos anos de 2012 e 2013, na evolução da meta, sofreram atualização por parte das regionais DPRF, posteriormente ao preenchimento do monitoramento no SIOP. Considerando que não é possível alterar a evolução da meta de anos anteriores e que os números oficiais do Órgão são esses elencados acima, solicitamos que essa seja considerada como quantidade alcançada.

Quantidade alcançada

3.692.324

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a quantidade total de veículos fiscalizados nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

De janeiro a novembro de 2014 foram fiscalizados 6.880.898 veículos, 8.061.096 veículos no ano de 2013 e em 2012, 5.914.475 veículos totalizando 20.856.496 nestes últimos anos. As metas regionais estão próximas do estipulado. Estão sendo desenvolvidas ações para incentivar as unidades das regiões que ainda não alcançaram a meta possam se ajustar. O resultado deste aumento no número de fiscalizações tem contribuído para a redução do número de acidentes de trânsito e sua gravidade e também a identificação de veículos irregulares e roubados, bem como encontrar armas, drogas e outros produtos ilícitos no interior de veículos.

Quantidade alcançada

20.856.469

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	%	14,32	30/11/2014
Região Nordeste	27	%	22,79	30/11/2014
Região Norte	10	%	9,36	30/11/2014
Região Sudeste	25	%	25,52	30/11/2014
Região Sul	23	%	27,99	30/11/2014



- **Implantação de 4 novas bases de resgate aeromédico**

Análise Situacional da Meta

A implantação de 4 novas bases fica condicionada à COMPRA DE NOVAS AERONAVES e SELEÇÃO DE novos PILOTOS. Não foram adquiridas novas aeronaves até o momento, razão pela qual ainda não foram implantadas novas bases. A capacitação de novos pilotos esta com edital pronto, aguardando a publicação pela Coordenação de Ensino/PRF.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária**

Análise Situacional da Meta

O Centro de Estudos de Segurança Viária Compreende uma estrutura dedicada a estudos a respeito do tema, com foco nas rodovias federais, de forma a induzir a construção de políticas públicas voltadas à garantia de segurança nessa área de atuação da PRF. Com a implantação da nova estrutura da PRF, será criada uma Coordenação-Geral com esta competência. Desta forma, há perspectiva de implantação do Centro para 2015, com o advento da nova estrutura da PRF. A nova estrutura já foi aprovada pela Câmara e encontra-se em tramitação no Senado.

A nova estrutura foi aprovada pelo Congresso e sancionada pela Presidência da República em 2014, com nova previsão de implantação para 2015.

- **Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados**

Análise Situacional da Meta

A implementação de unidade de Comando e Controle é o resultado de um esforço procedimental, de aquisição de equipamentos para operação e geração de conhecimento e também capacitação do efetivo destinado ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao despacho e controle destas ações. Do ponto de vista procedimental tem-se trabalhado na documentação necessária às definições do fluxo de informações e demais temas relacionados à alimentação de dados aos sistemas que funcionarão nas Centrais de Comando e Controle. Quanto à aquisição de equipamentos, em 2014 foram adquiridos monitores e TV's para as unidades dos estados que receberam jogos da Copa 2014, Também foram contratadas e implantadas câmeras de monitoramento para a Central de Comando e Controle do Distrito Federal.

Estão sendo levantadas as necessidades das regionais para aquisição de equipamentos visando a uniformidade das unidades que passarão a operar atividades de Comando e Controle. No que tange à utilização de software para o Comando e Controle, o Sistema de Monitoramento de Viaturas está em pleno funcionamento e operando em todas as regionais. A CCO é demandante dos Sistemas de Parte Diária Eletrônica e Central de Atendimento e Despachos e o Sistema de Consultas Integradas que cobrirão grande parte das atividades desempenhadas nas unidades de Comando e Controle. O Sistema da Parte Diária Eletrônica foi testado com sucesso na Copa do Mundo 2014, tendo sua implantação iniciada nos postos da PRF a partir do mês de agosto. Já o sistema Central de Atendimento e Despacho começou a ser testado no Paraná em junho e continua a fase de testes e melhorias na regional do DF. Com os resultados dessa implantação, esperamos expandir o sistema para todas as regionais em 2015. O Sistema Consultas Integradas ainda não foi homologado, por problemas junto ao INFOSEG. Esperamos a homologação para o início de 2015. A regional do Rio Grande do Norte efetuou a contratação de atendimento de primeiro nível para as ligações de emergência do 191, como um projeto piloto. Caso a avaliação seja positiva, este projeto será ampliado para as outras regionais. As 12 Centrais de Comando e Controle nos locais de realização da Copa 2014 funcionaram a contento, controlando as escoltas de seleções e autoridades durante a realização do evento e repassando as informações



relevantes para a Direção Geral em Brasília. Desta forma, as atividades voltadas ao funcionamento das unidades de Comando e Controle da Polícia Rodoviária Federal encontram-se em desenvolvimento, bem como as devidas documentações e capacitações para operação das ferramentas de informação.

• **Integração do Plano Nacional Viário (PNV) com o Sistema de Processamento de Multas (SISCOM)**

Análise Situacional da Meta

Está homologada a nova ferramenta para o cadastro das unidades organizacionais e das circunscrições no âmbito da PRF, o SERVO (Sistema Estruturante Rodoviário e Organizacional). Todos os sistemas que precisem de informações referentes às circunscrições farão link com essa ferramenta, inclusive o SISCOM. Não há previsão por parte da área técnica quanto ao início da integração entre esses sistemas.

• **Modernização do Sistema BR-BRASIL/PRF como sistema único de atendimento de acidentes**

Análise Situacional da Meta

O BR-Brasil (Sistema atualmente em uso) será substituído por 3 novas ferramentas. A primeira delas será a Declaração de Acidentes de Trânsito Eletrônica (e-DAT) que tratará das ocorrências sem vítima.

No momento está em fase de homologação, nos estados de MG e CE, com previsão de implantação em nível nacional para abril de 2015.

• **Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias**

Análise Situacional da Meta

Inicialmente a Coordenação-Geral de Operações da PRF identificou os 200 pontos críticos em termos de ocorrências de acidentes e planejou a instalação de 200 câmeras de monitoramento eletrônico nesses pontos visando identificação em tempo real das ocorrências e a celeridade no deslocamento das equipes de atendimento. Entretanto, no decorrer do projeto, verificou-se que os resultados seriam mais efetivos ao se trabalhar com trecho, que compreende um segmento de 10 km de rodovia, ao invés de monitorar apenas os pontos, o que levou à criação da segunda meta (Ampliar a cobertura de videomonitoramento para os 100 principais trechos críticos de acidentes no quadriênio 2012-2015). Efetivamente, a primeira meta pode ser traduzida na quantidade de pontos de videomonitoramento instalados (câmeras). Sendo assim, foram instalados, até o momento, 78 pontos no Rio Grande do Sul em 2012 (que correspondem a 04 trechos críticos) e 25 no Distrito Federal em 2014 (que correspondem a 04 trechos críticos). Informamos que houve equívoco na informação da quantidade alcançada em 2013. Como não houve nenhuma câmera instalada, o resultado deveria ser os mesmos 78,00 do ano de 2012, pois é cumulativo.

Quanto às definições:

- ponto crítico se refere às localizações exatas (BR e Km) da ocorrência dos acidentes. Foi a primeira opção de tratamento dos acidentes, identificar os 200 pontos (BR XXX, Km YYY) com maior ocorrência de acidentes e tratá-los isoladamente.

- trecho crítico é a junção dos pontos críticos em trechos de 10 km (BR XXX, do Km YYY ao Km ZZZ). Da análise dos pontos críticos inicialmente identificados, observou-se que alguns encontravam-se agrupados em sequência, assim, percebeu-se que o problema, via de regra, não era em um local específico (que poderia ser identificado como alguma deficiência na engenharia viária, ou um ponto de excesso de velocidade, que seriam problemas pontuais), mas que se tratava de trechos maiores (caracterizados, por exemplo, como um trecho urbano, uma região de confluência de várias vias rurais e urbanas, ou a região de povoados instalada às margens da BR, além daqueles problemas que poderiam ser pontuais). Verificou-se, ainda, que a opção por tratar-se trechos, ao invés de pontos, traria vantagens quanto aos investimentos (sendo possível o compartilhamento e aproveitamento da infraestrutura para a cobertura de uma área maior) e aos resultados (ao atuar nesses 100 trechos críticos, é possível atacar mais 20% dos acidentes graves e fatais que ocorrem nos mais de 72.000 km de rodovias federais sob responsabilidade da PRF).



Os pontos ou trechos críticos, são obtidos de forma estatística, com base no levantamento da quantidade de acidentes graves e fatais ocorridos a cada quilômetro de rodovia. Os dados são obtidos por meio dos registros de acidentes no sistema BR-Brasil, da PRF.

Quantidade alcançada

103

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

As ações previstas para o alcance desse objetivo têm a finalidade de combinar as políticas de segurança pública elencadas no Sistema Único de Segurança Pública e no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, com os projetos prioritários desenvolvidos pelo Governo Federal.

Tais ações são voltadas para a prevenção e a repressão das causas que levam à violência nos territórios, através do desenvolvimento de iniciativas que visam: à reativação de vínculos comunitários, à promoção do envolvimento, à proteção e promoção de oportunidades para públicos vulneráveis, à ampliação do policiamento comunitário e preventivo, à difusão do modelo de justiça comunitária, à ampliação do acesso à Justiça, promovendo o diálogo e a mediação comunitária como modo de resolução de conflitos, ao fortalecimento dos municípios na segurança pública com a implantação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, à ampliação da presença dos Estados nas regiões de maior vulnerabilidade criminal, bem como ao fomento da política de prevenção e redução dos crimes letais intencionais no território nacional.

Nesse sentido, os projetos voltados a prevenir a violência e criminalidade dialogam com os projetos prioritários do Governo Federal, integrando ações voltadas a reduzir as circunstâncias que propiciam a violência e criminalidade, com as ações focadas ao enfrentamento do tráfico de drogas, no âmbito do Programa Crack, É Possível Vencer, e do Programa Brasil Mais Seguro, no combate à impunidade e qualificação da investigação criminal e produção de prova.

O programa de redução da criminalidade violenta, denominado Brasil Mais Seguro, tem como objetivo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focado na qualificação dos procedimentos investigativos e de produção de prova, bem como proporcionar maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal.

As ações do programa levam em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada e as diretrizes de pacto federativo. As ações a serem empreendidas serão construídas juntamente com os governos locais, conforme diagnósticos prévios e com compromissos específicos definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa.

A premissa do Programa é fortalecer ações já desenvolvidas pelos entes federados voltadas para redução dos crimes violentos letais intencionais, levando-se em conta o ranking da taxa de homicídios e as desigualdades regionais.



Os eixos de atuação são: Gestão Integrada e Governança, Enfrentamento à Impunidade, Aumento da Sensação de Segurança e Controle de Armas.

Em 2012, para implantação do Programa Brasil Mais Seguro houve a pactuação com o Governo do Estado de Alagoas, tendo sido realizado, no segundo semestre, o colóquio sobre homicídios junto ao Estado. Em 2013, foram pactuados os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, para inserção no Programa, bem como apoiadas ações de enfrentamento à criminalidade violenta no entorno do Distrito Federal, com assinatura de Acordo de Cooperação com o Estado de Goiás.

Com a implantação do Brasil Mais Seguro em Alagoas, foi possível alcançar a redução de 9% dos crimes violentos em todo o estado e 18% na capital Maceió. As ações prevêem a combinação de projetos voltados à possibilitar melhores condições no trabalho policial, assim como a implementação de ações de prevenção em territórios de maior vulnerabilidade criminal.

No tocante ao fortalecimento do papel dos municípios na Segurança Pública, serão direcionadas linhas de investimentos para desenvolvimento de projetos voltados a: Estruturação física dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal – GGI-M (sala do pleno e secretaria executiva) e Gabinetes de Gestão Integrada de Consórcios Municipais; estruturação das Secretarias Municipais de Segurança e/ou órgãos de gestão da Segurança Pública em âmbito municipal e/ou de Consórcios Municipais voltados para Segurança Pública; fortalecimento das Guardas Municipais, nas cidades com elevados índices de homicídios, principalmente nos 400 Municípios mais violentos em taxas de homicídios, localizados na faixa de fronteira, assim como os que estão priorizados em políticas do Governo Federal, tal como Juventude Viva, possuam conselho de direitos de criança e adolescente, mulher, negros e população LGBT, entre outros.

Além disso, está em curso o Programa Crack, é possível vencer, em parceria com diversos órgãos, Estados, Distrito Federal e municípios. As ações desenvolvidas no programa são pré-definidas e exigem a pactuação com os entes federados por meio da assinatura de um Termo de Adesão e definição de um cronograma de atuação conjunta. Nesse Programa, o desenvolvimento do Eixo Autoridade, no qual as ações de segurança pública irão se concentrar em duas vertentes: no combate às organizações criminosas e implantação do policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de crack e outras drogas. Serão intensificadas as ações de inteligência e de investigação para identificar e prender os traficantes, bem como desarticular organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas ilícitas.

Nesse Eixo estão as seguintes ações:

Implementação de policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de drogas onde são instaladas bases móveis e câmeras de videomonitoramento fixo, com o objetivo de prestar atendimento às pessoas que trabalham, residem ou circulam no local, orientação aos usuários de drogas acerca da rede de proteção e cuidado existentes, assim como possibilitar maior segurança com a identificação e prisão de traficantes. A expectativa é que a utilização de câmeras, móveis e fixas, contribua para inibir a prática de crimes, principalmente o tráfico de drogas, possibilitando uma atuação mais eficaz às equipes de saúde e assistência social. Imprescindível destacar que a atuação do Eixo Autoridade deve estar articulada com as ações dos demais eixos, exigindo dos gestores das três esferas da administração uma atuação integrada de forma a possibilitar uma rede de proteção aos usuários de drogas e seus familiares. Tal proposta é extremamente desafiadora, em razão da habitual fragmentação das ações, especialmente considerando áreas de atuação tão distintas; superado este desafio, temos a implementação da política pública de forma integral, beneficiando a população em suas necessidades mais básicas de saúde, segurança e inserção social.



Para tal finalidade são disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e municípios que aderirem ao programa e que manifestarem interesse equipamentos permanentes e módulos de capacitação aos profissionais de segurança pública que atuarão nas cenas de uso, assim como ampliação no número de instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd. Os equipamentos são compostos de Centros de Comando e Controle Móvel (microônibus) com haste telescópica e cinco câmeras de videomonitoramento móvel, além de 20 pontos fixos de videomonitoramento por base, veículos sedan, motocicletas, equipamentos de menor potencial ofensivo (pistolas de condutividade elétrica e espargidores de gás lacrimogêneo). No âmbito do Proerd, são desenvolvidas atividades de prevenção por meio da educação, informação e capacitação, especialmente junto às escolas públicas, bem como de dotar as Polícias Militares de todo o país de equipamentos que possibilitem a expansão do Programa, especialmente em locais de maior vulnerabilidade à violência e consumo de drogas.

Em 2013, 17 (dezesete) Estados (RS, SC, PR, SP, RJ, ES, MG, MS, GO, PE, AL, PI, CE, AC, PA, RN e PB) e o Distrito Federal aderiram ao Programa, que em sua extensão atendeu aos municípios com população igual ou superior a 200.000 habitantes. Até junho de 2013, 42 Municípios assinaram a Adesão ao Programa. RS - 1 (Porto Alegre), SC - 1 (Florianópolis), PR - 6 (Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa), SP - 16 (São Paulo, Araraquara, Carapicuíba, Itaquaquecetuba, Jundiaí, Limeira, Marília, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo e Sorocaba), RJ - 10 (Rio de Janeiro, Niterói, Belford Roxo, Campos dos Goytacazes, Itaboraí, Macaé, Magé, Petrópolis, São João do Meriti e Volta Redonda), ES - 1 (Vitória), MG - 11 (Belo Horizonte, Betim, Contagem, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Sete Lagoas, Uberaba e Uberlândia), MS - 1 (Campo Grande), GO - 3 (Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia), PE - 1 (Recife), AL - 1 (Maceió), PI - 1 (Teresina), CE - 4 (Fortaleza, Caucaia, Juazeiro do Norte e Maracanaú), AC - 1 (Rio Branco), PA - 3 (Belém, Ananindeua e Santarém), RN - 3 (Natal, Mossoró e Parnamirim) e PB - 2 (João Pessoa e Campina Grande).

Os equipamentos começaram a ser entregues no primeiro semestre de 2013, sendo que os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Santa Catarina e o Distrito Federal receberam os equipamentos, totalizando 26 Bases entregues.

Metas 2012-2015

• 27 Unidades da Federação com a filosofia de polícia comunitária implantada

Análise Situacional da Meta

A Polícia Comunitária é uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e os profissionais de segurança pública. Baseia-se na premissa de que tanto os profissionais de segurança pública quanto a comunidade devem trabalhar juntos para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida nas áreas em que é implementada.

Nessa filosofia, é induzida, por meio dos projetos prioritários, a implantação de ações de policiamento comunitário, em territórios conflagrados, já que tal filosofia estabelece um policiamento pró-ativo de preservação da ordem pública e de repressão qualificada com ação permanente em territórios específicos.

Considerando que o Programa Brasil Mais Seguro tem como uma de suas iniciativas o aumento da sensação de segurança da população, com vistas a prevenir a violência e criminalidade, serão implantadas unidades de Polícia de Proximidade junto aos Estados que fizerem a pactuação no âmbito do Programa, estando os profissionais capacitados para atuar em parceria com a população.

Principais realizações do período:



Foram firmados Acordos de Cooperação Técnica para capacitar e aperfeiçoar os profissionais de segurança pública com todos os estados e o DF, sendo que todos participaram dos Encontros Técnicos e de Grupos de Trabalho para formulação de materiais didáticos e discussão de políticas relativas ao tema. Cabe destacar a ênfase na implementação da filosofia de Polícia Comunitária, a partir da pactuação e implementação dos Programas Prioritários do Governo Federal Brasil Mais Seguro e Crack, é possível vencer, nos quais há uma maior ênfase na formação e implementação de unidades desta polícia de proximidade. São, portanto, eixos estruturantes.

Foi realizado o XI Encontro Técnico dos Coordenadores Estaduais de Polícia Comunitária com participação de todos os estados e o DF. Nessa oportunidade, foi realizado o monitoramento acerca da implantação dos Programas Prioritários. Além disso, foi apresentado o Caderno de Diretrizes das Bases Comunitárias Móveis. Este caderno foi fruto de um Grupo de Trabalho que foi instituído com o objetivo de elaborar e propor as diretrizes de atuação dos profissionais de segurança pública que atuarão nas bases de policiamento comunitários móveis com videomonitoramento, em articulação com as redes de atenção e cuidado, para atendimento aos usuários de substâncias psicoativas

Foram iniciados os trabalhos do grupo trabalho com o objetivo de elaborar e propor a atualização do currículo do Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária e Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária, os quais representam o mecanismo de formação mais difundido sobre o tema de polícia comunitária, incluindo a participação de representantes das comunidades durante suas edições.

Foram iniciados os trabalhos de atualização dos Manuais dos cursos Nacional de Instrutor PROERD e Nacional de Mentor Proerd. Além do Manual do Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária – Sistema COBAN. Encontra-se em andamento a revisão final de 2 grupos de trabalho. O primeiro foi denominado TEPAC Abordagem a pessoas em situação de risco, e tinha como objetivo elaborar e propor a estrutura curricular e o conteúdo do manual didático para orientação aos profissionais de segurança pública que atuarão no enfrentamento ao crack e outras drogas, no contexto do Programa Crack, é possível vencer, no que se refere às diretrizes sobre o uso da força, devidamente orientadas pela Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública.

Previsão de realização para o próximo período:

Realizar o XII Encontro Técnico dos Coordenadores Estaduais de Polícia Comunitária e um seminário para troca de experiências, agregando a participação de coordenações municipais nesses fóruns de discussão. Por fim, serão concluídos grupos de trabalho dirigidos à atualização dos manuais de promotor e multiplicador de polícia comunitária, Instrutor e Mentor PROERD, e Multiplicador COBAN.

Arranjos de Gestão:

Acordos de Cooperação Técnica com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública ou de Defesa Social, para atuação por meio da gestão compartilhada de ações sociais com a comunidade, instituições municipais, distritais, estaduais, federais, por meio da atuação de profissional treinado, cuja estratégia é focada nas prioridades apresentadas pela comunidade, com o intuito de estabelecer uma relação de proximidade com a população, não apenas para ouvir as sugestões apresentadas por estes, como, também, incentivando a comunidade na construção de soluções para a violência e criminalidade em âmbito local.

Quantidade alcançada

27

**Data de Referência**

31/12/2014

• Apoio a 200 projetos estaduais, distrital e municipais de prevenção à violência e criminalidade, incluindo os Projetos Protejo e Mulheres da Paz**Análise Situacional da Meta**

Desde 2011 são destinados recursos a partir da publicação de Editais de Chamamento Público, em que são estabelecidos critérios para a seleção e habilitação de propostas alinhadas com outras políticas governamentais, considerando as temáticas de gênero, criança e adolescente, população em situação de rua, orientação sexual e raça/etnia, localização em territórios definidos em outros projetos prioritários, tais como faixa de fronteira e com maior concentração de homicídios, assim como a existência de fóruns de participação social, tais como conselhos de políticas de direitos. Os referidos editais são imprescindíveis para tornar mais transparente e objetiva a transferência de recursos entre a União e as Unidades da Federação, buscando também um maior comprometimento destas na elaboração de projetos adequados à realidade local, bem como reduzir os fatores de risco para os segmentos em situação de vulnerabilidade à violência.

Principais realizações do período:

No primeiro semestre foram elaborados os Editais de Chamamento Público tanto para os projetos de prevenção à violência e criminalidade, quanto para os projetos Protejo e Mulheres da Paz. Além disso, foram analisadas emendas parlamentares de propostas voltadas à prevenção da violência e da criminalidade.

No segundo semestre foram publicados estes editais. O primeiro voltado às ações de prevenção à violência onde foram enviadas para análise 230 propostas, sendo 37 habilitadas e 25 conveniadas. Já no edital para implementação dos projetos Mulheres da Paz & PROTEJO, foram aprovadas e conveniadas 10 propostas das 86 enviadas para análise. Neste ano, foram apoiados 35 projetos.

Além disso, no segundo semestre de 2014 foi lançada uma Portaria para Fortalecimento e Estruturação de Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, nas Casas da Mulher Brasileira, do Programa Mulher, Viver Sem Violência, da SPM/PR, nas capitais dos estados de BA, CE, ES, MA, SP, MS e no DF. Apenas o DF não apresentou proposta. Os demais 06 Estados apresentaram projetos foram aprovados e resultaram em convênios.

Previsão de realização para o próximo período:

Publicação dos Editais, análise das propostas e celebração dos convênios.

Arranjos de Gestão:

As ações de prevenção são trabalhadas de maneira transversal, assim como os critérios de habilitação dos projetos apresentados pelas Unidades Federadas, com todos os programas prioritários do Governo Federal, com prioridade para os desenvolvidos pelo próprio Ministério da Justiça (Brasil Mais Seguro, Crack, é possível vencer e Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras), ao enfrentamento da violência contra a mulher (Secretaria de Políticas para Mulheres) e o tráfico de pessoas (Secretaria Nacional de Justiça/MJ); políticas voltadas à população em situação de rua, segmento LGBT, criança e adolescente (Secretaria de Direitos Humanos) e políticas para a juventude, em especial a juventude negra, maior vítima dos crimes de homicídio (Secretaria Geral da Presidência e Secretaria Nacional de Juventude). Os projetos procuram inserir os conteúdos e peculiaridades de cada um destes grupos nas ações de segurança pública, seja em serviços específicos de atuação policial, como, no caso das Delegacias



Especializadas de Atendimento à Mulher ou à Criança e Adolescente, quando no desenvolvimento de projetos locais de prevenção.

Realização de videoconferências para esclarecimento de quesitos constantes no Edital, no sentido de minimizar o número de propostas que não são habilitadas para análise; realização de cursos de Convivência e Segurança Cidadã para gestores e profissionais de segurança pública estaduais, distritais e municipais, com objetivo de qualificar esses profissionais a construir planos e projetos de segurança cidadã estruturados.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

- Sobrecarga para análise de projetos, monitoramento das ações e dos resultados dos projetos apoiados;
- Falta de interesse político dos entes federados em implementar projetos voltados a prevenir a violência e criminalidade em detrimento às ações de repressão; e
- Baixa qualidade dos projetos apresentados pelos entes federados.

Quantidade alcançada

124

Data de Referência

31/12/2014

• Elaboração do Pacto pela Redução de Crimes Violentos "Brasil Mais Seguro", abrangendo as 27 UFs

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal lançou em 2012 o Programa de Redução da Criminalidade Violenta, denominado Brasil Mais Seguro, que tem como objetivo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focado na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública).

As ações do programa levam em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada e as diretrizes do pacto federativo. As ações a serem empreendidas são construídas juntamente com os governos locais (Estado, Distrito Federal e Município), conforme diagnósticos prévios. Os resultados da pactuação são então definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa.

A premissa do Programa é fortalecer ações já desenvolvidas pelos entes federados voltadas para redução dos crimes violentos letais intencionais, levando-se em conta o ranking da taxa de homicídios e as desigualdades regionais. Os eixos de atuação são: Gestão Integrada e Governança, Fortalecimento da Segurança Pública Estadual, Controle de Armas, Ações de Prevenção e Articulação com o Sistema de Justiça Criminal.

No final de 2013 foram empenhados diversos convênios com os estados beneficiados pelo Programa Brasil Mais Seguro, com repasse parcial dos recursos empenhados. Temos a seguinte situação:

- Alagoas, dos 15 convênios firmados, 05 tiveram os recursos repassados;
- Paraíba, dos 20 convênios firmados, 06 tiveram os recursos repassados;
- Sergipe, dos 14 convênios firmados, 12 tiveram os recursos repassados;
- Rio Grande do Norte, dos 17 convênios firmados, apenas 03 tiveram o recurso repassado.
- Goiás teve 07 convênios firmados no âmbito do Programa.

Em abril de 2014, equipe da SENASP realizou visita técnica aos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e



Sergipe, para monitoramento das ações do programa e atualização das matrizes de responsabilidade.

Durante as visitas, a equipe se reuniu com os gestores do programa no estado, bem como, realizou visitas in loco às delegacias de homicídios, delegacias de atendimento à mulher, à criança e ao adolescente.

A partir do monitoramento realizado, as verificações apontadas durante as visitas foram encaminhadas aos Secretários de Segurança de cada estado, com solicitação de providências no cumprimento das ações pactuadas em cada Matriz de Responsabilidades. Por meio dos ofícios, também, foi enviado o fluxo de comunicação que deverá ser seguido entre os estados e a Senasp, para manter regularidade no envio das informações sobre o desenvolvimento da Matriz.

Em novembro e dezembro de 2014 foram realizadas novas visitas técnicas aos estados de Alagoas, Sergipe e Paraíba. Nas visitas verificou-se que os estados avançaram na execução dos convênios em que houve o repasse e no cumprimento das ações da Matriz de Responsabilidades do Programa Brasil Mais Seguro. Contudo, a maior parte dos projetos estarão em funcionamento apenas no segundo trimestre de 2015.

Previsão de realização para o próximo período:

Realização de um encontro com os gestores estaduais para avaliação do Programa Brasil Mais Seguro.

Arranjos de Gestão:

O programa é desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e pela Secretaria da Reforma do Judiciário, mas, no momento da pactuação, são considerados nas discussões com os entes federados a integração das ações com os demais projetos prioritários do governo federal. Além disso, nos Estados em que há uma incidência maior nos homicídios de jovens negros, também está sendo implementado o Programa Juventude Viva (agrega projetos de diversos Ministérios, com vistas a reduzir as condicionalidades de violência contra jovens negros), articulado pela Secretaria Geral da Presidência da República.

Nos estados a execução é acompanhada e avaliada no âmbito dos Gabinetes de Gestão Integrada, em reuniões mensais com participação do Ministério da Justiça.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

- Dificuldades das unidades federadas para cumprirem as contrapartidas não financeiras, especialmente no que concerne a recursos humanos suficientes para o desenvolvimento das ações previstas no programa;
- Demora na definição dos estados priorizados para a realização das ações de pactuação;
- Sobrecarga no âmbito do Ministério da Justiça para expansão do programa para as demais unidades federadas;
- Em razão da preparação e realização da Copa do Mundo, não foi possível o desenvolvimento de novas pactuações e o adequado monitoramento do Programa.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

• Implantação de 100 Gabinetes de Gestão Integrada Municipal

Análise Situacional da Meta

Em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD foram realizadas consultorias técnicas para atualização dos documentos referenciais dos Gabinetes de Gestão Integrada, em especial o municipal,



com vistas a entregar aos gestores instrumentos que os auxiliem na implantação destes órgãos de gestão, e torná-los mais operativos e eficientes na discussão da política pública local de enfrentamento à violência e criminalidade, com enfoque especial na prevenção.

Para o apoio a projetos voltados à implementação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGI-M), foi elaborado Edital de Chamamento Público para a seleção de propostas. O referido edital é imprescindível para tornar mais transparente e objetiva a transferência de recursos entre a União e as Unidades da Federação, buscando também um maior comprometimento destas na elaboração de projetos adequados à realidade local.

O número reduzido de projetos apoiados em 2012, 2013 e 2014 se justifica pela necessidade de reformulação do formato de GGIs-M que culminaram com a formulação de uma Portaria que estabelece diretrizes para implantação e funcionamento destes órgãos de gestão.

No primeiro semestre de 2014 foi publicada a Portaria nº 01/2014, em 20 de janeiro de 2014 que disciplina os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais, Estaduais e de Fronteira, respectivamente GGI-Ms, GGI-Es e GGI-Fron's, e é a primeira norma específica regulamentando os GGIs, que estabeleceu o conceito de GGI, os tipos de Gabinetes de Gestão Integrada (GGI-M; GGI-E e GGI-Fron), composição mínima, atribuições, bem como diretrizes para o seu funcionamento.

Além disso, no segundo semestre de 2014 foi elaborado o “Guia de funcionamento, com marco teórico conceitual e diretrizes para o funcionamento dos Gabinetes de Gestão Integrada”. O Guia, que será publicado ainda no primeiro trimestre de 2015, representará a mais sólida publicação sobre Gestão Integrada e GGIs produzida pelo Governo Federal, e se destina a Secretários Estaduais e Municipais de Segurança Pública, bem como, aos Secretários Executivos dos GGIs.

Ainda no segundo semestre de 2014, foi elaborada a Cartilha para GGIs. A Cartilha é um documento mais sucinto, voltado para os integrantes dos GGIs e demais atores locais que dialogam com a temática.

Outra importante ferramenta desenvolvida no segundo semestre de 2014 foi o InfoGGI. O Sistema, desenvolvido com o apoio técnico do Sinesp/SERPRO é um Sistema de Informações sobre Gabinetes de Gestão Integrada, que disponibiliza funcionalidades para planejamento e registro de reuniões do pleno, das câmaras técnicas e temáticas, registro e acompanhamento das ações pactuadas, emissão de relatórios das atividades do GGI e de participação dos membros, rede de contatos dos GGI's existentes pelo Brasil para intercâmbio de informações e experiências e representa a criação de um canal de diálogo permanente entre os GGI's e a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.

Ainda em 2014, 78 (GGI-Ms, GGI-E, GGI-Fron e GGI-I) já aderiram ao Sistema. Destes, 67 são GGIs Municipais. A meta é de que até o final de 2015 os aproximadamente 300 GGIs ativos tenham aderido ao InfoGGI.

Para garantir a adesão ao Sistema foram realizadas Oficinas estaduais para adesão ao InfoGGI nos estados do RS, PR e SC.

Previsão de realização para o próximo período:

- Publicação dos materiais técnicos elaborados a partir de consultorias realizadas;
- Acompanhamento in loco de GGIs-M já implementados;
- Publicação de novos Editais de Chamamento Público para apresentação de propostas voltadas à implantação de



GGIs- M.

- adesão dos 245 GGIs restantes ao InfoGGI;
- realização de 06 oficinas estaduais para adesão ao InfoGGI;
- realização de um Seminário Nacional de GGIs, onde será oficialmente lançado o InfoGGI.
- realizar o mapeamento dos GGIs existentes no país.

Arranjos de Gestão:

As ações de prevenção são trabalhadas de maneira transversal com todos os programas prioritários do Governo Federal de responsabilidade do Ministério da Justiça, pautando os referidos Gabinetes no acompanhamento dos resultados das ações implementadas. É importante destacar que o GGI-M prevê a participação de outras áreas técnicas, para além da segurança pública, visando a integração das políticas públicas, interlocução entre as ações desenvolvidas e compartilhamento de resultados.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

- Dificuldade dos executivos municipais atuarem sob a perspectiva da gestão da política pública;
- Dificuldade de integração de outras políticas públicas, especialmente com o tema da segurança pública;
- Menor grau de interesse dos entes federados em implementar projetos voltados a prevenir a violência e criminalidade em detrimento às ações de repressão;
- Baixa qualidade dos projetos apresentados pelos entes federados, em desacordo com as diretrizes e linhas de financiamento dos editais publicados.

Quantidade alcançada

72

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar o policiamento ostensivo de proximidade nas 27 Unidades da Federação, especialmente nas cenas de uso do crack, com 210 Bases Móveis Comunitárias e seus respectivos materiais de apoio (420 veículos, 420 motocicletas, 4.200 pontos fixos de videomonitoramento e 42.000 equipamentos de menor potencial ofensivo) - Plano Crack, é possível vencer**

Análise Situacional da Meta

A meta foi implantada em 2013 tendo em vista a necessidade de tempo para a tramitação dos processos de aquisição direta dos equipamentos, os quais foram iniciados em janeiro de 2012 e finalizados em março/2013. Em 2013 foram também realizadas cinco videoconferências regionais, com vistas a apresentar de forma mais detalhada o Programa para os municípios acima de 200 mil habitantes, sensibilizando-os para a necessidade de adesão ao mesmo. No primeiro semestre de 2014, o monitoramento da execução dos contratos referentes aos equipamentos a serem doados pelo Programa foi intensificado. Foram realizadas visitas de acompanhamento da execução das diferentes ações, assim como foram realizadas oficinas de alinhamento conceitual com gestores e técnicos envolvidos no Programa, nos diferentes eixos envolvidos.

O Programa foi expandido para municípios que possuem mais de 200 mil habitantes. Já aderiram 119 municípios, além dos 26 Estados e do Distrito Federal. A Senasp iniciou os processos de aquisição dos equipamentos relativos aos anos de 2013 e 2014, no primeiro semestre de 2013, executando-os ao longo do primeiro e segundo semestres de 2014: 140 bases comunitárias, 140 sistemas de videomonitoramento, 7.000 armas, 21.000 equipamentos de menor potencial ofensivo, 280 sedans e 280 motocicletas.

Foi concluído o Caderno de Diretrizes das Bases Comunitárias Móveis com Videomonitoramento, pelo Grupo de



Trabalho para este fim constituído, em Agosto de 2014, e apresentado no XI Encontro Técnico de Coordenadores de Polícia Comunitária, realizado em Campo Grande-MS no mês de agosto. Dessa forma o Caderno foi amplamente divulgado para todas as Unidades Federativas e disponibilizado para possíveis sugestões de alterações. Após a coleta das sugestões o material foi atualizado, sendo disponibilizado ao Depaid em dezembro de 2014 para propostas de alteração. Após estas propostas de melhorias, o Caderno de Diretrizes aguarda licitação para a impressão do material. Destarte, o Caderno de Diretrizes serviu e continuará servindo para referenciar a implantação dos equipamentos e fornecer subsídios à intersectorialidade do Programa sob o ponto de vista do eixo autoridade bem como permitiu e permitirá a realização do acompanhamento pela Senasp da implantação do policiamento ostensivo e de proximidade a partir das diretrizes em epígrafe.

Além disso, foram estabelecidos os referenciais de monitoramento supracitados, constantes do relatório de serviço das Bases Comunitárias Móveis com Videomonitoramento (BCMV), que será preenchido digitalmente pelos Gestores das BCMVs após o término do serviço, no software que teve o início de sua elaboração pelo Serpro em Setembro de 2014 e será hospedado no ambiente SINESP.

Efetivou-se com assinatura de Termo de Adesão a adesão de quatro novos municípios ao Programa: Vila Velha, Serra e Cariacica/ES e Rio Grande/RS.

Previsão de realização para o próximo período:

Fortalecer as ações de gestão e fiscalização, quanto à instalação e utilização dos equipamentos de segurança pública em cada área atendida, além de acompanhar a articulação entre os órgãos envolvidos na execução direta das atividades de implementação e a integração entre as redes.

Reavaliar os critérios para adesão de novos entes federados, com vista ao cumprimento da meta, em relação aos quatorze municípios priorizados que ainda não tiveram interesse em aderir ao Programa.

Monitorar a produtividade dos serviços de policiamento comunitário nas áreas atendidas pelo Programa, de acordo com cenários comparativos dos municípios que aderiram ao Programa e municípios que não pactuaram, considerando ainda os aspectos qualitativos que reflitam a atuação integrada com as redes de saúde e assistência social.

Arranjos de Gestão:

Em relação à conexão com outras políticas públicas, destaca-se no contexto do Programa Crack, é possível vencer, que o plano se propõe a induzir a integração entre as redes de saúde, de assistência social, de segurança pública, de educação e do sistema de garantia de direitos, nos diferentes níveis de governo e com a participação da sociedade civil. Em outras palavras, a estratégia de governança do programa abrange a articulação da União, dos Estados e dos Municípios, em campos temáticos específicos, com suas características, práticas e atores, cuja interseção é o alinhamento, conceitual e de processos, sobre uma política de drogas.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Morosidade nos processos de aquisição, demora na definição do gestor das bases por parte do Ente Federado, falta de iniciativa dos gestores locais na articulação das diferentes áreas para o atendimento das demandas de uso.

Quantidade alcançada

27

**Data de Referência**

31/12/2014

• Induzir a entrega voluntária de 90.000 armas de fogo pela população**Análise Situacional da Meta**

Em 2004, o Governo Federal lançou a primeira Campanha Nacional do Desarmamento, que, até 23 de outubro de 2005, recolheu cerca de 453 mil armas de fogo. Naquela data, foi realizado no Brasil referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições. O referendo garantiu o comércio de armas (com 63,94% dos votos válidos) e o Estatuto consolidou uma legislação rígida de controle, além de prever a realização permanente de campanhas educativas pelo desarmamento. Em 2007, o Governo Federal retomou o tema e lançou nova campanha, a partir da publicação da Lei do Pronasci. Mais do que retirar armas de circulação, a campanha buscou promover a regularização do registro de armas brasileiras. A Campanha alcançou as marcas de 420.624 armas registradas em 2008 e 1.131.657 em 2009, totalizando regularização de 1.552.281 armas de fogo.

Com esse mesmo escopo, o Ministério da Justiça, no âmbito da política permanente de desarmamento do Governo Federal, que auxilia no combate ao crime organizado e a crimes transnacionais, lançou a Campanha Nacional de Desarmamento 2011, intitulada “Tire uma arma do futuro do Brasil”, vislumbrando superar o número de recolhimentos de armas verificadas nas campanhas anteriores.

O lançamento da Campanha em 2011, pelo Ministério da Justiça, ocorreu no dia 06 de maio de 2011, na cidade do Rio de Janeiro e terá caráter permanente, em razão do advento da Medida Provisória 417/2008, convertida na Lei 11.706/2008.

A partir de 2012, a ação passa a integrar o escopo do Programa Brasil Mais Seguro, no eixo controle de armas, o qual prevê a continuidade da campanha de entrega voluntária de armas de fogo pela população, mediante pagamento de indenização, por tempo indeterminado. Ainda em 2012 foi editada Portaria reajustando os valores das indenizações pagas à população, tal fato contribuiu para um aumento de 14% nas entregas em 2013, em relação ao ano de 2012. Em 2014, houve uma significativa redução do número de armas de fogo entregues, reflexo da falta de uma campanha em mídia para estímulo da população para a entrega voluntária, não tendo também havido algum fato novo, como em 2012 o aumento do valor da indenização.

Principais realizações do período :

De janeiro a dezembro de 2014, foram entregues 16.565 armas de fogo, sendo realizado semanalmente relatório de acompanhamento das armas entregues em cada Estado.

Resultado acumulado de entrega de armas até 31 de dezembro de 2014:

PERÍODO ARMAS RECEBIDAS

2012: 27.316

2013: 31.269

2014: 16.565

TOTAL: 75.150

Previsão de realização para o próximo período:

Pretende-se fomentar em 2015, por meio do eixo da prevenção no Programa Brasil Mais Seguro, junto aos estados e



municípios, projetos para implementação de postos volantes ou itinerantes para que se desloquem até áreas afastadas ou bairros mais violentos, com o objetivo de induzir a entrega voluntária de armas pela população.

Arranjos de Gestão:

As ações da campanha do desarmamento são realizadas pelos estados, Distrito Federal e municípios que aderiram a Campanha por meio de Acordo de Cooperação e também pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal. Em 2013, no âmbito das ações de prevenção do programa Brasil Mais Seguro, foram previstos projetos para aquisição de postos volantes do desarmamento (Vans ou ônibus customizados que percorrem as cidades recolhendo armas da população). Os estados de Alagoas, Paraíba e Sergipe receberam recursos para desenvolvimento desses projetos. A campanha é de entrega voluntária de armas, ou seja, depende da vontade do cidadão se dirigir até os postos de desarmamento para efetuar a entrega de sua arma. Contudo, como a campanha é permanente, espera-se arrecadar um quantitativo de armas igual ou superior ao exercício de 2014. Nesse sentido, é necessário realizar ações também permanentes para a sensibilização e mobilização da população para a entrega voluntária de armas de fogo. Implantação do Sistema Desarma desenvolvido pela Polícia Federal e Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do Ministério da Justiça.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

- Diminuta força de trabalho para acompanhamento e fiscalização das ações implementadas;
- Falta de campanhas publicitárias permanentes de conscientização da população;
- Lobby da indústria armamentista contra o desarmamento;
- Resistência da sociedade em aceitar a campanha, ocasionada pela cultura bélica e pelo imaginário que a arma pode resultar em alguma proteção à pessoa.
- Sistema Desarma, administrado pela CGTI/MJ, instável, com períodos fora do ar.
- Tramitação do Projeto de Lei nº 3722/2012, que altera o Estatuto do Desarmamento.

Quantidade alcançada

75.150

Data de Referência

31/12/2014

- **Reduzir os índices de letalidade na atuação dos profissionais de segurança pública e privada, desenvolvidas principalmente nos territórios pobres e de maioria negra, visando à eliminação da letalidade**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do programa Juventude Viva, com articulação intersetorial entre o Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Juventude, a SEPPIR e Casa Civil da Presidência da República, estão sendo desenvolvidas ações que prevêm atuação em bloco do conjunto do Governo, por meio da priorização das ações interministeriais (existentes e novas) para fortalecimento da presença do Estado nos territórios selecionados, em parceria com Estados, Municípios e entidades da sociedade civil.

Tendo em vista posicionamento da Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR, não há possibilidade de acrescentar qualquer análise à meta.

OBJETIVO: 0835 - Implantar e garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

**Análise Situacional do Objetivo**

No segundo semestre de 2014, com o amadurecimento dos diversos projetos, a partir dos estudos realizados através do Acordo de Cooperação Técnica, ora denominado Termo de Execução Descentralizado, firmado entre o Ministério da Justiça e a Universidade de Brasília, por intermédio da SE/MJ e o CDT/FUB foi possível concluir o novo Plano de Projeto, que resultará na assinatura do 2º Termo Aditivo, previsto para o início de 2015, com termo final em julho de 2016.

Com o aprofundamento desses trabalhos observou-se que alguns artefatos programados em julho de 2013 com conclusão prevista para 2016, somente poderão ser iniciados a partir de 2017, haja vista a precedência necessária de estudos/pesquisas para o respectivo desenvolvimento, a dependência de aprovações das propostas de desenvolvimento no Comitê Gestor do SINRIC e o alinhamento governamental em torno das propostas apresentadas.

Em julho de 2014, foi concluído o Relatório Técnico que abarca os estudos técnicos e pesquisas realizados no primeiro ano de vigência do Termo de Execução Descentralizada.

Os estudos científicos sobre as diferentes biometrias utilizadas no mundo, com a indicação de suas vantagens e desvantagens, concluídos no primeiro semestre, aguardam apresentação e aprovação por parte do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil, para definição dos tipos de biometrias que serão utilizados no processo de identificação biométrica da população brasileira.

Outro ponto de relevante avanço do Programa RIC evidencia-se nos estudos e estratégias para o desenvolvimento e realização da prova de conceito que irá validar os elementos tecnológicos da infraestrutura necessária para implantação do documento RIC.

Foram desenvolvidos estudos e pesquisas cujas conclusões fundamentaram Relatórios Técnicos sobre armazenamento biométrico, técnicas de identificação biométrica pela íris e Pupilometria Dinâmica, panorama geral sobre biometria, levantamento de potenciais aplicações privadas e governamentais, quantidade de parceiros tecnológicos do SINRIC, limitação de acesso ao crédito, tipos de crimes ligados à falsidade de identidade, alternativas de organização de registro de identidade civil, sobre soluções de message queue, barramento de serviços, infraestrutura tecnológica com foco para arquitetura orientada a serviços, parcial sobre modelos de armazenamento de dados e desempenho do uso de criptografia, aquisição da ferramenta de avaliação da qualidade da fotografia, levantamento e avaliação de comunicação – 3º trimestre de 2014, manual de gerenciamento de crises, modelo para mapeamento de processos, padronização para mapeamento de processos, dentre outros temas objeto de estudos.

Deve-se ressaltar, contudo, que outros estudos conforme previstos no novo Plano de Trabalho são fundamentais para composição do cabedal de conhecimentos necessários à adequada implantação de um Programa de elevada complexidade técnica e de inúmeros desafios pela sua transversalidade e diversidade de atores e interesses institucionais envolvidos. Para o avanço do programa, além da questão de definição do modelo nacional de implantação que impacta sua execução, há necessidade de esforços tanto em termos do estabelecimento de estrutura organizacional, como aporte de recursos humanos e financeiros que viabilizem o programa.

Metas 2012-2015

• 1 Unidade Central do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil em Brasília/DF, integrada à infraestrutura do Instituto Nacional de Identificação**Análise Situacional da Meta**

Com base nos estudos em curso prevê-se alteração na meta para o PPA – 2016-2019.



Foi firmado Termo de Cooperação com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), ora denominado Termo de Execução Descentralizada, em julho de 2013 o qual inclui estudos sobre a sustentabilidade do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil, o que contempla propostas para a estrutura organizacional necessária à gestão e financiamento para viabilizar a implantação do número único de Registro de Identidade Civil - RIC no Brasil.

• **70.000.000 de Cartões de Registro de Identidade Civil emitidos**

Análise Situacional da Meta

O projeto se encontra em reformulação, estando pendentes diversas ações prévias à retomada da emissão do documento RIC, ainda sem previsão.

Com base nos estudos que estão em curso prevê-se alteração na meta para o PPA – 2016-2019.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil implantado**

Análise Situacional da Meta

Foi firmado Termo de Cooperação com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), ora denominado Termo de Execução Descentralizada, em julho de 2013, para identificar, mapear e desenvolver parte dos processos e da infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a implantação do número único de Registro de Identidade Civil - RIC no Brasil, sendo que uma das entregas deste Termo serão os requisitos e especificações necessárias para contratação, desenvolvimento, implantação e testes do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil (CANRIC).

• **Unidades Regionais do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil implantadas em Órgãos de Identificação das unidades da federação, abrangendo as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul**
Análise Situacional da Meta

FFoi firmado Termo de Cooperação com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), ora denominado Termo de Execução Descentralizada, em julho de 2013, para identificar, mapear e desenvolver parte dos processos e da infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a implantação do número único de Registro de Identidade Civil - RIC no Brasil, sendo que uma das entregas deste Termo serão os requisitos e especificações necessárias para contratação, desenvolvimento, implantação e testes do Sistema de Cadastramento Biográfico e Biométrico Estadual (SCBBE).



PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita	unidade	31/12/2010	378.176	31/10/2014	1.413.497
% de processos de execuções fiscais em relação ao total de processos	%	31/12/2009	31,06	31/12/2013	69,26
Número de habitantes com renda até 3 salários mínimos por defensor público	unidade	31/12/2008	32.044	31/12/2013	56.620
Número de processos administrativos relativo à apuração de conduta concluídos pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.	unidade	31/12/2010	88	15/12/2014	960
Número de processos de apuração de infrações contra a ordem econômica julgados pelo CADE	unidade	31/12/2010	71	30/11/2014	52
Números de Procons municipais integrados ao SINDEC	%	31/12/2010	39	12/12/2014	362
Percentual de pessoas acima de 18 anos que estão em situação de conflito nos últimos 5 anos e não procuram a Justiça devido a resolução do problema por meio de mediação e conciliação	%	31/12/2009	27,6	-	-
Taxa de congestionamento das execuções fiscais	%	31/12/2009	90	31/12/2013	91
Taxa de pessoas que não procuram a Justiça devido à morosidade, custo, distância, desconhecimento e falta de credibilidade da Justiça ou por medo da outra parte envolvida	%	31/12/2009	41,1	-	-
Taxa de resolutividade de conflitos - Juizados Especiais	%	31/12/2009	55,6	-	-
Taxa de resolutividade de conflitos - Justiça	%	31/12/2009	43,5	-	-
Taxa de resolutividade de conflitos - Procons	%	31/12/2009	69,4	-	-
Taxa geral de resolutividade de conflitos	%	31/12/2009	49,2	-	-

Observações:

Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita - Fonte: Processo Eletrônico de Assistência Jurídica/E-paj EXERCÍCIO DE 2014

* O número total de atendimento é apurado pela soma das seguintes fases: primeiro atendimento do assistido; atendimento de retorno do assistido; número de audiências e sustentações orais; pareceres de arquivamento por inviabilidade jurídica, comunicações e ofícios expedidos nos PAJs e petições e manifestações judiciais e extrajudiciais.

% de processos de execuções fiscais em relação ao total de processos - Foi publicada atualização do indicador no relatório Justiça em Números 2014, disponível no link ftp://ftp.cnj.jus.br/Justica_em_Numeros/relatorio_jn2014.pdf

Total de processos de execução fiscal: 34.141.555

Total de processos tramitados: 49.292.103

**Plano
Mais Brasil**

Número de habitantes com renda até 3 salários mínimos por defensor público - O número de pessoas com rendimento mensal até três salários-mínimos por cargo existente de defensor público no Brasil é 18.336. No entanto, essa proporção sobe para 56.620 quando a comparação é feita com cargos providos.

Fonte: ANADEP, 2013; IBGE, Censo 2010, pág. 55. (Mapa da Defensoria Pública no Brasil)

Disponível no link: <http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria/defensoresnosestados>

Número de processos de apuração de infrações contra a ordem econômica julgados pelo CADE - Cade em números, atualizado até novembro de 2014. O número refere-se a soma dos processos AP (Averiguações Preliminares) e PA (Processos Administrativos), que são as suas espécies de processos que tratam de apuração de infrações contra a ordem econômica.

Disponível no Link: <http://www.cade.gov.br/Default.aspx?d556d659a766a684dc7d>

Números de Procons municipais integrados ao SINDEC - Dados disponíveis no link: <http://portal.mj.gov.br/SindecNacional/>

Percentual de pessoas acima de 18 anos que estão em situação de conflito nos últimos 5 anos e não procuram a Justiça devido a resolução do problema por meio de mediação e conciliação - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.

Taxa de congestionamento das execuções fiscais - Foi publicada atualização do indicador no relatório Justiça em Números 2014, relativo aos anos de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, os quais foram de 87%, 91%, 90%, 89% e 91%, respectivamente.

Disponível no link ftp://ftp.cnj.jus.br/Justica_em_Numeros/relatorio_jn2014.pdf

Taxa de pessoas que não procuram a Justiça devido à morosidade, custo, distância, desconhecimento e falta de credibilidade da Justiça ou por medo da outra parte envolvida - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.

Taxa de resolutividade de conflitos - Juizados Especiais - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.

Taxa de resolutividade de conflitos - Justiça - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.

Taxa de resolutividade de conflitos - Procons - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.

Taxa geral de resolutividade de conflitos - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.

OBJETIVO: 0867 - Garantir e promover o direito à reparação, à memória e à verdade, por meio da análise de requerimentos de anistia política e da formulação, gestão e fomento de políticas públicas e projetos para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A Comissão de Anistia (CA) foi instituída no âmbito do Ministério da Justiça (MJ) pela Lei nº 10.559/2002, com a finalidade de examinar os requerimentos de anistia política e assessorar o Ministro de Estado de Justiça em suas decisões. O estabelecimento desse órgão tornou efetivo o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que dispõe que será "... concedida anistia política aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data de promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção...".

Mas muito além da dimensão individual de reconhecer a cada requerente sua condição de anistiado político e o direito às reparações morais e econômicas, compensando prejuízos causados pelo arbítrio estatal o MJ, por meio da CA, tem cumprido a função pública de aprofundar o processo democrático brasileiro a partir da busca de valores próprios da Justiça de Transição: o direito à reparação, à memória e à verdade. E suas ações, destaque-se, inserem-se em um contexto maior de políticas do Estado brasileiro, organizadas e estruturadas no eixo Direito à Memória e à Verdade do Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 7.037/2009.

Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política

Reparação material



A política de reparação econômica de caráter indenizatório, baseada na Lei nº 10.559/2002, prevê prestação mensal, permanente e continuada aos anistiados políticos que conseguem comprovar a existência de vínculos laborais à época das violações de seus direitos. Já a reparação em prestação única é concedida aos anistiados que tiveram seus direitos violados, porém, não conseguem comprovar perda de vínculo empregatício.

Ao longo de seu período de funcionamento, a Comissão recebeu aproximadamente 74.000 requerimentos, dos quais cerca de 64.000 já foram apreciados.

No ano de 2012, foi celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o então Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), atual Falconi Consultores de Resultado, um contrato de prestação de serviços, cujos eixos de trabalho estabelecidos, priorizados pela Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), incluíam a CA. A Consultoria objetivava gerar maior agilidade na tomada de decisões e no julgamento dos processos de anistia política. Naquele ano, a Comissão julgou 1.825 processos, tendo superado a meta de julgamento de 1.706 processos.

Em 2013, a CA julgou 1.380 processos – 1.019 em sessões de turma, 290 em plenárias e 71 em sessões realizadas no âmbito das Caravanas da Anistia. Foram também analisados 468 processos de decisão monocrática, o que totaliza 1.848 processos apreciados no ano.

Em 2014, a Comissão julgou 1.192 processos – 551 em sessões de turma, 554 em plenárias e 87 em sessões realizadas no âmbito das Caravanas da Anistia. Foram também analisados 398 processos de decisão monocrática, o que totaliza 1.590 requerimentos apreciados no ano.

Assim, no acumulado do período de abrangência desse PPA, até 31 de dezembro 2014, a Comissão julgou 5.263 processos.

Para conferir maior celeridade e segurança ao trâmite processual de requerimentos de anistia, em 2014, a Comissão deu continuidade ao processo de digitalização de seu acervo, que foi iniciado em 2012. Até 31 de dezembro de 2014, a CA digitalizou 98,3% de seu acervo.

Outra ação de destaque iniciada em 2012 foi o desenvolvimento do SINCA, sistema gerencial de tramitação de requerimentos de anistia, que ficou suspenso até o primeiro semestre de 2014, quando foi repriorizado e foram retomadas as atividades para seu desenvolvimento.

Reparação moral

Caravanas da Anistia: são sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia, seguidas de atividades educativas e culturais. Em 2014, foram realizadas 11 Caravanas que percorreram diversas regiões do Brasil. No acumulado, a partir de janeiro de 2012, foram realizadas 35 Caravanas da Anistia.

Projeto Marcas da Memória: instituído em 2008, tem como objetivo dar visibilidade à memória das vítimas, construindo um acervo de fontes orais e audiovisuais com critérios teóricos e metodológicos próprios de registro e organização. Tal acervo será, no futuro, disponibilizado para consulta pública e pesquisa no Centro de Documentação do Memorial da Anistia Política do Brasil. No acumulado a partir de 1º de janeiro de 2012, foram firmados 29 instrumentos de repasse com objetos relacionados à temática da anistia e da Justiça de Transição.

Projeto Clínicas do Testemunho: concebido em 2012, visa selecionar projetos da sociedade civil para formação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados por violência de Estado entre os anos de 1946 e 1988, que contemplem as dimensões de atenção às vítimas, capacitação profissional, e geração de insumos de referência para aproveitamento profissional múltiplo em novas experiências. Naquele ano, foram celebrados quatro convênios que se encontram ainda em execução, e cuja vigência se estende até junho de 2015. Houve também a adesão da Clínica



implementada em Pernambuco, no âmbito do Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência da Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos, sem aporte de recursos por parte da CA, o que deu início à Rede Clínicas do Testemunho. Até 31 de dezembro de 2014, as quatro Clínicas apoiadas pela Comissão de Anistia já promoveram mais de 4.000 atendimentos terapêuticos, e já realizaram 450 horas de capacitação para profissionais de diversas áreas. Ainda, realizaram eventos de divulgação pública do projeto e sua metodologia, com alcance de cerca de 1.900 pessoas, abrindo espaço para o debate e a reflexão sobre as marcas psíquicas deixadas pela violência de Estado.

Memorial da Anistia Política do Brasil: criado no âmbito do MJ em maio de 2008, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), trata-se da construção de um espaço de memória e consciência, com sede na cidade de Belo Horizonte, destinado a preservar o legado e o acervo da CA, bem como a servir de instrumento simbólico de reparação moral e coletiva àqueles que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados durante os governos ditatoriais.

Desde dezembro de 2012, a empresa de engenharia contratada vem dando andamento ao cronograma físico-financeiro elaborado e, em 2013, foi contratada a empresa responsável pelo projeto museográfico, área em que se avançou em 2014 (foram contratados, via PNUD, 2 consultores especializados em museografia, que devem apoiar a produção da exposição de longa duração). Em 2014, no âmbito do projeto do Memorial, foi firmado o Quinto Aditivo ao Termo de Cooperação nº 01/2009, estendendo sua vigência de 8 de outubro de 2014 a 31 de dezembro de 2015.

No que tange aos recursos investidos, em 2014, a CA repassou para a UFMG R\$ 7.392.000,00. Assim, o valor total repassado equivale a R\$ 20.487.098,06, o que corresponde a 80% do valor atualizado do projeto (R\$ 25.666.282,44). Parte dos recursos repassados neste ano é oriunda de emenda parlamentar.

Outra importante iniciativa no âmbito da memória foi a assinatura, em 2012, de acordo de cooperação com a entidade italiana Fundação Lelio e Lesli Basso. Tal acordo teve como objetivo digitalizar, sistematizar e disponibilizar cópia dos documentos do Tribunal Russel II, que organizou na Itália sessões de denúncia à repressão na América Latina no período de 1974 a 1976. Foram digitalizadas cerca de 70 mil páginas desse acervo inédito, que deverá compor também o Centro de Documentação do Memorial da Anistia.

Em 2013, foi elaborado o projeto Memorial Virtual da CA, a fim de possibilitar o acesso da sociedade às informações do acervo da CA, e criar condições para a produção de pesquisas. Para viabilizar o projeto, foram adquiridos equipamentos e softwares. Em 2014, foi finalizada a base única de informações referentes aos requerimentos de anistia, o redesenho dos processos de trabalho com vistas à tramitação dos documentos digitalizados. Além disso, está em elaboração o vocabulário controlado e a política de acesso às informações da CA. Após sua implantação, o acervo da CA estará organizado, indexado e disponível para consultas ao público.

Em relação à ampla articulação que a CA leva a cabo para a troca de experiências e informações no âmbito dos direitos humanos e da Justiça de Transição (com o apoio do Prodoc BRA 08/021), entre os anos de 2012 e 2014 a CA participou de mais de 50 eventos realizados no Brasil e no exterior, seja como organizadora, apoiadora, ou ainda conferencista, por meio de seus Conselheiros ou servidores. Em 2014, nessa seara, especial destaque deve ser dado à realização, pela CA, do “Ciclo 50 Anos”, que englobou inúmeras atividades alusivas ao cinquentenário do golpe civil-militar.

Além de trabalhar em parceria com a Comissão Nacional da Verdade, nos termos da Lei nº 12.528/2011, com objetivo de facilitar o acesso a seus arquivos e o acesso à informação que prevê a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a CA vem firmando, desde 2012, parcerias também com comissões locais e setoriais da verdade. Nesse passo, em 2013, contratou consultoria com conhecimento técnico especializado para prestar apoio a algumas comissões. Os relatórios



finais das pesquisas realizadas foram entregues em 2014. Nesse ano, também foram firmados outros dois Acordos de Parceria.

Finalmente, destaque-se que, no ano de 2013, a Comissão recebeu, após doze anos de atuação com apenas quatro cargos em comissão, nova estrutura composta por quinze cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superior (DAS), o que lhe permitiu a formalização de uma estrutura mais alinhada com as atividades desempenhadas, trazendo consideráveis ganhos de gestão.

Metas 2012-2015

• Digitalizar 60% do acervo da Comissão de Anistia

Análise Situacional da Meta

O projeto do Memorial da Anistia Política do Brasil, criado em maio de 2008 no âmbito do Ministério da Justiça, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com o apoio da Secretaria de Patrimônio da União, a Prefeitura de Belo Horizonte e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem como objetivo construir um espaço de memória e consciência, com sede na cidade de Belo Horizonte, destinado a preservar o legado e o acervo da Comissão de Anistia, bem como a servir de instrumento simbólico de reparação moral àqueles que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados durante os governos ditatoriais.

Em 2012, foram concluídos os projetos executivos finais e a orçamentação das obras para reforma, adaptações ao uso e novas edificações do complexo do Memorial da Anistia. O contrato entre a UFMG e a empresa de engenharia que hoje executa os serviços de construção foi assinado, e as obras foram iniciadas em dezembro daquele mesmo ano. Em 2013, a construtora contratada pela UFMG deu andamento ao cronograma físico-financeiro elaborado, e foi contratada a empresa responsável pelo desenvolvimento do projeto museográfico, área em que se avançou em 2014 (foram contratados, via PNUD, dois consultores técnicos especializados em museografia, que devem apoiar a produção da exposição de longa duração). No que tange aos recursos investidos, em 2014, a Comissão de Anistia repassou para a UFMG R\$ 7.392.000,00. Assim, o valor total repassado equivale a R\$ 20.487.098,06, o que corresponde a 80% do valor atualizado do projeto (R\$ 25.666.282,44). Parte dos recursos repassados neste ano são oriundos de emenda parlamentar.

Outra iniciativa visando à implementação do projeto do Memorial da Anistia foi a edição da Portaria nº 8/2014, de 9 de julho de 2014, que reconheceu a legitimidade da Associação de Amigos do Memorial da Anistia Política do Brasil (AAMA) para apoiar e colaborar com as atividades relacionadas ao projeto, nos termos do art. 50 e seguintes da Lei nº 11.904/2009, e do art. 31 do Decreto nº 8.124/2013.

Quantidade alcançada

9,83

Data de Referência

31/12/2014

• Implantar 01 Observatório de Justiça de Transição: reparação, memória e verdade

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a Comissão de Anistia firmou Acordo de Cooperação Recíproca com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para apoiar o Observatório dos Direitos Humanos daquele estado, que analisa, entre outros temas, a Justiça de Transição.

No ano de 2013, a Comissão de Anistia lançou edital próprio de chamada pública para a seleção de uma universidade federal brasileira interessada em atuar, por 24 meses, como Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), formada ao longo dos anos de 2010 e 2011 com o apoio do “Projeto de cooperação técnica para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional no Brasil” (PRODOC BRA/08/021), firmado entre a Comissão de Anistia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em parceria com o Centro Internacional para a Justiça de Transição – ICTJ. A instituição selecionada foi a Universidade de Brasília (UnB), que firmou termo de cooperação cujos objetivos principais são a manutenção do



Observatório da RLAJT (sítio web) e a promoção de seminários sobre a temática.

No primeiro semestre de 2014, no âmbito do Congresso Internacional “50 Anos do Golpe e a Nova Agenda da Justiça de Transição no Brasil”, ocorrido entre 10 e 14 de março em Recife/PE, aconteceu o lançamento público dos trabalhos que serão desenvolvidos pela Secretaria Executiva da RLAJT. Ainda nesse período, foram selecionados os alunos bolsistas que produzirão as pesquisas sobre a situação da Justiça de Transição na América Latina, e foram definidas as atividades que serão executadas até o final do exercício.

A Secretaria Executiva providenciou em 2014 a contratação de empresa para fazer a hospedagem, atualização e manutenção do sítio eletrônico da Rede, e tem realizado atualizações a partir do segundo semestre de 2014. Foi realizada em São Paulo-SP uma reunião da RLAJT, no âmbito da conferência internacional “Memória: Alicerce da Justiça de Transição e dos Direitos Humanos”. Nessa reunião, foram definidas as prioridades de atuação da Rede em 2015 e aprovadas novas adesões.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar, ampliar e manter o Memorial de Anistia Política do Brasil**

Análise Situacional da Meta

O projeto do Memorial da Anistia Política do Brasil, criado em maio de 2008 no âmbito do Ministério da Justiça, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com o apoio da Secretaria de Patrimônio da União, a Prefeitura de Belo Horizonte e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem como objetivo construir um espaço de memória e consciência, com sede na cidade de Belo Horizonte, destinado a preservar o legado e o acervo da Comissão de Anistia, bem como a servir de instrumento simbólico de reparação moral àqueles que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados durante os governos ditatoriais.

Em 2012, foram concluídos os projetos executivos finais e a orçamentação das obras para reforma, adaptações ao uso e novas edificações do complexo do Memorial da Anistia. O contrato entre a UFMG e a empresa de engenharia que hoje executa os serviços de construção foi assinado, e as obras foram iniciadas em dezembro daquele mesmo ano. Em 2013, a construtora contratada pela UFMG deu andamento ao cronograma físico-financeiro elaborado, e foi contratada a empresa responsável pelo desenvolvimento do projeto museográfico, área em que se avançou em 2014 (foram contratados, via PNUD, dois consultores técnicos especializados em museografia, que devem apoiar a produção da exposição de longa duração). No que tange aos recursos investidos, em 2014, a Comissão de Anistia repassou para a UFMG R\$ 7.392.000,00. Assim, o valor total repassado equivale a R\$ 20.487.098,06, o que corresponde a 80% do valor atualizado do projeto (R\$ 25.666.282,44). Parte dos recursos repassados neste ano são oriundos de emenda parlamentar.

Outra iniciativa visando à implementação do projeto do Memorial da Anistia foi a edição da Portaria nº 8/2014, de 9 de julho de 2014, que reconheceu a legitimidade da Associação de Amigos do Memorial da Anistia Política do Brasil (AAMA) para apoiar e colaborar com as atividades relacionadas ao projeto, nos termos do art. 50 e seguintes da Lei nº 11.904/2009, e do art. 31 do Decreto nº 8.124/2013.

• **Implantar lugares de memória histórica e consciência política nas regiões do país**

Análise Situacional da Meta

Para viabilizar a realização da meta, após seleção por meio de chamada pública, foi celebrado o Convênio nº 773823/2012 com a ONG “ALICE”, que possui vasta experiência com a temática de memorialização, para implementação do projeto Trilhas da Anistia. Esse projeto consiste na implementação de dez monumentos em locais públicos de grande circulação, buscando preservar a memória da anistia de cada local.

Além disso, por meio do “Projeto de cooperação técnica para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional no Brasil” (PRODOC BRA/08/021), firmado entre a Comissão de Anistia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, foi implementado o projeto de consultoria



“Locais de Memória”, com a finalidade de mapear sítios de relevância cultural e histórica, inscritos nos processos de repressão política e resistência popular, ocorridos entre os anos de 1946 e 1988, e, consequentemente, contribuir para a definição dos locais que receberão os monumentos realizados no âmbito do referido convênio.

Em 2012, a Comissão de Anistia inaugurou, em parceria com o Fórum Paranaense Verdade, Memória e Justiça, um museu de percurso em Curitiba/PR. Já em 2013, no âmbito do projeto Trilhas da Anistia, foram inaugurados monumentos em Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR e Ipatinga/MG. Em 2014, até dezembro, foram inaugurados monumentos em Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Porto Alegre/RS e Florianópolis. Os dois monumentos restantes serão inaugurados em São Paulo/SP e Brasília/DF no primeiro semestre de 2015.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	0	30/12/2014
Região Nordeste	2	unidade	1	30/12/2014
Região Sudeste	5	unidade	4	30/12/2014
Região Sul	1	unidade	4	30/12/2014

• Julgar 6.605 processos de anistia política

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foi celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o então Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), atual Falconi Consultores de Resultado, um contrato de prestação de serviços, cujos eixos de trabalho estabelecidos, priorizados pela Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), incluíam a Comissão de Anistia. A referida consultoria objetivava gerar maior agilidade na tomada de decisões e no julgamento dos processos de anistia política.

Com seu auxílio, foi traçada uma meta de julgamento (validada pelo Comitê de Liderança destinado a acompanhar o projeto) de 1.706 processos para o ano de 2012. A Comissão de Anistia ultrapassou a meta definida, tendo julgado, naquele ano, um total de 1.825 requerimentos de anistia.

Para os anos de 2013, 2014 e 2015, a Consultoria estimou uma capacidade anual de julgamento de 1.800 processos, aos quais deveriam ser somados os processos de decisão monocrática. No entanto, tal quantitativo anual foi estimado com base na consecução de algumas ações estruturantes, como a digitalização e o recadastramento da totalidade do acervo da Comissão, bem como a construção do sistema gerencial SINCA. Como essas ações não foram implementadas integralmente em virtude de dificuldades técnicas e operacionais, aplicou-se um redutor de 30% para esses anos, totalizando uma meta de 1.260 processos para cada exercício. Aos anos de 2013 e 2014 foram somados 250 processos de decisão monocrática em cada período e, em 2015, 500, totalizando, entre os anos de 2012 e 2015, 6.605 processos. Em 2013, a Comissão julgou 1.380 processos – 1.019 em sessões de turma, 290 em plenárias e 71 em sessões realizadas no âmbito das Caravanas da Anistia. Foram também analisados 468 processos de decisão monocrática, o que totaliza 1.848 processos apreciados no ano.

Em 2014, a Comissão julgou 1.192 processos – 551 em sessões de turma, 554 em plenárias e 87 em sessões realizadas no âmbito das Caravanas da Anistia. Foram também analisados 398 processos de decisão monocrática, o que totaliza 1.590 requerimentos apreciados no ano.

Assim, no acumulado do período de abrangência desse PPA, até 31 de dezembro 2014, a Comissão julgou 5.263 processos.

Ressalte-se que, ao longo de seu período de funcionamento, a Comissão recepcionou aproximadamente 74.000 requerimentos. Cerca de 64.000 processos já foram apreciados, restando, portanto, aproximadamente 10.000 pedidos a serem julgados.

Quantidade alcançada



5.263

Data de Referência

31/12/2014

• Realizar 20 Caravanas da Anistia**Análise Situacional da Meta**

No ano de 2012, foram realizadas treze Caravanas da Anistia – quatro na Região Nordeste, seis no Sudeste e três no Sul.

Já em 2013, foram realizadas onze Caravanas, nas quais foram apresentados também projetos apoiados pela Comissão de Anistia. Dessas onze, sete foram realizadas na Região Sudeste (uma no RJ, duas em MG, e quatro em SP), três na Região Centro-Oeste (duas no DF e uma em GO), e uma na Região Sul (PR).

Em 2014, foram realizadas onze Caravanas da Anistia – quatro na Região Sudeste (uma no RJ, uma em MG e duas em SP), duas na Região Nordeste (PE e BA), uma na Região Norte (PA), três na Região Sul (RS) e uma no Centro Oeste. Assim, no acumulado a partir de janeiro de 2012, foram realizadas 35 Caravanas da Anistia, distribuídas no território nacional da seguinte forma: seis na Região Nordeste (meta suplantada - três), dezessete na Região Sudeste (meta suplantada - oito), sete na Região Sul (meta suplantada - cinco), quatro na Região Centro-Oeste (meta suplantada - duas), e uma na Região Norte (meta a ser alcançada – duas).

Para alcance total da meta em termos regionalizados, falta ser realizada apenas uma caravana na Região Norte, o que deve ocorrer até o final do período monitorado no PPA.

Quantidade alcançada

35

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	4	30/12/2014
Região Nordeste	3	unidade	6	30/12/2014
Região Norte	2	unidade	1	30/12/2014
Região Sudeste	8	unidade	17	30/12/2014
Região Sul	5	unidade	7	30/12/2014

OBJETIVO: 0868 - Aperfeiçoar e fortalecer as ações de defesa do consumidor por meio da ampliação da participação social, do aprofundamento das iniciativas de formação e capacitação, do incremento na integração e sistematização de informações estratégicas, da maior atuação em fóruns e organismos nacionais e internacionais e da priorização da atuação na dimensão da saúde e da segurança do consumidor e em setores específicos, como saúde, transporte, saneamento, telefonia, energia elétrica e outros mercados regulados.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Os anos de 2011 e 2012 foram estratégicos para a preparação do cenário atual em que se encontra a Política Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor no Brasil. A expansão dos postos de atendimento integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC) possibilitou um aprimoramento da base de dados que reúne informações sobre as demandas envolvendo consumidores e fornecedores no mercado de consumo. Tomando por base o significativo aumento da participação do cidadão nos órgãos públicos estaduais e municipais (Procons), bem como a necessidade de aprimoramento da formulação e supervisão das políticas públicas de proteção dos consumidores, em 29 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.738, foi criada a Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon, no âmbito do Ministério da Justiça. A criação da nova Secretaria, além de marco histórico na defesa do consumidor no Brasil, simbolizou o compromisso do governo federal com a cidadania e a proteção dos consumidores de todo o País. Nesse



novo contexto, a Senacon passou a ser o órgão coordenador da Política Nacional das Relações de Consumo, com os objetivos de (i) garantir a proteção e exercício dos direitos consumidores; (ii) promover a harmonização nas relações de consumo; e (iii) incentivar a integração e a atuação conjunta dos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, composto por representantes dos Procons, do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos Juizados Especiais Cíveis e das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor.

Na esteira dessa reestruturação da defesa do consumidor no Brasil, a Presidência da República, por meio do Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013, instituiu o Plano Nacional de Consumo e Cidadania – Plandec, criando, conjuntamente, a Câmara Nacional das Relações de Consumo, no âmbito do Conselho de Governo, com duas instâncias para a gestão do Plano: o Conselho de Ministros e o Observatório Nacional das Relações de Consumo. Ao mesmo tempo em que a Política de Defesa do Consumidor foi reconhecida como política de Estado, foram estabelecidos programas e ações a serem implementados sob a coordenação da Secretaria Nacional do Consumidor.

Considerando que os dados e informações de atendimento ao consumidor registrados no SINDEC, que integra os órgãos de proteção e defesa do consumidor em todo o território nacional, subsidiam a definição das políticas e ações do Plandec, o Governo Federal tem concentrado esforços em cada vez mais consolidar o Sindec como uma ferramenta estratégica de extrema importância na coleta dos dados de consumo no país, responsável hoje por cerca de 10 milhões de registros de demandas de consumidores brasileiros.

Entre as ações do Plandec, merece destaque o lançamento da plataforma virtual “consumidor.gov”, um novo serviço público que permite a interlocução direta entre consumidores e empresas para solução de problemas de consumo, fornecendo ao Estado informações essenciais à elaboração e implementação de políticas públicas de defesa dos consumidores, além de incentivar a competitividade no mercado pela melhoria da qualidade e do atendimento ao consumidor brasileiro. Trata-se de uma plataforma tecnológica de informação, interação e compartilhamento de dados monitorada pelo Estado, por meio dos Procons e da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, que colocará as relações entre Consumidores, Fornecedores e o Estado em um novo patamar, a partir das seguintes premissas: (i) a transparência e o controle social são imprescindíveis à efetividade dos direitos dos consumidores; (ii) as informações apresentadas pelos cidadãos consumidores são estratégicas para gestão e execução de políticas públicas de defesa do consumidor; e (iii) o acesso à informação potencializa o poder de escolha dos consumidores e contribui para o aprimoramento das relações de consumo.

No tocante à ampliação das políticas de direitos básicos nas áreas de acesso à justiça e à cidadania, cumpre salientar que o Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, promoveu diversas ações estratégicas visando a ampliação do atendimento e orientação ao consumidor por meio de parcerias com estados e municípios para criação de novos postos de atendimento ao consumidor e implementação de ações de educação para o consumo, assim como promoveu o fortalecimento da sociedade civil na defesa do consumidor, a partir de ações que ampliaram a capacidade técnica e institucional da sociedade civil para uma melhor e mais efetiva participação na execução da Política Nacional das Relações de Consumo.

No âmbito do Plano Nacional de Consumo e Cidadania – Plandec, a atuação do Governo Federal em parceria com os representantes dos Procons, do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos Juizados Especiais Cíveis e das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor foi determinante para a implementação de ações com base nas seguintes diretrizes: I - educação para o consumo; II - adequada e eficaz prestação dos serviços públicos; III - garantia do acesso do consumidor à justiça; IV - garantia de produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho; V - fortalecimento da participação social na defesa dos consumidores; VI - prevenção e repressão de condutas que violem direitos do consumidor; e VII - autodeterminação, privacidade, confidencialidade e segurança das informações e dados pessoais prestados ou coletados, inclusive por meio eletrônico.

Com base em tais diretrizes, ações e programas foram iniciados em todo o país, com o objetivo principal de garantir o atendimento das necessidades dos consumidores, além de assegurar o respeito à dignidade, saúde e segurança do consumidor; estimular a melhoria da qualidade de produtos e serviços colocados no mercado de consumo; assegurar a prevenção e a repressão de condutas que violem direitos do consumidor; promover o acesso a padrões de produção e



consumo sustentáveis; bem como promover a transparência e harmonia das relações de consumo. Vale lembrar que as duas instâncias definidas para a gestão do Plandec (Conselho de Ministros e Observatório Nacional das Relações de Consumo), por intermédio da execução direta da Secretaria Nacional do Consumidor em parceria com os órgãos e entidades do SNDC, atuarão com base em três eixos bem definidos: prevenção e redução de conflitos, regulação e fiscalização, e fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Com vistas a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros, o Governo Federal, por intermédio da Secretaria Nacional do Consumidor, dialogou com vários setores da indústria e comércio de bens e serviços a fim de elaborar a regulamentação do Código de Defesa do Consumidor quanto aos produtos considerados essenciais ao dia a dia dos cidadãos. Com o intuito de efetivamente garantir o atendimento das necessidades básicas dos consumidores, visando assegurar a proteção de sua dignidade, foram identificadas as obrigações dos fornecedores e os direitos básicos dos consumidores com relação ao fornecimento de produtos essenciais com qualidade, delimitando os direitos dos consumidores e os deveres dos fornecedores com relação à introdução de produtos essenciais no mercado de consumo. Nesse sentido, o Governo Federal articulou um acordo com os diversos setores do mercado com vistas a iniciar uma nova fase da política de pós-venda de produtos e serviços.

A proposta construída em conjunto regulamenta o § 3º do artigo 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, cujo objetivo é garantir eficácia às disposições do Código com relação aos produtos colocados no mercado de consumo que se reputam essenciais para o atendimento de necessidades básicas e inadiáveis dos cidadãos. A proposta em comento encontra-se em análise pela Casa Civil da Presidência da República. Para fins deste Decreto, designam-se como essenciais alguns itens de linha branca, aparelhos telefônicos e microcomputadores.

Em relação às práticas afetas ao pós-venda de produtos e serviços, a Secretaria Nacional do Consumidor, em conjunto com vários setores da indústria e varejo, tem discutido propostas para a elaboração de uma política nacional com ações e programas voltados exclusivamente ao pós-venda de produtos e serviços inseridos no mercado de consumo. Por meio de um Comitê Técnico instalado no âmbito do Plandec, as discussões têm avançado significativamente, com destaque para a elaboração de indicadores setoriais de qualidade das relações de consumo em diversos mercados regulados (energia elétrica e telecomunicações, entre outros), bem como para o lançamento do Sistema de Alertas Rápidos de Recall e do Sistema de Informações sobre Acidentes de Consumo, em parceria com o Ministério da Saúde, destacando, ainda, a edição de normativo específico que, entre outras providências, previne acidentes de consumo em ambientes de lazer e entretenimento.

Dentre as ações do Plandec, destacam-se, ainda, aquelas destinadas à proteção do consumidor turista. O Governo Federal, em parceria com órgãos do SNDC e entidades representativas de comércio e serviços, instalou um Comitê Técnico de Consumo e Turismo em nível federal e também nas cidades-sede de grandes eventos esportivos, envolvendo órgãos e entidades locais. Na sequência, a Secretaria Nacional do Consumidor cumpriu uma agenda de visitas a todas as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014, com o objetivo de criar um espaço institucional para ações integradas de proteção ao consumidor no âmbito do turismo, com ênfase na prevenção de eventuais conflitos e o estabelecimento de procedimentos de monitoramento, contingenciamento e solução de demandas, bem como a realização de cursos básicos sobre Direitos do Consumidor para os agentes públicos e privados que atuaram diretamente nos grandes eventos.

Metas 2012-2015

• Ampliação da base de procons municipais integrados ao SINDEC

Análise Situacional da Meta

Até o final do ano de 2011 a base do SINDEC contava com 183 Procons. No ano de 2012, 65 novos Procons foram integrados, totalizando 248 Procons na base Nacional do Sindec, inclusive neste ano destacamos o início da produção do Procon Estadual do Paraná. No ano de 2013, 68 novos Procons foram integrados, totalizando 317 Procons na base Nacional do Sindec, inclusive neste ano destacamos o início da produção do Procon Estadual de Rondônia. Já ao longo do ano de 2014, foram incluídas mais 42 novas bases, totalizando 359 Procons em 2014.



Janeiro:

SP:

Procon Municipal de Araras

Procon Municipal de Marília

Procon Municipal de Jaboatão

Procon Municipal de Maravilha

Procon Municipal de Lins

Procon Municipal de Assis

Procon Municipal de Franca

Procon Municipal de Bertoga

Fevereiro:

SP Procon Municipal de Itupeva

ES Procon Municipal de Guarapari

ES Procon Municipal de Baixo Guandu

MS Procon Municipal de Brasilândia

Março:

SP Procon Municipal de Osasco

ES Procon Municipal de São Gabriel da Palha

SP Procon Municipal de Altinópolis

SC Procon Municipal de Forquilha

SC Procon Municipal de Campo Alegre

Abril:

SC Procon Municipal de Luis Alves

SP Procon Municipal de Bebedouro

MG Procon Municipal de Pitangui

SP Procon Municipal de Cotia

ES Procon Municipal de Aracruz

SC Procon Municipal de Jaguaruna

SC Procon Municipal de Urussanga

SC Procon Municipal de Luzerna

Maio:

ES Procon Municipal de Divino de São Lourenço

ES Procon Municipal de Pinheiros

GO Procon Municipal de Crixás

SC Procon Municipal de Capivari de Baixo

SP Procon Municipal de Piraju

Junho:

SP Procon Municipal de Olímpia

SC Procon Municipal de Rio das Antas

SC Procon Municipal de Ilhota

SC Procon Municipal de São Joaquim



Julho:

SC Procon Municipal de Sombrio
SC Procon Municipal de Imbituba
MS Procon Municipal de Chapadão do Sul
MS Procon Municipal de Fátima do Sul
MS Procon Municipal de Rio Brilhante
SC Procon Municipal de Biguaçu
SC Procon Municipal de Araquari

Agosto:

SC Procon Municipal de Erval Velho

Por fim, destacamos que, atualmente, o total de Procons integrados a base Nacional do Sindec, considerando o período situacional da meta é de 359 Procons. Contudo, é importante ressaltar que a alteração na quantidade de procons integrados ocorre na medida que novas unidades entram em produção de dados, respeitando-se as etapas de inserção dessas informações no banco nacional do Sindec.

Quantidade alcançada

359

Data de Referência

30/12/2014

- **Ampliar a oferta de cursos da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), para atender e formar 3.080 alunos em cursos presenciais e 34.200 alunos em cursos de ensino à distância, em um total de 37.280 beneficiados diretos**

Análise Situacional da Meta

A Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) possui dentre os seus objetivos a formação e atualização dos integrantes dos órgãos e entidades que compõe o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), bem como a capacitação de órgãos reguladores e dos cidadãos brasileiros.

Os cursos ministrados promovem a atualização e harmonização dos conhecimentos necessários à tutela do consumidor, proporcionam ambientes para a discussão de questões práticas e hermenêutica do Código de Defesa do Consumidor, bem como promovem a articulação do Sistema Nacional (DPDC, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Entidades Civis e Procons). Promovem ainda o conhecimento dos direitos dos consumidores para os cidadãos brasileiros que têm a oportunidade de fazerem curso gratuito à distância.

A Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) possui dentre os seus objetivos a formação e atualização dos integrantes dos órgãos e entidades que compõe o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), bem como a capacitação de órgãos reguladores e dos cidadãos brasileiros.

Os cursos ministrados promovem a atualização e harmonização dos conhecimentos necessários à tutela do consumidor, proporcionam ambientes para a discussão de questões práticas e hermenêutica do Código de Defesa do Consumidor, bem como promovem a articulação do Sistema Nacional (DPDC, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Entidades Civis e Procons). Promovem ainda o conhecimento dos direitos dos consumidores para os cidadãos brasileiros que têm a oportunidade de fazerem curso gratuito à distância.

A Escola Nacional, com a participação voluntária de colaboradores, realizou 10 cursos presenciais durante o período de janeiro de 2014 a dezembro de 2014, dentre cursos de formação e oficinas temáticas, além de 03 ciclos de educação à distância com a participação remunerada de tutores que atuam ou já atuaram na área de defesa do consumidor e que foram selecionados por meio do Edital de Chamamento 001/2013. Durante o ano de 2014, foram capacitadas 1.086 pessoas no primeiro semestre e 2.099 no segundo semestre, totalizando 3.185 pessoas capacitadas. Ao longo de todo o período monitorado foram capacitadas 8.814 pessoas.

**Quantidade alcançada**

8.814

Data de Referência

31/12/2014

• Criação e implantação da Secretaria de Proteção e Defesa do Consumidor - MJ**Análise Situacional da Meta**

Em 29 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.738, foi criada a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon. A criação da nova Secretaria, além de marco histórico na defesa do consumidor no Brasil, simbolizou o compromisso do governo federal com a cidadania e a proteção dos consumidores de todo o País.

Com atribuições estabelecidas no art. 106 do Código de Defesa do Consumidor e no art. 3º do Decreto nº 2.181/97, alterado pelo Decreto 7.738/12, a Senacon passou a coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, com os objetivos de (i) garantir a proteção e exercício dos direitos consumidores; (ii) promover a harmonização nas relações de consumo; e (iii) incentivar a integração e a atuação conjunta dos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC (Procons, Ministério Público, Defensoria Pública e Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor). O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) e o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), por sua vez, passaram a integrar a estrutura da Senacon.

• Elaboração de proposta de marco legal de proteção de dados pessoais.**Análise Situacional da Meta**

O Ministério da Justiça trabalha, desde 2010, na redação de um texto-base de Anteprojeto de Lei sobre a Proteção de Dados Pessoais. Uma versão pública do anteprojeto foi lançada em 2010 para debate público realizado pela Internet, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. O referido debate recebeu cerca de 800 contribuições.

Com a finalização do debate público e a consolidação das propostas e redação de novo texto em 2011, passou-se à formação de um grupo de trabalho para o seu aperfeiçoamento, integrado pelo Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério das Comunicações. Concluídas as atividades do grupo de trabalho, a proposta de marco legal foi discutida no âmbito do Ministério pela Senacon, SAL e Gabinete do Ministro. Encerrada esta etapa interna de consolidação do texto por parte do MJ, este foi levado à discussão com a Secretaria de Gestão Pública (SEGEP) e a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento. Após uma série de reuniões, foi elaborado um novo texto. No dia 8 de outubro de 2014, foi realizada reunião no Auditório Tancredo Neves do Ministério da Justiça com representantes do governo, setor privado e sociedade civil, na qual foi anunciada a decisão de levar a nova versão do Anteprojeto de Lei de Proteção de Dados a debate público, a ser realizado entre o final de 2014 e o início de 2015.

• Estruturação e realização de procedimentos de monitoramento relacionados aos temas prioritários de interesse dos consumidores.**Análise Situacional da Meta**

O aprimoramento regulatório e sancionatório é tema prioritário na agenda da defesa do consumidor e tem previsão em um dos eixos de atuação do Plano Nacional de Consumo e Cidadania - Plandec (Decreto 7963/2013) lançado pela Presidência da República em 15 de março de 2013. Os demais eixos são a prevenção e redução de conflitos e o fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. No âmbito do Plano Nacional foi criada a Câmara Nacional das Relações de Consumo, composta por Conselho de Ministros e o Observatório das Relações de Consumo, com as atribuições de promover estudos e formular propostas e acompanhar a execução de suas respectivas políticas, programas e ações.

O Observatório Nacional das Relações de Consumo atua nos seguintes temas: Consumo e Regulação, Consumo e Turismo e Consumo e Pós-Venda, temas eleitos com base no diagnóstico obtido a partir dos registros de atendimentos realizados pelos Procons integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor-Sindec.

Em relação ao eixo regulação e fiscalização, a implementação está sendo discutida em âmbito do Comitê Técnico



Consumo e Regulação, que tem como objetivos já previstos no Plandec entre outros: a instituição pelas agências reguladoras da avaliação de impacto regulatório (AIR) sob a perspectiva dos direitos do consumidor, a promoção da inclusão nos contratos de concessão de serviços públicos e a ampliação e aperfeiçoamento dos processos fiscalizatórios quanto à efetivação de direitos do consumidor.

O Comitê Técnico Consumo e Regulação teve sua instalação em reunião no dia 11.07.2013. A Reunião foi presidida pela Senacon, a quem cabe a Secretaria Executiva do Plandec, com a participação de representantes dos seguintes órgãos reguladores: Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, Banco Central – Bacen, Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Agência Nacional de Energia Elétrica- Aneel e Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC. Atualmente os membros do Comitê Técnico Consumo e Regulação estão trabalhando na elaboração de um Plano de Trabalho e Cronograma para consecução dos objetivos do Plandec.

Em relação ao aprimoramento sancionatório informamos que a Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Processos Administrativos instaurou e multou processos administrativos em desfavor das empresas do segmento de varejo Casas Bahia, Ponto Frio, Magazine Luiza, Ricardo Eletro, Insinuante e Fast Shop em razão da comercialização de serviços adicionados sem a solicitação do consumidor, após constatação de números expressivos de reclamações de consumidores pelo Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC).

Outrossim, ainda na esfera do aprimoramento sancionatório foram instaurados processos administrativos em decorrência de denúncias encaminhadas pelo Banco Central do Brasil que noticiou que as instituições financeiras estariam cometendo práticas que violam direitos dos consumidores: HSBC Bank Brasil S/A (Banco Múltiplo) cobrança de Tarifa de Confecção de Cadastro (TCC) para cliente que possui contrato de crédito vigente; BV Financeira S.A cobrança de Tarifa de Confecção de Cadastro (TCC) para cliente que possui contrato de crédito vigente, cobrança de tarifa de Liquidação Antecipada e modificação Unilateral do contrato; Banco Intermedium S.A. utilização da taxa Selic em base diária para fins de cálculo de saldo devedor para liquidação antecipada e cobrança de tarifa de Liquidação Antecipada e Crefisa S.A. cobrança de Tarifa de Confecção de Cadastro (TCC) para cliente que possui contrato de crédito vigente.

Insta salientar que além dos processos instaurados foram aplicadas decisões administrativas que resultaram na aplicação de multas, principalmente nos seguintes casos: (i) Telexfree condenada ao pagamento de R\$ 5.590.000,00 (cinco milhões, quinhentos e noventa mil reais) por prática de formação de esquema piramidal diante de falta de sustentabilidade do negócio, contrariando à boa-fé, à transparência e à proteção da confiança nas relações de consumo e (ii) TNL PCS S/A, razão social da “Oi”, condenada ao pagamento de multa de mais de R\$ 3.500.000,00 por invasão à privacidade dos usuários dos serviços Velox, do Grupo Oi, além da promoção de publicidade enganosa e da violação do direito à informação. O processo contou com pareceres e documentos de vários órgãos, como o Comitê Gestor da Internet no Brasil, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); (iii) as principais redes varejistas por práticas abusivas na venda de produtos, conjuntamente com seguros e outros serviços adicionais, sem que fossem solicitados pelo consumidor. Casas Bahia, Magazine Luiza e Ponto Frio foram multadas em R\$ 7.248.147,59. Ricardo Eletro, Lojas Insinuante e Fast Shop receberam multas de R\$ 2.416.049,20.

• **Implantação da plataforma própria de Ensino à Distância (EAD) da Escola Nacional de Defesa do Consumidor**
Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) tem como um de seus objetivos a implantação de uma plataforma própria de ensino a distância para a Escola Virtual de Defesa do Consumidor (EAD/ENDC), visualizando a ampliação do número de cursos e alunos capacitados.

Em 2013, verificou-se a pertinência da criação de plataforma de educação à distância com abrangência para todo o Ministério da Justiça, passando esta a figurar como prioridade do Plano de Gestão de Tecnologia da Informação do MJ, ainda sem execução iniciada.



Por ora, os cursos do EAD/ENDC continuam sendo realizados dentro da plataforma da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), por meio do Termo de Execução Descentralizada nº 01, de 23 de dezembro de 2014, assinado em 23 de dezembro de 2014, entre a Senacon e a SENASP, vigente até 31 de dezembro de 2016, não havendo prejuízos nas capacitações.

• **Implantação da versão 2.0 do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC (versão Java, com interfaces para os outros atores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor)**

Análise Situacional da Meta

O Projeto Sindec 2.0 foi classificado como prioritário no âmbito do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do MJ e encontra-se em andamento. O sistema Consumidor.gov.br foi concebido como primeiro módulo do Sindec 2.0. Com vistas a apoiar o levantamento de requisitos neste projeto foi contratada uma consultoria especializada (Unesco - Projeto Qualidade da Informação) quem vem apoiando à área de negócio na definição do escopo do projeto.

A Senacon, por meio da Coordenação Geral do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - Sindec realizou nos dias 15 e 16 de agosto de 2013 reunião com os Procons integrados ao Sindec. Em 28 de agosto de 2013, portanto, foi instituída em âmbito da Senacon a Portaria nº 24, que criou Grupo de Trabalho composto exclusivamente por técnicos dos órgãos de defesa do consumidor de cada uma das cinco regiões brasileiras, para assessorar a Secretaria na execução de ações voltadas à elaboração de projeto de criação de nova plataforma que proporcionaria este novo modelo de atendimento aos consumidores. Em outubro de 2013 foi elaborado estudo de viabilidade da criação e implementação da nova plataforma, cuja conclusão foi pela sua implementação. Foi realizada o levantamento dos recursos tecnológicos para a realização do Projeto.

A partir de um estudo de viabilidade desenvolvido em âmbito da consultoria contratada, foi formalizada Cooperação Técnica com a Tecnologia do Banco do Brasil, que teve como objetivo entre outros, a criação de uma plataforma para resolução de conflitos de consumo. Em 27 de junho de 2014, foi lançado oficialmente pelo Exmo. Ministro da Justiça, juntamente com a Secretária Nacional do Consumidor, onde foi assinada a portaria nº 1.184, que o instituiu como um sistema de solução alternativa de conflitos de consumo.

O desenvolvimento foi dividido em cinco etapas, e atualmente, a quarta entrega foi concluída (módulo de transparência – saída de dados) contudo, devido, a sua quantidade de funcionalidade, ela foi dividida em duas etapas. A Etapa 4A, que foi entregue no dia 10.10.2014; e a Etapa 4B foi entregue em 16.12.2014. A próxima entrega é a quinta etapa (API para integração de sistemas - Sindec – Consumidor.gov.br e Sistemas de CRM das empresas – Consumidor.gov.br), cuja conclusão tem previsão para junho de 2015. Para o próximo semestre, além da finalização da etapa de desenvolvimento, há previsão também de uma fase destinada a melhoria do sistema.

Em 01 de setembro de 2014, o sítio Consumidor.gov.br tornou-se disponível para utilização de consumidores de todo território nacional.

Até o dia 31 de dezembro de 2014, mais de 48 mil consumidores já se encontravam cadastrados na plataforma e mais de 49 mil reclamações já haviam sido realizadas.

• **Implantação do Centro de Inteligência em Defesa do Consumidor**

Análise Situacional da Meta

Para cumprimento da meta, foram planejadas três ações:

- 1) Criar indicadores setoriais sobre defesa do consumidor baseados nos dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC;
- 2) Desenvolver metodologias de gestão da informação e do conhecimento a partir dos dados do SINDEC;
- 3) Integração aos cursos da Escola Nacional do Consumidor - ENDC os módulos sobre o SINDEC, sobre o papel dos Procons na defesa qualificada dos direitos dos consumidores, Gestão da Informação de Defesa do Consumidor, e



Gestão do Atendimento ao consumidor, que tratam de conceitos, gestão, e ações envolvendo o Sindec, além de e módulos com atividades práticas;

Ao longo deste 2º semestre de 2014, a Senacon disponibilizou no Portal Brasileiro de Dados Abertos os dados do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas de 2013, que consiste no conjunto de dados que apresenta a lista de processos administrativos (Reclamações Fundamentadas) encerrados pelos Procons no ano de 2013.

Ao longo desses meses foram disponibilizados aos fornecedores, via repositório de dados, arquivos contendo informações referentes às demandas registradas nos Procons integrados ao Sindec, como quantidade de atendimentos e resolutividade de demandas das empresas dos setores monitorados: Indústria, Varejo, Telecomunicações, Serviços Financeiros, Aviação Civil e Planos de Saúde.

Além desses dados referentes ao Sindec, foram também disponibilizados os indicadores das empresas cadastradas na plataforma Consumidor.gov.br, serviço público para solução alternativa de conflitos de consumo disponibilizado por meio de plataforma tecnológica de informação, interação e compartilhamento de dados monitorada pelos Procons e pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, com o apoio da sociedade. Esses indicadores apresentam índice de resolução de reclamações, nota de satisfação com o atendimento da reclamação, prazo médio e percentual de resposta de cada empresa.

Além disso, também foram disponibilizados na plataforma o ranking de fornecedores, infográficos, o relato dos consumidores e os dados em formato aberto.

Em agosto de 2014, foi realizado, em Brasília, por meio da ENDC, uma Oficina de Gestão de Informações sobre Defesa do Consumidor e Monitoramento de Mercado, onde serão debatidas e construídas metodologias para implementação de políticas a partir das informações do Sindec e do Consumidor.gov.br.

Ademais, foram realizadas Cursos de Capacitação e Atualização Técnica em Procons, aqui em Brasília, bem como por meio da ENDC, como os cursos de formação da Região Sul (Paraná), em agosto, o curso da Região Norte (Roraima), em outubro, e o curso de formação voltado para os Procons Municipais do estado do Espírito Santo (Vila Velha).

Neste período, foi desenvolvida uma consultoria especializada (Unesco), para realizar estudos avaliativos e propositivos dos relatórios e das consultas de gestão das informações do Sindec.

• **Implantação do Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec), criado pelo Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013**

Análise Situacional da Meta

O Decreto nº 7.963/2013, que instituiu o Plano Nacional de Consumo e Cidadania – Plandec, criou a Câmara Nacional das Relações de Consumo, estabelecendo programas e ações implementados por meio do Observatório Nacional das Relações de Consumo, sob a coordenação da Senacon/MJ.

O Comitê de Consumo e Regulação, subdividido em comitês temáticos: assuntos financeiros, telecomunicações, energia elétrica, aviação civil e saúde suplementar, têm realizado reuniões para a criação de Projeto Piloto em conjunto com a Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC. O objetivo deste Projeto é ampliar diálogo no processo de consulta pública sobre a qualidade e aperfeiçoamento dos serviços regulados.

No âmbito do Comitê Técnico de Consumidor e Turismo, as metas estabelecidas pelos membros do comitê foram cumpridas, com o estabelecimento do diálogo entre os atores das áreas técnicas de turismo, proteção ao consumidor e



esportes. A partir da experiência adquirida na implementação das Câmaras Técnicas em âmbito local, bem como da experiência na implementação e atuação do Centro Integrado de Proteção ao Consumidor durante o Mundial de Futebol, o Comitê Técnico de Consumidor e Turismo decidiu por sugerir a manutenção tanto das Câmaras locais quanto do Centro Integrado de Proteção ao Consumidor. Nesse sentido, o diálogo entre as áreas se mostra relevante tanto em vista: i. o próximo desafio na área de grandes eventos, Olimpíadas; ii. a construção da rede de proteção ao consumidor turista no âmbito do MERCOSUL por meio do Projeto Piloto de atenção ao consumidor turista que na última reunião do Comitê Técnico N7 de Proteção ao Consumidor, que teve ampliada sua área de atuação com a adesão das cidades de Brasília, Porto Alegre e Natal no Brasil e Mendoza na Argentina; iii. e a importante atuação do Brasil em âmbito internacional defendendo a proteção do consumidor turista na Organização das Nações Unidas e na Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.

O Comitê Técnico de Consumo e Pós-Venda tem realizado reuniões com o mercado, indústria e varejo, para a discussão e então elaboração de Decreto que regulará o parágrafo 3º, do artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor. No que se refere ao objetivo de ampliação do atendimento aos consumidores, a ferramenta Consumidor.gov, instituída por meio da Portaria MJ nº 1.184, tem por fim a promoção da proteção e defesa dos consumidores em todo o território nacional, reunindo diversas áreas do governo e da sociedade civil organizada. A plataforma fornece ao Estado informações essenciais à elaboração e implementação de políticas públicas de defesa dos consumidores e incentiva a competitividade no mercado pela melhoria da qualidade e do atendimento ao consumidor. A concepção do desse serviço público pressupõe a transparência e o controle social. A participação das empresas na plataforma é voluntária e só é permitida àquelas que aderem formalmente ao serviço, mediante assinatura de termo no qual se comprometem em conhecer, analisar e investir todos os esforços disponíveis para a solução dos problemas apresentados. Com foco na sustentabilidade do novo serviço e no controle social, será desenvolvido um módulo de transparência onde estarão disponíveis as informações sobre os assuntos mais demandados, os problemas apresentados, os índices de solução pelas empresas, indicadores de tempo de resposta, entre outras informações. O uso e a gestão da plataforma proporcionarão aos órgãos de defesa do consumidor a ampliação da análise e monitoramento do mercado de consumo, o aprimoramento dos fluxos e processos de atendimento pelos fornecedores participantes e um novo incremento à competitividade no mercado pela qualidade do atendimento ao consumidor.

Ainda nesse contexto, foi implementada a “Estratégia Nacional da Não - Judicialização”, tendo como principal ator a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ). Destaca-se, por fim, o acompanhamento da tramitação do PL 5196 de 2013, que trata da política de fortalecimento dos Procons.

• Implantação do Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall

Análise Situacional da Meta

Em 2012, houve o lançamento do Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall (SNARR), que visa o registro e acompanhamento, por meio eletrônico, de todas as campanhas de recall em trâmite no Brasil. O sistema encontra-se, hoje, em funcionamento, para realização de cadastro e consultas por parte do DPDC, dos consumidores e das entidades parceiras. No entanto, um de seus objetivos principais, que é a comunicação direta entre fornecedores e o Departamento, por via eletrônica, encontra-se em desenvolvimento.

No ano de 2013, a empresa responsável pelo desenvolvimento do Sistema foi substituída, de forma que se iniciou um novo ciclo de trabalho, dessa vez com a presença, a partir de junho, dos Analistas de Tecnologia da Informação cedidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que vêm realizando a interface entre os gestores do projeto e a área técnica (GCTI/MJ). O trabalho que tem sido feito é de levantamento e correção de problemas, organização das demandas e elaboração de documentos de requisito.

No segundo semestre de 2013, a evolução do SNARR foi inserida na Cesta de Desenvolvimento do PDTI do MJ.

Em Janeiro de 2014 foi iniciado o processo de levantamento das necessidades do novo Sistema de Recall, que já foi



concluído pelos gestores do projeto junto aos ATIs.

Por fim, importante ressaltar o desenvolvimento e implementação do SIAC (Sistema de Informações de Acidentes de Consumo) como um módulo do Sistema Recall, visto que acidentes de consumo estão diretamente ligados a produtos defeituosos, que, por sua vez, devem ser objeto de recall.

O Sistema é fruto da parceria estabelecida entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde e tem como objetivo a criação de um banco de dados de acidentes de consumo, que possibilite a identificação de produtos ou serviços potencialmente nocivos ou perigosos colocados no mercado.

O lançamento do SIAC ocorreu em 29 de janeiro de 2014 e, a partir de então, o Estado do Mato Grosso foi escolhido como piloto do projeto. Algumas ações foram tomadas, em conjunto com o Ministério da Saúde, a fim de promover o Sistema: capacitações aos profissionais de saúde do hospital Municipal de Cuiabá, envio de ofícios a todas as Secretarias Estaduais de Saúde e a Conselhos Federais de categorias profissionais, videoconferência junto às Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e Secretarias Municipais de Saúde (SMS - capitais) de vários estados e curso presencial com secretarias de saúde, representantes de Procons, de membros do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e do Sistema Nacional de Metrologia (que também trata de acidentes de consumo de produtos certificados pelo Inmetro).

Em agosto de 2014 estabeleceu-se nova parceria de projeto piloto, também em Cuiabá, com o hospital Santa Casa de Misericórdia. Foi realizada capacitação junto à equipe desse hospital, para uso do SIAC, que contou com representantes do Ministério da Justiça e do Inmetro.

• **Mobilização pela aprovação dos principais marcos normativos de interesse dos consumidores, com destaque para a Lei de Proteção de Dados Pessoais e o marco normativo de fortalecimento dos Procons**

Análise Situacional da Meta

Dentre as atribuições da Secretaria Nacional do Consumidor destaca-se a proposição de adequações e aperfeiçoamentos da legislação relativa aos direitos do consumidor, bem como o acompanhamento e análise das propostas normativas relacionadas à defesa do consumidor em fase de tramitação nas Casas Legislativas.

Em relação à proteção de dados pessoais, a Secretaria Nacional do Consumidor constatou a necessidade de regulação do tema por meio legislativo. O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), órgão da Senacon, redigiu um texto-base de Anteprojeto de Lei sobre Proteção de Dados Pessoais e, em novembro de 2010, levou-o a debate público realizado na internet por um sistema de participação popular, em parceria com a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e a Fundação Getúlio Vargas.

Após ter consolidado as sugestões apresentadas no debate público, teve início uma série de debates sobre o texto-base que contou com a participação dos Ministérios da Justiça; Fazenda; Ciência, Tecnologia e Inovação; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Comunicações, bem como do Banco Central do Brasil e da Anatel.

Esta Secretaria elaborou uma versão definitiva da proposta normativa, que foi remetida para a avaliação de outros órgãos do poder executivo.

Acerca do marco normativo de fortalecimento dos Procons, informamos que por intermédio do Plano Nacional de Consumo e Cidadania (PLANDEC), a Presidenta da República apresentou proposta legislativa ao Congresso Nacional, sendo transformado o Anteprojeto, no Projeto de Lei n. 5196/2013, que tem por escopo conferir maior efetividade e eficácia às decisões das autoridades administrativas de defesa do consumidor, atribuindo-lhes a natureza de título executivo extrajudicial; e conferir maior celeridade ao processo judicial, permitindo que o resultado das audiências realizadas por essas autoridades sejam aproveitadas no âmbito dos Juizados Especiais, ou seja, fortalecer a atuação dos órgãos administrativos de defesa do consumidor.

Ressalte-se que esta Secretaria elaborou nota técnica visando apresentar subsídios e esclarecimentos acerca da importância da aprovação e implementação do Projeto de Lei nº 5.196/2013, que fortalece a atuação dos órgãos de defesa do consumidor, em especial dos Procons, sendo a mesma entregue aos membros do Congresso Nacional e ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC).

Atualmente, o citado Projeto encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), tendo sido



designado relator o Dep. Paes Landim (PTB-PI) aguardando emissão de relatório.

• **Modernização da gestão da Secretaria-Executiva do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD) e maior difusão dos resultados dos projetos apoiados com recursos do Fundo**

Análise Situacional da Meta

O Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD, vinculado à Secretaria Nacional do Consumidor, tem como objetivo a reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, bem como aqueles ocasionados por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

O Conselho Federal Gestor do FDD, por meio de sua Secretaria-Executiva, é responsável pela administração dos recursos provenientes de condenações judiciais, multas e indenizações por danos aos direitos difusos. Uma das metas estabelecidas pela Secretaria Nacional do Consumidor é a modernização da gestão da Secretaria-Executiva do CFDD, bem como aperfeiçoar a difusão dos resultados dos projetos apoiados com recursos do Fundo.

Entre as ações de modernização na gestão do CFDD, merece destaque a criação da Coordenação de Direitos Difusos no âmbito da Senacon, dotada de servidores que executam as atribuições da Secretaria-Executiva do FDD. Além disso, destacam-se também as iniciativas voltadas ao treinamento e capacitação dos servidores da referida Coordenação, com o objetivo de aprimorar a expertise necessária para atuar no ramo das transferências voluntárias, convênios e outros instrumentos congêneres.

Ao longo dos últimos anos, em especial no período compreendido entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014, a Secretaria Nacional do Consumidor tem empreendido esforços para modernizar ainda mais gestão dos projetos apoiados com recursos do Fundo, com foco especial na concepção das atividades que se destacam como indicadores para boa e regular aplicação dos recursos públicos.

Na seleção de projetos que se encontra em curso, para utilização do orçamento previsto para 2015, o Conselho estabeleceu, em discussão realizada em reunião ordinária, 04 (quatro) diretrizes a serem observadas na seleção dos projetos prioritários, a saber:

- (i) Distribuição Regionalizada: os projetos serão escolhidos levando em consideração a distribuição regional do país, com vistas a evitar a concentração de projetos em determinados centros;
- (ii) Sustentabilidade do Projeto: os projetos serão escolhidos levando em consideração a sustentabilidade do projeto ao final do prazo do convênio, ou seja, se o projeto tem condições de se perpetuar mesmo após o final do prazo previsto, seja por recursos próprios do órgão parceiro, seja por recursos de outros parceiros interessados no projeto;
- (iii) Impacto Social do Projeto: os projetos serão escolhidos levando em consideração o impacto social do projeto, ou seja, os conselheiros poderão observar como critério o retorno potencial das ações desenvolvidas à parcela social afetada; e
- (iv) Diversificação de Projetos: os projetos serão escolhidos levando em consideração a diversificação de projetos, ou seja, os conselheiros tentarão selecionar projetos de diferentes temáticas e oriundos dos mais variados parceiros, evitando a concentração de projetos em determinadas linhas de financiamento e privilegiando o máximo possível a diversidade de parceiros/convenientes.

O regulamento para a seleção dos projetos encontra-se previsto na Resolução CFDD nº 31, de 15 de abril de 2014, que dispõe sobre a apresentação de Propostas de Trabalho e Cartas-Consulta (chamamento público) e trâmite de procedimento administrativo do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos. Na primeira fase do certame, a Secretaria-Executiva do CFDD recebeu um total de 526 propostas/cartas-consulta, sendo que a intenção é selecionar 36 projetos prioritários, conforme a disponibilidade orçamentária para o ano de 2015.

O CFDD celebrou no ano de 2014, 22 convênios e descentralizações diretas, sendo que uma é continuação do ano de 2013. Foram aprovadas 49 prestações de contas de convênios e realizadas 4 visitas técnicas aos projetos em execução. Foram arrecadados mais de R\$ 193.246.227,59 em multas.

Nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, constituem recursos do FDD o produto da arrecadação das condenações judiciais de que tratam os art. 11 a 13 da Lei n.º 7.347, de 1985; das multas e



indenizações decorrentes da aplicação da Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, desde que não destinadas à reparação de danos a interesses individuais; dos valores destinados à União em virtude da aplicação da multa prevista no art. 57 e seu parágrafo único e do produto da indenização prevista no art. 100, parágrafo único, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1999; das condenações judiciais de que trata o § 2º do art. 2º da Lei n.º 7.913, de 07 de dezembro de 1989; das multas referidas no art. 84 da Lei n.º 8.884, de 11 de junho de 1994; dos rendimentos auferidos com a aplicação dos recursos do Fundo; de outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo; bem como de doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras.

- **Realizar a reestruturação gerencial do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), implantando uma gestão com foco em resultados, transparente, baseada em capital humano e aplicando conhecimentos já acumulados e novas ferramentas tecnológicas**

Análise Situacional da Meta

Em 29 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.738, foi criada a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon. A criação da nova Secretaria, além de marco histórico na defesa do consumidor no Brasil, simbolizou o compromisso do governo federal com a cidadania e a proteção dos consumidores de todo o País.

O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) e o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), por sua vez, passaram a integrar a estrutura da Senacon, cujas atribuições encontram-se estabelecidas no art. 106 do Código de Defesa do Consumidor e no art. 3º do Decreto nº 2.181/97, alterado pelo Decreto 7.738/12, entre elas, a coordenação da Política Nacional das Relações de Consumo (PNRC), com os objetivos de (i) garantir a proteção e exercício dos direitos de consumidores; (ii) promover a harmonização nas relações de consumo; e (iii) incentivar a integração e a atuação conjunta dos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC (Procons, Ministério Público, Defensoria Pública e Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor). No tocante à reestruturação gerencial, com a criação da Senacon o DPDC passou a exercer um papel estratégico do ponto de vista técnico no âmbito da PNRC, de acordo com a Portaria MJ 1.840, de 21 de agosto de 2012, organizando-se em três coordenações-gerais com atribuições de extrema relevância para a proteção dos consumidores, previstas no Regimento Interno da Senacon: Coordenação-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado, Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Processos Administrativos e Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor.

OBJETIVO: 0870 - Aperfeiçoar e fortalecer o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) por meio da estruturação do Novo CADE, da institucionalização de parcerias com outros órgãos da administração pública e organismos internacionais, do aprimoramento dos procedimentos de repressão e prevenção às infrações à ordem econômica, da adoção de práticas educativas e formativas e da disseminação da cultura da concorrência.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Após as mudanças no SBDC, com a entrada em vigor em 29 de maio de 2012 da Lei nº 12.529/2011, muitas mudanças ocorreram no ano de 2012. As principais foram: (i) a instrução de processos punitivos e de análise de atos de concentração passou a ser competência do Cade; (ii) a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ) foi extinta; (iii) a Seae/MF ficou responsável pela advocacia da concorrência; (iv) instituiu-se o regime de análise prévia de atos de concentração; e (v) o SBDC foi formalmente estruturado. Essas alterações exigiram adaptar as estruturas organizacionais, as instalações físicas, os processos de trabalho, sistemas de informação e normativos internos. O ano de 2013 foi importante para consolidação do Cade. A autarquia possui três linhas de atuação; (i) Função Preventiva (ii) Função Repressiva; e (iii) Função Educativa ou Pedagógica.

Em sua atuação preventiva, compete ao Cade decidir sobre as fusões, aquisições de controle, incorporações e outros atos de concentração econômica (ACs) que possam colocar em risco a livre concorrência. Atualmente o Cade lida com dois tipos de processo: (i) ACs notificados antes do novo marco legal, que tramitam sob o regime de análise a posteriori (3



casos pendentes de julgamento); e (ii) ACs notificados sob o regime de análise prévia. A Portaria Interministerial MJ/MF nº 994, que alterou os limites de faturamento das empresas que são obrigadas a submeter operações à análise, permitiu concentrar esforços em casos complexos e de maior impacto econômico: em 2012, o Cade julgou 825 ACs, sendo três reprovações e aplicadas restrições a 36; em 2013, foram analisados 454 ACs, sendo três reprovações e 47 aprovações com restrição. Em 2014 foram aprovados sem restrição 396 ACs pela Superintendência-Geral do Cade e dois, aprovados com restrição pelo Tribunal (Estácio Participações e TCA Investimentos em Participações; Anhanguera Educacional e Kroton Educacional). O prazo médio total de análise de AC registrado ao final de 2011 era de 154 dias; em 2013 foi de 24 dias e, em 2014, de 28 dias. O Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica reprovou uma operação (AC nº 08700.000436/2014-27 - Braskem S.A. e Solvay S.A.).

O processo de análise de atos de concentração foi premiado em 7º lugar na 18ª edição do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

O Cade concentrou seus esforços para implementar e estabilizar o novo processo de análise de ACs; após esse período de ajustes, pôde priorizar o combate a condutas. Em 2013, foram julgados 38 processos administrativos (PAs), número superior ao ano de 2012, de 13 PAs julgados. Em 2014, houve 57 PA julgados, sendo 39 condenações e 18 arquivamentos. Destacam-se as condenações de cartel internacional no setor de cargas aéreas (agosto/2013), com multa de R\$ 293 milhões, e no setor de cimento (maio/2014), com multa de mais de R\$ 3,1 bilhões. Outra iniciativa importante é a celebração de acordos. Um primeiro tipo são os Termos de Cessação de Condutas (TCCs), acordos firmados com acusados por suposta infração à ordem econômica, determinando o fim imediato da prática investigada e de seus efeitos lesivos à concorrência – foram 5 acordos em 2012, 53 em 2013 (42 deles sobre casos de unimilitância no setor de saúde) e 36 em 2014. Outro importante instrumento de combate a condutas anticompetitivas é o Programa de Leniência, que permite ao Cade celebrar acordo com pessoas físicas e jurídicas que forem autoras de cartel, desde que colaborem efetivamente com as investigações, podendo obter a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução da penalidade aplicável. Em 2012, foram assinados 10 acordos de leniência; em 2013, 1 acordo; e em 2014, 6 novos acordos e 4 aditivos. Ainda na atuação repressiva, o Cade realizou 5 operações de busca e apreensão em 2012, 2 operações em 2013 e 5 em 2014.

Em sua atuação educativa, o Cade busca instruir o público sobre as diversas condutas prejudiciais à livre competição e estimular ações de difusão da cultura da concorrência, como estudos, eventos e publicações. O projeto “Cade 50 Anos”, financiado com recursos do Fundo de Direitos Difusos (FDD), definiu o calendário comemorativo dos 50 anos do Conselho, aberto em setembro de 2012 e encerrado em setembro de 2013 com a publicação do livro “Defesa da Concorrência no Brasil: 50 anos”.

Sobre eventos, o Cade realizou em 2013 e em 2014 as edições nacional e internacional do Programa de Intercâmbio do Cade (PinCade). Outro evento realizado em 2013 foi o seminário internacional “A Defesa da Concorrência e o Poder Judiciário”, promovido pelo Cade, a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e o Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (Cedes) para debater temas relacionados ao Direito Concorrencial e à aplicação da Lei nº 12.529/11. Para mostrar a importância da aproximação com o Poder Judiciário, de 2012 a 2013 observa-se aumento de 60,75% para 76,57% no número de acórdãos ou sentenças favoráveis ao Cade. Em 2014, o Cade promoveu o Seminário sobre Compliance e Defesa da Concorrência, em parceria com o Cedes, a Ajufe e a Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região (EMAG).

O SBDC ganhou projeção internacional após a realização da 11ª Conferência Anual da International Competition Network (ICN), sediada no Rio de Janeiro em 2012. Como resultados concretos dos esforços do Cade na agenda internacional destacam-se: (i) a elevação do Cade para a 7ª posição no ranking da Global Competition Review, principal publicação internacional em matéria antitruste que avalia anualmente as agências de concorrência globais; (ii) a escolha do Presidente do Cade para a vice-presidência da ICN em setembro de 2013; e (iii) a celebração de acordos de cooperação com outras agências para o combate a cartéis internacionais e análise de fusões transnacionais.

O Cade celebrou em 2013 Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com o Departamento de Polícia Federal (DPF), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Agência Nacional de Saúde Complementar



(ANS), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); em 2014, foi celebrado ACT com a Controladoria-Geral da União, para combate a cartéis em licitação. Foram celebrados ainda 3 novos Acordos de Cooperação Internacional com as autoridades da Coreia do Sul, Colômbia e Japão, além de ter renovado os convênios com as autoridades da Rússia e da França.

A Autarquia investiu no fortalecimento de sua capacidade institucional, com a reativação de Projeto de Cooperação Internacional com o PNUD – PRODOC BRA/11/008. Ao longo de 2014 o Cade realizou dez contratações via PRODOC. No primeiro semestre, os temas priorizados foram o fortalecimento do posicionamento internacional e o aumento da expertise do Cade na investigação de cartéis. Já no segundo semestre, as seleções foram voltadas principalmente para: a avaliação de danos de cartel; desenvolvimento de técnicas de coleta, gestão e mineração de dados para avaliação de risco de colusão e a identificação de potenciais infrações a ordem econômica; e criação de indicadores de concorrência e de estimativa de demanda em diversos mercados.

Para o último ano do PPA Mais Brasil, têm-se como prioridade: i) continuar o fortalecimento da política de combate a condutas anticompetitivas e manter o desempenho na análise de atos de concentração; ii) melhorar a eficiência na instrução de processos de apuração de infrações à ordem econômica; iii) fomentar a pesquisa e a elaboração de estudos em regulação e defesa da concorrência; iv) produzir guias para orientar a atuação do Cade e dos administrados; v) fomentar a solução de processos por meio de acordos; e vi) adotar as melhores práticas internacionais em defesa da concorrência.

São projetos prioritários para 2015: (i) a implantação da notificação eletrônica de atos de concentração; ii) o ICN Work Products – estrutura a agenda de implementação dos produtos gerados pela ICN; iii) o uso integrado de informações concorrenciais – com a finalidade de cruzar bases de dados do Cade com de instituições parceiras com vistas à realização de estudos setoriais e a análise de casos concretos; e iv) Revisão de Indicadores – que visa adequar as métricas de desempenho do Cade ao processo eletrônico e criar mecanismos de avaliação de efetividade da política de defesa da concorrência.

Metas 2012-2015

• Criação e implantação da Escola de Defesa da Concorrência com rede de ensino a distância

Análise Situacional da Meta

A criação da Escola de Defesa da Concorrência – Endec tem com o objetivo capacitar, atualizar e especializar os agentes públicos que trabalham em órgãos com atuação em defesa da concorrência a respeito dos mais variados temas de que trata a Lei nº 12.529/2011, de acordo com as prioridades elencadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça.

A princípio, a Endec terá como público-alvo o Ministério Público Federal, os Ministérios Públicos Estaduais, os Juízes, as Polícias Civis e a Polícia Federal. Os beneficiários, mais especificamente, serão os analistas de cada uma destas entidades, bem como os promotores, juízes e delegados. Outros interessados também poderão participar dos cursos oferecidos. A Endec terá a função, portanto, de criar mecanismos permanentes de capacitação dos referidos agentes, para que estes possam atuar com eficácia e competência no combate às infrações à ordem econômica.

As ações de capacitação em defesa da concorrência deverão proporcionar abrangência e capilaridade, de modo a alcançar o maior número possível de agentes e órgãos, ao redor de todo o Brasil. Para tanto, a Endec disponibilizará os cursos por meio da modalidade de Educação a Distância (EAD) em Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA.

• Implantação de ao menos 5 novos laboratórios de análise e investigação de cartéis garantindo a presença de ao menos um laboratório em cada região do país

Análise Situacional da Meta

Análise Situacional da Meta: A implantação de laboratórios de análise e investigação de cartéis nas cinco regiões do país foi definida como meta do PPA visando aprimorar o trabalho de inteligência dos parceiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na detecção de cartéis e na análise de informações advindas de operações de busca e apreensão, especialmente para tratamento de informações eletrônicas.



Até o momento, foram implementados laboratórios em três regiões do país (Nordeste, Sul e Sudeste), e resta pendente a criação de laboratórios nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Essa estratégia teve de ser revista em razão da necessidade de revisão da política de contrapartidas dos entes convenientes, de forma a garantir que a estrutura implementada seja efetivamente empregada no combate a cartéis. Diante desse contexto, o Cade optou por uma estratégia de centralização, com o investimento em seu próprio laboratório de análise localizado na sede da Autarquia, em Brasília. Em 2013, foram adquiridos novos equipamentos e softwares de forense digital e o treinamento dos servidores. Em 2014, foram incluídas aquisições de equipamentos de suporte às operações de busca e apreensão no Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2014-2016, tendo sido adquiridos equipamentos para tratamento de informações digitais (HDs e 5 duplicadores para cópia das informações nas operações realizadas). Além disso, foram contratadas duas consultorias no âmbito da cooperação internacional para a elaboração de filtros econométricos para análise de bases de dados de compras públicas, com o intuito de identificar possíveis cartéis em compras públicas.

Além disso, o Cade procurou firmar parcerias com órgãos públicos para acessar informações e cruzar dados que possam dar origem a novas investigações. Em 2014, foram firmados acordos com a Controladoria Geral da União, Agências Reguladoras, Tribunal de Contas Estadual dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, Prefeitura de São Paulo e Ministérios Públicos dos estados da Paraíba e Rio Grande do Sul. Por fim, houve a ampliação da equipe de inteligência, que agora conta com quatro servidores.

Tendo como prioridade o combate a cartéis, foram feitos investimentos em equipamentos, softwares e treinamento da equipe em técnicas de investigação e econometria para consecução do projeto de Estruturação do Laboratório de Inteligência do Cade. Além disso, está em fase de negociação a entrada do Cade na Rede Lab, rede de inteligência e compartilhamento de softwares de análise forense coordenada pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça (DRCI-MJ).

Os resultados esperados dessa estratégia de centralização são a ampliação da expertise do Cade em seu trabalho de inteligência e o aumento da capacidade de processamento de informação, o que renderá investigações sobre infrações à ordem econômica mais robustas e céleres. Além disso, o trabalho da Autarquia poderá subsidiar e dar maior suporte operacional a investigações promovidas por parceiros.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

• Implantação do Novo CADE

Análise Situacional da Meta

Análise Situacional da Meta: As alterações trazidas pela Lei nº 12.529/2011, tratadas como prioridade pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Melhora do Ambiente do Investimento – apontam a necessidade de ampliação do Cade e de suas competências, como meio de fortalecimento da política de defesa da concorrência, incumbindo à Autarquia grandes desafios, a começar pela sua própria reestruturação.

O Novo Cade foi formalmente instituído com a entrada em vigor da nova Lei da Concorrência (Lei nº 12.529/2011) e do Decreto nº 7.738/2012, que aprovou a estrutura regimental do Cade. Além disso, houve mudança das instalações físicas (mudança de sede), dos processos de trabalho e sistemas de informação, além dos normativos internos para adequação aos prazos e procedimentos definidos pela nova Lei da Concorrência.

Contudo, a partir de 2013, a meta de implementação do novo Cade passou a ter um novo viés, o de sedimentar a atuação do Conselho. Nesse sentido, os próximos desafios da Autarquia podem ser divididos em dois grupos: desafios estruturais e desafios de gestão.

Em junho de 2013, foi autorizada a realização de concurso para provimento de 26 (vinte e seis) cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE). O concurso foi realizado em 2014, com seu resultado homologado em junho de 2014, e nomeação dos servidores a partir de outubro, predominantemente na área meio do CADE. A realização desse



concurso é uma etapa importante no fortalecimento do Cade, e supre parte da demanda por recursos humanos atual na Autarquia.

Após um ano de funcionamento da estrutura atualmente vigente, foram detectadas necessidades de ajuste no organograma para atender demandas que não foram mapeadas antes do processo de transição para o novo Cade. Verificou-se que o atual organograma mostrou-se suficiente para estruturar o novo processo de análise de fusões e aquisições, que atingiu patamares de eficiência compatível com as melhores agências antitruste do mundo. Contudo, o mesmo nível não foi alcançado na área de repressão a condutas anticompetitivas (especialmente cartéis), cujos prazos de análise ainda precisam ser reduzidos para garantir a efetividade das decisões do Cade.

Por essa razão, em 2013 foi submetido ao Ministério da Justiça, para instrução e posterior encaminhamento ao Ministério do Planejamento, pedido de reestruturação para ampliação da estrutura da Superintendência-Geral, com a criação da 9ª Coordenação-Geral de Análise Antitruste (CGAA 9), fortalecendo a área finalística mediante ajustes pontuais na estrutura do Cade, com o rearranjo de cargos comissionados já existentes e trocas de cargos, sem necessidade de aumento do saldo total de cargos da Autarquia. O pedido encontra-se em análise no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os desafios de gestão decorrem, em grande parte, dos desafios estruturais e versam sobre o uso integrado de informações, revisão dos indicadores de desempenho, medidas de padronização e institucionalização das práticas de gestão, melhoria dos controles internos e otimização dos processos de trabalho.

• Implementação do sistema de notificação e tramitação eletrônica dos processos administrativos

Análise Situacional da Meta

Análise Situacional da Meta: Os processos administrativos constituem a materialização da atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, tanto o controle de estruturas quanto o controle de condutas.

O sistema de notificação e tramitação eletrônica dos processos administrativos faz parte do escopo do projeto Cade sem Papel, que prevê o ingresso de processos e documentos por meio eletrônico, a triagem informatizada, a tramitação eletrônica de processos, a virtualização da análise e preparação das decisões, a automatização das rotinas de julgamento, e a estruturação do banco de dados para permitir a pesquisa processual e geração de estatísticas em tempo real. Essas inovações contribuirão para a redução do tempo de tramitação, a melhora qualitativa das análises, maior capacidade de detecção proativa de problemas concorrenciais, além de seguir os princípios de sustentabilidade econômica e ambiental.

Durante o exercício de 2013, foram investidos mais de R\$ 3,5 milhões em infraestrutura de Tecnologia da Informação, no âmbito do projeto Cade sem Papel. Foram adquiridos servidores de rede, dispositivo de armazenamento de dados, scanners, computadores e notebooks.

Dessa maneira, para consecução do Projeto Cade sem Papel, em 2012 foi especificada a solução Siscade e contratada uma fábrica de software para desenvolvê-la. O Sistema foi inicialmente projetado em quatro módulos, e a primeira versão do primeiro módulo entrou em produção em junho de 2012 e se encontra em uso por cerca de 30 usuários das seguintes unidades: (i) Protocolo/Cadastro; (ii) Contabilidade; e (iii) Superintendência-Geral. Atualmente, encontram-se inseridos no sistema todos os processos de atos de concentração submetidos ao Cade a partir de novembro/2012 e as denúncias de infrações à ordem econômicas recebidas a partir de fevereiro/2013.

Em 2013, a evolução do sistema foi suspensa e foi encomendado um estudo sobre a viabilidade da solução. Em 2013 foi contratada consultoria externa com vistas a desenvolver diagnóstico da usabilidade e funcionalidade dos sistemas envolvidos na atividade de instrução de processos administrativos, inclusive no aspecto de segurança, com proposta de melhorias e do diagnóstico da gestão eletrônica de documentos atuais do Cade, identificando os pontos a serem melhorados.

Como resultado desse trabalho, verificou-se que o tempo e o volume de recursos necessários para completar o projeto Siscade eram incompatíveis com as expectativas e possibilidades do Cade. Como alternativa mais viável, identificou-se o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), software livre desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região



(TRF4), que poderia ser cedido ao Cade sem ônus.

Além de contemplar grande parte do escopo do projeto Cade sem Papel, o SEI foi selecionado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão como solução para o Processo Eletrônico Nacional (PEN), que visa integrar os protocolos de todos os órgãos da administração federal, através do Número Único de Protocolo (NUP) para possibilitar o trâmite de documentos e processos eletronicamente, dispensando o uso de papel.

Em 2014, foi colocado em funcionamento o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos do Cade. No segundo semestre do ano, foi realizada audiência pública (nº 4/2014) para debater a implantação do SEI no Cade. Na sessão de julgamento de 26/11, o Tribunal aprovou a resolução que institui o SEI como novo sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos da autarquia. A fim de preparar os servidores para a operação do SEI, foram também realizados treinamentos, divididos em diversos módulos, entre 24/11 e 05/12. O sistema passará a funcionar oficialmente no Cade a partir de 01/01/2015. Há uma segunda fase do projeto, que trata da criação e implantação do módulo de peticionamento eletrônico, que inclui o processo de notificação de Atos de Concentração, programada para iniciar-se no primeiro semestre de 2015.

A implantação do SEI contribuirá para a atuação mais eficiente da Autarquia, na medida em que otimizará das rotinas de trabalho, disponibilizará instrumentos de gestão de casos e das equipes, e possibilitará a organização do conhecimento gerado no Cade. Ademais, a eliminação de papel com a adoção do processo eletrônico promove a sustentabilidade econômica e ambiental, além de redução os custos de transação para os administrados. Espera-se que a solução permita ao Cade concentrar seus esforços na construção da capacidade de detecção proativa de problemas concorrenciais e focar nos elementos essenciais para a consecução da política pública de defesa da concorrência no Brasil.

• Lançamento e divulgação de publicações e cartilhas para disseminação da cultura da concorrência

Análise Situacional da Meta

Análise Situacional da Meta: Em 2012 o Cade instituiu o projeto Revista de Defesa da Concorrência, com o objetivo de reativar a publicação do periódico.

A edição pelo Cade de uma publicação periódica sobre política de defesa da concorrência teve início em 1975, com o lançamento da Revista de Direito Econômico. Em 2004, o veículo passou a se chamar Revista de Direito da Concorrência. Desde a primeira versão até hoje, mais de 50 edições foram publicadas. Com a nova linha editorial, passa a ser denominada Revista de Defesa da Concorrência, e os artigos submetidos à publicação são avaliados por especialistas externos ao Cade, em sistema de double-blind review. Esta medida é importante para a evolução da qualificação da revista no Qualis, critério criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a avaliação de periódicos acadêmicos brasileiros e internacionais.

A Revista de Defesa da Concorrência é editada semestralmente pelo Cade, com o objetivo de contribuir para o fomento da produção acadêmica sobre política antitruste e difundir conhecimento sobre o tema. A revista apresenta artigos que tratam de defesa da concorrência sob as óticas do Direito, da Economia, das Relações Internacionais e de outras áreas de interesse do Cade. As duas primeiras edições foram publicadas em maio e novembro de 2013, respectivamente. Ambas contaram com 9 artigos publicados, incluindo uma seção de atualidades, seguida de artigos de doutrina jurídica e econômica.

A edição nº 3 da Revista foi publicada em maio de 2014 e contou com 9 artigos, sendo um artigo de atualidades da parte do presidente do “Instituto Nacional de Defensa de la Competencia y de la Protección de la Propiedad Intelectual (INDECOPI)”, instituição encarregada da defesa da concorrência no Peru, bem como outros artigos acadêmicos que contribuem ao debate do tema no Brasil. A edição nº 4, de novembro/2014, contou também com 9 artigos.

Outra ação de disseminação da cultura da defesa da concorrência foi o projeto Cade 50 Anos, realizado pela autarquia com o apoio do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), do Ministério da Justiça. O projeto teve início em setembro de 2012, mês em que o Cade completou seu cinquentenário.

As primeiras ações do Projeto foram a realização de uma sessão solene de julgamento que reuniu autoridades e ex-



integrantes do SBDC e o lançamento de uma campanha publicitária sobre a importância da defesa da concorrência para a economia e para a sociedade. Os anúncios publicitários foram veiculados em sete revistas e seis jornais de circulação nacional, além de 17 portais na internet. A campanha contou também com um hot site com conteúdo didático sobre os principais marcos legislativos, a atuação e as competências do SBDC. As informações ficaram no ar durante todo o ano em que se comemorou o cinquentenário da autarquia.

Ainda como parte do Projeto Cade 50 anos, em 2013 foi promovido o Seminário Fronteiras da Defesa da Concorrência, que contou com cerca de 200 pessoas e discutiu a relação da política antitruste com temas como regulação, desenvolvimento, política industrial e Poder Judiciário. Os debates e palestras também foram transmitidos ao vivo pelo site do Cade.

Em 2014, foi realizado seminário “Compliance e a Defesa da Concorrência”, em conjunto com o Centro de Estudos de Direito Econômico e Social – Cedes. O evento ocorreu em São Paulo e contou com o apoio da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região – Emag e da Associação dos Juizes Federais do Brasil – Ajufe. O Cade também realizou 3 seminários voltados para o público externo que trataram de temas como poder compensatório em análises de condutas anticompetitivas, mercado de telecomunicações, competição bancária. O áudio está disponível no site do Cade (www.cade.gov.br).

• Realização do encontro anual da ICN (International Competition Network) no Brasil em 2012

Análise Situacional da Meta

A International Competition Network (ICN) é um organismo internacional dedicado à defesa da concorrência para promover a cooperação e a troca de experiências entre autoridades antitruste. É formada por 129 autoridades de concorrência nacionais ou regionais de 115 jurisdições diferentes.

A Conferência Anual da ICN é o maior evento internacional voltado para a área de políticas antitruste. A participação de externos enriquece o debate e fornece novas perspectivas para as agências. Em 2012, o Cade foi responsável por organizar a 11ª edição, no Rio de Janeiro, e contou com a presença de 489 participantes. A programação incluiu a apresentação do Special Project, trabalho desenvolvido pela autoridade que sedia o encontro, cujo tema foi “Leniency and Settlements Procedures in Competition Enforcement”.

Os resultados contribuíram para a revisão pelo Cade das normas internas relativas à celebração de acordos. A realização do evento trouxe consequências positivas e projetou internacionalmente a atuação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Em 2013, o Cade recebeu quatro estrelas no ranking realizado anualmente pela revista Global Competition Review (GCR), especializada em política de concorrência e regulação, referente ao ano de 2012. A GCR avalia a atuação de órgãos antitruste mundiais conferindo a eles classificação em uma escala de zero a cinco estrelas. Pela primeira vez, o Cade recebeu essa classificação, e a realização da 11ª Conferência da ICN foi um dos fatores considerados na avaliação da revista. Com as quatro estrelas, o Cade ficou atrás somente das agências de União Europeia, França, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos e Japão. Em 2014, o Cade manteve a classificação de quatro estrelas da GCR e permanece no grupo das melhores agências antitruste do mundo.

Outro resultado importante foi o convite do presidente do Cade para a vice-presidência para implementação da ICN. Essa posição traz o desafio de coordenar uma agenda extensa de implementação de diversos produtos gerados pelos comitês técnicos da ICN. Nesse contexto, o Cade contratou consultor por meio da cooperação técnica com o PNUD, serviços de consultoria sob a forma de elaboração de plano estratégico para implementação de produtos gerados pela ICN. A consultoria incluiu a coordenação do II Workshop Internacional em matéria concorrencial, realizado no Cade em maio de 2014, para funcionários do Cade e de autoridades da concorrência estrangeiras.

Outro desdobramento é a realização da edição internacional do Programa de Intercâmbio do Cade – PinCade internacional. Em 2013, o Cade recebeu 12 técnicos de agências do mundo, com o intuito de conhecer o funcionamento da autarquia, e contou com diversas palestras e a tradução simultânea da sessão de julgamento ocorrida no período. Em 2014, o Cade repetiu o evento, com a participação de 13 intercambistas.

No que tange a cooperação internacional, o Cade atua em duas vertentes: a cooperação formal e a cooperação informal.



A cooperação formal inclui a negociação de convênios interinstitucionais e as notificações internacionais. Já a cooperação informal se dá pelo relacionamento com outras autoridades e a cooperação em casos concretos ou pesquisas de benchmarking.

Em 2014, duas notificações internacionais foram solicitadas aos Estados Unidos por intermédio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional (DRCI), do Ministério da Justiça. Ademais, foram assinados três novos convênios internacionais com as autoridades antitruste da Coreia do Sul, Japão e Colômbia, dois acordos, com Rússia e França, foram renovados, e foram iniciadas negociações para assinatura de convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o Banco Mundial.

A aproximação com outras jurisdições favorece, ainda, a cooperação para o combate a cartéis internacionais e para o controle de fusões transnacionais. Em maio de 2013, o Cade aprovou com restrições duas fusões internacionais, cujas análises foram objeto de cooperação entre o Cade e seu homólogo europeu, o DG-Competition. Enquanto um caso se refere à aquisição da Mach de Luxemburgo pela Syniverse dos EUA (AC 08012.006437/2012-13), o outro diz respeito à fusão da Sueca Munksjö AB e da Finandesa Ahlstrom Corporation (AC 08700.009882/2012-35). A troca de informações, inclusive confidenciais, foi possível em razão da assinatura de um Termo de Renúncia à Confidencialidade por parte das empresas envolvidas, e foi elaborado com base nos modelos sugeridos pela ICN e pela OCDE. Em 2014, dos 77 atos de concentração ordinários analisados ao Cade, 17% demandaram ou foram alvo de cooperação internacional com outras agências. Comparado ao percentual de 5% de 2013, o atual número demonstra o crescimento da importância da cooperação internacional para o Cade, que não só demanda, mas que também passou a ser demandado por agências de outros países.

• **Redução de 50% do estoque de investigações nos setores de saúde e combustíveis em instrução na SDE/MJ**

Análise Situacional da Meta

Meta alcançada. Em 2013, foi registrada redução de 74% do estoque nos casos de saúde e combustíveis. Cumpre destacar que, quando da elaboração do Plano Mais Brasil, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ) era responsável pela instrução dos processos de apuração de condutas anticompetitivas. Os fatores que determinaram a definição da meta de redução de estoque nos setores de saúde e combustíveis foram: grande número de denúncias nesses setores; grande impacto no bem-estar dos consumidores; e necessidade de dar resposta mais tempestiva à sociedade. No setor de combustíveis, grande parte dos processos em investigação versava sobre cartéis na revenda. Como resultado desse esforço, pode-se citar a condenação pelo Cade, em 2013, em sessão temática de julgamento dedicada ao setor de combustíveis, de seis casos de cartel, totalizando a aplicação de R\$ 120 milhões em multas, destinada ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, que reverte os recursos arrecadados em projetos que visem à recuperação de bens e direitos difusos. Essas práticas ocorreram nas cidades de Manaus (AM), Bauru (SP), Londrina (PR), Teresina (PI) e Caxias do Sul (RS). Em 2014, tem-se a sugestão de condenação enviada pela Superintendência-Geral ao Tribunal de cartel de postos de combustíveis no estado do Espírito Santo (Processo Administrativo nº 08012.008847/2006-17) e a condenação da Raízen Combustíveis S/A (08012.011042/2005-61) por abuso de poder de mercado na distribuição de combustíveis e influência de adoção de conduta uniforme na revenda nas cidades de Marília e Bauru, no estado de São Paulo, com um total de R\$ 26,5 milhões em multas aplicadas.

O esforço para redução do estoque iniciou-se ainda em 2012, com a iminência da implantação do Novo Cade, como uma forma de tratar de forma mais eficiente as denúncias recebidas nesse setor. Destaque-se que muitas das denúncias careciam de conteúdo probatório e foram arquivadas por ausência de indícios. O arquivamento desses casos também contribui para o aumento da efetividade da política de defesa da concorrência, na medida em que libera os recursos do CADE para tratar casos com maior chance de condenação.

No setor de saúde, a maior parte dos casos finalizados tratava de condutas unilaterais, ou seja, praticadas por um agente econômico abusando de sua posição dominante. A uniformização de teses acerca de tabelamento de preços pelos



Conselhos Regionais de Medicina, assim como sobre a unimilitância (exigência de exclusividade feita aos médicos pelos planos de saúde), permitiu a solução de diversos processos diferentes sobre o mesmo tema, racionalizando os esforços da equipe. Vale ressaltar que muitos casos também foram arquivamento por ausência de indícios. Como resultado da priorização do setor de saúde, cumpre destacar que, em março de 2013, 93 casos de unimilitância foram encerrados pelo CADE ao firmar acordos administrativos e autorizar acordos judiciais com diversas Unimeds. Ao total, pelas condenações anteriores, as Unimeds pagarão mais de R\$ 10 milhões em multas e terão de encerrar práticas de unimilitância. Em 2014, cita-se como exemplo a recomendação de condenação enviada pela Superintendência-Geral ao Tribunal de conduta envolvendo a União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – Unidas e de três hospitais no mercado de prestação de serviços médico-hospitalares no Distrito Federal (PA nº 08012.006969/2000-75). Outras condenações importantes foram 12 casos de tabelamento de serviços médico-hospitalares, resultando na aplicação de 4,6 milhões em multas a entidades representativas da classe médica por fixação de preços de serviços médico-hospitalares no mercado de saúde suplementar.

Atualmente, o Cade tem envidado esforços para redução geral de seu estoque de processos punitivos em investigação, tanto cartéis quanto condutas unilaterais. Em dezembro de 2012, o Cade possuía o estoque de 348 casos em investigação pela Superintendência-Geral. Ao final de 2013, esse número era 232 casos, incluindo novas instaurações. Em 2014, havia 242 casos, sendo 160 casos novas instaurações no período. Esse número considera os Processos Administrativos (PAs), os Inquéritos Administrativos (IAs), os Procedimentos Preparatórios (PPs) e as Denúncias, bem como as Averiguações Preliminares (APs) e os Procedimentos Administrativos (PRs) remanescentes do estoque existente à época da entrada em vigor da nova Lei. O Cade empreendeu outras iniciativas para aumentar a eficiência da gestão no combate a condutas anticompetitivas. Entre elas estão: (i) elaboração do Manual de Busca e Apreensão; (ii) alteração das rotinas internas; e (iii) definição de critérios de priorização dos casos. Como resultado dessa estratégia, percebe-se uma estabilização do estoque, com o tratamento de casos antigos e o aumento da entrada de novos casos, o que denota uma maior agilidade no encaminhamento dos casos em instrução.

Quantidade alcançada

150

Data de Referência

31/12/2014

- **Revisão das normas de tramitação de processos no SBDC para diminuir a duração dos processos, aprimorando a observância dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da razoável duração dos processos administrativos**

Análise Situacional da Meta

Análise Situacional da Meta: Em 2012, o Cade empreendeu grande revisão em suas normas internas sobre análise de Atos de Concentração (AC) e de Processos Administrativos (PA), uma vez que a Lei da Concorrência (Lei nº 12.529/2011), que passou a vigorar em maio de 2012, instituiu o processo de notificação prévia de AC e trouxe alterações significativas nos procedimentos e prazos de instrução de processos administrativos.

Na área de instrução de AC, os resultados têm sido bastante positivos. Alcançou-se tempos de instrução inferiores aos internacionalmente pela sua eficiência. Em âmbito nacional, o novo processo de análise de AC foi uma das 10 iniciativas premiadas pela 18ª edição do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido em 2013 pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). No cenário internacional, em 2013 a revista Global Competition Review (GCR), principal publicação no tema de Defesa da Concorrência e que realiza uma avaliação de autoridades antitruste, atribuiu ao Cade quatro estrelas (de um total de cinco). O Cade manteve a mesma pontuação em 2014, o que coloca o Conselho ente as oito melhores agências de defesa da concorrência no mundo.

Na área de instrução de processos punitivos, a revisão para a redução do tempo de instrução é mais complexa. Os prazos legais procuram garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa; ainda assim, o Cade tem investido em gestão e priorização de casos, de forma a tornar a atividade o mais eficiente possível.

Em 2013, merece destaque alteração do Regimento Interno do Cade (RICADE), no que diz respeito às normas relativas



à celebração de acordos. Em 2014, foram promovidas novas alterações do RICADE, para tratar temas relacionados à notificação de AC, e para permitir a troca de documentos entre o Cade e os administrados por meio eletrônico. Essas revisões foram aprovadas pelo Plenário do Tribunal, após consultas públicas.

• **Revisão do marco legal dos crimes contra a ordem econômica, com a finalidade de dissuadir a prática de tais delitos e aumentar a eficácia da persecução penal contra crimes dessa natureza**

Análise Situacional da Meta

Além de infração administrativa, a prática de cartel também configura crime no Brasil, punível com multa ou prisão de 2 a 5 anos em regime de reclusão. De acordo com a Lei de Crimes Contra a Ordem Econômica (Lei nº 8.137/1990), essa sanção pode ser aumentada em até 50% se o crime causar grave dano à coletividade, se cometido por um servidor público ou se relacionar a bens ou serviços essenciais para a vida ou para a saúde.

A revisão do marco legal dos crimes contra a ordem econômica foi definida como meta do Plano Mais Brasil com o objetivo de analisar as condutas típicas e as penas aplicáveis às pessoas físicas em caso de cartéis e, se for o caso, propor mudanças no Código Penal para tornar a política de defesa da concorrência mais efetiva.

O Cade participou da Ação II da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) para discutir proposta de reforma do Código Penal e tem estudado as melhores práticas internacionais sobre o assunto, mas ainda não há uma conclusão sobre esse tema.

Estudos apresentados no 19º Seminário Internacional de Defesa da Concorrência, promovido em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio (IBRAC), informam o incremento da persecução penal de cartéis no Brasil. No total, 18 casos foram denunciados com base na Lei 8.137/90, envolvendo a denúncia de 166 indivíduos, dos quais 42 foram condenados, 42 absolvidos, 52 indivíduos tiveram o processo suspenso condicionalmente e 20 indivíduos firmaram transação penal. Além desses, 8 indivíduos tiveram declaração antecipada da prescrição penal, 1 ainda aguarda julgamento e outro faleceu.

O percentual de condenação apurado no Brasil, de 25%, ainda é menor do que o índice registrado nos Estados Unidos na década de 90, por exemplo, que foi de 37%. A reflexão sobre a eficácia da persecução criminal tem provocado discussões que apontam ora para a necessidade de aumento da pena, ora para a descriminalização da conduta. Verifica-se que mais de 35 países dão tratamento penal à prática de cartel, com penas que variam de 6 meses (Bélgica) a 14 anos (Canadá), enquanto poucos países vão em corrente contrária, ou seja, de descriminalização da prática. Contudo, há diferentes modelos jurídicos e arranjos institucionais para persecução das condutas de cartel, portanto faz-se necessário aprofundar o debate sobre esse tema de modo a identificar a melhor estratégia para a realidade brasileira. Em 2014, a OCDE publicou contribuição produzida pelo Cade que versa sobre o combate à corrupção e a promoção da concorrência, em que esse tema foi abordado. O Cade permanece participando de debates sobre o tema, porém sem resultados conclusivos até o final de 2014.

• **Revisão dos programas de leniência e de compliance, incentivando a adesão dos agentes econômicos a esses programas com vistas a tornar mais efetiva a prevenção e a repressão de infrações à ordem econômica**

Análise Situacional da Meta

Análise Situacional da Meta: O Programa de Leniência é um instituto previsto na Lei 12.529/2011 (arts. 86 e 87) que permite ao Cade celebrar acordo com pessoas físicas e jurídicas que forem autoras de cartel, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, mediante a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução da penalidade aplicável. Essa colaboração pode ser tanto no sentido de revelar práticas de cartel antes desconhecidas pelo Cade, como de contribuir para investigações em andamento, fornecendo provas e identificando os agentes envolvidos na conduta colusiva.

Trata-se de importante instrumento da política de combate a cartéis, pois os indícios da infração anticoncorrencial são levados ao conhecimento do Cade, poupando significativos esforços e recursos públicos. Além disso, o instituto da leniência tende a desestabilizar um cartel, pois apenas o primeiro a delatar a prática tem direito aos benefícios estipulados no programa. Ou seja, qualquer desentendimento ou suspeitas dentre os membros do cartel traz a incerteza de que alguém poderá delatar a prática, o que representa um forte incentivo para que aquele que se sinta ameaçado se



antecipe e procure a autoridade de defesa da concorrência.

Em 2012, a Autarquia empreendeu a revisão do Programa com a redação de um novo Regimento Interno do Cade (RICADE), quando da entrada em vigor da Lei nº 12.529/2011, com o intuito de torná-lo mais transparente e fomentar a procura por parte dos envolvidos em práticas de cartel. O Cade observou como resultado dessa iniciativa a diversificação dos setores em que se iniciaram negociações e o aumento de leniências nacionais. Os próximos passos incluem nova revisão do RICADE para adequar os procedimentos às melhores práticas internacionais e consolidar mudanças procedimentais para negociação dos acordos.

Convém destacar que o Cade definiu como meta para o período de 2011 a 2014 um incremento de 20% no número de leniências assinadas entre os anos de 2007 a 2010. Para dezembro de 2013, a meta é de cumprimento de 75% desse incremento, percentual atingido pela Autarquia. Em 2014, foram assinados dez acordos de leniência, sendo seis novos acordos e quatro aditivos. Foram realizadas, ainda, cinco operações de busca e apreensão, sendo duas cíveis (promovidas pelo Cade) e três criminais (em que o Cade atuou como parceiro), que cobriram mais de 150 alvos distribuídos em sete Estados.

Das investigações decorrentes dos acordos assinados, o Cade julgou até o momento três Processos Administrativos – cartel dos vigilantes em 2007, cartel de peróxidos em 2012 e o cartel de cargas aéreas em 2013 –, estando os demais em instrução ou aguardando julgamento. Além disso, um dos acordos gerou recentemente a Operação Linha Cruzada, de busca e apreensão, para apurar possível cartel em licitações de trens e metrô em São Paulo e Distrito Federal.

Foi planejada em 2014 a elaboração de proposta para revisão das normas regimentais sobre leniência, visando incorporar ao Regimento Interno do Cade (RICADE) melhorias para tornar o programa mais atrativo e eficiente. A proposta está em fase de análise final pelo Conselho, para ser submetida a consulta pública.

O Programa de Compliance, por sua vez, tem caráter educativo e consiste em disseminação de informações sobre infrações à ordem econômica para o meio empresarial. O objetivo do programa é promover uma atuação preventiva e incentivar a adoção de boas práticas concorrenciais e o estabelecimento de rotinas a serem seguidas por empresas e associações de classe, no âmbito de sua organização interna, para evitar o cometimento de infrações à ordem econômica por seus funcionários.

Assim como tem feito para aprimorar o Programa de Leniência, o Cade tem buscado identificar as melhores práticas internacionais sobre Compliance. Em agosto de 2014, o Cade promoveu o seminário “Compliance e a Defesa da Concorrência”, em conjunto com o Centro de Estudos de Direito Econômico e Social – Cedes. O evento será em São Paulo e conta com o apoio da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região – Emag e da Associação dos Juizes Federais do Brasil – Ajufe. O seminário reuniu palestrantes do meio acadêmico, de organizações internacionais, da iniciativa privada e do poder público para trocar experiências e debater temas relacionados às melhores práticas em compliance concorrencial.

OBJETIVO: 0872 - Consolidar a política nacional de arquivos, modernizar os serviços arquivísticos governamentais e preservar o patrimônio arquivístico nacional de forma a harmonizar a responsabilidade do poder público com o direito constitucional dos cidadãos de acesso à informação e contribuir para a promoção do direito à memória e à verdade.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Cabe destacar as principais realizações que contribuíram para o alcance deste objetivo do exercício de 2012 a 2014, a saber:

- Na Política Nacional de Arquivos, o Plenário do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ aprovou a proposta de Projeto de Lei que altera a Lei 8.159, de 08/01/1991; a realização de uma Campanha de fomento para criação e desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais, além da cartilha Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania; o Parecer apresentado pela Comissão



Técnica de Avaliação, referente ao reconhecimento como de interesse público e social do acervo privado da Associação Cultural Cachuera; realização do “I Simpósio Nacional sobre Gestão, Preservação e Acesso aos Documentos Arquivísticos” (I SINGPAD); a avaliação das propostas e moções aprovadas na Plenária Final da 1ª Conferência Nacional de Arquivos – I CNARQ e as publicações das Resolução nº 34, 36,37,39, 40, 41 e 42 do CONARQ (em anexo);

- No âmbito da Gestão de Documentos Federais foram prestadas orientações técnicas a 828 órgãos e entidades da Administração Pública Federal - APF, no que diz respeito à elaboração e análise para aprovação de códigos de classificação e tabelas de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, à análise para aprovação de listagens de eliminação de documentos, ao acompanhamento dos trabalhos e à atuação das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos e ao tratamento de acervos produzidos e acumulados por órgãos e entidades extintos. Foram eliminados 22.080,44 metros lineares de documentos públicos a partir da aprovação e autorização de 133 Listagens de eliminação de documentos, representando uma grande redução dos gastos com a guarda de documentos destituídos de valor para a guarda permanente, melhor aproveitamento do pessoal alocado na área de arquivos, racionalização de espaço; Cursos de capacitação para servidores de órgãos e entidades da APF.

- Nas ações relativas à Preservação do Acervo Nacional foram desenvolvidas ações de ampliação do controle e disponibilização de informações ao cidadão, pela preservação de 337.637 documentos integrantes de diversos fundos arquivísticos, destacando-se aqueles relativos à entrada de imigrantes e ao registro civil, assim como os fundos “Correio da Manhã” e “Agência Nacional”, destacando-se aqueles relativos à temática de interesse da Comissão Nacional da Verdade-CNV como os fundos “Serviço Nacional de Informações (SNI)” e “Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR). No exercício de 2014 foram digitalizados e ocerizadas cerca de 6.500.000 páginas de documentos e 67 fundos documentais, gerando o mesmo número de representantes digitais matrizes em alta resolução (TIFF) e cerca de 757.000 representantes digitais derivados em PDF multipáginas organizados por processos ou dossiês, o que possibilitou a disponibilização de 100% do acervo de interesse da CNV. No portal institucional, 30 instrumentos de pesquisa foram publicados, com vistas à ampliação do acesso do cidadão à informação governamental e foram inseridos 434.830 registros em bases de dados para acesso via Web. O Arquivo Nacional recebeu 08 acervos e recolheu 07 acervo do Departamento de Polícia Federal/Delegacia de Ordem Institucional.

- Nas ações relativas ao Sistema de atendimento ao Usuário, cumprindo sua missão de dar acesso a informação e garantir ao cidadão os seus direitos, o Arquivo Nacional deu atendimento , de janeiro de 2012 a dezembro de 2014 , a 2.864.182 usuários de forma presencial e a distância e por meio dos sítios institucionais.

No âmbito do projeto Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA) com o objetivo de reunir informações sobre a organização administrativa central e federal brasileira, nos períodos colonial, monárquico e republicano, destacaram-se no ano de 2012 o desenvolvimento do projeto “Estado e Administração na República Velha: 1891-1930 (1ª fase)”; as publicações virtuais “Dicionário da Administração Pública On-line” e a série “Cadernos Mapa”. Em 2013 destacaram-se: o desenvolvimento do projeto “Estado e Administração na República Velha: 1891-1930 (2ª fase)”; as publicações virtuais “Dicionário da Administração Pública On-line”, a série “Cadernos Mapa”, com três volumes sobre as secretarias de Estado do século XIX, e o “Guia da Administração Imperial (1822-1889)” e dois volumes no exercício de 2014, A Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha (1822-1891); Fernando de Noronha: uma ilha-presídio nos trópicos (1833-1894).

- Na área de promoção de eventos e difusão do acervo, vêm sendo empreendidas iniciativas para estabelecer acordos de cooperação técnica com instituições congêneres, a exemplo do acordo com o Colégio Pedro II, e parcerias para promover a visitação às exposições e outras ações conjuntas. Outros esforços para viabilizar atividades de difusão cultural também têm sido realizados, a exemplo da itinerância da exposição 50 anos de desenvolvimento nacional, originalmente exibida no espaço do BNDES em 2002, e que percorrerá, em 2015, 7 municípios do estado do Rio de Janeiro.

- Na área de projetos especiais interinstitucionais cabe destacar a continuidade das ações do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas. Nos Estados brasileiros as ações do Memórias Reveladas vêm beneficiando um amplo programa de apoio à organização, preservação, descrição, microfilmagem, digitalização e



disseminação de diversos acervos em instituições parceiras da Rede Memórias Reveladas. No exercício de 2012 foram realizadas as atividades: gravação de material didático da “Oficina de Fontes para a História do Regime Militar”, em apoio à Rede de Observatórios Direito à Memória, Verdade e Justiça, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; lançamento do livro eletrônico “Arquivo, Memória e Resistência dos Trabalhadores no Campo e na Cidade” e do livro impresso “Arquivos do Mundo dos Trabalhadores”, ambos em parceria com a CUT Brasil; realização da “Conferência Internacional Memória: América Latina em Perspectiva Internacional e Comparada”, em parceria com a Comissão de Anistia/MJ e a PUC-Rio, reinauguração da exposição Registros de uma Guerra Surda no campus da PUC-Rio. No exercício de 2013, foram disponibilizados banco de dados com representantes digitais de documentos do período da ditadura militar sob guarda da instituição, destacando-se a documentação do extinto SNI – Serviço Nacional de Informações. Foi realizada, em cooperação técnica com os Serviços Gráficos de Sergipe (SEGRASE), a publicação de número especial da revista Perspectiva Histórica, dedicado ao período da ditadura militar e lançamento em diversos estados do Brasil, os três livros vencedores da 1ª. edição do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas, concurso monográfico com base em fontes documentais referentes ao período da ditadura militar. Durante o ano de 2014 foi iniciada a elaboração de novo projeto de digitalização de acervos DOPS (Departamentos de Ordem Política e Social) sob guarda de arquivos públicos estaduais, com a realização de estudos e visitas técnicas. Lançamento do livro digital Arquivos da Repressão e da Resistência; foi realizado o “Seminário Ditadura e Transição Democrática - 50 anos do Memórias Reveladas nos 50 anos do golpe de 1964”, do edital do 3º Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas; e publicação do livro eletrônico “Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo”, em parceria com a CUT Brasil, primeiro volume da coleção “Arquivos e o direito à memória e à verdade”. No que se refere à divulgação nas redes sociais, a página de Facebook do Memórias Reveladas, criada em janeiro de 2013, e utilizada para divulgar conteúdos de interesse do Memórias Reveladas, atingiu a marca de 6.665 seguidores em dezembro de 2014.

Metas 2012-2015

• 120 reuniões técnicas realizadas no âmbito do CONARQ

Análise Situacional da Meta

O Plenário, as Câmaras Técnicas, as Câmaras Setoriais e as Comissões Especiais são órgãos da estrutura básica do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Ao Plenário do CONARQ cabe definir a política nacional de arquivos públicos e privados; as Câmaras Técnicas visam à elaboração de estudos e normas necessárias à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados e ao funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR); as Câmaras Setoriais tem por finalidade identificar, discutir e propor soluções para questões temáticas que repercutem na estrutura e organização de setores específicos de arquivos, interagindo com as Câmaras Técnicas; as Comissões Especiais tem por objetivo examinar assuntos específicos relacionados à legislação arquivística. O CONARQ conta, ainda, com uma Coordenação de apoio técnico e administrativo. Nesse sentido, foram realizadas 36 reuniões técnicas até dezembro de 2012, o que representou uma ampliação em 20% da meta anual prevista. No ano de 2013 foram realizadas 47 reuniões técnicas, o que significou um acréscimo de 57% da meta para esse ano. Em 2014 foram realizadas 39 reuniões técnicas no âmbito do CONARQ, o que representou um aumento de 30% para a meta anual.

Quantidade alcançada

122

Data de Referência

31/12/2014

• 140.000 registros de documentos inseridos e publicados no Banco de Dados Memórias Reveladas

Análise Situacional da Meta

Banco de Dados Memórias Reveladas dispõe, atualmente, de 435.065 registros, dos quais 419.623 foram publicados e estão disponíveis para consulta pública.

Em 2012, a alimentação espontânea (não patrocinada) do Banco de Dados permitiu a inserção de 7.000 registros, além de mais 15.000 registros oriundos do próprio Arquivo Nacional e dos parceiros: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRs e Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE(Pernambuco), os dois últimos contemplados



com recursos do Projeto Pronac 07-6040, perfazendo 20.000 registros, isto é, 57% da meta prevista para 2012 (35.000 registros).

Em 2013, a alimentação espontânea (não patrocinada) do Banco de Dados permitiu a inserção de 4263 registros o que representa o cumprimento de 12% da meta estabelecida para 2013 (35.000 registros).

Em 2014, a alimentação espontânea (não patrocinada) do Banco de Dados permitiu a inserção de 835 registros o que representa o cumprimento de 2 % da meta estabelecida para 2014 (35.000 registros). Encontra-se em elaboração projeto visando à digitalização de documentos e à alimentação de registros no Banco de Dados.

Quantidade alcançada

27.098

Data de Referência

31/12/2014

• **1.534.852 documentos arquivísticos preservados**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de preservar e facultar o acesso ao patrimônio arquivístico nacional sob sua guarda, o Arquivo Nacional realizou atividades de processamento técnico, conservação e reformatação de 334.844 documentos em 2012 e 342.033 documentos em 2013. No exercício de 2014 o Arquivo Nacional realizou atividades de processamento técnico, conservação e reformatação de 836.477 documentos. Estas atividades compreendem o tratamento arquivístico, a prevenção e/ou reparação de danos e deterioração e digitalização dos documentos para fins de acesso e preservação.

Quantidade alcançada

1.513.354

Data de Referência

31/12/2014

• **217 instituições e entidades cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ)**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) tem como competência promover a elaboração do cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como desenvolver atividades censitárias referentes a arquivos. No exercício de 2012 foram cadastradas 34 instituições e entidades no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), atingindo 62% da meta para 2012. No ano de 2013, foram cadastradas mais 40 dessas instituições, sendo 37 públicas e 3 do setor privado, o que representou 74% da meta prevista para o ano. Em 2014 foram cadastradas 42 instituições no CODEARQ, alcançando 78% da meta para esse ano.

Quantidade alcançada

116

Data de Referência

31/12/2014

• **230 ações culturais de difusão do acervo que se distribuem em edição de publicações técnico-científicas, sítios eletrônicos e realização de eventos**

Análise Situacional da Meta

As ações relativas à Promoção de Eventos visam à difusão do acervo arquivístico e da produção do conhecimento, dentre as quais destacamos: 1. Exposições temáticas com 6 mil visitante: - reedição de “Arquivos do Brasil, Memória do Mundo”, “O mundo luso-brasileiro”, “Estampas do Rio”, “Registros de uma guerra surda” e “Jango, nossa breve história”. No plano da itinerância de exposições, “Registros de uma guerra surda”. O A.N. recebeu a mostra “Arpilleras da Resistência Política Chilena”. 2. Seminários: I Seminário Internacional Documentar a Ditadura”, 3º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, I Simpósio sobre Gestão, Preservação e Acesso aos Documentos Arquivísticos, Promoção do direito a memória e a verdade, Cartografia nos arquivos; Estado & Administração; 2 Seminários A gestão de documentos arquivísticos na administração pública federal (SIGA); III Seminário internacional de história luso-brasileira: sertão e litoral. 3. Eventos anuais comemorativos ao Dia Mundial



do Patrimônio Audiovisual. O Festival Internacional de Cinema de Arquivo – REcine. 4. Do Programa editorial composto por publicações impressas e eletrônicas, destaca-se: Os presidentes e a república; 3 revistas REcine; Dicionário de Terminologia Arquivística; 6 monografias vencedoras do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2009; monografias vencedoras do Prêmio Memórias Reveladas de Pesquisa 2010; Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais; Fomento à criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais (eletrônica) e Coletânea de legislação arquivística e correlata (eletrônica), Princípios de acesso aos arquivos (eletrônica); Diretrizes do produtor: a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos; Diretrizes do preservador: a preservação de documentos arquivísticos digitais: diretrizes para organizações; Dicionário de Terminologia Arquivística; Norma Brasileira de Descrição Arquivística; A escrita da repressão e da subversão, Ministério da Justiça 190 anos: justiça, direitos e cidadania no Brasil, O Arquivo Nacional 1838-2012, Festas chilenas: sociabilidade e política no Rio de Janeiro no ocaso do Império. 5. Catálogos de exposições e outros materiais para seminários. 6. Periódico científico revista Acervo 6 números em versão impressa e eletrônica. 7. Site de Exposições Virtuais - 7 exposições já realizadas pelo Arquivo Nacional e outras exclusivamente virtuais (190 anos do Ministério da Justiça; Capitais da Bossa Nova: Rio e Brasília nos anos JK e O Rio do morro ao mar: demolições e comemorações em 1922, Brasil: O Império dos trópicos, França: uma festa brasileira, A história em preto e branco: periódicos no Brasil do século XIX, Viagens italianas. O site O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira apresentou 10 novos temas. 8. Concurso Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa e o Prêmio Thomas Skidmore.

Quantidade alcançada

188

Data de Referência

31/12/2014

• 2 conferências nacionais de arquivos realizadas em 2013 e 2015**Análise Situacional da Meta**

A primeira Conferência Nacional de Arquivos - CNARQ foi realizada em Brasília de 14 a 17 de dezembro de 2011, com a previsão de terem uma periodicidade bienal.

A primeira CNARQ, em sua plenária final, aprovou propostas relativas à necessidade de revisão da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos. Como resultado das demandas da I CNARQ, seguem as ações realizadas pelo CONARQ: análise dos Relatórios dos GTs ministeriais sobre os resultados da I Conferência Nacional de Arquivos – I CNARQ nas 69ª e 70ª Plenárias do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ em 25 e 26 de junho de 2013; análise e discussão de minuta de Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei de Arquivos nas 71ª e 72ª Plenárias do CONARQ 13 e 14 de agosto de 2013; consulta pública do Projeto de Lei versão 1.0, aprovado na 72ª Plenária do CONARQ, no período de 15 de setembro a 15 de novembro de 2013; análise e discussão de minuta de Projeto de Lei resultante da consulta pública nas 73ª, 74ª e 75ª Plenárias do CONARQ de 3 a 5 de dezembro de 2013; Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei de Arquivos - VERSÃO 1.1 aprovado na 75ª Plenária do CONARQ, de 5 de dezembro de 2013, enviado para exame da Secretaria de Assuntos Legislativos –SAL/MJ em 6 de janeiro de 2014 (Ofício nº002/2014/CONARQ, de 06 de janeiro de 2014). A 2ª. CNARQ, a ser realizada, irá avaliar a implementação das principais deliberações contidas no documento final da 1ª. CNARQ. Contudo, ainda não foi definida a data para sua realização.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

• 2 milhões de usuários atendidos e acessos a sítios eletrônicos e outras mídias digitais de difusão do acervo e de conhecimento**Análise Situacional da Meta**

Ao longo do ano de 2014 foram realizados 1.155.441 (um milhão, cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e um) atendimentos a usuários e acessos a sítios eletrônicos e outras mídias digitais de difusão do acervo e de



conhecimento. Sendo 34.449 (trinta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e nove) atendimentos nas formas presencial e a distância e 1.120.992 (um milhão, cento e vinte mil, novecentos e noventa e dois) acessos aos sítios eletrônicos institucionais.

O quantitativo de atendimentos ao usuário acumulado entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014 totalizou 2.864.182 (dois milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, cento e oitenta e dois). Portanto, a meta estabelecida para o período 2012-2015 de dois milhões de atendimentos foi superada. Tal fato deve-se principalmente à disponibilização de sítios eletrônicos institucionais, que se tornaram ferramentas amplamente utilizadas pelos usuários para acesso a uma parte do acervo, a instrumentos de pesquisa, leis e resoluções arquivísticas, além de informações sobre o Arquivo Nacional e sua participação em órgãos internacionais.

As principais realizações de 2012 a 2014:

- Implantação da Sala de Leitura Virtual – <http://plutao/salavirtual/>, na Coordenação de Consulta ao Acervo-COCAC/COACE, que tem agilizado o acesso a dados e informações contidos em documentos de fundos referentes ao período do regime militar e prontuários da Petrobrás. Essa modalidade de atendimento recebeu demandas de pesquisadores da Comissão Nacional da Verdade, da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, do Ministério Público da União e de pesquisadores acadêmicos.
- Implantação do módulo consulta SIAN, que permitiu o controle informatizado das áreas de processamento do acervo e do atendimento presencial;
- Execução dos procedimentos técnicos e administrativos com vistas à modernização da interface dos sítios institucionais no exercício de 2014; e
- Disponibilização do software livre DSpace aos usuários internos e externos, em suas consultas a parte do acervo da Instituição, o que permitiu a agilização de consultas à documentação produzida por órgãos de segurança do regime militar brasileiro (1964-1985).

Expectativas para o próximo período:

- Dar continuidade às atividades para ampliar a difusão do acervo da instituição, no que se refere às atribuições do atendimento e do acesso à informação;
- Dar prosseguimento às atividades voltadas à modernização do atendimento, por meio da informatização de processos e simplificação de rotinas operacionais, com vistas à agilização da prestação do serviço;
- Criação de novas ferramentas de pesquisas online a serem disponibilizadas aos usuários e servidores;
- Implantação de projeto de formação continuada aos técnicos do atendimento presencial e a distância, da Sede e da Regional em Brasília, com vistas à implementação de novos recursos tecnológicos e boas práticas do setor; e
- Formação de novos profissionais de referência, com a finalidade de qualificá-los para exercer as atividades específicas de atendimento ao público e acesso ao acervo da instituição.

No primeiro semestre de 2014 foram realizados 597.307 (quinhentos e noventa e sete mil, trezentos e sete) atendimentos a usuários e acessos a sítios eletrônicos e outras mídias digitais de difusão do acervo e de conhecimento. O quantitativo de atendimentos ao usuário acumulado entre janeiro de 2012 e junho de 2014 totalizou 2.306.048. Portanto, a meta estabelecida para o período 2012-2015 de dois milhões de atendimentos está sendo superada. Tal fato deve-se principalmente à disponibilização de sítios eletrônicos institucionais, que se tornaram ferramentas amplamente utilizadas pelos usuários para acesso a uma parte do acervo, a instrumentos de pesquisa, leis e resoluções arquivísticas, além de informações sobre o Arquivo Nacional e sua participação em órgãos internacionais. Descrição das principais realizações no semestre:

- Otimização das funcionalidades implantadas no módulo consulta SIAN;
- Execução de atividades voltadas à modernização do atendimento, através da informatização de processos e simplificação de rotinas operacionais, com vistas à agilização da prestação do serviço;



Expectativas para o próximo período:

- Dar continuidade às atividades para ampliar a difusão do acervo da instituição, no que se refere às atribuições do atendimento e do acesso à informação;
- Dar prosseguimento às atividades voltadas à modernização do atendimento, através da informatização de processos e simplificação de rotinas operacionais, com vistas à agilização da prestação do serviço;
- Criação de novas ferramentas de pesquisas online a serem disponibilizadas aos usuários e servidores;

Quantidade alcançada

2.864.182

Data de Referência

31/12/2014

• **50 unidades protocolizadoras da Administração Pública Federal reestruturadas**

Análise Situacional da Meta

Em fevereiro de 2014 foi solicitada a exclusão desta meta em razão do conflito de competências existente entre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal e o Sistema de Serviços Gerais da Administração Pública Federal – SISG, em relação às atividades de protocolo (comunicações administrativas), atividade típica e específica do SIGA, que é o sistema estruturador que responde pela gestão de documentos nos órgãos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **8 pontos de acesso da Rede Memórias Reveladas implantados nos estados**

Análise Situacional da Meta

Essa iniciativa busca facilitar, especificamente, o acesso ao portal e ao Banco de Dados Memórias Reveladas, disponíveis no endereço www.memoriasreveladas.gov.br, com a instalação de pontos de acesso informatizados em 8 (oito) estados, contemplando todas as regiões do Brasil. O projeto encontra-se sob análise técnica.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Ampliar em 100 Tbyte/ano a capacidade de armazenamento de arquivos digitais**

Análise Situacional da Meta

No exercício 2012, o processo de aquisição de um repositório digital de 100Tb encontrava-se em andamento com realização do processo licitatório em dezembro de 2013.

No exercício de 2013 atingimos a meta com ampliação da capacidade de armazenamento em 500 Tb.

No exercício de 2014 a meta manteve-se estável.

Quantidade alcançada

500

Data de Referência

31/12/2014

• **Ampliar espaço de armazenamento físico para o acervo da Administração Pública Federal com a adequação de dois depósitos/ano**

**Análise Situacional da Meta**

O Arquivo Nacional tem sob sua guarda hoje 880 fundos documentais que somam cerca de 60 km de prateleiras. Deste montante, 60% dos fundos está sob guarda da sede no Rio de Janeiro e o restante está armazenado na Coordenação Regional do Distrito Federal.

Durante o exercício de 2013 não foi realizada ampliação do espaço de armazenamento físico do acervo, pois os recursos de investimentos foram priorizados para a ampliação da capacidade de armazenamento digital em função da digitalização dos acervos de interesse da Comissão Nacional da Verdade. Durante o ano de 2014, foi realizado o processo de aquisição de 150 módulos de estantes deslizantes, instaladas no depósito B302 do Prédio B do Conjunto arquitetônico do Arquivo Nacional, para ampliação do espaço de armazenamento físico do acervo em 630m, o que possibilitará armazenar 4.500 caixas de acervo.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

- **Aprovar marcos legais para os Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP), Sistema de Serviços Gerais (SISG) e Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Em fevereiro de 2014 foi solicitada a exclusão desta meta, pois o Arquivo Nacional elaborou minutas de Nota Técnica, Exposição de Motivos e de Decreto reformulando o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal, encaminhando-o à esfera competente para as providências decorrentes.

Quanto aos marcos legais de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme já informado anteriormente, o marco legal relativo ao Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP) foi promulgado e o relativo ao Sistema de Serviços Gerais (SISG), não foi promulgado, sob a justificativa que necessitaria de grandes estudos para transformar o SISG em um sistema de logística, continuando assim, o conflito de competências com o SIGA.

- **Aprovar normativas reguladoras das atividades de protocolo da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Em fevereiro de 2014 foi solicitada a exclusão da meta, em razão dos problemas decorrentes da superposição de competências. Apesar das dificuldades, os trabalhos prosseguiram e, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foram elaboradas três portarias interministeriais, sendo que duas delas já foram aprovadas e assinadas pelos Ministros da Justiça e do Planejamento, Orçamento e Gestão, a saber:

. Portaria Interministerial nº 2.320, de 30 de dezembro de 2014, que institui o Sistema Protocolo Integrado no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal;

. Portaria Interministerial nº 2.321, de 30 de dezembro de 2014, que define os procedimentos relativos à utilização do Número único de Protocolo – NUP no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

As duas Portarias Interministeriais citadas acima foram publicadas no DOU nº 253, página 100, seção 1, de 31/12/2014.

A Portaria Interministerial que aprova os procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal encontra-se em tramitação e em vias de ser aprovada e assinada.

- **Aumentar em 10% ao ano a quantidade de equipamentos de preservação instalados (Sistema de climatização; Sistema de monitoramento ambiental; Sistemas de Arquivos Deslizantes), totalizando 2236 equipamentos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o Arquivo Nacional adquiriu 680 novos equipamentos de preservação do acervo sob sua guarda, sendo: i)



216 módulos de estantes deslizantes na sede e 463 módulos de estantes metálicas na unidade regional; ii) um sistema de monitoramento ambiental dos depósitos da unidade regional. Portanto, a meta prevista para 2012 (153 equipamentos) foi superada.

Em 2013, o Arquivo Nacional adquiriu 30 novos equipamentos de preservação, o que amplia e moderniza o parque tecnológico para digitalização e preservação, especialmente a digital, do acervo sob sua guarda.

No ano de 2014, o Arquivo Nacional adquiriu 150 módulos de estantes deslizantes, o que permitirá ampliar o espaço de armazenamento físico do acervo em 630m, além de equipamentos de preservação como scanner de mesa para digitalização de fotografias, dentre outros

Quantidade alcançada

860

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitação em gestão de documentos dos servidores dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, mediante a realização de cursos de capacitação e do V Encontro Técnico dos Integrantes do SIGA**

Análise Situacional da Meta

Análise situacional da meta:

Foram realizados 4 cursos de capacitação dos servidores lotados nas áreas de protocolo e arquivo dos órgãos e entidades integrantes do SIGA, o que garantirá o desenvolvimento das atividades de gestão de documentos com rapidez e eficiência, bem como a disseminação das normas e legislação em vigor.

As atividades necessárias ao cumprimento do objetivo foram desenvolvidas de modo satisfatório. A parceria entre o Arquivo Nacional e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) facilitou e tornou possível a realização de cursos em Maceió/AL e em Porto Alegre/RS.

Descrição das principais realizações:

No 1º semestre de 2014 foram realizados dois Cursos Básicos de Capacitação em Gestão de Documentos para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal: de 5 a 9 de maio de 2014, em Brasília/DF, e de 2 a 6 de junho de 2014, em Maceió/AL. Em Brasília participaram 19 órgãos e entidades, tendo sido capacitados um total de 33 servidores. Em Maceió participaram 20 órgãos e entidades, tendo sido capacitados um total de 46 servidores.

No 2º semestre de 2014, também, foram realizados dois Cursos Básicos de Capacitação em Gestão de Documentos para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal: de 15 a 19 de setembro de 2014, em Porto Alegre/RS, e de 3 a 7 de novembro de 2014, no Rio de Janeiro/RJ. Em Porto Alegre participaram 19 órgãos e entidades, tendo sido capacitados um total de 33 servidores. No Rio de Janeiro participaram 27 órgãos e entidades, tendo sido capacitados 48 servidores.

Quantidade alcançada

166

Data de Referência

31/12/2014

- **Fomentar a criação de arquivos municipais em 10% dos municípios brasileiros com população acima de 100.000 habitantes**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 e 2013, diversas ações foram adotadas para fomentar a criação de arquivos municipais, dentre elas: elaboração de instrumentos técnicos com vistas à criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais, considerando os princípios norteadores da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e



assistência técnica/consultoria aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. Em 2014, foi dada sequência às atividades iniciadas em 2013, tendo por finalidade promover, em parceria com o Ministério da Justiça, uma campanha institucional de fomento para criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais, com a execução das seguintes ações em sua fase inicial: envio de ofícios às universidades que oferecem cursos de arquivologia, às associações de municípios, aos tribunais de contas, aos ministérios públicos, aos arquivos públicos estaduais e às associações de arquivistas explicando os objetivos da campanha e solicitando o apoio destas instituições para ampla divulgação da campanha e na colaboração de ações e atividades relacionadas ao desenvolvimento dos arquivos e da arquivologia; encaminhamento de Aviso Circular do Senhor Excelentíssimo Ministro da Justiça juntamente com a publicação “Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais: Transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania” a 1.850 Prefeituras Municipais; desenvolvimento de website para divulgação da campanha e envio de Carta do Presidente do CONARQ a todas as prefeituras do país informando sobre o início da mesma; e realização, no dia 05 de dezembro de 2014, de evento promocional em parceria com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e com a Assessoria de Comunicação do Ministério da Justiça para o lançamento da campanha nas instalações do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, com a apresentação de um filme sobre a importância da criação e desenvolvimento dos Arquivos Públicos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantação de serviços de informação ao cidadão nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Esta meta já foi cumprida. O diagnóstico da situação do funcionamento, infraestrutura, material, dos recursos humanos, dos recursos de tecnologia da informação e da automação de serviços e da integração da informação em rede dos órgãos e entidades com o Núcleo Central do Ministério da Justiça e destes entre si, apoiando com o resultado a implantação do SIC/MJ e SIC/ MJ setoriais tendo em vista a entrada em vigor, em 16 de maio de 2012, da Lei 12.527, de 11 de novembro de 2011. A implantação dos SIC ocorreu em todos os órgãos e entidades da APF. Ficando a partir de maio de 2012 com a entrada da Lei de Acesso em vigor (Lei nº 12.527 de 18/11/2011) para acompanhamento, monitoramento e avaliação da Autoridade de Monitoramento do Arquivo Nacional.

• **Inserir 53.573 registros em sistema informatizado de registro de estrangeiros e naturalização**

Análise Situacional da Meta

Na década de 1980, o Arquivo Nacional recolheu do Departamento de Polícia Federal documentos sobre estrangeiros, que necessitavam de tratamento arquivístico, a saber: relações de passageiros de embarcações que chegaram aos portos brasileiros, relações de aviões que aterrissaram em aeroportos de vários estados brasileiros, fichas consulares de qualificação, cartão de embarque/desembarque de passageiros, pedidos de visto, cartões de serviço de tripulantes marítimos, carteiras de identidade de estrangeiros, controles de entrada/saída de voos e nacionalidades/número de pessoas a bordo, entre outros.

O grande número de consultas às relações de passageiros em vapores, parcela do acervo produzida no final do século XIX e início do século XX, acelerou o processo de desorganização e de deterioração da documentação. Diante disso, o Arquivo Nacional desenvolveu um projeto, a ser financiado com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e executado pela Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN), que terá como objetivos: i) tratar tecnicamente a informação presente num dos acervos mais consultados da instituição; ii) inserir dados relativos a quinhentos mil imigrantes em base de dados específica, destinada à rápida recuperação de informações onomásticas relativas a entrada de estrangeiros; iii) alimentar o Sistema de Informações do Arquivo Nacional, com associação de



imagens das relações de desembarque de passageiros, para acesso via web; iv) permitir aos usuários a verificação imediata da existência de documentos que lhe interessem, bem como lhes garantir rápido atendimento na obtenção dos documentos comprobatórios e certidões necessárias.

Em função de problemas operacionais da instituição executora, este projeto não foi iniciado em 2013. No primeiro semestre de 2014, o Arquivo Nacional recebeu a primeira parcela dos recursos, mas a contratação de pessoal (20 estagiários de nível de superior) para inserção dos dados se deu apenas no final do segundo semestre. Assim sendo, serão realizados registros na base de dados sobre imigração com informações das relações de passageiros do fundo Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPMAF/RJ) no exercício de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Integrar mais 20 órgãos e entidades parceiros à Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas do Memórias Reveladas**Análise Situacional da Meta**

O objetivo da meta é o desenvolvimento de rede de cooperação visando promover a integração de acervos, a difusão de boas práticas no campo da arquivologia, bem como a execução de ações que favoreçam a reflexão sobre o período de 1964-1985. A Rede Memórias Reveladas é composta, atualmente, por 102 instituições no Brasil e no exterior. No cômputo total, a meta já se encontra superada em 310% (62 órgãos e instituições passaram a integrar a Rede, 20 das quais em 2014) com a adesão de parceiros no Brasil e no exterior. A Rede Memórias Reveladas é a maior rede de cooperação arquivística da América Latina.

Quantidade alcançada

62

Data de Referência

31/12/2014

• Prédio construído, com moderna tecnologia aplicada à guarda e gestão de documentos produzidos e acumulados pela Administração Pública Federal**Análise Situacional da Meta**

Esta meta será projetada para o próximo PPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Programa Arquivo Nacional Digital (AN Digital)**Análise Situacional da Meta**

O Programa AN Digital vem desenvolvendo as suas atividades visando dotar o Arquivo Nacional da infraestrutura necessária para receber, preservar e dar acesso aos documentos arquivísticos digitais recolhidos à instituição. Nesse sentido, já foi definida uma política de preservação digital institucional, que inclui normas e procedimentos a serem adotados, e está sendo desenvolvida uma solução tecnológica para atender a esta demanda.

A Modelagem de processos foi realizada e seus resultados apontaram para a criação de uma unidade administrativa para tratar especificamente desta questão.

Foi finalizado o projeto de integração do repositório digital com o sistema de acesso aos documentos do Arquivo Nacional (Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN).

No primeiro semestre de 2014 foi concluída a modelagem de processos para adequação da entrada, processamento técnico e acesso aos documentos digitais no âmbito do Programa AN Digital. Ao longo dos meses de janeiro a junho



foram realizadas entrevistas com as unidades administrativas relacionadas a estas atividades, no sentido de subsidiar o detalhamento da situação atual (AS-IS) dos processos; foi feita avaliação da situação atual, levando-se em conta as necessidades de adequação para inclusão dos documentos digitais nos processos; foram modelados os processos futuros (TO-BE) e validados junto às unidades administrativas envolvidas; e elaborado um plano de implementação. O plano de implementação entregue incluiu o detalhamento das melhorias e mudanças nos processos necessárias para a implantação do AN Digital, bem como uma proposta de adequação da estrutura organizacional do Arquivo Nacional para dar conta dos processos que envolvem os documentos digitais.

No que diz respeito ao repositório digital, em fevereiro foi finalizado o projeto de integração do repositório digital com o sistema de acesso aos documentos do Arquivo Nacional (Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN). O projeto incluiu o detalhamento de uma série de funcionalidades no SIAN para possibilitar a importação dos metadados descritivos dos documentos digitais recebidos no repositório e de uma cópia de acesso destes documentos, além de requisitos de controle de acesso e integridade de dados. Foram também detalhados os requisitos do repositório, para entrada e manutenção dos documentos digitais, em conformidade com a realidade do Arquivo Nacional. Nesta etapa foram também realizados testes no Repositório de Objectos Digitais Autênticos – RODA, em uso no Arquivo Nacional de Portugal, ao final dos quais foram detectados alguns problemas de performance. Ao mesmo tempo, foi identificado o lançamento de uma nova versão, mais madura no mercado, da solução para repositórios digitais “Archivematica”, também de código aberto, e passou-se a considerá-la como possível alternativa ao RODA. A princípio, tal solução de repositório digital, desenvolvida pela empresa Artefactual Systems (Canadá) e adotada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), demonstrou ser mais facilmente customizável e de melhor performance. Diante deste cenário, se faz necessária uma avaliação mais detalhada do “Archivematica”, com realização de testes, antes de se dar início à implementação do projeto desenvolvido, fim de se verificar qual dos dois é mais adequado à realidade do Arquivo Nacional do Brasil. Para a realização destes testes, será necessária a contratação de profissional de Tecnologia da Informação especializado. Para tal, em 1º de dezembro foi contratado um consultor que entregará a avaliação da solução ao final de fevereiro de 2015.

Descrição das principais realizações:

Modelagem de processos para adequação da entrada, processamento técnico e acesso aos documentos digitais no âmbito do Programa AN Digital.

Estudos para a inclusão dos documentos digitais nos processos de trabalho do Arquivo Nacional.

Modelagem dos processos futuros (TO-BE) e validação pelas unidades administrativas envolvidas.

Elaboração de um plano de implementação que incluiu o detalhamento das melhorias e mudanças nos processos de trabalho necessárias à implantação do AN Digital.

Finalização do projeto de integração do repositório digital com o sistema de acesso aos documentos do Arquivo Nacional (Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN).

Detalhamento dos requisitos do repositório, para entrada e manutenção dos documentos digitais, visando atender a realidade do Arquivo Nacional.

Foram realizados testes no Repositório de Objectos Digitais Autênticos – RODA, em uso no Arquivo Nacional de Portugal.

Início da avaliação do “Archivematica”.



• **Proteger e preservar mais 15 acervos do período do regime militar (1964-1985) no âmbito da Rede Memórias Reveladas**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, foram preservados, no Arquivo Nacional, 3 acervos de período do regime militar, totalizando 20% da meta geral de proteção e preservação de acervos.

No segundo semestre de 2014 o projeto de tratamento de acervos de entidades parceiras nos estados encontra-se sob análise técnica no Ministério da Justiça. No que se refere aos acervos públicos federais, prossegue a iniciativa do Ministério da Justiça e Arquivo Nacional visando à localização de acervos da ditadura atualmente não recolhidos ao Arquivo Nacional.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo 0875 vem apresentando níveis satisfatórios de execução, considerando-se os projetos nele contemplados e o nível de maturidade esperado.

Na meta de Articulação do programa Brasil Mais Seguro, convém destacar que foi pactuada com a Casa Civil da Presidência da República a inclusão da instalação de Casas de Direito e unidades de Justiça comunitária, em complementação às câmaras já instaladas.

Metas 2012-2015

• **Apoiar a instituição de 20 Casas de Direito pelos atores do sistema de Justiça**

Análise Situacional da Meta

Em Abril de 2013, foi dado início às atividades da cooperação com o EUROsociAL II para inauguração da primeira Casa de Direitos do Brasil;

Em Setembro do mesmo ano, foi realizada assinatura de Acordo para implementação de políticas de acesso à Justiça no bairro Jacintinho, em Maceió-AL e em novembro de 2013, foi inaugurada a Casa de Direitos do Rio de Janeiro-RJ, no bairro da Cidade de Deus.

A meta vem sendo cumprida, embora não se espere o alcance quantitativo inicialmente projetado.

RJ, AL - já inauguradas; SE, PB, TO e RN até 2015. Indicação de expansão nacional.

Principais realizações

Inauguração de 2 Casas - Rio de Janeiro e Maceió. Portaria Ministerial com as diretrizes do programa publicada em 30/07/2014. Manual de orientação finalizado e publicado. Acordo para elaboração de software de atendimento e indicadores assinado para ser elaborado em 2015. Convênio para instalação da casa em João Pessoa-PB celebrado.

Expectativas para próximo período (6 meses)

Inauguração de mais duas Casas de Direitos (PB e TO) até julho/2015.

**Desafios de implementação**

Desenvolver modelo sustentável da política, sem a necessidade de um repasse do governo federal para sua manutenção e sem onerar o Estado e/ou município. Dificuldade em articular as diversas instituições que prestarão serviços, principalmente o Sistema de Justiça. Reforma e/ou construção dos imóveis para implementação da política (atualmente, vem sendo negociado com a CEF caso a caso).

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

• Apoiar a instituição de 20 núcleos de Justiça Comunitária pelos atores do sistema de Justiça**Análise Situacional da Meta**

A Meta vem sendo realizada conforme o esperado quanto à celebração de convênios. Os convenientes, contudo, tem enfrentado dificuldades na execução dos pactos e tem sido alto o índice de inexecução integral e mesmo desistência dos projetos.

Principais realizações

Manuais de diretrizes nacionais, orientação para implementação e capacitação estão prontos para serem publicados. Aval da Casa Civil para o PL e Decreto Presidencial. Inauguração do primeiro núcleo no Estado de Goiás. Celebração de 04 convênios para a implantação de novos núcleos em 2014.

Expectativas para próximo período (6 meses)

Apresentação de PL para instituir auxílio-financeiro aos agentes comunitários em formação; Decreto Presidencial instituindo a política. Celebração de parceria com MDS para projetos pilotos em conjunto com as unidades de CRAS e CREAS. Elaboração do sistema de monitoramento e atendimento por parte da UnB, em parceria com a SRJ.

Desafios de implementação

Gerar uma estrutura com a possibilidade de capacitar agentes e equipe dos núcleos de forma permanente.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2014

• Articular a realização do programa Brasil Mais Seguro pela criação de 7 centros de acompanhamento do sistema de justiça**Análise Situacional da Meta**

Meta de 4 câmaras em funcionamento foi cumprida. Aguardando a definição de novos estados aderentes para dar continuidade ao trabalho.

Foram instaladas Câmaras de monitoramento, conforme cronograma pactuado no âmbito do programa Brasil Mais seguro, em todos os estados aderentes ao programa (AL, PB, RN e SE).

Pretende-se a manutenção do acompanhamento periódico das câmaras instaladas nos estados pactuantes. O desafio encontrado é a articulação com diversos atores do sistema de justiça e governo estadual para que trabalhem de maneira integrada.

O reatamento do programa ocorre nos estados pactuantes do Programa Brasil Mais Seguro: Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe.



A participação social se dá conforme decisão de cada coordenação das câmaras.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

• **Debater, subsidiar e fomentar políticas de aprimoramento do sistema de Justiça pela publicação de 30 pesquisas, relatórios ou projetos normativos**

Análise Situacional da Meta

A meta vem sendo cumprida, no entanto, ainda não foi alcançado o quantitativo inicialmente esperado. Espera-se que no ano de 2015 haja avanço na elaboração de mais estudos para subsidiar e debater as políticas de aprimoramento do sistema de justiça.

Principais realizações:

Realização de 13 estudos que têm como objetivo subsidiar as políticas e ações de aprimoramento do sistema de justiça e a promoção do acesso à justiça no Brasil. Os estudos foram realizados por instituições e especialistas de na área pesquisada e foi possível promover debate qualificado com os atores envolvidos e fornecer subsídios, sugestões e apontar falhas para os órgãos do sistema de justiça que foram contemplados nos estudos, além de proporcionar o Diálogo entre sociedade civil/governo/sistema de justiça. Foram lançadas e publicadas, ainda, duas edições da revista “Diálogos Sobre Justiça”, que é um periódico quadrimestral que tem como objetivo a reflexão sobre o Sistema de Justiça, a partir da divulgação de artigos elaborados por pesquisadores e juristas renomados.

Expectativas para próximo período (6 meses):

A finalização do IV Diagnóstico da Defensoria Pública Nacional, pesquisa de caráter nacional que tem como objetivo gerar subsídios para a defensoria pública. A realização de 5 pesquisas que gerem subsídios para políticas da Secretaria e para o sistema de justiça. A publicação de mais duas edições da Revista “Diálogos Sobre Justiça”.

Desafios de implementação:

Um dos grandes desafios é formar a equipe qualificada que possa acompanhar os estudos que estão sendo realizados e definir agenda anual da linhas de pesquisas que serão desenvolvidas pela Secretaria de Reforma do Judiciário.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2014

• **Desenvolver a Estratégia Nacional de Acesso à Justiça e a Estratégia Nacional de Redução de Litígios, para disseminação do uso de técnicas autocompositivas de solução de conflitos (conciliações judiciais, conciliações e mediações extrajudiciais, desistência de recursos).**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta

Meta proposta para 2014 concluída integralmente

Principais realizações

- Lançamento da Estratégia Nacional de Não Judicialização, Portaria Interministerial nº 1186, datada de 02 de julho de 2014;

-Criação e implementação dos Grupos de Trabalho do Setor Público e Privado;



- Elaboração dos Planos de Trabalho 2014/2015

- Implementação do Comitê Gestor

Aprovação/validação dos Planos de Trabalhos dos Grupos dos Setores Públicos e Privados

- Elaboração do Relatório das Atividades desenvolvidas em 2014

Expectativas para próximo período (6 meses)

- Definição e detalhamento do Cronograma de ações a serem executadas no 1º semestre de 2015;

- Avaliação e Monitoramento das Ações Executadas;

- Lançamento do Projeto Piloto RJ e SP;

- Validação dos Planos de Trabalho 2015;

Desafios de implementação

Criação de uma estrutura organizacional, contemplando quadros funcionais qualificados

• **Disseminar conhecimento agregado acerca do sistema de Justiça, por meio do Atlas do Acesso à Justiça, com a criação e divulgação de 5 indicadores**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta

Cumprimento conforme o esperado

Principais realizações

2º caderno de indicadores do acesso à Justiça lançado em 17/12/14 e disponível em www.acessoajustica.gov.br

Expectativas para próximo período (6 meses)

Início de trabalho de revisão dos indicadores para a incorporação de novas dimensões. Publicação do 3º Caderno esperada para dezembro de 2015.

Desafios de implementação

Coleta de dados em nível nacional com granularidade municipal; elaboração teórica sobre os impactos dos elementos considerados na composição do indicador.

Outras informações

A produção do terceiro caderno será realizada por meio de Termo de Execução descentralizada entre a SRJ/MJ, SENACON/MJ e a Fub UnB, n. 52/2014; espera-se a celebração de parceria com o IPEA para inovações teóricas e dimensionais nos indicadores

• **Fomentar a modernização do sistema de justiça, por meio do apoio à implantação de 50 unidades especializadas, aprimoramento normativo e apoio ao desenvolvimento gerencial e produção de conhecimento de 03 iniciativas com projetos referência para atender às 26 unidades da Federação**

**Análise Situacional da Meta**

Quanto às Casas de Direitos: A meta vem sendo cumprida, embora não se espere o alcance quantitativo inicialmente projetado. Destaca-se entre as principais realizações a inauguração de 2 Casas - Rio de Janeiro e Maceió; a publicação da Portaria Ministerial com as diretrizes do programa publicada em 30/07/2014, e, ainda, o Manual de orientação em fase final de elaboração. Em junho de 2014, o SICONV foi aberto para o recebimento de propostas de convênio de justiça comunitária e casa de Direitos: programas 3000020140164 e 3000020140165; a adesão foi, contudo, aquém do esperado, tendo havido desqualificação de grande parte das propostas.

Quanto à Justiça Comunitária: A Meta vem sendo realizada conforme o esperado. O Siconv foi aberto para o recebimento de propostas para convênios em junho de 2014 - programas: 3000020140171; 3000020140165; 3000020140164.

Número de propostas foi bastante superior à disponibilidade orçamentária da SRJ/MJ. Espera-se o fechamento de 5 convênios neste ano.

Quanto às pesquisas e análise de projetos normativos: A meta vem sendo cumprida conforme o esperado. As principais realizações foram: * Lançamento de cinco pesquisas, divulgadas e debatidas em quatro seminários com a presença de atores do Sistema de Justiça, de representantes da administração pública, da sociedade civil e da comunidade acadêmica; * Lançamento da primeira edição da revista "Diálogos sobre justiça", com o objetivo de divulgar informações e conhecimento científico sobre o Sistema de Justiça Brasileiro e fomentar reflexões sobre sua estrutura e funcionamento; * Seleção de instituições de pesquisa para realização de quatro estudos a serem publicados em novembro de 2014, que serão utilizados como subsídios para formulação de políticas que visem ao aprimoramento do Sistema de Justiça; * Instituição de Comissão para desenvolvimento da pesquisa "IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil"; * Instituição de Comissão para desenvolvimento da pesquisa "II Diagnóstico da Advocacia Pública no Brasil - Volume: Advocacia Pública Federal"; * Elaboração de plano de trabalho com a Universidade de Brasília para a criação da Plataforma de Diálogo para a reforma e democratização da justiça, que tem como objetivo desenvolver mecanismo de diálogo social, desenvolvimento e registro de conhecimento e experiência em torno do estágio atual e desafios do processo de reforma e democratização da justiça no Brasil; * Assinatura de Termo de Cooperação com o IPEA, com o objetivo de desenvolver o estudo "Desburocratização dos Cartórios Judiciais"; * Finalização e divulgação de dois relatórios referentes aos trabalhos desenvolvidos na Comissão de Altos estudos em Reforma do Judiciário e na Comissão de Altos Estudos em Direitos Humanos e Organização de quatro volumes da Coleção "Acesso à Justiça e Transformação Social".

Ainda assim, cumpre informar que, quanto às análises normativas:

Pertencente ao Departamento de Política Judiciária, da Secretaria de Reforma do Judiciário, o Setor Normativo encontra fundamento no art. 24, do Decreto 6.061, de março de 2007. Importantes projetos se concretizaram em virtude de sua atuação, como a Emenda Constitucional nº 80 de 2014, que concedeu autonomia às Defensorias Públicas e fixou prazo para a sua implantação em todo território nacional.

Em parceria com a Secretaria de Assuntos Legislativos e com a Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça, o Normativo acompanha a agenda do Congresso Nacional, examinando propostas que fomentem o acesso e a modernização da Justiça Brasileira.

No segundo semestre do corrente ano 67 projetos foram analisados, dentre anteprojeto de medida provisória, projetos de lei, propostas de emenda constitucional e seus respectivos substitutivos.

• Instituir e gerenciar o Portal do Acesso à Justiça**Análise Situacional da Meta**

A Meta vem sendo realizada conforme o esperado. O Portal do Acesso à Justiça foi implantado em dezembro de 2013 com dois indicadores de acesso à Justiça. Em 2014, foram lançados o novo layout do Portal, com vistas à adequação do padrão da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, e o "Aplicativo do Atlas", que tem por objetivo facilitar o acesso às informações de Acesso à Justiça de forma mais rápida e na palma da mão. O conteúdo do mapa de



Acesso é totalmente georreferenciado.

Ainda em 2014, no mês de maio, foi realizada a 1ª Oficina Nacional de Indicadores de Acesso à Justiça na UNB. O evento propôs a discussão dos indicadores com a Academia e com os atores do Sistema de Justiça de modo a melhor representar o fenômeno do acesso à Justiça e o impacto dos índices de acesso propostos pelo Ministério.

Em dezembro deste ano, foi lançado o 2º caderno de Indicadores Nacionais de Acesso à Justiça.

Principais realizações

Portal do acesso à Justiça implementado em dezembro de 2013 (conteúdo indicadores nacionais de acesso, glossário de temas, publicações, mapa da Justiça), layout atualizado em junho de 2014, aplicativo disponibilizado em junho de 2014 (atualização dos indicadores, atualização do glossário, ferramentas administrativas implantadas).

Expectativas para próximo período (6 meses)

Encerramento da fase inicial do processo – implantação de ferramentas básicas, conceitos e bancos de dados fundamentais; início da segunda etapa do projeto: pesquisa e elaboração de ferramentas que permitam que o sistema identifique as demandas do público e as direcione ao serviço pertinente.

Desafios de implementação

Definição de malhas de competências e atores do sistema de justiça; criação de formas de identificação e junção semântica entre os problemas dos cidadãos e os sistemas pertinentes

A segunda etapa do projeto será realizada por meio de Termo de Execução descentralizada entre a SRJ/MJ, SENACON/MJ e a Fub UnB, n. 52/2014.

- **Modernizar e padronizar a tramitação do processo eletrônico de provimento e vacância de magistrados, facilitando a troca de informações entre o Poder Judiciário, o Tribunal de Contas da União, o Ministério da Justiça e a Casa Civil da Presidência da República**

Análise Situacional da Meta

Foi proposta a criação do sistema “Processo Eletrônico para Provimento e Vacância” e submetido ao CTI/MJ (comitê de tecnologia da informação do Ministério da Justiça). Encontram-se como desafios de implementação a Interoperabilidade entre os sistemas dos órgãos envolvidos PJE – Processo Judicial Eletrônico, de utilização obrigatória no Poder Judiciário, conforme determinação do CNJ, cuja iniciativa de implantação foi fomentada pela SRJ. A expectativa é que o sistema tenha prioridade no comitê de tecnologia.

O sistema visa garantir maior segurança e agilidade na tramitação eletrônica para análise de processos de provimento e vacância dos membros do Poder Judiciário, cujos atos competem ao Presidente da República.

- **Promover a solução autocompositiva de conflitos por meio da formação de 21 mil alunos pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta

Até o 1º semestre de 2014, a ENAM havia ofertado 4.030 vagas e, até o final do 2º semestre de 2014, o número de vagas ofertadas foi de 9.565.

Após a realização das adequações necessárias no plano de ação da ENAM, é possível afirmar que a Escola tem melhorado sua forma de atuação, contribuindo para o alcance da meta.

Principais realizações

•2013:

- Curso Básico de Mediação, modalidade à distância (2.000 vagas);



•2014

- Curso presencial de Resolução Consensual de Políticas Públicas (30 vagas)
- Noções Básicas de Conciliação e Resolução de Conflitos para Representantes de Empresas, modalidade à distância (1ª oferta) 1.500 vagas;
- Resolução Consensual de Conflitos Coletivos Envolvendo Políticas Públicas, modalidade à distância (1ª oferta) 500 vagas;
- Fundamentos da Mediação Comunitária, modalidade à distância (1.500 vagas);
- Resolução Consensual de Conflitos Coletivos Envolvendo Políticas Públicas, modalidade à distância (2ª oferta) 1.000 vagas;
- Resolução de Conflitos para Representantes de Empresas, modalidade à distância (2ª oferta) 1.500 vagas;
- Resolução de Conflitos para Representantes de Empresas, modalidade à distância (3ª oferta) 1.500 vagas
- Curso básico de mediação, na forma presencial e em parceria com a AGU (35 vagas).

Desta forma, até o momento, a ENAM ofertou 9.565 vagas em cursos de capacitação sobre os métodos autocompositivos de solução de conflitos.

Expectativas para próximo período (6 meses)

Oferecer 6.500 (seis mil e quinhentas) vagas, distribuídas em 4 cursos de educação à distância – (EAD).

Quantidade alcançada

9.565

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0876 - Aprimorar a administração da Justiça com maior acessibilidade, celeridade, transparência, eficiência e efetividade, mediante a implantação e aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos dos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público de forma integrada com os sistemas de informática dos órgãos do Poder Judiciário.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Análise Situacional do Objetivo

Atualmente, a Advocacia-Geral da União vem implantando o Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens), responsável por realizar todo o procedimento eletrônico de gestão arquivista de documentos e controle de fluxos de processos na Instituição. A ferramenta inteligente é capaz de fazer interpretações de similaridade e sugerir informações de pesquisas, jurisprudências, destinatários, notas padrões entre outras informações em tempo real.

Além disso, com a implantação total do Sapiens, será possível o intercâmbio de informações de processos judiciais e assemelhados entre os diversos órgãos de administração da justiça, além de servir de base para implementação das funcionalidades pertinentes no âmbito do sistema processual, metas estas estabelecidas no Modelo Nacional de Interoperabilidade do Conselho Nacional de Justiça, que visa estabelecer o padrão de integração de sistemas de processo eletrônico, por meio da tecnologia “WebService”.

A previsão é de que o sistema SAPIENS, uma vez em completa operação, substitua gradativamente os atuais sistemas de acompanhamento de processos administrativos e judiciais da AGU, disponibilizando em uma mesma plataforma as funcionalidades inerentes a cada sistema. Entre os principais sistemas estruturantes de gestão documental da AGU estão: AGUDOC (tramitação de processos administrativos), SISCON (gestão da documentação consultiva) e SICAU (gestão da documentação contenciosa).

Com o intuito de viabilizar o sucesso desta empreitada, a Advocacia-Geral da União vem atuando na estruturação de uma Coordenação-Geral de Gestão Estratégica de Sistemas, cuja competência está relacionada ao controle e monitoramento das demandas relativas a sistemas de informação para toda a AGU.



Tratando-se especificamente das atividades relacionadas à implantação do Sapiens, podemos destacar algumas ações promovidas pela Adjutoria de Gestão Estratégica, em parceria com os demais órgãos da AGU, em especial, o Departamento de Tecnologia da Informação, a Escola da AGU e a Secretaria-Geral de Administração, como a adaptação do sistema SAPIENS às necessidades da AGU, treinamento de áreas afins e a utilização do sistema em produção, contando atualmente com 8.206 usuários internos e 1.852 usuários externo no sistema SAPIENS, totalizando 10.058 usuários ativos. Destaque-se que este total diz respeito a 553 unidades ativas da AGU de um total de 667.

Para viabilizar a implantação e operacionalização célere desse novo sistema de gestão documental, a Escola da AGU realizou 33 treinamentos do Sistema SAPIENS com a disponibilização de 1.000 vagas e capacitação de 744 servidores. Com o mesmo propósito de viabilizar a meta em foco, foram realizados treinamentos virtuais (à distância), o que possibilitou a capacitação de 306 servidores da AGU.

A seguir, relacionamos os fatores positivos e negativos identificados durante a execução do projeto. Os fatores positivos identificados foram a utilização de tecnologia de ponta, implementação de procedimentos automatizados e adoção do conceito de inteligência artificial, por meio de técnicas de análise de similaridade, fornecimento de dados de gestão qualificados, utilização de tecnologias abertas e licenças de domínio comum e compatibilidade com o padrão SIGAD/e-ARQ, estabelecido pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. E os pontos negativos identificados foram: a reduzida equipe de desenvolvimento do sistema e a abrangência e complexidade da estrutura da AGU.

Metas 2012-2015

• **Aperfeiçoar e implantar sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos da Advocacia Pública Federal adaptados ao padrão de interoperabilidade adotado**

Análise Situacional da Meta

Para a implementação desta meta, algumas iniciativas já foram concluídas pela Advocacia Geral da União, tais como:

- 1) elaboração e publicação da portaria nº 125, de 30 de abril de 2014, que institui o sistema Sapiens como sistema oficial de informações, documentos e processos eletrônicos da AGU;
- 2) Também, de acordo com o art. 3º da portaria nº 125, foi instituído o Comitê Gestor Nacional do sistema Sapiens, bem como aprovado seu Regimento Interno na forma do Anexo desta portaria;
- 3) viabilização da meta de expansão nacional do sistema Sapiens no âmbito da Advocacia-Geral da União, com a criação da equipe especializada para suporte e monitoramento das atividades relativas a implementação do citado sistema. Esta equipe foi constituída a partir de recursos humanos provenientes do concurso realizado para provimento de cargos das áreas administrativas da AGU em 2014.

Destaque-se que para a tarefa em foco a equipe desenvolvimento tem se mostrado insuficiente para atendimento das demandas das diversas áreas da AGU, o que demonstra a necessidade de contratação de técnicos especialistas em desenvolvimento de sistemas de informação, o que poderá ser viabilizado com a contratação da fábrica de software, cujo processo licitatório está em fase final.

A seguir, caracterizamos algumas etapas para viabilização desta meta e seu estado atual:

Concluído:

- Já encontram-se em produção os módulos Administrativo e Judicial do sistema Sapiens;
- O módulo de dívida ativa encontra-se em teste em ambiente de homologação, com previsão de entrar em produção a partir do primeiro semestre de 2015;

Em execução:

A conclusão da expansão nacional do sistema Sapiens pressupõe o desenvolvimento dos módulos Ouvidoria, Correccional e Pessoas, que têm previsão de início dos trabalhos de desenvolvimento para o primeiro semestre de 2015.

Meta Quantificável? (X) Sim () Não

Quantidade alcançada: 80% do cronograma.

Data de Referência: 31/12/2014

**Quantidade alcançada**

0,8

Data de Referência

31/12/2014

• Consolidar um padrão de interoperabilidade comum aos sistemas da Advocacia Pública Federal e aos órgãos do Poder Judiciário**Análise Situacional da Meta**

A versão do SAPIENS em produção já contempla a integração com o Poder Judiciário via Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), de modo que a AGU já cumpriu seu dever no que diz respeito a meta em foco. Entretanto, importante ressaltar que apenas alguns poucos Tribunais já implementaram a integração nos moldes definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desta forma, não há previsão temporal para a conclusão desta meta, uma vez que depende da iniciativa de terceiros.

Meta não quantificável em razão da análise situacional.

OBJETIVO: 0877 - Reduzir a litigiosidade no Poder Judiciário, com a racionalização do ajuizamento e prosseguimento de ações judiciais em que a Fazenda Pública Federal figure como parte, mediante a resolução administrativa de conflitos, bem como pela atuação processual e administrativa harmônica com a jurisprudência pacificada nos tribunais superiores.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Análise Situacional do Objetivo

Com foco na redução de litigiosidade no Poder Judiciário, a Escola da AGU realizou Curso de Formação de Advogados da União, com a disponibilização de 60 vagas; o Curso sobre Resolução Consensual de Conflitos que envolvem Políticas Públicas, em parceria com a Escola Nacional de Mediação e Conciliação do Ministério da Justiça – ENAM e com a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), com a disponibilização de 31 vagas; o Curso Técnicas de Negociação para membros da PGU, da PGF e da CGU, da Fundação Getúlio Vargas, com a disponibilização de 100 vagas.

Ademais, a Procuradoria-Geral Federal – PGF vem atuando na celebração de acordos judiciais. Em 2014, um grupo de trabalho visitou 40 (quarenta) unidades da PGF em todo o país para realizar treinamentos de conciliação e divulgação da prática da conciliação. Ou seja, visitou-se um número próximo ao do ano de 2013, qual seja, 38 (trinta e oito) unidades. Como resultado destas iniciativas, entre janeiro e novembro de 2014, a PGF realizou 101.725 (cento e um mil, setecentos e vinte e cinco) acordos — o que representou uma média mensal de 9.248 (nove mil, duzentos e quarenta e oito) acordos e implicou uma economia de R\$ 355,2 milhões ao erário. Nestes onze meses, o valor pago, em média, foi de 68,0% do valor estimado como devido. Cumpre apontar que, na apuração desse montante, ainda não foram considerados os acordos celebrados em dezembro.

Estes dados indicam que, no ano de 2014, houve um aumento da ordem de 2,3% na média de acordos celebrados por mês, em comparação com o ano antecedente. Com efeito, em 2013, a PGF celebrou 108.430 (cento e oito mil, quatrocentos e trinta) acordos — o que representou uma média mensal de 9.036 (nove mil e trinta e seis) acordos. O montante economizado superou os R\$ 339,7 milhões economizados em 2013. O percentual de economia referente ao período de janeiro a novembro de 2014 não oscilou significativamente em relação ao percentual de 68,7% apurado no ano de 2013.

Além da continuidade das iniciativas de conciliação, foi instituída, no primeiro semestre de 2014, a Estratégia Nacional de Não Judicialização – ENAJUD, na forma da Portaria Interinstitucional nº 1.186, de 2 de julho de 2014. A PGF integra o GTT (Grupo Temático de Trabalho) do Setor Público, nos subgrupos Previdência e Assistência Social, Servidor Público e Dívida Ativa, coordenando um dos SubGTT's.

No âmbito das atividades de cobrança e recuperação de créditos, convém destacar que a Portaria AGU nº 193, de 10 de junho de 2014, incluiu o artigo 3º-A na Portaria AGU nº 377, de 25 de agosto de 2011, autorizando os órgãos de



execução da PGF a não propor ações, a não interpor recursos, assim como a desistir das ações e dos respectivos recursos, quando o valor total atualizado do crédito decorrente do pagamento indevido de benefícios previdenciários ou assistenciais, relativos a um mesmo devedor, for igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Por sua vez, a Portaria PGF nº 468, de 11 de junho de 2014, alterou o caput e incluiu, ainda, o § 3º ao artigo 2º da Portaria PGF nº 916, de 31 de outubro de 2011, para adequação à Portaria AGU nº 193, de 2014. As alterações nestes atos normativos visam à otimização dos trabalhos das Seções/Núcleos de Cobrança da PGF, permitindo uma atuação estratégica na recuperação de créditos.

Também acerca das atividades de cobrança e recuperação de créditos, a PGF deu continuidade aos esforços no sentido de conseguir o desenvolvimento de um sistema voltado para uma gestão mais eficiente da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais. Isto porque, uma vez desenvolvido o Sistema de Dívida Ativa da Procuradoria-Geral Federal – SISDAT, será possível monitorar, com precisão, o estoque de créditos, as execuções fiscais ajuizadas e seu estado, dentre outras informações estratégicas. Ademais, o SISDAT pretende ser o ambiente a conter todos as ferramentas necessárias para realização dos procedimentos necessários à cobrança judicial e acompanhamento dos créditos das autarquias e fundações públicas federais.

O projeto do SISDAT está sendo concebido para integrar-se ao Sistema AGU de Inteligência Jurídica – SAPIENS. A fim de otimizar a conclusão do SISDAT, no ano de 2013 foi destacado um Procurador Federal, com a formação técnica necessária à tarefa, para trabalhar de forma dedicada no desenvolvimento dos módulos remanescentes do sistema.

A realização das atividades esperadas quanto ao SISDAT ao longo de 2013, mesmo com a designação do Procurador Federal, não correspondeu às expectativas. Isso porque o mesmo procurador está auxiliando no desenvolvimento de outro sistema de extrema importância para a PGF/AGU, qual seja, o SAPIENS.

Não obstante as dificuldades, várias etapas importantes foram sendo concluídas desde então: a) foi encerrada a fase de modelagem do SISDAT e de estudo dos casos de uso; b) o modelo lógico (entidades e relacionamentos) do sistema e o modelo físico (tabelas e objetos) foram concluídos; c) foi recuperado todo o código legado do SISDAT anterior, sem perda do que fora antes especificado; d) deu-se início ao processo de elaboração das primeiras interfaces do usuário; e) foram realizadas reuniões com a empresa responsável pelo Protesto Eletrônico (CRA Nacional) para futura interoperabilidade com o novo SISDAT; f) o módulo de garantias do sistema foi finalizado.

No ano de 2014, o projeto do SISDAT avançou significativamente com a conclusão de seus principais módulos, restando agora a finalização dos Módulos de Protestos, Garantias e Parcelamento que se encontram em desenvolvimento. Convém ressaltar que foram iniciadas as tratativas com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN e o Banco do Brasil para a viabilização operacional da ferramenta de controle automático de pagamentos.

Em 2015, a previsão é de que todos os módulos do sistema estejam desenvolvidos até o mês de abril, com o início das atividades de homologação para o mesmo período. Ressalta-se que, para a integral entrada em produção do SISDAT, há a necessidade de providências administrativas de órgãos externo à AGU, tais como a STN e o Banco do Brasil, situação que poderá impactar no cronograma previsto caso haja algum contratempo no âmbito das mencionadas entidades.

Por fim, é de registrar-se que a PGF vem buscando meios alternativos de cobrança para diminuir o número de execuções fiscais ajuizadas, tais como o protesto de Certidões de Dívida Ativa (CDA's).

No âmbito da Procuradoria-Geral da União, foi instituído o Programa de Redução de Litígios e de Aperfeiçoamento da Defesa Judicial da União. A 1ª geração do programa teve foco na atuação no Superior Tribunal de Justiça - STJ e possibilitou a abstenção e desistência de mais de 10.000 recursos. Como reflexo dessas desistências, as intimações do STJ desfavoráveis à União caíram de 10.671 (junho-2011 a junho 2012) para 7.234 nos 12 meses seguintes, uma redução de 32%. Com a instituição do Programa, foi dada maior segurança jurídica para as desistências, que passaram a se basear em pareceres referenciais emitidos pelo órgão central. Além disso, foi criado procedimento operacional inovador, que facilitou adesão ao Programa: ao invés de elaboração de nota explicativa da desistência, que geralmente era aprovada por um Coordenador, passou a ser necessário apenas a indicação, no sistema de informação, do parecer referencial aplicado. Também foi desenvolvida a 2ª Geração do Programa, que consiste, na replicação do programa junto aos Tribunais Regionais Federais (TRFs). No mês de julho, foi promovido mutirões de desistência de recursos junto aos TRFs. Foi



assegurada a extinção de 20.827 processos no Superior Tribunal de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, gerando uma economia estimada de R\$ 15,8 milhões em custos administrativos para os tribunais.

Para realizar o objetivo do programa, também foi instituído o projeto "Centrais de Negociação" que visa planejar, organizar e uniformizar as atividades de conciliação de processos de massa da esfera de competência da PGU, contribuindo, assim, para a redução responsável da litigiosidade. Em 2014 foram realizadas aproximadamente 11 mil conciliações de processos em tramitação, gerando uma economia direta (desconto negociado com as partes no valor a ser recebido) de R\$ 70 milhões.

Por fim, a Secretaria-Geral de Consultoria - SGCS está atuando mediante estudos para edição de normas que busquem auxiliar na análise da legalidade dos acordos judiciais celebrado por empresas públicas dependentes em valor acima de R\$ 500.000,00 (cf. art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.469/97), em trabalho conjunto com outros órgãos da AGU. No ano de 2014, a AGU autorizou a celebração de um acordo judicial feito pela CONAB.

Em outra esfera de atuação, com o Termo de Cooperação Técnico nº 057/2009, a SGCS representa a AGU junto ao Conselho Nacional de Justiça-CNJ em Mutirões Carcerários, analisando processos judiciais de presos provisórios e definitivos, mediante advocacia pro bono, e com atuação administrativa junto às esferas do Executivo Federal, visando a resolução de processos de execução penal e o melhoramento do sistema carcerário brasileiro.

Metas 2012-2015

• Aperfeiçoar as normas para dispensa de apresentação de defesa e para a desistência ou não interposição de recursos

Análise Situacional da Meta

O Departamento de Contencioso da PGF participou ativamente dos estudos, das reuniões e dos debates internos sobre as propostas que originaram Portaria AGU nº 227, de 3 de julho de 2014, a Instrução Normativa AGU nº 2, de 9 de julho de 2014 e a Portaria AGU nº 380, de 15 de outubro de 2014, dispensando a apresentação de recurso especial e recurso extraordinário, nos casos de teses já pacificadas ou de existência de óbices de índole processual.

Estes instrumentos de dispensa de apresentação de defesa ou de desistência ou não-interposição de recursos vêm somar-se à Portaria AGU nº 98 e à Portaria PGF nº 305, ambas de 2013 — as quais subdelegaram às Procuradorias a autorização para concordar com pedido de desistência de ação, nas causas de valor até R\$ 1.000.000,00, desde que o autor renuncie expressamente ao direito sobre o qual se funda a ação.

No ano de 2014, em virtude do reduzido número de procuradores federais que atuam na área de cobrança e recuperação de créditos, o Departamento de Contencioso da PGF não pôde dar continuidade ao projeto de desistência de recursos no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho – TST, cujo propósito era obstar o prosseguimento de recursos interpostos no bojo de execuções fiscais previdenciárias decorrentes de acordos e condenações iguais ou inferiores a R\$ 10.000,00, recursos que veiculem tese conflitante com Súmula da AGU ou com Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal, bem como aqueles que não preenchem requisitos essenciais de admissibilidade, obedecidos os ditames da Portaria AGU nº 1.642, de 17 de novembro de 2010, ou da Portaria AGU nº 46, de 13 de fevereiro de 2013.

Posteriormente, aumentou-se o limite mínimo de valor da contribuição previdenciária devida, a partir do qual a atuação da PGF na execução fiscal trabalhista (EFT) seria obrigatória (piso de atuação). Para tanto, foi necessário comprovar que o último aumento do piso de atuação não representou perda de arrecadação. Em fevereiro de 2013, foi concluído um estudo neste sentido, o qual foi remetido à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, solicitando-se, então, o referido aumento. Após atuação direta da PGF junto à PGFN, elevou-se o piso de atuação da PGF para R\$ 20.000,00, por meio da Portaria MF nº 582, de 13 de dezembro de 2013. A Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF, por meio do Memorando Circular nº 001/2014, divulgou a referida portaria entre as unidades da PGF. A mencionada majoração do piso de atuação veio para otimizar o trabalho dos procuradores federais que atuam nas EFT's, de modo que possam se dedicar a demandas mais expressivas e de valor mais significativo.

Avançou-se também no Estado do Pará, onde se firmou um convênio com o Tribunal de Justiça para dispensa dos emolumentos, o que é um pré-requisito para início do protesto de CDA's naquele Estado.

Outro mecanismo de redução de demandas, implementado pela PGF, consiste no procedimento de conciliação prévia,



previsto na Portaria PGF nº 595, de 23 de setembro de 2013. Este procedimento prevê que, anteriormente ao ajuizamento das execuções fiscais, o órgão de execução da PGF deverá notificar o devedor a fim de que pague ou parcele seu débito, sob pena de protesto, quando for o caso, e posterior propositura da ação judicial.

Para demonstrar a eficácia desse procedimento de conciliação prévia, registre-se que ocorreu o pagamento de quase R\$ 600 mil apenas no município de São José do Rio Preto nos primeiros sete meses do ano de 2014.

Em relação a defesa da União, a PGU, através do Departamento de Assuntos Cíveis e Militares - DCM propôs ao PGU, por meio do Despacho nº 075/2014/NSN/DCM/PGU/AGU, de 9/4/2014, que contém gráficos e informações sobre os indicadores de desempenho que lhe serviram de fundamento, a instituição da 2ª Geração do Programa de Redução de Litígios e de Aperfeiçoamento da Defesa Judicial da União. Logo após, por intermédio do Despacho nº 093/2014/NSN/DCM/PGU/AGU, de 5/6/2014 o DCM apresentou ao PGU a minuta de portaria autorizativa de abstenção e desistência de recurso nos TRFs por parte dos Advogados da União que atuam nas PRUs. Instituída a 2ª Geração do Programa pelo PGU, foi editada, na sequência, a Portaria AGU nº 227/2014 e expedido o Despacho nº 500/2014/GAB/PGU/AGU, orientando a desistência e a abstenção de recursos por parte dos Advogados da União que atuam nas PRUs. Com o advento da Portaria PGU 227/2014, o Advogado da União que atua no processo que, de acordo com a sua percepção técnica, decidirá se deve ou não interpor recurso especial e, na hipótese de este ser inadmitido, se interpõe ou não agravo para destrancá-lo. E, para isso, não precisará de aprovação do coordenador temático, bastando, tão somente, a indicação do parecer referencial que ele tiver entendido de enquadrar em cada caso, conforme a orientação do PGU.

• Aprimorar as Câmaras de Conciliação e Arbitragem

Análise Situacional da Meta

A meta de aprimoramento da atuação da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - Unidade institucional da CGU/AGU para a solução conciliada das controvérsias (judicializadas ou não) entre entes e órgãos da Administração Pública —vem sendo cumprida, como demonstram as seguintes ações:

O Projeto CJU/Conciliação, implantado inicialmente nas Consultorias Jurídicas da União nos Estados de: Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte. Expansão para os demais Estados, estando atualmente implantadas as vinte e sete Câmaras Locais de Conciliação. Publicação da Ordem de Serviço nº 01/2015, com a indicação dos Coordenadores das Câmaras Locais de Conciliação.

Atuação do FÓRUM PERMANENTE DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FEDERATIVOS, em parceria com o STF; Participação na Comissão instituída pela Secretaria da Reforma do Judiciário (Ministério da Justiça) por meio da Portaria 2.148, de 29.05.2013 (DOU de 31.03.2013, Seção 2, p. 72) – Comissão do Marco Legal da Mediação no Brasil que objetiva avaliar, debater e elaborar propostas para subsidiar os Ministérios e órgãos do Governo Federal, visando ao aprimoramento e modernização da legislação sobre as formas adequadas de solução de conflitos;

Coordenação de Grupo de Trabalho instituído pela Portaria-EAGU nº 8, de 3 de julho de 2013, com a finalidade de estudar, debater, apresentar e formatar uma proposta de curso a distância sobre métodos autocompositivos para a Advocacia Pública Federal, adaptando o conteúdo das publicações sobre o assunto da Escola Nacional de Mediação e Conciliação – ENAM, às peculiaridades da AGU.

CCAF Virtual: realização de Reuniões de Conciliação na CCAF em Brasília com participação virtual de representantes de órgãos e entes públicos federais e advogados públicos lotados em outras unidades da Federação, com apoio dos meios tecnológicos da Internet e Rede da AGU.

Atividades da CCAF nos processo conciliatórios:

Conciliações realizadas com TERMOS DE CONCILIAÇÃO homologados: 200 (CCAF e CLC) (até 31/12/2014)

Reuniões de Conciliação realizadas com registros em TERMOS DE REUNIÃO: 147 (até 31/12/2014)

**Quantidade alcançada**

347

Data de Referência

31/12/2014

• Instituir marco legal específico que permita a transação como alternativa para a solução administrativa das lides tributárias**Análise Situacional da Meta**

A meta encontra-se em tratamento, pelo Poder Executivo, com a propositura do PL 5.082/2009, que dispõe sobre transação tributária, nas hipóteses que especifica, altera a legislação tributária e dá outras providências. O Projeto foi apensado ao PL 2412/2007 e atualmente está aguardando parecer na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Projeto vem no bojo de um conjunto de medidas destinadas à modernização da Administração Fiscal, para tornar a sua atuação mais transparente, célere, desburocratizada e eficiente. Procura constituir nova relação entre a administração tributária e os contribuintes, possibilitando que as duas partes, mediante entendimento direto, alcancem uma aplicação mais homogênea da legislação tributária. Vale notar, ainda, que a morosidade na resolução dos litígios tributários produz graves distorções nos mercados, sendo profundamente danoso para a livre concorrência. A concretização das medidas previstas no Projeto em comento aumentará a eficácia do sistema arrecadatório nacional. Com efeito, os conflitos tributários serão resolvidos no máximo em um ano, o que tornará, para o contribuinte, mais vantajosa a transação do que a aposta em longas discussões judiciais.

O inteiro teor do projeto pode ser acessado pelo link:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=648733&filename=PL+5082/2009

• Instituir o marco legal que racionalize a execução fiscal**Análise Situacional da Meta**

Desde a edição da Lei nº 11.457/2007, a PGF busca mecanismos para monitorar a centralização da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais. Assim, vêm sendo desenvolvidos sistemas e rotinas para avaliar os meios alternativos de cobrança e a racionalização da execução judicial. Dentre as importantes medidas já adotadas nesse sentido, citem-se a Lei nº 11.941/2009, a Portaria AGU nº 377 e a Portaria PGF nº 916/2011, que estabeleceram valores mínimos para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial dos débitos das autarquias e fundações públicas federais, bem como a Portaria MF nº 435/2011, a Portaria nº 815/2011 e a Portaria MF nº 582/2013, que trataram da cobrança das contribuições sociais decorrentes das sentenças trabalhistas. Também merecem registro o protesto de Certidões de Dívida Ativa (CDA's), o parcelamento (ordinário ou extraordinário) dos créditos das autarquias e fundações públicas federais e o procedimento de conciliação prévia, já mencionados anteriormente.

As metas da CCAF estão com desempenho satisfatório com previsão de atingimento na integralidade até 2015.

Foram levadas a efeito 152 desistências de recursos perante o STJ. Houve 841 abstenções de interposição de recurso na fase da decisão monocrática. O percentual de abstenções em relação às intimações de decisões monocráticas desfavoráveis/parcialmente desfavoráveis à União no período foi de 55,30%, e o percentual de incremento real, relativamente ao mesmo período de 2011, foi de 145%. O Programa provocou a extinção de 993 recursos e, em decorrência disso, evitou a prolação de no mínimo. 1.145 decisões/acórdãos desfavoráveis à União.

Conforme Anexo I, os resultados do projeto de protesto das CDAs tem alcançado índices de recuperação de crédito superiores a 30% do total de CDAs.

O Projeto CJU/Conciliação foi implantado nas Consultorias Jurídicas da União nos Estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco e a instalação do FÓRUM PERMANENTE DE MEDIANÇÃO DE CONFLITOS FEDERATIVOS.

Execução da CCAF:

- Conciliações realizadas com TERMOS DE CONCILIAÇÃO homologados em 2012: 29 (até 29/10)
- Reuniões realizadas com celebração de TERMOS DE REUNIÃO em 2012: 158 (até 29/10).



•125 processos ativos em conciliação na CCAF.

Foram elaboradas 7 propostas de edição de súmulas ou instruções normativas, que servirão de subsídio para expansão do Programa. Comparando-se o período de julho a outubro de 2011 com julho a outubro de 2012, houve um incremento de 35% nas decisões favoráveis à União nas ações de servidores e militares, exceto Mandado de Segurança (Anexo 4 - Índice de êxito do Programa de Redução de Litígios).

Com o êxito descrito no Anexo I, a PGF pretende estender o projeto de protesto das certidões de dívida ativa para outras unidades da federação onde houver autorização para a isenção da União no pagamento de emolumentos prévios. Além dos dados relacionados à economia gerada pela celebração de acordos, detalhada no anexo “Planilhas Acordos 2012”, no Anexo II há referência a conflitos relevantes solucionados pela PGF mediante mecanismos alternativos.

A atuação da CCAF tem como beneficiário principal o Governo Federal e por derivação os organismos da administração direta e indireta, e os Estados e Municípios. Ao final de mais um exercício com a ferramenta institucional validada, o que podemos inferir é que a maior beneficiária dos resultados produzidos na CCAF é a própria sociedade que tem nos resultados da transversalidade de atuação a possibilidade de conferir celeridade e efetividade nas controvérsias que foram objeto de conciliação evitando-se disputas e controvérsias inapropriadas entre organismos de uma mesma origem institucional com redução de custos e tempo.

OBJETIVO: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abrangendo a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Órgão Responsável: Defensoria Pública da União

Análise Situacional do Objetivo

Nos termos da Lei Complementar n.º 80/94, art. 4º, na redação conferida pela Lei Complementar n.º 132/09, são objetivos da Defensoria Pública a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais; a afirmação do Estado Democrático de Direito; a prevalência e efetividade dos direitos humanos; e a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Para cumprir com o preceito legal, a Defensoria Pública da União alia-se ao Ministério da Justiça por meio do programa temático Cidadania e Justiça, que compõe o PPA 2012/2015, e, para garantir a obtenção dos resultados esperados na defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, das pessoas com deficiência e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Poder Público, abrangendo também a defesa de direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais e difusos. Nesse sentido, em dezembro/2014 a DPU permanecia prestando assistência a 669.772 pessoas.

Durante o ano de 2014 foram empreendidos esforços no sentido de reorganizar a estrutura da DPU para atuação baseada na autonomia recém conquistada, uma vez que possibilita à Instituição atuação independente em nome do cidadão, bem como confere possibilidade de uma busca mais efetiva por recursos para ampliação dos serviços de assistência jurídica gratuita.

A propósito, a DPU tem atuado em várias frentes de modo a tornar mais efetivo o serviço prestado ao cidadão e assistir a cada vez mais brasileiros. Nesse sentido, a resolução extrajudicial de conflitos torna-se um importante foco de atuação da DPU, cuja consecução tem sido feita por meio de acordos de cooperação com órgãos que frequentemente figuram no



polo passivo das demandas judiciais.

O Programa "Eu Tenho Direito", núcleo básico do Plano de Ações da DPU para o biênio 2014-2015, incorporou o projeto "Jornada Meu Defensor", mantendo o objetivo de realizar ações itinerantes em localidades distantes dos municípios sede da DPU. As ações itinerantes são realizadas, também, com intuito de promover a conscientização aos cidadãos dos seus direitos, por meio de orientações e esclarecimentos realizados pelos Defensores Públicos Federais, participantes das ações, com a distribuição de material próprio como, por exemplo, cartilhas.

Especificamente no que se refere à ampliação do número de pessoas atendidas, a DPU tem agido por meio de eventos itinerantes em comunidades quilombolas, povos indígenas, regiões de fronteira e comunidades em situação de vulnerabilidade social, bem como por meio da implantação de novos órgãos de atuação em cidades sede de subseções judiciárias no interior do país.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o atendimento à população abaixo da linha da miséria absoluta por meio da realização de 5 edições do projeto "Jornada Meu Defensor"**

Análise Situacional da Meta

O Projeto Jornada Meu Defensor consistia no deslocamento de Defensores Públicos Federais e de estrutura móvel de apoio às cidades que ainda não contam com unidades da instituição ou que estejam distantes dos grandes centros urbanos. O projeto pode ser realizado isoladamente ou em parceria com outras instituições ou órgãos, como Juizados Especiais Federais, Defensorias Públicas Estaduais, Ministério Público, Prefeituras e o Conselho Municipal de Assistência Social.

Em 2013 foram realizados 5 eventos relacionados ao Projeto Jornada Meu Defensor e a partir de 2014, os Projetos "Ações Itinerantes" e "Jornada Meu Defensor" passaram a ser realizados conjuntamente sob nova denominação: Projeto Ações Itinerantes — Eu Tenho Direito.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento de casos de discriminação racial.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foi criada a Secretaria de Direitos Humanos da DPU, ligada a Secretaria-Geral de Articulação Institucional, que tem entre outras atribuições a articulação com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR para orientar a atuação da DPU em relação ao atendimento diferenciado à população vítima de discriminação racial. Todos os Defensores Públicos Federais lotados nos órgãos de atuação da DPU em operação no País, estão aptos a atender casos de discriminação racial.

Importante registrar também a atuação da DPU, em conjunto com a Fundação Cultural Palmares e a SEPP1R, na realização de eventos para capacitação dos Defensores Públicos Federais, Defensores Públicos Estaduais e demais profissionais do Direito, no que concerne às especificidades de tratamento das demandas decorrentes de situações envolvendo a discriminação racial e ao atendimento à população quilombola e comunidades tradicionais.

- **Criar em todas as unidades de atuação da DPU salas de visita virtual, com destaque para o atendimento em penitenciárias federais**

Análise Situacional da Meta

O Projeto Visita Virtual é um trabalho conjunto do Departamento Penitenciário Nacional — DEPEN e da Defensoria



Pública da União — DPU, regulamentado pela Portaria DEPEN/DPU n° 500, de 30 de setembro de 2010 e consiste na realização de videoconferência entre os presos e seus familiares, complementando a visita presencial, garantindo direitos e contribuindo para a manutenção dos laços afetivos, tão importantes para a integração social do preso.

Desde a implementação do projeto, busca-se ampliar o atendimento nos órgãos de atuação que já possuem equipamento de videoconferência instalado por meio da divulgação do serviço aos apenados nos presídios federais. O serviço também está disponível para utilização em audiência entre os presos e os Defensores Públicos Federais. Nesse contexto, todas as 832 pessoas em situação de prisão do sistema federal podem ter acesso ao Visita Virtual.

Atualmente, existem em funcionamento 32 salas destinadas à realização de visitas virtuais, sendo uma em cada DPU localizada nas capitais das unidades federativas. Além dessas, existem equipamentos instalados nos seguintes órgãos de atuação: DPU Cascavel (PR), DPU Guarulhos (SP) e DPU Mossoró (RN). Ressalta-se, também, a instalação do equipamento na Penitenciária de Itaí (SP), cuja população de internos é composta por presos estrangeiros.

Em 2014 foi realizada pesquisa nos presídios federais para identificar as principais dificuldades de utilização da Visita Virtual pelos apenados e familiares. Levantaram-se todas as localidades onde há a necessidade de instalação de novos equipamentos que possibilitem a utilização da visita virtual pelos familiares para que seja instalado o equipamento nas dependências da DPU mais próxima. Também ficou constatada a necessidade da instalação de equipamento adicional nas penitenciárias federais para que não haja fila de espera. Diante disso, foram conduzidas diligências junto ao DEPEN para a ampliação do número de equipamentos disponibilizados aos apenados nas penitenciárias federais.

Desde a implementação do projeto, a DPU busca ampliar o atendimento nos órgãos de atuação que já possuem equipamento de videoconferência instalado e alcançou como resultado a realização de 3.677 visitas virtuais no período 2010-2014, das quais 932 foram realizadas em 2014.

Quantidade alcançada

32

Data de Referência

31/12/2014

• **Definir novo modelo de gestão para a abertura das novas Unidades da Defensoria Pública da União (DPU)**

Análise Situacional da Meta

A definição do arranjo institucional dos órgãos de atuação visa promover o alto desempenho de seus principais processos. Neste contexto, considera-se que o centro da ação dos órgãos de atuação é o processo, entendido como um conjunto de atividades inter-relacionadas ou interativas que transforma insumos em serviços com valor agregado, com o objetivo de alcançar os resultados institucionais.

A orientação para alcance dos resultados deve ser refletida no arranjo institucional dos órgãos de atuação e no foco prioritário para as atividades finalísticas do órgão — a prestação da assistência jurídica gratuita.

A Resolução CSDPU n° 63, de 03 de julho de 2012, regulamentou o arranjo institucional dos órgãos de atuação da Defensoria Pública da União nos Estados e no Distrito Federal definindo que os mesmos serão organizados por meio de Núcleos e/ou Ofícios criados pelo Defensor Público-Geral Federal.

Os dispositivos legais trazem ainda a figura dos órgãos de execução. De acordo com o art. 5° da Lei Complementar 80/1994, os Defensores Públicos Federais são os órgãos de execução da Defensoria Pública da União nos Estados e no Distrito Federal.



No ano de 2014, com o advento da Emenda Constitucional nº 80/2014, que estabelece metas constitucionais para a DPU, impondo o prazo de 8 anos para que a União conte com defensores públicos federais em todas as unidades jurisdicionais, em número proporcional à demanda pelo serviço de assistência jurídica à população local; impôs que o novo modelo de gestão seja adequado à exigência legal, ora estabelecida, ficando seu desenvolvimento e aprovação para o ano de 2015.

O modelo de abertura de novos órgãos de atuação poderá contemplar além do arranjo institucional, o dimensionamento do quadro de pessoal e prestadores de serviços, os custos e os investimentos necessários para acionamento de cada tipo de órgão de atuação.

- **Disponibilizar o serviço de assistência jurídica gratuita a estrangeiros em 100% das arenas durante os grandes eventos**

Análise Situacional da Meta

Durante o evento Copa do Mundo de Futebol, realizado nos meses de junho e julho/2014, verificou-se que as demandas destinavam-se, em grande parte, a competências relativas às defensorias estaduais.

A partir da experiência obtida durante a Copa do Mundo de Futebol encontra-se em andamento a análise da viabilidade de manter estrutura adequada para atendimento durante os Jogos Olímpicos a serem realizados no Rio de Janeiro em 2016.

- **Disseminar o conhecimento dos direitos, deveres e da cidadania aos jovens do ensino público básico e superior em todas as regiões do país**

Análise Situacional da Meta

O Projeto DPU nas Escolas é executado de forma descentralizada por meio dos órgãos de atuação da DPU nos Estados da Federação e desenvolvido por meio de encontros e palestras ministradas pelos Defensores Públicos Federais no ambiente das escolas. Nestes encontros, a DPU se apresenta para a comunidade como o órgão constitucionalmente destinado a ofertar serviços jurídicos gratuitos à população de baixa renda, incluindo orientação e assistência jurídica.

Os órgãos de atuação da DPU estão devidamente orientados em relação à forma de priorização das escolas a serem atendidas, elaboração de cronogramas de atendimento, temas a serem abordados, inclusive com a distribuição de cartilhas para temas específicos de interesse da comunidade, e ainda, em relação às tratativas com as Secretarias locais de educação para assinatura de acordo de cooperação técnica.

Em 2014 também foram realizadas palestras em universidades e escolas de ensino fundamental e médio das diversas unidades da federação.

- **Facilitar o acesso a justiça a partir da implantação do serviço de orientação e agendamento de atendimento via serviço 0800**

Análise Situacional da Meta

O Projeto "Serviço de Orientação e Agendamento de Assistência Jurídica por Telefone 0800" tem como objetivo a criação de um serviço de informações ao cidadão, por meio da disponibilização de número telefônico para Discagem Direta Gratuita e endereço eletrônico.

Em 2014, não obstante os potenciais benefícios para os assistidos da DPU, não houve possibilidade de contratação de empresa prestadora de serviços de call center.

- **Implantar o serviço de conciliação extrajudicial de conflitos em todos os Estados e no Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta



Em 2014, foi criada a Secretaria de Conciliação Extrajudicial, ligada à Secretaria-Geral de Articulação Institucional, com atribuição de estimular e acompanhar as ações relacionadas à atuação extrajudicial na DPU.

Como estratégia de estímulo à atuação extrajudicial foram realizados Acordos de Cooperação Técnica, de âmbito nacional com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e a Caixa Econômica Federal — CEF, que permitem a troca de informações e documentos, por meio de canais de comunicação informatizados, entre as partes e estabelecem critérios e cronogramas que facilitam a organização de mutirões de conciliação.

Todos os órgãos de atuação estão cobertos pelos acordos com o INSS e a CEF e aptos para ampliar a atuação extrajudicial que agiliza a solução da demanda do assistido e desonera a Justiça Federal.

Complementarmente, está sendo fortalecida a participação da DPU, em iniciativas em parceria com a Justiça Federal, da representação da população em ações de conciliação com órgãos e empresas federais como INFRAERO e DNIT, entre outros. Como exemplo de atuação extrajudicial, pode-se mencionar o atendimento às populações atingidas pelas obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira (PA), onde foi instalada uma Câmara de Conciliação coordenada pela DPU que tem atuado fortemente na resolução dos conflitos. Em 2013, a atuação da DPU propiciou a realização de 6.832 conciliações extrajudiciais e em 2014 foram realizadas 6.999 conciliações.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

- **Instituir autonomia funcional, administrativa e orçamentária da Defensoria Pública da União, nos termos conferidos às Defensorias Públicas Estaduais (Emenda Constitucional nº 45)**

Análise Situacional da Meta

Em agosto de 2013, foi promulgada a EC nº 74/2013, que concede autonomia administrativa e funcional à Defensoria Pública da União, bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária. Tal conquista permite à DPU alcançar o patamar de órgão de Estado, passando assim a responder diretamente à sociedade pela realização do preceito constitucional expresso no art. 5º, LXXIV — "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Com a aprovação dessa Emenda, a DPU passou a ter as mesmas prerrogativas institucionais concedidas às Defensorias Públicas Estaduais desde a Reforma Judicial levada a cabo por meio da Emenda Constitucional 45/2004.

Com efeito, a concessão de autonomia à DPU representa um marco na história do País. Doravante, sua atuação em prol do cidadão é independente e a ampliação dos serviços, imprescindível, o que levará à garantia efetiva dos direitos dos cidadãos necessitados.

- **Levar assistência jurídica gratuita a comunidades terapêuticas de pessoas com transtornos decorrentes do uso do Crack e a seus familiares**

Análise Situacional da Meta

Lançado em dezembro de 2011, o programa "Crack, é possível vencer" é um conjunto de ações do Governo Federal para enfrentar o crack e outras drogas, por meio da articulação entre os Estados, Distrito Federal e Municípios, além da participação da sociedade civil, a iniciativa tem o objetivo de aumentar a oferta de tratamento de saúde e atenção aos usuários drogas, enfrentar o tráfico e as organizações criminosas e ampliar atividades de prevenção até 2014.

O programa conta com ações dos Ministérios da Justiça, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Secretaria de Direitos Humanos.



A DPU, em conjunto com o Ministério da Justiça, está discutindo a possibilidade de um convênio para a utilização do sistema informatizado de Processos de Assistência Jurídica de modo a permitir a operacionalização de sua participação na gestão do Programa. Ademais, estão sendo negociadas com a Secretaria Nacional Antidrogas — SENAD — visitas de Defensores Público Federais às Comunidades Terapêuticas a fim de avaliar o acesso aos equipamentos do Estado pelos usuários nelas internados.

O projeto está sendo reestruturado no âmbito do realinhamento estratégico decorrente do Plano de Ações da DPU para o biênio 2014-2015.

• **Melhorar o atendimento ao cidadão a partir da adequação da infraestrutura de funcionamento e acessibilidade em 59 órgãos de atendimento em todo território nacional**

Análise Situacional da Meta

Em maio de 2013 foi publicada a Portaria nº 409, que instituiu a Comissão de Acessibilidade da DPU, visando o planejamento, elaboração, execução e acompanhamento de projetos e metas direcionados à promoção da acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais no âmbito da Defensoria Pública da União.

Entre as ações já realizadas pela Comissão de Acessibilidade destacam-se:

- confecção de documento encaminhado para todos os órgãos de atuação visando o diagnóstico da atual situação dos edifícios onde se encontram as Defensorias Públicas da União;
- mudanças no procedimento de locação de imóvel, incluindo itens de acessibilidade para as futuras sedes da Defensoria, conforme pode se observar no Manual de Locação; e
- implantação da acessibilidade por meio dos processos regionais de manutenção predial, prevendo no termo de referência a possibilidade de pequenas reformas preventivas e corretivas com adoção dos padrões da NBR 9050.

Além disso, como resultado do trabalho apresentado pela Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e o Programa de Acessibilidade do Atendimento ao Cidadão, foram definidas as seguintes providências:

- dar conhecimento aos responsáveis pela Engenharia e Arquitetura da necessidade de se obedecer a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e a NBR 9050 em todos os projetos de sedes próprias da DPU;
- analisar os imóveis alugados à DPU com base na legislação citada acima e relatar os problemas encontrados para avaliar a possibilidade de solução dos mesmos nas renovações de contrato ou através da busca de novo imóvel;
- considerar nas compras de mobiliário os parâmetros de acessibilidade da ABNT NBR 9050 nas especificações dos itens (destaque para os itens 9.3 sobre mesas e 9.5 sobre balcões para atendimento);
- no desenvolvimento do Portal Virtual da Defensoria Pública da União, considerar o Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico (e-MAG) e prover os recursos necessários para sua utilização;
- providenciar para todas as órgãos de atuação de atendimento da DPU caixas de som para serem acopladas ao computador que controla o monitor de senhas do Sistema de Gerenciamento do Atendimento para realizar anúncio sonoro das senhas chamadas;
- buscar prover, quando do lançamento de materiais de divulgação, edições acessíveis contemplando a população com baixa visão através de "tipos ampliados" e aos cegos com impressão em Braille, sonora em formato magnético ou digital que possa ser processado por sistemas de leitura e ampliação de tela;
- considerar as limitações impostas no Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico (e-MAG) no desenho do Portal Virtual da Defensoria Pública e oferecer alternativas que possam ser desenvolvidas pela Coordenação de Gestão da Informação da DPU;
- promover a capacitação em Libras aos servidores da DPU de forma a superar o percentual de 5% da força de trabalho



determinado no Decreto 5.626/2005, priorizando os que trabalham no atendimento direto aos assistidos;

- estruturar disciplina sobre a temática de Acessibilidade e a legislação específica para os Cursos de Preparação à Carreira de Defensor Público Federal.

Atualmente, estão sendo conduzidas ações direcionadas à promoção de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais no âmbito de 55 órgãos de atuação da Defensoria Pública da União.

Quantidade alcançada

55

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover a inclusão profissional e social de 100 jovens oriundos do sistema prisional nos quadros da DPU, no âmbito do Programa Juventude Viva**

Análise Situacional da Meta

Foi celebrado, em agosto de 2012, um Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso no Distrito Federal visando a contrafação de Instituição prestadora de serviços especializados no fornecimento de mão-de-obra carcerária, do regime aberto ou semi-aberto, do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, com vistas à oferta de trabalho para até 30 sentenciados, para atuação na Defensoria Pública-Geral da União e demais órgãos de atuação da DPU no Distrito Federal.

Esta ação possui finalidade educativa e produtiva, e visa à melhoria da condição da dignidade humana dos apenados, conforme preconizado pelo art. 28 da Lei 7.210/84 (Lei de Execução Penal). Com efeito, há atualmente 13 sentenciados atuando nas unidades da DPU no Distrito Federal.

Também foi celebrado, em dezembro de 2012, Acordo de Cooperação Técnica com o Fundação Professor Dr. Manoel Pedro Pimentes USP, cujo objeto é a "viabilização de oportunidade de trabalho pela contratada e interveniente para os reeducandos em regime semi-aberto, do Presídio da Polícia Militar "Romão Gomes", por meio de até 50 postos, oferecidos pela Defensoria Pública da União, em São Paulo. Atualmente, há 18 sentenciados atuando na unidade da DPU São Paulo (SP).

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar ações de prevenção e reparação de danos causados pelo escalpelamento**

Análise Situacional da Meta

Este projeto visa à erradicação dos acidentes de escalpelamento, que consiste na retirada brusca e acidental do couro cabeludo pelo entrelaçar dos cabelos no eixo (desprotegido) que liga o motor à hélice das embarcações. Para tanto, a DPU atua de maneira sistêmica, levando em conta não só a causa determinante, como também os fatores contribuintes para o acidente.

O projeto é realizado por meio de parcerias estabelecidas com diversos órgãos públicos e privados, a exemplo do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Marinha do Brasil, Ministério da Saúde (MS), Fundacentro, Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), entre outros. Basicamente, as vertentes dividem-se em quatro ações, quais sejam:

- a) a DPU garante atendimento integral, orientando à vítima sobre seus direitos e, em específico, o recebimento da indenização paga através do Seguro Obrigatório de Embarcações;
- b) reparação com cirurgia;



- c) encaminhamento da vítima para realização de cursos de capacitação visando à reintegração deste membro à sociedade;
- d) viabilização de linha de crédito para modernização das embarcações.

A DPU atua em duas linhas: ações reparadoras e ações preventivas. Nas ações reparadoras, orienta a vítima sobre seus direitos, providencia a documentação para o recebimento da indenização e para realização da cirurgia plástica reparadora, além de estimular a vítima para frequentar cursos de capacitação visando a sua ressocialização.

O acesso à Justiça é feito por meio da abertura do Processo de Assistência Jurídica — PAJ na unidade da DPU local, com a presença da vítima e, a partir daí, são providenciados os documentos necessários, além de preenchida a Ficha de Identificação da Vítima de Escalpelamento — FIVE, desenvolvida pela DPU, cujas informações são utilizadas para traçar política pública visando à erradicação do escalpelamento.

Em relação às ações preventivas, o foco principal é cobrir o eixo que liga o motor à hélice nas embarcações ribeirinhas e promover campanhas de prevenção e orientação, em especial, ensinando a população como proceder diante de um acidente causador do escalpelamento de forma a minorar as consequências.

Em 2014 foram registrados oito eventos que contaram com a intervenção da Defensoria Pública da União.

- **Realizar um total de 100 ações itinerantes, levando assistência jurídica gratuita a comunidades indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, regiões fronteiriças e comunidades com alto índice de vulnerabilidade social**

Análise Situacional da Meta

Com a criação da Secretaria de Atuação Itinerante, ligada à Secretaria-Geral de Articulação Institucional, foi possível estimular e acompanhar as ações itinerantes de forma mais consistente e organizada.

Em março de 2014 foram iniciadas as atividades do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Tradicionais Quilombolas ("GT Quilombola"), instituído pela Portaria DPGF nº71/2014 e cujas ações integram o Programa "Eu Tenho Direito".

Além das iniciativas realizadas de forma independente pela DPU, por meio da qual foram priorizadas localidades onde havia um grande registro de demanda reprimida de causas relacionadas ao INSS ou populações em situação de alta vulnerabilidade social, em 2014 buscou-se fortalecer as ações em conjunto com a Justiça Federal.

Cabe destacar ainda a orientação prestada à população por meio da distribuição de cartilhas, dirimindo dúvidas e promovendo a educação em direitos.

Com relação à prestação de assistência jurídica integral e gratuita às famílias quilombolas, a DPU em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), realizaram ações em diversos Estados, tais como Amapá, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo e especificamente nos municípios de Juiz de Fora/MG e Pelotas/RS. Essa é uma atividade multidisciplinar que inclui, além da prestação de assistência jurídica, o conhecimento e respeito aos costumes da comunidade.

A parceria com a SEPPIR se dá por meio de promoção de ações in loco nas comunidades, como por exemplo, a visita ao quilombo Gomes e Silva, localizado no município de Viamão (RS).

A DPU também firmou parceria com a Fundação Cultural Palmares para formação/capacitação de Defensores Públicos Federais e como meta a realização em 2015, de pelo menos duas capacitações, por meio da Agenda Quilombola.



De acordo com o quadro a seguir, que apresenta dados relativos ao período 2012 a 2014, tem-se que o número de ações itinerantes tem sido crescente a cada ano.

Ano	Quantitativo
2012	15
2013	22
2014	35
TOTAL	72

O PPA 2012-2015 prevê a realização de 100 ações itinerantes até 2015 e até dezembro de 2014 foram realizadas 72 ações.

Quantidade alcançada

72

Data de Referência

31/12/2014

• Reforçar a política de inclusão social por meio do acesso à justiça, ampliando o atendimento a 200 novos municípios com baixo IDH

Análise Situacional da Meta

A interiorização da Justiça Federal é tendência dos últimos anos. Amparada na busca de ampliar a garantia de acesso ao Poder Judiciário, tem se materializado com a implantação de varas federais e de juizados especiais federais nos municípios do interior dos estados. Nesse sentido, é necessário que a Defensoria Pública da União acompanhe o crescimento da Justiça Federal e promova o acesso à Justiça por meio da prestação de assistência jurídica a um número cada vez maior de brasileiros necessitados.

Das 273 localidades que sediam órgãos judiciais federais, apenas 67 contam com a Defensoria Pública da União, ou seja, atualmente, a DPU possui cobertura de aproximadamente 25% da Justiça Federal.

De modo a ampliar sua atuação, a Defensoria Pública da União iniciou a partir da edição da Portaria DPGU nº 482/2008, um Plano de Interiorização visando à cobertura total das seções e subseções judiciárias. O Plano foi construído a partir de três critérios utilizados para definição da prioridade na instalação de novos órgãos de atuação: o índice de Desenvolvimento Humano — IDH, a população com renda inferior a três salários mínimos e o número de varas federais instaladas.

Em setembro de 2014, foi instituído, por meio da Portaria nº 401, um Grupo de Estudo destinado a discutir, analisar e sugerir modificações ao Plano de Interiorização da Defensoria Pública da União. O grupo é presidido pelo Subdefensor Público-Geral Federal e formado por seis Defensores Públicos Federais designados por meio da Portaria nº 431/2014. O Grupo conta ainda com o acompanhamento da Assessoria de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão — ASPLAN e da Escola Superior da DPU.

O esforço empreendido pela DPU na interiorização do órgão resulta na atuação em 1.769 municípios do país. A estratégia de abertura de novos órgãos de atuação no período 2012-2014 resultou no atendimento a 230 novos municípios.

Vale ressaltar que a atuação da DPU está associada à presença da Justiça Federal por meio das suas seções e subseções judiciárias. A DPU adota o conceito utilizado pelo Poder Judiciário que considera a noção de Comarcas — termo que



abrange diversos municípios de uma mesma região.

Conforme consta do Plano de Transformação Organizacional da DPU — PTO, minimamente o que se idealiza para a DPU no final de 2022 é a abrangência nacional e a cobertura de todas as seções e subseções da Justiça Federal. Assim, a DPU deverá chegar a 276 órgãos de atuação de atendimento e a uma população-alvo potencialmente assistida de, aproximadamente, 142 milhões de pessoas. Atualmente, a DPU tem 67 órgãos de atuação e abrange um público-alvo potencial de, aproximadamente, 77 milhões de pessoas.

Com a autonomia alcançada, a DPU mobilizará esforços no sentido de obter a aprovação de orçamento compatível com as necessidades de abertura de novos órgãos de atuação.

Quantidade alcançada

230

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	19	unidade	21	31/12/2014
Região Nordeste	42	unidade	74	31/12/2014
Região Norte	17	unidade	19	31/12/2014
Região Sudeste	75	unidade	49	31/12/2014
Região Sul	47	unidade	67	31/12/2014

OBJETIVO: 0880 - Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça por meio da defesa dos direitos dos migrantes, intensificação da cooperação jurídica internacional, e ênfase na articulação e integração das ações garantidoras de direitos no âmbito da cidadania, realçando a participação social e os diálogos interfederativos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Entre os anos de 2012 e 2014 a Secretaria Nacional de Justiça desenvolveu uma série de ações no âmbito das políticas públicas de justiça e cidadania sob sua competência. Destaca-se em matéria de prevenção e combate ao tráfico de pessoas, a instituição do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (ETP), com vigência até 2016, a criação do Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II Plano e do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap), e a ampliação da Rede de Núcleos e Postos.

Em direção a uma reforma na política migratória, realizou-se a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (Comigrar). A conferência foi promovida em parceria com os Ministérios do Trabalho e Emprego e o das Relações Exteriores, com apoio das agências da ONU UNODC, OIM, Acnur e Pnud, reunindo quase 800 migrantes, acadêmicos e militantes de 30 nacionalidades distintas. Do amplo debate foram geradas 2840 propostas a serem consideradas para aprimoramento das políticas públicas e marcos legais desse campo, em especial nas áreas de acesso a serviços e direitos pelos migrantes, inserção econômica, social e produtiva, cidadania e reconhecimento da diversidade, meios de prevenção e proteção nos casos de violação de direitos e participação social. O documento final está disponível na plataforma da conferência (<http://www.participa.br/comigrar>). Também finalizou-se um anteprojeto de lei para substituir o atual Estatuto dos Estrangeiros e encaminhou-se para o Congresso um anteprojeto de lei sobre apatridia. Realizou-se ainda a Conferência Internacional Cartagena+30, a mais importante sobre refúgio na América Latina; e documentou-se e regularizou-se mais de 30 mil haitianos ingressantes no país.

No âmbito da Classificação Indicativa elaborou-se um novo marco normativo, de modo a expandir o monitoramento para as novas tecnologias do audiovisual graças a, entre outras medidas, a adoção do sistema internacional de classificação de jogos IARC (International Age Rating Coalition). Pesquisas de opinião e projetos como o Classifique, que convida o



cidadão a classificar junto com o Ministério da Justiça, permitem que a política seja mais participativa.

Também foram criados Comitês de Acompanhamento da Sociedade Civil (Casc) em matéria de classificação indicativa e em matéria de migrações.

No campo da titulação de Entidades Sociais, automatizou-se o procedimento para recebimento de relatórios anuais e contribuiu-se para a formulação do novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), consubstanciado na Lei 13.019/2014.

Por fim, também o combate à lavagem de dinheiro e à corrupção se juntam ao rol de realizações na área dos direitos humanos. Nesse tempo, mais de US\$ 8 milhões em ativos ilícitos foram recuperados e voltarão aos cofres públicos. Para isso, três encontros da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) foram realizados e instalou-se ao menos um Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB) em cada estado da Federação, obtendo a cobertura de 100% do território nacional.

A partir da criação da Ouvidoria-Geral, em 2012, os cidadãos têm, gradativamente, ampliado o acesso à pasta e aos serviços disponíveis. Em 2012 foram registradas 1.572 demandas, em 2013, 4.392, e em 2014 já foram registradas 5.590 demandas. O acesso crescente se deve a diversos fatores, como por exemplo: em 2013 os serviços prestados foram disponibilizados no portal servicos.gov.br e a implantação efetiva do sistema eletrônico de ouvidoria, que permitiu otimizar a recepção, o monitoramento e as respostas às demandas, além de facilitar a forma de contato do cidadão com o Ministério, e em 2014, a Carta de Serviços ao Cidadão foi publicada no sítio do Ministério da Justiça.

Metas 2012-2015

• 16 tratados/acordos internacionais sobre cooperação jurídica internacional assinados.

Análise Situacional da Meta

O quadriênio 2011-14 foi bastante produtivo em termos de acordos de cooperação jurídica internacional. Trabalhamos sobre, pelo menos, 104 acordos, nos seguintes termos:

Foram promulgados 9 acordos: acordo de cooperação jurídica internacional em matéria penal com Honduras (Decreto n. 8046/13), México (Decreto n. 7595/11), Nigéria (Decreto n. 7582/11), Panamá (Decreto n. 7596/11), Reino Unido (Decreto n. 8047/2013), acordo sobre cooperação em matéria de combate à criminalidade com a Espanha (Decreto n. 8048/13), e acordo de cooperação jurídica internacional em matéria civil com o Líbano (Decreto n. 7934/13). Em âmbito multilateral, foi promulgada a Convenção de Acesso Internacional à Justiça (Decreto n. 8.343/2014) e o Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile (Decreto n. 8.331/2014).

Além disso, assinamos (1) o acordo de cooperação jurídica internacional em matéria civil com o Marrocos; (2) o Acordo entre os Estados Parte do Mercosul e Associados sobre Jurisdição Internacionalmente Competente, Lei Aplicável e Cooperação Jurídica Internacional em Matéria de Matrimônio, Relações Pessoais entre os Cônjuges, Regime Matrimonial de Bens, Divórcio, Separação Conjugal e União Não Matrimonial; (3) o acordo para implementar o Projeto BIDAL (Projeto de Bens Apreendidos e Confiscados na América Latina), cujo intuito é proporcionar assistência técnica em matéria de administração de ativos para a criação e fortalecimento dos sistemas nacionais de administração de bens apreendidos e confiscados na América Latina; (4) o acordo para integrar o sistema seguro de comunicação da Rede Ibero-americana de Cooperação Jurídica Internacional; e (5) o acordo para criar Grupo de Trabalho para implementação de Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro na Bolívia, nos moldes do modelo brasileiro.

Em âmbito multilateral, ratificamos a Convenção sobre Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, ambas no âmbito da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.



Propusemos 28 acordos de cooperação jurídica internacional. São eles:

- Foram enviadas propostas de acordo de cooperação jurídica internacional em matéria civil ao/à: Chile, África do Sul, Áustria, Irã, Suíça, Indonésia, Nova Zelândia, México, Peru e Portugal*.
- Foram enviadas propostas de acordo de cooperação jurídica internacional em matéria penal ao/à: Áustria, Bulgária, Indonésia, Irã, Nova Zelândia e a todos os países de fronteira com os quais ainda não temos acordo - Venezuela, Argentina e Uruguai. Também propusemos a ampliação da abrangência do acordo de cooperação jurídica internacional estabelecido com o Reino Unido para que inclua também as Ilhas Jersey.
- Propusemos celebração de memorando de entendimento que estabelece modelo de formulário bilíngue para restituição de pedidos de cooperação jurídica internacional referentes à comunicação de atos processuais e para informação sobre cumprimento de pedido de cooperação jurídica internacional à/ao: Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, Paraguai, Peru e Uruguai.
- Propusemos celebração de acordo que cria o Grupo de Trabalho para implementação do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro à Colômbia e ao Peru.

Negociamos 12 acordos. São eles:

- Acordo de cooperação jurídica internacional em matéria civil com Ucrânia, Colômbia, Peru e Cuba
- Acordo de cooperação jurídica internacional em matéria penal com Grécia, Belarus, Indonésia e Irlanda
- Acordo de repartição de bens confiscados no âmbito do Mercosul
- Protocolo da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal Relativo ao Uso de Novas Tecnologias de Comunicação e à Audiência por Videoconferência
- Acordo para Reestruturação e Reengenharia da Rede Hemisférica de Cooperação Jurídica em Matéria Penal da Organização dos Estados Americanos (OEA)
- Memorando de Entendimento entre Ministérios da Justiça do Brasil e da Belarus

Foi revisto o texto de 3 acordos:

- Protocolo de Medidas Cautelares (Ouro Preto)
- Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais (San Luís)
- Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile

Em matéria migratória, foram assinados Acordo para Transferência de Pessoas Condenadas entre Brasil e Índia, e Brasil e Japão. Também foi assinado o Acordo de Residência com Uruguai, e o Acordo Fronteiriço Brasil – Guiana Francesa.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2014

• Estruturar a Ouvidoria Geral do MJ

Análise Situacional da Meta

A Ouvidoria foi criada por meio da Portaria nº 479, de 5/4/2010, no âmbito do Ministério da Justiça como Ouvidoria Setorial do Servidor com a finalidade de estabelecer um canal de comunicação entre a instituição e seu corpo funcional. Em 9/5/2012, o Ministro de Estado da Justiça transforma a Setorial em Ouvidoria Geral com vistas a democratizar a relação do órgão com a sociedade e a ampliar a participação do cidadão na avaliação da qualidade dos serviços prestado.



No ano de 2013 os esforços da Ouvidoria-Geral se voltaram para a implantação de um sistema eletrônico para tratamento das demandas de ouvidoria. Ao longo do primeiro semestre daquele ano foram efetuados testes e ajustes na ferramenta a fim de adequá-la a realidade do MJ. No mês de julho, após homologação e treinamento da equipe, o Sistema entrou em operacionalização, quando se iniciou a integração do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) ao Sistema.

O Sistema, ainda em processo de melhoria, possui ferramentas de controle, como a emissão de relatórios (estatísticas de manifestações, tempo absoluto de manifestação), emissão de protocolo de envio externo para mais de um e-mail, identificação de categorias raciais, mecanismo de busca por ordem de antiguidade, cabendo destacar dentre estas ferramentas o link criado para que o atendimento e/ou a resposta seja avaliado pelo demandante. No entanto, ao fim do ano de 2013, ainda não foi possível estratificar esses dados por intermédio do sistema com fidedignidade, tendo em vista que grande parte dos atendimentos foram realizados por e-mail e computados em planilha à parte.

Destacamos que o sistema eletrônico foi criado com o objetivo de ser disponibilizado aos órgãos vinculados e subordinados ao Ministério da Justiça, servindo como instrumento de concretização do sistema (rede) de ouvidorias setoriais criado pela Portaria MJ nº 753, de 09 de maio de 2012. Em 2014, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF e a Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON foram integradas ao sistema.

Desde 2012, a Ouvidoria trabalha em propostas de estrutura regimental para institucionalizar a unidade no âmbito do Ministério. Em 2013, foi encaminhada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG uma primeira proposta, simples e enxuta, cujo objetivo era apenas a mera institucionalização da unidade.

Por sua vez, em 2014, foi encaminhada nova proposta, também enxuta, mas com uma estrutura mais realista em relação às necessidades da Ouvidoria. Ambas as propostas estão em análise no referido Ministério.

A institucionalização da Ouvidoria-Geral do Ministério da Justiça é imprescindível à sociedade, ao próprio Ministério e aos seus servidores.

A Ouvidoria Geral do Ministério da Justiça recebeu em 2013, 4.392 demandas, das quais 1.086 deram entrada pelo Sistema da Ouvidoria Geral, implantado em julho, e 3.306 demandas foram recebidas por e-mail. Além dos atendimentos por e-mail e pelo sistema, também são realizados atendimentos presenciais, feito com agendamento de horário.

Em 2014, a Ouvidoria-Geral recebeu 5.590 manifestações, das quais 4.339 foram recebidas pelo Sistema e 1.251 por diferenciados meios (carta, e-mail, ofício, presencial, outros). No sistema constam como finalizadas 4.144 demandas e na planilha 1.018. Cabe ressaltar que a Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON, uma das setoriais que já aderiu ao Sistema contam com 100% das suas demandas finalizadas no Sistema.

Em setembro de 2014, com a finalidade de ampliar a transparência e a participação do cidadão e dos servidores da pasta na gestão pública, a Ouvidoria Geral e o Programa de Transparência e Acesso a Informação foram agrupados sob a mesma coordenação, como forma de alinhar e complementar as políticas de ouvidoria e transparência pública.

Ao longo de 2014 também foram ampliadas as articulações da Ouvidoria-Geral com a Controladoria-Geral da União/Ouvidoria-Geral da União - OGU/CGU que instituiu a Instrução Normativa nº 1, em 5/11/2014, estabelecendo normas de atuação para as Ouvidorias Públicas Federais, normas que já estão norteando as atividades desta setorial.



Por fim, cabe o registro de que a Ouvidoria-Geral, em que pese a sua limitada estrutura, tem recepcionado, tratado e oferecido direcionamento às diferentes demandas de cidadãos e usuários em geral, configurando-se em canal permanente de comunicação à disposição do cidadão. Assim, a unidade tem propiciado um intenso relacionamento da sociedade com os diversos órgãos subordinados e/ou vinculados ao Ministério da Justiça.

• **Realizar a primeira conferência nacional dos migrantes.**

Análise Situacional da Meta

A I Conferência de Migrações e Refúgio (Comigrar), realizada de 30 de maio a 1º de Junho de 2014, em São Paulo (SP), foi promovida pelo Ministério da Justiça em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério das Relações Exteriores, com apoio as agências das Nações Unidas UNODC, OIM, ACNUR e PNUD.

A Comigrar teve como objetivo a promoção de um diálogo social ampliado para subsidiar a construção da Política Nacional sobre Migrações e Refúgio pautada nos direitos humanos. O evento contou com a ampla participação de migrantes e refugiados e promoveu a convergência entre as agendas do tema nas políticas de Estado.

Foram debatidos o acesso a serviços e direitos pelos migrantes; a sua inserção econômica, social e produtiva; a cidadania e o reconhecimento da diversidade; meios de prevenção e proteção nos casos de violação de direitos; e a participação social.

A Comigrar deixa como legado uma grande mobilização e sensibilização no Brasil sobre o tema da migração.

A etapa nacional da Comigrar contou com a participação de 788 pessoas, sendo 232 observadores, 556 delegados de 30 nacionalidades em 21 estados brasileiros, 65 voluntários e 22 veículos de imprensa. Os delegados foram eleitos entre migrantes, refugiados, estudiosos, servidores públicos e profissionais envolvidos na temática.

Para a elaboração dos documentos da Comigrar, foram realizadas 202 conferências preparatórias, que contaram com a participação das entidades e movimentos sociais (45%); comunidade acadêmica (16%), Brasileiros no Exterior (13%); Governo (11%); Estrangeiros no Brasil (5%) e outros (10%). Foram encaminhadas para a etapa nacional 2.840 propostas elaboradas por 5.374 participantes.

Durante a Conferência também foi entregue o Prêmio Simone Borges a três projetos que foram expostos na Feira de Boas Práticas, sendo eles “Mulheres em Movimento”, da ONG Só Direitos (1º lugar); “Visitas a Oficinas de Costura e Multiplicadores de Base”, do Centro de Apoio ao Imigrantes – CAMI (2º lugar); e o Programa Brasileiro de Reassentamento Solidário – ASAV (3º lugar).

A Feira de Boas Práticas nas áreas de Tráfico de Pessoas, Migrações e Refúgio reuniu 15 projetos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, trabalho escravo e defesa dos direitos dos refugiados e imigrantes. Após a exibição, foram firmados 47 acordos de cooperação entre os estados e instituições para replicação no País.



PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Estimativa de sub-registros de nascimentos	%	31/12/2010	6,6	31/12/2013	5,1
Número de Unidades da Federação com Ouvidorias de Polícia	unidade	30/06/2011	21	31/12/2014	22
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	unidade	21/07/2011	9	31/12/2014	14
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos	unidade	21/07/2011	7	31/12/2014	6
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Testemunhas	unidade	21/07/2011	17	31/12/2014	16
Percentual de domicílios com renda per capita domiciliar de até meio salário mínimo chefiados por idosos	%	26/09/2009	12,06	30/09/2013	13,3
Taxa de analfabetismo de pessoas com 60 anos ou mais de idade	%	30/09/2009	27,69	30/09/2013	24,31
Taxa de mortalidade por acidentes de transporte terrestre, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2008	29,53	31/12/2012	26,16
Taxa de mortalidade por queda, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2008	28,74	31/12/2012	31,1
Trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	31/12/2010	2.628	31/12/2014	1.398

OBJETIVO: 0254 - Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Um dos avanços decorrentes das ações implementadas para a promoção do RCN e erradicação do sub-registro de nascimento pode ser observado no relatório “Estatísticas do Registro Civil – 2013”, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que indica a redução de 5,1% na taxa de sub-registro (estimativa de nascidos vivos não registradas no ano de nascimento ou até os três primeiros meses do ano). Ou seja, alcançamos a borda do patamar da erradicação, contra 6,7% em 2012 e 20,3% em 2002. Outro, importante resultado dos esforços da política brasileira de promoção do registro civil de nascimento diz respeito à redução na proporção de registros extemporâneos no Brasil, de 17,4%, em 2003, para 4,9%, em 2013.

Quanto aos obstáculos para a consecução da política se inscrevem em 2012:

- baixa clareza da necessidade de documentação para atos futuros decorrente da escassez de programas de educação para a cidadania;
- baixa oferta de assistência jurídica visando ao apoio da população não documentada, com perfil de vulnerabilidade sócio econômica, sem condições financeiras de se fazerem representar por advogado e incapazes de acompanhar o processo judicial por não conseguirem cumprir as diligências determinadas pelo Poder Judiciário;



- c) Referenciamento masculino na família quanto à documentação civil;
- d) Adiamento do registro de crianças por não reconhecimento da paternidade;
- e) Grandes distâncias para acesso às serventias de Registro Civil em localidades de população rarefeita;
- f) Cobertura insuficiente e pouca mobilidade do sistema de Registro Civil;
- g) Desconhecimento de parte da população não escolarizada sobre os requisitos para o Registro Civil;
- h) Insegurança de servidores e oficiais de registro civil para emissão de registro em região de fronteira.

Avaliando o desenvolvimento das ações de implementação da política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica, é notório que os esforços conjuntos empreendidos até o momento consolidaram as bases necessárias para a universalização do Registro Civil de Nascimento no sentido: da ampliação do conhecimento da sociedade sobre a importância do RCN; das normatizações; das conquistas de parcerias governamentais e não governamentais e das tecnologias necessárias para a implementação do Sistema Nacional de Registro Civil (nascimento, casamento e óbito), porém, ainda há muito a fazer para a qualificação da política, a saber:

- a) Consolidação da cultura de Direitos Humanos na sociedade por meio de ações de mobilização e orientação popular seja em campanhas ou em ações intensivas com políticas públicas de acesso a direitos sociais, em especial as políticas de saúde, educação assistência social;
- b) Fortalecimento dos municípios para a concretização do direito ao RCN por meio da consolidação da gestão participativa a ser concretizada por meio das Oficinas realizadas nos estados com a participação dos gestores sociais (Saúde, Educação, Assistência Social e representações indígenas, quilombolas, ciganas);
- c) Estímulo à implantação das Unidades Interligadas nos estabelecimento de Saúde (Maternidades) que realizam acima de 1000 partos/ano e implantação do SIRC de forma gradativa em todos os estados e no Distrito Federal;
- d) Aprimoramento do marco regulatório do RCN para emissão do registro civil de nascimento nas áreas de fronteira;
- e) Eliminação do passivo de pessoas sem o RCN priorizando-se as populações em maior vulnerabilidade, tanto econômica quanto de dificuldade de acesso aos serviços públicos e aos cartórios, utilizando-se como fonte de pesquisa os dados disponibilizados pelo MDS, bem como, as redes da saúde, educação e assistência social.
- f) Elaboração e implantação do sistema de monitoramento da política de RCN, contando com os instrumentos disponíveis, no momento, na SDH/PR, que possam garantir o repasse das informações pelos estados, armazenamento, análise e disseminação das mesmas.

Desta forma, a Coordenação Geral de Promoção do Registro Civil de Nascimento, pretende sistematizar e apresentar novo planejamento estratégico para os próximos anos, visando ao cumprimento da missão atual desta Coordenação Geral de Promoção do RCN.

Metas 2012-2015

• Identificar, em todas as faixas etárias, a população brasileira não registrada e não documentada

Análise Situacional da Meta

O Censo de 2010, pela primeira vez, inseriu a pergunta sobre o registro civil de nascimento para pessoas de 0 a 10 anos de idade. Não existe, porém, perspectivas de haver pesquisa sobre a cobertura de registro civil para as outras faixas etárias no Censo Demográfico.

Por meio da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC (a ser lançada em agosto /2015) serão disseminadas as informações sobre o RCN, como existência de Comitê de enfrentamento ao sub-registro civil e ampliação do acesso à documentação básica, existência de política municipal com esse objetivo e quantas maternidades públicas oferecem serviços de registro e se estão interligadas.

Outras estratégias de levantamento de levantamento de informações sobre pessoas sem o RCN estão sendo efetivadas por meio de articulação com parceiros governamentais que atuam para a garantia de direitos sociais, a saber:

- Ministério da Saúde/SINASC – Sistema Cartório: nº de crianças nascidas vivas registradas;
- Ministério da Educação – Programa Brasil Alfabetizado – PBA que levanta o nº e nome dos alunos que participam



deste programa que não têm o RCN;

- Ministério do Desenvolvimento Social – por meio do CadÚnico que cadastra as pessoas de baixa renda, dentre estas, aquelas sem o RCN.

• **Implantar 1.053 unidades interligadas de registro de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam acima de 300 partos por ano e conveniados ao SUS**

Análise Situacional da Meta

Para o cômputo total das Unidades Interligadas implantadas no Brasil foram consideradas as informações disponibilizadas pelos estados segundo a seguinte ordem: 1º - resultados obtidos por meio do FormRCN-UI estados (período de 31/07 a 02/08/2014) e FormRCN-UI maternidades (período de 25/08 a 11/11/2014); 2º - informações prestadas pelos estados conveniados ao SICONV (05/01/15) e 3º - informações prestadas pelo site do CNJ – Justiça Aberta (acesso em 29/12/2014).

Vale esclarecer: Para a coleta dos dados e informações utilizou-se o formulário FormSUS que foi desenvolvido para dar agilidade, estruturação e qualidade ao processo de coletar e disseminar dados pela Internet, inspirado em iniciativa anterior do DATASUS – programa Gera HTM e afins, e em soluções WEB tais como as disponíveis no Yahoo Groups e no serviço americano Survey Monkey. O levantamento foi realizado por meio de formulários FormRCN-UI estados, encaminhados para vinte e cinco (25) órgãos estaduais obtendo-se respostas de 13 órgãos (52%). Visando ao reatamento das informações, foi encaminhado, também o formulário FormRCN-UI maternidades ao Ministério da Saúde a fim com vistas às Unidades de Saúde que realizam partos no Brasil, e obteve-se setenta e uma 71 respostas das maternidades.

Assim, obtivemos os seguintes resultados:

Quantidade alcançada: 748 UI - Observar que em 2012 a quantidade alcançada já foi 314.

Distribuição pelas Regiões:

Região Norte 112

Região Nordeste 176

Região Centro-Oeste 81

Região Sudeste 321

Região Sul 58

A diferença nos números apresentados nas últimas informações prestadas ao SIOP se deve ao aprimoramento dos instrumentos de coleta da informação. Em 2012 e 2013, as fontes de informação utilizadas foram relatórios parciais prestados ao SICONV e no acompanhamento de convênios. Em 2014, foi iniciado um piloto de sistema de monitoramento, já detalhado na análise situacional da meta. Em 2015, com a implantação do Sistema de Informações de Registro Civil – SIRC e das Centrais de Registro Civil – CRC, será possível buscar dados mais confiáveis junto aos cartórios, aprimorando ainda mais as informações sobre serviços de registro civil de nascimento em estabelecimentos de saúde.

Importantíssimo destacar, como resultado dos esforços da política brasileira de promoção do registro civil de nascimento, a constante queda da taxa de sub-registro de nascimento na última década: Passou de 18,8% em 2003 e 12,7% em 2009 para 5,1% em 2013, no patamar da erradicação. Também vale ressaltar a redução na proporção de registros extemporâneos no Brasil, de 17,4%, em 2003, para 4,9%, em 2013.

Quantidade alcançada

748

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	90	unidade	81	31/12/2014
Região Sudeste	722	unidade	321	31/12/2014
Região Sul	241	unidade	58	31/12/2014



- **Implementar o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil em todo o território nacional**

Análise Situacional da Meta

O Decreto 8.270 de 26 de junho de 2014 instituiu o Sistema Nacional de Informação de Registro Civil - SIRC e o seu Comitê Gestor, que já foi instalado. Esse sistema, que visa captar, processar, arquivar e disponibilizar dados relativos aos registros de nascimento, casamento, óbito e natimorto, produzidos pelas serventias de registro civil das pessoas naturais, está em processo de implantação, já iniciado o carregamento do SIRC com a integração de Santa Catarina (o primeiro estado brasileiro) ao sistema, e a partir desse ato será iniciado o processo gradativo de integração dos demais estados.

- **Realizar campanhas de orientação e formação de cultura de inclusão, a partir do registro civil de nascimento**

Análise Situacional da Meta

Foram lançadas/ replicadas Campanhas Nacionais de Mobilização, bem como campanhas regionais em 2012 e 2013. Em 2014 foi desenvolvido um projeto com o Ministério da Educação para realização de orientação e formação da cultura de inclusão a partir do registro civil de nascimento junto à comunidade de educação, considerando como prioridade 150 municípios com os maiores índices de crianças e adolescentes sem registro civil (dados do censo 2010 para população de 0 a 10 anos). Em dezembro de 2014, foi assinado Ato de Cooperação com o MEC para a implantação do projeto na Educação Básica (ensino fundamental e médio) e nos programas da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, em 2015.

OBJETIVO: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

A partir da parceria estabelecida entre a SDH/PR, os movimentos sociais e diversos órgãos governamentais – em especial o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça – foram construídos diversos documentos relevantes, como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) e o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH3/2009). Esse legado norteou a elaboração das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos em 2012 e da Portaria nº 396, de 18 de abril de 2013, que estabelece as diretrizes para apresentação de propostas que envolvam apresentação de projetos, atividade ou evento de Educação em Direitos Humanos, apoiados ou promovidos pela SDH/PR.

As Diretrizes foram construídas no âmbito dos trabalhos de uma comissão interinstitucional, coordenada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e composta pela SDH/PR, MEC, e Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH). Elas são regidas pela Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, pela qual o Ministério da Educação homologou o Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012. A SDH/PR publicou 30 mil exemplares do “Caderno de Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais”, que comenta a normativa em questão, a fim de subsidiar os gestores do sistema educacional brasileiro na implementação dessa política. Esta publicação foi lançada no Fórum Mundial de Direitos Humanos, em dezembro de 2013, e no Fórum Mundial de Educação em Canoas, em janeiro de 2014, junto com a coleção “Por uma Cultura de Direitos Humanos”, com tiragem de 1250 exemplares, apresentando informações e reflexões sobre o direito ao mais alto patamar de saúde, à alimentação adequada, à educação, à moradia adequada, à participação em assuntos públicos, à opinião e à expressão, à liberdade e segurança, a um julgamento justo, a uma vida livre de violência e a não ser submetido a castigos cruéis, desumanos e degradantes. Esses temas são referentes aos doze direitos previstos no International Human Rights Instruments das Nações Unidas.

Tais instrumentos trouxeram para o cenário nacional desdobramentos de ações e programas que objetivam promover e incentivar uma cultura de direitos humanos, que vêm sendo efetivados por meio de convênios, celebrados nos anos de 2012, 2013 e 2014 mediante chamada pública anual, busca ativa ou emenda parlamentar. Atualmente, estão em execução 14 convênios estabelecidos em 10 estados da federação. Os projetos, apoiados a partir de repasse financeiro pela SDH/PR



são frutos de parcerias com instituições públicas e com a sociedade civil organizada e versam especialmente sobre capacitação e formação em Educação em Direitos Humanos.

Metas 2012-2015

- **Aprovar e implementar diretrizes gerais de Educação em Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Educação publicou a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 8/2012, estabelecendo as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que regulamentam a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior. A partir da homologação das Diretrizes Nacionais, surgiu a necessidade de se elaborar uma publicação capaz de incentivar a discussão sobre a Educação em Direitos Humanos por todos os envolvidos na comunidade escolar, garantindo a efetiva aplicação da normativa no sistema de ensino.

Em dezembro/2013 foi elaborado o Caderno de Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais, que é uma publicação orientadora das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos na educação básica e superior, direcionado para gestores do sistema educacional brasileiro, comentando a Resolução nº 01/2012, tem como proposta divulgar e difundir as informações relativas à educação em direitos humanos, e é uma parceria entre a Secretaria de Direitos Humanos, a Organização dos Estados Ibero-americanos e o Ministério da Educação.

O “Caderno de Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais” foi lançado no Fórum Mundial de Educação em Brasília/DF em dezembro/2013 e no Fórum Mundial de Educação em Canoas/RS em janeiro/2014. Foram enviados 10 exemplares para todas as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação no início de 2014.

- **Criar e manter o Comitê de Diversidade Religiosa**

Análise Situacional da Meta

Meta alcançada. Em janeiro de 2013 foi publicada a Portaria nº 92, de 24 de janeiro de 2013, de instituição do Comitê Nacional de Diversidade Religiosa, cuja finalidade é promover o direito ao livre exercício das diversas práticas religiosas, disseminando uma cultura da paz, da justiça e do respeito às diferentes crenças e convicções. Em agosto, foi publicado o Edital de Seleção e a Portaria da Comissão de Seleção. Em novembro de 2013, foi realizada a seleção dos nomes titulares e suplentes para a composição deste Comitê. A Portaria nº 18, de 20 de janeiro de 2014 renomeou o Comitê, que passou a ter a seguinte denominação: Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa. Em 21.01.2014 foi divulgado o resultado do processo de seleção de 10 titulares e 10 suplentes da sociedade Civil, selecionado com base na atuação no tema da Diversidade Religiosa, todos empossados na primeira reunião ocorrida em março/2013.

- **Implantar 100 comitês estaduais e municipais de Educação em Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram identificados 23 Comitês de Educação em Direitos Humanos, sendo que 10 atuantes, 12 estão desmobilizados e 01 em fase de implementação.. Os dez atuantes estão localizados: um na Região Norte, no estado do Amazonas; quatro na Região Nordeste, nos estados da Bahia, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte; dois na região Centro Oeste, nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul; um na Região Sudeste no estado de Minas Gerais, e um na Região Sul, nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Não houve implementação de novos comitês nos anos de 2013 e 2014.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

13/02/2015

- **Publicar semestralmente a Revista Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

A primeira edição da Revista Direitos Humanos foi lançada em dezembro de 2008. No projeto inicial, a SDH/PR



propunha uma publicação que se tornasse, em médio prazo, um marco de excelência na matéria de direitos humanos e que representasse a constituição de um espaço permanente de encontro entre o Governo, a Universidade e a Sociedade Civil. Desde então, soma-se um total de 8 edições da Revista, sendo que a última foi lançada em janeiro de 2012. Atualmente, a concepção da Revista está em revisão, a fim de que a publicação atinja um público mais abrangente, considerando que o nível de complexidade a que os artigos da Revista se propunham fazia que a mesma atingisse prioritariamente o público acadêmico. Esta revisão busca reverberar a política da SDH/PR em abranger especialmente o público historicamente afastado da garantia de seus direitos fundamentais. Desse modo, desde a última edição da Revista, a SDH/PR focou em ações de publicação juntamente com os parceiros conveniados, além de ter lançado outras publicações próprias, como o “Caderno Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais” e a coleção “Por uma cultura de Direitos Humanos”.

• **Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã**

Análise Situacional da Meta

Esta meta visa à consolidação de uma cultura de direitos humanos por meio de ações de formação de lideranças sociais nas várias temáticas de direitos humanos, fortalecendo experiências comunitárias e a produção coletiva de conhecimento.

A meta prevista inicialmente de 100 oficinas anuais foi ajustada tendo em vista o histórico da SDH/PR no desenvolvimento dessa ação. Para o período de 2013 a 2015, estão previstas 5.104 atividades de formação com 20 participantes e 4h de duração, 270 encontros de formação com 30 participantes e 24h de duração, além de outras atividades nacionais.

Em 2013, foram realizadas 680 atividades de formação pedagógicas (oficinas locais). Já em 2014, foram realizados 4.379 oficinas, totalizando 5.049 oficinas, número que está bem próximo da meta estabelecida.

As atividades foram voltadas para as áreas de educação em direitos humanos e educação popular. As ações de capacitação dos encontros intermunicipais têm o intuito de proporcionar o aperfeiçoamento teórico-metodológico, voltadas para o conjunto de educadores e coordenadores pedagógicos contratados pelo projeto, lideranças e educadores sociais engajados voluntariamente no projeto, colaboradores, gestores públicos, etc. As ações das oficinas pedagógicas de bases são voltadas para o público beneficiário de políticas públicas, no sentido de proporcionar o empoderamento das comunidades envolvidas, através do conhecimento das políticas públicas federais desenvolvidas que materializam os direitos humanos e as redes e serviços públicos existentes que dão acesso a estes direitos.

Estas ações educativas têm como base a pedagogia da educação popular centrada na reconstrução histórica das situações que produzem as desigualdades e injustiças, a reflexão sobre a prática social de cada segmento, o reconhecimento da exigibilidade e concretude dos direitos humanos como instrumentos necessários para o exercício da cidadania e a produção coletiva como método de produção teórica.

Quantidade alcançada

4.379

Data de Referência

31/12/2014

• **Realizar anualmente a Mostra de Cinema e Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

O projeto Mostra Cinema e Direitos Humanos ocorre anualmente, desde 2006, com o intuito de fortalecer e disseminar a cultura e educação em direitos humanos, por meio da linguagem audiovisual. Atualmente, a Mostra é composta por três projetos: o circuito principal, o Democratizando e o Inventar com a Diferença. O circuito principal, desde 2011, acontece em todas as capitais brasileiras e inclui uma mostra competitiva, a Mostra Homenagem, a Mostra Especial e a Mostra Inventar com a Diferença. Essa etapa da 9ª Mostra Cinema e Direitos Humanos no Hemisfério Sul aconteceu de 03 de novembro a 18 de dezembro de 2014. Foi homenageada a cineasta Lúcia Murat e abordado o tema da memória e verdade. No âmbito do Democratizando, 931 pontos de exibição, em todo o país, receberam uma seleção de filmes da



Mostra a serem exibidos em, no mínimo, três sessões por local. Os kits do Democratizando foram também enviados a embaixadas do Brasil, que exibirão os filmes no exterior. O projeto “Inventar com a Diferença”, lançado em 2013, parte da 8ª Mostra, teve sua primeira edição executada no primeiro semestre de 2014, promovendo formação e acompanhamento de educadores de escolas públicas de todo o país, para que desenvolvam com seus alunos trabalhos audiovisuais em torno da temática dos Direitos Humanos. Foram beneficiadas com o projeto 29 cidades, cerca de 500 professores e uma estimativa de 5400 alunos da rede pública de Ensino Fundamental e Médio.

• **Realizar anualmente o Prêmio Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

Instituído pelo Decreto de 8 de setembro de 1995, o Prêmio Direitos Humanos consiste na mais alta condecoração do Governo brasileiro a pessoas e entidades que se destacam na defesa, na promoção e no enfrentamento às violações dos Direitos Humanos em nosso país, considerando critérios como o histórico de atuação na área dos Direitos Humanos, o desenvolvimento de ações relevantes e a implementação de práticas inovadoras em relação ao tema.

Tradicionalmente, a cerimônia é realizada no início de dezembro de cada ano, em homenagem à Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 10 de dezembro de 1948. A cada ano, a solenidade conta com uma média de 500 convidados, entre autoridades e servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (federais, estaduais, municipais e internacionais), movimentos sociais e população em geral. Em 2012, a solenidade de entrega do Prêmio ocorreu no dia 17 de dezembro, no Palácio do Itamaraty. Na 19ª edição, em 2013, a cerimônia foi realizada durante o Fórum Mundial de Direitos Humanos, no dia 12 de dezembro.

Ao longo das suas 19 edições, realizadas entre 1995 e 2013, 316 pessoas ou instituições foram homenageadas com o Prêmio Direitos Humanos, sendo 18 premiados em 2012 e 25 premiados em 2013. Ao longo das suas 20 edições, realizadas entre 1995 e 2014, 339 pessoas ou instituições foram homenageadas com o Prêmio Direitos Humanos, sendo 18 premiados em 2012 e 25 premiados em 2013. A 20ª edição do Prêmio Direitos Humanos foi realizada no dia 10 de dezembro/2014 e contou com 23 premiações, 21 categorias e 2 menções honrosa.

OBJETIVO: 0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

As políticas públicas voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas são transversais a várias áreas de governo. Assim, a SDH/PR também atua de forma transversal, articulando as demais áreas de governo para que suas políticas incorporem as especificidades das pessoas idosas. Pela mesma razão, os compromissos do Governo Federal com o atendimento dessa população estão em diversos programas do PPA 2012-2015, em especial no âmbito da seguridade social, da mobilidade urbana, do trabalho e emprego, da acessibilidade, da educação, da saúde, assistência social e renda mínima. O Brasil comprometeu-se perante a comunidade internacional, na Carta de São José sobre os Direitos das Pessoas Idosas na América Latina e Caribe, a traçar diretrizes que devem guiar as políticas dos países da Região, no sentido de melhorar seus sistemas de proteção social, para que respondam efetivamente às necessidades das pessoas idosas, coordenando ações nas áreas de segurança social, de saúde e de serviço social. Como desdobramento da demanda, foram elaboradas três emendas ao Plano Nacional de Educação, inserindo ações afirmativas, que contemplam a temática LGBT e o tema do envelhecimento desde a Educação infantil, em parceria com o Ministério da Educação. Como política de proteção, foi lançada a Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, lançada no Encontro Nacional de promotores, delegados e defensores. Ao mesmo tempo foi feito o mapeamento de todas as delegacias especializadas no atendimento a essa população. Durante o ano de 2012, foi realizada campanha de divulgação do Disque 100, resultando no aumento de 189% no número de denúncias. Em dezembro de 2012, concluiu-se o Manual de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, e está em fase de conclusão um estudo técnico sobre o perfil dessa população no Brasil, em parceria com a UNESCO.



Com uma população de mais de 23 milhões de pessoas idosas, o Brasil tem 218 Instituições de Longa Permanência na esfera pública municipal, estadual e federal. Funcionam ainda 3.548 Instituições de Longa Permanência público/privadas. Segundo o IPEA, 83 mil pessoas idosas vivem em instituições públicas e privadas, sendo a maioria delas mulheres. O estudo do IPEA apontou que mais da metade das instituições brasileiras (65,2%) são filantrópicas, e a contribuição do setor público representa apenas 22% das receitas dessas instituições. A pesquisa concluiu que as Instituições de Longa Permanência são mantidas pelos recursos das pessoas idosas ou de familiares, mesmo as filantrópicas que recebem financiamento público parcial. Outro dado muito importante a ser considerado é o de que mais de 95% da população idosa vive com suas famílias ou moram sozinhos/as.

No que se refere ao controle social, houve a regulamentação do Fundo Nacional dos Direitos do Idoso. O processo estimulou muitos estados e municípios a criarem os fundos e buscarem a regulamentação. Atualmente, o Brasil tem 2.868 conselhos da pessoa idosa, incluídos os 26 estaduais e o distrital. Em 2013, a Secretaria de Direitos Humanos editou o livro: “Dez anos do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Repertórios e Implicações de um Processo Democrático”, contendo a análise dos dez anos de atuação e o arcabouço jurídico produzido nesse período. Esse instrumental foi distribuído a todos os conselhos estaduais e municipais e a todos os representantes dos países da Iberoamérica. Em comemoração aos dez anos do Estatuto do Idoso (outubro de 2013), foi lançado o livro: “Dez Anos do Estatuto do Idoso. Dignidade Humana como Foco”, com o objetivo de contribuir para a divulgação do Estatuto e reflexão sobre seu conteúdo. Em âmbito internacional, em 2012 e 2013 o Brasil participou do Grupo de Trabalho da OEA que está elaborando o texto da Convenção Interamericana de Direitos da População Idosa, com atuação destacada, mencionada textualmente pela OEA. Esse processo deve ser concluído em 2015. O Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013 atribui à dimensão “Longevidade” a responsabilidade pela importante evolução do índice de desenvolvimento humano apresentado pelos municípios brasileiros entre 1991 a 2010. Essa melhora vê-se refletida no aumento de 9,2 anos (ou 14,2%) na expectativa de vida do brasileiro, que atualmente é de 74.9 anos.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco regulatório para definir padrão de funcionamento e custos das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILP) e dos Centros Dia para Idosos**

Análise Situacional da Meta

A meta foi atendida pela Resolução nº 12, de 11 de abril de 2008, do CNDI, que estabelece parâmetros e diretrizes para a regulamentação do Art. 35 da Lei nº. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), o qual dispõe sobre o contrato de prestação de serviços das entidades com a pessoa idosa abrigada. Em relação aos Centros Dia, o Termo de Ajustamento de Conduta do Ministério Público do Rio de Janeiro estabeleceu os parâmetros que vêm sendo seguidos, em âmbito nacional, pelas demais instituições, e a ANVISA, através da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC/ANVISA nº 283, de 26 de setembro de 2005, aprovou o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial.

- **Elaborar e padronizar os cursos de cuidadores de idosos**

Análise Situacional da Meta

Dentre as prioridades referentes à política de cuidados, o Governo federal amplia de forma significativa a oferta de capacitação de profissionais para atuarem como cuidadores, no atendimento domiciliar, acompanhamentos particulares, Instituições de Longa Permanência e/ou unidades básicas de saúde, assim como na atualização e/ou formalização das habilidades de profissionais que já atuam na área. Os cursos priorizam a formação para um atendimento humanizado, promovendo uma formação ética e profissional no atendimento à população idosa e suas necessidades. A Matriz Referencial foi elaborada pelo MEC com a participação da SDH/PR. Houve a ampliação da oferta de cursos gratuitos e em todo o país foram ofertadas 12 mil vagas através do Pronatec/MDS/MEC. A carga horária definida é de 160 horas, sendo que os cursos estão sendo executados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IF, pelo Sistema "S" e outros. A sistemática adotada pelo Brasil é objeto de monitoramento e avaliação pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) para possível elaboração de Matriz Referencial para a América Latina.



• **Implementar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

A Presidenta da República Dilma Rousseff assinou, em 30 de setembro de 2013, o Decreto Nº 8.114, que contempla na diretriz VI o fortalecimento de redes de proteção e defesa de direitos da pessoa idosa. Comissão Interministerial com integrantes de dezessete ministérios faz o monitoramento das ações para demandar a construção de políticas para garantia do envelhecimento ativo em âmbito nacional. Em maio de 2013, foi lançada a Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa como marco para se alcançar a implantação da RENADI até 2015. Além disso, foi realizado mapeamento de todas as políticas, programas e projetos do governo federal e, por ocasião da realização do III Encontro Ibero-Americano sobre Direitos Humanos das pessoas idosas na região, foi publicado um caderno distribuído em todo o Brasil e Iberoamérica. Nesse evento foram reunidos os representantes que integram a RENADI de todo o país nas áreas de saúde, previdência, desenvolvimento social e direitos humanos, com o objetivo de conhecer melhor a situação da população idosa, analisar políticas acerca do tema, bem como fomentar ações para melhorar a situação desse segmento.

OBJETIVO: 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

A SDH/PR tem como objetivo, entre outros, implementar ações de promoção dos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no âmbito do Governo Federal. Com base na constatação de que a homofobia é estrutural e estruturante na sociedade, apontada nos Relatórios de Violência Homofóbica dos anos de 2011 e de 2012 (este lançado em junho de 2013) decidiu-se focar em 2013 na implementação de ações articuladas dos governos nas suas três esferas para a Promoção da Cidadania e de Direitos LGBT.

O Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, órgão colegiado que discute a implementação de políticas públicas LGBT a nível nacional, composto paritariamente por Estado e sociedade civil, debateu a criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento a Violência contra LGBT – Sistema Nacional LGBT, que em junho de 2013 foi lançado através de portaria ministerial. O Sistema teve pouca aderência e será redesenhado com a participação dos estados e municípios.

O Sistema Nacional LGBT tem como objetivo combater os determinantes econômicos, sociais, culturais e ambientais da violência que atinge a população LGBT, efetivando políticas afirmativas, através da ampliação do diálogo e da articulação interfederativa, promovendo a equidade de direitos, investindo assim na criação de órgãos executores da política LGBT, Conselhos LGBT e políticas públicas LGBT nos estados, municípios e Distrito Federal, além de criação de uma rede de atendimento e enfrentamento à violência contra LGBT.

Juntamente com o Sistema, foi instalado em julho de 2014 o Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT, que reuniu 36 Gestores e Gestoras LGBT de 18 estados e 18 municípios para pactuação da política LGBT nacional; o colegiado congrega todas as coordenações LGBT existentes em estados e municípios.

Como parte do Sistema Nacional LGBT, foi decidido também iniciar relatório periódico que faça o acompanhamento das políticas contra discriminação à população LGBT no Brasil. Para isso foi elaborado o painel de Indicadores sobre Cidadania LGBT aprovado no Conselho Nacional LGBT, finalizado e aguardando lançamento. O Índice de Cidadania LGBT tem como objetivo avaliar o avanço da instalação das ferramentas do Sistema Nacional LGBT nos estados, levando em consideração os dados de violência contra LGBT, a efetivação de leis que promovam a cidadania desta população e ferramentas de institucionalização da política de promoção e defesa da população LGBT. Tal índice aponta a necessidade de ênfase do investimento no ano que vem nos estados do Norte, que são os que mais carecem, segundo o



índice, de políticas públicas para esta população.

Em articulação com estados e municípios, na tentativa de fomentar a criação das estruturas componentes no Sistema Nacional LGBT, se conseguiu incentivar e acompanhar a criação de novos conselhos municipais LGBT. São 13 conselhos municipais (Alagoinha/BA, Itapipoca/CE, Cariacica/ES, São Luís/MA, São João Del-Rey/MG, Belém do São Francisco/PE, Teresina/PI, Natal/RN, Bauru/SP, Ribeirão Preto/SP, São Carlos/SP, São Paulo/SP, Piracicaba/SP) e 12 Conselhos Estaduais (AL, BA, GO, MA, MS, MG, PA, PI, RJ, RS, SC, SP).

Também foram implementadas ações do Sistema Nacional LGBT com foco na prevenção à violência, garantindo redes integradas de atenção, e estimulando a criação de uma rede de enfrentamento à violência contra LGBT. A partir do Termo de Cooperação Técnica para o Enfrentamento às Homofobias construído em 2011 entre SDH/PR, Ministério da Justiça e 17 estados (AC, AL, AM, AP, ES, GO, MG, PA, PB, PE, PR, PI, RR, RS, SC, SE, TO), foram criados GTs de Segurança Pública LGBT nos estados do Amazonas, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Também foram implementadas alas específicas para gays, travestis e transexuais nos presídios dos estados de Mato Grosso, Paraíba e Rio Grande do Sul, além de Minas Gerais, que já possuía a ala desde 2009. Foram criadas unidades de polícia especializadas em crimes de ódio e delitos de intolerância nos estados do Pará, Pernambuco e Paraíba. Quanto à capacitação de policiais no atendimento à população LGBT, foram realizadas nos estados do Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Também foram lançados no país onze Comitês de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia, espaços de controle social e acompanhamento das denúncias de violação dos direitos humanos de LGBT reportadas ao Disque 100, nos estados do AC, AL, AM, AP, BA, MA, PR, PI, RS, e SP.

Ainda como parte desta rede de enfrentamento foram implantados Centros de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos de LGBT em 24 estados, além do DF. Estes centros são espaços de acolhimento das vítimas LGBT seus familiares e amigos vítimas de violência.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco legal contra a violência e a discriminação homofóbica**

- **Análise Situacional da Meta**

- Apesar dos esforços do governo, através da SDH/PR, em prosseguir com a tramitação do PLC 122/2006 no Congresso Nacional, esse projeto de Lei que criminaliza a homofobia no Brasil foi pensado ao projeto do novo código penal, sendo novamente adiada a sua apreciação pelos senadores. O projeto do novo código penal, por sua vez, teve as expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” suprimidas do seu texto original, que previa o agravamento de crimes praticados em razão da orientação sexual ou identidade de gênero das vítimas. A SDH/PR está articulando com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no Senado para manutenção dos termos. Concomitantemente, a Deputada Maria do Rosário apresentou o PL 7582/2014, que define crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los.

- **Aprovar marco legal que reconhece o nome social de travestis e transexuais**

- **Análise Situacional da Meta**

- Projeto de lei que reconhece a identidade de gênero e permite que travestis e transexuais troquem de nome em documentos de identidade foi aprovado no dia 21/11/2012 pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). A matéria (PLS 658/2011), que recebeu texto substitutivo, segue agora para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. A SDH/PR produziu nota técnica favorável à matéria.

- **Implementar uma rede de combate à homofobia e promoção dos direitos de LGBT**

- **Análise Situacional da Meta**

- Foi lançado o Sistema Nacional LGBT no dia 27/06/2013 o qual conta com seis consultores para acompanhar sua implantação. Já foram instalados oito Comitês de Enfrentamento à Homo-lesbo-transfobia, nos estados do AM, PA, PI, AL, AC, RS, SP e MA. Os Comitês são espaços de articulação da implementação do Sistema Nacional LGBT e suas



estruturas e também de controle social e monitoramento dos encaminhamentos das denúncias de violação contra LGBT recebidas pelo disque direitos humanos. Os Centros de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT são espaços de atendimento, acolhimento e encaminhamento de vítimas LGBT, seus familiares e amigos.

• **Realizar campanha nacional para promoção dos direitos LGBT**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada apenas uma campanha de maior amplitude em 2011. Continua-se divulgando a campanha FAÇA DO BRASIL UM TERRITÓRIO LIVRE DA HOMOFOBIA. No início do ano de 2013, em alusão ao dia 29 de Janeiro, dia da visibilidade Trans, foi realizada, em parceria com o Ministério da Saúde, campanha de estímulo às denúncias de Transfobia no Disque Direitos Humanos. Em 2014, foi realizada campanha de estímulo de denúncias contra a homossexualidade, lançada na Parada LGBT de São Paulo.

OBJETIVO: 0258 - Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Os Centros de Referência em Direitos Humanos representam uma ação estratégica no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, presentes nos estados e municípios para articulação, encaminhamento e apoio às demandas de violações de direitos humanos e cidadania. Os Centros de Referência em Direitos Humanos trabalham com todas as temáticas de direitos humanos e oferecem serviços gratuitos, para toda a população, como: orientação sobre direitos e serviços prestados por equipe multidisciplinar-especializada composta por advogado/a, psicólogo/a e assistente social; apoio a emissão de documentação civil básica; realização de ações de formação em direitos humanos e cidadania e disseminação de informações sobre direitos e serviços. Desta forma, os CRDH estão aptos a trabalhar com todas as temáticas e públicos que demandam garantia e acesso a direitos, defesa e promoção dos direitos humanos, não se limitando às ações específicas e/ou pontuais voltados para alguns públicos. O CRDH atua como mecanismo de defesa, promoção e acesso à justiça, estimulando o debate sobre cidadania e influenciando positivamente na conquista dos direitos individuais e coletivos das comunidades mais vulneráveis, além de disseminar a cultura dos direitos humanos para a sociedade de modo geral. O público usuário dos Centros de Referência em Direitos Humanos é constituído por qualquer pessoa que demande orientação sobre serviços disponíveis pela rede e informações sobre seus direitos, além de pessoas que se encontram em situação de violação de direitos humanos, em suas diversas formas de manifestação como a violência, intolerância, preconceito, desrespeito, abuso, maus tratos, negligência e abandono, motivadas por religião, gênero, orientação sexual, nacionalidade, cor, etnia e outras que solicite informações ou serviços dos CRDH. Levando-se em consideração os resultados exitosos das ações desenvolvidas pelos CRDH em benefício do público beneficiário, houve um aumento de celebração de convênios e termos de execução descentralizada com diferentes parceiros como: Organizações não governamentais – ONGs, Secretarias de Estado e e Secretarias Municipais e Instituições de Ensino Superior – IES. Até março de 2015, a rede atual conta com 31 Centros de Referência em Direitos Humanos implantados em 19 estados sendo 19 deles nas seguintes capitais: Rio de Janeiro/RJ, Vitória/ES, Rio Branco/AC, Goiânia/GO, Salvador/BA (2), Aracaju/SE, Palmas/TO, Belo Horizonte/MG, Campo Grande/MS, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Porto Alegre/RS (2), Teresina/PI, João Pessoa/PB, Natal/RN, Cuiabá/MT e Maceió/AL. A implantação e implementação dos Centros de Referência em Direitos Humanos, que se dá por meio de Convênios ou Termo de Execução Descentralizada (Termos de Cooperação), deve seguir a seguinte matriz de metas e etapas ou fases: Meta 1)- implantação do CRDH; Etapa: 1)- estruturação do Centro, Meta 2)- Implementação da ação CRDH Etapa: 1)- divulgação das ações e orientações gerais; 2)- ações de sensibilização e socialização para temáticas de direitos humanos e cidadania (capacitação); 3)- Participação em Encontros Nacionais dos Centros de Referência em Direitos Humanos. Como metodologia de monitoramento e avaliação da ação, a SDH/PR



realiza visita in loco e acompanhamento através de relatórios parciais de execução das atividades e informações suplementares, além de realizar Encontros Nacionais com as equipes dos CRDH.

Frise-se que durante os Encontros são apresentados números e avaliados aspectos de atuação dos CRDH, realizadas formações sobre temáticas em direitos humanos, bem como debatidas questões sobre o funcionamento dos mesmos, no sentido de consolidar e avaliar ações e encaminhamentos. As visitas in loco são realizadas por técnicos da SDH/PR para acompanhar execução técnico-financeira, atividades, a rotina de funcionamento, localização dos Centros, orientações realizadas e aplicação dos recursos.

Entre 2013 e março de 2014, o número de orientações realizadas totalizaram 50.026, distribuídos em: Capacitação em Direitos Humanos: 12.179; Orientação em Direitos Humanos: 24.322; Orientações jurídicas: 5.470; Orientações na área da Assistência Social: 4.243; Orientações psicológicas: 1.617; Encaminhamento para emissão de Documentação Civil Básica: 1.427; Recebimento de denúncias: 547 e Mediação de conflitos: 221. Além disso, foram realizadas ações de capacitação em direitos humanos beneficiando diretamente 7.259 pessoas. Estima-se que a partir de 2015, com a ampliação da ação sejam expandidos os serviços e atividades e consequentemente o número de beneficiários.

Metas 2012-2015

• Implementar Centros de Direitos Humanos em todas as regiões metropolitanas

Análise Situacional da Meta

Dos 31 (trinta e um) Centros de Referência em Direitos Humanos, em vigência de 2014 até abril de 2015, estão implantados nas seguintes regiões metropolitanas: RS (Sapucaia do Sul, Rio Grande, São Leopoldo, e 2 em Porto Alegre); PR (Pinhais, Curitiba); RJ (Petrópolis, morro do complexo do Alemão, São João do Meriti); ES (Vitória); BA (2 em Salvador); – AL (Maceió); PB (João Pessoa); – RN (Natal); – GO (Goiânia); – MT (Cuiabá); – AC (Rio Branco); – PI (Teresina); e MT (Cáceres); – MG (Belo Horizonte, Betim), – SC (Florianópolis, Chapecó); – MS (Campo Grande), – TO (Palmas).

• Implementar Centros de Direitos Humanos no campo em todos os estados brasileiros

Análise Situacional da Meta

Atualmente, embora não exista CRDH implantado no campo (considerando a tipologia e definição técnica de campo), os CRDH possuem considerada abrangência de raio geográfico de atuação atraindo usuários ou realizando atividades itinerantes destas localidades. Desta forma, é importante informar os Centros implantados nas regiões Metropolitanas também promovem ações direcionadas à população residente e domiciliada no campo conforme histórico de atuação na temática de direitos humanos e atuação na defesa dos direitos da população do campo ou de microrregiões.

• Implementar sistema nacional de acompanhamento de denúncias e demandas recebidas nos Centros de Direitos Humanos

Análise Situacional da Meta

Ainda não foi elaborado um software padrão para acompanhamento das denúncias recebidas pelos Centros de Referência em Direitos Humanos. Atualmente a gestão dos dados é feita por meio de formulário padrão elaborado pelos próprios CRDH. Cada centro utiliza-se de planilhas e relatórios, que são encaminhados mensalmente para a SDH/PR, com números referentes a: atendimentos, orientações e recebimento e encaminhamento de denúncias.

A contratação do desenvolvimento do referido software está em andamento desde 2012. A CGCRDH já possui uma proposta desenhada para elaboração deste software de banco de dados da rede dos CRDH.

• Realizar Caravanas de Direitos Humanos em todos os estados brasileiros

Análise Situacional da Meta

Não houve Caravanas em 2013 e 2014. Em 2012 foram realizadas duas caravanas. Até o momento foram realizadas 3 edições da Caravana de Direitos Humanos sendo a primeira no estado do Ceará, em agosto de 2011, a segunda no Acre, em maio de 2012 e a terceira em Mato Grosso em julho de 2012.

A não realização das Caravanas em 2013 justifica-se pelo foco na mobilização regional para o Fórum Mundial de Direitos Humanos (realizado de 10 a 13 de dezembro de 2013). A estratégia foi alterada para reunir em um único



espaço de discussão as organizações da sociedade civil, as organizações internacionais, os governos federal, estaduais e municipais, representantes do Judiciário e do Legislativo e as Instituições de ensino, pesquisa e afins. A partir de 2015, as Caravanas passaram a ser coordenadas pela CGEDH. A rede dos CRDH poderá promover, divulgar e apoiar a realização das Caravanas em suas localidades de atuação.

OBJETIVO: 0565 - Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

A Coordenação de Mediação e Prevenção de Conflitos Fundiários Urbanos do Ministério das Cidades é responsável pelo acolhimento e tramitação de processos que envolvem a temática de Conflitos fundiários urbanos.

O Ministério das Cidades tem atendido às demandas encaminhadas por meio de diligências, articulações intergovernamentais e negociação entre partes envolvidas em conflitos urbanos tais como remoções, reintegrações de posse e violação dos direitos à moradia.

Para realização deste objetivo o governo federal atua em duas vertentes estratégicas: de forma direta, mediante o monitoramento e acompanhamento das ações de desenvolvimento urbano e da regulamentação de matéria que trata da conduta do reassentamento de famílias afetadas por intervenções geradoras de impactos urbanos e sociais, com base na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e nas orientações da ONU; e de forma indireta, por meio de estratégias de parceria e articulação institucional com entes públicos, entidades e órgãos essenciais da justiça.

De forma descentralizada, através da celebração de Acordos de Cooperação Técnica, Protocolos de Cooperação Federativa e convênios com Estados, Municípios, Distrito Federal, entidades e órgãos essenciais da justiça, para estruturação de instâncias estaduais de prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos com vistas a garantir os direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano com base na regulamentação citada.

Em 2013 foi elaborado Termo de Cooperação junto a Universidades Federais, mediante destaque orçamentário, para realização de pesquisa sobre os conflitos fundiários em âmbito nacional e realização de seminário nacional, bem como produção de publicação relacionada à pesquisa. Entretanto, o Acordo não foi celebrado em virtude de pendências da UFRJ junto à documentação necessária para celebração do Termo.

Em 2013, o Ministério das Cidades publicou a portaria nº 317 que traz medidas e procedimentos a serem aplicados em casos de deslocamento involuntário de famílias de suas moradias ou local que exercem atividades econômicas, devido à implantação de programa e ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A Portaria Interministerial nº 17, de 27 de junho de 2014, institui a Comissão Intersetorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos – CIMCurb, na qual o Ministério das Cidades tem representação. O objetivo da Comissão é construir soluções pacíficas para conflito urbanos que envolvam famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis ou que envolvam a garantia da gestão democrática da cidade, com o objetivo de assegurar o direito à moradia digna e adequada, o acesso à terra urbanizada regularizada e a promoção dos direitos humanos.

Metas 2012-2015

- **Estruturação de instância nacional para monitoramento dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano**

Análise Situacional da Meta

Até o momento presente, não foi efetivada a implementação de instância nacional para prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos. Entretanto, o Ministério das Cidades tem atendido às demandas recebidas, por meio de diligências, articulações intergovernamentais e negociação entre partes envolvidas em conflitos urbanos, tais como remoções, reintegrações de posse e violação dos direitos à moradia.

- **Incentivar instâncias locais para prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos, por meio de ações de articulação, pesquisa, monitoramento e capacitação.**

**Análise Situacional da Meta**

Em 2012 foi aberto Edital de Chamada Pública, para a seleção de propostas de instalação de instâncias estaduais de prevenção de violações de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano. Entretanto, nenhuma proposta apresentada cumpriu os requisitos.

Em 2013 a Universidade Federal do Rio de Janeiro encaminhou proposta de Termo de Cooperação para realização de pesquisa, seminário e publicação acerca do tema. Entretanto a proposta não apresentou consistência orçamentária, portanto não pode ser celebrada.

Está em fase de elaboração novo Termo de Cooperação junto a Universidades Federais, mediante destaque orçamentário, para realização de pesquisa sobre os conflitos fundiários em âmbito nacional e realização de seminário nacional, bem como produção de publicação relacionada à pesquisa.

• Regulamentação de medidas e procedimentos para a conduta do reassentamento de famílias atingidas por intervenções urbanas de modo a garantir os direitos humanos**Análise Situacional da Meta**

Foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica entre Ministério das Cidades e Ministério da Justiça, cujo objetivo é a promoção de ações conjuntas para ampliação do acesso à conciliação e mediação de conflitos fundiários urbanos.

No âmbito do Grupo Interministerial, instituído pela Portaria nº 337 de 07/12/2012, está em elaboração o Decreto Presidencial para instituir a Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

Em 2013, o Ministério das Cidades publicou a portaria nº 317 que traz medidas e procedimentos a serem aplicados em casos de deslocamento involuntário de famílias de suas moradias ou local que exercem atividades econômicas, devido à implantação de programa e ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). De acordo com a portaria, as obras e serviços devem ser precedidas de diagnóstico e de elaboração de estudo de alternativas para evitar ou minimizar a necessidade dos deslocamentos, e para identificar melhores soluções econômicas, técnicas e socialmente sustentáveis e efetivas. Quando o deslocamento for inevitável, deverá ser elaborado um Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias.

A Portaria Interministerial nº 17, de 27 de junho de 2014, institui a Comissão Intersetorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos – CIMCUrb, na qual o Ministério das Cidades tem representação. O objetivo da Comissão é construir soluções pacíficas para conflito urbanos que envolvam famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis ou que envolvam a garantia da gestão democrática da cidade, com o objetivo de assegurar o direito à moradia digna e adequada, o acesso à terra urbanizada regularizada e a promoção dos direitos humanos.

OBJETIVO: 0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Instituído pelo Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua – CIAMP-Rua, realiza reuniões ordinárias a cada 45 (quarenta e cinco) dias e extraordinárias quando se faz necessário, além das reuniões dos seus Grupos de Trabalho – GT, de Habitação, do IBGE, de Legislação e de Segurança Pública. O CIAMP-Rua acompanha e potencializa o processo de implementação da Política Nacional através de suas várias atividades e das produções de seus GTs, dentre as quais destacamos, em 2013, a realização do Seminário Nacional de Habitação de Interesse Social para a População em Situação de Rua, a produção do questionário e metodologia de pesquisa sobre população em situação de rua para o IBGE, a elaboração do capítulo referente à população em situação de rua na cartilha Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade e as recomendações desenvolvidas para a área de Segurança Pública.

A SDH/PR organizou e realizou, também em 2013, o Seminário Brasil-União Europeia para Promoção e Proteção dos



Direitos da População em Situação de Rua e produziu um livro sobre as experiências brasileira e europeia nessa temática. A SDH/PR acompanha e monitora os casos de violações de direitos através dos Centros de Referência de Direitos Humanos, pela Ouvidoria e pelo Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis - CNDDH. Os Centros de Referências fazem o acompanhamento jurídico dos casos, interagindo com as autoridades responsáveis, além do atendimento social e psicológico das vítimas em casos específicos. A SDH/PR mantém um marcador específico para a violação de direitos das pessoas em situação de rua e faz o devido encaminhamento para as instituições competentes a depender da denúncia recebida. O CNDDH, mantido pela SDH/PR, em conjunto com seus núcleos descentralizados, monitora os casos, com elaboração de relatórios e realização dos devidos encaminhamentos aos serviços públicos. Até novembro de 2014 foram atendidos e acompanhados 2.742 casos de violação de direitos contra o referido público. A Secretaria também atua pontualmente em casos específicos, como no caso de Goiânia-GO, em que fez requerimento formal perante o Ministério Público Federal para a federalização da competência para apurar e julgar uma série de crimes ocorridos nessa região metropolitana. Esse pedido foi formalizado pelo Ministério Público Federal no Superior Tribunal de Justiça e foi julgado no dia 10 de dezembro de 2014, sendo que a solicitação de deslocamento de competência foi indeferida, mas houve solicitação do STJ ao sistema judiciário de Goiás para celeridade no julgamento dos casos e a solicitação de acompanhamento pelo CNJ. Além disso, o Centro de Referência de Direitos Humanos está acompanhando 33 inquéritos de homicídios em Goiás. O IDC3 (pedido de federalização dos crimes foi julgado no STJ em 10/12. 4 casos de tortura e desaparecimento foram federalizados, mas os casos de federalização de Poprua não foram concretizados (STJ no entanto pediu mais celeridade no julgamento dos casos e acompanhamento do CNJ).

A SDH/PR e o CIAMP-Rua acompanham e incentivam a criação de Comitês locais (municipais, estaduais e distrital) da Política para a População em Situação de Rua, atualmente são 24 (vinte e quatro) Comitês instalados e 11 (onze) unidades da federação que aderiram à Política Nacional.

A SDH/PR, que coordena o CIAMP-Rua, atua também em 09 (nove) capitais (Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Maceió, Fortaleza, Salvador) fazendo a integração entre organizações públicas e não-governamentais desenvolvendo ações junto a profissionais das áreas de Direitos Humanos, visando à promoção da cidadania da população em situação de rua. Durante este trabalho são realizadas visitas e discussões com as redes de atendimento das referidas cidades, bem como diálogo com a população em situação de rua, para a elaboração de um Guia de Serviços de atendimento a essa população vulnerável que ocorrerá em cada uma das cidades pesquisadas. O objetivo final é contribuir com a articulação das redes de serviços, e com a melhora dos serviços prestados a partir da sensibilização e otimização dos fluxos de trabalho nas cidades indicadas.

A SDH/PR apoiou um projeto junto à UNB, por meio de convênio, onde se criou um observatório sobre a violência contra a população em situação de rua no Distrito Federal a fim de elaborar uma pesquisa que subsidie o Governo Federal na tão necessária tarefa de enfrentamento dos fatores que conduzem à violência a que esse segmento da população está sujeito e, dessa maneira, contribuir para a geração de políticas públicas que garantam efetivamente os direitos humanos dessa parcela da população, possibilitando meios para que ela possa sair da condição de rua.

A Secretaria acompanha o trabalho das Defensorias Públicas das capitais da Federação e também por meio de convênio com a Defensoria Pública do Estado da Bahia, que visa ampliar o atendimento qualificado e multidisciplinar a pessoas em situação de rua. Esta parceria pretende aprimorar e ampliar o trabalho desenvolvido pela Especializada de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado da Bahia em sua atuação extrajudicial em favor da população de rua. A atuação extrajudicial desenvolvida pela Defensoria, nesta vertente, engloba as seguintes demandas: acesso à documentação, acompanhamento da apuração de casos de violência policial, coibir práticas de higienização e de violação à dignidade humana, promover o acesso ao direito à saúde e o monitoramento das casas de acolhimento. A SDH/PT articulou acordo com a SRJ/MJ para a compra de vans para a realização de atendimento itinerante da população de rua em MG e no DF.

Para atender as demandas da população em situação de rua referentes à formação técnica profissional, foi criada no âmbito do PRONATEC, a modalidade Pronatec Pop Rua, onde foi pactuado para o segundo semestre de 2014, vagas em



turmas exclusivas para a inserção desta população no mercado de trabalho, com cursos e metodologia adaptados a realidade de seu público. As primeiras turmas nessa modalidade iniciaram no Distrito Federal e em São Paulo, com 272 vagas para Brasília e 708 para São Paulo, totalizando a oferta de 980 vagas. Em 2015 haverá ampliação para oferta de turmas para outros municípios brasileiros e para o primeiro semestre já estão pactuadas 826 vagas para as localidades citadas.

A Coordenação Geral dos Direitos da População em Situação de Rua e a sociedade civil organizada em torno do tema se uniram à Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, compondo a Agenda de Convergência para a Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente e da População em Situação de Rua no Contexto dos Megaeventos. Assim foram realizadas ações junto aos Comitês Locais da Agenda, bem como com as redes de promoção, proteção e defesa dos direitos da população em situação de rua de cada localidade sede da Copa do Mundo. Os dados provenientes da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos apontam para a diminuição denúncias e violações de direitos no referido período. Durante o evento houve intensificação dos serviços, fortalecimento das redes e do papel fundamental realizado pelas Defensorias e Ministérios Públicos locais. A percepção da sociedade civil é que as ações que realizadas ao longo do período da Copa do Mundo trouxeram resultados positivos no combate à violência contra a população em situação de rua e foi sugerindo que as ações fossem continuadas e se mobilizassem as redes de atendimento da população em situação de rua e da criança e do adolescente.

Metas 2012-2015

• Realizar o censo de população em situação de rua

Análise Situacional da Meta

Por meio da Portaria Nº 824, de 22 de junho de 2012, foi instituído o Grupo de Trabalho (GT-IBGE), no âmbito do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua, com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos técnicos encarregados da elaboração e realização da pesquisa nacional da população em situação de rua. O GT-IBGE concluiu a elaboração do questionário para a realização do teste da pesquisa, com aplicação de 100 questionários na cidade do Rio de Janeiro, em novembro de 2013, conforme acordado entre a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o IBGE. O relatório da pesquisa teste foi apresentado ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua e será avaliado pelo seu GT para aprimoramento da metodologia pelo IBGE, para avaliação da possibilidade de inserção da contagem e pesquisa desse público no Censo Demográfico de 2020.

OBJETIVO: 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O projeto Direito à Memória e à Verdade teve início em 2006 com a abertura da exposição fotográfica “Direito à Memória e à Verdade – A ditadura no Brasil 1964 - 1985” no hall da taquigrafia da Câmara dos Deputados, em Brasília. Desde então, a exposição já percorreu todas as regiões do país. São registros de um passado marcado pela violência e por violações de direitos humanos.

Consideráveis avanços aconteceram no que se refere ao Direito à Memória e à Verdade no Brasil, entre 2011 e 2014. O Governo Federal protagonizou várias medidas nesse sentido. A primeira delas foi a criação da Comissão Nacional da Verdade, por meio da Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, após campanha nacional e de ampla atuação do Poder Executivo junto ao Congresso Nacional. Concomitantemente, foi estimulada a criação de dezenas de comitês de memória e verdade da sociedade civil que, mais tarde, catalisaram o processo de criação das Comissões Municipais e Estaduais da Memória e da Verdade na maioria dos estados da Federação, criando um verdadeiro movimento nacional pela memória, verdade e justiça.



Outro acontecimento de relevo com objetivo de garantir o Direito à Verdade e à Memória foi a exumação dos restos mortais do Ex-Presidente João Goulart, promovida ao final de 2013, pela SDH/PR e pela Comissão Nacional da Verdade, a pedido de familiares de João Goulart. O objetivo central da ação, reconhecida internacionalmente, foi o esclarecimento das reais circunstâncias de sua morte. Paralelamente à exumação, o Governo Federal concedeu as devidas honras de Chefe de Estado a João Goulart. Foram prestadas as homenagens ao ex-presidente, negadas à época de sua morte.

As atividades do Grupo de Trabalho Araguaia - GTA, criado em 2011, pela Portaria Interministerial nº 01/MD/MJ/SDH/PR, também têm resultado em avanços na revelação da verdade e na construção da memória sobre as violações de direitos humanos perpetradas durante a ditadura civil-militar brasileira. O GTA ampliou a participação nas buscas aos desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia, incorporando ao trabalho um corpo técnico especializado e investindo em tecnologia de identificação.

A SDH/PR, nos últimos anos, coordenou, integrou e incentivou uma série de outras ações relativas à garantia da verdade e da memória. São exemplos, a reedição, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, da obra “Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 192-1985: Camponeses Torturados, Mortos e Desaparecidos” e produção do relatório “Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição”, assim como a sua atuação junto ao Município de Petrópolis, que desapropriou a famigerada “Casa da Morte” para futura criação de espaço de memória. Ainda em 2013, foram constituídos o Grupo de Arqueologia e Antropologia Forense e a Equipe Técnica Multidisciplinar junto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP.

Em 2014, foi promovido um Acordo de Cooperação técnica entre a SDH/PR, a SMDHC-SP e a UNIFESP, objetivando a retomada dos trabalhos de análises dos restos mortais oriundos da Vala clandestina de Perus, celebrado em maio para instaurar o Grupo de Trabalho Perus. Após 24 anos, foi iniciada a análise definitiva das ossadas encontradas na Vala clandestina de Perus.

Também foi realizada a 1ª expedição ao Araguaia em setembro de 2014, primeira sob coordenação-geral da SDH. Por fim, ocorreu a entrega do laudo final da exumação do Ex-Presidente João Goulart em atividade realizada na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Metas 2012-2015

• Instituir e implementar a Comissão Nacional da Verdade

Análise Situacional da Meta

Meta alcançada. A Comissão da Verdade foi criada pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011.

• Localizar e identificar os restos mortais dos desaparecidos políticos para a entrega aos seus familiares

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi constituída a equipe de antropologia e arqueologia forense que está auxiliando as ações da Comissão Especial na busca e localização de mortos e desaparecidos políticos em todo o Brasil. Em 2012, foi aprimorado o Banco de Material Genético em parceria com o Departamento de Polícia Federal. Ainda antes de 2012, foram realizadas expedições na região do Araguaia, estado do Pará e do Tocantins, para localização de mortos e desaparecidos.

Em 2013, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP, ligada à SDH/PR, desenvolveu diversas ações visando à identificação das circunstâncias de morte de pessoas vitimadas pela Ditadura. Entre elas, foi resgatada a verdade dos fatos sobre a morte de Arnaldo Cardoso Rocha, assassinado sob tortura, em 1973, por funcionários do Doi-Codi. Desmentiu-se assim a versão divulgada pelos órgãos de segurança da época, segundo a qual Arnaldo teria falecido em um embate com a polícia, após ter resistido à prisão. Os resultados das investigações da CEMDP, juntamente com outras informações sobre os mortos e desaparecidos políticos estão dispostos no site da EMDP (<http://cemdp.sdh.gov.br/>), lançado em 2013.

A vala clandestina de Perus foi localizada no dia 04 de Setembro de 1990, com 1049 ossadas que se encontravam dentro de sacos plásticos, todas sem qualquer identificação. Por meio de Comissão Parlamentar de Inquérito aprovada em 5 de outubro de 1990 pela Câmara Municipal de São Paulo, deu-se início à apuração sobre a origem e as



responsabilidades quanto às ossadas encontradas no Cemitério Dom Bosco, em Perus, entre outros aspectos. Os restos mortais foram enviados para a Unicamp para análise e já nos anos 2000, foram acondicionados no Cemitério do Araçá, SP, sob a custódia do Serviço Funerário daquele município.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, através da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos está retomando os trabalhos de identificação dos restos mortais oriundos da Vala Clandestina de Perus, para tanto já foram contratados profissionais especializados em arqueologia e antropologia forense que estão realizando o levantamento dos dados ante morte dos desaparecidos políticos que poderiam estar inumados na vala. Equipes de arqueologia e antropologia forense de todo o Brasil estarão envolvidas no processo de análises dos restos mortais através de seus profissionais atuando sob o sistema de contratação direta e de rodízio.

Além dessa iniciativa, o Grupo de Trabalho Araguaia – GTA, que visa localizar desaparecidos políticos no evento conhecido como Guerrilha do Araguaia, foi reformulado, passando a estar sob a coordenação geral da Secretaria de Direitos Humanos.

OBJETIVO: 0973 - Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O dia 28 de janeiro foi oficializado como Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo como uma forma de homenagear os auditores fiscais do trabalho Erastóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva, e o motorista Ailton Pereira de Oliveira, assassinados nesta data, em 2004, durante fiscalização na zona rural de Unaí (MG).

A Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo foi marcada, em 2013, por seminários e palestras em todo o país. O objetivo foi chamar a atenção para o problema e mobilizar a sociedade para que o país erradique o trabalho escravo contemporâneo.

Cabe destacar que o estado de Ceará instalou, em Fortaleza, a Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae).

As COETRAEs são vinculadas à Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE e às Secretarias de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos dos estados. A criação das COETRAEs é uma das ações previstas na terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos. Participam da comissão estadual representantes do poder público e da sociedade civil.

A meta do Governo Federal é fazer com que todos os estados brasileiros e Distrito Federal tenham suas Coetraes. Em 2012, foi criada a COETRAE no Rio Grande do Sul e, em 2013, nos Estados de ES, GO e CE. Atualmente, elas já foram instaladas nos estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e Rio Grande do Sul, além de Espírito Santo, Goiás, Ceará e Maranhão. Em 2014, foi instalada Comissão Municipal na cidade de São Paulo.

Metas 2012-2015

- **Aprovar e implementar a PEC sobre a expropriação de propriedades flagradas com trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravo e disposições afins**

Análise Situacional da Meta

A PEC do trabalho escravo foi aprovada em 5 julho de 2014, tornando-se a Emenda Constitucional 81/2014, agora em fase de regulamentação. O discurso do relator do decreto de regulamentação, Senador Romero Jucá indica inclinação para o retrocesso da definição de trabalho escravo, contrariando as Convenções da OIT sobre o tema, das quais o Brasil é signatário.

**• Realizar 945 ações fiscais para erradicação do trabalho análogo a de escravo****Análise Situacional da Meta**

Os dados decorrem da consolidação dos relatórios de ação fiscal, em razão do enfrentamento do trabalho em condição análoga à de escravo. Em 2013, foram realizadas 300 ações fiscais, representando 45 ações fiscais a mais do quantitativo realizado em 2012(255). O período 2012 a 2013 totalizou 555 ações fiscais, o que representa 58,7% da meta total do PPA 2012-2015. Em 2014, foram realizadas 144 operações fiscais em 240 estabelecimentos com 12.885 trabalhadores alcançados e 1366 trabalhadores resgatados, totalizado 73,97% da meta total.

Quantidade alcançada

699

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Os serviços estaduais e federal de proteção a pessoas ameaçadas continuam em funcionamento. Os procedimentos para a integração dos três programas, por meio de um Sistema Nacional, conforme estabelece o Programa Nacional de Direitos Humanos-3, estão em construção junto aos governos estaduais, órgãos colegiados dos programas e sociedade civil. Merece destaque a publicação do Protocolo de Intenções nº 01/2013, assinado entre a SDH/PR e o Ministério da Saúde, que visa promover o acesso seguro de pessoas incluídas nos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Sistema Único de Saúde (SUS). A medida é resultado de articulação realizada por um grupo de trabalho, criado em 2012, com integrantes da SDH/PR e do Núcleo Técnico do Cartão Nacional de Saúde/DATASUS. Na prática, a medida assegura que as pessoas incluídas nestes programas sejam atendidas com total sigilo no Sistema Único de Saúde.

Cabe mencionar também que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou a proposta de resolução que regulamenta a atuação do Ministério Público nos programas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas. O texto estabelece procedimentos para dar efetividade à regra legal que prevê a tramitação prioritária de processos ou inquéritos de vítimas ou testemunhas protegidas. A proposta aprovada cuida ainda de diversos aspectos ligados à atuação do Ministério Público nos programas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, como a indicação de promotor ou procurador para o conselho deliberativo dos programas de proteção a vítimas e testemunhas, que deverá atuar, preferencialmente, nas áreas de controle externo da atividade policial, de direitos humanos ou criminal. A resolução também prevê que as unidades do Ministério Público promovam periodicamente cursos de preparação e aperfeiçoamento com conteúdos relacionados a aspectos normativos e procedimentos práticos relativos aos programas. E nos cursos de formação de membros recém-empossados na carreira ou em processo de vitaliciamento, será obrigatória a oferta de disciplina sobre o assunto.

Além disso, em 2014, foram iniciadas articulações junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) para viabilizar a mudança de nome de usuários, na forma prevista na Lei 9.807/1999. Como encaminhamento inicial, ficou prevista a criação, pelo TJDFT, de um grupo de trabalho com a participação da SDH/PR para elaboração do fluxo de procedimentos objetivando tal mudança.

Metas 2012-2015

• Ampliar os serviços de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte para mais 5 estados (MT, AM, RN, CE e AC)**Análise Situacional da Meta**

Em 2012, foram elaborados convênios com os estados do Amazonas e Ceará.

A meta inicial era ampliar o Programa para os Estados do MT, AM, RN, CE e AC, mas devido aos altos índices de



letalidade MT foi substituído pelo Maranhão e o Acre pela Paraíba. Convênio com o Amazonas firmado, mas não executado.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

• **Ampliar os serviços de proteção a testemunhas e defensores de direitos humanos ameaçados em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) está presente nos estados de Pernambuco, Ceará, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, e Rio Grande do Sul. Os demais estados são atendidos pelo Programa Federal de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

O Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA) está presente nos estados de Amazonas, Pará, Acre, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Os demais estados são atendidos pelo Programa Federal de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

Buscando a ampliação dos programas de proteção realizaram-se diversas reuniões com as Secretarias de Estados que possam executar de forma eficiente os Programas de Proteção, oferecendo estrutura física, recursos humanos e financeiros. Entretanto, o cenário encontrado não se mostra plenamente favorável por não atenderem aos requisitos básicos citados acima. Na possibilidade de ampliação do Programa, a SDH/PR vem consultando também a sociedade civil com o objetivo de construir uma rede de proteção necessária para sua implementação.

• **Integrar os serviços de proteção em 7 estados (CE, PE, PA, BA, ES, RJ e MG)**

Análise Situacional da Meta

A integração dos programas de proteção a pessoas ameaçadas (testemunhas e vítimas, defensores dos direitos humanos e crianças e adolescentes ameaçados de morte) requer a elaboração de normas específicas para regulamentar os procedimentos comuns e as particularidades de cada programa. Assim, a realização desta meta depende da reformulação e aprovação de marcos regulatórios do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas para que sejam aplicados no âmbito dos estados. Ao longo de 2013, foram realizadas atividades junto aos parceiros locais, tanto dos governos estaduais, como da sociedade civil, para elaboração de marcos regulatórios para criação do sistema em questão, que tiveram continuidade em 2014.

• **Reformular e aprovar marcos regulatórios do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas e dos serviços de proteção que os constituem**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do ano de 2013, foram realizadas reuniões de trabalho com gestores das Secretarias estaduais, organizações da sociedade civil executoras dos programas e órgãos colegiados, para elaboração de proposta de novo marco regulatório. Todos apresentaram propostas para construção do marco regulatório. Em 2014, a SE e as Coordenações-Gerais consolidaram a minuta do marco regulatório para discussão com os demais interessados à luz do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – (MROSC).

OBJETIVO: 0975 - Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O destaque na implementação desse objetivo para o período deve ser dado para a aprovação da Lei n.º 12.847/2013, em 02 de agosto de 2013, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de



Prevenção e Combate à Tortura; o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências. O sistema será formado por conselhos de comunidades, conselhos penitenciários estaduais, corregedorias e ouvidorias de polícia. . O sistema é uma nova possibilidade de o Brasil ter um mecanismo real para poder chegar às instituições e fazer verificações, ter peritos com autonomia para dizer o que acontece com o corpo das pessoas, se e como ele está marcado pela tortura, ou para verificação das próprias condições em que as pessoas vivem.

O Comitê é composto por 23 (vinte e três) membros, escolhidos e designados pelo Presidente da República, sendo 11 (onze) representantes de órgãos do Poder Executivo federal e 12 (doze) de conselhos de classes profissionais e de organizações da sociedade civil. Já o Mecanismo deverá ser composto por 11 (onze) peritos, escolhidos pelo Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O colegiado poderá visitar, sem aviso prévio, qualquer espaço de privação de liberdade, como presídios, penitenciárias, delegacias, casas de custódia, instituições socioeducativas, hospitais psiquiátricos e asilos, a fim de apurar violações. Quando constatadas violações, os peritos irão elaborar relatórios com recomendações aos diretores dessas instituições, que terão um prazo determinado para adotar as devidas providências. A instalação do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura é um compromisso adotado com as Nações Unidas pelas principais democracias do mundo. O Congresso Nacional aprovou o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura das Nações Unidas de 1984, no dia 21 de dezembro de 2006 por meio do Decreto Legislativo nº 483. O instrumento foi promulgado por meio do Decreto n.º 6.085 de 19 de abril de 2007.

Paralelo ao processo de implementação da Lei n.º 12847/2013, a Coordenação Geral de Combate à Tortura (CGCT) promove a criação e o fortalecimento de Comitês e Mecanismos estaduais, por meio de articulação junto às unidades federadas. Até dezembro de 2014 já foram criados 16 Comitês e 7 Mecanismos Estaduais.

A CGCT também realizou nos dias 8 e 9 de maio de 2014 o Seminário de Perícia Independente em Direitos Humanos. Entre as propostas discutidas no evento, estão a criação de grupos de trabalho para discutir e criar protocolos para perícia em casos de tortura, bem como a criação de metodologia para a realização de capacitações para peritos. Adicionalmente, a CGCT finalizou a elaboração de curso para profissionais da segurança pública “Prevenção e Enfrentamento à Tortura”, que será disponibilizado na plataforma EAD da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/MJ em 2015. Por fim, é importante citar a proposta para sistematizar indicadores sobre a política de Prevenção e Combate à Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Brasil. A proposta, realizada no âmbito do Projeto BRA11003 - SDH/PNUD, será essencial para a avaliação das políticas em andamento e também para o planejamento de novas políticas na área.

Metas 2012-2015

• Aprovar e implementar protocolo de direitos humanos e tratamento para usuários de drogas

Análise Situacional da Meta

A prerrogativa para a atuação da SDH/PR nesta meta decorre do disposto no Decreto nº 8162/2013, que em seu artigo 1º, inciso V do Anexo I, define que compete à SDH/PR “sem prejuízo das atribuições dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - Sisnad, atuar em favor da ressocialização e da proteção dos dependentes químicos”. Inicialmente a estratégia de implementação se voltou para os materiais de orientação das oficinas de alinhamento conceitual no âmbito do Programa “Crack é Possível Vencer”. Contudo, esta meta não foi alcançada e atualmente a ação está proposta para ocorrer mediante a instalação de um Grupo de Trabalho com a participação do MS, MJ, SDH/PR e PGR com o intuito de produzir um parecer que venha a ser debatido em uma audiência pública na PGR, com o tema anteriormente previsto para o protocolo de direitos humanos e tratamento para usuários de drogas.

• Aprovar marco legal que institui o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e garantia de seu pleno funcionamento

Análise Situacional da Meta

Meta alcançada.

Em 02 de junho de 2014 foi aprovada a lei nº 12.986 que transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional da Pessoa Humana. O CNDH foi implantado em dezembro de 2014.



- **Aprovar o marco legal que implementa Protocolo Facultativo da Convenção Contra Tortura e garantir o seu pleno funcionamento (Mecanismo de Combate à Tortura)**

Análise Situacional da Meta

O PL 2442/2011 foi aprovado pelo Congresso Nacional com sanção presidencial em 2 de agosto de 2013, convertendo-se na Lei n.º 12.847, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT); cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT); o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT); e dá outras providências. A Lei 12.847/2014 foi regulamentada pelo Decreto 8.154 de 16 de dezembro de 2013. Os membros do CNPCT, composto por onze representantes do poder executivo federal e doze de organizações da sociedade civil, foram nomeados por meio do Decreto Presidencial s/n de 24 de julho de 2014. No segundo semestre de 2014, foi realizado, pelo CNPCT, o processo de escolha dos peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, conforme atribuição prevista no Decreto N° 8.154/2013. Em 2015, com os peritos do MNPCT já empossados, serão realizadas visitas periódicas e regulares a pessoas privadas de liberdades e a instituições de privação de liberdade. A instalação do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura é um compromisso adotado com as Nações Unidas pelas principais democracias do mundo. O Congresso Nacional aprovou o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura das Nações Unidas de 1984, no dia 21 de dezembro de 2006 por meio do Decreto Legislativo n° 483. O instrumento foi promulgado por meio do Decreto n.º 6.085 de 19 de abril de 2007.

- **Implementar o Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

A criação do Núcleo Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental ocorreu mediante a publicação da Portaria Interministerial MS/SEDH N° 3.347/2006. Contudo, o referido Núcleo encontrava-se desativado e esvaziado em suas funções. A IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial de 2010 apresentou como uma de suas recomendações no Relatório Final- recomendação n° 627 - a reativação do Núcleo. Em parceria com o MS, a SDH/PR convocou o GT Intersetorial que elaborou a proposta para viabilizar a recomposição do Núcleo Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental. O GT foi composto pelo MS, MDS, SDH/PR, MJ, CNJ, CNMP, ANADEP, MNLA, RENILA, CDDPH- SDH/PR, MNDH e CNS. As reuniões do GT ocorreram em outubro e novembro de 2013, com a apresentação do Relatório final dos trabalhos no Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH). Após o debate no FMDH, encontra-se em tramitação, na SDH/PR e no MS, Portaria Interministerial de criação do Comitê Nacional de Direitos Humanos e Saúde Mental - CNDHSM, que atenderá à finalidade consultiva de formulação jurídica institucional, avaliação e monitoramento, fortalecimento do diálogo interinstitucional e construção de uma agenda técnica propositiva nas políticas públicas de direitos humanos e saúde mental. Para tanto, a Portaria do CNDHSM prevê a participação da sociedade civil organizada e dos órgãos do poder público de maneira paritária.



PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	31/12/2010	5.611	31/12/2014	5.522
Crianças e adolescentes ameaçados de morte e familiares protegidos	unidade	31/12/2010	1.490	31/12/2014	884
Crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade ocupados	unidade	31/12/2009	2.060.503	30/09/2013	1.312.989
Índice de homicídios na adolescência (a cada mil adolescentes)	1/1.000	31/12/2010	2,67	28/01/2014	3,32
Número de adolescentes internos no sistema socioeducativo	unidade	31/12/2010	17.703	31/12/2014	20.532
Percentual de crianças e adolescentes de famílias com benefícios de transferência de renda devido ao trabalho infantil, com frequência suficiente aos serviços do PETI	%	31/12/2010	57,45	31/12/2012	35
Relação entre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em programas de meio-aberto/ fechado	unidade	31/12/2010	0,5	31/12/2014	4,28
Taxa de frequência à creche ou pré-escola de crianças de 0 a 5 anos, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	24	30/09/2013	33,85
Taxa de frequência líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	26,6	30/09/2013	36,1
Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 14 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	88,4	30/09/2013	90,76
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2007	21,4	31/12/2011	15,3

Observações:

Crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade ocupados - PNAD 2013

Índice de homicídios na adolescência (a cada mil adolescentes) - IHA 2012: publicação lançada em 28/01/2014 com dados do ano de 2012.

<http://observatoriodefavelas.org.br/noticias-analises/indice-de-homicidios-na-adolescencia-e-o-mais-alto-em-8-anos/>

http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2015/01/IHA_2012.pdf

Percentual de crianças e adolescentes de famílias com benefícios de transferência de renda devido ao trabalho infantil, com frequência suficiente aos serviços do PETI - O SISPETI, fonte de informação do indicador, será substituído pelo Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC, que está em fase de testes para implantação em 2014. O último número informado pelo MDS refere-se a 2012.

Taxa de mortalidade infantil - Indicador com dados de 2012 ainda não disponibilizado pelo Ministério da Saúde.

OBJETIVO: 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.



Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Em relação ao atendimento socioeducativo, ressalta-se que em 31/12/2011 existiam 31 unidades de internação consideradas impróprias. A desativação de unidades impróprias consta como Meta 5.2 do Eixo 2 do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, com previsão de realização até 2018.

Foram firmados convênios para a construção no período de 2011 a 2014. Os que envolvem desativações estão nos seguintes estados: DF, uma unidade para o atendimento às adolescentes do sexo feminino (2011); MT – uma unidade de internação provisória e um núcleo de atendimentos integrado (2011); GO - 3 unidades para desativação de duas unidades existentes (2013 e 2014) e SE – uma unidade em Nossa Senhora do Socorro que desativará um centro socioeducativo insalubre(2014); MG – uma unidade em Alfenas para desativação de uma imprópria(2014).

Em 2013 foram celebrados dois termos aditivos de suplementação de recursos para dois convênios vigentes no Estado do Ceará, exercícios de 2009 e 2010, com o objetivo de adequação de duas unidades às novas exigências do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. No momento essas obras encontram-se em fase de execução.

O Governo Federal, por meio da Secretaria de Direitos Humanos – SDH, está elaborando os projetos arquitetônicos com o respectivo caderno de parâmetros e os projetos complementares padrão para as unidades socioeducativas, com previsão de finalização e validação no primeiro bimestre de 2015.

Para o ano de 2015, existem 4 propostas para construção de Núcleos de Atendimento Integrado – NAI (AC, BA, SC e TO), construção de 3 unidades de internação – UI (BA e RS) e 3 unidades de semiliberdade – SL (AP e TO). As propostas para 2015 que já foram apresentadas estão em fase de ajustes e elaboração detalhada do orçamento, com regularização de terreno apresentado, assim como os demais documentos necessários para conveniamento, inclusive o desenvolvimento da proposta pedagógica de atendimento, conforme a legislação vigente. Os Estados habilitados previamente, em relação aos documentos entregues para possível formalização de convênio, são: Bahia - 1 NAI, Santa Catarina - 1 NAI, Tocantins- 1 NAI e 2 SL, Rio Grande do Sul - 2 UI e Acre - 1 NAI.

Há grande dificuldade de viabilizar estas propostas devido a precariedade das equipes técnicas dos Estados que ainda não se adequaram a todas as exigências da Resolução nº 199/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e da Lei Federal nº 12.594/2012, assim como toda a normativa exigida pela União e também as exigências da legislação ambiental. Isso tem contribuído para a demora na formalização das propostas de financiamento por parte da União para a substituição de unidades, mesmo existindo recursos financeiros disponíveis.

Em 2013 foi realizado concurso público por meio de processo seletivo simplificado com a finalidade de suprir a Coordenação Geral do SINASE de engenheiros e arquitetos para atuarem nas prestações de contas de convênios já executados, na avaliação de novas propostas de construções enviadas pelos Estados, assim como auxiliar os Estados na elaboração e orientação dos projetos, objetivando superar as dificuldades na execução dos recursos orçamentários. Foram contratados 3 engenheiros e 2 arquitetos. Já está em trâmite a prorrogação dos contratos por mais 12 meses, de 2



engenheiros e 2 arquitetos. Em 2014, no intuito de auxiliar na execução dos projetos, orçamentos e execução das obras referente aos convênios já formalizados para construção de unidades socioeducativas e conselhos tutelares, foi firmada uma parceria com o Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos - UNOPS/ONU, que visa a contratação de 7 profissionais da área de engenharia e arquitetura, com previsão de início das atividades em fevereiro de 2015.

Também no intuito de acelerar as construções foi promulgada a Medida Provisória nº 630/2013, que permite a contratação, por meio do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, de obras e serviços de engenharia para a construção, ampliação e reforma de unidades de atendimento socioeducativo. O RDC tem diminuído consideravelmente o tempo médio para licitação de obras em outros setores do governo federal, reduzindo o prazo de homologação em cerca de 50%. Para os convênios novos, os estados do RS, SC e TO estão prevendo a construção de 4 obras do sistema socioeducativo por meio do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.

O Governo Federal entende ser fundamental a qualificação permanente dos profissionais que atuam na socioeducação em todo o país. Nesse sentido, ao longo do ano de 2013 e durante o ano de 2014, foi debatido com diversas instituições a Escola Nacional de Socioeducação - ENS. Entre os objetivos da ENS, a prioridade é a qualificação do atendimento de forma permanente e articulada em todo o território nacional, com alinhamento conceitual e metodológico dos conteúdos programáticos dos cursos nas modalidades: básica, de extensão e especialização.

Durante todo o ano de 2013, foi desenvolvida articulação com todas as executoras dos Sistemas Socioeducativos estaduais com a finalidade de aprovar os Parâmetros de Gestão, Pedagógicos e Curriculares da ENS. Este objetivo foi alcançado em dezembro de 2013, quando os documentos orientadores foram aprovados por todos os Estados e pela SDH, os quais apontam para estruturar, organizar e implementar uma política nacional de formação em socioeducação em todo o território nacional que, entre outros benefícios, também direcionará a política de cofinanciamento da formação desenvolvida pela SDH. Nessa perspectiva, o termo de cooperação entre a SDH e a Universidade de Brasília - UNB consolidou-se e serviu de base para a formação da ENS na modalidade à distância por meio de portal específico que servirá para administrar toda a formação assim como para que os Estados e Distrito Federal também possam acessar conteúdos e metodologia. Essa proposta foi apresentada e aprovada pela plenária do CONANDA em fevereiro de 2014. Em dezembro de 2014 foi realizado o primeiro encontro do Núcleo Gestor da Escola Nacional de Socioeducação para apresentação da proposta da SDH para atuação da ENS no ano de 2015 e construção de diretrizes nacionais e estaduais. A formação presencial continuará sendo realizada mediante convênios com as unidades federadas, articuladas com a formação a distância. Foram formalizados 5 convênios para ENS em parceria com os estados TO, GO, PB, AP e com a UNB, além de um convênio já em execução formalizado em 2013.

A promoção da equidade de gênero, com ênfase nos direitos das adolescentes que estão em atendimento socioeducativo, é parte das Diretrizes do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, sendo o item “(L) Garantia das visitas familiares e visita íntima. Direito à sexualidade e saúde reprodutiva, com ênfase na convivência com os/as filhos/as, no respeito à identidade de gênero e orientação sexual e participação da família na condução da política socioeducativa”. Também é meta do referido Plano “Assegurar o exercício dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, através de deliberações sobre adolescentes com filhos/as nas unidades e visita dos filhos/as às mães e pais adolescentes; bem como o acesso a visita íntima”, item 1.2 do Objetivo 1: Implantação de instrumentos e mecanismos de participação que



fortaleçam o controle social, parte do Eixo 3: Participação e autonomia das/os adolescentes.

No que se refere ao Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a SDH, em conjunto com vários Ministérios, Secretarias, Sociedade Civil Organizada e Organismos internacionais, construíram a Agenda de Convergência para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes: articulação de políticas públicas que apontou a necessidade de direcionar os recursos e as ações para aqueles municípios e territórios fortemente impactados pelo contexto de grandes eventos destacando a realização da Copa do Mundo da FIFA.

As atividades da Agenda de Convergência Proteja Brasil aconteceram em 2014 durante a Copa do Mundo de 2014, nas 12 cidades sedes dos jogos. As ações foram precedidas por atividades de preparação e articulação com as prefeituras, governos estaduais e organizações da sociedade civil, entre outros órgãos, que ocorreram durante todo o segundo semestre de 2013, e primeiro semestre de 2014. A experiência pretende constituir-se como legado no sentido do estabelecimento de um modelo de articulação intersetorial, para a prevenção à violação de direitos humanos, e a redução do risco de agravamento dos contextos de vulnerabilidade para crianças e adolescentes durante os grandes eventos no País.

Neste sentido, para enfrentar esta situação o Governo Federal tem, por meio do PAIR (Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro), apoiado técnica e financeiramente os municípios dentro destes contextos para desenvolvimento de: articulação das redes locais; construção de diagnósticos participativos; definição de planos locais de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; articulação com o setor corporativo; e a realização de campanhas educativas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Em 2014 a busca ativa de parceiros para a implantação do PAIR continuou a priorizar os governos estaduais, tomando como critério: estados com cidades sedes da Copa do Mundo de 2014, estados com cidades de fronteira e estados com grandes obras de desenvolvimento.

Metas 2012-2015

• Construir condições para extinção das unidades de internação impróprias no sistema socioeducativo

Análise Situacional da Meta

A construção de condições para desativação de unidades impróprias e/ou adequação das unidades socioeducativas depende tanto da infraestrutura quanto dos projetos pedagógicos. Para tanto, atua-se na elaboração de padrões nacionais tanto no que se refere aos aspectos físicos quanto o que se refere aos aspectos pedagógicos, de gestão e de segurança das unidades, objetivando construir um sistema único em nível nacional, baseado no paradigma de direitos dos/as adolescentes.

Foi iniciado em 2012 o processo de discussão e detalhamento do programa mínimo de necessidades, seguindo a Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, para a elaboração do projeto padrão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE a ser apresentado aos Estados para a desativação das unidades inadequadas, conforme os levantamentos realizados pela Secretaria de Direitos Humanos - SDH e Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e para o reordenamento do sistema socioeducativo em conformidade com a Lei Federal 12.594/2012.

De 2012 até o final de 2014 os Estados foram se qualificando para a formalização de convênios de construção de unidades de unidades de semiliberdade, internação provisória e internação. Entretanto, aqueles que conseguiram



formalizar convênios para substituição de unidades inadequadas de privação de liberdade foram Ceará, Goiás, MG e SE, sendo duas propostas em CE e GO em 2013, uma proposta de Goiás, uma em Sergipe e uma em Minas Gerais em 2014, com a presença de proposta pedagógica de atendimento e demais documentos, que incluem os projetos arquitetônicos e complementares.

A previsão de início das obras é para o primeiro semestre de 2015. Em 2014, foram apresentadas 4 propostas para construção de Núcleos de Atendimento Inicial - NAI, de 5 unidades de internação – UI e 2 unidades de semiliberdade – SL. Até junho de 2014 foi possível a formalização de 3 convênios para construção de unidades socioeducativas, GO, SE e MG. As demais propostas não apresentaram toda documentação pertinente em 2014, ficando as mesmas para o ano de 2015 considerando que estão em fase final de ajustes e elaboração detalhada do orçamento, com regularização de terreno apresentada assim como os demais documentos necessários para conveniamento, inclusive o desenvolvimento da proposta pedagógica de atendimento, conforme a legislação vigente. Os Estados já habilitados, em relação aos documentos entregues para possível formalização de convênio, são: Bahia - 1 NAI, Santa Catarina - 1 NAI, Tocantins- 1 NAI e 2 SL, Rio Grande do Sul - 2 UI e Acre - 1 NAI.

As Normas de Referência do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo estão nas seguintes fases:

- O Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo foi aprovado pelo CONANDA, em resolução nº 160 publicada no Diário Oficial em 19/11/2013;
- As Normas de Referência Socioeducativas estão em fase de elaboração do sumário executivo e composição do grupo de trabalho interministerial, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2015;
- As Normas de Referência Arquitetônicas em fase de ajustes após avaliação do produto final, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2015;
- As Normas de Referência para Segurança em fase de avaliação do produto final, com previsão de publicação no primeiro semestre de 2015;
- As Normas de Referência de Gestão foram apresentadas a Comissão Intersetorial de acompanhamento do SINASE e estão em fase de ajustes finais, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2015.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2014

- **Expandir e monitorar a implementação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual (PAIR) contra crianças e adolescentes nos municípios acima de 300 mil habitantes considerados de maior incidência conforme a Matriz Intersetorial**

Análise Situacional da Meta

Até o final de 2014, do total de 83 (oitenta e três) municípios acima de 300 mil habitantes, o PAIR teve seu processo de capacitação em 73 municípios, perfazendo 88% do cumprimento da meta. Atualmente o PAIR encontra-se em 516 municípios em todo o país.

É importante ressaltar que o PAIR foi implementado nos 26 estados mais o Distrito Federal. A ampliação da inserção da metodologia PAIR nas políticas públicas que atuam direta ou indiretamente voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência ou abuso sexual vem se dando de forma intersetorial, o que colabora no cumprimento do marco legal orientador, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Federal nº 8.069/90.

Considerando o contexto de Grandes Empreendimentos em 2014 foi previsto a assinatura de 01 termo de cooperação e 01 convênio, todos com o foco implantação do PAIR em regiões impactadas por grandes obras de desenvolvimento, a



saber: 1) no estado do Pará (região do Xingu impactado pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte); 2) em Porto Velho - Rondônia (Região impactada pela construção das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio). Registra-se ainda, que 163 empresas são signatárias do termo.

Neste primeiro semestre, também foi retomada articulação com a Universidade Federal do Pará, parceiro proponente e que já vem desenvolvendo o PAIR no município de Altamira desde 2011. A proposta pretende ampliar o processo de implantação do PAIR para os demais 11 municípios da região (todos impactados pela construção da Usina) e fortalecimento do PAIR no município de Altamira.

Ao término de 2014, apenas esse projeto de implantação do PAIR foi efetivado, por meio de Termo de Execução Descentralizada, com a Universidade Federal do Pará, contemplando os seguintes municípios: Altamira, Anapú, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu.

Quantidade alcançada

73

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar serviços integrados de atendimento inicial a adolescentes em conflito com a lei nas 27 capitais**

Análise Situacional da Meta

Os Núcleos de Atendimento Integrados (NAI) são espaços de integração operacional entre a rede de atendimento aos adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional. A implantação desse centro integrado dá cumprimento ao Inciso V do Artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente. São diretrizes da política de atendimento: Integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um único local, para efeito de agilização do atendimento inicial.

O projeto padrão dos Núcleos de Atendimento Integrado (NAI) foi concluído em setembro/2013 e está disponível para os Estados. Desde 2007 todas as obras financiadas pelo Governo Federal tiveram seus projetos elaborados conforme os padrões arquitetônicos definidos na Resolução nº 119/2006 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2013 e 2014, as 07 obras financiadas com recurso do Governo Federal por meio de convênios foram celebrados à luz da Lei Federal 12.594/2012.

Atualmente estão em fase de adequação para conveniamento em 2015 os projetos dos Estados da Bahia, Santa Catarina, Tocantins e Acre. Estas propostas foram desenvolvidas ao longo de 2013 e 2014, com a busca de terrenos adequados, ajustes dos projetos e orçamentos para pactuação com todos os agentes que atuam nos NAI (Sistema de Justiça, Segurança, Assistência Social e demais políticas intersetoriais, Fóruns e Redes Estaduais de Socioeducação).

O Governo Federal está atuando desde março de 2013 na divulgação e articulação com todos os agentes que atuam da socioeducação dos Estados para pactuação da implantação dos serviços integrados no modelo. A previsão para formalização dos convênios é no decorrer do primeiro semestre de 2015

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Reduzir a taxa de crescimento da internação de adolescentes em conflito com a lei**

Análise Situacional da Meta



No Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, Resolução nº160/2013 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, é indicado como diretriz: “Primazia das medidas socioeducativas em meio aberto”, central para a redução das taxas de internação na socioeducação. As 73 metas que estão divididas nos eixos temáticos: Gestão do SINASE, Qualificação do Atendimento Socioeducativo, Participação e Autonomia dos/as Adolescentes e Fortalecimento do Sistema de Justiça e Segurança Pública.

Os Levantamentos Anuais do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo permitem traçar comparação entre os dados dos anos anteriores e verificar a variação da taxa da internação de adolescentes em atendimento socioeducativo. Segundo os dados, os adolescentes em restrição ou privação de liberdade em âmbito nacional somavam em 2010 um total de 17.703; em 2011 um total de 19.595 e em 2012 o total de 20.535 adolescentes no território nacional. Desta forma, em 2011 verificou-se um aumento de 1.892 adolescentes em relação ao ano de 2010, o que representa crescimento de 10,69% no contexto de restrição e privação de liberdade. Os dados de 2012 demonstram aumento de 940 adolescentes, totalizando 20.535. O percentual de aumento é de 5%, configurando uma queda entre 2011 e 2012 nas taxas de restrição e privação de liberdade.

O Governo Federal está em interlocução permanente com o Sistema de Justiça, instância fundamental para a aplicação da medida socioeducativa em meio aberto. Neste contexto, foi articulada a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente que visa a articular esforços, em âmbito nacional, para a adoção de medidas concretas voltadas a dar efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, com absoluta prioridade. É composta pelos órgãos: Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional de Defensores (CONDEGE), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça (MJ), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério da Saúde (MS).

Ações de sensibilização do Poder Judiciário constam da matriz de ações acordada no âmbito da Carta de Constituição de Estratégias. Entre outras ações que são de responsabilidade de todos os membros da Carta de Estratégias, destacamos as que são de responsabilidade de órgãos do sistema de justiça:

- Estratégia 4.1: Estimular a formação inicial e continuada dos agentes do Sistema de Justiça visando o avanço na garantia dos direitos fundamentais dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, rompendo com a cultura de institucionalização;
- Estratégia 4.2: Fortalecer a estrutura responsável pela garantia da defesa técnica do adolescente autor de ato infracional;
- Estratégia 6.2: Identificar os inquéritos de ações penais por tortura e maus-tratos nas unidades socioeducativas e dar celeridade na conclusão;
- Estratégia 7.1: Realizar esforço concentrado e articulado do sistema de justiça para a reavaliação in loco, pela autoridade judiciária, dos casos de internação provisória e das medidas socioeducativas aplicadas;
- Estratégia 7.3: Mobilizar esforços para que todas as unidades de internação e semiliberdade tenham regimento interno, instituído com observância das normas do SINASE, e das garantias fundamentais dos adolescentes, que dele deverão ter pleno conhecimento;
- Estratégia 7.4: Assegurar que todos os adolescentes que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas tenham um Plano Individualizado de Atendimento – PIA;
- Estratégia 7.6: Constituir ações de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de MSE ou egressos, que favoreçam a sua vinculação com as políticas setoriais na rede.



A aprovação do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, associada às metas da Carta de Constituição de Estratégias, são instrumentos de ação articuladores que poderão interferir diretamente na redução dos índices de internação. Desta forma, somente através da articulação das políticas setoriais (Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo) e dos poderes constituintes do Sistema de Garantia de Direitos (por meio da Carta de Estratégias) é que efetivamente poderemos desenvolver concretamente ações neste sentido, pois a aplicação de medidas socioeducativas necessita desse conjunto de atores articulados para a sua correta aplicação.

OBJETIVO: 0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal priorizou, entre suas ações, programa multidimensional de fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Este programa traz o aprimoramento da estruturação física, da equipagem e da implementação de programas de formação inicial e continuada dos Conselheiros Tutelares.

É prioridade do Governo Federal a criação de Conselhos Tutelares em 100% dos municípios do país, tarefa que está praticamente concluída: dos 5.565 municípios existentes, apenas 13 ainda não possuem Conselho Tutelar. No entanto, também é preciso garantir condições adequadas de funcionamento e infraestrutura para que o trabalho destes órgãos colegiados seja de qualidade e efetividade.

Neste sentido, o Governo Federal tem repassado aos Conselhos Tutelares um conjunto de equipagem contendo: 1 (um) carro, 5 (cinco) computadores, 1 (uma) impressora multifuncional, 1 (um) refrigerador, 1 (um) bebedouro, totalizando investimento de R\$54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais) por Conselho.

A doação dos equipamentos para os Conselhos Tutelares tem amparo na Resolução nº 113 de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros para institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em seu art. 27, a resolução estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os sistemas Municipais, Estaduais e Distrital, tanto de defesa de direitos, quanto de atendimento socioeducativo.

Com o objetivo de realizar a equipagem dos Conselhos de modo eficiente e com celeridade, a SDH/PR centralizou os processos licitatórios de aquisição dos itens a serem doados, obtendo ganhos de escala, economicidade na logística de distribuição e padronização nacional dos equipamentos adquiridos.

O uso de tecnologias sociais tem sido essencial para que a SDH consiga executar o programa de tamanha capilaridade em tão pouco tempo. Para tanto, foi desenvolvido um sistema online, <http://sig.sdh.gov.br/> que permite gerenciar todo o processo de doação e distribuição dos bens adquiridos.



O outro programa priorizado para o fortalecimento dos Conselhos Tutelares é a Escola Nacional de Formação Continuada de Conselheiros de Direitos e Tutelares – Escola de Conselhos, que é de abrangência nacional e tem como objetivo proporcionar a estes atores a formação e o aperfeiçoamento para o exercício de suas funções enquanto defensores de direitos humanos.

As Escolas de Conselhos do Brasil são resultado da Política Nacional, que visa estabelecer programas e ações na área da infância e adolescência que garantam os direitos infanto-juvenis, fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos em todo o país. Nesse sentido, têm sido firmadas parcerias com instituições que tenham o interesse em desenvolver projetos na área de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, formando assim, Núcleos de Formação Continuada de Conselheiros Tutelares e Conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente - Escola de Conselhos.

Ainda como parte dessa política e entendendo a relevância dos Conselhos enquanto órgãos responsáveis pela tarefa imediata de atendimento, foi idealizado o “Conselho Tutelar Referencial - Meu Lugar na Cidade”, projeto de sede para o Conselho Tutelar que visa garantir um espaço seguro, confortável, sustentável e adequado ao atendimento de crianças, adolescentes e seus familiares, reiterando a importância do Conselho enquanto um espaço de ação e articulação do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

O objetivo do Conselho Tutelar é cumprir as diretrizes estabelecidas no artigo 227 da Constituição Brasileira de 1988, que criou um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes em seu artigo 131 da Lei Federal 8069/90. Protagonizando uma nova maneira de assegurar o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA ao provocar melhorias nos serviços públicos oferecidos nas áreas de saúde, educação, cultura e esportes, é de legítima importância que a arquitetura de um Conselho Tutelar Referencial proporcione um espaço de identificação onde crianças e adolescentes possam reconhecê-lo como sendo o seu lugar na cidade.

Este novo modelo de Conselho Tutelar traz consigo um movimento de ressignificação e qualificação da rede de proteção da infância e adolescência, levando em conta os sucessivos estudos realizados sobre a organização dos ambientes, dos fluxos dos usuários, das necessidades dos Conselheiros dentro de um Conselho Tutelar e também pela qualidade da estrutura desta unidade.

Para a execução deste projeto é necessário que a Prefeitura disponibilize um terreno, com área mínima de 320,00 m², e assegure a contrapartida financeira constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal. A meta é alcançar as 27 capitais brasileiras e municípios interessados. Em outubro de 2013, foi enviado ofício do Governo Federal aos municípios. A maior parte manifestou interesse, porém quatro municípios (Macapá/AP, Cuiabá/MT, Campo Alegre/AL e Fortaleza/CE) enviaram todas as documentações necessárias para a formalização de convênio.

A maior conquista do período de 2012 para o Sistema de Garantia de Direitos, entretanto, foi a sanção da Lei Federal nº 12.696/12 pela Presidência da República, que assegura os direitos sociais dos conselheiros tutelares, além de estabelecer parâmetros para o processo unificado de escolha dos mesmos nas cidades, sendo resultado de uma luta histórica de vários



setores da sociedade e representando um avanço histórico no fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Esta lei também modifica as regras para a organização dos Conselhos Tutelares, por meio da alteração dos arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

De acordo com a Lei 12.696/12, o mandato dos Conselheiros Tutelares é ampliado de três para quatro anos, e estes devem receber além da remuneração a ser definida pelo município (sendo o piso o salário-mínimo), licenças maternidade e paternidade, cobertura previdenciária, acesso a férias com acréscimo de um terço no salário e gratificação natalina. Já o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar acontecerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial. A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Atualmente os municípios realizam suas eleições individualmente, adequando-as a sua realidade particular em datas e formatos diversos. Com o objetivo de estabelecer as diretrizes para a transição até o primeiro processo de escolha unificado, o CONANDA expediu em agosto de 2012 a Resolução 152. Diante deste cenário, o Governo Federal por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, instituiu o Grupo de Trabalho Nacional com objetivo de elaborar proposta do processo de escolha unificado em 2015, por meio da Portaria nº 241 de 08 de abril de 2014.

De agosto a setembro de 2014 foi realizada a 1ª Oficina, com 4 turmas, sobre o processo de escolha unificado de 2015- Conselheiros Tutelares. As oficinas tiveram como resultado as proposições de ajustes na Resolução nº 139 do Conanda, aprovada em Assembleia do Conanda em dezembro de 2014 e posteriormente publicada no Diário Oficial em Janeiro de 2015.

Metas 2012-2015

• Aprovar marco legal regulatório das atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares

Análise Situacional da Meta

Desde o segundo semestre de 2012 o Governo Federal vem discutindo, por meio de Grupo de Trabalho constituído para essa finalidade, minuta de projeto de lei que regulará as atribuições e o funcionamento dos Conselhos Tutelares.

Paralelamente a isso foi apresentada e sancionada a Lei Federal nº 12.696, de 25 de julho de 2012, que assegura os direitos sociais dos conselheiros tutelares, além de estabelecer parâmetros para o processo unificado de escolha dos mesmos nas cidades, representando um avanço histórico no fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Pela nova lei, os conselheiros devem receber remuneração (definida pelo município, sendo o piso o salário-mínimo), cobertura previdenciária, ter acesso a férias (com acréscimo de um terço no salário), licenças maternidade e paternidade e gratificação natalina. Além disso, a lei unificou a data para processo de escolha dos Conselheiros Tutelares. Atualmente os municípios realizam suas eleições individualmente, adequando-as a sua realidade particular em datas e formatos diversos. Com o objetivo de estabelecer as diretrizes para a transição até o primeiro processo de escolha unificado, o CONANDA expediu em agosto de 2012 a Resolução 152.

Em 08 de abril de 2014 foi publicada a Portaria nº 241 que institui no âmbito da SDH, o Grupo de Trabalho Nacional sobre o Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares, com o objetivo de realizar estudos e elaborar



proposta de diretrizes e orientações para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

De agosto a setembro de 2014 foi realizada a 1ª Oficina, com 4 turmas, sobre o processo de escolha unificado de 2015-Conselheiros Tutelares.

Esta oficina teve o objetivo de reunir diversos representantes da rede do Sistema de Garantia de Direitos e proporcionar uma discussão produtiva, proporcionando a elaboração de conteúdos que contribuirão para a construção da proposta do Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares 2015.

Foram realizadas 4 oficinas com um total de 122 participantes, nos dias:

1ª Oficina – Turma A 25 e 26/08

1ª Oficina – Turma B 27 e 28/08

1ª Oficina – Turma C 01 e 02/09

1ª Oficina – Turma D 03 e 04/09

As oficinas tiveram como resultado as proposições de ajustes na Resolução nº 139 do CONANDA de acordo a Lei nº 12.696/12, aprovada em Assembleia do CONANDA em dezembro de 2014 e, posteriormente, publicada no Diário Oficial em Janeiro de 2015.

Adicionalmente, durante as oficinas foi realizado amplo debate acerca das atribuições e funcionamento do Conselho Tutelar nos municípios. Entretanto, devido à importância e dos vários temas e pontos sensíveis que envolvem a questão ficou deliberado que no primeiro semestre de 2015 será retomada a questão.

Em relação ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, em setembro de 2014 foi realizada a 1ª Oficina para a construção do mapeamento e fluxos do Conselho Tutelar, em parceria com Associação Brasileira de Magistrados e Procuradores da infância e Juventude (ABMP) e com a Fundação Vale, contando com a participação de um conselheiro por estado. Os resultados dessa reunião estão em processo de finalização e deverão ser apresentados no primeiro trimestre de 2015 para pactuação junto ao CONANDA.

• Equipar 100% dos Conselhos Tutelares dos 1.000 municípios com menos IDI e IDH, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, com sede, computador, telefone e meio de transporte
Análise Situacional da Meta

Até 31 de dezembro de 2014, dos 4.257 municípios cadastrados no SIG/SDH/PR, 1.837 municípios foram contemplados com 2.165 Conjuntos de Equipagem, sendo 863 municípios das regiões Norte (N), Nordeste (NE) e Centro-Oeste (CO), correspondente a 86,30% de cumprimento da meta.

Em razão ao grande número de conselhos equipados por meio de emendas parlamentares, a distribuição espacial com



foco no atendimento às regiões N, NE e CO foi ampliada para todos os 26 estados brasileiros e Distrito Federal.

Os critérios estabelecidos foram:

- Capitais, considerando a concentração de denúncias no disque 100;
- Municípios contemplados por meio de Emendas Parlamentares;
- PAIR
- Municípios da Região do Xingu – PA (PAC ENERGIA)

Quantidade alcançada

863

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar Conselho Tutelar referencial em municípios com mais de 300 mil habitantes, com padrão arquitetônico e de atendimento, equipagem e integração ao SIPIA CT, aos canais de denúncia nacional e locais, bem como aos Centros de Referência em Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

Em outubro de 2013 foi disponibilizada toda a documentação necessária para a formalização dos convênios com os municípios para a Construção dos Conselhos Tutelares Referencias.

Inicialmente foram escolhidos 40 municípios para a construção do Conselho Tutelar Referencial, sendo as 26 capitais e o Distrito Federais e 13 municípios com mais de 300.000 habitantes.

Com o objetivo de viabilizar e gerar condição de execução deste projeto, foram disponibilizados os projetos arquitetônicos aos municípios que serão financiados por meio de convênio.

Ao longo de 2014 04 (quatro) municípios conseguiram encaminhar a documentação pertinente e foram formalizados 03 (três). São eles: Macapá/AP; Fortaleza/CE; Campo Alegre/AL. Cuiabá/MT deverá formalizar em 2015.

Cabe ressaltar que foi disponibilizado projeto arquitetônico para o estado do Paraná, Distrito Federal e Fundação Vale.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas, com modalidade presencial integrada aos programas de ensino à distância**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 existiam escolas em 15 Estados (AC, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MG, PB, PE, RO, RN, RS, SC e TO), totalizando em 7.500 alunos participando da formação, sendo que os estados do PA e SE tiveram os convênios encerrados em junho de 2012.



Em novembro de 2012 foi realizado em Brasília o IV Encontro Nacional das Escolas de Formação Continuada de Conselheiros Tutelares e de Conselheiros dos Direitos, evento em que foi apresentada Proposta de Matriz curricular para os representantes das Escolas. As propostas oriundas das discussões deste encontro somaram-se, posteriormente, aos subsídios coletados em Workshop realizado com as equipes da SDH/PR e representantes do CONANDA para aprofundar a proposta da Matriz Curricular e apontar as tendências pedagógicas para as formações de Conselheiros Tutelares e dos Direitos.

No decorrer de 2013 percorreram-se algumas etapas desde o levantamento das características, ações e boas práticas das Escolas conveniadas, passando pela construção do Projeto Político Pedagógico para a Escola Nacional de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares, pela elaboração de uma proposta metodológica de ensino, pelo planejamento do chamado kit pedagógico para professores e alunos, com os conteúdos e exercícios de aprendizagem para cada um dos módulos da formação e, por fim, pela definição de proposta para a avaliação dos conteúdos e da metodologia dos alunos e do corpo docente. Por meio dessas atividades foram alcançados os seguintes resultados:

- 1.Desenvolvimento e Aprovação da Matriz Curricular de Conteúdos;
- 2.Cadernos Pedagógicos: caderno de estudos;
- 3.Construção de proposta metodológica envolvendo aspectos práticos como Modalidade do curso: híbrido (presencial com carga horária para atividades a distância);Carga horária: 200 horas (160 horas de ensino presencial e 40 de EAD);Divisão de turmas: desejável de 40 alunos por turma; Técnicas de ensino;
- 4.Monitoramento e Avaliação; Metodologia de ensino-aprendizagem de Educação a Distância;
- 5.Criação da Portaria que institui o Grupo Gestor Nacional da Escola Nacional de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares: A portaria nº 912, publicada no DOU, em 26 de julho de 2013, instituindo o Grupo Gestor Nacional, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, tem a finalidade de implementar a política nacional de formação continuada de conselheiros dos direitos e conselheiros tutelares, além de fortalecer e valorizar sua atuação.

Em fevereiro de 2014 foi realizado 5º Encontro Nacional das Escolas de Conselhos - ENEC na cidade de Recife-PE. O encontro foi uma iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que contou com a co-execução da Escola de Conselhos de Pernambuco/Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

O V ENEC objetivou partilhar experiências, situações e aprendizagens no contexto do fazer político das Escolas de Conselho e avançar na consolidação da Política Pública de formação continuada de conselheiros.

No decorrer de 2014 alcançou-se 18 Escolas implantadas, nas seguintes UF's: AC, AL, AM, BA, DF, ES, GO, MG, PA, PB, PE, RO, RS, SC, SE, TO, AP e CE.

Em 31 de dezembro de 2014 chegamos a 12 escolas em funcionamento no Brasil nos estados de AL, AP, BA, CE, ES, MG, PA, PE, RO, SC, SE e TO.



É necessário esclarecer que a implantação das Escolas de Conselhos é operacionalizada por meio de Convênios, com prazo determinado, ficando alguns estados “em descoberto” o que ocorreu com os convênios do DF, AC, AM, GO, PB, e RS que foram encerrados ao longo de 2014.

Entendendo a importância das Agendas Transversais de Políticas, que no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM apresenta entre suas diversas ações a “Promoção de medidas educacionais no âmbito escolar e universitário para o enfrentamento de todas as formas de violência, discriminação e preconceito contra as mulheres considerando as diversas dimensões” e “Formação continuada de profissionais da educação da rede pública e da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, orientada aos direitos humanos”, cria-se uma perspectiva de aproximação da Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Políticas para Mulheres. O intuito é proporcionar uma articulação que possibilite a discussão do tema frente à matriz pedagógica das Escolas de Conselho. Processo este que ficou prejudicado em 2014 pelas agendas já construídas e pelo processo eleitoral. No entanto, este ponto será priorizado ao longo de 2015.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2014

• **Parametrizar e aprovar no CONANDA fluxos de atendimento e monitoramento para os conselhos tutelares**

Análise Situacional da Meta

Ao final de 2013 avaliou-se a necessidade de discutir com mais atores do Sistema de Garantia de Direitos o fluxo para apresentar ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

Em abril deste ano foi realizada reunião entre a SDH, a Fundação Vale e a Associação Brasileira de Magistrados e Procuradores da infância e Juventude - ABMP sobre a necessidade de elaboração de fluxos do conselho tutelar. Desta reunião ficou acordado que seriam realizadas oficinas com participação dos representantes de conselheiros para discussão e elaboração deste fluxo.

Em setembro de 2014 foi realizada a “1ª Oficina para a construção do mapeamento dos fluxos de um conselho tutelar para a construção do mapeamento e fluxos do Conselho Tutelar”, em parceria com ABMP e com a Fundação Vale, contando com a participação de um conselheiro por estado. Os resultados dessa reunião estão em processo de finalização e deverão ser apresentado no primeiro trimestre de 2015 para pactuação junto ao CONANDA.

Paralelamente, no âmbito da Agenda de Convergência, foram discutidos planos, estratégias e fluxos de atendimento de crianças e adolescentes durante a realização de megaeventos com toda a Rede do Sistema de Garantia, inclusive do Conselho tutelar.

• **Universalizar os Conselhos Tutelares, estendendo-os a todos os municípios**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal realizou em 2012 o Cadastro Nacional dos Conselhos Tutelares. Além de sistematizar informações que auxiliassem na elaboração de políticas públicas que fortalecessem o Sistema de Garantia de Direitos - SGD, o cadastro teve como objetivos:

- 1) Mapear e quantificar os Conselhos Tutelares do país, consolidando a primeira base de dados universal e detalhada sobre eles;



2) Cadastrar todos os Conselhos Tutelares, registrando informações de contato (endereço, telefone, e-mail, horário de funcionamento, etc.) que permitam uma integração horizontal que os consolide como rede e uma articulação vertical que os aproxime de outras instâncias do SGD, integrando-os aos outros atores municipais, estaduais, distritais e federais;

3) Avaliar a infraestrutura e a consolidação institucional dos conselhos de forma a melhor entender suas necessidades, permitindo a elaboração de políticas públicas com elas alinhadas e a elas aderentes;

4) Identificar os municípios que não têm Conselho Tutelar, registrando os contatos de seus prefeitos e prefeitas, de modo a permitir uma ação direta que visa a universalização da rede. O cadastro teve a sua versão final disponibilizada em 29 de agosto de 2013 e encontra-se no site da SDH: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/cadastro-nacional-dos-conselhos-tutelares-2>.

5) Realizar reunião com o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP para ação articulada em conjunto ao Ministério Público dos Estados, para que esses atuem junto a municípios que ainda não criaram Conselho tutelar.

Estas reuniões já foram realizadas no início de 2014. Ficou acordado que o Ministério Público enviará uma comunicação a todas as comarcas para que sejam criados os Conselhos Tutelares, o que deverá acontecer até o Processo de Escolha Unificado 2015.

Em dezembro de 2014 eram 5.557 municípios com conselhos tutelares em funcionamento e apenas 13 municípios sem CT, o que corresponde a 99,77% de atendimento. Atualmente, existem 5.949 Conselhos Tutelares em funcionamento no país.

Quantidade alcançada

5.557

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal vem apoiando ações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. Todas as discussões dos marcos legais e planos nacionais são submetidas à avaliação e contribuições do colegiado. Também nessa linha, investe-se significativamente no fortalecimento do SIPIA - Sistema de Informações para a Infância e Adolescência, importante instrumento de indução de políticas públicas de criança e adolescente. A articulação com estados e municípios é fundamental tanto para a implantação do SIPIA, tendo em vista serem essas unidades federativas as principais responsáveis pela alimentação do Sistema, quanto para a implantação de conselhos de direitos.



A Lei Nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, criou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, de caráter deliberativo, que tem como missão a elaboração de normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, a avaliação da política estadual e municipal e a atuação dos Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente, o apoio à promoção de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação dos mesmos e a gestão do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA, incluindo o estabelecimento dos critérios para sua utilização.

O CONANDA no período de 2012-2014 aprovou importantes resoluções no sentido de garantir, promover e proteger os direitos da população infanto-juvenil brasileira. Destacam-se as que se referem: a) às diretrizes de transição para o primeiro processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar que ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a partir da vigência da Lei nº 12.696/2012 (Resolução N.º 152, de 09 de agosto de 2012); b) à recomendação de medidas de proteção das crianças e adolescentes no período preparatório e durante a Copa das Confederações FIFA 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014, Olimpíadas 2016 e aos eventos relacionados que serão realizados no Brasil (Resolução N.º 156, de 14 de março de 2013); c) à aprovação do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Resolução N.º 160, de 18 de novembro de 2013); d) aos parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (Resolução n.º 161, de 04 de dezembro de 2013); e) à aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (Resolução N.º 162, de 28 de janeiro de 2014); f) à abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente (Resolução N.º 163, de 13 de março de 2014); g) ao registro e à fiscalização das entidades sem fins lucrativos e inscrição dos programas não governamentais e governamentais que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional (Resolução N.º 164, de 09 de abril de 2014); h) à realização da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Resolução N.º 166, de 05 de junho de 2014); i) ao processo eleitoral de entidades da sociedade civil organizada para compor o CONANDA no biênio 2015-2016 (Resolução N.º 167, de 13 de agosto de 2014); j) à proteção dos direitos de crianças e adolescentes em atendimento por órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos, em conformidade com a política nacional de atendimento da criança e do adolescente (Resolução N.º 169, de 13 de novembro de 2014) e k) à alteração da Resolução nº 139, de 17 de março de 2010 para dispor sobre o processo de escolha em data, unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar (Resolução Nº 170, de 10 de dezembro de 2014).

Entre as ações recentes do CONANDA estão também a articulação permanente com o Congresso Nacional visando ao enfrentamento das iniciativas de redução da idade penal e aumento do tempo da medida socioeducativa de internação, a agenda de acompanhamento dos sistemas socioeducativos nos estados, os Encontros de Articulação com os Conselhos Estaduais, a realização da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a qual contou com expressiva participação de crianças e adolescentes, a preparação da 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, prevista para ser realizada de 7 a 9 de dezembro de 2015 e a participação na Agenda de Convergência para a Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente e na Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, com desenvolvimento de ações articuladas e estruturantes para a proteção dos direitos de crianças e adolescentes durante a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de 2014.

O cadastro dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente é outra ação que merece destaque. Por força de



alteração legal (Lei 12.594/2012) incidente no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990) e inserida na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.131, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH passou a ter a obrigação de informar anualmente à Receita Federal a relação atualizada dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais, com a indicação dos respectivos números de inscrição no CNPJ e das contas bancárias específicas mantidas em instituições financeiras públicas, destinadas exclusivamente a gerir os recursos dos Fundos.

No intuito de atender a essa determinação legal e respeitando a autonomia federativa de estados e municípios, a SDH disponibilizou em seu sítio eletrônico um formulário para que os governos e conselhos de direitos estaduais, distrital e municipais fizessem o cadastro de seus respectivos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, informando, entre outros dados, aqueles necessários ao envio para a Receita Federal do Brasil, para fins de dedução no imposto de renda da pessoa física e jurídica. No período de 2013-2014, foram encaminhadas à Receita Federal três listagens, a primeira foi enviada em março de 2013, a segunda em outubro de 2013 e a terceira em janeiro de 2014.

Em relação ao Imposto de Renda Exercício 2014 – ano-calendário 2013, de acordo com o ofício nº 161/2014-RFB/CODAC/CODAR, de 24 de julho de 2014, foram apuradas 25.652 (vinte e cinco mil seiscentas e cinquenta e duas) doações, totalizando R\$ 22.627.794,11 (vinte e dois milhões, seiscentos e vinte e sete mil, setecentos e noventa e quatro reais e onze centavos). Do total arrecadado, R\$ 21.183.131,98 (vinte e um milhões, cento e oitenta e três mil, cento e trinta e um reais e noventa e oito centavos) serão repassados aos fundos estaduais e municipais e R\$ 589.864,16 (quinhentos e oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos) ao Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Cabe ressaltar que a SDH/PR não possui expertise em questões de matéria tributária, é a Secretaria da Receita Federal do Brasil que faz a avaliação final de quais fundos estão ou não aptos a receberem doações. A veracidade das informações constantes no cadastro é de inteira responsabilidade dos órgãos responsáveis pela administração das contas dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente distrital, estaduais e municipais.

Em 2014, foi aberto novo prazo para cadastramento dos fundos de direitos da criança e do adolescente. A ação durou 60 dias e seu balanço foi extremamente positivo, com um aumento de 63% dos fundos cadastrados com situação regular de CNPJ: aumentou de 996 para 1628 fundos. No ano anterior do cadastro, esse aumento foi de 40% (de 708 fundos para 996). Dos 1628 fundos cadastrados em situação regular de CNPJ, 1606 são fundos municipais, 21 são estaduais e um é fundo nacional.

Fundos Cadastrados segundo as normas da Receita Federal:

Ano-base 2012: 706

Ano-base 2013: 996

Ano-base 2014: 1.628

No tocante ao FNCA, o CONANDA anualmente dispõe sobre o plano de aplicação do fundo e realiza Chamamento Público para os procedimentos de transferência voluntária de recursos.

Cabe ressaltar que o FNCA tem como receita: a) doações, integralmente deduzidas do imposto de renda, por pessoas físicas e jurídicas; b) recursos destinados ao Fundo Nacional, consignados no orçamento da União; c) contribuições dos governos e organismos estrangeiros e internacionais; d) resultado de aplicações do governo e organismos estrangeiros e internacionais; e) resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente; f) outros recursos que lhe forem destinados.



Em 2012 a execução orçamentária do FNCA alcançou 58% do valor disponibilizado (não inclui emendas não liberadas e valores contingenciados), em 2013, 71% e em 2014, 69%.

Para estudar e propor mecanismos de aprimoramento e agilização da execução dos recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, foi instituído um Grupo de Trabalho no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (Portaria N.º 624, de 9 de outubro de 2014). O GT tem 180 dias para concluir seus trabalhos e é composto por representantes do CONANDA e da Secretaria de Direitos Humanos.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco legal do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados (PPCAAM)**

Análise Situacional da Meta

Atualmente a aprovação do marco legal do PPCAAM atrela-se à aprovação do marco legal do SNPPA - Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas. Após reuniões de apresentação do anteprojeto de lei aos parceiros do governo e sociedade civil, que apresentaram diversas contribuições, a Secretaria de Direitos Humanos - SDH está compilando todas as propostas de alteração. O anteprojeto de lei foi apresentado em reuniões de grupos de trabalho que envolveu a participação de representantes da sociedade civil (entidades executoras dos programas de proteção) e dos conselhos deliberativos dos programas e das secretarias gestoras governamentais (convenientes dos programas de proteção). Em 2014 foi retomada a discussão da PL n.º 5.234/2005 do PPCAAM, cuja última tramitação ocorreu em 27 de maio de 2005 na mesa diretora da Câmara dos Deputados.

- **Aprovar marco legal para instituição do Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE)**

Análise Situacional da Meta

A meta foi cumprida com a aprovação da Lei Federal 12.594/2012, em 18 de janeiro de 2012, a qual determina, entre outras questões, que cabe à Secretaria de Direitos Humanos - SDH a Coordenação Nacional do SINASE.

- **Aprovar marco legal que agilize o repasse de recursos do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente - FNCA - para Estados e Municípios para implementação de políticas de proteção, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente.**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Direitos Humanos - SDH realizou estudo da legislação que rege tanto o repasse fundo a fundo quanto o repasse direto de recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA para Estados e Municípios, no intuito de avaliar a viabilidade de adequar a legislação à sua realidade específica. Uma minuta de legislação específica para o FNCA se encontra sob a análise jurídica da Casa Civil. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA também aprecia a proposta.

Em 2014, foi instituído Grupo de Trabalho, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com a finalidade de estudar e propor mecanismos para aprimorar e agilizar a execução dos recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (Portaria N.º 624, de 9 de outubro de 2014). O GT tem 180 dias para concluir seus trabalhos e é composto por representantes do CONANDA, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da SDH/PR, da Secretaria Executiva da SDH/PR e da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos da SDH/PR.

- **Aprovar marco legal sobre proibição de castigos corporais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, a Secretaria de Direitos Humanos – SDH acompanhou junto à Câmara dos Deputados a tramitação do Projeto de Lei n.º 7.672/2010, em articulação com a Rede Nacional Não Bata, Eduque. A rede é composta por organizações não governamentais de promoção e proteção dos direitos da Criança e do Adolescente.



Em 2013 a SDH aprovou, em parceria com o Instituto Noos, 3 importantes publicações de disseminação de práticas não violentas para contribuir na educação de crianças e adolescentes, são elas: Vídeo “De Olho no Mundo”, cartilhas “Pelo fim dos castigos corporais e tratamento cruel degradante” e “Rodas de Diálogo sobre Educação Positiva”.

Em junho de 2014 foi aprovada a Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, que alterou a Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, ficou conhecida como Lei Menino Bernardo.

Com a aprovação da Lei Menino Bernardo, a SDH/PR no 1º semestre de 2014 iniciou discussões com foco na criação de um grupo de trabalho para pensar estratégias de ação voltadas para a implantação/implementação da referida lei em todo o território nacional. Ainda não foi possível a criação do grupo, mas serão realizadas reuniões bilaterais com os principais órgãos citados na Lei Menino Bernardo, como MDS, MEC e MS.

Ainda em 2014, a SDH/PR, por meio do PRODOC Projeto BRA/13/017, contratou consultor para desenvolver um fluxo de atendimento, dentro de cada área de atuação, às famílias cujas crianças ou adolescentes sofreram castigo físico e/ou tratamento cruel ou degradante, com previsão de finalização dos produtos em 2015.

No final de 2014 foi lançado edital para contratação de consultoria para desenvolvimento de conteúdos de campanhas de divulgação do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes, da Lei Menino Bernardo, com contratação prevista para início de 2015.

• **Aprovar no CONANDA o Plano Nacional Decenal do Sistema Socioeducativo e as Normas Nacionais de Referência de Atendimento Socioeducativo**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo teve a versão preliminar distribuída e debatida no primeiro semestre de 2013, com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente - CONANDA, com o Fórum de Dirigentes Estaduais dos Sistemas Socioeducativos, com o Fórum Nacional da Justiça Juvenil e com a Comissão Intersetorial de Implementação do SINASE. A partir destas e outras contribuições, o texto foi submetido à consulta pública em junho/13 e foi apresentado ao CONANDA para avaliação final e publicização, com aprovação em novembro de 2013. Os outros documentos de normatização seguem o mesmo caminho de consultas, exceto a consulta pública, por entendermos que a base conceitual já está colocada no Plano Nacional e estes documentos técnicos deverão seguir as diretrizes postas.

O Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo foi aprovado no CONANDA, por meio da Resolução nº 160/2013, tornando-se norma de referência no que se refere a aplicação das Medidas Socioeducativas pelos próximos 10 anos. A partir de 19 de novembro de 2013 os Estados e Distrito Federal terão um ano para elaboração dos seus Planos Estaduais/Distrital. Ao longo do ano de 2014, foram realizados 49 seminários nos estados com 1.832 participações, para a apresentação do Plano Nacional e assessoria técnica para elaboração dos planos estaduais, considerando a Lei 12.594/2012, que estipula 360 dias após a publicação do documento nacional a apresentação do Plano Estadual.

As normativas complementares previstas (parâmetros arquitetônicos, socioeducativos, gestão e segurança), estão com



os textos base em fase final de sistematização para apresentação ao CONANDA.

As Normas de Referência do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo estão nas seguintes fases:

1. O Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo foi aprovado pelo CONANDA, em resolução nº 160 publicada no Diário Oficial em 19/11/2013;
2. As Normas de Referência Socioeducativas estão em fase de elaboração do sumário executivo e composição do grupo de trabalho interministerial, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2015;
3. As Normas de Referência Arquitetônicas em fase de ajustes após avaliação, do produto final, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2015;
4. As Normas de Referência para Segurança em fase de avaliação do produto final, com previsão de publicação no primeiro semestre de 2015;
5. As Normas de Referência de Gestão foram apresentadas a Comissão Intersetorial de acompanhamento do SINASE e estão em fase de ajustes finais, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2015.

• **Aprovar no CONANDA o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Letal de Crianças e Adolescentes**

Análise Situacional da Meta

Em 11.09.13 o Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens – PRVL foi apresentado e discutido no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA por ocasião da 221ª assembleia ordinária. Deliberou-se no sentido de tornar a temática da letalidade pauta permanente na Comissão de Políticas Públicas, pela relevância do tema e pelos números crescentes de projeção de homicídios. Em 2014, por meio do PRODOC BRA 13/017 – “Proteção Integral dos Direitos de Crianças e Adolescentes Fortalecida”) foi contratado consultor técnico especializado, responsável por prestar apoio para a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Letal e esta temática foi inserida na matriz 2 da Carta de Constituição de estratégias.

• **Aprovar no CONANDA o seu Plano Nacional de Comunicação**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foi realizado processo seletivo para contratação de consultoria especializada para elaborar a proposta do Plano de Comunicação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, de forma a orientar as ações de promoção, apoio e articulação previstas nas competências institucionais do Conselho, alinhadas à política nacional e ao Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. A consultoria teve início em fevereiro de 2014 e terá como produtos:

1. Relatório contendo experiências exitosas de comunicação institucional;
2. Sumário expandido contendo os itens e propostas de conteúdos a serem desenvolvidos com vista à construção do Plano de Comunicação do CONANDA;
3. Documento técnico contendo proposta de Plano de Comunicação do CONANDA.

O primeiro produto foi entregue e aprovado pela SDH e pelo CONANDA em junho de 2014. A entrega do segundo produto estava prevista para setembro de 2014 e a conclusão da consultoria, para fevereiro de 2015. Entretanto não foi possível cumprir esse cronograma, uma vez que no decorrer da consultoria houve diversas dificuldades de ordem técnica, conceitual, de interlocução e de cumprimento das atividades pactuadas, resultando na rescisão contratual. O processo para contratação de nova consultoria foi iniciado em novembro de 2014.



• **Constituir fórum intergovernamental da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**

Análise Situacional da Meta

Em outubro de 2012 foi firmada a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente. Trata-se de documento intergovernamental que foi assinado pelos órgãos de seu Comitê Gestor Nacional, composto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça (MJ), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério da Saúde (MS).

O documento apoia-se em quatro eixos estratégicos: Defesa da Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes, Enfrentamento da Violência Sexual e outras violências contra Crianças e Adolescentes, Aperfeiçoamento do Sistema Socioeducativo e Erradicação do Trabalho Infantil.

Para a consecução dos objetivos estabelecidos nesta Carta, os órgãos envolvidos se comprometem a formar Comitê Interinstitucional permanente, coordenado de forma conjunta, articulada, contínua e permanente, com o objetivo de desenvolver e acompanhar as ações pactuadas nesta Carta, exercendo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República a função de Secretaria-Executiva. Já foram elaboradas matrizes de ações nesses quatro eixos estratégicos, cuja implementação deve ter início em 2014.

No primeiro semestre de 2014 foram realizadas 5 reuniões com o Comitê Nacional para monitoramento das Matrizes da Carta de Estratégia, bem como reuniões de fortalecimento com membros em específico. A Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, também realizou reuniões específicas de monitoramento.

• **Implantar a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, conforme item 4 da Resolução nº 7/29 do Conselho de Direitos Humanos da ONU**

Análise Situacional da Meta

O Disque 100 é o principal canal de comunicação da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, um serviço de atendimento telefônico gratuito, que funciona 24 horas por dia, nos 7 dias da semana. O serviço do disque denúncia já fez mais de 2 milhões de atendimento no País: exploração e abuso sexual, violência física e psicológica e negligência. As denúncias recebidas são analisadas, tratadas e encaminhadas aos órgãos competentes. Nesse contexto, o Disque 100 já cumpre função de ouvidoria de crianças e adolescentes, sendo desnecessária ouvidoria específica, pois consegue mapear denúncias específicas relativas a crianças e adolescentes. Em 2013, São Paulo foi o estado que mais denunciou, 17.990 casos, o que corresponde a 14,5% do total de denúncias neste ano. O tipo de violação mais comumente denunciada é negligência, representando 73,47%. A negligência em amparo e responsabilização foi sinalizada em 89,7% dos casos. No ano de 2013, 47,63% das vítimas eram do sexo feminino e 20,08% tinham entre 8 e 11 anos. Entre os anos de 2011 e 2012, houve um aumento de 58,35% no número de denúncias. Já entre os anos de 2012 e 2013, registrou-se um decréscimo de 4,58% no total de denúncias. As denúncias de violência sexual aumentaram 6,03% entre 2011 e 2012, mas reduziram em 15,62% de 2013 para 2014. No entanto, é importante ressaltar que ainda está em desenvolvimento o hábito de acionar o Disque 100 em casos de violações de direitos humanos.

Em números absolutos, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais concentraram em 2014 os maiores quantitativos de denúncias relacionadas à violação de direitos de crianças e adolescentes. Em contrapartida, as menores demandas referem-se aos estados de Roraima, Amapá e Tocantins.

Cada denúncia efetuada no Disque 100 pode conter o registro de mais de uma violação. Nesse contexto, nas 91.342



denúncias recebidas em 2014 referentes a crianças e adolescentes foram contabilizadas 182.326 violações, sendo as mais recorrentes as situações de negligência, violência física, psicológica e sexual.

De acordo com os dados do Disque 100, a negligência, que inclui abandono e falta de cuidados com alimentação e saúde, foi relatada em 74,26% das denúncias recebidas entre janeiro e dezembro de 2014, no módulo criança e adolescente. No total, os casos de negligência denunciados no Disque 100 chegaram a 67.831 nesse período.

A violência psicológica - em que crianças e adolescentes sofrem, por exemplo, ameaças e são submetidos a situações de humilhação e hostilização - estava presente em quase 50% das denúncias, somando 44.752 registros no ano passado. Os casos de violência física denunciados no Disque 100 totalizaram 39.164 e representaram 42,88% das demandas de 2014. A violência sexual foi relatada em 25% das denúncias, somando 22.840 casos.

• **Implantar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA CT) em municípios com mais de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

O SIPIA CT Web possui registros de uso do sistema em 788 municípios, sendo que 146 desses municípios possuem mais de 100 mil habitantes, (dentre 299 municípios apontados com mais de 100 mil habitantes pelo IBGE). No segundo semestre de 2014, após o último monitoramento realizado, o sistema apontou mais 40 municípios brasileiros utilizando o sistema.

Cabe ressaltar que todos os conselhos tutelares, equipados com recursos do Governo Federal, assinam um termo de compromisso de utilização do SIPIA CT Web; compromisso esse reforçado por um ofício enviado aos municípios já contemplados, mas que ainda não utilizam o sistema efetivamente, aumentando a procura, por parte dos municípios, por uma capacitação para o efetivo uso do sistema.

Para alcançar a referida meta, foram ainda contratados 13 consultores e que já ministraram mais de 50 oficinas para municípios usuários do SIPIA CT Web.

Quantidade alcançada

146

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) em 100% das Unidades da Federação que operam o programa**

Análise Situacional da Meta

O SIPIA é um instrumento tecnológico, projetado para permitir a automação de um conjunto de procedimentos gerenciais e executivos do PPCAAM em nível nacional, que devem oferecer agilidade, padronização nos registros, no trânsito/fluxo e na sistematização de informações relativas ao Programa. O software está pronto, em fase de liberação do certificado digital. As tratativas estão sendo realizadas pela CITI diretamente com o SERPRO, em fase final para disponibilização às Unidades Federativas que executam o PPCAAM. O processo de contratação do consultor que promoverá as formações às equipes já foi realizado, aguardando apenas análise do PNUD para o prosseguimento das ações.

Em 2014, foi criado um Grupo de Trabalho de Segurança para elaborar matriz de indicadores de avaliação e monitoramento, a partir de metas nacionais de ação e da trajetória dos componentes do grupo, formados por representante da Coordenação-geral do PPCAAM, dos programas estaduais (PR; ES; DF; RJ; BA e RS) e o Núcleo Técnico Federal.

**Quantidade alcançada**

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) nos programas de privação de liberdade nas 27 unidades da federação e nos programas em meio aberto nos municípios com mais de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

A Lei Federal nº 12.594/2012 preconiza o repasse de informações ao sistema nacional de informações sobre o socioeducativo por todas as Unidades da Federação que operam o SINASE. Existem 08 estados que utilizam sistemas próprios de gestão da informação e repassarão os dados, periodicamente, para a base nacional. Continua em andamento o processo de integração e interoperação entre os sistemas, com previsão de conclusão para 2016. Até 2013, 09 unidades da federação utilizavam o SIPIA SINASE. Após o último monitoramento, que ocorreu no segundo semestre de 2014, o SIPIA SINASE passou a ser utilizado em 12 Unidades da Federação (BA, DF, MT, PA, PB, PE, RN, RO, RS, SC, SE, TO). Por meio da contratação de 04 consultores, espera-se alcançar os 07 estados que ainda não utilizam o sistema, em 2015. Vale ressaltar que o programa de meio aberto, que é executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, utiliza a plataforma do CENSO SUAS para avaliação e monitoramento, o que demanda uma articulação interministerial a fim de que se avancem com os resultados.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar a Reforma Política do CONANDA**

Análise Situacional da Meta

Para aprofundar e discutir a proposta de reforma política do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA foi realizada, no dia 12 de agosto de 2013, em Brasília/DF, uma Oficina de Trabalho. Entre os encaminhamentos, constava a proposta de revisão dos procedimentos institucionais, legais e de fluxos, internos e externos, no intuito de atualizar a estrutura organizacional e regimental do CONANDA, objetivando dotá-lo de ferramental revitalizado para o exercício do seu papel no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e dos desafios impostos pelo cenário atual.

Para colaborar com a revisão e construção dos documentos será disponibilizada pela Secretaria de Direitos Humanos - SDH/Cooperação Internacional (PRODOC 914 – BRZ3010) consultoria especializada, prevista para iniciar-se em agosto de 2014 e que apresentará como produtos:

1. Documento técnico contendo proposta de fluxos administrativos, operacionais e informacionais para a gestão do conhecimento e da informação no âmbito do Conselho, na sua relação com a Secretaria Executiva do CONANDA e com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
2. Documento técnico contendo proposta de Código de Ética do CONANDA;
3. Documento técnico contendo proposta de alteração do Regimento Interno do CONANDA e, se necessário, de outros instrumentos normativos relativos ao Conselho.

Ao final de 2014, a contratação da consultoria não foi efetivada devido à ausência de candidatos o com perfil e a experiência necessários para o desenvolvimento dos trabalhos. Visto se tratar de uma consultoria complexa e de difícil seleção, o Termo de Referência passou por adequações de forma a discriminar de forma mais clara e objetiva os produtos almejados. Espera-se concluir os trabalhos em 2015.



Ressalta-se que concomitante ao processo de contratação da consultoria, foi instituído, no âmbito do CONANDA, Grupo Temático para tratar especificamente do tema da reforma política. Tal GT é composto, de forma paritária, por conselheiros representantes do Poder Executivo Federal e de entidades da sociedade civil organizada. Tendo em vista o processo eleitoral para representação das entidades da sociedade civil no Conanda- gestão 2015-2016, previsto para novembro de 2014, o GT, no primeiro semestre de 2014, se ateve a revisão do processo eleitoral considerando o disposto no Decreto N.º 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social. O debate acerca da reforma política será retomado em 2015, após a nova composição do Conselho.

• **Reduzir o índice de reincidência de adolescentes atendidos por medidas sócio-educativas.**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) pode reduzir o índice de reincidência de adolescentes autores de ato infracional em cumprimento de medidas socioeducativas por meio da transversalidade e intersetorialidade das políticas públicas que atendem a estes adolescentes. Respondendo a esta questão, a Secretaria de Direitos Humanos - SDH elaborou, em articulação com os ministérios implicados com o atendimento aos adolescentes autores de ato infracional e com o Sistema de Justiça, o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, Resolução nº160/2013 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovada em 19/11/2013. O Plano inclui um diagnóstico da situação do SINASE, as diretrizes, os objetivos, as metas, as prioridades e as formas de financiamento e gestão das ações de atendimento socioeducativo. Tal Plano sugere a priorização das medidas em meio aberto, o aumento do número de varas especializadas da infância e juventude e a articulação das políticas setoriais, em especial saúde, educação e assistência social. Sugere ainda a inserção e o acompanhamento dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em cursos de educação profissional e tecnológica, a elaboração de parâmetros para a escolarização e educação profissional no sistema socioeducativo e a adesão de municípios e/ou estados à política nacional de atenção integral à saúde de adolescentes no sistema socioeducativo, além da elaboração de protocolos e fluxos de atendimento para a socioeducação de forma intersetorial.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, sob a coordenação do Ministério da Educação, vem ampliando o número de vagas para o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. O PRONATEC é um programa criado pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, e pode ser executado por diversas instituições, entre elas: o Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC); Institutos Federais e demais instituições vinculadas. Em 2013 foram pactuadas 8.967 vagas entre os Estados para oferecimento de educação profissional a socioeducandos em restrição e privação de liberdade. Em 2014, a pactuação foi ampliada para 9.548 vagas para o primeiro semestre de 2014. Para o segundo semestre a pactuação para as vagas estão acontecendo. Em 23 de Maio de 2014 foi sancionada a Portaria nº 1.082 do Ministério da Saúde que redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI), incluindo-se o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado, que estabelece novos critérios e fluxos para adesão e operacionalização da atenção integral à saúde de adolescentes em situação de privação de liberdade, em unidades de internação, de internação provisória e de semiliberdade.

Para a apuração da reincidência é de fundamental importância a existência de dados confiáveis. Nesse sentido, o preenchimento do Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente, a implementação dos módulos do Sistema de Informações para a Infância e a



Adolescência (SIPIA) em nível nacional, bem como a interoperação das informações entre o SIPIA e os sistemas de informação utilizados pelo Sistema de Justiça, são imprescindíveis. Neste momento ainda não existem dados nacionais consolidados que possam responder se o índice de reincidência vem sendo reduzido ou não, visto que a adesão ao SIPIA SINASE ainda não é completa por parte dos Estados da federação. Para o levantamento de 2014, que é elaborado a partir de dezembro, está previsto o questionamento sobre esta questão considerando que serão avaliados quais dos adolescentes em cumprimento de medida, estão cumprindo pela primeira vez alguma modalidade de medida socioeducativa.

• **Universalizar Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, estendendo-os a todos os municípios**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Direitos Humanos - SDH vem apoiando o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA em suas ações de fortalecimento de conselhos municipais. Segundo Pesquisa de Informações Básicas Municipais/MUNIC 2011, 5.447 municípios possuem Conselhos de Direitos. A SDH iniciou em novembro de 2013 a construção de questionário para identificação dos Conselhos Municipais existentes.

Com o objetivo de elaborar um amplo perfil e posteriormente traçar uma política de fortalecimento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente de todo o país, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) iniciou em novembro de 2014 diagnóstico para identificação dos Conselhos Municipais e a partir de 2015 será discutido junto ao CONANDA o Plano de ação para fortalecimento e universalização dos Conselhos de Direitos.

O cadastro ficará disponível para preenchimento até 28 de fevereiro de 2015.

Quantidade alcançada

5.447

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Por meio desse objetivo busca-se alavancar a efetivação dos direitos fundamentais na infância e adolescência, especialmente por meio de ações de mobilização social, de advocacy e de outras ações estratégicas, de modo a pautar as famílias, a sociedade e a agenda das políticas públicas na perspectiva de fomento a uma cultura de respeito e valorização dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Em 2012, no processo de fortalecimento da participação de adolescentes na formulação das políticas públicas, destacamos a realização da 9ª Conferência Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, que teve como objetivo o debate sobre a Política Nacional e o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual tem entre seus eixos específicos de discussão o protagonismo e participação de crianças e adolescentes.

Em 2013, em virtude da necessidade de uma estratégia mais abrangente de comunicação para a proteção e defesa dos



direitos de crianças e adolescentes, –o Governo Federal realizou a Campanha Nacional pelos Direitos da Criança e do Adolescente que abordará diversos temas relativos aos direitos fundamentais de meninas e meninos, focando na necessidade de proteção, uma prioridade absoluta e compartilhada entre a família, o Estado e a sociedade.

Desde 2012 a Secretaria de Direitos Humanos coordena a Agenda de Convergência para a Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente no contexto dos Megaeventos. É uma ação intersetorial que atua no sentido de prever um conjunto de ações, compromissos e investimentos para a implementação de iniciativas de garantias de direitos da criança e do adolescente, bem como estimular as esferas de governo, ONGs, setor empresarial, universidades a atuarem de forma interinstitucional, articulada e, sempre que possível, integrada.

A assinatura do termo de compromisso garante a adesão dos governos estadual e municipal com a Agenda de Convergência para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes e da População em Situação de Rua no Contexto de Grandes Eventos e o estabelecimento dos Comitês Locais de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Grandes Eventos. A ênfase da ação foi voltada à Copa do Mundo de Futebol, mas objetiva abranger demais eventos de grande porte, como as Olimpíadas 2016, as festas regionais (Carnaval, São João, entre outros). O modelo de cooperação envolvendo as três esferas já foi testado durante a Copa das Confederações 2013 e na Copa do Mundo nas capitais que receberam as partidas do torneio. Todas as 12 cidades-sede da Copa do Mundo já aderiram à iniciativa.

A Agenda de Convergência prevê o funcionamento de um plantão integrado para a proteção de crianças e adolescentes, que é organizado antes, durante e depois dos jogos/eventos. O plantão tem representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Varas da Infância e Juventude e dos Conselhos Tutelares para abordagem de situações de violação de direitos humanos de crianças e adolescentes durante os eventos. Também estão presentes equipes itinerantes, que circulam e abordam os locais de risco de grandes eventos, bem como, um espaço de convivência, para atendimento de crianças e adolescentes em vulnerabilidade e/ou violação de direitos.

No primeiro semestre de 2014 foram realizadas 5 reuniões, sendo 4 de preparação para a Copa do Mundo e uma pós Copa, com os Comitês da Agenda de Convergência Proteja Brasil. No período da Copa foram deslocados servidores da SDH para as 12 cidades-sedes para a composição do Comitê Local e fortalecimento das ações de prevenção ao enfrentamento de violação de direitos de crianças, adolescentes e população em situação de rua.

Embora existam avanços mais recentes no sentido de assegurar, cada vez mais, a participação de adolescentes no processo de formulação das políticas públicas, como no caso das Conferências dos Direitos, entende-se que não se pode circunscrever o seu protagonismo a mecanismos institucionalizados, uma vez que o seu direito à participação transcende as instâncias de representação. Por isso, fomenta-se a criação de Núcleos de Participação Cidadã de Adolescentes – Observatórios de Adolescentes, coletivos com cerca de 20 adolescentes, sediados em escolas ou universidades, que têm por objetivo promover ações de autocuidado e autoproteção entre pares, frente a diferentes tipos de violência. Os núcleos também promovem ações de formação de educadores, instituições, crianças e adolescentes, na expectativa de fomentar sua incidência nos espaços de elaboração, decisão e gestão das políticas públicas dirigidas à promoção, defesa e garantia de seus direitos.



Destacamos algumas disposições legais que foram inseridas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA que reafirmam a previsão constitucional da garantia de “prioridade absoluta”. A nova lei de adoção, sancionada em agosto de 2009 pelo presidente Lula, é um avanço relevante no direito à convivência familiar e comunitária. Com a nova legislação verifica-se mais agilidade nos processos de adoção e uma análise mais criteriosa dos candidatos a adotar uma criança. Também há avanços no que se refere ao enfrentamento dos crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, inclusive quanto a pedofilia pela internet.

A Lei nº 11.525/2010 prevê a inclusão do conteúdo do Estatuto nos currículos escolares do Ensino Fundamental. A ideia é de que os preceitos contidos no ECA sejam transmitidos aos alunos pelos professores nas disciplinas já existentes, não havendo a necessidade da criação de uma nova matéria para tratar desse tema.

Também há expectativa de que o ECA seja alterado pelo Projeto de Lei 659/2011, já aprovado na Câmara dos Deputados, que estabelece prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica; Lei nº 12.594, de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, que se reveste em indicativo do fortalecimento de uma tendência parlamentar de construir e investir em alternativas, que têm demonstrado serem mais efetivas do que a redução da maioridade penal, como atesta a queda das taxas de internação e de reiteração do ato infracional em unidades da federação que vêm efetivando os novos parâmetros previstos na referida Lei; Lei 12.696, de 2012, que institui data unificada em todo território nacional para o processo de escolha dos membros do conselho tutelar; Lei 12.685, de 2012, que instituiu o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação; Lei 12.650, de 2012, que alterou o Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes; Lei 12.415, de 2011, que acrescentou parágrafo único ao ECA, para determinar que alimentos provisórios sejam fixados cautelarmente em favor da criança ou adolescente cujo agressor seja afastado da moradia comum por determinação judicial.

Metas 2012-2015

- **Aumentar o percentual de adoções nacionais de crianças e adolescentes afrodescendentes, soro positivos, com deficiência e/ou grupo de irmãos**

Análise Situacional da Meta

De 2012 a 2014 a SDH/PR apoia a política nacional de adoção por meio de apoio direto e indireto as redes estaduais e nacional de apoio a adoção, tendo em 2012 realizado em parceria com a ONG Aconchego, o 17º ENAPA – Encontro Nacional dos Grupos de Apoio a Adoção.

Em 2013 duas importantes parcerias foram firmadas, sendo a primeira também com a ONG Aconchego para a elaboração de uma Matriz de Formação para os Núcleos de Formação dos Programas de preparação de Adotantes, Adotandos e Apadrinhamento Afetivo. O Convênio encontra-se em execução.

A segunda parceria foi com a ONG AMPARA – Associação Matogrossense de Pesquisas e Apoio à Adoção para a realização do 19º ENAPA que ocorreu em maio de 2014 do qual prevê para realização em abril de 2015 a realização de reunião entre os grupos de apoio a adoção, CNJ, CNMP e SDH/PR para discutir estratégias/ações de incentivo a adoção legal, bem como redução do número de devolução de crianças adotadas e enfrentamento as adoções ilegais.

Quanto ao número de adoções o Cadastro Nacional de Adoção, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça, ainda não gera esse dado, portanto só temos atualizações quando aos números de crianças disponíveis para adoção.



1. Total de Crianças/Adolescentes cadastrados: 5.700
2. Total de Crianças/Adolescentes da Raça Branca: 1.831
3. Total de Crianças/Adolescentes da Raça Negra: 1.047
4. Total de Crianças/Adolescentes da Raça Amarela: 22
5. Total de Crianças/Adolescentes da Raça Parda: 2.777
6. Total de Crianças/Adolescentes da Raça Indígena: 29
7. Total de Crianças/Adolescentes que possuem irmãos: 4.382
8. Total de Crianças/Adolescentes que possuem irmãos cadastrados no CNA: 2.140
9. Total de Crianças/Adolescentes que possuem problemas de saúde: 1.260

• **Construir condições para ampliação do acesso de crianças de 0 a 3 anos a Programas de cuidados à Primeira Infância nos municípios com mais de 300 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foi firmado convênio com Organização Não Governamental - ONG para apoio à Rede Nacional Primeira Infância. A rede, composta por ONG's e órgãos da administração pública federal, atua para criação, ampliação e disseminação de programas e ações voltadas para primeira infância, em especial a divulgação e implementação do Plano Nacional pela Primeira Infância.

Em 2013 a Secretaria de Direitos Humanos – SDH criou o Grupo de Trabalho Primeira Infância, que vem articulando estratégias e ações junto a Rede Nacional Primeira Infância, bem como Ministério da Educação - MEC, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Ministério da Saúde - MS, Secretaria de Política para as Mulheres - SPM, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE, Frente Parlamentar da Primeira Infância, Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN/MJ e UNICEF no intuito de possibilitar, por meio de articulação institucional, a ampliação e melhoria nos serviços voltados para crianças de 0 a 6 anos de idade.

Várias ações foram executadas no exercício de 2013, como a parceria com o DEPEN/MJ na garantia dos direitos de crianças filhas de mães presas intra e extra muros e a participação nos espaços de discussão sobre a primeira infância como no Seminário Nacional sobre o Bebê entre outros.

Recentemente foi aprovada Comissão Especial destinada a proferir ao projeto nº 6.998/2013, do Deputado Osmar Terra e outros, que altera o art. 1º e insere dispositivo sobre a primeira infância na Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. O projeto de lei é uma produção em parceria com a Rede Nacional pela Primeira Infância.

Destaca-se também a existência do Plano Nacional pela Primeira Infância, plano global e integral, incluindo todos os direitos das crianças de 0 a 6 anos de diferentes setores do governo.

A SDH vem apoiando a elaboração dos Planos Municipais e Estaduais, com o objetivo de aplicar localmente os princípios e linhas gerais do Plano Nacional.

Encontra-se em expansão a Política Nacional de Educação Infantil do Ministério da Educação junto aos Municípios.

A Educação Infantil é de responsabilidade dos Municípios nos termos da Lei nº 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Podemos destacar o Programa Nacional de Infraestrutura para a Educação Infantil -



PROINFANTIL, bem como o Programa Brasil Carinhoso.

Em relação à existência de programa de cuidados à primeira infância nos municípios, não existem fontes de dados em que se possa verificar se tem sido ampliado o acesso das crianças aos programas de cuidado à primeira infância.

No primeiro semestre de 2014, no que tange ao projeto nº 6.998/2013, do Deputado Osmar Terra a SDH/PR em articulação com o MDS, MS, MEC, SAE, CONANDA entre outros órgãos trabalham na construção de substitutivo ao proposto no referido PL para apresentação a Comissão responsável. A proposta de substitutivo foi apresentada e aprovado em sua maioria em 10/12/2014, na comissão especial da Câmara dos Deputados.

Será lançado edital para contratação de consultoria para criação do plano operativo do Plano Nacional pela Primeira Infância. O plano operativo servirá de base para a implementação dos planos estaduais e municipais da Primeira Infância, o que contribuirá com a criação ou implementação de serviços necessários voltados para a primeira infância.

• **Desenvolver 03 campanhas anuais em temáticas referentes aos direitos da infância e da adolescência**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o Governo Federal realizou a Campanha Nacional de Carnaval pelo Fim da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes como forma de conscientizar a sociedade sobre a incidência dessa prática em todo o país e apoiou a campanha do Dia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - 18 de maio, que ocorreu simultaneamente em âmbito nacional. As referidas campanhas foram realizadas também no exercício de 2013 e no primeiro semestre de 2014.

As principais campanhas são:

•O carnaval - período festivo em que práticas de violência sexual contra crianças e adolescentes aumentam. Nessa época há uma divulgação do Disque 100 e do endereço eletrônico do Disque 100 (www.disque100.gov.br), que recebe denúncias de pornografia na Internet, incentivando a população a denunciar casos de violência;

•Campanha do 18 de maio - que é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes;

A Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Carnaval 2012 foi a sétima edição organizada pelo Governo Federal. Levantamentos revelam que, era comum cair o número de ligações para o Disque 100 com denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes durante o carnaval. A fim de mudar este cenário, em 2006, a SDH começou a realizar campanhas de enfrentamento da exploração sexual antes, durante e depois do carnaval. As atividades realizadas vão desde a sensibilização no foco na prevenção até a divulgação dos canais de denúncia: Disque Direitos Humanos (100) e Conselho Tutelar. A campanha também tem como finalidade promover uma integração entre a campanha nacional e outras campanhas já realizadas no período de Carnaval nos estados e municípios, visando uma maior mobilização.

Para o carnaval de 2012, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), com o apoio da



Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, lançou a campanha “Liga da Proteção – Proteja nossas crianças e adolescentes. Violência sexual é crime. Denuncie”, com o objetivo de mobilização e sensibilização de massa. A campanha esteve presente em 19 capitais brasileiras, a saber: Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

Em 2013, a campanha intitulada “Não desvie o olhar. Fique atento. Denuncie. Proteja nossas crianças e adolescentes da violência” contou com filmes em televisão, spots de rádio e materiais impressos de divulgação. A proposta estabelecida foi a de que essa campanha se convertesse em uma campanha permanente, e que viesse a se relacionar com os mais diversos aspectos da promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes (e suas violações), ocorrendo em diferentes datas do ano.

Em 2014 ocorreu a reedição da campanha “Não desvie o olhar. Fique atento. Denuncie. Proteja nossas crianças e adolescentes da violência”, o foco foi o Carnaval, 18 de maio e a Copa do Mundo, consolidando a proposta com uma campanha permanente de proteção aos direitos de crianças e adolescentes no Brasil.

A campanha em referência ao dia 18 de maio é uma ação permanente do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Durante a semana do 18 de maio, diversas atividades e ações de mobilização são realizadas em todo o país. O slogan “Faça Bonito. Proteja nossas crianças” quer chamar a sociedade para assumir a responsabilidade de prevenir, enfrentar e, assim, eliminar os casos de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.

Destacamos que, em 2013, por ocasião da Copa das Confederações, foi lançado o Aplicativo Proteja Brasil, iniciativa pioneira em “georeferenciamento” de equipamentos públicos voltados à proteção integral de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. A ferramenta facilita a identificação de situações de vulnerabilidade e os tipos de violação de direitos de crianças e adolescentes, indicando os encaminhamentos e os serviços públicos de proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros nas capitais e regiões metropolitanas, incluindo os endereços de conselhos tutelares e delegacias. Em 2014 o aplicativo Proteja Brasil recebeu importantes atualizações e contribuiu para facilitar o acesso de denúncias ao Disque 100.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2014

• Estabelecer protocolos de navegação segura de crianças e adolescentes na Internet

Análise Situacional da Meta

A meta foi cumprida por meio de convênio firmado no final de 2011, com a organização Safernet Brasil, com o objetivo de promover o uso seguro, ético e responsável da Internet, bem como a disseminação de metodologias sobre a prevenção de crimes contra crianças e adolescentes na Internet para educadores e pais.

O projeto consolidou como ferramenta um Canal de Orientação Online (Help Line), assim como fortaleceu a promoção do uso seguro e responsável da Internet entre crianças e adolescentes, educadores e conselheiros de direitos para prevenir os crimes contra os Direitos Humanos, potencializando o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, no suporte à prevenção à violência sexual online e a educação em Direitos Humanos no Brasil.

Em 2013 foi implantado o portal na internet de acesso gratuito, contando com uma equipe de psicólogos, que oferece



orientação de forma pontual e informativa para esclarecer dúvidas, ensinar formas seguras de uso da Internet e também orientar crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violência on-line como humilhações, intimidações, chantagem, tentativa de violência sexual ou exposição forçada em fotos ou filmes sensuais. O canal pode ser acessado por e-mail ou chat. O serviço mantém o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas pelos usuários. As mensagens são acessadas apenas pela equipe de psicólogos e só poderão ser reveladas às autoridades em situações de suspeita ou confirmação de grave violência contra crianças e adolescente, obedecendo ao previsto no Art. 245 do Estatuto da Criança e Adolescente. No atual estágio, o projeto HelpLine Web Brasil está em pleno funcionamento no endereço www.helpline.org.br.

Encontra-se disponível ainda para consulta no Portal um mapa colaborativo de centros de referências especializados no atendimento presencial a crianças e adolescentes em situação de violência e um cadastro das instituições da rede de serviços.

OBJETIVO: 0829 - Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), instituído formalmente com a Lei Nº 12.435/2011, constitui uma estratégia de âmbito nacional que integra um conjunto de ações intersetoriais visando o enfrentamento e a erradicação do trabalho infantil no País, implementada de forma articulada pelos entes federados, com a participação da sociedade civil. O PETI integra a Política Nacional de Assistência Social e contribui para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos de situações de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Apesar da consistente redução da incidência do trabalho infantil a mais de uma década, ocorreram mudanças significativas das características do próprio fenômeno, bem como avanços na estruturação do SUAS, que demandaram ajustes na configuração do PETI. Com efeito, o Censo IBGE (2010) revelou que o trabalho infantil se afasta cada vez mais de determinantes da pobreza: 40% das crianças e adolescentes de 10 a 15 anos que trabalhavam, viviam em domicílios com renda superior a ½ salário mínimo, constituindo um grupo sem perfil para programas de transferência de renda. De acordo com a PNAD (2012), 91,6% das crianças de 5 a 15 anos frequentavam a escola; 81,7% viviam em áreas urbanas; 42% eram trabalhadores familiares sem remuneração; o valor médio mensal recebido pelo grupo que obtinha rendimentos com o trabalho superava R\$ 300 e a renda domiciliar per capita era de R\$ 512. Pesquisas tem sugerido que a ascensão econômica de milhões de pessoas têm gerado novas expectativas de consumo e oportunidades de inserção produtiva, que incentivaram a busca precoce de remuneração pelos jovens.

Em razão das mudanças já referidas, em 2013/2014 o PETI passou por um processo de redesenho, amplamente debatido com atores sociais, pactuado com gestores das demais esferas e deliberado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O atendimento às crianças e adolescentes deixou de ser executado em núcleos específicos do programa, passando a ser realizado diretamente pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV ofertado no âmbito da Proteção Social Básica do SUAS, com isso evitando segmentações e estigmas e proporcionando trocas de experiências. A metodologia de grupos por faixas etárias foi aperfeiçoada e as crianças em situação de trabalho passaram a constituir público prioritário do SCFV, juntamente com outros grupos em situação de vulnerabilidade. Com o reordenamento do PETI e do SCFV, a cobertura ao público alvo foi elevada de 3.576 para 5.038 municípios.

Com o redesenho do PETI, foram fortalecidos os papéis de gestão e articulação da rede de proteção, prevendo-se a



realização de Ações Estratégicas que combinam: articulação intersetorial com as áreas de Educação, Saúde, Cultura, Trabalho, Direitos Humanos e Ministério(s) Público(s); instituição de cofinanciamento para apoio à gestão das ações nos estados e nos municípios de maior incidência; fortalecimento da prevenção, por meio da ampliação da cobertura e abrangência do público atendido pelo SCFV; incremento da busca ativa pelas equipes volantes (CRAS) e de abordagem social (CREAS e Centro Pop) e inclusão no CadÚnico, integrando a segurança de renda ao acesso a serviços socioassistenciais e de outras políticas.

Metas 2012-2015

- **Elevar a detecção das situações de trabalho infantil, aprimorando metodologias de identificação, articulando ações de busca ativa por meio do Plano Brasil sem Miséria e integrando Municípios ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**

Análise Situacional da Meta

Identificada a situação de trabalho infantil, o gestor local deve registrar a família, a criança ou adolescente e indicar a ocorrência no CadÚnico. Para qualificar esse processo, o MDS elaborou subsídios técnicos para o desenvolvimento de metodologias para identificação do trabalho infantil, especialmente em suas piores formas. Com isso, espera-se que os Municípios intensifiquem as ações de busca ativa e obtenham resultados mais exitosos, alinhados a essa prioridade do Plano Brasil sem Miséria.

Em 2013 teve início a implementação do redesenho do PETI, que objetiva adequar as ações de erradicação do trabalho infantil às atuais incidências de atividades identificadas no Censo IBGE 2010 e fortalecer o Programa, de forma articulada aos avanços da rede de proteção do SUAS. No novo desenho, os 1.913 municípios identificados com alta incidência de trabalho infantil receberão cofinanciamento para desenvolver ações estratégicas. A adesão ao cofinanciamento ocorrerá de forma escalonada até 2016, conforme o grau de incidência observado.

Em 2014, todos os estados, o DF e 958 municípios aceitaram o cofinanciamento federal, sendo destinados recursos de R\$ 55,3 milhões. Nesse período de implantação do redesenho, a agenda do Programa envolveu um amplo processo de articulação intersetorial, contando com a realização de um encontro nacional promovido pelo MDS em parceria com o MTE, MS, SDH e MEC (Brasília, agosto/2014) e 6 encontros intersetoriais regionais (RJ, AM, MA, PB, PR e DF), que reuniram mais de 1.000 representantes das três esferas de governo e da sociedade civil.

- **Elevar o número de crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho, pertencentes a famílias que recebem transferência de renda, com frequência suficiente às atividades socioeducativas e de convivência**

Análise Situacional da Meta

Com o reordenamento do SCFV e o redesenho do PETI, o SISPETI (aplicativo de apoio à gestão do programa) foi substituído pelo Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC, ferramenta de gestão do SCFV, implantada no 1º semestre de 2014. Por meio do SISC é realizado o acompanhamento e monitoramento do Serviço, executado pelos municípios e DF, assim como a apuração dos atendimentos realizados, para fins de cálculo do cofinanciamento federal.

Deve-se salientar que a condicionalidade de frequência fazia parte da concepção inicial do PETI. Com a inserção do PETI no SUAS, o público alvo passou a acessar ações permanentes da rede socioassistencial e a transferência de renda, principalmente pelo Bolsa Família, o qual já estabelece condicionalidades de saúde e educação. Assim, a exigência em relação às atividades socioeducativas foi revogada em 2013, a partir do redesenho do PETI e do reordenamento do SCFV, não sendo mais possível aferir a meta.

- **Elevar o percentual de famílias beneficiárias do PETI acompanhadas pelos CREAS e CRAS, conforme parâmetros nacionais**

Análise Situacional da Meta

Visando aprimorar o Programa, estão sendo elaboradas orientações técnicas para o trabalho social com famílias que possuem ocorrência(s) de trabalho infantil, a ser realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

De acordo com o Censo SUAS 2012, em agosto/2012 (mês de referência), foram atendidas pelo PAIF e PAEFI um



total 29.446 famílias com crianças ou adolescentes no PETI. O Censo SUAS 2013 apresenta um decréscimo desse número, para 19.298 famílias.

Contudo, a variação apresentada entre os dois levantamentos deve ser avaliada com ressalvas, devido à influência da adoção de novas regras de validação dos dados inseridos no Registro Mensal de Atendimento (RMA) pelos CRAS e CREAS e no Censo SUAS 2013, com o objetivo de conferir maior consistência aos dados coletados e, dessa forma, retratar mais adequadamente a realidade das Unidades.

Além do Censo SUAS, o Registro Mensal de Atendimento (RMA) também dispõe de informações sobre famílias beneficiárias do PETI acompanhadas pelo CREAS e CRAS. De acordo com o RMA, em 2013 foram inseridas em acompanhamento um conjunto de 200.626 famílias com crianças ou adolescentes no PETI, sendo 180.363 famílias no PAIF/CRAS e 20.263 famílias no PAEFI/CREAS. No 1º semestre de 2014, foram inseridas 37.524 famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, sendo 32.930 famílias no PAIF/CRAS e 4.594 famílias no PAEFI/CREAS. Os dados relativos ao 2º semestre de 2014 ainda se encontram em processamento.

• **Realizar 25.000 fiscalizações especializadas para a erradicação do trabalho infantil**

Análise Situacional da Meta

De acordo com os dados do Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI), em 2014 o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) empreendeu 9.798 ações fiscais com foco na erradicação do trabalho infantil, totalizando 25.530 ações, no triênio. Essas ações resultaram no afastamento de 19.317 crianças e adolescentes do trabalho infantil, das quais 5.522 no último ano. Deste modo, os resultados alcançados no período 2012-2014 já se mostram superiores à meta do quadriênio.

Quantidade alcançada

25.530

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4.320	unidade	5.634	31/12/2014
Região Nordeste	8.520	unidade	6.931	31/12/2014
Região Norte	3.880	unidade	2.683	31/12/2014
Região Sudeste	4.800	unidade	7.554	31/12/2014
Região Sul	3.480	unidade	2.728	31/12/2014

• **Realizar a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, em 2013**

Análise Situacional da Meta

A III Conferência Global sobre Trabalho Infantil - CGTI, realizada em outubro/2013, em Brasília-DF, contou com a presença de representantes de governos, organizações de empregadores e trabalhadores, movimentos sociais e representantes de organizações nacionais e internacionais.

A III CGTI se constituiu em um momento de reflexão e diálogo conjunto sobre os avanços obtidos no processo de eliminação do trabalho infantil e de proposições para acelerar o cumprimento das metas de erradicação do trabalho infantil no mundo. A Conferência teve como tema “Estratégias para Acelerar o Ritmo da Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil”, com os objetivos de fazer um balanço dos progressos realizados desde a adoção da Convenção nº 182 da OIT e avaliar obstáculos, propor medidas para acelerar o progresso na eliminação das piores formas de trabalho infantil e propiciar a troca de experiências sobre as estratégias adotadas pelos países participantes para o enfrentamento do trabalho infantil. O processo preparatório da Conferência buscou promover o debate amplo e democrático sobre os esforços empreendidos para a eliminação do trabalho infantil e de suas piores formas, contou com a participação de diversos segmentos da sociedade, inclusive de adolescentes. Para tanto, em 2013 foram realizados 5 encontros regionais e 1 encontro nacional.

Ao fim da conferência foi adotada a Declaração de Brasília, que reafirmou que a erradicação sustentável do trabalho infantil implica no envolvimento de toda a sociedade, a troca de experiências e de boas práticas, a adoção dos



mecanismos e soluções já demonstrados efetivos, a manutenção e a intensificação dos esforços para evitar sua reinstalação. Também foi apresentada a Declaração dos Adolescentes Participantes, exortando a erradicação do trabalho infantil e a participação juvenil nesse processo. Por fim, delineou-se a perspectiva de novo encontro global, em 2017, na Argentina.

• **Reduzir progressivamente a incidência do trabalho infantil, visando sua erradicação**

Análise Situacional da Meta

A redução progressiva da incidência do trabalho infantil, visando sua erradicação, tem sido verificada a cada ano. Segundo a PNAD (IBGE), a taxa de trabalho infantil no grupo etário específico do PETI (5 a 15 anos), recuou de 4,7% (2011) para 4,1% (2012) e 3,9% (2013), mantendo a tendência de queda verificada desde o início da década passada.

Quantidade alcançada

3,9

Data de Referência

31/12/2013



PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Aprendizes admitidos nos sistemas oficiais de aprendizagem	unidade	31/12/2010	201,097	31/12/2014	386,931
Participação da população de 15 a 29 anos no grupo da extrema pobreza	%	26/09/2009	23	30/09/2013	24,2
Participação de jovens de 16 a 29 anos na população desocupada	%	31/12/2009	58,5	30/09/2013	57,7
Taxa de analfabetismo na população de 15 a 29 anos	%	26/09/2009	2,49	30/09/2013	1,6
Taxa de cobertura municipal dos Conselhos Municipais de Direitos da Juventude ou similar	%	31/12/2009	5,44	-	-
Taxa de cumprimento da cota de aprendizagem pelos estabelecimentos obrigados	%	31/12/2010	16,1	31/12/2013	18,3
Taxa de desocupação de jovens de 14 a 17 anos	%	31/12/2009	19,48	30/09/2013	22,25
Taxa de desocupação de jovens de 18 a 24 anos	%	31/12/2009	15,26	30/09/2013	13,56
Taxa de desocupação de jovens de 25 a 29 anos	%	31/12/2009	9,44	30/09/2013	8,05
Taxa de homicídio de jovens de 15 a 24 anos de idade	1/100.000	31/12/2009	55,36	30/09/2013	59,66
Taxa de inserção dos jovens participantes do Projovem	%	31/12/2010	30	31/12/2014	63,4
Trabalhador no mercado de trabalho	%	31/12/2010	45	31/12/2014	47,56
Taxa de mulheres inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de aprendizagem	%	31/12/2010	45	31/12/2014	47,56
Taxa de óbitos de jovens de 15 a 24 anos de idade por acidente de transporte	1/100.000	31/12/2009	25,16	30/09/2013	25,86
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	31/12/2010	44	31/12/2013	46,03

Observações:

Aprendizes admitidos nos sistemas oficiais de aprendizagem - Aprendizes admitidos no ano de 2013.

Taxa de cobertura municipal dos Conselhos Municipais de Direitos da Juventude ou similar - Não há atualização disponível para o indicador.

A Munic 2013, última disponível, não traz dados.

O dado informado como referência consta da Munic 2009 e, desde então, não foi mais apurado pelo IBGE.

Taxa de homicídio de jovens de 15 a 24 anos de idade - Cálculo realizado com dados preliminares de 2013 do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM sujeitos, portanto, sujeito a alteração no decorrer do ano de 2015.

Taxa de óbitos de jovens de 15 a 24 anos de idade por acidente de transporte - Cálculo realizado com dados preliminares de 2013 do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM sujeitos, portanto, sujeito a alteração no decorrer do ano de 2015.



OBJETIVO: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

A população jovem nunca foi tão grande no Brasil. Dados do Censo 2010 apontam para uma população jovem de aproximadamente 50 milhões de brasileiros e brasileiras ou pouco mais de 25% da população do país. Por isso, políticas públicas de juventude são uma questão central para o desenvolvimento do Brasil, com uma dimensão territorial importante. As demandas dessa população, com suas diversidades e especificidades – gênero, raça, orientação sexual, local de moradia, ter ou não alguma deficiência, etc, abrangem diversos ministérios e órgãos, revelando sua característica de transversalidade e intersetorialidade.

O Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Juventude-SNJ, impulsiona a transversalidade e a intersetorialidade do tema juventude, colaborando para a definição dos objetivos, formulação e implementação de programas e ações, construção e definição de indicadores adequados para o monitoramento e avaliação das PPJs, na perspectiva de ampliar os efeitos das ações do Governo Federal e fortalecer a participação social dos jovens, reconhecendo-os como sujeitos de direitos.

A sanção do Estatuto da Juventude em agosto de 2013 reconheceu o papel estratégico da juventude no desenvolvimento do país e legitimou a importância de se desenvolver políticas específicas para essa população.

Um grande avanço para a coordenação e articulação de políticas públicas de juventude foi a instituição do Comitê Interministerial de Políticas de Juventude – Coijuv, por meio do Decreto nº 8.074, de 14 de agosto de 2013, que tem entre suas competências subsidiar a formulação, gestão e monitoramento da Política Nacional de Juventude; a elaboração e proposição da regulamentação do Estatuto e do Sistema Nacional de Juventude; a elaboração e acompanhamento do Plano Nacional de Juventude e dos programas e ações do Governo.

Desde novembro de 2013 o Coijuv vem se reunindo para tratar dos objetivos sob sua responsabilidade e cujos resumos executivos das reuniões encontram-se disponíveis no endereço: <http://www.juventude.gov.br/coijuv/reunioes>.

A aprovação do Estatuto de Juventude tem gerado interesse pelos municípios para criação dos Conselhos de Juventude.

Em 2010, pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE apontava a existência de 105 conselhos municipais e estaduais. Atualmente existem mais de 300 conselhos instituídos e a tendência é de expansão.

A participação da SNJ em conselhos, comitês, comissões e Grupos Trabalho (GT) promove a sinergia e intersetorialidade das ações dos diversos órgãos, contribuindo com sua visão sistêmica sobre o tema e sobre as ações e programas em andamento.

Para o desenvolvimento de programas e ações, o Governo tem promovido a participação social, seja por meio de consulta ao CONJUVE, inclusão de representantes da Sociedade Civil e Organizações de Sociedade Civil (OSC) em Grupos de Trabalho, a exemplo do GT de Jovens Mulheres e GT Juventude Rural, e consulta pública, a exemplo da consulta para elaboração da proposta do SINAJUVE, valorizando e cumprindo os princípios do Estatuto da Juventude (Inciso II, art. 2º).

Em 2014 a elaboração da proposta do Plano Nacional de Juventude teve ampla participação social, que envolveu movimentos juvenis e representantes da sociedade civil em oficinas temáticas realizadas em parceria com a Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O objetivo das oficinas foi de favorecer o diálogo entre as demandas recebidas e o planejamento/execução/monitoramento de políticas, programas e ações voltados direta ou indiretamente aos jovens. O propósito é desenvolver uma base sólida que permita estabelecer amplo processo participativo de consolidação da versão final do Plano Nacional de Juventude prevista para 2015, após a 3ª Conferência Nacional de Juventude.

O Participatório lançado em 2013 – trata-se de um ambiente virtual interativo, voltado à produção do conhecimento sobre/para/pela a juventude brasileira e à participação e mobilização social. Inspirado nas redes sociais, pretende promover espaços e discussões com foco nos temas ligados às políticas de juventude. Participam deste espaço, além dos jovens, redes, coletivos, movimentos sociais, gestores, pesquisadores, parlamentares, todos que queiram contribuir e



integrar-se às discussões propostas. Este canal de diálogo vem se consolidando e tem contribuído para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de políticas públicas de juventude à medida que fornece subsídios por meio dos conteúdos dos debates.

Cabe destacar o papel que o Brasil vem desempenhando internacionalmente no tema da juventude. Na ONU, o Brasil foi reconhecido como líder e referência no âmbito da juventude com políticas progressistas no que tange o envolvimento da juventude no processo de desenvolvimento e promoção dos direitos dos jovens e participação social. Tanto que o Uruguai fez sua 1ª Conferência de Juventude, em outubro de 2013, inspirada na Conferência Nacional de Juventude do Brasil.

Ademais, o Brasil investiu em boas práticas em relação à democracia participativa, tentando criar mecanismos estruturados, sustentáveis e permanentes de participação social. Ainda sob a égide das Nações Unidas, a aprovação do Consenso de Montevidéu, durante a Primeira Reunião Regional da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, representa um marco para América Latina. Naquela região, a integração latino-americana destaca-se, favorecendo o aprofundamento da troca de experiências e de políticas públicas de juventude. O aprofundamento e a institucionalização da participação social da juventude e da gestão do conhecimento sobre juventude na América Latina, incentivando e inserindo a participação social nos debates e encontros, foi a diretriz basilar da atuação do Brasil nestes espaços. O fortalecimento da articulação e aproximação entre governo e sociedade civil pode ser observado na maior oportunidade de encontro e debate, como na IV Edição do Seminário Permanente de Integração Regional – Juvensur e na REJ – Reunião Especializada da Juventude. É importante salientar que pela primeira vez, vem se discutindo a juventude na Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos - CELAC e na UNASUL, e dentro do Sistema de la Integración Centroamericana - SICA. Também vem se ampliando os debates e a importância da juventude na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, ONU e outros organismos internacionais.

Compreendendo a participação social como método de governo, o Juventude Viva não existiria sem a participação social em seu desenho, implementação e monitoramento. Além da presença de representantes dos conselhos de juventude, igualdade racial e segurança pública em seu Comitê Gestor Federal, conta com Fórum de Monitoramento Participativo, formado por movimentos e organizações da sociedade civil. Em novembro de 2012 e em março de 2014 representantes destes segmentos se reuniram em Brasília com os ministérios que compõem o Juventude Viva, para dialogar sobre propostas e desafios para a implementação do Plano.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a participação social, constituindo 03 grupos de trabalho temáticos com a participação da sociedade civil e fortalecendo o Conselho Nacional de Juventude**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram constituídos 3 Grupos de Trabalho com as temáticas Juventude Rural, Jovens Mulheres e Juventude Desenvolvimento Sustentável.

Como parte da ação estratégica e reforçando a questão da participação social os Grupos de Trabalho Temáticos, além de seus objetivos finais, cumpriram também a função de:

- Pautar o debate temático específico;
- Facilitar a articulação entre órgãos de governo para garantir as demandas específicas da juventude;
- Ampliar ou criar articulações com a sociedade e movimentos sociais para o fortalecimento de debate e pautas da Juventude;
- Propor, elaborar e acompanhar processos de formulação de políticas públicas específicas para os/as jovens;
- Acompanhar e/ou representar nos espaços institucionais a processos de discussões ou articulações específicas do referido grupo temático quando designado pela SNJ.

GT Jovens Mulheres

Como produto do GT Jovens Mulheres, foi elaborado texto base que aborda 6 eixos temáticos: 1- Educação e Trabalho; 2- Saúde Sexual e Reprodutiva; 3 . Desenvolvimento Local e Sustentável; 4 . Cultura e Comunicação; 5 . Participação e Relações de Poder; 6. Enfrentamento à violência contra as jovens mulheres. O texto subsidiou a



construção da pauta do I Seminário das Jovens Mulheres e as discussões e elaboração de recomendações que fortaleçam as relações de gênero nas políticas públicas de juventude e amplie o recorte geracional nas políticas para as mulheres no governo.

Por fim, em 2014, fruto do acúmulo do Seminário, foi iniciada uma parceria com a ONU Mulheres e PNUD para um programa de tutoria para mulheres jovens lideranças, sob a denominação de “Mais Direitos para Mulheres Jovens no Brasil”, no qual 15 mulheres jovens, de 18 a 29 anos, com experiência em liderança comunitária e ativismo pelos direitos das mulheres, foram selecionadas, através de edital público, para integrar o Programa. As jovens selecionadas contaram com o apoio de mentoras, mulheres com experiência e notório saber em áreas que dialogam com os objetivos do Programa. Boa parte das atividades aconteceram na plataforma do Participatório da Juventude (<http://participatorio.juventude.gov.br/>), em um espaço de educação a distância (EAD) para trocas e interlocução entre o grupo, além de três encontros presenciais.

GT Juventude Rural

O GT Juventude Rural vem funcionando desde 2011. O principal objetivo do GT é propor a Política Nacional para a Juventude Rural, mas, além disso, o GT também visa proporcionar:

- Ampliar diálogos entre governo e sociedade civil na construção de políticas públicas da juventude rural.
- Fortalecer a institucionalização da agenda dos jovens rurais no Governo Federal.
- Monitorar o avanço das pautas da juventude rural tendo como referência as resoluções da 2ª Conferência Nacional de Juventude visando fortalecer a participação da juventude rural, dos jovens dos povos e comunidades tradicionais e a juventude indígena, bem como a participação e mobilização da juventude rural a partir dos territórios e dos movimentos sociais.

Em novembro 2012 houve o lançamento da 1ª Fase/ações integradas e anúncio da Construção do Plano Nacional de Juventude na Feira da Agricultura Familiar. No primeiro semestre de 2013 foram mantidos contatos em rede com as organizações com propósito de acumular e preparar para o lançamento da Política Nacional de Juventude Rural. Esse movimento culminou no primeiro encontro “Diálogos com a Juventude Rural” em agosto de 2013.

GT Desenvolvimento Sustentável

Existem 2 GT sobre o tema meio ambiente: 1) GT Juventude e Meio Ambiente do CONJUVE; 2) GTI (Grupo Trabalho Interministerial) instituído por portaria interministerial em setembro de 2012, composto por 17 Ministérios. Os trabalhos do GTI Juventude e Meio Ambiente encerraram-se em junho de 2013 com a apresentação das propostas de diretrizes, dos conteúdos e formatos para a criação da Política Nacional de Juventude e Meio Ambiente.

Como contribuição ao desenvolvimento da proposta da Política e do Programa Nacional de Meio Ambiente, o GT Juventude e Meio Ambiente do CONJUVE produziu documentos que subsidiaram os trabalhos do GTI.

O encerramento do GT Juventude e Meio Ambiente se deu em agosto de 2014 com a entrega do relatório final contendo a descrição das ações e dos resultados obtidos.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens**
Análise Situacional da Meta

Em relação às questões etnicorraciais, o Plano Juventude Viva cumpre a meta de ampliação do recorte etnicorracial nos projetos voltados para jovens, quando foca as ações para o público em situação de vulnerabilidade agravada, em especial os jovens negros. Apesar de o Plano ser prioritariamente voltado para os jovens do sexo masculino, há também recortes específicos de gênero em ações do Plano, a exemplo de algumas ações para promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Também em apoio a questão etnicorracial, em novembro de 2012, o Governo em conjunto com diversos organismos, como o Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), apoiou o II Seminário Nacional de



Juventude Indígena, que debateu sobre o Movimento Indígena: Saberes Tradicionais e Desafios Atuais; Impactos dos Empreendimentos aos Povos Indígenas; Educação Indígena; Prevenção contra Drogas e Álcool na Juventude Indígena e eleição da gestão 2012-2014 da Comissão Nacional da Juventude Indígena.

E ainda sobre o aspecto etnicorracional, no 1º semestre de 2013 foi realizada a oficina para Formação Política para Jovens Indígenas com jovens indígenas das cinco regiões do país. Durante o encontro, os jovens debateram sobre os seus direitos, além de tomarem ciência sobre os marcos legais nacionais e internacionais da política indígena, como a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena e a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas. Os jovens índios também foram informados sobre o processo de consulta para a regulamentação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre povos indígenas e tribais adotada em 1989. Ao final do encontro, os jovens se reuniram para discutir formas de contribuição com a juventude dos seus povos a partir das informações debatidas ao longo da oficina.

Quanto à temática LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis), priorizou-se a obtenção da titularidade no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, objetivando pautar o recorte juvenil das políticas públicas para LGBT. Durante o ano de 2013 foram realizadas audiências com organizações pontuais da sociedade civil para tratar do tema Juventude LGBT, o que resultou na participação institucional da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ na Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (junho - São Paulo/SP) e no Encontro Nacional de Gestão Pública para LGBT (setembro - São Paulo/SP), além do apoio a realização do I Encontro Nacional da Juventude Trans (agosto - Natal/RN). Por fim, a partir de junho de 2013, a Juventude passou a ser representada, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, no Comitê Técnico de Cultura LGBT do Ministério da Cultura, o qual incide nas políticas públicas do Ministério, para assim atuar de forma mais incisiva na inclusão de políticas públicas que abranjam este segmento jovem.

Também em relação ao recorte de gênero, foi constituído em 2011 o GT composto pela Secretaria Nacional de Juventude, ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para Mulheres-SPM, Ministério da Educação-MEC e jovens mulheres líderes em diferentes organizações da sociedade civil com intuito de discutir os principais temas concernentes a vidas das jovens mulheres no Brasil e traçar diretrizes para a elaboração de políticas públicas adequadas a este segmento.

Como desdobramento do trabalho deste GT, em 2013 foi realizado o I Seminário Nacional de Políticas Públicas para Jovens Mulheres.

Como resultado imediato, foi feita uma alteração no texto do PNPM no seu capítulo 10, que versa sobre juventude. O Seminário também propiciou uma intensificação do diálogo entre SNJ e SPM, o que tem proporcionado a busca por uma visão transversal e articulada de juventude e gênero nas diversas políticas públicas debatidas pelas Secretarias. Por fim, em 2014, fruto do acúmulo do Seminário, foi iniciada uma parceria com a ONU Mulheres e PNUD para um programa de tutoria para mulheres jovens lideranças, sob a denominação de “Mais Direitos para Mulheres Jovens no Brasil”. No qual Quinze mulheres jovens, de 18 a 29 anos, com experiência em liderança comunitária e ativismo pelos direitos das mulheres, foram selecionadas. Os objetivos do programa são, entres outros, fortalecer a liderança dessas jovens para facilitar a expansão de suas redes e alianças, aumentar sua capacidade de participação política, desenvolver conhecimentos e habilidades para a análise de políticas públicas com recorte de gênero, raça e juventude, além de elaborar um planejamento de comunicação.

As jovens selecionadas contam com o apoio de mentoras, mulheres com experiência e notório saber em áreas que dialogam com os objetivos do Programa. Boa parte das atividades acontece na plataforma do Participatório da Juventude (<http://participatorio.juventude.gov.br/>), em um espaço de educação a distância (EAD) para trocas e interlocução entre o grupo, além de três encontros presenciais.

• **Apoiar ações e articular com órgãos governamentais e sociedade civil para prevenir o tráfico, a exploração sexual e a violência contra mulheres jovens**

Análise Situacional da Meta

O Governo instituiu, por meio do Decreto nº 7.901, de 04 de fevereiro de 2013 o Comitê de Monitoramento do II Plano



de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP), comitê sob co-coordenação do Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas para Mulheres.

Nesse espaço a Secretaria Geral é colaboradora de três metas específicas (cuja coordenação e execução é responsabilidade de outros órgãos), que são monitoradas bimestralmente.

O Comitê de Monitoramento do Plano de Políticas para Mulheres e Comitê de Monitoramento do Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas deve ampliar os serviços de fronteira, para coibir o tráfico e a exploração sexual de mulheres e meninas ainda em 2013.

Outras formas de apoiar e articular para a prevenção do tráfico e exploração sexual contra mulheres é a participação em conselhos e comitês como por exemplo:

- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – tem por objetivo formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade
- Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – tem por objetivo acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento dos objetivos, ações e metas definidos no Plano Nacional de Políticas para Mulheres.
- Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – tem por objetivo propor estratégias para gestão e implementação de ações da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, aprovada pelo Decreto no 5.948, de 2006; propor o desenvolvimento de estudos e ações sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas; acompanhar a implementação dos planos nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas; articular suas atividades àquelas dos Conselhos Nacionais de políticas públicas que tenham interface com o enfrentamento ao tráfico de pessoas, para promover a intersectorialidade das políticas; articular e apoiar tecnicamente os comitês estaduais, distrital e municipais de enfrentamento ao tráfico de pessoas na definição de diretrizes comuns de atuação, na regulamentação e no cumprimento de suas atribuições; elaborar relatórios de suas atividades;
- Grupo Assessor de Monitoramento e Avaliação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – tem por objetivo monitorar o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

• **Apoiar até 100 órgãos estaduais/municipais de juventude, e seus respectivos conselhos, para criação e/ou estruturação desses órgãos**

Análise Situacional da Meta

Do final de 2011 ao final de 2012 a Secretaria Nacional de Juventude celebrou 12 (doze) convênios de repasse (6 em 2011 e 6 em 2012) com os estados de Tocantins, Acre, Goiás, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Piauí, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Alagoas e Amazonas, visando apoiar os organismos de juventude na capacitação de conselheiros, mobilização para instituição de conselhos de juventude e disseminação das políticas de juventude nos estados.

Em 2014 os 12 convênios tiveram seus prazos esgotados, com os seguintes resultados:

- 4 convênios foram executados;
- 8 convênios tiveram os recursos devolvidos por falta de utilização.

A avaliação sob o ponto de vista dos conveniados é que em relação à equipe habilitada necessária para operar o convênio o valor disponibilizado é pequeno. Além disso, a natureza do apoio disponibilizado nem sempre atende a demanda do estado, tendo em vista a heterogeneidade entre os estados e municípios. Por isso em 2013 foi realizada uma avaliação mais concreta dos trabalhos dos órgãos estaduais e municipais, com objetivo de encontrar a melhor maneira de apoiar estes organismos, respeitando suas diferenças.

A avaliação permitiu reconsiderar a forma e o escopo para melhoria do processo e efetividade do resultado, devido à heterogeneidade das expectativas de cada município com relação às políticas que devem ser implantadas e a diversidade de entendimento sobre a expectativa das juventudes.

Desta maneira, o apoio aos órgãos se deu de maneira mais institucional que financeira, com auxílio na elaboração de Políticas Públicas, envio de publicações pertinentes sobre o tema e intercâmbio de experiências com outros órgãos. Além disso, há um diálogo com a Universidade de Brasília, desde o 2º semestre de 2012, para o desenvolvimento de



dois cursos à distância: um com certificação e destinado aos gestores de juventude e outro sem certificação destinada a atores importantes do cenário da juventude. Essa capacitação iniciará com um módulo de conteúdos básicos para a formação de um gestor de juventude e mediadores, no caso do curso sem certificação. A opção pela metodologia à distância é abranger o maior número de pessoas possível com um custo menor. Uma primeira proposta foi apresentada pela Universidade de Brasília, mas necessita de adequações.

Em 2014, devido às restrições impostas pelo período eleitoral e ao tempo demandado na construção de projeto pedagógico que contemplasse as expectativas de gestores, conselheiros e demais atores sociais, não foi possível implementar os Cursos acima mencionados, todavia, já há Projeto Pedagógico, plano de trabalho e termo de referência para assinatura de convenio com a instituição de ensino.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

• Aprovar o Estatuto da Juventude

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Juventude - SNJ e o Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE atuaram decisivamente ao longo da tramitação e aprovação do Estatuto da Juventude no Congresso Nacional. Em fevereiro de 2012, como contribuição ao projeto de lei, a SNJ formulou e reuniu um conjunto de sugestões ao Estatuto, aproximando seu conteúdo das diretrizes da Política Nacional de Juventude e das resoluções das duas Conferências Nacionais de Juventude, realizadas em 2008 e 2011.

Em abril de 2013, após audiências públicas sobre o PLC 98/2011, o Estatuto foi aprovado pelo Senado Federal. Em julho o projeto retornou à Câmara dos Deputados, onde foi novamente aprovado e enviado para sanção presidencial. E, após quase uma década de debates e tramitação, o Estatuto da Juventude foi sancionado em 05 de agosto 2013 pela Presidenta da República Dilma Rousseff em cerimônia realizada no Palácio do Planalto. O Estatuto faz com que os direitos já previstos em lei, como educação, trabalho, saúde e cultura, sejam aprofundados para atender às necessidades específicas dos jovens, respeitando as suas trajetórias e diversidade, ao mesmo tempo em que assegura novos direitos, como os direitos à participação social, ao território, à mobilidade, à comunicação, à livre orientação sexual e à sustentabilidade sejam assegurados pela legislação.

Há que se destacar ainda a publicação do Decreto nº 8074, de 15 de agosto de 2013, que institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude, formado pelos Ministérios da Educação, Cultura, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Saúde, Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Entre suas atribuições, constam as de subsidiar a formulação, gestão e monitoramento da Política Nacional de Juventude; elaborar e propor regulamentação do estatuto da juventude e do Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE; elaborar o Plano Nacional de Juventude; subsidiar a elaboração de instrumentos de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Juventude e dos programas e ações do Governo Federal para a juventude.

Em 2014 foram realizados estudos e negociações para a implementação do benefício da meia-entrada.

Há a expectativa para que em 2015, esse benefício esteja implementado, assim como o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, e a aprovação do documento base para o Plano Nacional de Juventude, que foi elaborado com intensa participação social.

• Constituir a Seção Nacional da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul

Análise Situacional da Meta

A Reunião Especializada da Juventude no MERCOSUL - REJ trata-se de grupo especializado em políticas públicas voltadas para a Juventude, no âmbito dos países membros do MERCOSUL. A REJ busca fomentar e incentivar as políticas públicas dos países do MERCOSUL com a finalidade de impulsionar a melhoria das condições de vida dos jovens.



A REJ foi criada em 2006 e é um órgão de natureza consultiva do MERCOSUL, formada pelas máximas autoridades governamentais nacionais na matéria. Desde sua criação foram realizadas onze sessões da Reunião Especializada da Juventude, que tem periodicidade semestral.

No segundo semestre de 2012, o Brasil assumiu a Presidência Pro-Tempore (PPT) do MERCOSUL e sediou em Brasília DF a reunião semestral que contou com a participação dos representantes dos países do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela), bem como participantes dos países associados (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru). Nesta reunião, se definiu uma série de diretrizes de trabalho, entre elas a organização de um fórum para o fortalecimento institucional da REJ e a formalização do pedido de seção brasileira da REJ. A solicitação de constituir uma seção nacional visa fortalecer institucionalmente a Reunião Especializada de Juventude e potencializar as discussões das políticas públicas de juventude no Brasil.

Em maio de 2013, foi realizada no Uruguai a X Reunião Especializada da Juventude, juntamente com a REJ. A partir desta reunião iniciaram-se as discussões para a criação da Seção Nacional da REJ no Brasil, todavia não foi possível a criação da seção nacional, pela dificuldade institucional que a Reunião Especializada da Juventude vem enfrentando. Apesar de suas reuniões semestrais, a ausência de interesse político e de uma pauta mais consolidada tem dificultado os andamento dos trabalhos. Apesar do constante esforço brasileiro para fortalecer a REJ, ainda enfrentam-se empecilhos para marcar reuniões e definir pautas, bem como dar seguimento aos encaminhamentos das reuniões.

Em dezembro de 2014, houve a XI Reunião Especializada da Juventude na Argentina. Foi discutido novamente sobre a necessidade de fortalecimento da institucionalização da REJ e da criação da seção nacional, todavia ainda não houve avanços na efetivação da seção. Espera-se que em 2015, na PPT do Brasil, possamos concretizar a institucionalização da seção nacional.

• **Constituir diretrizes de avaliação e monitoramento dos programas de juventude**

Análise Situacional da Meta

Visando cumprir a meta de constituir uma metodologia de avaliação e monitoramento das políticas públicas, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) tem integrado os debates das ações de monitoramento de Políticas Públicas de Juventude (PPJs), buscando a criação de metodologia de avaliação e monitoramento das políticas para juventude.

O Decreto nº 8.074, de 14 de agosto de 2013, que institui o Comitê Interministerial da Política (Coijuv) como órgão permanente para gestão e monitoramento das políticas públicas do Governo Federal para a juventude, prevê em seu art. 2º, inciso V, a atribuição do Comitê de subsidiar a elaboração de instrumentos de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Juventude e dos programas e ações do Governo Federal para a juventude. Em 2014, com a colaboração do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), com a parceria da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e com a participação fundamental de representantes da sociedade civil, foi realizada uma série de Oficinas sobre o Plano Nacional de Juventude a partir dos eixos de direitos do Estatuto da Juventude. Chamada Plano em Diálogo, a série envolveu 217 lideranças de movimentos juvenis por meio de 11 encontros, em que foram apontadas as bases para elaboração do documento orientador para a construção do Plano Nacional de Juventude, a ser concluído em 2015.

Já o Sistema Nacional de Juventude – cuja minuta foi trabalhada no âmbito do Coijuv e se encontra em fase final de tramitação na Casa Civil – prevê um subsistema de informação e monitoramento das políticas de juventude. Com a finalidade de subsidiar essa proposta, foi pensada consultoria específica.

Na mesma direção, o CONJUVE, por meio da sua Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas (CAPP), e em cooperação com a Universidade Federal do Ceará (UFC), desenvolveu proposta de sistema de monitoramento pela sociedade civil. Finalizada em agosto de 2014, a proposta encontra-se em processo de validação pelo plenário do Conselho.

• **Constituir o Observatório da Juventude**

Análise Situacional da Meta

Inspirado nas redes sociais, o Participatório foi concebido como uma plataforma virtual, elaborada e desenvolvida em



software livre, para ser um ambiente público de construção coletiva e divulgação de conhecimento, em que cada participante tenha total acesso às informações e que possa compartilhá-las.

Partindo do dado de que os jovens são o público mais assíduo no ambiente virtual, o Participatório é uma iniciativa que visa estabelecer um canal de diálogo com a Juventude.

Lançado em julho de 2013, o Participatório foi uma ação inovadora da relação Governo-Sociedade por meio da internet, antecipando-se a iniciativas como o Gabinete Digital e Participa.br. O momento político também era de foco na pauta da Juventude, logo após as manifestações, o que proporcionou uma grande visibilidade na mídia, além de ter gerado diversas expectativas dentro do próprio Governo, sobre a reação do grande público. De modo geral, o Participatório foi bem recebido pelos movimentos e cabeças de rede das mídias digitais, por Observatórios, Redes de Pesquisadores, pesquisadores de juventude e Institutos de Pesquisa, e mesmo pela grande mídia.

Essa iniciativa foi estruturada em parceria com a Universidade Federal do Paraná, por meio do Centro de Computação Científica e Software Livre (C3SL) e com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio da sua Escola de Comunicação (ECO/UFRJ). Também contamos com o apoio do Projeto de Cooperação Internacional com o PNUD, que possibilitou a contratação de consultorias especializadas. O conjunto dessas parcerias representa o investimento total nesse projeto, que é de aproximadamente R\$ 3 milhões de reais investidos entre 2012 e 2014.

Dentre as ações e funcionalidades disponíveis no Participatório temos:

- Dados e Pesquisas: Informação pública para pesquisa com interface para gerar gráficos e mapas de forma fácil.
- Biblioteca Digital: reúne em um único local virtual a produção bibliográfica da SNJ, do CONJUE e também de repositórios de Universidades sobre juventude. Desenvolvida em Dspace.
- Centro de Documentação e Pesquisa sobre Juventude e Políticas Públicas (CEDOC-PPJ): Espaço de referência para documentação do acervo da SNJ e do CONJUE, aberto à visitação do público. Também pode ser acessado virtualmente, por meio de nossa Biblioteca Digital.
- Estação Juventude: central com informações sobre programas para a juventude disponíveis por município, de forma fácil e atrativa.
- Rede de Pesquisadores de Juventude: espaço para divulgação sobre pesquisas em desenvolvimento e articulação de pesquisadores, intuições, observatórios que trabalham com as temáticas juventude e políticas públicas.
- Consulta Pública: ferramenta para debate e deliberação sobre documentos e políticas de juventude.
- Comunidades temáticas, propostas por qualquer usuário, que reúnem: debates, blogs, páginas wiki, vídeos, chat e arquivos.
- Blog: com notícias sobre redes e movimentos juvenis, ações da SNJ e do CONJUE.
- Transmissões online: de eventos, seminários e debates.
- Interação com outras redes: os conteúdos produzidos no Participatório são disseminados em diversas redes sociais como Facebook, Twitter, Youtube, dentre outros.

Do ponto de vista da comunicação, o Participatório proporcionou um salto qualitativo na forma como o Governo se relaciona com o público jovem. Desde seu lançamento, há um trabalho contínuo de atividades na plataforma, que articulam ações presenciais à divulgação e mobilização online. São diversas transmissões ao vivo de seminários e debates, além de oficinas, consultas públicas e bate papos que se valem da tecnologia da rede social. As atividades são organizadas tanto pelo Governo como por movimentos sociais e academia. Sempre estão combinados com narração e cobertura fotográfica dos eventos, disseminando-os nas redes sociais. Além dessas atividades, é realizado um acompanhamento dos principais debates que acontecem na plataforma, com matérias no blog, que buscam dialogar com as questões levantadas pelos jovens.

No âmbito da produção do conhecimento, muito além de produzir pesquisas e dados, o Participatório tem gerado metodologias colaborativas e auxiliado no fomento à pesquisa sobre juventude, a partir da identificação e articulação de uma rede de pesquisadores em Juventude. Dentre os eventos que se destacam em termos de metodologias de formação que articulam o presencial e o virtual por meio da plataforma, temos a Escola Regional MOST UNESCO, a



Teia da Diversidade e o Encontro de Pesquisadores Participatório em Rede.

Esse leque de ações permitiu elaborar e aperfeiçoar diversas metodologias para produção do conhecimento, formação e participação associadas à tecnologia. Essas experiências precisam ainda ser sistematizadas, mas já apontam no caminho de inovação que se deseja construir com o Participatório.

Endereço eletrônico: www.participatorio.juventude.gov.br

• **Construir parcerias com organismos internacionais para fortalecer a política nacional de juventude**

Análise Situacional da Meta

Ao longo dos últimos 3 anos os Acordos de Cooperação Internacional - PRODOC UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) foram potencializados com a produção de vários trabalhos de consultoria sobre PROJOVEM e juventude. Também se realizou parceria com o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA. Esses acordos de cooperação permitiram melhor aprofundamento da garantia dos direitos dos jovens, bem como possibilitou a produção de diversos documentos como: a proposta da criação do observatório latino-americano de juventude e o fortalecimento dos instrumentos da Reunião Especializada da Juventude.

As parcerias com os organismos internacionais também contribuíram para o fortalecimento da política nacional de juventude, por meio de diversas ações como:

- a) Plano de trabalho com o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA para o apoio a diversos programas da Secretaria Nacional de Juventude, entre eles: apoio ao Juventude Viva; participação nos fóruns do MERCOSUL e da OIJ; contribuição para a realização da VI Bienal da CPLP; parcerias para realização de publicações, como a publicação do Estatuto da Juventude, em três idiomas; construção de documentos sobre a juventude nacional. Esse acordo foi realizado de 2012 a 2014.
- b) PRODOC com o PNUD para contratação de consultores de apoio a diversas atividades da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ como a realização da VI Bienal da CPLP, que permitiu a análise dos perfis dos jovens que participaram da bienal, tanto nacionais quanto internacionais, como também permitiu uma análise da realização da VI Bienal da CPLP, que aconteceu em Salvador – Bahia, realizada pela SNJ.
- c) Também com o PNUD foram realizadas 10 consultorias com o objetivo de promover e ampliar os direitos de juventude, bem como realizar compilações de dados e informações da juventude, capacitar gestores de juventude e diversas atividades e ações envolvendo jovens, sociedade civil e os gestores públicos.
- d) Escola MOST da UNESCO – escola direcionada para a capacitação de jovens e gestores de juventude. Essa Escola aconteceu em dezembro de 2013 e contou com a participação de mais de 60 jovens entre pesquisadores, sociedade civil e gestores públicos, de forma a difundir a capacitação dos jovens e o intercâmbio entre estes jovens latino-americanos.
- e) Parceria com a Organização Ibero-americana de Juventude – OIJ para a realização de diversas atividades voltadas para as políticas públicas de juventude. Nesse período foram realizadas diversas ações conjuntas como o Fórum Internacional da Juventude, em Cuzco, com importante participação brasileira, uma das diversas atividades realizadas durante a Presidência brasileira na OIJ no período de 2012-2014. Essa parceria também permitiu maior participação do Brasil na OIJ.
- f) Parceria com o PNUD para realização de evento voltado para discutir Políticas Públicas de Juventude - PPJ durante a Jornada Mundial de Juventude no Rio de Janeiro. Dentre as atividades, destaca-se a realização de um encontro com o enviado especial da juventude da ONU, Ahmad Alhendawi, com diversas lideranças juvenis e gestores que trabalham com PPJ. Esse encontro permitiu o aprofundamento das discussões relacionadas à criação do Foro Mundial da Juventude, no âmbito da ONU.
- g) Contratação por meio do PNUD de uma consultoria para a construção de proposta do Observatório Latino-americano de Juventude, que definiu as diretrizes e as possibilidades para a criação do observatório, de modo a permitir maior atenção às questões da juventude no âmbito da América Latina.
- h) Construção do Programa Jovens Delegados, juntamente com o UNFPA e o PNUD. Esse programa tem por objetivo



a seleção de jovens brasileiros para participar como delegados da delegação brasileira em importantes fóruns internacionais, como a Assembleia Geral da ONU e a Conferência Mundial do Clima, entre outros fóruns e encontros.

i) Construção da posição brasileira para o documento da Agenda Global de desenvolvimento do Pós-2015. Essa construção se deu com a participação em diversos fóruns e debates, bem como reuniões de trabalho, sobre os desafios e as novas propostas a serem incorporadas no Pós-2015 para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – ODMs.

• **Coordenar, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, a implementação da Agenda do Trabalho Decente para Juventude**

Análise Situacional da Meta

Lançada em 2010, a ANT DJ (Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude) representa um marco comum de entendimento entre o Governo Federal, as organizações de empregadores e trabalhadores e outras organizações da sociedade civil para avançar na ampliação das oportunidades de construção de trajetórias de trabalho decente para a juventude brasileira. Esta Agenda traz um conjunto de prioridades e linhas de ação estruturadas em torno de quatro eixos: a) mais e melhor educação; b) conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; c) inserção digna e ativa no mundo do trabalho, com igualdade de oportunidades e tratamento; d) diálogo social: juventude, trabalho e educação. A agenda foi elaborada pelo Subcomitê do Trabalho Decente para a Juventude, espaço de diálogo tripartite (representantes do governo federal, de empregadores e de trabalhadores), coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República – SNJ/SG, contando com apoio da secretaria técnica da OIT.

A decisão de construir um Plano para dar concretização à Agenda foi consolidada tanto na II Conferência Nacional de Juventude, realizada em dezembro de 2011, quanto na Conferência Nacional de Trabalho Decente, realizada em 2012. No mesmo ano de 2012 foi realizado o Fórum de Trabalho Decente para a Juventude, que atualizou as questões da Agenda à luz dos debates desenvolvidos em ambas as conferências.

Em 2013 o Subcomitê retomou uma sistemática de reuniões técnicas, que se intensificou durante o ano de 2014, com a finalidade de elaborar o Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (PNTDJ), concebido como um instrumento de implementação da ANT DJ, definindo estratégias e metas para o enfrentamento dos principais desafios levantados.

O trabalho realizado pelo Subcomitê durante o ano de 2014 envolveu a atualização do diagnóstico sobre a situação atual da juventude brasileira no que diz respeito ao tema do trabalho, da educação e das possibilidades de conciliação entre estudo, trabalho e vida familiar; o levantamento das políticas públicas de âmbito federal implicadas nos eixos e proposições da Agenda; uma análise dos avanços alcançados nos últimos anos, assim como das questões mais urgentes; e a definição dos principais desafios a serem enfrentados para garantir às e aos jovens um trabalho em padrões que preservem a dignidade humana, o desenvolvimento social e pessoal com inclusão, autonomia e a participação.

Foram definidos, em metodologia que privilegia o trabalho colaborativo, o diálogo social e a construção de consensos, 23 desafios e uma série de estratégias associadas a cada um deles (a definição das estratégias ainda está em processo de debate elaboração). Ao longo do ano de 2015, deverão ser definidos as metas e os indicadores, assim como o texto integral do Plano.

• **Criar ferramentas para internet e política de comunicação nas redes sociais**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal tem investido no aprimoramento da sua comunicação com a juventude. E lançou o primeiro portal temático do governo federal: www.juventude.gov.br, além de manter perfis nas redes sociais (facebook, twitter e youtube), o que potencializa as ações, programas e eventos da secretaria. Podemos destacar o crescimento de acessos ao site www.juventude.gov.br, entre janeiro de 2012 a junho 2013, em 320,17%. Se considerarmos até agosto de 2013, o crescimento foi de 720,78%. Destacamos também como um canal de comunicação com o público jovem, gestores de



juventude e outros atores interessados a Rede do Juventude Viva e o Participatório, que promove transmissões online de fóruns, debates e outros eventos.

A Rede Juventude Viva é uma rede formada por entidades, grupos e pessoas que se cadastram de forma voluntária, para veicular informação e mobilizar atores de diferentes segmentos da sociedade em torno do Plano Juventude Viva e da defesa da vida da juventude, em especial da juventude negra.

Foi realizado, em abril de 2014, o Projeto PNUD BRA/12/018 – “Desenvolvimento de Metodologias de Articulação e Gestão de Políticas Públicas para Promoção da Democracia Participativa”, Contrato nº: 2013/000532. Tal projeto traz uma proposta de padronização com um manual de redação que faz uma Introdução ao Webjornalismo, apresenta a estrutura geral de um texto jornalístico para a internet e outras considerações e fornece orientações estilísticas de redação. Além do manual de redes sociais que demonstra a conduta da equipe em perfis pessoais de mídias sociais e traz dicas rápidas de comunicação na web e assessoria. Essa proposta irá fortalecer a comunicação web da SNJ, padronizando a linguagem, o estilo e o formato das publicações e postagens.

A partir de 05 de julho 2014, atendendo à legislação relativa ao período eleitoral, os perfis da SNJ nas redes sociais foram ocultados e assim permaneceram até o dia 5 de outubro ou até 26 de outubro, caso houvesse segundo turno das eleições. O site da Secretaria permaneceu no ar, mas parte do seu conteúdo também foi ocultada em obediência à referida legislação e o volume de comunicação nas redes sociais e sites (participatório e juventude) ficou mais restrito. Em dezembro de 2014, o portal da Juventude foi lançado. O objetivo é agregar em um só lugar informação, conhecimento e pesquisa sobre as iniciativas em Políticas Públicas de Juventude (PPJs) no Brasil. Uma campanha publicitária está em fase de aprovação com divulgação prevista para o 1º semestre de 2015. Com isso espera-se ganhar mais evidência e amplitude de audiência, aumentando significativamente o acesso ao portal.

• **Elaboração e publicação de diretrizes da política cultural, para promoção da cultura da juventude**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria da Cidadania da Diversidade Cultural - SCDC do Ministério da Cultura - MinC trabalha nesta meta a partir da elaboração de uma série de cadernos temáticos relativos aos temas e campos de atuação da mesma, incluindo-se neste esforço o Caderno Temático de Políticas Culturais para a juventude.

Os cadernos temáticos envolvem pesquisa de normas legais, descrição de programas e projetos desenvolvidos em parceria ou diretamente pela SCDC, além de informações sobre o conjunto de projetos sob responsabilidade do MinC e vinculadas que tratam do tema.

A Secretaria Nacional de Juventude viabilizou, via consultoria, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, a elaboração de levantamento e análise de propostas de políticas públicas de cultura para a juventude no início de 2013, contemplando os seguintes conteúdos: diagnóstico das políticas de cultura no âmbito federal e o acesso da juventude a essas políticas; proposta metodológica de estratégia de interface e aprimoramento entre os programas do Ministério da Cultura e a Política Nacional de Juventude.

A proposta elaborada subsidiará o trabalho do Comitê Interministerial de Políticas de Juventude - COIJUV, que desenvolverá proposta de diretrizes e política para promoção da cultura da juventude que subsidiará a construção de proposta para o Plano Nacional de Juventude, que deverá ficar pronto até o final de 2014 para ser submetido à aprovação na III Conferência Nacional de Juventude.

Paralelamente, a Secretaria Nacional de Juventude e Ministério da Cultura tem promovido ações de cultura para juventude por meio editais com foco em economia criativa, cultura e juventude rural, hip hop e comunicação e diversidade.

• **Elaborar proposta do Sistema Nacional de Juventude**

Análise Situacional da Meta

Com a sanção do Estatuto da Juventude em 05 de agosto de 2013, conforme Lei nº 12.852/2013, os direitos de cerca de 51 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos tornam-se uma política de Estado, independente da vontade de governos. Além de diretrizes para a realização de políticas públicas especialmente dirigidas e de acordo com a



especificidade dos jovens, o Estatuto traz, ainda, a instituição do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).

O SINAJUVE é um sistema descentralizado e participativo que organiza o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações, planos e programas que constituem as políticas públicas de juventude em todo território nacional. Para que entre em vigor, sua composição, organização, competência e funcionamento, bem como o financiamento das ações e atividades realizadas, devem estar definidos em regulamento.

Conduzida pelo Comitê Interministerial da Política de Juventude (Coijuv), de acordo com o previsto no Decreto nº 8.074, publicado em 14 de agosto de 2013, a elaboração da proposta do Sistema Nacional de Juventude contou com amplo processo de participação social, aproximando o governo das demandas da sociedade. Foram recolhidas contribuições de gestores e conselheiros de juventude municipais e estaduais, de movimentos e organizações juvenis, do Conselho Nacional de Juventude e de vários jovens que acessaram a consulta pública realizada pela página do Participatório, o Observatório Participativo da Juventude (<http://participatorio.juventude.gov.br>), entre setembro e dezembro de 2013.

Em reunião ocorrida no dia 19 de dezembro, o Coijuv – composto pelos Ministérios da Educação; da Cultura; da Saúde; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Desenvolvimento Agrário; do Trabalho e Emprego; e a Secretaria de Assuntos Estratégicos, e coordenados pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República – concluiu seus trabalhos de elaboração da proposta. No dia 20 de dezembro de 2013, o Comitê Interministerial da Política de Juventude encaminhou minuta de decreto de regulamentação do Sistema Nacional de Juventude, que está sob análise da Casa Civil.

• **Elaborar uma proposta de Plano Nacional de Juventude**

Análise Situacional da Meta

Com a aprovação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) e a publicação do Decreto nº 8.074, de 14 de agosto de 2013, que institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude (Coijuv), o debate em torno da consolidação de um Plano Nacional de Juventude ganha instância formal. Conforme previsto no inciso IV, do art. 2º, do Decreto nº 8.074, sua elaboração está sendo conduzida pelo Coijuv, órgão permanente para gestão e monitoramento das políticas públicas do Governo Federal para a juventude.

Nesse sentido, o Coijuv tem cada vez mais se consolidado como espaço institucional para a convergência de posicionamentos, pactuação de propostas e encaminhamentos sobre o Plano. Tendo como princípio fundamental a construção coletiva e com efetiva participação dos diversos atores governamentais e não governamentais relacionados à Política Nacional de Juventude, deu-se início, em novembro de 2013, às articulações para elaboração de documento preliminar que sirva de base para o Plano Nacional de Juventude.

Além dos membros que compõe o COIJUV oficialmente – os Ministérios da Educação; da Cultura; da Saúde; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Desenvolvimento Agrário; do Trabalho e Emprego, a Secretaria de Assuntos Estratégicos e a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, sendo que este o coordena –, o foram convidadas outras instituições governamentais relacionadas com a questão juvenil para participar das reuniões. E, conforme previsto, no segundo semestre de 2014 foi desenvolvida uma série de Oficinas sobre o Plano Nacional de Juventude, a partir dos eixos de direitos do Estatuto da Juventude, chamada Plano em Diálogo. O trabalho contou com a colaboração do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), com a parceria da Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e participação fundamental de representantes da sociedade civil.

• **Financiar 200 microprojetos para promoção da cultura da juventude**

Análise Situacional da Meta

Em junho de 2011 foi criado Comitê de Trabalho envolvendo representantes da equipe da Secretaria de Cidadania



Cultural – SCC do Ministério da Cultura - MinC, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério da Saúde, Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, Conselho Nacional de Políticas Culturais - CNPC e Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE. O objetivo foi delinear conjuntamente parâmetros e diretrizes para a criação de uma ação de reconhecimento e fomento das iniciativas culturais juvenis.

Surgiu, então, o edital de seleção pública n.º 11, de 14 de dezembro de 2011: Prêmio Agente Jovem de Cultura: Diálogos e Ações Interculturais, conduzido pela SCC/MinC em parceria com SNJ, Ministério da Saúde e MDA.

A seleção teve como objetivo envolver a juventude brasileira na divulgação de experimentações, vivências culturais e reflexões, além de reconhecer iniciativas culturais juvenis, dar suporte e estimular as experiências desenvolvidas por jovens, oferecendo prêmios a iniciativas culturais que promovessem a cidadania cultural e estimulassem as dinâmicas culturais em seus territórios (locais ou virtuais). Na etapa de habilitação, na fase eliminatória, foram inscritos 2.463 jovens.

O concurso selecionou 500 iniciativas com reconhecido impacto e promoção dos direitos humanos, valores éticos e a qualidade de vida. Puderam participar jovens entre 15 a 29 anos de idade e o prêmio era de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por iniciativa.

Quantidade alcançada

560

Data de Referência

31/12/2012

• **Firmar parcerias em políticas de juventude com países da América Latina, para fortalecer a integração regional**
Análise Situacional da Meta

As parcerias em Políticas Públicas de Juventude – PPJ entre países da América Latina são fundamentais para maior garantia dos direitos dos jovens, assim como permite uma maior integração regional. Essas parcerias podem ser realizadas diretamente entre os países diretamente ou por meio de organizações internacionais.

Entre essas parcerias, destaca-se a cooperação bilateral com o Instituto Nacional da Juventude, do Uruguai, fruto de um Memorando de Entendimento celebrado em 2011 com o Fundo de Populações das Nações Unidas. A cooperação teve por objetivo o fortalecimento das políticas públicas de juventude desenvolvidas e em desenvolvimento de cada país e a superação dos desafios comuns na promoção dos direitos da juventude. Como resultado Programas uruguaios contribuíram no Participatório e no Estação Juventude. E por outro lado, o Uruguai fez sua 1ª Conferência de Juventude, em outubro de 2013, inspirada na Conferência Nacional de Juventude do Brasil.

Outro destaque é o processo de implantação da proposta do Observatório Latino Americano de Juventude, em diálogo com a OIJ (Organización Iberoamericana de Juventud), Sistema ONU, CLACSO (Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales), CELAJU (Centro Latino Americano sobre Juventud), entre outros parceiros. Dessa forma, o Brasil está contribuindo para a criação de um organismo misto (com governos, sociedade civil, cooperação internacional e setor privado) que deve preencher uma lacuna na gestão e produção de conhecimento sobre a juventude latino americana. A expectativa é que em 2015 o Observatório já esteja em funcionamento com sede no Brasil.

Também no período de 2012-2014, foi iniciado no primeiro semestre de 2013, o processo para constituição de espaço de diálogo e colaboração multilateral e intersetorial sobre juventude na América Latina. O primeiro fórum foi realizado em setembro/2013 na cidade de Cuzco no Peru e reuniu mais de 130 pessoas durante três dias. O objetivo deste espaço foi aproximar as ações, os projetos, as ideias e as pessoas dos diferentes setores (sociedade civil, governos, academia e cooperação internacional) e potencializar os esforços através da coordenação.

Cabe salientar que o Escritório do Enviado Especial para Juventude do Secretário Geral da ONU iniciou diálogos para criação de fóruns regionais de juventude que promovam o maior engajamento da juventude na agenda ONU. Foram realizadas três reuniões com o Enviado Especial no sentido de constituir um Fórum Regional que agregue mais atores e



que contribua em outras necessidades da juventude latino americana. Nesse sentido, acordou-se que a OIJ estará na coordenação deste processo e, com base na experiência de Cuzco (setembro/2013), citada acima, apresentar-se-á o documento base para criação do Fórum Latino Americano de Juventude.

Ainda em 2013, foi realizado um seminário sobre juventude com parlamentares latinos americanos organizados em parceria com o PNUD para constituir uma rede que tenha condições de promover uma agenda legislativa de juventude, fortalecendo onde existe e criando onde ainda não há legislação que reconheça a juventude com sujeito de direitos.

Além dessas iniciativas citadas sobre a maior integração regional, no primeiro e no segundo semestre de 2014, o Brasil participou da Cúpula Social do MERCOSUL, envolvendo diversos representantes de juventude dos países do MERCOSUL. Nesses encontros, iniciaram-se as conversações com representantes da Venezuela e do Chile que se mostraram interessados em aprofundar suas políticas de juventude nacionais e regionais. Esse possível entendimento poderá resultar em novos marcos legais e novas pesquisas para a promoção dos direitos da juventude e também fortalecer e incentivar novas políticas públicas.

Dessa forma, os instrumentos de cooperação, promoção de diálogo, gestão e difusão de conhecimento sobre juventude em alguns casos são recentes e em outros não existem. Diante disso, se aposta no fortalecimento de esferas específicas nos blocos regionais que tenham condições de facilitar o diálogo e a cooperação entre os países.

• **Formar lideranças das juventudes rurais e urbanas para construção de iniciativas de sociedades sustentáveis**

Análise Situacional da Meta

Por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Governo Federal está inserindo a Temática Ambiental na formação de lideranças das juventudes rurais e urbanas visando à construção de sociedades sustentáveis, sob as diretrizes das políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

As ações de educação ambiental que contribuem para essa meta são: a criação de 200 Salas Verdes como centros de informação e formação ambiental, implementadas em 2012; a 4ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente com o tema Desafios e Soluções Socioambientais, que criou 1.000 espaços exibidores; a criação da plataforma Moodle de Educação à Distância (EaD), que irá contribuir com o cumprimento desta meta. Os 2 primeiros cursos ofereceram 2.000 vagas, e houve 11.000 interessados.

O MMA realizou um planejamento estratégico do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente com a finalidade de responder às recomendações do GT Juventude e Meio Ambiente instituído, por meio da Portaria Interministerial nº 319, de 19 de setembro de 2012.

No 2º semestre de 2014, o MMA passou a ser demandante dos cursos de educação profissional dentro do PRONATEC/MEC, com a criação de 3 (três) novas modalidades de demanda; Foi realizada a seleção dos 59 projetos de extensão universitária no eixo do Programa PROEXT referente ao novo subtema “Juventude e meio ambiente” dentro da linha temática “Meio Ambiente e recursos naturais”; o lançamento da 1ª edição da “Revista Juventude e Meio Ambiente”, construída por meio de chamada pública com participação direta de 58 jovens e conta com a versão digital e impressa.

Além disso, a participação do MMA na Feira da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2014, onde foram apresentados curtas e animações, e realizados debates com cerca de 700 crianças, adolescentes e jovens.

Durante o VIII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, foi realizada a oficina “A Estratégia de Educação Ambiental no âmbito do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente”, contou com a participação de 24 jovens lideranças de diversas regiões do Brasil. E entre os dias 16 e 17 de dezembro, foi realizada a 1ª Oficina Nacional da Juventude Extrativista, onde participaram 15 lideranças jovens de diferentes estados da Amazônia. A oficina foi realizada pelo MMA em parceria com o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS);

Entre os dias 18 e 19 de dezembro foi realizada a “Oficina de Articulação com a Sociedade Civil” que teve como objetivo apresentar as ações desenvolvidas por diferentes Ministérios na elaboração do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente. A atividade contou com a participação de 15 lideranças das juventudes rurais e urbanas e



foi realizada pelo MMA em parceria com a SNJ e o MEC.

• **Implementar Seminário Permanente de Integração Regional Juvensur**

Análise Situacional da Meta

O JUVENSUR é um Seminário Permanente de Formação Política Regional, promovido pela Reunião Especializada da Juventude do MERCOSUL – REJ, que tem a tarefa de promover o diálogo, a capacitação, a elaboração, a cooperação e o fortalecimento de políticas juvenis no âmbito do MERCOSUL, com a finalidade de impulsionar a melhoria das condições de vida dos jovens. A intenção original era que o JUVENSUR acontecesse semestralmente, acompanhando as reuniões da REJ.

O Brasil foi responsável pela realização do III Seminário JUVENSUR, que ocorreu de 1 a 4 de novembro 2012 na cidade de Foz de Iguaçu. Houve a participação de mais de 300 jovens, de mais de 9 países da América Latina, todos discutindo e debatendo políticas públicas de juventude. Nesses dias de trabalho, os jovens dividiram-se em 10 grupos de trabalhos e debateram temas como emprego, acesso a direitos, juventude rural, educação e políticas públicas de juventude. Além das discussões e das capacitações realizadas nesses dias, esse encontro possibilitou o intercâmbio de experiências entre os jovens participantes. Também incentivou o envolvimento desses jovens com as políticas públicas de seus próprios países, bem como com as políticas públicas dos países do MERCOSUL.

Em maio de 2013, foi realizada no Uruguai a IV edição do Seminário de Integração Regional – JUVENSUR, juntamente com a Reunião Especializada da Juventude. Desta reunião, definiu-se grupo de trabalho para aprimorar a realização dos próximos Seminários, bem como propor um projeto para realização das próximas versões do JUVENSUR. Um dos grandes desafios é envolver cada vez mais os jovens para participar do JUVENSUR, bem como garantir a participação e envolvimento destes nas Políticas Públicas voltadas para a juventude no âmbito da América do Sul. Também foi iniciado o debate do aprofundamento do JUVENSUR, de modo a torná-lo mais completo e mais abrangente, permitindo maior participação dos jovens e também aprimorar a sua capacitação. Além disso, busca-se uma continuidade e independência do JUVENSUR. Hoje, o Seminário acontece sempre em continuidade a Reunião Especializada de Juventude – REJ. O desafio é torná-lo periódico, de preferência semestralmente, e que ocorra independente da realização da REJ.

No primeiro semestre de 2014, a Venezuela assumiu a Presidência Pró-Tempore do MERCOSUL e, nesse período, este país não realizou a Reunião Especializada da Juventude – REJ nem o Seminário Permanente de Formação Regional para a Juventude. Também durante a Reunião Especializada de Juventude – REJ, que aconteceu em Paraná – Argentina, não houve a realização do JUVENSUR. Nesta reunião em dezembro/2014, ficou decidido sobre a importância da realização do JUVENSUR e a reafirmação da necessidade de maior institucionalização do JUVENSUR, de forma que ele possa acontecer semestralmente, sem sofrer mudanças em função da rotatividade da Presidência Pro Tempore. A expectativa é que na Presidência Pró Tempore do Brasil, em 2015, se retome a realização do Seminário.

• **Realizar Conferência Nacional de Juventude**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Juventude, em parceria com o Conselho Nacional de Juventude, voltou seus esforços e fez uma aposta na importância política e programática da 2ª Conferência Nacional de Juventude.

Ao longo de todo o ano de 2011 jovens de todo o Brasil se mobilizaram e se articularam em torno das discussões sobre as políticas públicas de juventude. Esse processo envolveu, nas suas diversas etapas, mais de 550 mil pessoas nos 26 estados e no Distrito Federal, em mais de 1.200 cidades, culminando na realização da II Conferência Nacional de Juventude, nos dias 9 a 12 de dezembro de 2011, em Brasília, contando com a presença de mais de 3 mil jovens, entre delegados, convidados e observadores (do 1.394 delegados, 90% eram da sociedade civil).

A Conferência estabeleceu as diretrizes da Política Nacional de Juventude que norteiam as ações durante a vigência do PPA 2012-2015.

A expectativa para a realização da III Conferência Nacional é 2015, para tanto se trabalhou na elaboração do decreto de convocação com previsão para publicação no 1º semestre de 2015. Paralelamente foram realizadas oficinas, em



colaboração com o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e em parceria com a Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com o envolvimento de movimentos juvenis e representantes da sociedade civil, para discussões temáticas, de agosto a novembro de 2014. Os encontros tiveram o objetivo de favorecer o diálogo entre as demandas recebidas e o planejamento/execução/monitoramento de políticas, programas e ações voltados direta ou indiretamente aos jovens, que irão compor a proposta de Plano Nacional de Juventude que será submetido à aprovação na III Conferência Nacional de Juventude.

• **Realizar cursos de capacitação e qualificação técnica e gerencial para gestoras jovens para ampliar a incidência do tema nas políticas públicas de promoção de igualdade de gênero**

Análise Situacional da Meta

O governo tem atuado para garantir maior transversalidade do tema da juventude nas políticas públicas setoriais, bem como para ampliar o diálogo com outros temas de caráter transversal. Neste sentido, uma das metas é ampliar a perspectiva de gênero em suas políticas e também levar a perspectiva de juventude para as políticas de mulheres. Em 2011 foi constituída uma parceria com a Secretaria Nacional de Juventude, ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para Mulheres-SPM e Ministério da Educação-MEC, e assim instituiu-se um grupo de trabalho com jovens mulheres líderes de diferentes organizações da sociedade civil com intuito de discutir os principais temas concernentes a vida das jovens mulheres no Brasil e traçar diretrizes para a elaboração de políticas públicas adequadas a este segmento. Como desdobramento do trabalho deste GT, em 2013 foi realizado o I Seminário Nacional de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. O evento contou com a participação de aproximadamente 120 jovens mulheres, sendo 60 gestoras de organismos municipais e/ou estaduais de mulheres e/ou juventude, e 60 mulheres da Sociedade Civil. Foram debatidas temáticas relacionadas à Política de Juventude e ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM). Nele refletiu-se o acúmulo de discussões, diagnósticos e proposições do grupo de trabalho e abriram-se novas frentes de diálogo, sejam elas entre órgãos do governo, entre governo e sociedade, e entre organizações da sociedade civil. O seminário também resultou no fortalecimento de redes de articulação e na promoção de maior integração das lideranças especialmente das questões comuns em torno das políticas públicas para jovens mulheres.

As reflexões produzidas neste seminário estão em fase de sistematização para compor uma publicação, contendo também artigos de convidadas, com apoio pela ONU Mulheres.

Como resultado imediato, foi feita uma alteração no texto do PNPM no seu capítulo 10, que versa sobre juventude. O Seminário também propiciou uma intensificação do diálogo entre SNJ e SPM, o que tem proporcionado a busca por uma visão transversal e articulada de juventude e gênero nas diversas políticas públicas debatidas pelas Secretarias. Por fim, em 2014, fruto do acúmulo do Seminário, foi iniciada uma parceria com a ONU Mulheres e PNUD para um programa de tutoria para mulheres jovens lideranças, sob a denominação de “Mais Direitos para Mulheres Jovens no Brasil”, no qual 15 mulheres jovens, de 18 a 29 anos, com experiência em liderança comunitária e ativismo pelos direitos das mulheres, foram selecionadas, através de edital público, para integrar o Programa de Fortalecimento em Questões de Gênero e Juventude. Os objetivos do programa são, entre outros, fortalecer a liderança dessas jovens para facilitar a expansão de suas redes e alianças, aumentar sua capacidade de participação política, desenvolver conhecimentos e habilidades para a análise de políticas públicas com recorte de gênero, raça e juventude, além de elaborar um planejamento de comunicação.

As jovens selecionadas contaram com o apoio de mentoras, mulheres com experiência e notório saber em áreas que dialogam com os objetivos do Programa. Boa parte das atividades acontece na plataforma do Participatório da Juventude (<http://participatorio.juventude.gov.br/>), em um espaço de educação à distância (EAD) para trocas e interlocução entre o grupo, além de três encontros presenciais.

O processo formativo e a troca de experiências entre as jovens lideranças e as mulheres em posição de poder se apresenta como importante instrumento de prosseguimento das ações voltadas para Jovens Mulheres.

• **Veicular produção sobre a juventude nas redes públicas de comunicação**

Análise Situacional da Meta



As ações, eventos e programas da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ são amplamente divulgados na Empresa Brasileira de Comunicação – EBC e replicados para estados e municípios visando ampliar a rede de comunicação pública sobre políticas para a juventude no Brasil.

Em 2013 o diálogo com as empresas públicas de comunicação tem se mantido. Especificamente iniciou-se um diálogo com a NBR que poderá culminar numa parceria, em razão da criação de um programa de TV semanal. Em 2014 não houve avanços no diálogo com a NBR.

As restrições eleitorais inibiram a veiculação de produções patrocinadas pelo governo no 2º semestre de 2014.

OBJETIVO: 0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

Os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, a maioria negros. Segundo dados do Sistema de Informações sobre a Mortalidade - SIM/DATASUS do Ministério da Saúde, em 2012, dos 30.072 jovens assassinados, 71,53% eram negros e 93,3% do sexo masculino.

Em resposta a esse desafio, o Governo Federal lançou, em setembro de 2012, após várias consultas à sociedade civil, a primeira fase do Plano Juventude Viva-PJV, com ações inicialmente no estado de Alagoas, mas atualmente estendidas para Paraíba, DF e região metropolitana, Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, e 100 dos 142 municípios considerados prioritários devido aos altos índices de vulnerabilidade dos jovens negros em seu território, entre eles o município de São Paulo.

O PJV é executado de forma articulada com diferentes ministérios, governos estaduais e municipais, sendo coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República- SNJ/SG/PR e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR. Atualmente o Plano reúne 44 programas e ações pactuados pelos 11 Ministérios envolvidos, sendo eles: Cultura, Educação, Esporte, Justiça, Saúde, Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas para as Mulheres.

As ações do Plano têm como objetivo de reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídios; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema.

O governo federal já investiu pelo menos R\$ 1,3 bilhão nos programas pactuados pelos ministérios aos 142 municípios prioritários. O acesso a estes recursos depende dos parceiros locais (estados e municípios prioritariamente, mas também com oportunidades para a sociedade civil), que enviam projetos por meio de editais ou fazem adesão aos programas e ações que compõem o Plano.

ARTICULAÇÃO NACIONAL JUVENTUDE VIVA

O Plano desenvolveu o Projeto Articulação Nacional Juventude Viva (ANJV), em parceria com a Fiocruz, entre dezembro de 2012 e novembro de 2014, com vistas a iniciar a capilarização e territorialização do PJV, articulando ações com governos estaduais, municipais e sociedade civil, contribuindo para a formação de redes para divulgação e fortalecimento da implementação. Durante a sua primeira fase de realização, a ANJV contou com 17 articuladores, que acompanharam 53 municípios. Os articuladores voltaram sua atuação aos poderes públicos e à sociedade civil local para apoiar o desenvolvimento do Plano nos territórios. O desafio é ampliar a atuação dos ANJV para todos os 142 municípios prioritários.

AÇÕES ESTRATÉGICAS: LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

No âmbito parlamentar destaca-se a continuidade da mobilização pela aprovação do PL 4471/2012, que prevê a



obrigatoriedade de investigação para homicídios causados por agentes de segurança do Estado em casos de autos de resistência. Entre 2013 e 2014 foram realizadas 10 ações de mobilização social incluindo audiências com o presidente e outras lideranças na Câmara dos Deputados. Mais de 40 mil pessoas, representando centenas de entidades, já foram envolvidas nos processos de mobilização. A incidência dos membros da Rede Juventude Viva contribuiu para que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) recomendasse em seu relatório final o fim dos autos de resistência.

Com o Sistema de Justiça, a Secretaria-Geral assinou junto com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), Ministério da Justiça e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Protocolo para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência. O objetivo é implementar ações para promoção do acesso à justiça para jovens negros em situação de violência ou vulnerabilidade. Um exemplo de ação já realizada é a audiência pública no Conselho Nacional do Ministério Público sobre o tema do Protocolo, em setembro de 2014, envolvendo sociedade civil, parlamentares, gestores públicos e atores do sistema do judiciário e que já resultou em publicação específica para orientar promotores a respeito do problema.

AÇÃO COM O SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS

Em parceria com o GT Interagencial de Juventude das Nações Unidas no Brasil, o PJV apóia o desenvolvimento de campanha pelo fim do racismo e da violência contra a juventude negra durante toda a próxima década dos Afrodescendentes (2015 a 2024).

AVANÇOS E DESAFIOS

Primeira resposta articulada do Governo Federal a uma demanda social histórica e cada vez mais urgente, o PJV constitui-se em ação inédita de diálogo e articulação político-institucional, que reúne governos federal, estaduais, municipais e a sociedade civil, no enfrentamento da violência letal, em especial àquela exercida sobre os jovens negros. Volta-se, para isso, à promoção de sua inclusão social em territórios atingidos pelos mais altos índices de vulnerabilidade. O Plano se propõe a diagnosticar e reconhecer o problema da mortalidade dos jovens negros como resultado de processos históricos marcados pelo racismo e pela criminalização da juventude negra, pobre e de periferia, e exerce papel preponderante para o fortalecimento da democracia ao atrelar sua execução à participação social, ao combate ao racismo institucional e à promoção de políticas públicas nos territórios mais vulneráveis à violência letal.

Uma análise sobre a primeira fase de implementação do Plano Juventude Viva ressaltou o papel que o mesmo teve para o fortalecimento, em diferentes instâncias, em especial nos municípios e estados, dos jovens negros como sujeitos de direitos e da institucionalização e fortalecimento das políticas de juventude e de igualdade racial. Importante resultado também foi o fortalecimento da participação social como método de governo, a partir de consultas com representantes de todas as regiões do país e da territorialização de políticas públicas vinculadas ao Juventude Viva nos bairros mais vulneráveis e de consulta à sociedade civil local por meio dos Núcleos de Articulação Territorial-NATs. Pode-se também perceber o início da sensibilização da opinião pública sobre o tema e a redução da invisibilidade dessas mortes.

Para os próximos anos, um dos principais desafios do Juventude Viva é avançar do atual objetivo de prevenção da violência e redução de vulnerabilidade, para aliar-se com ações efetivas de acesso à justiça e aprimoramento de instituições de segurança pública que possam realmente impactar na redução do número de homicídios de jovens negros no país.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a consolidação de redes de jovens para desenvolvimento de ações que visem à superação da cultura da violência**

Análise Situacional da Meta

A Rede Juventude Viva é uma ação do Plano Juventude Viva iniciada em 2012, que consiste na formação de uma rede para informação e mobilização de atores de diferentes segmentos da sociedade em torno do Plano Juventude Viva e da defesa da vida da juventude, em especial da juventude negra. A Rede reúne organizações e pessoas interessadas no Plano Juventude Viva e que passam a atuar também em torno dele, por já realizarem ações de prevenção à violência contra a juventude negra.



Para organizar a rede criou-se uma página na internet (<http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/convite-de-adesao-ao-plano>) na qual os interessados em participar da rede se cadastram. Até 2014, mais de 3 mil pessoas ligadas a 1158 instituições se cadastraram na Rede, entre grupos de hip hop, ativistas de ONGs, associações comunitárias, movimentos sociais e sindicatos. Eles atuam em 543 municípios e estão presentes em todas as 27 unidades da federação.

A Rede conta com um informativo para divulgação de editais, prêmios, serviços, notícias em geral sobre o Plano Juventude Viva e seus parceiros, bem como sobre as ações das organizações cadastradas. Foram lançados 20 informativos desde 2013. O objetivo é fortalecer as organizações que trabalham com a pauta da prevenção à violência, informando-as sobre os acontecimentos relevantes para a temática do Plano Juventude Viva e sobre oportunidades de captação de recursos para execução de projetos, que podem ou não ser recursos de ações do governo federal.

Em 2014 foi realizado o mapeamento do perfil da Rede e iniciou-se novas ações de interação e animação da Rede Juventude Viva em interface com o Participatório, onde são mediados os debates e as comunidades de troca de experiências virtuais. Uma das comunidades conta com os participantes da Rede e outra é formada por gestores estaduais e municipais do Plano.

• **Implantar mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violência contra a juventude negra**

Análise Situacional da Meta

Desde o segundo semestre de 2012 foram realizadas quatro oficinas entre a Coordenação Nacional do Plano Juventude Viva (Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra) e as equipes das ouvidorias da Secretaria de Direitos Humanos-SDH e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para discussão da implementação deste mecanismo de denúncia.

A SEPIR possui o número de utilidade pública 138, disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), que deverá ser operacionalizado para a implementação do Disque Igualdade Racial. O serviço prevê a gestão de quatro módulos temáticos assim definidos: Juventude Negra, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Comunidades Quilombolas e Povos de Cultura Cigana e População Negra. A conclusão do processo de contratação da empresa responsável pela operacionalização do Disque Igualdade Racial e início da construção dos módulos de atendimento está previsto para o segundo semestre de 2014.

Enquanto o 138 não é disponibilizado ao público, as denúncias são recebidas através do Disque 100, de responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos-SDH.

• **Promover a adesão de oito (08) estados brasileiros ao Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra**

Análise Situacional da Meta

Em setembro de 2012 foi iniciada a primeira fase de implementação do Plano, no Estado de Alagoas, que possui a maior taxa de mortalidade de jovens negros do país.

Em 2013 foi definida a estratégia de expansão gradual do Plano Juventude Viva, que deverá chegar até 2014 aos municípios com mais altos índices de homicídios contra jovens da Paraíba, do Distrito Federal e entorno, de São Paulo, da Bahia, do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul.

No primeiro semestre de 2013 foi realizada a articulação com os governos municipais e estaduais, e pactuação de ações com os ministérios, para os lançamentos previstos.

No segundo semestre de 2013, houve a adesão ao Plano, na modalidade pactuada, pelo estado da Paraíba e seus seis municípios prioritários, pelo Distrito Federal e 6 municípios prioritários da região integrada de desenvolvimento econômico (RIDE), pelo município de São Paulo e pelo estado da Bahia e seus 20 municípios prioritários.

Em maio de 2014 o Plano Foi lançado no estado do Espírito Santo e nos seus 7 municípios prioritários.

Na modalidade de adesão pactuada o Juventude Viva está presente em 47 municípios de sete (07) estados brasileiros (AL, PB, DF, GO (entorno DF), BA, SP e ES).

Além da pactuação promovida pelo Governo, foi criada a modalidade de adesão voluntária na qual o município ou



estado interessado faz a adesão e inicia as ações que estão ao alcance do município, estado e Governo Federal, uma vez que as ações do Governo Federal que acompanham o Plano Juventude Viva estão disponíveis aos municípios e estados interessados. O estado do Rio de Janeiro fez adesão na modalidade voluntária em 2013. No segundo semestre de 2014 dois outros estados fizeram adesão voluntária ao Plano: Rio Grande do Sul e Sergipe.

Os municípios aderem voluntariamente, articulam as ações em nível local criando um Plano Municipal de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra, e concorrem nos editais das ações e programas. Para os municípios que estão na lista dos 142 prioritários, quase sempre existe alguma prioridade de pontuação nos editais de ações e programas pactuados pelos ministérios para o Plano Juventude Viva.

Como resultado até o final de 2014, houve 215 pedidos de adesões voluntárias, a exemplo de Aracaju-SE, Manaus-AM, Guarulhos-SP, Uberlândia-MG, Teresina-PI e Volta Redonda-RJ.

Um total de 100 municípios prioritários (70,4% dos 142) fizeram adesão ao Plano Juventude Viva, sendo 47 pactuados e 53 voluntários. Estas cidades abarcam cerca de 35% da população brasileira e quase metade dos homicídios no país.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar campanhas de comunicação e de sensibilização sobre racismo, com foco na reversão dos estereótipos que atingem a juventude negra, em todas as unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

Em novembro de 2012 foi lançada a Campanha Juventude Viva, com veiculação em jornais, em redes de rádio e televisão em Alagoas, e também disseminada nacionalmente na internet, com divulgação no YouTube, facebook e twitter.

Esta primeira etapa da campanha, que também contou com cartazes e folders, foi veiculada até maio de 2013, período em que foi iniciado o processo de construção da concepção da segunda fase da Campanha.

Com o lançamento do Plano em outros estados, a segunda fase da Campanha iniciou sua veiculação no segundo semestre de 2013 nos estados da Bahia, Distrito Federal e entorno, Alagoas, São Paulo e Paraíba.

A campanha foi veiculada entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014 - com ações específicas de inserção em rádios, portais de notícias na internet, redes sociais, computadores positivo, TVs em ônibus e metrô e em painéis de mobiliário urbano. Além disso, o novo filme para televisão foi disponibilizado na Internet e para veiculação com inserção gratuita nos canais de televisão desde o dia 20 de novembro de 2013 para todo o Brasil.

Em 2014 a campanha foi veiculada também no estado do Espírito Santo e nos sete municípios prioritários do estado que aderiram ao Plano Juventude Viva, tendo sido veiculada neste ano em todos os estados prioritários.

Além da campanha realizada pelo governo federal, articulou-se a presença do tema no grupo interagencial das agências de cooperação internacional, o que abre caminhos para grandes mobilizações do sistema ONU em prol do enfrentamento à violência contra a juventude negra.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0967 - Ampliar o acesso às oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda da população jovem

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

O Instituto da Aprendizagem Profissional (Lei Federal nº 10.097/2000) constitui o eixo fundamental da política de promoção do ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho formal de maneira qualificada e protegida.



Instituída pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, essa política proporciona aos maiores 14 (quatorze) e menores de 24 (vinte e quatro) anos, e às pessoas com deficiência sem limite de idade, a conexão entre a formação profissional e a formalização de Contrato de Trabalho de natureza especial: ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos. Verifica-se que, desde a publicação do Decreto nº 5.598/05, que regulamenta a contratação de aprendizes, até 2014, foram admitidos 1.910.635 aprendizes nessa modalidade de contratação.

Atingir o potencial de contratação em sua totalidade está relacionado à expansão da oferta de vagas em todo território nacional, assim como integrar a Aprendizagem Profissional com outras políticas de governo. Uma dessas iniciativas foi concretizada com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e Ministério da Educação - MEC em novembro de 2013. A partir deste acordo foi criada a modalidade PRONATEC APRENDIZ, que permitiu até o momento a pactuação de 5.000 vagas e perspectiva de 15000 vagas até o final de 2014. Essa medida tem o objetivo de incentivar a contratação de aprendizes pelos pequenos e micro empresários e empregadores não contribuintes dos Serviços Nacionais de Aprendizagem Profissional.

Em relação ao Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional - FNAP, que foi instituído pela Portaria nº 983/08, foi aprovado, em 2013, o Plano Nacional da Aprendizagem Profissional com metas estabelecidas até o ano de 2015. O referido documento é composto por 09 ações: aprendizagem na administração pública; articulação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e da aprendizagem profissional com a educação profissional e tecnológica; plano de comunicação; financiamento; democratização do acesso, expansão e interiorização da aprendizagem; Fóruns Nacional e Estaduais; alinhamento interinstitucional e articulação das ações aprendizagem com a Agenda Nacional do Trabalho Decente. O documento completo está disponível na internet no link: http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/forum-nacional.htm

Metas 2012-2015

- **Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional**

Análise Situacional da Meta

O Programa Projovem Trabalhador em 2013 passou por várias reformulações com o intuito de torná-lo mais transparente, em atenção às recomendações dos órgãos de controle. Desse modo, intensificaram-se as ações de análise de prestações de contas pendentes, visando à diminuição do passivo. Sendo assim, foram assinadas somente três novas parcerias em 2013, beneficiando 1.700 jovens. Das três parcerias firmadas em 2013 uma foi na área de influência da SUDENE, no município de Patos/PB. As demais foram na região Sul.

Em 2011 as parcerias firmadas beneficiaram 203.380 jovens, sendo que grande parte desta execução ocorreu nos exercícios de 2012 e 2013. Já as parcerias firmadas em 2012, totalizando 4.639 jovens, foram executadas em 2013. Em 2012, das 8 parcerias firmadas, 7 foram na área de influência da SUDAM e SUDENE. Com isso, em 2012 e 2013, foram firmadas parcerias que beneficiaram 6.339 jovens. Em 2014 o PROJÓVEM TRABALHADOR encontra-se em aprovação de suas propostas de melhorias, atendendo aos órgãos de controle bem como tornando-o, cada vez mais, seu processo de execução transparente e eficiente. Não foram pactuados novos termos de adesões de parcerias, estando assim com o status de 0 zero jovem qualificado até a presente data em 11/08/2014.

Quantidade alcançada

6.339

Data de Referência

31/12/2014

- **Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer**



tempo, admitidos em contratos de aprendizagem

Análise Situacional da Meta

As ações integradas do MTE permitiram a contratação de 402.683 aprendizes em 2014, representando um aumento significativo em relação aos contratos celebrados em 2013, que atingiram 348.183 contratos.

O acumulado de Janeiro 2012 a Dezembro de 2014 totaliza 1.061.115 contratações na modalidade de Aprendizagem Profissional, representando 86,93% da meta de 1.220.628.

No ano de 2014 houve a contratação de 210.864 aprendizes do sexo masculino e 191.819 do sexo feminino. A faixa etária predominante de atendimento foi a de 14 a 17 anos com 275.152 contratações, seguidos pela faixa etária de 18 a 24 anos com 126.020. O setor do Comércio foi o que mais contratou aprendizes com 102.219 admissões, seguidos pela Indústria com 94.719. Juntos representam 48,91% das contratações.

Quantidade alcançada

1.061.115

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	99.153	unidade	96.574	31/12/2014
Região Nordeste	220.645	unidade	163.711	31/12/2014
Região Norte	67.525	unidade	54.609	31/12/2014
Região Sudeste	623.264	unidade	538.349	31/12/2014
Região Sul	210.041	unidade	207.872	31/12/2014

• Implementar as ações do Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP)

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional da Aprendizagem Profissional (PNAP) é o documento que aponta o direcionamento a ser seguido pelos atores envolvidos com a política.

1 - Aprendizagem na Administração Pública (AP)

Resultados Esperados: Aprendizagem Regulamentada e implementada em todos os órgãos da Administração Pública. Providências já realizadas: Elaboração de proposta para encaminhamento ao legislativo. Realização de reunião do Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional - FNAP com a participação dos Fóruns Estaduais que já possuem o programa instalado no âmbito da Administração Pública. Início de Mobilização em Junho de 2014 para implantação do Programa no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

2 - Articulação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e da Aprendizagem Profissional a Educação Profissional e Tecnológica

Resultados Esperados: catálogos de educação profissional formulado com referência na CBO; Aprendizagem Profissional integrada à Educação profissional e Tecnológica. Arcos Ocupacionais do Setor Bancário adotados e implementados pelas principais instituições públicas e privadas. Resultados Alcançados: Integração do Catálogo de Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC com a Classificação Brasileira de Ocupações e Catálogo Nacional da Aprendizagem Profissional.

3- Plano de Comunicação

Resultados Esperados: classe empresarial, sociedade e governos locais sensibilizados para a importância do aspecto



socioeconômico da Aprendizagem; Providências: Impressão de 50.000 cartilhas da Aprendizagem Profissional. Distribuição de 20.000 até Junho de 2014.

4 - Financiamento

Resultados Esperados: estimular o incremento do financiamento privado por meio de benefícios fiscais ou de contrapartida ao cumprimento de cotas; captar fontes de recursos para investimento em novos cursos e programas de aprendizagem; garantir orçamento destinado à formação profissional de adolescentes e jovens.

Providências: articulação com o Ministério da Educação via Pronatec (Portaria do nº168/2012, do MEC) para financiamento da formação teórica de até 480 horas para setores da economia não contribuintes do Sistema S. Modalidade Pronatec Aprendiz implementada com pactuação para o segundo semestre de 2014 de 5600 vagas com possibilidade de atingir 15000 vagas até Dezembro de 2014.

5 - Democratização do acesso, expansão e interiorização da Aprendizagem

Resultados esperados: Aprendizagem ofertada com qualidade no interior do país para democratização do acesso; Implementação de programas de aprendizagem à distância.

6 - Fórum Nacional e Fóruns estaduais de Aprendizagem Profissional

Resultados esperados: fóruns instalados e em funcionamento em todos os Estados Brasileiros. Providências: instalação de Fórum de Aprendizagem Profissional nos estados do Espírito Santo, Paraíba, Mato Grosso, Piauí, Amapá, Maranhão e Amazonas.

7 - Articulação e Monitoramento das ações de Aprendizagem com a Agenda nacional de Trabalho Decente - ANT D

Ações: participação de representantes do FNAP no Subcomitê de Juventude; sistematizar a experiência brasileira de política de aprendizagem profissional para fins de divulgação via Cooperação Internacional em coordenação com a ANT D. Elaboração de plano de trabalho, indicadores e meios de verificação de monitoramento das ações de aprendizagem com a ANT D; discutir e validar com os colegiados correlatos ao FNAP o plano de trabalho do monitoramento.

8 - Monitoramento e Avaliação das Metas do PNAP

Resultados Esperados: sistema integrado de informações; proposta de vinculação da aprendizagem como critério para conquistas de certificados de qualidade e/ou licitações.

Iniciativa 043T:

O programa cumpre seu objetivo de contribuir para a formação do adolescente, abrindo caminho a sua futura inserção no mercado de trabalho, estimulando o jovem a exercitar a sua cidadania e a participar ativamente da vida social, política e cultural do país promovendo, assim, a melhoria da qualidade de vida dos adolescentes carentes mediante o exercício de uma atividade de aprendizagem produtiva e remunerada.

Número de aprendizes vinculados ao programa (posição junho/2014): 4.203 aprendizes.

Desempenho Financeiro alcançado:

Recursos Financeiros



Meta Planejada 2014 - R\$ 135.932.000
Meta Reprogramada 2014 - R\$ 118.504.872
Executado 2014 - R\$ 38.111.185
% Execução 32,16%

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria Gestão de Pessoas

Justificativas de discrepâncias entre planejado e executado:

1. Observada elevação no número total de aprendizes no período, considerando a retomada das contratações após suspensão temporária ocorrida no 2º semestre de 2013, para adequação à legislação, porém, não o suficiente para se alcançar 50% da meta planejada para o ano de 2014.

OBJETIVO: 0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo da última década, com a colaboração de inúmeros atores e com o decisivo protagonismo do Governo Federal, o Brasil vem avançando na construção da política nacional de juventude por meio não só da ampliação da rede de atendimento das políticas universais, mas também da execução de uma série de programas de inclusão e de ações afirmativas. No entanto, ainda é preciso ampliar o acesso dos jovens a essas políticas, ainda não distribuídas igualmente a todos os territórios e ainda não acionadas por todos os segmentos.

A demanda por espaços especialmente destinados aos jovens tem sido uma constante, sempre presente nas conferências, fóruns e assembleias nos quais a juventude se manifesta. Muitas experiências locais já foram desenvolvidas nesse sentido, com variados escopos: espaços de referência, serviços desenhados para atender as demandas juvenis, canais de interlocução entre os jovens e o poder público, local de lazer, cultura e convivência, criação e expressão dos diferentes grupos juvenis etc. Contudo, em muitos lugares em que foram desenvolvidas, tais ações carecem de consolidação e continuidade.

O Programa Estação Juventude foi desenvolvido pelo Governo Federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, levando em consideração essas experiências e demandas, e tem como objetivo central a constituição de espaços de juventude nos territórios, que façam chegar aos jovens o avanço das políticas e programas de juventude, e ensejem a execução de novas ações para o cumprimento dos seus direitos assim como a ampliação de sua participação. Simultaneamente, objetiva disponibilizar para os gestores locais tecnologia social de desenvolvimento políticas para os jovens.

O programa Estação Juventude é constituído por uma série de ações desenvolvidas em um equipamento público, com instrumentos e equipe capacitada para disponibilizar informações, orientações e atividades para que os jovens possam acessar programas e serviços que garantam seus direitos e contribuam para o desenvolvimento de seus percursos de inclusão, autonomia e participação social. Instaura, em cada localidade, desse modo, um espaço de encontro, conexão, participação e construção de redes sociais.

Cada unidade de Estação Juventude deve desenvolver uma série de atividades para se estruturar como espaço de atendimento, conexão e participação dos jovens e que respondam simultaneamente às diretrizes nacionais do programa e às características e possibilidades locais. Por isso, todas as unidades devem realizar um mapeamento do território com a identificação das demandas dos jovens e das potencialidades existentes neles para que os jovens garantam seus direitos;



devem estruturar uma central de informações com dados sobre as ações públicas que se desenvolvem na localidade e posam ser acessadas pelos jovens; devem desenvolver uma ação local que responda especificamente a uma demanda dos jovens do território ainda não atendida; devem desenvolver oficinas de percursos com a perspectiva de apoiar os jovens na construção ou reconstrução de um plano para suas trajetórias de inclusão e autonomia; devem estruturar uma rede de apoio para a emancipação dos jovens, envolvendo gestores e atores sociais significativos do território; e devem desenvolver tais atividades através de mobilização e participação dos jovens, o que envolve a constituição de um comitê gestor do Estação Juventude.

Parcerias para a execução do Programa

O programa se desenvolve por meio de cooperação entre Governo Federal e entes federados, sob a forma de convênios de duração de 02 anos. Pode ser desenvolvido em duas modalidades: A) unidade complementar: com o objetivo de potencializar espaços já estruturados e otimizar recursos, funciona em equipamentos mantidos por outros programas municipais, através de convênios com municípios. B) unidade itinerante (rural ou urbana): com o objetivo de levar o Programa até os jovens que residem em áreas com pouca presença de equipamentos públicos, sobretudo jovens do meio rural, mas também das periferias urbanas, funciona em veículos adaptados para desenvolver ações em um território determinado, através de paradas periódicas seguindo um roteiro pré-determinado; convênios com Estados ou, no caso das urbanas, com municípios com mais de 100 mil habitantes.

Os recursos financeiros repassados pelo governo federal são principalmente para contratação de recursos humanos (dois profissionais de formação universitária), que recebem capacitação pela SNJ, visando a constituição de “agentes de juventude” que possam atuar no território. Também há recursos para aquisição de bens de consumo; e equipamento permanente (incluindo veículo automotivo na modalidade itinerante). ASNJ dispõe também de instrumentos e material metodológico para o desenvolvimento das atividades.

Para detalhar a proposta do programa, a SNJ contou com uma série de colaborações na forma de consultas e debates com especialistas, gestores e representantes dos conselhos de juventude, técnicos de diversas áreas do governo federal. Duas cooperações mais estruturadas foram estabelecidas com universidades federais: uma, com a UFBA, para desenvolvimento da metodologia e das capacitações dos gestores locais, e outra, com a UFRN, para a avaliação do programa.

Execução nos territórios

Em 2012 foi lançado o primeiro edital para a seleção de propostas de estados e municípios para a implantação de 30 unidades, em caráter experimental, privilegiando a sinergia com o Plano Juventude Viva. Em outubro de 2013 foi lançado o segundo edital, para proceder à seleção de propostas de projetos para 2013 e 2014, classificadas conforme pontuação e atendidas até o limite orçamentário disponível. Do edital de 2012, foram assinados 22 convênios; do edital de 2013, 38. Mais 12 convênios foram assinados através de emendas parlamentares, sendo 04 em 2013 e 08 em 2014.

Do total de 72 convênios assinados, 51 são para executar unidades na modalidade complementar, e 21 na modalidade itinerante, sendo, destas, 10 urbanas e 11 rurais.

As dificuldades de execução dos convênios, principalmente as relativas à contratação de recursos humanos e aquisição de veículos, especialmente para as itinerantes, atrasou significativamente o início da execução dos convênios, obrigando a uma readequação dos cronogramas e do desenvolvimento das atividades com os jovens. No final de 2014 contamos com 13 unidades em funcionamento, atendendo jovens, todas na modalidade complementar, sendo 11 delas do edital de 2012 e 02 do edital de 2013. Os demais encontram-se em processo de implantação, finalizando a contratação das equipes e ou sua capacitação,

Tecnologia social

O detalhamento dos objetivos específicos e da metodologia para o desenvolvimento das linhas de ação, elaborado a partir da cooperação com a UFBA, resultou em duas publicações, condensando em produtos concretos as diretrizes e modo de operação do programa:

1 – Conceitos Fundamentais: pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas” (um caderno com 10 textos contendo subsídios conceituais que fundamentam as diretrizes do programa). Publicada em formato impresso e digital e



distribuída em 2014.

2 – Estação Juventude: Guia do Gestor (contendo textos na forma de manual de operações sobre cada uma das sete linhas de ação para a implantação do programa no território). Distribuída aos gestores em formato digital em 2014.

Foram realizados 2 eventos nacionais de capacitação dos gestores locais dos convênios (uma, em março de 2013, para os convênios firmados em 2012; outra em abril de 2014, para os convênios firmados em 2013) e dois eventos nacionais de capacitação das equipes locais contratadas (um em fevereiro de 2014, para os convênios de 2012; outra em dezembro de 2014, para os convênios de 2013). Participaram dos eventos de capacitação os professores e consultores organizados através da cooperação com a UFBA. No total, foram 72 gestores locais, e mais 23 equipes (105 técnicos) capacitados nos 4 eventos.

Além disso, foram realizadas visitas técnicas e de monitoramento a todos os convenientes da primeira edição, de 2012, durante o ano de 2014.

Apesar das dificuldades encontradas na execução dos convênios, o início do funcionamento das unidades nos territórios tem demonstrado a potencialidade do programa, gerando a adesão e comprometimento por parte dos técnicos contratados e grande afluxo dos jovens às atividades desenvolvidas.

Metas 2012-2015

• Implantar 150 unidades do programa Estação Juventude

Análise Situacional da Meta

Considerando a capacidade orçamentária da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, a meta estabelecida para o PPA 2012- 2015 foi a de implantação de 150 unidades no país.

Em 2012, após o detalhamento do desenho do programa, realizado com cooperação e consulta a diferentes atores ligados ao campo das políticas de juventude, a Secretaria Nacional de Juventude lançou edital para seleção de propostas de unidades de Estação Juventude para estados e municípios nas modalidades complementar e itinerante (campo ou urbana). O edital foi dirigido aos então 132 municípios prioritários para o Plano Juventude Viva, programa prioritário da Secretaria Nacional de Juventude, nas modalidades complementar e itinerante urbana; na modalidade itinerante rural, foi aberto para estados das regiões sul, sudeste e nordeste, focando a juventude rural com maior dificuldade de acesso a políticas e programas.

Considerando o caráter inovador e experimental do programa, foi prevista a seleção de 30 projetos. Contudo, em função da ainda significativa fragilidade, do ponto de vista da capacidade institucional e operacional, das estruturas voltadas à execução de políticas públicas de juventude entre os entes federados, a Secretaria Nacional de Juventude encontrou dificuldade de habilitar os projetos enviados, vindo a celebrar, efetivamente, 22 convênios: 14 na modalidade complementar, desenvolvidas em parceria com municípios, e 08 na modalidade Itinerante, em parceria com Estados, conforme segue: a) 03 unidades de Itinerante Urbana: MG, BA, AL; b) 05 unidades de Itinerante Rural: MG, AL, BA, RS, ES; c) 14 Unidades Complementares: Vitória da Conquista, Marechal Deodoro, Patos, Paulo Afonso, Imperatriz, Porto Alegre, Foz do Iguaçu, Dourados, Belo Horizonte, Vitória, Jabotão, Maracanaú, Anápolis, Sete Lagoas.

Na primeira etapa de implantação das unidades do programa, ao longo do primeiro semestre de 2013, foi observado um conjunto de dificuldades na execução efetiva do projeto por parte dos entes federados conveniados na primeira seleção (2012); as dificuldades referem-se principalmente à contratação das equipes, e à aquisição e adaptação dos veículos (no caso das itinerantes); também foi constatada dificuldade de operação no SICONV. . Isto implicou na readequação dos cronogramas e planejamento de ações, assim com no tempo previsto de cada parceria.

Implicou também necessidade de readequação do planejamento das ações de gestão do programa. Tornou-se evidente a necessidade de apoio e monitoramento contínuo aos gestores locais por parte da coordenação nacional do programa, o que implicou na redefinição do peso das ações da coordenação nacional: aumentamos o número de ações de alinhamento e monitoramento para acompanhar a implantação e implementação das unidades de Estação Juventude nos estados e municípios; investimos no desenvolvimento de materiais de apoio como guias e eventos de capacitação, com



o apoio da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Tivemos, contudo, que adiar o processo de capacitação das equipes locais, pois apenas em fevereiro de 2014 havia um número significativo de equipes contratadas para realizar o evento nacional. E só durante o ano de 2014, com exceção de dois casos, é que as unidades conveniadas em 2012 começaram a desenvolver as atividades de atendimento dos jovens; ainda assim, apenas as da modalidade complementar.

Atualmente temos 09 Estações Juventude do edital de 2012 em funcionamento, todas na modalidade complementar (Sete Lagoas-MG, Maracanaú - CE, Vitória da Conquista - BA, Paulo Afonso - BA, Dourados - MT, Belo Horizonte - MG, Anápolis GO, Porto Alegre – RS, Jaboatão dos Guararapes - PE). Há mais 04 em vias de inauguração (Patos-PB, Imperatriz-MA, Vitória-ES, Foz do Iguaçu-PR).

Em outubro de 2013 foi lançado novo edital para proceder à seleção de propostas de projetos para 2013 e 2014, classificadas conforme pontuação e atendidas até o limite orçamentário disponível. Esse edital foi aberto a todos os municípios e estados interessados. Foram inscritos cerca de 800 projetos, dos quais cerca de 500 foram considerados válidos e analisados pela comissão de seleção. Desses, 151 foram classificados. Com o orçamento de 2013 destinado ao programa, assinamos 38 convênios; mais 4 convênios foram assinados por via de emendas parlamentares, totalizando 42 parceria para a implantação de 32 unidades complementares, e 12 Itinerantes. Em 2014 foram assinados 8 convênios, todos oriundos de emendas parlamentares.

Acentuando o processo de monitoramento e acompanhamento administrativo dos convênios, esperamos uma maior celeridade na execução dos convênios resultantes do edital de 2013. Desse modo, no final de 2014, duas unidades já se encontrava em funcionamento, ambas complementares (Bataguassu-MS e Horizonte – CE) e há mais duas em vias de inauguração.

O total de convênios celebrados para instalação de Estações Juventude nas modalidades Complementares e Itinerantes somam 72, estando em funcionamento.

Quantidade alcançada

72

Data de Referência

31/12/2014

• Integrar pontos da Estação Juventude a Equipamentos públicos nos territórios

Análise Situacional da Meta

Um dos eixos constitutivos do programa Estação Juventude é a conformação de uma “central de informações” para a coleta, sistematização e disponibilização de informações detalhadas e atualizadas acerca de diferentes iniciativas governamentais de interesse dos jovens no território, a partir de base de dados oferecida pela SNJ e alimentada pelos gestores locais. Estas informações tem uma base de dados própria, mas serão compartilhadas pelos jovens e gestores por meio do Participatório, criando uma rede de informações entre os pontos estabelecidos pelas unidades do programa. Desse modo espera-se que sejam geradas também redes sociais de interesse dos jovens assim como dos gestores de políticas de juventude.

CENTRAL DE INFORMAÇÕES (CI) é o nome do espaço virtual onde essas informações serão disponibilizadas no contexto das Estações Juventude, tanto para os gestores quanto para os jovens. A CI é um sistema de base de dados online, seguro e confiável, disponível através da internet. Os gestores terão acesso mais amplo à CI, que inclui a possibilidade de alteração e registro de novos dados. Os jovens, por sua vez, disporão apenas de acesso de leitura aos dados principais, mas poderão registrar observações adicionais (críticas, sugestões e comentários), bem como compartilhar as informações através das redes sociais digitais às quais tenham acesso – algo que deve ser incentivado pelos gestores.

É, desse modo, um dos principais instrumentos do Programa Estação Juventude para os gestores locais estruturarem um serviço concreto de apoio aos jovens e estabelecerem conexões entre si e com os demais gestores de políticas para os jovens.

O processo de coleta de dados, necessariamente realizado junto a diversos setores governamentais, também cria as



condições e estimula o estabelecimento de relações e conexões entre o programa Estação Juventude e os mais diversos tipos de equipamentos públicos, tanto no plano nacional como em cada território de atuação do programa. O objetivo de criar uma “rede de apoio para a emancipação da juventude”, constitutivo do programa, é justamente o de tornar essa conexão entre gestores de equipamentos, atores públicos e da sociedade civil, uma rede de apoio para os percursos de inclusão, autonomia e participação dos jovens.

A Central de Informações está praticamente concluída, devendo entrar em operação completa no início de 2015. O desenvolvimento da plataforma do Banco de Dados está concluída; o mapeamento das ações do governo federal está concluído (contando com 110 ações cadastradas); o mapeamento das ações locais está em operação nas unidades onde as equipes já foram contratadas (cerca de 20 unidades);. O que está sendo concluído é a interface com o usuário, para que os jovens possam fazer suas buscas com autonomia; esta funcionalidade está sendo realizada por uma consultoria, prevista para entrega em fevereiro de 2015.

OBJETIVO: 0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

A concretização deste objetivo ocorrerá por meio da formulação e implementação:

a) da Política Nacional de Juventude Rural, que se encontra em discussão e construção no âmbito do Comitê Interministerial da Política de Juventude – COIJUV, para ser integrada ao Plano Nacional de Juventude.

Com a aprovação do Estatuto da Juventude, em agosto/2013, as propostas para a Política Nacional de Juventude serão estruturadas de forma integrada, garantindo unicidade das políticas e programas implementados no âmbito de todo Governo Federal, com o foco no desenvolvimento rural sustentável com qualidade de vida. Sendo assim, as diretrizes e formas de atuação do Estado, no que tange as políticas públicas para a juventude rural, serão tratadas no Plano Nacional de Juventude.

b) Do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural, que aportará um conjunto de projetos e ações prioritárias e pragmáticas de intervenção na realidade socioeconômica de grupos de jovens em diversos territórios por meio da articulação de políticas públicas do Governo Federal que perpassam a realidade da juventude brasileira.

Paralelamente à construção da Política Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, em parceria com outros Órgãos e Entidades Federais, lançou em Julho/2014 o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural com o objetivo de promover ações direcionadas à juventude rural com foco em geração de renda, fortalecendo as condições necessárias de permanência dos e das jovens rurais e da floresta, articulando:

- a) formação cidadã, com base nos preceitos agroecológicos;
- b) estímulo ao intercâmbio de experiências entre a juventude rural e o governo;
- c) acesso a tecnologias sociais;
- d) Integração e ampliação de políticas públicas que atendam a juventude rural;
- e) ampliação do acesso a informações sobre os direitos da juventude rural. O Programa terá três eixos articulados:

Eixo I - Formação para a Geração de Renda Sustentável, para o qual dois projetos pilotos encontram-se em implementação;

Eixo II - Projetos de Geração de Renda Sustentável; e

Eixo III - Ampliação do Acesso a Programas, Políticas Públicas e Direitos.

Esse Programa é uma resposta da SNJ às demandas apresentada por inúmeros jovens de movimentos sociais do campo que apontam a necessidade de agregar e articular ações que possam fortalecer as perspectivas de permanência da juventude rural no campo e promover caminhos para a sucessão rural que garanta o diálogo e a troca intergeracional, mas também promova o espaço para a criatividade e protagonismo dos e das jovens.



O Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural lançado em julho/2014 com ações em execução é transversal e conta com o apoio dos seguintes parceiros: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério da Cultura - MinC, Ministério das Comunicações - MC, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

Metas 2012-2015

- **Apoiar e articular parcerias para ações de capacitação e inserção produtiva de 2.000 jovens moradores de áreas rurais, visando o desenvolvimento sustentável do campo**

Análise Situacional da Meta

Visa a capacitar jovens em técnicas produtivas sustentáveis e mercadológicas para ampliar seu acesso a mercados concorrenciais e institucionais (PAA e PNAE), gerando renda e criando condições para a permanência dos jovens no campo e na floresta, por meio das seguintes ações:

- 1) Parcerias com a UNB e a UNILAB implementaram projetos piloto para capacitar jovens rurais em projetos de geração de renda que associam formação cidadã, preceitos agroecológicos e sustentáveis, estímulo ao intercâmbio de experiências e acesso a tecnologias sociais para fortalecer as condições de permanência dos jovens do campo e da floresta. Com a UNB foram capacitados 300 jovens no Centro-Oeste e com a UNILAB serão outros 300 no semiárido cearense. Estes projetos foram concluídos com sucesso.
- 2) Parceria com o Ministério do Trabalho apoia dois projetos para fomento e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário e fortalecer empreendimentos econômicos solidários. Apoiam-se mais de 111 projetos produtivos alcançando cerca de 1.000 jovens em oito estados brasileiros: Paraná, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Em execução regular com vigência até dezembro/2015.
- 3) Parceria SNJ e Ministério das Comunicações lançou Edital de Inclusão Digital para a Juventude Rural para projetos de extensão prevendo três eixos: Educação no Campo, Gestão e Comercialização da Produção na Agricultura Familiar e Comunicação Digital nas Áreas Rurais. Foram contempladas 3 experiências na Região Sul prevendo capacitar 1200 jovens (600 diretos e 600 indiretos). Projeto concluído com sucesso. Adicionalmente, prevê, no âmbito do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural – PAJUR, a implantação de 50 pontos de conexão GESAC em áreas de interesse do PAJUR. Projeto em execução.
- 4) Projeto Estação Juventude Itinerante destinou 5 estações móveis para projetos em territórios da cidadania para ampliar acesso a direitos e a políticas públicas disponíveis pela juventude rural. Estados contemplados: AL, BA, MG, ES e RS. Projeto em andamento.
- 5) o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural - PAJUR lançado em Julho/2014 estrutura ações em três eixos: i) formação para a geração de renda sustentável; ii) fomento a projetos produtivos; e iii) ampliação do acesso às políticas públicas. Traz as seguintes ações: a) Juventude em Movimento: financiamento não reembolsável pelo BNDES e PETROBRÁS para apoiar projetos de inclusão produtiva (edital em fase final de elaboração); ii) Residência Jovem: ampliação do PRONERA para estudantes do ensino médio, pós-médio e lato sensu para atividades que contribuam com a transformação das condições de vida e de produção dos assentamentos na ótica agroecológica e da sustentabilidade ambiental, econômica, cultural e social (seleção de projetos concluídas com êxito e execução iniciada); c) Curso de Formação agroecológica e Cidadã: ampliação dos projetos pilotos (UNB e UNILAB) com novas parcerias para outras regiões do País (projetos concluídos com êxito); d) Pontões de Cultura para a Juventude Rural: formação de rede horizontal de articulação e disseminação de iniciativas culturais para ampliar a presença de jovens rurais em políticas públicas e direitos (Projeto cancelado em função de restrições impostas por legislação superveniente); e) Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER: visa a assegurar ATER, ATER Indígena, financiamento, apoio na comercialização e fomento para a juventude produzir alimentos numa perspectiva agroecológica; e f) Fomento a Grupos Informais para Ampliação da Participação da Juventude no PAA e



PNAE: revisão e priorização das linhas de fomento para incentivar a participação de jovens com faixa etária entre 15 a 29 anos no PAA e no PNAE.

As ações “1”, “2” e “3” objetivaram capacitar 2800 jovens, com 1800 jovens já capacitados e outros 1000 que concluirão a capacitação em dezembro/2015.

O Projeto Residência Jovem (item “ii” da ação 5) prevê a capacitação de 1700 jovens até maio/2017.

Quantidade alcançada

2.800

Data de Referência

31/12/2014

• Qualificação de 3.000 jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais

Análise Situacional da Meta

O objetivo geral da meta é a inserção dos jovens no mercado de trabalho por meio do Projeto Amanhã, ação de responsabilidade social instituída pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf em 1993. Desde seu início, o projeto já capacitou mais de 26 mil jovens residentes nos municípios dos vales do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim, complementando as atividades educativas com cursos, palestras, dias de campo, práticas de empreendedorismo e associativismo.

Os indicadores utilizados no Projeto Amanhã são: 1. Percentual de jovens que concluem a capacitação; 2. Percentual de Jovens capacitados que participam em associações ou cooperativas até um ano após a conclusão da capacitação; 3. Nível de satisfação dos jovens com relação às capacitações.

As ações desenvolvidas em 2014 possibilitaram a capacitação de 527 jovens de áreas rurais, nos cursos ofertados de Photoshop, Informática Básica, Corel Draw, Apicultura e Tratorista, considerando o potencial produtivo das regiões de atuação da empresa e visando contribuir no fortalecimento e estruturação dos sistemas produtivos locais. Embora os recursos tenham sido contingenciados em mais de 50%, as metas foram atingidas devido às articulações de parcerias, notadamente com o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o Sesi (Serviço Social de Indústria), a EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) e as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).

A meta da Região Sudeste para todo PPA foi superada já no ano de 2013. Isso se deve porque Minas Gerais possui um Telecentro, no município de Nova Porteirinha e várias parcerias, como o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o Sesi (Serviço Social de Indústria), onde são realizados vários cursos. Só em 2013, foram realizados cursos de Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica, Mecânica de Máquinas Industriais (Convênio Sesi/SENAI/Jaíba e Recursos do Projeto Amanhã), Mecânica e Manutenção de Trator, Elétrica de Equipamentos Agrícolas, Mecânica e Manutenção de Sistemas Hidráulicos e também cursos de Artesanato com Materiais diversos (convênio SENAI/GO - Contrato nº 1.101.00/2012) e cursos Têxteis, Estilismo, Corte e Costura, Modelagem Básica (parceria com a Prefeitura de Brasilândia e Contrato nº 1.125.00/2012), Photoshop, Informática Básica, Corel Draw e Montagem e Manutenção de Computadores (parceria com a Prefeitura de Nova Porteirinha e contrato nº 1.129.00/2012).

A meta da região Nordeste para o PPA 2012-2015 ainda não foi atingida em grande parte devido aos sucessivos contingenciamentos. Além disso, se comparada à região Sudeste, o Nordeste possui poucas parcerias, como a EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) e as Escolas Famílias Agrícolas - EFAs. Entretanto, a expectativa é de que a meta seja atingida no ano de 2015, uma vez que se buscará o incremento do número de parceiros e espera-se que os recursos sejam descontinuidos ainda esse ano.

REGIONALIZAÇÃO DA META: Qualificação de 3.000 jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais.

M E T A A L C A N Ç A D A

			2012	2013	2014	2015
Região Nordeste	2.400	Unidade	672	707	209-	
Região Sudeste (MG)	600	Unidade	300	719	318-	
Total	3.000	Unidade	972	1.426	527-	



PERCENTUAL ALCANÇADO ACUMULATIVAMENTE POR REGIÃO:

Região Nordeste	66%
Região Sudeste	223%
TOTAL DA META	98%

Quantidade alcançada

2.925

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0996 - Elevar a escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos visando à conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional em nível de formação inicial, o desenvolvimento da participação cidadã e a ampliação de oportunidades de inclusão profissional e social.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, nas modalidades Projovem Urbano e o Projovem Campo - Saberes da Terra, que objetivam apoiar estados e municípios para a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas não terminaram o ensino fundamental na época prevista, por meio da integração da formação básica, da qualificação profissional e ações de participação cidadã. É oferecido em forma de curso, organizado em 18 meses, que busca a formação integral do jovem, sua reinserção no processo de escolarização e de novas possibilidades de identificação de oportunidades no mundo do trabalho, contribuindo para a promoção de direitos e aquisição de novas trajetórias de educação e emancipação ao longo da vida.

O Programa é executado por estados e municípios mediante adesão com o MEC para atendimento aos jovens nas suas localidades. Aos entes federados que aderem ao Projovem Urbano são repassados recursos calculados com base na meta de atendimento e na frequência dos alunos matriculados para o desenvolvimento das ações necessárias à implementação local do programa, tais como: pagamento de pessoal; aquisição de gêneros alimentícios para os estudantes e crianças de 0 a 8 anos, filhos dos alunos; custeio da qualificação profissional; aquisição de material escolar para alunos e educadores, e aquisição de material para as Salas de Acolhimento.

Para garantia da adequada execução do Projeto Pedagógico do Programa, o MEC disponibiliza também os materiais didáticos específicos para estudantes, educadores, formadores e gestores. Para a edição de 2013, em andamento no ano de 2014, foram produzidos e distribuídos mais de 168 mil exemplares do material didático relativo à qualificação profissional do Programa.

Com o objetivo de ampliar ações educacionais voltadas aos jovens de 18 a 29 anos das unidades prisionais, que ainda não completaram o ensino fundamental, especialmente jovens mulheres, a partir da edição de 2013, o Projovem Urbano foi implementado também em unidades de cinco estados que fizeram adesão junto ao MEC e estão desenvolvendo as atividades do curso de 18 meses. Para a edição de 2014, seis estados fizeram adesão, contemplando uma meta de atendimento a 800 jovens das unidades prisionais.

Entre as ações necessárias para a implementação do Projovem Urbano, o MEC apoia, técnica e financeiramente, a formação continuada dos profissionais que atuam no Programa, o que possibilita a apropriação de seu projeto pedagógico integrado em três dimensões: Formação Básica, Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã. A formação também proporciona a gestores, formadores e educadores momentos de análise e de reflexão sobre suas práticas diárias e sobre os desafios a serem vencidos no percurso formativo desses jovens atendidos pelo Programa, tendo por base as especificidades que caracterizam essa parcela da juventude brasileira. Da edição 2013, ainda em andamento, participam do processo de formação 230 formadores e 909 gestores. Sob a responsabilidade das coordenações locais do Projovem Urbano, 4.223 educadores participam desse processo formativo. Já para a edição de 2014 (executada em 2015), a previsão é que a formação envolva 959 gestores e 300 formadores.

Desde a edição de 2013, destaca-se como uma atividade fundamental entre as ações do Programa, a criação das Salas de



Acolhimento nos núcleos do Projovem Urbano. Essas salas são destinadas a atender as crianças até 8 anos de idade, filhos dos jovens estudantes, nos horários em que seus pais estão frequentando o curso e têm como objetivo apoiar a permanência dos jovens no curso, proporcionando segurança e cuidado a essas crianças e assim contribuir para a permanência desse estudante até à conclusão do curso.

O Programa promove, ainda, ações efetivas voltadas à inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade, integrando o Plano Juventude Viva, fruto de uma articulação interministerial para enfrentar a violência contra os jovens negros, garantindo um per capita diferenciado aos estados e municípios que compõem a relação dos 142 municípios com os maiores índices de violência contra a juventude negra. Dos 103 entes federados que desenvolvem a edição de 2013 do Programa, 67 municípios integram o Plano Juventude Viva, atendendo a 55.650 jovens moradores dessas regiões. Para a edição de 2014 há a previsão de atendimento de 49.650 jovens moradores das localidades que compõem a relação dos 142 municípios do Mapa da Violência.

Os estudantes matriculados no Projovem Urbano, com o mínimo de 75% de frequência nas atividades presenciais do período e que apresentem 75% dos trabalhos pedagógicos, recebem um auxílio financeiro de R\$ 100,00 por mês. O auxílio tem o objetivo de apoiar a permanência do estudante nos 18 meses de curso e ampliar sua possibilidade de conclusão e certificação. No ano de 2014 já foram pagos 442.075 auxílios referentes à edição de 2013, com previsão de término para abril de 2015.

Com o intuito de ampliar as possibilidades de garantir o direito à educação aos jovens rurais da agricultura familiar foi publicada a Resolução CD/FNDE nº 11/2014, estabelecendo normas e critérios para a implementação do Projovem Campo Saberes da Terra pelo DF, estados e municípios. A referida resolução possibilitou a adesão aos 1.820 municípios integrantes dos 120 territórios da Cidadania e dos 80 municípios com o maior número de escolas do campo.

A partir de 2014, os jovens residentes em áreas rurais também passaram a ser atendidos por meio do Projovem Campo - Saberes da Terra, com uma meta prevista de 45.550 mil jovens agricultores familiares. Para tanto foram firmadas 318 adesões, sendo 303 municípios e 15 estados com oferta de formação continuada a 659 gestores e 320 formadores responsáveis pela formação dos educadores vinculados às escolas do campo.

Já a edição 2014 do Projovem Urbano prevê o atendimento a 105.200 jovens, com a adesão de 15 estados e 116 municípios, além da oferta do curso nas unidades prisionais de 6 estados para 800 jovens. As matrículas desta fase de implementação do Programa estão em andamento.

Metas 2012-2015

• Elevar gradualmente a escolaridade média da população de 18 a 29 anos

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, nas modalidades ProJovem Urbano e o ProJovem Campo - Saberes da Terra, que objetivam apoiar estados e municípios para a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas não terminaram o ensino fundamental na época prevista, por meio da integração da formação básica, da qualificação profissional e ações de participação cidadã. É oferecido em forma de curso, organizado em 18 meses, que busca a formação integral do jovem, sua reinserção no processo de escolarização e de novas possibilidades de identificação de oportunidades no mundo do trabalho, contribuindo para a promoção de direitos e aquisição de novas trajetórias de educação e emancipação ao longo da vida. Em 2014, foi investido o valor superior a R\$ 78 milhões destinada à formação de professores, formadores e gestores do ProJovem Urbano, bem como para o desenvolvimento das ações voltadas à elevação de escolaridade, com qualificação profissional e participação cidadã em 87 municípios e oito estados, garantido a continuidade da edição 2013, que contou com 100.823 jovens matriculados. Na Concessão de Auxílio Financeiro aos estudantes do Programa foi executado o valor de R\$ 38 milhões. Já para a implementação da edição 2014, foram investidos recursos superiores a R\$43 milhões, garantindo a execução das ações em 15 estados e 116 municípios, totalizando uma meta de atendimento a 105.200 jovens. A partir de 2014, os jovens residentes em áreas rurais também passaram a ser atendidos por meio do Projovem Campo -

The logo for 'Plano Mais Brasil' features the word 'Plano' in a small, light green font above the words 'Mais Brasil' in a larger, bold, dark green font.

Saberes da Terra, com uma meta prevista de 45.550 mil jovens agricultores familiares. Para tanto foram firmadas 318 adesões, sendo 303 municípios e 15 estados com oferta de formação continuada a 659 gestores e 320 formadores responsáveis pela formação dos educadores vinculados às escolas do campo.



PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de organizações públicas e privadas certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça	%	31/12/2010	81,69	31/12/2013	68,7
Índice de planos estaduais e do Distrito Federal de políticas para as mulheres	%	31/05/2011	44,4	31/10/2014	44,4
Índice de planos municipais de políticas para as mulheres	%	30/09/2009	3,5	30/11/2013	4,5
Índice federal de cobertura de mecanismos de gênero	%	31/05/2011	28,5	31/12/2014	45,5
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos estados e no Distrito Federal	%	31/05/2011	81,5	31/12/2014	92,6
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos municípios	%	31/05/2011	5,3	31/12/2014	12,1
Municípios com serviço especializado de atendimento às mulheres em situação de violência	unidade	30/04/2011	499	31/12/2014	531
Número de mulheres capacitadas para inserção no mercado de trabalho visando à autonomia econômica pela SPM	unidade	31/12/2010	8.719	31/12/2014	13.783
Número de processos internacionais relacionados à violência contra mulheres brasileiras	unidade	31/12/2012	20	31/12/2014	30
Número de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.	unidade	31/05/2011	886	31/12/2014	1.010
Percentual do Rendimento Médio Mensal Real do Trabalho das Mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens	%	26/09/2009	66,5	30/09/2013	70,21
Proporção de atendimentos do Ligue 180 relacionados à violência contra a mulher.	%	31/12/2010	14,77	31/12/2014	10,91
Proporção de denúncias recebidas pela Ouvidoria da Mulher	%	31/12/2012	52,63	31/12/2014	74,32
Razão entre a taxa de atividade de homens e mulheres de 16 anos ou mais de idade	razão	26/09/2009	1,39	30/09/2013	1,41
Taxa de analfabetismo entre mulheres de 15 anos ou mais de idade	%	30/09/2009	9,6	30/09/2013	8,24
Taxa de formalização do trabalho doméstico	%	30/09/2009	27,01	30/09/2013	32,29

**Plano
Mais Brasil**

Taxa de frequência à creche ou escola de crianças de 0 a 3 anos de idade	%	30/09/2009	18,4	30/09/2013	23,25
Taxa de incidência de HIV em mulheres	1/100.000	31/12/2008	14,24	30/06/2013	14,5
Taxa de variação do número de demandas recebidas pela Ouvidoria da Mulher	%	31/12/2011	11,1	31/12/2014	47

Observações:

Índice de organizações públicas e privadas certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça - Este indicador é de apuração bianual. Dessa forma, não há apuração no exercício de 2014.

OBJETIVO: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A relevância social e o valor econômico do trabalho das mulheres urbanas, do campo e da floresta, tanto produtivo quanto reprodutivo, permanecem invisíveis na sociedade moderna. As mulheres ainda representam minoria na população ocupada, 42,6%, embora constituam 52,2% da população em idade ativa. Ademais as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal, seu rendimento médio, segundo dados da PNAD 2013, equivale a 70,3% do que recebem os homens, uma vez concentradas na faixa salarial entre 0 e 2 salários mínimos e em ocupações consideradas precárias, como o trabalho doméstico e outros serviços identificados com a imagem de cuidadora. O fato de apresentarem maior tempo de escolaridade não lhes garante participação ampliada nos espaços públicos e privados de direção. A segmentação e discriminação do trabalho feminino vêm acompanhadas pela dedicação aos afazeres domésticos e aos cuidados com a família, em tempo duas vezes superior àquele dispendido pelos homens para as mesmas tarefas.

No entanto, a despeito da estrutura sexista e discriminatória que sustenta as relações de trabalho, cada vez mais as mulheres consolidam sua participação no mundo do trabalho remunerado, insistem na participação na esfera pública da sociedade e buscam conquistar novos espaços de ocupação. Nesse sentido, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-PR) tem se dedicado ao fortalecimento de políticas públicas que rompam com paradigmas, ampliem as condições de participação das mulheres no mundo do trabalho e incidam sobre as dinâmicas de discriminação de gênero e, que contribuam para sua autonomia efetiva, em conjunto com as distintas áreas do governo.

Dentre as ações estratégicas para a promoção da autonomia econômica das mulheres urbanas e rurais, foi intensificada a relação com Estados e Municípios no intuito de fortalecer a temática nas políticas públicas locais e reforçar o espaço dos organismos de políticas para as mulheres, sobretudo por meio do apoio técnico e financeiro a iniciativas locais e regionais destinadas à formação e qualificação profissional em carreiras não tradicionalmente femininas.

Exclusivamente às mulheres do campo e da floresta, são implementadas ações de divulgação e apoio a iniciativas inovadoras e sustentáveis, além da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário em ações como o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Programa de Aquisição de Alimentos, com o objetivo de ampliar e qualificar o acesso das mulheres rurais à produção e às políticas públicas.

Outra frente de ação é a construção de políticas de igualdade no local de trabalho, sobretudo por meio do acompanhamento da agenda do trabalho decente, coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e de legislações específicas sobre o tema, e do Programa Pró- Equidade de Gênero e Raça, criado em 2005, com intuito de estimular organizações públicas e privadas a desenvolverem ações com vistas à eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego.



A agenda da igualdade no mundo do trabalho vem acompanhada pela ampliação de direitos trabalhistas e previdenciários e pela formalização das mulheres ocupadas. Nesse sentido, é importante citar o trabalho de articulação, divulgação e acompanhamento da promulgação e regulamentação da Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das Domésticas, que equipara os direitos trabalhistas das empregadas e empregados domésticos as demais trabalhadoras e trabalhadores. A SPM, em parceria com o IBGE, IPEA, ONU Mulheres e OIT, tem ainda apoiado estudos e pesquisas sobre a situação das mulheres no mundo do trabalho, uso do tempo, jornada dupla de trabalho e corresponsabilidade pelos afazeres domésticos. Além do acompanhamento da política de educação infantil, coordenada pelo Ministério da Educação, que impacta a organização do tempo na vida das famílias e, especificamente, das mulheres.

Metas 2012-2015

• Capacitar 20.000 mulheres urbanas, do campo e da floresta para inserção no mercado de trabalho

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR apoia com recursos financeiros projetos apresentados pelos poderes públicos estadual e municipal e por organizações não governamentais, destinados à capacitação de mulheres urbanas e rurais, com vistas à sua inserção no mercado de trabalho, prioritariamente em áreas de atuação tradicionalmente ocupadas por homens. Nos anos de 2012 e 2013, a SPM/PR apoiou 91 projetos, sendo 51 deles voltados a capacitações em áreas tradicionalmente masculinas. Até dezembro de 2014, 27.197 mulheres urbanas, do campo e da floresta foram capacitadas por meio desses projetos. Em 2014, foram aprovadas 13 novas propostas, cujo universo de beneficiárias será de aproximadamente 4.080 mulheres.

Quantidade alcançada

27.197

Data de Referência

31/12/2014

• Certificar 250 organizações públicas e privadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça

Análise Situacional da Meta

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres e entre brancas/os e não-brancas/os nas organizações públicas e privadas, por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. O Selo evidencia publicamente o compromisso da organização com a equidade de gênero e etnicorracial e é resultado da execução pelas organizações participantes de no mínimo 70% das ações pactuadas em seus Planos de Ação. Na 4ª edição do Programa (período 2011/2012), cuja premiação ocorreu em abril de 2013, participaram 95 organizações, totalizando cerca de 900 mil empregados/as, sendo 45% de mulheres e 55% de homens. Das 95 organizações participantes, 57 obtiveram o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça. Em março de 2014, foram assinados os termos de compromisso pelas 83 organizações participantes da 5ª edição, junto ao lançamento do Manual de Práticas de Igualdade da 4ª edição e do vídeo da campanha para implantação de creches nas empresas privadas. Desde então, foram realizadas reuniões com o Comitê Ad Hoc, responsável pela avaliação dos Planos de Ação apresentados pelas organizações; encontros com governos municipais e empresas participantes do programa, e uma exposição no Centro Cultural Banco do Brasil de Brasília intitulada "Igualdade para as Mulheres: desafios para o mundo do trabalho". A entrega do Selo da 5ª edição está prevista para o segundo semestre de 2015.

Quantidade alcançada

57

Data de Referência

31/12/2014

• Construir diálogo social visando ampliar o nível de formalização do trabalho doméstico remunerado no Brasil

Análise Situacional da Meta

Em março de 2013, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 72/2013, ampliando de 13 para 29 os direitos garantidos às trabalhadoras domésticas, com destaque para o seguro desemprego, o FGTS, a proteção contra dispensa



arbitrária ou sem justa causa e a jornada de 8h diárias. Sua aprovação foi precedida pela realização de 15 reuniões com entidades representativas da categoria e articulação com as bancadas de mulheres no Congresso, que continuaram atuantes no encaminhamento do PLC nº 302/2013, que regulamenta alguns dos direitos conquistados com a promulgação da nova emenda. A SPM/PR apoiou e participou do Seminário “Regulamentando para Igualdade de Direitos” realizado pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD em maio de 2013, em Brasília, e ofereceu apoio logístico ao ato realizado pelas trabalhadoras da FENATRAD no dia 9 de maio no Congresso Nacional, com participação das deputadas (os) e senadoras (os) que compõem a Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação dos Dispositivos da Constituição Federal. Outras estratégias de atuação foram discutidas em audiência realizada pela SPM/PR com a FENATRAD e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT - CONTRACS/CUT. O tema gerou uma cartilha informativa e estava entre os conteúdos abordados durante a formação e capacitação das atendentes do Disque 180. Em dezembro de 2013, a SPM participou do XI Congresso das Trabalhadoras Domésticas de Campinas e Região e das oficinas do Projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”, organizadas pelo DIEESE. Em abril de 2014, foram apresentadas emendas ao PLC nº 302/2013 na Câmara dos Deputados, que uma vez rejeitadas na Comissão Mista, retornou para a Câmara, onde aguarda votação.

• **Efetivação do Protocolo de Intenções visando à concessão de crédito para estimular o empreendedorismo das mulheres**

Análise Situacional da Meta

Foi firmada pactuação com a Caixa Econômica Federal, entretanto não há reserva percentual de crédito exclusivo para mulheres. Por outro lado, o lançamento da Casa da Mulher Brasileira, no âmbito do Programa Mulher Viver sem Violência, prevê serviço de promoção de autonomia econômica, com atendimento personalizado para mulheres em situação de violência e, simultaneamente, de dependência econômica. O serviço prevê a identificação de alternativas e encaminhamento prioritário das mulheres atendidas a diversos programas e ações governamentais, das três esferas de governo, entre elas o acesso a crédito. A Caixa Econômica é um dos parceiros desta iniciativa.

• **Firmar acordos de cooperação para que os Arranjos Produtivos Locais (APLs) promovam a inclusão produtiva das mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi firmado acordo de cooperação entre a SPM/PR, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e o Ministério da Integração/Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, resultando no apoio a oito projetos destinados a mulheres em situação de vulnerabilidade social ou de baixa renda, com aporte de R\$ 955.253,65, e estimativa de beneficiar 360 mulheres. A ênfase destes projetos está no suporte aos Arranjos Produtivos Locais – APL da Região Centro-Oeste de setores ocupacionais tradicionalmente masculinos, que demandem iniciativas prioritárias de capacitação tecnológica. Esta iniciativa, que tem um caráter inovador, pretende articular o estímulo à ocupação por mulheres de postos de trabalho tradicionalmente ocupados por homens, identificar as demandas de mão de obra de arranjos produtivos locais e a demanda por qualificação tecnológica. Estão previstos para 2015 o encerramento dos projetos e a avaliação dos resultados.

• **Firmar acordos de cooperação que visem ao fortalecimento das organizações produtivas de mulheres urbanas, do campo e da floresta, promovendo acesso à assistência técnica, ao crédito e apoio à comercialização**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR tem 5 Acordos de Cooperação celebrados com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e os organismos de políticas para as mulheres dos Estados do Acre, Alagoas, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul no âmbito do projeto “Cidadania e Autonomia: Integração de Políticas Públicas para Mulheres Rurais”, cujo objetivo é contribuir para ampliar o acesso a políticas públicas e fortalecer organizações produtivas de mulheres rurais, por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais e do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. Em 2014, foram pactuados dois novos Termos de Cooperação com políticas de caráter regional, um com a UFMG, para o apoio técnico a empreendimentos de 6 coletivos de mulheres, abrangendo cerca de 120 mulheres



urbanas e rurais, e outro com o MDA e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq para apoiar financeiramente projetos de pesquisa e extensão, voltados ao atendimento de demandas específicas das mulheres do campo e da floresta residentes nos Territórios da Cidadania, relacionadas ao acesso às políticas públicas, estímulo à auto-organização e ampliação de sua participação nos espaços de decisão e representação. Outros eventos que contribuíram para esse fortalecimento foram o II Encontro Nacional dos Comitês de Mulheres dos Territórios da Cidadania organizado pelo MDA, em parceria com a SPM/PR, ocorrido em Brasília em março de 2014, e a realização do Encontro de Delegadas da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária, em parceria com o MTE, que contou com a participação de 673 mulheres nos dois dias de debates e preparação para a conferência.

- **Firmar acordos e protocolos para fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal e o desenvolvimento da aquicultura familiar e ainda da constituição de banco de sementes e criação de sementes crioulas em empreendimentos que beneficiem as mulheres**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) prevê ações interministeriais, a serem implementadas pelo MDA, MDS e MAPA, para apoio a conservação, multiplicação e comercialização de sementes e mudas crioulas e varietais, e para aprimoramento de sua compra e distribuição por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A SPM/PR participa do Comitê Nacional do Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), onde ações são desenhadas e articuladas, sem a necessidade de acordos formais.

- **Implementar Mesa de Negociação entre entidades das trabalhadoras domésticas e órgãos federais**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 72/2013, conhecida por PEC das Domésticas, que garantiu 16 novos direitos para a categoria, após discussões que envolveram os três Poderes e a sociedade civil. Em continuidade, a SPM/PR acompanhou as discussões para elaboração da proposta de regulamentação dos novos direitos (PLC nº 302/2013), mantendo diálogo com a FENATRAD (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas), outras representações de trabalhadoras e trabalhadores domésticos e entidades sindicais. A proposta de regulamentação aguarda votação na Câmara dos Deputados, depois de passar pela Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação dos Dispositivos da Constituição Federal.

- **Inscriver a temática de gênero nas políticas de combate à pobreza, com foco em ações voltadas para a inserção das mulheres pobres/extremamente pobres no mercado de trabalho e no sistema produtivo**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR é parceira do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais e no Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, participando de seus Comitês Gestores Nacionais. Ambos os Programas integram o Brasil Sem Miséria, contribuindo para a inserção produtiva e autonomia das mulheres trabalhadoras rurais das regiões atendidas. As mulheres pobres e extremamente pobres constituem o público prioritário de nossas ações de fomento a iniciativas de inclusão produtiva. Além disso, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as mulheres representam 93% das titulares do cartão e 54% dos beneficiários do Programa Bolsa Família, que contribui fortemente para a autonomia econômica das mulheres pobres e extremamente pobres. A inscrição no programa permite ainda acesso ao Pronatec Brasil sem Miséria e ao Programa Crescer, que oferece microcrédito produtivo orientado a taxas reduzidas. Das 1,3 milhão de matrículas realizadas desde 2012 nos cursos de qualificação profissional do Pronatec, 66% foram de mulheres, com destaque para a qualificação em profissões tradicionalmente masculinas. No Programa Crescer, 73% dos empreendedores atendidos pelo programa eram mulheres, em 2014.

- **Participar dos Fóruns de Pactuação para implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) instituído pela Lei 11.346/06, com vistas a assegurar o direito das mulheres à alimentação adequada**

**Análise Situacional da Meta**

O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no país. A SPM/PR participa regularmente das reuniões realizadas pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, instâncias do SISAN.

- **Promover 4 Seminários com órgãos do Governo Federal, visando à formulação de políticas e ao monitoramento da implementação de equipamentos públicos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizados 4 Seminários com os governos dos Estados de Minas Gerais e Sergipe, do Distrito Federal e da Prefeitura de Manaus/AM. Também em 2012 foi realizado o Seminário “Uso do Tempo e Políticas Públicas de Cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável” em parceria com a Cepal e com apoio da ONU-Mulheres, OIT, IBGE e IPEA, e participação do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação. O Seminário teve como objetivo discutir as políticas públicas de cuidado, trazendo a experiência do governo uruguaio com o Sistema Nacional de Cuidados e discutindo a política brasileira de creches. Em 2013 e 2014, a SPM/PR promoveu, em dois encontros, o Seminário “Desafios para a Autonomia Econômica das Mulheres na Contemporaneidade” que contou com a presença do IPEA e do IBGE e a participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério da Saúde, com quem foram discutidos o Programa Brasil Carinhoso e o tema da amamentação por mulheres trabalhadoras.

- **Promover o debate e monitoramento dos índices de formalização do trabalho doméstico remunerado**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, no primeiro semestre de 2013, acompanhou os debates que foram relacionados à temática do trabalho doméstico remunerado e ao aumento de formalização desta categoria. Esses debates, realizados com entidades como a Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos – FENATRAD e centrais sindicais, representantes de Ministérios e Parlamentares, envolveram a discussão da importância desses direitos para as trabalhadoras, o peso que a medida teve para o reconhecimento do trabalho doméstico remunerado, o papel das diversas instâncias do governo federal e dos parlamentares e das entidades de representação. Segundo dados da Pnad 2013, o nível de informalidade entre os 6,4 milhões de trabalhadores domésticos se mantém elevado (67%), mas entre as mulheres, que representam 93% da categoria, a taxa foi reduzida para 67,9%. No primeiro encontro da série “Diálogos sobre o Mundo do Trabalho: Desafios para a Autonomia Econômica das Mulheres”, em 2014, o trabalho doméstico remunerado foi também uma das pautas de discussão com as secretarias de mulheres das centrais sindicais.

- **Ratificar a Convenção e a Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho decente das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos**

Análise Situacional da Meta

Em janeiro de 2012, foi instituída pelo MTE a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, cujo objetivo é analisar o conteúdo da Convenção e da Resolução sobre o Trabalho Doméstico (OIT, Convenção 189). Visando à ratificação da Convenção, a SPM/PR presidiu a Comissão, coordenada pelo MTE. Como resultado dos trabalhos da Comissão, foi elaborado um Parecer sobre a Convenção 189 acerca do Trabalho Doméstico, aprovado em 2014 pelo Ministério das Relações Exteriores e encaminhado para a Casa Civil, onde segue sendo avaliado.

- **Realizar 4 campanhas de alcance nacional de respeito, valorização e divulgação dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras domésticas**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR realizou uma campanha sobre a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas na ocasião da aprovação da PEC das Domésticas e produziu, desde então, materiais gráficos de informação e conscientização da importância da consolidação dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores domésticos, que estão sendo distribuídos nos eventos realizados pelo órgão. O reflexo da garantia dos direitos das trabalhadoras domésticas já vem se



expressando em vários âmbitos, mesmo antes da regulamentação de parte dos novos direitos. Aumentou a adesão ao FGTS de trabalhadoras(es) domésticas(os), passando de 100 mil em 2013 para 170 mil registros em 2014. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou, em agosto de 2014, a instrução normativa nº 110, que dispõe sobre os procedimentos de fiscalização do cumprimento das normas relativas à proteção ao trabalho doméstico. A partir de agosto de 2014, passou a ser aplicada multa ao empregador que não assinar Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do empregado doméstico, conforme a Lei nº 12.964/ 2014.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Revisar a Lei nº 11.324/06 que trata da dedução no Imposto de Renda de Pessoa Física visando à ampliação da formalização das trabalhadoras domésticas**

Análise Situacional da Meta

A Lei nº 11.324/06 previa a dedução apenas até o ano-calendário de 2011. Entretanto, a Lei nº 12.469, em 2011, ampliou a vigência até 2015, ano-calendário 2014.

OBJETIVO: 0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM tem como princípios a humanização e a qualidade da atenção. A Política orienta-se na perspectiva de gênero, de raça e de etnia para garantir, pelo Sistema Único de Saúde-SUS, a implantação e implementação das ações de promoção, proteção, assistência e recuperação da saúde e o acesso das mulheres a todos os níveis da atenção à saúde. As ações voltadas à melhoria das condições de vida e saúde das mulheres deverão ser executadas de forma articulada com setores governamentais e não-governamentais, condição básica para a configuração de redes integradas de atenção à saúde e para a obtenção dos resultados esperados.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR, em 2014, participou regularmente das reuniões da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher, do Conselho Nacional de Saúde - CISMU/CNS e da Comissão Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde – CNAIDS/SVS/MS.

A SPM/PR, no seu planejamento estratégico de 2013 e 2014, tem priorizado a seguinte ação estratégica: contribuir para implementação da PNAISM em todo o território nacional e reafirmar os direitos já assegurados às mulheres no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. Espera-se com esta ação: a) construir um instrumento de acompanhamento da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PNAISM em todos os estados e capitais onde existem Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres – OPM; b) apoiar a atualização da PNAISM e acompanhar sua implementação; c) integrar a campanha institucional contra o racismo, em conjunto com Ministério da Saúde e a SEPPIR, com foco nas mulheres negras; e d) acompanhar a implementação das ações relativas aos direitos sexuais e reprodutivos para as mulheres.

No segundo semestre de 2013 e no primeiro semestre de 2014, foram realizadas várias reuniões e seminários com o objetivo de apoiar a incorporação da diversidade das mulheres na implementação da PNAISM. Visando resguardar as diversas identidades e especificidades das usuárias, a SPM/PR realizou reuniões com o Ministério da Saúde sobre saúde de segmentos específicos de mulheres. A partir destas reuniões, foram organizados documentos sobre a saúde das mulheres indígenas para subsidiar e apoiar a incidência destas mulheres na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena – CNSI, suas etapas local, distrital e nacional realizadas entre junho a novembro de 2013. A SPM/PR teve participação em duas etapas distritais da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (5ª CNSI), em Salvador/BA e em Boa Vista/RR,



promovendo reuniões de lideranças indígenas femininas, e participou da etapa nacional da 5ª CNSI. Além disso, esteve na organização do Seminário de Segurança Alimentar e Mulheres Indígenas, promovido pelo Consea, que reuniu cerca de 70 mulheres indígenas em Brasília e resultou em uma carta de reivindicações que está sendo respondida pelos Ministérios responsáveis pelo atendimento da Segurança Alimentar.

Em relação às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, foram discutidas a elaboração de kit de prevenção às DST/AIDS e o protocolo de saúde das mulheres lésbicas, visando o acesso e acolhimento humanizado desta população no Sistema Único de Saúde – SUS, previsto nas Políticas de Saúde LGBT e de Atenção Integral à Saúde da Mulher. A SPM-PR também participou da organização do Seminário Nacional de Saúde LGBT e da Roda de Conversa sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT – Conquistas e Desafios, no Curso Regional de Formação de Lideranças LGBT para o Controle Social no SUS, regiões S/NE/CO. Dentre os principais resultados destas articulações, está a decisão de articular, no Ministério da Saúde, um grupo de trabalho para viabilizar a publicação de diretrizes para a atenção integral em saúde para mulheres lésbicas e prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST entre essa população. As ações do grupo resultaram na realização de uma oficina no primeiro semestre de 2014, com o objetivo de construir ações/estratégias/orientações/recomendações para atenção integral em saúde para mulheres lésbicas e bissexuais, dirigidas aos profissionais de saúde. Além disso, foi realizado um seminário no segundo semestre de 2014, com aproximadamente 100 participantes entre gestoras, pesquisadoras, ativistas e representantes de órgãos de representação de classe dos profissionais de saúde e da gestão municipal e estadual da saúde. O seminário promoveu a discussão dos produtos apresentados pela consultora contratada para elaborar tais diretrizes e resultou na produção do livro “Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais”.

No que se refere às mulheres com deficiência, foi realizado o Seminário Nacional sobre Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência, em parceria com a SDH-PR, em novembro de 2013. Houve participação do Ministério da Saúde no debate sobre a atenção à saúde das mulheres com deficiência, o que permitiu que elas encaminhassem suas demandas ao Ministério. Ao final do evento, foi elaborada a Carta do 1º Seminário Nacional de Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência, cujas demandas estão sendo tratadas com os ministérios responsáveis. Em 2014, as demandas indicadas na carta foram discutidas no Grupo de Trabalho SPM (SAIAT – Coordenação de diversidade)/Ministério da Saúde (Coordenação de saúde das pessoas com deficiência). Este grupo tem o objetivo de garantir e ampliar o acesso qualificado das mulheres com deficiência à atenção integral em saúde, às ações e serviços, eliminando as barreiras arquitetônicas, ambientais e atitudinais, e considerando suas necessidades específicas no Plano Viver Sem Limites II. O GT tem como metas: a) elaboração de Diretrizes de Atenção à Saúde da Mulher com Deficiência; b) capacitação para profissionais sobre a saúde da mulher com deficiência; c) produção de materiais educativos e/ou informativos sobre a saúde das mulheres com deficiência; d) a adequação das Unidades de Saúde para atendimento das Mulheres com Deficiência, com prioridade para a introdução da cama ginecológica adaptada na ambiência das Unidades Básicas de Saúde.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar implementação das políticas de saúde visando adequar as demandas específicas das mulheres na identificação e caracterização das doenças ocupacionais vinculadas a labores majoritariamente exercidos por mulheres**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR acompanha as atividades da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST), que assessora o Conselho Nacional de Saúde quanto ao acompanhamento das políticas de saúde voltadas para a trabalhadora. Como forma de acompanhar a implementação das ações para mulheres trabalhadoras, do campo, da floresta e das águas, a SPM/PR participou de reuniões, eventos, encontros e seminários. Cabe assinalar que o Ministério da Saúde vem construindo a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), com a participação dos movimentos sociais. O objetivo desta política é melhorar o nível de saúde das populações do campo e da floresta, reconhecendo suas especificidades de gênero, geração, raça e etnia, por meio do acesso aos serviços de saúde, da redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e da melhoria dos indicadores de saúde e de



qualidade de vida. Nesse sentido, realizou o II Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta, que contou com a participação da SPM/PR. Do primeiro semestre de 2013 ao primeiro semestre de 2014, a SPM participou e contribuiu com as seguintes atividades: Reunião entre Coordenação geral de Saúde da Mulher - CGSM/DAPES/SAS/MS e DAGEP/MS sobre saúde da mulher do campo, da floresta e das águas e instituição de um GT, em 9 de outubro de 2013; II Encontro Nacional de Saúde da população do Campo e da Floresta, 18 a 20 de setembro de 2013; Reunião do GT sobre a elaboração da Cartilha sobre Direitos em Saúde da Mulher do Campo, Floresta e das Águas com a CGSM/MS, 28 de novembro de 2013; Encontro com Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas - Diálogo sobre a PNAISM, 2 e 3 de dezembro de 2013.

• **Apoiar e acompanhar a implementação das ações de direitos sexuais e reprodutivos, em especial a prevenção e tratamento das DST/AIDS, para as mulheres, em todas as faixas etárias**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, em parceria com o Ministério da Saúde, elaborou um planejamento de ações sobre direitos sexuais e reprodutivos, em especial sobre a prevenção e tratamento das DST/Aids, para mulheres de todas as faixas etárias. No segundo semestre de 2013 e primeiro semestre de 2014, já foram realizadas 7 reuniões do GT Mulheres para conclusão dos planos de ação e pactuação de ações a serem desenvolvidas nos estados e municípios. A SPM/PR participou também das reuniões da Comissão Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais – CNAIDS, do IX congresso da Sociedade Brasileira de DST e do V Congresso Brasileiro de Aids.

Em 2007, foi lançado o Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização da Epidemia da Aids e outras DST. Seu objetivo central é a promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva, a partir do desenvolvimento de ações intersetoriais destinadas a acelerar o acesso aos insumos de prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento das enfermidades sexualmente transmissíveis e da Aids, para as mulheres das diferentes regiões do país.

Em 2012-2014, dando continuidade ao Plano Integrado, a SPM em parceria com o Ministério da Saúde, elaborou um plano de ações estratégicas “Mulheres, DST, Aids e HIV”, para ser implementado em 2015 até 2016, com o objetivo de fortalecer e integrar as estratégias voltadas para promoção da saúde, prevenção, assistência e tratamento das DST, Aids e hepatites virais, para as mulheres, prioritariamente, mulheres vivendo com HIV/Aids, mulheres usuárias de álcool e outras drogas, profissionais do sexo, mulheres transexuais e mulheres em situação de violência sexual, por meio de ações que envolvam instituições governamentais, não governamentais e movimentos sociais, nas esferas federal, estadual e municipal.

• **Capacitar 70% dos profissionais do Programa de Saúde da Família, responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde, sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), juntamente com órgãos parceiros**

Análise Situacional da Meta

A capacitação de profissionais da saúde estruturada pela SPM adotou duas estratégias: o desenvolvimento do Módulo Gênero e Raça, para os responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde do Programa Saúde da Família, e o apoio à capacitação de profissionais da saúde por meio de convênios. Para a primeira estratégia, a SPM/PR negocia, atualmente, com a Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, o Curso de Ensino a Distância (EAD) sobre Gênero e Saúde da Mulher para a capacitação de Gestores, em especial dos Profissionais da Atenção Básica. A OPAS contratou o responsável para desenvolver o curso EAD sob supervisão da área técnica da SPM. Para a segunda estratégia, em 2012, a SPM apoiou sete propostas de convênios específicas para a área de saúde. Em 2013 foram apoiadas 12 propostas na área de saúde, onde estão inseridas as capacitações. Os convênios ainda estão em execução e têm atingido diretamente 4.500 pessoas. O Ministério da Saúde está preparando cursos a distância, com o objetivo de capacitar profissionais do Programa Saúde da Família/Atenção Básica, em gênero e racismo. Os cursos, que foram iniciados em 2014, são: “Saúde da População Negra, aberto a todos profissionais”; Política Nacional de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT e Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Curso de Capacitação de Atenção a Homens e Mulheres em Situação de Violência por Parceiros Íntimos – (1.000 vagas).



Os Departamentos de Atenção Básica (DAB/SAS/MS) e de Gestão da Educação na Saúde (DEGES/SGTES/MS), em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ), estão realizando, em todo o país, o 3º encontro presencial do Curso de Aperfeiçoamento em Apoio Matricial na Atenção Básica, com ênfase nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf). São 47 turmas distribuídas por 11 estados, com 70 alunos em cada turma, atingindo um total de 3.290 profissionais. A iniciativa tem o objetivo de colocar em debate, reflexão e em questionamento o cotidiano de trabalho dessas equipes. Dessa maneira, possibilita a troca de experiências e a articulação de outras estratégias nos territórios, permitindo, sobretudo, a solução de problemas comuns e a melhoria no atendimento à população assistida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O DAB, com o objetivo de fortalecer a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas e os processos de trabalho dos profissionais que atuam diretamente na assistência desses usuários, oferece o curso "Autocuidado: como apoiar a pessoa com diabetes". A ação é destinada aos profissionais de nível superior da atenção básica e tem carga horária de 20 horas, para 5.000 profissionais. A finalidade do curso é instrumentalizar e sensibilizar o profissional de saúde para apoiar a pessoa com diabetes em relação ao seu autocuidado. O curso de Autocuidado para profissionais de nível superior já está com inscrições abertas na Comunidade de Práticas.

O Ministério da Saúde realizou o curso de Doenças Crônicas nas Redes de Atenção à Saúde. Voltado aos profissionais de nível superior que atuam na atenção, o curso está estruturado a partir de histórias de usuários do SUS, que, ao percorrerem o sistema em busca de cuidado, trazem demandas específicas que dependem do seu contexto de vida. As histórias mostram como essas especificidades devem ser respeitadas pelos profissionais que realizam o atendimento, especialmente na atenção básica. Os casos dos usuários são apresentados no formato de história em quadrinhos e, após cada trecho da história, são oferecidos materiais específicos sobre os mais diversos assuntos, dentre eles gênero e racismo. O curso capacitou 500 profissionais.

A Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN) /DAB/MS, em parceria com o DATASUS, desenvolve o Curso de Educação a Distância sobre o Programa Bolsa-Família na Saúde. O curso é destinado aos profissionais que atuam nos municípios e Estados na execução de ações de monitoramento e acompanhamento das famílias beneficiárias. Tem como objetivos desenvolver a compreensão sobre a importância do acompanhamento dos beneficiários do PBF pela equipe de saúde; possibilitar melhor organização e planejamento da atenção básica para o acompanhamento dos beneficiários; e demonstrar o funcionamento do sistema de informação, desenvolvendo a capacidade de utilização de todas as ferramentas disponibilizadas e com temas diversos, dentre eles gênero e racismo. O Curso tem o número máximo de 500 participantes por turma, sendo 16 turmas, para 8000 profissionais de saúde.

Desta forma, houve a cobertura de 58% das equipes do Programa de Saúde da Família, com ao menos um profissional capacitado. Em números absolutos foram capacitadas 22.290 pessoas.

Quantidade alcançada

58

Data de Referência

31/12/2014

- **Criar grupo de trabalho interministerial visando a formular políticas de adequação dos equipamentos utilizados no âmbito do SUS para o atendimento de mulheres com deficiência e levantamento de demais necessidades**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR tem realizado, desde outubro de 2012, uma série de atividades sobre políticas públicas para mulheres com deficiência. A Oficina sobre Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência, realizada ao final de 2012, contou com a parceria de diversos órgãos, como o Ministério da Saúde e a SDH/PR, e a colaboração de especialistas na temática, subsidiando a realização de atividade específica sobre "Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência" na Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Em 2013, a SPM/PR ampliou a articulação com organizações sociais, conselheiros e conselheiras, parlamentares e representantes de diversos órgãos do Governo Federal, estadual e municipais. Além disso, realizou em conjunto com a SDH/PR uma atividade sobre o tema na 11ª Edição da REATECH - Feira Internacional de Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade. Em novembro de 2013 foi



realizado o Seminário Nacional de Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência, no qual foram aprovadas 41 propostas necessárias ao fortalecimento das mulheres com deficiência e a efetividade dos direitos e políticas públicas direcionadas ao segmento. Em 2014, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial, em parceria com o Ministério da Saúde e outros ministérios que compõem o Programa Viver sem Limites, para formular políticas de adequação dos equipamentos utilizados no âmbito do SUS para o atendimento de mulheres com deficiência e levantamento de demais necessidades. Objetiva-se, por meio do GT, elaborar diretrizes de atenção à saúde das mulheres com deficiência e capacitar profissionais para acolhimento de mulheres com deficiência e enfrentamento da violência institucional.

• **Elaborar documento contendo orientações para o acompanhamento das estratégias da Rede Cegonha em parceria com o Ministério da Saúde para os organismos executivos de políticas para as mulheres**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR contratou consultoras para desenvolver o instrumento de acompanhamento da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher nos estados e nos municípios, com especial atenção à Rede Cegonha. Os Organismos de Políticas para as Mulheres dos entes federados utilizarão as diretrizes do documento para auxiliar na realização dessa meta. A elaboração deste instrumento e a realização das Oficinas contou com a parceria do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), da Organização Mundial de Saúde (OPAS) e do Ministério da Saúde (MS). Para confirmar o alcance dos objetivos propostos no Instrumento, foi organizada uma Oficina de Pré-teste do Instrumento com a participação das gestoras dos OPM do Distrito Federal (Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal – SEM/DF) e representantes das diversas áreas técnicas do Ministério da Saúde. Entre outubro e novembro de 2014, foram organizados dois Encontros Macro Regionais de Capacitação sobre o Instrumento de Monitoramento e Acompanhamento da PNAISM e do PNPM. Com duração de 16 horas cada, a primeira oficina reuniu os OPM das capitais e regiões metropolitanas das regiões norte, nordeste e centro-oeste e a segunda oficina envolveu os OPM das capitais e regiões metropolitanas das regiões sul e sudeste.

A avaliação geral das participantes foi muito positiva e indica a necessidade de ampliar este tipo de atividade. Aquelas gestoras e técnicas dos OPM que já realizam ações com saúde da mulher afirmaram que o instrumento servirá como qualificador do trabalho já em desenvolvimento e aquelas que ainda não se voltaram para a área da saúde da mulher mostraram-se empenhadas em desenvolver ações de monitoramento e acompanhamento da PNAISM e do PNPM em seus municípios, assim como aprofundar os conhecimentos adquiridos.

• **Elaborar estudos e pesquisas sobre direitos sexuais e reprodutivos, saúde da mulher e Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**

Análise Situacional da Meta

A SPM apoiou, de 2012 a 2013, 8 convênios para realização de estudos de pesquisas nas áreas de Mulher e Ciência, Gênero, Evolução da Garantia de Direitos das Mulheres e Saúde da mulher. Em 2014 foram apoiados 4 convênios na área de saúde da mulher e mais duas emendas parlamentares.

• **Estimular os organismos executivos de políticas para as mulheres a acompanhar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, em particular a Rede Cegonha, nos estados e municípios**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR incentiva a atuação dos OPM junto às respectivas secretarias de saúde. Os OPM estaduais são incentivados a participarem das videoconferências mensais de monitoramento da Rede Cegonha. As videoconferências permitem um diagnóstico específico sobre a saúde, inclusive a saúde da mulher, em cada estado. Além disso, a SPM/PR promoveu a capacitação de representantes de OPM no uso de instrumento de acompanhamento da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, com especial atenção à Rede Cegonha. A SPM/PR participou de duas reuniões no âmbito da Rede Cegonha: do Comitê de Mobilização Social e de Especialista e do Comitê Gestor da Rede Cegonha. Este é um espaço que buscou qualificar a atenção obstétrica e neonatal. A SPM também realizou, entre 2012 e 2013, 19 convênios para apoio financeiro a estados e municípios com vistas a aprimorar o acompanhamento e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.



- **Participar do Fórum de Implementação e Monitoramento da Rede Cegonha**

Análise Situacional da Meta

No Comitê de Mobilização Social e de Especialistas, a SPM/PR participou das reuniões do Comitê de Mobilização Social da Rede Cegonha e da 18ª Plenária do Pacto Nacional de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, que aconteceram no dia 26 de junho de 2013, em Brasília. Em 2014, participou das duas reuniões do Comitê, realizadas em Brasília. No Comitê de Monitoramento, a SPM/PR vem participando de reuniões do Comitê Gestor da Rede Cegonha e de Videoconferências, com a participação de Secretarias de Saúde e dos Organismos de Políticas para as Mulheres dos Estados e Capitais. O Comitê Nacional de Mobilização Social da Rede Cegonha se reuniu semestralmente para debater os avanços e desafios da Rede com as seguintes atribuições: (I) contribuir na sensibilização e na mobilização social, com o objetivo de facilitar e promover a implementação da Rede Temática; (II) realizar o balanço semestral do andamento da implementação e dos resultados da Rede Temática.

Vale destacar que, entre 1990 e 2012, a Razão de Morte Materna (RMM) no Brasil reduziu de 141 para 62 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, o que representa diminuição de 56%. No entanto, a velocidade dessa queda diminuiu a partir de 2001. Os dados preliminares referentes a 2011 apontam uma redução de 21% frente a 2010, indicando que as novas estratégias implementadas pelo Ministério da Saúde têm atingido melhores resultados. Mais de 66% dos óbitos maternos devem-se a causas diretas relacionadas à gravidez – em grande medida evitáveis.

É importante ressaltar que, entre as mulheres negras, houve piora em alguns indicadores de mortalidade materna, em contraste com as mulheres brancas, reforçando o diagnóstico de seu acesso desigual aos serviços de saúde. Outra evidência importante acerca do indicador de mortalidade materna é que 4% dos óbitos registrados estão relacionados a abortos realizados em condições inseguras, configurando-se como um problema de saúde pública de significativo impacto no país. A SPM tem tido papel importante para a inclusão da questão racial (raça-cor) nos estudos e nas definições de estratégias para a diminuição da RMM.

- **Realizar 2 Seminários ou oficinas para discussão, divulgação e aprofundamento acerca da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, a SPM/PR realizou uma oficina com as Gestoras Estaduais dos OPM para discutir a importância dos OPM trabalharem com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e também as ações prioritárias da Saúde das Mulheres para cada estado e município.

Também foi realizado, em 26 e 27 de fevereiro de 2013, em parceria com Ministério da Saúde, o Seminário da PNAISM com o movimento de mulheres, para discussão sobre a atualização da política.

Em 29 e 30 de outubro de 2013, foi promovido o encontro com os OPM no qual se apresentaram as propostas de trabalho da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e também as ações prioritárias para a implementação da Saúde das Mulheres no País.

Em dezembro de 2013, foi realizado, em conjunto com o Ministério da Saúde, o Encontro com Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas - Diálogo sobre a PNAISM, com o objetivo de avaliar a implementação da PNAISM e a contribuição para a construção da Cartilha “Direitos à saúde das Mulheres do campo, da floresta e das águas”. Especificamente em relação às mulheres lésbicas e bissexuais, foi constituído um Grupo de Trabalho entre Ministério da Saúde (MS) e SPM, com o objetivo de desenvolver documento referencial sobre atenção integral à saúde de mulheres lésbicas e bissexuais voltado para profissionais de saúde. Este Grupo de Trabalho promoveu oficina e seminário, em 2014, para a construção e finalização de documento, que resultaram na publicação “Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais”.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência



31/12/2014

OBJETIVO: 0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A construção de uma cultura que expresse valores de igualdade, solidariedade e respeito às diferenças é uma tarefa contínua e cotidiana. Escolas e universidades são espaços privilegiados para essa tarefa.

O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, realizado pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a ONU Mulheres, tem o objetivo de viabilizar as transformações culturais e de difundir, por meio da educação e da formação de valores, atitudes não discriminatórias e libertárias. O Prêmio é uma das ações do Programa Mulher e Ciência, que visa a estimular a produção e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País e a promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.

Nos nove anos do Prêmio foram 26.864 inscrições em todas as suas categorias, e cada edição tem seus trabalhos premiados publicados em livro e divulgados para a sociedade brasileira. Este Prêmio tem, ao longo das sucessivas edições, disseminado estes temas nas escolas de Ensino Médio, bem como nas faculdades e universidades, esperando que assim as futuras gerações possam viver numa sociedade livre de preconceitos e plena de igualdade.

A cerimônia de premiação da 8ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero ocorreu no dia 19 de agosto de 2013. Foi lançada a 9ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos, para estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres e sensibilizar a sociedade para tais questões. A premiação da 9ª edição foi realizada em junho de 2014, quando foi lançada a 10ª edição.

Adicionalmente a essas iniciativas, a SPM/PR participou da seleção de projetos inscritos sob o edital do Programa de Extensão Universitária (Proext), do Ministério da Educação, observando-se as prioridades de atuação da Secretaria na seleção dos projetos e programas a serem apoiados. Em setembro de 2013, a SPM participou de oficina no intuito de colaborar com a elaboração da linha 12 “Mulheres e relações de gênero” do edital Proext 2015. Em 2014, a SPM participou da seleção dos projetos de extensão da linha de pesquisa concernente a esta Secretaria, que beneficiou 13 projetos e 8 programas de diversas universidades. De 2012 a 2014, foram aprovadas 94 propostas, sendo 23 para 2012, 24 para 2013, 26 para 2014 e 21 para 2015.

Para promover as políticas culturais, a SPM/PR realizou, junto com o Ministério da Cultura dois editais: Carmem Santos Cinema de Mulheres (para filmes de curta e curtíssima duração) e Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais. Em outubro de 2013, foi publicado o resultado final do Prêmio Funarte. Em 2014, foi iniciada a segunda edição do Prêmio Funarte.

Em novembro de 2013, foi realizada a Conferência Nacional Livre de Educação e Gênero, pela SPM/PR em parceria com a União Brasileira de Mulheres (UBM), com os apoios do Fórum Nacional de Educação do Ministério da Educação (FNE/MEC), da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SPM/DF), da Universidade de Brasília (UnB), que contou com a presença de delegadas eleitas para a CONAE, representantes de movimentos sociais e de órgãos públicos. A proposta era levar Governo e sociedade à discussão de como implementar políticas públicas que contemplem a transversalidade de gênero na educação brasileira. O evento foi uma atividade preparatória para a II Conferência Nacional de Educação (Conae 2014), que aconteceu em novembro de 2014, com a participação da SPM/PR.

Outra iniciativa que buscou fortalecer uma cultura social igualitária foi o Prêmio “Mulheres Negras contam sua história”.



O Prêmio teve como objetivo estimular a inclusão social das mulheres negras, por meio do fortalecimento da reflexão acerca das desigualdades vividas por elas no seu cotidiano, no mundo do trabalho, nas relações familiares e de violência e na superação do racismo. A publicação com todos os textos premiados foi lançada na 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, no dia 06 de novembro de 2013. O evento de lançamento reuniu autoras dos textos publicados, representantes das Secretarias de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Metas 2012-2015

- **Apoiar ações desenvolvidas pela SDH visando a reparação das mulheres anistiadas e/ou em processo de obtenção de anistia política**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR acompanha as ações desenvolvidas pela Secretaria dos Direitos Humanos e do Ministério da Justiça nos processos de anistia. A SPM não tem apoiado ações nessa área.

- **Apoiar a constituição e fortalecimento de núcleos de gênero nas Universidades Federais e Estaduais**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR, no ano de 2013, apoiou duas Universidades Federais mediante celebração de Termo de Cooperação: Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal Rural de Pernambuco. A primeira tem objeto relativo à realização do Seminário Internacional Fazendo Gênero e a segunda, a realização de estudos e eventos do tema Mulher e Ciência nos espaços de poder e decisão.

O Seminário Internacional Fazendo Gênero foi realizado nos dias 16 a 20 de setembro de 2013. Dentro do Seminário, foram realizadas, e apoiadas pela SPM, diversas atividades promovidas pelos núcleos de gênero.

Foi lançado, em novembro de 2013, o edital nº 05, que contém uma linha temática destinada a apoiar propostas apresentadas por núcleos de estudos de gênero e/ou por pesquisadores de universidades, com prioridade no apoio a projetos que estimulem encontros e organizem o maior número de segmentos de mulheres para debater temas relativos a políticas públicas para mulheres, participação política das mulheres, e às mulheres nas mais diversas frentes de atuação, tendo como propósito fortalecer as ações previstas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

A SPM/PR está promovendo também a avaliação de implementação e de resultados do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero em todas as suas edições - desde 2005 até 2013 -, que será realizada pelos núcleos de gênero de duas universidades federais: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – e UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, que têm atuado ativamente na área, inclusive na promoção do Curso Gênero e Diversidade na Escola. A realização da avaliação permitirá aos núcleos de gênero desenvolver uma pesquisa avaliativa de grande escopo, envolvendo métodos quantitativos e qualitativos, e que trará resultados relevantes para a política pública Mulher e Ciência.

Além disso, o edital "Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos", lançado em 2012 numa parceria entre a SPM e o CNPq, teve por objetivo estimular e fortalecer a produção de pesquisas e estudos relacionados aos temas relações de gênero, mulheres e feminismos, buscando contemplar a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade. Foram apoiados 144 projetos, muitos dos quais desenvolvidos pelos núcleos de gênero das universidades. Os projetos apoiados tiveram seus resultados apresentados em seminário promovido pela SPM e CNPq, em setembro de 2014. O objetivo foi discutir recomendações decorrentes das pesquisas realizadas para a melhoria das políticas públicas para mulheres.

- **Apoiar iniciativas da sociedade civil na construção de redes de monitoramento de conteúdos midiáticos com enfoque nas relações de gênero, raça, etnia e orientação sexual**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR participou e apoiou a iniciativa da reunião “Mídia, Direitos das Mulheres e Políticas Públicas”, promovida



por organizações não governamentais de comunicação e de mulheres negras, com vistas à construção de uma plataforma com estratégias de comunicação para enfrentar o racismo, o sexismo e todas as formas de discriminação e preconceito por gênero, raça e etnia, e orientação sexual, com incidência prioritária na 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e na Conferência Nacional de Cultura. Além disso, a SPM financiou, via convênio, uma pesquisa de opinião sobre presença das mulheres na política, pelo IBOPE e pelo Instituto Patrícia Galvão. A ampla divulgação midiática dos resultados da pesquisa, que demonstraram que há uma grande aceitação na população brasileira ao incremento das mulheres nos espaços de poder políticos, possibilitou maior compreensão, por parte de jornalistas e do grande público, a respeito das desigualdades políticas de gênero.

- **Articular a ampliação do alcance do Programa Gênero e Diversidade na Escola para as instituições de ensino superior público e privado e demais modalidades**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR está em diálogo constante com o MEC quanto ao desenvolvimento deste programa. Para alcance da meta, a SPM/PR auxilia na divulgação das inscrições dos cursos ofertados pelo Programa Gênero e Diversidade na Escola – GDE.

Ainda, a SPM/PR participou da avaliação dos cinco anos do programa, na oficina GDE +5, em setembro de 2013, organizada pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM, no Rio de Janeiro, e de oficina promovida pelo MEC para discutir o andamento dos cursos Gênero e Diversidade na Escola e Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, realizada em outubro de 2013.

O curso GDE ao longo dos últimos três anos (2012, 2013 e 2014) teve uma variação em termos de vagas e níveis oferecidos. Em 2012, o curso GDE foi ofertado por 12 universidades brasileiras, apenas no nível Aperfeiçoamento, com carga horária que variou de 190 a 240 horas. Em 2013, o curso GDE foi ofertado nos três níveis (Aperfeiçoamento, Extensão e Especialização), sempre na modalidade semipresencial. A carga horária variou de 90 a 460 horas entre os diferentes níveis. Em 2014, o GDE foi ofertado no nível de Aperfeiçoamento, Extensão e Especialização por 16 universidades. Algumas universidades ofereceram na modalidade Educação a Distância e outras na modalidade presencial.

Em 2014, a SPM participou de Seminário para discussão dos impactos do GDE, ocorrido na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que destacou a importância do curso na construção de um diálogo necessário entre a universidade e a escola pública brasileira e o questionamento de discursos e representações tradicionais. Em novembro de 2014, ocorreu a Reunião Pedagógica de Formação Continuada, realizada pela SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) do MEC, que teve a participação de coordenadora/es de curso GDE e GPP-PRE também da SPM/PR e SDH.

- **Criar o Programa Trabalho e Inovação Tecnológica para as mulheres**

Análise Situacional da Meta

O estímulo à participação de mulheres na área tecnológica tem se dado principalmente por meio do lançamento da chamada pública “Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação”, uma parceria da SPM/PR com o MCTI, o CNPq e a Petrobras. Foram disponibilizados R\$ 11 milhões com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil. A intenção é despertar o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino do Ensino Médio e da Graduação por estas profissões e para a pesquisa científica e tecnológica. Foram selecionadas 325 propostas. A previsão de 1.800 bolsas concedidas, tanto para alunos de ensino médio e graduação quanto para professoras, deverá ser confirmada com a finalização dos processos.

- **Elaborar um caderno com diretrizes da política cultural para incentivo à igualdade de gênero**

Análise Situacional da Meta

Há a previsão de elaboração de um caderno, que deverá ser formulado a partir de um Seminário promovido pelo Ministério de Cultura, cuja realização ainda está em negociação.



- **Estimular a ampliação da transmissão de jogos e da participação das mulheres nas diversas modalidades de esportes nas programações de rádio e TV.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino foi retomado, após 11 anos sem realização, ocorrendo edição também em 2014. Esta ação é coordenada pelo Ministério do Esporte, Caixa Econômica Federal e com apoio da SPM/PR. Os torneios foram transmitidos por canais fechados e abertos de televisão. Outros eventos também foram televisionados como o Torneio Internacional de Brasília de Futebol Feminino, realizado em 2013 e 2014, com transmissão ao vivo dos jogos da seleção brasileira em canal aberto. Em novembro de 2013, para ampliação do diálogo com atletas, pesquisadoras e órgãos governamentais, foi realizado o Seminário “Mulheres, esporte e lazer e políticas públicas”, com 147 participantes, sendo 91 mulheres. A SPM participou ainda de eventos relevantes para o esporte como a Copa Brasil de Futebol Feminino Universitário, ocorrida em maio de 2014, com o patrocínio do Ministério do Esporte.

- **Estimular a ampliação no número de mulheres contempladas com Bolsa-Atleta e nos esportes de alto rendimento visando promover a discussão sobre a perspectiva de gênero nos grandes eventos esportivos, junto aos órgãos federais**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR publica matérias em sua página para divulgar junto aos Organismos de Políticas para as Mulheres informações sobre a concessão do Bolsa-Atleta, estimulando as mulheres a se candidatar ao benefício. Em 2013 e 2014, 2.685 e 2.694 mulheres, respectivamente, foram contempladas com Bolsa-Atleta nas modalidades olímpicas/paraolímpicas e não olímpicas, correspondendo a 41% do total de bolsas concedidas. A SPM/PR contribuiu para a agenda do Compromisso pelo Emprego e Trabalho Decente na Copa do Mundo Fifa Brasil de 2014 e nos debates e reflexões das 12 oficinas nas cidades-sedes do evento. Outro incentivo para a modalidade foi a aprovação do projeto para a construção do Centro de Excelência de Futebol Feminino em Foz do Iguaçu. Essas ações fortalecem a inserção das mulheres em condições de igualdade com o homem no mundo do esporte e do lazer e asseguram esse direito para meninas e mulheres de todas as idades.

- **Fomentar o desenvolvimento permanente de linhas de pesquisa sobre o enfrentamento conjunto do racismo, sexismo e lesbofobia**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, no edital de chamada Pública nº 02/2013, previu a linha temática – Incorporação da Perspectiva de Gênero nas Políticas Educacionais e Culturais e de Formação de Profissionais da Educação – que possibilita o apoio a projetos relacionados à promoção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutiva de estereótipos de gênero, raça e etnia, orientação sexual e/ou geracional e que contribuam para ampliar e valorizar a produção cultural das mulheres. Além disso, o apoio aos Núcleos de estudo de gênero permite a apresentação de propostas para a elaboração de pesquisas, estudos e metodologias, tecnologias, materiais didáticos com destaque na área do desenvolvimento sustentável; e/ou publicação de experiências, estudos e resultados de pesquisa.

Em 2012, foi lançada a terceira edição do Edital Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, que teve por objetivo estimular e fortalecer a produção de pesquisas e estudos relacionados aos temas relações de gênero, mulheres e feminismos, buscando contemplar a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade. Esta Chamada reservou recursos específicos para pesquisas voltadas às temáticas das relações de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, direitos sexuais e reprodutivos e violência contra a mulher. Os projetos apoiados se encerrarão em 2015.

Houve ainda o lançamento do edital nº 05/2013, cujas propostas foram recebidas em 2014, que contém uma linha temática destinada a apoiar projetos e ações educativas que estimulem uma educação igualitária por meio da inclusão do desenvolvimento de debates acerca das desigualdades entre homens e mulheres e suas intersecções de classe social, raça, etnia, orientação sexual e geracional, na prática pedagógica escolar, inclusive por meio da formação de profissionais da educação, e por meio de ações e iniciativas para ampliar a inserção das mulheres em áreas científicas



de baixa presença de mulheres.

- **Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola**

Análise Situacional da Meta

Conforme dados enviados pelo Ministério da Educação, em 2013 foi aprovada a oferta de 4975 vagas para o Programa Gênero e Diversidade na Escola, ou seja, este foi o total de vagas efetivamente abertas por universidades e institutos que tiveram seus projetos de curso aprovados. As universidades contempladas foram: FURG, IFES, UFAL, UFBA, UFC, UFF, UFG, UFLA, UFMA, UFMG, UFMT, UFPB, UFPI, UFPR, UFRGS, UFS, UFSCar, UFT, UTFPR.

Em 2012, foram ofertadas 2947 vagas pelas seguintes universidades: UFBA, UFAL, UFSC, UnB, UFES, UFLA, UFC, UFPE.

Em 2014, foram ofertadas 3100 vagas pelas seguintes universidades: UFRJ, UFF, FUFABC, UFTM, IFES, UNIFESP, UFSC, UFLA, UFPR, FUFTO e FURG.

Quantidade alcançada

11.022

Data de Referência

31/12/2014

- **Formar 40 mil gestoras e gestores em políticas públicas nas temáticas de gênero e relações étnico-raciais através do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GR)**

Análise Situacional da Meta

Segundo dados repassados pelo Ministério da Educação, em 2012, foram ofertadas 1690 vagas para o Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP- GR), por seis universidades, nos níveis de Aperfeiçoamento e Especialização. A carga horária variou de 300 a 420 horas.

Em 2013, oito universidades ofertaram 2120 vagas, na modalidade semipresencial nos níveis de Aperfeiçoamento e Especialização.

Em 2014, o curso foi ofertado apenas no nível de Especialização. Foram duas as universidades participantes, que ofereceram 375 vagas.

Quantidade alcançada

4.185

Data de Referência

31/12/2014

- **Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero - que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional - em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR iniciou diálogo com o Ministério da Educação a respeito da elaboração de Orientações ou Diretrizes, na ocasião em que foi pactuado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. O diálogo com o Ministério da Educação sobre a elaboração de Orientações ou Diretrizes Curriculares continua.

- **Fortalecer e ampliar a participação das mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR lançou edital de chamada pública com linhas de apoio dirigido à incorporação da diversidade das mulheres nas políticas públicas e também firmou convênios, em 2013, para apoiar iniciativas para o fortalecimento de mulheres negras, quilombolas, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais na formulação, implementação e utilização de políticas públicas por meio das organizações. Os convênios, que continuam em execução em 2014, foram firmados com:

- Organizações: THYDEWA (mulheres indígenas de 8 etnias da região nordeste nos estados de Alagoas, Bahia,



Sergipe, Pernambuco), Rede Mulheres Negras (mulheres quilombolas do Paraná), Fundação Apoio à Pesquisa de Tocantins – FAPTO (mulheres lésbicas e bissexuais de 5 cinco regiões) e Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS (jovens trabalhadoras rurais).

- Municípios: Prefeitura Municipal de Caxias - MA (mulheres jovens, lésbicas e negras)

Também em 2013, a SPM/PR apoiou a 6ª edição do Latinidades - Festival da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, com a mesa: Mulheres Negras Construindo a sua História. Esta edição teve como tema central arte e cultura negra – memória afrodescendente e políticas culturais na América Latina e Caribe. Em 2014, foi apoiada a 7 edição do Latinidades – Griôs das diáspora negra, realizado de 23 a 28 de julho de 2014 em Brasília.

Em parceria com a FUNAI, a SPM/PR realizou uma série de reuniões e oficinas com mulheres indígenas e, apoiou a construção do Espaço Nacional de Diálogo das Mulheres Indígenas. Em continuidade a estas atividades, foi promovida, em abril de 2014, a 1ª Oficina de Formação e Informação de Mulheres Indígenas – Espaço Nacional de Diálogo, que teve como um dos produtos uma cartilha “Oficina de formação e informação das mulheres indígenas”, em parceria com a FUNAI (abril 2014).

Com a colaboração da coordenadora geral do projeto Promotoras Legais Populares e da Juíza Kenarik, realizou oficina de elaboração do Programa Promotoras Legais Indígenas, com o objetivo de contribuir para a formação de lideranças de mulheres indígenas. Esta iniciativa continua em negociação com a FUNAI para ser implementada nas regiões indígenas.

Também com o intuito de fortalecer a organização das mulheres indígenas e ampliar sua participação na formulação de políticas públicas, a SPM/PR, em conjunto com o CONSEA, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a Secretaria Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde – SESAI/MS e outros órgãos, participou da organização para realização do Seminário Nacional de Mulheres Indígenas, Segurança Alimentar e Nutricional, em novembro de 2013. Com o mesmo objetivo, contribuiu na organização da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, buscando impulsionar a participação das mulheres indígenas em todas as etapas da Conferência.

Também se deve destacar que, em 2014, foram recebidas as propostas de projetos a serem financiados no âmbito de Edital 05/2013, que priorizou indígenas e mulheres com deficiência.

Outra iniciativa relevante da SEPPIR, em articulação com a SPM, foi o Prêmio Lélia Gonzalez. O prêmio teve os objetivos de promover o reconhecimento das afro-brasileiras como protagonistas do enfrentamento ao racismo e ao sexismo, a articulação entre ações destinadas a esse público específico na sociedade civil e no âmbito governamental, bem como a disseminação de experiências inovadoras realizadas por organizações de mulheres negras. Foi realizada a seleção das organizações a serem premiadas e a premiação ocorreu no dia 22 de maio de 2014.

• **Realizar 4 edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e lançar 2 Editais de chamada Pública para o Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR e seus parceiros - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI), o Ministério da Educação (MEC) e a ONU Mulheres - divulgaram, no dia 8 de março de 2013, os ganhadores da 8ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. O concurso bateu recorde de inscrição. Foram recebidas 5.134 inscrições sendo 304 da categoria Estudante de Graduação; 417 da categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado; 237 da categoria Mestres e Estudante de Doutorado; 4.100 da categoria Estudante do Ensino Médio, e 76 da categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero.

Esta edição contemplou diversos projetos, entre eles, destacaram-se: projeto com o tema mulheres no futebol e os preconceitos desse esporte, situações de homofobia e um projeto desenvolvido por uma professora que concluiu o curso do Gênero e Diversidade na Escola. Além disso, dentre as escolas premiadas, cinco são de cidades do interior do país (Arraial do Cabo-RJ; São José do Egito-PE; União da Vitória-PR; Uberlândia-MG; Gurupi-TO) e duas de capitais (João Pessoa-PB e Vitória-ES).

No período de 2011 a 2013, foram recebidos 8.911 artigos científicos de estudantes de ensino médio, 703 de estudantes de graduação; 865 de especialistas e estudantes de mestrado; 475 de mestres e estudantes de doutorado; além de 181



projetos pedagógicos de escolas de nível médio. A 9ª edição teve sua premiação realizada em junho de 2014, mesma data em que foi lançada a 10ª edição. Na 9ª edição, houve um decréscimo nas inscrições, em particular na categoria Estudante de Ensino Médio, com a queda de 63% em relação à 8ª edição, num total de 1430 inscrições. Uma provável explicação para isso é que a divulgação na 9ª edição não atingiu a mesma amplitude de divulgação junto às escolas de Ensino Médio que as edições anteriores. Assim, durante a vigência do PPA 2012-2015, a SPM/PR já realizou três edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Neste momento, a SPM tem discutido com seus parceiros a renovação do acordo para manutenção do Prêmio visto que o acordo inicial previa sua realização por 10 anos. Em 2012, foi lançada a terceira edição do Edital Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, que teve por objetivo estimular e fortalecer a produção de pesquisas e estudos relacionados aos temas relações de gênero, mulheres e feminismos, buscando contemplar a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade. Esta Chamada reservou recursos específicos para pesquisas voltadas às temáticas das relações de gênero no campo e na floresta. Os projetos apoiados tiveram seus resultados apresentados em seminário promovido pela SPM e CNPq, em setembro de 2014. O objetivo foi discutir recomendações decorrentes das pesquisas realizadas para a melhoria das políticas públicas para mulheres.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 4 seleções públicas de iniciativas e projetos de, para e sobre mulheres, visando a produção e circulação de conteúdos culturais que desconstruam mitos e estereótipos de gênero**

Análise Situacional da Meta

No dia 02 de julho de 2013, foram lançados os editais de Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais e Prêmio Carmen Santos Cinema de Mulheres 2013 de incentivo a mulheres diretoras com projetos de filme sobre a temática de gênero. Em outubro foi publicado o resultado final do Prêmio Funarte. Houve mais de mil inscrições e dez projetos foram premiados. Cada premiada recebeu R\$ 70 mil. O montante de recursos destinado ao edital foi de R\$ 800 mil, voltados exclusivamente para pessoas do sexo feminino que contribuem para o reconhecimento das mulheres nas artes visuais. Os trabalhos selecionados promovem a prática de linguagens artísticas, a reflexão crítica e a profissionalização dos processos de gestão cultural. Os projetos abrangem realização de exposições, mostras, oficinas, intervenções urbanas, publicações, produção crítica e documental e seminários. No Prêmio Carmem Santos Cinema de Mulheres, foram investidos R\$ 960 mil, para incentivar mulheres diretoras a produzirem filmes sobre igualdade de gênero. Foram recebidas 417 inscrições de trabalhos provenientes de todas as regiões do país. Em 2014, foi lançada a segunda edição do Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais. O valor do prêmio será de R\$70.000,00 e serão contemplados dez projetos que tenham como objetivo um amplo conjunto de atividades ligadas às artes visuais que visem estimular a reflexão e experiência artística, além do compromisso com a formação de público, com a inclusão social e a sustentabilidade.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar e apoiar 4 seminários de abrangência nacional para discussão e divulgação da formação e produção do conhecimento sobre gênero e feminismo**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR apoiou o Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos, que foi realizado nos dias 16 a 20 de setembro de 2013, em Florianópolis (SC). O Seminário visava favorecer a articulação dos estudos de gênero com abordagens que envolvem outras categorias de análise como classe, raça, etnia e gerações; criar espaços de troca de experiências e diálogo entre investigadoras/es acadêmicas/os e aquelas/es ligadas/os a outras entidades e aos movimentos sociais; incentivar a participação de estudantes de graduação e de pós-graduação nas discussões



travadas no campo dos estudos feministas e de gênero, possibilitando uma formação mais qualificada na área, e produzir conhecimentos que possam resultar em material bibliográfico a ser publicado em livros e periódicos sobre o tema. Durante o evento houve a realização de 115 simpósios temáticos sobre gênero.

Além disso, foi realizado um seminário em Brasília-DF nos dias 22, 23 e 24 de Setembro para reunião dos pesquisadores contemplados no Edital “Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos”, de 2012. Foram formados Grupos de Trabalho para trocas de experiências e apresentação de resultados entre pesquisadora/es dividida/os por área. Discutiu-se o diálogo das pesquisas com as políticas públicas voltadas para o fortalecimento das políticas de gênero.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar formações para lideranças de mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais sobre políticas públicas e acesso a seus direitos, em redes multiplicadoras articuladas ao enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e nas políticas afirmativas de promoção da igualdade de gênero, de raça/cor, etnia e de orientação sexual e identidade de gênero**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR lançou edital de chamada pública com linhas de apoio dirigido a formação e fortalecimento do protagonismo de mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais sobre políticas públicas e acesso a seus direitos, firmando convênio em 2013, que continuaram em execução em 2014, com organizações como a Thydewa (Bahia) e a Rede de Mulheres Negras do Paraná, prefeituras e governos de estados, como a Prefeitura de Caxias, no Maranhão e a Prefeitura de Bataguassu, no Mato Grosso do Sul. Também foi apoiada iniciativa de enfrentamento a lesbofobia por meio de convênio com a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins - FAPTO, no âmbito do projeto “Feminismos, Diversidade Sexual e Autonomia”, que tem como objeto a formação política para 200 lideranças lésbicas e bissexuais, militantes das 5 regiões do Brasil, visando a ampliação da participação social e o protagonismo no controle e monitoramento de políticas públicas, e a promoção de intercâmbio de saberes intergeracionais e interregionais.

A SPM/PR também apoiou a 6ª edição do Latinidades - Festival da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, que teve como tema central arte e cultura negra – memória afrodescendente e políticas culturais na América Latina e Caribe. Em 2014, foi apoiada a 7ª edição do Festival Latinidades – Griôs das diáspora negra, realizado de 23 a 28 de julho em Brasília. O festival promoveu a realização de diversas conferências, mesas de debate, exibição de filmes e outras produções culturais de mulheres negras.

Foram formadas 100 lideranças de mulheres indígenas, em parceria com a FUNAI, por meio de uma série de reuniões e oficinas com mulheres indígenas. Em conjunto com o CONSEA, a FUNAI, a SESAI e outros órgãos, a SPM/PR participou da organização do Seminário Nacional de Mulheres Indígenas, Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrido em novembro de 2013. A SPM participou, em 2014, de evento formativo para uma comissão composta por 15 mulheres lideranças indígenas de diversas localidades, selecionadas pela FUNAI. Ainda em 2013, a SPM participou na Comissão organizadora da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI) esteve presente nas etapas distritais da 5ª CNSI da Bahia e do Leste de Roraima e reunião de articulação de lideranças mulheres destes distritos. Também houve reunião com Cacicas indígenas, na Bahia de junho a dezembro de 2013.

Ainda em parceria com a FUNAI, foi realizada oficina de elaboração do Programa Promotoras Legais Indígenas com o objetivo de contribuir para a formação de lideranças mulheres indígenas. Esta iniciativa continua em negociação com a FUNAI para ser implementada nas regiões indígenas.

Em 2014, a SPM firmou convênio com a organização da sociedade civil Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Coletiva, cujo objeto é a oferta do curso de Formação em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos -Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade - EGeS. Serão ofertadas 90 vagas para profissionais de todo o Brasil e 30 vagas para gestores/as de políticas para as mulheres e diversidade sexual,



vinculados aos mecanismos institucionais das esferas municipais, estaduais e federal e representantes dos movimentos sociais, com notória e comprovada atuação nos campos temáticos privilegiados pelo curso EGeS.

• **Realizar o Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciência, previsto para 2013**

Análise Situacional da Meta

O Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciência - estava programado para ocorrer em 2013. Entretanto, foi adiado e deverá ocorrer em 2015. O encontro pretende debater os seguintes pontos: 1) O Programa Mulher e Ciência: Resultados e Desafios; 2) Diretrizes Nacionais de Educação: Educação fundamental (formação de professores); Ensino Médio (a inserção das meninas nas Ciências Exatas); Educação no Campo; 3) Panorama do Ensino Superior; Gênero e Currículos: licenciatura e bacharelato; 4) Obstáculos e Estratégias da Carreira Científica no Feminino.

OBJETIVO: 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

Em atendimento às diretrizes do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, que tem como um de seus capítulos o “Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão”, a Secretaria de Políticas para Mulheres, cuja atuação é guiada pelo compromisso de combater as desigualdades de gênero, tem enfrentado este desafio de forma ampla, com base no entendimento de que a sub-representação das mulheres nos espaços de poder e decisão tem diversas causas. Portanto, as mudanças devem ser promovidas em variadas esferas sociais – culturais, legislativas e institucionais. Desta forma, há diversas ações sendo implementadas de diferentes tipos: a) ações de articulação política, em especial com a Bancada Feminina do Congresso Nacional, que visam potencializar os impactos das iniciativas da SPM ao agregarem-se importantes atores/atrizes e tomadores/as de decisão: Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, Plataforma Mais Mulheres no Poder: eu assumo esse compromisso e Campanha Nacional Mulher Tome Partido: Filie-se; b) ações de capacitação, que visam oferecer informações e análises sobre gênero, racismos, democracia e direitos humanos, com vistas a tornar mais mulheres – em diversas posições institucionais – aptas a discutir e combater as desigualdades sociais: projeto Mulher de Direito: Liderança e Poder na Política e Projeto de Capacitação a Distância em Democracia e Gênero; c) publicações que subsidiam o trabalho de gestoras e gestores públicos e incentivam a entrada de mulheres na política: “+ Mulher na Política: Mulher Tome Partido” e “Mais Autonomia, Igualdade e Cidadania para as Mulheres Brasileiras”. Está também planejado, para 2015, um Seminário Internacional de partidos políticos, com vistas a debater a situação das mulheres no poder em diversos países e propostas de reforma política que busquem ampliar a presença de mulheres nos espaços públicos. A SPM iniciou ainda, em 2014, uma negociação com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para lançamento de uma campanha que visibilize a agenda “Mais Mulheres no Poder”. Os produtos desta campanha – selo e carimbo – estarão disponíveis em 2015.

Metas 2012-2015

• **Apoiar a implementação da legislação eleitoral que visa à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, em tratativas com o Tribunal Superior Eleitoral, pediu atenção e reafirmou monitoramento da Lei Eleitoral quanto ao percentual de cota das candidaturas das mulheres, ao tempo da propaganda eleitoral feminina, e investimento dos 5% do Fundo Partidário nas atividades de formação de mulheres. Além disso, acompanhou o Congresso Nacional na promulgação de uma minirreforma eleitoral pela qual foi incluído o Art. 93-A, que estabelece que “O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no período compreendido entre 1º de março e 30 de junho dos anos eleitorais, em tempo igual ao disposto no art. 93 desta Lei, poderá promover propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar



a igualdade de gênero e a participação feminina na política". A SPM, juntamente com as procuradorias do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, promoveu uma agenda com o Procurador Geral da República. Tal demanda surgiu no contexto da 2ª reunião do Fórum de Instância de Mulheres de Partidos que ocorreu no Senado Federal em fevereiro de 2014.

A reunião com o Procurador Geral da República ocorreu em 20.03.14, e trouxe como discussão o cumprimento da legislação eleitoral quanto ao percentual mínimo de participação da mulher nas eleições de 2014. O lançamento da campanha "Mulher na Política" em março de 2014, pelo TSE, com apoio do Congresso Nacional, parece ter tido resultados consideráveis. Diversos partidos chegaram a ter suas candidaturas indeferidas por falta de cumprimento da cota. Grande parte dos pedidos de impugnação de candidaturas que o TSE recebeu foi devida ao fato de partidos ou coligações não terem apresentado o mínimo de 30% de candidaturas femininas exigido por Lei.

- **Apoiar discussão e implementação de Projeto de Lei que vise à ampliação do direito à licença maternidade de 180 dias para as trabalhadoras do setor privado**

Análise Situacional da Meta

A SPM tem incentivado essa adoção, principalmente por meio do estímulo às empresas participantes do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça para adesão ao direito. O Programa impulsiona que as empresas proporcionem às trabalhadoras o direito à licença maternidade de 180 dias. Além disso, é estimulado que empresas ampliem a licença paternidade. Das empresas participantes do Programa, 66 já ampliaram a licença maternidade para 180 dias e 31 estenderam a licença paternidade.

- **Apoiar e subsidiar o debate sobre a Reforma Política tendo em vista a perspectiva da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Políticas para as Mulheres realizou duas reuniões do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos para avaliar o processo eleitoral de 2012 e discutir estratégias para a ampliação das mulheres nos espaços políticos. Também realizou uma reunião do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos com a bancada feminina do Congresso Nacional para discutir a Campanha Nacional de filiação de mulheres nos partidos políticos com vistas a estarem aptas a concorrerem nas eleições de 2014.

Atualmente as mulheres representam 51,5% da população. Porém, nas eleições de 2010, apenas 45 mulheres foram eleitas deputadas federais, representando 8,77% das cadeiras da Casa. No Senado, foram eleitas sete mulheres das 54 vagas preenchidas naquele ano, o que representou apenas 12,99% do total. A configuração do Parlamento após as eleições de outubro de 2014 apresenta um pequeno aumento de mulheres em números absolutos. Foram eleitas 51 deputadas federais nesse último pleito e 5 mulheres para o Senado Federal. Nas eleições de 2010 foram eleitas 45 deputadas e 7 senadoras. As mulheres compoem apenas 9,94% da Câmara (de um total de 513 cadeiras) e 13,58% do total de cadeiras (81) no Senado Federal. Na Legislatura anterior, as mulheres deputadas representavam um percentual de 8,8% e no Senado formavam 13%. Apesar de ter ocorrido um pequeno aumento nas taxas, não se pode considerar suficiente para equilibrar a representação de homens e mulheres no Parlamento brasileiro.

Visando minimizar esse problema, em setembro de 2013, a Bancada Feminina do Congresso Nacional, com apoio da SPM/PR, lançou a campanha Mulher Tome Partido: Filie-se. O objetivo é aumentar em 20% o número de mulheres filiadas e em 30% a representação feminina na Câmara e no Senado para as próximas eleições. Também em setembro, para promover a ampla divulgação do direito ao voto e participação política de homens e mulheres, foram apoiadas campanhas informativas que garantam a escolha livre e consciente.

Em dezembro de 2013, foi lançada a publicação "+ Mulher na Política: Mulher Tome Partido" (Iniciativa da Procuradoria Especial da Mulher/Senado Federal, apoio da Secretaria da Mulher na Câmara, Bancada Feminina na Câmara dos Deputados e SPM-PR).

O projeto Mulher de Direito: Liderança e Poder na Política, em curso, realizado pelo Instituto de Defesa dos Direitos Humanos – IDDEHA - está formando 60 mulheres no Estado do Paraná.

A SPM apoiou o Projeto de Capacitação a Distância em Democracia e Gênero, em curso, realizado pelo Instituto



Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, que está formando 1.000 gestoras e vereadoras.

A SPM promoveu a realização de três reuniões do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos em 2014, que aconteceram em 30/01/14, na SPM, em 12/02/14, no Senado Federal, e em 09/12/2014, na SPM. Estiveram presentes nessas reuniões mulheres representantes de partidos políticos, representantes da Procuradoria da Mulher no Senado Federal e Bancada Feminina da Câmara dos Deputados.

• **Constituir estratégia para aprovação e implementação do Projeto de Lei que trata da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho público e privado**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizadas reuniões com representantes da bancada parlamentar e órgãos do Executivo, visando impulsionar encaminhamentos do PL nº 4857/2009, projeto chamado de "Lei da Igualdade", que cria mecanismos para coibir e prevenir a discriminação contra a mulher. Apesar de esforços de vários Deputados, segue sem apreciação. A SPM/PR tem atuado junto ao Congresso Nacional, em especial com a bancada feminista, no intuito de avançar a pauta. O tema foi objeto de discussão da série "Encontro com Mulheres Sindicalistas: Diálogos sobre o mundo do trabalho - Desafios para a Autonomia Econômica das Mulheres", promovida pela SPM, em dois encontros em 2014, com a participação das secretarias de mulheres dos sindicatos, como Central Única dos Trabalhadores, União Geral dos Trabalhadores, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Sindicato dos Bancários, entre outros.

• **Criar Grupo de Trabalho no âmbito da SPM para elaboração de propostas e contribuições de políticas de atendimento específico às mulheres idosas**

Análise Situacional da Meta

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2013, o Brasil tem 26,3 milhões de pessoas idosas (com 60 anos ou mais de idade), das quais 55,5% são mulheres. Com o objetivo de propor um caminho para um envelhecimento com qualidade, a SDH busca, em parcerias com outros Ministérios e órgãos, implementar ações e ferramentas adequadas e medidas concretas que favoreçam a promoção da inclusão e independência da pessoa idosa pelo maior tempo possível. A SPM passou a integrar o Comitê Interministerial "Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo", instituído pelo Decreto nº 8.144, de 30 de setembro de 2013, com o objetivo de mapear e planejar as políticas públicas voltadas ao atendimento da população idosa no país. Em Brasília, nos dias 30 e 31 de julho de 2014, foram realizados o II Encontro de Promotores, Delegados e Defensores e o III Fórum Nacional de Gestores/as Estaduais em Direitos da Pessoa Idosa. Neste evento, a Coordenação Geral dos Direitos do Idoso/SDH, em conjunto com a SPM, apresentou o mapeamento de políticas do governo federal para a população idosa.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

• **Desenvolver ações integradas voltadas para o tema das mulheres lésbicas e bissexuais, com ênfase no desenvolvimento e implementação de estratégias de apoio à discussão das propostas de políticas públicas que garantam direitos e proteção à população LGBT**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, em articulação junto à Universidade de Brasília (UnB), à Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR), ao Ministério da Saúde (MS) e à Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SEM-DF), apoiou e realizou um conjunto de ações para debater políticas de promoção da cidadania lésbica e pela livre orientação: Seminário Visibilidade Lésbica, realizado na UnB. Além disso, integrou o Grupo de Trabalho que elaborou proposta de Sistema Nacional de promoção de direitos e enfrentamento à violência contra LGBT. Também realizou Oficina com Gestoras Estaduais de Políticas para Mulheres sobre as políticas para a diversidade LBT, em julho de 2013, e participou do Encontro Nacional de Gestoras e Gestores de Políticas Públicas para LGBT, dias 04, 05 e 06 de setembro de 2013, bem como da Roda de Conversa sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT- Conquistas e Desafios, no Curso Regional de Formação de Lideranças LGBT para o Controle Social no SUS, regiões S/SE/CO e, ainda, organizou, junto com o MS, o Seminário Nacional de Políticas Públicas para LGBT, em novembro de 2013. Além disso, integra o



Conselho Nacional de Combate à Discriminação contra LGBT e participou da comissão organizadora do Seminário de Avaliação do curso de formação de lideranças LGBT e o controle social no SUS, realizado no dia 07 de agosto de 2014, que teve por objetivo avaliar os Cursos de formação de lideranças/ativistas para o exercício do controle social com vistas ao acompanhamento e monitoramento da execução da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, realizados em 2013 e 2014.

- **Divulgar e fortalecer a implementação dos compromissos internacionalmente assumidos, entre eles, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) e seu Protocolo Facultativo (2000); os Princípios e o Plano de Ação de Cairo (1994); a Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing (1995); a Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000); a Declaração e a Plataforma de Ação de Durban (2001); a Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994); e o Consenso de Brasília, aprovado na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (2010)**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Políticas para as Mulheres tem trabalhado no sentido de divulgar e fortalecer os compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil no campo dos direitos das mulheres. A respeito, destaca-se a participação ativa de delegações brasileiras em foros internacionais, como a 58ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW/ONU), que teve como tema prioritário “Desafios e avanços na aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para mulheres e meninas”, em que a SPM liderou a participação do País. Foi entusiasta e proativa a atuação do Brasil na 47ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento das Nações Unidas que, no contexto da comemoração do 20º aniversário da Conferência do Cairo, teve como tema “Avaliação do estado da execução do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento”. A SPM, integrante da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, chefiou a delegação brasileira na defesa de não aceitar retrocessos na linguagem acordada anteriormente, em particular em relação à saúde e direitos sexuais e reprodutivos. O País segue colaborando com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e grupo de países afins, no sentido de fazer avançar a agenda internacional nesses temas. Em resposta às recomendações feitas pelo Comitê CEDAW ao 7º Relatório Periódico Nacional, foram apresentadas as ações desenvolvidas pelo Governo brasileiro nos últimos dois anos, relacionadas ao tráfico de pessoas e ao acesso das mulheres a serviços de saúde, bem como de redução da mortalidade infantil. A SPM foi responsável, ainda, pela elaboração do Relatório “Beijing + 20”, que relata os avanços na implementação da Plataforma de Ação de Beijing nos últimos 5 anos. E participou ativamente da I Conferência Extraordinária de Estados partes da Convenção do Belém do Pará.

- **Estimular a ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis considerando as mulheres negras e indígenas**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, mais de 6.000 exemplares da publicação “Mais Mulheres no Poder Plataforma 2012” foram distribuídas no Encontro Nacional de Prefeitos, realizado em janeiro de 2013.

No segundo semestre, este material foi atualizado para ser lançado novamente em 2014 como plataforma das mulheres. Em dezembro de 2013, a proposta da Plataforma 2014 (Mais Mulheres no Poder) foi enviada para as representantes do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, a fim de que contribuíssem para o documento final. Em 18.03.14, foi lançada a Plataforma “Mais Mulheres no Poder”, uma realização da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR, em parceria com as Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara dos Deputados, Bancada Feminina da Câmara dos Deputados, e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Entre os meses de março e junho de 2014, a SPM-PR fez a distribuição de 30.000 exemplares da publicação para representantes do Fórum de Instâncias de Mulheres de Partidos, Congresso Nacional e Gestoras de Organismos de Políticas para as Mulheres estaduais e municipais.

- **Estimular a participação das mulheres nos espaços de liderança política e de decisão no âmbito dos partidos políticos, das entidades representativas de movimentos sociais, sindicatos, conselhos de natureza diversa e diversos tipos de associação**

**Análise Situacional da Meta**

A SPM/PR, em parceria com Secretarias da Mulher do Senado Federal e Câmara dos Deputados, promoveu uma campanha para filiação partidária de mulheres de agosto a outubro de 2013. Em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, a SPM/PR promove a continuidade da Campanha Mais Mulheres no Poder. No segundo semestre de 2013, foi reformulada a publicação “Mais Mulheres no Poder: Eu Assumo esse Compromisso”. Lançamento da Plataforma “Mais Mulheres no Poder”, e campanha de distribuição e divulgação de março a junho de 2014. Estabelecidas parcerias entre a SPM e as procuradorias da Mulher do Senado Federal e Câmara dos Deputados.

• Estimular a presença de mulheres em posição de chefia e direção no mercado de trabalho**Análise Situacional da Meta**

A SPM/PR assume o compromisso com a autonomia econômica e a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho, que constam nos princípios e diretrizes da política nacional para as mulheres, considerando a diversidade de raça e etnia, em conformidade com as recomendações das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e expressas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, por exemplo, procura estimular a ampliação da presença das mulheres em posições de chefia e direção no mercado de trabalho. A avaliação dos resultados do programa mostrou que as empresas participantes da 4ª edição apresentaram distorções menores entre a participação de mulheres e homens nos cargos de chefia na comparação com a média das demais empresas. As mulheres nos cargos de alta direção das 83 empresas participantes do programa representam 29,8% do total de ocupantes, superior aos 6% constatados pela PNAD.

• Fortalecer a parceria com a ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, com vistas a ampliar as políticas de igualdade implementadas pela ONU e nos países que a integram**Análise Situacional da Meta**

Para fortalecer a parceria com a ONU Mulheres, a SPM deu continuidade ao Projeto de Cooperação Técnica, iniciado em 28 de dezembro de 2007. Em 2013, foram concluídas várias consultorias no âmbito desse projeto, dentre as quais se destaca a do levantamento de indicadores para a formulação do Relatório Anual Sócioeconômico da Mulher – RASEAM, bem como outras duas Consultorias para a reformulação da página da internet do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (novo site). No segundo semestre de 2013, a SPM e a ONU Mulheres decidiram renovar o Projeto de Cooperação Técnica para o período de 2014 a 2016. No ano de 2014, foram concluídos 14 processos de contratação de consultores pelo PRODOC. Além do PRODOC, também no ano de 2014, a ONU Mulheres colaborou com a SPM no lançamento do “Click 180” e no prêmio “Construindo Igualdade de Gênero”. Foram organizados em conjunto pelas duas instituições seminários sobre Feminicídio com a presença de deputados de outros países. Foi concluído em 2014 o projeto: “Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras”, parceria com sete ONGs feministas (SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; Centro Feminista de Estudos e Assessoria – Cfemea; Coletivo Leila Diniz; Cunha Coletivo Feminista; Geledés Instituto da Mulher Negra; Redeh – Rede de Desenvolvimento Humano; e Instituto Patrícia Galvão) e resultante de uma doação do Fundo para a Igualdade de Gênero (FIG), da ONU Mulheres, que tem como objetivo fortalecer o PNPM, a produção e a disseminação de dados pelo Observatório e fortalecer o movimento feminista e de mulheres. O projeto está em curso desde 2011, sendo que a participação da SPM se encerrou em 2013. As atividades do consórcio da sociedade civil se mantiveram até 2014, ano de encerramento do projeto.

• Fortalecer os mecanismos regionais de políticas para as mulheres, a exemplo da Reunião Especializada da Mulher do Mercosul, Comissão Interamericana de Mulheres e Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe**Análise Situacional da Meta**

A Secretaria de Políticas para as Mulheres tem atuado permanentemente nos foros regionais no sentido de fortalecer as instâncias de representação dos mecanismos governamentais de políticas para as mulheres, a exemplo da Reunião de Ministras e Altas Autoridades do MERCOSUL - RMAAM e da Conferência Regional sobre a Mulher da América



Latina e Caribe. Em novembro de 2013, a SPM participou da IV RMAAM, em Caracas, que aprovou as Diretrizes de uma Política de Gênero do Mercosul. No primeiro semestre de 2014, ainda sob a PPTV, participou da Oficina “As mulheres e a igualdade de gênero na área socioproductiva do Mercosul”, que integrou diferentes instâncias do bloco em busca de soluções de trabalho conjunto. Em 2014 foi reativada a Reunião de Ministras da Mulher da CPLP que, em seu terceiro encontro, realizado em Maputo, sob o tema “Os Desafios na Prevenção e Eliminação da Violência Baseada em Gênero”, lançou a Campanha “Contra a violência, eu dou a cara”. No âmbito da CEPAL, o Brasil participou, na qualidade de Vice-Presidente, da 50ª Reunião da Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe. O Brasil tem participado ativamente das negociações de uma Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e na elaboração de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na defesa da inclusão de um objetivo específico de gênero, assim como da transversalidade do tema em toda a agenda. Merece registro a conclusão do processo de reparação (indenização financeira e reparação simbólica) das familiares da Senhora Alyne Pimentel, em cumprimento da recomendação do Comitê CEDAW contida na Comunicação nº 17/2008 (CEDAW/C/49/D/17/2008), de 10 de agosto de 2011. A decisão demonstra o compromisso do Estado brasileiro com o direito internacional, ao assumir a responsabilidade por não ter cumprido sua obrigação de garantir ação judicial e proteção eficazes à falecida Alyne Pimentel, especialmente à luz da ausência de decisão sobre a ação cível ajuizada, em fevereiro de 2003. Em 2014, a SPM participou de 6 importantes reuniões regionais: em abril houve o I Fórum de Mulheres Líderes dos Países da Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), no Peru; em maio, participou da 50ª Reunião da Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe/ Cepal; em outubro, participou da 1ª Conferência Extraordinária de Estados Partes da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher com a 4ª Sessão Ordinária da CIM; em novembro, houve a I Reunião da Mesa Diretora da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento, a 5ª Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL (RMAAM) e por fim, a 51ª Reunião da Mesa Diretora da Mulher da América Latina e o Caribe.

• **Realizar 5 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram realizadas 3 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, das quais duas no primeiro semestre e uma no segundo semestre. Participaram em torno de 32 representantes de instâncias de poder dos partidos políticos em cada reunião. As pautas dos Encontros foram voltadas à discussão de ampliar a presença de mulheres em espaços de poder e decisão.

No primeiro semestre de 2014, foram realizadas 02 reuniões do Fórum e feito o lançamento da Plataforma Mais Mulheres no Poder: Eu Assumo esse Compromisso”. Participaram das reuniões 31 representantes de partidos.

30/01/14: 1ª Reunião do Fórum nacional de Mulheres de Instâncias de Partidos Políticos

12/02/14: 2ª Reunião do Fórum nacional de Mulheres de Instâncias de Partidos Políticos- Senado Federal

(participação de representantes do Fórum e da Sub-procuradora da República Ela Wiecko) 18/03/14: Lançamento da plataforma “Mais Mulheres no Poder: eu assumo esse Compromisso”- Câmara dos Deputados.

A 3ª reunião do Fórum em 2014 aconteceu no segundo semestre, dia 09/12/2014, e contou com a presença de 14 representantes de partidos, além de demais participantes que somaram mais de 20 presentes. Esteve também presente à reunião a Ministra de Estado da SPM. Essa reunião fechou os trabalhos de 2014 e teve como pauta o balanço das eleições de 2014, no tocante à participação da mulher, bem como a apresentação de agenda para 2015.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.



Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

O tratamento das questões de gênero, pela sua natureza transversal, perpassa uma série de Programas Temáticos do PPA 2012-2015, reunindo ações, medidas e políticas nas áreas da educação, saúde, assistência social, trabalho e emprego, agricultura familiar e reforma agrária, cidadania e justiça, entre outras. Essa transversalidade pode ser vista na Agenda Transversal de Políticas para as Mulheres. As Agendas Transversais são documentos que reúnem o conjunto dos compromissos de governo relativos a temas de natureza transversal e multissetorial. Ou seja, são formas alternativas de organização das informações contidas no Plano, proporcionando outra perspectiva para o seu monitoramento. A Agenda Transversal de Políticas para as Mulheres foi atualizada em 2013 para incorporar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), lançado em março de 2013.

O PNPM para o período 2013-2015 congrega 407 ações e para sua elaboração foi preciso um amplo processo de pactuação com todos os órgãos governamentais que compartilham responsabilidades no Plano. Um importante espaço para a realização das pactuações foi o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, espaço de articulação, acompanhamento e disseminação de conhecimento relativo às políticas para as mulheres e à construção da igualdade de gênero, viabilizando à SPM a execução de sua responsabilidade de coordenadora horizontal (ou transversal) da Política de Gênero no Governo Federal. Em 2012, o Comitê foi reformulado e atualmente é composto por membros efetivos de 32 órgãos governamentais, além de três representações do Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM.

Para fortalecer a perspectiva de gênero nas políticas públicas em todos os órgãos de governo é imprescindível que a institucionalidade dessa temática seja garantida na rotina desses órgãos. Por essa razão, a SPM/PR vem trabalhando no intuito de ampliar o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal. Nesse sentido, lançou o documento “Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais” e realizou, em agosto, um seminário de capacitação dos mecanismos.

Outra estratégia para aumentar a efetividade das políticas públicas para as mulheres é a criação de Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPM) em todo o país, nos governos estaduais e municipais, política incentivada pela SPM/PR. A instalação de OPM nos diversos níveis de governo reflete a disseminação e ampliação do compromisso com as políticas para as mulheres, e promove capilaridade e articulação interfederativa. Em 2013, atingiu-se a marca de 25 OPM estaduais (incluindo o Distrito Federal) e 603 OPM municipais. Em 2014, a quantidade de OPM chegou a 700.

O principal instrumento de participação e controle social sobre as políticas públicas para as mulheres é o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, integrante da estrutura da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Metas 2012-2015

• Ampliar em 50% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres

Análise Situacional da Meta

A ampliação de 50% na cobertura municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher tem como um dos principais entraves as limitações orçamentárias dos municípios, ao lado das questões locais de natureza política que criam prioridades concorrentes com a meta proposta.

Em consonância com o Planejamento Estratégico (2013-2014), o CNDM criou uma rede virtual dos Conselhos dos Direitos das Mulheres (estaduais e municipais) do país, que integra as conselheiras nacionais, representantes de entidades da sociedade civil. Em 2013 a rede era composta por 260 integrantes. Em 2014, a rede contabilizou 271 dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, representando um aumento de, aproximadamente, 4,2% em relação ao ano anterior.

De acordo com dados levantados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2011, havia 872



Conselhos Municipais de Políticas para as Mulheres. Os dados da Munic 2013 (IBGE) apontam a existência de 976 Conselhos Municipais de Direitos da Mulher, sendo 94 na Região Norte, 312 no Nordeste, 296 no Sudeste, 191 na Região Sul e 83 no Centro-Oeste. Ou seja, houve um aumento de, aproximadamente, 12% em relação a 2011.

Quantidade alcançada

11,92

Data de Referência

31/12/2014

• **Ampliar para 1.000 o número de municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em outubro de 2013, já havia 680 organismos governamentais de políticas para mulheres. Em 2014, chegou-se a 700 OPM, dentre os quais 25 estão nos governos estaduais e do Distrito Federal, 25 nas capitais e 650 em outros municípios.

Para subsidiar os novos gestores públicos, a SPM elaborou e distribuiu 30.000 exemplares da publicação Mais Autonomia, Igualdade e Cidadania para as Mulheres Brasileiras.

A SPM realizou, durante o Encontro Nacional com Prefeitos e Prefeitas Eleitas, um momento de sensibilização para a temática de gênero com prefeitas e vice-prefeitas, no qual participaram em torno de 1.500 autoridades municipais. Em setembro e novembro, realizaram-se videoconferências com estados e capitais para discussão de projetos em curso, avanços e expectativas para as novas gestões locais (municípios), participação dos Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres – OPM junto ao Comitê da Copa local, além dos Encontros Regionais.

No Edital nº. 002/2013, a SPM priorizou a criação e Fortalecimento de Organismos de Políticas para as Mulheres. Na seleção, estão sendo apoiados em torno de 25 Organismos de Políticas para as Mulheres em municípios e estados de maneira direta e em torno de 50 de maneira indireta.

Em outubro de 2013, foi realizado o Encontro do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres (participaram quase 200 gestoras de OPM).

Como estratégia para ampliação e fortalecimento dos OPM, a SPM/PR lançou o Edital nº 05 de 2013, para apoio orçamentário de 2014. A Secretaria priorizou projetos de municípios localizados em territórios da cidadania, que aderiram ao Programa Juventude Viva e que apresentaram como objetivo a estruturação de seus organismos. Foram aprovados 15 projetos voltados à estruturação e fortalecimento de OPM. A SPM também realizou, nos meses de abril e maio de 2014, cinco “Encontros Regionais de Organismos de Políticas para as Mulheres”, nas cidades de Belém, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia. O objetivo desses encontros foi fortalecer o diálogo e promover a aproximação entre gestoras de OPM. Os encontros contaram com a participação de 353 gestoras de OPM. Essa iniciativa também favoreceu a divulgação das políticas para as mulheres nas regiões.

Quantidade alcançada

700

Data de Referência

31/12/2014

• **Ampliar para 1.000 o número de municípios com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

De acordo com o IBGE (Munic. 2013), 250 municípios contam com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, sendo 86 com previsão legal e 164 sem previsão legal. A distribuição regional dos municípios com Plano é: 24 no Norte, 122 no Nordeste, 49 no Sudeste, 34 no Sul, 21 no Centro-Oeste.

A SPM tem incentivado os Organismos Governamentais de Políticas para Mulheres a formular e compartilhar seus planos municipais de políticas para mulheres. Em Encontro do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres, realizado em outubro de 2013, enfatizou-se a discussão desse tema junto às participantes.

Há previsão de se obterem dados mais atuais e completos por meio de pesquisa junto a todos os Organismos de Políticas para Mulheres, que será financiada pelo Acordo de Cooperação com a ONU Mulheres. Essa pesquisa



permitirá compreender o perfil institucional dos OPM, além dos métodos de elaboração e utilização dos planos. Os termos de referência para contratação dos pesquisadores encarregados da pesquisa foram lançados no segundo semestre de 2014.

Quantidade alcançada

250

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar para 10 o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal com prioridade para os representados no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, bem como estimular o aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos já existentes**

Análise Situacional da Meta

Houve avanços mediante esforços da SPM para articulação com os demais órgãos governamentais. Em 2011 foram contabilizados sete Mecanismos no Governo Federal. Hoje temos 15 órgãos governamentais com Mecanismos de gênero, o que representa um aumento de 114% no número desde 2011, são eles: 1. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA: Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia para a Diretoria de Mulheres Rurais e Quilombolas (Decreto nº 7.255/2010). 2. Ministério de Minas e Energia - MME: Comitê Permanente para as questões de Gênero (funciona ativamente desde 2004 mas não tem instrumento normativo que o institui, embora tenha Regimento Interno). 3. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS: Comitê Permanente para as Mulheres e Gênero (Portaria n. 381/2009). 4. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE: Comissão de igualdade de oportunidades de gênero, de raça e etnia, de pessoas com deficiência e de combate à discriminação (Portaria nº 219/2008). 5. Ministério da Saúde - MS: área técnica de saúde da mulher (PNAISM). 6. Ministério do Meio Ambiente - MMA: Comitê Interno de Gênero (Portaria nº 25/2008 e Portaria nº 287/2012). 7. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA: Comitê de Políticas para as Mulheres e de Gênero (Portaria nº 806/2013). 8. Ministério da Defesa – MD: Portaria nº 893 MD, de 14 de abril de 2014 (publicada dia 15/04/2014) 9. Ministério das Comunicações – MC: nº 173, de 10 de junho de 2014 (publicada no dia 20/06/2014). 10. Ministério das Relações Exteriores – MRE: Comitê Gestor de Gênero e Raça (Portaria nº 491, de 12 de setembro de 2014). 11. Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA: Comitê de Gênero (Portaria nº 361, de 11 de setembro de 2014). 12. Fundação Nacional do Índio - Funai: Coordenação de Gênero e Assuntos Geracionais (Portaria nº 26/2007). 13. IPEA: Coordenação de Estudos de Gênero na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) 14. Banco do Brasil- BB: divisão dentro de gestão de pessoas que trata de temas como igualdade de oportunidades de gênero, raça, etnia. 15. Caixa Econômica Federal – CAIXA: gerência de relacionamento com o empregado dentro de gestão de pessoas, que trata de temas relacionados à igualdade de gênero.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar para 27 o número de estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o número de estados com Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres manteve-se em 25 (incluindo o DF). Apenas Roraima e Paraná ainda não têm Organismos Estaduais de Políticas para Mulheres. A SPM tem realizado encontros regionais e também nacionais com gestoras de OPM. Além disso mantém-se um diálogo permanente com os estados e municípios por meio de webconferências, no intuito de divulgar a importância das políticas para as mulheres. Ocorre que há uma variação constante no quantitativo de OPM, provocada, especialmente, por mudanças na gestão local. Cabe destaque, no processo de ampliação de OPM, o Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, que tem servido de importante mecanismo para ampliação da



quantidade de OPM, se considerado seu papel multiplicador de informações. Deve-se citar ainda que a SPM/PR elaborou, e lançou em 2015, uma publicação de passo a passo para criação de Organismos de Políticas para as Mulheres. Além disso, está em discussão a criação de um curso on-line para capacitação das novas gestoras de políticas para as mulheres.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

• **Ampliar para 27 o número de estados com Plano Estadual de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

Segundo o “Perfil dos Estados Brasileiros 2013”, publicação do IBGE, doze estados têm planos estaduais de políticas para mulheres, quais sejam: Amazonas, Pará, Amapá, Tocantins, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás. A SPM tem realizado encontros regionais e também nacionais com gestoras de OPM, com o intuito de ajudá-las na formulação, no planejamento e acompanhamento dessas ações. É importante também destacar que o PNPM tem servido de orientador para que as gestoras de OPM formulem seus planos estaduais de políticas para as mulheres. Os estados que ainda não possuem plano de políticas para as mulheres são convidados para esses encontros, participam das webconferências e mantêm diálogo permanente com a SPM-PR por meio do Fórum de OPM. Ainda, a SPM/PR elaborou, e lançou em 2015, uma publicação de passo a passo para criação de Organismos de Políticas para as Mulheres. Além disso, está em discussão a criação de um curso on-line para capacitação das novas gestoras de políticas para as mulheres.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2014

• **Desenvolver e implementar um Sistema Integrado de Dados e Indicadores de Igualdade de Gênero para subsidiar a formulação de políticas públicas e promover a transparência dos gastos públicos e a participação social**

Análise Situacional da Meta

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero tem feito avanços importantes na área de monitoramento e disseminação de indicadores de igualdade de gênero, que poderão subsidiar a constituição futura de um Sistema Integrado de Dados e Indicadores de Igualdade de Gênero propriamente dito. O principal produto gerado no período é o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM, instituído por meio da Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010, sob responsabilidade da Secretaria de Políticas para as Mulheres, como definido no Decreto nº 8.131. O RASEAM compila e analisa anualmente uma série de indicadores sociais relativos ao perfil demográfico e socioeconômico das mulheres brasileiras. Trata-se de um documento de referência - descritivo e analítico - relevante para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas para as mulheres, promover a participação e controle sociais, além de promover a garantia dos direitos das mulheres. A primeira edição do RASEAM foi publicada ao final de 2013 e está disponível no sítio eletrônico: <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/raseam-interativo>

A segunda edição do RASEAM foi publicada em março de 2015.

Também no sentido de qualificar os dados e estatísticas brasileiros no que tange à igualdade de gênero e as políticas para as mulheres, a SPM/PR firmou termo de cooperação com o IBGE para o aperfeiçoamento e replicação do bloco sobre a institucionalização das políticas de gênero na Pesquisa de Informações Municipais (MUNIC) de 2013. A pesquisa foi a campo e seus resultados foram divulgados no primeiro semestre de 2014. Ainda no âmbito deste termo de cooperação, também foi incluído o bloco de gênero na pesquisa sobre informações básicas dos Estados, a ESTADIC, que foi a campo em 2013 cujos resultados também foram publicados no primeiro semestre de 2014. Para que se possa falar de um Sistema Integrado de Dados e Indicadores de Igualdade de Gênero, se faz necessária a aquisição de equipamentos capazes de rodar dados, a capacitação da equipe técnica para o tratamento dos programas de



análise de dados e a construção de uma plataforma digital que permita a atualização dos dados e gráficos de forma instantânea. Até o final de 2015, o Observatório pretende garantir o funcionamento de sua nova plataforma digital, de modo a garantir a veiculação dos subsídios à formulação de políticas públicas e à participação e ao controle social. Mas, ainda será necessário o cumprimento das demais etapas para que a SPM disponibilize o Sistema Integrado.

- **Disponibilizar, para 10% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação**

Análise Situacional da Meta

No Edital nº. 002/2013, a SPM priorizou a criação e Fortalecimento de Organismos de Políticas para as Mulheres. Na seleção, foram apoiados em torno de 25 Organismos de Políticas para as Mulheres em municípios e estados de maneira direta e em torno de 50 municípios de maneira indireta.

No segundo semestre de 2013, foi publicado o Edital nº 05/2013, para apoio ao fortalecimento de organismos governamentais de políticas para mulheres (prioridade para propostas de OPM localizadas nas regiões dos Territórios da Cidadania e Juventude Viva). Foram aprovados 35 projetos nas áreas de estruturação física dos OPM e ações de fortalecimento de políticas para as mulheres voltadas à educação, saúde, diversidade e poder. Muitos dos projetos apoiados tratam de capacitação e aprimoramento da infraestrutura visto que o edital contemplou na ação de estruturação e apoio para equipamentos de informática.

Com isso, tem-se um total de 60 projetos apoiados, o que corresponde a 8,6% dos 700 OPM existentes.

Quantidade alcançada

8,6

Data de Referência

31/12/2014

- **Estruturar, implementar e consolidar o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação da Política Nacional para as Mulheres que agregue o atual Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SIGSPM), garantindo os ajustes necessários**

Análise Situacional da Meta

O Monitoramento e a Avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM se apoia integralmente no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. Os membros do comitê são responsáveis por acompanhar as ações em seus respectivos órgãos e sensibilizar os preenchedores do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, para que as informações apareçam na Agenda Transversal Políticas para as Mulheres. Desse modo, a partir de 2012 o relatório de monitoramento e avaliação do PNPM é extraído diretamente do SIOP e está disponível no aplicativo www.ppamaisbrasil.planejamento.gov.br.

- **Fortalecer a articulação nacional e regional dos organismos executivos de políticas para as mulheres através do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, foram realizadas duas reuniões e uma videoconferência com as gestoras estaduais de políticas para as mulheres e uma videoconferência com as gestoras de políticas para as mulheres das capitais. No segundo semestre, realizaram-se videoconferências com Estados e Capitais (Discussão em torno das ações empreendidas localmente, edital nº 05, Copa do Mundo 2014 no intuito de iniciar a discussão sobre a participação dos OPM junto ao Comitê da Copa local, além dos Encontros Regionais). A SPM/PR elaborou, e lançou em 2015, uma publicação de passo a passo para criação de Organismos de Políticas para as Mulheres. Além disso, está em discussão a criação de um curso on-line para capacitação das novas gestoras de políticas para as mulheres.

O Encontro Anual de OPM, realizado em outubro de 2013, teve um papel importante na continuidade do diálogo entre a SPM e gestoras desses Organismos. No decurso de 3 dias de evento, do qual participaram quase 200 gestoras, foram discutidas as seguintes questões: 1) Papel dos Organismos de Políticas para as Mulheres na elaboração de planos, programas e projetos com perspectiva de gênero; 2) A importância dos OPM no fortalecimento e implementação das políticas governamentais para as mulheres; 3) Reconhecimento das diversas realidades e adaptação das políticas aos diferentes contextos.



A SPM conta ainda como agenda com os OPM a realização de videoconferências. Em 26.03.14 foi realizada a primeira do ano, com a presença de gestoras estaduais e capitais. O segundo evento, em formato de web conferência, ocorreu em 05 de novembro de 2014. Esses eventos foram propostos com o objetivo de manter a permanente articulação e diálogo com as gestoras estaduais e municipais. A SPM também realizou, nos meses de abril e maio de 2014, cinco “Encontros Regionais de Organismos de Políticas para as Mulheres”, nas cidades de Belém, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia. O objetivo desses encontros foi fortalecer o diálogo e promover a aproximação entre gestoras de OPM. Os encontros contaram com a participação de 353 gestoras de OPM. Essa iniciativa também favoreceu a divulgação das políticas para as mulheres nas regiões.

• **Fortalecer o diálogo e parceria com os institutos de produção de dados e indicadores no âmbito do Comitê de Gênero e Uso do Tempo**

Análise Situacional da Meta

Desde 2012, o Comitê de Gênero e Uso do Tempo – CGUT realizou doze reuniões que envolveram, entre outros temas, a realização da 35ª Conferência IATUR em 2013. A 35ª Conferência Internacional ‘O valor do tempo: debatendo as desigualdades sociais’ ocorreu entre os dias 7 e 9 de agosto de 2013 no Rio de Janeiro. O encontro reuniu especialistas de 38 países da África, América, Ásia, Europa e Oceania, e institutos de produção de dados e indicadores, com foco na apresentação de estudos estatísticos e acadêmicos sobre o gênero e uso do tempo e sua contribuição para a formulação e implementação de políticas públicas. Além disso, o CGUT voltou sua atenção para a incorporação ampliada de indicadores sobre atividades domésticas e de cuidado e jornada dupla de trabalho nas pesquisas do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares do IBGE. Nas quatro reuniões ocorridas em 2014, foram elencados e debatidos os seguintes temas que permeiam as questões de gênero e uso do tempo: trabalho doméstico, família e políticas de cuidado, mulheres no mercado de trabalho e previdência social, com a participação de técnicos de outras áreas do IBGE e de outros órgãos do governo federal, como o Ministério da Previdência Social.

• **Monitorar e avaliar as ações prioritárias do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM tem seu monitoramento feito pelo SIOP e se apoia integralmente no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê, que conta com 32 órgãos governamentais, se reuniu quatro vezes ao longo de 2014. As ações prioritárias do PNPM foram avaliadas e os relatórios de avaliação estão disponíveis na página da SPM na internet. Os relatórios públicos de 2008 a 2010 foram gerados pelo SigSPM – Sistema de Monitoramento da própria SPM. O relatório público de 2011 foi gerado pelo SigaBrasil. E os relatórios públicos de 2012, 2013 e 2014 foram gerados pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, com o balanço da implementação da Agenda Transversal de Políticas para as Mulheres, do Plano Plurianual. Todos estão disponíveis na página da internet da SPM.

• **Produzir, fomentar e publicar estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais sobre igualdade de gênero, raça, etnia e geracional**

Análise Situacional da Meta

As atividades descritas na meta estão sob a responsabilidade do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, que tem como principais linhas de atuação: Produção de estudos, pesquisas e análises; Monitoramento de indicadores de gênero; Disseminação de informações relevantes do ponto de vista da garantia dos direitos das mulheres.

No período 2012-2014 destaca-se a realização de:

1) Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM (Lei 12.227/2010): Para garantir a implementação do Relatório, cujo objetivo é consolidar e divulgar um retrato sobre a realidade socioeconômica das mulheres, considerando um conjunto mínimo e suficiente de indicadores, o Observatório atuou em três frentes. A primeira delas diz respeito ao diálogo com a Casa Civil, para garantir sua regulamentação, em nível infralegal. A segunda foi



constituir uma institucionalidade intersetorial que por ele responda, tendo sido criado um Grupo de Trabalho permanente, de indicadores, coordenado pela SPM e integrado por IBGE e IPEA; tendo como convidados permanentes OIT, ONU Mulheres, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. A terceira foi a contratação de uma consultoria técnica para subsidiar a preparação de sua primeira edição. A primeira edição do Relatório foi lançada ao final de 2013. O grupo de trabalho retomou as atividades em janeiro de 2014 para preparar a segunda edição do RASEAM, tendo já definido o cronograma de atividades e as atribuições dos integrantes. O RASEAM 2014 foi publicado em março de 2015;

2) Publicação da Revista do Observatório (tiragem média de 3.000 unidades). No período, foi lançada uma edição extraordinária, em junho de 2012, sobre a temática “Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Gênero”. Em dezembro de 2012, foi lançada a edição anual da Revista. Em abril de 2014 foi lançado o número especial com o balanço de dez anos da SPM. Ainda em 2014, no segundo semestre, foi lançada a Revista sobre a temática “Mulheres no Esporte” (tiragem de 1.000 exemplares);

3) Publicação dos boletins “Observa Gênero”. Foram lançados oito números entre 2012 e 2013, um a cada trimestre. A partir de 2014, os boletins passaram a ser lançados mensalmente, com exceção do período de julho a outubro (período de defeso eleitoral) cujo conteúdo foi abordado no boletim de novembro;

4) Alimentação do site do Observatório e finalização do projeto de construção de uma plataforma digital para viabilizar a disseminação de dados e o diálogo social;

5) Conclusão do Projeto “Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras”, parceria com sete ONGs feministas (SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; Centro Feminista de Estudos e Assessoria – Cfemea; Coletivo Leila Diniz; Cunchã Coletivo Feminista; Geledés Instituto da Mulher Negra; Redeh – Rede de Desenvolvimento Humano; e Instituto Patrícia Galvão) e resultante de uma doação do Fundo para a Igualdade de Gênero (FIG), da ONU Mulheres, que tem como objetivo fortalecer o PNPM, a produção e a disseminação de dados pelo Observatório e fortalecer o movimento feminista e de mulheres. O projeto está em curso desde 2011, sendo que a participação da SPM se encerrou em 2013. As atividades do consórcio da sociedade civil se mantiveram até 2014;

6) Realização de pesquisa sobre garantia de direito das mulheres e a política para a igualdade de gênero, tendo como base o banco de dados da Ouvidoria da Mulher, em parceria com a Universidade de Brasília. Este projeto, iniciado em setembro de 2013 e concluído em 2014, consolidou as informações dos processos tratados pela Ouvidoria entre 2003 e 2013 em uma base de dados digital e apresentou primeiras análises sobre esse universo;

7) Realização de um survey sobre o perfil dos Organismos de Políticas para as Mulheres – OPM, aplicado quando do Encontro Anual do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres de 2013. O Observatório atua ainda em parceria com outros órgãos para a produção de estudos e dados oficiais sobre igualdade de gênero e raça, como no caso do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, coordenado pelo Ipea.

8) Foi iniciada em dezembro de 2014 a pesquisa “Síntese Histórica da Execução Orçamentária e Financeira da SPM-



PR 2003-2013” que tem como objetivo compilar e analisar informações relativas à execução orçamentária e financeira da SPM-PR, desde sua criação até o ano de 2013.

- **Publicação do documento Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais, elaborado pela SPM como resultado de Oficina realizada no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNP**

Análise Situacional da Meta

O Documento foi produzido e está publicado no sítio da SPM. A cartilha impressa, acompanhada de um CD, trata dos seguintes temas: políticas públicas para as mulheres, financiamento de políticas públicas para as mulheres e orientações para a constituição de secretarias de políticas para as mulheres. Além do documento, foi realizado um seminário de capacitação dos mecanismos de gênero nos dias 20 e 21 de agosto de 2013, com participação de 110 servidores públicos que compõem ou compõem mecanismos de gênero nos diversos órgãos governamentais do governo federal. O conteúdo desse seminário foi reunido, em 2014, na publicação “Capacitação para os Mecanismos de Gênero no Governo Federal”.

- **Publicar o Guia de implementação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres e demais documentos voltados ao fortalecimento dos organismos executivos de políticas para as mulheres**

Análise Situacional da Meta

Meta concluída. O Documento foi produzido e está publicado no sítio da SPM.

O endereço da publicação é: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2012/guia-para-construcao-e-implementacao-de-ppm>

- **Realizar estudo/diagnóstico sobre gênero e pobreza**

Análise Situacional da Meta

O RASEAM, lançado em 2013, inclui uma seção específica no capítulo de autonomia econômica que discute a intersecção entre gênero e pobreza, destacando indicadores que apontam para a menor renda de famílias chefiadas por mulheres e a presença das mulheres nos programas sociais, especialmente a complementação de renda do Programa Bolsa Família. O RASEAM será atualizado anualmente, o que possibilitará a produção de diagnósticos periódicos sobre a evolução da situação de pobreza das mulheres. A edição de 2014 será disponibilizada no primeiro bimestre de 2015.

- **Realizar reuniões, atividades e ações do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM)**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) apoia a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) na articulação entre instituições da administração pública federal com a sociedade civil. Para contribuir com as ações da SPM/PR, o CNDM, em 2014, realizou quatro reuniões ordinárias (em 18 e 19 de fevereiro; 20 e 21 de maio; 18, 19 e 20 de agosto e 04 e 05 de novembro). Na abertura da primeira reunião, foram homenageadas a ex-conselheira Rose Marie Muraro e a conselheira emérita Clara Charf pelas suas trajetórias de luta em defesa dos direitos das mulheres. Um dos pontos de pauta amplamente discutido foi sobre a COPA e o legado a ser deixado para a população brasileira, para as mulheres, em particular. Ocorreu o Lançamento da Publicação “Práticas da Igualdade de Gênero do Programa Pró Equidade – 4ª Edição; foi apresentado e distribuído o KIT da Campanha “Quem Ama Abraça” e apresentado e discutido o edital para o processo eleitoral do CNDM (mandato 2014-2017), realizado no período de 10 de março a 20 de maio. Na segunda reunião, a presidenta do CNDM, deu posse às novas conselheiras da sociedade civil e reconduziu as conselheiras governamentais (mandato 2014- 2017). Importante ressaltar que a atual composição do CNDM ampliou a representativa de entidades de mulheres e feministas da sociedade civil. Na terceira reunião, foi apresentada e discutida a Política Nacional e o Sistema Nacional de Participação Social pela Secretaria Geral da Presidência da República; foi apresentado e discutido o documento das “Negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, pelo Ministério das Relações Exteriores e, também, a Agenda Transversal do Governo Federal, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Na quarta reunião, foi apresentado o balanço geral da gestão da SPM/PR (2012-



2014); apresentado os dados da Pesquisa “Estatísticas de Gênero: uma análise do censo demográfico, 2010”, e apresentada a proposta do Grupo de Trabalho para propor a organização da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Com relação ao fortalecimento da participação social, o CNDM vem se empenhando no processo de cadastramento/recadastramento dos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos das Mulheres. Assim, em 2014, existem 24 Conselhos Estaduais e 247 Conselhos Municipais. Esses conselhos foram mapeados e seus dados encontram-se disponíveis no sítio da Secretária de Política para Mulheres/link do CNDM <http://www.spm.gov.br/conselho/conselhos-estaduais-e-municipais-das-mulheres-1>. Além disso, foi criada a rede on-line para troca de conhecimentos entre esses conselhos. O CNDM participou de diversos eventos: Reunião do Grupo Executivo da Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais, a convite do Fórum Governamental de Participação Social; Seminário Preparatório para a Participação da Delegação Brasileira na 47ª Sessão da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPDP) da ONU; Seminário Imprensa e Organizações da Sociedade Civil, organizado e coordenado pela ANDI; Reunião do Núcleo Executivo da Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais; Arena da Participação Social; Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil; Debate sobre o Decreto Presidencial que instituiu a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social; Seminário sobre o Balanço Regional do Plano Brasil Sem Miséria Região Centro-Oeste; Seminário sobre a Atenção Obstétrica Baseada em Evidência Científica e a Prevenção da Morte Materna; 8º Fórum da A3P; Audiência Pública sobre o Orçamento Federal na Câmara dos Deputados; Audiência Pública de Prestação Anual de Contas PFDC; Mesa Redonda: As experiências do Brasil e do Reino Unido na Prevenção e Enfrentamento à Violência; Encontro das Mulheres com a Presidenta e 58ª Sessão da Comissão Sobre a Situação da Mulher e na Comissão de População e Desenvolvimento da ONU – CNPD.

• **Revisar e atualizar o PNPM, à luz da 3ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres - 3ª CNPM**

Análise Situacional da Meta

Meta concluída. A atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres deu-se a partir de um amplo e participativo processo ao longo do ano de 2012. Partiu-se das determinações constantes nas resoluções de caráter geral da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como das demais resoluções aprovadas. Entre suas deliberações, decidiu-se pela atualização do II PNPM, tendo em vista a atualidade e pertinência de seus diagnósticos e ações. Houve intenso trabalho interno à SPM/PR na elaboração do PNPM 2013-2015, articulando as resoluções da 3ª Conferência, atualizando o II PNPM e seguindo as disposições contidas no PPA 2012-2015, bem como um amplo processo de pactuação das 407 ações contidas no Plano entre todos os órgãos governamentais que compartilham responsabilidades no PNPM. Consolidada esta etapa, procedeu-se a nova rodada de debates com a sociedade civil organizada e os movimentos sociais por meio de reuniões junto ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM. As ações e objetivos do PNPM foram pactuados com todos os órgãos do governo federal que implementam políticas para as mulheres. Seus capítulos tratam de Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica, Educação para Igualdade e Cidadania, Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social, Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta, Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia, com acréscimo da abordagem das questões de gênero nos esportes, Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia, Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência. Além dos dez capítulos, há também a preocupação com a gestão e o monitoramento do PNPM, com ações que visam implementar, acompanhar e monitorar o referido Plano, mediante integração das ações e articulação entre os diferentes órgãos dos governos federal, distrital, estaduais e municipais. Para tanto, o PNPM conta com o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, que se constitui como um espaço fundamental para implementação da gestão por transversalidade, garantindo a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas dos órgãos governamentais.

OBJETIVO: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.



Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A SPM/PR realiza uma série de atividades e campanhas de sensibilização da sociedade com relação aos direitos das mulheres, em diversas áreas. Em 2013, a SPM/PR promoveu estratégias de alcance do público por meio de diversas mídias e meios de comunicação, abordando temas amplos como a autonomia das mulheres, a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e o enfrentamento à violência contra as mulheres. Além de haver participado e promovido diversos seminários, em articulação com outros órgãos do governo, como o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, a SPM também lançou a publicação “+ Mulher na Política: Mulher Tome Partido”, destinada a incentivar as mulheres a engajar-se politicamente, e o livro “Mulheres negras contam sua história”, lançado durante a 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. A SPM também lançou dois editais para o financiamento a filmes dirigidos por mulheres - Carmem Santos Cinema de Mulheres (para filmes de curta e curtíssima duração) e Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais – cujos produtos subsidiarão o debate público sobre a igualdade de gênero.

Ainda com relação à participação em conferências de políticas públicas, que abrangem um público amplo, a SPM/PR atuou em parceria com a FUNAI na realização de reuniões e oficinas com mulheres indígenas. Além disso, realizou a formação de 120 mulheres jovens (gestoras, ativistas, pesquisadoras) em diversos temas relacionados às políticas públicas e contribuiu na organização da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, buscando impulsionar a participação das mulheres indígenas em todas as etapas da Conferência.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 1.000 mulheres indígenas como multiplicadoras para fortalecimento de sua participação na implementação das políticas públicas, com ênfase em sua atuação nos Comitês Regionais da FUNAI.**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, em parceria com a FUNAI, realizou uma série de reuniões e oficinas com mulheres indígenas, apoiou a construção do Espaço Nacional de Diálogo das Mulheres Indígenas e a organização da Comissão Nacional de Mulheres Indígenas. Em março de 2013, com a colaboração da coordenadora geral do projeto Promotoras Legais Populares e uma Juíza Desembargadora, a SPM-PR, em parceria com a FUNAI, realizou uma oficina de elaboração do Programa Promotoras Legais Indígenas com objetivo de contribuir para a formação de lideranças de mulheres indígenas. Esta iniciativa está em negociação com a FUNAI para ser implementada nas regiões indígenas em 2015. Também com intuito de contribuir para a formação, fortalecer a organização das mulheres indígenas e ampliar sua participação na formulação de políticas públicas, em conjunto com o CONSEA, a FUNAI, a SESAI e outros órgãos, a SPM/PR participou da organização do Seminário Nacional de Mulheres Indígenas, Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrido em novembro de 2013. Com o mesmo objetivo, contribuiu na organização da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, buscando impulsionar a participação das mulheres indígenas em todas as etapas da Conferência. O número de mulheres – lideranças indígenas - capacitadas em todos estes espaços chega a 100.

Por meio do edital chamada pública 2013, a SPM-PR firmou convênio com a ONG THYDEWA no projeto de formação de mulheres indígenas agentes da cidadania, dirigido a 8 etnias da Região Nordeste nos Estados de Alagoas, Bahia, Sergipe e Pernambuco. A SPM participou ainda, em 2014, de evento formativo para uma comissão composta por 15 mulheres lideranças indígenas de diversas localidades, selecionadas pela FUNAI.

Quantidade alcançada

115

Data de Referência

31/12/2014

- **Estimular, por meio de campanhas de grande alcance, a participação de meninas e mulheres nas áreas científicas e tecnológicas**

**Análise Situacional da Meta**

A SPM/PR, em parceria com o MCTI, o CNPq e a Petrobras, lançou a chamada pública “Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação”, disponibilizando R\$ 11 milhões com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil. A intenção é despertar o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino do Ensino Médio e da Graduação por estas profissões e para a pesquisa científica e tecnológica. Foram selecionadas 325 propostas, nas quais foram investidos R\$11 milhões, além de bolsas para estudantes e professora/es do Ensino Médio. Está prevista a concessão de 1.800 bolsas para estudantes de ensino médio e graduação e professores. A finalização dos processos permitirá ter uma quantidade precisa de bolsas. A atuação da SPM/PR tem privilegiado o lançamento de editais, que têm um grande alcance junto ao público que interessa à Secretaria atingir, isto é, as estudantes de ensino médio e de graduação.

- **Formar 5.000 jovens mulheres multiplicadoras nas jornadas de formação sobre acesso a informações de direitos e ações previstas nos programas do Plano Nacional de Política para as Mulheres e da Política Nacional de Juventude.**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, em conjunto com a SDH/PR, a Embaixada dos EUA e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, realizou o Seminário Internacional Brasil-EUA sobre o Empoderamento de Meninas, que reuniu cerca de 80 meninas, com idade entre 13 e 17 anos, no Rio de Janeiro, em abril de 2013, com objetivo de discutir estratégias para garantir os direitos humanos de meninas por meio da autonomia e da participação, além de compartilhar informações sobre iniciativas inovadoras de empoderamento de meninas e adolescentes.

Ainda em 2013, foi realizado seminário junto com a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ/SG-PR, que formou 120 mulheres jovens (gestoras, ativistas, pesquisadoras) em diversos temas relacionados às políticas públicas que as afetam, além de apontar diretrizes para a implementação dessas políticas.

Em 2013, a SPM-PR passou a compor o Comitê Gestor do Plano Juventude Viva e continua integrando o Conselho Nacional da Juventude.

O número de mulheres capacitadas tem permanecido abaixo da meta porque se adotou a estratégia de formar lideranças, cuja quantidade é mais baixa, para que sejam multiplicadoras.

Em 2014, foi elaborada uma publicação sobre políticas públicas para jovens, resultado de parceria entre a SPM e a Secretaria Nacional de Juventude, voltada para gestoras e ativistas de movimentos sociais. O livro, intitulado Jovens Mulheres e Políticas Públicas, foi lançado eletronicamente em dezembro de 2014, em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude.

Quantidade alcançada

200

Data de Referência

31/12/2014

- **Produzir peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação, tais como TV, rádio, internet, jornais, revistas e outros**

Análise Situacional da Meta

A SPM-PR produziu três campanhas de publicidade em 2013.

A primeira foi ‘Mulheres do Brasil’, por ocasião do Dia Internacional da Mulher.

A segunda, a campanha ‘Compromisso & Atitude’.

A terceira campanha do ano foi ‘Mulher, Viver sem Violência’, lançada nacionalmente em novembro de 2013.

Em maio de 2014, foi lançada a campanha ‘Violência contra a mulher – Eu ligo’, referente à Central de Atendimento à Mulher- Ligue 180. Fruto de uma parceria com o Ministério das Cidades, a terceira fase da campanha ‘Mulher, Viver sem Violência’ destacou a importância do Ligue 180 como o principal serviço de informação sobre direitos e orientação de vítimas da violência de gênero com relação a serviços públicos especializados em todo o Brasil. Além da



importância do Ligue 180, a campanha destacou ainda as diferentes formas de assédio sofrido pelas mulheres. Nessa parte, foram abordados os assédios moral, sexual e o sofrido no ambiente de trabalho – fazendo conexão com a necessidade de denunciar os assediadores por meio do Ligue 180.

A campanha foi veiculada no período de 25 de maio a 28 de junho. Um filme de 30" (com versão de um minuto no dia do lançamento) foi utilizado para divulgação em TV aberta, fechada e segmentada nos principais canais e horários em caráter nacional. Contou-se ainda com um spot de rádio de 30", também de cobertura nacional, em cidades acima de 500 mil habitantes. Para revistas, foram selecionadas as de cobertura nacional e segmentos diferenciados com anúncios de página dupla e formato especial de página simples. Os anúncios em jornais foram de 1/2 página e página especial em jornais populares. Além das mídias tradicionais, a campanha de mídia exterior compreendeu o chamado mobiliário urbano (como pontos de ônibus, relógios urbanos etc.), painéis e cartazes em transportes públicos nas principais cidades brasileiras.

Em mídia digital (monitores em transportes públicos, em supermercados, etc), veiculou-se uma vinheta de 15", em capitais, sobre o assédio em transportes públicos, além de peças específicas desenvolvidas para a internet. Foi criada uma página especial no Facebook com todas as peças da campanha, permitindo o download por parte de parceiros, potencializando-se assim a replicação das mensagens.

No segundo semestre de 2014, esta campanha continuou sua divulgação por meio de impressos (cartazes e folhetos) e exposição do vídeo em canais oficiais da SPM-PR na internet (Facebook, Twitter e Portal), além de páginas de órgãos do governo federal e de parceiros (secretarias estaduais e municipais e empresas que apoiam as ações da SPM-PR em diversas frentes). Essa divulgação foi feita, no período de restrição eleitoral, em virtude da autorização do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a continuidade da divulgação da campanha da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, entendendo não haver qualquer possibilidade do uso político-eleitoral, em virtude do caráter informativo do referido serviço público, durante tal período.

Em 2015, a previsão é uma campanha nacional (tv, rádio e internet) para divulgação da Casa da Mulher Brasileira e os principais serviços oferecidos para atender mulheres em situação de violência. Até o final de 2016 devem ser inauguradas Casas nas 27 capitais brasileiras. Ainda em 2015 a previsão é produzir um vídeo institucional da Casa da Mulher Brasileira, visando divulgar a ação de governo e seu funcionamento.

• **Realizar campanha comemorativa e de conscientização da população sobre o Dia Internacional da Mulher, as principais conquistas e os principais desafios a serem superados para igualdade entre mulheres e homens**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o ponto alto do calendário das reivindicações e lutas das mulheres e da sociedade por igualdade foi o Dia Internacional da Mulher celebrado por meio de uma campanha estruturada em um conjunto de ferramentas e suportes. Em 2013 a campanha foi tematizada pelo slogan ‘Cada vez mais o Brasil é feito pelas mulheres’.

Em 2014, o 8 de março destacou as políticas públicas do governo federal que impactam positivamente a vida das brasileiras. Outro objetivo desta campanha foi dar relevância ao papel central que a força feminina do país representa hoje, destacando sua atuação na mudança de condições de vida da população, com o reforço do governo federal, que estabelece mecanismos de participação prioritária das mulheres no processo de implementação de políticas sociais no Brasil. A veiculação teve início no Dia Internacional da Mulher em revistas semanais, emissoras de TV abertas e fechadas, internet e outros espaços durante o mês de março.

Na TV aberta houve a veiculação de um filme de 30". Na fechada, em programas com audiências e afinidade para o público em geral, como jornalismo e entretenimento (novelas, shows, seriados e filmes) no período entre 08 e 29 de março.

Foi feita ainda a veiculação de anúncio de página dupla nos títulos segmentados com maior circulação, dirigidos a mulheres das classes B e C. A estratégia de mídia digital contemplou a veiculação de filme de 15" em ônibus, metrô, estações e estabelecimentos comerciais. A campanha na Internet apresentou peças específicas e ações nas redes sociais e em outros espaços de comunicação digital, sob o slogan “Cada vez mais o Brasil é feito por mulheres”.



Nessa linha de atuação, foram reforçadas as novas conquistas alcançadas, avanços e desafios que inspiram homens e mulheres no dia a dia. O Portal Brasil mostrou uma linha do tempo (infográfico) com a apresentação de conquistas relevantes da mulher brasileira ao longo dos anos e o vídeo da campanha.

A ação na internet direcionou as pessoas para uma hotpage, destacando o movimento virtual #ElaMeInspira. Internautas foram convidados a trocarem a foto de seus próprios perfis do Facebook pela de uma mulher que admirassem –marcada com a hashtag #ElaMeInspira.

Para 2015, o Dia Internacional da Mulher destacará a Casa da Mulher Brasileira, um dos eixos estratégicos do Programa 'Mulher, Viver sem Violência'. A Casa oferece, em um mesmo espaço, diferentes serviços para atender mulheres em situação de violência (acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia, juizado/vara especializada/o, Ministério Público, Defensoria Pública, promoção da autonomia econômica, brinquedoteca, alojamento de passagem e central de transportes). Serão entregues 27 casas, uma em cada capital. A primeira Casa foi inaugurada em 03/02/2015 na cidade de Campo Grande – MS.

• **Realizar campanha de valorização das mulheres em sua diversidade, com produção de materiais e vídeos direcionados à divulgação de seus direitos e ao incentivo da autonomia**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram lançados os editais do Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais e do Prêmio Carmen Santos Cinema de Mulheres, de incentivo a mulheres diretoras com projetos de filme sobre a temática de gênero, cujos conteúdos devem considerar a diversidade feminina nos meios urbano e rural (campo/floresta, indígenas, negras e povos tradicionais). Além desses editais, ocorreu a Chamada Pública Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação – objetivando incentivar estudantes do sexo feminino a ingressarem em carreiras tradicionalmente masculinas e reduzir a evasão de universitárias nos primeiros anos de cursos das carreiras mencionadas.

Em dezembro de 2013, foi lançado o Prêmio Lélia Gonzalez. O prêmio teve os objetivos de promover o reconhecimento das afro-brasileiras como protagonistas do enfrentamento ao racismo e ao sexismo, a articulação entre ações destinadas a esse público específico na sociedade civil e no âmbito governamental, bem como a disseminação de experiências inovadoras realizadas por organizações de mulheres negras. Foi realizada a seleção das organizações a serem premiadas e a premiação ocorreu no dia 22 de maio de 2014.

Em 2014, foi lançada a 2ª edição do Edital Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais. Foram contemplados 10 projetos que apresentaram um conjunto amplo de atividades ligadas às artes visuais que visem estimular a reflexão e experiência artística, além do compromisso com a formação de público, com a inclusão social e a sustentabilidade.

Ainda foi lançado o Prêmio 'Rose Marie Muraro: Mulheres Feministas Históricas'. O Prêmio teve como objetivo geral reconhecer e homenagear as Mulheres que há mais de meio século fazem história, influenciando e participando das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, deixando seu legado na vida pública nacional em ações científicas, tecnológicas, culturais, educacionais ou artísticas e que tenham mais de 75 anos de idade.

Está em curso a 10ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que busca estimular a produção científica e a reflexão crítica das desigualdades entre homens e mulheres. Participam do prêmio estudantes do ensino médio, graduação, mestrado e doutorado, além de graduadas e graduados, especialistas, mestras e mestres. As inscrições vão até 18/03/2015

• **Realizar campanhas de sensibilização da sociedade para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão**

Análise Situacional da Meta

A SPM-PR também divulgou a pesquisa de opinião pública sobre a participação política das mulheres, revelando que a maioria dos brasileiros (83%) concorda que a presença de mulheres melhora a política brasileira.

Além disso, apoia a participação da Campanha 'Tome Partido', que pretende incentivar as mulheres a serem candidatas e os partidos a cumprir a lei de cotas. Em 2013 foi publicado o livro "Mulheres nas Eleições 2010", pelo Consórcio



Bertha Lutz, que recebeu apoio da SPM-PR, com análise das mulheres na política institucional.

Em 2014, foi lançada uma nova edição da publicação 'Mais Mulheres no Poder: Eu assumo este compromisso', para incentivar a participação das mulheres na política. Após realizada a atualização da Plataforma Mais Mulheres no Poder, procedeu-se ao lançamento da campanha no 1º semestre de 2014.

• **Realizar campanha sobre os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 as ações dos 16 dias de Ativismo foram estruturadas em duas frentes: Mulher, Viver sem Violência e Compromisso e Atitude. As ações ocorreram, em grande parte, nas redes sociais com a produção de peças para reforçar a campanha do programa Mulher, Viver sem Violência (também lançada em novembro) e reforçar a união de esforços, em todas as esferas e poderes, para acelerar os julgamentos dos casos de violência contra as mulheres e garantir a correta aplicação da Lei Maria da Penha pela campanha 'Compromisso e Atitude'. Além de ações nas redes sociais, ocorreu a articulação com parceiros estratégicos da SPM-PR para a divulgação de materiais impressos da campanha por todo o país. Ainda no âmbito da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, as empresas públicas e privadas que aderiram à campanha em 2014 realizaram ações de mobilização durante os 16 dias de ativismo.

A campanha mundial pelo fim da violência contra a mulher, conhecida como os "16 dias de ativismo" vem ganhando espaço na agenda dos movimentos feministas brasileiros, e a Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) apoiou e incentivou a realização de ações e mobilizações em torno dos importantes temas de direitos humanos envolvidos nessa data.

Por meio da adesão e do fortalecimento da campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha: a Lei é mais forte", a Procuradoria da Mulher do Senado Federal centralizou as ações voltadas para a mobilização dos "16 dias de ativismo" que contou não somente com o apoio de todos os parceiros da Compromisso e Atitude – tais como, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministério da Justiça (MJ), Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ), Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Câmara dos Deputados – mas diversos outros órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, bem como instituições dos movimentos sociais. O objetivo da campanha foi de criar unidade nacional nas ações a partir da reprodução de uma mesma identidade visual. Para isso, a Procuradoria da Mulher do Senado disponibilizou cartazes, panfletos e toda a arte da campanha.

Em 2014 houve a continuidade da campanha 'Violência contra a Mulher – Eu ligo', envolvendo parceiros estratégicos para reforçar a importância da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.

Para 2015 as ações para o período envolverão as principais frentes da Secretaria no combate à violência contra a mulher. Além da continuidade da divulgação dos serviços oferecidos pela Casa da Mulher Brasileira, parte integrante do programa 'Mulher, Viver sem Violência', será reforçada a ação 'Compromisso e Atitude', responsável por unir e fortalecer esforços, nos âmbitos municipal, estadual e federal, para dar celeridade aos julgamentos dos casos de violência contra as mulheres, bem como de garantir a correta aplicação da Lei Maria da Penha. O serviço Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, atuando como disque-denúncia, será divulgado para estimular qualquer pessoa a denunciar casos de violência sofridos pelas mulheres.

• **Realizar campanhas, seminários, vídeos, oficinas de alcance nacional que apontem para a necessidade de superação da divisão sexual do trabalho, dialogando sobre o uso do tempo das mulheres e os impactos do trabalho doméstico**

Análise Situacional da Meta

A SPM-PR realizou uma campanha sobre a temática na ocasião da aprovação da PEC das Domésticas, esclarecendo acerca dos direitos dessas trabalhadoras e com vistas ao estímulo à formalização.

Em agosto de 2013, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência Internacional para Pesquisa de Uso do



Tempo. Na ocasião a SPM-PR se reuniu com integrantes de 38 países da África, América, Ásia, Europa e Oceania para fortalecer os estudos e trabalhos relacionados à temática.

Em 2014, em razão da assinatura do termo de compromisso da 5ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, foi lançada a campanha #ProEquidade nas redes sociais. A ação envolveu funcionárias e funcionários das empresas participantes do programa, que tiraram fotos com os cartazes temáticos e postaram nas páginas do Facebook e Twitter. Isso reforçou o compromisso com a promoção de práticas e ações que superem as desigualdades de gênero e raça no ambiente de trabalho.

Em novembro do mesmo ano, foi realizado o encontro de delegadas da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária. O evento promoveu debates sobre o empoderamento das mulheres no processo de construção dos Planos Estaduais e Nacionais de Economia Solidária, apresentando as demandas levantadas nos estados com recorte de gênero.

Em 2015 será realizado o evento de entrega do selo da 5ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Esse selo reconhece o comprometimento de empresas com a justiça social, a igualdade de gênero e raça, conjugando a lógica do exercício dos direitos com a lógica dos negócios, considerando que a igualdade entre mulheres e homens constitui atualmente um pilar fundamental da gestão organizacional e do êxito empresarial.

OBJETIVO: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência vem sendo trabalhadas em diversas frentes.

Primeiramente, destaca-se que as ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – transversalidade de gênero, intersetorialidade, capilaridade – são fundamentais na ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

A Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, estrutura-se em 6 diretrizes, sendo uma delas “Estruturar a Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência nos Estados, Municípios e Distrito Federal”.

O Monitoramento dos serviços existentes é realizado semestralmente pela equipe do Posto de Apoio à Gestão – PAG da Central do Ligue 180, via telefone. A equipe é treinada periodicamente para conferir os dados de cada tipo de serviço especializado por meio de uma ficha/roteiro, construído pela SPM-PR para cada um dos seis tipos de serviço. Destaca-se que esse acompanhamento é dos serviços especializados e não dos registros de violência contra as mulheres.

No 1º semestre de 2014, foram lançados 2 (dois) editais de chamada pública para implementação e reestruturação de serviços especializados, além de campanhas educativas para a sociedade civil e capacitação de profissionais. Por meio desses editais, a SPM/PR formalizou 39 convênios, dos quais 6 são para manutenção de Unidades Móveis, 11 são para capacitações, oficinas ou seminário, 3 para campanhas educativas, 1 para mapeamento de índices de violência contra mulheres e 18 para fortalecimento e expansão de serviços da Rede. Isso representa a ampliação e fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

Considerando que o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres completa 7 anos de implementação, a SPM, em parceria com a ONU Mulheres, via PRODOC, lançou edital para contratação de consultoria para subsidiar a reformulação das normas técnicas de padronização dos centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência e dos serviços de abrigo.

Além dessa, outras consultorias foram previstas para 2015 para avaliação dos avanços e desafios na implementação do



Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Programa Mulher, Viver sem Violência. Ainda visando ampliar e integrar a rede de serviços especializados, foi iniciada em 2013, a construção das Casas da Mulher Brasileira, que agregarão no mesmo espaço físico: Deam, Vara ou Juizado Especializado, Defensoria Pública, Ministério Público, atendimento psicossocial, espaços de convivência e brinquedoteca, alojamento de passagem, central de transportes e serviços de Emprego e Renda, como acesso a microcrédito, à qualificação profissional e ao trabalho. As Casas da Mulher Brasileira serão implantadas nas capitais dos Estados e no Distrito Federal. Por fim, incluem-se na qualificação dos serviços da Rede de Atendimento, o enfrentamento à violência sexual prevista no do eixo de Organização e Humanização do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (eixo 3) do Programa “Mulher, Viver sem Violência”, por meio da qualificação e ampliação desse serviço. Até o final de 2014 inscreveram-se 384 serviços para esse tipo de atendimento. A SPM permanece com sua ação de monitorar os serviços pelo Posto de Apoio à Gestão da Central 180.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 para o atendimento internacional.**

Análise Situacional da Meta

A transformação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 em disque denúncia, acompanhada da respectiva campanha de divulgação, trouxe considerável aumento no número das ligações recebidas a partir da última semana do mês de maio, o que também impactou nas ligações internacionais. De janeiro a dezembro de 2014, o Ligue 180 recebeu 45 ligações internacionais, sendo 36 no primeiro semestre e 9 no segundo semestre.

Para melhor atender a essa demanda, foi ministrada capacitação para 160 atendentes em atividade na Central de janeiro a junho de 2014 nos conteúdos necessários ao atendimento a brasileiras no exterior, seguindo o modelo confeccionado pela parceria entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça. Os conteúdos ministrados foram: Convenção de Haia, atribuições dos consulados brasileiros no exterior, informações essenciais para a apuração de denúncia no exterior, bem como sobre o papel dos oficiais da Polícia Federal que atuam no exterior em parceria com a polícia local.

A SPM iniciou processo licitatório para atender as usuárias do Ligue 180 no Brasil e ampliação do atendimento internacional para mais 27 países. No momento, o processo está em fase de instrução. Após essa atividade, as pesquisas atualizadas seguirão para a Coordenação de Licitação e Contrato da Presidência da República que elaborará a minuta de contrato e em seguida encaminhará o processo para Assessoria Jurídica da Presidência. Estima-se que a contratação esteja concluída até o final de maio de 2015.

- **Ampliar e fortalecer os 3 Núcleos de Atendimento às Mulheres nas áreas de fronteiras atualmente existentes, localizados em Foz do Iguaçu (PR), Oiapoque (AP) e Pacaraima (RR).**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2014, foi realizada visita técnica da equipe da SPM a Foz do Iguaçu para continuidade do esforço de pactuação dos fluxos de atenção e estruturação da rede de atenção às mulheres em torno do funcionamento do Centro de Fronteira. Essa visita incluiu diálogos com equipes do Centro de Referência existente, Casa Abrigo, Casa do Migrante e Conselho Municipal da Mulher.

Outra iniciativa relevante para a repactuação em torno do funcionamento dos três Centros em Foz do Iguaçu, Pacaraima e Oiapoque consiste no Projeto Migrações Transfronteiriças, executado em conjunto com Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e Emprego e com a organização internacional ICMPD (International Centre for migration policies and development). No contexto do Projeto, está sendo levada a cabo pesquisa sobre a atuação da rede de atendimento a migrantes nos três municípios. Os resultados das pesquisas subsidiarão as ações da SPM de reestruturação dos Centros.

- **Ampliar e implantar Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em**



todos os municípios-polo, territórios da cidadania e áreas deflagradas.

Análise Situacional da Meta

A ampliação e a manutenção dos serviços da Rede de Atendimento são realizadas por meio de transferência voluntária de recursos (Termo de Convênio ou Parceira) e de crédito (Termo de Cooperação). No edital nº 01/2014, publicado pela SPM/PR, foram considerados como critérios prioritários para aprovação de propostas a inexistência de serviços no município proponente, bem como sua classificação como município-polo e território da cidadania.

Além do financiamento direto aos serviços especializados, ainda por meio do edital nº 01/2014, a SPM financiou campanhas educativas e capacitações para sociedade civil e profissionais da Rede de Atendimento. Essas ações contribuem para a ampliação e integração dos serviços.

Total de serviços especializados em dezembro de 2014 = 1.010, sendo:

- 497 Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres e Núcleos Especializados em Delegacias Comuns,
- 235 Centros Especializados de Atendimento à Mulher - CEAMs
- 77 Casas-Abrigo,
- 101 Juizados e Varas Especializadas ou Adaptadas de Atendimento à Mulher,
- 42 Núcleos em Defensorias Públicas,
- 58 Promotorias Especializadas ou Núcleos de atendimento à Mulher no MP.

Além desses serviços, destaca-se que as Unidades Móveis terrestres contribuem fortemente para a capilarização e interiorização dos serviços da Rede de atendimento, atendendo a demanda das mulheres do Campo e Floresta com a entrega de 53 Unidades Móveis para os 26 estados da Federação e o Distrito Federal.

Quantidade alcançada

1.010

Data de Referência

31/12/2014

- **Articular a implantação da Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências, nos serviços de saúde em cumprimento da Portaria do MS nº 104, de 25 de janeiro de 2011**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) está sendo adaptado para utilização da ficha já pactuada no Grupo de Trabalho Interministerial, formado por: Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Justiça (MJ) e Ministério da Cultura (MEC).

A Portaria do Ministério da Saúde nº 104, de 25 de janeiro de 2011, foi revogada pela portaria nº 1.271, de 6 de julho de 2014, que mantém a previsão da notificação imediata para algumas violências.

O Ministério da Saúde aplicou a ficha adaptada em caráter piloto em alguns municípios, e realizou capacitação para sua utilização pelos profissionais nos estados. A SPM-PR visa contribuir nesse processo, apoiando os Centros Especializados de Atendimento à Mulher para utilização da ficha e do Sinan, possibilitando efetivação da notificação compulsória de violências contra as mulheres nesses serviços.

O trabalho realizado pelo Grupo Interministerial contribuiu para a importantes mudanças na ficha de notificação, incluindo informações como raça/cor e orientação sexual. O trabalho foi finalizado e está em discussão no Conselho Nacional de Saúde (CNS) para sua implementação.

- **Articular a priorização do atendimento das mulheres em situação de violência nos programas de habitação social, inserção no mundo do trabalho, geração de trabalho e renda, economia solidária e capacitação profissional.**

Análise Situacional da Meta

Houve a formalização de convênios para capacitação profissionalizante e desenvolvimento de outras atividades (feiras, palestras, eventos), sendo as mulheres em situação de violência um dos públicos atendidos. Ocorreram 3 (três) reuniões



com órgãos dos governos visando a implementação da área de autonomia econômica na Casa da Mulher Brasileira. Esta ação ganhará maior concretude com a implementação do atendimento quando da instalação das Casas da Mulher Brasileira.

- **Articular a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência nas Regiões de Fronteira Seca, com atenção especial às mulheres em situação de tráfico e exploração sexual.**

Análise Situacional da Meta

O município de Tabatinga/AM foi incluído entre os que receberão Centros de Atendimento às Mulheres em Regiões de Fronteiras Secas, no marco do Programa “Mulher, Viver Sem Violência”, que, somados aos 3 Centros de Atendimento às Mulheres que serão revitalizados (Foz do Iguaçu-PR, Oiapoque-AP e Pacaraima-RR) e os outros 6 inicialmente previstos (Brasiléia-AC, Corumbá e Ponta Porã-MS, Bonfim-RR e Jaguarão e Santana do Livramento-RS), aumentando o número de Centros projetados para dez.

Ao longo do primeiro semestre foram realizadas visitas técnicas aos municípios de fronteira para a finalização das negociações com Estado e município e definição da forma de gestão dos Centros e também visitas da equipe de arquitetura e engenharia da SPM/PR para viabilizar a instalação da infraestrutura dos Centros.

Avançou-se ainda na negociação do Memorando de Entendimento de Cooperação Fronteiriça com o Uruguai, que deverá ser assinado em 2015.

Também avançou-se na implementação do Projeto “Migrações Transfronteiriças”, parceria com o International Center for Migration Policies and Development, o Ministério da Justiça (MJ) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Foram realizadas, durante o primeiro semestre de 2014, 3 reuniões de parceiros, além de Workshop sobre os resultados das pesquisas de levantamento do estado das redes de atenção da SPM, MJ e MTE nas fronteiras, em 15 municípios de fronteira.

- **Aumentar o número de Centros de Referência e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.**

Análise Situacional da Meta

Em julho de 2014 a SPM contabilizou 231 Centros Especializados de Atendimento à Mulher - CEAM em funcionamento. Em Dezembro de 2014 a SPM contabilizou um aumento no número de CEAMs, para 235.

Em 2014, foram firmados 5 (cinco) convênios que visam a implantação de novos CEAMs, reafirmando assim um dos eixos do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres que trata da ampliação e fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

- **Aumentar o número de municípios com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram formalizados convênios em 4 (quatro) municípios que ainda não possuem serviços especializados - Bonito (PE), Xaxim (SC), Seberi (RS) e Jacobina (BA), para implantação de novos serviços especializados. Portanto, acredita-se que o número de municípios com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência aumentará no próximo ano, com a concretização dos objetos dos convênios formalizados nos anos de 2013 e 2014.

- **Aumentar o número de profissionais da Rede de Atendimento e operadores/as de direito capacitados sobre questões da violência contra as mulheres.**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do primeiro semestre de 2014, foram realizados diversos seminários, campanhas e oficinas de capacitação para atendimento a vítimas de violência doméstica pelas Defensorias Públicas do Paraná, da Bahia, do Mato Grosso e de Sergipe, dos Ministérios Públicos do Distrito Federal, da Bahia, do Rio de Janeiro e do Ceará, da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro, dos Tribunais de Justiça do Espírito Santo, de São Paulo, do Rio Grande do Norte, da



Paraíba e de Sergipe, Associação de Magistrados, Ordem dos Advogados de Paraná e Associação dos Advogados do Grande ABC.

A VIII Jornada de Trabalhos da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), realizada nos dias 7 e 8 de agosto de 2014, foi composta por palestras sobre os desafios do enfrentamento da violência contra a mulher e também experiências exitosas em execução no país e no exterior.

A sexta edição do FONAVID ocorreu entre os dias 05 e 07 de novembro de 2014, no estado de Mato Grosso do Sul, e contou com a presença de aproximadamente 200 participantes, entre magistrados e técnicos de equipes multidisciplinares que auxiliam na aplicação da Lei nº 11.340/2006. O Fórum contou com apoio e participação da SPM e estruturou-se em torno de palestras, apresentação de boas práticas, grupos de trabalho e deliberação em plenário.

Em 2014 foi firmado convênio com a Defensoria Pública do DF para realização do primeiro encontro nacional de Defensores(as) Públicos(as) sobre violência contra as mulheres, que deve acontecer no primeiro semestre de 2015.

• **Aumentar o número de Serviços de Abrigamento, levando em conta os consórcios entre municípios, as áreas deflagradas e os territórios da cidadania.**

Análise Situacional da Meta

Os serviços de abrigo representam uma importante política para acolhimento das mulheres e são desenvolvidos e implementados também pelo MDS. No ano de 2014 o número de casas-abrigo foi de 77 em 73 municípios.

Por meio dos editais de chamamento público para recebimento de propostas, em 2014, foram formalizados 4 convênios que visam implantar novos serviços de abrigo, nos municípios de Erechim (RS), Santo Ângelo (RS), Itaituba (PA) e São Paulo (SP).

• **Construir Casas da Mulher Brasileira (que agregarão no mesmo espaço físico: Deam, Vara ou Juizado Especializado, Defensoria Pública, Ministério Público, atendimento psicossocial, espaços de convivência e brinquedoteca, alojamento de passagem, central de transportes e serviços de Emprego e Renda, como acesso a microcrédito, à qualificação profissional e ao trabalho) em todas as capitais dos estados e do DF.**

Análise Situacional da Meta

A situação das obras, licitações ou aprovações de projetos para a construção e implementação das Casas da Mulher Brasileira nas capitais é a seguinte:

• Campo Grande/MS: inaugurada em fevereiro/2015.

• Brasília/DF: obra em andamento, com previsão de finalização em maio/2015.

• Curitiba/PR: obra paralisada; rescisão de contrato.

• Vitória/ES: reforma paralisada; rescisão de contrato.

• Salvador/BA, Fortaleza/CE e São Luís/MA: contratos de obras assinados, em fase de emissão de alvará de obras nos órgãos municipais e estaduais.

• Boa Vista/RR: obra paralisada; rescisão de contrato em março/2015.

• São Paulo/SP: certame licitatório em abril/2015.

• Maceió/AL, Teresina/PI, Aracaju/SE, Porto Alegre/RS, Palmas/TO, Rio Branco/AC: projetos de adaptação aos terrenos em protocolos de aprovação perante os órgãos responsáveis.

• Macapá/AP, Florianópolis/SC, Manaus/AM, Porto Velho/RO: terrenos identificados e solicitados; estão em fase de transferência para a SPM/PR.

• **Construir Central de transporte, coordenadas pela Casas da Mulher Brasileira, para facilitar o acesso da mulher aos serviços articulados, como IML, assistência social, Unidades básicas de Saúde, Unidades de pronto atendimento e hospitais de referência.**

Análise Situacional da Meta

A Central de Transporte iniciará o funcionamento a partir de fevereiro de 2015, quando da inauguração da primeira Casa da Mulher Brasileira, no município de Campo Grande/MS.



- **Contribuir para a ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2014, o número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Postos em Delegacias Comuns contabilizados pela SPM foi 497, tendo uma redução de unidades desse serviço, quando comparado com o número constatado em dezembro de 2013 (500).

Visando contribuir com a ampliação dos serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência e sendo a segurança pública uma importante porta de entrada na rede para as mulheres, a SPM formalizou, em 2014, convênio para implantação de DEAM no município de Santo Angelo (RS) e implementação da Coordenadoria das Delegacias Especializadas do estado do Paraná.

Destaca-se ainda o investimento da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), por meio de edital público no 2º semestre de 2014, para equipar e ampliar as DEAMs nas capitais onde serão instaladas as Casas da Mulher Brasileira.

- **Contribuir para a ampliação dos serviços especializados às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual.**

Análise Situacional da Meta

O Grupo de Trabalho para Implementação do Eixo 3 do Programa “Mulher, Viver sem violência” trabalhou no 1º semestre de 2014 em três frentes: finalização da Norma Técnica para Humanização do Atendimento a Pessoas em Situação de Violência Sexual; elaboração de Portaria Interministerial para Implementação do Registro de Informação e Coleta de vestígios no SUS; estruturação do Curso para Implementação do Registro de Informação e Coleta de vestígios no SUS.

O Grupo de Trabalho realizou 3 cursos para implementação do registro de informação e coleta de vestígios no SUS nos meses de abril, setembro e novembro/2014. Dessa forma, foi possível atingir 240 profissionais dos estados de MG, AC, MS, PR, AP, AM, PA, SE, MS, AL, PI, BA e MA.

Em dezembro de 2014, o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES do DATASUS/ MS registrou 384 serviços de atendimento de pessoas em situação de violência sexual no país, sendo que desses 124 são serviços de referência (conforme Portaria 485 de 1º de abril de 2014 e Portaria 618 de 18 de julho de 2014) e 53 realizam interrupção de gravidez nos casos previstos em Lei. Lembrando que o CNES ainda está em fase de implementação, podendo haver outros serviços ainda não cadastrados.

- **Criação de 6 novos Núcleos de Atendimento às Mulheres nas Fronteiras Secas.**

Análise Situacional da Meta

Os municípios de Bonfim/RR, Corumbá/MS, e Ponta Porã/MS disponibilizaram para a SPM/PR os terrenos para a implementação dos Centros de Fronteira. O projeto básico está em fase final para que possam iniciar as licitações para estas 3 cidades. Encontram-se em andamento as destinações de terrenos nos municípios de Santana do Livramento/RS, Jaguarão/RS, Brasília/AC e Tabatinga/AM. Com a inclusão de Tabatinga, ao final serão 7 novos Núcleos

- **Fomento à criação de ambientes para atendimento humanizado de mulheres vítimas de violência, nos Institutos Médicos Legais – IML**

Análise Situacional da Meta

O Grupo de Trabalho para Implementação do Eixo 3 do Programa “Mulher, Viver sem Violência” finalizou a construção da Norma Técnica para Atendimento de Pessoas em Situação de Violência com Registro de Informações e Coleta de Vestígios e o atendimento humanizado de mulheres vítimas de violência, nos Institutos Médicos Legais (IML), assim como o Portaria Interministerial que reafirma as diretrizes deste atendimento.

Além da Norma Técnica, a preocupação com a integração dos serviços para evitar a revitimização e a impunidade do(a) agressor(a) também está presente na estrutura do Curso para Humanização do Atendimento de Pessoas em



de Violência com Registro de Informações e Coleta de Vestígios.

O Ministério da Justiça lançou no final do primeiro semestre de 2014 edital para os municípios com a finalidade de acompanhar e contribuir para que o atendimento nos IML tenham novos contornos e possam se adequar para que tenham uma porta de entrada exclusiva para o atendimento as mulheres em situação de violência e possam, com esses recursos, adequar os ambientes para o atendimento humanizado e integral a mulher.

Priorizamos a realização dos cursos de capacitação do eixo de Organização e Humanização do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual do Programa Mulher Viver sem Violência, para que os estados possam estruturar-se e adequar seus espaços de atendimento às mulheres.

• **Implantar registro administrativo unificado na Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.**

Análise Situacional da Meta

A SPM elaborou fluxo de atendimento integrado entre os serviços sócio assistenciais, de Segurança Pública e de Justiça e a Casa da Mulher Brasileira.

Dentro da Casa, o fluxograma de atendimento foi pensado conforme o andamento dos Grupos Executivos nos estados, envolvendo reuniões para articulação e unificação dos serviços da Rede de Atendimento na Casa da Mulher Brasileira.

Em 16 de junho de 2014, a SPM realizou reunião com delegadas de 5 (cinco) DEAMs nos estados de Distrito Federal, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul para pactuação do fluxo de atendimento articulado entre segurança pública e outros serviços à mulher em situação de violência doméstica e familiar, que procure a Casa da Mulher Brasileira.

• **Implantar Sistema Nacional de Dados sobre a Violência contra a Mulher.**

Análise Situacional da Meta

Quanto à implantação do Sistema, a SPM iniciou tratativas para firmar um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Justiça (MJ), sobre um dos módulos do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP). Em paralelo, estuda-se a possibilidade de contratar o SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados) para customização, manutenção e hospedagem do Sistema. Esse edital está em processo de elaboração para customização da construção de um sistema que responda as necessidades para articulação e sistematização dos dados de violência contra as mulheres.

O formulário para o registro das denúncias do Ligue 180 já está sendo utilizado desde março de 2014 em 25 Unidades Federadas, com exceção dos estados: Amazonas e Amapá.

• **Implantar Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para atender as mulheres do campo e da floresta e dos territórios da cidadania.**

Análise Situacional da Meta

Foram entregues 53 Unidades Móveis (UMs) aos Estados e ou Municípios. A 54ª Unidade Móvel foi entregue em Ponte Nova/MG, em 10 de março de 2015. Suas principais ações são: atividades educativas, palestras, informações sobre a Lei Maria da Penha e atendimento as mulheres em situação de violência. As ações são realizadas por uma equipe multidisciplinar envolvendo delegacias especializadas, defensoria pública, ministério público e juizados especiais e profissionais dos estados e municípios para o atendimento psicossocial. Foram atingidas, com as diferentes ações mais de 20 mil mulheres no primeiro semestre de 2014.

A SPM identificou 21 Estados que constituíram Fóruns Estaduais do Campo, da Floresta e das Águas no primeiro semestre de 2014: AC, AL, AM, AP, BA, DF, ES, GO, MA, MS, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, RS, RR, SE, SP, TO. Já no



segundo semestre foram criados os Fóruns Estaduais de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo, da floresta e das águas, nos estados de: CE, MG, MT, PA, RN e SC.

Em 28 e 29 de abril de 2014 foi realizada a Reunião Anual do Fórum de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Campo e Floresta, onde a SPM teve acesso à avaliação da sociedade civil sobre as atividades das Unidades Móveis terrestres.

Importante destacar que a instalação dos Fóruns Estaduais somada a implementação das ações das Unidades Móveis têm contribuído para que a pauta das mulheres do campo, da floresta e das águas seja incorporada pelos governos estaduais e municipais respondendo assim a demanda da Marcha das Margaridas e tirando estas mulheres da invisibilidade.

A SPM expandiu suas atuações nessa pauta, através da assinatura de Termo de Cooperação com a Caixa Econômica Federal, para realização de atividade na Ilha do Marajó (PA) através da Agência-Barco. Foram realizadas 9 (nove) viagens pela equipe da SPM, com parceria do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), para realização de palestra, o Programa Mulher Viver sem Violência, Campanha “Quem ama Abraça”, “Ligue 180”, além de informações sobre a Lei Maria da Penha e direitos, para a sociedade civil, organizações de mulheres, jovens, instâncias governamentais municipais e demais interessados. Foram realizadas reuniões com representantes dos serviços de Assistência Social, Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública.

• **Induzir, articular e coordenar protocolos de atendimento para os serviços integrantes da Rede de Atendimento.**

Análise Situacional da Meta

Foi estruturado um Grupo de Trabalho (GT) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para revisão da função e fluxo de atendimento dos CEAMs e Casas-Abrigo, de forma integrada com os serviços da Assistência Social Básica, Especializada e da Casa da Mulher Brasileira. O GT tem como meta a elaboração de um Plano de Trabalho para definir protocolos, fluxos e procedimentos, em articulação com o Sistema Único de Assistência Social. O GT será institucionalizado no primeiro semestre de 2015, mas já se reúne semanalmente.

Em relação ao Sistema Único de Saúde, Sistema de Segurança Pública e Poder Judiciário, ações semelhantes estão sendo definidas no âmbito do GT de Implementação do Eixo 3 do Programa “Mulher, Viver sem Violência”.

De modo complementar, também contribui para a elaboração de protocolos, fluxos e procedimento articulados; a pactuação da Ficha de Notificação compulsória para violências, prevista na Portaria do ministério da Saúde nº 1.271, de 6 de julho de 2014. Por meio dessa ficha, a notificação será também intersetorial por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Assim, o(a) usuário(a) terá seu atendimento integrado entre os vários serviços que percorrer.

Foi finalizada a Norma Técnica de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual; está em processo de construção o fluxo entre a rede de CEAMs e a rede socioassistencial e sendo finalizada o fluxo e protocolos de atendimento das Casas da Mulher Brasileira e demais serviços de atendimento às mulheres.

• **Integrar a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.**

Análise Situacional da Meta



A SPM manteve durante o ano de 2014 as ações de coordenação intersetorial do enfrentamento ao tráfico de pessoas, por meio da participação na Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em reuniões mensais, das atividades no Grupo Interministerial de Monitoramento do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que se reúne quadrimestralmente para avaliar a execução do Plano e, desde janeiro deste ano, do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, órgão colegiado de acompanhamento e fiscalização da execução da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que se reúne três vezes por ano.

As ações de coordenação política complementam e direcionam as ações de integração operacional das redes, como a criação do fluxo de encaminhamento da rede de Enfrentamento ao Tráfico para serviços especializados, incluindo a Rede especializada de atendimento especializado às mulheres em situação de violência. O fluxo está em estágio de implementação piloto pela rede de ETP para revisão posterior.

Em 2014 foi realizada avaliação intermediária do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP) que traz o balanço do progresso das 115 metas do Plano. A SPM encontra-se como líder em 16 metas que, na avaliação intermediária do II PNETP, foram classificadas como ótimo desempenho do indicador de progresso em 12 metas, como bom em 2 metas, como ruim em apenas uma meta (considerando que uma última meta ainda será iniciada no próximo ano). Destas metas, 5 já apontam andamento positivo do indicador de resultado.

No escopo do Projeto Migrações Transfronteiriças, a SPM participou das reuniões de parceiros e de Workshop sobre os resultados das pesquisas de levantamento do estado das redes de atenção da SPM, MJ e MTE nas fronteiras. Foi ampliado o número de municípios diagnosticados de 10 para 15, o que permitirá exame mais amplo das necessidades e lacunas, provendo maior detalhe para a integração das redes de atenção às migrantes e vítimas de tráfico de pessoas nas regiões de fronteiras.

Além disso, a SPM compôs a delegação brasileira no IV Encontro de Autoridades Nacionais de Tráfico de Pessoas que aconteceu em Brasília nos dias 04 e 05 de dezembro de 2014.

- **Realizar capacitação continuada de 100% das atendedoras da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.**

Análise Situacional da Meta

Entre Janeiro e Maio de 2014, foram contratadas 60 atendedoras, que foram capacitadas durante três semanas. As temáticas bases do curso de capacitação são: Relações e Violência de gênero, Lei 11.340/06 (Maria da Penha), Rede de atendimento e enfrentamento, Noções do Poder Público, Técnicas de acolhimento e Teleatendimento, entre outras. A capacitação foi acrescida de visitas a alguns serviços da rede, como a DEAM, Ministério Público, Juizado, Defensoria e Centro Especializado de Atendimento à Mulher.

Além da capacitação de novas atendedoras, também foi realizado um planejamento de atividades para toda a operação, no intuito de capacitá-las constantemente e deixá-las cientes das constantes mudanças do processo de transição e transformação da central em disque-denúncia. Com tal câmbio no serviço, o roteiro de atendimento foi alterado, portanto em fevereiro foram ministradas palestras com as novas orientações para o registro de denúncias. Todas as colaboradoras da Central participaram deste treinamento.

Entre março e junho foram realizadas campanhas motivacionais uma vez ao mês e aconteceram as atividades de reciclagem de algumas temáticas como: convenção de Haia, Tráfico de pessoas e a apresentação da campanha do Ligue 180. Essas atividades foram direcionadas a todas as atendedoras e supervisoras da Central.



Entre os meses de julho e dezembro de 2014 foram contratadas 30 novas atendentes, que participaram de um processo de treinamento de aproximadamente 8 dias. O treinamento contemplou os seguintes conteúdos:

- Apresentação da Secretaria de Políticas para as Mulheres
- Gênero, diversidade e violência
- Noções de poder público
- Rede de atendimento
- Tipos penais relacionados à violência contra a mulher
- Lei Maria da Penha
- Monitoria e registro de informações
- Roteiro de atendimento adequado ao modelo de disque denúncia

Esta capacitação foi formatada de maneira mais pragmática, voltada à aprendizagem prática do Sistema de Atendimento à Mulher (SIAM). Desta forma, a maioria das aulas foi ministrada com o uso do SIAM por parte das atendentes em processo de treinamento.

Além da parte conteudística, as atendentes também fizeram visitas a dois serviços da rede de atendimento: o Centro Especializado de Atendimento à Mulher e a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, que serviu para complementar o aprendizado. Para finalizar o processo, foram realizadas dinâmicas para melhora de relacionamento interpessoal e fixação de conteúdo.

No decorrer desse período, foram realizadas atividades de reciclagem com todas as atendentes, supervisoras e monitoras da operação, com o intuito de afinar as informações entre todas as trabalhadoras e assim prestar um atendimento mais coerente às usuárias. Como a transformação do Ligue 180 em Disque Denúncia ainda é algo recente, muitas das atividades do semestre foram voltadas a essa adequação do serviço, no intuito de dirimir as dúvidas geradas diariamente no atendimento. As temáticas como: atendimento de ligações internacionais, tráfico de pessoas e especificidades da Convenção de Haia também foram tratadas nas atividades de reciclagem ao longo do semestre.

• **Transformar o Ligue 180 em Disque denúncia, com encaminhamento direto das denúncias aos órgãos competentes.**

Análise Situacional da Meta

O disque denúncia teve início em 1º de março de 2014, a fim de implementar o segundo eixo do Programa “Mulher, Viver sem Violência”. Até o momento houve a adesão de 25 estados, com exceção do Amapá e Amazonas.

Como Disque Denúncia, o Ligue 180 acumulou as atribuições de registro, tratamento e encaminhamento das denúncias aos órgãos competentes de segurança pública e aos ministérios públicos de cada estado com as atividades que já eram desenvolvidas.

Tal ampliação no escopo da Central provocou a criação de uma equipe exclusiva para atender a nova demanda: Posto de Encaminhamento de Denúncias (PED). O PED foi criado em agosto de 2013, em caráter piloto, iniciando suas atividades por meio do tratamento e envio de parte dos relatos recebidos pela Central, quais sejam: cárcere privado, tráfico de pessoas, trabalho escravo, bem como reclamações, elogios e sugestões referentes à atuação de agentes ou órgão públicos.

A partir do lançamento do Ligue 180 como Disque Denúncia, o PED passou a enviar denúncias relativas a todos os relatos e violência recebidos pela Central de Atendimento. As denúncias são analisadas por uma equipe formada por 42



profissionais que qualificam e enviam as informações coletadas para a Segurança Pública e Ministérios Públicos estaduais.

Em 2014 foram enviadas cerca de 20 mil denúncias para a Segurança Pública e os Ministérios Públicos dos estados. Cabe ressaltar que houve grande aumento das denúncias recebidas durante a Campanha “Eu Ligo 180”, iniciada no dia 25 de maio de 2014, passando-se da média de 2.600 denúncias mensais recebidas para a média de 5.000 denúncias mensais recebidas. Em quatro semanas de divulgação da Campanha, o Ligue 180 recebeu o mesmo volume de denúncias que fora recebido nos últimos 4 meses.

Além dos encaminhamentos de denúncias, podem ser destacados os seguintes dados de atendimento realizados durante o ano de 2014:

Ligue 180 realizou 485.105 atendimentos, que corresponde à média de, aproximadamente, 1.330 atendimentos por dia. Desse total, 52.957 foram relatos de violência com o seguinte conteúdo: 51,68% de violência física, 31,81% de violência psicológica, 9,68% de violência moral, 2,86% de violência sexual, 1,94% de violência patrimonial, além de 931 casos de cárcere privado e 140 casos de tráfico de pessoas.

Com a Campanha “Eu Ligo 180”, a Central de Atendimento passou da média de 12.000 ligações diárias para a média de 20.000 ligações diárias, ou seja, passou a receber 8.000 ligações a mais por dia.

Para evitar que esse aumento gerasse impacto negativo no serviço, foram realizadas novas contratações de atendentes, readequações das escalas, pagamento de horas extras e campanhas motivacionais para estimular o comprometimento das atendentes com os atendimentos realizados.

Foi finalizado o processo de licitação para contratação de serviço de Solução Global para prestação de teleatendimento, processo nº: 00036.000532/2014-43, para contratação de serviço de teleatendimento receptivo e ativos nas funções humana e eletrônica. O que culminou na assinatura do contrato nº 17/2014 em 23/12/2014 entre esta Secretaria e a empresa Call Contact Center.

Está em andamento o processo nº 00036.000931/2014-12 para contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado para atender às usuárias da Central de Atendimento à Mulher no âmbito nacional e internacional.

Tais ações ajudaram a qualificar e a ampliar o escopo de atendimentos realizados pelo Ligue 180 ao longo do ano de 2014, possibilitando seguintes avanços:

- Em 2014 chegou-se ao total 4.124.017 de atendimentos realizados desde o início da atuação do Ligue 180 (no ano de 2005).

- 62% das usuárias tomaram conhecimento da Central Ligue 180 por meio da Mídia. E a televisão, sozinha, foi responsável por 47% da procura pelos serviços do Ligue 180. Este ano, o impacto da televisão na divulgação da Central Ligue 180 mais que dobrou em relação ano anterior.

- Em 2014, o Ligue 180 atendeu todas as 27 unidades da federação e 3.853 municípios brasileiros.

Comparando-se os atendimentos do ano de 2014 com os dados de 2013, observa-se que:

- Houve aumento de 50% nos registros de cárcere privado, totalizando 2,5 registros por dia.

- Houve aumento de 18% no número de estupro denunciado, gerando o registro médio de, 3 casos por dia em 2014.

- Aumentou em 20% o número de violências sexuais registradas (estupro, assédio e exploração sexual), resultando na média de 4 registros por dia;

- O número de atendimentos prestados a habitantes da zona rural quadruplicou em relação ao ano de 2013.

- Houve um aumento de 113% no número de usuárias que apontaram a televisão como forma de primeiro contato com o Ligue 180.

OBJETIVO: 0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.



Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, enquanto campanha de conscientização permanente, abriu nova fase em 2014 com a adesão do Legislativo a fim de obter sensibilização também durante o processo de formulação de nova legislação ou de alteração da legislação vigente. Também foi realizada adesão com Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, entendendo que estes importantes operadores do direito precisam ser sensibilizados para a efetiva implementação da Lei Maria da Penha.

Ainda com o intuito de difusão da Lei e envolvimento de toda sociedade no enfrentamento à violência contra as mulheres, realizou-se adesão de empresas públicas e privadas. A partir de tal adesão as empresas realizarão ações de divulgar a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, sensibilizar e ampliar o conhecimento do público interno e/ou externo da empresa acerca dos direitos das mulheres e o enfrentamento à violência e divulgar informações sobre a legislação vigente.

A Campanha conta ainda com o Portal que reúne publicações, artigos, notícias, diretrizes, pesquisas, jurisprudência sobre violência contra a mulher e é um canal privilegiado para levar informações qualificadas aos operadores do direito. No ano de 2014 foram registradas 162.940 pessoas acessando o site, gerando 210.839 visitas, que se desdobraram em 435.580 visualizações de página.

A SPM publicou neste último semestre mais 2 (duas) edições do informativo da Campanha. Elas tiveram como tema o acesso à justiça para as mulheres e as novas adesões do Legislativo e a parceria com as empresas.

No âmbito da Campanha “Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha” está em andamento pesquisa junto a operadores do direito (juízes, promotores e defensores públicos) que tem como objetivo captar a percepção junto a operadores do direito sobre a aplicação da Lei nº 11.340/2006 nas diferentes instâncias do Sistema de Justiça, em termos de avanços, desafios, obstáculos e possíveis propostas para a sua efetiva implementação.

Metas 2012-2015

- **Construir pactos com empresas públicas e privadas e outros órgãos do governo para prevenir a violência contra as mulheres e combater a exploração sexual de mulheres, adolescentes e jovens, em especial nas áreas de grandes obras de desenvolvimento econômico e infraestrutura e nas regiões de fomento ao turismo.**

Análise Situacional da Meta

Um dos eixos da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha é a adesão de empresas privadas no enfrentamento à violência contra as mulheres. Neste intuito foram assinados Termos de Adesão à Campanha pelas seguintes empresas de abrangência nacional: Grupo Pão de Açúcar, Magazine Luíza, Avon, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasileira de Correios Telégrafos, Empresa Brasil de Comunicação, Fundação Vale, Itaipu, Petrobras e Petrobras Distribuidora.

As ações de mapeamento e de estratégias de envolvimento das empresas foi feita mediante contratação da Consultoria Júnior Pública, vinculada à FGV de São Paulo, por meio de convênio com o Instituto Patrícia Galvão. Tal contratação permitiu estabelecer estratégia para captação de novas empresas para os períodos futuros, por meio de metodologia criada para classificação das empresas de acordo com a sensibilidade ao tema. A entrega do produto final ocorreu em junho de 2014 e dará subsídio para mobilização de novos parceiros.

Durante o 2º semestre de 2014 as empresas que aderiram à Campanha executaram o plano de trabalho apresentado gerando diversos desdobramentos de acordo com as peculiaridades de cada empresa.

A Itaipu promoveu uma exposição interativa no centro do município de Foz do Iguaçu (PR), em parceria com a



Prefeitura local e o Centro de Referência de Atendimento à Mulher. Além de adesivar ônibus e vans do município e os veículos de sua frota de transporte de empregados com banner de divulgação do Ligue 180 - a Central de Atendimento à Mulher. A empresa também patrocinou um concurso cultural sobre a relação entre machismo e violência de gênero promovido pelo Ministério Público do Paraná. A usina ainda enviou aos funcionários mensagem sobre o aplicativo Clique 180, para smartphones e celulares, desenvolvido pela ONU Mulheres em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), e distribuiu fitas brancas e folhetos explicativos no Dia do Laço Branco (6 de dezembro) sobre a campanha que visa conscientizar também os homens a se unirem contra qualquer forma de violação dos direitos humanos das mulheres.

A Petrobras produziu vídeo e apresentação on-line sobre o tema da violência de gênero, que foram disponibilizados na intranet da empresa a partir do dia 23 de dezembro e que, de acordo com o Núcleo de Comunicação da Gerência Executiva de Responsabilidade Social, ficarão no ar indefinidamente. O vídeo conta as histórias de mulheres e jovens que foram atendidas em centros de referência para mulheres vítimas de violência na capital do Rio de Janeiro e no município fluminense de Maricá. A apresentação resume iniciativas desenvolvidas pela empresa sobre o tema desde 2006. Além disso, a BR Distribuidora desenvolveu uma nova campanha de mídia para divulgação em todas as unidades e postos da empresa espalhados no território nacional, além dos meios eletrônicos de comunicação de todas as subsidiárias do sistema Petrobras.

A Caixa divulgou o Ligue 180 nos terminais de autoatendimento em todo o país, imprimiu estampa contra a violência às mulheres nos bilhetes do concurso da loteria federal realizado no dia 26 de novembro e divulgou a Campanha Compromisso e Atitude e a Lei Maria da Penha no portal institucional aberto a todas as pessoas que procuram o banco. Vídeos contra a violência doméstica, sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha também foram exibidos no Blog da Diversidade e no Portal do Empregado (veículos voltados ao diálogo com o corpo de funcionários). O banco informou ainda ter divulgado o Portal Compromisso e Atitude nos projetos apoiados e junto aos fornecedores. E, no Dia do Laço Branco, artigos escritos por dois funcionários trataram da questão do machismo e da violência de gênero.

O Instituto Avon realizou a segunda edição do Fórum Fale sem Medo. O evento reuniu especialistas de diversas áreas para discutir os impactos negativos que a cultura de violência baseada nas desigualdades socialmente estabelecidas para os papéis de gênero produz sobre a formação dos jovens e como ela estimula a reprodução das violações à dignidade humana das mulheres. Durante o seminário foram apresentados os dados da pesquisa Violência contra as mulheres: os jovens estão ligados?, realizada pelo Data Popular em parceria com o Instituto Avon.

A Vale realizou palestra sobre o tema no canteiro da empresa que funciona no município de Canaã dos Carajás, sudeste do Pará.

O Banco do Brasil no dia 19 de novembro divulgou uma arte em referência à Lei Maria da Penha e ao Ligue 180: Central de Atendimento à Mulher e em 25 de novembro, Dia Internacional pelo Fim da Violência contra as Mulheres, divulgou peça publicitária comemorativa do dia em sua página do Facebook.

E os Correios usaram o Facebook e seus veículos internos de comunicação para divulgar aos funcionários mensagens sobre as datas-símbolos que integram os 16 dias de ativismo.

• **Contribuir para o aumento do número de Coordenadorias Estaduais da Mulher em situação de violência doméstica e familiar nos Tribunais de Justiça Estaduais.**

Análise Situacional da Meta

Todas as Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência foram criadas pela Resolução n. 128/2011 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e foram o foco dos debates da VIII Jornada Maria da Penha. Na chamada Carta da VIII Jornada, os magistrados reforçaram, entre outros pontos, a importância do aumento do número de coordenadorias, varas ou juizados especializados no combate à violência contra a mulher, tanto nas capitais como no interior.

Atualmente, todas as unidades da federação contam com pelo menos uma unidade com esse perfil e 87 varas especializadas, no entanto a quantidade é insuficiente em face do número de casos diários de violência.



- **Contribuir para o aumento do número de Defensorias Públicas Especializadas e da assistência jurídica gratuita para o atendimento às mulheres em situação de violência.**

Análise Situacional da Meta

Por meio do acordo de cooperação técnica assinado em 2011 e que deu origem à Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, a SPM participou de reunião ordinária do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE), em 15 de junho de 2014, o que resultou na assinatura de um protocolo de intenções para a criação de núcleos estaduais especializados no atendimento às mulheres vítimas de violência em todas as Defensorias Públicas e sua institucionalização, pelo meio normativo adequado à realidade de cada estado, no prazo de 8 meses.

Foi formalizado convênio com a Defensoria Pública do DF para a realização do I Encontro Nacional de Defensores(as) Públicos(as) sobre violência contra as mulheres, que está previsto para o mês de março de 2015.

Com as negociações para a construção das 26 Casas da Mulher Brasileira espera-se estimular a criação de 26 defensorias especializadas no atendimento de mulheres em situação de violência.

Com a finalidade de unificar os procedimentos a serem adotados pelas Defensorias Públicas nesse atendimento, o Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege) aprovou em dezembro de 2014 o Protocolo Mínimo de Padronização do Acolhimento e Atendimento da mulher em situação de violência doméstica e familiar no âmbito das

Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal.

As diretrizes incluídas no documento são resultado de um acordo de cooperação técnica firmado em 2012 entre o Condege e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, com o objetivo de fortalecer a Lei Maria da Penha e contribuir para aprimorar o trabalho realizado pelas Defensorias.

Além das diretrizes gerais, o documento define os padrões específicos para a criação dos Núcleos de Defesa da Mulher (Nudem), com recomendações referentes à localização, instalações, espaço físico e atribuições. Uma recomendação essencial é a presença da equipe multidisciplinar, composta por psicólogos e assistentes sociais, fundamental para dar assistência adequada às mulheres e para encaminhar casos de violência psicológica.

Foram também definidas recomendações para os defensores que atuam nos Juizados Especializados e nas Varas Especializadas em violência doméstica e familiar, para que trabalhem em sintonia com a equipe e com a rede de serviços e não fiquem restritos à esfera judicial, com a indicação de parâmetros para o atendimento humanizado e realização de atividades extrajudiciais. Também há orientações sobre como proceder no acompanhamento processual e nos casos de deferimento e indeferimento das medidas protetivas e nos casos de lesão corporal leve, entre outras diretrizes.

- **Contribuir para o aumento do número de juizados e varas especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher.**

Análise Situacional da Meta

A SPM tem estimulado a criação de novas varas especializadas por meio do Programa Mulher Viver sem Violência, na implantação das Casas da mulher Brasileira nas 26 capitais e DF. Tais Casas concentrarão no mesmo espaço físico uma vara especializada, defensoria pública e promotoria pública especializada.

Além disso, é apoiadora fundamental de atividades de qualificação de juízes, juízas e equipes técnicas das varas especializadas, por meio da Jornada da Lei Maria da Penha, realizada em parceria com o CNJ, e do FONAVID (Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher). O CNJ e o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça são parceiros da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha e participam ativamente da Coordenação nacional e do Conselho Editorial.



Com as negociações para a construção das 26 Casas da Mulher Brasileira a SPM está articulando com os Tribunais de Justiça Estaduais a criação de 26 Juizados Especializados em Violência Doméstica e familiar.

Ainda, em parceria com o CNJ, a SPM está estimulando a realização de pesquisa sobre a atuação da Justiça nos juizados especializados em Violência Doméstica e familiar, de modo que os resultados permitam orientar a expansão desses serviços.

• **Contribuir para o aumento do número de Promotorias Públicas Especializadas e dos Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos Estaduais.**

Análise Situacional da Meta

O número de Promotorias Públicas Especializadas e dos Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos Estaduais registrados em dezembro de 2014 é de 58.

A SPM acompanha e apoia a COPEVID (Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), que também participa da Campanha Compromisso e Atitude, representando o Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça. Em junho foi realizada reunião com a atual Procuradora Geral de Justiça que preside o CNPG, para o estreitamento da parceria e para viabilizar a inserção da pauta na próxima reunião do Colégio Públicos Estaduais a criação de 26 promotorias especializadas em violência contra a mulher.

• **Estabelecer parceria com os órgãos responsáveis pela aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) para viabilizar o acompanhamento do percentual de medidas protetivas utilizadas e dos processos julgados de acordo com a referida Lei.**

Análise Situacional da Meta

Para conhecer o universo de medidas protetivas utilizadas, será realizada nova pesquisa pelo Conselho Nacional de Justiça. O questionário a ser aplicado já foi elaborado, e a pesquisa deverá ser iniciada no ano de 2015 com o objetivo de analisar a atuação do Poder Judiciário no combate à violência doméstica contra a mulher nos aglomerados urbanos de todas as unidades da federação que possuem as capitais estaduais como centralidade principal do território.

No âmbito do monitoramento da aplicação de tais medidas, as iniciativas consideradas exitosas como a Patrulha Maria da Penha, do RS e as tornozeleiras eletrônicas, de MG, estão sendo paulatinamente adotadas em diversos estados e municípios.

A SPM tem articulado junto ao Conselho Nacional de Justiça, a realização de nova pesquisa com o objetivo de analisar a atuação do Poder Judiciário no combate à violência doméstica contra a mulher nos aglomerados urbanos de todas as unidades da federação que possuem as capitais estaduais como centralidade principal do território.

• **Incorporar a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) nos conteúdos programáticos de cursos, concursos públicos e no processo de formação dos operadores de direito e de gestores e gestoras públicos/as.**

Análise Situacional da Meta

A fim de ampliar o escopo de operadores do direito a serem capacitados e sensibilizados com relação ao enfrentamento à violência contra mulheres, foi realizada em maio de 2014, adesão do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que em seu plano de trabalho visará a promover debates, desenvolver e distribuir materiais gráficos ou midiáticos para sensibilizar e ampliar o conhecimento das/os advogadas/os e estagiárias/os acerca da violência contra mulheres; divulgar a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 e/ou demais serviços públicos para o atendimento de mulheres em situação de violência; e promover capacitações sobre normativas nacionais e internacionais que versam sobre a violência contra mulheres.

A SPM possui um termo de acordo de cooperação técnica com o CNJ, ENFAM, FONAVID e MJ, com o objetivo de contribuir para a divulgação, consolidação e implementação dos instrumentos previstos na Lei Maria da Penha. Com base nesse acordo, o enfrentamento à violência contra as mulheres foi incluído no curso inicial de formação de magistrados/as promovido pela ENFAM, em parceria com a SPM. Esse acordo expirou e está em andamento nos setores jurídicos a elaboração de outro acordo de cooperação técnica.



- **Promover 5 campanhas, com caráter permanente, para o enfrentamento da violência contra as mulheres, exploração sexual e tráfico de mulheres, divulgação da Lei Maria da Penha e da Central de Atendimento às Mulheres – Ligue 180.**

Análise Situacional da Meta

Em maio de 2014, foi lançada a campanha “Violência contra a mulher – Eu ligo”, referente à Central de Atendimento à Mulher, Ligue 180. Fruto de uma parceria com o Ministério das Cidades, a terceira fase da campanha ‘Mulher, Viver sem Violência’ destacou a importância do 180 como o principal serviço de informação sobre direitos e orientação de vítimas da violência de gênero com relação a serviços públicos especializados em todo o Brasil. Além da importância do Ligue 180, a campanha destacou ainda as diferentes formas de assédio sofrido pelas mulheres: moral, sexual e o sofrido no ambiente de trabalho.

A campanha foi veiculada no período de 25 de maio a 28 de junho. Um filme de 30” (com versão de um minuto no dia do lançamento) foi utilizado para divulgação em TV aberta, fechada e segmentada nos principais canais e horários em caráter nacional. Contou-se ainda com um spot de rádio de 30”, também de cobertura nacional, em cidades acima de 500 mil habitantes. Para revistas, foram selecionadas as de cobertura nacional e segmentos diferenciados com anúncios de página dupla e formato especial de página simples. Os anúncios em jornais foram de 1/2 página e página especial em jornais populares. Além das mídias tradicionais, a campanha de mídia exterior compreendeu o chamado mobiliário urbano (como pontos de ônibus, relógios urbanos etc.), painéis e cartazes em transportes públicos nas principais cidades brasileiras.

Em mídia digital (monitores em transportes públicos, em supermercados etc.), veiculou-se uma vinheta de 15 segundos sobre o assédio em transportes públicos, em capitais. Além de peças específicas desenvolvidas para a internet. Foi criada uma página especial no Facebook com todas as peças da campanha, permitindo o download por parte de parceiros, potencializando-se assim a replicação das mensagens.

Além da campanha, a SPM, em parceria com a ONU Mulheres e a Embaixada Britânica, desenvolveu um aplicativo para celulares: “CLIQUE 180”. Tem o objetivo de oferecer informações tanto para as mulheres que sofrem violência, quanto para todas as pessoas que trabalham com o tema, que queiram saber mais sobre o assunto ou que desejem se informar para ajudar uma mulher em situação de violência.

O aplicativo contém: informações sobre os tipos de violência contra as mulheres; a localização dos serviços da Rede de Atendimento e a rota para chegar até eles; um passo a passo detalhado sobre como agir e que tipo de serviço procurar em cada caso de violência contra as mulheres; um botão para ligar diretamente para o 180 (a Central de Atendimento à Mulher para informações e denúncias); a Lei Maria da Penha; e, uma ferramenta colaborativa para mapear os locais da cidade que oferecem riscos às mulheres. Este conteúdo pode ser baixado em qualquer smartphone e também pode ser visualizado no site <http://clique180.org.br/>

O aplicativo foi lançado em 22 de maio de 2014 e, até o final do mês de dezembro, ocorreram 3.959 downloads (3.019 no Android e 940 no iOS) e 10.979 visitas ao site.

No segundo semestre de 2014, houve a continuidade da Campanha “Violência contra a mulher – Eu ligo”, com uma frequência menor quando do lançamento em maio de 2014, priorizando a distribuição de impressos e a divulgação dos vídeos da Campanha nos canais oficiais da SPM/PR (Portal, Facebook, Twitter), do Governo Federal e dos parceiros. No tocante à Campanha “Quem Ama Abraça”, foi formalizado convênio, com a ONG Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH), prevendo a ampliação da Campanha e contratação de consultoria. O objeto é o Lançamento da Campanha “Quem Ama Abraça Fazendo Escola” em 18 capitais e 82 Municípios. O objetivo é atender à demanda de lançamentos e de material para Estados e Municípios, contribuindo para a difusão da campanha em todo o território nacional. Vale destacar o lançamento e divulgação da campanha “Quem Ama Abraça” junto aos municípios da Ilha do Marajó, integrando as ações de campanhas e acesso às mulheres ribeirinhas de informações e possibilidades no que se refere ao enfrentamento à violência contra a mulher.

A Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha é campanha continuada prevista no Programa “Mulher: Viver sem



Violência” e no 2º semestre de 2014 deu andamento às suas atividades por meio de 02 reuniões ordinárias da Coordenação Nacional e 04 do Conselho Editorial. Houve nesse período a elaboração e distribuição de duas edições do Informativo (o primeiro voltado para as comemorações dos oito anos da Lei Maria da Penha e o segundo que tem como título “Integração dos serviços e perspectiva de gênero qualificam enfrentamento dos crimes de violência contra mulheres”).

OBJETIVO: 1000 - Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

Deu-se continuidade às articulações com os órgãos responsáveis pelas mulheres em situação de prisão, tráfico de pessoas, em situação de violência doméstica e familiar, bem como violência sexual.

Foi realizada a adesão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal à Campanha Compromisso e Atitude, o que acarretou em estreitamento do trabalho com esses órgãos no acompanhamento da tramitação de projetos legislativos de grande importância para o enfrentamento à violência contra mulheres, bem como a mobilização do Parlamento e da sociedade sobre temas sensíveis.

No segundo semestre de 2014 a SPM, em parceria com o escritório brasileiro da ONU Mulheres, continuou a realização do plano de trabalho conjunto para atividades a serem desenvolvidas ao longo de 2014 e 2015. O referido plano de trabalho está centrado em 3 eixos de ação: i) produção de conhecimento e ampliação do debate sobre feminicídio no Brasil; ii) Adaptação do modelo de protocolo latino-americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero, e iii) proposta de alterações legislativas sobre feminicídio.

No âmbito do eixo sobre produção de conhecimento, foram realizadas em 2014:

- Oficina sobre Feminicídio – 22/23 de maio de 2014

Oficina realizada em Brasília, com participação de 45 convidadas, dentre as quais pesquisadoras internacionais, SPM, representantes dos Ministérios da Justiça e Saúde, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, da sociedade civil e da academia, além da Procuradoria Geral da República, Ministério Público da Bahia, COPEVID e FONAVID.

Durante a Oficina, apresentou-se uma contextualização do fenômeno do feminicídio, incluindo a construção do conceito, a tipificação na América Latina, a realidade da violência no Brasil, repercussões na mídia e análise das decisões judiciais. As apresentações foram seguidas de debates e elaborações de propostas para ações sobre feminicídio.

- Oficina sobre Feminicídio com Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – 8 e 9 de outubro de 2014

Oficina realizada no plenário do CNMP em Brasília, com 30 participantes da SPM, ONU Mulheres, Instituto Patrícia Galvão, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Ministérios Públicos de diversos estados.

Durante a Oficina, foi feita uma contextualização e apresentação do conceito de feminicídio, seguida de apresentação sobre a tipificação do crime na América Latina e no Brasil. No segundo dia, a ONU Mulheres apresentou o Modelo de Protocolo Latino Americano para investigação eficaz de mortes violentas de mulheres por razões de gênero e SPM coordenou a discussão sobre propostas legislativas sobre feminicídio em trâmite no Congresso Nacional – dentre as quais encontra-se o PLS 292/2013.

- Oficina sobre feminicídio com Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – 26 e 27 de novembro de 2014.

Oficina realizada em parceria com ONU Mulheres no Plenário do CNJ, com 35 participantes da SPM, ONU Mulheres, CNJ, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Instituto Patrícia Galvão e juízas e juizes dos Tribunais de Justiça de todas as regiões do Brasil – contando com variedade entre as varas de Violência Doméstica contra a Mulher, Tribunais de Juri e Desembargadoras.

Durante a oficina, foi contextualizado o conceito de feminicídio, exposto sua tipificação em outros países da América Latina e apresentado o Protocolo de Investigação. Após as apresentações, foi realizada uma discussão a respeito das



propostas legislativas sobre feminicídio – dentre as quais encontra-se o PLS 292/2013.

- Publicação com coletânea de artigos

Em agosto de 2014, a SPM, em parceria com ONU Mulheres, convidou acadêmicas, operadoras da justiça, membros da sociedade civil e do governo para produzirem artigos sobre feminicídio nos contextos nacional e internacional. O propósito da publicação é ampliar o debate sobre feminicídio, produzir conhecimento sobre o assunto, assim como prover material técnico e apoio ao debate sobre feminicídio. A publicação tem previsão de distribuição em 2015 para público amplo, incluindo gestoras de políticas para mulheres, operadoras do Pacto, acadêmicas e pesquisadoras, e mulheres na sociedade civil.

- Realização de pesquisa qualitativa em parceria com a Secretaria de Reforma do Judiciário, do MJ, sobre análise de processos do júri que envolvam feminicídios que ocorrem no âmbito da violência doméstica e familiar, de 5 unidades federativas, a ser divulgada em 2015.

- Realização de oficina sobre produção de dados quantitativos sobre feminicídio no Brasil com Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, IPEA, OPAS, UNODC, ONU Mulheres, Flacso, com a participação de especialistas do México, que realizaram um levantamento amplo sobre feminicídio num período de 30 anos.

No âmbito da adaptação do modelo de protocolo latino-americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero, ressaltamos que o Brasil é o primeiro país que está realizando tal adaptação e que por meio da ONU Mulheres foi feita a tradução do material para a língua portuguesa. A consultora da ONU Mulheres elaborou uma proposta preliminar para esse documento de diretrizes e na primeira quinzena de dezembro foi realizada oficina com profissionais da polícia judiciária, científica, e membros do Ministério Público para a análise da proposta.

Por fim, em relação às alterações legislativas, foi contratada consultoria em parceria com a ONU Mulheres em agosto de 2014, e no início de 2015 será entregue relatório com subsídios para a elaboração de propostas legislativas que considerem a importância de o Brasil adequar sua legislação com o fim de observar o dever de devida diligência na prevenção, investigação, sanção e reparação das vítimas e sobreviventes do crime de feminicídio.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar e monitorar a aplicação do Decreto 7.958, de 13 de março de 2013, que estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.**

Análise Situacional da Meta

O Grupo de Trabalho para Implementação do Eixo 3 do Programa “Mulher, viver sem violência” aborda em uma de suas frentes: a construção da Norma Técnica para Atendimento de Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios, e o atendimento humanizado de mulheres vítimas de violência, nos Institutos Médicos Legais (IML). Além da Norma Técnica, a preocupação com a integração dos serviços para evitar a revitimização e a impunidade do(a) agressor(a) também está presente na estrutura do Curso para Humanização do Atendimento de Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios.

A Norma Técnica já foi elaborada e encontra-se em processo de aprovação no Conselho Nacional de Saúde (CNS) para sua implementação.

- **Contribuir para o aumento do número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis 11.942/09 e 12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão.**

Análise Situacional da Meta

Em 17 de janeiro de 2014, foi publicada a Portaria Interministerial MJ/SPM nº 210 que institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE).

Esta política incorpora os desafios da integralidade da política criminal e penitenciária com as políticas sociais de proteção à mulher e aos seus filhos e filhas, apresenta um conjunto de ações em prol da melhoria do encarceramento de mulheres, bem como do processo de reformulação do sistema prisional feminino.

A política institui o Comitê Gestor composto pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ) e a Secretaria de



Política para as Mulheres (SPM/PR) e tem como convidados permanentes: Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Cultura (MinC), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério do Esporte (ME).

Entre 29 de setembro e 03 de outubro, o DEPEN realizou, em parceria com a SPM, o 3º Encontro Nacional do Projeto Mulheres. O Encontro teve como propósito discutir a PNAME, a criação de Políticas Estaduais de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e sua aplicação, e dele participaram representantes dos Comitês Gestores Estaduais de vinte Unidades da Federação, além de Ministérios convidados permanentes a integrar o Comitê Gestor.

Após o encontro, onze unidades da federação enviaram suas minutas de Políticas Estaduais. A SPM iniciou articulação com as Gestoras do Pacto e OPMs nos estados para acompanhamento da elaboração das políticas, assim como enfoque de gênero e alinhamento com PNPM. A SPM, junto ao DEPEN, coordenou grupos de trabalho para discussão sobre a elaboração de matrizes curriculares de formação de Agentes Penitenciários e Funcionários dos Sistemas Penitenciários Estaduais que serão diretamente ligadas às políticas estaduais e à PNAME.

No mês de novembro, a SPM apoiou duas atividades sobre aleitamento saudável em unidades prisionais dos estados de Rio de Janeiro e Paraná, que contou com ampla cobertura de mídia.

• **Elaborar diretrizes e normas para o funcionamento dos serviços de responsabilização e educação dos agressores.**

Análise Situacional da Meta

O Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor constitui parte da Rede de Atendimento e de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e deverá atuar de forma articulada com os demais serviços da rede (Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, promotorias especializadas, Casas-Abrigo, Centro de Referência da Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Defensorias/Núcleos Especializados da Mulher, Centros de Referência Especializados de Assistência Social, serviços de saúde, etc), no sentido de contribuir para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres. Já existem 15 serviços de responsabilização e educação ao agressor no país. As diretrizes gerais dos serviços de responsabilização e educação do agressor foram elaboradas e podem ser encontradas no seguinte endereço: <http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>.

• **Fomentar cooperação internacional, bilateral ou multilateral para o enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, principalmente no tocante ao atendimento às mulheres.**

Análise Situacional da Meta

A SPM atua em coordenação com a Divisão de Assistência Consular do MRE para o atendimento de casos de violência contra brasileiras no exterior, tanto no campo da informação e facilitação do contato com a família e conhecidos no Brasil, quanto na articulação da rede de atendimento brasileira em caso de retorno.

Em relação ao Comitê de Fronteira Brasil-Venezuela de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, está sendo elaborado um protocolo de atendimento de mulheres nos serviços de ambos os países, especificamente considerando as cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén.

A SPM, em parceria com o MRE, iniciou o diálogo para a cooperação com países nas regiões de fronteiras secas, focando aqueles que fazem fronteira com os estados que receberão os serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. O memorando em estágio mais avançado é com o Uruguai, que está em estado final de negociação para a cooperação no enfrentamento à violência contra as mulheres na área de fronteira, e que prevê a criação de um Comitê de Fronteira binacional.

No âmbito da Cooperação Regional, a SPM integra a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do



Mercosul, a RMAAM, participando da Mesa Técnica sobre Violência de Gênero, órgão assessor que busca promover ações regionais para enfrentamento à violência contra as mulheres e ao tráfico de mulheres.

A SPM atua como parceira do projeto Migrações Transfronteiriças, projeto realizado pelo “International Centre for Migration Policies and Development” (Organização Internacional composta por países europeus) e o Governo Brasileiro (capitaneada pelos Ministérios da Justiça e do Trabalho e Emprego). Ao longo do primeiro semestre foram realizadas 3 reuniões e workshops de apresentação de produtos preliminares de pesquisas.

Também houve proximidade com a Embaixada dos Estados Unidos da América para cooperação nos casos de cidadãs brasileiras e americanas que estejam em situação de violência, bem como foram feitas negociações para o intercâmbio de experiências no âmbito das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres entre Brasil e Angola.

• **Incentivar a implementação de novos mecanismos de proteção e segurança às mulheres em situação de exploração sexual e tráfico de pessoas.**

Análise Situacional da Meta

A SPM manteve durante o ano de 2014 as ações de coordenação intersetorial do enfrentamento ao tráfico de pessoas, por meio da participação na Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em reuniões mensais, das atividades no Grupo Interministerial de Monitoramento do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que se reúne quadrimestralmente para avaliar a execução do Plano e, desde janeiro deste ano, do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, órgão colegiado de acompanhamento e fiscalização da execução da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que se reúne três vezes por ano.

Em dezembro de 2014, realizou-se a IV Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas em Brasília, Brasil, com o escopo prioritário de revisar e atualizar o Plano de Trabalho contra o Tráfico de Pessoas no Hemisfério Ocidental. Nessa oportunidade, os Estados membros também assinaram a Declaração Interamericana contra o Tráfico de Pessoas (“Declaração de Brasília”) como compromisso político de envidar esforços para erradicar o fenômeno no território hemisférico ocidental. Na ocasião a Secretaria de Política para as Mulheres compôs a delegação brasileira, além de compor a mesa de abertura juntamente ao Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos.

O Brasil apresentou subsídios para a agenda da Reunião levando em conta as importantes contribuições e expectativas internacionais para avanços regionais em matéria de enfrentamento ao tráfico de pessoas, e considerando o ambiente propício para a troca de boas práticas e experiências nacionais e a possibilidade de melhor coordenação entre países. Sendo assim, foram debatidos os seguintes temas “Mecanismos Nacionais de Coordenação de Políticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Integração de Políticas Públicas (estratégias nacionais e boas práticas)”, “Consentimento e Tipologias de Exploração” e “Atenção e proteção às vítimas”.

• **Integrar as mulheres participantes do Programa Mulheres da Paz às ações de prevenção e defesa dos direitos das mulheres nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e nas ações da Casa da Mulher Brasileira.**

Análise Situacional da Meta

O Edital de Chamada Pública SENASP/MJ, Mulheres da Paz e Protejo, de 28 de julho de 2014, previu os seguintes critérios de classificação de instituições proponentes, atribuindo 2 pontos para a aquelas: que realizaram nos últimos doze meses ações de prevenção à violência contra as mulheres, e que realizaram nos últimos doze meses ações de prevenção ou enfrentamento ao tráfico de pessoas.

No Anexo XI do referido edital – Referenciais Nacionais Mulheres da Paz e Protejo 2013 – é previsto como atividade do(a) gestor(a) do projeto na área de Psicologia:

“Realizar atividades de socialização, dinâmicas em grupo com as mulheres e jovens, com vistas a melhorar a ambiência



dos projetos; encaminhar as demandas trazidas pelas Mulheres da Paz; realizar acompanhamento psicológico dos participantes dos projetos, em grupo e/ou individualmente, de forma pontual e, quando necessário, realizar encaminhamentos para os serviços especializados de assistência psicológica e atendimento à mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher); atuar e intervir nos casos de evasão tanto de jovens como das mulheres; elaborar relatórios técnicos”.



PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área total dos territórios de comunidades quilombolas tituladas	ha	14/06/2011	987.935	02/12/2014	1.010.770,317
Diferença entre a média de anos de estudo da população de 15 ou mais anos de idade de brancos e negros	ano	30/09/2009	1,7	30/09/2013	1,64
Número de comunidades quilombolas certificadas	unidade	31/12/2011	1.863	29/01/2015	2.414
Número de comunidades quilombolas com suas terras tituladas	unidade	14/06/2011	189	02/12/2014	221
Número de estados com plano de promoção da igualdade racial em execução	unidade	31/01/2011	9	30/01/2015	11
Número de famílias quilombolas no CadÚnico dos programas sociais do Governo Federal	unidade	31/12/2011	65.779	31/12/2014	131.787
Número de municípios com organismos executivos de promoção da igualdade racial	unidade	01/06/2011	175	08/12/2014	145
Número de territórios de comunidades quilombolas em processo de regularização fundiária	unidade	14/06/2011	1.067	14/09/2014	1.386
Porcentagem da população brasileira que se declara negra (preta ou parda) em relação ao total da população	%	01/08/2010	51	30/09/2013	53
Razão entre a renda domiciliar per capita média de chefes de domicílio negros e brancos	razão	26/09/2009	0,51	30/09/2013	0,54
Razão entre as taxas de homicídio de negros e brancos de 15 a 29 anos	razão	31/12/2009	2,35	30/09/2013	2,64
Razão entre a taxa de alfabetização de negros e brancos para a população com 15 ou mais anos de idade	razão	26/09/2009	0,92	30/09/2013	0,93
Razão entre a taxa de formalização de negros e brancos ocupados	razão	26/09/2009	0,75	30/09/2013	0,79
Razão entre a taxa de mortalidade materna por 100 mil habitantes de mulheres negras e brancas	razão	26/09/2009	1,54	30/09/2013	1,72
Razão entre a taxa de negros e brancos em situação de insegurança alimentar	razão	26/09/2009	1,76	30/09/2013	1,95
Razão entre a taxa de ocupação de negros e brancos	razão	26/09/2009	0,98	30/09/2013	0,98
Razão entre a taxa líquida de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos) entre negros e brancos	razão	26/09/2009	0,39	30/09/2013	0,46
Razão entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população negra e branca	razão	31/12/2000	0,87	-	-

**Plano
Mais Brasil**

Razão entre o rendimento médio de negros e brancos ocupados com 16 anos ou mais de idade	razão	26/09/2009	0,57	30/09/2013	0,57

Observações:

Número de municípios com organismos executivos de promoção da igualdade racial - A informação sobre o número de órgãos de Promoção da Igualdade Racial a partir de 2013 apresenta uma nova metodologia. Nesta, são considerados somente aqueles que possuem uma unidade administrativa voltada à Promoção da Igualdade Racial. Dá-se a nova definição a partir do Art. 12 do Decreto nº 8.136/2013 da Presidência da República.
Razão entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população negra e branca - Indicador ainda não atualizado pela fonte.

OBJETIVO: 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Neste objetivo se expressa o desafio de dar concretude, no âmbito das ações da Administração Pública, à natureza transversal e intersetorial da promoção da igualdade racial, imprimindo-a como objetivo presente no conjunto das políticas do Governo Federal. Para realizar esse desafio são fundamentais algumas estratégias:

- a institucionalização de estruturas e processos de gestão;
- o monitoramento e a avaliação das políticas de promoção da igualdade racial;
- a consolidação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR);
- e a qualificação da interlocução entre a SEPPIR e outros Ministérios e órgãos governamentais no intuito de avançar na perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais.

O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR, instituído em cumprimento ao estabelecido no Estatuto da Igualdade Racial com vista à descentralização das políticas de PIR de forma articulada entre as esferas de governo, foi regulamentado pelo Decreto nº 8.136, de 05 de novembro de 2013 e pela Portaria SEPPIR/PR nº 08, de 11 de fevereiro de 2014.

Para aderir ao SINAPIR, estados, Distrito Federal e municípios deverão assegurar o funcionamento de órgãos de promoção da igualdade racial e instituir e apoiar os conselhos com a mesma finalidade. A participação no Sistema, por sua vez, exigirá que os entes federados: participem do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), que será a principal instância de pactuação da política de promoção da igualdade racial; elaborem e executem planos de promoção da igualdade racial; realizem conferências e executem a política pactuada.

A SEPPIR já recebeu 36 solicitações para participação no SINAPIR. Destas, doze adesões já foram deferidas e publicadas no Diário Oficial: cinco na modalidade Gestão Básica – Caxias do Sul-RS, Araçatuba-SP, Nova Lima-MG, Botucatu-SP e Estado do Rio Grande do Sul; cinco na modalidade Gestão Intermediária – Rio Branco-AC, Itajaí-SC, Porto Alegre-RS, Belo Horizonte-MG e Estado do Espírito Santo; e duas na modalidade Gestão Plena – Guarulhos-SP e Estado da Bahia. Ainda estão em processo de diligenciamento 24 solicitações de adesão.

Em resposta à Chamada Pública nº 01/2014, os entes subnacionais encaminharam 80 propostas para a estruturação ou fortalecimento de órgãos, conselhos, fóruns e ouvidorias de promoção da igualdade racial, das quais 34 foram habilitadas. O atendimento das diligências para o aperfeiçoamento das propostas e a regularidade fiscal dos entes federados são condições necessárias à liberação dos recursos, a qual também obedece a ordem de classificação da Chamada Pública. A execução pela sociedade civil de projetos específicos de promoção da igualdade racial e de enfrentamento ao racismo financiados pelo poder público constituirá forma de participação no SINAPIR. O apoio a estas iniciativas será feito por meio de parcerias celebradas com entidades selecionadas mediante editais de chamamento público.

Cabe registrar, ainda, os esforços de implementação do Aviso Circular Conjunto nº 01 Gab-Civil/PR/MP/SEPPIR, de 28 de dezembro de 2012, que determina "a inclusão dos campos cor ou raça (...) e seu preenchimento obrigatório em



todos os registros administrativos, cadastros, formulários e bases de dados que contenham informações pessoais, inclusive do público externo", o que permitirá a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais. Nesse tocante, destaca-se a inclusão do quesito raça/cor no SISTEC (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica), sistema responsável pelas matrículas do PRONATEC e a qualificação do preenchimento e análise do quesito raça/cor em outros sistemas governamentais.

Em relação aos esforços de institucionalização de estruturas e processos de gestão, monitoramento e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial, cabe destacar a atuação junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em torno do próprio Plano Plurianual 2012-2015. A metodologia adotada na elaboração e acompanhamento dessa versão do PPA representa em si um avanço para fortalecer e dar visibilidade à questão étnico-racial como uma dimensão transversal nas políticas públicas. Da Agenda Transversal sobre Igualdade Racial no PPA 2012-2015, decorreram duas publicações apresentadas à sociedade civil na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em novembro de 2013: uma publicação de apresentação e outra com uma análise das Agendas Transversais.

Metas 2012-2015

• **Construir um sistema integrado de informações sobre as políticas governamentais numa perspectiva de igualdade racial e de gênero**

Análise Situacional da Meta

Foi lançado em novembro de 2013 o Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial (<http://monitoramento.seppir.gov.br/>), por ocasião da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. O Sistema constitui um marco notável no esforço pela visibilidade de amplos setores populacionais a que se destinam as políticas desenvolvidas pela SEPPIR, permitindo melhor noção das dimensões do público e do impacto dos problemas visados pelas ações, bem como do grau de atendimento às diversas demandas específicas.

O Sistema foi desenvolvido pela SEPPIR em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação Ford. A ferramenta, inicialmente, traz informações de diagnóstico e monitoramento de duas políticas estratégicas para a promoção da igualdade racial no Brasil, o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra – Juventude Viva, e o Programa Brasil Quilombola (PBQ).

A etapa que está no ar é composta por duas ferramentas de visualização: painéis de monitoramento (com informações específicas para cada eixo dos programas) e mapas de diagnóstico (com dados territoriais). O objetivo é auxiliar os gestores públicos a encontrar caminhos para a avaliação e o aperfeiçoamento da implementação das duas políticas estratégicas já citadas.

A criação do sistema representa um esforço para provocar a rede de atores governamentais e não-governamentais a avaliar e aperfeiçoar sua ação a partir de um olhar integrado, promovendo o acesso ágil e simultâneo de informações estratégicas, que normalmente só seriam acessadas por meio de diferentes fontes.

O sistema se configura também numa fonte de informações e dados fundamental para o esforço de sistematização de políticas e iniciativas diversas de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial, colaborando para a avaliação de metodologias e resultados dessas iniciativas, com vistas ao aperfeiçoamento e consolidação das políticas neste campo. Além de gestores das três esferas governamentais, o sistema é voltado também a pesquisadores, beneficiários do PBQ, do Plano Juventude Viva e sociedade em geral, constituindo-se em instrumento de transparência e prestação de contas. Caberá à SEPPIR agrupar e atualizar periodicamente os dados disponibilizados por órgãos que têm interface com as duas ações, como os Ministérios da Educação, Saúde, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Minas e Energia, Cidades, Trabalho e Emprego e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Cultural Palmares (FCP).

O sistema vai continuar sendo aperfeiçoado e os próximos passos envolvem a produção de painéis de informações por



município e a correlação e contraste dos resultados obtidos com as ações desenvolvidas pelo Governo Federal, permitindo que sejam criadas novas estratégias de atuação a partir da realidade visualizada. Com relação aos mapas, serão inseridos dados sobre equipamentos públicos destinados aos beneficiários das ações, em cada território já mapeado. Estão em desenvolvimento funcionalidades ou módulos específicos a fim de contemplar a perspectiva de gênero. Além do aplicativo lançado, cabe registrar os esforços de levantamento e sistematização de dados referentes às comunidades tradicionais de matriz africana e de comunidades ciganas.

Foram feitos também, nesse período, esforços no sentido de avançar na construção de indicadores de enfrentamento ao racismo, desafio incorporado à missão do planejamento estratégico no âmbito do governo federal desde 2012. Para isso, a SEPPIR estabeleceu diálogo com um Grupo de Trabalho sobre Indicadores de Racismo Institucional do Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras, que reúne sete organizações não-governamentais feministas e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). O projeto é apoiado pelo Fundo para a Igualdade de Gênero da ONU Mulheres. A SEPPIR deu apoio técnico e institucional ao projeto e assumiu o compromisso de divulgar junto a outros órgãos os produtos construídos. A SEPPIR apoiou a publicação do produto deste GT, que é um Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional e se envolveu na continuidade do trabalho do Grupo, para o aprimoramento dos indicadores formulados, tendo em vista as demandas da SEPPIR para monitoramento e avaliação de suas próprias ações e das ações desenvolvidas com outros Ministérios. Durante o ano de 2014, a SEPPIR incorporou a metodologia de identificação e abordagem do Racismo Institucional construída no âmbito desse projeto, utilizando-a em oficinas de capacitação de gestores e servidores públicos envolvidos na implementação do Plano Juventude Viva nos estados e municípios onde o Plano está em execução.

- **Produzir e difundir publicações e outros instrumentos de orientação que ofereçam suporte à formulação e monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, incluído perspectiva de gênero.**

Análise Situacional da Meta

A SEPPIR lançou em 2013 o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. O plano resulta do reconhecimento por parte do governo federal da necessidade de articular as iniciativas e os esforços dos diversos ministérios e órgãos para garantir direitos, efetivar a cidadania e combater o racismo e a discriminação que incidem sobre os povos e comunidades tradicionais de matriz africana no Brasil. Em cooperação com o UNICEF, produziu e lançou o Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial para Estados, Distrito Federal e Municípios, na ocasião da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III CONAPIR). A obra traduz a principal recomendação do Grupo de Trabalho do Estatuto da Igualdade Racial (GT-EIR), criado para analisar e propor caminhos para a efetivação da Lei 12.288, de 20 de julho de 2010, buscando traduzir preceitos em medidas efetivas, ações específicas e providências obrigatórias, além de, sugerir e dar abertura para que os gestores inovem e criem novas formas de promover a igualdade racial.

Anterior aos debates da III CONAPIR, foi elaborado o texto base com o tema Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: por um Brasil Afirmativo. Com este tema, a SEPPIR afirma que as estratégias de desenvolvimento para o país precisam levar em consideração aspectos históricos e culturais da desigualdade para elaborar, implementar e avaliar políticas sociais e econômicas capazes de atacar as desigualdades étnico-raciais, incluindo medidas de ações afirmativas.

Durante a III CONAPIR, a SEPPIR lançou a publicação A Participação das Mulheres Negras nos Espaços de Poder, que é um dos produtos da parceria entre esta instituição e o Programa Interagencial para a Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Sistema das Nações Unidas no Brasil. A publicação apresenta um quadro preliminar de assimetrias que marcam o processo que leva à ocupação dos espaços de poder. Com isto, a SEPPIR pretende contribuir para mostrar a magnitude da exclusão das mulheres, e das negras em particular, da política institucional.

A SEPPIR apoiou, também, em parceria com a Ação Educativa, UNICEF e MEC, a publicação “Indicadores de Qualidade da Educação – Relações Raciais na Escola”, integrante da coleção de materiais educativos “Educação e Relações Raciais”, colaborando com o conteúdo, o processo de elaboração até a publicação.

Como primeiro produto do Termo de Cooperação com o IBGE em outubro de 2013, foi lançado o “Mapa da



Distribuição Espacial da População, segundo a cor ou raça – Pretos e Pardos”. O produto mostra a distribuição percentual da população negra no país, com base no Censo Demográfico de 2010. A Cooperação entre os dois órgãos prevê o desenvolvimento de estudos sociodemográficos e análises espaciais, além da inclusão de informações sobre áreas quilombolas na base territorial do IBGE.

No âmbito da campanha ‘Igualdade Racial é pra Valer’, a SEPPIR, em parceria com o Senado Federal, realizou o Estudo “Violência contra a Juventude Negra no Brasil – Pesquisa de Opinião Pública Nacional”, cujos resultados foram divulgados em publicação homônima. A investigação buscou dimensionar o problema da violência contra a juventude no país, notadamente a juventude negra, na percepção dos entrevistados; dimensionar os prejuízos para o futuro e o desenvolvimento do Brasil; e verificar as principais causas identificadas pela população como responsáveis pelos altos índices de mortalidade entre a juventude no país, notadamente a juventude negra. A referida pesquisa foi fundamental na montagem dos argumentos do Plano Juventude Viva e da Campanha a ele associada.

Em Cooperação Técnica com o Senado Federal, foi lançada a reedição revisada da publicação “A Abolição no Parlamento – 65 Anos de Lutas”, em dois volumes, cujos exemplares foram enviados a bibliotecas, órgãos de promoção da igualdade racial, organizações do movimento social negro e Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Neabs). O plano de divulgação incluiu ainda a realização de um concurso de frases nas redes sociais da SEPPIR, durante a semana do 13 de Maio - Dia da Abolição da Escravatura - visando fomentar o debate sobre o contexto parlamentar em que se deu o episódio histórico.

Além disso, foram produzidas outras publicações que devem servir como importante referência na implementação das políticas de PIR: o Guia Juventude Viva para os Municípios, Agenda Transversal da Igualdade Racial, Cartilha Orientadora sobre como Agir nos Casos de Racismo, e um informativo sobre o Plano Juventude Viva.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

15/08/2014

- **Realizar ações com órgãos da Administração Pública Federal e com estados e municípios visando à efetivação de políticas que têm como foco prioritário a população negra.**

Análise Situacional da Meta

Visando o fortalecimento dos organismos de promoção da igualdade racial nos estados e municípios, foram firmados dois convênios com capitais (Rio Branco e Goiânia) e com um estado (Mato Grosso do Sul), que têm como objeto o fortalecimento dos órgãos de promoção de igualdade racial e a formulação e consolidação de políticas neste campo. Além dos convênios assinados em 2013, cabe destacar o esforço de execução de convênios com o mesmo foco daqueles firmados no ano anterior. Entre 2012 e 2013, foram formalizados 19 convênios com estados e municípios.

Ainda em relação a ações com estados e municípios, cabe destacar o processo de mobilização para a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, no qual participaram cerca de 54 mil pessoas em mais de 500 municípios de todos os estados do Brasil. Ao todo, 25 estados e o Distrito Federal, tiveram êxito na realização de suas conferências, fase decisiva para o reforço das discussões entre a sociedade civil e o poder público sobre as políticas de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade para a democracia plena e o desenvolvimento com justiça social. A SEPPIR enviou representantes para 25 conferências estaduais e à Conferência do Distrito Federal. O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), que conta em sua composição, de forma paritária, com representantes da sociedade civil e do poder público, esteve presente na mesa de abertura das conferências em 21 estados e no DF. O texto-base “Subsídios para o Debate – III CONAPIR”, assim como o kit de comunicação da Conferência (cartaz, adesivo, Estatuto da Igualdade Racial, livreto 10 anos SEPPIR), foi distribuído para todas as unidades da federação.



Além das Conferências Estaduais e Municipais, um ciclo de seminários temáticos relacionado aos 10 Anos da SEPPIR compôs o processo de mobilização da III CONAPIR. Realizados em seis capitais – Brasília, Recife, São Paulo, Salvador, Belém e Porto Alegre – os seminários trataram de temas como juventude, mulheres negras, emprego e capacitação técnica, representação política e territórios tradicionais, tendo como perspectiva o combate ao racismo e à promoção da igualdade racial. No total, cerca de 2.740 pessoas participaram dos seminários.

OBJETIVO: 0773 - Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

É fundamental destacar que o Estatuto da Igualdade Racial – Lei nº 12.288/2010 – prevê em seu artigo 4º, inciso VII, a instituição de programas de ação afirmativa em diversos setores. O Estatuto define que “os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do país.”

A execução de um Programa Nacional de Ações Afirmativas vem se concretizando por meio de uma série de ações significativas implementadas em vários ministérios com o apoio da SEPPIR. Assim, podemos citar a Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior e Institutos Federais – Lei nº 12.711/2012, e a Lei de Cotas no serviço público – Lei nº 12.990/2014. No mesmo sentido, foram realizados os editais do Ministério da Cultura voltados a artistas e produtores negros, o programa Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia do Instituto Rio Branco, além de uma série de ações no âmbito da Administração Pública Indireta, como Petrobras, onde a SEPPIR indicou especialistas negros de diferentes áreas para compor as comissões de seleção de projetos dos editais lançados em 2012/2013. A SEPPIR vem atuando, em conjunto com o MEC, na continuidade da implementação da Lei 12.711/2012. Em agosto de 2013, o MEC publicou duas portarias, uma instituindo a comissão de acompanhamento da Lei, composta por representantes do MEC, da SEPPIR e da FUNAI e outra criando a comissão consultiva da sociedade civil sobre a política de reserva de vagas nas Instituições Federais de Educação Superior, também para contribuir com a implementação da Lei nº 12.711, e elaborar propostas de ações que promovam a concretização efetiva da reserva de vagas junto às instituições federais de educação superior.

O MEC também executa o Programa de Bolsa Permanência, destinado à concessão de auxílio financeiro pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício. O Programa tem como objetivos: I - viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; II - reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e III - promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico. O valor mensal da bolsa é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para estudantes em geral e de R\$ 900,00 (novecentos reais) para alunos indígenas e quilombolas. Até novembro de 2014, foram distribuídas 12.450 bolsas, sendo 2.539 para indígenas e 642 para quilombolas.

Outra iniciativa do MEC é o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, que contempla estudantes negros, indígenas, com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, beneficiários de programas de ações afirmativas - Lei de Cotas, ProUni e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Visa oferecer experiências educacionais internacionais, nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, formação de professores, combate ao racismo e promoção da igualdade racial. O primeiro edital, em andamento, no valor total de R\$ 2.800.000,00, vai financiar, em 2015, até 50 Projetos Conjuntos de Pesquisa entre Instituições Brasileiras e Estrangeiras, nas modalidades de graduação e de doutorado sanduíche.

A SEPPIR participa do Programa de Extensão do MEC (PROEXT), através da Linha Promoção da Igualdade Racial, destinada a potencializar e ampliar no âmbito da extensão universitária, ações de combate ao racismo e promoção da



igualdade racial. Em 2014 foram executadas 16 propostas, e foram selecionadas as que serão desenvolvidas em 2015, em um total de 17 intervenções de extensão.

No que se refere à implementação de cotas no serviço público, a Lei nº 12.990 destina 20% das vagas para negros nos concursos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Federal. Esta Lei é considerada um dos principais avanços de ações afirmativas para a promoção da igualdade racial, pois vai impactar diretamente no acesso da população negra a postos mais valorizados no mercado de trabalho, portanto, ampliando o acesso a renda e proporcionará maior diversidade à composição dos quadros do serviço público, o que com certeza favorecerá a formulação e a implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego foi constituído um Grupo de Trabalho para elaborar diretrizes e parâmetros para políticas, programas e ações voltadas para a inclusão da população negra no mercado de trabalho, com vistas a cumprir o estabelecido no Capítulo V – Do Trabalho da Lei nº 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial. O Grupo deve apresentar o documento final em fevereiro de 2015.

Outro Programa de Ação Afirmativa é o Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia, do Instituto Rio Branco, que foi instituído com a finalidade de proporcionar maior igualdade de oportunidades de acesso à carreira de diplomata e de acentuar a diversidade étnica nos quadros do Itamaraty. O programa é uma iniciativa que tem contribuído para incorporar jovens negros na carreira diplomática. Dos 354 bolsistas beneficiados ao longo do programa, 20 foram aprovados no CACD, o que corresponde a 5,64% de aproveitamento. Esta taxa é considerada elevada em comparação aos percentuais de aprovação dos demais candidatos que, no mesmo período, não ultrapassou 1,6%. Entre 2011 e 2014, o Instituto Rio Branco estabeleceu também a aprovação de 10% a mais de candidatos na fase inicial do CACD, que corresponde ao chamado Teste de Pré-Seleção (TPS). Esses 10% a mais são compostos por candidatos auto-declarados pretos e pardos, que alcançaram pelo menos o índice mínimo de acertos na prova, que é de 40%.

Todas essas iniciativas caracterizam-se como avanços nas políticas de ações afirmativas, gerados com a colaboração da SEPPIR e a partir de sua incidência junto a outros órgãos do governo.

Metas 2012-2015

• Ampliar a proporção de negros/as em posições valorizadas no serviço público

Análise Situacional da Meta

A construção do Programa de Enfrentamento ao Racismo Institucional, no âmbito da cooperação entre SEPPIR e AECID, constitui uma importante iniciativa no sentido de diminuir as resistências institucionais impostas pelo racismo ao acesso de negros/as a posições valorizadas no serviço público. Este Programa está previsto inicialmente para ser adotado em cinco ministérios – MDS, MJ, MEC, MS e MPOG – até o primeiro semestre de 2015.

Um marco importante do ano de 2014 foi a implementação de cotas no serviço público. A Lei 12.990/2014 destina 20% das vagas para negros nos concursos públicos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Federal.

Na fase de elaboração do projeto que resultou na lei, levantamento sobre a participação da população negra na Administração Pública Federal, realizado pelo MPOG por meio do SIAPE, que reúne informações sobre os servidores públicos civis do Poder Executivo Federal, evidenciou as persistentes disparidades de acesso entre negros e brancos a cargos efetivos. Nesse universo, a representação de negros é de 31,0%, embora o segmento represente 50,74% da população. Ao observar as disparidades entre as carreiras, percebe-se que a segregação é ainda maior, pois carreiras como a da diplomacia têm menos de 5,0% de negros em seus quadros e, por outro lado, carreiras de nível auxiliar – que requerem baixa escolaridade – são ocupadas por 65,0% de pardos e pretos.

• Ampliar o número de organizações públicas e privadas que implementam ações afirmativas para a população negra.



Análise Situacional da Meta

A SEPPIR firmou um Protocolo de Intenções com a BR Distribuidora e a Petrobras para promover ações afirmativas e ações de enfrentamento ao racismo. Houve o lançamento de cartilhas de formação dirigidas às Unidades Móveis de Treinamento da BR (UMT), um Encontro de Capacitação dos Instrutores dessas UMT com lançamento de um Boletim Formativo e de vídeo abordando a igualdade racial. A BR Distribuidora adota um programa de cotas (50% para pretos e pardos) para a contratação de seus estagiários – no âmbito do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça – e com isso vem inserindo um número crescente de jovens negros em seus quadros. Para realizar essa ação, também foi incluído o campo “cor/raça” no formulário de inscrição do estágio, utilizando-se o método de autodeclaração, adotado pelo IBGE. Outra ação em parceria que se destaca é o acordo com os Correios, no âmbito do qual já foram realizadas diversas ações, tais como: produção e distribuição de selo alusivo aos heróis negros da Revolta dos Búzios, divulgação de peças da Campanha Igualdade Racial é Pra Valer em veículos de comunicação da empresa, afixação de cartazes da campanha em agências dos Correios em todo o Brasil, aplicação do selo alusivo ao Ano Internacional do Afrodescendente em uniformes de carteiros; criação do Fórum Direitos Humanos e Igualdade de Gênero e Raça dos Correios, inclusão de conteúdos em cursos realizados pela empresa, realização de exposição sobre a presença negra nos selos brasileiros. Para além disso, destaca-se ainda o edital de seleção de projetos culturais dos Correios 2014/2015, que reservou 10% das vagas para concorrentes autodeclarados pretos ou pardos. Foi assinado Protocolo que insere a Casa da Moeda do Brasil, empresa pública responsável pelo fornecimento de cédulas, moedas, outros meios de pagamento, selos postais e fiscais, no grupo de empresas do governo que se incorporaram a campanha 'Igualdade Racial é pra Valer'. A parceria tem como objetivo o fortalecimento de iniciativas de combate ao racismo, de promoção da igualdade racial e da efetivação de ações afirmativas na empresa. Pelo acordo, a Casa da Moeda se compromete com a mensuração de indicadores de igualdade racial e de gênero dos profissionais que compõem o quadro da empresa; com a proposição e aplicação de medidas de ação afirmativa com recorte racial e de gênero voltadas para o desenvolvimento profissional de seus quadros, assim como em programas de estágio; estimular ações de promoção da igualdade racial entre seus fornecedores de serviços e produtos; e fomentar na programação do Clube da Medalha do Brasil, honrarias comemorativas com mensagem alusiva ao tema. Outras ações prevêem a promoção da igualdade racial em sua atuação na área social junto a comunidades vulneráveis do seu entorno, incorporando ao Programa Atitude Cidadã, ou em outro que venha a ser instituído pela empresa, o financiamento de projetos esportivos e educativos de e para a população negra; integrar a dimensão da igualdade racial no conteúdo dos seus espaços culturais, destacando a contribuição de pessoas ou organizações negras na empresa.

Cabe lembrar que em 2013 foi assinado um Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), visando à implementação de ações que assegurem a adesão do MPMG à campanha “Igualdade racial é pra valer”. A parceria foca especialmente a implantação das Coordenadorias e dos Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial nos municípios mineiros com mais de 100 mil habitantes. Destinado ao fortalecimento das políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial em Minas, o termo inclui a interveniência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), responsável pela disponibilização de indicadores sociais e orçamentários resultantes de seus estudos.

Lançada pela SEPPIR no Ano Internacional dos Afrodescendentes – 2011, a campanha ‘Igualdade racial é pra valer’ convoca a sociedade a incorporar o movimento pelo fim do racismo no Brasil. As parcerias são estabelecidas com órgãos do governo, a iniciativa privada e a sociedade civil, visando ao fortalecimento da promoção da igualdade racial em diferentes segmentos. A iniciativa já conta com a adesão de governos estaduais e municipais, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; dos Ministérios da Saúde, Educação e Justiça, através da Polícia Federal; da Petrobras, da Empresa Brasileira de Correios, da Caixa Econômica Federal e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

• Estabelecer acordos para a inclusão da população negra no mercado de trabalho

Análise Situacional da Meta

Durante a III CONAPIR, foi assinado Protocolo de Intenções entre a SEPPIR e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para a implementação de ações voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo



negro. Busca principalmente colaborar com a formalização e o desenvolvimento de pequenos negócios, com consequente geração de emprego e renda no contexto das ações de prevenção e enfrentamento do racismo institucional e fortalecimento de políticas de promoção da igualdade racial. Serão beneficiadas diretamente pessoas e organizações da população negra que se enquadrem nas categorias de potenciais empresários, micro empreendedores individuais e micro ou pequenas empresas.

Nesse campo, também foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre SEPPIR e Caixa Crescer para desenvolver ações conjuntas para o apoio na divulgação e operacionalização de ações de fomento ao microcrédito orientado entre a população negra. A partir de 2015 serão desenvolvidas as identificação e orientação junto a empreendedores/as negros/as.

A SEPPIR participou ativamente da ampla agenda impulsionada pelo Comitê Executivo Interministerial (CEI) para a Agenda Nacional do Trabalho Decente, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Em particular, no ano de 2014, a intervenção se concentrou no âmbito do Subcomitê de Promoção do Trabalho Decente nos Grandes Eventos, tendo a participação da SEPPIR garantido inclusão do recorte de promoção da igualdade racial no documento levado às diversas oficinas, que aconteceram ao longo do ano nas cidades-sede – Cuiabá (MT), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Fortaleza (CE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Natal (RN) e Brasília (DF), bem como incentivou a participação de gestores(as) de PIR, e conselheiros(as) do CNPIR das respectivas cidades e estados. Além dessas ações, pode-se ainda destacar:

Realização do Fórum Nacional de Trabalho Decente para o Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, em julho de 2012, em parceria com mais de dez ministérios, secretarias e entidades. O Fórum tratou de igualdade racial no mundo do trabalho, empreendedorismo negro e ações afirmativas para mulheres negras e população quilombola, entre outros temas.

Elaboração da Agenda Nacional de Trabalho Decente, Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, cujo sumário executivo foi lançado pela SEPPIR em 2012. As prioridades da Agenda são: promover ações afirmativas para a igualdade de oportunidades e tratamento da população negra e quilombola no mercado formal de trabalho; fortalecer o empreendedorismo negro; estimular o acesso ao crédito e recursos produtivos; efetivar o cumprimento dos marcos legais de enfrentamento ao racismo e para a promoção da igualdade racial e fortalecer o diálogo social para a promoção da igualdade racial e de políticas transversais.

A SEPPIR e a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), da Presidência da República, firmaram um Acordo de Cooperação Técnica, que prevê a adoção de ações conjuntas e complementares visando à promoção do desenvolvimento do artesanato quilombola, em especial quanto à ampliação do acesso ao mercado para estes produtos. Nos termos do acordo, como responsabilidades da SMPE, estão previstos o apoio na realização de estudos e pesquisas sobre artesanato quilombola promovidos pela SEPPIR; a realização, por meio das Coordenações Estaduais do Artesanato, que atuam em parceria com o Programa do Artesanato Brasileiro – PAB, do cadastramento de artesãos quilombolas no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – SICAB; a promoção da emissão da Carteira Nacional do Artesão ou da Carteira Nacional do Trabalhador Manual. E ainda, a ampliação de oportunidades de comercialização do artesanato quilombola em feiras e eventos viabilizados pelo Programa do Artesanato Brasileiro; apoio à realização de atividades de capacitação de multiplicadores de conhecimento e artesãos quilombolas no âmbito dos cursos promovidos pelo Programa do Artesanato Brasileiro e; articulação e integração das Coordenações Estaduais do Artesanato, bem como de outras entidades vinculadas ao Programa do Artesanato Brasileiro. Já a SEPPIR se compromete a realizar estudos e pesquisas sobre artesanato quilombola; identificar e mobilizar artesãos quilombolas para a realização do cadastramento; identificar e mobilizar artesãos quilombolas para a participação em feiras e eventos; promover apoio institucional e realizar a coordenação dos artesãos quilombolas participantes dos espaços cedidos pelo Programa do Artesanato Brasileiro; apoiar a realização de atividades de capacitação de multiplicadores de conhecimento e artesãos no âmbito dos cursos realizados pelo PAB e; realizar a articulação e a integração de entidades do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, bem como outras entidades vinculadas às ações da SEPPIR, de forma a apoiar a realização das atividades decorrentes deste Acordo.



OBJETIVO: 0774 - Disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legais referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

A partir da atuação da SEPIR, o MEC publicou, em 2013, portaria que dispõe sobre a inclusão da educação para as relações étnico-raciais, do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo em todos os programas e ações do Ministério da Educação. De acordo com a portaria, os programas e ações do Ministério da Educação incluirão na formulação e na produção dos materiais didáticos e paradidáticos, bem como nas linhas de ação e eixos temáticos, a educação para as relações étnico-raciais, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo. A portaria estabelece ainda que o MEC instituirá a coleta do quesito raça/cor nos instrumentos de avaliação, coleta de dados do censo escolar, bem como em suas ações e programas quando couber.

Para garantir a efetivação dos marcos legais no enfrentamento do racismo, a SEPIR instituiu um Grupo de Trabalho com a função de elaborar propostas ao Projeto de Reforma do Código Penal, no âmbito das tutelas raciais, as quais foram incorporadas no Relatório parcial do relator do Projeto de Lei.

No intuito de garantir a efetividade do Estatuto, foi lançado o Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial para Estados, Distrito Federal e Municípios, na ocasião da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III Conapir). A publicação é direcionada a técnicos, gestores e ativistas de todo o país e busca traduzir preceitos em medidas efetivas e ações específicas, descreve providências obrigatórias, mas também sugere e dá abertura para que os gestores inovem e criem novas formas de promover a igualdade racial.

Em 2013, a SEPIR distribuiu 100 mil exemplares do Estatuto da Igualdade Racial, além de diversas outras publicações sobre a questão racial e com conteúdo antirracista, a saber: Cartilha do Programa Brasil Quilombola (2 mil); Guia do Plano Juventude Viva (2 mil); Racismo como Determinante Social da Saúde (2 mil); Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2 mil); Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas (2 mil); Decisão do STF sobre a Constitucionalidade das Cotas Raciais no Ensino Superior (500 exemplares); O Plano Juventude Viva no seu Município (5 mil); Brasil Cigano – Guia de Políticas Públicas para Ciganos (2 mil); A Participação de Mulheres Negras nos Espaços de Poder (2 mil); Subsídios para o Debate III Conapir (2 mil exemplares); Violência contra a Juventude Negra no Brasil: Pesquisa de Opinião Pública Nacional (2 mil); SEPIR 10 – Uma Década de Igualdade Racial - 2003-2013 (10 mil); Agenda Transversal da Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais (2 mil); Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial para Estados, Distrito Federal e Municípios (2 mil); Resumo Executivo do Subcomitê de Promoção da Igualdade Racial no Âmbito do Comitê Executivo da Agenda Nacional do Trabalho Decento (2 mil); Racismo é Crime – Denuncie (2 mil).

Metas 2012-2015

- **Ampliar a capacidade de acolhimento, apuração e resposta a denúncias dando maior efetividade às ações do Estado nos casos de racismo no âmbito das instituições públicas**

Análise Situacional da Meta

O papel institucional da Ouvidoria é ouvir o cidadão, receber, registrar, encaminhar e acompanhar denúncias de discriminação e racismo, mediar conflitos, além de acompanhar a implementação de medidas para a promoção da igualdade racial. Neste sentido, foram registrados nos anos de 2011 a 2014 um total de 2.066 demandas sendo: 656 em 2011, 418 em 2012, 425 no ano de 2013 e 567 em 2014.

Os atendimentos feitos pela Ouvidoria Nacional estão divididos em quatro módulos temáticos: Juventude Negra, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Comunidades Quilombolas e Povos de Cultura Cigana e População Negra.



Diante dos atos racistas e discriminatórios destaca-se um dos casos emblemáticos: a contratação de médicos estrangeiros para o Programa Mais Médicos, no qual Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial e o Departamento de Ouvidoria Geral do Sistema Único de Saúde (Doges) firmaram uma parceria no intuito de sensibilizar os Ouvidores e Ouvidoras do Sistema Único de Saúde em saber quais procedimentos a serem adotados quando acontecerem caso de racismo e discriminação nos atendimentos e unidades de saúde dos Estados e Municípios.

A Ouvidoria também é responsável para operacionalizar o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão no envio das demandas às áreas competentes da SEPPIR, ao qual consiste no instrumento de grande importância para gestão democrática e efetivo controle e monitoramento social das ações governamentais.

• **Criar rede de atenção integral às vítimas do racismo e da discriminação racial, articulando esforços de diferentes instituições públicas**

Análise Situacional da Meta

A SEPPIR possui o número de utilidade pública 138 disponibilizado pela ANATEL, que deverá ser operacionalizado para a implementação do Disque Igualdade Racial. O serviço prevê a gestão de 04 (quatro) módulos temáticos assim definidos: Juventude Negra, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Comunidades Quilombolas e Povos de Cultura Cigana e População Negra.

Frise-se que o Disque Igualdade Racial, embora constituído por módulos temáticos, é um serviço único, cujo objetivo central é o acolhimento de manifestações de racismo e discriminação racial como um todo. Nesse sentido, é com a implementação do Disque Igualdade Racial que se efetivará a rede integral de atendimento à vítima de racismo e discriminação racial.

Para colocar o Disque “138” em operação é necessário realizar duas contratações: a) o “contact center” para ter o serviço de teleatendimento; 2) e o “feixe” para disponibilizar as linhas para ligação e recebimento de chamadas. O processo de licitação da empresa responsável pelo “contact center” já foi realizado e aguarda assinatura do contrato. O processo de licitação do “feixe” está em andamento. Assim que esta licitação for concluída, os dois contratos serão assinados no mesmo período e o serviço será implantado. A expectativa é de que o “Disque 138” entre em funcionamento no segundo semestre de 2015.

A Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, ainda, faz parte da Secretaria Executiva do Fórum de Ouvidores de Participação Social do Governo Federal, que tem por objetivo organizar uma rede e proporcionar o atendimento integral às demandas do cidadão e da cidadã.

• **Produzir e difundir instrumentos de orientação para implementação dos marcos legais.**

Análise Situacional da Meta

Há entre a SEPPIR e o MEC um diálogo no sentido de disponibilizar o material didático dos cursos Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e Gestão de Política Pública em Gênero e Raça (GPPGeR) para os parceiros da campanha “Igualdade Racial é pra Valer”, num esforço para avançar na implementação da Lei 10.639/2003. Os acordos de cooperação instituídos no âmbito da campanha trazem em seus objetos a divulgação e atendimento de demandas do Estatuto da Igualdade Racial. O primeiro diálogo para implementação dessa proposta está em andamento com os Correios, que já assumiram o compromisso de incluir o GPPGeR na grade da sua Universidade corporativa.

Foi lançado durante a III CONAPIR o Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial, em cooperação com o UNICEF e com o patrocínio da Petrobras. É uma importante ferramenta para União, estados, Distrito Federal e municípios para a garantia da efetividade na implementação do Estatuto e, por consequência, na promoção da igualdade étnico-racial.

OBJETIVO: 0776 - Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade etnicorracial em instituições públicas e privadas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



Análise Situacional do Objetivo

Encontra-se em elaboração e pactuação um Programa de Enfrentamento ao Racismo Institucional. Este será, inicialmente implementado em cinco ministérios, considerados estratégicos para as políticas de promoção da igualdade racial: MDS, MJ, MEC, MS e MP. No primeiro semestre de 2015, a SEPPIR iniciará as pactuações para a incorporação do Programa naqueles órgãos. Além da implementação desse Programa nos cinco Ministérios mencionados, a consultoria realizou um processo de capacitação dos servidores da SEPPIR em relação ao tema da Identificação e Abordagem do Racismo Institucional, tendo sido capacitados cerca de 70 servidores.

No tocante ao enfrentamento ao racismo, a SEPPIR está realizando oficinas de identificação e abordagem ao racismo institucional com os ministérios integrantes do Comitê Gestor do Plano Juventude Viva e com gestores estaduais e municipais dos Estados onde está sendo implementado o Plano. Já foram capacitados servidores e gestores no Estado de Alagoas e também foram capacitados servidores e gestores da Bahia, do Distrito Federal, do Espírito Santo e da Paraíba. Também em Alagoas foi realizado um curso em relações étnico-raciais para operadores do direito com a participação do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil e Delegados de Polícia, que possibilitou a discussão sobre temas centrais no enfrentamento à violência contra juventude negra no cotidiano das atividades daqueles profissionais.

Junto ao Ministério da Justiça, a SEPPIR colaborou na formulação e acompanhamento da revisão e publicação dos novos Procedimentos Operacionais Padrão de Abordagem Policial (POP) e na atualização da matriz curricular para as Academias de Polícia. Estas ações são fundamentais para aprimorar a abordagem da temática racial junto a este segmento. Ainda com o MJ, a SEPPIR firmou um Protocolo de Intenções para a redução de barreiras de acesso à justiça para a juventude negra em situação de violência com o objetivo de colaborar na elaboração e ajuste de políticas públicas e respectivas medidas administrativas, com vistas a assegurar o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial da juventude negra brasileira nos campos da segurança pública e dos serviços prestados pelas instituições do sistema de justiça. Também são signatários desse Protocolo a Secretaria Geral da Presidência, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a SEPPIR vem discutindo a inclusão de conteúdos raciais e a busca ativa de jovens negros no âmbito do PRONATEC/Brasil Sem Miséria.

Nas ações de acompanhamento e articulação, a SEPPIR está acompanhando as atividades do GT Juventude Negra no CONJUVE e a Comissão de Juventude do CNPIR.

Especificamente em relação a articulações junto ao Ministério da Saúde, cabe destacar um amplo conjunto de ações de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse tocante, a SEPPIR deu continuidade à incidência para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), através das seguintes ações:

Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde (CTSPN/MS) – incidência junto ao MS para a retomada das reuniões periódicas do comitê e apoio para a sua participação na elaboração do PPA 2012-2015, na Conferência Mundial de Determinantes Sociais de Saúde e na 14ª Conferência Nacional de Saúde e na construção do II Plano Operativo da PNSIPN.

Pesquisa sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - com cerca de 400 secretários(as) municipais de saúde de todo o Brasil, reunidos no XXVII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), em julho de 2011. Foi verificado quais ações eram realizadas, constatando-se o baixo grau de conhecimento acerca da PNSIPN. Os resultados foram utilizados para qualificar o diálogo da SEPPIR/PR junto ao MS.

Conferência Mundial de Determinantes Sociais em Saúde – atuação no Grupo de Trabalho Interministerial de preparação e coordenação da Conferência, realizada pelo MS e a Fiocruz, em 2011, com a participação de cerca de 100 países. A prioridade da SEPPIR/PR foi a de assegurar o debate com base em publicação que lançou na ocasião: Racismo como Determinante Social em Saúde.

Fórum Enfrentando o Racismo Institucional para Promover Saúde Integral da População Negra no SUS - encontro



realizado, em 2012, pela SEPP/PR, MS e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS).

Protocolo de Intenções entre MS e SEPP/PR, no âmbito da campanha Igualdade Racial é pra Valer. Entre as ações realizadas pelo MS em 2014, destacam-se:

- Criação do Grupo de Trabalho Racismo e Saúde Mental, visando propor aos profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) práticas do cuidado que reconheçam o racismo como causador de sofrimento psíquico.
- Edição temática da revista PAINEL de Indicadores, tratando do perfil epidemiológico da população negra, com um foco na juventude e na mulher.
- Curso Saúde da População Negra, módulo educativo auto-instrucional online, de 45 horas, dirigido para os profissionais de saúde da Atenção Básica, em especial.
- Campanha «Racismo faz mal à saúde» para enfrentamento ao racismo institucional no SUS e garantia de atendimento humanizado e igualitário à população negra.

Apoio à atuação de Pesquisadores:

I Encontro de Pesquisadoras e Pesquisadores em Saúde da População Negra no âmbito do VII Congresso de Pesquisadoras e Pesquisadores Negros (COPENE - 2012); e Reunião Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Saúde da População Negra. Desses eventos resultaram propostas de atualização da Agenda Nacional de Prioridades em Pesquisa do MS e o edital de pesquisa Saúde da População Negra no Brasil - Nº. 21/2014, CNPQ/MS/SCTIE/DECIT/SGEP, que tem como objetivos: a) potencializar pesquisas na área para a promoção de equidade racial em saúde com atenção em incidência, prevalência e agravos à saúde da população negra, visando melhorar o Sistema Único de Saúde para o acesso e atendimento da população negra; b) subsidiar a consolidação de informações atualizadas para o melhor diagnóstico da situação de saúde da população negra como ferramenta institucional de planejamento de ações em saúde. As pesquisas aprovadas deverão se iniciar no primeiro semestre de 2015.

Pactuação para criação de uma instância de gestão da PNSIPN:

A SEPP/PR apresentou ao MS um documento formal propondo a criação da instância. O MS assumiu o compromisso de efetivar a criação de uma coordenação para este fim, que foi reforçado pela Presidenta Dilma Rousseff em seu discurso na abertura da III CONAPIR. Nesse momento, esse processo está sob a apreciação do Ministério do Planejamento, de acordo com informações do Ministério da Saúde.

Cooperação com o Fundo de População das Nações Unidas: foi estabelecido e está em execução um acordo com o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), que contempla as seguintes ações:

Acompanhamento da criação, implementação e funcionamento da Instância de gestão da PNSIPN e enfrentamento ao racismo no SUS;

Colaboração na formulação e implementação de um Programa de Enfrentamento ao Racismo Institucional no âmbito do MS;

Realização de um mapeamento nacional de pesquisadores(as) em Saúde da População Negra e colaboração para a consolidação de uma rede desses pesquisadores;

Realização de um mapeamento sobre o estágio de implantação da PNSIPN e de um mapeamento de Gestores de Saúde da População Negra nos 26 estados e o Distrito Federal (DF) e apoio à articulação entre esses Gestores para o fortalecimento de sua atuação;

Pesquisa e análise do Programa Rede Cegonha e de seus resultados a partir da perspectiva da saúde das mulheres negras com construção de indicadores e estratégias de monitoramento para o programa.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o número de organizações públicas e privadas que adotam medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional**

Análise Situacional da Meta

A SEPP/PR estabeleceu um Termo de Execução Descentralizada com a Universidade de Brasília, para realização do Projeto “Pesquisa Aplicada em Alternativas Penais, novas práticas de sistema de justiça criminal e sua interface com o



uso de Drogas, com perspectiva calcada no enfrentamento ao racismo”, cujos objetivos são: desenvolver a abordagem do racismo institucional a partir de uma clínica jurídica na Faculdade de Direito da UnB, para o acompanhamento de casos reais de pessoas envolvidas em ocorrências ou processos criminais, fornecendo parâmetros para a pesquisa aplicada e instrumentos para a construção de uma política pública de alternativas penais e novas práticas no sistema de justiça que sejam capazes de dar respostas para o enfrentamento de conflitos de natureza penal; propiciar o suporte a vítimas e o monitoramento de réus de processos criminais; bem como promover intervenções que possibilitem o engajamento de pessoas com dependência química ou transtornos mentais nessas formas alternativas de solução de conflito.

Ainda nesse campo, a SEPPIR possui um acordo de cooperação com a Caixa Econômica Federal, cujo objetivo é realizar o levantamento de beneficiários por cor, raça e gênero do Programa Minha Casa, Minha Vida, FIES e PROUNI, visando à implementação de ações afirmativas.

A SEPPIR também possui acordo com a Defensoria Pública da União visando “a implementação de ações conjuntas que assegurem a adesão do DPU à campanha “Igualdade Racial é pra Valer”.

Da mesma forma, seguem em vigência em 2014 os acordos de cooperação com o Ministério da Saúde, Senado Federal e Biblioteca Nacional, os quais buscam comprometer esses parceiros a adotarem medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional.

Além disso, a SEPPIR tem realizado oficinas de identificação e abordagem do racismo institucional no âmbito do Plano Juventude Viva, com gestores e servidores de governos estaduais e municipais de territórios atendidos pelo Plano.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

- **Assegurar a inclusão de conteúdos sobre a temática racial em programas e ações de sensibilização e capacitação de servidores(as) para identificação, abordagem e enfrentamento ao racismo institucional.**

Análise Situacional da Meta

O Plano Juventude Viva contempla a capacitação de gestores locais por meio de oficinas de identificação e abordagem do racismo institucional e condição juvenil. Foram realizadas, através de cooperação com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), 43 oficinas para 850 servidores dos governos do Distrito Federal, Alagoas, Bahia, Paraíba e Espírito Santo. O Plano também contempla uma série de ações de capacitação em enfrentamento ao racismo institucional e ações afirmativas voltadas para os operadores do direito e profissionais de segurança pública, entre as quais foi realizado um curso também no Estado de Alagoas, além de apoio as iniciativas de formação desenvolvidas pelos estados integrantes da estratégia do Plano Juventude Viva.

A SEPPIR tem dado continuidade a sua atuação junto ao Ministério da Justiça, colaborando com a elaboração de editais, seleção de projetos e avaliação de produtos de pesquisas sobre racismo institucional na atuação das instituições de segurança. Em 2014 foram lançadas duas pesquisas sobre filtragem racial e abordagem policial, apoiadas pelo Edital do projeto Pensando em Segurança Pública em parceria a Universidade de Brasília e com a Universidade Federal de São Carlos.

Em 2013, foram realizadas três oficinas de identificação e abordagem do racismo institucional, com cerca de 70 servidores da SEPPIR. Esta capacitação serviu tanto para abordar essa questão internamente à instituição, como para preparar esses servidores para atuarem junto a outros órgãos.

OBJETIVO: 0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.



Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, a SEPPIR continuou atuando na perspectiva de fortalecer o debate sobre a questão racial nos meios de comunicação, a partir da inserção de pautas relacionadas ao tema. Isso incluiu um esforço no sentido da consolidação da imagem da SEPPIR como fonte oficial obrigatória e confiável para os meios de comunicação nas pautas que tratam da questão racial, bem como no fortalecimento dos canais virtuais de comunicação do órgão, por excelência as redes sociais que, atualmente, contabilizam mais de 21 mil seguidores.

No intuito de Fortalecer organizações da mídia negra, foi realizada reunião com representações do segmento de vários Estados, visando à definição de uma agenda. Deliberou-se: a) pela realização de um seminário sobre a importância da mídia responsável pela produção e veiculação de conteúdo antirracista, e sobre a necessidade de garantia de patrocínio para a sua sustentabilidade; b) pelo lançamento de um Edital/Chamada Pública direcionada ao fortalecimento da mídia negra; c) pelo estabelecimento de parcerias com universidades e/ou instituições públicas, visando à instrumentalização da mídia negra; d) pelo apoio à realização do 1º Encontro Nacional dos Jornalistas pela Igualdade Racial (1º Enjira), promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas - Fenaj, de 2 a 5 de abril de 2014, em Maceió-AL, no âmbito do 36º Congresso Nacional de Jornalistas.

Ainda objetivando o fortalecimento das mídias negras, foi realizado em 29 e 30 de maio de 2014, em Brasília, o Seminário Diálogos: Democracia e Comunicação sem Racismo, por um Brasil Afirmativo. O evento contou com a participação de cerca de cem profissionais da comunicação social de diversas áreas, entre jovens atuantes nas mídias digitais, profissionais ligados a entidades de classe (COJIRAS), acadêmicos e representantes do governo federal envolvidos com a comunicação. O objetivo do seminário foi debater o quadro atual da Comunicação Social no Brasil, no que diz respeito à diversidade e ao combate ao racismo e discutir medidas que contribuam para que o país alcance uma comunicação mais plural e democrática, por meio do fortalecimento das mídias negras.

Metas 2012-2015

- **Adotar medidas que garantam a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública Federal e estimular ações semelhantes no setor privado**

Análise Situacional da Meta

Desde 2012, a SEPPIR tem tido participação assídua no Comitê de Patrocínio do Departamento de Patrocínio da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM/PR. Seu papel nessa instância consiste em colaborar para que o patrocínio das empresas estatais e sociedades de economia mista tenham grande impacto nas ações de cidadania e inclusão social, sobretudo no que se refere à superação da desigualdade racial e à valorização da cultura e dos produtores culturais negros e negras. Nos projetos apresentados, a SEPPIR chama a atenção para a necessidade de observação da questão da diversidade de cor/raça como forma de democratizar o acesso à cultura, mais amplamente, e contribuir para a reversão da imagem negativa do negro na sociedade, dado que a cultura é um meio estratégico de interferência no imaginário e na representação simbólica.

Em relação à adoção de medidas para garantir a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública Federal e ao estímulo a ações semelhantes no setor privado, a SEPPIR apresentou uma pauta de ações conjuntas para a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM/PR) que resultou na inclusão da dimensão da diversidade étnico-racial no Prêmio de Publicidade realizado anualmente por aquela secretaria. Também faz parte da pauta a realização de seminários voltados para os assessores de comunicação do Governo Federal e para as empresas de publicidade licitadas pelo governo federal, dentro do ciclo de palestras da secretaria, com a temática de gênero e raça.

- **Colaborar para o fortalecimento institucional de organizações negras e sua participação em instâncias de controle social de políticas públicas.**

Análise Situacional da Meta



Foi lançado entre a SEPPIR e a SPM, em dezembro de 2013, um edital para apoio a projetos de organizações de mulheres negras, denominado Prêmio Lélia Gonzalez – Protagonismo de Organizações de Mulheres Negras. O edital premiou 13 organizações de mulheres negras de diferentes estados do Brasil, sendo 3 projetos na modalidade nacional, 6 na estadual e 4 na municipal. Em maio de 2014 foi realizado o Seminário ‘O Feminismo Negro e o Pensamento de Lélia Gonzalez’, no qual houve cerimônia de premiação das 13 organizações contempladas no Prêmio Lélia Gonzalez. Essa iniciativa se situa no âmbito das Ações Integradas para as Mulheres Negras, iniciadas pela SEPPIR em 2012. As propostas premiadas estão voltadas para: empoderamento da organização; enfrentamento ao racismo e ao sexismo institucional; e cultura e comunicação para a igualdade, podendo contemplar atividades tais como: veiculação de conteúdo midiático; campanhas; eventos (cursos, seminários, oficinas, encontros ou similares); produção de publicações, registro e memória. Em 2011, a SEPPIR viabilizou a produção e distribuição das publicações: “Negros e Negras Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros: construindo políticas públicas para avançar na igualdade de direitos”, voltada para ativistas negros do segmento LGBT e que foi distribuída na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT; e “Perspectivas Negras: construindo políticas públicas na intersecção entre Juventude e Promoção da Igualdade Racial”, que buscou colaborar com a atuação da juventude negra na 2ª Conferência Nacional de Juventude.

- **Realizar e apoiar ações e/ou medidas para a valorização da pessoa negra e para o enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras.**

Análise Situacional da Meta

A SEPPIR participou de processos de seleção de projetos em diferentes editais de cultura e arte realizados por Petrobras, MinC e Correios. A participação da equipe da SEPPIR e de especialistas indicados tem como objetivo favorecer uma avaliação mais justa e igualitária para grupos e profissionais negros que concorrem a esses financiamentos.

A SEPPIR possui um Protocolo de Intenções com a Petrobras, que contempla ações de patrocínio à arte e cultura, com ações afirmativas para aqueles projetos que promovam ou valorizem a cultura e as artes negras, em especial aqueles realizados por artistas ou coletivos negros. Os editais mais recentes da Petrobras – Social, Ambiental e Cultural – incluíram em suas comissões de seleção especialistas negros indicados pela SEPPIR.

A SEPPIR avançou em sua participação no projeto A Cor da Cultura que, atendendo à Lei 10.639/2003, visa à valorização da contribuição da comunidade negra para a formação social brasileira, traduzindo tal conteúdo em materiais didáticos e práticas pedagógicas disponíveis para a rede escolar. Em sua Fase III, o projeto concluiu em 2014 a formação de 2.052 educadores de cinco estados: Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, e Pará. Visando selecionar projetos de organizações privadas sem fins lucrativos voltados para a realização de ações de comunicação comunitária direcionadas ao enfrentamento da violência contra a juventude negra, a Seppir lançou a Chamada Pública nº 003/2013 em setembro de 2013. Os principais objetivos da Chamada foram: apoiar a produção e disseminação de peças informativas relacionadas ao tema; promover o protagonismo de organizações que trabalhem com a temática racial, especialmente organizações de juventude negra, na produção de informação relacionada ao objeto do edital. Foram aprovados dois projetos que tem como objetivos: a) Produção e reprodução de jornal informativo quinzenal, que será distribuído gratuitamente, principalmente na região sul de São Paulo, a fim de disseminar as ações realizadas nas comunidades por vários coletivos como enfrentamento da violência, bem como as ações do Programa Juventude Viva e; b) produzir programa semanal de Rádio Web na Rádio Juventude (www.radiojuventude.com.br) para divulgação de debates, entrevistas e dados do Programa Juventude Viva, entrevistas de representantes de entidades da sociedade civil que abordam as questões raciais com foco na juventude, pesquisadores e acadêmicos das questões raciais além de representantes dos governos municipais e estaduais de juventude.

A SEPPIR participou da elaboração e da comissão de seleção do Edital da Chamada Pública nº 01/2013 da Fundação Cultural Palmares, que teve como objetivo selecionar Instituições interessadas em capacitar jovens negros e negras para atuar no mercado cultural formando os Núcleos de Formação de Agentes de Cultura da Juventude Negra – NUFAC.



OBJETIVO: 0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Em resposta ao desafio de reduzir os altos índices de homicídios contra a juventude negra, o Governo Federal lançou, em setembro de 2012, o Plano Juventude Viva, em quatro municípios de Alagoas. Sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Plano Juventude Viva é fruto de uma intensa articulação interministerial para enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil.

Construído por meio de um processo participativo, tendo sua elaboração iniciada em 2011, no âmbito do Fórum Direitos e Cidadania da Presidência, o Plano reúne ações de prevenção que visam a reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica.

O Plano Juventude Viva foi iniciado em Alagoas, o estado que em 2012 ocupava a primeira posição em taxas de homicídios e em taxas de homicídios contra negros no Brasil, sendo expandido no ano seguinte para mais 6 unidades da federação.

O Plano Juventude Viva tornou visível a questão alarmante da violência contra jovens negros e aproximou gestores públicos para atuação em territórios profundamente vulneráveis. Com isso, é possível reconhecer o jovem negro, enquanto sujeito de direitos, na centralidade das políticas públicas desenvolvidas e também trabalhar para que estes sujeitos, historicamente negligenciados pelas ações do Estado, tenham seus direitos garantidos.

Além do Plano Juventude Viva, o acompanhamento e a incidência junto ao Programa Rede Cegonha tem sido o foco de atuação da SEPPIR para a reversão das altas taxas de morbidade e mortalidade materna entre as mulheres negras.

Metas 2012-2015

• Reduzir a morbidade/mortalidade materna entre as mulheres negras

Análise Situacional da Meta

As ações permanentes relacionadas à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e o Acompanhamento do Programa Rede Cegonha atendem à meta supracitada, incluindo a participação nos seus mecanismos de acompanhamento (Comitê Técnico, Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra do CNS, Comitê de Monitoramento do Rede Cegonha, entre outros).

Considera-se que a meta é quantificável. Entretanto, de acordo com os últimos dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde, os índices de mortalidade materna das mulheres negras não estão sendo reduzidos, mesmo com todos os esforços do Programa Rede Cegonha

• Reduzir as mortes por homicídio na juventude negra

Análise Situacional da Meta

As atividades do Plano Juventude Viva são as que atendem à meta em comento: 96 dos 142 municípios prioritários fizeram adesão ao Plano e 44 ações estão sendo desenvolvidas por meio dos 11 ministérios participantes. A SEPPIR, juntamente com a SG/PR, têm acompanhado as articulações interministeriais referentes a esta iniciativa por meio do Comitê Gestor Federal e por meio do Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos. Além disso, o Plano está sendo implantado em Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Paraíba e São Paulo onde já se verifica uma ampliação da percepção da importância da ação conjunta e combinada de diferentes políticas nos territórios de maior vulnerabilidade para o enfrentamento à violência.

O diálogo intersetorial promovido pelo Plano rompe com a fragmentação de ações e possibilita a implementação de estratégias conjuntas de gestão. Também há reorientação de políticas, inclusive com o desenvolvimento de ações focalizadas que atendem as especificidades da condição juvenil. Buscou-se dar mais atenção às vulnerabilidades inerentes a este público, bem como às desigualdades geradas pela existência do racismo institucional. Nesse sentido, a



realização de campanhas de divulgação e as atividades de sensibilização e mobilização de servidores públicos sobre a temática do Plano foram capazes de amplificar os efeitos das ações em desenvolvimento.

Destaque-se ainda a elaboração, junto com a SNJ, de conteúdo e materiais de mídia da Campanha Juventude Viva lançada em 2012 e 2013 com destaque para dois vídeos institucionais; articulação e acompanhamento do Protocolo de Intenções para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência, firmado entre o Governo Federal (MJ, SEPPIR e SG) e órgãos representativos do sistema de justiça (CNJ, CNMP, CONDEGE e CFOAB); e ainda o desenvolvimento do módulo Juventude Viva no Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial (<http://monitoramento.seppir.gov.br>).

OBJETIVO: 0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Brasil Quilombola – PBQ foi lançado em 12 de março de 2004 com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para os territórios quilombolas. Sua institucionalização foi ampliada com a publicação do Decreto 6.261, de 2007, que agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; e direitos e cidadania. Como seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas, conforme segue na descrição dos eixos:

Eixo 1: Acesso a Terra – execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas. O processo se inicia com a certificação das comunidades e se encerra na titulação, que é a base para a implementação de alternativas de desenvolvimento para as comunidades, além de garantir a sua reprodução física, social e cultural;

Eixo 2: Infraestrutura e Qualidade de Vida – consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social;

Eixo 3: Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local - apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades;

Eixo 4: Direitos e Cidadania - fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, estimulando a participação ativa dos representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle e participação social, como os conselhos e fóruns locais e nacionais de políticas públicas, de modo a promover o acesso das comunidades ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município onde houver comunidades remanescentes de quilombos.

A coordenação geral do Programa é de responsabilidade da SEPPIR, que atua em conjunto com os 11 ministérios que compõem o seu Comitê Gestor. Contudo, cabe ressaltar que as ações executadas por diversas vezes extrapolam a competências desses órgãos. Nesse sentido, conforme necessário, são estabelecidas parcerias com outros órgãos do Governo Federal.

A Gestão Descentralizada do PBQ ocorre com a articulação dos entes federados, a partir da estruturação de comitês



estaduais. Sua gestão estabelece interlocução com órgãos estaduais e municipais de promoção da igualdade racial (PIR), associações representativas das comunidades quilombolas e outros parceiros não-governamentais.

Metas 2012-2015

• Assegurar o acesso a serviços, programas e projetos a 700 comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas

Análise Situacional da Meta

O PBQ articula e acompanha uma série de políticas públicas, cujo objetivo final é a melhoria das condições de vida dos quilombolas. Como esta meta é genérica, há muitas comunidades que avançaram em determinados serviços públicos e outras que não puderam ser atendidas em suas demandas. Neste sentido, cabe tratarmos aqui do acesso a estes serviços, programas e projetos:

1. Certificação: consiste no primeiro passo para a garantia do direito à terra. Em 2014, foram certificadas 146 comunidades pela Fundação Cultural Palmares, totalizando 2.414 comunidades certificadas.
2. Regularização: como os novos cruzamentos e atualizações do sistema de monitoramento, são 221 comunidades tituladas em 129 territórios, beneficiando 13.087 famílias quilombolas. A área total dos títulos emitidos é de 1.010.770,317 hectares. Até o presente momento, foram editados 63 decretos de Declaração de Interesse Social de Territórios Quilombolas onde residem 6.779 famílias; foram publicadas 91 Portarias de Reconhecimento do Território para 8.866 famílias. Por fim, são 174 RTIDs publicados totalizando 1,74 milhão de hectares em benefício de 23.370 famílias.
3. Educação: Em 2014, foram atendidas pelo PNAE 1.948 escolas quilombolas (R\$ 0,60 per capita) atendendo a 225.101 estudantes destas unidades. Com isso, o Programa repassou R\$ 28.283.245,60 para a alimentação escolar quilombola.
4. Energia Elétrica: o Programa Luz pra Todos atendeu a 15 mil famílias quilombolas em 2014.
5. Construção de Casas: por meio do PMCMV em 2014 foram contratadas 6.474 unidades.
6. Água: através do Programa Água para Todos (ApT), houve o atendimento a 1.341 famílias com cisternas de água para consumo (1ª água), com o investimento de R\$ 2,4 milhões, e 1.110 famílias com tecnologias de captação de água para produção de alimentos (2ª água), com a aplicação de recursos da ordem de R\$ 13,2 milhões.
7. Saúde: cerca de 1.548 equipes da Estratégia Saúde da Família estiveram voltadas para o atendimento de comunidades quilombolas. Foram identificados 516 médicos do Programa Mais Médicos atuando em equipes saúde da família distribuídas em territórios quilombolas.
8. Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP): Até o momento, registram-se 48.200 DAPs emitidas para quilombolas.
9. CadÚnico: o total de famílias cadastradas até dezembro de 2014 é de 131 mil famílias quilombolas.
10. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): em 2014 foi executado pelo MDA um total de R\$ 3.128.547 para o atendimento de 3.400 famílias quilombolas. Em novembro deste mesmo ano foi lançada nova chamada pública que prevê o atendimento de 5.000 famílias com um valor total de R\$ 6.324.039,64 a ser executado em 2015.

• Fortalecer o Selo Quilombos do Brasil como referência de origem da produção das comunidades em diversas cadeias produtivas

Análise Situacional da Meta

O selo é resultado da articulação do “Selo Quilombos do Brasil” com o “Selo de Agricultura Familiar” para ampliar a emissão de certificados de origem e identidade cultural dos produtos de procedência quilombola.

Elaborado e disponibilizado no site da SEPPIR o manual de aplicação que orienta o quilombola para o uso correto do Selo. Foram impressos 8 mil manuais e 10 mil folders para divulgação de modo a serem distribuídos entre associações e comunidades quilombolas. Onze solicitações de permissão de uso do Selo estão em análise e 38 produtores já receberam o Selo Quilombos do Brasil.

• Implantar Sistema de Monitoramento e Avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas

**Análise Situacional da Meta**

O Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial é composto por uma série de indicadores de políticas públicas intersetoriais e prioritárias para a SEPP/PR que contemplam, especialmente, o Programa Brasil Quilombola e o Plano Juventude Viva.

Lançado em 2013 na CONAPIR (Conferência Nacional de Igualdade Racial), o Sistema conta com painéis e mapas dos quilombos já em fase avançada de regularização e vem recebendo aprimoramentos. Hoje são 742 pontos de comunidades mapeados no Brasil e é possível extrair os dados do CadÚnico de cada uma das comunidades que já constam do Sistema. Em 2015, o Sistema será bastante reforçado via Termo de Cooperação com o PNUD que prevê maiores investimentos neste projeto.

Em 2014, foi realizada uma extensa pesquisa nos arquivos originais – de memoriais descritivos a Relatórios Técnicos de Delimitação – até mesmo dos Institutos de Terras Estaduais. A SEPP/PR, o INCRA e a Fundação Cultural Palmares inseriram todas as comunidades reconhecidas pelo Estado Brasileiro (sejam tituladas, em processo de titulação ou certificadas) em um sistema que gerou um identificador único para cada comunidade e para cada território quilombola. Este processo reflete a consolidação do Sistema de Monitoramento de dados do Programa Brasil Quilombola (<http://monitoramento.seppir.gov.br/>), um marco notável no esforço pela visibilidade de amplos setores populacionais a que se destinam as políticas desenvolvidas pela SEPP/PR. Em 2014, este Sistema foi premiado pela ENAP dentre as 10 iniciativas mais inovadoras na Gestão Pública Federal.

Hoje já é possível o cruzamento de dados com o CadÚnico com mapas das comunidades em estágio avançado de regularização por meio de um único código identificador. Estes dados serão úteis também para a construção de setores censitários exclusivos quilombolas a partir do próximo Censo, o que já foi pactuado em outro Termo de Cooperação junto ao IBGE. A Seppir está sendo apoiada por uma parceria com o PNUD que vem colaborando para a contratação de consultores especializados em georreferenciamento e outros envolvidos com o desenvolvimento do Sistema.

OBJETIVO: 0985 - Incentivar ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

A SEPP/PR apoiou o I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas, realizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas-CONAQ, em Brasília-DF, com a participação de 200 mulheres quilombolas.

Também foram realizadas pela CAISAN/MDS, com a participação da SEPP/PR, duas oficinas regionais de segurança alimentar, em Manaus (AM) e em Vitória (ES), tendo como objetivo construir uma concepção comum sobre a finalidade e as formas de funcionamento do SISA nos municípios e os desafios na implementação do IV Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Foram realizadas pela SEPP/PR, MME e em cooperação com o IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, nove oficinas de capacitação sobre Tarifa Social e Uso Racional, Seguro e Eficiente da Energia Elétrica. Tais oficinas tiveram como objetivo pactuar ações e capacitar multiplicadores quilombolas sobre a Tarifa Social e o uso racional da energia elétrica além de discutir com as comunidades o desenvolvimento de projetos produtivos que valorizem as potencialidades locais utilizando a energia elétrica. As oficinas ocorreram em nove municípios localizados em diferentes estados da federação e capacitaram diretamente 342 lideranças quilombolas e gestores locais.

Outra importante iniciativa compreende um conjunto de oficinas de comercialização para comunidades quilombolas, realizadas pelo MDA em parceria com o MDS, a SEPP/PR e a FCP. As oficinas ocorreram nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Maranhão e Rio Grande do Sul. Além disso, a SEPP/PR coordenou e realizou uma oficina em parceria com o Governo do Estado da Bahia para elaboração do Plano de Trabalho do Programa Brasil Quilombola que contou com a presença de aproximadamente 50 pessoas, dentre gestores locais e lideranças quilombolas.



Por fim, cabe ressaltar que foram realizadas duas reuniões técnicas de Trabalho com os convenientes para capacitar as instituições representativas dos povos tradicionais de matriz africana e comunidades quilombolas que celebraram convênio com a SEPPIR, por meio das Chamadas Públicas nº 001/2013 e nº 002/2013, sobre as regras e procedimentos de execução de convênios através do estudo das legislações pertinentes, principalmente a Portaria Interministerial nº 507/2011 e acerca dos mecanismos de funcionamento do Portal de Convênios – SICONV. Tais oficinas contaram com a presença de cerca de 70 pessoas.

Metas 2012-2015

• Desenvolver projetos de fortalecimento institucional das organizações representativas de comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas

Análise Situacional da Meta

A SEPPIR realiza ações cujo objetivo é o fortalecimento institucional das organizações representativas de comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas. Em 2012, foram atendidos 9 projetos nos estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2014, foram executados 7 convênios celebrados em 2013 mediante a chamada pública 002/2013. Estes convênios foram executados em parceria com organizações da sociedade civil do seguintes estados: Amapá, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais e Piauí. Ainda foram celebrados novos convênios com: i) a prefeitura de Bom Jesus da Lapa (BA), para a capacitação de lideranças quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, ii) e com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR (BA), para a melhoria da infraestrutura do setor agrícola em Comunidades Quilombolas no Estado da Bahia, por meio da aquisição de equipamentos agrícolas.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Em janeiro de 2013, a SEPPIR lançou o “I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana” que é um instrumento de coordenação e planejamento das ações do Governo Federal. O quadro de iniciativas e metas contém três eixos estratégicos: (i) Garantia de Direitos, (ii) Territorialidade e Cultura e (iii) Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável. Esses eixos estão organizados num total de dez objetivos, dezenove iniciativas e 56 metas. O Plano foi elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial - GTI instituído pela Portaria nº138, de 6 de dezembro de 2012, da SEPPIR. O GTI é composto por 11 órgãos federais.

Com o objetivo de implementar o referido Plano, no campo do patrimônio cultural, foi lançado pelo IPHAN o edital de premiação de Preservação do Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, com recurso total de R\$ 1 milhão, contemplando 31 projetos.

Destaca-se, também, a Ação de Distribuição de Alimentos, parceria entre SEPPIR, MDS e CONAB. De janeiro a dezembro de 2014 foram distribuídas 92.108 cestas de alimentos, para 17.100 famílias em 21 Estados e no Distrito Federal, sendo gasto na ação R\$ 25,2 milhões.

Também em 2014 foi formalizada nova parceria com a Universidade de Brasília, no valor de R\$ 240 mil, para apoiar a realização da segunda edição do Mestrado Profissional de Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável.

Foram implementadas ações com foco na inclusão social e cultural dos povos Ciganos, dentre as quais se destacam: a reedição do Guia de Políticas Públicas para Ciganos, cujo objetivo é subsidiar os gestores públicos e as lideranças ciganas



sobre as políticas públicas federais existentes e formas de acesso, e o lançamento do Relatório Executivo do Brasil Cigano – I Semana Nacional dos Povos Ciganos, de 20 a 24 de maio de 2013, que reuniu aproximadamente 300 ciganos. Relevante registrar a ampliação das ações do Ministério da Saúde, por meio de campanhas de valorização da cultura cigana e de humanização do atendimento pelo SUS dessa parcela da população.

Também teve significativa ampliação o número de famílias ciganas cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, impulsionada pelos mutirões da estratégia de Busca Ativa. Sob a coordenação do MDS, com colaboração da SEPPIR, foram realizados mutirões específicos para o cadastramento de famílias ciganas em 11 Estados da Federação. Até dezembro de 2014, um pouco mais de 3.321 famílias estão identificadas no CadÚnico como ciganas. 75% dessas famílias ciganas estão na linha da extrema pobreza e, atualmente, são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Foi publicada Portaria no. 10/2014, do MEC, que institui o Grupo de Trabalho de Educação Cigana, formado por 07 (sete) lideranças ciganas, previamente escolhidas durante o Brasil Cigano, e representantes da SEPPIR, MEC e SDH. Este GT tem como objetivos: elaborar subsídios para o combate à discriminação dos ciganos no ambiente escolar; traçar estratégias para a reversão do alto grau de analfabetismo nesta população; garantir sua permanência na escola e o cumprimento da Resolução Nº 03/2012, cujas diretrizes garantem, entre outras coisas, que os sistemas de ensino público e privado devem assegurar a matrícula dos estudantes em situação de itinerância, sem a imposição de qualquer forma de preconceito.

Além disso, foi lançado o Prêmio Culturas Ciganas do Ministério da Cultura, em parceria com a SEPPIR: a Edição 2014 deste Prêmio, a exemplo das duas anteriores (2007 e 2010), dentre outros objetivos, destinou-se a promover e fortalecer as expressões culturais e a identidade dos povos ciganos, contribuindo para a continuidade de suas tradições; identificar, valorizar e dar visibilidade às atividades culturais protagonizadas por pessoas, instituições e Grupos/Comunidades ciganas e às estratégias de preservação de suas identidades culturais. Nesta edição de 2014, foram concedidos 60 prêmios com recursos do MinC.

Por fim, cabe ressaltar a articulação com a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, visando a regularização fundiária de acampamentos ciganos que ocupam ou demandem ocupar terras da União, por meio da cessão do direito real de uso, em atendimento a reivindicações diretamente apresentadas por comunidades ciganas. Nesse sentido, a SEPPIR acompanhou e produziu subsídios técnicos referentes ao processo dos ciganos Calon, do Bairro de São Gabriel, em Belo Horizonte – MG, em fase de finalização, e a dois outros processos de comunidades ciganas que reivindicam a cessão do direito real de uso de terras da União para se fixarem, ambos em tramitação no Distrito Federal.

Metas 2012-2015

- **Criar instrumento de coordenação e monitoramento para promover o acesso às políticas governamentais pelos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e os povos de culturas ciganas.**

Análise Situacional da Meta

O “I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana” é um instrumento de coordenação e planejamento das ações do Governo Federal. O Plano foi impresso e a versão eletrônica está disponível no link <http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/plano-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-de-matriz-africana.pdf>. O monitoramento do Plano é realizado no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial e encontra-se em elaboração o relatório de execução.

Foi realizado um seminário de “Segurança Alimentar e nutricional dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana” para debater o acesso dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana a políticas sociais dos governos federal, estaduais e municipais, sobretudo as políticas públicas voltadas à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. Um dos pontos de pauta da programação foi o “Balanço do I Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana” (Com participação dos integrantes do GTI: SEPPIR, MEC, MS, SDH, MINC, FCP, MMA, MDS, EMPRAPA, SPU/MP, IPHAN), momento no qual, uma vez mais, o conceito de matriz africana foi questionado, debatido e reafirmado. Participaram 70 lideranças de 49 Entidades, das 27 Unidades da Federação.

Ainda no que se refere aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, cabe destacar a realização dos



seguintes eventos:

0•4 reuniões com objetivos de discutir uma metodologia de mapeamento socioeconômico e cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana no Rio de Janeiro (RJ), em Rio Branco (AC) e duas em Brasília (DF) com a presença de lideranças e gestores públicos.

“•Oficina ações estruturantes de segurança alimentar e nutricional para os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana”, que teve como objetivo discutir a transição da Ação de distribuição de Cesta Alimentar para política de Ações Estruturantes para povos e Comunidades Tradicionais. Estiveram presentes cerca de 70 lideranças de 49 Entidades, das 27 Unidades da Federação.

“•Seminário racismo e tradições africanas no Brasil”, que teve como objetivo promover o diálogo entre Governo e Sociedade Civil a respeito da incidência do racismo sobre as tradições africanas no Brasil. Estiveram presentes cerca de 60 lideranças de matriz africana

“•II Diálogo com a Região Norte”, que teve como objetivo o diálogo sobre as ações realizadas pela SEPPPIR/PR na região, considerando compromisso da SEPPPIR/PR com o fortalecimento institucional dos órgãos de Políticas de Igualdade Racial e das organizações da sociedade civil. Estiveram presentes cerca de 90 lideranças de matriz africana. Em parceria com o PNUD, foi dado início a uma consultoria para produção de uma cartilha e um caderno conceitual sobre o conceito de povos e comunidades de matriz africana, com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas públicas e instrumentalizar o diálogo entre sociedade civil e o Estado, com previsão de lançamento ainda no primeiro semestre de 2015.

Em 2014, a celebração do Dia Nacional dos Povos Ciganos ocorreu em Natal – RN, durante a Teia da Diversidade, organizada pelo Ministério da Cultura. Uma roda de conversa precedeu a solenidade e as lideranças ciganas, especialmente aquelas do RN, puderam expressar suas demandas, desafios cotidianos, discriminações enfrentadas, bem como conhecer melhor as possibilidades e formas de acesso às políticas públicas. A solenidade, no dia 24/05, contou com apresentações de dança, música e poesia, e com uma devolutiva do governo federal sobre as políticas públicas em curso.

• **Mapear as comunidades tradicionais de terreiro, priorizando as capitais e regiões metropolitanas**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foi celebrado convênio com a Prefeitura de Rio Branco (AC) para o mapeamento de casas tradicionais de matriz africana. Além disso, está em curso uma parceria com o PNUD, cujo projeto tem como um de seus objetivos subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento do segmento de povos e comunidades tradicionais de matriz africana. Com vigência até 2016, o recurso total do projeto é de R\$ 2 milhões. No que diz respeito aos mapeamentos, esta parceria permitiu: i) a elaboração de um guia orientador para mapeamentos socioeconômicos e culturais dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana; ii) dar início ao processo de contratação de consultoria para mapeamento das casas tradicionais de matriz africana de onze municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro; iii) a contratação de consultoria para monitorar o mapeamento das casas tradicionais de matriz africana do município de Rio Branco – a ser realizado pela prefeitura – e da região metropolitana do Rio de Janeiro.

OBJETIVO: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A regularização fundiária dos territórios quilombolas é um processo complexo, envolvendo as etapas de elaboração e publicação de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, emissão de Portaria de Reconhecimento do Território, Decretação do Território como de Interesse Social, Desintrusão dos ocupantes não-quilombolas e Titulação.



Destaca-se como ação relevante para o avanço do programa a contratação de 12 relatórios antropológicos e o acompanhamento da elaboração de 141 Relatórios Antropológicos - peças-chave para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID – contratados por meio de pregão eletrônicos nacional nos anos 2011 e 2012 e por meio de contratação feita pela Superintendência Regional do Maranhão no exercício de 2013. Em 2014, foram contratados 49 relatórios antropológicos e concluídos 37.

Em 2014, foram publicadas 18 Portarias de Reconhecimento, totalizando 45.747,7202 hectares reconhecidos e atendem a aproximadamente 2.532 famílias quilombolas.

Com relação à etapa de desintrusão, cujo principal instrumento é a desapropriação com justa indenização de terra nua e benfeitorias, foram ajuizadas 14 ações, que somadas correspondem ao total de 30.713,6872 hectares. O processo de desintrusão demanda longos trabalhos de campo, vistoria e avaliação e as pesquisas cartorárias para elaboração das cadeias dominial. Atualmente, as equipes estão em campo concluindo as vistorias dos imóveis. Em função de algumas dificuldades, tais como o atraso no início das avaliações e aquisição de certidões junto aos cartórios - fato que cria problemas para a elaboração das cadeias dominiais dos imóveis – ainda não foi possível avançar mais no processo de desintrusão. No que se refere à etapa final que é a titulação, foram entregues 25 títulos parciais de 7 territórios.

Metas 2012-2015

• Contratar e conveniar a elaboração de Relatórios Antropológicos

Análise Situacional da Meta

Destacamos o acompanhamento da finalização da elaboração de 109 Relatórios Antropológicos por meio do Pregão Nacional, vigente desde 2011 (No primeiro semestre eram 115 relatórios. No entanto, 6 comunidades pediram paralisação ou desistiram da elaboração). Em 2014, foram contratados 49 relatórios antropológicos e concluídos 37.

• Decretar de interesse social 120 territórios quilombolas

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram decretados 11 territórios de interesse social de terras quilombolas.

No exercício de 2013 foram publicados 10 Decretos, beneficiando as comunidades de Lagoa das Pedras e Encantados do Bom Jardim; Sítio Arruda; Marques; Matões dos Moreira; Matão; Pedra D'Água; Grilo; Capoeiras; Grotão; Bom Jardim.

Em 2014, foram encaminhadas 13 propostas para decretação, em fase de avaliação.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2014

• Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas

Análise Situacional da Meta

Foram expedidos 25 títulos parciais em nome das comunidades quilombolas. A titulação parcial é o repasse das áreas (partes do território) que estão aptas, judicialmente para tal, para o nome da associação quilombola em forma de título definitivo. Os títulos beneficiaram 7 territórios, totalizando 2.942,4443 ha repassado às comunidades, em prol de 1.322 famílias. As comunidades de Rincão dos Martimianos-RS, Jatobá-RN, Invernada dos Negros-SC, Santa Maria dos Pretos-MA, Mata de São Benedito-MA e São Francisco Malaquias-MA foram beneficiadas com seus primeiros títulos definitivos. Cabe agora aguardar as demais sentenças homologatórias para que o INCRA possa titular o restante desses territórios.

A titulação é um procedimento que depende de várias etapas que não estão sob governabilidade do INCRA. Das quais destacamos: a) o levantamento da cadeia dominial dos imóveis circunscritos no Território Quilombola e que possuem algum título. Este processo é extremamente complexo, depende de análise de dados cartoriais, que nem sempre são



conexos, e muitas vezes dependem também da ação discriminatória por parte dos estados da federação, ação que também está fora da governança do INCRA; depende também do ajuizamento da ação desapropriatória, que deve ser homologada pelo Poder Judiciário, cujos ritos e ritmos estão fora da governança do INCRA.

• **Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram publicadas quatro portarias, reconhecendo 3.014,7628 ha e beneficiando 574 famílias. Em 2013, foram publicadas sete Portarias de Reconhecimento de Territórios Quilombolas, beneficiando 411 famílias com 5.521 hectares reconhecidos. Em 2014, foram publicadas 18 Portarias de Reconhecimento de Territórios Quilombolas, nas comunidades de Narcisa/PA, Bacabal/PA, Gurupá/PA, Lagoa do Ramo/Goiabeira/CE, Três Irmão/CE, Brutos/CE; Tijuacu/BA, Velame/BA, Cabral/RJ, Sacopã/RJ, Invernada Paiol de Telha/PR, Fampilia Thomaz/SC, Areal Luiz Guaranha/RS, Cambará/RS, Charco/MA, Santa Rosa dos Pretos/MA, Desiderio Felipe de Oliveira e Picadinha/MS e Santana III/MSF. As dezoito Portarias reconhecem o total de 45.747,7202 hectares e atendem a aproximadamente 2.532 famílias quilombolas. Sendo assim, nos 3 anos de vigência do PPA, foram publicadas 28 Portarias, reconhecendo 54.283,48 ha, atendendo 3.517 famílias.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2014

• **Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram publicados 11 RTID, identificando 16.449,3460 ha e beneficiando 819 famílias. No exercício de 2013, foram publicados 7 RTID, identificada e delimitada de 52.936 há beneficiando 1.331famíliais. Em 2014, foram publicados 13 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTID, beneficiando 513 famílias quilombolas e identificando 8.513,3448 hectares. Isso representa dizer que nos 3 anos de vigência do plano foram publicados 31 relatórios, identificando 77.899,6551 hectares e beneficiando 2.663 famílias. Foi verificado que no exercício de 2012 não foi contabilizada um RTID referente a comunidade Gurupa/PA com 10.026,1608 ha e 149 famílias, que levaria a um total de 32 RTID publicado no período de três anos, porém o sistema não permite tal correção.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

31/12/2014

• **Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares.**

Análise Situacional da Meta

Meta Executada janeiro a dezembro de 2014: 8.063 ha (área indenizada).

Em 2014, foram vistoriados e avaliados 6.376 hectares e indenizados 8.063 hectares sendo ainda ajuizadas 14 ações desapropriatórias para uma área de 30.713,6872. Isso significa dizer que nos meses de vigência do plano foram vistoriados e avaliados 67.126,2697 hectares e indenizados 11.989,51 hectares.

Quantidade alcançada

11.989,51

Data de Referência

31/12/2014



PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Escolas públicas acessíveis	%	31/12/2010	8,3	31/12/2013	19
Escolas públicas com salas de recursos multifuncionais	%	31/12/2010	43	31/12/2013	49
Matrícula de pessoa com deficiência na rede regular de ensino	%	31/12/2010	68,93	31/12/2013	77
Percentual de aprendizes com deficiência	%	31/12/2010	0,58	31/12/2014	1,03
Percentual de servidores públicos federais (agências reguladoras, empresas públicas, escolas técnicas e universidades, ministérios e órgãos vinculados) com deficiência	%	31/12/2010	0,76	05/01/2015	0,64
Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC matriculadas na escola	%	31/12/2010	53	31/12/2013	63,4
Proporção de páginas HTML da Web, do universo .gov.br, aderentes aos padrões de acessibilidade ASES	%	31/12/2010	1,14	31/12/2012	6,96
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho pelas empresas obrigadas	%	31/12/2009	41,8	31/12/2013	35,89
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	31/12/2010	29	31/12/2013	31,54

Observações:

Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC matriculadas na escola - Não houve atualização.

Proporção de páginas HTML da Web, do universo .gov.br, aderentes aos padrões de acessibilidade ASES - Não houve atualização do indicador em 2014.

OBJETIVO: 0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

As metas deste Objetivo têm bom andamento, com avanços importantes relativos às ações do Plano Viver Sem Limite, à implantação de conselhos e à transversalização com temáticas como gênero, igualdade racial e saúde mental. A inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, tanto no setor privado quanto no público, vem demandando medidas mais efetivas para garantir o cumprimento da legislação. Nesse sentido, a SDH/PR instalou duas Câmaras Técnicas com o tema Empregabilidade da Pessoa com Deficiência, visando identificar os principais problemas e possíveis soluções para garantir a empregabilidade da pessoa com deficiência com dignidade. Buscou-se assim definir medidas para avançar na inclusão de públicos mais vulneráveis no mercado de trabalho, como os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Assistência Social, por meio da articulação com as demais políticas de órgãos setoriais, como MTE e MDS. Na esteira da ampla garantia dos direitos das pessoas com deficiência, a SDH/PR, em parceria com o Grupo de Trabalho Inclusão de Pessoas com Deficiência do Ministério Público Federal/Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, coordenou um Grupo de Trabalho para elaborar um guia de boas práticas relacionadas à acessibilidade nos



momentos de inscrição em concursos públicos, realização de provas, bem como no ingresso das pessoas aos locais de trabalho após a aprovação no certame, priorizando a remoção de barreiras, sejam elas arquitetônicas, urbanísticas, de informação e comunicação, propiciando a máxima autonomia e acessibilidade às pessoas com deficiência. Foram realizadas 05 reuniões, tendo como um dos produtos uma cartilha que, além de relacionar as boas práticas, também divulga e recomenda, para as empresas promotoras de processos seletivos, os critérios, recursos e atendimentos que viabilizam a acessibilidade. Um grande avanço em relação à aplicação efetiva da política de garantia dos direitos da pessoa com deficiência é o Modelo Único de Classificação e Valoração da Deficiência. O referencial teórico já foi construído e as próximas etapas serão o teste e a validação de um instrumento geral que avalia a funcionalidade da pessoa com deficiência, etapas que serão desenvolvidas por meio de projeto de cooperação com a OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos), que está em construção pela equipe da SDH/PR. A adequação dos instrumentos de avaliação de deficiência para cada política será feita de acordo com esse referencial único nacional, respeitadas as especificidades de cada área e dirimindo incongruências em relação aos beneficiários das políticas públicas voltadas para o público com deficiência. A deficiência atinge pessoas de gênero, raça/etnia, orientação sexual diversas, caracterizando sua transversalidade entre diferentes populações vulneráveis. Portanto, as pessoas com deficiência são muitas vezes duplamente vulneráveis em razão de serem mulheres, negros, indígenas ou LGBT. Para garantir a fruição dos direitos das pessoas com deficiência sob essa perspectiva, a SDH/PR tem articulado ações para esses públicos com outros órgãos setoriais responsáveis pela temática de gênero (SPM), raça/etnia (SEPPIR, FUNAI), além dos responsáveis pela saúde, assistência social, educação, trabalho, dentre outros (MDS, MS, MTE, MEC). Mais especificamente, a SDH/PR tem realizado e organizado eventos, reuniões e pactuações, com o objetivo de aproximar diferentes temáticas no âmbito das políticas para as pessoas com deficiência, para que a dupla violação de direitos seja evitada. Por fim, é importante ressaltar que o Plano Viver sem Limite (PVSL) tem sido pauta prioritária para a SDH/PR e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) em sua atual gestão (2013-2015). O Conade tem monitorado a execução das ações do PVSL por meio das Comissões de Políticas Públicas (CPP) e Orçamento e Finanças (COF), e o tema esteve presente na pauta dos cinco encontros regionais de conselhos de direitos da pessoa com deficiência, ocorridos nos estados do RS, PE, PA, DF e SP entre os anos de 2013/2014, o que tem garantido a participação da sociedade de forma permanente na implementação e avaliação do Plano, conforme preconiza a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Adicionalmente, conselheiros/as do Conade participaram ativamente dos Fóruns Interconselhos e do monitoramento do PPA, garantindo, assim, o acompanhamento das Agendas Transversais, onde a agenda da pessoa com deficiência, conforme o monitoramento e dados do PPA 2012-2015 está presente em 16 Programas, 24 Objetivos e 51 Metas de outros órgãos do executivo federal.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar a implementação de iniciativas que assegurem que pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos, estejam na escola**

Análise Situacional da Meta

Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Até o presente momento, ocorreram diversos seminários de capacitação para o Programa BPC na Escola, em todos os estados e DF. Quanto à renovação e adesão ao BPC Escola, até o dia 09/01/2015, 84,08% dos municípios brasileiros aderiram ao Programa. Foram realizados, até o mês de novembro de 2014, 48 seminários de Formação Intersetorial dos Grupos Gestores e Técnicos, em 22 estados mais o Distrito Federal. A Secretaria De Direitos Humanos da Presidência integra o Grupo Gestor Interministerial do Programa que está em fase do Planejamento de suas ações para o ano de 2015.

- **Acompanhar o preenchimento das vagas criadas pela política de cotas para pessoas com deficiência no serviço público federal e nas empresas privadas**

Análise Situacional da Meta

O acompanhamento do preenchimento das vagas no serviço público federal ainda representa desafio a ser superado, pois não há dados qualificados acerca do número de servidores com deficiência que ingressaram no serviço público por



meio de reserva de vagas. Em relação ao preenchimento de vagas no setor privado, a SDH/PR tem acompanhado, por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A participação dos trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho formal que estava em 0,70% em 2012 manteve-se numa estabilidade relativa em 2013, passando a 0,73%. Em números absolutos, o número de empregados com deficiência passou de 288,6 mil em 2009 para 357,8 mil em 2013, enquanto o número de empregados sem deficiência cresceu de 41,2 milhões para 48,6 milhões. Nesse período, o crescimento no número de vínculos empregatícios de trabalhadores sem deficiência foi de 15%, enquanto o de trabalhadores com deficiência foi de 14,4%. Nesse sentido, a SDH/PR tem envidado esforços para que a legislação acerca da reserva de vagas nos concursos públicos e reserva de cargos nas empresas privadas seja observada. Na intenção de sanar as dificuldades de acesso aos certames e concursos públicos, a SDH/PR realizou reuniões técnicas com representações de pessoas com deficiência e com instituições organizadoras de concursos para criar subsídios para o aprimoramento dos normativos relacionados ao concurso público, no que tange às pessoas com deficiência. Também foi criado o Grupo de Trabalho Processos Seletivos e Remoção de Barreiras Atitudinais e Arquitetônicas, em defesa dos princípios norteadores da reserva de vagas, que produziu, em parceria com o Grupo de Trabalho Inclusão de Pessoas com Deficiência do Ministério Público Federal/Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), guia de boas práticas relacionadas à acessibilidade de pessoas com deficiência nos momentos de inscrição em concursos públicos, realização de provas, bem como no ingresso das pessoas aos locais de trabalho após a aprovação no certame. Foi implantada ainda a Câmara Técnica sobre Empregabilidade da Pessoa com Deficiência, com a participação de diversos órgãos e entidades envolvidos com o tema, como o MTE, MDS, centrais sindicais patronais e de trabalhadores, representações de pessoas com deficiência, dentre outros. Tendo como principal objetivo identificar entraves e soluções para a questão da empregabilidade da pessoa com deficiência, com vistas a nortear a avaliação e a formulação das políticas públicas nesse campo, a Câmara Técnica produziu um Relatório Final com as análises e conclusões dos trabalhos divididas em quatro eixos. Em cada eixo foram apontados os principais problemas e propostas de encaminhamento. Em 2013 foi constituído o Subcomitê do Trabalho Decente para Pessoas com Deficiência. Esta ação está inserida na Agenda Nacional de Trabalho Decente e é coordenada pela SDH/PR e o MTE. O principal objetivo é discutir de forma intersetorial a promoção do trabalho decente para pessoas com deficiência, em condições dignas e em igualdade de oportunidades para o acesso e permanência no mundo trabalho. Coordenada pela SDH/PR, foi realizada a Câmara Técnica sobre a Formalização do Vínculo Empregatício da Pessoa com Deficiência, por meio de três reuniões ocorridas de março a agosto de 2014, com o objetivo de refletir e discutir com representantes da sociedade civil organizada e órgãos governamentais os principais desafios para a formalização do vínculo empregatício dos trabalhadores com deficiência e reabilitados. Foram apresentados desafios e avanços do BPC Trabalho, entre outros dados, e discutidos exemplos de boas práticas em inclusão no mundo do trabalho e em reabilitação profissional de pessoas com deficiência. Na conclusão dos trabalhos, ficaram assinaladas as propostas de desafios e orientações para acesso e permanência das pessoas com deficiência no mercado e no mundo do trabalho, nas modalidades formal ou informal. Por meio de cooperação técnica com a OEI, está em realização pesquisa para levantamento de informações específicas sobre empregabilidade da pessoa com deficiência e mundo do trabalho, para aferir informações sobre as condições socioculturais e educativas, demandas de trabalho, formação básica e técnico profissional, dentre outros dados referentes às pessoas com deficiência. Cabe destacar ainda que o tema da empregabilidade da pessoa com deficiência foi pauta de discussão e acompanhamento pelo Conade, representando 7% do conjunto das questões discutidas pelo colegiado. Da mesma forma, o conselho auxiliou na mobilização do Dia D, ação do MTE, data dedicada pelo Sistema Nacional de Emprego para atendimento às pessoas com deficiência e aos beneficiários reabilitados, visando sua inclusão no mercado de trabalho. Foram realizadas ações em 15 capitais, 100 postos de atendimentos e participação de 500 empresas, tendo como saldo 3.000 pessoas encaminhadas para seleção.

• **Apoiar os conselhos de direitos das pessoas com deficiência**

Análise Situacional da Meta



O apoio aos conselhos acontece por meio do fornecimento de equipamentos e capacitação de conselheiros/as. Em 2012, foram apoiados 5 (cinco) conselhos de direitos das pessoas com deficiência (conselhos municipais e estaduais apoiados em Alagoas, Santa Catarina, Piauí, Paraíba e Acre); em 2013, 13 (treze) conselhos foram apoiados, sendo nove estaduais (Piauí, Pará, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Tocantins e Ceará) e quatro municipais (São Paulo/SP, Jaboatão dos Guararapes e Garanhuns/PE e Cuiabá/MT). Em 2014, foram apoiados mais 08 (oito) conselhos municipais (Currais Novos/RN, Parobé/RS, São José do Egito/PE, São Bento do Sul/SC, São João dos Patos/MA, Sobral/CE, Goiânia/GO e Juiz de Fora/MG). Lembra-se ainda que havia previsão de apoio a Conselho em Curitiba/PR, por meio de emenda parlamentar, que não se concretizou. Atualmente, quase 600 conselhos municipais estão em funcionamento e todos os estados já contam com esta estrutura. Importante destacar que o Conade tem participado de algumas formações dos conselhos e este processo tem auxiliado na criação de novos espaços, que têm se ampliado em todas as regiões do país. Foi criado um mapa de conselhos no sítio www.pessoacomdeficiencia.gov.br com dados atualizados de todos os conselhos estaduais e municipais e estas informações também foram inseridas no Observatório do Plano Viver sem Limite no sítio www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/observatorio, qualificando, assim, a comunicação entre as redes locais e sua relação no âmbito nacional. Além do apoio com recursos e os encontros regionais, ocorreram atividades formativas para conselhos durante o Fórum Mundial de Direitos Humanos (2013) e a Reatech - Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação (2014). Além disso, as ações nos estados e municípios desenvolvidas pelas consultorias do Plano Viver sem Limite e Pronatec envolveram os conselhos municipais e estaduais.

• **Aprimorar marco legal e referenciais que garantam a efetivação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**

Análise Situacional da Meta

A SDH/PR propôs emendas ao Projeto do Novo Código Penal, participou da regulamentação da LC 142/2013, que dispõe sobre a aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS (Decreto nº 8.145/2013 e Portaria Interministerial SDH/MPS/MF/MPOG/AGU nº 01/2014), e da Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Decreto nº 8.368/2014) e emitiu diversos pareceres e posicionamentos sobre Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional relacionados à temática da Pessoa com Deficiência. A SDH/PR também realiza, desde 2014, a análise do relatório apresentado pela Deputada Mara Gabrilli ao PL 7.699/2006 (Estatuto da Pessoa com Deficiência/Lei Brasileira da Inclusão), bem como o acompanhamento de sua tramitação, tendo participado, em 2012 e 2013, do Grupo de Trabalho (criado através da Portaria SDH/PR nº 616/2012) que analisou a propositura e seus apensos, propondo uma minuta de substitutivo ao Congresso Nacional. Relativo ao Conade, do planejamento estratégico da atual gestão (2013-2015) consta o acompanhamento dos projetos de lei relativos às pessoas com deficiência que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como discussão das propostas oriundas do Executivo. Em todas as ações acompanhadas pela SDH/PR é viabilizada a participação da sociedade por meio do Conselho, que emite pareceres e recomendações acerca de regulamentações propostas e vigentes. Em 3 de novembro de 2014, foi encaminhado ao Congresso Nacional, para sua ratificação, o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para ter acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013.

• **Concluir a análise de todos os processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase**

Análise Situacional da Meta

A Lei nº 11.520/2007 não prevê prazo para conclusão da análise dos requerimentos de pensão especial. De Janeiro/14 a Dezembro/14, a Comissão Interministerial de Avaliação recebeu 101 novos requerimentos, totalizando 12.460 pedidos, todos analisados. Considera-se, dessa forma, a estabilização do processo de análise dos requerimentos de pensão especial. Da totalidade dos processos, 8.863 foram deferidos, 3.680 indeferidos e 83 encontram-se em andamento. Do



total de indeferidos, 495 requerimentos foram judicializados até o dia 07/01/2015. O levantamento de dados previsto no Decreto nº 6.168/2007, a partir das informações contidas em cada processo, foi iniciado em 2014 mas ainda não foi finalizado pela Coordenação Geral de Indicadores da SDH/PR. A previsão é que o levantamento seja concluído até abril/2015.

• **Coordenar o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite visando a implementação e ampliação de suas metas**

Análise Situacional da Meta

Inicialmente, cabe considerar que o Plano Viver sem Limite consolida um conjunto de ações executadas por diferentes órgãos do Governo Federal. Dessa forma, informações sobre a execução de ações e metas estabelecidas se encontram distribuídas nas diversas Metas e Objetivos desses órgãos. Cabe à SDH/PR a articulação e promoção do Plano junto aos demais entes federativos, aos Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência e à sociedade civil organizada, e o monitoramento mensal da execução das ações e metas, em conjunto com a Casa Civil. Nesse sentido, a SDH/PR realizou, em 2013, um conjunto de ações de adesão ao Plano junto a Estados e Municípios, com o objetivo de se estabelecer compromisso público dos prefeitos e governadores com o conjunto das ações contidas no Plano. Até o presente momento, cerca de 1.400 municípios, 25 estados e o Distrito Federal aderiram ao Plano Viver sem Limite. Todas as ações de divulgação do Plano envolveram o Conade e a rede de conselhos para, assim, garantir a participação da sociedade como prevê a Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Durante os meses de julho/2013 e maio/2014, ocorreram cinco encontros regionais do Conade, durante os quais o Plano Viver sem Limite compôs a pauta principal, sendo debatido com conselhos municipais, estaduais e distrital, bem como com gestores da política da pessoa com deficiência. Esses encontros contaram com mais de 700 participantes de 136 conselhos municipais e 19 estaduais.

• **Definir conteúdos básicos e realizar capacitações em acessibilidade e em promoção de direitos da pessoa com deficiência**

Análise Situacional da Meta

Os conteúdos referentes às capacitações em promoção dos direitos da pessoa com deficiência e acessibilidade foram definidos e publicados por meio de edital de chamada pública para seleção de projetos em 2013 e 2014. Foram desenvolvidos ainda planos para quatro cursos sobre direitos da pessoa com deficiência e acessibilidade. As áreas de interesse definidas para formação/capacitação em 2013 foram: “Gestão e Sustentabilidade: Repensando as Organizações não Governamentais de Pessoas com Deficiência”, “Capacitação e Seminários sobre Técnicas de Orientação e Mobilidade”, “Capacitação para o atendimento e a Prestação de Serviços às Pessoas com Deficiência para a Copa do Mundo de 2014 e outros eventos”, “Capacitação – Atualização em Parâmetros Conceituais e Normativos sobre Pessoas com Deficiência” e “Capacitação – Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência: Implementação e Monitoramento”, todas com definição de conteúdo, sugestão bibliográfica, metodologia, público-alvo e modalidade. Por meio do Edital nº 01/2013, foram inscritos 18 projetos, dos quais 09 foram selecionados para apoio. Como o total de recursos destinados a projetos do edital não foi utilizado, estados e municípios puderam acessar esses recursos. Tal disponibilização possibilitou apoiar a realização de 08 capacitações com os entes federados, totalizando 17 convênios para apoio a capacitações que se encontram em execução. Houve também, em 2014, edital de chamamento público para apoio a capacitações apresentadas por meio de projetos desenvolvidos por organizações da sociedade civil, com os seguintes temas definidos: “Capacitação e formação sobre a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para a promoção e defesa dos direitos humanos das Pessoas com Transtorno Mental”, “Fortalecimento da rede de proteção para situação de violações de direitos sofridas por pessoas com deficiência”, “Capacitação sobre a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” e “Capacitação para o atendimento e a prestação de serviços às pessoas com deficiência em grandes eventos ou destinos turísticos”. Por meio do edital foram aprovados 07 projetos, dos quais 04 foram selecionados para apoio, sendo um referente a cada temática dentre aquelas definidas para o exercício de 2014. O Conade, por meio de duas consultorias, elaborou um conjunto de materiais de cunho histórico e estatístico sobre os



direitos da pessoa com deficiência e sua relação com o controle social que será disponibilizado no sítio www.pessoacomdeficiencia.gov.br e servirá de subsídio para futuras formações de conselhos. Também foi produzido, em parceria com entidades da sociedade civil, um calendário de datas comemorativas, com vistas a divulgar as diferentes temáticas relacionadas à pessoa com deficiência e suas especificidades ao longo do ano, as quais foram divulgadas na página virtual do Conade e nas redes sociais: www.facebook.com/ConadeBR.

• **Implantar Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências nas diversas políticas**

Análise Situacional da Meta

O Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências ainda não foi implantado, mas a primeira fase de formulação desse Modelo foi finalizada, estando ainda pendentes a realização de testes piloto e validação do instrumento de valoração. Em razão da publicação da Lei Complementar nº142/2013, que Regulamenta o §1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, um instrumento específico de valoração e classificação de deficiência foi desenvolvido com base no Modelo Único em elaboração para concessão de aposentadoria para esse segmento. Durante o exercício de 2014, a SDH/PR reuniu um Grupo de Trabalho que elaborou minuta de documento com os critérios mínimos necessários para a elaboração de Termo de Referência para a validação do IFBr - Índice de Funcionalidade Brasileiro. A validação será realizada em parceria com a OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos), por meio de projeto de cooperação que está em fase desenvolvimento pela equipe da SDH/PR. Ainda com o objetivo de subsidiar a implantação do modelo único, foi realizado, de 19 a 21 de novembro de 2014, o I Seminário Nacional sobre Deficiência e Funcionalidade, espaço em que foi debatida a desconstrução do conceito tradicional de deficiência a partir da popularização da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) e que contou com 500 participantes dentre gestores, representantes de ministérios e da sociedade civil organizada.

• **Promover a adoção de metas de desenvolvimento sustentável que contemplem a inclusão da pessoa com deficiência e a acessibilidade na esfera nacional e internacional**

Análise Situacional da Meta

Meta alcançada no plano interno com a realização da Câmara Técnica sobre desenvolvimento e deficiência (Brasília, março e abril de 2013), e no âmbito externo com a Declaração da Consulta Regional das Américas sobre deficiência e desenvolvimento (Salvador, 17 e 18 de maio de 2013) e com a adoção da resolução da ONU sobre deficiência e desenvolvimento na reunião de Alto Nível (Nova York, 23 de setembro de 2013).

A Consulta Regional das Américas teve como objetivo identificar pontos importantes para assegurar uma agenda para o desenvolvimento que contemple as pessoas com deficiência de forma inclusiva, a partir dos objetivos e metas do milênio pós 2015, considerando que não há desenvolvimento sustentável sem inclusão de todas as pessoas. Como produto do evento foi elaborada e aprovada uma Declaração que recomenda a adoção de 12 diretrizes voltadas para o desenvolvimento sustentável com foco na inclusão das pessoas com deficiência. Na Reunião de Alto Nível sobre Desenvolvimento e Deficiência, foi aprovada a Resolução A/68/L.1, que estabeleceu 17 compromissos até e pós 2015, depois ratificada pela 68ª Assembleia Geral da ONU. A SDH/PR tem participado do diálogo interministerial que tem definido a posição brasileira sobre o conteúdo do documento negociador, cuja versão final será submetida ao plenário da próxima Assembleia Geral das Nações Unidas. Foram bem sucedidas as gestões para pautar a inclusão de metas que reflitam a perspectiva da deficiência naquelas a serem pactuadas na evolução dos debates do Grupo de Trabalho aberto que negociou a proposta de agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015. Tais tratativas serviram de ponto de partida para as negociações ocorridas na 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas realizada em setembro de 2014. As metas serão definidas durante o debate da Assembleia Geral da ONU no decorrer de 2015. Este tema foi também pauta de discussão e acompanhamento pelo Conade, onde o MRE fez apresentação da situação junto aos conselheiros/as.

• **Promover ações de difusão de conhecimento e disseminação de informações sobre a temática da pessoa com**

**deficiência****Análise Situacional da Meta**

Ao longo de 2013 e 2014, foram produzidos diversos materiais – livros, manuais, cartilhas e informativos – relacionados à temática da pessoa com deficiência. Esses materiais são publicados nos canais de comunicação disponíveis (por exemplo, o boletim bimestral Pauta Inclusiva, o sítio “sdh.gov.br” e o sítio “pessoacomdeficiencia.gov.br”). Nos ambientes virtuais, estão disponíveis também normas da ABNT vinculadas ao tema, relatórios de monitoramento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, dados e informações atualizados, sempre em formato acessível. Além de manter, reeditar e atualizar publicações, a SDH/PR também acompanha indicadores e pesquisas nacionais e internacionais relacionados ao tema da pessoa com deficiência. Destaca-se também o segundo ano de itinerário da exposição “PARA TODOS - História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência”, a qual, em 2013, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI – e com o patrocínio da Caixa Econômica Federal, percorreu mais seis capitais brasileiras, divulgando a história de lutas e conquistas desse segmento da população brasileira. Por fim, considera-se pertinente mencionar que está em fase de elaboração manual orientador para estruturação de políticas públicas para pessoas com deficiência nos municípios. Além disso, houve, no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (03/12/2014), o lançamento do livro “Viver sem Limite”, que faz um registro da elaboração e implementação do primeiro plano federal a promover os direitos da pessoa com deficiência no país. Por seu turno, o Conade produziu livro que conta a história de 15 anos deste órgão colegiado, completados em junho/2014, lançou uma versão especial do Boletim Conade Informa impresso (abril/2014) e mantém as demais edições no sítio pessoacomdeficiencia.gov.br. A publicação digital “Cadernos Temáticos do Conade” busca trazer temas na perspectiva da pesquisa, para subsidiar os conselhos municipais e estaduais, e sua primeira versão trouxe informações sobre o perfil dos conselhos no Brasil.

• **Promover ações para transversalizar a temática das pessoas com deficiência nas políticas de gênero, de igualdade racial e de povos indígenas**

Análise Situacional da Meta

A meta vem sendo cumprida por meio da realização de reuniões e eventos que buscam estabelecer diálogo com os diversos órgãos que atuam nessas temáticas, como a SPM, SEPPIR, FUNAI, MS, MDS e MEC. Foi realizado, em outubro de 2013, o evento Retratos do Autismo no Brasil, com discussão entre sociedade civil e governo sobre as políticas públicas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista-TEA nas áreas de saúde, educação, direitos humanos e assistência social. Em relação à questão de gênero, foi realizado o Seminário de Políticas Públicas e Mulheres com Deficiência nos dias 7, 8 e 9 de novembro de 2013, em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres, durante o qual foram aprovadas pelas participantes 41 propostas necessárias ao fortalecimento das mulheres com deficiência e a efetividade dos direitos e políticas públicas direcionadas ao segmento, estabelecendo, por exemplo, o fortalecimento da Rede Nacional de Mulheres Feministas com Deficiência. E, quanto à igualdade racial, como resultado da articulação feita pela SDH/PR, ficou definida a realização de pesquisa sobre quilombolas e a deficiência, em conjunto com a SEPPIR, para resgatar o panorama histórico da questão da deficiência no contexto da discriminação racial, bem como mapear as formas de acesso dos quilombolas com deficiência à rede de serviços. Os dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚNICO apontam 110.490 famílias cadastradas, sendo que pouco mais de 2% dos quilombolas declararam ter algum tipo de deficiência. Em decorrência da escassez de informações com esse recorte, faz-se necessário conhecer a realidade das famílias e das pessoas com deficiência pertencentes a essas comunidades, por meio de um diagnóstico sobre a situação social e econômica da população quilombola com deficiência no Brasil. Para dirimir essa falta de informações, foi contratada, por meio de cooperação com organismo internacional, pessoa jurídica para elaboração de instrumento de pesquisa quanti-qualitativa sobre políticas públicas para as pessoas com deficiência no universo das comunidades quilombolas, consultoria essa que teve seu primeiro produto entregue, o qual passa por avaliação para ajustes pela contratada. O instrumento da pesquisa deverá ser aplicado regionalmente no país e especificar os fundamentos conceituais, o conteúdo e a metodologia a serem utilizados na pesquisa diagnóstica. Além disso, conselheiras do Conade estiveram presentes nos debates sobre gênero e



deficiência e foi produzida uma edição do Boletim Conade Informa Especial sobre este tema.

• **Promover a interface entre os temas da pessoa com deficiência e da saúde mental**

Análise Situacional da Meta

Foi criado um GT intitulado “Pessoa com Deficiência e Saúde Mental” com a participação da SDH/PR, Ministério da Saúde e especialistas para tratar da interface entre as temáticas. Diálogos intersetoriais estão acontecendo com o foco na discussão da funcionalidade e valoração das deficiências. Nos dias 14 e 18 de outubro de 2013, foi realizada, na sede da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), em Brasília, a 1ª Oficina de Formação sobre o WHO QualityRights, uma iniciativa do MS e da OPAS, que foi acompanhada pela Secretaria de Direitos Humanos. O QualityRights consiste numa metodologia de avaliação, que utiliza a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como referência para a melhoria da qualidade de serviços e do respeito aos direitos humanos nas instituições que prestam cuidados de saúde mental e apoio social. Como resultado dessa Oficina, foi decidida a criação de dois Grupos de Trabalho ad hoc: o primeiro, intraministerial, coordenado pela área de Saúde Mental do Ministério da Saúde, terá a incumbência de tratar da implantação do QualityRights na área da Saúde; outro, interministerial, coordenado pela SDH/PR, tratará da articulação visando à incorporação da temática da saúde mental na agenda de políticas públicas para pessoas com deficiência e no diálogo social com o segmento. O objetivo é orientar os encaminhamentos futuros quanto à adoção dos atos normativos ou aos ajustes de gestão nos processos dos serviços públicos que se fizerem necessários. Após ter recebido todas as indicações solicitadas (MJ, CNJ, CNMP e DPU) o GT foi convocado e se reuniu duas vezes no primeiro semestre de 2014. A Câmara Técnica que tratará do tema e será conduzida por este GT teve sua convocação adiada e trabalhos transferidos para 2015 devido ao período eleitoral e cortes orçamentários.

Em andamento desde janeiro de 2014, e com previsão de conclusão em fevereiro de 2015, há consultoria que objetiva a realização de análise dos avanços e entraves das políticas de saúde mental no Brasil e suas interfaces com a justiça criminal, especialmente das diretrizes e práticas institucionais dedicadas à atenção da pessoa com deficiência psicossocial e transtorno mental em conflito com a Lei, a partir da publicação da Lei nº 10216/2001, com vistas a permitir uma avaliação situacional e proposição de mecanismos para a construção de políticas de proteção dos direitos destas pessoas.

Ainda na esteira dessa interface, houve em 2014 a disponibilização de recurso que permitiu apoiar um projeto para capacitação com o tema “Capacitação e formação sobre a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para a promoção e defesa dos direitos humanos das Pessoas com Transtorno Mental”.

• **Promover capacitação para multiplicadores sobre a técnica de Orientação e Mobilidade**

Análise Situacional da Meta

Após avaliação dos materiais disponíveis sobre o tema (IBC e MEC) e da indicação do conteúdo mínimo das capacitações, dois convênios foram apoiados em 2013, num total de R\$ 356 mil. Os objetos dos projetos são: “Capacitar 250 pessoas no treinamento das Técnicas de Orientação e Mobilidade para orientar e atender as pessoas com deficiência: visual, surdocegueira e usuárias de cadeiras de rodas” e “Oferecer capacitação e formação básica em orientação e mobilidade, numa perspectiva inclusiva e transversal, entendendo as técnicas de orientação e mobilidade como requisitos fundamentais para a educação, habilitação e reabilitação integral da criança, jovem, adulto e idoso com deficiência visual”. Os convênios de 2013 se encontram em fase de execução. Em 2014, foi firmado termo de execução descentralizada para realização de curso de pós-graduação em orientação e mobilidade, modalidade semipresencial, com o Instituto Federal do Ceará, para turma inicial de 100 alunos, no valor de R\$ 493 mil.

OBJETIVO: 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.



Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

As metas deste Objetivo têm bom andamento, com destaque para os projetos Centrais de Interpretação de Libras e Centros de Treinamento de Cães-Guia. O cão-guia é um recurso de tecnologia assistiva extremamente útil às pessoas com deficiência visual, fornecendo-lhes maior autonomia e mobilidade, mas com um custo ainda muito alto. A criação de centros tecnológicos de formação de treinadores e instrutores de cães-guia faz parte do Plano Viver sem Limite. Com a inclusão desse tema na grade curricular do ensino tecnológico no país, busca-se reduzir esse custo e democratizar o acesso a esse recurso de assistência animal. Ressalta-se que não havia, até então, nenhuma formação pública nessa área. Os cursos, ministrados por Institutos Federais de Educação, formarão inicialmente 5 profissionais aptos ao treinamento dos cães-guia e à formação das duplas (pessoa com deficiência visual e cão-guia), considerando que esses profissionais foram os que se adaptaram ao perfil desejável para a função de treinador e instrutor, sem nenhum registro de reprovação nas disciplinas teóricas ou práticas. O Centro de Treinamento do Instituto Federal Catarinense, no Campus de Camboriú, já está implantado e em funcionamento, e no segundo semestre de 2014 as obras do Centro de Treinamento do Instituto Federal do Espírito Santo, no Campus de Alegre, foram concluídas, permitindo, por meio de termo de execução descentralizada, que a SDH/PR fizesse o repasse de recursos para o custeio das atividades desse centro. Outros três centros estão em fase final das obras, devendo ser inaugurados em 2015, e outros dois com obras em andamento, devendo ser inaugurados em 2016.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar a ampliação da rede de reabilitação dirigida ao fornecimento de órteses e próteses com vistas a atender à demanda identificada pelo Ministério da Saúde**

Análise Situacional da Meta

Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério da Saúde. A implantação dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) foi reforçada, tendo sido aprovadas, em 2013, quarenta e cinco propostas para a construção de novos centros, além da construção de trinta e três oficinas ortopédicas fixas. Até o final de 2014, foram habilitados 123 Centros Especializados em Reabilitação, com a entrega de 103 veículos adaptados para acesso aos centros, e 23 Oficinas Ortopédicas Fixas. Houve capacitação de 3.486 profissionais de nível superior e de 144 técnicos ortesistas até o final do ano.

- **Acompanhar a criação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva - CNRTA e o estabelecimento de uma rede de pesquisa em tecnologia assistiva**

Análise Situacional da Meta

Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O MCTI, por meio da Portaria MCTI nº 139, de 23 de fevereiro de 2012, instituiu o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva – CNRTA, que está em funcionamento, e foi criado junto ao Centro de Tecnologia da Informação CTI Renato Archer em Campinas/SP. Há 91 núcleos de tecnologia assistiva criados e integrando a Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva. Nesse mesmo ano foi lançado edital MCTI/CNPq/SECIS/FNDCT, de apoio à implantação de Núcleos de Tecnologia Assistiva, e está em processo de elaboração edital MCTI/FINEP/SECIS, de apoio a ICTs/Empresas Nacionais para o Desenvolvimento de Produtos de Tecnologia Assistiva, processos que vêm sendo acompanhados pela SDH/PR, a qual tem colaborado na elaboração dos editais juntamente com os demais Ministérios que compõem o Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva, instituído pelo Art. 12 do Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Em 2014, a SDH/PR celebrou com o MCTI e a com a CAPES termo de execução descentralizada com a finalidade de fomentar o desenvolvimento de Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Tecnologia Assistiva, a ser implantado durante 2015, por meio do qual foi lançado edital que selecionou 15 projetos para apoio.

- **Acompanhar a criação e execução do serviço de acolhimento institucional e promoção da autonomia das pessoas**

**com deficiência em situação de dependência****Análise Situacional da Meta**

Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Estão em funcionamento 74 Residências Inclusivas e 12 Centros-Dia. O Governo Federal repassou mais de R\$ 10 milhões para que os Municípios viabilizem a criação das Residências Inclusivas, tendo sido habilitadas 205 unidades, em 155 Municípios e 6 Estados. Este tema foi pauta de discussão e acompanhamento pelo Conade com a participação do MDS. Os conselheiros/as fizeram avaliações in loco da implantação dos equipamentos. Dentre as diversas visitas, destaque para a vistoria que ocorreu em Teresina (PI) que resultou na implantação do Centro-Dia que estava com dificuldades para o início de suas atividades. Da mesma forma, este serviço passou a ser mais bem compreendido por conselhos estaduais e municipais.

- **Apoiar e orientar a padronização de Produtos de Tecnologia Assistiva, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)**

Análise Situacional da Meta

Essa iniciativa está sendo coordenada pelo MCTI no âmbito do Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva. A ABNT atualmente revisa duas normas sobre tecnologia assistiva: Classificação e terminologia de produtos de apoio para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (ISO 9999) e Cadeira de Rodas (NBR 15655-1). Processo acompanhado em 2011 e 2012 pela SDH/PR nos fóruns da ABNT. Ademais, a SDH/PR tem acompanhado a avaliação de testes realizados em 2012 para análise da qualidade de cadeiras de rodas no âmbito do Programa de Análise de Produtos do Inmetro. Esse estudo resultou na deflagração de processo coordenado pelo MCTI, no Comitê Interministerial de Tecnologia, com a finalidade de estabelecer norma nacional de certificação compulsória de cadeira de rodas. A ANVISA publicou a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013, a qual gerou demanda ao INMETRO para a elaboração de um regulamento para certificação compulsória de cadeiras de rodas. O Inmetro já internalizou oficialmente essa demanda e ficou com o encaminhamento de programar uma reunião interna com as quatro áreas que irão participar desse grupo, na qual será repassado o histórico do tema, bem como informado à coordenação o interesse dos representantes da SDH e MCTI em acompanhar os trabalhos da futura Comissão Técnica de Avaliação da Conformidade de Cadeira de Rodas. Este tema foi também pauta de discussão e acompanhamento pelo Conade, com participação da ABNT e INMETRO. Todas as consultas públicas dos organismos de regulação tiveram ampla divulgação junto aos conselhos estaduais e municipais.

- **Fomentar ações relacionadas à prevenção de deficiências e à segurança das pessoas com deficiência em situação de risco**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborado e publicado pela SDH/PR e pelo MI o Protocolo Nacional Conjunto para a Proteção Integral de crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiências em situação de riscos e desastres. A Portaria Interministerial nº 2, de 2012, instituiu o Comitê Gestor Nacional, que tem como objetivo orientar os agentes públicos, a sociedade civil, o setor privado e as agências de cooperação internacional que atuem em situação de riscos e desastres no desenvolvimento de ações nas fases de preparação, prevenção, resposta e recuperação. A SDH/PR participa do Comitê Gestor Nacional e o representa nas visitas aos estados e municípios com ações de divulgação e mobilização para adesão ao Protocolo. Em setembro de 2013, ocorreu a I Oficina do Protocolo de Proteção em Riscos e Desastres que contou com a participação de todos os Estados. Neste mesmo mês, o Protocolo foi apresentado no X Fórum Nacional de Defesa Civil. Em dezembro de 2013, ocorreu o Fórum Mundial de Direitos Humanos, no qual foi realizada uma oficina sobre o Protocolo envolvendo vários representantes de estados, municípios, conselhos de direitos e sociedade civil em geral. Já em 2014, foi realizada a Conferência Livre, modalidade preparatória para a 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, que foi realizada em novembro. Na ocasião participaram representantes do Comitê Nacional e membros dos Conselhos Nacionais de Direitos dos públicos referenciados no Protocolo com destaque para a ampla participação de conselheiros/as do Conade, sendo uma das primeiras iniciativas realizadas em parceria de



conselhos da SDH (CNDI, Conanda e Conade). Além disso, na área da deficiência, o Protocolo tem sido difundido nas instâncias dos conselhos municipais e estaduais.

• **Implantar as Centrais de interpretação da Língua Brasileira de Sinais**

Análise Situacional da Meta

Foram adquiridos 53 kits para equipagem de centrais até o momento. Em 2013, foram distribuídos 37 kits, os quais permitiram a implementação de centrais em 24 estados e no DF. Completando a entrega das 53 centrais contratadas, em 2014, após o período do defeso eleitoral, foi iniciado o envio dos outros 16 kits. Entidades da sociedade civil que representam a comunidade surda em conselhos estaduais e municipais têm participado de forma ativa da implantação do serviço e auxiliado em sua qualificação.

• **Implantar, em parceria com outros órgãos, os centros de formação de treinadores e instrutores de cães-guia e centros de treinamentos de cães-guia**

Análise Situacional da Meta

Ação contida no Plano Viver sem Limite com obras sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério da Educação. Os centros de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia estão sendo implantados em parceria com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conjuntamente com o MEC. Um centro já está implantado e em funcionamento no Instituto Federal Catarinense, no Campus de Camboriú (SC), e outros seis estão em fase final de construção e elaboração do projeto técnico para estruturação nos Institutos Federais das seguintes localidades: Campus Urutaí (GO), Campus Muzambinho (MG), Campus Alegre (ES), Campus Limoeiro do Norte (CE), Campus Manaus Zona Leste (AM) e Campus São Cristóvão (SE). Os campi de Alegre/ES e Muzambinho/MG já concluíram as obras, enquanto Urutaí/GO encontra-se, nesse momento, com 68,12% de evolução, sendo que todos eles serão inaugurados no segundo semestre de 2015, iniciando as aulas dos cursos técnicos. Os Centros de Manaus/AM, Limoeiro do Norte/CE e de São Cristóvão/SE concluirão as obras até o final de 2015 e, provavelmente, serão inaugurados em 2016. No Centro de Camboriú/SC, a primeira turma de treinadores e instrutores está em formação por meio do curso de especialização, tendo previsão de conclusão para o final do primeiro semestre letivo de 2015. Em agosto de 2014, foi lançado o Cadastro Nacional de Candidatos à Utilização de Cães-guia, por meio da Chamada Pública n.º 11, da SDH/PR, para criar um banco de dados de pessoas com deficiência visual interessadas em receber esse recurso de assistência pela rede federal de educação profissional e tecnológica. Esse Cadastro Nacional permite que os 470 inscritos participem de processos seletivos realizados pelos Institutos Federais, quando houver cães-guia disponíveis para a formação de duplas (pessoas com deficiência visual e cão-guia). Cabe ainda ressaltar que o Centro de Camboriú/SC já entregou os primeiros cães em dezembro de 2014.

OBJETIVO: 0736 - Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Objetivo composto por nove metas, todas em andamento. Verificaram-se avanços primordiais na educação pública e no programa Minha Casa, Minha Vida, o qual já contratou mais de 954 mil unidades habitacionais adaptáveis e entregou mais de 11,6 mil unidades adaptadas. Diversas ações contidas no Plano Viver sem Limite possuem o enfoque de garantia de acessibilidade e mobilidade para as pessoas com deficiência, sob gerenciamento físico, político e orçamentário de vários Ministérios envolvidos no Plano, tais como Ministério da Educação, das Cidades, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No tocante à coordenação do Plano Viver Sem Limite, vale ressaltar que as visitas técnicas nos estados e municípios realizadas pelos apoiadores institucionais da SDH/PR levaram ao conhecimento das pessoas com deficiência a importância das ações do plano e a consolidação do entendimento de seus direitos, trazendo a sociedade



civil organizada à fiscalização da implementação dessas ações, e aos conselhos de direito das pessoas com deficiência o chamamento dessas ações para busca de uma sociedade inclusiva e o rompimento das barreiras que cerceiam esses direitos.. O “Observatório do Viver Sem Limite” – portal que permite o controle social dessas metas – foi criado, apresentando dados segregados por município, e pode ser acessado em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/observatorio>.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar ações para incluir o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina curricular**

Análise Situacional da Meta

Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério da Educação. Até o final de 2014, já haviam sido criados 20 (vinte) cursos de LETRAS/LIBRAS em Universidades Federais. O Plano Viver sem Limite prevê, ao todo, a criação de 27 cursos de Letras/Libras, um em cada estado, com um total de 810 vagas por ano, e de 12 cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue, com um total de 360 vagas por ano, passos necessários para a posterior inclusão de LIBRAS como disciplina curricular.

- **Acompanhar a implementação da acessibilidade nas escolas públicas: salas de recursos multifuncionais, nas edificações e entornos**

Análise Situacional da Meta

Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério da Educação. Foram atendidas com recursos do Programa Escola Acessível (recursos para adaptação física, principalmente), 40.316 escolas entre 2011 e 2014. Nesse período, foram entregues 13.360 salas de recursos multifuncionais e distribuídos 15.000 kits de atualização das salas já existentes. A licitação para a entrega de mais 28.500 kits, realizada em 2013, teve entregas até dezembro de 2014, ainda não contabilizadas. A distribuição das salas de recursos atende prioritariamente às escolas de ensino regular com matrículas de estudantes com deficiência, de acordo com dados fornecidos pelo EDUCACENSO. Além da acessibilidade na própria escola, o transporte escolar acessível – prioritário para estudantes com deficiência – também está contemplado no Plano Viver sem Limite, com 2.304 veículos adquiridos e 1.874 entregues a 1.541 municípios, segundo o último levantamento. A meta é disponibilizar 2.609 veículos.

- **Acompanhar a implementação da acessibilidade nas habitações construídas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, nos projetos do PAC 2 e de mobilidade urbana previstos no PAC-Copa 2014**

Análise Situacional da Meta

Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério das Cidades. Até novembro de 2014, 954.005 unidades habitacionais adaptáveis foram contratadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida II e 11.627 unidades habitacionais adaptadas foram entregues. Em relação à meta de contratação de unidades habitacionais adaptáveis (1.200.000), quase 80% foi cumprido, e quanto à meta das unidades adaptadas (20.000), quase 60% da meta foi atingida.

- **Acompanhar a implementação da acessibilidade no transporte público e coletivo e a regulamentação do transporte complementar acessível**

Análise Situacional da Meta

A SDH/PR induziu e acompanhou o desenvolvimento do ônibus escolar com desenho universal - um micro-ônibus de piso baixo que é inovação no país e servirá a outras aplicações urbanas, já estando em produção por três fabricantes. Também participa da revisão da NBR 15320 - Acessibilidade em ônibus rodoviários, junto à ABNT. O Inmetro em breve passará a exigir a certificação compulsória de plataformas elevatórias para ônibus rodoviários, um passo importante para tornar a frota rodoviária mais acessível. Consultas públicas sobre essa certificação compulsória e sobre o cronograma para a exigência de fabricação de ônibus com esses dispositivos de acessibilidade instalados foram realizadas pelo Inmetro em outubro de 2014. Outro avanço recente é que, por resolução do Denatran, a partir do



licenciamento 2014, todos os veículos de transporte coletivo devem trazer indicados em seus documentos de porte obrigatório quais os itens de acessibilidade de que dispõem. Assim, ao final de janeiro de 2015, quando se conclui o licenciamento 2014, os órgãos gestores e as agências reguladoras, assim como as polícias rodoviárias, passarão a ter uma maneira prática de fiscalizar o cumprimento das normas de acessibilidade pelas empresas operadoras dos transportes coletivos de passageiros. Este tema foi pauta de discussão e acompanhamento pelo Conade, com participação do Denatran, bem como conselheiros/as do Conade acompanharam as discussões junto à ABNT.

• **Apoiar e orientar a normalização da acessibilidade, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO), o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**

Análise Situacional da Meta

A ABNT atualmente revisa três normas sobre acessibilidade: Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (NBR 9050), Plataforma elevatória para ônibus rodoviário (NBR 15646) e Veículo coletivo de características rodoviárias (NBR 15320). Todas contam com participação da SDH/PR nos fóruns da ABNT – no grupo que revisa a NBR 15646, a articulação com fabricantes, Inmetro e organismos certificadores foi essencial para a rápida conclusão do texto-base da revisão, que já passou por consulta pública nacional e está em fase final de consolidação. Em paralelo, o Inmetro já realizou a consulta pública do regulamento que passará a exigir a certificação compulsória de plataformas elevatórias para ônibus rodoviários, assim como já faz para os ônibus urbanos, passos importantes para tornar a frota rodoviária mais acessível.

• **Apoiar estudos e pesquisas relacionados à acessibilidade**

Análise Situacional da Meta

O tema foi disponibilizado por meio de edital de chamada pública voltado à seleção de projetos em 2013, mas não houve interessados. Diversos estudos (como os de viabilidade do Selo Nacional de Acessibilidade) e pesquisas (como a do turista com deficiência) foram realizados entre 2012 e 2014 com recursos orçamentários aportados em cooperações internacionais. Este tema foi pauta de discussão e acompanhamento pelo Conade.

• **Articular ações de acessibilidade nas comunicações**

Análise Situacional da Meta

Quanto à audiodescrição, desde julho de 2013, a obrigatoriedade de disponibilizá-la na programação da TV digital aberta passou de 2h para 4h semanais. Em 2013, foi regulamentada a profissão de audiodescritor. Foi firmado um termo de cooperação com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) para realização de “Curso de Pós-graduação em Audiodescrição”, que se encontra em andamento com 50 alunos. Quanto à legenda oculta, desde julho de 2014 a obrigatoriedade de disponibilizá-la na programação da TV digital aberta passou de 12h para 16h diárias. Nas eleições de 2014, por demanda da SDH/PR, o TSE passou a exigir a legenda oculta obrigatória nos debates eleitorais televisionados. Em novembro/2013, uma nota técnica da Anatel reconheceu a obrigatoriedade legal de as TVs por assinatura disponibilizarem no sinal distribuído todos os recursos de acessibilidade disponíveis no sinal de TV digital original, o que já começa a ser verificado na fiscalização. A Anatel também prepara o lançamento de um Regulamento Geral de Acessibilidade, que unificará o tratamento do assunto, atualmente espalhado em diversos normativos. Em novembro de 2014, foi realizado em São Paulo, o evento regional “América Acessível: Informação e Comunicação para Todos” com o tema Acessibilidade das TIC (Tecnologias de Comunicação e Informação) para Pessoas com Deficiência. Esse evento foi organizado pela União Internacional das Telecomunicações (UIT) em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e a UNESCO no Brasil, com o apoio da Anatel e da Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, de São Paulo. Na ocasião buscou-se estabelecer um marco no debate para a identificação de princípios para a implementação de práticas na região das Américas sobre o uso de tecnologias de informação e comunicação que sejam acessíveis, proporcionando igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência nos aspectos relacionados à acessibilidade comunicacional. Diante da relevância dos resultados alcançados, os países das Américas decidiram realizar um segundo encontro regional em



2015, na Colômbia. Este tema foi também pauta de discussão e acompanhamento pelo Conade, com participação de agências reguladoras como Anatel e Ancine, bem como outros órgãos, como Ministério das Comunicações, Ministério da Cultura e TSE. A acessibilidade ocupou 40% das discussões do Conade entre 2013 e 2014.

- **Articular ações para o incentivo da acessibilidade em grandes eventos esportivos**

- Análise Situacional da Meta**

O tema foi disponibilizado em 2013 por meio de edital, e três propostas foram analisadas com o tema “Atendimento e a prestação de serviços às Pessoas com Deficiência para a Copa do Mundo de 2014 e outros eventos”. As propostas tinham os seguintes objetos: a primeira “Realizar de cursos de capacitação profissional, workshops e palestras de sensibilização com 260 (duzentos e sessenta) gestores e profissionais envolvidos no atendimento ao público no setor hoteleiro”, a segunda “Capacitar 500 pessoas voluntárias de diferentes segmentos para o Atendimento e a Prestação de Serviços às Pessoas com Deficiência para Copa do Mundo de 2014” e a última “Capacitação presencial (com carga de 42h) sobre o Atendimento à Pessoa com Deficiência, dirigido a 70 (setenta) profissionais das áreas de turismo, do transporte, voluntários para a Copa 2014, profissionais da saúde, lideranças comunitárias e pessoas com deficiência que atuam no Rio de Janeiro”. Dois convênios foram firmados ainda em 2013. Houve, em 2014, edital de chamamento publicado que trouxe novamente a temática, porém com uma maior abrangência do tema, e selecionou um projeto que executará capacitação para o atendimento e a prestação de serviços às pessoas com deficiência em grandes eventos ou destinos turísticos. A SDH/PR e o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, foram parceiros do Ministério do Turismo na campanha institucional visando ao turismo acessível, que se utiliza dos grandes eventos para fomentar os direitos da pessoa com deficiência. Um portal colaborativo sobre a acessibilidade de locais e de serviços turísticos foi disponibilizado em <http://www.turismoacessivel.gov.br>. No âmbito do Conade, o tema foi discutido e acompanhado, com debates prévios sobre a Copa do Mundo, Jornada Mundial da Juventude, Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016. Foram envolvidos conselhos estaduais, municipais e gestores da política pública da pessoa com deficiência.

- **Articular ações para o incentivo da acessibilidade em prédios e serviços públicos**

- Análise Situacional da Meta**

Dois termos de cooperação firmados: um com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), destinado à realização das atividades de preparação de curso piloto, sua ministração para uma turma de pessoas selecionadas e a posterior avaliação dos produtos e formatação final do curso; e outro com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) para realização do Projeto de Capacitação em Informação, Acessibilidade e Direitos Humanos para Servidores Públicos Federais. Ambos foram concluídos. A SDH/PR coordenou Grupo de Trabalho a fim de elaborar uma cartilha contendo boas práticas sobre a promoção de acessibilidade em concursos públicos e/ou processos seletivos. O material já está diagramado e se encontra no Conade para receber as últimas contribuições e posterior publicação.



PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios	unidade	31/10/2011	382	31/12/2014	386
Taxa de mortalidade infantil indígena	1/1.000	31/12/2009	41,9	31/12/2013	41,27

Observações:

Taxa de mortalidade infantil indígena - Fonte: FormSUS Óbito. Informa-se que o incremento observado nos dados de 2013 deve-se ao desenvolvimento de várias ações de qualificação da vigilância do óbito pela SESAI, dentre elas: Implementação da vigilância do óbito nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI); Criação dos comitês de Vigilância do Óbito nos DSEI; Incremento do quantitativo de médicos na saúde indígena por meio do Programa Mais Médicos, culminando no aumento da notificação e emissão de declarações de óbitos indígenas, que anteriormente eram emitidas pelos municípios; Melhoria na captação de dados referentes aos óbitos com a implantação de instrumento específico (FormSUS).

OBJETIVO: 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Dentre as ações desenvolvidas pela Funai referentes à política de proteção territorial, destacam-se os seguintes eixos com vistas a garantir a posse plena dos povos indígenas sobre suas terras: (i) realização dos estudos de identificação e delimitação de terras indígenas e o consequente reconhecimento dessas terras pela Funai, por meio da aprovação do Relatório Circunstanciado, bem como os demais atos administrativos visando o prosseguimento do processo de demarcação de terras indígenas, nos termos do Decreto n.º 1775/96; (ii) realização de demarcação física das terras indígenas; (iii) ações de regularização dominial das terras indígenas, através dos registros em cartórios e na Secretaria do Patrimônio da União; (iv) ações de regularização fundiária stricto sensu, por meio dos levantamentos fundiários de avaliação benfeitorias e os respectivos procedimentos visando o pagamento das indenizações das benfeitorias; (v) ações de proteção dos povos indígenas isolados, por meio de atividades de confirmação de referências de índios isolados e monitoramento das terras indígenas com presença já confirmada de índios isolados, bem como ações de promoção de direitos aos povos recém contatados; (vi) ações de monitoramento territorial das terras indígenas, por meio das atividades de vigilância, com participação das comunidades indígenas, e de fiscalização, por meio de articulação com os órgãos ambientais e forças policiais. Na esfera do monitoramento e fiscalização das terras indígenas, as ações realizadas demonstram que atuação da Funai nesse campo depende sobremaneira da articulação e da parceria com outras instituições governamentais. As limitações institucionais da Funai (ausência da regulamentação do poder de polícia, orçamento reduzido, deficiência de recursos humanos) restringe a efetividade da ação fiscalizatória da entidade indigenista (entendida como ação de comando e controle) nas terras indígenas, impondo a necessidade do estabelecimento de ações conjuntas com órgãos ambientais e de polícia, tais como Ibama, Icmbio, Polícia Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Exército brasileiro e órgãos ambientais estaduais, dentre outros. O aspecto positivo dessa realidade é conferir maior sinergia e articulação estratégica (informação, operacional) entre os órgãos governamentais



que atuam no combate de ilícitos em terras indígenas. Nesse sentido, a Funai tem buscado aprimorar sua capacidade de diálogo interinstitucional com os órgãos de segurança e de polícia ambiental, participando das instâncias específicas de planejamento dos órgãos de inteligência (Sisbin, Ciccica), bem como participando das operações conjuntas do governo federal relativas ao combate de ilícitos ambientais (Operação Onda Verde e Defesa da Vida) e de proteção da faixa de fronteira (Operação Ágata, Sentinela). Por outro lado, a Funai também tem investido nas ações de prevenção de ilícitos como estratégia de proteção e monitoramento das terras indígenas, a partir do apoio das comunidades indígenas para realização de ações de monitoramento territorial e do Programa de Capacitação em Proteção, meta no PPA, bem como por meio da articulação de ações de etnodesenvolvimento. Na esfera específica da demarcação de terras indígenas, a orientação do Governo Federal foi no sentido de promover o maior diálogo possível entre os órgãos da administração pública federal e entre os entes federados, eventualmente atingidos pela demarcação de terras indígenas, de forma a minimizar os conflitos de interesse, construir consensos, contribuindo para a redução de conflitos. Se a médio e longo prazo a estratégia de intensificação do diálogo visando o estabelecimento de pactuações possíveis entre atores estatais poderá ter como consequência uma maior agilidade aos processos demarcatórios, em caso das pactuações lograrem êxito, a curto prazo produz um maior retardamento desses processos, em razão da necessidade de construção de consensos entre atores estatais, a partir de interesses institucionais divergentes, trazendo um impacto no atingimento das metas estabelecidas para o PPA 2012-2015, mormente as metas relativas a prática de atos administrativos que representam etapas legais no processo de demarcação de terras indígenas, quais sejam: (i) aprovação do relatório circunstanciado de identificação e delimitação de terra indígenas pela Presidência da Funai; (ii) edição de portaria declaratória pelo Ministro de Estado da Justiça; e (iii) edição de decreto homologatório pela Presidência da República. A despeito das dificuldades políticas, judiciais e institucionais no reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas (demarcação e proteção territorial), o conjunto das ações executadas demonstra o foco estratégico da Funai na garantia da posse plena dos povos indígenas sobre suas terras, por meio da articulação das ações de regularização fundiária com monitoramento e proteção territorial. Neste sentido, no ano 2014 destacam-se as seguintes ações: foram delimitadas 2 terras indígenas, 1 terra indígena declarada pelo Ministério da Justiça. Foram demarcadas fisicamente 3 terras indígenas e aviventados os limites de 2 terras indígenas, cujo o reconhecimento havia se dado em exercícios anteriores. Foi editado pela Presidência da República, o Decreto de desapropriação de Tuxá de Rodelas/BA. Foi realizada a indenização de benfeitorias em 05 terras indígenas. Em relação às ações de retirada de invasores, monitoramento territorial e fiscalização, realizadas em conjunto com Departamento de Polícia Federal, Força Nacional de Segurança e demais órgãos fiscalizadores, foram realizadas 1 grande operação que resultou na desintrusão da Terra Indígena Awá no Maranhão. Além disso, foi dada continuidade às operações na Terra Indígena Apyterewa e Terra Indígena Maraiwatsede. Também foram realizadas 205 ações de fiscalização em terras indígenas, em conjunto com os órgãos ambientais e de segurança. Foram realizadas também operações para contenção de conflitos no Mato Grosso do Sul: Sidrolândia, Ponta Porã e Dourados. Deu-se continuidade à Operação Ágata – com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais bem como coibir as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira e incrementar o apoio à população local, em especial, as populações indígenas. As operações foram realizadas pelas Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com outros órgãos federais, estaduais e municipais. Realizada expedição de localização de Referência do Afrísio (PA) sobre a presença de índios isolados na Terra Indígena Xipaia, no estado do Pará. Em Rondônia os trabalhos se concentraram na expedição da Serra da Cotia (Terra Indígena Uru Eu Wau Wau), em região sob impacto da BR 429. No Amazonas foi realizada a expedição Jaquirana, na Terra Indígena Vale do Javari.

Metas 2012-2015

- **Constituição de 8 reservas indígenas para atender os casos de maior gravidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras**

Análise Situacional da Meta

Antes de qualquer aquisição de terras, a Funai procede previamente a consulta a Secretaria de Patrimônio da União, Órgãos Fundiários dos Estados e Prefeituras, quanto a disponibilidade de terras públicas, objeto da demanda fundiária dos índios, que possam ter aptidão para constituição de reservas indígenas. Tal procedimento foi objeto de



recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), pelo Acórdão n.º 1785/2008: "(...) quando da eleição de áreas a serem destinadas a comunidades indígenas, consulte os governos estaduais e municipais bem como a União, por intermédio da Secretaria de Patrimônio da União e outros órgãos públicos e demais a respeito da disponibilidade de terras para eventual doação". Ressalta-se que em muitos casos as áreas públicas disponíveis possuem embaraços de diversas ordens (disputas judiciais, ocupações, etc..) que dificultam a sua regularização. Essas também podem não apresentar as condições necessárias para constituição da reserva indígena, nos termos do art. 26 da Lei n.º 6001/73. De qualquer forma, é procedimento previsto a consulta da existência de terras públicas disponíveis. Em 2012, realizou-se estudos técnicos nas áreas denominadas Ilhas da Tapera, em Pernambuco, Fazenda Jenipapeiro, na Bahia e da Fazenda Montana, em São Paulo, sendo essa última compromisso firmado em compensação da instalação de empreendimento que impactou as comunidades indígenas, contudo, não houve a finalização dos processos. Em 2013 houve os procedimentos acerca da proposta de decreto de desapropriação para áreas reservadas a comunidades indígenas das terras Aldeia Kondá/SC, Coroa Vermelha (Gleba C)/BA e Tuxá Rodelas/BA. Com a Aldeia Kondá, houve manifestação jurídica para as aquisições serem pela forma consensual com os proprietários, contudo, não foi possível tais entendimentos, seja por deficiência documental dos imóveis ou posição contrária dos proprietários em concordar com a alienação. Para as áreas Coroa Vermelha (Gleba C) e Tuxá Rodelas, os procedimentos administrativos prévios à publicação dos decretos foram concluídos. Houve ainda avanço no processo dos imóveis Ilhas da Tapera/São Félix e Porto Apolônio Sales e a Fazenda Jenipapeiro. Para o primeiro, o procedimento técnico foi concluído, porém, não houve consenso com o proprietário em relação a avaliação das terras. Em referência ao imóvel Fazenda Jenipapeiro, o procedimento administrativo foi finalizado para a aquisição e o recurso disponível no orçamento foi empenhado para negociação com o proprietário. Na aquisição das terras no processo de compensação pelos impactos de empreendimentos na construção do rodoanel da cidade de São Paulo, houve a aquisição da Fazenda Montana, para comunidade indígena Guarani. No ano de 2014, não foi possível avançar na desapropriação das terras reservadas à comunidade Kaingang da Aldeia Kondá/SC, tendo em vista não ter sido possível entendimento com os detentores dos imóveis, além de pendências na respectiva documentação cartorial. Em relação a área proposta que visa atender os índios Tuxá de Rodelas/BA, ocorreu a publicação do Decreto em 13.03.2014. A Funai está adotando as providências para regularização das terras para ocupação e usufruto dos índios Tuxá de Rodelas. Com referência as providências para a obtenção das terras aos indígenas Tuxá de Ibotirama, também em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado pela União, Ministério Público Federal, Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e comunidade indígena Tuxá, na compensação pela instalação da Usina Hidrelétrica de Itaparica, em se tratando do imóvel Fazenda das Pedras, não houve concordância dos indígenas para esse imóvel e nova área será localizada. Com relação a aquisição dos imóveis Ilhas da Tapera/São Félix e Porto Apolônio Sales/PE, para os índios Truká, continua sem acordo com o proprietário no valor das terras proposto pela Funai. O assunto segue na esfera judicial pelo processo 0000174-06.2007.4.05.8304/PE. Para o imóvel Fazenda Jenipapeiro, a ser reservado aos indígenas Atikum, foram realizados os estudos antropológicos e encaminhados ao proprietário o valor das terras obtido pela avaliação realizada pela Funai/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), contudo, esse pronunciou por não concordar com o valor proposto. Diante dessa situação o processo segue por meio judicial considerando que o proprietário entrou com a Ação de Reintegração/Manutenção de Posse, processo nº 2904-56.2013.4.01.3303 e a Ação de Desapropriação Indireta, processo 558-35.2013.4.01.3303. Também iniciaram-se os entendimentos para a obtenção das terras a comunidade Guarani do Jaraguá/SP, tratando também do processo da compensação para construção do rodoanel da cidade de São Paulo. No ano de 2014 não houve finalização de processos de aquisição de áreas reservadas a comunidades indígenas.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	2	unidade	0	31/12/2014
Territórios Indígenas do Nordeste	3	unidade	0	31/12/2014
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	3	unidade	1	31/12/2014

• Delimitação de 56 terras indígenas

Análise Situacional da Meta

A partir das diretrizes consubstanciadas no PPA 2012-2015, decidiu-se por concluir procedimentos de identificação e delimitação de terras indígenas iniciados em anos anteriores em todos os estados da Federação, com ênfase nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Nos anos de 2012 e 2013 foram delimitadas as Terras Indígenas Juary (AM), Murutinga Tracajá (AM), Vista Alegre (AM), Ponciano (AM), Sissaima (AM), Wassu Cocal (AL), Tremembé da Barra do Mandaú (CE), Kanela Memortumré (MA), Menkü (MT), Tuwa Apekuokawera (PA), Paquicamba (PA), Taego Áwa (TO), Tenondé Porã (SP), Iguatemipegua I (MS), Caxixó (MG), Tupinambá de Belmonte (BA), Boa Vista do Sertão do Promirim (SP), Lago do Limão (AM), Jaraguá (SP) e Tapeba (CE). Em 2014 foram delimitadas as TIs Herarekã Xetá (PR) e Kacriabá (MG), ambas tiveram os estudos concluídos em 2013. No exercício de 2014, foram concluídos e aprovados, no âmbito da Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação da Diretoria de Proteção Territorial da Funai, os relatórios circunstanciados de identificação e delimitação das Terras Indígenas Enawene Nawe (Rio Preto/Adowina) (MT), Cobra Grande (PA), Comexatibá (Cahy-Pequi) (BA) e Jurubaxi-Téa (AM) que, juntamente, com as Terras Indígenas Kaxuyana-Tunayana (AM/PA), Mato Castelhana (RS), e Sawré Muybu (PA), concluídas em anos anteriores, aguardam a finalização dos trâmites administrativos e das articulações necessárias para aprovação dos respectivos relatórios circunstanciados de identificação e delimitação pela Presidência da Funai. Foram constituídos 03 novos Grupos Técnicos (GTs) visando a delimitação das terras indígenas Krenyê (reserva) (MA), Waimiri-Atroari (reestudo de limites) (AM e RR) e Borboleta (reserva) (RS); e 10 GTs de estudos complementares, com vistas a concluir os procedimentos de identificação e delimitação das terras indígenas Tekoha Guasu Guavirá (Guaíra e Terra Roxa) (PR), Amâncio e Mbiguaçu (SC), Kalancó (AL), Jeju e Areal (PA), Jamamadi do Lourdes/Cajueiro (AM), Puruborá (RO), Sawré Juybu e Sawré Apompu (PA), Roro-Walu (Jatobá/Ikpeng) (funditário) (MT), Pipipã (PE) (funditário) e Lami (RS). Também, foram realizados Diagnósticos Socioambientais das Terras Indígenas Pilad Rebuá (MS), Lalima (MS), Carretão (GO) e Fulni-o (AL/PE) que contribuirão com a delimitação dessas terras indígenas. Por fim, foram analisadas 39 contestações interpostas aos procedimentos de identificação e delimitação das Terras Indígenas Tremembé da Barra do Mundaú/CE (etnia Tremembé); Tuwa Apekuokawera/PA (etnia Suruí-Aikewar); Jaraguá/SP (etnia Guarani); Bragança Marituba/PA (Munduruku); Munduruku Taquara/PA (etnia Munduruku); Caxixó/MG (etnia Caxixó); Wassu-Cocal/AL (etnia Wassu-Cocal); e Ponciano/AM (etnia Mura). Foram analisadas, ainda, três diligências técnicas apresentadas pelo Ministério da Justiça aos procedimentos de identificação e delimitação das Terras Indígenas Tupinambá de Olivença/BA, Apiaká do Pontal e Isolados/MT e Taego Awã/TO. Cabe esclarecer que desde 2012 vem sendo envidados esforços no sentido da priorização dos procedimentos a partir da definição de critérios claros, e tem-se primado pela qualificação do diálogo com as unidades descentralizadas e com a representação indígena.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21	unidade	11	31/12/2014
Territórios Indígenas do Nordeste	10	unidade	4	31/12/2014
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	25	unidade	7	31/12/2014

• Desenvolvimento, implantação e disponibilização de Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas



Análise Situacional da Meta

O Sistema de Informação Geográfica de terras indígenas já está normatizado de acordo com a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, preconizada pelo IBGE e demais Instituições do Governo Federal. Após os resultados apontados pela consultoria técnica, avaliando a base cartográfica existente na Instituição, quanto aos critérios de precisão e produção cartográfica, deverão ser compatibilizadas e adequadas com as informações provenientes das diversas fontes e realizar parcerias com outras instituições. O Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Meio Ambiente foi assinado em 2013 e possibilitará, através do acesso ao acervo de imagens de satélite e informações disponibilizadas para uso das mesmas, uma evolução no uso de ferramentas de geoprocessamento, permitindo a criação de novos produtos para uso nos diversos setores da Instituição. A criação de mecanismos de monitoramento, avaliação e análise das informações geoespaciais presentes em grande parte de documentos submetidos a consulta e informações a sociedade em geral permite maior qualidade na tomada de decisões, através de informações cartográficas melhor elaboradas e com uma amplitude maior de informação geoespacial. A utilização de software livre tem propiciado uma gama maior de usuários, inclusive com a participação de servidores, nas pontas, ocorrendo assim capacitações realizadas pela equipe de geoprocessamento, o que traz uma redução de custos razoável, viabilizando o acesso rápido as informações espaciais de forma prática. Em 2014, foi definida a metodologia e realizado o desenvolvimento, restando agora a implantação e disponibilização do sistema.

• Emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram declaradas de posse permanente das comunidades indígenas as Terras Indígenas Maracaxi/PA, grupo indígena Tembê, com uma superfície de 720 hectares; e Mato Preto/RS, grupo indígena Guarani Chiripá e Mbyá, com superfície de 4230 hectares. Ainda no ano de 2012 foram encaminhados 7 processos (das Terras Indígenas Cué-Cué/Marabitanas/AM, Guanabara/AM, Votouro/Kandóia/RS, Barra Velha do Monte Pascoal/BA, Tremembé de Queimadas/CE, Tumbalalá/BA e Tupinambá de Olivença/BA) com vistas à expedição de Portaria Declaratória pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça. Já em 2013 foram declaradas como de posse permanente indígena pelo Ministro da Justiça 03 Terras Indígenas, a saber: Cué-Cué Marabitanas – AM (etnia: Baré, área: 808.645 hectares), Guanabara – AM (etnia: Kokama, área: 15.600 hectares) e Tremembé de Queimadas/CE (etnia: Tremembé, área: 767 hectares). Também foram encaminhados ao Ministério da Justiça, com vistas à expedição de Portaria Declaratória, 05 processos de demarcação de terras indígenas, referentes às Terras Indígenas Tenondé Porã (SP), ocupada pelos Guarani Mbyá, o qual foi objeto de diligência por parte do Ministério da Justiça e devolvido à Funai, Apyaka do Pontal e Isolados (MT), Irapuá (RS), Kawahiva do Rio Pardo (MT), Paquicamba (PA), Taunay-Ipegue (MS). Em 2014 foi expedida a Portaria de Declaração de Posse Permanente Indígena, para a Terra Indígena Paquicamba – PA (etnia: Juruna, superfície: 15.755 hectares). Foram encaminhados ao Ministério da Justiça, objetivando a expedição de Portaria Declaratória, os processos das Terras Indígenas: Estação Parecis (MT), Kanela Memortumré (MA) e Jaraguá (SP), esse último devolvido à Funai para diligência. Após respondidas as diligências solicitadas pelo Ministério da Justiça, os processos das Terras Indígenas Tenondé Porã (SP), Tupinambá de Olivença (BA) e Barra Velha do Monte Pascoal (BA) foram restituídos novamente ao Ministério da Justiça.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	15	unidade	4	31/12/2014
Territórios Indígenas do Nordeste	10	unidade	1	31/12/2014
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	20	unidade	1	31/12/2014

• Estabelecimento de acordos de cooperação técnica para o combate ao desmatamento, incêndios florestais e

**outros ilícitos nas terras indígenas****Análise Situacional da Meta**

Em dezembro de 2013, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica entre a Funai e o Ibama com o objetivo de implementar o Programa de Brigadas Federais em terras indígenas, e realizar ações conjuntas de prevenção, monitoramento e combate a incêndios florestais. O Plano de Trabalho vinculado ao Acordo de Cooperação Técnica (ACT) começou a ser implementado em 2014, com a formação e contratação de 30 brigadas indígenas nas seguintes terras indígenas: Tenharim Marmelo/AM; Uaçá, Galibi e Juninã/AP; Coroa Vermelha/BA; Awá/GO; Governador/MA; Araribóia/MA; Bacurizinho/MA; Cana Brava Guajajara/MA; Porquinhos/MA; Kanela/MA; Xacriabá/MG; Kadiwéu/MS; Cachoeirinha/MS; Limão Verde/MS; Utiariti/MT; Bakairi/MT; Paresi/MT; Tapirapé/Karajá/MT; São Marcos/RR; duas em Raposa Serra do Sol/RR; Araçá/RR; Malacacheta/RR; Parque do Araguaia/TO; Parque Indígena do Araguaia/TO; Kraolândia/TO; Xerente/TO; Apinayé/TO; Menkragnotire/PA; Baú/PA. O Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) está em tramitação e tem objetivos similares aos do ACT firmado com o Ibama, contudo, é destinado somente às terras indígenas sobrepostas ou limítrofes a Unidades de Conservação Federais. No momento, o ACT está sob análise do órgão ambiental, mas as ações em parceria já vêm sendo executadas desde 2010, a partir da inserção da Funai no Centro Integrado Multi-Agências (Ciman). A Funai apoiou os processos de formação e seleção das brigadas indígenas, e tem acompanhado as ações de prevenção e combate desempenhadas pelas brigadas. Fez-se orientação conjunta entre Funai Sede e suas respectivas unidades descentralizadas, estabelecendo um procedimento comum para atuação articulada com os referidos órgãos no combate aos incêndios florestais em terras indígenas (definição conjunta das terras a serem trabalhadas, apoio logístico, entre outros). Além disso, a Funai também realizou ações de prevenção e monitoramento, como abertura de aceiros e preparo de equipes para monitorar os focos de calor, a exemplo da Terra Indígena Maraiwatsede/MT, e da formação do Grupo de Prevenção a Incêndios na Terra Indígena Sororó/PA. A formação de Grupos de Prevenção a Incêndios valoriza os conhecimentos tradicionais e promove o diálogo intercultural acerca das práticas de manejo do fogo. A Funai vem articulando junto às Secretarias Estaduais de Segurança a celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT), objetivando a fixação de critérios e normas de articulação entre os órgãos envolvidos, visando à proteção territorial, a fiscalização, o patrulhamento, a prevenção e a repressão às infrações ambientais nas Terras Indígenas pela Polícia Militar, nos aspectos da proteção da flora, fauna e dos demais valores naturais, e apoio à segurança dos servidores/funcionários da Funai no exercício de suas atribuições. O ACT com a Secretaria de Estado de Segurança e Defesa da Cidadania de Rondônia está em análise pelo Órgão Estadual.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

• Estruturação de 12 Frentes de Proteção Etnoambiental para fiscalizar e monitorar 23 terras indígenas com referências de povos indígenas isolados confirmadas**Análise Situacional da Meta**

No processo de estruturação das 12 Frentes de Proteção Etnoambiental, a Funai realizou uma série de medidas para incrementar a infraestrutura das Frentes que foram fundamentais. Foi dado incremento substancial na infraestrutura física, principalmente nas Frentes de Proteção Etnoambiental Cuminapanema, Yanomami e Awá-Guajá. Foi feito um levantamento refinado dos bens patrimoniais das Frentes de Proteção Etnoambiental, dos mapas logísticos da atuação nas atividades finalísticas, e composição de recursos humanos e metas a serem cumpridas. Deu-se continuidade ao processo de aquisição de equipamentos importantes, como viaturas, caminhões, embarcações e equipamentos de proteção e segurança. Contudo, os recursos disponíveis foram investidos em diferentes Frentes de Proteção Etnoambiental, sendo aplicados em maior volume para as Frentes de Proteção Etnoambiental Vale do Javari, Yanomami, Awá-Guajá, de modo a incrementar as ações de fiscalização, monitoramento e localização de povos isolados. Em relação a elaboração e implantação de Sistema de Gerenciamento de Informações da Funai, não houve avanços em razão da suspensão do serviço de fábrica de software pela Funai. Em janeiro de 2014 teve início a



Operação de desintrusão de ocupantes não-índios da Terra Indígena Awá (MA), coordenada pela Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC), que teve seu ápice nos meses de fevereiro, março, abril e maio e perdura até a presente data, inclusive com grande aporte de recursos para manutenção das Bases de Proteção, extrusão, vigilância e fiscalização. Tal ação fortaleceu a atuação da Frente de Proteção Etnoambiental Awá e a presença do Estado na região. Também foram realizadas atividades de planejamento e diagnóstico na Terra Indígena Yanomami como parte das atividades pós desintrusão da região do Ajarani, realizada no primeiro semestre. No âmbito da Frente de Proteção Etnoambiental do Envira, foi reativada a Base de Proteção Etnoambiental (BAPE) do Xinane para que pudesse proteger os direitos e exercer as atividades de proteção territorial efetiva no território do povo indígena recém-contatado do Xinane em junho de 2014. Em dezembro, foram realizados trabalhos de estruturação dessa BAPE com utilização de técnicas de bioconstrução, mais adaptadas à realidade ambiental. 2012 – 2 FPEs Uru-Eu-Wau-Wau e Guaporé; 2013 – 2 FPEs Purus e Cuminapanema; 2014 - 2 FPEs Awá e Envira.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

- **Estruturação de 5 unidades descentralizadas da FUNAI, especializadas no serviço de monitoramento territorial e na proteção de índios isolados para atuarem em terras indígenas localizadas na faixa de fronteira do Brasil com Peru, Colômbia e Venezuela**

Análise Situacional da Meta

Essa meta objetiva ampliar a capacidade de atuação da Funai nas ações de monitoramento territorial, reduzindo a vulnerabilidade das terras indígenas em face da presença de ilícitos ambientais e territoriais. Em 2013 foi apoiada a estruturação do Serviço de Gestão Territorial e Ambiental da Coordenação Regional da Funai do Rio Negro, localizada em São Gabriel da Cachoeira- AM, região fronteira carente da presença do Estado. A Coordenação Regional da Funai de Roraima recebeu novas viaturas, o que facilitou a atuação daquelas regionais em decorrência dos constantes conflitos fundiários na região e equipamentos de informática para aprimorar o trabalho de monitoramento territorial. A Coordenação Regional da Funai de Guajará Mirim está em processo de estruturação de um sistema de comunicação entre o escritório e as áreas de maior vulnerabilidade em várias terras indígenas daquela jurisdição. A Coordenação Regional da Funai de Alto Solimões recebeu investimentos para ampliação do sistema de comunicação e para renovação do plaqueamento de identificação das Terras Indígenas. Novas viaturas foram adquiridas para Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami Ye'kuana (FPEYY), na Coordenação Regional da Funai de Roraima. Em 2014 foi possível apoiar a estruturação do Serviço de Gestão Territorial e Ambiental da Coordenação Regional da Funai do Vale do Javari, localizada no Amazonas, especificamente para apoiar a mobilidade da Coordenação Técnica Local da Funai de Eirunepé, por meio da aquisição de barcos e motores. Houve também investimento na mobilidade da Frente de Proteção Etno-ambiental Guaporé (faixa de fronteira no estado de Rondônia), por meio da aquisição de barcos, e motores. Houve investimentos em duas Coordenações Regionais da Funai e uma Frente de Proteção Etnoambiental. Na Coordenação Regional da Funai de Rio Negro apoiamos a aquisição de barco e motor; e na Coordenação Regional do Juruá, na aquisição de aparelhos Global Positioning System (GPS). Foi possível descentralizar recursos para a estruturação das Bases de Proteção Etnoambientais Ituí/Itaqui, Curuçá e Quixito da Terra Indígena Vale do Javari com investimentos para aprimorar o sistema de radiofonia e para aquisição de gerador elétrico.

Em 2013 – CR Roraima;

Em 2014 - CR Vale do Javari - CTL Eirunepé.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	5	unidade	3	31/12/2014



• **Estudos e localização de 8 novas referências de povos indígenas isolados, com incremento de 30% sobre as 33 referências já confirmadas**

Análise Situacional da Meta

Cada atividade de localização compreende um conjunto de atividades como estudos por sensoriamento remoto, expedições terrestres e fluviais e levantamentos por sobrevoo. Como ação estruturante dessa meta, foi realizada uma oficina de capacitação voltada para o estudo e localização de índios isolados com a participação de 24 servidores que ingressaram na Funai no último concurso. Esta capacitação, de 144 horas, viabilizou a ampliação dos quadros técnicos da Funai em condições de participarem em novas expedições. Em 2012 foram confirmadas 2 (duas) referências de índios isolados, sendo uma no estado do Amazonas e outra no estado de Roraima. Já entre janeiro e junho de 2013 foi confirmada 01 (uma) referência de índios isolados, sendo esta no estado do Amazonas. Em 2013 foram realizados estudos sobre 02 (duas) novas referências de povos indígenas isolados, sendo uma no estado do Pará e outra no Acre. Realizou-se, também, a atualização das informações sobre referências de índios isolados não confirmadas. Essa atualização permitiu a elaboração de um planejamento com maior rigor técnico com vistas à realização dos estudos para a confirmação dessas novas referências. Nesse sentido foram consideradas situações de maior vulnerabilidade para esses povos como a ocorrência de grande pressão de atividades ilícitas como grilagem de terras e tráfico internacional de drogas. O trabalho de coordenação dessa ação, que se concentra no estado do Acre, vem sendo realizado em parceria com o Ministério da Defesa e a Polícia Federal. No primeiro trimestre de 2014, tendo em vista as informações sobre a presença de índios isolados na Terra Indígena Xipaya, no médio Iriri, repassadas por indígenas da região, foi realizada uma expedição de localização na Referência Riozinho do Anfrísio (PA), e coleta de dados na Reserva Extrativista homônima. Ainda, em continuidade as ações iniciadas em 2012/2013, foi realizada uma expedição de localização da presença de índios isolados na Terra Indígena Jacareuba Katawixi. Com objetivo de localizar para confirmar ou refutar, bem como qualificar a área de ocupação de povos indígenas isolados, foram realizadas expedições em duas regiões, uma em Rondônia e outra no Amazonas. Em Rondônia, os trabalhos se concentraram na expedição da Serra da Cotia (Terra Indígena Uru Eu Wau Wau), em região sob impacto da BR 429. No Amazonas foi realizada a expedição Jaquirana, na Terra Indígena Vale do Javari, em região sob impacto de pesquisa geofísica terrestre no limite sul da referida Terra Indígena. Observa-se que as duas ações foram realizadas em detrimento de ações de proteção territorial de índios isolados, nas Terras Indígenas Uru-Eu-Wau-Wau e Vale do Javari, executadas pelas Frentes de Proteção Etnoambiental que atuam nestas áreas. No segundo semestre de 2014, foram realizadas três expedições de localização, sendo duas no registro n.º 40, Riozinho do Anfrísio e n.º 77 (rio Piranhaquara/Terra Indígena Araweté do Igarapé Ipixuna) coordenadas e executadas pela Frente de Proteção Etnoambiental (FPE) Médio Xingu e no registro n.º 12/Terra Indígena Jacareuba Katawixi), coordenadas e executadas pela FPE Madeira Purus. Observa-se ainda que foram mantidas as expedições de localização pelas Frentes de Proteção Etnoambiental Madeira (RO), Madeirinha-Juruena (MT), Awá (MA) e Médio Xingu (PA), nas respectivas Terras Indígenas Jacareuba Katawixi(RO), Apiaká do Pontal e Isolados (MT), Awá (MA) e Ituna – Itatá (PA).

2012 – 2-AM e RR;

2013 – 1-AM;

2014 – 1-PA.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	8	unidade	4	31/12/2014

• **Fiscalização e monitoramento efetivo de 210 terras indígenas, com incremento de 30% das terras indígenas fiscalizadas sistematicamente**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizadas atividades de fiscalização e monitoramento em 159 terras indígenas, sendo 83 na



Amazônia Legal, 10 no Nordeste e 66 no Sudeste, Centro-Oeste e Sul. No ano de 2013, foram realizadas atividades de fiscalização e monitoramento em 127 terras indígenas, sendo 104 na Amazônia Legal, 7 no Nordeste e 16 localizadas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Para o ano de 2014, em virtude das circunstâncias orçamentárias, foi possível realizar 295 atividades de fiscalização, monitoramento e combate a ilícitos em 150 terras indígenas (sendo 115 na Amazônia Legal, 3 no Nordeste e 32 nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul). Dessas, algumas foram executadas, no âmbito da Operação Ágata VIII, em articulação interinstitucional com órgãos parceiros da esfera federal (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICMBio, Polícia federal, Força Nacional de Segurança Pública e Exército Brasileiro) e estadual (Batalhão da Polícia Ambiental). Diversas dessas atividades consistiram em operações interinstitucionais (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Militar Ambiental, Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICMBio, entre outros) de combate a ilícitos ambientais. Destacamos, o início da Operação de desintrusão de ocupantes não-índigenas da Terra Indígena Awá (MA) em janeiro de 2014, coordenada pela Funai, que teve seu ápice nos meses de fevereiro e março, e foi finalizada no mês de abril. No período pós-desintrusão, que perdura até a presente data, a Funai vem mantendo servidores e Policiais Militares, a fim de evitar possíveis invasões na Terra Indígena. O reduzido número de Terras Indígenas atendidas na região Nordeste justifica-se pelo estabelecimento de áreas prioritárias para atuação, tendo como base os territórios indígenas mais impactados pela extração ilegal de recursos naturais (minérios e madeira) e pelos empreendimentos de infraestrutura, localizados majoritariamente nas regiões da Amazônia legal e Centro-Oeste. Nestas regiões foram realizadas diversas ações exitosas como operações de desintrusão de ocupantes não-índigenas das Terras Indígenas Awá (MA) e Apyterewa (PA), operação de combate à extração ilegal de minérios na Terra Indígena Kayapó (PA), operações para contenção de conflitos no Mato Grosso do Sul (MS), continuidade à Operação Ágata – com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais. Além disso, é necessário destacar a redução gradual do orçamento destinado às ações de proteção territorial (prevenção e fiscalização) ao longo dos últimos anos. Em 2008 a Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial contava com um volume orçamentário de R\$ 12.412.792,60, que foi sendo reduzido gradativamente até o montante de R\$ 6.779.344,00 para o ano de 2014. Uma redução de aproximadamente 50%. A redução orçamentária implica, necessariamente, o remanejamento de recursos entre as áreas atendidas, tendo como base critérios objetivos focados na proteção das comunidades indígenas e seus territórios.

Quantidade alcançada

150

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	170	unidade	115	31/12/2014
Territórios Indígenas do Nordeste	29	unidade	3	31/12/2014
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11	unidade	32	31/12/2014

• Homologação da demarcação de 40 terras indígenas

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram homologadas por meio de Decreto Presidencial 07 (sete) Terras Indígenas: Lago do Marinheiro/AM, Porto Limoeiro/AM, Xipaya/PA, Riozinho do Alto Envira/AC, Tenharim de Marmelos Gleba B/AM, Matintin/AM e Santa Cruz de Nova Aliança/AM e encaminhados para homologação os processos das Terras Indígenas Arara da Volta Grande do Xingu, com uma superfície de 25.525 hectares e Cachoeira Seca, com uma superfície de 733.688 hectares, localizadas no estado do Pará e aguardam expedição do Decreto. Já em 2013 foi publicado o Decreto de Homologação da Terra Indígena Kayabi-PA/MT (etnia: Kayabi, área – 1.053.257 hectares). Também em 2013 foram demarcadas fisicamente 04 (quatro) Terras Indígenas, a saber: Xukuru-Kariri/AL, Piaçaguera/SP, Caramuru-Paraguassú/BA e



Xapecó/Pinhalzinho/Canhandão/SC. Essa etapa antecede a homologação, sendo um pressuposto para a instrução do processo de homologação pela Presidência da República. Ao longo de 2013 foram instruídos 7 processos de homologação e encaminhados ao Ministério da Justiça, com vistas ao encaminhamento à Presidência da República das Terras Indígenas Arary (AM), Arara do Rio Amônia (AC), Banawa (AM), Cajuhiri-Atravessado (AM), Manoki (MT), Pequizal do Naruvotu (MT), Setemã (AM), os quais permanecem aguardando Decreto de Homologação. No decorrer de 2014, se juntam aos demais os processos de homologação das Terras Indígenas Mapari (AM), Xucuru-Kariri (AL) e Piaçaguera (SP). Também foram demarcadas fisicamente 05 (cinco) Terras Indígenas Pindoty/SC (3.294 hectares), Pirai/SC (3.017 hectares), Tarumã/SC (2.172 hectares), Aldeia Velha/BA (2.001 hectares) e Baía dos Guatós/MT (19.164 hectares). Não houve para o período expedição de Decreto de Homologação para Terras Indígenas.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	24	unidade	8	31/12/2014
Territórios Indígenas do Nordeste	5	unidade	0	31/12/2014
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11	unidade	0	31/12/2014

• Implementação do Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas

Análise Situacional da Meta

O Programa de Capacitação em Proteção Territorial possui sete módulos que visam preparar servidores e indígenas para atuarem em ações atinentes à proteção das terras indígenas, cito:

1. Noções Gerais de Legislação Indigenista e Ambiental;
2. Cartografia Básica e Uso de Global Positioning System (GPS);
3. Prevenção e Monitoramento de Incêndios Florestais em Terras Indígenas;
4. Vigilância e Proteção de Terras Indígenas;
5. Serviços Ambientais: o papel das Terras Indígenas;
6. Monitores Territoriais Indígenas; e
7. Uso Preventivo e Manutenção de Equipamentos e Veículos.

Em 2012, o Programa de Capacitação de Proteção Territorial da Funai elaborou, com o apoio da Agência de Cooperação Internacional Alemã (GIZ), um conjunto de materiais didáticos sobre temas como Cartografia Básica e Uso de GPS, Vigilância Indígena, Monitores Indígenas, Legislação Indigenista e Ambiental, Prevenção e Monitoramento de Incêndios em Terras Indígenas e Serviços Ambientais. Foram realizados 10 (dez) cursos somando cerca de 150 pessoas (servidores e indígenas) capacitadas. Em 2013 foram realizados 09 (nove) cursos (4 de Cartografia básica e uso de GPS, 1 de Noções Gerais de Legislação Indigenista e Ambiental, 1 de Manual de Proteção: atuação em Terras Indígenas, e 3 de Prevenção e Monitoramento de Incêndios em Terras Indígenas). O Programa de Capacitação em Proteção registrou um total de 113 servidores e 88 indígenas capacitados. Além disso, deu-se a continuidade das ações de produção do conteúdo, análise e aprovação do material produzido e processo de publicação desses conteúdos. Foram publicados três dos sete livros do Programa de Capacitação em Proteção Territorial. Em 2014 foram realizadas 9 capacitações, a saber: 1 curso de Cartografia Básica e Uso de GPS para 15 servidores da Coordenação Regional da Funai do Rio Negro; 3 cursos de Vigilância e Proteção de Terras Indígenas distribuídos como segue: i) 50 indígenas das Terras Indígenas Koatinemo, Trinchira Bacajá e Arara; ii) 25 indígenas da Terra Indígena Médio Rio Negro I e iii) 25 indígenas da Terra Indígena Mangueirinha; 2 cursos: 1 de Cartografia e uso de GPS na Terra Indígena Maró (capacitação de 15 indígenas) e 1 em Sobradinho/DF para 30 servidores; 1 de Legislação Indigenista e Ambiental para 30 servidores em Sobradinho/DF; e 1 formação do Grupo de Prevenção a Incêndios com capacitação de 15 indígenas na Terra Indígena Sororó/PA. Em suma, em 2014, foram qualificadas 205 pessoas, sendo



75 servidores e 130 indígenas.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2014

• **Implementação do Projeto de Monitoramento Espacial das Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

O projeto consiste em viabilizar a realização do monitoramento em tempo real de ilícitos em terras indígenas por meio da troca instantânea de informações entre as Coordenações-Gerais e unidades descentralizadas da Funai, Comunidades Indígenas e Órgãos parceiros. Para isso, após a elaboração e aprovação do Projeto Básico para o Monitoramento das Terras Indígenas, foi organizado o processo licitatório para a contratação da fábrica de software em 2013. O sistema começou a ser desenvolvido ainda em 2013, e foi aprimorado durante o 1º semestre de 2014. No segundo semestre, a Instituição consolidou parcerias com outras Instituições, objetivando o aprimoramento do monitoramento espacial das Terras Indígenas. Cabe destacar a parceria firmada com o Ibama, a qual possibilitou o acesso da Funai à plataforma de monitoramento de desmatamento em tempo real do Sistema Compartilhado de Informações Ambientais (SisCom/Ibama) por meio do Projeto Deter. A ferramenta possibilita o direcionamento das equipes de campo até os locais de alteração na cobertura vegetal com informações precisas e confiáveis, incluindo coordenadas geográficas e dimensões estimadas das áreas. A Funai também articulou junto ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam o compartilhamento de dados acerca do desmatamento por meio do Programa de Monitoramento de Terras Especiais (ProAE) e vem recebendo mensalmente estes dados. Em paralelo, a Funai vem desenvolvendo o Sistema do Projeto de Monitoramento Espacial com vistas à melhoria na troca de informações entre a Funai-Sede e suas unidades descentralizadas, no entanto, o desenvolvimento do sistema avançou pouco, em razão da suspensão do serviço de fábrica de software pela Funai.

• **Indenizar e extrusar ocupantes de boa-fé de 40 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

O processo para extrusão dos não índios de terras indígenas abrange diversos procedimentos e atividades que envolvem trabalhos de campo com o levantamento e avaliação das benfeitorias instaladas pelos ocupantes não índios na terra indígena; a análise técnica do material produzido na avaliação das benfeitorias; a elaboração de parecer dos recursos interpostos pelos não índios contrários ao processo de extrusão; a deliberação sobre a boa-fé na instalação das ocupações e benfeitorias por não índios em terras indígenas; a aprovação jurídica do processo e o deferimento da Presidência da Funai, autorizando o pagamento correspondente indenização das benfeitorias. Após essas etapas, para o processo de indenização pelas benfeitorias é constituída uma Comissão de Pagamento que desloca até a terra indígena, convoca os não índios para que apresentem a documentação visando habilitar ao processo, além dos encaminhamentos junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para o reassentamento desses em outra área dos não índios que atendam o perfil da reforma agrária. Por ser um processo muito complexo, as atividades podem se estender por alguns anos, até a efetivação da indenização de todos ocupantes não índios e a sua retirada destes da terra indígena, que tem por finalidade a posse plena do grupo indígena afetado. No ano de 2012 foram iniciados os procedimentos de indenização dos ocupantes de boa-fé em 10 Terras Indígenas: (Apyterewa (PA), Krikati (MA), Lago do Marinheiro (AM), Yanomami (RR), Jatuarana (AM), Brejo do Burgo (BA), Xucuru-Kariri (AL), Boa Vista (PR), Tupiniquim (ES), Palmas (SC). No decorrer do ano de 2013 ocorreram pagamentos de benfeitorias em 9 terras indígenas Serrinha (RS), Nonoai (RS), Pankararu (PE), Paumari do Lago Marahã (AM), Apurinã do Igarapé São João (AM), Itixi Mitari (AM), Atikum (AL), Arara do Rio Amônia (AC), Xukuru (PE); procedimento com depósito em consignação judicial para os ocupantes não índios que não aceitaram o pagamento consensual nas seguintes Terras Indígenas: Badjonkore (PA), Comboios (ES). No ano de 2014, foram desenvolvidos estudos de campo com a formação de grupo técnico para o levantamento e avaliação de benfeitorias nas Terras Indígenas Caramuru/Paraguassu (BA), Piaçuquera (SP), Cachoeira Seca (PA), Baía dos Guató (MT), Igarapé Grande (AM) e na área reservada Tuxá de



Rodelas. Análise do material técnico para adequação de valores das benfeitorias das Terras Indígenas Entre Serras (PE), Serrinha (RS), Arara da Volta Grande do Xingu (PA), Morro dos Cavalos (SC). Processo administrativo sobre a análise da boa-fé na instalação da ocupação e das benfeitorias de não índios para as Terras Indígenas Rio dos Índios/RS, Maraitá (AM), São Domingos do Jacapari e Estação (AM), Barro Alto (AM) e Brejo do Burgo (BA). Designação de Comissão de Pagamento de benfeitorias para as Terras Indígenas Morro dos Cavalos (SC), Apurinã do Igarapé São João (AM), Itixi Mitari (AM), Arara do Rio Amônia (AC), Arara da Volta Grande do Xingu (PA), Boa Vista (PR), Brejo do Burgo (BA), Entre Serras (PE), Maranduba (TO), Las Casas (PA) e para Terra Indígena Pankararu (PE) o cumprimento de decisão de sentença com o depósito em conta judicial. Nas demais terras indígenas (Morro dos Cavalos, Arara do Rio Amônia, Boa Vista, Brejo do Burgo, Entre Serras, Maranduba, Las Casas, Parankararu) realizou-se a indenização e a extrusão parcial dos ocupantes não índios. No ano de 2014 foram iniciados os procedimentos de indenização dos ocupantes de boa-fé em 5 Terras Indígenas: Las Casas (PA), Maranduba (TO), Entre Serras (PE), Morro dos Cavalos (SC), Arara da Volta Grande do Xingu (PA). Conforme demonstrado, pode ocorrer longa demora no processo de extrusão de ocupantes não índios de Terras Indígenas, sendo em alguns casos essa situação ocorre devido aos ocupantes não terem a documentação correta ou, pela intransigência desses em não aceitar apenas receber a indenização pelas benfeitorias e sair da área, sem o devido reassentamento em outro local. Em algumas situações o assunto segue por decisão judicial, prolongando muito a regularização da terra indígena. Também devem ser consideradas as situações atípicas de cada região e a localização geográfica da terra indígena, resultando em dificuldades no deslocamento dos técnicos para executar os estudos de campo, o pagamento e a extrusão dos não índios. Tais situações levam a morosidade na conclusão do processo, que pode acarrear alguns anos até a sua efetivação.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21	unidade	12	31/12/2014
Territórios Indígenas do Nordeste	7	unidade	6	31/12/2014
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	12	unidade	6	31/12/2014

• Inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) convida a Funai para eventos da Enafron, na faixa de fronteira no estado de Roraima, fortalecendo a Política Nacional de Fronteira ao considerar como componente estratégico as terras indígenas existentes nessas áreas. Em 2014 a Funai participou da Operação Ágata VIII, ações do Exército Brasileiro que ocorrem na faixa de fronteira. Ainda não foi possível obter êxito nas articulações que possibilitariam melhorar as estruturas físicas das unidades da Funai nessas regiões de fronteira, assim como também não foi possível o fortalecimento de pessoal nessas regiões, seja com a lotação de servidores ou gratificação específica. Mas ainda assim foram realizadas centenas de ações da Funai, com ou sem o apoio das forças de segurança pública, nas áreas de fronteira por meio de fiscalização e monitoramento. A Funai promoveu, em agosto de 2014, a I Oficina Regional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) sobre Proteção e Promoção de Direitos dos Povos Indígenas em Regiões Fronteiriças na Amazônia, que teve por objetivo promover a reflexão e diálogo entre os países-membros da OTCA a respeito de temas relacionados a povos indígenas que vivem em regiões de fronteira na Amazônia, a partir do que se pretende definir em linhas gerais para cooperação regional e o fortalecimento desses assuntos na agenda da Organização e de seus países membros.

• Inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas

**Análise Situacional da Meta**

A partir dos avanços já obtidos em 2012, estão sendo feitas articulações para se obter representatividade do Ministério da Justiça e da Funai no Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima – CIM, que é o fórum privilegiado para elaboração de agenda específica para a política indigenista na PNMC. Foi promovida discussão técnica sobre o cenário de mudanças climáticas e terras indígenas, em março de 2014, em um evento com o tema REDD+ e Povos Indígenas. A discussão teve como objetivo divulgar e trocar informações para garantir e qualificar o trabalho dos servidores da Funai e ainda subsidiar estratégias de ampliação desta temática junto aos povos indígenas. No segundo semestre de 2014, a Fundação Nacional do Índio sediou os 3 Módulos do Seminário "Mudanças Climáticas e Povos Indígenas" realizados pela Funai, Instituto de Pesquisas da Amazônia – IPAM, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB e a filial brasileira da ONG norte americana The Nature Conservancy – TNC. Tal iniciativa contribuiu para a promoção, sensibilização e capacitação de 21 representantes indígenas de todas as regiões do Brasil e de servidores da Funai (sede e unidades regionais) no tema das mudanças climáticas e suas interfaces com os povos indígenas. O objetivo do encontro foi formar lideranças indígenas de todo o Brasil para a 20ª Conferência do Clima. No final de 2014, representantes de povos indígenas de várias regiões do Brasil e servidores da Fundação Nacional do Índio participaram da 20ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-20/UNFCCC), em Lima, no Peru. Alguns dos pontos positivos ressaltados pelos representantes indígenas na COP-20 consistem: i) na iniciativa de ampliar a participação de povos indígenas de territórios não amazônicos nos processos formativos e nos fóruns de discussão sobre mudanças climáticas, ii) no intercâmbio de experiências, cosmovisões, projetos, propostas e desafios relativos ao enfrentamento da crise climática com povos indígenas de toda a América Latina, cujo desdobramento possível é o fortalecimento de alianças consteladas em agendas e pautas comuns, sobretudo as relativas à garantia dos direitos territoriais e de informação, participação e de consulta.

• Promover o monitoramento permanente nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento**Análise Situacional da Meta**

As ações de monitoramento territorial (fiscalização, prevenção e inteligência) vinculadas a essa meta são realizadas de forma diferenciada nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento. Os dados oficiais mais recentes acerca do desmatamento, publicados pelo Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite – PRODES tem como referência o ano de 2012. Considerando esses dados, foram realizadas ações de fiscalização e monitoramento territorial em 11 das 20 Terras Indígenas mais desmatadas no 2º semestre de 2014, totalizando ações em 17 das 20 com maiores taxas de desmatamento em 2014. Importante destacar a publicação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE acerca do desmatamento do ano de 2013. Tendo como referência as 20 Terras Indígenas mais desmatadas no ano de 2012, os dados de 2013 demonstraram redução nas taxas de desmatamento em 16 das 20 Terras Indígenas, demonstrando a efetividade das ações empreendidas pela Funai e Instituições Parceiras, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Instituto de Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Departamento de Polícia Federal e Polícias Militares Ambientais.

OBSERVAÇÃO: META NÃO ACUMULADA

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2014

• Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas, por meio de ações articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento**Análise Situacional da Meta**

As atividades articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento realizadas em 2012, no total de 47 terras indígenas, visaram coibir, principalmente, a retirada ilegal de madeira, a pesca e caça predatórias, entrada de invasores, promover a desativação de garimpos nas Terras Indígenas. Das ações acima listadas, 30 contaram com a participação de órgãos



de segurança pública e/ou governamentais (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Departamento de Polícia Federal - DPF, Força Nacional, Batalhões de Polícia Militar Ambiental e Exército Brasileiro). Em 2013, foram realizadas 118 ações de monitoramento territorial (fiscalização, prevenção e inteligência) em um total de 640 terras indígenas. As ações objetivaram reprimir e restringir a retirada ilegal de madeira das terras indígenas, a pesca e caça predatórias, entrada de invasores e desativação de garimpos. Das ações citadas 31 foram realizadas em articulação interinstitucional. Para o primeiro semestre de 2014 foram realizadas 104 atividades articuladas de fiscalização com órgãos parceiros (Ibama, ICMBio, DPF, Força Nacional, Batalhão Ambiental e Exército), com ação direta em 53 terras indígenas. As ações realizadas visam coibir principalmente a retirada ilegal de madeira, a pesca e caça predatórias, entrada de invasores, além de promover a desativação de garimpos nas Terras Indígenas. No segundo semestre de 2014 foram realizadas mais 8 atividades com órgãos parceiros (Ibama, ICMBio, DPF, Força Nacional, Batalhão Ambiental e Exército Brasileiro). Desta forma, em 2014, 112 atividades de fiscalização e monitoramento foram realizadas nas Terras Indígenas com participação de outras instituições dos Governos Federais e Estaduais.

OBSERVAÇÃO: META NÃO ACUMULADA

Quantidade alcançada

112

Data de Referência

31/12/2014

• Regulamentação do poder de polícia da FUNAI

Análise Situacional da Meta

Ao longo dos últimos anos, foram realizadas diversas ações no sentido discutir a adoção de medidas legais voltadas para a regulamentação do poder de polícia da Funai, de forma a atender imperativos constitucionais bem como recomendação expressa do Tribunal de Contas da União - TCU (Acórdão 1.226/2008). Foram realizadas reuniões com o Ministério da Justiça para tratar do tema, nas quais foram apresentadas as demandas da Funai decorrentes das atribuições do órgão indigenista relativas à fiscalização e proteção territorial. Como resultado, foi encaminhada a proposta de realização de um Seminário Nacional, com diversos órgãos de segurança pública e Procuradorias Jurídicas, visando aprofundar a discussão sobre os diferentes aspectos (jurídicos, técnicos e tecnológicos) que envolvem o tema. Para tanto, a Funai já está elaborando proposta de normatização a ser apresentada como referência para a discussão. A Funai tem avançado na regulamentação do poder de polícia por meio da elaboração de orientações e normativas que apresentam instrumentos que permitem a repressão de ilícitos, como as Notificações e Certidões. Ademais, as diferentes facetas do poder de polícia têm sido discutidas internamente, com apoio da Procuradoria Federal Especializada, a fim de esclarecer as obrigações e os limites impostos aos servidores que atuam na proteção territorial.

OBJETIVO: 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A assinatura do Decreto nº 7.744 de junho de 2012, que cria a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena - PNGATI, representa um avanço importante para o cumprimento do objetivo 0945. Este Objetivo foi elaborado pela FUNAI em 2011, para integrar o Programa de Proteção e Promoção aos Povos Indígenas, no PPA 2012-2015, com base nas propostas aprovadas nas consultas regionais aos Povos Indígenas sobre a minuta do referido Decreto, entre 2009 e 2010.

Marco institucional relevante para a política indigenista do Governo brasileiro. O Decreto da PNGATI incorporou eixos temáticos e objetivos específicos os quais dialogam diretamente com as metas do Objetivo 0945, fundamentais para a



promoção de diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável dos Povos Indígenas.

Nesse contexto, alguns temas importantes foram priorizados como: a continuidade da implementação do Projeto Catalisando a Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros - GEF – Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI; fruto de parceria entre a Funai, Ministério do Meio Ambiente – MMA, PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, GEF- Fundo Mundial de Meio Ambiente, as organizações indígenas regionais ARPIN-SUL, ARPIPAN, APOINME, COIAB e a Organização não-governamental TNC do Brasil, em consonância com a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas-PNGATI, a discussão da proposta de formação continuada em PNGATI para gestores indígenas e não indígenas; a publicação de Diretrizes para Elaboração de Planos de Gestão em Terras Indígenas, apoiou iniciativas que contribuem para o fortalecimento da gestão ambiental das Terras Indígenas, tais como: recuperação ambiental, capacitação de representantes indígenas e servidores da Funai em gestão ambiental, ações de educação ambiental, gestão de resíduos sólidos, participação em oficinas de discussão e planejamento de Mosaicos de Unidades de Conservação e outras Áreas Protegidas e, ainda, diagnósticos e levantamentos etnoambientais de terras indígenas. Tendo como princípio orientador as diretrizes da PNGATI, a Funai orientou as Unidades regionais em entendimento com os indígenas, implementar projetos com foco em segurança e soberania alimentar e nutricional prioritariamente, estruturar sua capacidade produtiva segundo o conceito de cadeias de valor e reverter situações de uso irregular dos recursos naturais em projetos com foco em princípios de sustentabilidade. Em paralelo, a Funai conduziu discussão relativa à criação de norma referente à atividades de visitação em Terras Indígenas para fins turísticos, a qual está em discussão na Comissão Nacional de Política Indigenista.

Metas 2012-2015

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

Assinada e publicada, em abril de 2013, a Portaria que regulamenta o Artigo 8º do Decreto 7.747, de 05 de junho de 2012, define estrutura, composição e funcionamento do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI. O Comitê realizou sua 1ª reunião em outubro/2013, definindo seu Plano de Trabalho para realização de diversas atividades, entre elas a elaboração de proposta técnica, metodológica e orçamentária da Conferência.

Nos dias 25 e 26 de março de 2014 foi realizada a 2ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor da PNGATI, onde decidiu-se pela criação de uma Câmara Técnica para trabalhos relativos à Conferência. Esta Câmara Técnica reuniu-se em 28 de abril de 2014 havendo sido indicado que a Conferência deveria ser realizada em 2016, sendo suas preparatórias iniciadas em 2015. Sugerimos revisão de responsáveis pela Meta tendo em vista ser uma meta mais ampla envolvendo a participação de representantes indígenas, vários setores da Funai e outros órgãos federais. (Compartilhar com MMA).

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena**

Análise Situacional da Meta

Considerando o lançamento em 2014 do Ano da Agricultura Familiar pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, essa meta não foi objeto de execução no período.

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Esta meta ficará para o ano de 2015. A avaliação atual, relativa à capacidade operacional e a reprogramação orçamentária aponta para a necessidade de cumprimento dessa meta apenas em 2015.

**Quantidade alcançada**

0

Data de Referência

30/12/2014

- **Coordenar, promover, apoiar e consolidar, em articulação com instituições parceiras, diagnósticos da agrobiodiversidade local e valorização de responsáveis por sua guarda e circulação, entre os povos Guarani, Khraô, Paresi e Xavante**

Análise Situacional da Meta

Desenvolvimento e articulação com a Coordenação Regional Xavante no sentido de incluir ações relativas ao cultivo do milho tradicional no Plano de Trabalho referente ao Exercício 2015.

- **Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda**

Análise Situacional da Meta

A Funai - Sede apoiou a participação da Coordenação Regional - CR Médio Purus no “Curso de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros com foco no Manejo Participativo de Pirarucu”, oferecido pelo Instituto Mamirauá. Apoiou também à elaboração de Plano de Manejo de pirarucu pela etnia Paumari, aprovado pelo IBAMA/Manaus, e posteriormente a despesca e a comercialização do pirarucu pela CI Paumari. Participação da Funai no II Seminário Regional de Pesca em Lábrea/AM.

Dentre outras ações, apoiadas pela FUNAI, destacam-se: a reelaboração de projeto de entreposto apícola no PIX, participação no Encontro Anual de Apicultores do Parque Indígena do Xingu/PIX e articulação com parceiros, a Associação Terra Indígena Xingu/ATIX e o Instituto Socioambiental/ISA, visando o planejamento das ações relativas à atividade apícola para 2014, realização de oficina de trabalho para definição, mapeamento inicial e planejamento do APL de pesca do Sul da Bahia, na aldeia Coroa Vermelha. Realização de uma rodada de reuniões com os envolvidos nos APLs da castanha e da seringa no Corredor Tupi-Mondé: servidores das CRs Juína, Ji-Paraná e Cacoal; organizações indígenas, lideranças, castanheiros e seringueiros indígenas e parceiros (prefeitura, Pacto das Águas, Associação Kanindé, Empresas de beneficiamento da castanhas e outros). Apoio financeiro para viabilizar o que estava previsto nos Planos de Trabalhos das unidades responsáveis pelos APLs selecionados: apoio na sistematização de informações e reuniões de articulação (APL de fibras do Rio Negro), apoio à produção de castanha dos Suruí, Cinta-Larga, Rikbaktsa, Zoró, Gavião e Arara (APL de castanha no Corredor Tupi- Mondé) e seringa do Povo Rikbaktsa (APL da seringa no Corredor Tupi-Mondé). No 1º semestre de 2014, foi dada continuidade aos procedimentos para registro da marca “Mel dos Índios do Xingu”, aprimorando os entendimentos para o trabalho do consultor que conduzirá os trabalhos técnicos referentes à Certificação Participativa.

Cadeias de Valor:

Pescado na região do Purus: realizados agendamentos e preparativos para a continuidade de participação da FUNAI na atividade de Pesca do Pirarucu na região do Purus”, Lábrea/AM na Terra Indígena Paumari.

Mel no Xingu: realizados procedimentos administrativos relativos à construção do Entreposto de beneficiamento do Mel.

Castanha e borracha no Corredor Tupimondé: realizada reunião de nivelamento de informações sobre o andamento das ações com o Projeto "Pacto das Águas".

Criado o Selo Indígena, por intermédio de Portaria Interministerial, com a finalidade de certificar a origem de produtos produzidos por pessoas físicas ou jurídicas integrantes de comunidades indígenas, sendo que a Funai e o MDA estão em processo de definição dos procedimentos para a obtenção pelos indígenas.



Realizado evento de capacitação de indígenas e servidores da Funai no Estado do Rio Grande do Norte, sobre o arranjo produtivo local da castanha de caju.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas do Nordeste	3	projeto	0	30/12/2014
Territórios Indígenas do Norte	5	projeto	6	30/12/2014

- **Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas reuniões para planejamento da meta na Funai-Sede e nas Coordenações Regionais - CRs e terras indígenas selecionadas: TI Kadiweu/MS, TI Parque do Araguaia/TO (Ilha do Bananal), TI Paresi/MT e TI Ligeiro/RS. Avanços: i) Finalizado processo de acordo com os indígenas, que serviu de base para o Termo Ajustamento de Conduta - TAC - da TI Kadiweu/MS e prevê a regularização da atividade pecuária, com formação de rebanho exclusivo para a comunidade indígena e a retirada de animais pertencentes a terceiros. TAC assinado em abril de 2012 e publicado em agosto; ii) Finalizado processo de acordo com os indígenas e demais interessados (pecuaristas), assinado e publicado o TAC relativo à TI Paresi, que prevê a retirada de terceiros envolvidos em atividades produtivas irregulares na TI e a aquisição de insumos visando a transição para a prática de agricultura sustentável; iii) Finalizado Diagnóstico Preliminar dos Projetos Sustentáveis na TI Parque do Araguaia, realizado com participação dos indígenas, cuja implementação, a partir de 2013, visa à substituição das atividades irregulares nesta TI. Este diagnóstico subsidiará a elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta, iniciada em novembro de 2012, com reunião de apresentação formal do Diagnóstico.

Em 2013, ocorreram atividades referentes à implementação de acordo entre as comunidades, no âmbito da TI Parque do Araguaia, e implementação das ações referentes aos dois TACs já publicados, assim como a realização de atividades voltadas para definir procedimentos, para desenvolver a transição para atividades produtivas sustentáveis em outras áreas com irregularidades no usufruto dos recursos naturais não previstas na quantificação e regionalização da meta. Essas atividades têm por finalidade a de fortalecer a autonomia produtiva de povos indígenas por meio do estímulo à adoção de formas produtivas compatíveis com suas culturas.

Essa meta não sofreu alteração, continuou-se os diálogos com a Etnia Paresi, com participação do Ministério Público, no sentido de estabelecer um plano de transição dos sistemas produtivos atuais. No âmbito do CAC - Compromisso de Ajustamento de Conduta, com vigência até a safra 2015/2016, estão em estudos mecanismos de custeio de suas atividades produtivas. Os diálogos envolvem também a transição para práticas de agricultura sustentável, integração lavoura-pecuária-floresta, obtenção de licenciamento ambiental junto ao IBAMA e viabilidade de financiamento bancário condizente com a atividade e melhoria no acesso aos mercados.

Não houve alteração dessa meta no ano de 2014. Continuam os entendimentos junto aos Paresi, no sentido de articulação com o IBAMA para a realização do licenciamento dos cultivos anuais a ser realizado pelos próprios indígenas.

**Quantidade alcançada**

2

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Cerrado	2	projeto	2	30/12/2014
Bioma Mata Atlântica	1	projeto	0	30/12/2014
Bioma Pantanal	1	projeto	0	30/12/2014

- **Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições parceiras, a conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas, por meio da realização de 7 eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais da agricultura e alimentação indígenas**

Análise Situacional da Meta

Foram apoiadas reuniões técnicas e feiras de sementes tradicionais, tais como: Feira Ingarikó (RR), Feira Mebengokré (PA) e reunião técnica na área Xavante (MT), com vistas a planejar ações para 2013. Esta meta prevê parceria com a EMBRAPA e articula-se com outras metas relativas à agrobiodiversidade em terras indígenas.

Além dos três eventos já citados, a Funai esteve presente em evento promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em Cuiabá, cujo objetivo foi o de criar e fortalecer a consciência da sociedade sobre o valor da agricultura indígena além da promoção da troca de sementes e de conhecimentos tradicionais, bem como promover a venda de produtos de origem indígena. A Funai participou e promoveu a Feira Krahô de Sementes Tradicionais realizada na TI Krahôlândia no Estado do Tocantins com o objetivo de promover a conservação de recursos genéticos tradicionais, estimular a troca de conhecimentos, bem como valorizar os indígenas como guardiões desse patrimônio genético.

No 1º semestre de 2014, a Funai apoiou a realização da III Feira de Ciências e Sementes dos Povos Indígenas de Roraima no período de 01 a 04 de maio no Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol com participação de 400 estudantes indígenas do Ensino Fundamental e Médio de diversas etnias do Estado: exposição de trabalhos sobre conservação da agrobiodiversidade, realização de trocas de sementes, fortalecimento do Banco de Sementes do Centro de Formação e da Rede de Sementes dos Povos Indígenas do Lavrado.

Já no 2º semestre de 2014, não houve realização de eventos.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	2	evento	1	30/12/2014
Bioma Caatinga	1	evento	0	30/12/2014
Bioma Cerrado	2	evento	2	30/12/2014
Bioma Mata Atlântica	1	evento	0	30/12/2014
Bioma Pampa	1	evento	0	30/12/2014

- **Garantir a participação indígena nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos**

Análise Situacional da Meta

A atuação da Funai nos processos de licenciamento ambiental tem como principal objetivo buscar garantir o adequado acompanhamento de processos de empreendimentos passíveis de afetar Terras Indígenas, garantindo o respeito aos direitos indígenas, o desenvolvimento sustentável e a integridade territorial. Um dos pilares dessa meta é a participação dos povos indígenas em todas as fases do Licenciamento Ambiental. Para tanto, além da regulamentação da participação da Funai, tem sido promovidas, no âmbito dos procedimentos nos Processos de Licenciamento, reuniões de esclarecimento, de apresentação/validação dos estudos, apresentação/validação das análises da Funai, dentre outros. A criação da Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental – CGLIC, bem como o trabalho de consolidação da mesma e o fortalecimento da equipe dão condições à Funai de pleno cumprimento dessa meta. Ressalta-se que a



garantia da participação indígena nos processos de licenciamento ambiental requerem complementarmente, um processo de consulta e de informação de rotina, não apenas por parte da CGLIC, mas de toda a Funai, em suas áreas de competência.

Uma das ações que deve dialogar profundamente com a CGLIC para o cumprimento pleno desta meta é a ação de mobilização da Coordenação-Geral de Promoção à Cidadania (CGPC/Funai). Mesmo não se tratando de uma ação diretamente relacionada ao licenciamento ambiental, o fomento à mobilização -qualificada e informada - contribui para a discussão e para a participação, também qualificada, dos povos indígenas, empoderando -os para que possam exercer seu direito de escolha e de intervir nos Processos de Licenciamento, em todas suas fases. A construção de protocolos de consulta, como a realizada pelos Wajampi, no Amapá tem sido apoiada pela Funai, destacando as ações na TI Parque do Xingu, em Altamira, no Tapajós, dentre outros.

• Implantar 80 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas

Análise Situacional da Meta

A Funai vem dando sequência ao apoio às iniciativas, das Unidades Regionais da Funai – CRs e CTLs - e comunidades indígenas, de projetos e atividades que contribuem para o fortalecimento da gestão ambiental das Terras Indígenas, tais como: projeto de recuperação de áreas degradadas e ampliação de áreas plantadas; implantação, reforma ou ampliação de viveiros de mudas nativas; sistemas agroflorestais – SAF's; ações de educação ambiental, gestão de resíduos sólidos; manejo e conservação de fauna, dentre outros.

A implementação do Projeto Catalisando a Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros - GEF –Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI, coordenado pela FUNAI em parceria com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, GEF- Fundo Mundial de Meio Ambiente, as organizações indígenas regionais ARPIN-SUL, ARPIPAN, APOINME, COIAB e a Organização não-governamental TNC do Brasil tem contribuído bastante como “piloto” para testar e consolidar novas metodologias e abordagens, em consonância com a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas-PNGATI. O projeto abrange 32 terras indígenas jurisdicionadas em 17 Coordenações Regionais da Funai em todos os biomas brasileiros. Em dezembro de 2014 foi concedida a prorrogação do Projeto por mais 18 meses (previsão de encerramento em jan 2015). Espera-se que, com a prorrogação, conclua-se algumas ações em curso como elaboração de alguns Planos de Gestão, Capacitação de representantes indígenas na PNGATI e fortalecimento das formas étnicas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais nesses territórios, demonstrando assim, a contribuição das Terras Indígenas para a conservação da biodiversidade brasileira.

Dificuldades encontradas: - restrições orçamentárias que provocaram descontinuidade dos alguns projetos e atividades que necessitavam de recursos os quais foram contingenciados ou que tiveram limites insuficientes, como ocorrido em 2012, 2013 e 2014; quadro de servidores insuficientes para o cumprimento das ações (ausência de concurso para recompor o quadro de servidores, tanto na sede quanto nas unidades descentralizadas da Fundação).

Como ponto positivo na obtenção das metas para o ano, apesar das restrições orçamentárias, ressaltamos a existência do Projeto GATI como um importante e fundamental catalizador de ações (sinergias do Projeto com ações da FUNAI). Com o apoio do Projeto, várias ações já demonstraram mudança qualitativa relevante, nos resultados. Em 2014 alguns projetos apresentaram status de continuidade, considerando o período de chuvas e os acessos às Terras Indígenas para implementação dos mesmos. Houve ainda realizações de oficinas, diagnósticos socioambientais, intercâmbios para conhecimento e formação de multiplicadores de técnicas em Sistemas Agroflorestais, coleta de sementes e produção de mudas.

No 1º. semestre de 2014, continuamos a apoiar a execução e implementação de diversos projetos iniciados em 2013. Iniciamos 10 novos projetos dentre eles de reposição florestal, proteção de nascentes, sistemas agroflorestais. Ainda, podemos apresentar aproximadamente 137 ha em Terras Indígenas. Para o 2º semestre esperamos ter concluído parte dos projetos iniciados em 2013 bem como apoiar projetos que apresentam cronograma de início neste período.



Acumulado - 47 projetos apoiados. As demais informações apresentadas nos semestres anteriores deverão permanecer tendo em vista se repetirem no 1º semestre de 2014.

Projeto GATI prorrogado por mais 18 meses (a partir de jan/2015).

Memória da Execução:

Em 2012 foram apoiados 12 projetos. No primeiro semestre de 2013 foram apoiados 07 projetos. No segundo semestre de 2013 foram apoiados 18 projetos e realizadas ao longo do ano aproximadamente 21 atividades que contribuem para o fortalecimento da gestão ambiental nas Terras Indígenas. No primeiro semestre de 2014 foram apoiados 10 projetos e no segundo 17 projetos apoiados e mais de 30 atividades que contribuíram para o fortalecimento da gestão ambiental. Importante ressaltar que os projetos poderão atender a mais de uma TI (ex. baixada santista, Vale do Ribeira, áreas do GATI)

Total em 2012 – 12

Total em 2013 – 25

Total em 2014 - 27

Acumulado - 64

OBS: ao contrário do informado na evolução da meta (base avaliação), a quantidade alcançada no ano de 2012 foi de 12 projetos e em 2013 de 25 projetos, perfazendo um total de 37 projetos até o ano de 2013.

Quantidade alcançada

64

Data de Referência

30/12/2014

• **Implantar processos e projetos de etnodesenvolvimento em 678 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Análise Situacional da Meta: Em função do processo de planejamento da Funai, estendeu-se às Coordenações Regionais, via processo contínuo de capacitação a mesma diretriz : a elaboração e execução conjunta, de planos de trabalho locais, com aos indígenas e parceiros. Como consequência, ocorreu incremento de 396 projetos em 2012 para 407 em 2013 contemplando o protagonismo indígena e a sustentabilidade das ações. As principais diretrizes passadas foram a utilização de sementes e dos conhecimentos tradicionais, com apoio de assistência técnica específica às formas de produção indígena.

As Unidades regionais da Funai estão em processo de implantação dos projetos de segurança alimentar e nutricional e de geração de renda, bem como sistematização dos resultados.

No início do Exercício de 2014, em processo de planejamento conduzido pela Direção da Funai, junto às Coordenações Regionais, foram pactuados projetos e atividades, bem como montantes orçamentários a serem descentralizados com a finalidade de implantação dos mesmos. Após a descentralização dos recursos, os projetos foram avaliados em seu detalhamento, estando em fase atual de acompanhamento e execução.

Durante o acompanhamento da evolução desta meta, verificou-se um vício de origem, tendo em vista que, na aba regionalização da meta, o quantificável são projetos e processos de etnodesenvolvimento, enquanto que, na quantificação da meta, nesta aba, a quantidade a ser alcançada é referente à Terras Indígenas. E ainda, que o registro dos quantificados não tem sido cumulativo. Assim, enquanto as informações prestadas são apuradas, para definir o acumulado, seja 678 Terras Indígenas ou 678 Processos e Projetos de Etnodesenvolvimento, até o final deste exercício, informamos que, no 1º semestre de 2014, foi contabilizado a implementação ou implantação de 185 Processos e Projetos de Etnodesenvolvimento em 394 Terras Indígenas, conforme registrado na regionalização da meta. AS INFORMAÇÕES PRESTADAS NÃO ACUMULAM OS ANOS ANTERIORES.

Já no 2º semestre de 2014, segundo o Calendário Agrícola, boa parte dos projetos e atividades estavam em fase de plantio em função do período de chuvas e os resultados somente serão obtidos com a colheita da safra 2014/2015 no



período de março a maio de 2015. Foi constatado que são os mesmos 394 projetos e atividades identificados no primeiro semestre 2014, uma vez que não houve aporte de recursos adicionais, apenas a continuidades dos mesmos. Quantidade alcançada: 394 Terras indígenas

Quantidade alcançada

394

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	175	projeto	89	30/12/2014
Territórios Indígenas do Nordeste	84	projeto	61	30/12/2014
Territórios Indígenas do Norte	312	projeto	196	30/12/2014
Territórios Indígenas do Sudeste	43	projeto	22	30/12/2014
Territórios Indígenas do Sul	64	projeto	26	30/12/2014

• Implementar 51 planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas

Análise Situacional da Meta

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA se configuram como processos participativos de construção de acordos políticos comunitários em prol da gestão sustentável das terras indígenas. A publicação das “Diretrizes para elaboração de PGTA de terras indígenas” procurou, dentre outras coisas, fornecer uma ideia qualitativa do tempo necessário para elaboração de um PGTA. Nessas diretrizes, sinaliza-se que um PGTA é organizado segundo uma série de etapas, identificadas como estruturantes do processo de sua construção: a) Sensibilização e Mobilização; b) Diagnóstico; c) Planejamento; d) Execução; e e) Monitoramento e Avaliação. Essa divisão por etapas leva em consideração as experiências indígenas de elaboração de PGTA, assim como os instrumentos e ferramentas definidas na PNGATI para o mesmo fim. Essas considerações iniciais são importantes para podermos construir uma análise mais refinada quanto ao cumprimento da Meta, cujos elementos quantificáveis demandam um maior tempo para serem apresentados.

No que se refere ao 1º semestre de 2014, algumas ações realizadas foram importantes para o atendimento da Meta PPA 2012-2015.

1. Foi iniciada a elaboração de 15 PGTA no âmbito da Amazônia Legal financiados pelo Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas (edital do PDPI/MMA).

2-Foi iniciada a elaboração de 5 PGTA com apoio do Projeto GATI nas Tis Bracui, Ibirama, Entre Serras Pankararu, Caiçara Ilha de São Pedro e Trincheira Bacajá. Foi iniciada a revisão de 4 PGTA com apoio do Projeto GATI nas Tis Jumina, Galibi, Uaçá, Waiãpi.

3- Foi iniciado a elaboração de 6 PGTA pela Funai nas Tis Rio Urubu, Jarawara, Paumari do Lago Marahã, Água Preta/Inari, Ingaricó, Lago do Aiapuí e Itixi Mitari.

No que se refere ao 2º semestre de 2014, algumas ações realizadas foram importantes para o atendimento da Meta PPA 2012-2015.

1. Publicação de edital para apoio a elaboração de PGTA em Tis nos Biomas Cerrado e Caatinga no valor de R\$2.800.000,00

2. Publicação de edital para apoio a elaboração e implementação de PGTA no Bioma Amazônia através do Fundo Amazônia em parceria com Funai e MMA

TOTAL 13 em elaboração, atualizados ou em implementação em 2013. 226 PGTA em elaboração e 4 em revisão no 1º semestre de 2014. TOTAL: 30
TOTAL PARCIAL DA META: 43

**Quantidade alcançada**

43

Data de Referência

30/12/2014

• Implementar 5 Centros de Formação Indígena**Análise Situacional da Meta**

Destacamos que se encontra em discussão duas estratégias distintas, tendo como perspectiva as possibilidades de atender concretamente esta Meta: i) construir os centros de formação, com estrutura predial e projeto político pedagógico; ii) construir o projeto político pedagógico em interface com a gestão territorial e ambiental de terras indígenas, utilizando-se de outras estruturas já dadas (as próprias aldeias, escolas, universidades, etc.). Essa é uma sinalização presente nos levantamentos dos assessores do projeto GATI, a partir de dois intercâmbios realizados com representantes indígenas das áreas de referência (Sul e Cerrado/Pantanal), para conhecerem centros de formação na Amazônia. Nesses intercâmbios, os indígenas puderam conhecer pessoalmente as potencialidades, mas, sobretudo as dificuldades de se manter e gerir uma estrutura de centro de formação. Para aprofundar ainda mais essas reflexões, foram realizados três seminários, nos quais foram debatidos com os indígenas e parceiros as melhores estratégias regionais e locais para implementação dos centros: 1 seminário no Sul e 2 seminários de menor porte no Pantanal, um abrangendo o povo Terena, outro contemplando os Guarani.

Estratégias distintas surgem a partir dessas discussões, sendo uma a proposta de atender concretamente esta Meta por meio da construção de um CFI, com estrutura predial e projeto pedagógico, caso do entendimento da organização indígena ARPINSUL, sediada em Curitiba. Já os representantes Guarani de RJ e SP solicitaram mais reuniões para definir uma posição. Quanto aos dois seminários realizados no MS, os representantes Terena definiram uma proposta de “Casa de Formação”, com estrutura simples e que privilegia a autogestão, com mínima interferência externa. Os representantes Guarani-Kaiowá, por sua vez, definiram um processo modular e itinerante de formação de “Semeadores”, com cada módulo a ser realizado em uma TI diferente, sendo estas 3 áreas de referência do Projeto GATI (TIs Pirakuá, Jaguapiré e Sassoró) e as TIs Caarapó e Panambizinho, que desenvolvem trabalhos com agroecologia, sistemas agroflorestais e recuperação ambiental. Em todas as propostas, porém, foi percebida a insatisfação com o atual modelo de escola indígena, que conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases, deva ser diferenciada e atender à realidade e anseios das comunidades, mas não tem cumprido esse papel. Há, portanto, a expectativa que o CFI venha suprir essa lacuna, como espaço onde se privilegia a cultura e os conhecimentos indígenas.

Em 2014 destacamos as seguintes ações apoiadas pela Funai:

- Foi construído a “Casa de Formação/Espaço GATI Ovuku Tumuné Terenoe” na aldeia Mãe terra, TI Cachoeirinha, em uma área de 5 hectares designada pela comunidade. A casa (centro) foi construída com materiais rústicos, pelos próprios indígenas, com apoio do projeto GATI.

- Foi construído Centro de Formação na TI Uaçá, com recursos de emenda parlamentar administrada pela Coordenação Regional de Macapá/Funai. O Centro deverá iniciar a implementação de cursos de formação de gestores ambientais indígenas no ano de 2015, a partir de projeto da TNC com o Fundo Amazônia/BNDES.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

• Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas**Análise Situacional da Meta**

Elaboramos 3 modalidades distintas de cursos de formação, tendo como foco norteador a gestão ambiental e territorial e a PNGATI: i) curso modular, a ser desenvolvido em 1 ano, totalizando 5 módulos e 200 horas/aula; ii) curso



destinado às regionais, especialmente aos chefes de Serviços de Gestão Ambiental e Territorial - SEGATs, com duração de 5 dias; iii) curso itinerante para atender localmente as CRs ou Redes de CRs, de caráter intensivo (2 a 3 dias) e abrangendo um número maior de servidores, especialmente os Comitês Regionais da Funai.

No primeiro semestre de 2014 destacamos as seguintes ações apoiadas pela Funai:

1. Iniciado o Curso de Formação Continuada em PNGATI Nordeste/Leste, Em 40h/aula/módulo participaram quarenta e dois cursistas, sendo doze gestores públicos vinculados a três coordenações regionais do ICMBio, cinco Coordenações Regionais da FUNAI (MG ES, Sul da Bahia, Baixo São Francisco, Nordeste I, Nordeste II); e trinta indígenas de vinte e uma etnias (Tingui Botó, Xocó, Tuxá Kanãnahá, Tuxá São Francisco, Kiriri, Tuxá Aldeia Mãe, Pataxó, Tupinambá, Pataxó Hãhãhã, Tapeba, Pitaguary, Tremembé, Guarani, Tupiniquim, Tuxá Setsô Bragagá, Xakriabá, Pankararu, Fulniô, Potiguara), residentes em várias Terras indígenas da região Nordeste e Leste, nos domínio da caatinga e Mata Atlântica costeira .
2. Foi iniciado um Curso de Formação em PNGATI executada pela FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, em uma parceira FUNAI, ISA, ICMBio e IFAM-SGC/AM com recursos do PDPI/MMA. São ao todo 40 participantes, sendo 7 gestores não indígenas e 33 gestores indígenas.

No segundo semestre de 2014 destacamos as seguintes ações apoiadas pela Funai:

1. Conclusão dos 5 módulos dos cursos de Formação Continuada em PNGATI nas regiões de Rondônia, Roraima e Sul do Amazonas totalizando 35 gestores públicos e 56 indígenas.
2. Realização dos módulos 1, 2 e 3 do Curso de Formação Continuada em PNGATI da região Nordeste/Leste, com a participação de 12 gestores públicos e 30 indígenas.
3. Conclusão dos 5 módulos do curso de Formação Continuada em PNGATI na região Sul/Sudeste, totalizando 09 gestores públicos e 16 indígenas.
4. Realização dos módulos 1, 2 e 3 do Curso de Formação Continuada em PNGATI da FOIRN, com a participação de 7 gestores públicos e 33 indígenas.
5. Realização do curso de difusão cultural “A PNGATI e os desafios da gestão territorial das terras indígenas no Amapá e Norte do Pará”, que contou com a participação de 50 técnicos e gestores públicos estaduais e federais que trabalham com a temática indígena e socioambiental no Estado do Amapá. A iniciativa foi uma realização do Iepé em parceria com o Projeto GATI, Funai e TNC.
6. Realização do módulo “Entendendo a PNGATI” do curso de formação em PNGATI da Rede de Cooperação Amazônica – RCA , que contou com a participação de 30 lideranças indígenas.

OBS: No ano de 2013, 97 gestores não indígenas participaram de 5 cursos de formação continuada em PNGATI e 82 gestores indígenas participaram de 4 cursos de formação continuada em PNGATI, perfazendo um total de 179.

No ano de 2014, 151 gestores não indígenas e 165 gestores indígenas participando de 9 cursos de formação em PNGATI, perfazendo um total de 316.

Quantidade alcançada

316

Data de Referência

31/12/2014

- Realizar duas publicações de materiais didáticos sobre licenciamento ambiental e comunidades indígenas e gestão ambiental e territorial de terras indígenas, com vistas à informação qualificada de órgãos públicos, povos indígenas e parceiros

**Análise Situacional da Meta**

Em 2013 a Funai publicou material didático sobre gestão ambiental e territorial de terras indígenas, intitulado “Diretrizes para elaboração de PGTA de terras indígenas”, procurando, dentre outras coisas, fornecer uma ideia qualitativa do tempo necessário para elaboração de um PGTA.

Meta compartilhada entre a Coordenação-Geral de Gestão Ambiental (CGGAM) e Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental (CGLic) da FUNAI. Material a ser elaborado ao longo do PPA: 1 em 2013. Embora houvesse a expectativa de publicação no ano de 2014, não foi possível o cumprimento da meta. A publicação, em fase de elaboração será publicada em 2015.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/12/2014

• Regularizar a atuação da FUNAI como interveniente no componente indígena dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos**Análise Situacional da Meta**

Em 2012 foram publicadas duas Instruções Normativas com base na Portaria Interministerial 419/2011, publicada em 2011. Como parte do processo de regulamentação da Funai como interveniente, foi promovida, em 2013, uma Oficina com as unidades regionais da Funai, denominada "Oficina Sobre Compensação e Mitigação e Controle Ambiental do Componente Indígena no Processo de Licenciamento Ambiental". A referida oficina teve como alvo o público interno da FUNAI, especialmente os técnicos da sede e das regionais envolvidos na análise de impactos e acompanhamento dos planos de compensação e mitigação voltados às comunidades indígenas afetadas por empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental. Especificamente em 2014 a Funai trabalhou para o pleno cumprimento da Portaria Interministerial nº 419/2011, que vem passando por discussões para sua revisão. Buscou-se ainda trabalhar na organização de procedimentos para os empreendimentos chamados de pequeno porte, caracterizados pela existência do Licenciamento Ambiental Único.

A Funai ainda trabalhou na atualização do sistema de Informações Indígenas - SII e que não está ainda disponível, para melhorar os procedimentos e o acompanhamento dos processos, permitindo a transparência do trabalho realizado. No ano de 2014, foram realizados cerca de 266 (duzentos e sessenta e seis) deslocamentos, totalizando mais de 200 (duzentas) missões envolvendo Processos de Licenciamento Ambiental, havendo, portanto, um aumento significativo em relação ao ano de 2013. Em termos qualitativos e como vem acontecendo ao longo dos anos, conseguimos desenvolver missões que extrapolaram o acompanhamento dos processos, como realizado ordinariamente, passando da participação em eventos para explicar o que é o componente indígena no licenciamento ambiental (fato esse que também contribuiu para o aperfeiçoamento técnico dos servidores da Funai), quanto trabalhar na moderação de conflitos causados, em sua maior parte, pelo descumprimento das normas que regem o licenciamento e o componente indígena. Destaca-se ainda que, além dos mais de 600 Processos com acompanhamento, foram abertos cerca de 140 (cento e quarenta) processos de janeiro a junho de 2014 e mais de 150 (cento e cinquenta) de julho a dezembro. Destacam-se o acompanhamento de grandes projetos previstos no PAC e, mais recentemente, no PIL (Programa de Infraestrutura Logística) do Governo Federal.

• Regularizar o etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas de forma sustentável**Análise Situacional da Meta**

Entre o segundo semestre de 2012 e o primeiro de 2013, foram realizados os diagnósticos previstos para subsidiar a regulamentação: TI Rio Gregório (Yawanawá) e TI Seringal Independência (Huni Kuin) /AC; TIs Barra Velha, Aldeia Velha, Coroa Vermelha e Reserva Indígena da Jaqueira (Pataxó) /BA; TIs Bracuí, Piaçaguera e Aguapeú (Guarani) /



RJ e SP; TI Tenharim do Marmelos (Tenharim) /AM. Complementando o levantamento de informações dos casos piloto, no mesmo período acompanhamos outras ações complementares, que são: Reunião com a comunidade indígena da TI Yanomami sobre a gestão das atividades turísticas no Pico da Neblina (AM); Oficina sobre a regulamentação do turismo no Parque Indígena do Xingu-PIX (MT) junto às 14 etnias do PIX; Reunião com a comunidade Parintintin da TI Nove de Janeiro para acompanhar a apresentação de Plano de Trabalho de Turismo na TI.

Foi realizada reunião com a comunidade indígena Tapurupura-Mirim/médio Rio Negro, rio Marié (AM) sobre a demanda por Acordo de Cooperação de Turismo.

Redação da proposta de regulamentação concluída e, discutida em reuniões com as demais Coordenações-Gerais da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai.

No 1º semestre de 2014, realizou-se, em Brasília, uma Oficina com a participação das unidades descentralizadas da FUNAI, parceiros institucionais e indígenas para discussão e validação da regulamentação do turismo em Terras Indígenas, ocorrida no mês de janeiro de 2014. Finalizada a redação da Minuta de Instrução Normativa e identificada a necessidade de apreciação pelos indígenas, decidindo-se por discussão na Comissão Nacional de Política Indigenista com a finalidade de definir estratégias para os próximos encaminhamentos.

Já no 2º semestre de 2014, houve continuidade dos entendimentos com indígenas Tenharin no sentido de iniciar atividade de visitação na TI Tenharin Marmelos para fins turísticos, em parceria com empresa privada. Previsão de retomada em 2015 do diálogo interno na Funai - e com o Ministério do Turismo - no sentido de regulamentação da atividade.

OBJETIVO: 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo vem sendo alcançado por meio de articulações com os entes que são diretamente responsáveis pelas políticas e programas de direitos sociais e cidadania do Governo Federal. Como exemplo, foi construído um acordo de cooperação com a Secretaria Nacional de Assistência Social que está sendo avaliado pela Procuradoria Federal Especializa, bem como a Assessoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI); no primeiro semestre de 2014, a FUNAI assinou um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) visando à realização de Oficinas de Acessibilidade a documentação civil básica nas regiões onde apresentam um alto índice de sub-registro civil, bem como a promoção de mutirões da cidadania, de forma a abarcar o passivo existente entre as populações indígenas do país. Nesse sentido, foi realizada a oficina com enfoque na Acessibilidade dos Povos Indígenas na Coordenação Regional do Rio Negro. O diálogo com os parceiros tem sido fortalecido e consequentemente tem avançado o acesso dos povos indígenas às políticas públicas. Dentre eles, podemos citar os avanços com o Ministério das Cidades (MCidades) no que tange ao Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR – no âmbito do Minha Casa Minha Vida; o programa Luz para Todos junto ao Ministério do Meio Ambiente (MME); e as questões de segurança alimentar e nutricional, principalmente em relação à distribuição de alimentos emergenciais – qualificação dos beneficiários e melhoria dos produtos ofertados nas cestas. Destaca-se a articulação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que está dialogando, no âmbito de todas as suas secretarias, além do Programa Bolsa família, sobre as questões relativas à proteção social, segurança alimentar e acesso à água. Todas essas ações são monitoradas no âmbito do programa Brasil Sem Miséria. Foi lançada, no primeiro semestre de 2014, a primeira Cartilha sobre Registro Civil de Nascimento para os Povos Indígenas, em parceria com a SDH/PR, a qual visa informar os gestores locais e os próprios indígenas sobre seus direitos e deveres na busca pela emissão do Registro Civil de Nascimento, apontando os caminhos e os fluxos para obtenção da Certidão de



Nascimento Civil. Já as atividades de mobilização voltadas à participação dos povos indígenas na construção e avaliação de políticas públicas bem como de difusão de informações sobre direitos sociais e de cidadania continuam sendo centrais ao processo de diálogo do Governo Federal com os Povos Indígenas. Nesse sentido, a ação articulada da Funai com o Ministério da Justiça, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Política para as Mulheres, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Secretaria dos Direitos Humanos, o Ministério de Desenvolvimento Social, da Cultura, da Saúde e da Educação e ainda, organizações não governamentais como a Organização Internacional do Trabalho - OIT, Unicef, GIZ, PNUD juntamente com povos e organizações indígenas permitiu a participação representativa de lideranças indígenas de todas as regiões do país em seminários, encontros, reuniões de Conselhos e Comitês de saúde e educação, mesas de diálogos sobre a questão fundiária, e outras atividades culturais como é o caso da I Oficina de Formação e Informação de Mulheres Indígenas no Espaço Nacional de Diálogo com Mulheres Indígenas, Projeto Séculos Indígenas, Aldeia Multiétnica, 8ª Assembleia Geral da APOINME, Oficina sobre Consulta Livre Prévia e Informada com povos do Acre, Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e SBPC Indígena. Fundamentalmente, a ação de mobilização vem apoiando a discussão governamental, indígena e indigenista sobre a realização da I Conferência Nacional de Política Indigenista no âmbito da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), cujo Decreto Presidencial convocatório foi publicado em julho de 2014. Localmente, as atividades de difusão de direitos contribui para o fortalecimento das organizações indígenas e para o engajamento de outros poderes, órgãos e instituições na defesa e promoção dos direitos sociais e de cidadania sendo chave para o enfrentamento de situações de violações de direitos, inclusive casos de violência, discriminação e desigualdade. Nessa linha, 2014 também foi marcado pelos avanços da Funai nas discussões internas com o Gabinete da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS), a Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais (CGPDS/DPDS), Ouvidoria e Procuradoria Federal Especializada sobre o papel da Funai na garantia do direito à convivência familiar de crianças e jovens indígenas em situação de vulnerabilidade social, apoiamos o acompanhamento técnico da Funai de casos judiciais de adoção, guarda, tutela e risco de perda de poder familiar e construímos uma proposta de fluxo de atendimento pela Funai, de capacitação de servidores para atuação no tema e de medidas cabíveis para a sensibilização da rede de atendimento e dos operadores de Direito. Assim, apesar da meta de apoiar a realização de 150 eventos já ter sido atingida nos anos anteriores, percebe-se que o conceito amplo de eventos abarca iniciativas, projetos e ações que se desdobram em inúmeras atividades. Também desenvolvemos atividades de informação sobre o direito de consulta previsto na Convenção 169 da OIT junto aos povos indígenas do Acre, Mato Grosso e Amapá utilizando uma cartilha desenvolvida pela Funai. Por fim, em 2014, foram realizadas 06 Oficinas de Diálogo sobre Promoção da Cidadania com as Coordenações Regionais (Maranhão, Araguaia Tocantins, Dourados, Campo Grande, Ponta Porã, Xavante, Ribeirão Cascalheira, Cuiabá, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Noroeste de Mato Grosso, Nordeste I e Baixo São Francisco) e suas Coordenações Técnicas Locais para a difusão e aprimoramento dos documentos orientadores construídos sobre gênero e assuntos geracionais, mobilização, participação e consulta que orientam sobre o trabalho da Funai no campo da Cidadania.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

Atingida a meta com a realização de 172 eventos em 2012. Em 2013 foram totalizados 108 eventos interinstitucionais, realizados em apoio às Coordenações Regionais que desenvolveram ações relacionadas aos assuntos de gênero, geracional e mobilização social, com vistas ao fortalecimento organizacional e político das iniciativas dos Povos Indígenas (projetos, reuniões, encontros, assembleia e oficinas). Avançou-se também, na elaboração de orientações e critérios para o apoio a ações de mobilização no âmbito da Funai e em parceria com outros órgãos federais. Com relação à Articulação Intersetorial no Acesso e Qualificação das Políticas Públicas, a Funai participou de reuniões com



a SNJ, SPM, SESAI, CNPI. Realizamos em parceria com a Secretaria de Políticas para as mulheres(SPM) e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ)duas reuniões com mulheres indígenas para discutir sobre a instituição de um Espaço Nacional de Diálogo de Mulheres Indígenas.

Em 2014 foram realizados 219 atividades junto às Coordenações Regionais para desenvolverem ações relacionadas a eventos envolvendo as pautas de gênero, assuntos geracionais e mobilização social, inclusive de educação, com vistas ao fortalecimento organizacional e político das iniciativas dos Povos Indígenas (projetos, reuniões, encontros, assembleias e oficinas).

Ressaltamos que, em relação a quantificação da meta, o número de estudantes do ensino superior apoiados pela Funai diminuiu em relação ao primeiro semestre de 2014, tendo em vista a conclusão dos cursos pelos estudantes; o não atendimento de critérios pelas normativas; o encerramento de termos de cooperação; e principalmente o incentivo à inscrição no Programa Bolsa Permanência do MEC.

Cabe ressaltar que desde a criação da Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania (CGPC), foi ampliada a atuação da Funai para além dos “direitos sociais”, incluindo eventos e reuniões relacionados aos “direitos de cidadania” e visando à qualificação das políticas públicas de um modo geral e não apenas na área de saúde, assistência e seguridade social. Seguindo a competência regimental definida em 2012 (após a elaboração do PPA), e as diretrizes do Governo Federal de fortalecimento da participação social, passamos a atuar também com vistas ao exercício do controle social indígena para o aprimoramento de políticas públicas voltadas a povos indígenas. Por isso a importância de corrigir a redação da meta para o período no sentido de transformá-la numa meta mais qualitativa.

Dessa maneira, informamos que os eventos ocorridos exclusivamente para tratar de direitos sociais alcançariam a referida meta proposta, sem contudo refletir o que de fato temos feito no cumprimento de nossa missão institucional que é muito mais ampla desde 2012. E, de fato, os assuntos dos direitos sociais têm sido trabalhados pela referida Coordenação no bojo da discussão geral sobre direitos.

Quantidade alcançada

499

Data de Referência

31/12/2014

• Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento

Análise Situacional da Meta

Com o intuito de reduzir o sub-registro civil de nascimento junto à população indígena, foram realizadas ações em todas as regiões do país. A estimativa é que temos efetivadas até a presente data, aproximadamente 13.773 mil novas emissões de documentos civis, com destaque para a realização de mutirões nas regiões jurisdicionadas às Coordenações Regionais Amapá e Norte do Pará/AP; Centro Leste do Pará/PA; Médio Purus/AM; Vale do Javari/AM; Roraima e Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami/RR; Rio Negro/AM; Ji-Paraná/RO; Noroeste do Mato Grosso/MT; Cuiabá/MT; Xavante/MT; Baixo São Francisco/BA; Maranhão/MA e Coordenação Regional Baixo Tocantins/TO. Em parceria com os Governos dos Estados, Conselho Nacional de Justiça e Secretaria de Direitos Humanos, a Fundação Nacional do Índio empenhou-se em 2013 nas ações para erradicação do subregistro civil de nascimento e a ampliação do acesso à documentação básica, incluindo o direito a formas de nomeação próprias dos indígenas, conforme a Resolução Conjunta entre CNJ e CNMP de 2012.

Quantidade alcançada: 13.773

Data de Referência: 30/12/2014

OBS: Conseguimos sucesso na entrega desses dados somente no 2º semestre de 2014, tendo em vista os dados completos enviados pelas Coordenações Regionais da Funai somente no final do ano de 2014, bem como a maioria dos mutirões de documentos ocorridos em especial, depois das eleições, por isso conseguimos uma valoração mais alta.

**Plano
Mais Brasil**

Quantidade alcançada
13.773

Data de Referência

30/12/2014

- **Definição de legislação específica com diretrizes para a política de implantação de programas e projetos de infraestrutura para povos indígenas e seus territórios, desenvolvidos pelos diferentes órgãos e entes federados**
Análise Situacional da Meta

A elaboração da Instrução Normativa que estabelecerá diretriz e orientará a atuação das Unidades (Sede e Regionais) da Funai, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR - foi, temporariamente, suspensa devido a criação do Grupo de Trabalho sobre Ingresso em Terra Indígena. Pois as diretrizes que estão sendo propostas nesse GT impactam diretamente na IN-PNHR, portanto, para que a Fundação não publique normatizações conflitantes, adotamos o princípio da precaução. Lembrando que a IN-PNHR está sendo construída com os parceiros - CAIXA, Ministério das Cidades e Banco do Brasil. A Funai tem avaliado a possibilidade de elaboração de uma Instrução Normativa que estabeleça diretrizes para todos os projetos de infraestrutura comunitárias em terras indígenas.

Quantidade alcançada

842

Data de Referência

31/12/2014

- **Executar 10.000 obras de infraestrutura comunitária ou de habitações em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

A Funai não possui recursos orçamentários próprios para o desenvolvimento dessa meta e não é o órgão federal responsável por financiar a construção direta de moradias em larga escala ou de outras obras de infraestrutura comunitária, como por exemplo, estradas, pontes, rede de energia elétrica, sistemas de abastecimento de água e pistas de pouso. Trabalha-se somente com financiamento de casas tradicionais ou ainda dentro das nossas competências com obras de pequeno porte como os abrigos provisórios. Entre janeiro e dezembro de 2014 foram autorizadas: a) a construção de 2409 (duas mil quatrocentos e nove) unidades habitacionais (casas) via Programa Nacional de Habitação Rural; b) a construção de 10 (dez) Unidades Básicas de Saúde em Terras Indígenas; c) a construção de 05 (cinco) quadras poliesportivas; d) a construção de 01 (um) CRAS na Terra Indígena Tupiniquim no Estado do Espírito Santo; e) a implantação de um projeto de eletrificação pelo Programa Luz para Todos na Terra Indígena com 120 unidades contempladas. A Funai garantiu recursos para reconstrução de 04 casas de indígenas da Etnia Xokleng e que se encontram em situação de risco de desmoronamento no Estado de Santa Catarina. Também foram destinados recursos para manutenção de casas atingidas pelas chuvas (RS/SC/PR), recursos para adquirir kits removíveis de madeira que atendem a população de indígenas acampados no estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Também foram destinados recursos para fomentar a construção de casas tradicionais nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Rio Grande do Sul. A Funai ainda destinou recursos para a manutenção de 170km de estradas em Terras Indígenas (MT) e autorizou a manutenção 100km de estradas por prefeituras em estradas das Terras Indígenas de Parabubure (MT) e Igarapé Lourdes (RO). Realizamos também, articulação com SESAÍ para discutir projetos alternativos de captação de água e esgotamento sanitário em Terras Indígenas. Ao todo, foram 32 etnias atendidas, 40 projetos autorizados em TI sendo que esses atendimentos contemplam 16 Coordenações Regionais.

Quantidade alcançada

177

Data de Referência

30/12/2014

- **Implantação de sistema interligado aos canais remotos do Ministério da Previdência Social, nas 36 Coordenações Regionais da FUNAI, adequando e potencializando o acesso aos direitos previdenciários dos povos indígenas**

**Análise Situacional da Meta**

Realizou-se um curso on-line a fim de capacitar servidores da FUNAI à acessar o referido canal remoto. O curso contabilizou 232 servidores capacitados.

No total foram 19 as Coordenações Regionais da FUNAI inscritas para operar o sistema em 2013.

No ano de 2014, sistema interligado implantado e em funcionamento em 24 Coordenações Regionais da FUNAI. A principal dificuldade enfrentada tem sido a implantação de estrutura física (sede, computadores e acesso à internet) em todas as 298 Coordenações Técnicas Locais da Funai. No ano de 2014, não houve a inclusão de novas Coordenações Regionais, tendo em vista as dificuldades listadas acima.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

30/12/2014

- **Instituição de acordo de cooperação que garanta o respeito às formas de nomeação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país**

Análise Situacional da Meta

Meta cumprida integralmente, através da assinatura do Acordo de Cooperação entre Funai, CNJ, SDH e outros órgãos, publicado no Diário da Justiça, Edição nº 38/2012 Brasília - DF, em 7 de março de 2012. Além do Acordo, foi viabilizada a publicação de Resolução Conjunta entre CNJ e CNMP.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/12/2014

- **Promoção de Eventos de Capacitação voltados a prevenção à violência contra a criança indígena.**

Análise Situacional da Meta

Em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, foi apoiada a participação dos jovens indígenas na Mesa Redonda do Fórum Nacional de Direitos Humanos. Assim como a Funai apoiou e participou da audiência pública no Senado Federal com as crianças Guarani sobre a situação de violência e fundiária na região.

No ano de 2014, a Funai avançou nas discussões internas com o Gabinete da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, Ouvidoria e Procuradoria Federal Especializada sobre o papel da Funai na garantia do direito à convivência familiar de crianças e jovens indígenas em situação de vulnerabilidade social, apoiamos o acompanhamento técnico da Funai de casos judiciais de adoção, guarda, tutela e risco de perda de poder familiar e construímos uma proposta de fluxo de atendimento pela Funai, de capacitação de servidores para atuação no tema e de medidas cabíveis para a sensibilização da rede de atendimento e dos operadores de Direito.

- **Propor adequações das políticas de assistência social, com foco na qualificação das redes e equipamentos sociais (CRAS, conselhos tutelares e etc), para o atendimento dos povos indígenas, inclusive criando mecanismos de acolhimento e escuta para o atendimento a grupos indígenas que se instalam em ambientes urbanos**

Análise Situacional da Meta

A aproximação com o MDS data de 2012, ganhando forças quando uma comissão de indígenas foi recebida pela Presidenta Dilma. Logo após o convite, o MDS convocou a instalação de uma sala de situação que monitora o Programa Brasil sem Miséria onde o recorte indígena e a Assistência Social, estão presentes. Após a realização de uma reunião, se avançou a parceria estabelecida com o MDS e se efetivou a pactuação de construção de um Acordo de Cooperação Técnica para qualificação da Política Nacional de Assistência Social para os povos indígenas.

Em 2014, foi realizada a Oficina entre FUNAI e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) com vistas a construção de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios da Política Nacional de Assistência Social para os povos indígenas.



promoção de diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável dos Povos Indígenas.

Nesse contexto, alguns temas importantes foram priorizados como: a continuidade da implementação do Projeto Catalisando a Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros - GEF – Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI; fruto de parceria entre a Funai, Ministério do Meio Ambiente – MMA, PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, GEF- Fundo Mundial de Meio Ambiente, as organizações indígenas regionais ARPIN-SUL, ARPIPAN, APOINME, COIAB e a Organização não-governamental TNC do Brasil, em consonância com a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas-PNGATI, a discussão da proposta de formação continuada em PNGATI para gestores indígenas e não indígenas; a publicação de Diretrizes para Elaboração de Planos de Gestão em Terras Indígenas, apoiou iniciativas que contribuem para o fortalecimento da gestão ambiental das Terras Indígenas, tais como: recuperação ambiental, capacitação de representantes indígenas e servidores da Funai em gestão ambiental, ações de educação ambiental, gestão de resíduos sólidos, participação em oficinas de discussão e planejamento de Mosaicos de Unidades de Conservação e outras Áreas Protegidas e, ainda, diagnósticos e levantamentos etnoambientais de terras indígenas. Tendo como princípio orientador as diretrizes da PNGATI, a Funai orientou as Unidades regionais em entendimento com os indígenas, implementar projetos com foco em segurança e soberania alimentar e nutricional prioritariamente, estruturar sua capacidade produtiva segundo o conceito de cadeias de valor e reverter situações de uso irregular dos recursos naturais em projetos com foco em princípios de sustentabilidade. Em paralelo, a Funai conduziu discussão relativa à criação de norma referente à atividades de visitação em Terras Indígenas para fins turísticos, a qual está em discussão na Comissão Nacional de Política Indigenista.

Metas 2012-2015

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

Assinada e publicada, em abril de 2013, a Portaria que regulamenta o Artigo 8º do Decreto 7.747, de 05 de junho de 2012, define estrutura, composição e funcionamento do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI. O Comitê realizou sua 1ª reunião em outubro/2013, definindo seu Plano de Trabalho para realização de diversas atividades, entre elas a elaboração de proposta técnica, metodológica e orçamentária da Conferência.

Nos dias 25 e 26 de março de 2014 foi realizada a 2ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor da PNGATI, onde decidiu-se pela criação de uma Câmara Técnica para trabalhos relativos à Conferência. Esta Câmara Técnica reuniu-se em 28 de abril de 2014 havendo sido indicado que a Conferência deveria ser realizada em 2016, sendo suas preparatórias iniciadas em 2015. Sugerimos revisão de responsáveis pela Meta tendo em vista ser uma meta mais ampla envolvendo a participação de representantes indígenas, vários setores da Funai e outros órgãos federais. (Compartilhar com MMA).

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena**

Análise Situacional da Meta

Considerando o lançamento em 2014 do Ano da Agricultura Familiar pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, essa meta não foi objeto de execução no período.

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Esta meta ficará para o ano de 2015. A avaliação atual, relativa à capacidade operacional e a reprogramação orçamentária aponta para a necessidade de cumprimento dessa meta apenas em 2015.



Sobretudo, com o objetivo precípua de capacitar tecnicamente pesquisadores, provenientes de povos indígenas participantes da iniciativa, para assumirem a gestão de seus patrimônios culturais. Destacam-se entre as principais ações desenvolvidas:

- preservação de bens culturais sob a guarda do Museu e novas coleções contemporâneas de cultura material adquiridas durante o ano;
- continuidade das atividades de captura digital do acervo de cultura material e dos registros audiovisuais sob a guarda da instituição e a inserção das imagens digitais na base de dados;
- promoção de atividades de valorização das culturas indígenas junto às Coordenações Regionais da FUNAI;
- desenvolvimento de projetos de pesquisa e documentação de um conjunto significativo de línguas, culturas e acervos em parceria com populações indígenas de todas as regiões do país;
- capacitação de pesquisadores indígenas em metodologias e técnicas de documentação linguística, cultural e de acervos;
- implementação de amplo projeto de digitalização da documentação textual, abrangendo um total de 802 mil páginas de documentos que integram conjuntos arquivísticos de grande relevância para os povos indígenas e para a memória da política indigenista no Brasil – entre os quais os fundos SPI-Serviço de Proteção aos Índios e Comissão Rondon;
- produção editorial de publicações voltadas para a divulgação dos resultados dos trabalhos de pesquisa e documentação desenvolvidos, incluindo livros indígenas, abrangendo narrativas, catálogos, cartilhas, glossários, apostilas, etc.;
- produção e finalização de filmes etnográficos, realizados e editados com a participação de pesquisadores indígenas das etnias envolvidas nos projetos de pesquisa e documentação em andamento;
- promoção de cooperação técnica com outras instituições científicas e culturais visando à preservação e difusão dos acervos - a exemplo do acordo celebrado com a Fundação Oswaldo Cruz para a transferência de tecnologia de base de dados para documentos de arquivo e criação de rede para troca de informações arquivísticas;
- renovação, até junho de 2015, do Acordo de Cooperação Internacional com a UNESCO, voltado para a ampliação da capacidade da comunidade de pesquisadores indígenas e não indígenas para a documentação de línguas, culturas e acervos.
- recuperação do patrimônio arquitetônico tombado, visando principalmente garantir a segurança dos acervos e espaços expositivos;
- migração do Portal da instituição na internet para nova plataforma;
- atendimento direto ao público visitante nas instalações do Museu e por ocasião das exposições itinerantes, além de um numeroso e crescente público virtual, por meio do Portal institucional, blog e redes sociais disponibilizadas.

Uma ação de especial significado para os povos indígenas, iniciada no biênio 2012-2013, diz respeito à produção de dossiês, constituídos do conjunto de registros resultantes dos trabalhos desenvolvidos até o momento, com a participação sistemática dos pesquisadores indígenas, no âmbito dos projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos.

O conjunto de ações empreendidas visa, em última instância, fazer chegar diretamente aos índios o conhecimento técnico acumulado pelo órgão científico e cultural da FUNAI na área de preservação, documentação e divulgação do patrimônio cultural indígena, propiciando também condições efetivas para a formação de jovens pesquisadores e documentalistas, especialistas em técnicas de documentação linguística, registro audiovisual e edição de filmes, familiarizados com o gerenciamento de bancos de dados e sítios na internet, na gestão de seus acervos, na curadoria indígena de projetos de exposições, na organização de publicações de sua autoria, etc., capacitando-os para protagonizarem seus próprios projetos de preservação e difusão de suas culturas.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 168 projetos de atividades e eventos culturais, em conjunto com as unidades regionais da FUNAI, visando apoio à produção social e à transmissão de saberes, bem como à comercialização e distribuição de bens materiais**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a Ação de Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, sob a coordenação do Museu do Índio,



processou, em termos de apoio financeiro e técnico, 72 projetos de atividades culturais dos povos indígenas, apresentados por 32 das 37 Coordenações Regionais da Funai.

Somente 05 CRs não enviaram projetos e 03 CRs tiveram seus projetos avaliados como inconsistentes ou inviáveis para aprovação, ficando portanto, 29 de 37 com projetos culturais em desenvolvimento.

Importante destacar que este é resultado de uma avaliação parcial do exercício da Meta de Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, sendo que alguns projetos já foram analisados e aprovados sob o ponto de vista de condicionantes técnicos, no entanto, seus resultados, em termos de recursos empenhados e realizados, ainda não foram contabilizados nesta avaliação. O critério que estabelecemos para registrar o exercício efetivo da meta, para o Museu do Índio, é o da descentralização dos recursos, sendo posteriormente confirmada a sua realização com a apresentação do Relatório de Atividades a ser apresentado pela Coordenação Regional ao final de cada ano.

Como observamos, a dispersão regional dos projetos apoiados nos mostrou que a maioria deles teve procedência das regiões Norte e Centro-Oeste, como esperado, uma vez que são as regiões que concentram a maior concentração populacional de povos indígenas e maior diversidade indígena, além de ter terras indígenas com as maiores extensões. Em termos de distribuição de recursos, esta seguiu a mesma tendência, como veremos a seguir: de um total de recursos descentralizados de R\$558.456,14, temos a seguinte distribuição:

- para a região Norte, foram descentralizados 401.408,94 (43,6%)
- para a região Nordeste foram 122.149,40 reais (13,3%);
- para o Centro-Oeste descentralizamos 249.377,45 reais (27,1%),
- para o Sudeste 44.628,22 reais (4,8%),
- para o Sul, 102.788,02 reais (11,2%).

Estes projetos possibilitam atender a demandas de um total de 90 etnias diferentes em todo o Brasil, visando a valorização e preservação das expressões culturais e dos modos de produção social que formam o vasto patrimônio cultural dos povos indígenas no Brasil. Considerando a estimativa de que há atualmente cerca de 220 povos indígenas, estes projetos atendem a aproximadamente 40% desta diversidade cultural.

Foi elaborado um conjunto de Normas e Diretrizes, presentes no documento “Chamada de Projetos Culturais 2014”, publicado por meio da internet nas páginas (sítios) da Fundação Nacional do Índio e do Museu do Índio no início do ano (janeiro), para orientar o trabalho de elaboração dos projetos culturais a ser feito pelas Coordenações Regionais (CRs). São divulgados também os formulários para preenchimento dos projetos que devem ser elaborados pelos técnicos da Coordenação Regional (CR) em conjunto com as comunidades indígenas e encaminhados com as assinaturas de todos os envolvidos. Os técnicos das CRs devem acompanhar a execução dos projetos nas áreas e apresentar, ao final de sua execução, um Relatório de Atividades anual. Em termos de atividades apoiadas, as normas e diretrizes contidas na “Chamada de Projetos Culturais 2014” para guiar os formulários de projetos indicam 5 linhas temáticas, que são:

1. Produção de artefatos para uso e/ou venda - 42 projetos;
2. Comercialização e/ou distribuição e/ou divulgação da produção cultural – 6 projetos;
3. Registro e documentação do patrimônio cultural dos povos indígenas – 14 projetos;
4. Oficinas de repasse de saber – 17 projetos;
5. Celebrações e/ou eventos – 21 projetos;

Como podemos observar a partir dos dados acima, que refletem ainda um resultado parcial dos projetos, que ocorreram algumas mudanças em relação às áreas temáticas dos projetos. Progressivamente, a partir das pactuações que foram feitas nas Oficinas de Planejamento da Funai em 2013 e 2014, com a indicação de ênfase do programa no apoio a projetos de produção e comercialização de cultura material no contato direto entre nós do Museu do Índio e Coordenadores Regionais, notamos um crescimento muito grande de projetos direcionados para a área de “produção de artefatos para uso e/ou venda”, e uma redução dos projetos direcionados para “Celebrações”. Em termos qualitativos,



os projetos têm sido elaborados com um padrão formal e de conteúdo muito superior aos anos anteriores, o que tem revelado a eficácia de uma política sólida e contínua, resultado de um planejamento institucional que vem ganhando força.

Quantidade alcançada

154

Data de Referência

31/12/2014

• **Capacitar 160 pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de registro de suas línguas e aspectos de suas culturas e gestão de seus patrimônios**

Análise Situacional da Meta

As ações voltadas para a capacitação de pesquisadores indígenas especialistas na documentação de suas línguas, culturas e acervos tiveram continuidade no exercício por meio de mais de quarenta oficinas e treinamentos sistemáticos, nas aldeias e nas instalações do Museu do Índio, com a formação de jovens pertencentes a povos de todas as regiões do território brasileiro.

Parte significativa das atividades desta etapa dos projetos de pesquisa e documentação prossegue focalizando o tratamento e a finalização de produtos resultantes dos trabalhos desenvolvidos, abrangendo o preparo de narrativas, cartilhas, dicionários, livros de música e outros textos para publicação, materiais informativos e de divulgação para incorporação aos bancos de dados e acesso nos portais dos projetos, até a edição de filmes concebidos e produzidos pelos próprios índios. Cabe destacar a participação e premiação, em festivais e mostras cinematográficas, de filmes realizados por pesquisadores indígenas treinados nas oficinas de audiovisual.

Na área de capacitação na gestão e divulgação do patrimônio cultural indígena, pesquisadores participam da concepção e preparo de exposições e mostras sobre suas culturas, assim como do registro do processo de confecção de artefatos e dos saberes de natureza imaterial associados à sua produção. Diversas atividades e oficinas contam também com a assessoria de mestres e artesãos na qualificação de conteúdos e informações dos acervos de seus povos nas reservas técnicas e bases de dados do Museu do Índio, propiciando um contato direto com objetos produzidos por seus antepassados, imagens, filmes, gravações sonoras e outros documentos a eles referentes e, simultaneamente, a oportunidade de transmissão de conhecimentos especializados às equipes técnicas participantes dos projetos e aos próprios jovens pesquisadores indígenas.

Considerando-se cumulativamente o período janeiro de 2012 a dezembro de 2014, os treinamentos realizados resultaram, até o momento, na capacitação em documentação de um total de 134 pesquisadores, a maioria com apoio de bolsas de pesquisa. A quantidade alcançada se deve, principalmente, à renovação do Projeto de Cooperação Técnica com a UNESCO, que viabilizou a intensificação dos trabalhos em andamento e a ampliação nos treinamentos, oficinas e bolsas para pesquisadores indígenas.

Quantidade alcançada

134

Data de Referência

31/12/2014

• **Elaborar marco legal de proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais indígenas**

Análise Situacional da Meta

O Grupo de Trabalho na área de Conhecimentos e Expressões Culturais Tradicionais e dos Povos Indígenas foi instituído pela Portaria nº 37, de 12 de abril de 2012, com o escopo de realizar o levantamento de informações sobre a matéria e elaboração de relatório, a respeito da organização nacional para a proteção dos referidos conhecimentos, inclusive no âmbito dos tratados e convenções internacionais do qual o Brasil seja signatário. Os trabalhos desse GT



concentraram-se nos conhecimentos tradicionais e nas expressões culturais tradicionais relacionados, especificamente, à arte e cultura, uma vez que os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e recursos genéticos já possuem legislação própria e um órgão regulatório específico, qual seja: o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEM/MMA, onde o Ministério da Cultura possui assento permanente.

Ao final dos trabalhos, esse GT apontou, em relatório, sugestões e recomendações para subsidiar as atividades do Ministério da Cultura, no que concerne à proteção dos conhecimentos e expressões culturais tradicionais e ainda concluiu que, para a elaboração de um marco legal, seria necessário ampliar e aprofundar a discussão, em outra dimensão e em âmbito interministerial.

Publicação da Portaria Nº 112 de 17 de dezembro de 2013, que modifica os arts. 1º e 2º da Portaria nº 269, de 14 de setembro de 2004, do Ministério da Cultura, criando o Grupo de Trabalho Permanente sobre Diversidade Cultural, no âmbito do Ministério da Cultura. O Grupo de Trabalho tem entre as suas atribuições elaborar posicionamentos e encaminhamentos concernentes com a aplicação da Convenção da Unesco sobre a Promoção e a Proteção da Diversidade das Expressões Culturais. Ocorreu uma reunião no ano de 2013 e três reuniões em 2014. Dentre outros temas, em 2014, esse GT discutiu a estruturação de uma política voltada para a proteção e valorização dos conhecimentos tradicionais.

Com o término do prazo de funcionamento desse Grupo de Trabalho, o GT Permanente da Diversidade Cultural, coordenado pela SCDC, retomou as discussões sobre esse tema. O tema foi retomado ainda na Reunião de Análise Estratégica (RAE) do MinC.

A SCDC colaborou ainda junto aos órgãos de governo que dialogam com o congresso sobre o PL 7735/2014, de autoria do poder executivo e de interesse direto dos Povos Indígenas, visando tornar o PL mais adequado e benéfico para esses povos. No que tange aos conhecimentos artísticos e culturais que não tem vinculação direta ao patrimônio genético há duas estratégias:

- 1) difundir e promover ações de formação no que tange aos direitos autorais, para o casos de conhecimentos de autoria individual;
- 2) trabalhar junto a DPI/Iphan e DDI/SE/MinC para construção de dispositivos legais adequados à proteção de conhecimentos tradicionais de propriedade intelectual coletiva ou comunitária.

Cabe ainda destacar que com a recente aprovação da Lei Nº 13.018, de 22 de julho de 2014, o Programa Cultura Viva passa a constituir-se como Política Nacional de Cultura Viva.

O processo de revisão, adequação e criação de instrumentos advindos desse novo marco legal, incluem a criação de novo instrumento alternativo aos convênios, o Termo de Compromisso Cultural, com normas de execução e prestação de contas simplificadas e mais adequadas à realidade das organizações culturais, incluindo povos, comunidades, grupos e coletivos sem constituição jurídica.

Nota-se, portanto, que apesar do esforço e do reconhecimento da importância da concretização dessa meta, trata-se de um processo complexo, que ainda encontra-se em andamento e depende de estrutura para sua execução. Além disso, o MinC também participa do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI para a regulamentação do processo de consulta a povos indígenas e quilombolas previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, OIT. Esse GTI é coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, e tem promovido uma série de oficinas e encontros com povos indígenas e quilombolas, nas diversas regiões do país.

• Implementar Plano Setorial de Culturas Indígenas

Análise Situacional da Meta

Parte integrante do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura, o Plano Setorial para as Culturas Indígenas é documento de grande relevância para orientar as ações do Ministério da Cultura de valorização das culturas dos Povos Indígenas, um dos campos vitais da diversidade cultural brasileira.



Desde 2012 foram apoiadas diversas ações visando a Implementação do Plano Setorial de Culturas Indígenas, dentre as quais destacamos:

- Fórum Nacional de Culturas Indígenas no Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros;
- Seminário Juventude Indígena e Convenção 169;
- 03 (três) Redes de Pontos de Cultura indígenas – totalizando 79 (trinta e oito) pontos de cultura indígenas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, por meio de convênios, conforme abaixo:
 - o Instituto Sodemec de Desenvolvimento Social/Região Sul – 24 PCIs;
 - o Instituto Sodemec de Desenvolvimento Social/Região Sudeste – 9 PCIs;
 - o Thydewa/Região Nordeste – 8 PCIs;
 - o Centro de Apoio e Pesquisas Indigenistas (CAPI)/Região Centro Oeste – 5 PCIs;
 - o Instituto Socioambiental/Região Centro Oeste – 11 PCIs; e
 - o Instituto Socioambiental/Região Norte – 22 PCIs.
- o Total = 79 PCIs

Os projetos apoiados colaboram na efetivação da implementação do Plano Setorial para as Culturas Indígenas (PSCI), uma vez que as ações destes projetos estão norteadas por princípios do plano, tais como a autodeterminação e autonomia dos povos indígenas e o diálogo intercultural. Através da realização destas ações criou-se um espaço de intercâmbio e troca de experiências entre diferentes povos indígenas, o que ofereceu condições para a existência de espaços para diálogo e reflexão sobre temas culturais, de interesse dos povos indígenas, contribuindo na elaboração de estratégias de fortalecimento, valorização e revitalização de suas culturas. No que tange ao Macroprograma Gestão e Participação Social, do PSCI, foi viabilizada a participação dos representantes indígenas no acompanhamento e avaliação do processo de implantação do PSCI e a divulgação e validação do PSCI junto às comunidades e povos indígenas brasileiros, de forma a respeitar suas dinâmicas comunicativas próprias e consolidar espaços de participação e controle social desses povos. A realização dos projetos também colaborou no processo de difusão das culturas indígenas para a sociedade não indígena, de forma a informá-la sobre a contribuição dos povos indígenas para a diversidade cultural e para a formação da identidade nacional. E, ainda, foi um instrumento para a qualificação e criação de mecanismos de gestão das políticas públicas implantadas em contextos socioculturais diferenciados. Os projetos apoiados foram essenciais à difusão dos marcos legais específicos à cultura indígena, enquanto ferramenta de cumprimento de direitos desses povos e para compreensão do processo de sistematização e integração das políticas públicas para as culturas indígenas, no ordenamento jurídico e na estrutura político-institucional brasileira, assim como sua efetividade na garantia do pleno exercício dos direitos culturais pelos povos indígenas e o alcance que o Estado pode ter com suas políticas legalmente respaldadas.

Importante ressaltar que a implementação das três Redes Pontos de Cultura Indígenas, pactuada por meio de Convênios no valor de R\$ 9 milhões, chegou-se ao patamar de 50% dos recursos pagos, havendo ainda R\$ 1 milhão aguardando condições de pagamento.

Em 2014 foram realizadas duas reuniões do Grupo de Trabalho do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas, visando pactuação de metas para o Plano Setorial, e encaminhamento de outras ações priorizadas pelos membros de colegiado. Os membros do colegiado da Sociedade Civil decidiram apresentar as metas na forma de carta à SCDC em dezembro de 2014, por ocasião da Semana Cultura Viva.

• Pesquisar e documentar 30 línguas, culturas e acervos de povos indígenas no país

Análise Situacional da Meta

Com relação às ações voltadas para pesquisar e documentar línguas, culturas e acervos indígenas, cabe observar que a meta quantitativa originalmente prevista – no total de 30 – diz respeito a todo o período de execução do PPA 2012-2015, e não a cada exercício, uma vez que, pela própria natureza científica das atividades e os procedimentos técnicos e metodológicos adotados, as etapas gradativas da maioria dos projetos se estendem ao longo do quadriênio. De qualquer



modo, o intenso desenvolvimento dos trabalhos, viabilizando a incorporação de novas etnias indígenas parceiras da iniciativa, tem possibilitado o cumprimento e mesmo a superação da meta.

No último semestre, as atividades desenvolvidas deram continuidade à consolidação de produtos obtidos até o momento no âmbito dos projetos de pesquisa e documentação que incluem a edição de filmes e materiais de áudio e vídeo, o tratamento de imagens, a transcrição e tradução de textos, o preparo para publicação de cartilhas, dicionários, catálogos, etc., além da organização de projetos de exposições etnográficas e mostras fotográficas e a atualização de bancos de dados e sítios na internet referentes aos povos indígenas participantes.

Entre os trabalhos em fase de consolidação, destaca-se o preparo de Dossiês que reúnem os materiais produzidos pelas diversas equipes, representando hoje um rico acervo documental em áudio e vídeo e, principalmente, a consecução de um dos objetivos essenciais dos projetos de pesquisa e documentação: a devolução às comunidades indígenas dos registros linguísticos e culturais de seus povos, produzidos e editados com a participação direta de jovens pesquisadores de suas aldeias e qualificados por seus mestres. Preservados em acervos digitais estarão disponíveis por muitos anos, tanto no Museu do Índio, como nas escolas e centros de documentação em formação das aldeias, para conhecimento e transmissão às futuras gerações.

Quantidade alcançada

35

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover, nas ações desenvolvidas e nos projetos apoiadas com recursos da ação de proteção, promoção, fortalecimento e valorização das culturas indígenas, a participação direta de indígenas nos estudos sobre suas culturas, bem como na elaboração e gestão de projetos culturais que envolvam diretamente as suas comunidades**

Análise Situacional da Meta

No período de vigência do atual PPA, na consecução dessa meta, O MinC desenvolveu as seguintes ações:

Oficina de Formação Política da Juventude Indígena e Convenção 169 OIT - Realizada no período de 2 a 6 de abril de 2013, Brasília – DF com o objetivo principal propiciar conhecimentos políticos em geral. Reunião do Grupo de Trabalho Culturas Indígenas – Apoio para participação de quatro representantes indígenas do Colegiado Setorial para as Culturas Indígenas. Prêmio Culturas Indígenas - 4ª Edição Raoni Metuktire - Realização da cerimônia de premiação de 100 iniciativas contempladas pelo edital Prêmio Culturas Indígenas - 4ª Edição Raoni Metuktire. Reunião do Colegiado Setorial para as Culturas Indígenas - Encontro de Culturas Populares e Tradicionais, ocorrido no SESC São Paulo, de 1 a 5/10/2013. Apoio à participação de representante indígena (suplente) do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC no encontro dos povos indígenas do Alto Xingu em setembro de 2013, Canarana – MT. Participação de Representação Indígena no XII Festival de Cultura do Povo Yawanawa Apoio a participação de representante indígena (suplente) do Conselho Nacional de Política Cultural, do representante da região Norte do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas e de liderança Xinguana, no XII Festival de Cultura do Povo Yawanawa. Apoio à participação de 15 representantes do Colegiado Setorial para as Culturas Indígenas na III Conferência Nacional de Cultura, ocorrida de 27/11 a 01/12/13. Apoio à realização dos XII Jogos dos Povos Indígenas, em Cuiabá de 8 a 16/11 de 2013. Apoio à participação de dez colaboradores na IX Feira de Sementes Tradicionais Krahô realizada pela Embrapa, de 14 a 18/10/2013 em Tocantins. Participação no Fórum Mundial de Direitos Humanos na mesa Movimentos da Juventude Indígena: novas estratégias pelos Direitos dos Povos Indígenas, realizada no dia 12/12 de 2013, no Fórum Mundial de Direitos Humanos, Brasília-DF. Participação no Encontro de Pontos de Cultura Indígena do Nordeste, realizado pela ONG Thydewa em abril de 2014, em Olivença – BA para a apresentação o Programa Cultura Viva/ Pontos de Cultura Indígena; Plano Setorial para as Culturas Indígenas; Plano Nacional de Cultura e Sistema Nacional de Cultura. Havia indígenas de 8 etnias diferentes que compartilharam a realidades de seus povos e foram debatidas estratégias de



fortalecimento das comunidades indígenas por meio dos benefícios do Programa Cultura Viva. Apoio à participação 17 (dezessete) indígenas e colaboradores na I COPA das Árvores, atividade que inclui a realização da I Feira de Sustentabilidade dos Povos da Floresta e do III Festival Cultural Corredor Pano, realizada na Aldeia Kuntamanã – Acre em agosto de 2014. Apoio à realização da Oficina de Formação Política para Juventude Indígena com o tema: “Assuntos Internacionais - Avanços e Desafios”, que ocorreu em Brasília/DF, no período de 27 a 31 de outubro de 2014. Participação na discussão sobre o PL 7735/2014, de interesse dos povos indígenas, já que disciplina a questão do consentimento prévio no que compete ao acesso ao conhecimento tradicional associado de origem identificável, e sua discussão no âmbito do poder executivo contou com a participação da SCDC. Apoio para realização do V Módulo do Fórum de Atualização sobre Culturas Indígenas no Brasil. O Mercosul Indígena foi lançado em outubro de 2013, como uma instância para a integração de políticas para os povos indígenas dentro do Mercado Comum do Sul, congregando movimentos sociais e representantes dos povos originários das 12 nações que formam o organismo multinacional (entre membros plenos, associados e observadores). Em continuidade a este processo, foi realizada nos dias 05 e 06 de novembro de 2014, em Buenos Aires, a reunião preparatória para a I Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas no Mercosul – RAPIM, que contou com a participação do Brasil (representado por uma equipe da Funai e do Ministério da Justiça), além do Paraguai, Venezuela, Chile e Argentina. O programa Conexão Cultura Brasil, do Ministério da Cultura, oferece oportunidades aos brasileiros para aprimoramento profissional e acadêmico no exterior, em áreas ligadas a arte, cultura e economia criativa. O British Council é o parceiro estratégico do MINC no planejamento e implementação do programa para oportunidades no Reino Unido. Uma das bolsas oferecidas neste ano, coube a Takumã Kuikuro, líder indígena, para participar do projeto Londres como Aldeia. Essas ações encontram-se detalhadas em anexo.

• **Registrar, preservar e difundir 160.000 itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas**

Análise Situacional da Meta

Os trabalhos a cargo do Museu do Índio visando à conservação, documentação e divulgação do acervo documental sob sua guarda resultaram na preservação de um total acumulado de 105.300 itens culturais, a partir de 2012, envolvendo tanto intervenções específicas quanto procedimentos de rotina relativos a armazenamento, acondicionamento, controle de umidade e temperatura, processamento técnico, etc., conforme a natureza e o estado de cada documento. Considerando os últimos 12 meses, de julho de 2013 a junho de 2014, a instituição superou a meta programada, tendo preservado um total de 42.824 itens culturais.

Destaca-se no período em análise a continuação do projeto de captura digital do acervo textual, com vistas a preservar e disponibilizar o acesso na base de dados a documentos que integram conjuntos arquivísticos de relevância para a memória da política indigenista e para a própria história do Brasil, como os Fundos SPI e Comissão Rondon, num total de mais de 800 mil páginas. A par de procedimentos sistemáticos de notação, higienização e conferência da documentação processada, já foram produzidos 179.013 objetos digitais em formato tiff e 68.540 arquivos tipo pdf.

Este projeto está sendo desenvolvido simultaneamente à instalação de um novo aplicativo de base de dados, específico para documentos de arquivo - Base Arch-AtoM -, como resultado de acordo de cooperação firmado entre a FUNAI e a Fundação Oswaldo Cruz, por meio da Casa de Oswaldo Cruz.

Também na área de digitalização, deu-se continuidade à captura digital de objetos do acervo etnográfico e dos registros audiovisuais sob a guarda do Museu, com a geração de 5.780 arquivos imagéticos e a inserção das respectivas imagens na base de dados.

Com relação aos acervos recebidos por doação de pesquisadores, que já somam quase 28 mil itens, em 30 coleções distintas, deu-se continuidade às atividades de documentação para a devida salvaguarda na instituição dos materiais



que os compõem - sonoros, filmicos, fotográficos, iconográficos e textuais, em seus diversos tipos de suporte. Os trabalhos desenvolvidos incluem inventários, diagnósticos técnicos para preservação, coleta de metadados e de dados pessoais dos doadores, além de digitalização ou migração de suporte e, por fim, disponibilização dos registros em base de dados. Do total desses acervos, 35% já estão digitalizados, encontrando-se em fase de identificação e qualificação.

Contribuiu, mais uma vez, para os resultados alcançados na área de preservação o trabalho voltado para a documentação de registros que vêm sendo incorporados aos acervos sonoros e acústico-musicais dos povos indígenas, por meio de gravações de cantos e rituais.

Cabe mencionar ainda o projeto de implantação de uma política de backup para a instituição, com a aquisição de novos equipamentos para armazenamento de dados e de fitas magnéticas de alta capacidade. Essa ação disponibiliza mais 200Tb (duzentos terabytes) de espaço útil em storages, que possuem tecnologia de redundância de dados, e outros 300Tb (trezentos terabytes) em mídia magnética para suprir as necessidades de duplicação dos serviços e dos dados geridos pela instituição.

Importa reportar ainda o atendimento ao público, indicador de especial importância considerando-se o alcance das ações de registro, preservação e, mais diretamente, de difusão do acervo e das informações qualificadas sobre os povos indígenas. Em 2014, o Museu teve um público de 68.351 pessoas, resultante de visitas escolares, atividades e eventos diversos realizados localmente na instituição, assim como de exposições itinerantes e participações em eventos externos, além do público alcançado pelas iniciativas de empréstimo de material a escolas públicas e privadas, centros culturais, universidades, instituições federais, estaduais e municipais e empresas. Por sua vez, o público virtual, englobando o número de pessoas que visualizaram qualquer atividade das páginas do Museu do Índio na Internet durante o ano, resultou em 762.359 visualizações.

Quantidade alcançada

127.300

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0950 - Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizados em 2011 diagnósticos para subsidiar a construção dos Planos Regionais Indigenistas, que resultaram na elaboração de planos e ações em 2012 para serem implementadas junto aos povos indígenas. Em fevereiro de 2013, toda a Funai, reunindo as Coordenações Regionais, as Coordenadores Gerais - CRs, os Diretores e a Presidência validaram os planos construídos pelas CRs para o ano em curso. Esta atividade foi de grande importância para a garantia de recursos para os projetos prioritários de cada CR. Com esse processo de construção e validação de planos, a Funai inaugurou um novo modelo de gestão, focado na implementação da gestão participativa de sua política.

A Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, criada pelo Decreto de 22 de março de 2006 e instalada em abril de 2007, presidida pela Presidência da Funai, é composta por 20 lideranças indígenas que representam aproximadamente 305 povos e 270 línguas diferentes (Fonte: Censo IBGE 2010), duas ONGs indigenistas e 12 representantes governamentais. A CNPI já realizou 19 reuniões ordinárias e sete reuniões extraordinárias, perfazendo um total de 25 reuniões políticas de grande importância para a definição da política indigenista do governo brasileiro. A representação



indígena reflete as diferentes realidades socioculturais do país com a presença de diversos povos, de forma que a partir de então, os povos indígenas deixam de ser meros objetos das políticas indigenistas para serem atores na formação das políticas públicas indigenistas.

Em 2013 a CNPI conseguiu realizar uma ampla agenda de trabalho para discussão de temas diversos que afetam

diretamente os direitos dos povos indígenas. Neste período foram realizadas três reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária.

Em março e abril de 2014, realizou-se etapa de planejamento institucional da Fundação Nacional do Índio, envolvendo a Sede da Funai, todas as Coordenações Regionais - CR, Frentes de Proteção Etnoambiental - FPE e Museu do Índio, em continuidade ao modelo de gestão inaugurado no ano de 2013. Por meio desse planejamento, puderam ser pactuados os valores para a execução de planos de trabalho construídos pelas CRs e Frentes para o ano. Esta atividade foi de grande importância para a garantia de recursos para os projetos prioritários da instituição indigenista, além de ter sido um momento em que se discutiu o funcionamento das CRs e FPE em Rede, e pode contribuir para a otimização de recursos e força de trabalho da Fundação Nacional do Índio.

Ainda em 2014, a Comissão Nacional de Política Indigenista realizou três Reuniões Ordinárias, momento em que se discutiu a articulação entre diferentes órgãos do Governo Federal das políticas públicas implementadas junto aos povos indígenas.

Ademais, em julho de 2014, foi convocada, por Decreto da Presidenta da República, a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, cuja etapa nacional ocorrerá em novembro de 2015. A referida Conferência tem como objetivos (i) avaliar a ação indigenista do Estado brasileiro; (ii) reafirmar as garantias reconhecidas aos povos indígenas no País; e (iii) propor diretrizes para a construção e a consolidação da política nacional indigenista. Nesse âmbito, a Conferência se propõe a discutir e propor diretrizes para a articulação das políticas públicas elaboradas e implementadas por diferentes órgãos do governo federal, de governos estaduais e municipais para os povos indígenas.

Metas 2012-2015

• **Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território**

Análise Situacional da Meta

Essa meta foi definida com o propósito de elaboração de planejamento regionalizado com vistas à integração das ações dos diversos ministérios que participam do Programa Temático dos Povos Indígenas, sob a coordenação da FUNAI. A proposta é que esse planejamento regionalizado fosse materializado nos Planos Regionais Indigenistas. A elaboração dos Planos Regionais depende ainda de uma articulação interinstitucional a ser construída. Dentre as ações necessárias à consecução dessa meta destaca-se a compatibilização das bases territoriais sobre as quais se assentam as ações de cada instituição, incluindo as jurisdições da FUNAI, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas e os Territórios Etnoeducacionais, assim como a organização das bases informacionais únicas que satisfaçam as necessidades de informação de todos os órgãos envolvidos nos planos.

As ações para a consecução dessa meta estão sendo desenvolvidas ao longo de 2013 e 2014.

O planejamento regionalizado com vista à integração das ações entre diversos Ministérios que participam do Programa Temático dos Povos Indígenas tem observado maior eficácia no contexto da implementação das ações inseridas na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, implementadas pela Funai, MDA, MDS e MMA, e outros, especialmente após a instalação do Comitê Executivo da PNGATI.

**• Implementação do Conselho Nacional de Política Indigenista****Análise Situacional da Meta**

A Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI foi criada pelo Decreto de 22 de março de 2006, instalada em abril de 2007. Ela é presidida pela Presidenta da Funai, sendo composta ainda por 20 lideranças indígenas que representam aproximadamente 305 povos e, aproximadamente, 270 línguas diferentes (Fonte: Censo IBGE 2010), duas ONGs indigenistas e 12 representantes governamentais. A representação indígena reflete as diferentes realidades socioculturais do país com a presença de diversos povos, de forma que a partir de então, os povos indígenas deixam de ser meros objetos da política indigenista para serem protagonistas das políticas públicas voltadas para eles.

A CNPI faz parte do Ministério da Justiça, porém, espera-se que ela seja transformada em um Conselho, para fins de empoderamento dos representantes indígenas, sendo este o objetivo previsto no PPA 2012/2015. O processo de criação do Conselho está em tramitação no Congresso Nacional, sob Projeto de Lei nº 3571/2008.

• Integração dos sistemas de informação sobre povos indígenas**Análise Situacional da Meta**

Em 2013, as áreas gestoras da Funai iniciaram a utilização da primeira etapa do Sistema Indigenista de Informações da Funai (SII) para o cadastro das informações/dados pertinentes a cada um de seus módulos. Ainda no referido exercício foram levantadas necessidades de adequação deste sistema às novas atividades finalísticas da FUNAI.

A segunda etapa de desenvolvimento do Sistema Indigenista de Informações (SII) encontrava-se, no início de 2014, em processo de correção e ajuste pela empresa responsável pela execução deste projeto.

No ano de 2014, após auditoria realizada pela CGU, em articulação com a Auditoria Interna da Funai, constatou-se alguns pontos da área de tecnologia da informação que necessitavam de correções e ajustes, tendo os contratos vigentes da Funai passado por minuciosa análise de Grupo de Trabalho instituído pela Presidência da Funai.

Desse modo, com a recomposição da equipe de TI iniciada no final de 2014 e com a realização de novas licitações, substituindo os contratos anteriores, espera-se que o sistema de informações gerenciais, denominado de Sistema Indigenista de Informações – SII, possa ser efetivamente implantado em sua totalidade, gerando dados confiáveis sobre a realidade indígena no país.

OBJETIVO: 0951 - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Estão em andamento 4 programas de promoção dos direitos dos povos indígenas de recente contato, com os povos Avá Canoeiro, Zo'é, Korubo e Awá-Guajá. Destacam-se as ações com esse último povo indígena, que foram maximizadas no ano de 2014. Também foi iniciada a elaboração de novo programa piloto para o povo recém-contatado do Xinane, contatado em junho de 2014. Neste período de 2014, houve continuidade nas ações articuladas voltadas à proteção e promoção dos direitos sociais de 15 povos de recente contato – Araweté (Terra Indígena Araweté do Igarapé Ipixuna); Arara (Terra Indígena Arara); Parakanã (Terra Indígena Apyterewa); Avá Canoeiro (Terra Indígena Avá Canoeiro); Yanomami e Ye'kuana (Terra Indígena Yanomami); família linguística Maku (Terra Indígena Alto Rio Negro); Awá-Guajá (Terras Indígenas Alto Turiaçu, Awá e Caru); Kanoê e Akunt'su (Terra Indígena Rio Omerê); Suruwahá (Terra Indígena Zuruahá); Amondawa e Uru-Eu-Wau-Wau (Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau); Waimiri Atroari (Terra Indígena Waimiri Atroari) e Zo'é (Terra Indígena Zo'é). Iniciou-se projetos de documentação da cultura material dos povos Amondawa e Suruwahá junto ao Museu do Índio. Também vem sendo realizado o acompanhamento das ações do Projeto Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, junto aos três povos de recente contato das



Terras Indígenas: Cachoeira Seca, Araweté do Igarapé Ipixuna e Apyterewa; do PBA do Programa Avá-Canoeiro na Terra Indígena Avá-Canoeiro. Essa coordenação também participou das reuniões do Conselho do Programa Waimiri-Atroari, resultante da UHE Balbina. Também houve trabalhos de esclarecimento do processo de licenciamento da duplicação da estrada de ferro Carajás com o povo Awá-Guajá e análise dos estudos preliminares à licença de instalação. Houve continuidade na interlocução com a Secretaria Especial de Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI) e com os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DISEIs) com base nas discussões estabelecidas no Grupo de Trabalho Interministerial (Ministério da Saúde/Ministério da Justiça) para formulação de políticas de atenção a saúde dos povos indígenas de recente contato e plano de contingência para situações de contato com os povos indígenas de recente contato (Portaria Interministerial nº 171, de 6 de fevereiro de 2013), inclusive com grande quantidade de elaboração de expedientes sobre o tema. Além disso, houve participação em diversas reuniões periódicas de trabalho e visitas técnicas às terras indígenas habitadas pelos povos indígenas de recente contato.

Metas 2012-2015

• Formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato

Análise Situacional da Meta

Em 2014 houve um avanço ações de proteção e promoção dos povos de recente contato da região do Alto Rio Negro. No segundo trimestre de 2014 foi realizada a oficina “Autonomia e Participação dos Povos Indígenas do Rio Negro” mais especificamente para os povos de recente contato e Hupd’äh e Yuhupdeh. Tendo em vista o processo de desintrusão da Terra Indígena Awá, foi realizada uma Oficina de Esclarecimento ao povo Awá-Guajá, sobre o procedimento em curso, levando em conta as especificidades culturais dos Awá-Guajá. Considerados os povos indígenas de recente contato, em sua maioria monolíngues, os Awá-Guajá foram informados e esclarecidos sobre esse processo para que pudessem refletir conjuntamente e estabelecer estratégias de médio e longo prazo sobre ações futuras no território após a retirada dos não-indígenas da Terra Indígena Awá. Também foram executadas atividades de promoção aos direitos sociais para os Awá-Guajá, mais especificamente em oficinas de português e matemática instrumental, em apoio à Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai. Junto aos indígenas Avá Canoeiro foi realizada uma oficina com um grupo de estudos de educação Avá-Canoeiro, visando a elaboração de um projeto para o letramento em língua Avá Canoeiro, aulas das línguas Avá e Tapirapé e elaboração de um alfabeto para apoio as aulas. No primeiro semestre de 2014 foi realizado o seminário no Território Etnoeducacional Médio Xingu, apoiado pela empresa Norte Energia no âmbito da execução do Projeto Básico Ambiental CI – Usina Hidrelétrica Belo Monte. No seminário houve a participação efetiva dos três povos indígenas de recente contato da jurisdição da Frente de Proteção Etnoambiental da Funai do Médio Xingu. Foi realizado um seminário que debateu as diretrizes das políticas de promoção dos direitos dos povos indígenas de recente contato e políticas pós-contato com participação das 12 Frentes de Proteção Etnoambiental, representantes das Coordenações-Gerais da Funai e de alguns colaboradores. A concepção desse encontro foi elaborada, em articulação com a Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados, por consultora contratada pela Agência de Cooperação Internacional Alemã (GIZ).

• Implementação da política de proteção e promoção dos povos de recente contato em 11 terras indígenas jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambiental da FUNAI

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram implementadas ações voltadas à proteção e promoção de povos de recente contato em 05 (cinco) terras indígenas. Já em 2013 foram realizadas atividades continuadas de monitoramento territorial nas 12 terras indígenas jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambiental da FUNAI, bem como o acompanhamento e monitoramento das ações voltadas à assistência a saúde pelo Ministério da Saúde. Por conta das atividades realizadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial - GTI de Saúde Indígena na execução das atividades das frentes de proteção etnoambiental, surgiu a demanda e a oportunidade de monitoramento de outras terras indígenas além das anteriormente previstas, a saber, Terras Indígenas Zuruahã, Omerê, Uru-eu-wau-wau, Piripkura, Cachoeira Seca, Araweté do Igarapé Ipixuna,



Apiterewa, Juma, Vale do Javari, Yanomami, Waimiri-atroari, Awa, Caru, Alto Turiaçu, Awá Canoeiro e Zoé no total de 16 terras indígenas, sendo que as Terras Indígenas Awá Canoeiro, Alto Turiaçu, Juma e Caru não estão jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambientais da Funai.

Em 2014 houve um avanço ações de proteção e promoção dos povos de recente contato da região do Alto Rio Negro. No segundo trimestre de 2014 foi realizada a oficina “Autonomia e Participação dos Povos Indígenas do Rio Negro” mais especificamente para os povos de recente contato e Hupd’äh e Yuhupdeh. Tendo em vista o processo de desintrusão da TI Awá, foi realizada uma Oficina de Esclarecimento ao povo Awá-Guajá, sobre o procedimento em curso, levando em conta as especificidades culturais dos Awá-Guajá. Considerados povos indígenas de recente contato, em sua maioria monolíngues, os Awá-Guajá foram informados e esclarecidos sobre esse processo para que pudessem refletir conjuntamente e estabelecer estratégias de médio e longo prazo sobre ações futuras no território após a retirada dos não-indígenas da Terra Indígena Awá. Também foram executadas atividades de promoção aos direitos sociais para os Awá-Guajá, mais especificamente em oficinas de português e matemática instrumental, em apoio à Coordenação-Geral de Promoção a Cidadania da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável. Junto aos Awá Canoeiro foi realizada uma oficina com um grupo de estudos de educação Awá-Canoeiro, para elaboração de um projeto para o letramento em língua Awá Canoeiro, aulas das línguas Awá e Tapirapé e elaboração de um alfabeto para apoio as aulas. Em relação às ações de educação desenvolvidas pelo Ministério da Educação – MEC, a Frente de Proteção Etnoambiental da Funai Yanomami organizou, em dezembro de 2013, um seminário no Território Etnoeducacional Yanomami que contou com a participação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Universidade Federal de Roraima – UFRR, do Instituto Federal de Roraima – IFRR e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, além das Secretarias Estaduais e Municipais de ensino do estado de Roraima, consolidando o compromisso do Governo Federal pela implementação dos territórios etnoeducacionais em regiões vulneráveis da Amazônia Legal e de promoção dos direitos sociais desses povos em conjunto com o poder judiciário local. Registre-se, ainda, os avanços alcançados nos processos administrativos relacionados a regularização fundiária em 02 (duas) terras indígenas – Awá (MA) e Yanomami (RR/AM). Em 2014 foi realizado o seminário no Território Etnoeducacional Médio Xingu, apoiado pela empresa Norte Energia no âmbito da execução do PBA CI – UHE Belo Monte. No seminário houve a participação efetiva dos três povos indígenas de recente contato da jurisdição da FPE Médio Xingu. Foram implementadas ações voltadas à proteção e promoção de povos de recente contato em 17 terras indígenas (Terras Indígenas Zuruahã, Omerê, Uru-eu-wau-wau, Piripikura, Cachoeira Seca, Arawete do Igarapé Ipixuna, Apiterewa, Juma, Vale do Javari, Yanomami, Waimiri-atroari, Awa, Caru, Alto Turiaçu, Awá Canoeiro, Alto Rio Negro e Zoé), incluindo atividades continuadas de monitoramento territorial, bem como o acompanhamento e monitoramento das ações provenientes de políticas universais, principalmente as voltadas à assistência à saúde.

OBSERVAÇÃO: META NÃO ACUMULÁVEL

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11	unidade	17	31/12/2014

- **Monitoramento e avaliação de ações governamentais e da sociedade civil nas 11 terras indígenas com presença de povos indígenas de recente contato jurisdicionadas à Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizados estudos e diagnósticos envolvendo 09 (nove) povos indígenas de recente contato. No primeiro semestre de 2013 houve a contratação de 03 consultorias de perfil antropológico e linguístico, nas Terras Indígenas Zoé, Awá-Guajá e Arara de Cachoeira Seca, para a consolidação de dados populacionais/demográficos do histórico do contato desses povos indígenas com a sociedade, e a organização de dados etnográficos bem como a produção de grafia das línguas indígenas para a elaboração de uma cartilha e dicionário da língua indígena que serão



instrumentos para alfabetização e registro. Foi entregue 01 (um) trabalho realizado na Terra Indígena Awá Guajá (MA). Com apoio do Programa Básico Ambiental – PBA CI Belo Monte, executado pela empresa Verthic, nas Terras Indígenas Cachoeira Seca, Apiterewa e Araweté do Igarapé Ipixuna, no médio rio Xingu – estado do Pará, foi realizado o primeiro encontro do Território Etnoeducacional do Médio Xingu. Na mesma região, no primeiro trimestre foi realizada a reunião do Conselho Distrital de Saúde Indígena - CONDISI/Altamira, momento em que foi apresentado o novo modelo de atendimento a saúde indígena pela Secretaria Especial de Saúde Indígena. Realizou-se a avaliação e acompanhamento dos Planos Básicos Ambientais das Usinas Hidrelétricas – Usinas Hidrelétricas Girau (Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau), e Belo Monte (Terra Indígena Waimiri Atroari), bem como as linhas de transmissão Porto Velho/ Araraquara (Terra Indígena Guaporé) e Manaus/Boa Vista além dos convênios Furnas/Funai e Vale do Rio Doce /Funai. As ações realizadas em 2014 tiveram foco na continuidade do monitoramento e avaliação da execução de políticas públicas implementadas nas 12 terras indígenas, em 2012 e 2013, tanto nas atividades de atendimento a saúde indígena, quanto em educação escolar. Realizou-se, ainda, o monitoramento das ações de saúde junto aos povos indígenas Awá-Guajá (MA), Suruwahá (AM), Zo'é (PA), Akun'tsu e Kanoê (RO), Yanomami (RR/AM) e Hupd'äh e Yuhupdeh, Arara e das ações de educação escolar indígena nas Terras Indígenas Uru-Eu-Wau-Wau e Yanomami.

OBSERVAÇÃO: META NÃO ACUMULÁVEL

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11	unidade	12	31/12/2014

• Realização de estudos e diagnósticos para orientar as ações governamentais e não governamentais junto aos povos indígenas de recente contato

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizados estudos e diagnósticos envolvendo 09 (nove) povos indígenas de recente contato. No primeiro semestre de 2013 houve a contratação de 03 consultorias de perfil antropológico e linguístico, nas Terras Indígenas Zoé, Awá-Guajá e Arara de Cachoeira Seca, para a consolidação de dados populacionais/demográficos do histórico do contato desses povos indígenas com a sociedade, e a organização de dados etnográficos, bem como a produção de grafia das línguas indígenas para a elaboração de uma cartilha e dicionário da língua indígena que serão instrumentos para alfabetização e registro. Foi entregue 01 (um) trabalho realizado na Terra Indígena Awá Guajá (MA). Realizou-se, ainda, a avaliação e acompanhamento dos Planos Básicos Ambientais das Usinas Hidrelétricas – Usinas Hidrelétricas Girau (Terra Indígena Uru-eu-wau-wau), e Belo Monte (Terra Indígena Waimiri Atroari), bem como as linhas de transmissão Porto Velho/Araraquara (Terra Indígena Guaporé) e Manaus/Boa Vista além dos convênios Furnas/Funai e Vale do Rio Doce /Funai. Para 2014, com objetivo de definir linhas de cuidado para atenção à saúde da mulher e da criança indígenas do Médio rio Xingu”, considerando as especificidades dos povos indígenas, foi realizado um diagnóstico dos fluxos de assistência à saúde, e reconstituição dos itinerários terapêuticos no âmbito do Projeto “Construção das linhas de Cuidado da Mulher e da Criança Indígena”, em parceria com a empresa Matres Socioambiental e Secretaria Especial de Saúde Indígena, com recursos provenientes do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS Xingu. A proposta é que o Projeto seja um piloto para reflexão e elaboração de propostas de atenção à saúde da mulher e da criança indígena da Amazônia. Ainda no contexto de delinear diretrizes para orientar as ações governamentais, foi dado início no Projeto de diagnóstico e estudo linguístico dos grupos Akun'tsu e Kanoê, que habitam a Terra Indígena Rio Omerê, no estado de Rondônia. Iniciou-se ainda um diagnóstico da situação atual dos povos Hupd'äh e Yuhupdeh (AM).

2012 - 9 – Awá-Guajá/MA, Zoé/PA, Yanomami/AM/RR, Korubo/AM, Arara (Cachoeira Seca/PA), Canoê/RO, Akun'tsu/RO, Piripkura/MT, Waimiri-Atroari/AM/RR;



2013 - 0;

2014 - 3 – Kanoê/RO e Hupd'äh e Yuhupdeh/AM.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0952 - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A garantia de uma educação diferenciada e de qualidade ainda segue sendo um desafio para o Estado Brasileiro e depende de arranjos de gestão mais inclusivos e participativos, que respeitem e valorizem as especificidades dos diferentes povos indígenas e seus processos educativos próprios. Particularmente, a qualificação dos órgãos estaduais e municipais de educação para a execução de políticas diferenciadas, construção de projetos político pedagógicos adequados e garantia de mecanismos de participação e controle social pelos povos indígenas constitui o cerne da questão. Nesse sentido, a Funai está trabalhando orientações institucionais com suas unidades descentralizadas e em apoio aos povos indígenas para dar efetividade ao acompanhamento das referidas políticas públicas de educação. Ainda no campo da educação escolar, no ano de 2014, foi marcado pela implementação do Programa Bolsa Permanência (MEC) e um maior esforço da Funai no acompanhamento do Ensino Universitário que permita o acesso, permanência e a conclusão dos estudos pelos estudantes indígenas, além de uma cooperação aditiva mais ampla com o MEC, inclusive para explicitar a parceria no campo da formação para a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial. A FUNAI seguiu apoiando aos estudantes do ensino superior - nos cursos de licenciatura intercultural e curso regulares de graduação, por meio de Termos de Cooperação entre a FUNAI e IES, e/ou amparados pelas Portarias 744/PRES/2007 e 849/PRES/2009, de modo a garantir as mesmas condições de permanência para os estudantes que ingressaram em IES com o apoio das parcerias. No componente de acompanhamento das políticas de educação foram apoiadas as iniciativas de mobilização e discussão sobre os direitos educacionais, com reuniões dos indígenas com o MPF, Conselhos e Secretarias, e Encontros específicos de professores indígenas. As dificuldades de gestão enfrentadas pelo Órgão, a exemplo da falta de contratos com fornecedores de serviços/insumos essenciais nas CR's, pressões externas sobre as Unidades Regionais que dificultam executar ações planejadas e carência de recursos humanos e a falta de um sistema de organização e sistematização de dados. O acirramento de discursos públicos contrários ao reconhecimento de direitos indígenas também impactam negativamente nas gestões e pactuações com outros órgãos e entes federados no tocante à educação diferenciada para povos indígenas. Foram pactuados 24 (vinte e quatro) Territórios, sendo 1 (um) em 2014, planejadas 08 (oito) e realizadas 04 (quatro) reuniões de formação de comitê e de pactuações de territórios etnoeducacionais em parceria com o MEC. A Funai tem investido em capacitação de servidores e representantes indígenas para qualificar o acompanhamento e monitoramento da implementação de políticas de educação escolar efetivamente diferenciada e que observe as especificidades dos povos indígenas e atua como articuladora junto ao MEC e ao MPF no caso de denúncias de violação de direitos relacionados à educação escolar. No âmbito das ações educativas comunitárias foram realizadas 20 (vinte) iniciativas em 2014. Estes projetos tem interface com ações de etnodesenvolvimento, proteção e gestão territorial, contemplando diretrizes da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de terras indígenas PNGATI. Adicionalmente, desenvolvemos ações de valorização das culturas, formas de organização social e autonomia dos povos indígenas por meio de processos educativos dentro dos programas especiais de recente contato (Zo'ê, Awá, Korubo, Yanomami e Akuntsu e Canoe) e em contexto de fronteiras internacionais. A Funai ainda acompanha ações relativas à educação junto a programas de desenvolvimento regional, de mitigação e de



compensação relacionados a empreendimentos, como o caso da UHE Belo Monte em Altamira.

Metas 2012-2015

• Apoiar financeiramente o estudante indígena fora da aldeia**Análise Situacional da Meta**

Com vistas a garantia do direito ao acesso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior, a FUNAI fez gestões junto ao MEC que resultou na criação da Portaria 389/2013, do Programa Bolsa Permanência, que assegura o apoio à estudantes indígenas nas Universidades Federais. Em 2014 a Funai avançou no apoio à inscrição dos alunos no

Programa por meio da sensibilização e informação e também vem informando ao MEC sobre a possibilidade de melhoras ao Programa. Atualmente são 9.906 (nove mil, novecentos e seis) estudantes cadastrados pelo MEC. Desta forma a FUNAI poderá priorizar ações de acompanhamento e apoio à extensão comunitária no período de formação. Ainda assim, foram apoiados e financeiramente pela Funai cerca de 879 (oitocentos e setenta e nove) estudantes indígenas, matriculados em Instituições do Ensino Superior (IES) em vários estados da Federação por meio das cooperações firmadas pela Funai com as IES que se mantém em vigor e que complementa a política de assistência estudantil de forma a garantir a permanência dos estudantes indígenas no ensino superior nas mesmas condições de seu ingresso. A redução de alunos apoiados com relação a 2012 deveu-se à conclusão dos cursos, não atendimento de critérios pelas normativas, ou encerramentos de termos de cooperação.

Cabe ressaltar que a redução de alunos apoiados no ano de 2014 deveu-se a:

- conclusão dos cursos pelos estudantes;
- não atendimento de critérios pelas normativas;
- encerramentos de termos de cooperação;
- principalmente: o incentivo à inscrição no Programa Bolsa Permanência do MEC.

Quantidade alcançada

879

Data de Referência

30/12/2014

• Apoiar técnica e financeiramente cursos de formação de professores indígenas**Análise Situacional da Meta**

A FUNAI apoiou junto a UFG, UNEMAT, UFSC, UFGD, UFMG e UFRR Cursos de Licenciatura Intercultural, voltados para formação, bem como garantiu a participação de professores em cursos de formação além de apoiar a inscrição dos estudantes indígenas no Bolsa Permanência (MEC). Nos cursos de magistério indígena dos Projetos Ibaorebu (três etapas), Mêbêngôkre, Panará e Tapajuna (MPT) e Ka'apor foram realizadas atividades no processo de formação para que os indígenas possam atuar como pesquisadores e multiplicadores de práticas sustentáveis e dos conhecimentos próprios. Realizamos 06 seminários com professores, gestores e lideranças sobre a situação da educação escolar indígena nas terras indígenas da região do Rio Negro (AM) e fizemos articulações junto à Secretaria de Estado para Povos Indígenas (SEIND), bem como à Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC) para aprimorar o atendimento das políticas estaduais aos povos indígenas. Também foi realizada reunião com a SEDUC/MT para tratar da necessidade de garantir formações pelo governo estadual aos professores indígenas. Trabalhamos conteúdos da Convenção 169 da OIT junto aos professores indígenas do Acre.

No ano de 2014 foram prestadas assessoria técnica aos Programas voltados a povos indígenas de “recente contato”



(Awá-Guajá, Zo'é, Korubo, Yanomami, Akuntsu e Kanoé) em articulação com a Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Diretoria de Proteção Territorial / CGIIRC/DPT.

Quantidade alcançada

600

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar, institucionalizar e aplicar instrumentos de acompanhamento das ações de educação escolar indígena e monitoramento das políticas públicas de educação em todos os níveis**

Análise Situacional da Meta

Foi firmado termo aditivo de cooperação entre FUNAI e MEC para garantir o direito à educação e implementar políticas públicas educacionais para as populações indígenas brasileiras, inclusive prevendo atividades de preparação,

mobilização e acompanhamento dos TEEs - territórios etnoeducacionais e da ação Saberes Indígenas nas Escolas. A cooperação visa promover a participação dos Povos Indígenas e o exercício do controle social nas políticas públicas educacionais, em consonância com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, estimular a articulação entre instituições da Sociedade Civil, Povos e Comunidades Indígenas, Instituições de Ensino e demais órgãos de governo, com vista ao aprimoramento das políticas públicas educacionais e à colaboração com os Programas para Povos Indígenas de recente contato, coordenados pela Funai. Atualmente são 22 (vinte e dois) TEEs pactuados e 03 (três) em fase de consulta. A FUNAI elaborou documentos orientadores objetivando estabelecer um fluxo de acompanhamento adequado das políticas de educação pelas unidades descentralizadas e pelos próprios indígenas. Foram realizados estudos para o desenvolvimento de um banco de dados das políticas de educação indígena, além de intercâmbio de dados qualificados com o MEC.

- **Elaborar subsídios na perspectiva de construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a Funai elaborou documentos orientadores para dialogar com as suas Coordenações Regionais sobre o acompanhamento da Educação Escolar Indígena e realizou articulações junto ao MEC acerca da realização da II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena onde deverá ser debatida a demanda pela construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena. Para o próximo período está prevista a retomada das discussões para implementação de um banco de dados e sistema de informações indigenistas relativas às ações de educação (escolar e comunitária).

- **Formar técnicos e representantes indígenas para o acompanhamento e o exercício do controle social frente às ações e políticas de educação escolar indígena**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, a Funai deu continuidade às ações articuladas com MEC/SECADI para a implantação dos territórios etnoeducacionais. Apoio a realização de 04 (quatro) reuniões para formação de comitê e de pactuação dos TEEs.

Em 2014, a Funai ainda acompanhou as ações de educação escolar indígena no âmbito do Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte e discussões acerca da educação escolar na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena/MEC. Também foram realizadas reuniões e audiências sobre Educação Escolar Indígena de acompanhamento com lideranças indígenas junto ao MPF, Estadual, Justiça Federal no Amazonas (Vale do Javari), Pará, Rondônia,



Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. A FUNAI tem representação em conselhos estaduais de educação escolar indígena alguns estados e participa a nível nacional da Comissão Nacional de Apoio a Produção de Materiais Didáticos Indígenas, Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, e das Comissões dos Programas de Ações Afirmativas das Universidades Federais e Estaduais com as quais possui parceria, espaços estes de controle social estratégicos para a política de educação.

• **Implantar processos de discussão para implementação dos cursos de ensino médio e ensino médio integrado a partir das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas**

Análise Situacional da Meta

Foi dada continuidade ao curso de agroecologia de Marabá-PA, além do curso de magistério, agroecologia e técnico de enfermagem com o Instituto Federal do Pará, de agricultura familiar Mehi com o povo Canela do MA, em parceria com o Instituto Federal do Maranhão-IFMA. Foram feitas reuniões de articulação com Ministério da Educação (MEC) - SECADI e SETEC- para discutir o PRONATEC Campo e organização de demanda indígena de cursos de ensino médio, bem como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Foi difundido junto às Coordenações Regionais e aos representantes indígenas, informações sobre o PRONATEC com o intuito de aprimorar o acesso dos povos indígenas ao programa e garantir as especificidades dos mesmos.

Além disso, a FUNAI desenvolve ações de educação para a sustentabilidade e acompanha a instituição de centros de formação para povos indígenas em articulação interna (Coordenação Geral de Promoção da Cidadania - CGPC, Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento - CGETNO, Coordenação Geral de Gestão Ambiental - CGGAM) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de terras indígenas PNGATI e dos Programas Especiais para Povos Indígenas de Recente Contato (Zo'é, Korubo, Awá, Akuntsu e Canoe e Yanomami).

OBJETIVO: 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Para o alcance desse objetivo destacaram-se como principais realizações no período de 2012-2014:

- modernização dos equipamentos com contratação de infraestrutura de redes, microcomputadores e link de internet de maior capacidade, aquisição de solução de HelpDesk.
- instalação, até dezembro de 2014, de 33 Comitês Regionais, favorecendo a participação de representantes de outros órgãos do governo federal que atuam com a pauta indígena na circunscrição das unidades descentralizadas da FUNAI. A fim de atingir a meta de um Comitê para cada uma das 37 Coordenações Regionais, está prevista a instalação de 4 Comitês em 2015.
- assinatura de contrato com a Universidade de Brasília para promover I Curso de Especialização em Direito dos Povos Indígenas, com o objetivo de proporcionar o aperfeiçoamento e a reformulação de práticas jurídicas e periciais para promover a aplicação dos direitos dos povos indígenas no Brasil.
- reforma e construção de imóveis onde estão instaladas as Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais e realização dos procedimentos legais iniciais para a contratação dos serviços de construção de imóvel para a administração central da Fundação com o objetivo de reduzir gastos com locação de imóvel.
- implementação do Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos da Fundação, o que permitiu a realização de 127 ações de capacitação nas modalidades presencial, especialização/MBA, mestrado/doutorado e educação



à distância, abrangendo o total de 2.697 participações de servidores, sendo computadas aproximadamente 6.650 horas-aulas.

- capacitação de indígenas que compõe os 33 Comitês Regionais instalados em temas como políticas públicas, legislação indigenista, controle social e outros temas correlatos, o que vem possibilitando o acompanhamento mais efetivo, pelos membros dos Comitês, do trabalho indigenista desenvolvido pelas Coordenações Regionais, com membros formados para efetiva participação na gestão compartilhada da política indigenista.

- No tocante a práticas para a melhoria da gestão é importante mencionar a institucionalização de uma sistemática de planejamento, monitoramento e avaliação por meio da Portaria Nº 1.746/PRES, de 28 de dezembro de 2012, com a finalidade de promover a atuação integrada das unidades da Funai e consolidar a cultura de planejamento institucional a médio e longo prazo.

Metas 2012-2015

• Adequação da infraestrutura física e de tecnologia de informação e comunicação da sede e das coordenações regionais da FUNAI

Análise Situacional da Meta

No final do ano de 2012 e início de 2013 houve a mudança da Sede da FUNAI para novo endereço, com vistas a necessária melhoria das acomodações físicas, enquanto aguarda-se o processo de construção da Nova Sede. Dentre as principais realizações no período de janeiro a dezembro de 2013, com vistas a adequação da infraestrutura física da sede e unidades regionais da Funai, destaca-se a destinação de recursos orçamentários para aquisições de equipamentos de informática, tais como: desktops (1.037), licença de software (91), notebooks (38), e outros equipamentos tais como impressoras (14) monitores (23) nobreak (28) estabilizadores (25) placa de rede (20) e switches (4). Ainda destacamos a renovação da frota de veículos de algumas Coordenações Regionais. Foram adquiridos 18 caminhonetes, 2 caminhões, 9 automóveis e 1 micro-ônibus no presente plano orçamentário.

Foi iniciada a contratação de Empresa para a construção do auditório do Centro de Cultura Audiovisual de Goiânia/GO, sob a gestão do Museu do Índio/RJ.

Com relação à tecnologia de informação e comunicação, as aquisições e contratações realizadas em 2013 tiveram por objetivo prover meios físicos e lógicos para que a Coordenação de Gestão em Tecnologia da Informação tenha recursos suficientes para dar suporte à própria Sede da FUNAI e às suas Coordenações Regionais. Destacam-se entre as ações realizadas no período: aquisição de Links MPLS para conexão entre a sede Brasília e 21 Coordenações Regionais espalhados por vários estados do Brasil; contratação de uma empresa especializada em desenvolvimento de softwares (Fabrica de Software), para a manutenção e desenvolvimento dos novos sistemas demandados pelas coordenações; contratação de serviço de impressão corporativa (Prestação de serviços de impressão centralizada e/ou departamental (outsourcing) para a sede e todas as Coordenações Regionais; contratação de uma empresa especializada em Help-Desk para controlar e atender os chamados dos usuários lotados na sede Brasília, que estão com dificuldade ou problemas em seus equipamentos (Hardware) ou software; e aquisição de soluções de monitoramento de políticas e ações, e segurança de endpoint.

No exercício de 2014 foi realizada a reforma e construção de imóveis onde estão instaladas as Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais e a realização de investimentos visando substituir equipamentos obsoletos e dotar as unidades descentralizadas da FUNAI de uma estrutura mínima de funcionamento. No planejamento para utilização da dotação orçamentária disponível para esta meta e a situação física precária de grande parte dos imóveis onde estão instaladas as unidades descentralizadas da FUNAI, priorizou-se a reforma e adequação da infraestrutura física das Frentes de Proteção Etnoambiental, que atuam na localização e proteção de povos indígenas isolados. Foram efetuados consertos e reformas em imóveis da FPE Yanomami, FPE Médio Xingu, FPE Uru-Eu-Wau-Wau e FPE Envira. Outra parte do orçamento foi direcionada para a reforma de Coordenações Técnicas Locais, que são as unidades localizadas mais próximas dos povos indígenas e servem como canal direto para atendimento às suas demandas. Foi empenhado o valor de R\$ 188 mil para efetuar reformas em quatro CTL's: Barcelos/AM, Joinville/SC,



Diauarum/MT e Pavuru/MT. Foram realizadas ainda reforma emergencial na Coordenação Regional do Madeira após invasão que danificou partes do imóvel e reforma para melhoria na sede da CR Interior Sul, além de outras intervenções de menor valor em outros imóveis da FUNAI. Ainda no que se refere a imóveis, a FUNAI tem buscado a redução do gasto com locação visando mudança de suas sedes para imóveis próprios. Foi contratado um projeto básico para futura construção da sede da CR Ji-Paraná. Para melhor estruturação das FPE's, foram adquiridos uma caminhonete, uma motocicleta, um quadriciclo, um barco e motores de popa. No caso específico da FPE Envira, foi adquirido mobiliário, utensílios domésticos e outros equipamentos para dotar a unidade de condições mínimas de funcionamento. Dos recursos utilizados para adequação da infraestrutura das Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais a maior parte foi utilizada para aquisição de mobiliário e condicionadores de ar, em um montante de R\$ 322 mil para diversas unidades. No exercício de 2014 não houve aquisição volumosa de equipamento de tecnologia da informação, principalmente pelas aquisições realizadas no exercício anterior. Dentro do plano orçamentário de "Adequação e Modernização das Unidades da FUNAI" foi empenhado o valor de R\$ 40 mil, que foi utilizado para aquisição de impressoras, estabilizadores, no-breaks e roteadores.

• **Capacitar e informar 100% dos representantes indígenas dos comitês regionais da FUNAI quanto ao conjunto das políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

O Comitê Regional é a instância regional de planejamento, articulação, gestão compartilhada e controle social, inserida na estrutura das Coordenações Regionais da Fundação Nacional do Índio. É também o espaço onde, indígenas, servidores da FUNAI e de outros órgãos do Governo Federal planejam, em conjunto, as ações da CR, acompanham sua execução e avaliam os resultados da política indigenista.

A Fundação Nacional do Índio iniciou a formação dos Comitês Regionais em atendimento a uma determinação constante no Decreto 7.056 de 28 de dezembro de 2009, o qual estabeleceu que, como parte de nova estruturação da Fundação, deveriam ser instituídos Comitês Regionais de composição paritária entre servidores e representantes indígenas locais. Com a edição do Decreto 7.778, de 27 de julho de 2012, ficou revogado o Decreto 7.056 de 28 de dezembro de 2009, sendo mantida a instância dos Comitês Regionais, possibilitando a participação de representantes de outros órgãos do governo federal que atuam com a pauta indígena na circunscrição das unidades descentralizadas da FUNAI. A instalação dos Comitês foi iniciada em 2011 com a respectiva formação dos seus membros. Neste primeiro momento, com foco tanto para a participação na gestão da política indigenista, como também para a colaboração na construção dos Planos Regionais Indigenistas.

Entre 2011 e 2012 foram instalados 27 Comitês Regionais em todo o Brasil.

Em 2013, foram instalados 03 Comitês Regionais, procedendo-se à devida capacitação dos membros de cada Comitê sobre temas tais como gestão compartilhada, participação cidadã, controle social e política indigenista do estado brasileiro. Também se realizou, na instalação dos Comitês, a discussão e a aprovação dos Regimentos Internos e a posse dos seus membros.

Em 2014, se iniciou o processo de implantação do Comitê Regional do Juruá por meio de reuniões formativas sobre a finalidade dessa instância de gestão compartilhada da política indigenista. Além disso, foram realizadas duas reuniões preparatórias para implantação do Comitê no Xingu, tendo sido instalados os Comitês no Médio Purus, Noroeste do Mato Grosso e Xavante.

No mesmo período, foram realizadas 20 Reuniões Ordinárias dos Comitês Regionais em diferentes CRs, além de reuniões das subcomissões e do Núcleo Diretivo em diferentes unidades descentralizadas, possibilitando um acompanhamento mais efetivo dos membros dos Comitês no trabalho indigenista desenvolvido pelas Coordenações Regionais, com membros respectivos formados para efetiva participação na gestão compartilhada da política indigenista.

A agenda de trabalho nas Coordenações Regionais, com reuniões periódicas dos membros dos Comitês Regionais e a



Coordenação da CR, tem gerado resultados bastante positivos, no que diz respeito à transparência do trabalho indigenista, à qualificação do controle social realizado e à otimização na gestão da FUNAI.

Desta forma, até dezembro de 2014, a FUNAI conseguiu instalar 33 Comitês Regionais dos quais participam 859 membros titulares e respectivos suplentes. Todos estes membros passaram por um processo de formação básica para atuação nos respectivos Comitês.

Quantidade alcançada

89

Data de Referência

15/01/2014

• Desenvolvimento e implantação de um sistema de informações gerenciais e sobre a realidade indígena

Análise Situacional da Meta

Em 2013, as áreas gestoras da FUNAI iniciaram a utilização da primeira etapa do Sistema Indigenista de Informações da FUNAI (SII) para o cadastro das informações/dados pertinentes a cada um de seus módulos. Ainda no referido exercício foram levantadas necessidades de adequação deste sistema às novas atividades finalísticas da FUNAI.

A segunda etapa de desenvolvimento do Sistema Indigenista de Informações (SII) encontrava-se, no início de 2014, em processo de correção e ajuste pela empresa responsável pela execução deste projeto.

No ano de 2014, após auditoria realizada pela CGU, em articulação com a Auditoria Interna da Funai, constatou-se alguns pontos da área de tecnologia da informação que necessitavam de correções e ajustes, tendo os contratos vigentes da Funai passado por minuciosa análise de Grupo de Trabalho instituído pela Presidência da Funai.

Desse modo, com a recomposição da equipe de TI iniciada no final de 2014 e com a realização de novas licitações, substituindo os contratos anteriores, espera-se que o sistema de informações gerenciais, denominado de Sistema Indigenista de Informações – SII, possa ser efetivamente implantado em sua totalidade, gerando dados confiáveis sobre a realidade indígena no país.

• Desenvolvimento e implementação de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a FUNAI com foco na melhoria de gestão

Análise Situacional da Meta

Para regulamentar as ações de capacitação no âmbito da FUNAI foi instituída a Norma de Implementação dos Programas de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, mediante a PORTARIA Nº 797/PRES, de 25 de junho de 2012 e com a finalidade de disciplinar, acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos na capacitação e formação do quadro funcional, foi publicada a PORTARIA Nº 1.137/PRES, de 11 de setembro de 2013, instituindo o Comitê Gestor de Capacitação da Funai – CGCAP que conta em sua composição com representantes de todas as unidades da FUNAI. Na busca do alinhamento ao planejamento estratégico da Instituição, as ações de capacitação passaram a ser programadas tendo como foco os eixos de atuação da FUNAI, a saber: Direitos sociais e Cidadania, Gestão Territorial e Ambiental, Gestão e Cultura.

Para o período de 2012 a 2014 foram promovidas 127 ações de capacitação nas modalidades presencial, especialização/MBA, mestrado/doutorado e educação à distância, tendo sido realizadas 47 ações em 2012 resultando em 891 participações de servidores; 32 ações no ano de 2013 resultando em 762 participações; e 48 ações no exercício de 2014, resultando em 1044 participações. No total, contabilizamos 2.697 participações de servidores, sendo computadas aproximadamente 6.650 horas-aulas.

Para o exercício de 2014, foram programados 88 (oitenta e oito) eventos, mas devido a reprogramação orçamentária, somente 48 ações foram efetivadas e mesmo assim a Fundação conseguiu capacitar um efetivo corresponde a 25% do quantitativo da força de trabalho. Merece destaque o investimento em capacitações dos servidores lotados nas



Coordenações Regionais que somou 55% das participações nos eventos. O ano 2014 foi marcado também pelo incentivo aos servidores para participarem de congressos, seminários e em cursos de pós-graduação. Cabe registrar que foram feitas parcerias com diversos órgãos do serviço público, como ENAP, ESAF, TCU, CGU, Ministério da Fazenda e outros, o que resultou em 12 (doze) eventos de capacitação e 79 (setenta e nove) participações.

• **Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho da FUNAI**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram identificados os macroprocessos da FUNAI. Para 2015 está prevista a implementação de modelo de gestão por processos no âmbito da Fundação, mediante o desenvolvimento de metodologia de melhoria de processos, treinamento e capacitação dos servidores, visando eliminar gargalos e melhorar a eficiência e eficácia das ações.

OBJETIVO: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Os cuidados preconizados nesse Objetivo terão como foco a família indígena, cujas necessidades de saúde deverão ser atendidas mediante ações intersetoriais, com vistas a garantir a integralidade na atenção.

Neste contexto, as Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena realizaram, em 2014, nos 34 Distritos Especiais de Saúde Indígena (DSEI), 304.624 atendimentos médicos, 1,5 milhão de atendimentos de enfermagem, 454.290 atendimentos odontológicos e 2,8 milhões de atendimentos por técnicos de enfermagem. No tocante às ações de atendimento para grupos prioritários, foram realizados 35.932 atendimentos a gestantes e 65.167 atendimentos a crianças menores de um ano de idade.

Com relação à atuação dos agentes indígena de saúde, foi realizado 1,4 milhão atendimentos aos 305 povos indígenas. Além das ações de atenção básica, foram realizadas duas expedições clínico-cirúrgicas, com a realização de 501 cirurgias de médio porte, incluindo oftalmológicas e odontológicas, 2.699 atendimentos médico e odontológico e 5.278 exames e procedimentos.

Quanto às ações de imunização em 2014, 63.472 crianças menores de sete anos completaram o esquema vacinal, o que corresponde a 73,5 % da população alvo. Durante o mês da vacinação dos povos indígenas, foram aplicadas 146.646 doses de vacina em 120.200 indígenas.

Com o intuito de aprimorar o atendimento à saúde nas áreas indígenas, foi ampliado o contingente de profissionais, tendo sido incorporados 311 médicos, sendo seis originários do Programa de Valorização dos Profissionais de Atenção Básica e 305 do Projeto Mais Médicos para o Brasil. Foram qualificados, ainda, 863 profissionais em diversas áreas de atuação na atenção à saúde indígena, saneamento e edificações, controle social e gestão.

Quanto ao Controle Social, foram realizadas seis reuniões do Fórum de Presidentes de Conselho Distrital de Saúde Indígena, 105 de Conselhos Distritais de Saúde Indígena, 468 de Conselhos Locais de Saúde Indígena, 4 reuniões da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena – CISI do Conselho Nacional de Saúde – CNS, realizadas 73 capacitações e capacitados 2.152 conselheiros de saúde indígena.

Metas 2012-2015

• **Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 63.472 crianças menores de sete anos completaram o esquema vacinal, o que corresponde a 73,5 % da população alvo. Durante o mês da vacinação dos povos indígenas, foram aplicadas 146.646 doses de vacina em



120.200 indígenas.

Durante todo o ano de 2013, 84.102 crianças menores de sete anos completaram o esquema vacinal, o que corresponde a 72,1% da população. Somente durante o mês da vacinação dos povos indígenas, foram aplicadas 183.038 doses de vacina, em 137.104 indígenas residentes em 1.144 (94,2%) aldeias e 142 (98,6%) pólos- base.

Quantidade alcançada

73,5

Data de Referência

31/12/2014

• **Distritos Sanitários Especiais Indígenas participando dos Planos de Ação da Rede Cegonha até 2015**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 16 DSEI estão contemplados nos planos de ação da Rede Cegonha (Altamira, Alto Rio Juruá, Alto Rio Purus, Alto Rio Solimões, Amapá e Norte do Pará, Ceará, Interior Sul, Kaiapó do Pará, Leste de, Roraima, Litoral Sul, Manaus, Maranhão, Médio Rio Solimões e Afluentes, Minas Gerais e Espírito Santo, Parintins, Potiguar).

• **Estabelecer até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena**

Análise Situacional da Meta

Não foram assinados COAP's no ano de 2014.

• **Implantar 24 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015**

Análise Situacional da Meta

Para esta meta está sendo considerada como “casa implantada” aquela com obra de construção contratada.

Durante o ano de 2014, foi contratada uma obra de implantação de CASAI (CASAI Alta Floresta D'Oeste- DSEI Porto Velho).

Em 2013, foi contratada uma obra de Construção da CASAI Sinop (DSEI Xingu) e em 2012, foi contratada uma obra de implantação da CASAI Campinápolis (DSEI Xavante).

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar, até 2015, 700 sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2014, foram contratadas 54 obras de implantação de SAA em seis DSEI's (Bahia, Ceará, Guamá-Tocantins, Pernambuco, Tocantins e Xavante). Assim, considerando as

54 novas obras contratadas em 2014, as 139 contratadas em 2013 e as 128 contratadas em 2012, chegamos a 321 obras de implantação de sistemas de abastecimento de água contratadas no período de 2012 a 2014.

Quantidade alcançada

321

Data de Referência

31/12/2014

• **Realizar a V Conferência Nacional de Saúde Indígena**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi alcançada em 2013, com a realização da 5a Conferência Nacional de Saúde Indígena convocada pela Portaria Ministerial no 2.357, tendo sido realizada em 3 (três) etapas – local, distrital e nacional. A etapa Nacional ocorreu no período de 2 a 6 em dezembro e envolveu mais de 1.200 indígenas de todo o país que discutiram o tema



“Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e o SUS: Direito, Acesso, Diversidade e Atenção Diferenciada”.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

• **Reformar 31 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Esta meta considera como “casai reformadas” aquelas cujas obras de reforma foram contratadas.

No ano de 2014 foram contratadas 13 obras:

- 1.Reforma de CASAI Araguaina – DSEI Tocantins;
- 2.Reforma da CASAI Campo Grande – DSEI Mato Grosso do Sul;
- 3.Reforma da CASAI Guajará-Mirim – DSEI Porto velho;
- 4.Reforma da CASAI Humaitá – DSEI Porto Velho;
- 5.Reforma da CASAI Gurupi – DSEI Tocantins;
- 6.Reforma da CASAI Paragominas – DSEI Guamá-Tocantins;
- 7.Reforma CASAI Porto Velho – DSEI Porto Velho;
- 8.Reforma da CASAI Rio Branco – DSEI Rio Branco;
- 9.Reforma da CASAI Sinop – DSEI Xingu;
- 10.Reforma da CASAI Mâncio Lima – DSEI Alto Rio Juruá;
- 11.Reforma da CASAI Vilhena – DSEI Vilhena;
- 12.CASAI Manaus – DSEI Manaus
- 13.Reforma da CASAI Dourados (DSEI Mato Grosso do Sul); a empenhar;

No ano de 2013 foram contratadas oito obras:

- 1.Reforma da CASAI São Félix do Xingu (DSEI Kaiapó do Pará) - reparos no esgotamento sanitário;
- 2.Reforma da CASAI Mâncio Lima (DSEI Alto Rio Juruá) - pequenos reparos;
- 3.Reforma da CASAI Redenção (DSEI Kaiapó do Pará) - reparos no esgotamento sanitário;
- 4.Reforma da CASAI Ourilândia do Norte (DSEI Kaiapó do Pará) - reparos no esgotamento sanitário;
- 5.Reforma da CASAI Rio Branco (DSEI Alto Rio Purus);
- 6.Reforma da CASAI Barra do Garças – DSEI Xavante;
- 7.Reforma da CASAI Ji-Paraná – DSEI Porto velho; e
- 8.Reforma da CASAI Juína – DSEI Vilhena.

No ano de 2012 foram contratadas seis obras:

- 1.Reforma da CASAI Altamira – DSEI Altamira;
- 2.Reforma da CASAI Barra do Garças – DSEI Xavante;
- 3.Reforma da CASAI Boa Vista – DSEI Yanomami;
- 4.Reforma da CASAI Juína – DSEI Vilhena;
- 5.Reforma da CASAI Macapá – DSEI Amapá e Norte do Pará; e
- 6.Reforma da CASAI Rio Branco – DSEI Alto Rio Purus.

Assim, considerando as contratações feitas no período de 2012 a 2014, foi alcançado o total de 27 obras de reforma de CASAI.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014



PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	9,4	31/12/2013	9,8
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos da região de menor escolaridade do país	ano	01/01/2009	8,3	31/12/2013	9,1
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos entre os 25% mais pobres	ano	01/01/2009	7,3	31/12/2013	8,1
Escolaridade média da população do campo de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	7,4	31/12/2013	8,3
Escolaridade média da população indígena de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	8,7	31/12/2013	7,8
Escolaridade média da população negra de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	8,6	31/12/2013	9,2
IDEB do ensino médio	unidade	01/01/2009	3,6	31/12/2013	3,7
IDEB dos anos finais do ensino fundamental	unidade	01/01/2009	4	31/12/2013	4,2
IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental	unidade	01/01/2009	4,6	31/12/2013	5,2
Percentual da população com 15 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	42	31/12/2013	48,3
Percentual da população com 19 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	79,3	31/12/2013	82,4
Percentual da população com 24 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	77,1	31/12/2013	83,3
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB	%	31/12/2011	6,1	31/12/2013	6,6
Percentual de pessoas com 19 anos que concluiu o ensino médio	%	01/01/2009	50,2	31/12/2013	51,3
Percentual de pessoas com 24 anos que concluiu o ensino médio	%	01/01/2009	58,2	31/12/2013	64,6
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	%	01/01/2009	9,7	31/12/2013	8,5
Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	%	01/01/2009	20,4	31/12/2013	18,1
Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos (6 a 14 anos)	%	01/01/2009	52,7	31/12/2013	89,4
Taxa de escolarização líquida no ensino médio (15 a 17 anos)	%	01/01/2009	50,9	31/12/2013	55,1
Taxa de frequência à escola/creche - população de 0 a 3 anos	%	01/01/2009	18,4	31/12/2013	23,2
Taxa de frequência à escola - população de 15 a 17 anos	%	01/01/2009	85,2	31/12/2013	84,2

**Plano
Mais Brasil**

Taxa de frequência à escola - população de 4 e 5 anos	%	01/01/2009	74,8	31/12/2013	81,4
Taxa de frequência à escola - população de 6 a 14 anos	%	01/01/2009	97,6	31/12/2013	98,4
Taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular	%	01/01/2010	77	31/12/2013	85,3

Observações:

Escolaridade média da população indígena de 18 a 24 anos - Segundo o Inep/MEC, a produção de informação para desagregações muito específicas a partir de estudos amostrais complexos, como é o caso da PNAD, não é recomendada, pois os erros de amostragem são muito elevados e se sobrepõem para dados/grupos restritos, como é o caso dos indicadores referentes à população indígena.

OBJETIVO: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

A ampliação e a melhoria da infraestrutura escolar das redes públicas da educação básica constituem as principais ações desenvolvidas no âmbito deste Objetivo.

As ações de apoio à infraestrutura são realizadas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), instrumento de planejamento multidimensional da política educacional, que baseado em diagnóstico de caráter participativo, permite a elaboração de um plano de ações em quatro dimensões: I - gestão educacional; II - formação de professores, dos profissionais de serviço e apoio escolar; III - práticas pedagógicas e de avaliação; e IV - infraestrutura física e recursos pedagógicos. Em 2014, foram atendidos 3.970 entes federados, tanto municipais como estaduais, em pelo menos uma ação programada no PAR, totalizando um investimento de R\$ 2,2 bilhões. Ressalta-se que a dimensão de infraestrutura física é a mais representativa, pois abrange as ações de construção, ampliação e reforma, bem como, a aquisição de mobiliário e equipamentos para as creches e escolas de educação básica.

Entre 2012 e 2014 foram aprovadas 3.819 construções de escolas, sendo 2.240 no campo, 169 indígenas, 131 destinadas às áreas remanescentes de quilombos e 1.279 em áreas urbanas, com investimentos de aproximadamente R\$ 4,8 bilhões. Somente no ano de 2014, foram 1.640 construções de escolas, sendo 963 no campo, 59 indígenas, 56 destinadas às áreas remanescentes de quilombos e 562 em áreas urbanas, com investimentos de, aproximadamente, R\$ 2,0 bilhões. Em relação à ampliação e reforma de unidades escolares, no período de 2012 a 2014 foram aprovadas a ampliação e reforma de 328 escolas, sendo 306 em área urbana, 18 no campo e 4 indígenas, com o valor de R\$ 219,8 milhões. Em 2014 foram aprovadas a ampliação e a reforma de 10 escolas no campo e 87 escolas em áreas urbanas, com recursos de R\$ 34,4 milhões.

Em relação à aquisição de mobiliário e equipamentos destinados às escolas municipais e estaduais, foram investidos cerca de R\$ 407 milhões, beneficiando 2.486 municípios. Com relação à educação infantil, merece destaque a política de construção de creches e pré-escolas, além da aquisição de equipamentos e mobiliário, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2, cujos investimentos visam a ampliar o acesso, estimular a permanência e garantir o atendimento escolar adequado para crianças de zero a cinco anos. Esta iniciativa abrange a construção de escolas por metodologias inovadoras, que visam à diminuição do custo da construção, à redução do tempo de execução da obra, bem como ao incremento na qualidade da creche ou pré-escola entregue à sociedade. Vale ressaltar que a meta de Governo para apoiar a construção de 6 mil unidades até 2014 foi superada, totalizando 6.185 unidades apoiadas de 2011 a 2014, além do atendimento de municípios que já tiveram obras aprovadas nos anos anteriores. No exercício de 2014, com mais de 1,2 bilhão de investimento, foram apoiados 715 municípios com a aprovação de 958 unidades de educação infantil.



Foram ainda atendidas 2.177 unidades em mais de mil municípios e no DF com mobiliário e equipamentos, com recurso superior a R\$ 220,5 milhões. Destaca-se que, até o momento, foram concluídas 2.529 unidades de educação infantil.

Ainda com relação ao PAC 2, também vale ressaltar a ação de construção de novas quadras esportivas cobertas nas escolas, bem como a construção de cobertura para quadras existentes. A proposta era atender, de 2011 até 2014, 10.116 escolas, sendo 6.116 com a construção de novas quadras cobertas e quatro mil com a cobertura de quadras já existentes. Nesse período, foram aprovadas a construção de 6.842 quadras e a cobertura de 3.346, totalizando 10.188 unidades. Desse montante, apenas em 2014, foram aprovadas para construção 806 quadras e a cobertura de 337 quadras já existentes, com um investimento superior a R\$ 291 milhões. Até o momento já foram cobertas 392 e construídas 969 quadras.

Com objetivo de promover a acessibilidade física e pedagógica dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, destaca-se a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Essas salas dispõem de equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos e de acessibilidade, que possibilitam condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial. No âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, em 2014, concluiu-se a aquisição de equipamentos e recursos de tecnologia assistiva para a implantação de 4 mil novas salas de recursos multifuncionais e para a atualização de 15 mil salas existentes. Foram investidos, apenas em 2014, R\$ 124,6 milhões em equipamentos, materiais didático-pedagógicos de acessibilidade e mobiliários, entre os quais foram entregues: 19.000 kits de lupas manuais; 1.506 máquinas de escrever Braille; 1.506 impressoras Braille; 4 mil kits contendo mouse com entrada para acionador, acionador de pressão e teclado colmeia; 6.849 kits contendo 2 notebooks e 1 impressora; 12.810 kits contendo 1 armário e 1 quadro branco. Assim, atingiu-se a meta estabelecida de se adquirir, de 2011 a 2014, 17.500 novas salas de recursos e 30 mil atualizações. Em 2014, o Censo Educacional MEC/INEP apontou o total de 35.147 escolas com acessibilidade (escolas com “banheiro adaptado” e “dependências e vias acessíveis”), sendo 24.585 públicas.

Metas 2012-2015

• Apoiar a cobertura de 5000 quadras esportivas escolares

Análise Situacional da Meta

A iniciativa de construção e cobertura de quadras esportivas escolares tem como objetivo a melhoria de infraestrutura física para a realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e esportivas em escolas públicas de ensino fundamental e médio. O apoio do MEC consiste na assistência técnica, com aprovação dos projetos e monitoramento das obras, e no repasse de recursos para municípios, estados e o Distrito Federal.

A iniciativa está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Em 2014 foi aprovada a cobertura de 337 quadras, com recursos de R\$ 65,6 milhões, beneficiando 293 municípios. Desde 2011, foi aprovada a cobertura de 3.346 quadras esportivas escolares em mais de 2 mil municípios, no valor de R\$ 684,1 milhões, sendo que 392 já estão concluídas.

Quantidade alcançada

3.346

Data de Referência

31/12/2014

• Apoiar a construção de 7.116 quadras esportivas escolares

Análise Situacional da Meta

A iniciativa de construção e cobertura de quadras esportivas escolares tem como objetivo a melhoria de infraestrutura física para a realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e esportivas em escolas públicas de ensino fundamental e médio. O apoio do MEC consiste na assistência técnica, com aprovação dos projetos e monitoramento das obras, e no repasse de recursos para municípios, estados e o Distrito Federal.

A iniciativa está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Em 2014, foi aprovada a construção de 806 quadras em 604 municípios, no valor de R\$ 407,3 milhões. Desde 2011, 6.842 quadras esportivas escolares foram



aprovadas para construção em mais de 4 mil municípios, com investimentos de R\$ 3,3 bilhões, sendo que 969 quadras já estão concluídas.

Quantidade alcançada

6.842

Data de Referência

31/12/2014

• **Apoiar a construção de 7 mil creches e pré-escolas**

Análise Situacional da Meta

A meta objetiva ampliar o atendimento educacional por meio de assistência técnica e financeira aos municípios e ao Distrito Federal para construção de escolas de educação infantil, iniciativa que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Também está prevista a aquisição de equipamentos e mobiliário, de forma que as escolas públicas de educação infantil tenham condições adequadas de funcionamento, além de assessoramento técnico, com foco na formulação de propostas pedagógicas condizentes com a identidade educacional e sociocultural dos municípios.

No âmbito do PAC 2, de 2011 até 2014, foi aprovada a construção de 6.185 unidades de educação infantil, atendendo a 2.738 municípios, com investimentos de R\$ 7,8 bilhões. Somente em 2014, foi apoiada a construção de 958 creches e pré-escolas em 717 municípios, com valor superior a R\$ 1,2 bilhão. Desde o início do ProInfância, em 2007, foram aprovados 8.787 projetos para construção, totalizando investimentos de R\$ 10,3 bilhões.

Quantidade alcançada

6.185

Data de Referência

31/12/2014

• **Apoiar a construção de salas de aulas em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Pronacampo, o MEC presta assistência financeira e técnica aos municípios e estados por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), com vistas à melhoria da rede física escolar para atendimento das comunidades quilombolas. Em 2012 foram apoiados 29 projetos de construção de escolas em comunidades quilombolas e em 2013, foram 46 projetos. Em 2014 foram apoiados 56 projetos, totalizando a aprovação de 131 escolas em comunidades quilombolas, no valor de R\$ 88,7 milhões.

Quantidade alcançada

131

Data de Referência

31/12/2014

• **Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O PNE, em sua meta 3, prevê a universalização, até 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e a elevação da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% até o final do período de vigência do Plano. A taxa de escolarização líquida no ensino médio (15 a 17 anos) foi de 51,6% em 2011, passando para 54% em 2012 e 55,1% em 2013. Esta meta é impactada pelo Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, que representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital na formulação e implantação de políticas para elevar o padrão de qualidade do ensino médio brasileiro. Por meio dele, o MEC e as secretarias estaduais e distrital de educação assumem o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas. O pacto obteve a adesão de todas as 27 unidades federativas do país. Em 2014, o eixo da formação contou com 307.248 professores e 10.229 coordenadores pedagógicos participaram do pacto como cursistas, em 52 IES participantes. Foram pagos R\$ 217 milhões em bolsas. Um total de 20.487 escolas foram beneficiadas, representando cerca de 75%



do total de escolas públicas de ensino médio.

Contribui também para o atingimento da meta o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), que se traduz em estratégia do Governo Federal para induzir as escolas à elaboração do redesenho dos currículos do ensino médio para a oferta de educação de qualidade com foco na formação humana integral. O programa tem foco na elaboração, por parte da escola, de projeto de redesenho curricular (PRC) que apresente ações na perspectiva da integração curricular, articulando as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Em 2014, 7.291 escolas participaram do programa, beneficiando 4,6 milhões de alunos, totalizando um investimento de R\$ 166,9 milhões.

• **Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A Meta 2 do PNE prevê a universalização do ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e a garantia de que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada. A taxa de escolarização líquida no Ensino Fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 apresenta uma melhora expressiva, tendo passado de 26,3% em 2007 para 72,4% em 2011, 81,4 em 2012 e 89,4% em 2013, segundo dados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A partir do ano de 2006, em cumprimento às Leis nº 11.114/2005 e 11.274/2006, a duração do ensino fundamental tem sido ampliada gradativamente para nove anos, atendendo à faixa etária de 6 a 14 anos de idade. Ações conduzidas pelo MEC, como o Programa Mais Educação (PME) e o Pacto Nacional pela Alfabetização pela Idade Certa (PNAIC), contribuem para o aumento da frequência à escola nesta faixa etária.

O Programa Mais Educação (PME) é indutor da agenda da educação integral em jornada ampliada no Brasil. Tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens matriculados no ensino fundamental em escolas públicas, mediante oferta de educação básica considerando-se a jornada escolar de, no mínimo, sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais. Para a execução do Programa, são repassados recursos diretamente às escolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), além de recursos para complementação da alimentação escolar repassado aos estados e municípios, envio de equipamentos às escolas e formação específica para professores. Em 2014, mais de 58 mil escolas aderiram ao programa, que contou com investimento da ordem de R\$ 1,5 bilhão. O número de alunos que permanecem, pelo menos, sete horas diárias em atividades escolares aumentou 41,2%, passando de 3,1 milhões em 2013 para 4,4 milhões em 2014. Desde 2010, o contingente de crianças e adolescentes atendidos em tempo integral mais que triplicou.

Esta meta é influenciada também pelo Pacto Nacional pela Alfabetização pela Idade Certa (PNAIC), com vistas a assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. É realizado por meio de um conjunto integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas, que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores. Cerca de 6 milhões de alunos já foram beneficiados pelo programa.

• **Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O PNE, em sua meta 3, prevê a universalização, até 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e a elevação da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% até o final do período de vigência do Plano. Segundo os dados coletados na PNAD, a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos vem crescendo gradativamente desde 2001, quando era de 81,1%, atingindo 83,7% em 2011, 84,2% em 2012 e 84,3% em 2013.

Esta meta é impactada pelo Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, que representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital na formulação e implantação de políticas para elevar o padrão de qualidade do ensino médio brasileiro. Por meio dele, o MEC e as secretarias estaduais e distrital de educação assumem o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e



coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas. O pacto obteve a adesão de todas as 27 unidades federativas do país. Em 2014, o eixo da formação contou com 307.248 professores e 10.229 coordenadores pedagógicos participaram do pacto como cursistas, em 52 IES participantes. Foram pagos R\$ 217 milhões em bolsas. Um total de 20.487 escolas foram beneficiadas, representando cerca de 75% do total de escolas públicas de ensino médio.

Contribui também para o atingimento da meta o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), que se traduz em estratégia do Governo Federal para induzir as escolas à elaboração do redesenho dos currículos do ensino médio para a oferta de educação de qualidade com foco na formação humana integral. O programa tem foco na elaboração, por parte da escola, de projeto de redesenho curricular (PRC) que apresente ações na perspectiva da integração curricular, articulando as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Em 2014, 7.291 escolas participaram do programa, beneficiando 4,6 milhões de alunos, totalizando um investimento de R\$ 166,9 milhões.

• **Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A Meta 1 do PNE prevê a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do Plano. Em 2001, a taxa de frequência escolar da população de 0 a 3 anos era de 10,6%, passando para 20,8% em 2011, 21,2% em 2012 e para 23,2% em 2013, de acordo com os dados da PNAD, evidenciando um significativo crescimento ao longo dos últimos anos.

Para esse resultado, destaca-se a importância do ProInfância, voltado para a construção de novas unidades de educação infantil e para a aquisição de mobiliário e equipamentos, além do assessoramento técnico com foco na formulação de propostas pedagógicas condizentes com a identidade educacional e sociocultural dos municípios. Em 2014, foram apoiadas para construção 958 unidades de educação infantil, o que totaliza a aprovação de 6.185 creches e pré-escolas em todas as unidades da Federação, no âmbito do PAC, desde 2011, das quais 2.529 unidades de educação infantil já estão concluídas. Considerando todas as formas de financiamento (PAC, convênios e emendas parlamentares) foram aprovadas para construção 8.787 creches e pré-escolas desde 2007. Destaca-se também o apoio à manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil construídos com recursos federais e apoio à manutenção de novas matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundeb, em novas turmas de educação infantil. Em 2014, foram destinados R\$ 48 milhões a municípios e ao Distrito Federal.

Ainda no âmbito da educação infantil, o Programa Brasil Carinhoso tem o seu desenvolvimento integrado em várias vertentes, sendo uma delas a expansão da quantidade de matrículas de crianças entre 0 e 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), em creches públicas ou conveniadas. O apoio financeiro é devido somente aos municípios e ao Distrito Federal que informaram no Censo Escolar do ano anterior a quantidade de matrículas dessas crianças. O Programa repassa, de forma automática, um complemento de 50% do valor anual mínimo por matrícula em creche pública ou conveniada, definido para o Fundeb para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, tais como ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional e para garantir o acesso e à permanência da criança na educação infantil. Além desses recursos repassados pelo Fundeb, em 2014 foram investidos R\$ 765,6 milhões, beneficiando 580.584 alunos em 4.937 municípios por meio do Brasil Carinhoso.

• **Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A Meta 1 do PNE prevê a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do Plano. Nos últimos anos, duas mudanças importantes foram introduzidas na



educação básica: a matrícula obrigatória no ensino fundamental a partir de 6 anos completos, ampliando a duração do ensino fundamental para 9 anos, e a obrigatoriedade de matrícula e frequência na pré-escola para crianças a partir de 4 anos completos, introduzida pela Emenda Constitucional nº 59 de 2009 e que deve ser cumprida até 2016.

A PNAD de 2013 registrou taxa de frequência à escola de 81,4% para população de 4 e 5 anos. Em 2001, essa taxa era de 55% e em 2012 foi de 78,2%, o que evidencia um significativo crescimento ao longo dos últimos anos.

Para esse resultado, destaca-se a importância do ProInfância, voltado para a construção de novas unidades de educação infantil e para a aquisição de mobiliário e equipamentos, além do assessoramento técnico com foco na formulação de propostas pedagógicas condizentes com a identidade educacional e sociocultural dos municípios. Em 2014, foram apoiadas para construção 958 unidades de educação infantil, o que totaliza a aprovação de 6.185 creches e pré-escolas em todas as unidades da Federação, no âmbito do PAC, desde 2011. Considerando todas as formas de financiamento (PAC, convênios e emendas parlamentares) foram aprovadas para construção 8.787 creches e pré-escolas desde 2007. Destaca-se também o apoio à manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil construídos com recursos federais e apoio à manutenção de novas matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundeb, em novas turmas de educação infantil. Em 2014, foram destinados R\$ 48 milhões a municípios e ao Distrito Federal.

OBJETIVO: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O atual PNE destaca entre suas dez diretrizes a valorização dos profissionais da educação. Em sua meta 15, prevê, em regime de colaboração entre os entes federados, a instituição da política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. A formação acadêmica do professor é condição essencial e requisito indispensável ao exercício profissional docente com qualidade.

Nesse sentido, no desenvolvimento de suas atribuições legais de indução e fomento à formação inicial de professores e à valorização do magistério da educação básica, o MEC desenvolve dois programas importantes. O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), direcionado a professores que já atuam na rede pública, porém, sem a formação superior exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), que contempla alunos de licenciaturas, incentivando a valorização do magistério e o aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica.

O Parfor, no período de 2009 a 2014, passou de 10.105 para 79.060 matriculados. Somente em 2014, matricularam-se no Parfor 8.840 professores. Participam do Parfor 99 instituições formadoras parceiras e estão vigentes 2.290 turmas, das quais 284 foram iniciadas neste ano. Quanto ao PIBid, que oferece bolsas para que alunos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, concedeu em 2014, um total de 90.254 bolsas, sendo 72.845 para alunos de licenciaturas e 11.717 professores da educação básica da rede pública de ensino. Participam do PIBid 284 Instituições de Ensino Superior, distribuídas em 855 câmpus e organizadas em 2.997 subprojetos.

Cabe ainda destacar que o MEC iniciou, em 2013, um processo de reorganização dos cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização voltados aos profissionais das redes públicas de educação básica que culminou com a criação do Sistema de Gestão e Monitoramento da Formação Continuada (SisFor), sistema online de consulta de informações gerenciais, que permite o acompanhamento, em tempo real, dos principais fluxos e processos relacionados a todos os programas de formação continuada implementados pelo MEC. O Sisfor possibilita o controle gerencial do pagamento de bolsas, o monitoramento dos principais indicadores de resultados e a possibilidade de intervenções



corretivas prévias à conclusão do curso. Em 2014, registrou a participação de 71 IES com a pactuação da oferta de 186 mil vagas em cursos e ações formativas destinadas aos profissionais do magistério da educação básica, com investimento de R\$ 201,3 milhões.

Instituído com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País e desenvolver a modalidade de educação a distância nas instituições de ensino superior públicas, destaca-se também o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que é integrado por 104 IES e 646 polos de apoio presencial ativos, distribuídos em todas as unidades da federação. Atendendo a um dos objetivos que é oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica, existem 650 cursos ativos, entre cursos de licenciatura e de pós-graduação lato e stricto sensu, com destaque para os Mestrados Profissionais em Matemática em Rede Nacional, em Ensino de Física, em Letras, em Artes, em História e em Administração Pública. Em 2014, o Sistema UAB contava com 261 mil matrículas ativas. Desde 2010, mais de 120 mil alunos se formaram, sendo que, no período de abrangência do PPA, 2012 até 2014, mais de 50 mil formaram-se. Além disso, no período de 2012 a 2014, cerca de 20 mil professores da rede pública da educação básica já concluíram a formação e outros 50 mil estão matriculados.

Cabe destacar o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que constitui um compromisso formal assumido pelas três esferas de governo e tem como objetivo assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. O Pacto envolve um conjunto concreto e integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas, que serão disponibilizados aos entes federados. O projeto tem como eixos estruturantes: formação continuada de professores alfabetizadores, os quais receberão bolsas de estudo por dois anos; orientação quanto aos resultados alcançados nas avaliações externas universais aplicadas pelo Inep; material didático; e gestão, controle social e mobilização. A formação do Pacto em 2013 foi voltada para Língua Portuguesa, enquanto a de 2014 para Matemática. Em 2013 o Pacto contou com a adesão dos 27 estados e 5.420 municípios, para formação de 15.988 orientadores de estudos e 317.572 professores alfabetizadores. Já em 2014 houve a adesão dos 26 Estados e do Distrito Federal e de 5.421 Municípios, envolvendo 311.916 professores alfabetizadores concluintes da formação e 15.072 orientadores de estudos, com concessão de bolsas que alcançou um montante superior a R\$ 560 milhões. Ademais, cerca de 6 milhões de alunos foram beneficiados pelo Pacto, em 108.733 escolas.

Outra ação importante que envolve a formação de professores é o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, que representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital na formulação e implantação de políticas para elevar o padrão de qualidade do ensino médio brasileiro. Por meio dele, o MEC e as secretarias estaduais e distrital de educação assumem o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas. O pacto obteve a adesão de todas as 27 unidades federativas do país. Em 2014, o eixo da formação contou com 307.248 professores, além de 10.229 coordenadores pedagógicos que participaram do pacto como cursistas, em 52 IES participantes. Foram pagos R\$ 217 milhões em bolsas. Um total de 20.487 escolas foram beneficiadas, representando cerca de 75% do total de escolas públicas de ensino médio.

Destaca-se, ainda, que o MEC apoia, técnica e financeiramente, a formação continuada dos profissionais que atuam no ProJovem Urbano: equipe gestora, formadores e educadores. Essa formação proporciona a possibilidade de se apropriar do projeto pedagógico integrado em três dimensões: Formação Básica, Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã, considerando as especificidades que caracterizam a parcela da juventude brasileira de 18 a 29 anos que não completou o ensino fundamental, o que proporciona a gestores, formadores e educadores momentos de análise e de reflexão sobre suas práticas diárias e sobre os desafios a serem vencidos no percurso formativo desses jovens atendidos pelo Programa. Da edição 2013, ainda em andamento (em 2014), participam do processo de formação 230 formadores e 909 gestores municipais e estaduais. Sob a responsabilidade das coordenações locais do Projovem Urbano, 4.223 educadores participam desse processo formativo. Já para a edição de 2014 (executada em 2015), a previsão é que a formação envolva 959 gestores e 300 formadores. A partir de 2014, os jovens residentes em áreas rurais também passaram a ser atendidos por meio do Projovem Campo - Saberes da Terra, com uma meta prevista de 45.550 mil jovens



agricultores familiares. Para tanto foram firmadas 318 adesões, sendo 303 municípios e 15 estados com oferta de formação continuada a 659 gestores e 320 formadores responsáveis pela formação dos educadores vinculados às escolas do campo.

A busca pela equidade e pela qualidade da educação é uma tarefa que implica políticas públicas de Estado que incluam uma ampla articulação entre os entes federativos. O MEC tem desenvolvido diversas ações de apoio aos entes federados na elaboração de políticas públicas de formação e valorização dos profissionais da educação, com destaque para a assistência técnica feita por meio de assessoria direta; a realização de oficinas com os Secretários Municipais de Educação e suas equipes técnicas; e a participação em encontros promovidos pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), que visam a orientar sobre a elaboração de Planos de Carreira e a implementação do Piso Salarial. Ressalte-se, ainda, o desenvolvimento da primeira versão de um sistema informatizado para que os estados e municípios possam elaborar, reelaborar e simular Planos de Carreira dos profissionais da educação.

Para a construção de uma política de valorização dos profissionais da educação, o MEC também concebeu um estudo e assinou um Termo de Cooperação com a UFMG para pesquisar a saúde do professor da educação básica, considerando as várias características do trabalho.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o MEC prestou assistência técnica aos municípios para a elaboração de Planos de Carreira que tomem como referência o Piso Salarial Nacional, especialmente através de oficinas e encontros com Secretários de Educação e suas equipes técnicas. O cumprimento da Lei do Piso (1.738/2008) é fundamental para aproximar o rendimento do magistério com os demais profissionais, como indica a Meta 17 do PNE. Conforme o PAR/Simec, no segundo semestre de 2014, 5.303 municípios haviam declarado possuir plano de carreira e remuneração (PCR) para profissionais do magistério. Com a intenção de criar instrumentos de orientação para a elaboração e ajuste de Planos de Carreira mais adequados à Lei do Piso, o MEC está em fase de conclusão da primeira versão de um software para simular planos de carreira e de um livro sobre o assunto. Ao mesmo tempo, foram realizadas diversas reuniões com CONSED, UNDIME e CNTE para acumular acordos a respeito de um possível parâmetro nacional para carreiras do magistério. E ainda, com o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), a Secretaria de Relações Institucionais (SRI), a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e a Associação Brasileira de Municípios (ABM), o MEC abriu espaços de diálogo a respeito de uma alternativa ao atual critério de reajuste do Piso.

- **Elevar o percentual de professores da educação básica que possuem formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Com relação à formação e aperfeiçoamento de professores da educação básica, destaca-se o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor), o qual é destinado exclusivamente a professores em exercício na rede pública de educação básica que: a) não tenham formação em nível superior exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação; b) atuem em área distinta da sua formação inicial; c) sejam graduados, mas não possuam grau em licenciatura. O Parfor cresceu de 10.1050 matriculados em 2009 para 79.060 em 2014. Somente em 2014, matricularam-se no Parfor 8.840 professores. Participam do Parfor 99 instituições formadoras parceiras e estão vigentes 2.290 turmas, das quais 284 foram iniciadas neste ano.

Outro programa de valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), o qual oferece bolsas para que alunos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, contribuindo para a integração entre teoria e prática; para a aproximação entre universidades e escolas; e para a melhoria de qualidade da



educação brasileira. Para assegurar os resultados educacionais, os bolsistas são orientados por coordenadores de área – docentes das licenciaturas – e por supervisores – docentes das escolas públicas onde exercem suas atividades. Com o edital 2012, o Pibid alcançou 49.321 bolsas, distribuídas em 195 instituições de ensino superior (IES). Na adesão ao edital de 2013 foram solicitadas 94.451 bolsas, em 323 IES, com 3.189 subprojetos, atendendo a 5.968 escolas públicas. Em 2014, o Pibid concedeu um total de 90.254 bolsas, sendo 72.845 para alunos de licenciaturas e 11.717 professores da educação básica da rede pública de ensino. Participam do Pibid 284 Instituições de Ensino Superior, distribuídas em 855 campi e organizadas em 2.997 subprojetos.

Em relação à oferta de cursos e programas para formação inicial e continuada de professores da educação básica (futuros e em exercício), cabe mencionar o Sistema UAB, integrado por 104 IES e 646 polos de apoio presencial ativos, distribuídos em todas as unidades da federação. Atualmente existem 650 cursos ativos, entre cursos de licenciatura e de pós-graduação lato e stricto sensu, com destaque para os Mestrados Profissionais em Matemática em Rede Nacional, em Ensino de Física, em Letras, em Artes, em História e em Administração Pública. Em 2013, a UAB registrou mais de 243 mil matrículas, sendo mais de 112 mil em cursos de licenciatura e 83 mil em cursos de especialização. Em 2014, o Sistema UAB registrou mais de 261 mil matrículas, sendo que desde 2010, mais de 120 mil alunos se formaram. Além disso, no período de 2012 a 2014, cerca de 20 mil professores da rede pública da educação básica já concluíram a formação e outros 50 mil estão matriculados.

• **Formar professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A quantidade de professores com pós-graduação evoluiu consideravelmente nos últimos anos. Em 2007, a porcentagem de professores da educação básica com pós-graduação lato e stricto sensu era de 18,0%, passando para 28,3% em 2012, 30% em 2013 e 31,2% em 2014.

O MEC, por meio da Capes, busca maior articulação da pós-graduação lato e stricto sensu com a formação de professores da educação básica e com o incremento de atividades voltadas para o desenvolvimento desse nível de ensino. Nesse contexto, em 2014, foi concretizada a avaliação e recomendação para entrada em funcionamento de três novos cursos de mestrado profissional em rede nacional visando a atender professores das áreas de História (ProfHistória), Artes (ProfArtes) e Física (ProfFis) em exercício no ensino básico, especialmente na escola pública. Estes cursos vêm a se unir àqueles já existentes nas áreas de Matemática (ProfMat) e Letras (ProfLetras).

Pelo ProfMat, em 2013, foram matriculados 4.440 professores, dos quais 241 formaram-se. Em relação ao ProfLetras, matricularam-se 838 professores. Já em 2014, pelo ProfMat foram matriculados 3.624 professores, dos quais 1.296 já se formaram. Em relação ao ProfLetras, matricularam-se 848 professores, os quais ainda estão em processo de formação, visto que o curso iniciou em 2013. Por fim, o ProfFis implementado em 2014 já contabilizou 746 matrículas.

• **Incentivar a aproximação entre o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade e o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o MEC prestou assistência técnica aos municípios para a elaboração de Planos de Carreira que tomem como referência o Piso Salarial Nacional, especialmente através de oficinas e encontros com Secretários de Educação e suas equipes técnicas. O cumprimento da Lei do Piso (1.738/2008) é fundamental para aproximar o rendimento do magistério com os demais profissionais, como indica a Meta 17 do PNE. Conforme dados disponibilizados no SiMEC, no segundo semestre de 2014, um total de 5.303 municípios haviam declarado possuir plano de carreira e remuneração (PCR) para profissionais do magistério. Com a intenção de criar instrumentos de orientação para a elaboração e ajuste de Planos de Carreira mais adequados à Lei do Piso, o MEC está em fase de conclusão da primeira versão de um software para simular planos de carreira e de um livro sobre o assunto. Ao mesmo tempo, foram realizadas diversas reuniões com CONSED, UNDIME e CNTE para acumular acordos a respeito de um possível parâmetro nacional para carreiras do magistério. E ainda, com o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), a Secretaria de Relações



Institucionais (SRI), a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e a Associação Brasileira de Municípios (ABM), o MEC abriu espaços de diálogo a respeito de uma alternativa ao atual critério de reajuste do Piso.

OBJETIVO: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo abrange diversas ações de apoio técnico e financeiro às escolas e aos entes federados, com vistas a melhorar a qualidade da educação básica, com destaque para o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Mais Educação, o Ensino Médio Inovador, o Caminho da Escola, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), entre outros.

O PDDE transfere recursos financeiros para as escolas, de forma suplementar, para a aquisição de material permanente e de consumo, realização de pequenos reparos e conservação e para o desenvolvimento de atividades educacionais. Em 2014, foram apoiadas ações para a educação integral; adequação da infraestrutura física em escolas do campo; e realização de adequações arquitetônicas para promoção de acessibilidade a alunos público-alvo da educação especial, e apoio e desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras em escolas do ensino médio, no valor de R\$ 2,5 bilhões, beneficiando mais de 133 mil escolas.

O Programa Mais Educação constitui-se na estratégia para induzir a implementação da jornada escolar em tempo integral. Em 2014, alcançou mais de 58 mil escolas. Destas, 46% são compostas em sua maioria por estudantes cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família e mais de 30% são escolas rurais.

O Programa Ensino Médio Inovador orienta o redesenho curricular a partir de quatro grandes áreas de conhecimento: linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza. Em 2014, o Programa contou com a adesão de 7.291 escolas, beneficiando 4,6 milhões de alunos.

Os alunos das escolas públicas de educação em tempo integral e do ensino médio inovador, das cinco regiões do país, também participam do Programa Mais Cultura nas Escolas, destinado à realização de atividades culturais nas escolas, que em 2014, beneficiou 4.860 escolas com repasses de R\$ 49,7 milhões.

O Programa Atleta na Escola é voltado aos alunos entre 12 e 17 anos e busca incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes de educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos. Em 2014 o Programa obteve a adesão de 44.654 escolas.

Com relação ao Programa Caminho da Escola, esse tem por finalidade renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar. No período de 2012 a 2014, considerando todas as formas de financiamento (recursos do BNDES, do Governo Federal e recursos próprios dos entes federados), foram adquiridos 24.545 ônibus, 79.656 bicicletas e 493 embarcações. Apenas em 2014 foram adquiridos 11.576 veículos com recursos do FNDE, sendo 2.128 ônibus rurais, 420 ônibus urbanos acessíveis e 9.028 bicicletas escolares, com investimento de R\$ 554,7 milhões. Além disso, os entes federados adquiriram com recursos próprios 1.235 ônibus, sendo 967 rurais e 168 urbanos acessíveis, e 295 ônibus escolares rurais com recursos de linha de crédito especial do BNDES.

Já o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) consiste na transferência automática de recursos financeiros aos entes federados, em caráter suplementar, para custear despesas com manutenção do veículo ou da



embarcação. O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) atendeu, em 2012, cerca de 4,5 milhões de alunos com recursos de R\$ 590,7 milhões. Em 2013 foram atendidos 4,4 milhões de alunos em 5.188 entes federados, no valor de R\$ 581,4 milhões. Em 2014, foram atendidos 5.296 Municípios com recursos de R\$ 580,7 milhões, para atendimento a 4,5 milhões de alunos.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) transfere recursos, em caráter suplementar, aos entes federados para atender alunos da educação básica nas etapas educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e nas modalidades indígena, quilombola, atendimento educacional especializado e educação de jovens e adultos. No período de 2012 a 2013, atendeu mais de 43 milhões de alunos, com recursos de, respectivamente, R\$ 3,3 e R\$ 3,5 bilhões. Em 2014, atendeu a 42,2 milhões de alunos com investimentos de R\$ 3,7 bilhões.

O MEC adquire, anualmente, livros didáticos e de literatura e distribui para todas as escolas públicas do país com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade da educação. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 2014, atendeu 28,9 milhões de alunos dos ensinos fundamental e médio na modalidade regular de 80,4 mil escolas públicas, com recursos de R\$ 1,1 bilhão na aquisição de 140,6 milhões de livros didáticos. Também foi realizada a aquisição dos livros do PNLD Campo 2015, para atender 1,9 milhão de alunos do ensino fundamental que estudam em escolas públicas consideradas rurais. Foi lançado, ainda em 2014, edital com vistas à aquisição de livros para o PNLD no âmbito do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, para o atendimento aos alunos dos três primeiros anos do ensino fundamental.

Já por meio do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), em 2014, com investimento de R\$ 94 milhões foram distribuídos 19,6 milhões de exemplares de livros, para 22,2 milhões de alunos de 139,9 mil escolas públicas de educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos. Já o PNBE Periódicos 2014 distribuiu 14,7 milhões de periódicos, beneficiando mais de 152,4 mil escolas da rede pública. Com relação ao PNBE do Professor, foram distribuídos 12,1 milhões de livros com recursos de R\$ 104,6 milhões.

No que se refere à educação digital, em 2014, por meio do ProInfo foram entregues mais de 2 mil laboratórios de informática para escolas públicas urbanas, bem como distribuídos 43.038 notebooks a serem utilizados pelos professores da educação básica de escolas públicas estaduais e municipais. Foram ainda distribuídos 30 mil projetores Interativos/Lousas Eletrônicas para 30 mil escolas públicas com recursos federais. Em 2014, foram formados mais de 68 mil professores para o uso das tecnologias na educação.

No que se refere à alfabetização dos jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade, destaca-se o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), desenvolvido em todo o território nacional, com atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo. O ciclo do PBA 2013, com execução em 2014, teve a adesão de 25 Estados, o DF e 1.029 Municípios, com uma meta de atendimento de 1,5 milhão de alfabetizando.

No intuito de aumentar a oferta de EJA, o MEC passou a transferir recursos financeiros aos entes federados a título de apoio e manutenção de novas turmas oferecidas pelas redes públicas de ensino que tenham matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundeb. Ressalta-se também o apoio à educação no sistema prisional, em articulação com o Ministério da Justiça. Para atender a população carcerária, foram aprovadas ações de assistência financeira para 17 estados, promovendo a implementação dos Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional, aquisição de acervos bibliográficos, formação de profissionais, elaboração de material didático específico, aquisição de material esportivo e de recursos pedagógicos. Em 2014, foram contabilizadas 5.628 novas vagas do PBA nos estabelecimentos penais e 3.675 nas unidades de cumprimento de medidas socioeducativas, totalizando 9.303 alfabetizando.

Merece destaque, ainda, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), na modalidade ProJovem Urbano, que objetiva apoiar estados e municípios para a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas não terminaram o ensino fundamental na época prevista. Em 2014, foi destinando mais de R\$ 78 milhões para a formação de professores, formadores e gestores do ProJovem Urbano, bem como para o desenvolvimento das ações voltadas à elevação de escolaridade, com qualificação profissional e participação cidadã em 87 municípios e oito estados. O acompanhamento da frequência escolar de crianças e jovens de 6 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família concorre para a garantia do acesso e da permanência desse público-alvo na escola. De 2011 a 2014, cerca



de 17,5 milhões de alunos tiveram sua frequência acompanhada anualmente, representando 40% do total de alunos matriculados nesse nível de ensino. Tendo como referência os resultados do acompanhamento da frequência escolar do PBF, em 2014, foram ofertadas 5.450 vagas no curso de especialização: Educação, Pobreza e Desigualdade Social, com 15 universidades envolvidas e um valor para pagamento de bolsas na ordem de R\$ 13,7 milhões.

Ressalta-se, ainda, o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que visa ao acesso e à qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio da melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, formação inicial e continuada de professores, produção e distribuição de material específico, em todas as etapas e modalidades de ensino.

Em 2014, por meio do PDDE, o Pronacampo beneficiou 4.621 escolas do campo com recursos para adequação e benfeitoria da infraestrutura física, beneficiando aproximadamente 1,35 milhões de estudantes e 1.567 escolas com recursos para a manutenção, conservação e construção de poços e cisternas, beneficiando aproximadamente 208.495 estudantes.

Metas 2012-2015

- **Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O investimento público total em educação, segundo dados do Inep, apresentou um importante incremento de 46,6%, passando de 4,5% do PIB, em 2005, para 6,4%, em 2012 e 6,6% em 2013. Nesse período, substanciais recursos foram introduzidos por modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino, principalmente a introdução do Fundeb em 2007, e a eliminação progressiva da Desvinculação das Receitas da União (DRU) entre 2009 e 2011. Para cumprir as metas do PNE será necessário, contudo, manter positiva essa evolução do investimento público em educação com a colaboração da União e dos entes federados no suprimento de novas fontes de recursos.

Nesse sentido, a recente Lei nº 12.858/2013 reserva para a educação 75% e saúde 25% de todas as receitas dos órgãos da administração direta da União, dos estados, Distrito Federal e municípios provenientes dos royalties e da participação especial sobre a exploração de petróleo e gás natural em áreas da plataforma continental, no mar territorial ou zona econômica exclusiva, cuja declaração de comercialidade se tenha dado a partir de 3 de dezembro de 2012, bem como as receitas de individualização da produção no Pré-Sal e áreas estratégicas que se estendam para além do bloco contratado. A mesma lei também destina à educação 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social da União criado pela Lei nº 12.351/2010, até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no PNE, e prescreve que os recursos destinados para a educação e saúde sejam aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Os gastos constitucionais mínimos com a manutenção e desenvolvimento do ensino decorrem da vinculação de impostos nos entes federados, sem especificação prévia de nível/modalidade de ensino, mais a contribuição social do salário educação e a complementação da União ao Fundeb que são restritas à educação básica.

Nos últimos anos houve um grande crescimento da execução orçamentária de todas as subfunções que consolidam o nível de ensino da educação Básica e também da educação superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da educação superior sobre a educação básica. O maior crescimento relativo da educação básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino que era muito baixo, fazendo com que a relação da educação superior sobre a educação básica por estudante, se reduzisse de 10,1 em 2002, para 4,8 em 2011. Os gastos por estudante no ensino superior cresceram de R\$ 16.912 para R\$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na educação básica, de R\$ 1.678 para R\$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.

- **Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do país ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

**Análise Situacional da Meta**

Em 2009, a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo era 7,5 anos de estudo, passando para 8,0 em 2012 e 8,3 em 2013. Em relação à região de menor escolaridade, em 2009, apurou-se 8,4 anos de estudo na região Nordeste. Em 2011 e 2012 a região brasileira de menor escolaridade para esta faixa etária foi a Norte, atingindo 8,7 anos em 2011 e 8,9 anos em 2012. Já em 2013, a região de menor escolaridade foi a Nordeste, com 9,1 anos de estudos. Com relação à escolaridade média entre os 25% mais pobres, em 2009 era de 7,4, passando em 2012 para 8,0 e em 2013 chegou a 8,1 anos de estudo.

A partir da publicação da Lei nº 12.695/2012 e da Resolução CD/FNDE nº 48/2012, mudanças foram introduzidas no âmbito da EJA, que passou a abranger o ensino fundamental e o ensino médio com qualificação profissional. A referida Resolução aprova os procedimentos para a transferência de recursos financeiros pleiteados por estados, municípios e Distrito Federal, a título de apoio à manutenção de novas turmas de EJA, oferecidas pelas redes públicas de ensino que tenham matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundeb. Em 2014 foi realizado um aporte no valor R\$ 33 milhões para abertura de novas turmas de educação de jovens e adultos, referentes a 36 mil matrículas.

- **Elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foi lançado o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE), conjunto articulado de ações de apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para organização, fortalecimento e gestão da Educação Escolar Indígena, com o objetivo de ampliar e qualificar a oferta da educação básica e superior para os povos indígenas. O PNTEE se organiza em cinco eixos: gestão educacional e participação social; pedagogias diferenciadas e uso das línguas indígenas; memórias, materialidade e sustentabilidade; educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica; educação superior e pós-graduação. Em 2014, conta com 25 TEEs pactuados, definidos por meio de consulta aos povos indígenas.

Ressalta-se também a ação “Saberes Indígenas na Escola”, direcionada para a promoção da formação continuada de professores indígenas que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental. Implementada por 24 IES, organizadas em sete redes, até 2014, já contemplou 2.656 professores indígenas de 309 escolas, envolvendo 89 povos de 296 aldeias indígenas, falantes de 81 línguas, em 13 Territórios Etnoeducacionais.

Ainda nesse contexto, destaca-se o Prolind – Licenciaturas interculturais, que fomenta a oferta de cursos de formação inicial superior de professores indígenas em programas específicos. Em 2014 atendeu a 2.608 professores indígenas, por meio de 20 Instituições de Ensino Superior.

- **Elevar a taxa de inclusão escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva resultou no crescimento do número de matrículas de estudantes público alvo da educação especial, que passou de 504.039, em 2003, para 843.342 em 2013 e 886.815 em 2014. Dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, os matriculados em classes comuns no ensino regular representavam 28,8% em 2003, 77% em 2013 e 79% em 2014. Ressalta-se que, considerando a faixa etária específica de 4 a 17 anos, a taxa de inclusão de alunos público alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular era de 56% em 2007, chegando a 85,3% em 2013 e 86,9% em 2014. Com relação aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), na faixa de 4 a 17 anos, verificou-se crescimento do percentual de matriculados, saindo de 51,6% em 2010 e atingindo 75% em 2012. Em 2003, eram 13.087 escolas de educação básica com matrículas de estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular, 98.801 escolas em 2012, 99.929 em 2013, passando para 103.473 escolas em 2014.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes



com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem. Esse atendimento é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais, não sendo substitutivo à escolarização na classe comum.

No âmbito do Plano Viver sem Limite, destacam-se a aquisição de mobiliário e de materiais pedagógicos e de acessibilidade para implementação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), local onde é ofertado o AEE; aquisição de ônibus acessíveis para o transporte escolar; e o Programa Escola Acessível, que promove a adequação arquitetônica, aquisição de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva.

Em 2014, concluiu-se a aquisição de equipamentos e recursos de tecnologia assistiva para a implantação de 4 mil novas salas de recursos multifuncionais e para a atualização de 15 mil salas existentes.

Além disso, no âmbito do PDDE Escola Acessível, foram beneficiadas 9.960 escolas em 2014, com recursos da ordem de R\$ 111,2 milhões. Desde 2011, já foram beneficiadas mais de 40 mil escolas.

Ainda no âmbito do Plano, 165 municípios entre os que possuem maior percentual de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) com deficiência em idade escolar obrigatória fora da escola receberam R\$ 54 milhões para aquisição de 361 veículos. Ao todo, 213 municípios receberam recursos para aquisição de 420 veículos acessíveis em 2014. Desde 2012, foram adquiridos 2.485 veículos acessíveis com recursos do Governo Federal.

• **Elevar o IDEB do ensino médio para 4,3**

Análise Situacional da Meta

O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação. É calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) obtida a partir do Censo Escolar, realizado anualmente, e as médias de desempenho nos exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb), aplicados bianualmente, obtidas pelos estudantes ao final dos anos iniciais (5º ano), dos anos finais (9º ano) do ensino fundamental, e do 3º ano do ensino médio (caso do Saeb). Em relação ao ensino médio, o resultado foi 3,7, menor do que a meta de 3,9 estipulada para 2013, o que reflete a necessidade de se intensificar as políticas voltadas para esta etapa de ensino de forma compartilhada com os entes federados, de forma a reverter o grande desafio de melhoria da qualidade do ensino médio.

Nesse sentido, uma das estratégias implementadas pelo MEC é o Programa Ensino Médio Inovador, que busca apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola.

Destaca-se também o Programa Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, com o objetivo de promover a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam nesse nível de ensino nas áreas rurais e urbanas, além de rediscutir e atualizar as práticas docentes em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

Quantidade alcançada

3,7

Data de Referência

31/12/2013

• **Elevar o IDEB dos anos finais do ensino fundamental para 4,7**

Análise Situacional da Meta

O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação. É calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) obtida a partir do Censo Escolar, realizado anualmente, e as médias de desempenho nos exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb), aplicados bianualmente, obtidas pelos estudantes ao final dos anos iniciais (5º ano), dos anos finais (9º ano) do ensino fundamental, e do 3º ano do ensino médio (caso do Saeb). Em 2011, o Ideb dos anos finais do ensino fundamental foi 4,1 e em 2013 foi alcançado um índice igual a 4,2, abaixo da meta prevista de 4,4. Entre os esforços para a melhoria da qualidade do



ensino fundamental, destaca-se o Programa Mais Educação, que induz a agenda da educação em jornada ampliada.

Quantidade alcançada

4,2

Data de Referência

31/12/2013

• **Elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2**

Análise Situacional da Meta

O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação. É calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) obtida a partir do Censo Escolar, realizado anualmente, e as médias de desempenho nos exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb), aplicados bienalmente, obtidas pelos estudantes ao final dos anos iniciais (5º ano), dos anos finais (9º ano) do ensino fundamental, e do 3º ano do ensino médio (caso do Saeb).

Os resultados do Ideb 2013, divulgados em setembro de 2014, mostram que o País segue melhorando seu desempenho nos anos iniciais do ensino fundamental, alcançando um índice igual a 5,2, que é 0,3 ponto superior a meta proposta (4,9). O Brasil tem hoje quase 16 milhões de alunos nos primeiros anos do ensino fundamental. Mais de 13 milhões estão em escolas públicas. Desse total, 81,6% estudam na rede municipal, onde a meta foi atingida por 69,7% dos municípios. Na rede estadual que conta com 18% de estudantes, a meta foi alcançada por mais de 75% dos municípios. Uma estratégia importante para elevação do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que tem como eixos estruturantes: formação continuada de professores alfabetizadores; orientação quanto aos resultados alcançados nas avaliações externas universais aplicadas pelo Inep; material didático; e gestão, controle social e mobilização.

Quantidade alcançada

5,2

Data de Referência

31/12/2013

• **Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A principal ação estratégica para o alcance desta meta é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). O Pacto constitui um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, por meio de um conjunto integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas que serão disponibilizados pelo MEC e que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores.

A formação continuada de professores alfabetizadores tem como objetivo apoiar todos os professores que atuam no ciclo de alfabetização, incluindo os que atuam nas turmas multisseriadas e multietapas, de forma que planejem as aulas e que utilizem de modo articulado os materiais e as referências curriculares e pedagógicas ofertados pelo MEC. Em 2014, o PNAIC completou seu segundo ano de vigência, tendo agora como foco a formação continuada de professores em Matemática, complementando a capacitação em Língua Portuguesa, ofertada em 2013. O Pacto contou, em 2013, com a adesão dos 27 estados e 5.420 municípios, para formação de 15.988 orientadores de estudos e 317.572 professores alfabetizadores. Já em 2014, houve a adesão de 26 Estados e do Distrito Federal e de 5.421 Municípios, envolvendo 311.916 professores alfabetizadores e 15.072 orientadores de estudos, com concessão de bolsas que alcançou um montante superior a R\$ 560 milhões. Ademais, cerca de 6 milhões de alunos foram beneficiados pelo Pacto, em 108.733 escolas.

Outra ação que contribui para o alcance dessa meta é a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), avaliação censitária que integra o PNAIC. Em 2014 foram avaliados cerca de 2,3 milhões de estudantes do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas, das zonas urbana e rural, organizadas no regime de nove anos de duração. As 55.454



escolas onde se encontravam esses alunos receberam os resultados por meio de um boletim próprio. A divulgação do Relatório Pedagógico da ANA de 2013, ocorrida em 2014, para os sistemas de ensino estaduais e municipais, teve como objetivo oferecer a possibilidade de análise dos resultados pedagógicos, fomentando o debate de gestores, professores e comunidade escolar.

• **Equiparar a escolaridade média entre negros e não negros**

Análise Situacional da Meta

A escolaridade média dos negros na faixa etária de 18 a 24 anos evoluiu de 8 anos em 2005 para 9,0 em 2012 e 9,2 em 2013, enquanto a da população não negra passou de 9,6 anos em 2005 para 10,4 em 2012, número que se repete em 2013.

Com vistas à eliminação de práticas institucionais discriminatórias e preconceituosas, o MEC implementa políticas destinadas à formação de professores e elaboração e distribuição de material didático, paradidático e instrucional voltados à educação para as relações étnico-raciais, ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e à educação escolar quilombola. No âmbito da educação para as Relações Étnico-Raciais, em 2014, foram abertas 10.260 vagas em cursos de aperfeiçoamento e especialização, em 45 universidades federais. Ressalta-se o curso Educação Escolar Quilombola, oferecido para a população das comunidades remanescentes de quilombo e tem como característica a abordagem da Educação Escolar Quilombola, por meio da perspectiva única de cada região e universidade. O curso é estruturado em três etapas, que podem ser, a critério das universidades, divididos em módulos, disciplinas ou outras unidades. Em 2014, foram oferecidas 850 vagas, por meio de oito IFES.

Ainda nesse contexto destaca-se o Prêmio “Curta Histórias”, que possui como uma de suas vertentes a realização de atividades que promovem a educação para as relações étnico-raciais. Seguindo a perspectiva da Lei nº 10.639/03 e Parecer CNE 03/2004, o Prêmio tem como objetivos apoiar ações que valorizam a diversidade étnico-racial brasileira e estimular a pesquisa, o debate e a compreensão da importância dos africanos e dos afrobrasileiros no processo de formação do Brasil, entre outros objetivos. Ao todo foram feitas 646 inscrições, abrangendo a participação de 26 estados e 369 municípios. Ao todo foram feitas 646 inscrições, abrangendo a participação de 26 estados e 369 municípios. Foram premiados 8 vídeos, dois para Ensino Fundamental - Anos Iniciais (Bahia e Rio Grande do Sul); dois para Ensino Fundamental - Anos Finais (ambos de Minas Gerais); dois para o Ensino Médio (Minas Gerais e Mato Grosso) e dois para Educação de Jovens e Adultos (Rio de Janeiro e Pernambuco). Ao todo foram 8 professores contemplados e 38 alunos. O prêmio foi desenvolvido em parceria com a Fundação Cultural Palmares, Fundação Telefônica, Fundação Vale e UNESCO.

No âmbito da educação superior, mas entre as ações que contribuem para o aumento da escolaridade, destacam-se ações como o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, que tem como objetivos a formação e a mobilidade internacional de estudantes brasileiros pretos, pardos e indígenas, estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais em áreas prioritárias para a promoção da igualdade racial, do combate ao racismo, do estudo e valorização das especificidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas, da acessibilidade e inclusão. O 1º edital do programa foi publicado em maio de 2014, e as propostas selecionadas beneficiarão, em 2015, mais de mil estudantes de 30 universidades brasileiras na Alemanha, Argentina, Cabo Verde, Camarões, Colômbia, Equador, Espanha, EUA, México, Moçambique, Portugal, Senegal, Suécia e Suriname.

Com a publicação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), 50% das vagas ofertadas pelas instituições públicas federais de ensino superior devem ser destinadas, até 2016, a estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas, sendo 25% para aqueles com renda familiar bruta mensal por pessoa de até um salário mínimo e meio. Um percentual destas vagas é reservado a estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas em proporção igual a destes segmentos na população em cada unidade da Federação.

• **Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a**

**meta do PNE 2011-2020****Análise Situacional da Meta**

O financiamento permanente da educação integral vem sendo garantido por meio do Fundeb, que, desde 2007 financia as matrículas em educação integral (mínimo de 7 horas/diárias na escola) com valores até 30% superiores às matrículas regulares no ensino fundamental e também com um acréscimo para as matrículas no ensino médio. Cabe mencionar que o Conselho Nacional de Educação incluiu a educação integral nas novas diretrizes para a educação básica.

O Programa Mais Educação (PME) representa a estratégia mais significativa do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar, dos tempos, espaços e oportunidades educativas, propondo a organização curricular na perspectiva da Educação Integral em tempo integral. O programa é um indutor da agenda da educação integral em jornada ampliada no Brasil e tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens matriculados no ensino fundamental em escolas públicas, mediante oferta de educação básica considerando-se a jornada escolar de, no mínimo, sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais. Para a execução do Programa, são repassados recursos diretamente às escolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Há ainda recursos para complementação da alimentação escolar, envio de equipamentos às escolas e formação específica para professores. A adesão ao PME, em 2014, alcançou mais de 58 mil escolas, superando em mais de 18% o número do ano anterior. Destas, aproximadamente 46% são compostas em sua maioria por estudantes cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família e mais de 30% são escolas rurais. Em 2014 os investimentos no programa foram da ordem de R\$ 1,5 bilhão.

- **Fomentar programas de combate à violência e ao "bullying" na escola e promover educação em direitos humanos**

Análise Situacional da Meta

O Programa Escola que Protege promove ações de pesquisa, formação continuada, elaboração de materiais didático-pedagógicos e mobilização, na construção de estratégias de enfrentamento às diversas formas de violência no ambiente escolar contra crianças e adolescentes, por meio de apoio técnico às atividades de formação, sob a responsabilidade das secretarias estaduais de educação e a criação de grupos gestores do programa. Em 2014, o MEC apoiou a formação de professores e profissionais da educação em direitos de crianças e adolescentes - preconceito, discriminação e violência no ambiente escolar - financiando a oferta de 1.725 vagas em cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização em seis universidades e institutos federais, com um investimento de mais de R\$ 1,4 milhão.

O MEC também apoiou a formação de professores e profissionais da educação na área de educação em direitos humanos, financiando a oferta de 3.025 vagas em cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, por meio de 16 universidades e institutos federais, com um investimento de aproximadamente R\$ 6,6 milhões.

Além disso, para o enfrentamento da violência no ambiente escolar, foi finalizado e distribuído o livro "Conversando sobre violência e convivência na escola" em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), com tiragem de seis mil exemplares. O livro foi distribuído a todas as secretarias municipais e estaduais de educação do País.

- **Promover ações voltadas à elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação social e cidadã para jovens de 18 a 29 anos.**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, nas modalidades ProJovem Urbano e o ProJovem Campo - Saberes da Terra, que objetiva apoiar estados e municípios para a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas não terminaram o ensino fundamental na época prevista, por meio da integração da formação básica, da qualificação profissional e ações de participação cidadã. É oferecido em forma de curso, organizado em 18 meses, que busca a formação integral do jovem, sua reinserção no processo de escolarização e de novas possibilidades de identificação de oportunidades no mundo do trabalho, contribuindo para a promoção de



direitos e aquisição de novas trajetórias de educação e emancipação ao longo da vida.

Em 2014, foi investido valor superior a R\$ 58 milhões destinado à formação de professores, formadores e gestores do Projovem Urbano, bem como para o desenvolvimento das ações voltadas à elevação de escolaridade, com qualificação profissional e participação cidadã em 87 municípios e oito estados, garantido a continuidade da edição 2013, que contou com 100.823 jovens matriculados. Na Concessão de Auxílio Financeiro aos estudantes do Programa foi executado o valor de R\$ 38 milhões. Já para a implementação da edição 2014 do Projovem Urbano, foram investidos recursos superiores a R\$ 19 milhões, garantindo as atividades iniciais para execução das ações em 15 estados e 116 municípios, que totalizaram uma meta pactuada para atendimento a 105.200 jovens. Para a edição 2014 do Projovem Campo foram investidos mais de 55 milhões para atendimento a 45.550 jovens em 15 Estados e 303 Municípios.

• **Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes**

Análise Situacional da Meta

O analfabetismo entre jovens e adultos (população com 15 anos ou mais) vem sendo reduzido no Brasil, passando, segundo os índices da PNAD, de 9,7% em 2009 para 8,7 em 2012 e 8,5% em 2013. Em relação às mulheres, em 2009, a taxa de analfabetismo era de 9,6%, e em 2013 o valor apurado foi de 8,2%. Ainda conforme os dados da PNAD, a taxa de analfabetismo da população rural vem apresentando queda: em 2009, o índice era de 22,8%, passando para 20,8% em 2013. Quanto à população negra, a taxa de analfabetismo caiu de 13,4% em 2009 para 11,5% em 2013. Para o alcance dessa meta destaca-se o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), desenvolvido em todo o território nacional, que prioriza municípios com alta taxa de analfabetismo e visa a garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizando.

O ciclo do PBA 2013, com execução em 2014, teve a adesão de 25 Estados, o DF e 1.029 Municípios, com uma meta de atendimento de 1,5 milhão de alfabetizando. Já estão cadastrados 983.443 alfabetizando dos quais 735.036 em alfabetização e 248.036 aguardando o início do processo de alfabetização. Para esse atendimento, conta-se com cerca de 96 mil alfabetizadores, 17 mil alfabetizadores-coordenadores de turmas e 1.500 tradutores intérpretes de Libras. O PBA buscou fortalecer a integração entre as políticas de alfabetização e outras ações do Governo Federal, de modo a ampliar o acesso dos beneficiários do Programa aos serviços públicos já existentes, visando à melhoria das suas condições de vida, renda e cidadania.

Considerando a necessidade de garantir a oferta de atendimento educacional e a elevação de escolaridade para jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos que não concluíram o ensino fundamental, foi publicada a Resolução/CD/FNDE nº 48/2012, que tem por objetivos ampliar a oferta de EJA, especialmente, aos egressos do PBA, às populações do campo, às comunidades quilombolas, aos povos indígenas e às pessoas em unidades prisionais, e fortalecer a articulação e o compromisso dos entes federados com a efetivação do ingresso, a permanência e a continuidade de estudo de jovens e adultos nos sistemas de ensino, a título de apoio e manutenção de novas turmas de EJA oferecidas pelas redes públicas de ensino que tenham matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundeb. Em 2014 foi realizado um aporte no valor R\$ 33 milhões para abertura de novas turmas de educação de jovens e adultos, referentes a 36 mil matrículas. A EJA para pessoas em estabelecimentos penais recebeu a solicitação de 11.191 matrículas, sendo 10.091 pelos estados e 1.100 pelos municípios.

• **Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O analfabetismo funcional é mensurado pela proporção da população que tem menos de 4 anos de estudo, sendo uma variável considerada como fator relevante na sua condição de vulnerabilidade social. Em 2005, a taxa de analfabetismo funcional na população de 15 anos ou mais era de 23,4% e, em 2012 foi de 18,3 e 18,1 em 2013

Para o alcance dessa meta destaca-se o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), desenvolvido em todo o território nacional, que prioriza municípios com alta taxa de analfabetismo e visa a garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizando.

O ciclo do PBA 2013, com execução em 2014, teve a adesão de 25 Estados, o DF e 1.029 Municípios, com uma meta



de atendimento de 1,5 milhão de alfabetizandos. Já estão cadastrados 983.443 alfabetizandos dos quais 735.036 em alfabetização e 248.036 aguardando o início do processo de alfabetização. Para esse atendimento, conta-se com cerca de 96 mil alfabetizadores, 17 mil alfabetizadores-coordenadores de turmas e 1.500 tradutores intérpretes de Libras. O PBA buscou fortalecer a integração entre as políticas de alfabetização e outras ações do Governo Federal, de modo a ampliar o acesso dos beneficiários do Programa aos serviços públicos já existentes, visando à melhoria das suas condições de vida, renda e cidadania.

Considerando a necessidade de garantir a oferta de atendimento educacional e a elevação de escolaridade para jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos que não concluíram o ensino fundamental, foi publicada a Resolução/CD/FNDE nº 48/2012, que tem por objetivos ampliar a oferta de EJA, especialmente, aos egressos do PBA, às populações do campo, às comunidades quilombolas, aos povos indígenas e às pessoas em unidades prisionais; e fortalecer a articulação e o compromisso dos entes federados com a efetivação do ingresso, a permanência e a continuidade de estudo de jovens e adultos nos sistemas de ensino, a título de apoio e manutenção de novas turmas de EJA oferecidas pelas redes públicas de ensino que tenham matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundeb. Em 2014 foi realizado um aporte no valor R\$ 37,5 milhões (referente a primeira parcela de 50% do valor total do recurso devido) para abertura de novas turmas de educação de jovens e adultos, referentes a 41 mil novas matrículas. A EJA para pessoas em estabelecimentos penais recebeu a solicitação de 11.191 matrículas, sendo 10.091 pelos estados e 1.100 pelos municípios.

OBJETIVO: 0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Com o objetivo de aprimorar os processos de gestão e articulação no campo da política educacional, o MEC busca aperfeiçoar as relações e estabelecer uma coordenação compartilhada entre os entes federados, a fim de viabilizar o processo de alinhamento, já em curso, dos planos estaduais, distrital e municipais de educação ao PNE. Como estratégia, o MEC estruturou uma agenda de trabalho com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Destaca-se também a promoção de espaços de diálogo e formulação que possam subsidiar a instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE). Em 2014 foi lançado o sítio Planejando a Próxima Década (<http://pne.mec.gov.br>), que fortalece a assistência técnica para elaboração e adequação dos planos estaduais e municipais de educação em consonância com o PNE, conforme estabelece a Lei. O sítio oferece um conjunto de materiais de orientação composto por documentos, sistemas interativos com sugestões de metas intermediárias, além de indicadores educacionais e informações sobre programas que o Ministério já dispõe para apoiar os entes federados no cumprimento das metas nacionais. Considerada referencial para construção das políticas públicas educacionais, a realização da segunda edição da Conferência Nacional de Educação (CONAE) em novembro de 2014 contou com mais de 3,5 mil participantes e teve como tema central “O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”. De caráter deliberativo, a Conferência apresentou um conjunto de propostas que subsidiará a efetivação e a implementação do PNE, indicando responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados e os sistemas de ensino.

Durante o ano de 2014 foi intensificado o debate sobre cooperação territorial, com a coordenação de um Grupo de Trabalho (GT), instituído pela Portaria nº 1.238, de 11 de outubro de 2012, para elaborar estudos sobre experiências existentes e suas contribuições como reforço ao associativismo entre os entes federativos, visando ao fortalecimento das capacidades públicas na área da educação. Esta ação está sendo desenvolvida por meio de contratação de consultorias para identificar as experiências associativistas existentes e de regiões de vulnerabilidade educacional, que resultará em



apoio técnico para subsidiar a elaboração do relatório final do GT. Um trabalho prático paralelo está em andamento no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu (envolvendo os 11 municípios afetados pela obra de Belo Monte), a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) do Pará e o MEC, com o objetivo de fortalecer a articulação federativa pela via da elaboração e execução de um Plano Regional de Educação, vinculado aos planos municipais, ao plano estadual e ao PNE. Em 2014 esta ação foi ampliada para a região do Tapajós (envolvendo outros seis municípios), a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) do Pará, o MEC, e as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Essas ações resultarão no aperfeiçoamento de metodologia que poderá ser ajustada em outras realidades regionais.

A produção de estatísticas, indicadores, estudos e pesquisas contribui para a melhoria da qualidade da educação básica e para a universalização do acesso à escola, na medida em que possibilitam a elaboração de subsídios concretos para a formulação, reformulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais.

No que se refere aos instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica, cabe ressaltar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), cujos resultados oferecem subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para essa etapa de ensino. A partir das avaliações do Saeb, é calculado bianualmente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, que permite reunir, num só indicador, informações de fluxo escolar e de desempenho no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb. O Saeb é composto pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil), pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e pela Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Exceto a ANA, cuja avaliação é anual, as demais ocorrem a cada dois anos, sendo as últimas realizadas em 2013. Inserida no contexto de atenção voltada à alfabetização, a ANA é direcionada para as unidades escolares e estudantes matriculados no 3º ano do ensino fundamental, fase final do ciclo de alfabetização. Em 2014, participaram da ANA 49.791 escolas, com 106.432 turmas e 2.708.389 alunos do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas, das zonas urbana e rural, organizadas no regime de nove anos de duração. Além de participarem da ANA, em 2014 as escolas puderam analisar pedagogicamente os resultados de sua participação em 2013 das avaliações do Saeb, por meio de boletins eletrônicos, que apresentaram as médias do desempenho de aproximadamente 6,6 milhões de alunos, e o percentual de alunos posicionados em cada nível nas escalas de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática.

Já a Provinha Brasil possibilita um diagnóstico dos níveis de alfabetização dos alunos após um ano de estudos no ensino fundamental, de maneira que as informações resultantes possam apoiar a prática pedagógica do professor em sala de aula. Esta avaliação acontece em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo, com foco em Leitura e Matemática. Em 2014, no primeiro semestre foi prevista a participação 2.697.849 alunos e 2.595.485 alunos no segundo semestre.

Com relação ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), este se tornou, nos últimos anos, a principal porta de entrada de estudantes em universidades públicas e privadas do País. Hoje, cerca de 90% das 63 universidades federais do Brasil utilizam o Exame. Algumas usam como nota complementar, outras destinando uma porcentagem de seu total de vagas, e ainda há aquelas que usam o exame como única forma de ingresso. A edição 2014 do Enem, realizada em novembro, contou com aproximadamente 8,7 milhões de inscritos, sendo aplicado em cerca de 1,7 mil cidades brasileiras. Em 2014, mais de cinco milhões de redações, da edição 2013, foram corrigidas por 7.121 avaliadores, os quais passaram por processo de capacitação com duração de 136 horas.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a instituição do Sistema Nacional de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do PNE 2011-2020.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o MEC intensificou sua ação em quatro eixos: i) a agenda instituinte do Sistema Nacional de Educação (SNE); ii) a assistência técnica aos estados e municípios para elaboração ou adequação de seus planos de educação em consonância ao PNE; iii) o desenvolvimento do software para criação e simulação de planos de carreira, além do aprofundamento do diálogo para a valorização dos profissionais da educação; e iv) os trabalhos de acompanhamento e estudos sobre a territorialização da cooperação educacional.



Os debates conceituais sobre o SNE culminaram na elaboração do documento “O Sistema Nacional de Educação” e do livro “O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto”. Ambos ofereceram referenciais importantes para a etapa nacional da CONAE 2014. O MEC também assumiu a coordenação do “Estudo Comparado dos Sistemas Educacionais”, aprovado pelo Conselho Sul Americano de Educação da União das Nações Sul Americanas (UNASUL), que resultou no “Seminário Internacional Sistemas Educacionais dos Países da Unasul”.

- **Apoiar os entes federados na elaboração ou adequação de planos de educação alinhados ao PNE 2011-2020, bem como na implementação de iniciativas de cooperação e colaboração entre os sistemas de ensino.**

Análise Situacional da Meta

A assistência técnica aos estados, Distrito Federal e municípios foi consolidada, fortalecendo a adequação ou elaboração de planos de educação dos entes federados em consonância ao PNE. Já conta com o envolvimento direto de todas as 27 Secretarias Estaduais de Educação e das Undimes seccionais, resultando em uma rede com 304 Avaliadores Educacionais técnicos que assistem 5.042 municípios, além dos 26 estados e o DF até o momento, pois o foco está no atendimento da totalidade dos entes federados. Foram realizadas etapas de capacitação da rede, além do lançamento do portal “Planejando a Próxima Década” (<http://pne.mec.gov.br>), produzido com a colaboração UNDIME, CONSED, UNCME, FNCE e CNE. Estão disponíveis neste portal materiais de orientação como documentos, sistemas interativos de acompanhamento do trabalho nos estados e municípios, indicadores educacionais e informações sobre programas que o MEC já dispõe, articulados com cada uma das metas do Plano. O ano se encerrou com 03 estados e 15 municípios com Planos já sancionados.

Durante o ano de 2014 o debate sobre cooperação territorial se intensificou. Foram identificadas as experiências existentes e as regiões de maior vulnerabilidade educacional. Paralelamente, o MEC está atuando na Região do Xingu/PA com 11 municípios afetados pela obra de Belo Monte e com a Secretaria de Estado de Educação, fortalecendo a articulação federativa pela via da elaboração e execução de um Plano Regional de Educação. Em 2014 ação semelhante foi ampliada para a região do Tapajós. Essas experiências também permitirão ajustar a ação do MEC às realidades regionais.

- **Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica**

Análise Situacional da Meta

O Censo Escolar 2014 registrou cerca de 190 mil estabelecimentos de educação básica, em que estão matriculados mais de 49 milhões de alunos, sendo 81,7% em escolas públicas e 18,3% em escolas privadas. Ressalta-se que há cerca de 2,2 milhões de funções docentes, mais de 2,1 milhões de turmas de escolarização, mais de 267 mil turmas de atividades complementares, além de 74 mil turmas de Atendimento Educacional Especializado.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica, cujos resultados oferecem subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para essa etapa de ensino. A partir das avaliações do Saeb, é calculado bianualmente o Ideb, que representa a iniciativa de reunir, num só indicador, fluxo escolar e desempenho nas avaliações.

O Saeb é composto pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, pela Avaliação Nacional da Educação Básica e pela Avaliação Nacional da Alfabetização Cerca de 6,6 milhões de estudantes do ensino fundamental de todas as unidades da federação fizeram as provas do Saeb em sua última edição, realizada em 2013. Em 2014, as escolas puderam analisar pedagogicamente seus resultados, por meio de boletins eletrônicos, que apresentam as médias de desempenho dos alunos da escola e o percentual de alunos posicionados em cada nível nas escalas de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática.

Inserida no contexto de atenção voltada à alfabetização, a ANA é direcionada para as unidades escolares e estudantes matriculados no 3º ano do ensino fundamental, fase final do ciclo de alfabetização. Em 2014 foram avaliados cerca de 2,3 milhões de estudantes do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas, das zonas urbana e rural, organizadas no regime de nove anos de duração.

A Provinha Brasil possibilita um diagnóstico dos níveis de alfabetização dos alunos após um ano de estudos no ensino



fundamental, de maneira que as informações resultantes possam apoiar a prática pedagógica do professor em sala de aula. Esta avaliação acontece em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo, com foco em Leitura e Matemática.

Com relação ao Exame Nacional do Ensino Médio, este se tornou, nos últimos anos, a principal porta de entrada de estudantes em universidades públicas e privadas do País. Hoje, cerca de 90% das 63 universidades federais do Brasil utilizam o Exame. Algumas usam como nota complementar, outras destinando uma porcentagem de seu total de vagas, e ainda há aquelas que usam o exame como única forma de ingresso. A edição 2014 do Enem, realizada em novembro, contou com aproximadamente 8,7 milhões de inscritos, sendo aplicado em cerca de 1,7 mil cidades brasileiras. Em 2014, mais de cinco milhões de redações, da edição 2013, foram corrigidas por 7.121 avaliadores, os quais passaram por processo de capacitação com duração de 136 horas.

Já o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) tem a finalidade de aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não puderam concluir seus estudos da educação básica na idade apropriada. Para brasileiros residentes no País, é ofertado somente para certificação de conclusão do ensino fundamental aos que possuem no mínimo 15 anos completos até a data de realização do Exame. Já para os brasileiros residentes no exterior, além do ensino fundamental, o Encceja é ofertado em nível de conclusão do ensino médio para jovens e adultos com 18 anos completos até a data de realização do exame. Em 2014, 112.577 participantes se inscreveram para o Encceja Nacional; 34.001 participantes se inscreveram para o Encceja para as Pessoas Privadas de Liberdade e os jovens sob medida socioeducativa; e, por fim, 2.303 participantes se inscreveram para o Encceja Exterior.

A produção de estatísticas, indicadores, estudos e pesquisas contribui para a melhoria da qualidade da educação básica e para a universalização do acesso à escola, na medida em que possibilitam a elaboração de subsídios concretos para a formulação, reformulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais.

Em 2014, diversas ações foram realizadas com o objetivo de aprimorar esses instrumentos. Entre elas destacam-se:

- a) Consolidação da matriz para Ciências da Natureza e Ciências Humanas para as Avaliações da Anresc e Aneb, com realização de oficinas para elaboração de itens e pré-teste;
- b) Capacitação de colaboradores para elaboração e revisão de itens;
- c) Concentração do processo de elaboração e revisão de itens em oficinas remotas, com interferência dos pesquisadores do Inep na validação final em painéis presenciais e no controle de qualidade no decorrer do processo;
- d) Desenvolvimento de Banco de Imagens, com capacitação e credenciamento de colaboradores;
- e) Início do processo de revisão das matrizes de Matemática e de Linguagem da Anresc e Aneb;
- f) Conclusão da atualização da interpretação pedagógica das Escalas do Saeb/Prova Brasil, das edições de 2007, 2009 e 2011.

• **Elevar o percentual de diretores de escola com nomeação vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em conjunto com a Associação Nacional de Política e Administração Educacional (ANPAE), o MEC firmou parceria para a elaboração de subsídios ao debate sobre critérios para a escolha de diretores de escola. Nesse trabalho foram elaborados textos para compor cadernos temáticos. Um deles versa sobre a gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas, contemplando critérios técnicos, de mérito e participação da comunidade, como define a Meta 19 do PNE.



PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de matrículas em cursos de educação profissional técnica de nível médio	milhar	01/01/2010	1.140,4	31/12/2013	1.482,32
Número de matrículas em cursos de educação profissional tecnológica de graduação	milhar	31/12/2011	870,5	31/12/2013	995,746
Número de matrículas em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional	milhar	31/12/2012	1.298,768	31/12/2013	2.087,628
Número de matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica	milhar	01/01/2009	250,9	31/12/2013	303,193
Número de unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	unidade	31/12/2010	354	31/12/2014	562
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB	%	31/12/2011	6,1	31/12/2013	6,6
Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional	%	31/12/2010	1,3	31/12/2013	1,85

OBJETIVO: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo contempla iniciativas que visam principalmente: à reestruturação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica; à ampliação da oferta de cursos a distância; e à ampliação do acesso gratuito a cursos de educação profissional em instituições públicas e privadas.

Nos últimos anos, a educação profissional tem passado por um processo de expansão, interiorização e democratização da oferta. Neste contexto, cabe destacar o papel preponderante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como referência nesta modalidade de ensino. Merece destaque também a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada em todo o País.

O Pronatec tem o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional no Brasil, além de contribuir para o desenvolvimento social e econômico por meio da formação profissional para jovens e trabalhadores, em todas as regiões do País. Para fazer frente ao desafio de ofertar educação profissional em escala nacional, em cursos com perspectivas para a inserção laboral e de forma a fortalecer a inclusão produtiva, o Programa contou com as instituições de referência em formação profissional: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; as Redes Estaduais de Educação Profissional, e os



Serviços Nacionais de Aprendizagem.

O Pronatec é composto por cinco iniciativas: a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Bolsa-Formação, a Rede e-Tec Brasil, o Acordo de Gratuidade com o Sistema S e o Brasil Profissionalizado. São oferecidos cursos técnicos de nível médio, que possuem carga horária mínima de 800 horas, e cursos de formação inicial e continuada (FIC), com no mínimo 160 horas de carga horária. Até o ano de 2014, o Programa já atendeu mais de 8,1 milhões de matrículas em todas as suas iniciativas, superando a meta inicialmente estabelecida de 8 milhões de vagas a serem ofertadas. Somente em 2014, foram realizadas mais de 3,2 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e cursos FIC.

Na Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no ano de 2014 entraram em funcionamento mais 92 unidades, resultando na entrega, entre 2011 e 2014, do total de 208 novas unidades de Institutos Federais, perfazendo um total de 562 unidades. Os investimentos na expansão e da Rede, em 2014, alcançaram o valor de R\$ 678 milhões.

Além da oferta de vagas, foram realizados nos Institutos Federais investimentos em políticas de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. Cabe destaque à parceria com a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), com o objetivo de promover e incentivar a realização de projetos empresariais de pesquisa, desenvolvimento e inovação – PD&I voltados para setores industriais, por meio de cooperação com instituições de pesquisa tecnológica e contribuir para a promoção do desenvolvimento dos Polos de Inovação dos Institutos Federais. Em 2014 foi dado início ao processo de habilitação de 5 Polos de Inovação em Institutos Federais, visando à prospecção e à execução de projetos de inovação, em parceria com empresas do setor industrial.

Outro destaque é o lançamento da Chamada Pública nº 17/2014, realizada pelo MEC e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A chamada selecionou 436 propostas para apoio financeiro a projetos que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, oriundos de pesquisadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Tais projetos envolvem a cooperação com o setor produtivo, para atendimento de suas demandas e alinhados às características do Plano Brasil Maior e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O investimento será de R\$ 40 milhões, a serem executados até 2016.

Uma iniciativa de grande relevância do Pronatec é a Bolsa-Formação, por meio da qual são ofertados cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, utilizando as estruturas já existentes nas redes de educação profissional e tecnológica. Por meio da Bolsa-Formação Trabalhador, no âmbito da qual são ofertados cursos FIC ou qualificação profissional, foram 2,9 milhões de matrículas de 2011 a 2014. Já por meio da Bolsa-Formação Estudante, que oferta cursos técnicos de nível médio, foram registradas 1,2 milhão de matrículas, totalizando 4,1 milhões de matrículas no período. No âmbito da Bolsa-Formação do Pronatec também são oferecidas vagas para jovens que participam do ProJovem Urbano, sendo que um total de 1.980 vagas foram pactuadas e 1.263 executadas no ano de 2014. Ainda no que se refere ao Bolsa-Formação Estudante, destaca-se a seleção realizada por meio do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec), que oferta vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para estudantes que concluíram o ensino médio e para participantes do Enem. A edição que ocorreu no primeiro semestre de 2014 alcançou, aproximadamente, 528 mil inscritos e realizou cerca de 200 mil matrículas em 122 cursos técnicos, ofertados em 391 Municípios dos 26 Estados e no Distrito Federal. Já a edição que ocorreu no segundo semestre de 2014 atingiu cerca de 354 mil inscritos e matriculou cerca de 250 mil estudantes em 118 cursos técnicos e gratuitos em 466 Municípios de todas as unidades da Federação.

Ainda nesse contexto, algumas iniciativas estratégicas, envolvendo diversos Ministérios, foram intensificadas em 2014, no âmbito da Bolsa-Formação. Por meio do Pronatec Brasil Maior, modalidade que envolve a parceria entre o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Sistema S. O mapeamento da demanda por qualificação profissional é realizada pelo MDIC junto às empresas e associações representativas do setor produtivo.

O Pronatec Brasil sem Miséria promove a formação profissional de beneficiários do Programa Bolsa Família e do



Benefício de Prestação Continuada. Em março de 2014, foi atingida a meta de 1 milhão de alunos, prevista para o período 2011- 2014. Em 2014 foram efetuadas 670 mil matrículas. Entre o total de alunos matriculados no Programa, 59% têm entre 15 e 29 anos, 68% são negros e 68% são mulheres.

O Acordo de Gratuidade com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), por meio do qual são ofertadas vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores, alcançou em 2014 a meta estabelecida de 66,66% de aplicação dos recursos recebidos da contribuição compulsória em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional. Em 2009, quando da celebração do Acordo, o percentual de oferta gratuita era de 50% no SENAI e 20% no SENAC.

O Programa Brasil Profissionalizado atua na expansão e fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, com ações de infraestrutura, aquisição de laboratórios, equipamentos e itens gerais de composição de escolas, além de ações formativas para professores, gestores e demais profissionais da educação. Desde 2011, no âmbito deste Programa, foram realizadas 341 mil matrículas, sendo 86.615 em 2012, 88.607 em 2013 e 86.328 em 2014. São 292 obras concluídas, sendo 70 construções e 222 ampliações. O investimento em 2014 totalizou R\$ 61 milhões.

A Rede e-Tec Brasil, iniciativa do Pronatec que oferta educação profissional e tecnológica a distância, desde 2011, realizou 276 mil matrículas, sendo 67.962 em 2012 e 111.358 em 2013. Em 2014 foram 61.928 estudantes matriculados em 2.243 polos de apoio presencial, tendo sido criados 897 novos polos, com um investimento de R\$ 161 milhões. Cabe ressaltar que a partir de 2014, o MEC passou a exigir o registro, no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) o cadastro dos alunos e dos polos de apoio presencial, conferindo maior controle do número de matrículas que, até 2013, era fornecido por ato declaratório das instituições.

Além disso, os Serviços Nacionais de Aprendizagem iniciaram sua atuação na Rede e-Tec Brasil, com a oferta de cursos de formação inicial e continuada pelo SENAI.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres**

Análise Situacional da Meta

O Programa Mulheres Mil, cujo objetivo é viabilizar a mulheres em situação de vulnerabilidade social o acesso à educação profissional, ao emprego e à renda, está articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema, estabelecida pelo Governo Federal e integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. A oferta de cursos de formação contribui para a promoção da autonomia da mulher e a criação de oportunidades no mercado de trabalho para que consigam melhorar a qualidade de suas vidas e de suas comunidades.

De 2011 a 2013, o programa alcançou 37.183 mulheres qualificadas e, apenas em 2014, quando passou a ser executado no âmbito do Pronatec Bolsa-Formação, mais 37.881 mulheres foram atendidas, totalizando mais de 75 mil mulheres. O aumento no número de matrículas, passando de 18.787 em 2012 e 18.396 em 2013 para os mais de 37 mil já apresentados mostra o sucesso dessa estratégia para o Programa Mulheres Mil.

Quantidade alcançada

75.064

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O investimento público total em educação, segundo dados do Inep, apresentou um importante incremento de 46,6%, passando de 4,5% do PIB, em 2005, para 6,4%, em 2012 e 6,6% em 2013. Nesse período, substanciais recursos foram



introduzidos por modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino, principalmente a introdução do Fundeb em 2007, e a eliminação progressiva da Desvinculação das Receitas da União (DRU) entre 2009 e 2011. Para cumprir as metas do PNE será necessário, contudo, manter positiva essa evolução do investimento público em educação com a colaboração da União e dos entes federados no suprimento de novas fontes de recursos.

Nesse sentido, a recente Lei nº 12.858/2013 reserva para a educação 75% e saúde 25% de todas as receitas dos órgãos da administração direta da União, dos estados, Distrito Federal e municípios provenientes dos royalties e da participação especial sobre a exploração de petróleo e gás natural em áreas da plataforma continental, no mar territorial ou zona econômica exclusiva, cuja declaração de comercialidade se tenha dado a partir de 3 de dezembro de 2012, bem como as receitas de individualização da produção no Pré-Sal e áreas estratégicas que se estendam para além do bloco contratado. A mesma lei também destina à educação 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social da União criado pela Lei nº 12.351/2010, até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no PNE, e prescreve que os recursos destinados para a educação e saúde sejam aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Os gastos constitucionais mínimos com a manutenção e desenvolvimento do ensino decorrem da vinculação de impostos nos entes federados, sem especificação prévia de nível/modalidade de ensino, mais a contribuição social do salário educação e a complementação da União ao Fundeb que são restritas à educação básica.

Nos últimos anos houve um grande crescimento da execução orçamentária de todas as subfunções que consolidam o nível de ensino da educação Básica e também da educação superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da educação superior sobre a educação básica. O maior crescimento relativo da educação básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino que era muito baixo, fazendo com que a relação da educação superior sobre a educação básica por estudante, se reduzisse de 10,1 em 2002, para 4,8 em 2011. Os gastos por estudante no ensino superior cresceram de R\$ 16.912 para R\$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na educação básica, de R\$ 1.678 para R\$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.

• **Elevar a relação aluno/professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional da Educação (PNE) apresenta duas metas importantes para o fortalecimento da educação profissional e tecnológica do País. A Meta 11 é triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Já a Meta 12 pretende elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. Uma das estratégias para se alcançar as Metas 11 e 12 do PNE) é atingir a relação de 20 alunos por professor para a educação profissional técnica de nível médio e 18 alunos por professor para a educação superior. Esta relação visa ampliar a capacidade institucional e garantir o desenvolvimento de todas as atividades inerentes à atuação do docente: pesquisa, extensão e gestão institucional, sem sobrecarga.

A relação aluno/professor das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, calculada pela razão entre o número de estudantes matriculados e o de professores lotados nas instituições, estava em 24,1 em 2011, subindo para 29,4 em 2012. No exercício 2013, a relação aluno/professor apurada foi de 20,40 e atingiu o valor de 22,25 estudantes por professor em 2014.

• **Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562**

Análise Situacional da Meta

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, uma das iniciativas do Pronatec, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e



continuada para a população brasileira.

Das 208 novas unidades previstas para o período 2011-2014, todas já entraram em funcionamento. Dessas, 92 unidades da Rede Federal de 24 Estados iniciaram suas atividades em 2014, totalizando 562 escolas em atividade. Os investimentos no Plano de Expansão e Reestruturação da Rede Federal desde 2011 foram de R\$ 3,3 bilhões, sendo R\$ 678 milhões em 2014.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica cobre todos os estados brasileiros, oferecendo cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrado e doutorado: com a expansão, o País passa a ter 61 unidades na região Norte, 184 na região Nordeste, 57 na região Centro-Oeste, 147 na região Sudeste e 113 na região Sul.

Quantidade alcançada

562

Data de Referência

31/12/2014

• Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020

Análise Situacional da Meta

As matrículas em Educação Profissional e Tecnológica em cursos de formação inicial e continuada (cursos FIC), cursos de educação profissional técnica de nível médio (cursos técnicos) e cursos de graduação tecnológica (cursos superiores de tecnologia) vêm sendo significativamente ampliadas desde 2010. O Pronatec constitui o esforço mais representativo do Governo Federal para elevar o número de matrículas em cursos de educação profissional e tecnológica. Foram realizadas, entre 2011 e 2014, mais de 8,1 milhões de matrículas em cursos técnicos e cursos FIC, por meio do Pronatec, que objetivam formar e qualificar jovens e trabalhadores, promovendo o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social, a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica. Por meio da Bolsa-Formação, uma das iniciativas que compõe o Pronatec, foram realizadas 4,1 milhões de matrículas, sendo 2,9 milhões em cursos FIC e cerca de 1,2 milhão em cursos técnicos de nível médio. Tais ações envolvem todas as redes de educação profissional referência para o País, incluindo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, as Redes Estaduais de Educação Profissional e os Serviços Nacionais de Aprendizagem.

Os dados do Censo Escolar da Educação Básica registraram um aumento de matrículas em cursos técnicos de nível médio, de 1.250.900 matrículas em 2011 para 1.398.193 em 2012, 1.482.320 em 2013 e 1.784.403 em 2014. Já os dados do Censo de Educação Superior de 2013 registraram um aumento significativo em cursos superiores de tecnologia, de 870.534 matrículas em 2011 para 995.746 matrículas em 2013.

Dar continuidade à ampliação de vagas na educação profissional e tecnológica constitui um grande desafio. O PNE prevê, em sua Meta 11, “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público”. É necessário, portanto, fortalecer a integração entre educação profissional e setor produtivo, com cursos que cada vez mais reflitam a demanda por formação profissional e incentivar a progressão dos estudos na educação profissional, por meio de itinerários formativos.

• Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020

Análise Situacional da Meta

De 2011 a 2014, por meio das iniciativas que compõem o Pronatec, foram realizadas 2,7 milhões matrículas em cursos técnicos de nível médio, somando os cursos oferecidos por meio da Bolsa-Formação, Brasil Profissionalizado, e-Tec, Acordo de Gratuidade e Rede Federal. Como uma das formas de ingresso para vagas ofertadas por meio do Bolsa formação Estudante, destaca-se o Sisutec, no qual instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação



profissional oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para candidatos participantes do Enem. A edição que ocorreu no primeiro semestre de 2014 alcançou, aproximadamente, 528 mil inscritos e realizou cerca de 200 mil matrículas em 122 cursos técnicos, ofertados em 391 Municípios dos 26 Estados e no Distrito Federal. Já a edição que ocorreu no segundo semestre de 2014 atingiu cerca de 354 mil inscritos e matriculou cerca de 250 mil estudantes em 118 cursos técnicos e gratuitos em 466 Municípios de todas as unidades da Federação.

Dar continuidade à ampliação de vagas na educação profissional e tecnológica constitui um grande desafio. O PNE prevê, em sua Meta 11, “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público”. É necessário, portanto, fortalecer a integração entre educação profissional e setor produtivo, com cursos que cada vez mais reflitam a demanda por formação profissional e incentivar a progressão dos estudos na educação profissional, por meio de itinerários formativos.

Segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica, em 2014 estavam matriculados em cursos de educação profissional técnica de nível médio, incluindo as turmas nas formas integrada, concomitante e subsequente, 1.784.403 estudantes. Em 2011, eram 1.250.900 matrículas. Os cursos técnicos de nível médio nas formas concomitante ou subsequente duram até dois anos e são oferecidos para quem está fazendo ou já terminou esse nível de ensino. Cabe ressaltar que, entre as matrículas apuradas pelo Censo, não estão contabilizadas aquelas geradas por meio da Rede e-TEC Brasil nem do Sisutec. Pela Rede e-TEC são ofertadas vagas em cursos técnicos na modalidade a distância. Por meio do Sisutec, instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente, preferencialmente para candidatos que realizaram o Enem.

- **Oferecer 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes**

Análise Situacional da Meta

O número total de matrículas realizadas pelo Pronatec, desde 2011 até 2014, é de mais de 8,1 milhões de matrículas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada (FIC). Somente a Bolsa-Formação já realizou 4,1 milhões de matrículas, sendo 2,9 milhões Bolsa-Formação Trabalhador e cerca de 1,2 milhão Bolsa-Formação Estudante. Em 2014, os investimentos da iniciativa somam R\$ 3,8 bilhões.

Para atender aos públicos prioritários, foram desenvolvidas modalidades de oferta do Bolsa Formação: Pronatec Brasil sem Miséria, Pronatec Viver sem Limite, Pronatec Seguro-Desemprego e Pronatec Campo, dentre outras modalidades. A partir da Medida Provisória convertida na Lei 12.816/2013, o Pronatec também passou a ofertar, no âmbito da Bolsa-Formação, cursos técnicos na forma subsequente para egressos do ensino médio, além dos cursos FIC e cursos técnicos concomitantes. Assim, estudantes de escolas públicas são atendidos por cursos técnicos concomitantes demandados pelas Secretarias Estaduais de Educação e possuem reserva de vagas nas seleções realizadas por meio do Sisutec. Esse reserva, ainda, vagas para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, que optem por vagas em Instituições Federais de Ensino e que tenham cursado o ensino médio completo em escolas públicas ou em instituições privadas, na condição de bolsista integral.

Quantidade alcançada

8.123.689

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.



Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

As rápidas mudanças na base científica e tecnológica e nos processos produtivos exigem a formação de um novo trabalhador, sintonizado com a complexidade da realidade atual e capaz de superar os desafios que ela representa, de pensar e agir em prol das transformações econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a construção de um país menos desigual e mais justo. A contextualização do conhecimento e a vinculação entre teoria e prática devem incentivar a investigação científica, a produção e o desenvolvimento de novas tecnologias. Para além da integração com o mundo do trabalho, a educação profissional e tecnológica deve incorporar ainda elementos inseridos no âmbito das relações sociais na perspectiva da promoção da inclusão, da equidade e da cidadania.

Entre os programas que buscam promover o acesso à educação, com respeito às diferenças culturais e modos de vida e especificidades em termos de aprendizagem, destacam-se o Programa Mulheres Mil, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de educação de jovens e adultos (Proeja), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Urbano) e a Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Rede Certific). Com o objetivo de ampliar o seu alcance, o MEC reorganizou a dinâmica e o desenvolvimento dos Programas, inserindo-os no âmbito no Pronatec Bolsa-Formação, nas modalidades Pronatec Mulheres Mil, Pronatec EJA, Pronatec ProJovem Urbano e Pronatec Certific.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional**

Análise Situacional da Meta

Desde a implantação da Rede Certific, em 2011, foram atendidos mais de 3,5 mil trabalhadores em processos de reconhecimento de saberes. De modo a possibilitar uma ampliação das ações de reconhecimento de saberes, em 2014 as ações foram concentradas na reestruturação da Rede Certific, elaborada conjuntamente entre MEC e Ministério do Trabalho e Emprego.

Entre as principais diretrizes para o plano de reestruturação da Rede Certific, destacam-se as ações de melhoria nos processos e nos procedimentos para reconhecimento de saberes, para reforçar a valorização social pelos empregadores e empregados; a incorporação de instituições das redes federal e estaduais de educação profissional e tecnológica e dos Serviços Nacionais e Aprendizagem como instituições certificadoras; a garantia de gratuidade na oferta; a utilização do processo de certificação profissional como mecanismo de acesso a cursos técnicos e FIC (inclusive Proeja); e a possibilidade de vinculação de certificação escolar para a educação básica.

Em 2014, foi publicada a Portaria Interministerial MEC/MTE nº 5, de 25 de abril de 2014, que dispõe sobre a reorganização da Rede Certific, e a Portaria SETEC/MEC nº 8, de 2 de maio de 2014, que regulamenta o desenvolvimento de processos de certificação profissional no âmbito da Rede Certific. No segundo semestre de 2014, foram realizadas ações de sensibilização e publicização junto às instituições certificadoras.

A partir de 2015, as instituições realizarão os processos de certificação no âmbito do Pronatec/Bolsa-Formação, com base nas vagas pactuadas com o Ministério do Trabalho e Emprego, principal demandante da ação.

- **Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

De acordo com os dados do Censo Escolar 2014, no Brasil foram realizadas mais de 3,5 milhões matrículas iniciais na educação de jovens e adultos (EJA). Considerando as matrículas de EJA na forma articulada à educação profissional e as 48.990 matrículas no ProJovem no mesmo ano, alcançamos o índice de cerca de 3% de matrículas de EJA integrada à educação profissional.

No Pronatec EJA, a organização da oferta de cursos técnicos ou de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional se dá por meio de pactuação entre demandantes e ofertantes. No mês de julho de 2014,



ocorreu o primeiro processo de pactuação entre as partes para a definição da oferta dos cursos. O MEC realiza articulação e sensibilização das unidades demandantes: secretarias estaduais e municipais de educação. No ano de 2014, foram executadas 4.585 vagas, das quais 1.731 são vagas de cursos técnicos concomitantes ou integrados ao ensino médio e 2.854 de cursos de formação inicial e continuada.

Ainda em relação a esta meta, o MEC oferece apoio técnico e financeiro aos entes federados para o desenvolvimento do ProJovem Urbano, que se destina ao atendimento de jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O objetivo do programa é oferecer elevação da escolaridade com conclusão etapa de ensino, qualificação profissional inicial e apoiar o desenvolvimento de ações comunitárias, na forma de cursos com duração de 18 meses. No âmbito da Bolsa-Formação/Pronatec, são oferecidas vagas para jovens que participam do ProJovem Urbano. Em 2014, um total de 1.980 vagas foram pactuadas e 1.263 executadas.

O Programa Mulheres Mil tem como objetivo oferecer cursos de profissionalização e complementação de estudos às mulheres inscritas no Cadastro Único em situação de vulnerabilidade social. A oferta de cursos de formação contribui para a promoção da autonomia da mulher e a criação de oportunidades no mercado de trabalho para que consigam melhorar a qualidade de suas vidas e de suas comunidades. De 2011 a 2013, o programa alcançou 37.183 mulheres qualificadas e, apenas em 2014, quando passou a ser executado no âmbito do Pronatec Bolsa-Formação, mais 37.881 mulheres foram atendidas, totalizando mais de 75 mil mulheres.



PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de doutores titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	01/01/2009	5,94	31/12/2013	7,6
Índice de mestres titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	01/01/2009	20,26	31/12/2013	24,5
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB	%	31/12/2011	6,1	31/12/2013	6,6
Taxa bruta de matrícula na educação superior	%	01/01/2009	26,7	31/12/2013	30,3
Taxa bruta de matrícula na educação superior entre os 25% mais pobres	%	01/01/2009	3,7	31/12/2013	7,3
Taxa bruta de matrícula na educação superior na região de menor escolaridade do país	%	01/01/2009	18,4	31/12/2013	24,5
Taxa bruta de matrículas na educação superior para a população negra	%	01/01/2009	17,7	31/12/2013	22,1
Taxa de docentes em exercício com doutorado	%	01/01/2009	26,4	31/12/2013	32,8
Taxa de docentes em exercício com mestrado	%	01/01/2009	36,2	31/12/2013	39,8
Taxa líquida de matrícula na educação superior	%	01/01/2009	14,4	31/12/2013	16,3
Taxa líquida de matrícula na educação superior, ajustada	%	01/01/2009	17,3	31/12/2013	20,2

OBJETIVO: 0593 - Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O levantamento nacional de dados educacionais e a realização de avaliações sistemáticas para a educação superior, considerando as especificidades das diferentes regiões e públicos existentes, constitui ferramenta imprescindível para a melhoria da qualidade e a orientação da expansão da oferta da educação superior e das políticas de financiamento e de inclusão nesta etapa de ensino.

O Censo da Educação Superior proporciona anualmente diagnósticos sobre a educação Superior no Brasil e subsidia a formulação de políticas públicas para este nível, além de propiciar o acompanhamento, a avaliação e o fomento do sistema de Educação Superior.

Ao apurar periodicamente a trajetória de todos os alunos e docentes, o Censo da Educação Superior fornece subsídios relevantes sobre a abrangência e eficiência do sistema em suas diferentes dimensões. O Censo levanta dados pormenorizados referentes a cada aluno, curso, docente e instituição, subsidiando a implementação de ações mais efetivas para a sociedade brasileira.

O Censo da Educação Superior de 2013 alcançou a participação de 2.391 instituições com seus 32.049 cursos de



graduação, os quais abrigaram 321.700 funções docentes e 7.305.977 matrículas em cursos de graduação presencial e à distância, um incremento de 3,8% em relação ao ano anterior (7.037.688) e de 83% em relação a 2003. Aferiu-se, ainda em 2013, mais de 991 mil concluintes nos cursos de graduação. Entre os anos de 2012 e 2013, a matrícula cresceu 3,8% nos cursos presenciais e 3,6% nos cursos a distância. Os cursos à distância já contam com uma participação superior a 15,8% na matrícula de graduação, sendo que, em 2013, o Censo da Educação Superior registrou 1.153.572 matrículas nessa modalidade. Dados do Censo beneficiam a sociedade brasileira como todo, mas em destaque os órgãos governantes que possuem políticas tangentes à educação superior, pesquisadores, organizações não governamentais, organizações internacionais e sociedade brasileira em geral.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) abrange o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, tendo por finalidade, dentre outras, a melhoria da qualidade e a orientação da expansão da oferta da educação superior e das políticas de financiamento e de inclusão nesse nível de ensino. Para implementar o processo de avaliação, em 2014, foram realizadas 5.647 avaliações in loco, as quais possuem alto impacto interno e externo, uma vez que seu resultado provoca ações de melhoria nas IES e subsidia o processo de regulação e supervisão da educação superior, por meio dos atos de Credenciamento e Recredenciamento Institucional, Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de cursos. Os resultados da avaliação orientam a política de financiamento estudantil e de distribuição de recursos para manutenção das IES públicas federais, além de serem utilizados como critérios para programas e políticas desse nível de ensino. Ainda no âmbito da avaliação, destaca-se o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), cuja edição de 2014 avaliou o desempenho de 483.520 concluintes de 34 áreas de conhecimento, em 1.503 Municípios, cobrindo 9.994 cursos. Este Exame é um dos instrumentos de avaliação do Sinaes e visa ao acompanhamento do processo de aprendizagem e do desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos respectivos cursos de graduação. Sua realização subsidia a construção e o cálculo de indicadores de qualidade de cursos e instituições, com o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC).

No que se refere à pós-graduação, a avaliação se consolidou como uma atividade fundamental para a garantia e manutenção da qualidade da pós-graduação stricto sensu no País e como instrumento fundamental para indução e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). As metas e desafios antepostos a todos os programas de pós-graduação stricto sensu têm resultado em consistentes e continuados avanços na formação de recursos humanos altamente qualificados, na ciência, na tecnologia e na inovação. O sistema de avaliação, continuamente aperfeiçoado, funciona como instrumento para a busca de um padrão de excelência acadêmica na formação de mestres e doutores. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento, como a concessão de bolsas de estudo, os auxílios e os apoios. Entre todas essas ações destaca-se, ainda, o sistema de consultas a informações estatísticas produzidas pelo Inep, tais como número de matrículas, número de estabelecimento de ensino, funções docentes segundo a abrangência geográfica, categoria administrativa, modalidade de ensino, dentre outros. Esse sistema tem como público beneficiado os gestores, pesquisadores, servidores e demais interessados em informações educacionais produzidas pelos Censos.

Metas 2012-2015

• Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino superior, inclusive pós-graduação

Análise Situacional da Meta

O MEC busca aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade da educação por meio da realização de censos escolares e avaliações institucionalizadas. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) assegura o processo nacional de avaliação das instituições de Educação Superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, tendo por finalidade, dentre outras, a melhoria da qualidade e orientação da expansão da oferta da Educação Superior e das políticas de inclusão. Para implementar o processo de avaliação, em 2014, foram realizadas 5.647 avaliações in loco, as quais possuem alto impacto externo, tendo em vista a sua função de



garantir a qualidade de cursos e instituições, bem como servir ao processo de regulação da atividade da educação superior no País. Essa avaliação apresenta também impacto interno, pois possibilita a manutenção de uma base de dados histórica que permite a realização de estudos e pesquisas, bem como subsidia a formação de comissões de especialistas para assessorar a realização do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade, outro componente do Sinaes. As avaliações sob a égide do Sinaes revestem-se de caráter de grande importância ao serem insumos para as políticas públicas de regulação e de financiamento, entre as quais se encontram o ProUni e o FIES, políticas que tem como elegíveis apenas instituições que apresentam cursos com avaliação positiva no Sinaes. Além disso, o Sinaes subsidia a construção da matriz orçamentária das instituições de Educação Superior públicas, sinalizando um impacto externo e social do trabalho realizado pelo Inep.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), um dos instrumentos de avaliação do Sinaes, visa ao acompanhamento do processo de aprendizagem e do desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes curriculares dos respectivos cursos de graduação. A edição de 2014 avaliou o desempenho de 483.520 concluintes de 34 áreas de conhecimento, em 1.503 Municípios, cobrindo 9.994 cursos. Prevê-se, para 2015, a aplicação do Enade para alunos concluintes de cursos nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas a áreas afins, sendo avaliadas 18 áreas distintas, para as quais serão selecionados especialistas que irão compor as Comissões Assessoras para a concepção, elaboração, aplicação e análise das provas e dos resultados do Enade 2015.

Os resultados do Enade subsidiam a construção e o cálculo de indicadores de qualidade de cursos e instituições, com o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC), representando impacto interno de alta relevância, pois sem a realização do Exame a construção dos cálculos não seria possível e a avaliação da qualidade e o processo de regulação ficariam seriamente comprometidos, bem como geraria profundo impacto social (externo) no âmbito da apresentação dos índices de qualidade de cursos e instituições de educação superior.

O MEC disponibiliza, via internet, o INEPData, que é uma ferramenta que possibilita a consulta de estatísticas e indicadores produzidos pelo Inep (<http://portal.inep.gov.br/inepdata>). Nesta ferramenta, estão disponíveis dados dos Censos da Educação Superior e Censo Escolar da Educação Básica. Para 2015 está previsto o aperfeiçoamento dessa ferramenta e o planejamento de um conjunto de publicações, contendo análises dos resultados dos censos, avaliações e exames realizados pelo Inep.

Em termos do aprimoramento dos instrumentos da avaliação da pós-graduação stricto sensu, a Plataforma Sucupira, lançada em 2014, permite maior transparência dos dados para toda a comunidade acadêmica, maior facilidade no acompanhamento da avaliação e maior confiabilidade, precisão e segurança das informações. Em 2014, foram analisadas, diretamente na Plataforma Sucupira, por 450 consultores ad hoc, 859 propostas de cursos novos de pós-graduação.

OBJETIVO: 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal vem expandindo suas ações de apoio e fomento à pós-graduação stricto sensu e à mobilidade internacional no âmbito do ensino superior, provendo o País de melhores quadros de nível técnico e científico, com vistas a elevar o padrão de qualidade da educação superior e o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Nesse sentido, destaca-se o Programa Ciências sem Fronteiras (CsF), que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileiras por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. O Programa oferece bolsas para que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no



exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. A meta de oferecer 101 mil bolsas de 2011 a 2014 foi superada, tendo sido concedidas 101.446 bolsas de estudo, sendo 36.241 pelo CNPq e 65.205 pela Capes.

Com vistas a propiciar maior oportunidade de aprendizagem e aperfeiçoamento do idioma estrangeiro para o CsF, foi criado, em 2012, o Programa Inglês sem Fronteiras (IsF), cujas ações são: aplicação de testes de proficiência (TOEFL ITP), acesso a curso de inglês online auto instrucional (MyEnglish Online) e oferta de cursos presenciais em universidades federais brasileiras. Em 2014 foram aplicados mais de 150 mil testes em 116 instituições públicas de ensino superior em todos os estados brasileiros. O curso de inglês MyEnglish Online já possui mais de 650 mil usuários e os cursos presenciais fomentados pelo Governo Federal com recursos da ordem de R\$ 4,5 milhões em 43 universidades federais já conta com mais de 35 mil inscritos.

Com o sucesso do Programa IsF e o crescente processo de internacionalização da comunidade acadêmica brasileira, o MEC lançou, em novembro de 2014, o Programa Idiomas sem Fronteiras, que incorpora outras línguas e tem como objetivo a formação de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo de instituições de educação superior e de professores de idiomas da rede pública de educação básica. Com essa ampliação, o Programa, complementar ao CsF e às demais políticas públicas de internacionalização, ofertará, além da língua inglesa, os idiomas francês, espanhol, italiano, japonês, mandarim, alemão e português para estrangeiros. Em 2014, foram distribuídos 1.500 acessos ao curso de francês online em parceria com o governo francês e a Aliança Francesa.

Ainda em 2014, deu-se continuidade às atividades do Programa IsF – Inglês sendo aplicados e corrigidos mais de 155 mil testes de proficiência TOEFL – ITP no âmbito da comunidade acadêmica discente. Projeta-se a expansão, a partir de 2015, das iniciativas às línguas espanhola, francesa, italiana, chinesa, japonesa e português brasileiro para estrangeiros, por meio de parcerias em curso de negociações e já firmadas.

Além das ações vinculadas ao CsF, houve expansão das ações de Cooperação Internacional. Os programas tradicionais de mobilidade acadêmico-científica tiveram resultado acima da média, com um total de 7.358 bolsistas de todos os níveis beneficiados por programas não contemplados no CsF. Foram financiados, ainda, 1.243 projetos conjuntos de pesquisa, dos quais participaram pesquisadores brasileiros e estrangeiros de vários países (Alemanha, Suécia, Japão, Canadá, Reino Unido, Espanha, França entre outros), e concedidos 1.648 auxílios para participação de doutores em eventos científicos no exterior. Em atendimento principalmente às demandas do setor produtivo, em 2014 foi implementada a modalidade Mestrado Profissional no Exterior, concedendo na primeira edição do Edital um total de 596 bolsas de estudo para os Estados Unidos. O número de bolsas ativas da CAPES em 2014 para todas as áreas (programas tradicionais e CsF) praticamente dobrou, chegando a 46.855 bolsistas beneficiados por programas tradicionais e pelo CsF da Capes, incluindo os de mestrado profissional no exterior. Esse o número de projetos subiu 15% em relação a 2013.

Nos últimos anos, o Portal de Periódicos tem possibilitado o acesso à informação científica por meio eletrônico, tanto dos professores e alunos, quanto dos pesquisadores brasileiros, buscando democratizar o acesso à informação científica por meio eletrônico. Atualmente 424 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de Governo têm acesso ao Portal de Periódicos, que disponibiliza 36.877 periódicos em textos completos, 126 bases referenciais e de resumos, 259.503 mil livros eletrônicos, 11 bases de patentes, 56 bases de estatísticas, duas bases de normas técnicas e, nove de Audiovisuais. Em 2014, o Portal contou com investimentos da ordem de US\$ 99,3 milhões, registrando mais de 104 milhões de acessos ao Portal de Periódicos, o que representa 285,7 mil acessos diários.

Metas 2012-2015

• Elevar o número de mestres e doutores titulados por ano, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional da Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) estabelece orientações gerais com vistas à expansão qualificada do sistema de pós-graduação, que pressupõe o aprimoramento contínuo dos instrumentos de avaliação. Em 2014 foram recebidas 859 propostas de cursos novos de pós-graduação, sendo 584 de acadêmicos (mestrado e/ou doutorado) e 275 de profissionais, além de 165 projetos de Mestrados e Doutorados Interinstitucionais, que foram



avaliadas com o apoio da comunidade acadêmico-científica, por meio de 450 consultores ad hoc, cuja atividade essencial é avaliar os cursos de mestrado e doutorado para assegurar e manter a qualidade dos cursos de pós-graduação do país.

O MEC concede bolsas de estudo no Brasil visando estimular a formação de recursos humanos de alto nível. Em 2014, o MEC apoiou a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), ampliou a concessão de bolsas de estudos no País para 105.579, sendo 48.111 de mestrado, 39.906 de doutorado, 6.820 de pós-doutorado, 214 de Professor Visitante Sênior, 253 de Supervisão, 9.902 de iniciação científica e 373 para o Programa Inglês sem Fronteiras. Em 2013, foram 45.754 bolsas de mestrado, 32.111 de doutorado, 6.217 de pós-doutorado, 155 de Professor Visitante, 106 de Supervisão, 216 iniciação científica e 445 pelo Programa Inglês sem Fronteiras.

Ainda em 2014, destacam-se as concessões adicionais de mais de 5 mil de bolsas de mestrado e doutorado por meio do Programa Demanda Social e o Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP). Além dessas bolsas, como ação específica de incentivo à internacionalização, foram concedidas 1.386 bolsas de doutorado para pesquisadores brasileiros no país em contrapartida aos cursos que enviaram discentes para o exterior. Convém ressaltar a atenção dispensada às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com vistas à redução das assimetrias regionais, destacando-se ações como o Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter), o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) e o Programa Pró-Amazônia: Biodiversidade e Sustentabilidade.

Em consonância com a política externa brasileira, o MEC atua de modo crescente, na disponibilização de recursos para atividades, projetos e programas de modo a ampliar a chamada Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi). Entre estas iniciativas destaca-se o Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), criado em 1981, como resultado da parceria entre o MEC, o CNPq e o MRE. O Programa concede bolsas de mestrado e doutorado, no Brasil, para aprimorar a qualificação de professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados do ensino superior provenientes de países em desenvolvimento e com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional. Em 2014, programa beneficiou 514 bolsistas ativos provenientes de 30 países da África, Ásia, América Latina e Oceania. Em 2013, foram 480 bolsas ativas.

Em atendimento principalmente às demandas do setor produtivo, o MEC implementou durante o ano de 2014, a modalidade de Mestrado Profissional no Exterior, concedendo nesta primeira edição do edital 596 bolsas de estudo para os Estados Unidos. Para 2015, como parte da expansão da concessão de bolsas na referida modalidade, estão previstos lançamentos de editais para Alemanha, França, Austrália, Canadá e Irlanda.

Em 2014 o MEC deu prosseguimento às ações de indução em áreas estratégicas, entre elas, Saúde, Defesa Nacional, Ciências do Mar, Biologia Computacional, Toxinologia, Parasitologia e Agropecuária. Entre as novas ações estratégicas implementadas este ano estão os editais de apoio à pesquisa científica e tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico (PGPSE), em Desastres Naturais (Pró-Alertas), em Ciências Forenses (Pró-Forenses) e pesquisas em Mar Profundo (IODP/CAPES-BRASIL). Além disso, foram firmados novos acordos com os seguintes órgãos: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e MCTI (Tecnologia Assistiva), Instituto do Aço (Aço Brasil) e com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAP's) dos seguintes estados: AM, PA, RO e MA. Atualmente, a CAPES possui acordos de cooperação com 22 FAP's. Em 2014 foi lançada a 3ª edição do Programa Jovens Talentos para a Ciência (PJT-IC). Esse edital recebeu 29.757 inscrições válidas e serão selecionados até 11 mil bolsistas para iniciarem suas atividades em março de 2015.

Por conseguinte, todas as ações citadas anteriormente foram essenciais para o aumento do número de discentes titulados tanto no mestrado como no doutorado o que contribui para o crescimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação e para o alcance da meta estabelecida no PNE 2011-2020. No ano de 2013, 45.067 discentes titularam no mestrado, um aumento de 5,1% em relação ao ano de 2012. Já no doutorado foram 15.287 titulados, o que representa um aumento de 9,9% em relação ao mesmo período.

- **Elevar o percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

**Análise Situacional da Meta**

A evolução do percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de ensino superior está associada ao aumento e ao fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Além disso, o MEC estimula a contratação de docentes com mestrado e doutorado, visando à melhoria da qualidade da formação dos novos profissionais.

O percentual de mestres ou doutores no corpo docente das instituições de ensino superior aumentou de 66,2% em 2010 para 70,7% em 2012 e 72,61% em 2013, de acordo com os dados do Censo Escolar da Educação Superior.

OBJETIVO: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

As ações implementadas pelo MEC vêm proporcionando uma expansão significativa do sistema público federal de educação superior, com um importante aumento no número de vagas de graduação oferecidas nos processos seletivos de ingresso. Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2013, foram ofertadas aproximadamente, na graduação presencial, 246 mil vagas por meio de processo seletivo, e 61 mil vagas remanescentes ofertadas por meio de outras formas de ingresso, e registradas 1.015.868 matrículas em cursos de graduação nas universidades federais, sendo 932.263 delas na modalidade presencial e 83.605 a distância. Em 2012 eram 885.716 matrículas na modalidade presencial e 88.511 a distância.

Em virtude da preocupação com a qualidade da oferta, com a permanência e com o sucesso dos estudantes, a expansão vem sendo implementada com um conjunto de programas associados, como o Programa de Extensão Universitária (PROEXT), o Programa de Educação Tutorial (PET) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Com relação ao PROEXT, em 2014 foram selecionadas 826 propostas de programas e projetos de extensão em todo o território nacional, com previsão de atendimento em 2015. Ainda em relação aos projetos especiais de graduação, o PET consolida-se como uma importante ação desenvolvida por estudantes bolsistas que contam com a tutoria de um docente doutor. No ano de 2014, foram apoiados 670 grupos nas universidades federais e 170 grupos em instituições não federais, totalizando 840 grupos.

O PNAES objetiva promover a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, por meio da oferta de assistência à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, e ao apoio pedagógico. O Programa contou, em 2014, com um investimento de R\$ 742,7 milhões para atender estudantes das 63 universidades federais do País.

O Programa Bolsa Permanência (PBP) concede auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados em instituições federais, e tem a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para os estudantes indígenas e quilombolas, é garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes. Em 2013, o PBP concedeu bolsas para 5.889 estudantes, e em 2014 mais de 12,5 mil foram beneficiados.

Com relação às pessoas com deficiência, os dados do Censo da Educação Superior 2013 apontam 29.221 alunos, sendo 32% das matrículas em Instituições Públicas de Educação Superior. No âmbito do Viver Sem Limite, tendo como objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais e a eliminação de barreiras físicas e pedagógicas, o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior, em 2014, disponibilizou recursos da ordem de R\$ 11 milhões para 59 universidades.

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, tem como objetivo propiciar a formação e a capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, transtornos globais do



desenvolvimento e altas habilidades, com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Em 2014 foi lançado o primeiro edital do Programa e selecionadas 20 propostas de cursos de formação preparatória, que serão ofertadas em 2015, para pós-graduação de diferentes instituições de educação superior federais, estaduais, municipais e comunitárias, contribuindo para a institucionalização e solidificação de experiências de ação afirmativa.

No âmbito das políticas de inclusão do Governo Federal, o Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído em 2005, amplia o acesso à educação superior concedendo bolsas de estudo a estudantes de baixa renda em instituições privadas em contrapartida à isenção de impostos. Em 2014, o ProUni concedeu 223.498 bolsas, tendo alcançado a aproximadamente 1,5 milhão de estudantes atendidos desde 2005.. No ano anterior, foram 177.308 e, em 2012, 176.752 bolsas concedidas pelo Prouni.

Integrando as ações de democratização do acesso ao ensino superior, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é um processo unificado que seleciona os estudantes para a educação pública do País, com base nas notas obtidas no Enem, por meio de um sistema informatizado. Em 2013, o Sistema contou com a participação de 102 instituições e a oferta de 169.043 mil vagas, registrando mais de 2,7 milhões de inscritos. Já em 2014, houve a participação de 120 instituições que ofertaram 222.813 vagas, em 4.723 cursos na edição do primeiro semestre e 1.447 cursos na edição do segundo semestre. Em consonância com a política de expansão da educação superior, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) possibilita a concessão de financiamento a estudantes de instituições privadas, em cursos com avaliação positiva pelo MEC. Com os aprimoramentos instituídos a partir de 2010, entre eles, a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que dispensa a apresentação de fiador e institui a possibilidade de pagamento do financiamento com trabalho, o Fies registrou, de 2010 a 2014, a assinatura de 1,9 milhão de novos contratos, superando a meta prevista de 1,5 milhão, dos quais 723.588 mil foram firmados em 2014, com valores desembolsados no total de R\$ 28 bilhões. Desde sua criação em 1999, o Fies já atendeu a 2,45 milhões de estudantes.

Os Ministérios da Educação e da Saúde executam ações compartilhadas, no âmbito do Programa Mais Médicos, visando ao aperfeiçoamento de médicos na área de atenção básica em saúde, mediante a integração ensino-serviço. Estas ações contam, ainda, com intercâmbio internacional. Os médicos integrantes do Programa Mais Médicos recebem supervisão acadêmica conduzida por 148 tutores, sendo a maioria docente de Medicina, integrantes de 49 IES, e por 1.741 supervisores médicos, que acompanham mensalmente o desempenho acadêmico e profissional dos médicos em exercício em articulação com tutores e gestores municipais de saúde. Encontram-se em desenvolvimento novos parâmetros para a formação médica no País, além da reordenação da oferta de cursos de Medicina e de vagas de residência na rede federal de educação superior e em instituições privadas. Em 2014, foram criadas 2.792 novas vagas em cursos de Medicina, das quais 641 em IES públicas. Deste total de novas vagas, 1.929 referem-se a vagas em novos cursos e 863 são relativas a aumento ou reativação de vagas em cursos já existentes. Cabe registrar que em dezembro de 2014 foi publicado Edital para seleção das IES que ofertarão cursos de Medicina em 39 municípios selecionados no País.

No que tange às Residências em Saúde, foram ofertados, pelas universidades federais, 1.180 programas de Residência Médica e 242 programas de Residência Multiprofissional, com financiamento de 8.238 bolsas para os estudantes residentes em Medicina e 3.324 bolsas para estudantes residentes em outras áreas da saúde.

Na área de educação em saúde, cabe destacar o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), que visa a auxiliar os 46 Hospitais da rede nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão e na dimensão da assistência à saúde. Contando com financiamento compartilhado pelos Ministérios da Educação e da Saúde, o Rehuf investiu, em 2014, aproximadamente R\$ 738,6 milhões para a aquisição de insumos, medicamentos, material médico-hospitalar, serviços, equipamentos e aparelhos, reformas, obras e construções para beneficiar os hospitais da rede. Por meio de pregões eletrônicos, a economia alcançada no ano de 2014, foi de R\$ 513,3 milhões, representando 26,4% de economia em relação ao valor de referência.

A fim de conferir maior racionalidade, transparência e efetividade aos procedimentos de regulação e supervisão que desempenha, o MEC tem investido no aprimoramento de seus instrumentos de gestão e nos controles internos, além de centrar esforços na edição de atos normativos e definição dos padrões decisórios aplicados aos processos regulatórios.



Em 2014, foram editados 7.152 atos regulatórios, destacando-se 1.537 autorizações de cursos, 4.262 reconhecimentos e renovação de reconhecimento de cursos e 295 atos de supervisão - instauração de processos, despachos para aplicação de penalidades.

O exercício das atividades de regulação e supervisão da educação superior, que tem na avaliação seu referencial básico, tem como principal objetivo zelar pela conformidade entre a oferta da educação superior e a legislação vigente, induzindo a melhoria necessária à garantia da qualidade do ensino. A atuação do MEC não se dá apenas no controle prévio, durante o processo de credenciamento de instituição ou autorização de um curso; dá-se igualmente no controle e fiscalização posteriores permanentes do ensino oferecido, como forma de garantir a melhoria da qualidade.

Merece destaque também o trabalho de revisão do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), com o propósito de aprimorar e fortalecer os Cursos Superiores de Tecnologia (CST). Esta atualização do CNCST resultou na revisão dos descritores dos 113 cursos já constantes do catálogo anterior, e no acréscimo de 30 novas denominações, totalizando assim 143 denominações de CST a integrarem a terceira edição do Catálogo.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior, especialmente afrodescendentes.**

Análise Situacional da Meta

O sistema de cotas afirmativas definido pela Lei nº 12.711/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.824/2012, visa a reservar parte das vagas das universidades federais para grupos considerados vulneráveis socialmente. Os grupos acolhidos pelas políticas de ações afirmativas foram negros, índios, pardos e estudantes oriundos de escolas públicas, pois a desigualdade no acesso à educação superior ainda constitui um grande desafio. Sua implantação apresenta resultados positivos em diversos aspectos. Pesquisas realizadas junto às IFES revelam que a evasão entre os estudantes que ingressam por meio de cotas é significativamente inferior à dos demais. Também o desempenho acadêmico entre os estudantes beneficiados mostra-se igual ou superior à média. Esse dado permite afastar a preocupação comumente apontada pelos críticos do sistema de cotas, que enxergam em sua implantação uma margem à queda no desempenho dos alunos.

O Programa Bolsa Permanência (PBP) concede auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados em instituições federais, e tem a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Seu valor é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica. Para os estudantes indígenas e quilombolas, é garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, minimizando as desigualdades sociais e contribuindo para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou indígenas e/ou quilombolas. Como resultado desta política podemos citar a promoção de condições de permanência e equidade a 12,5 mil estudantes em 2014, com recursos da ordem de R\$ 69,9 bilhões. Destaca-se ainda que desse total de estudantes beneficiados em 2014 com o PBP, 2.502 são indígenas e 641 são quilombolas.

Com relação às pessoas com deficiência, os dados do Censo da Educação Superior 2013 apontam 29.221 alunos, sendo 32% das matrículas em Instituições Públicas de Educação Superior. No âmbito do Viver Sem Limite, tendo como objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais e a eliminação de barreiras físicas e pedagógicas, o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior, em 2014, disponibilizou recursos da ordem de R\$ 11,53 milhões para 59 universidades. No período de 2011 a 2014 foram investidos R\$ 30,5 milhões em 59 Universidades federais para projetos de acessibilidade.

Desde a sua criação, o ProUni reserva bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, de acordo com a participação desses segmentos na população da respectiva UF, segundo os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De 2012 a 2014 foram concedidas 577.552 mil bolsas de estudos, 223.498 delas concedidas em 2014. Cabe ressaltar que desde a criação do programa, em 2005, foram concedidas 1.497.205 bolsas de estudo, sendo que 50,7% dos beneficiados são pretos ou pardos.



A edição do Sisu referente ao 1º semestre de 2014 registrou 2.559.987 candidatos inscritos. Já no 2º semestre foram registrados 1.214.259 candidatos inscritos. Cumpre salientar o caráter inclusivo do Sisu que, no ano de 2014, teve 37% de suas vagas reservadas para estudantes do ensino médio público. Tal percentual é superior àquele definido pela Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012), que para o ano de 2014 estipulou a reserva de, no mínimo, 25% das vagas nas instituições públicas de ensino superior aos estudantes do ensino médio público.

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento tem como objetivo propiciar a formação e a capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades com elevada qualificação, em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Em 2014 foi lançado o primeiro edital do Programa e selecionadas 20 propostas de cursos de formação preparatória, que serão ofertadas em 2015, para pós-graduação de diferentes instituições de educação superior federais, estaduais, municipais e comunitárias, contribuindo para a institucionalização e solidificação de experiências de ação afirmativa.

• **Ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, previa, além do aumento da oferta de vagas, outras ações como ampliação ou abertura de cursos noturnos, melhora da relação de alunos por professor, elevação da taxa de conclusão nas graduações presenciais, redução do custo por aluno, flexibilização de currículos e combate à evasão. Um dos resultados dessas iniciativas foi o aumento da oferta de vagas em graduação presencial: em 2009 foram 186.984 e em 2013 foram 245.933 vagas ofertadas por meio de processo seletivo, e 61.257 vagas remanescentes ofertadas por meio de outras formas de ingresso. O PNE estabelece como a estratégia a oferta de no mínimo um terço das vagas em cursos noturnos. Em 2013, a oferta de vagas de graduação presencial em cursos noturnos foi de 74.518, representando 30% das vagas ofertadas.

• **Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O investimento público total em educação, segundo dados do Inep, apresentou um importante incremento de 46,6%, passando de 4,5% do PIB, em 2005, para 6,4%, em 2012 e 6,6% em 2013. Nesse período, substanciais recursos foram introduzidos por modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino, principalmente a introdução do Fundeb em 2007, e a eliminação progressiva da Desvinculação das Receitas da União (DRU) entre 2009 e 2011. Para cumprir as metas do PNE será necessário, contudo, manter positiva essa evolução do investimento público em educação com a colaboração da União e dos entes federados no suprimento de novas fontes de recursos.

Nesse sentido, a recente Lei nº 12.858/2013 reserva para a educação 75% e saúde 25% de todas as receitas dos órgãos da administração direta da União, dos estados, Distrito Federal e municípios provenientes dos royalties e da participação especial sobre a exploração de petróleo e gás natural em áreas da plataforma continental, no mar territorial ou zona econômica exclusiva, cuja declaração de comercialidade se tenha dado a partir de 3 de dezembro de 2012, bem como as receitas de individualização da produção no Pré-Sal e áreas estratégicas que se estendam para além do bloco contratado. A mesma lei também destina à educação 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social da União criado pela Lei nº 12.351/2010, até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no PNE, e prescreve que os recursos destinados para a educação e saúde sejam aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Os gastos constitucionais mínimos com a manutenção e desenvolvimento do ensino decorrem da vinculação de impostos nos entes federados, sem especificação prévia de nível/modalidade de ensino, mais a contribuição social do salário educação e a complementação da União ao Fundeb que são restritas à educação básica.



Nos últimos anos houve um grande crescimento da execução orçamentária de todas as subfunções que consolidam o nível de ensino da educação Básica e também da educação superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da educação superior sobre a educação básica. O maior crescimento relativo da educação básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino que era muito baixo, fazendo com que a relação da educação superior sobre a educação básica por estudante, se reduzisse de 10,1 em 2002, para 4,8 em 2011. Os gastos por estudante no ensino superior cresceram de R\$ 16.912 para R\$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na educação básica, de R\$ 1.678 para R\$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.

• Apoiar Entidades de Ensino Superior Não Federal

Análise Situacional da Meta

O MEC possui Programas de apoio a entidades de Ensino não Federais, cuja execução ocorre por meio de convênios, a exemplo do Programa de Extensão Universitária (PROEXT), do Programa de Educação Tutorial (PET) e do Programa Nacional de Assistência Estudantil para Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST).

Em 2014 estava previsto o apoio a 121 propostas de extensão em 28 instituições estaduais e municipais, por meio do PROEXT. Tais propostas foram selecionadas, mas não foi possível formalizar os convênios em virtude do período eleitoral e contingenciamento de recursos orçamentários. Os principais desafios para a implementação do PROEXT em instituições de ensino superior não federais referem-se a questões operacionais, como dificuldades inerentes ao processo de conveniamento para o repasse dos recursos, além de entraves pelas Instituições para a execução financeira das ações propostas.

O PET apoia atividades acadêmicas que integram pesquisa, ensino e extensão por meio de grupos tutoriais de aprendizagem. Em 2014 foram apoiados 170 grupos PET em Instituições não Federais, com recursos que totalizaram 15,9 milhões.

O PNAEST proporciona apoio financeiro para que as instituições não federais participantes do Sisu possam desenvolver ações de assistência estudantil que atendam os estudantes matriculados em cursos de graduação presencial. No período de 2012 a 2014 foram apoiadas 18 Instituições, sendo que em 2014 o Programa apoiou 11 Instituições, com recursos da ordem de R\$ 27 milhões.

• Elevar a relação aluno/professor nas Instituições Federais de Ensino Superior, em consonância com o PNE 2011-2020

Análise Situacional da Meta

A Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) prevê a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e da taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. Uma das estratégias para seu alcance é atingir a relação de 18 alunos por professor para a educação superior. Esta relação aluno professor (RAP) impacta na prática pedagógica e reflete a eficiência da gestão acadêmica, apontando os resultados do esforço empreendido na condução das atividades inerentes à atuação do docente na universidade: ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional, sem sobrecarga.

A análise das quantidades levantadas no período de 2007 a 2011 demonstram que após um decréscimo discreto em 2008, ocorreu um crescimento constante que culminou com o atingimento da meta em 2009 com a quantidade de 18,70 alunos por professor na rede federal de educação superior. Em 2012, o valor apurado para a relação aluno por professor na rede federal de educação superior foi de 18,26 e em 2013, o valor apurado foi de 15,94.

A diferença da RAP em relação ao ano anterior é justificada pela criação e implantação de novos cursos, novos câmpus, bem como da criação de quatro novas universidades (Unifesspa, Ufesba, Ufob e UFCA) e programas específicos como educação bilíngue, educação no campo e expansão do ensino médico nesse período, o que gera a necessidade de docentes e influencia diretamente na RAP.

A relação aluno docente não é construída num único momento. Diferentemente de outras atividades, a implantação de um curso nas Universidades leva em média, de 3 a 6 anos, conforme a natureza e área do curso. A demanda de pessoal



acompanha o processo de implantação e a liberação de docentes ocorre antecipadamente, ao início do semestre. Assim, somente ao final da implantação a IFES se alcançará a RAP programada.

É necessário ressaltar ainda que, a partir de 2014, com informações referentes ao ano de 2013, a coleta dos dados para composição da RAP passou a ser exclusivamente pelo Censo da Educação Superior/Inep.

• **Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A taxa bruta de matrícula na educação superior refere-se ao percentual da população matriculada na educação superior em relação ao total população na faixa etária de 18 a 24 anos. A meta 12 do PNE propõe elevar essa taxa para 50%, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. No Censo da Educação Superior 2013, divulgado em 2014, o número de matrículas de graduação registrado foi de 7,3 milhões, um incremento de 3,8% em relação ao ano anterior e de 83% em relação a 2003. Do número total de matrículas, 26,4% estão nas redes públicas de ensino.

Dar continuidade à ampliação do acesso ao ensino superior com qualidade constitui um dos grandes desafios explicitados do PNE. Diversas iniciativas estão sendo implementadas com vistas à ampliação de cursos e vagas nas universidades federais, à interiorização dos câmpus universitários, à permanência e à diplomação dos estudantes, à democratização do acesso a universidades privadas, ao desenvolvimento de programas de assistência estudantil, além dos programas de pesquisa e extensão e da ampliação e fortalecimento da pós-graduação.

A taxa de escolarização bruta na educação superior vem apresentando, desde 2005, crescimento consistente, acompanhada das políticas de expansão do acesso à educação superior, como o ProUni, o Fies, o Reuni e a Expansão da Rede Federal de Educação Superior. A referida taxa evoluiu de 19,9% em 2005, para 28,7 em 2012 e 30,3% em 2013.

• **Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A taxa líquida de matrícula na educação superior ajustada considera a razão entre as pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o ensino superior ou já concluíram esta etapa de ensino em relação à população total na mesma faixa etária. A meta 12 do PNE propõe elevar essa taxa para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. No Censo da Educação Superior 2013, divulgado em 2014, o número de matrículas de graduação registrado foi de 7,3 milhões, um incremento de 3,8% em relação ao ano anterior e de 83% em relação a 2003. Do número total de matrículas, 26,4% estão nas redes públicas de ensino.

Dar continuidade à ampliação do acesso ao ensino superior com qualidade constitui um dos grandes desafios explicitados do PNE. Diversas iniciativas estão sendo implementadas com vistas à ampliação de cursos e vagas nas universidades federais, à interiorização dos câmpus universitários, à permanência e à diplomação dos estudantes, à democratização do acesso a universidades privadas, ao desenvolvimento de programas de assistência estudantil, além dos programas de pesquisa e extensão e da ampliação e fortalecimento da pós-graduação.

A taxa líquida de matrículas na educação superior vem apresentando, desde 2005, crescimento consistente, acompanhada das políticas de expansão do acesso à educação superior, como o ProUni, o Fies, o Reuni e a Expansão da Rede Federal de Educação Superior. A referida taxa evoluiu de 11,2% em 2005, para 15,1 em 2012 e 16,3% em 2013. Já a taxa líquida ajustada, que considera também aqueles que têm 18 a 24 anos que não frequentam a escola e já concluíram a educação superior, evoluiu de 13,2% em 2005, para 18,8 em 2012 e 20,2% em 2013.

• **Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324**

Análise Situacional da Meta

Os objetivos da Rede Federal de Educação Superior são ampliar e democratizar o acesso, além de interiorizar a educação superior com qualidade, tendo como foco as necessidades e vocações econômicas de cada região.

A meta de implantar 47 novos câmpus no período de 2011 a 2014 foi atingida, sendo que destes, 30 iniciaram suas



atividades em 2014. A distribuição regional destes 47 novos câmpus é a seguinte: 8 na região sudeste, 14 na região norte, 6 na região sul, 17 na região nordeste e 2 na região centro-oeste.

Atualmente a Rede Federal de Educação Superior conta com 321 câmpus em 272 municípios. Como resultado de investimentos, o Governo Federal espera consolidar a implantação desses câmpus até o final de 2015, além de dar continuidade à implantação de quatro novas IFES (Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA, Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, Universidade Federal do Cariri - UFCA e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA), e a continuidade do processo de implantação das quatro instituições recentemente criadas (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA).

Quantidade alcançada

321

Data de Referência

31/12/2014

• **Elevar o número de universidades federais para 63**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi atingida no ano 2013 por meio da criação da Universidade do Cariri (UFCA), da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA) e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

Desta forma, o Brasil passou a contar com 63 universidades federais, presentes em todas as regiões do país, de acordo com a seguinte distribuição regional: Norte com 10 instituições, Nordeste com 18, Sudeste com 19, Sul com 11 e o Centro-Oeste com 5 instituições.

Quantidade alcançada

63

Data de Referência

31/12/2014



PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Livros lidos por habitante/ano	unidade	31/12/2008	4,7	03/07/2011	4
Oferta de equipamentos culturais	índice numérico	31/12/2009	3,19	31/12/2012	3,39
Proporção dos gastos em cultura no gasto total	%	31/12/2009	2	-	-

Observações:

Livros lidos por habitante/ano - Não houve edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, pelo Instituto Pró-Livro, em 2013. A última edição foi divulgada em 29 de março de 2012, e se refere a dados obtidos entre 11 de Junho e 3 de Julho de 2011.

Proporção dos gastos em cultura no gasto total - Em 2012, houve uma versão simplificada da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, realizada pelo IBGE. Esta incluía apenas gastos com recreação, diferentemente da versão anterior, que abrangia recreação e cultura. Portanto, não há como atualizar o indicador.

OBJETIVO: 0779 - Formular e desenvolver política pública de cultura

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

A formulação e o desenvolvimento da política pública de cultura têm como principais estratégias de ação:

1. A criação de um Sistema Nacional de Cultura, de forma a dar corpo e consistência a uma política cultural de abrangência nacional, cujo marco fundamental é o Plano Nacional de Cultura, ora em implementação;
2. A realização da III Conferência Nacional de Cultura, ocorrida em 2013, na qual foram avaliados os avanços e revisitadas as estratégias de implementação do Plano Nacional de Cultura;
3. A criação de uma instituição pública para regulação dos direitos autorais de produtos culturais e a atualização da legislação sobre o Direito Autoral no Brasil;
4. A elaboração de uma cartografia da diversidade cultural Brasileira.

Com relação ao primeiro item, até o momento, 100% dos estados e 34,49% dos municípios brasileiros aderiram ao Sistema Nacional de Cultura – SNC. Paralelamente à celebração de termos de adesão, tem sido fornecido suporte aos estados e municípios para a implementação dos componentes necessários para o adequado funcionamento destas instâncias, que envolve: capacitação de Gestores e Conselheiros, Oficinas de Treinamento, Debates sobre a Transversalidade da Cultura, entre outras iniciativas. Especificamente, em relação aos municípios, em dezembro de 2014, foi alcançada a adesão voluntária de 1.921 municípios (34,49% dos municípios brasileiros), que tiveram adesões publicadas no DOU, 209 Planos de Trabalho foram incorporados à Plataforma de Automação do Ministério da Cultura (MinC), construída para a gestão do SNC e 38 já inseriram evidências comprovando a institucionalização do Sistema Municipal de Cultura.

A III Conferência Nacional de Cultura foi realizada em Brasília, nos dias 26 a 29 de novembro de 2013, com 1.745 participantes, dentre delegados, convidados, observadores, expositores, além da imprensa e de membros da organização e apoio. O evento foi um exemplo dos esforços empreendidos pelo Ministério da Cultura no sentido de atender o art. 216-A da Constituição Federal, que instituiu o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e de apoiar a implementação de mecanismos e dispositivos que permitam sua operacionalização.

A proposta de criação da instituição pública de regulação dos direitos autorais foi elaborada para análise e discussão em conjunto com Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A expectativa é de que a Instituição Pública para regulação de direitos autorais esteja criada até o início do segundo semestre de 2016, para isso deverão ocorrer em 2015



várias negociações com o MPOG, além de possíveis revisões a serem realizadas no texto da minuta de criação da Instituição. Paralelamente, foram efetuadas consultas e discussões com a sociedade civil organizada, que resultaram na elaboração de proposta de alteração na legislação que rege o direito autoral no país. Esta proposta foi encaminhada à Casa Civil, onde permanece em análise, após o que, espera-se, siga em 2015 para votação no Congresso Nacional.

No 1º semestre de 2013, foi iniciado o envio de questionários para todas as redes de pontos de cultura a fim de obter o levantamento necessário para a cartografia dos pontos de cultura. Até o momento foram obtidas respostas de 71% desses questionários de maneira satisfatória e está sendo realizado um acompanhamento necessário para finalizar o envio das informações solicitadas, com orientações e esclarecimentos por parte da Cartografia. Em 2014, foi instituída a Política Nacional de Cultura Viva, Lei nº 13.018/2014, a qual traz o Cadastro Nacional de Pontos de Cultura como instrumento da Lei e, portanto, será realizado o levantamento e publicação de todos os pontos de cultura já fomentados pelo programa, bem como dos novos pontos que serão fomentados em 2015 e exercícios seguintes. Dessa maneira, a participação do MinC na Cartografia da Diversidade Cultural se concretizará com o lançamento do Cadastro em plataforma digital que está previsto para o primeiro semestre de 2015.

Metas 2012-2015

• 100% dos estados integrados ao Sistema Nacional de Cultura

Análise Situacional da Meta

Embora desde dezembro de 2013, tenha sido obtida a adesão de 100% das Unidades Federativas ao Sistema Nacional de Cultura - SNC, em muitos deles ainda faz-se necessário a implementação da estrutura necessária para o adequado funcionamento desta instância. Durante o ano de 2014, foi fornecido o suporte para a referida estruturação, que envolveu a Capacitação de Gestores e Conselheiros, a realização de Oficinas de Treinamento e Debates sobre a Transversalidade da Cultura, entre outras iniciativas.

Atualmente, somente 6 estados possuem lei própria de criação de seus sistemas estaduais de cultura: AC; BA; PB; RS; RO e RR.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

• 30% municípios integrados ao Sistema Nacional de Cultura

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014 a adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Cultura alcançou o percentual de 34,49%. Aos municípios aderentes está sendo fornecido suporte para a implementação dos componentes necessários para o adequado funcionamento destas instâncias, que envolve: capacitação de Gestores e Conselheiros, Oficinas de Treinamento, Debates sobre a Transversalidade da Cultura, entre outras iniciativas.

Em dezembro de 2014, foi alcançada a adesão voluntária de 1.921 municípios (34,49% dos municípios brasileiros), que tiveram adesões publicadas no Diário Oficial da União (DOU). 209 Planos de Trabalho foram incorporados à Plataforma de Automação e 38 já inseriram evidências comprovando a institucionalização do Sistema Municipal de Cultura.

Quantidade alcançada

34,49

Data de Referência

31/12/2014

• Criação e implantação de Instituição Pública para regulação de direitos autorais

Análise Situacional da Meta

Foi elaborada proposta de criação da instituição pública de regulação dos direitos autorais para análise e discussão em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Até o presente momento a referida proposta continua em análise naquele órgão.



A expectativa é de que a Instituição Pública para regulação de direitos autorais esteja criada até o início do segundo semestre de 2016, já que a proposta de criação e implantação foi encaminhada ao MPOG em 2014. Portanto, espera-se que durante o ano de 2015, ocorram várias negociações com o MPOG, além de possíveis revisões a serem realizadas no texto da minuta de criação da Instituição. Cabe ressaltar que o atingimento desta meta envolve outros órgãos, como o MPOG, Casa Civil e Congresso Nacional.

• **Encaminhar alteração da legislação que rege o direito autoral no país**

Análise Situacional da Meta

Com relação à meta "Encaminhar alteração da legislação que rege o direito autoral no País", as consultas e discussões com a sociedade civil organizada resultaram na elaboração da respectiva proposta, encaminhada à Casa Civil, tendo sido devolvida recentemente ao MinC em função da mudança ministerial. A nova gestão pretende analisar o Anteprojeto de Lei e apresentar uma proposta à Casa Civil ainda no primeiro semestre de 2015, após o que, espera-se, siga para votação no Congresso Nacional. Além disso, parte da revisão da legislação autoral foi realizada com a aprovação da Lei nº 12.853/2013, cujo Decreto de regulamentação foi encaminhado à Casa Civil em 2014, e reencaminhado em fevereiro de 2015 para a sua publicação no DOU. Com isso, no que cabe ao MinC, ou seja, o encaminhamento da proposta de alteração da legislação que rege o Direito Autoral no País, a meta teria sido atingida.

• **III Conferência Nacional de Cultura realizada em 2013**

Análise Situacional da Meta

A III Conferência Nacional de Cultura (CNC) ocorreu no período de 27/11 a 01/12/2013. Contou com 1.745 participantes, sendo 953 deles delegados dos 26 estados e do Distrito Federal. Os delegados com direito ao voto (70% representantes da sociedade civil) elegeram 64 diretrizes para os próximos anos. Destas, 20 foram destacadas como prioridade.

Entre os destaques, estão o pedido de aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 150, a proposta de fortalecimento das cadeias dos setores criativos e a proposição de desapropriação de imóveis ociosos da União, estados, DF e municípios para que sejam aproveitados como equipamentos culturais.

Dentre as diretrizes, destacam-se: o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura; a aprovação da PEC 49/2007 e da PEC 236/2008, que incluem a cultura como direito social dos brasileiros; a aprovação de Marco Regulatório das Comunicações no Brasil e do Marco Civil da Internet; e a ampliação das políticas de editais.

Mais informações acerca da III CNC podem ser adquiridas no sítio <http://www.cultura.gov.br/3cnc>.

• **Realizar a cartografia da diversidade cultural brasileira, identificando territórios culturais, agentes, grupos e populações com pouco acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural, ou com pouco reconhecimento social de sua identidade cultural**

Análise Situacional da Meta

A cartografia da diversidade se materializa a partir das ações de reconhecimento das iniciativas culturais realizadas pelo Programa Cultura Viva, entre elas: os pontos de cultura e os editais de premiações. Com a implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores da Cultura - SNIIC em 2012 e na medida em que os estados e municípios disponibilizam suas informações a respeito dos grupos e coletivos em seus territórios e que dados oriundos dos editais de premiações de todo o sistema MinC sejam, gradativamente, lançados no SNIIC, o objetivo desta meta será alcançado, que é a visualização da diversidade cultural brasileira distribuída em seu território. O atual desafio enfrentado é o levantamento detalhado de dados dos pontos de cultura já conveniados e também dos dados dos editais de premiações de todo o sistema MinC ainda não levantados.

No 1º semestre de 2013, foi iniciado o envio de questionários para todas as redes de pontos de cultura a fim de obter o levantamento necessário para a cartografia dos pontos de cultura, até o momento obtivemos resposta de 71% desses questionários de maneira satisfatória e está sendo realizado um acompanhamento necessário para finalizar o envio das informações solicitadas, com orientações e esclarecimentos por parte da Cartografia. Em 2014, foi instituída a Política Nacional de Cultura Viva, Lei nº 13.018/2014, na qual traz o Cadastro Nacional de Pontos de Cultura como



instrumento da Lei e, portanto, será realizado o levantamento e publicação de todos os pontos de cultura já fomentados pelo programa, bem como dos novos pontos que estarão sendo fomentados em 2015 e exercícios seguintes. Dessa maneira, a participação do MinC na Cartografia da Diversidade Cultural se concretizará com o lançamento do Cadastro em plataforma digital e está previsto para o primeiro semestre de 2015.

OBJETIVO: 0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

A tarefa de preservar e proteger a memória e o patrimônio cultural é um dos pilares da atuação do Ministério da Cultura (MinC) e envolve ações continuadas na identificação, restauração e conservação de elementos constituintes desse patrimônio. Além disso, envolve ainda a conscientização da população sobre a importância desses acervos, bem como a promoção da capacitação continuada de profissionais para lidar com estes desafios. No ano de 2014 foram realizadas diversas atividades nessa direção.

A capacitação de profissionais na área de preservação do patrimônio cultural é importante para consolidar a política participativa de preservação patrimonial. Nestes encontros são apresentados e discutidos os instrumentos de diálogo com instâncias governamentais para o desenvolvimento de políticas culturais construídas democraticamente junto aos diversos segmentos formadores da sociedade brasileira. Nesse sentido, ao longo do período do PPA 2012-2015, pode-se destacar a participação de pesquisadores e técnicos em cursos, seminários, palestras, nas áreas relativas à gestão interna do Iphan e nas áreas de Políticas Culturais e Antropologia, bem como a implementação de Mestrado Profissional dedicado à formação de especialistas em patrimônio cultural, gerido pelo IPHAN/MinC, que já conta com 75 alunos em diferentes estágios de formação para a obtenção do grau de mestre.

O IPHAN desenvolve permanente ação de edição de publicações voltadas para a temática da preservação do patrimônio cultural. Os livros em sua maioria são distribuídos a universidades, bibliotecas públicas e instituições especializadas na preservação cultural. Nos últimos três anos diversas obras foram publicadas a partir de Termos de Ajustamento de Condutas e ações de compensação por dano ao Patrimônio Cultural e foram distribuídas ao público em geral.

O MinC, por meio IPHAN, seu braço operacional na área de preservação cultural, desenvolveu diversos procedimentos de fiscalização conforme definido no Decreto-Lei nº 25/1937. Estes procedimentos ocorrem com base nos planos de fiscalização elaborados por cada Unidade do IPHAN. Também são realizadas fiscalizações em bens tombados em situações de risco e emergenciais, bem como por demandas externas, advindas da sociedade (cidadão isoladamente ou associações), do Ministério Público Federal, prefeituras, governos etc. Dentre os procedimentos realizados, foram fiscalizadas edificações, sítios arqueológicos, coleções museológicas e monitorados bens registrados como Patrimônio Imaterial.

A preservação de bens culturais de natureza material e imaterial envolve uma série de etapas e procedimentos tais como: a identificação, o reconhecimento, o tombamento, a restauração, a elaboração de inventários, entre outros. Toda ação de reconhecimento de bens como patrimônio cultural demanda, por sua vez, o cumprimento de etapas e procedimentos regulamentados por meio de legislação específica. Para o correto atendimento do devido processo legal, faz-se necessário não apenas a análise técnica da documentação apresentada nos processos administrativos abertos para registro, tombamento, chancela de paisagem cultural ou cadastro de sítios arqueológicos, mas também o estabelecimento de uma “abertura discursiva” do procedimento de reconhecimento de um bem cultural como patrimônio. Isto implica no estabelecimento de instâncias de diálogo com as partes interessadas, com a realização de audiências públicas, seminários, reuniões, estabelecimento de processos de obtenção de anuências prévias informadas junto a comunidades tradicionais e grupos indígenas (atendimento ao estabelecido na Convenção 169 da OIT). Para identificação de bens culturais de natureza imaterial são realizados inventários e para os de natureza material, dossiês de tombamento. Os inventários implicam pesquisa de caráter etnográfico, realização de documentação audiovisual e mobilização de grupos e



comunidades com o objetivo de promover a valorização de sua própria cultura e história e a mobilização de grupos sociais. Por meio dos inventários são identificadas referências culturais de territórios ou de grupos. Já os dossiês de tombamento são realizados através da identificação de dados históricos, arquitetônicos, fotográficos e paisagísticos dos bens a serem preservados. Das ações de identificação, destacam-se as diversas línguas de diferentes comunidades que começaram a ser identificadas por meio do Inventário Nacional da Diversidade Linguística e inventários de edificações de expressivo valor cultural. Diversos processos dessa natureza foram desenvolvidos pelo IPHAN/MinC durante o período de vigência do atual PPA, demandando, recursos materiais, humanos, tecnológicos e de gestão, de forma a conduzir a complexidade dos procedimentos envolvidos na preservação de nosso patrimônio cultural e que resultaram em avanço significativo nesse setor, com a expectativa de cumprimento das metas previstas para este segmento ao final do próximo ano.

No segmento museal foram levados a cabo importantes ações de incentivo à "Pontos de Memória", iniciativas dedicadas à construção de memória social e práticas museais desenvolvidas por grupos, povos e comunidades, a fim de fomentar sua continuidade e sustentabilidade, na perspectiva da museologia social. Importante também é o esforço que vem desenvolvendo o MinC, por meio do Ibram, seu braço operacional na área de museus, para a identificação e difusão do Patrimônio Museal brasileiro, com as iniciativas "Semana Nacional de Museus e "Primavera dos Museus", que constituem ações permanentes de promoção e divulgação voltadas aos museus brasileiros. Ambas auxiliam na busca pela dinamização e divulgação do setor ao propiciar às instituições participantes uma promoção acima da habitual, gerando repercussão nacional não só para os museus, mas para o setor como um todo, contribuindo de sobremaneira para a elevação do número anual de visitantes aos museus brasileiros.

No que se refere à preservação da produção literária brasileira, o MinC, por meio da Fundação Biblioteca Nacional, é responsável pelas políticas públicas de salvaguarda da língua e da cultura escrita nacional, enquanto depositária legal do patrimônio bibliográfico brasileiro, garantindo às futuras gerações o acesso à produção intelectual, consubstanciada nas diversas formas de registro do saber, que constituem o acervo memorial do Brasil. Disponibilizar ao público essas coleções faz parte da democratização do acesso ao patrimônio documental e bibliográfico do país.

As atividades de preservação do acervo envolvem a identificação, o inventário, o registro patrimonial, a catalogação e indexação das obras, a conservação reparadora e preventiva, a restauração das obras, a microfilmagem dos originais e a digitalização, tratamento e disponibilização de arquivos digitais na internet.

A Instituição no período de 2012 a 2014 preservou 3.990.226 itens do patrimônio e vem apoiando o fortalecimento dessas ações, através da preservação e difusão desse acervo, presencial e remotamente, bem como da geração de conteúdos digitais que democratizam, nacionalizam e internacionalizam a acessibilidade do conhecimento e da informação.

Metas 2012-2015

• Ampliar continuamente o número anual de visitantes aos museus brasileiros

Análise Situacional da Meta

As estratégias adotadas pelo Ibram para ampliar a visitação e diversificar o público frequentador têm como um de seus principais pilares a realização de ações anuais permanentes de promoção e divulgação dos Museus (Semana Nacional de Museus e Primavera dos Museus) com o intuito de integrar os museus brasileiros entre si e nos seus contextos social e territorial.

A primeira edição da Semana Nacional de Museus foi realizada em 2003, quando contou com a participação de 57 museus, os quais realizaram cerca de 270 eventos em 36 cidades brasileiras. A cada edição da Semana, aumenta o número de museus participantes, conseqüentemente, o número de eventos. Em 2014, foram inscritos, na 12ª Semana Nacional de Museus, 1.337 museus e organizações culturais, e realizadas 4.268 atividades. Desde a primeira edição até 2014 houve um crescimento de 2.246% no número de instituições participantes, 1.481% no número de eventos inscritos e um aumento de 1819% no número de municípios brasileiros envolvidos. Além disso, há um aumento anual médio de 41% ao ano de participação dos museus e crescimento de 33% no número de eventos cadastrados.



Já a primeira edição da Primavera dos Museus, realizada em 2007, contou com 300 museus, que realizaram mais de 870 eventos relacionados. Assim como a Semana Nacional dos Museus, cada edição da Primavera dos Museus também contribui para o alcance dessa meta e, consequentemente para ampliar o acesso à cultura. Um dos reflexos disso é a crescente participação das instituições museais na Primavera dos Museus (crescimento médio de 40% ao ano) e o expressivo aumento no número de eventos cadastrados em cada edição do evento (média de crescimento anual de 37%). Na penúltima edição realizada da Primavera dos Museus (7ª), em 2013, houve a participação de 884 instituições, com 2.664 atividades inscritas, um aumento de 10% e 11%, respectivamente, em relação ao ano de 2012. Se a comparação é feita com a 1ª Primeira Primavera dos Museus (2007), o incremento verificado é de, respectivamente, 168% e 270%.

A 8ª Primavera dos Museus, realizada em setembro de 2014, com participação de 761 instituições museológicas, registrou um pequeno decréscimo no número de instituições participantes. Isso se deve a sua realização ter coincidido com o período eleitoral de 2014, ficando, portanto, submetida a restrições de divulgação, o que ocasionou uma diminuição de 14% do número de participantes em relação a sua edição anterior.

Contudo, pesquisa realizada anualmente pelo Instituto sobre a Semana Nacional de Museus tem detectado aumentos sistemáticos da visitação a essas instituições como resultado da realização desse evento. Os últimos dados, relativos à Semana Nacional de Museus/2014 revelam, com base nas respostas de 584 museus (43,68% do total de instituições participantes do evento), que o fluxo de visitantes durante essa semana aumentou em 103,2% em relação à semana anterior. Em relação ao mês anterior, o aumento foi de 24,2%. Em números absolutos, os dados obtidos pela amostra da pesquisa são os seguintes: na semana anterior ao evento, o público visitante dos museus da amostra foi de 114.974; durante a Semana, 233.627; na semana seguinte, 133.745. No mês anterior ao evento, a visitação foi de 472.788 pessoas. No mês da Semana, o número aumentou para 587.198. Registre-se que essa Pesquisa é apenas indicativa da tendência de aumento da visitação dos museus em função da realização desse evento.

• Capacitar 883 profissionais na área de preservação do patrimônio cultural

Análise Situacional da Meta

PRINCIPAIS RESULTADOS: A capacitação de profissionais na área de preservação do patrimônio cultural é importante para consolidar a política participativa de preservação patrimonial. Nestes encontros são apresentados e discutidos os instrumentos de diálogo com instâncias governamentais para o desenvolvimento de políticas culturais construídas democraticamente junto aos diversos segmentos formadores da sociedade brasileira. Também têm sido desenvolvidas ações voltadas à capacitação técnica de gestores governamentais. Dentre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se:

- Capacitação de 700 profissionais através dos Editais Salve a Capoeira e Ciclo de Seminários e Assembleias de Articulação Itinerantes 2014 dos Sambadores e Sambadeiras da Bahia;
- 13º Encontro Nacional do Jongo no Sudeste, realizado em São José dos Campos-SP, entre os dias 5 e 7 de dezembro, com a participação de 600 jongueiros (22 grupos de jongo e representação de mais 20 grupos);
- O Mestrado Profissional do IPHAN dedicado à formação de especialistas em patrimônio cultural, tem na atualidade 75 alunos em diferentes estágios de formação para a obtenção do grau de mestre;
- O Centro Lucio Costa qualificou 30 profissionais para o reconhecimento e gestão do patrimônio cultural;
- Capacitação de 20 alunos na Pesquisa arqueológica, no formato sítio-escola, com vistas ao ensino da arqueologia, à pesquisa e à socialização do Sítio Sol de Campina-AC;
- Capacitação de 22 alunos Curso de Capacitação em Patrimônio Edificado em Madeira - Parceria IPHAN-AC e IFAC;
- Capacitação de 20 alunos nas Oficinas de Preservação Fotográfica, Processos Fotográficos Históricos do Século XIX e Conservação de Documentos em Suporte de Papel (funcionários do Arquivo Histórico de Antonina, profissionais da UFPR e autônomos).

PRINCIPAIS DIFICULDADES: Não houve dificuldades para o alcance desta meta, considerando que, ainda em 2014, o quantitativo de profissionais capacitados na área de preservação do patrimônio cultural já superou a expectativa.

**Quantidade alcançada**

2.465

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	88	unidade	476	31/12/2014
Região Nordeste	265	unidade	899	31/12/2014
Região Norte	221	unidade	170	31/12/2014
Região Sudeste	221	unidade	818	31/12/2014
Região Sul	88	unidade	102	31/12/2014

• **Identificar e difundir o patrimônio museológico de 40% das instituições museais brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Considerando apenas os museus participantes da Semana Nacional de Museus - SNM, que abrangem o maior quantitativo, e considerando o valor de corte do Cadastro Nacional de Museus de outubro de 2014, do qual se perfaz o total de 3.400 instituições museais no Brasil, temos um total de 39,32% de instituições museais brasileiras difundindo seu patrimônio. Podemos acrescentar a esse valor as instituições que participam das outras ações, mas não participaram da SNM. Dessa forma, podemos prever que a meta será atingida.

As seguintes ações contribuem para identificar e difundir o patrimônio museológico das instituições brasileiras. Projeto Conhecendo Museus: a 3ª Temporada contemplará 70 instituições com patrimônio difundido.

Fruto de parceria entre Ibram, Empresa Brasil de Comunicação - EBC, Fundação José de Paiva Netto - FJPN e Ministério da Educação - MEC, o Projeto Conhecendo Museus consiste na produção e veiculação de programas televisivos com cunho de entretenimento e conteúdo alusivo aos museus brasileiros. A exibição dos programas em canais de televisão e na internet é também uma importante alternativa de fruição para públicos remotos e de estímulo de visitação aos museus brasileiros.

O Projeto contemplou, em sua 1ª Temporada em 2011, 15 museus brasileiros, contudo, nessa primeira edição, os filmes não foram veiculados em rede nacional, apenas distribuídos pelo MEC, por meio de kits, às escolas da rede pública de ensino.

A 2ª Temporada, com 52 episódios, foi realizada entre o ano de 2012 e o 2º semestre de 2013. Nela foram contemplados 53 museus e um episódio retratou o Festival Europália - o Brasil em Bruxelas. Observa-se que dos 53 museus divulgados na 2ª edição da série Conhecendo Museus, 43 tiveram programação participativa na 11ª Semana Nacional de Museus.

Para a 3ª Temporada, que abrange 60 episódios e 70 museus brasileiros foram finalizados, até o final de 2014, 51 episódios e veiculados 30 episódios na TV Brasil e na internet. A expectativa é de que os demais episódios televisivos sejam finalizados e veiculados até 2015. Assim, em 2015, estarão disponíveis para o grande público, por meio da rede mundial de computadores, 113 episódios, que contemplarão cerca de 123 museus brasileiros, sem contabilizar os 15 museus/episódios da 1ª edição.

Os episódios da Serie Conhecendo Museus são difundidos por meio do canal TV Brasil e do sítio eletrônico www.conhecendomuseus.com.br.

Semana Nacional de Museus: 1.337 instituições museológicas participantes da Edição 2014

A Semana, como parte das ações permanentes de promoção e divulgação do Ibram voltada aos museus brasileiros, auxilia na busca pela dinamização e divulgação do setor ao propiciar às instituições participantes uma promoção acima da habitual, gerando repercussão nacional não só para os museus, mas para o setor como um todo.

Primavera dos Museus: 761 instituições museológicas participantes da Edição 2014.

Assim como a Semana dos Museus, cada edição da Primavera dos Museus também contribui para a difusão do patrimônio museológico brasileiro. Na sua penúltima edição, em setembro de 2013, houve a participação de 884 instituições, com 2.664 atividades inscritas. Já em setembro de 2014, a 8ª edição contou com a participação de 761



instituições. Essa diminuição deve-se à coincidência com o período eleitoral de 2014, que obrigou a restrições de divulgação, ocasionando em uma redução de 14% do número de participantes em relação a sua edição anterior.

A Semana Nacional de Museus e a Primavera dos Museus são ações permanentes de promoção e divulgação do Ibram voltadas aos museus brasileiros. Ambas auxiliam na busca pela dinamização e divulgação do setor ao propiciar às instituições participantes uma promoção acima da habitual, gerando repercussão nacional não só para os museus, mas para o setor como um todo. A promoção e divulgação da Semana Nacional de Museus e da Primavera dos Museus são realizadas pelo IBRAM e incluem a divulgação pelo site e boletins do Instituto, a sensibilização (ofícios convite enviados a mais de 3.400 instituições museais), bem como realização de ligações telefônicas. A cada ano, registra-se aumento de instituições participantes e espera-se manter essa tendência nas edições seguintes.

Quantidade alcançada

39

Data de Referência

31/12/2014

• **Identificar e premiar 180 novos Pontos de Memória**

Análise Situacional da Meta

Meta em execução por meio do projeto "Prêmio Pontos de Memória", idealizado de modo a selecionar e premiar iniciativas dedicadas à construção de memória social e práticas museais desenvolvidas por grupos, povos e comunidades, a fim de fomentar sua continuidade e sustentabilidade, na perspectiva da museologia social. O prêmio está dividido em duas categorias, a saber: categoria 01 - Pontos de memória no Brasil e categoria 02 - Pontos de memória no exterior.

O processo de seleção e premiação das iniciativas comunitárias de memória museologia social e, o consequente repasse de recursos tem cumprido um ciclo temporal superior a um ano.

A premiação possibilitou identificar um incremento no mapeamento dos Pontos de Memória, bem como a atualização das informações referentes às estruturas e às ações desenvolvidas nas iniciativas de Memória. A criação da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social impactaram positivamente para o cumprimento parcial da meta.

No 2º semestre de 2014, foi realizado pagamento relativo a mais um prêmio para Ponto de Memória, finalizando assim as transferências de recursos para os Pontos de Memória que haviam sido selecionados.

Como no primeiro semestre de 2014 haviam sido transferidos recursos para 59 (cinquenta e nove) Pontos de Memória selecionados pelo Edital de 2012, e considerando os 48 Pontos de Memória que já haviam recebido recursos em 2012, chega-se a um total de 108 pontos de memória identificados e premiados até o momento, o que corresponde a 60% do total da meta estipulada até 2015.

Há que se observar, contudo, que, em 06 de outubro de 2014, foi lançada nova Edição do Edital, com previsão de atendimento a mais 47 novos pontos de memória.

Desta forma, considerando que a conclusão desse certame está prevista para o ano de 2015, estima-se, até o final de 2015, atender ao total de 155 pontos de memória, o que representará o alcance de 85,55% da meta estipulada para o quadriênio 2012-2015.

Executado até o exercício;

2012 – 48

2013 – 00

2014 _ 60

TOTAL:108

Quantidade alcançada

108

Data de Referência

31/12/2014



• **Integrar em rede 50% de bibliotecas e 50% dos arquivos que atuam no campo museológico brasileiro**

Análise Situacional da Meta

O projeto de integração em rede de 50% de bibliotecas e 50% dos arquivos que atuam no campo museológico foi dividido em três fases. A primeira fase consiste na integração dos arquivos e bibliotecas dos museus do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Essa ação permitirá a difusão de expressiva parcela da história brasileira preservada em nossas 30 unidades museais.

Em 2013 e 2014, o IBRAM esteve trabalhando na primeira fase, desenvolvendo um termo de referência para aquisição de licença de um software de gestão e catalogação de bibliotecas.

A segunda fase é constituída na indução de adoção dessas mesmas ferramentas nas bibliotecas e arquivos históricos das unidades museológicas que não integram o IBRAM. A terceira e última fase se relaciona à construção de um ambiente informacional e comunicacional, de base web, que permita a interligação entre todas as unidades biblioteconômicas e arquivísticas dos museus brasileiros. Para isso, será necessária a contratação de serviços especializados na área de Tecnologia da Informação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Preservar 3 milhões de bens do patrimônio arquivístico e bibliográfico brasileiro**

Análise Situacional da Meta

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) é responsável pelas políticas públicas de salvaguarda da língua e da cultura nacional, enquanto depositária legal do patrimônio bibliográfico brasileiro, garantindo às futuras gerações o acesso à produção intelectual, consubstanciada nas diversas formas de registro do saber, que constituem o acervo memória do Brasil. Disponibilizar ao público essas coleções faz parte da democratização do acesso ao patrimônio documental e bibliográfico do país.

As atividades de preservação do acervo envolvem a identificação, o inventário, o registro patrimonial, a catalogação e indexação das obras, a conservação reparadora e preventiva, a restauração das obras, a microfilmagem dos originais e a digitalização, tratamento e disponibilização de arquivos digitais na internet.

A Instituição no período de 2012 a 2014 preservou 3.990.226 itens do patrimônio e vem apoiando o fortalecimento dessas ações, através da preservação e difusão desse acervo, presencial e remotamente, bem como da geração de conteúdos digitais que democratizam, nacionalizam e internacionalizam a acessibilidade do conhecimento e da informação. A FBN contribui para os processos de inclusão social e digital, complementando a educação formal.

Em termos anuais os números obtidos foram:

2012: 776.508

2013: 603.366

2014: 2.610.352

Em termos acumulados:

2012: 776.508

2013: 1.379.874

2014: 3.990.226

Quantidade alcançada

3.990.226

Data de Referência

31/12/2014



• **Produzir e distribuir 111.383 exemplares de material sobre o patrimônio cultural**

Análise Situacional da Meta

O IPHAN desenvolve permanente ação de edição de publicações voltadas para a temática da preservação do patrimônio cultural. Os livros em sua maioria são distribuídos a universidades, bibliotecas públicas e instituições especializadas na preservação cultural. Houve quantidade considerável de exemplares oriundos de Termos de Ajustamento de Condutas e ações de compensação por dano ao Patrimônio Cultural, tais como realização de obras sem o devido acompanhamento arqueológico, desmobilização de comunidades detentoras de saberes reconhecidos como Patrimônio Cultural, etc.). Dentre os principais assuntos dos exemplares distribuídos, destacam-se: Manifestação Cultural Marabaixo do Amapá; Encontro de Folias Religiosas do Amapá; Guia Lírico de Rio de Contas; exemplares sobre o conjunto interativo “Pinte Vitória; livreto sobre as Paneleiras de Goiabeiras; Centro Histórico de Vitória; Espírito Santo Patrimônio Cultural Do Brasil; Igreja Nossa Senhora de Assunção Anchieta – ES; Painéis De Barro Das Paneleiras De Goiabeiras; DVD De Bois e Folias; Anchieta – A Restauração De Um Santuário; Arte Rupestre em Mato Grosso do Sul; Educação Patrimonial sobre a Casa Lacerda, na Lapa; Catálogo do Samba – Patrimônio Cultural do Brasil; Roteiro Geoturístico de Porto Nacional. Foram 25.616 exemplares sobre Patrimônio Material; 5.893 sobre Patrimônio Imaterial; 18.206 sobre Educação Patrimonial e 31.456 sobre Divulgação do Patrimônio Cultural em geral, totalizando 81.171 exemplares produzidos e distribuídos em 2014.

Não houve dificuldades para o alcance desta meta, considerando que, ainda em 2014, o quantitativo de exemplares de material sobre o patrimônio cultural produzido e distribuído já superou a expectativa.

Quantidade alcançada

313.935

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	11.138	unidade	80.630	31/12/2014
Região Nordeste	33.415	unidade	115.676	31/12/2014
Região Norte	27.846	unidade	43.752	31/12/2014
Região Sudeste	27.846	unidade	27.200	31/12/2014
Região Sul	11.138	unidade	46.677	31/12/2014

• **Realizar 168 ações de reconhecimento de bens culturais de natureza material e imaterial**

Análise Situacional da Meta

Foram efetuados inventários de bens móveis e imóveis, dossiês de tombamento e instruções de processos, bem como Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial. Estas ações são provenientes do planejamento do Iphan e demandas da sociedade para a preservação da cultura através do reconhecimento de bens ainda não protegidos.

Para o correto atendimento do devido processo legal, faz-se necessário não apenas a análise técnica da documentação apresentada nos processos administrativos abertos para registro, tombamento, chancela de paisagem cultural ou cadastro de sítios arqueológicos, mas também o estabelecimento de uma “abertura discursiva” do procedimento de reconhecimento de um bem cultural como patrimônio. Isto implica no estabelecimento de instâncias de diálogo com as partes interessadas, com a realização de audiências públicas, seminários, reuniões, estabelecimento de processos de obtenção de anuências prévias informadas junto a comunidades tradicionais e grupos indígenas (atendimento ao estabelecido na Convenção 169 da OIT). A política patrimonial implementada pelo IPHAN é de suma importância para que o Estado Brasileiro cumpra com a determinação constitucional de defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro (artigo 215 da CF) assim como com tratados internacionais dos quais é signatário, como a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003 (Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006) e a Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, adotada em 1972 sob a égide da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), entre outros.

**Quantidade alcançada**

164

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	17	unidade	27	31/12/2014
Região Nordeste	50	unidade	44	31/12/2014
Região Norte	42	unidade	32	31/12/2014
Região Sudeste	42	unidade	27	31/12/2014
Região Sul	17	unidade	34	31/12/2014

- **Realizar 321 ações de identificação de bens culturais de natureza material e imaterial**

Análise Situacional da Meta

Para identificação de bens culturais de natureza imaterial são realizados inventários e para os de natureza material dossiês de tombamento. Os inventários implicam em pesquisa de caráter etnográfico, realização de documentação audiovisual e mobilização de grupos e comunidades com o objetivo de promover a valorização de sua própria cultura e história e a mobilização de grupos sociais. Por meio dos inventários são identificadas referências culturais de territórios ou de grupos. Já os dossiês de tombamento são realizados por meio da identificação de dados históricos, arquitetônicos, fotográficos e paisagísticos dos bens a serem preservados. Das ações de identificação, destacam-se as diversas línguas de diferentes comunidades que começaram a ser identificadas por meio do Inventário Nacional da Diversidade Linguística e inventários de edificações de expressivo valor cultural.

Quantidade alcançada

257

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	32	unidade	39	31/12/2014
Região Nordeste	97	unidade	75	31/12/2014
Região Norte	80	unidade	42	31/12/2014
Região Sudeste	80	unidade	52	31/12/2014
Região Sul	32	unidade	49	31/12/2014

- **Realizar 450 obras e serviços de conservação e manutenção de bens culturais protegidos**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a execução de obras garantiu a preservação de importantes monumentos da cultura brasileira, possibilitando à sociedade o livre acesso e o conhecimento de edificações como o Convento de Nossa Senhora dos Anjos – AL.

Projetamos que a meta será superada considerando que as obras do PAC-Cidades Históricas que estão em fase de contratação de projetos e se realizarão durante o ano de 2015.

Em 2014 foram realizadas 79 obras e serviços de conservação e manutenção, garantindo a preservação de importantes monumentos da cultura brasileira, possibilitando à sociedade o livre acesso e o conhecimento de edificações como o Convento de Nossa Senhora dos Anjos – AL. As principais dificuldades encontradas se deram em função da dificuldade de localizar empresas especializadas para realizar os serviços, resultando em licitações desertas.

Quantidade alcançada

376

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 52.000 procedimentos de fiscalização e monitoramento de bens do patrimônio cultural**

Análise Situacional da Meta



A meta envolve planejar, desenvolver, fomentar, coordenar, monitorar e avaliar ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro com vistas ao desenvolvimento socioeconômico do país, incluindo as ações de pesquisa aplicada à educação patrimonial, dentre outras, vinculadas a esta finalidade.

A atividade de fiscalização é realizada conforme definido no Decreto-Lei nº 25/1937, e ocorre com base nos planos de fiscalização elaborados por cada Unidade do IPHAN. Também são realizadas fiscalizações em bens tombados em situações de risco e emergenciais verificadas pelo IPHAN, bem como por demandas externas, advindas da sociedade (cidadão isoladamente ou Associações), do Ministério Público Federal, prefeituras, governos etc. Dentre os 13.126 procedimentos realizados, em 2014, foram fiscalizadas edificações, sítios arqueológicos, coleções museológicas e monitorados bens registrados como Patrimônio Imaterial, tais como capoeira, toque dos sinos, roda de samba e círio de Nazaré.

Quantidade alcançada

39.276

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo envolve o desenvolvimento de ações que visam ampliar a produção sustentável audiovisual nacional, bem como incentivar a fruição desta produção pela população de forma a permitir a difusão de valores nacionais e práticas constitutivas de nossa identidade cultural.

A materialização deste objetivo em termos de política social envolve ações do Ministério da Cultura para fomentar a ampliação da produção de material audiovisual nacional e dos equipamentos culturais necessários para a sua devida difusão.

Estes esforços têm se mostrado eficazes, como é possível observar na tabela abaixo, que apresenta a evolução anual da participação da produção nacional na preferência revelada pelo público brasileiro que frequenta salas de exibição.

SÉRIE HISTÓRICA - PARTICIPAÇÃO DE PÚBLICO EM SALAS DOS FILMES BRASILEIROS (EM %)

Ano Participação

2008 10,2%

2009 14,3%

2010 19,1%

2011 12,4%

2012 10,6%

2013 18,6%

2014 12,2%

Fonte: SADIS/ANCINE

Dados consolidados em 09/01/2015

A produção nacional de filmes de longas metragens tem respondido bem aos incentivos fornecidos, apresentando crescimento robusto em 2013, quando foram lançadas comercialmente em salas de exibição, 129 obras. Em 2014, foram lançados 114 novos títulos.



A veiculação de produção nacional audiovisual no mercado televisivo por assinatura tem crescido, alcançando em 2013, entre os canais monitorados, o expressivo número de 13.721 obras veiculadas, representando um acréscimo de 51,8% em relação ao ano de 2011.

Em 2014, o número de veiculações de obras brasileiras para os mesmos canais monitorados totalizou 14.372, ou seja, um acréscimo de 58,9% em relação a 2011.

Da mesma forma, tem sido apreciável o crescimento no número de salas do circuito comercial de exibição de filmes que apresentou variação positiva no triênio 2011-2014, conforme é possível observar na tabela a seguir:

QUADRO XII - NÚMERO DE SALAS DE EXIBIÇÃO POR REGIÃO COMPARATIVO 2014/2011

Região	Salas 2011	Salas 2012	Salas 2013	Salas 2014	Crescimento 2011-2014
Centro-Oeste	203	214	241	245	20,7%
Nordeste	284	307	350	403	41,9%
Norte	113	125	136	152	34,5%
Sudeste	1.353	1.440	1.497	1.574	16,3%
Sul	399	432	454	456	14,3%
Total	2.352	2.517	2.678	2.830	20,3%

Fonte: Elaboração ANCINE. Dados consolidados em 15/01/2015.

Metas 2012-2015

• 11% de participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a participação de público dos títulos nacionais nas salas de exibição foi de 12,2%. As produções nacionais acumularam 19.030.900 milhões de ingressos vendidos no ano.

A participação de público alcançada pelas obras brasileiras em 2014 superou o índice de 11% anuais estabelecidos pelo Plano Plurianual para o exercício 2012–2015. Na média dos últimos três anos, horizonte já percorrido do atual PPA, a participação das produções nacionais é de 13,8%.

Ano Participação

2008 10,2%

2009 14,3%

2010 19,1%

2011 12,4%

2012 10,6%

2013 18,6%

2014 12,2%

Fonte: SADIS/ANCINE

Dados consolidados em 09/01/2015

Quantidade alcançada

12,2

Data de Referência

31/12/2014

• Ampliar em 20% a exibição das obras brasileiras no segmento de TV por assinatura

Análise Situacional da Meta

Com a base de 16 canais de TV Paga monitorados – AXN, Canal Brasil, Cinemax, HBO, HBO Family, HBO Plus, Maxprime, Sony, Telecine Premium, Telecine Action, Telecine Fun, Telecine Pipoca, Telecine Cult, Telecine Touch, TNT e Warner Channel – apurou-se que em 2011 tivemos 9.042 veiculações de obras brasileiras. Logo a meta



estabelecida é de 10.850 obras brasileiras exibidas no segmento de TV por assinatura.

Em 2012, foram 11.245 exibições, em 2013, 13.294 exibições e em 2014 foram 14.372 exibições. Isto corresponde a um acréscimo de 58,95% em relação a 2011. Mais do que o dobro da meta estabelecida.

A partir da Lei nº 12.485, de 2011, e sua posterior regulamentação, institui-se um novo cenário na política pública para a TV por assinatura no Brasil, com a criação das obrigações de veiculação de conteúdo brasileiro, e de novas fontes de recursos para aplicação no segmento. A progressiva operacionalização desses mecanismos instituídos pela lei impacta no aumento gradual das horas de conteúdo brasileiro na TV paga, principalmente a partir de 2012, o que pode ser observado na evolução do indicador proposto. Cumpre observar que, paralelamente à disponibilização de recursos públicos e a criação de obrigação de veiculação pelos canais, faz-se necessária a expansão da capacidade produtiva da indústria audiovisual brasileira, fenômeno que ocorre em médio prazo.

O monitoramento realizado pela Agência cobre 16 canais de filmes e séries, não abrangendo a totalidade dos canais de TV paga distribuídos no Brasil. Foram consideradas as 24 horas de programação e desconsideradas as inserções publicitárias em meio às obras não publicitárias exibidas.

Quantidade alcançada

58,95

Data de Referência

31/12/2014

• Expandir em 20% o total de salas do circuito comercial de cinema nas regiões Norte e Nordeste

Análise Situacional da Meta

Em 2011 existiam 397 salas no somatório de salas dessas regiões (284 na região Nordeste e 113 na região Norte). A meta de expansão de salas na região Norte e Nordeste deve alcançar 476 salas ao final de 2015.

Em 2012 o número de salas chegou a 432, o que representa 8,82% de aumento. Em 2013, o parque exibidor dessas regiões somaram 487 salas, o equivalente a 22,67% mais salas do que 2011.

Em 2014, o parque brasileiro de salas de exibição cresceu 5,7% em relação a 2013, com incremento acima da média nas regiões Nordeste (15,1%) e Norte (11,8%). A região Sudeste teve um aumento de 5,1% nas suas salas de exibição. As regiões Centro- Oeste e Sul terminaram o ano com um total de 701 salas de exibição. Em relação a 2011 o acréscimo foi de 158 salas nas regiões Norte e Nordeste, o que representa um crescimento de 39,8%. O País encerrou 2014 com um total de 2.830 salas de exibição.

QUADRO XII - NÚMERO DE SALAS DE EXIBIÇÃO POR REGIÃO COMPARATIVO 2014/2011

Região	Salas 2011	Salas 2012	Salas 2013	Salas 2014	Crescimento 2011-2014
Centro-Oeste	203	214	241	245	20,7%
Nordeste	284	307	350	403	41,9%
Norte	113	125	136	152	34,5%
Sudeste	1.353	1.440	1.497	1.574	16,3%
Sul	399	432	454	456	14,3%
Total	2.352	2.517	2.678	2.830	20,3%

Fonte: Elaboração ANCINE. Dados consolidados em 15/01/2015.

Quantidade alcançada

39,8

Data de Referência

31/12/2014

• Implantar o Canal da Cultura

Análise Situacional da Meta

O primeiro passo para a implementação do Canal da Cultura é a elaboração de projeto técnico de implantação e a



regulamentação do canal, etapas a serem cumpridas até abril de 2015. No momento, o MinC está elaborando o projeto técnico, por meio de parceria entre o MinC, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o MiniCom, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e produtores audiovisuais independentes. Esse projeto, cuja primeira versão deve ser concluída em janeiro de 2015, será pautado e acrescido de avaliação do setor cultural no Fórum do Canal da Cultura, a ser realizado em fevereiro de 2015. Após ajustes finais no projeto, está prevista para abril de 2015 a publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações (MiniCom), autorizando o Ministério da Cultura a operar faixa de radiofrequência específica para o canal, conforme previsto no Decreto nº 5.820/2006. O segundo passo, que envolve o efetivo funcionamento e programação do canal, será desenvolvido ao longo do exercício de 2015.

• **Lançamento de média anual de 75 filmes brasileiros no circuito comercial de salas de exibição**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012, foram lançadas 83 obras brasileiras no circuito comercial de salas de exibição. Em 2013, foram lançadas 129 obras brasileiras.

Em 2014, 114 obras brasileiras foram lançadas comercialmente nas salas de exibição. Dessas, 5 ultrapassaram a marca de um milhão de espectadores. Foram eles: O candidato honesto; Os Homens são de Marte... E é para lá que eu vou; S. O. S. Mulheres ao Mar; Muita calma nessa hora 2; Vestido pra Casar. Ao todo, as produções nacionais geraram a venda de 19.030.900 ingressos.

Comparando com anos anteriores, esse dado anualizado indica o período mais prolífico para o cinema brasileiro em todos os tempos.

A tendência é que esse ritmo de produção, no mínimo, se mantenha até o final do período de abrangência do PPA. Levantamento feito pela Ancine de obras produzidas em 2014 mostra que mais de 200 obras devem chegar aos cinemas ao longo de 2015 e 2016. O aumento dos investimentos e da variedade de linhas de fomento do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), com linhas dedicadas apenas às distribuidoras brasileiras, também indicam que o volume de obras produzidas deve continuar alto, propiciando uma vasta carteira de produções nacionais disponíveis para lançamento. Esses fatores somados apontam para que o mercado brasileiro se firme nesse novo patamar de 100 lançamentos por ano.

Quantidade alcançada

114

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0786 - Fomentar a criação, produção, difusão, intercâmbio, distribuição, fruição e consumo de bens, serviços e expressões culturais no Brasil e no Exterior

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

O alcance desse objetivo requer ações variadas de diversas unidades e instituições vinculadas do Ministério da Cultura (MinC). Representa esforço contínuo considerável no sentido de fomentar as atividades culturais, por meio de apoio a projetos culturais, a formação e intercâmbio de profissionais em diversos segmentos da cadeia produtiva do setor criativo, incentivos ao consumo de produtos culturais, iniciativas no sentido de valorizar, promover e apoiar eventos e comunidades de afrodescendentes e o incentivo à leitura e à produção literária. Como principais destaques de ações de 2014 registra-se:

Com relação ao fomento à cultura e à sustentabilidade das comunidades afrodescendentes, destacamos o apoio às diversas festas e eventos tradicionais, como o Seminário Internacional – Carnaval, Identidade Negra e Economia Criativa e 1ª Mostra da Arte Negra de Goiânia, envolvendo a cultura afro-brasileira e a certificação de comunidades quilombolas. Merecem destaque ainda, as manifestações do MinC, por meio da Fundação Cultural Palmares sobre licenças ambientais



relacionadas a impactos em áreas quilombolas, o apoio fornecido a grupos culturais regionais e a outros eventos da cultura afro-brasileira.

Durante o período de 2012 a 2014, foram realizados diversos eventos com o intuito de difundir princípios e discutir propostas envolvendo temas ligados à diversidade cultural tais como: seminários/fóruns e oficinas que também são Conferências Livres de Cultura; encontros com os gestores públicos estaduais e municipais para discussão de propostas para a qualificação da gestão do Programa Cultura Viva - PCV; a Teia Nacional da Diversidade Cultural, em 2014, que reuniu cerca de 3000 pessoas cadastradas, entre representantes de pontos de cultura, dos segmentos culturais da diversidade e gestores públicos, dentre outros. No segundo semestre de 2014, houve a realização do Seminário Mulher e Cultura que debateu as ações e espaços de visibilidade das mulheres para os segmentos da cultura; a realização da Semana Cultura Viva que debateu o fomento das ações para o fortalecimento das Redes do Programa Cultura Viva, bem como do debate e participação social para a regulamentação da Lei Cultura Viva, dentre outros seminários e oficinas.

Ainda no escopo do objetivo em questão, foram implementadas diversas iniciativas com a finalidade de incentivar o hábito de leitura, apoiar a criação literária e preservar a cultura bibliográfica nacional, das quais merecem destaque: o apoio a 175 bibliotecas comunitárias e/ou pontos de leitura.

O incentivo ao audiovisual foi confirmado pela implantação em 2014 de 19 novos cineclubes e a capacitação de profissionais de cultura alcançou no período de 2012-2014 um total de 12.298 artistas, técnicos e produtores de arte e cultura qualificados.

O incentivo aos vários segmentos artísticos se deu pela realização ou apoio a diversos eventos, tais como: os Painéis Funarte de Regência Coral, os Painéis Funarte de Bandas de Música e os Painéis Funarte de Música Popular, Prêmio de Concertos Didáticos, Mostra Bola na Rede 2014, Mostra Grande Área 2014, VI Edição do Projeto Cultural Arte em Foco – 4 ciclos de reflexão teórica sobre os diferentes campos das artes, Seminário Funarte Residências no Brasil, entre inúmeros outros.

O incentivo à demanda por produtos culturais recebeu forte impulso com a criação da política do Vale Cultura. Ao final de 2014, mais de 340 mil trabalhadores já possuem o seu cartão Vale-Cultura, utilizando uma rede com mais de 24 mil receptoras, ou seja, pontos que aceitam o cartão como forma de pagamento para consumo de bens e produtos culturais. O consumo com o Vale Cultura já supera a marca de R\$ 48 milhões que fomentam as cadeias produtivas da cultura, distribuídos em todo o território nacional.

O incentivo às manifestações culturais populares prosseguiu em 2014 a partir de ações implementadas pelo Programa Cultura Viva. No período de 2004 a 2014, o Programa Cultura Viva (PCV) já fomentou 176 Pontões de Cultura em todo o território nacional que estão presente em quase todos os estados brasileiros.

Metas 2012-2015

• 100% dos Estados e Distrito Federal com estrutura técnica de apoio à produção e formação de mão de obra para o audiovisual

Análise Situacional da Meta

No acumulado de 2012 a 2014, 14 Unidades da Federação foram beneficiadas com ações de apoio à produção e formação de mão de obra. Desta forma, somando-se o resultado obtido no primeiro semestre de 2014 às 12 unidades da Federação beneficiadas até 2013, nota-se que aproximadamente 52% da meta foi cumprida, o que possibilita o alcance do previsto até o final do exercício de 2015.

Até o terceiro trimestre de 2014, foram implantados 14 núcleos de produção digital (NPDs) em 14 Unidades da Federação, o que representa um alcance de 52% da meta. No primeiro semestre de 2014 foram repassados recursos para a criação de 3 novos núcleos em 3 novas UF's, em fase final de implantação. Além deles, outros 10 NPDs serão implantados nas 10 UF's restantes até o fim de 2015, de forma a alcançar a meta até o fim da vigência do PPA, com o alcance das 27 UF's.

Quantidade alcançada

51,8

Data de Referência



31/12/2014

• **Ampliar em 1000 unidades os espaços não-comerciais de exibição de conteúdos audiovisuais, em todo o território nacional**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram implantados 19 novos cineclubes, a partir de repasses de recursos realizados no segundo semestre de 2013, à Universidade Federal do Mato Grosso, à Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) e à Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas, além de 44 unidades CEUs (Centros de Artes e Esportes Unificados), inauguradas em 2014, que receberam obras audiovisuais brasileiras do catálogo da Programadora Brasil, totalizando 63 novos espaços. Considera-se que a meta foi superestimada e dificilmente será atingida até o fim de 2015. A partir de 2011, com a instituição do Decreto nº 7.568/2011, que impôs uma série de restrições ao convênio com entidades privadas sem fins lucrativos, essa estratégia de parceria com a sociedade civil tornou-se inviável, visto a impossibilidade de formalização de parceria direta. Face aos impedimentos impostos pelo referido Decreto, uma parceria firmada entre o Ministério da Cultura e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) vem desenvolvendo recursos tecnológicos que possibilitem a difusão em grande escala, via banda larga, de conteúdos audiovisuais a todo e qualquer possível ponto de exibição público ou privado, implicando novo modelo de difusão e exibição audiovisual.

Quantidade alcançada

63

Data de Referência

31/12/2014

• **Apoiar 130 projetos sociais de leitura**

Análise Situacional da Meta

Principais resultados obtidos em 2014:

1. Implementação do “Edital Leitura para Todos” com o empenho de 30 prêmios no valor unitário de R\$ 50.000,00 em favor de 30 entidades da sociedade civil atuantes nas 4 regiões do país;
2. Publicação da Portaria Interministerial nº 04, de 22 de outubro de 2014 que inaugura a modalidade de financiamento da 7ª Prêmio VIVALEITURA com recursos públicos e privados. A 7ª edição é financiada pelo MEC e conta com apoio institucional do MinC para premiar 4 projetos de fomento à leitura nas categorias “Bibliotecas públicas, privadas e comunitárias”, “Escolas públicas e privadas”, “Práticas continuadas de leitura em contextos e espaços diversos desenvolvidos pela sociedade” e “Promotor de leitura (pessoa física)” com valor de R\$ 25.000,00 cada, totalizando 34 projetos apoiados.

Principais desafios para o alcance da meta em 2014:

O processo seletivo do Edital Leitura para Todos deu-se em paralelo a transferência de sede da Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) da FBN (Rio de Janeiro) para o MinC (Brasília), o que proporcionou algumas interrupções no processo e dificuldades relacionadas às tramitações para o efetivo pagamento dos prêmios;

Expectativas para 2015:

De acordo com a disponibilidade orçamentária, o Edital Leitura para Todos deverá apoiar um mínimo de 21 (vinte e um) projetos de estímulo à leitura. Também se pretende ampliar as categorias da 8ª edição do Prêmio VIVA LEITURA e realizar certame voltado para o reconhecimento e apoio a projetos de incentivo à leitura voltados para a primeira infância (crianças de 0 a 6 anos).

Resumo dos resultados alcançados a cada ano:

**Plano
Mais Brasil**

2012: 95

2013: 0

2014: 34

Resumo dos resultados acumulados alcançados até cada ano:

2012: 95

2013: 95

2014: 129

Quantidade alcançada

129

Data de Referência

31/12/2014

• Apoiar 2000 pontos de leitura**Análise Situacional da Meta**

Pontos de Leitura e Bibliotecas Comunitárias são organizações similares, visto que, conceitualmente ambos são considerados como espaços de incentivo à leitura e acesso ao livro, criados e mantidos pela comunidade local, sem vínculo direto com o Estado.

Os resultados alcançados até o momento para esta meta podem ser resumidos da seguinte forma:

Pontos de leitura apoiados:

2012: 24

2013: 61

2014: 0

Resultados acumulados

Até 2012: 24

Até 2013: 85

Até 2014: 85

Para 2015, espera-se elevar substancialmente o apoio aos pontos de leitura, pois suas ações serão abordadas juntamente com o apoio às bibliotecas comunitárias.

Quantidade alcançada

85

Data de Referência

31/12/2014

• Apoiar 400 bibliotecas comunitárias**Análise Situacional da Meta**

Principais resultados obtidos em 2014:

Em 2014 foram apoiadas 175 bibliotecas comunitárias e/ou pontos de leitura, sendo:

- 158 bibliotecas comunitárias da região amazônica, contemplado na II Convocatória do Programa Iberbibliotecas do qual o Brasil é país membro; e
- 17 bibliotecas comunitárias apoiadas através de doações de acervo oriundo da Lei de Incentivo (Pronac).



Além disso, foram monitoradas as ações da rede dos Pontos de Leitura e Bibliotecas Comunitárias, através da realização de atividades de formação/capacitação na TEIA 2014, e de visitas técnicas.

Principais desafios para o alcance da meta em 2014:

Ampliar o volume de recursos para atender esse tipo de equipamento cultural. Expectativas para 2015:

Dar seguimento e monitoramentos das ações através do fortalecimento da rede dos Pontos de Leitura e Bibliotecas Comunitárias, e lançar um edital de bolsas de Intercâmbio e Interações de Pontos de Leitura, Bibliotecas Comunitárias e Bibliotecas Públicas.

Em resumo, os resultados alcançados até o momento foram:

Em 2012: 828 bibliotecas apoiadas

Em 2013: 928 bibliotecas apoiadas

Em 2014: 175 bibliotecas apoiadas

Em termos acumulados:

Até 2012: 828 bibliotecas apoiadas

Até 2013: 1756 bibliotecas apoiadas

Até 2014: 1931 bibliotecas apoiadas

Quantidade alcançada

1.931

Data de Referência

31/12/2014

• **Chancelar 30 cidades criativas distribuídas nas 5 regiões do país**

Análise Situacional da Meta

Ainda não houve a chancela de nenhuma cidade criativa. No entanto, o MinC, já tornou público em 2012 que realizaria esse chancelamento e em função disso foram iniciadas as articulações e discussões acerca da construção e definição da metodologia e dos critérios para reconhecimento desses aspectos, associados à temática da cultura e da economia criativa. No exercício de 2014, finalizou-se consultoria para modelagem do processo, possibilitando que em 2015 seja realizado o agraciamento dos territórios que, atendendo aos requisitos a serem estabelecidos, terão o reconhecimento, por meio de chancela, como território criativo.

Também vale salientar que o processo de revisão das metas do Plano Nacional de Cultura proporcionou um debate ampliado e qualificado institucionalmente, que possibilitou uma requalificação dos conceitos operados nessa meta e da abordagem do processo de chancelamento.

No exercício de 2015 será lançado um processo de seleção pública para que os territórios brasileiros se credenciem a receber a chancela de 'Cidade Criativa', que será concedido após avaliação por uma comissão de especialistas a partir de critérios objetivos. Em função disso, presume-se que a meta será alcançada no prazo de vigência do PPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Conceder 400 bolsas de incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário**

Análise Situacional da Meta

Desde 2012, diversos editais foram lançados para a concessão de bolsas de fomento à literatura com vistas a atender



demandas do setor no campo da criação, circulação, difusão, formação, intercâmbio, tradução e pesquisa literária com os seguintes resultados: em 2012 foram concedidas 139 bolsas de tradução de obras brasileiras; em 2013 foram concedidas 210 bolsas de tradução de obras brasileiras, 57 bolsas de intercâmbio de autores brasileiros, 30 bolsas de criação literária e 20 bolsas de circulação literária; em 2014 foram concedidas 100 bolsas de tradução de obras brasileiras e 30 bolsas de intercâmbio de autores brasileiros. Para 2015 há expectativa de concessão de mais 95 bolsas, nas diversas modalidades já referidas.

Quantidade alcançada

586

Data de Referência

31/12/2014

• **Criação da Rede Popular do Livro Acessível**

Análise Situacional da Meta

A criação dessa rede vem atender uma demanda reprimida do setor que carece de políticas e de ações articuladas entre as entidades públicas e privadas em favor da promoção da acessibilidade para leitores deficientes visuais. A rede visa estimular o acesso ao livro em diversos formatos acessíveis, seja na produção de novos títulos ou na difusão e compartilhamento de conteúdos acessíveis.

Ações realizadas

A primeira ação para contribuir com a rede foi o lançamento e a execução do Edital de Fomento à Produção, Difusão e Distribuição de Livros em Formato Acessível que selecionou 04 entidades que receberão apoio financeiro para produção de livros acessíveis (livros em braile e áudio livro) e o desenvolvimento um sítio na internet para difusão e compartilhamento de conteúdos entre entidades representativas. Atualmente as 04 entidades selecionadas estão em fase de conveniamento. Os recursos estão empenhados no orçamento do exercício em 2014, com previsão de recebimento de recursos e execução dos quatro projetos previstos para 2015. A rede será criada a partir da integração dos projetos selecionados no edital, na articulação com ações de acessibilidade do Governo Federal e sociedade civil. A expectativa é de que a Meta de criação da rede seja atingida em 2015.

• **Criação do programa Livro Popular**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi implantado um projeto piloto que estruturaria as bases para criação e manutenção de um programa denominado “Livro Popular”, com a finalidade de ampliar o acesso ao livro e a leitura e fomentar a produção e a comercialização de livros, adquiridos através de preço acessível no valor de até R\$ 10,00.

Inicialmente o projeto piloto foi lançado com o objetivo principal de ampliar e atualizar o acervo das bibliotecas de acesso público, através da doação de livros por parte do governo. O Governo por sua vez, ao adquirir os livros a preço acessíveis, alimentaria uma rede de editoras e livrarias espalhadas pelo país.

Ao longo de 2012 e 2013 foram executadas as seguintes ações no âmbito do projeto piloto:

- Desenvolvimento do Portal do Livro, ambiente virtual de gestão da compra de livros e doação deles às bibliotecas. Foram lançados 03 editais para convocação, seleção e credenciamento no Portal do Livro dos antes envolvidos nessa ação: de um lado, bibliotecas interessadas em adquirir o acervo e de outro, pontos de vendas (editoras e livrarias) interessados em oferecer títulos disponíveis ao preço máximo de até R\$ 10,00. O credenciamento foi realizado por meio de edital de seleção pública.

A aquisição dos livros foi feita, mediante a escolha de títulos em pontos de venda pelas bibliotecas credenciadas no Portal e o pagamento se dava por meio de um cartão-livro concedido diretamente às bibliotecas. Ao longo da execução, diversas fragilidades foram identificadas na operação desse projeto piloto. Foram identificadas falhas na funcionalidade dos cartões de débito para pagamento de livros adquiridos, no cadastramento de dados no Portal e falta de capacidade de monitoramento e fiscalização na entrega dos livros nas bibliotecas em todo país dentre outros



aspectos que resultaram na suspensão do projeto piloto e da resolução no âmbito do MinC de não implementar o programa.

Nessa perspectiva, o programa livro popular não será criado, mas os resultados relativos ao número de livros adquiridos e distribuídos para bibliotecas públicas e comunitárias estão mensurados em outras metas do PPA (implantação e modernização de bibliotecas públicas e apoio a bibliotecas comunitárias).

• **Disponibilização de linha de crédito específica para os setores criativos ofertada por bancos oficiais**

Análise Situacional da Meta

Por se tratar de uma ação considerada estratégica, estão em curso atividades de prospecção que possuam o condão de identificar segmentos culturais que possam ser beneficiados com a disponibilização de linhas de microcrédito.

Para a disponibilização de linha de crédito específica, há a necessidade de serem estabelecidas duas premissas: a primeira associada à modelagem de negócio que se pretende disponibilizar e a segunda, a implementação, propriamente dita. Para atingimento da primeira iniciativa de modelagem da linha de crédito, está em curso uma contratação de serviços de consultoria tendo como um dos produtos a modelagem de linhas de crédito para financiamento a micro e pequeno empreendedores criativos. Trata-se do desenvolvimento de estudos que permitirão estruturar a disponibilização de linhas de crédito a partir de 2015. Além dessa iniciativa, iniciou-se um diálogo com instituições financeiras visando à prospecção de segmentos culturais que possam ser beneficiados com a disponibilização de linhas de microcrédito.

• **Disponibilização do vale-cultura a 6 milhões de brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Implementado em setembro de 2013, o Programa de Cultura do Trabalhador é a maior iniciativa de democratização do acesso à cultura criada no Brasil. Por meio do cartão Vale-Cultura, o programa tem o potencial de injetar mais de R\$ 25 bilhões ao ano na cadeia produtiva cultural, potencializando o acesso e a fruição de produtos e serviços culturais. Ao final de 2014, mais de 340 mil trabalhadores já possuíam o seu cartão Vale-Cultura, utilizando uma rede com mais de 24 mil receptoras, ou seja, pontos que aceitam o cartão como forma de pagamento para consumo de bens e produtos culturais. O consumo com o Vale Cultura já supera a marca de R\$ 48 milhões que fomentam as cadeias produtivas da cultura, distribuídos em todo o território nacional.

Quantidade alcançada

339.612

Data de Referência

31/12/2014

• **Emitir certidão de autodefinição de comunidades remanescentes de quilombo e implementar projetos culturais de fomento, qualificação e capacitação para 300 comunidades quilombolas e de terreiros.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizadas 164 certificações distribuídas da seguinte forma:

Região Sul: 13 Comunidades Quilombolas;

Região Nordeste: 110 Comunidades;

Região Sudeste: 15 Comunidades Quilombolas;

Região Centro-Oeste: 05 Comunidades;

Região Norte: 21 Comunidades

A expectativa é que esta meta será alcançada ao final do PPA.

Quantidade alcançada

549

Data de Referência

31/12/2014



- **Fomentar/realizar 36 seminários ou oficinas para formação e qualificação de agentes públicos e da sociedade civil, como foco no público prioritário do Programa Cultura Viva, visando sua participação qualificada em instâncias colegiadas e na formulação e acompanhamento da política cultural, promovendo intercâmbio, produzindo e difundindo documentos com diretrizes e ações prioritárias.**

Análise Situacional da Meta

De 2012 a 2014, foram realizados 55 seminários/fóruns e oficinas que também são Conferências Livres de Cultura e desenvolveram propostas e diretrizes de políticas específicas dos segmentos da diversidade cultural, como: Culturas Populares, Ciganas, Indígenas, Quilombolas, dentre outros. Foram realizados, ainda, encontros com os gestores públicos estaduais e municipais para discussão de propostas para a qualificação da gestão do Programa Cultura Viva - PCV, como também o Fórum de Culturas Indígenas, Oficina sobre a implementação da Convenção 169 da OIT, Encontro de Culturas Populares e Tradicionais, além do fomento à realização de várias Teias Estaduais.

Em 2014, foi realizada a Teia Nacional da Diversidade Cultural, que reuniu cerca de 3000 pessoas cadastradas, entre representantes de pontos de cultura, dos segmentos culturais da diversidade e gestores públicos, dentre outros. Foram realizados além da programação de mostra artística, feira de economia solidária e oficinas temáticas, os seguintes fóruns: Fórum Nacional de Pontos de Cultura, Fórum Nacional de Pontos de Memória, Fórum da Diversidade, Fórum de Cultura Afro-Brasileira, Fórum de Cultura Indígena e Fórum de Cultura Cigana, que apresentaram e discutiram diretrizes para o PCV, considerando principalmente os 10 anos do Programa, a Lei Cultura Viva que o torna uma política de Estado e seu desenvolvimento enquanto política de base comunitária no âmbito do Sistema Nacional de Cultura. Além dos fóruns foi realizado também o Seminário Nacional de Acessibilidade Cultural durante a Teia Nacional, 13 fóruns estaduais de pontos de cultura que antecederam o evento e o 1º Encontro Nacional de Arte e Cultura LGBT, além de duas oficinas preparatórias da Teia – a oficina de elaboração da programação e metodologia da TEIA, com representantes do Sistema MinC, gestores estaduais das Redes de Pontos de Cultura, representantes dos pontos de cultura, parceiros realizadores do evento e gestores federais de políticas públicas sociais – SEPPIR, MS, MJ e SDH. A segunda oficina foi de capacitação para uso dos instrumentos de cadastro e avaliação de propostas para alunos do curso de produção cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

No segundo semestre de 2014, houve a realização do Seminário Mulher e Cultura que debateu as ações e espaços de visibilidade das mulheres para os segmentos da cultura, a realização da Semana Cultura Viva que debateu o fomento das ações para o fortalecimento das Redes do Programa Cultura Viva, bem como do debate e participação social para a regulamentação da Lei Cultura Viva, dentre outros seminários e oficinas como: Seminário LGBT, Encontro CNPdC, Oficina para a formação de políticas para a juventude indígena, II Encontro de gestores e procuradores federais, estaduais e municipais, Encontro da Ministra de Estado da Cultura com grupos folclóricos e mestres de cultura popular do Brasil e do Exterior - FIFAT, Encontro Internacional de Teatro Comunitário do Rio de Janeiro, Oficinas Prêmio Cultura Cigana, Oficinas Salic Web, Oficinas Prêmio Hip Hop, Reunião GT Teia, Reunião GT Acessibilidade, Reunião GT Cultura Indígena, Reunião GT Cultura Popular, Reunião Comitê Técnico LGBT, dentre outros.

Também cabe mencionar que a atuação de bolsistas da Rede Saúde e Cultura e de consultores em conjunto com os servidores e escritórios das Regionais do MinC, aumentaram a eficiência da pesquisa de resultados e articulação da implementação do PCV junto às redes estaduais e municipais, rede de pontos de cultura indígena, dentre outras.

Quantidade alcançada

55

Data de Referência

31/12/2014

- **Fomentar, valorizar e preservar a cultura e o patrimônio afro-brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram realizadas as ações:

1. Oficinas relacionadas sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro, como a "Oficina do Acarajé" e também oficinas



em União dos Palmares/ AL;

2. Acompanhamento 29 Processos de licença ambiental, totalizando 41 pareceres, nos quais a Fundação Cultural Palmares manifesta-se acerca de impactos em áreas quilombolas, tendo em vista a proteção do patrimônio cultural, bens, documentos, sítios históricos e as reproduções físicas, sociais e econômicas, consoante os art. 215 e 216 da CF/88 e do Decreto nº 4.887/03.

3. Apoio a grupos culturais regionais.

4. Apoio a eventos da cultura afro-brasileira como música, religiosidade e dança.

5. Reuniões preparatórias com a finalidade de ouvir a comunidade afro-brasileira com o intuito de colher subsídios para a construção do Plano Setorial para a Cultura Afro-brasileira.

• **Fomento a 1,2 mil Projeto de Produção, Difusão e Circulação de Projetos, Atividades e Eventos Artísticos**

Análise Situacional da Meta

A meta realizada encontra-se dentro da estimativa fixada no PPA 2012-2015. A Funarte, para atingir seus objetivos no contexto do fomento às artes, executou diversas atividades em âmbito nacional, voltadas para os processos de criação, produção e circulação da produção e do produto cultural brasileiro, nas áreas do circo, dança, teatro, música, artes visuais e artes integradas, proporcionando a fruição e o acesso da população aos bens culturais. As principais realizações estão elencadas a seguir:

- Prêmio de Concertos Didáticos a 42 projetos para a realização de 314 concertos em 259 escolas da rede pública;
- Mostra Bola na Rede 2014 – Realizada na Funarte / DF, que reuniu vários artistas com trabalhos sobre o esporte e o futebol;
- Mostra Grande Área 2014, que levou arte para as 06 cidades-sede da Copa, macroprojeções de vídeo, exposições, intervenções, instalações e performance, exposições de grafite, entre outras;
- VI Edição do Projeto Cultural Arte em Foco – 4 ciclos de reflexão teórica sobre os diferentes campos das artes;
- Seminário Funarte Residências no Brasil. Evento sediado Funarte/RJ e que contou com apresentações, estudos de casos, mesas de debates e trocas de experiências de natureza prática e teórica, sobre o fenômeno das residências artísticas;
- Realização do IV Encontro Funarte de Políticas para as Artes, nas cidades de Belém/PA, Recife/PE, Goiânia/GO, Curitiba/PR e Rio de Janeiro/RJ;
- Encontro Iberescena de Dança, que reuniu representantes de diversos países, e discutiu novas ideias e experiências, além do intercâmbio cultural entre agentes e difusores da arte. Contou com 600 participantes inscritos de diferentes regiões do Brasil, entre artistas, coreógrafos, bailarinos, e gestores dos países envolvidos (Brasil, Chile, Colômbia, Argentina, Uruguai, Espanha, Peru, México, Bolívia, Costa Rica, Paraguai e Venezuela);
- Prêmio Funarte de Dramaturgia visando incentivar a literatura dramática e o surgimento de novos dramaturgos, através da premiação de autores brasileiros de textos teatrais inéditos, na categoria teatro adultos. Foram premiados 15 projetos;
- Prêmio Funarte de Arte Contemporânea que premiou 15 projetos de exposição, na área de artes visuais;
- Prêmio Funarte de Composição Clássica que possibilitou a 37 compositores a oportunidade de receber um prêmio de composição mediante inscrição em concurso para estreia na XXI Bienal de Música Brasileira Contemporânea, a ser realizada no segundo semestre de 2015, além de encomenda de obras inéditas a 30 compositores;
- Prêmio Funarte Caixa Carequinha de Estímulo ao Circo que tem como objetivo o apoio, parcial ou integral, a circos, companhias, empresas, trupes ou grupos circenses, por meio da destinação de recursos que viabilizem projetos de artes circenses nas diversas regiões do país. Foram distribuídos 60 prêmios com recursos da Funarte.
- Prêmio Funarte de Dança Klauss Vianna/2013, a 82 iniciativas voltadas para a área de Dança;
- Prêmio Funarte de Artes na Rua (Circo, Dança e Teatro)2013/2014 a 140 iniciativas voltadas para a área de circo, dança e teatro;
- Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais a 10 projetos, visando à prática de linguagens artísticas, à reflexão crítica



e à profissionalização dos processos de gestão cultural;

- XIII Prêmio Marc Ferrez de Fotografia a 18 projetos inéditos de criação, documentação e produção de reflexão crítica sobre fotografia;

- Edital Funarte para a Realização de Encontros, Seminários, Mostras, Feiras e Festivais / 2013 em todo o território nacional, nas diferentes linguagens artísticas da Funarte: circo, dança, teatro e música. Ao todo foram apoiados 25 eventos;

- Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça a 06 projetos para incentivar produções artísticas destinadas ao acervo de arte contemporânea das instituições museológicas, fomentando a difusão das artes visuais;

- Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz / 2014 a 96 projetos de teatro, voltados para a montagem e circulação de espetáculos ou outras atividades específicas da área;

- Programa Rede Nacional de Artes Visuais a 25 projetos objetivando fomentar a reflexão crítica e o debate sobre as artes visuais;

- Prêmio Funarte de Apoio a Orquestras a 29 orquestras possibilitando assegurar a seus instrumentistas realizar apresentações públicas com instrumentos musicais nas melhores condições possíveis;

- Grande Dança da Copa, série de “flash mobs” totalizando 48 eventos, realizados nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo, abertos a toda a população, realizados em espaços públicos.

- Bolsa Funarte de Estímulo à Produção em Artes Visuais a 14 bolsas com projetos de criação e pesquisa em artes visuais;

Quantidade alcançada

3.337

Data de Referência

31/12/2014

• Implementação do Programa Nacional de Cultura - PROCULTURA

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Cultura (Procultura) ainda não foi instituído. O texto que normatizará o Programa tramita no Congresso Nacional sob a identificação de PL nº 6.722/10. Em novembro de 2013, houve a análise e aprovação do relatório apresentado pelo Deputado Pedro Eugênio na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), da Câmara dos Deputados, concernente ao Projeto de Lei (PL) nº 1.139/2007, que se encontra apensado ao PL do poder executivo nº 6.722/2010 - ProCultura. Atualmente, o PL encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), tendo sido o Deputado João Magalhães designado para ser o relator

Com relação a 2014, o PROCULTURA ainda não está em execução. A meta será atingida quando o Projeto de Lei que o institui for aprovado no Congresso Nacional. O Projeto de lei tramita com o código PL 1.139/2007. Atualmente encontra-se em tramitação no Senado. A expectativa é de que a meta seja atingida até 2015.

• Manter apoio e parceria com pelo menos 120 Pontões de Cultura, sendo pelo menos um em cada estado e no DF e pelo menos 15% em cada macro-região do país.

Análise Situacional da Meta

No período de 2012 até o 2014, 45 pontões já receberam apoio para a continuidade dos convênios firmados, realizando os pagamentos das parcelas previstas, que podem ir de uma a cinco parcelas anuais. A distribuição regional foi a seguinte: Centro- Oeste: 4 (8,9%); Nordeste: 6 (13,3%); Norte: 1 (2,2%); Sudeste: 29 (64,4%); Sul: 5 (11,1%); Total: 45 (100,0%).

No ano de 2012, 17 Pontões receberam apoio; no ano de 2013, foram 15 Pontões; e, em 2014, 13 Pontões receberam o apoio financeiro do MinC. Entre os Pontões apoiados no período, estão os Pontões diretamente conveniados com o MinC e Pontões conveniados com os entes parceiros através das Redes de Pontos de Cultura Municipais e Estaduais do Programa Cultura Viva.

A partir do redesenho e do planejamento estratégico para o PCV, a meta dificilmente será atingida em função das áreas temáticas identificadas, que por sua vez, não necessita de uma quantidade de pontões instalados, mas sim, da atuação



por área temática dos pontões que terão suas atividades desenvolvidas dentro de cada macrorregião. Com esse aperfeiçoamento, o PCV terá maior efetividade com o apoio a um menor número de Pontões que irão integrar as áreas temáticas de atuação dos pontos de cultura instalados.

Quantidade alcançada

45

Data de Referência

31/12/2014

• Promoção de 208 eventos de intercâmbio entre artistas, técnicos e agentes culturais**Análise Situacional da Meta**

A meta encontra-se dentro do Planejado no PPA 2012-2015. Apresentando um total de 665 eventos realizados/apoiados, dos quais 549 em 2012, 113 em 2013 e 3 em 2014. Em âmbito internacional, teve início no mês de junho a Exposição Brazil: Modernity As Tradition, na 14ª Bienal Internacional de Arquitetura de Veneza – Itália tem como contexto a retrospectiva da produção arquitetônica modernista brasileira entre os anos de 1974 a 2014, com a coordenação do renomado arquiteto Ruy Ohtake e a curadoria de André Correa do Lago. A retratação de obras como Palácio Gustavo Capanema, a construção da Pampulha e da Cidade de Brasília constarão como atrações do espaço do Brasil na Bienal. Sendo o tema da mostra Absorbing Modernity: 1914-2014, idealizado pelo curador local, o arquiteto holandês Rem Koolhaas, será apresentado, no pavilhão brasileiro, a exposição retrospectiva e mostra da produção arquitetônica nacional, Brazil: Modernity As Tradition, com a proposta de impactar visualmente o público com o cruzamento da arquitetura com as artes. Integrarão a exposição, além da obra, informações, fotos e documentos sobre os diversos projetos e obras desenvolvidas pelo Brasil nestes últimos cem anos.

Em âmbito nacional, tivemos a realização de dois espetáculos encenados durante o Festival de Teatro de Curitiba:

- Os Gigantes da Montanha

- Conselho de Classe

Informamos que o evento “Residências Matadero Madrid/São Paulo” previsto para 2014, não foi realizado em virtude do MinC/ Diretoria de Relações Internacionais (DRI) não ter dado continuidade ao projeto.

Quantidade alcançada

665

Data de Referência

31/12/2014

• Promover o funcionamento contínuo das Redes de Pontos de Cultura em todos os estados e no Distrito Federal, ampliando o número de pontos fomentados alcançando a marca de 5 mil, em pelo menos 30% dos municípios**Análise Situacional da Meta**

Desde a implantação do Programa Cultura Viva - PCV, já foram fomentados de 4.502 pontos de cultura nos estados, municípios e no DF. Assim, os pontos de cultura estão presentes em 1.036 municípios brasileiros, número que deverá ser ampliado com a execução dos convênios em curso e com a finalização do mapeamento realizado (Cadastro de Pontos de Cultura). Este número representa uma cobertura de 18,6% do total de 5.570 municípios brasileiros, com a seguinte distribuição por região: Norte – 18,4% (83 municípios de 450); Nordeste – 23% (413 de 1.794); Centro-Oeste – 14,8% (69 de 467); Sudeste – 21,9% (366 de 1.668); Sul – 8,8% (105 de 1.191). Após os editais que serão lançados, será realizada a revisão e atualização dos municípios alcançados pelo programa.

No ano de 2012, 3.665 pontos já haviam sido fomentados, em 2013 eram 4060 pontos a partir das propostas de novas redes que se encontram em fase final de conveniamento, 442 novos pontos foram fomentados, totalizando assim, 4.502 pontos de cultura fomentados até o dia 31/12/2014.

A partir da Lei Cultura Viva, Lei nº 13.018/2014, os pontos de Leitura, pontos de Memória e pontos de Ancestralidade Africana serão também contabilizados para o atingimento desse meta, sendo assim, o número inicialmente previsto de 5.000 pontos até 2015 será superado. Em 2015, o MinC, em parceria com o IPHAN, IBRAM e FCP, irá promover a contagem dos pontos de cultura já fomentados até o presente momento, incluindo assim, os pontos de leitura, de memória e pontos de ancestralidade africana.

**Quantidade alcançada**

4.502

Data de Referência

31/12/2014

• Qualificação de 10,5 mil artistas, técnicos e produtores de arte e cultura**Análise Situacional da Meta**

A meta encontra-se dentro do planejado pelo PPA 2012-2015, apresentando um total de 12.298 artistas, técnicos e produtores de arte e cultura qualificados, dos quais 4.760 em 2012, 4.133 em 2013 e 3.405 em 2014. As principais ações realizadas pela instituição para o atingimento da meta consistem na promoção de diversas oficinas nas áreas de teatro, circo, dança, música popular, bandas de música e regência coral. As oficinas qualificam artistas, criadores e profissionais residentes em capitais e em cidades do interior distribuídos nas cinco regiões do país. São elas:

•Capacitação Artística e Técnica em artes Cênicas

Visa oferecer a artistas, técnicos e pesquisadores do setor, a oportunidade de aprimorar seus talentos e aprofundar seus saberes. Além de qualificar profissionais para o competitivo mercado de trabalho, a iniciativa consistiu na execução de oficinas de artes cênicas (circo, dança, técnicas cênicas e teatro).

Foram realizadas, em 2014, 97 oficinas em diversas cidades do país. Os cursos, com carga horária entre 20h/aula a 40h/aula cada, foram ministrados por profissionais de notório saber em cada área, qualificando 1.697 pessoas.

•Painéis Funarte de Regência Coral

O evento teve por finalidade fomentar nas cidades de Maceió (AL), Macapá (AP), Maringá (PR) e São João Del Rei (MG), um intenso programa de apoio ao canto coral, com cursos de técnica de regência, dinâmica de corpo, técnica vocal e percepção musical. Foram realizados, em 2014, 04 painéis, capacitando 604 pessoas.

•Painéis Funarte de Bandas de Música

O evento teve por finalidade atualizar conhecimentos musicais para músicos e regentes de bandas e promover a integração e a troca de experiências de forma a que se tornem conhecidos os trabalhos e experiências das diferentes regiões do país. Foram realizados, em 2014, 03 Painéis, qualificando cerca de 1.082 pessoas nas cidades de Cachoeira (BA), Salvaterra (PA) e Marechal Floriano (ES).

•Painéis Funarte de Música Popular

O evento teve por finalidade fomentar a criação e a produção de música instrumental e vocal de cunho popular, capacitar e reciclar instrumentistas, arranjadores, estudantes, músicos e professores de música, engajando a sociedade local em manifestação artística de alto nível. Para tanto, foram capacitadas, em 2014, cerca de 22 pessoas na Cidade de Fortaleza (CE).

Quantidade alcançada

12.298

Data de Referência

31/12/2014

• Realizar 01 circuito nacional de feiras de livros implantado em parceria com o setor produtivo do livro**Análise Situacional da Meta**

A 1ª edição do Circuito Nacional de Feiras de Livros foi realizada no período de 2012 a 2013 com a finalidade de apoiar as feiras do livro existentes e estimular a criação de novas pelo país, principalmente em pequenas e médias cidades, além de organizar e sistematizar um Calendário Anual de Feiras e Eventos Literários para atender a uma antiga demanda dos organizadores de feiras, expositores, escritores e promotores da leitura.

O circuito consistiu na realização das seguintes ações:



- Cadastramento de feiras de livros existentes no país por meio de preenchimento de formulário específico disponível no sítio da Fundação Biblioteca Nacional e enviado pelo e-mail feiradelivros@bn.br.

- Lançamento do Edital de Apoio a Feiras de Livros, executado ao longo de 2012 e 2013, resultando na seleção e apoio financeiro de feiras de livros através de convênios com prefeituras e entidades privadas.

- Caravana de Escritores, ação realizada dentro do Circuito e em parceria com a Câmara Brasileira do Livro (CBL) que permitiu apoio financeiro para custear a participação de autores nacionais e locais em feiras e eventos literários cadastrados no Circuito.

Resultados alcançados na 1ª edição: - 297 feiras e eventos cadastrados; - 16 feiras apoiadas; - 228 participações de 75 autores.

Após a realização do Circuito e na perspectiva de ampliar e fortalecer o calendário nacional de feiras de livros e eventos literários, o MinC lançou em 2014 o Edital de Apoio ao Circuito Nacional de Feiras de Livros e Eventos Literários que se encontra em fase de execução e tem previsão de apoiar financeiramente a realização de 10 feiras e eventos literários até dezembro de 2014.

Em 2014, foi realizado edital de chamada pública para apoiar a 2ª edição do circuito Nacional de Feiras de Livros e Eventos Literários. O resultado com 10 projetos selecionados, dos quais 2 já foram executados (convênios celebrados e pagos e eventos realizados); 6 projetos estão em fase de conveniamento com previsão de realização). Considerando as ações que foram realizadas no período 2012 a 2013, a meta foi atingida em 2013 e será superada em 2015 com os projetos selecionados no edital em 2014, cuja realização dos eventos será no decorrer de 2015.

Em resumo, os resultados alcançados até agora foram:

Resultados alcançados no ano

2012: 0

2013: 1

2014: 0

Resultados acumulados alcançados:

Até 2012: 0

Até 2013: 1

Até 2014: 1

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

• **Realizar ações para o desenvolvimento sustentável de 300 comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre foram realizados acompanhamentos em 09 processos de licenciamento ambiental, nos quais a Fundação Cultural Palmares (FCP) manifesta-se acerca dos impactos em áreas quilombolas, tendo em vista a proteção do patrimônio cultural, bens, documentos, sítios históricos e as reproduções físicas, sociais e econômicas, consoante os art. 215 e 216 da CF/88 e do Decreto n.º 4.887/03.

Nesse sentido, foram atendidas 40 comunidades quilombolas impactadas pelos seguintes empreendimentos:

Estado da Bahia : 04

Barragem de Baraúna (Empreendimento Barragem) - 01 Comunidade

Pedreira Valéria (Empreendimento Mineração) – 03 Comunidades



Contorno Ferroviário de Camaçari (Empreendimento Transporte) - 01 Comunidade
Linha de Transmissão de 500 KV Miracema - Sapeaçu (Empreendimento Energia) – 08 Comunidades
Estado de Sergipe : 01
Projeto Carnalita (Empreendimento Mineração) – 03 Comunidades
Estado do Tocantins : 01
Linha de Transmissão Tucuruí II - Itacaiúnas - Colinas II (Empreendimento Energia) – 04 Comunidades
Estado do Rio Grande do Norte: 01
Linha de Transmissão de 230 kV Paraíso – Lagoa Nova II, subestações SE Lagoa Nova – 01 Comunidade
Estado do Piauí :01
Ferrovia Transnordestina (Empreendimento Transporte) – 11 Comunidades
Estado de Pernambuco :01
Ferrovia Transnordestina (Empreendimento Transporte) – 08 Comunidades
No período de 2013/2014 a FCP promoveu ações voltadas para o desenvolvimento sustentável de 69 comunidades quilombolas (2013 = 29/ 2014 = 40), e considerando estes resultados, dificilmente a meta prevista no PPA será atingida.
Quantidade alcançada
204
Data de Referência
30/06/2014

OBJETIVO: 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar, manter, gerir e articular a gestão e o uso de espaços e ambientes destinados a atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo acomoda as ações do Ministério da Cultura (MinC) que envolvem a instalação, a manutenção e a utilização de espaços culturais, bem como esforços para recuperação e disponibilização, em meio digital, de acervos audiovisuais; pertencem a este escopo, portanto, as políticas de implementação de Centros de artes e esportes unificados - CEU's; de gestão de equipamentos culturais diversos sob a responsabilidade do Governo Federal; de modernização de bibliotecas e museus e de recuperação e digitalização de acervos audiovisuais de grande relevância para a cultura nacional.

No período de 2012 a 2014 foram implantados e/ou modernizados 116 unidades museais e, somente no ano de 2014, modernizadas 119 bibliotecas públicas. Os espaços e equipamentos culturais do MinC/ Funarte, apresentaram intensa movimentação, com cerca de 847 atividades artísticas, entre espetáculos de circo, dança, teatro, música, exposições e outras atividades, beneficiando um público de 334.501 pessoas.

Os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU) são espaços sociais que levam à população a oportunidade de usufruir, no mesmo espaço físico, atividades esportivas, culturais e de lazer, além de formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sócio assistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital. Em 2014 foram concluídos 36 CEUs, totalizando 56 CEUs concluídos durante a vigência do atual Plano Plurianual;

Em 2012 foram digitalizados e disponibilizados 145 novos títulos no âmbito do projeto Programadora Brasil. A previsão para 2015 é de que 144 novos títulos, frutos de editais de fomento à produção lançados pelo MinC, devam ser incorporados ao catálogo da Programadora. Além disso, 250 títulos do catálogo deverão ser novamente licenciados, passando por novo processo de digitalização. Apesar de a meta ter sido superestimada em relação à Programadora, a Cinemateca Brasileira lançou em 2013 o projeto Banco de Conteúdos Culturais, realizado em parceria com a Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC) e com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP/MCTI), que digitalizou e disponibilizou por meio de plataforma na internet aproximadamente 6.000 títulos. Em 2014 foi formalizada nova parceria com a RNP/MCTI, para novo ciclo de digitalização de acervos e de plataformas de distribuição.



Metas 2012-2015

• Acesso de 1,2 milhão de visitantes aos Espaços Culturais da União

Análise Situacional da Meta

A Funarte mantém 20 equipamentos culturais entre teatros, salas de exposições, salas de música, Escola Nacional de Circo e Espaços para Projetos de Residência para grupos de artistas, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília.

Em 2013, a Escola Nacional de Circo, centro de referência na formação circense na América Latina, teve sua sede totalmente reformada e reequipada e ampliou seu número de vagas, de forma a oferecer ainda mais oportunidades a artistas de construir uma carreira no circo.

Ressalta-se que, ainda neste ano, foram realizadas, nos equipamentos culturais da Funarte, 847 atividades artísticas, entre espetáculos de circo, dança, teatro, música, exposições e outras atividades, beneficiando um público de 334.501 pessoas, superior àquele registrado em 2012, que foi de 287.094. A meta encontra-se dentro do Planejado no PPA 2012-2015.

As atividades da Funarte tiveram um alcance exitoso, principalmente no que concerne à possibilidade de dar acesso à população a atrações artísticas a preços reduzidos e populares, atrações estas que foram apresentadas originalmente em espaços privados a preços fora do alcance do público. Também logrou êxito a possibilidade de o palco público facilitar experimentação das linguagens, exibir novos talentos e trazer público jovem, hoje distante dessas manifestações.

A localização destes espaços, o horário dos espetáculos e os ingressos baratos facilitam a grande circulação de pessoas. Apesar da preocupação da Funarte em manter os espaços em nível de qualidade alta, com todos os equipamentos de que um palco cênico ou musical necessita, a dificuldade que se impõe é sempre a de manutenção.

Ressalta-se que em 2014 foram realizadas diversas atividades artísticas, entre espetáculos de circo, dança, teatro, música, exposições e outras atividades, beneficiando um público de 459.806. Um percentual expressivo de público deve-se a exposição "Bola na Rede", na Funarte Brasília, durante a realização da Copa do Mundo de Futebol.

Quantidade alcançada

1.081.401

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	400.000	unidade	528.849	31/12/2014
Região Sudeste	800.000	unidade	552.552	31/12/2014

• Digitalizar e disponibilizar 4.000 títulos da produção audiovisual nacional, por meio do projeto Programadora Brasil

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram digitalizados e disponibilizados 145 novos títulos no âmbito do projeto Programadora Brasil. A previsão para 2015 é de que 144 novos títulos, frutos de editais de fomento à produção lançados pelo MinC, devam ser incorporados ao catálogo da Programadora. Além disso, 250 títulos do catálogo deverão ser novamente licenciados, passando por novo processo de digitalização. Apesar de a meta ter sido superestimada em relação à Programadora, a Cinemateca Brasileira lançou em 2013 o projeto Banco de Conteúdos Culturais, realizado em parceria com a Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC) e com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP/MCTI), que digitalizou e disponibilizou por meio de plataforma na internet aproximadamente 6.000 títulos. Considera-se que houve um equívoco na definição da meta em torno apenas do projeto Programadora Brasil, uma vez que se poderia considerar a meta atingida de certa forma, do ponto de vista do acesso da população ao conteúdo digitalizado e disponibilizado por meio do referido Banco de Conteúdos Culturais. Em 2014 foi formalizada nova parceria com a RNP/MCTI, para novo ciclo de digitalização de acervos e de plataformas de distribuição.

Quantidade alcançada

145

**Data de Referência**

31/12/2014

• Implantar e induzir a gestão de 360 Centros de Artes e Esportes Unificados - CEU**Análise Situacional da Meta**

Os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU) são espaços sociais que levam à população a oportunidade de usufruir, no mesmo espaço físico, atividades esportivas, culturais e de lazer, além de formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sócio assistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital.

As obras dos empreendimentos dos CEUs estão no âmbito do PAC 2 e, de acordo com o 11º Balanço do PAC, foram contratados 342 empreendimentos em 315 municípios de 26 estados e no Distrito Federal. O Programa teve o cronograma alterado e consequentemente os municípios atrasaram a execução das obras. Os Principais Resultados alcançados em 2014 foram:

1.A conclusão de mais 36 CEUs, totalizando 56 CEUs concluídos;

2.A assinatura das Atas de Registro de Preços resultantes dos Pregões Eletrônicos SRP nº 10, 12 e 13/2014, que dizem respeito à aquisição de livros, equipamentos cênicos e materiais e equipamentos esportivos para os CEUs.

Resumindo, até agora foram obtidos os seguintes resultados:

Quantidades alcançadas a cada ano:

2012 - 2

2013 - 18

2014 - 36

Quantidades alcançadas acumuladas para cada ano:

2012 - 2

2013 - 20

2014 - 56

Quantidade alcançada

56

Data de Referência

31/12/2014

• Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais.**Análise Situacional da Meta**

Principais Resultados: de janeiro a novembro de 2014 foram transferidos recursos para 34 processos de implantação/modernização de museus.

A meta estabelecida para 2015 de 60 unidades museais já havia sido superada desde o primeiro semestre de 2014 pela realização de 114 ações de implantação/modernização, dos quais 74 foram oriundas de Convênios e Prêmios e 40 de Projetos PRONAC analisados pelo Ibram com recursos efetivamente repassados/captados.

No segundo semestre de 2014 foram contabilizadas mais 2 ações de implantação/modernização oriundas de Projetos PRONAC analisados pelo Ibram com recursos efetivamente captados.

Totalizando até novembro de 2014, foram 116 unidades museais implantadas/modernizadas, o que representa 193% da meta até 2015, que já foi superada em 2014.

Os resultados obtidos foram impactados principalmente pelo lançamento dos Editais de Prêmios o que resultou em instrumento eficiente no repasse de recursos junto às instituições museológicas.

Expectativas: Ainda espera-se concluir no ano de 2014 mais 30 ações de implantação/modernização de museus cujos processos ainda se encontram em fase de finalização de análise, a saber:

13 ações oriundas do Edital de Modernização de Museus 2013, 06 do Edital Mais Museus 2013, 03 de Emendas



Parlamentares 2013 e 03 de demandas espontâneas 2013; bem como mais 05 ações originadas de Emendas Parlamentares 2014 – Orçamento Impositivo.

Principais dificuldades enfrentadas: A maior dificuldade encontrada ainda consiste na falta de capacitação dos proponentes na utilização das ferramentas tecnológicas (Salicweb e Siconv), bem como a deficiência na elaboração e estruturação de projetos a serem inscritos nos certames realizados pelo Instituto. Tal deficiência impacta no alto índice de inadmissibilidade das propostas; em grande dispêndio da força de trabalho dos técnicos em diligências na tentativa de maior aproveitamento das propostas selecionadas; podendo resultar em escassez de tempo para conclusão dos atos administrativos dentro do exercício financeiro previstos no edital.

Executado até o exercício:

2012- 56

2013- 26

2014- 34

Total- 116

Quantidade alcançada

116

Data de Referência

31/12/2014

• **Modernizar ou implantar 241 bibliotecas públicas**

Análise Situacional da Meta

Principais resultados obtidos:

Em 2014 foram modernizadas 109 bibliotecas públicas, por meio de:

- Modernização de 21 de bibliotecas públicas, por meio da distribuição de kits referentes a contratos de comodatos estabelecidos entre a FBN e municípios brasileiros nos anos de 2008 a 2012. Vale esclarecer que os materiais que compunham os Kits foram adquiridos nos anos de 2008 e 2012, no entanto, em função de pendências documentais só foram entregues as prefeituras em 2014.
- 10 bibliotecas públicas beneficiadas no Edital de seleção pública nº02/2013/SNBP: Edital de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas – 2013 – recurso 2014.
- 52 bibliotecas públicas beneficiadas no Edital DLLLB/FBN/MinC N° 01 / 2014: Prêmio Boas Práticas e Inovação em Bibliotecas Públicas. Em processo de seleção, com previsão de pagamento em outubro de 2014.
- 6 bibliotecas apoiadas por meio do SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO, contemplado na I Convocatória do Programa Iberbibliotecas.
- 1 biblioteca pública da Bahia apoiada na II Convocatória do Programa Iberbibliotecas.
- 3 Bibliotecas públicas modernizadas, por meio do projeto Pontos de Informação e Comunicação em Bibliotecas Públicas – PIC-BP, em parceria com a Bill & Melinda Gates Foundation.
- 16 bibliotecas públicas apoiadas por meio de doações de acervo oriundo da Lei de Incentivo (Pronac) Principais desafios para o alcance da meta em 2014:

A meta de 241 modernização/implantação de bibliotecas públicas estava pautada na distribuição de kits padronizados para bibliotecas em todo o país. No entanto, numa nova fase de modernização, o foco está sendo dado na qualificação dos equipamentos e serviços prestados pelas bibliotecas públicas apoiadas, indo mais além do que a simples entrega de kits, de maneira a torná-las referência na área. Além disso, a fragilidade institucional dos municípios e dos estados para executar e gerenciar o repasse de recursos via convênios tem sido um desafio institucional.

Expectativas para 2015:



No ano 2015 pretende-se modernizar 100 bibliotecas por meio do lançamento do segundo edital para reconhecer as boas práticas e projetos inovadores em Bibliotecas Públicas.

Em resumo, os resultados obtidos até agora para alcançar esta meta foram:

2012: 407 bibliotecas modernizadas ou implantadas;

2013: 172 bibliotecas modernizadas ou implantadas;

2014: 109 bibliotecas modernizadas ou implantadas.

Em termos acumulados:

Até 2012: 407 bibliotecas modernizadas ou implementadas;

Até 2013: 579 bibliotecas modernizadas ou implementadas;

Até 2014: 688 bibliotecas modernizadas ou implementadas.

Quantidade alcançada

688

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0788 - Produzir fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo em questão reúne as atividades de produção e difusão de conhecimento sobre cultura; fornecimento de apoio e fomento à economia criativa; formação e qualificação de profissionais que lidam com atividades culturais e apoio a projetos envolvendo a integração entre a educação e a cultura.

Produção e difusão do conhecimento

Em 2012, foram produzidos e difundidos 64 estudos, pesquisas e eventos sobre a cultura no Brasil. Em 2013, foram totalizados 182 produtos realizados. Destes 182 destacam-se a produção de 52 artigos e/ou livros e a participação em 48 encontros científicos (com trabalhos apresentados). Em 2014, foram produzidos 32 relatórios parciais e 21 relatórios finais sobre estudos e pesquisas; 10 publicações impressas e uma virtual; 12 cursos e outros 82 eventos dentre seminários, encontros, palestras, mesas redondas, exposições, participações em encontros científicos e visitas técnicas, totalizando 158 produtos tendo como foco aspectos da cultura brasileira. Foram ainda concedidos apoios à realização de 6 pesquisas/estudos revertidos em publicações do Ciclo de Palestras "Conheça Mais", coordenado pela Fundação Cultural Palmares.

Nas políticas públicas de garantia dos direitos do autor e de outros que lhe são conexos, como o de preservar a criação intelectual, assegurando a autoria da liberdade criativa, a Fundação Biblioteca Nacional atua como órgão responsável pelo Registro de Averbação de Direitos Autorais, segundo o estabelecido na Lei 9.610/98. No período de 2012-2014 foram registradas 121.756 obras intelectuais.

Economia Criativa

Três importantes linhas de ação para a dinamização do setor criativo são as incubadoras de empresas criativas, a instalação de suporte ao setor criativo por meio da instalação da Criativa Birôs e o apoio aos Arranjos Produtivos Locais voltados para a economia criativa.



Em 2013, foi firmada parceria com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB), para ofertar suporte técnico-metodológico aos 13 Criativas Birôs conveniados no exercício de 2013, no sentido de qualificar seu modelo de gestão. Em 2014, o processo de implementação dos “Criativas Birôs” decorre de parcerias firmadas com os entes da federação. E nesse sentido foram firmados convênios com 13 estados. Desse total, 09 (nove) já foram inauguradas e estão em pleno funcionamento, estimando-se que até o início do primeiro semestre de 2015 outras 05 (cinco) estejam concluídas.

Em 2013, foi ainda estabelecida parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), para aproveitar a experiência e capacidade operacional daquela pasta no reconhecimento e apoio a arranjos produtivos locais. Dessa parceria resultou a seleção de 27 APL's de todas as regiões brasileiras. O início dos trabalhos ocorreu no exercício de 2014.

Formação e qualificação de profissionais na área cultural

Em complementação aos estímulos dirigidos ao setor de economia criativa, em 2013 foram selecionadas 11 instituições para oferecerem cursos de formação livre a cerca de 1.000 profissionais criativos. Além disso, estabeleceu-se a cooperação entre a SEC e a SEFIC para realização de curso em EAD pelo SENAC com temática semelhante. Dessa forma, as capacitações de profissionais criativos têm ocorrido por meio dos instrumentos: Edital “Conexão Cultura Brasil: intercâmbios e negócios”, que, ao estimular a mobilidade de profissionais criativos contribuem para sua qualificação profissional; ações realizadas pelos “Criativas Birôs”, que incluem consultorias e cursos destinados a agentes culturais e criativos nos estados onde estão instaladas, além da já mencionada cooperação tripartite entre MinC e SENAC para realização de cursos em EAD destinados a agentes culturais e criativos.

Em 2014, foram formados e atuaram em campo 98 agentes de leitura, beneficiando 14 cidades do Estado do Rio de Janeiro e São Bernardo do Campo em São Paulo. Foram também realizadas reuniões técnicas com os gestores do Rio de Janeiro e visitas técnicas no Rio Grande do Norte, Bahia, São Bernardo do Campo, Acre e Santa Catarina e ainda articulou-se juntamente com a Secretaria Nacional de Juventude a inserção dos Agentes de Leitura no Portal da Juventude, ferramenta de troca de experiências, interação e acesso a oportunidades da Política Nacional de Juventude. De 2012 a 2015 foram formados 1332 agentes de leitura.

Em 2013, O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), instituição vinculada ao MinC, realizou duas oficinas no âmbito do Programa para a Gestão de Riscos do Patrimônio Musealizado Brasileiro. Ainda neste ano, no âmbito dos museus vinculados, foram realizadas oficinas voltadas a profissionais que atuam diretamente na área ou em áreas relacionadas ao campo museal (como turismo e pedagogia, por exemplo), voltadas ao público escolar e também oficinas de artes, literatura, artesanato, dança, desenho etc., visando estimular, disseminar e preservar a memória de culturas, conhecimentos, técnicas e tradições populares de cada região. No total, foram realizadas 234 oficinas com 5.126 pessoas capacitadas em 2013 e 45 oficinas realizadas em 2014, na mesma modalidade.

No segmento do audiovisual, no período de 2012 a 2013 foram oferecidas 22 atividades de formação, capacitando 880 pessoas. Em 2014, foram realizadas 3 oficinas de formação em produção audiovisual, das quais participaram 90 pessoas, além de 3 seminários de qualificação de produtores e realizadores audiovisuais que capacitaram 150 pessoas. Foram ainda realizadas 3 oficinas de formação audiovisual no âmbito do Núcleo de Produção Digital de Mato Grosso, com a participação de 220 pessoas. Ainda em 2014, o MinC viabilizou a participação de 35 alunos em cursos da Escola de Cinema Darcy Ribeiro, no município do Rio de Janeiro (RJ).

O Programa de Capacitação em Gestão de Projetos e em Empreendimentos Criativos é composto por 4 Etapas: Curso Introdutório (40/h aula, à distância), Curso Avançado (95/h aula, à distância), Oficinas de “Modelagem de Projetos Culturais e Planos de Negócio de Empreendimentos Criativos” (32h/aula a ser realizada em 9 cidades polos) e Oficina de Formação de Facilitadores (32h/aula, quatro turmas, em Brasília. A primeira etapa do Programa ocorreu ao longo do ano de 2013. Ao decorrer do exercício de 2014, procedeu-se à execução da 2ª e a 3ª etapa do Programa. A 3ª Etapa do programa consistiu em Oficinas Práticas – destinados aos aprovados na 1ª e 2ª etapas, para o desenvolvimento da



“modelagem de projetos culturais e planos de negócio de empreendimentos criativos”.

Importante mencionar, por fim, que no período de 2009 a 2013 foram formados 3.714 pessoas em gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura.

Ações integradas de educação e cultura

O Programa Mais Cultura nas Escolas é projeto inclusivo, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), com vistas ao fortalecimento das artes e da cultura na educação integral. Segundo levantamento prévio feito pelos ministérios da Cultura, da Educação e do Desenvolvimento Social, 67% das escolas que enviaram projetos habilitados a participar do programa têm a maioria de seus alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família.

Estão sendo atendidas atualmente 5.000 escolas públicas com repasses de recursos via PDDE/FNDE, por meio do Programa Mais Cultura nas Escolas.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011 e é coordenado pelo Ministério da Educação. Em dezembro de 2012, em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, o Ministério da Cultura participou pela primeira vez da pactuação de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) no âmbito da cultura e das artes. Dessa parceria surgiu o Pronatec Cultura. Seus objetivos principais são: (1) promover o reconhecimento das Artes e da Cultura como campo de formação e qualificação profissional; (2) capacitar profissionais que trabalham no ramo e aumentar o número de cursos ofertados na área. As ações do PRONATEC Cultura envolvem cerca de 65 cursos voltados para a Cultura, relacionados ao Eixo Tecnológico de Produção Cultural e Design. Trata-se de cursos como: editor de projeto visual gráfico, vitrinista, eletricitista de áudio visual, iluminador cênico, sonoplasta, roteirista de animação, operador de câmera, operador de áudio, maquiador cênico, ilustrador, editor de vídeo, assistente de produção cultural, entre outros. Até dezembro de 2014 foram pactuadas ao todo 71.048 vagas e homologadas 31.667 em cursos FIC de cultura e artes, no âmbito do PRONATEC Cultura.

Metas 2012-2015

• 5 elos da cadeia produtiva do audiovisual - formação, produção, distribuição, exibição e preservação - mapeados e com dados sistematizados

Análise Situacional da Meta

O mapeamento da cadeia produtiva do setor audiovisual foi realizado pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), o que resultou na plataforma Ancine Digital, em que está alojado o Observatório do Cinema e do Audiovisual (OCA). O mapeamento dos elos foi concluído. O Observatório do Cinema e do Audiovisual (OCA) da Agência Nacional do Cinema (Ancine) disponibiliza dados referentes ao elo de exibição, incluindo salas de exibição de cinema e mercado de televisão por assinatura, visto que os agentes desse elo são obrigados por lei a atender às demandas de registro e fiscalização da Ancine. Os dados dos demais elos (formação, produção, distribuição e preservação) já se encontram na base de dados do sistema de gerenciamento de registro e fomento da Ancine, mas a sistematização e disponibilização desses dados ainda está em processamento. Essa base de dados é própria da Ancine, sendo alimentada pelo sistema de registro de empresas e obras/títulos, bem como pelo sistema de fiscalização e controle do circuito exibidor e de televisão por assinatura.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

• Apoio a formação de 12.000 agentes de leitura

Análise Situacional da Meta

Principais resultados obtidos em 2014:

Por meio do assessoramento técnico prestado pela Coordenação Geral de Leitura, foram formados e atuaram em campo



98 agentes de leitura, junto às famílias beneficiárias do projeto (preferencialmente integrantes do Programa Bolsa Família), atingindo 14 cidades do Estado do Rio de Janeiro e São Bernardo do Campo em São Paulo. Ainda em 2014, foram realizadas reuniões técnicas com os gestores do Rio de Janeiro e visitas técnicas no Rio Grande do Norte, Bahia, São Bernardo do Campo, Acre e Santa Catarina e ainda articulou-se juntamente com a Secretaria Nacional de Juventude a inserção dos Agentes de Leitura no Portal da Juventude, ferramenta de troca de experiências, interação e acesso a oportunidades da Política Nacional de Juventude.

A formação presencial dos agentes de leitura, estimada em 96h (40h antes de atuar, 40h após 6 meses de atividades e 16h ao final dos 12 meses de mediação de leitura) é meta específica dos Convênios e atribuição do órgão executor (estados e municípios CONVENIENTES signatários do Programa Mais Cultura – MinC) que aplicam o projeto pedagógico comum elaborado pela Coordenação Pedagógica Nacional do projeto. A formação EAD (estimada em 40h) é incumbência da Coordenação Pedagógica Nacional do Projeto (Cátedra UNESCO de Leitura – PUC Rio de Janeiro). Tal coordenação é objeto de Convênio específico do Ministério da Cultura com a PUC Rio de Janeiro.

Principais desafios enfrentados para o alcance da meta em 2014:

Fragilidades institucionais dos estados e municípios na execução do projeto e a defasagem do valor da bolsa de complementação de renda do agente de leitura, definida pelo MinC em 2008/2009, que se tornou menos atraente para o perfil de jovens no projeto. Também identificamos nas visitas técnicas que os jovens carecem de maior e melhor estrutura e acompanhamento das gestões locais no sentido de apresentá-los às famílias e espaços beneficiados e do apoio logístico e material para o desempenho de suas atividades, notadamente aquelas realizadas em grupos de agentes de leitura diretamente com as famílias ou na dinamização de espaços públicos como bibliotecas públicas, comunitárias, escolares, escolas, pontos de cultura, pontos de leitura, centros comunitários, praças, etc.

Também cabe ressaltar que o Programa Mais Cultura praticamente encerrou a gestão iniciada em 2011. Assim, o Ministério da Cultura passou a negar os pedidos de celebração de novos convênios tendo Agentes de Leitura como objeto, o que implicou na queda do número de agentes formados. Com isso, não há previsão de novos agentes formados em 2016.

Expectativas para 2015:

1. Executar os recursos aprovados no Fundo Nacional de Cultura para avaliação externa do projeto (a DILLB chegou a selecionar entidade para realizar a avaliação, porém, a Procuradoria da FBN indicou impedimentos legais para a efetiva contratação da única entidade que apresentou proposta no certame). Esta avaliação inclui a etapa referente ao redesenho do modelo de implementação do programa;
2. Assessorar tecnicamente o Distrito Federal e os municípios de Guarulhos-SP e Sobral-CE para a seleção, formação, apoio e atividades de 266 novos Agentes de Leitura;
3. Retomar articulações no âmbito do Governo Federal notadamente com os Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde, da Justiça, entre outros, com o objetivo de levantar recursos financeiros e institucionais e apoiar a implementação do projeto nos Estados.

Os resultados alcançados para esta meta foram:

2012: 0

2013: 1234

2014: 98

Em termos acumulados:

Até 2012: 0



Até 2013: 1234

Até 2014: 1332

Quantidade alcançada

1.332

Data de Referência

31/12/2014

• **Atender 150 grupos, comunidades ou coletivos com projetos de formação e práticas de comunicação**

Análise Situacional da Meta

A meta é atendida pelo Edital "Comunica Diversidade", lançado em agosto de 2014 e realizado em parceria com a UFRJ e a Fundação José Bonifácio. Este Edital encontra-se atualmente em fase de cadastramento das propostas e permite atender diretamente 60 iniciativas de comunicação e cultura de jovens realizadores, de 15 a 20 anos. Foram recebidos 520 projetos e habilitados 297. No momento, os projetos estão sendo avaliados pela Comissão de seleção. Na fase pós-seleção será realizado um acompanhamento das iniciativas selecionadas para mapeamento dos grupos/redes/coletivos e comunidades beneficiadas com a ação e levantamento dos números.

Quantidade alcançada

60

Data de Referência

31/12/2014

• **Atender 3.000 professores de Arte de escolas públicas, em parceria com o MEC, por programa de aperfeiçoamento**

Análise Situacional da Meta

Realizações em 2014

1- O FREPOP – Fórum de Educação Popular teve sua XII edição nacional e IX internacional realizada entre os dias 22 e 26 de julho de 2014, no estado de Sergipe. Foram realizadas cinco atividades de mobilização que antecederam o Fórum, denominadas Cirandas Regionais de Mobilização e Organização, abrangendo as regiões sul, sudeste, centro oeste, norte e nordeste do Brasil. Ocorreram também atividades autogestionárias de grupos de apoio denominadas Rodas de Conversa de Mobilização e Organização do XII FREPOP – IX Internacional.

O objetivo destas atividades foi ampliar a participação de arte-educadores, professores e educadores populares na organização e mobilização do XII FREPOP – IX Internacional, em particular no terreno das decisões sobre seu modelo de organização. Durante o Fórum foram discutidas metodologias de promoção do diálogo entre o saber popular e cultural e a educação formal.

2- Na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), o 1º Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes, foi realizado no período de 24 a 26 de março de 2014, na cidade de Ouro Preto/MG, com a participação de Professores-Coordenadores dos Cursos de Artes de todas as universidades federais, representantes do Ministério da Cultura - MinC, Ministério da Educação - MEC, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEXT) e Universidade Federal de Ouro Preto. O objetivo do encontro foi mobilizar e articular Instituições Públicas de Ensino Superior das Artes para dialogar ações que promovam o fortalecimento e a ampliação de programas e cursos voltados para a formação, pesquisa e extensão em arte e cultura.

Quantidade alcançada

750

Data de Referência

31/12/2014

• **Atender 5.000 escolas pelo Programa Mais Cultura nas Escolas, em parceria com o MEC**

Análise Situacional da Meta

Realizações em 2014:



1- Estão sendo atendidas 5000 escolas públicas com repasses de recursos via PDDE/FNDE, por meio do Programa Mais Cultura nas Escolas.

2- Foi realizado, também, em parceria com a Universidade Federal do Ceará, mapeamento de boas práticas em educação infantil para promoção da diversidade cultural, através do Edital Escola Lugar de brincadeira e diversidade.

Quantidade alcançada

5.000

Data de Referência

31/12/2014

• **Formar e qualificar 30.000 pessoas em gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura**

Análise Situacional da Meta

De 2009 a 2013 foram realizados 8 cursos para formação de gestores e conselheiros de cultura. 6 Cursos de extensão e 2 de pós-graduação. Foram realizados também apoio técnico à elaboração de planos estaduais e municipais de cultura. Tendo em vista que geralmente são cursos para uma média de 100 alunos, dificilmente a meta 30.000 pessoas qualificadas será atingida.

Quantidade alcançada

3.714

Data de Referência

31/12/2014

• **Implementar 27 birôs de serviços para suporte, assessoria e consultoria de empreendedores e empreendimentos criativos**

Análise Situacional da Meta

Principais realizações até 2013 para o atingimento da meta

Firmada parceria com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB), para ofertar suporte técnico-metodológico aos 13 Criativas Birôs conveniados no exercício de 2013, no sentido de qualificar seu modelo de gestão.

2014

O processo de implementação dos “Criativas Birôs” decorre de parcerias firmadas com os entes da federação. E nesse sentido foram firmados convênios com 13 estados, e mais um com uma universidade, resultando em seus respectivos repasses de recursos. Desse total, 09 (nove) já foram inauguradas e estão em pleno funcionamento, estimando-se que até o início do primeiro semestre de 2015 outras 05 (cinco) estejam concluídas. Entretanto, deve-se ponderar que essa iniciativa depende de fatores como disponibilidade de recursos em cada exercício, para viabilizar a implantação de novos birôs. Acredita-se que a meta dificilmente será alcançada até o final da vigência do PPA.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2014

• **Implementar 30 incubadoras de empreendimentos criativos**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foi realizado processo seletivo por meio de edital, que resultou na seleção de 14 propostas de fomento a incubadoras. O Edital foi publicado pelo MinC, por intermédio da Secretaria da Economia Criativa (SEC), em 2013. Seus desdobramentos (início das diligências para formalização dos convênios) foram iniciados em 2014. A seleção contou com 44 inscrições, das quais 29 foram habilitadas e 16 foram inabilitadas. O processo de seleção encontra-se em fase de diligência aos proponentes para, obedecidas as formalidades legais, possibilitarem a formalização dos



respectivos conveniamentos.

Acredita-se que não haverá o alcance da meta.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2014

• **Institucionalizar 30 arranjos produtivos locais criativos distribuídos nas 5 regiões do país**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), para aproveitar a experiência e capacidade operacional daquela pasta no reconhecimento e apoio a arranjos produtivos locais. Dessa parceria resultou a seleção de 27 APL's de todas as regiões brasileiras. O início dos trabalhos ocorreu no exercício de 2014. Em razão da concretização da parceria entre MinC e MDIC, a julgar pelo número de APLs selecionados em 2013 e considerando-se a perspectiva de nova seleção em 2015, espera-se que a meta seja alcançada.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

• **Ofertar 60.000 vagas em cursos técnicos e profissionalizantes no campo da arte e cultura, em parceria com o MEC, por meio do PRONATEC**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011 e é coordenado pelo Ministério da Educação. Em dezembro de 2012, em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, o Ministério da Cultura participou pela primeira vez da pactuação de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) no âmbito da cultura e das artes. Dessa parceria surgiu o Pronatec Cultura. Seus objetivos principais são: (1) promover o reconhecimento das Artes e da Cultura como campo de formação e qualificação profissional; (2) capacitar profissionais que trabalham no ramo e aumentar o número de cursos ofertados na área. As ações do PRONATEC Cultura envolvem cerca de 65 cursos voltados para a Cultura, relacionados ao Eixo Tecnológico de Produção Cultural e Design. Tratam-se de cursos como: editor de projeto visual gráfico, vitrinista, eletricitista de áudio visual, iluminador cênico, sonoplasta, roteirista de animação, operador de câmera, operador de áudio, maquiador cênico, ilustrador, editor de vídeo, assistente de produção cultural, entre outros.

Os recursos do PRONATEC Cultura são repassados pelo MEC diretamente à rede ofertante (Sistema S, Rede Federal e Estadual de Ensino, no âmbito do Ensino Técnico). O trabalho do MinC atualmente tem sido articular demandas do Sistema MinC e dos territórios para mobilizar o aumento da demanda por cursos e vagas nas áreas de cultura e artes. Em 2013 foram 9.576 vagas. Em 2014 foram 22.091 vagas. Até dezembro de 2014 foram pactuadas ao todo 71.048 vagas e homologadas 31.667 em cursos FIC de cultura e artes, no âmbito do PRONATEC Cultura.

Está em andamento a pactuação dos cursos referentes ao 1º sem/2015, tendo sido identificadas 62.315 vagas no eixo produção cultural e designer, no mapeamento de demandas.

Quantidade alcançada

31.667

Data de Referência

31/12/2014

• **Ofertar 8.300 vagas para capacitação de agentes culturais em elaboração e gestão de projetos culturais**

Análise Situacional da Meta

Em agosto de 2013, foi assinado contrato com o SENAC para execução do Programa de Capacitação com a implantação de nova metodologia de ensino.

Desde então, destaca-se a grande receptividade que o programa vem alcançando perante a sociedade, tendo mais de 8.000 pessoas inscritas, o que demonstra o grande sucesso, o aperfeiçoamento e o aprimoramento desse projeto,



superando todas as expectativas em relação ao contrato anterior com a FGV.

O Programa de Capacitação em Gestão de Projetos e em Empreendimentos Criativos é composto por 4 Etapas: Curso Introdutório (40/h aula, à distância), Curso Avançado (95/h aula, à distância), Oficinas de “Modelagem de Projetos Culturais e Planos de Negócio de Empreendimentos Criativos” (32h/aula a ser realizada em 9 cidades polos) e Oficina de Formação de Facilitadores (32h/aula, quatro turmas, em Brasília). Até o momento, o Programa não enfrenta qualquer dificuldade relacionada ao alcance das metas inicialmente previstas. Entretanto, o que poderá ocasionar uma oscilação entre a previsão inicial e o quantitativo alcançado ao final desse 2º ciclo é o fato de que em relação às oficinas presenciais, relativas às 3º e 4ª etapas do Programa, não há como dimensionar, com precisão, o número de gestores culturais que efetivamente comparecerão aos encontros, pois o deslocamento entre as cidades envolve custos que, muitas vezes, não podem ser arcados por aqueles que residem em municípios distantes do local da oficina ou em outras regiões.

Ao decorrer do exercício de 2014, procedeu-se à execução da 2ª e a 3ª etapa do Programa de Capacitação em Gestão de Projetos e Empreendimentos Criativos. Este programa ofertou 5.900 vagas na 2ª Etapa e 810 vagas na 3ª Etapa.

A 2ª Etapa do Programa foi um curso avançado, à distância, dividido em duas fases, uma sem tutoria e outra com tutoria, que englobou os módulos “Gestão de Empreendimentos Criativos” e “Elaboração e Gestão de Projetos Culturais”.

Entre os meses de julho a novembro, concretizamos a 3ª Etapa do programa que consistiu em Oficinas Práticas – destinadas aos aprovados na 1ª e 2ª etapas, para o desenvolvimento da “modelagem de projetos culturais e planos de negócio de empreendimentos criativos”. O polo Rio Branco-Acre foi cancelado por falta de quórum, mas os interessados foram alocados nas outras localidades.

Quanto às dificuldades enfrentadas no exercício de 2014 destaca-se a necessidade realizar alguns ajustes pedagógicos durante a realização da 3ª Etapa no intuito de atender demandas específicas do público alvo do programa. Tais modificações, entretanto, resultaram em melhorias que foram incorporadas e subsidiaram o planejamento da próxima etapa.

Quantidade alcançada

19.228

Data de Referência

31/12/2014

• **Produzir e difundir 316 estudos, pesquisas e eventos sobre a cultura no Brasil**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram totalizados 182 produtos realizados. Destes 182 destacam-se a produção de 52 artigos e/ou livros e a participação em 48 encontros científicos (com trabalho apresentado). Destaque-se que em 2012 foram produzidos e difundidos 64 estudos, pesquisas e eventos sobre a cultura no Brasil.

Em 2014 a FCRB produziu 32 relatórios parciais e 21 relatórios finais sobre estudos e pesquisas desenvolvidos pelos bolsistas da casa nas áreas de seus projetos; produziu 10 publicações impressas e 1 virtual; realizou 12 cursos e outros 82 eventos dentre seminários, encontros, palestras, mesas redondas, exposições, participações em encontros científicos e visitas técnicas, totalizando 158 produtos.

Quantidade alcançada

404

Data de Referência

31/12/2014

• **Qualificar 20.000 profissionais criativos**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, as capacitações de profissionais criativos associados a esta meta ocorrem por meio de diversas ações, tais como: as iniciativas viabilizadas por intermédio do Edital Conexão Cultura Brasil # intercâmbios e # negócios, que, ao estimular a mobilidade de profissionais criativos contribuem para sua qualificação profissional, as ações realizadas



pelos “Criativas Birôs”, que incluem consultorias e cursos destinados a agentes culturais e criativos nos estados onde estão instaladas, além de cooperação tripartite entre MinC e SENAC para realização de cursos em EAD destinados a agentes culturais e criativos. Essa metodologia tem se mostrado bastante satisfatória e os resultados permitem compreender que a manutenção desta política viabilizará o alcance da meta no exercício de 2015. Foram qualificados 2.000 profissionais em 2013, e 6.760 em 2014.

Quantidade alcançada

8.760

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 10 atividades de formação, capacitação e qualificação do setor audiovisual, de acordo com os potenciais macrorregionais, com 2.000 pessoas capacitadas**

Análise Situacional da Meta

No período de 2012 a 2013 foram implementadas 13 parcerias para formação de mão de obra técnica, as quais resultaram em 22 atividades de formação, capacitando 880 pessoas. Em 2014, a partir de Termo de Cooperação firmado em 2013 entre o MinC e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), foram realizadas 3 oficinas de formação em produção audiovisual, das quais participaram 90 pessoas, além de 3 seminários de qualificação de produtores e realizadores audiovisuais, com foco em produção televisiva, os quais capacitaram 150 pessoas. Foram ainda realizadas 3 oficinas de formação audiovisual no âmbito do Núcleo de Produção Digital de Mato Grosso, das quais participaram 220 pessoas. Ainda em 2014, o MinC viabilizou, por meio de convênio com o Instituto Brasileiro de Audiovisual, a participação de 35 alunos em cursos da Escola de Cinema Darcy Ribeiro, no município do Rio de Janeiro (RJ). Por fim, realizou-se em 2014 parceria com a Fundação Joaquim Nabuco, do Ministério da Educação (Fundaj/MEC), para a realização no início de 2015 de 36 oficinas de capacitação regionais nas 5 regiões geográficas brasileiros, com um público estimado de 1.000 pessoas. Ao todo, foram realizadas quatro parcerias em 2014.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	11	31/12/2014
Região Nordeste	2	unidade	3	31/12/2014
Região Norte	2	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	2	unidade	4	31/12/2014
Região Sul	2	unidade	0	31/12/2014

- **Realizar 10 pesquisas, estudos e levantamentos sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro de forma a subsidiar políticas públicas de inserção da comunidade negra no sistema político, social e econômico**

Análise Situacional da Meta

Foi concedido apoio à realização de 6 pesquisas/estudos revertidos em publicações do Ciclo de Palestras “Conheça Mais”. A expectativa, contudo é de que esta meta seja atingida ao final do ano de 2015.

Quantidades realizadas

2012:1

2013:22

2014: 6



Acumulado:

2012:1

2013:23

2014:29

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	12	31/12/2014
Região Nordeste	3	unidade	5	31/12/2014
Região Norte	1	unidade	4	31/12/2014
Região Sudeste	3	unidade	7	31/12/2014
Região Sul	2	unidade	1	31/12/2014

• **Realizar 300 oficinas de capacitação no setor museal**

Análise Situacional da Meta

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) realizou duas oficinas no âmbito do Programa para a Gestão de Riscos do Patrimônio Musealizado Brasileiro em 2013.

No âmbito dos museus vinculados, foram realizadas oficinas voltadas a profissionais que atuam diretamente na área ou em áreas relacionadas ao campo museal (como turismo e pedagogia, por exemplo), voltadas ao público escolar e também oficinas de artes, literatura, artesanato, dança, desenho etc., visando estimular, disseminar e preservar a memória de culturas, conhecimentos, técnicas e tradições populares de cada região. No total, foram realizadas 234 oficinas com 5.126 pessoas capacitadas em 2013.

Em 2014, no 6º Fórum Nacional de Museus, foram realizadas 6 oficinas, abrangendo as seguintes temáticas e públicos:

- I - Decreto 8.124/13: Plano Museológico instrumento de gestão dos museus; 55 participantes
- II- Elaboração de Projetos e Fomento para a Área Museológica; 60 participantes
- III - Promoção em museus: Estratégias criativas e sustentáveis; 48 participantes
- IV - Museus e acessibilidade: uma temática contemporânea; 44 participantes
- V - Documentação museológica: Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados; 62 participantes
- VI - Estudo de Público: conceitos e aplicações; 23 participantes

Em 2013, foram realizadas 234 oficinas com 5.126 pessoas capacitadas.

Quantidade alcançada

240

Data de Referência

31/12/2014

• **Realizar o registro de 160.000 obras intelectuais**

Análise Situacional da Meta

Nas políticas públicas de garantia dos direitos do autor e de outros que lhe são conexos, como o de preservar a criação intelectual, assegurando a autoria da liberdade criativa, a FBN atua como órgão responsável pelo Registro e Averbação de Direitos Autorais, segundo o estabelecido na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. O Escritório de Direitos Autorais – EDA, na sua feição cartorial, manteve processo de crescimento e expansão da demanda por registro solicitado pelo público. O EDA tem procurado consolidar a sua capilaridade nacional por meio da abertura de novos postos avançados nas capitais estaduais, em regime de “cooperação técnica” e parcerias, com universidades federais



locais. O EDA vem cumprindo sua missão institucional, no período de 2012 a 2014. Realizou o registro de 121.756 obras intelectuais com segurança.

Realizado por ano:

2012: 40.865

2013: 40.561

2014: 40.330

Acumulado:

2012: 40.865

2013: 81.426

2014: 121.756

Quantidade alcançada

121.756

Data de Referência

31/12/2014

- **Viabilizar a participação de 5.158 artistas, estudantes, técnicos e agentes culturais em atividades com aderência ao Plano de Trabalho Anual do FNC**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, foi lançado Edital de intercâmbio 1/2013, visando ao alcance de parte da meta global (2012 a 2015) de atendimento a 5.158 artistas, técnicos e estudiosos.

Ocorre que, em 2013, o programa sofreu descontinuidade em razão de recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU) e, visando a melhorias, decidiu-se que não haveria seleção no segundo semestre, mas tão somente em 2014, quando novas seleções decorrerão de edital lançado ainda ao final de 2013.

Tendo em vista que o Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural foi interrompido, o número de beneficiários, em 2014, foi menor que dos anos anteriores.

Foram 600 beneficiários em 2014. Para o alcance desse resultado, além da divulgação de edital, foram realizadas diversas ações relativas à publicização do Programa de Intercâmbio, objetivando conceber ampla visibilidade. Por se tratar de um edital de demanda espontânea e cuja ênfase estava voltada ao desembolso na ordem de até R\$ 800mil por cada período, não havia um número pré-determinado de vagas.

Quantidade alcançada

2.308

Data de Referência

31/12/2014



PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte	%	31/12/2009	89,45	-	-
Proporção de Municípios com calendário de eventos esportivos	%	31/12/2009	65,91	-	-
Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte	%	31/12/2009	11,2	-	-
Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal	%	31/12/2009	83,22	-	-
Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC	%	31/12/2010	11,49	31/12/2014	45,76
Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte - LIE	R\$ milhão	31/12/2010	193,22	31/12/2014	246,48

Observações:

Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte - A pergunta relativa à relação entre o número de municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área do de esporte e o total de municípios pesquisados foi retirada das Munic's 2011, 2012 e 2013. Portanto, não há como atualizar o indicador.

Proporção de Municípios com calendário de eventos esportivos - A pergunta relativa à Relação entre o número de municípios com calendário de eventos esportivos e o total de municípios pesquisados foi retirada das Munic's 2011, 2012 e 2013. Portanto, não há como atualizar o indicador.

Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte - A pergunta relativa à relação entre o número de municípios com Conselho Municipal de Esporte e o total de municípios pesquisados foi retirada das Munic's 2011, 2012 e 2013. Portanto, não há como atualizar o indicador.

Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal - A pergunta relativa à relação entre o número de municípios que possuem política de esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal e o total de municípios pesquisados foi retirada das Munic's 2011, 2012 e 2013. Portanto, não há como atualizar o indicador.

OBJETIVO: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Com vistas ao cumprimento desse Objetivo, de 2012 a 2014 foram mantidos os principais Programas desenvolvidos pelo Ministério do Esporte, destacando-se:

- Programa Segundo Tempo (PST) – Padrão e suas vertentes (projetos especiais): O PST é um programa que visa democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social;
- Esporte da Escola: O Esporte da Escola é uma atividade assumida pelo PST na parceria com o Ministério da Educação



por meio do Programa Mais Educação no Macrocampo Esporte e Lazer e que tem como objetivo viabilizar a oferta do Esporte Educacional na escola, integrado ao projeto político pedagógico na perspectiva da educação em tempo integral;

- Forças no Esporte: O Forças no Esporte (PROFESP) é um programa decorrente da parceria firmada entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Defesa, que tem por objetivo implantar o Programa Segundo Tempo na infraestrutura das organizações militares, para atender crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, prioritariamente da rede pública escolar, e que estejam em situação de vulnerabilidade social;

- Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e suas vertentes (Núcleos “Urbanos” e “Para Povos e Comunidades Tradicionais”):

O PELC tem por objetivo geral contribuir com a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, por meio da promoção de ações educativas que propiciam: a prática de atividades físicas, culturais e de lazer, que envolvam todas as faixas etárias e as pessoas portadoras de deficiência; o estímulo à convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias; o fomento à pesquisa e à socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos;

- Programa Vida Saudável: Com o objetivo de democratizar o lazer e o esporte recreativo, priorizando o protagonismo da pessoa que envelhece, na perspectiva da emancipação humana e do desenvolvimento comunitário. Em 2013 o Vida Saudável (que no exercício anterior era um núcleo do PELC – Todas as Idades), foi desmembrado e implantado como um Programa Social de Esporte e Lazer. Assim, em 2014, promove acesso de idosos (acima de 60 anos) à prática de atividades físicas, culturais e de lazer;

- Realização dos Jogos dos Povos Indígenas: O Ministério do Esporte, tem buscado incentivar, fomentar e valorizar o esporte tradicional indígena, bem como implementar programas e projetos voltados a esse público, fomentando a participação, ampliação e efetivação de programas já existentes, no intuito da valorização dos atletas indígenas, dando-lhes, a oportunidade de ascensão no esporte profissional. A ação dos Jogos foi substituída em 2014 por um Plano Orçamentário na Ação 20JP para passar a recepcionar pleitos não só de Jogos Nacionais, como também jogos locais de etnias diversas e mesmo Jogos Mundiais, e nos anos seguintes passará a estabelecer uma relação entre esses jogos enquanto etapa de uma política mais ampla de esporte e lazer para os povos indígenas;

- Apoio a Eventos de Esporte Participação e Escolar: São viabilizados a promoção e o apoio a eventos de esporte e lazer, inclusive os de criação nacional, identidade cultural, natureza comunitária e interdisciplinar; a participação em eventos que possibilitem a iniciação e a vivência esportiva; além do desenvolvimento e apoio a ações ligadas a estudos, diálogos e práticas de esporte e lazer;

A finalidade da Realização e Apoio a Eventos e Competições de Esporte Participativo e de Esporte Escolar é desenvolver atividades que contribuam para ampliar o acesso ao esporte a todas as faixas etárias, estruturar e apoiar o desenvolvimento de uma política de esporte escolar, articulando as ações voltadas à formação esportiva, iniciação esportiva e competições estudantis, bem como apoiar ações ligadas ao estudo e prática de esporte e lazer;

- Redes CEDES: Foi uma ação estruturante para fomento e difusão de pesquisas executadas através da Chamada ME/CNPq Nº 091/2013 (Seleção pública de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do Esporte em suas diferentes dimensões). Esse edital possibilitou participação dos diversos pesquisadores da rede no processo de seleção supracitado. Destaque-se também como importante a parceria com o MEC no PROEXT - Programa de Extensão Universitária, que estimula experiências inovadoras no campo da extensão com projetos esportivos, ao tempo que estimula novos pesquisadores a registrarem suas experiências.



Ademais, além os resultados dos Programas apresentados nas metas instituídas no PPA 2012-2015 objeto do presente monitoramento, importa registrar os resultados aferidos em Ações previstas no Plano Orçamentário, relativos aos exercícios de 2012 – 2014:

- Desenvolvimento de atividades e Apoio a Projetos para a População Indígena:

- Formalização/realização de 3 eventos, sendo possível ultrapassar a Meta Física prevista de 6 etnias, quais sejam:

- a) 1º Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (evento previsto para Setembro/2015): com a participação de 44 etnias em benefício de 2.200 indígenas, sendo 22 etnias brasileiras (com até 50 indígenas por delegação = 1.100 indígenas) e de 22 etnias de países convidados (com até 50 etnias por delegação = 1.100 indígenas);

- b) Jogos Indígenas Pataxós: com a participação de 1 etnia e 2.500 indígenas/beneficiados;

- c) Fórum Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer dos Povos Indígenas: prevendo o atendimento de 190 etnias/indígenas participantes.

- Realização e apoio a eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social:

- Eventos e Competições Educacionais: Foram apoiados 27 eventos, por meio de 11 parcerias firmadas no exercício.

- Eventos e Competições de Participação: Foram realizados 06 eventos, por meio de 06 parcerias.

- Eventos Científicos, Acadêmicos e de Gestão, e Fomento a Pesquisas (Que implementa o Programa REDE CEDES): Foram totalizados 21 projetos mediante a realização de 13 eventos científicos e 01 pesquisa; publicação de 03 livros e 03 periódicos; e desenvolvimento de 01 repositório de armazenamento e documentação de produtos apoiados pela Rede CEDES.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação**

Análise Situacional da Meta

O Programa Segundo Tempo (PST) oferece a crianças, adolescentes e jovens acesso às atividades esportivas realizadas no contraturno escolar, contribuindo para a formação integral, a melhoria da qualidade de vida, a promoção da saúde, o desenvolvimento humano e a inclusão social.

De forma a demonstrar a evolução histórica, foi estratificado o quantitativo de beneficiados pelo PST ao longo dos exercícios de 2012 - 2014:

- 2012: 2,4 milhões;

- 2013: 4.061.861 milhões; e

- 2014: 4.091.661 milhões.

Convém destacar que dos 4.091.661 beneficiados do exercício de 2014, 410.800 beneficiados são relativos ao PST implementado por meio de parcerias públicas (Capitais e Municípios); e 3.680.861 beneficiados nas Escolas do Mais Educação por meio do Esporte da Escola.

Sendo assim, considerando a meta de 1.296.000 beneficiados nas capitais e municípios e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação, e que já acumulado 4.091.661 beneficiados, tem-se o alcance global de 55,04% dessa Meta até Dezembro/2014.



Ressalte-se que para fins de cálculo, não são somados os resultados dos exercícios anteriores com o apresentado em 2014, uma vez que se trata de uma política contínua, onde o total de beneficiados do último exercício de 2014 representa o acumulado do atendimento, ou seja, o crescimento do Programa ao longo dos anos.

Por fim, quanto a regionalização, tendo em vista que o maior volume de beneficiados do Programa se dá por meio da parceria com o Mais Educação – Esporte da Escola, e que o programa está sendo implementado em escolas de IDEB abaixo de 2,9, há uma maior concentração de beneficiados na Região Nordeste. Nessa perspectiva e em face dos percentuais ora apresentados, resta evidente que a meta da região Nordeste será superada, enquanto que a de outras regiões pode não ser atingida. Assim, revela-se a viabilidade de revisão também das metas regionais.

Quantidade alcançada

4.091.661

Data de Referência

13/02/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	241.000	unidade	585.187	13/02/2015
Região Centro-Oeste	505.017	unidade	203.362	13/02/2015
Região Nordeste	2.033.595	unidade	1.865.050	13/02/2015
Região Norte	887.638	unidade	462.760	13/02/2015
Região Sudeste	2.961.661	unidade	660.934	13/02/2015
Região Sul	804.049	unidade	314.368	13/02/2015

- **Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.**

Análise Situacional da Meta

As parcerias do PST, PELC e Vida Saudável contemplaram a iniciativa da gestão de implementação do “Projeto Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades – sede e regiões metropolitanas da Copa do Mundo”, destinando-se ao atendimento das 12 cidades e regiões metropolitanas, voltadas para o Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades-Sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e suas regiões metropolitanas.

No particular dos Projetos destinados ao atendimento das 12 cidades e regiões metropolitanas, voltados para o Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades-Sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e suas regiões metropolitanas, em 2014 foram executados os 57 Projetos formalizados em 2013, sendo 24 do PST; 08 do Vida Saudável e 25 PELC.

Com relação aos Eventos, em 2014 foram realizados 54 Eventos como legado dos megaeventos (os quais estão articulados ao proposto na meta), sendo 45 em “cidades-sedes” e 09 “nacionais”.

Desta forma, somando-se os 25 projetos/eventos obtidos em 2012, os 65 projetos/eventos obtidos em 2013 e os 111 projetos/eventos obtidos em 2014, tem-se o total de 201 projetos como resultado realizado até Dezembro de 2014, correspondendo ao percentual de 88,16% da meta (228 projetos/eventos).

Contudo, convém reiterar a proposta de suprimir esta meta com base na seguinte justificativa apresentada em 2013, quando da avaliação do PPA: “Considerando que para 2013 houve a fusão da ação orçamentária correspondente 20JR – Desenvolvimento de Ações de Esporte e Lazer como Legado Social dos Grandes Eventos, com as ações 20JP – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer e 20 JQ – Realização e apoio a competições e eventos de esporte e lazer, entende-se que essa meta deverá ser suprimida, já que os projetos de legado estarão integrados aos programas desenvolvidos nessas ações, não tendo como garantir, nem tampouco aferir os resultados inicialmente previstos para essa meta no PPA quando de sua elaboração, visto que a partir desse ano não houve orçamento específico para projetos de legado social.” Desta forma, desde 2013 os dados relativos aos projetos dessa natureza passaram a ser computados nas demais metas que mensuram os diversos programas.

Quantidade alcançada

201

**Data de Referência**

13/02/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Cidades-sede	12	unidade	30	13/02/2015
Nacional	215	unidade	168	13/02/2015
Rio de Janeiro	1	unidade	3	13/02/2015

- **Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios**

Análise Situacional da Meta

Até o exercício de 2012 o Vida Saudável era um núcleo do PELC. Somente a partir de 2013 é que foi desmembrado e implantado como um Programa Social de Esporte e Lazer. O Programa Vida Saudável promove acesso de idosos, acima de 60 anos, à prática de atividades físicas, culturais e de lazer.

De forma a demonstrar a evolução histórica, foram estratificados os municípios beneficiados pelo Vida Saudável ao longo dos exercícios de 2012-2014, totalizando 78 municípios e 36,6 mil beneficiados.

- 2012: 27 municípios; 7.600 beneficiados;
- 2013: 39 municípios; 21.200 beneficiados; e
- 2014: 12 municípios; 7.800 beneficiados.

Cabe destacar, ainda, que nos resultados do Vida Saudável de 2014 estão incluídas as parcerias firmadas no sentido do cumprimento da meta de Legado Social e Grandes Eventos – Copa 2014 e Olimpíadas e Paralimpíadas 2016.

Contudo, considerando a descrição da meta em apreço, embora constem 27 capitais e 553 municípios, vislumbra-se que esses não são cumulativos, tendo em vista que a distribuição regional totaliza apenas 553 municípios.

Desta forma, para fins de cálculo foi levado a efeito a meta de 553 municípios (sendo 27 capitais), tendo o Vida Saudável apresentado um resultado acumulado de 78 municípios, que corresponde ao alcance global de 14,10% dessa Meta até Dezembro de 2014 (justifica-se a redução em face do resultado apresentado em Junho/2014, devido a exclusão de municípios em função da identificação de sobreposição de projetos).

Quantidade alcançada

78

Data de Referência

13/02/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	327	unidade	68	13/02/2015
Região Centro-Oeste	10	unidade	0	13/02/2015
Região Nordeste	42	unidade	2	13/02/2015
Região Norte	12	unidade	0	13/02/2015
Região Sudeste	122	unidade	5	13/02/2015
Região Sul	40	unidade	3	13/02/2015

- **Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.**

Análise Situacional da Meta

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) oportuniza o direito ao acesso a políticas públicas de esporte recreativo e de lazer. Na sua essência, além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam



tratados como políticas públicas e direito de todos.

De forma a demonstrar a evolução histórica, foram estratificados os municípios beneficiados pelo PELC ao longo dos exercícios de 2012 – 2014, totalizando 251 municípios e 413.454 beneficiados.

- 2012: 28 municípios; 15.254 beneficiados;
- 2013: 95 municípios; 224.000 beneficiados; e
- 2014: 128 municípios; 174.200 beneficiados.

Cabe destacar, ainda, que nos resultados do PELC de 2014 estão incluídas as parcerias firmadas no sentido do cumprimento da meta de Legado Social e Grandes Eventos – Copa 2014 e Olimpíadas e Paralimpíadas 2016. Desta forma, para fins de cálculo (considerando a meta de 553 municípios), o PELC apresenta um acumulado de 251 municípios e o alcance global de 45,39% dessa Meta até Dezembro de 2014. (justifica-se a redução em face do resultado apresentado em Junho/2014, devido a exclusão de municípios em função da identificação de sobreposição de projetos).

Quantidade alcançada

251

Data de Referência

13/02/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	327	unidade	204	13/02/2015
Região Centro-Oeste	10	unidade	0	13/02/2015
Região Nordeste	42	unidade	13	13/02/2015
Região Norte	12	unidade	1	13/02/2015
Região Sudeste	122	unidade	17	13/02/2015
Região Sul	40	unidade	16	13/02/2015

• Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 foram produzidos e distribuídos 10.000 exemplares da Coleção de Práticas Corporais da Escola, composta de 4 volumes: 1 - Esportes de Invasão; 2 - Esportes de Marca e com Rede Divisória ou Muro/Parede de Rebote; 3 - Ginástica, Dança e Atividades Circenses; e 4 - Lutas, Capoeira e Práticas Corporais de Aventura. Ressalta-se que a referida Coleção é voltada para os monitores que participam do Curso de Extensão do Esporte da Escola, e aborda de forma transversal as temáticas de gênero e de raça, incentivando atitudes inclusivas e respeitadas, bem como desencorajando comportamentos preconceituosos.

Ademais, em 2014 também foram publicados os livros:

- **CELEBRANDO OS JOGOS, A MEMÓRIA E A IDENTIDADE:** XI Jogos dos Povos Indígenas – Porto Nacional – Tocantins, 2011;
- **LEGADOS DO ESPORTE BRASILEIRO:** contemplando as temáticas “Patrimônio indígena e afro-brasileiro como legado cultural de esporte e lazer”, “Múltiplas ações e diversidade de corpos na inclusão social pelo esporte: contribuição do Programa Segundo Tempo” e “Legados esportivos e inclusão social: por uma política de equidade de gênero no futebol”;
- **I CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE LAZER:** contemplando na temática “GT 05 – Juventudes e Jovens negros nos estudos do Lazer: onde estão?”.



Por fim, registra-se que foram mantidas todas as ações implementadas e já informadas nos exercícios de 2012 e 2013, quais sejam:

(1) Capítulo do Livro Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo com o tema “Corpo, Gênero e Sexualidade – Educando para a diversidade”;

(2) Consolidação “da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social” nas Diretrizes do PST Padrão (desde 2012), no item “o que se espera com o desenvolvimento dos Projetos”, incluindo-se raça e gênero em sentido macro;

(3) Capacitação de pessoal com orientações voltadas ao tema;

(4) Inserção nas Diretrizes do Esporte da Escola (PST no Mais Educação – desenvolvido em parceria com o MEC) do objetivo específico de “Promover a inclusão, minimizando as desigualdades e qualquer tipo de discriminação por condições físicas, sociais, de raça, de gênero, de cor ou de qualquer natureza que limitem o acesso à prática esportiva”;

(5) Previsão, nas Diretrizes do PELC, do objetivo de ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerando direitos sociais de todos os cidadãos, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano.

OBJETIVO: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

No contexto dos esforços para cumprimento do Objetivo em questão, o ME tem desenvolvido os seguintes projetos: Preparação de Atletas

O apoio aos atletas é o caminho estruturante para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento no Brasil. A ação passa pelo apoio às entidades do Sistema Nacional do Desporto (COB, CPB, Confederações, Federações, Clubes, entre outros), por meio de projetos aprovados em editais de chamadas públicas, com a aquisição de equipamentos e materiais esportivos, apoio a equipes multidisciplinares, apoio à realização e participação em treinamentos e competições nacionais e internacionais, procedimentos científicos e preparação de profissionais dessa área esportiva.

Programa Bolsa Atleta

É o maior programa de patrocínio individual do mundo, tendo beneficiado 7.620 atletas, em 2014. O público-beneficiário é composto por atletas de alto rendimento que obtiveram 1ª, 2ª ou 3ª colocação em competições nacionais e internacionais de sua modalidade, com prioridade para modalidades que compõem os programas Olímpicos e Paralímpicos. Desde sua criação em 2005, com o objetivo de formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas, o programa já ofereceu mais 43 mil bolsas, com investimentos superiores a R\$ 521 milhões. Atualmente, são cinco as categorias de bolsa oferecidas pelo Ministério do Esporte: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paralímpico, além da categoria Atleta Pódio.

Para aprimorar a destinação dos recursos e otimizar o processo de concessão, foi iniciado em 2014 o processo de revisão de marcos legais, com as primeiras mudanças apontadas na Portaria ME 164/2011 e na publicação das Resoluções 40 e



41 aprovadas pelo CNE em dezembro de 2014.

Plano Brasil Medalhas

Com o objetivo de colocar o Brasil entre os 10 primeiros colocados no quadro de medalhas dos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, foi lançado, em 2012, o Plano Brasil Medalhas. Além do financiamento já existente ao esporte de alto rendimento, o Plano Brasil Medalhas assegurou R\$ 1 bilhão adicional aos esportes olímpicos e paralímpicos em sua preparação para o Rio 2016. Uma parte desse montante, R\$ 690 milhões, destina-se a apoiar as seleções, por diversas ações, entre elas a Bolsa Pódio (criada pela Lei 12.395/2011), contratação de técnicos e equipes multidisciplinares, compra de equipamentos e materiais e viagens para treinamentos e competições. Os outros R\$ 310 milhões estão sendo utilizados em construção, reforma e equipagem de centros de treinamento de várias modalidades e complexos multiesportivos.

As modalidades olímpicas apoiadas pelo Plano são: águas abertas (novo nome para maratona aquática), atletismo, basquetebol, boxe, canoagem, ciclismo BMX, futebol feminino, ginástica artística, handebol, hipismo (saltos), judô, lutas, natação, pentatlo moderno, taekwondo, tênis, tiro esportivo, triatlo, vela, vôlei e vôlei de praia. As paralímpicas são: atletismo, bocha, canoagem, ciclismo, esgrima em cadeiras de rodas, futebol de 5, futebol de 7, goalball, halterofilismo, hipismo, judô, natação, remo, tênis de mesa e voleibol sentado.

Outra ação do Plano Brasil Medalhas 2016 é a destinação de recursos para construção, reforma e operação de 22 centros de treinamento, selecionados em conjunto com os Comitês Olímpico e Paralímpico, as confederações nacionais, clubes, estados e municípios. Desses, 21 são centros de modalidades olímpicas e um paralímpico, seguindo a recomendação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), que vai unificar todas as modalidades em um só local de treinamento. O apoio também prevê a aquisição de equipamentos esportivos.

As empresas estatais também fazem parte do projeto ao apoiar modalidades esportivas por meio de patrocínio. Banco do Brasil (apoio à vela, vôlei de praia e o pentatlo moderno), Banco do Brasil e Correios (handebol), BNDES (canoagem e hipismo), Caixa Econômica Federal (atletismo, ciclismo, BMX, futebol feminino, ginástica, lutas, modalidades paralímpicas e tiro esportivo), Correios (natação, águas abertas e tênis), Petrobras (judô) e a Petrobras (boxe e taekwondo).

Programa Atleta Pódio

O programa oferece apoio diferenciado aos atletas, com bolsas que variam de R\$ 5 mil a R\$ 15 mil. O principal requisito para entrada no programa é o atleta figurar entre os 20 primeiros colocados no ranking mundial das respectivas modalidades olímpicas. O programa define a forma, os critérios e os apoios para os atletas do Plano Brasil Medalhas, ou seja, aqueles que competem em modalidades individuais com maiores chances de conquista de medalhas nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Em 2014, 220 atletas, estavam no programa, sendo 138 olímpicos e 82 paraolímpicos.

Centro de Iniciação ao Esporte – CIE

Objetiva a construção de instalações esportivas com a adoção de parâmetros oficiais, com o intuito de ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em territórios de alta vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras, permitindo a identificação de talentos e a formação de atletas nos municípios e estimulando o desenvolvimento da base do esporte de alto rendimento nacional, de forma a atender crianças e jovens que iniciarem a prática de modalidades olímpicas e paralímpicas.

O Ministério do Esporte aprovou 285 projetos que beneficiam 263 municípios brasileiros distribuídos por regiões da seguinte forma: Centro-Oeste, 19; Nordeste, 77; Norte, 27; Sudeste, 104; Sul, 36. Dos 285 projetos aprovados foram



assinados 269 Termos de Compromisso. Os entes selecionados já concluíram a primeira etapa do Projeto, referente à entrega dos projetos de sondagem, fundação e implantação à CAIXA. Os municípios já estão na segunda etapa, referente ao Início da Obra, tendo no máximo 180 dias para conclusão da obra para os Modelos 1 (Ginásio) e 2 (Ginásio e Quadra Externa Descoberta), e 210 para conclusão da obra para o Modelo 3 (Ginásio e Estrutura de Atletismo).

O ME desenvolveu a concepção do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). O projeto integra, num só espaço físico, atividades de iniciação e de formação de atletas em até 13 modalidades olímpicas, seis paralímpicas e uma não olímpica.

Os diferenciais do programa são: fornecimento de projeto-padrão básico para tornar mais ágil a ação; pagamento do projeto de adaptação (implantação, sondagem e fundação) pelo órgão gestor – ME; projetos com tipologia compatível com os dados eólicos de cada região do país, permitindo economicidade e segurança; adaptabilidade do projeto para criação de centros especializados em determinadas modalidades esportivas; possibilidade de alteração do modelo de projeto-padrão básico inscrito no ato da seleção para outro de dimensão inferior, com o objetivo de adaptação ao terreno selecionado. Com isso, amplia-se a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em áreas de alta vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras.

Rede Nacional de Treinamento

A Rede Nacional de Treinamento está sendo estruturada pelo governo federal em parceria com estados, municípios e universidades. Instituída por meio da nova Lei nº 12.395/2011, tem como finalidade identificar e desenvolver talentos e jovens atletas nas modalidades olímpicas e paralímpicas, desde a base até a elite esportiva. Composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais e locais, a rede é coordenada pelo Ministério do Esporte, em parceria com o COB, CPB e centros regionais e locais.

A ação articulada tem a finalidade de disseminar métodos de treinamento; desenvolver e aplicar ciência e medicina do esporte; capacitar profissionais e expandir conhecimento esportivo; proporcionar encadeamento de carreira ao atleta; modernizar instalações esportivas; e viabilizar materiais adequados a cada fase de preparação do atleta.

Objetiva organizar o esporte de alto rendimento em uma rede nacional de instalações de vários tipos, dimensões e estruturas. A Rede integra os centros esportivos locais, regionais e nacionais com a finalidade de propiciar um caminho ao atleta, desde a iniciação esportiva até o mais alto grau de competitividade e requer modernização de estruturas, padronização de metodologias, troca de experiências e melhoria da gestão do esporte brasileiro, com a contribuição essencial da medicina, ciência e tecnologia aplicadas ao esporte.

Os projetos estão em diferentes estágios, desde instalações inauguradas nos últimos anos e em pleno funcionamento, outras prontas para inauguração, até as que estão com obras em andamento, e ainda as que se encontram em fase de projeto ou com licitações em andamento ou concluídas.

As obras são de responsabilidade da parte conveniada com o ME, tendo a Rede Nacional conexão com o programa Atleta na Escola, criado em 2013, e com outros programas de esporte educacional ou de iniciação esportiva do governo federal, de prefeituras, da confederação e outras instituições.

Atualmente temos 31 universidades, 3 clubes, 3 instalações militares, 3 complexos multiesportivos, 5 instalações estaduais, 7 instalações municipais e 1 instalação federal, além da previsão de 168 CIE's.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 100% das modalidades esportivas dos Programas Olímpico e Paraolímpico, visando à preparação para Rio 2016.**

Análise Situacional da Meta

Considerando o valor acumulado entre 2012 a 2014 a o Ministério do Esporte apoiou a 59 das 61 modalidades que compõem os programas Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, alcançando 97% da meta acumulada. Cabe ressaltar que em 2014 houve um avanço de 13% na meta, com a contemplação de mais 08 modalidades.



Obs.: Em 2013 eram considerada 58 modalidades, todavia houve o desmembramento de algumas delas passando a ser considerado 61 modalidades (em anexo).

Quantidade alcançada

97

Data de Referência

31/12/2014

- **Atuar na promoção da defesa dos direitos do torcedor em todos os seus aspectos, especialmente por meio do mapeamento das condições de segurança e conforto dos estádios, do estímulo ao cadastramento de 475 torcidas organizadas, visando a integração com projetos de inclusão social.**

Análise Situacional da Meta

Na promoção da defesa dos direitos do torcedor, foi realizado um ciclo de Seminários: “Uma Década do Estatuto do Torcedor e a Violência nos Estádios”, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná (com a participação de autoridades de Santa Catarina e Rio Grande do Sul). O objetivo central dos encontros é a criação de uma cooperação regular entre as instâncias do futebol, da polícia e da justiça, as quais, historicamente, são desarticuladas em todos os entes federados.

Especificamente na prevenção da violência, relacionadas às torcidas organizadas em todo o território nacional, foi realizado o III Seminário Nacional de Torcidas Organizadas que teve por foco a estruturação de uma organização de torcedores em nível nacional visando a interlocução com órgãos e políticas públicas voltadas para construção de uma política de paz nos espetáculos esportivos.

Para promover a articulação em todos os órgãos federais, estaduais e municipais que tenham relação direta com a prevenção e o enfrentamento às questões de segurança pública dos torcedores, foram realizadas reuniões com representantes do Ministério da Justiça, do Ministério Público, das Federações de Futebol, das Polícias Militar e Civil e das Torcidas Organizadas. Essas iniciativas têm o objetivo de pacificar os estádios e arenas de futebol no país e garantir o respeito aos direitos do torcedor.

Tendo como finalidade dar efetividade ao art. 2º- A do Estatuto do Torcedor, o ME desenvolveu o cadastro de torcidas organizadas, com o objetivo de identificar os locais de atuação e a identificação dos principais responsáveis pelas torcidas organizadas em todos os estados do Brasil.

Com o intento de promover a paz pela integração social, foram iniciadas conversações, por meio da Agência Brasileira de Cooperação – ABC, com o Governo da Alemanha, tendo por objetivo promover um acordo internacional de cooperação.

Com o propósito de desenvolver mecanismos de integração, monitoramento e cooperação voltados ao enfrentamento da violência no futebol, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica nº 015/2014, com o Ministério da Justiça, visando criar um ambiente de coordenação integrado para planejamento e execução de ações conjuntas ao enfrentamento da violência nos estádios e em seu entorno.

Com vistas às melhorias contínuas nas áreas de segurança, acessibilidade e conforto, houve a finalização da metodologia do Sistema Brasileiro de Classificação de Estádios, como uma das etapas do Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 24/2012, firmado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo sua aplicação a 152 estádios de futebol.

Dada a necessidade de se aperfeiçoar os laudos técnicos de incêndio, engenharia, vigilância sanitária, estabilidade estrutural e segurança, exigidos pela Portaria 238, um estudo de melhorias a estes instrumentos foi realizado no bojo do Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 24/2012, firmado com a UFRJ.

Tendo por finalidade a elaboração de estudo e medidas necessárias ao aperfeiçoamento das condições de segurança nos espetáculos esportivos, o ME deu ênfase às reuniões da Comissão Nacional de Prevenção e Segurança nos Espetáculos Esportivos – CONSEQUE, dando início à criação das Câmaras Temáticas, que têm por objetivo promover estudos que auxiliem os membros da CONSEQUE na tomada de decisões.

Quantidade alcançada

35,58

**Data de Referência**

31/12/2014

- **Contemplar 100% dos atletas de modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico e dos programas Pan e Parapan-americanos que preencherem os requisitos e se candidatarem ao Bolsa-Atleta, em todas as suas categorias.**

Análise Situacional da Meta

A concessão de Bolsa-Atleta se divide em duas fases. Na primeira fase do pleito, destinada a atletas que compõem os Programas Olímpico e Paralímpico foram cadastradas 7575 inscrições, das quais 6703 foram contempladas. Os atletas inscritos que não foram contemplados deixaram de cumprir os requisitos de concessão e por isso tiveram as solicitações indeferidas.

A segunda fase do pleito, destinada a atletas de modalidades dos Programas Pan-Americano, Parapan-Americano e a modalidades que não compõem nenhum Programa oficial, foram registrados 1131 inscritos, dos quais 338 exclusivamente das modalidades dos Programas Pan e Parapan-Americano. O número geral de contemplados na segunda fase foi de 734 atletas, sendo 246 atletas das modalidades dos Programas Pan e Parapan-Americano". A queda de aproximadamente 9% é atribuída a rigidez no controle dos processos e as modificações estabelecidas na legislação.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Elevar os indicadores médios de estrutura de gestão e estrutura de governança dos clubes de futebol profissional das séries A, B, C e D**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014, como legado da Copa do Mundo no Brasil, Ministério do Esporte trabalhou no sentido de acompanhar e participar da tramitação da Proposta de Emenda ao Projeto de Lei nº 5.201/2013 (Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte). Este Projeto estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira, de gestão transparente e democrática para entidades desportivas, institui um parcelamento especial das dívidas dos clubes de futebol devidas para União, cria o Fundo para Financiamento de Iniciação Esportiva e autoriza a criação de novas fontes de recursos para o esporte escolar.

Foi postergado para 2015, em virtude da conclusão do levantamento realizado com a UFRJ ter sido apenas no final do segundo semestre, O Seminário Nacional com os gestores dos estádios de futebol para os quais foram realizados os estudos técnicos de classificação e mapeamento da situação atual, em confronto com os laudos técnicos, estabelecido na proposta de aprimoramento dos laudos técnicos exigidos pelo Decreto nº 6.795, de 16 de março de 2009.

Em apoio à prática de futebol como ferramenta de desenvolvimento social foram realizadas visitas técnicas a municípios brasileiros visando a implementação da qualificação e requalificação de campos de futebol de várzea, como meta objetiva para o ano de 2015. E o apoio ao projeto de Cooperação Técnica Bilateral Brasil-Benin "Inclusão Social por meio da Prática Esportiva do Futebol – Fase II". O projeto tem por objetivo fornecer qualificação em práticas desportivas no Brasil, na cidade de Ribeirão Preto/SP, a 22 jovens beninenses, entre 14 e 15 anos em situação de vulnerabilidade social. Este projeto contemplou o desenvolvimento das capacidades técnicas de dois treinadores beninenses na formação continuada de jovens em práticas desportivas de futebol.

- **Estimular a formação de atletas e árbitros em parceria com os clubes esportivos e entidades representativas de árbitros**

Análise Situacional da Meta

A formalização de parcerias e convênios com governos municipais e estaduais, universidades, entidades de administração do esporte, comitês olímpico e paralímpico nacionais e entes federais, principalmente para o apoio à realização de eventos/competições esportivas, estimulam a formação de atletas e árbitros. Além do investimento direto em congressos e cursos de capacitação voltados aos atletas, árbitros, técnicos, dirigentes e estudiosos do esporte é propiciado o intercâmbio tecnológico e científico no meio esportivo. Em 2014, foram formalizados convênios e



parcerias para o atendimento de aproximadamente 7.300 beneficiários entre eventos/competições esportivas e congressos de modalidades esportivas como: atletismo, basquetebol, balonismo, futsal, futebol de areia, motocross, velcross, paralímpicas (natação, voleibol sentado, tênis de mesa, basquete em cadeira de rodas, futebol de cinco, futebol de sete). Ainda, aguarda-se 2015 para a publicação da formalização de parcerias de 2014 para o atendimento previsto de mais 2.400 beneficiários em modalidades como: biathlon, cross country, ski alpino, ski freestyle, snowboard, judô, luta olímpica, natação, nado sincronizado e polo aquático.

• **Estimular a profissionalização da gestão das Entidades Nacionais de Administração do Esporte, com ênfase nas entidades dos programas Olímpicos e Paraolímpicos.**

Análise Situacional da Meta

A Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, propiciou alterações na Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998 (Lei Pelé) e especialmente o Art. 18-A da respectiva norma passou a ter efeito em abril de 2014. Este dispositivo determinou às Entidades do Sistema Nacional do Desporto tais como comitês olímpico e paralímpico nacionais, confederações e federações esportivas, entidades de práticas esportivas (clubes), ligas esportivas e a Confederação Brasileira de Clubes, o cumprimento de uma série de medidas voltadas a melhoria e transparência da gestão dessas Entidades como condição “sine qua non” para o recebimento de recursos da administração pública federal direta e indireta. Tais medidas são voltadas de modo geral à: limitação de mandato de dirigentes, transparência na gestão e de dados econômicos e financeiros, garantia da representação de atletas e assegurar uma gestão democrática nas Entidades. O Ministério do Esporte, por meio da Portaria/ME nº 224, de 18 de setembro de 2014, passou a definir os procedimentos para verificação do cumprimento dessas exigências agora impostas pela Lei Pelé. No ano de 2014 o ME analisou a situação de 37 Entidades do Sistema e em 9 destas puderam ser comprovados o cumprimento das exigências.

O ME está organizando um novo formato de avaliação considerando as adequações previstas na Lei e em 2015 será realizada a próxima avaliação das ENADs.

Quantidade alcançada

71,42

Data de Referência

31/12/2014

• **Estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino.**

Análise Situacional da Meta

No estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino, foram realizadas várias atividades de estruturação:

- Realizada a I Copa Brasil Universitária de Futebol Feminino, no período de 18 a 26 de maio de 2014, com 24 a participação de Universidades dos Estados da Federação.

- Através de Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Esporte e o Ministério das Relações Exteriores, foi realizada oficina de treinamento de futebol feminino em El Salvador. A proposta de capacitação foi uma iniciativa de grande relevância, pois reforçou o interesse pelo futebol como uma disciplina que ajuda em diversas áreas, como aprender melhores técnicas, trocar experiências sobre os desafios que implicam na atuação da mulher em um esporte tradicionalmente masculino e a prevenção de violência. O evento contou com a participação de aproximadamente 450 mulheres.

- Participação da representante do Ministério do Esporte no evento denominado MOVE BRASIL / SESC CAMPINAS, e do Seminário Estadual "A Mulher no Futebol" Pelotas – RS, nos dias 27 e 28 de maio de 2014. Participação conjunta com a FIFA e COL, para tratar da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2015. Participação no debate “O futebol feminino profissional que queremos para o Brasil” no Museu da República (Catete) palco do Espaço Futebol para a Igualdade.

- Realização de Reunião do Grupo de Trabalho, instituído através da Portaria nº 316 de 19 de dezembro de 2013, com objetivo de debater melhorias para o desenvolvimento do futebol feminino.



- Em relação ao Futebol Feminino, foi promovido o “Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino”, que contou com a participação de 20 (vinte) equipes esportivas, realizado com o apoio da Caixa Econômica Federal e da Confederação Brasileira de Futebol – CBF. Foram realizadas a “I Copa Brasil Escolar Universitária de Futebol Feminino”, por convênio com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário – CBDU, com a participação de 24 (vinte e quatro) estados da federação e a “VI Copa Libertadores de Futebol Feminino”. Para o desenvolvimento do esporte escolar foi realizada Chamada Pública para formatação e promoção da Copa Brasil Feminina Escolar de Futebol de Campo (Sub-17), a ser realizada em duas etapas, estadual – para os 27 estados da federação Nacional.

• **Interligar e alinhar Centros de Treinamento nacionais, regionais e municipais - Rede Nacional de Treinamento.**

Análise Situacional da Meta

A Rede Nacional de Treinamento está sendo estruturada pelo governo federal em parceria com estados, municípios e universidades. Instituída por meio da nova Lei nº 12.395/2011, tem como finalidade identificar e desenvolver talentos e jovens atletas nas modalidades olímpicas e paralímpicas, desde a base até a elite esportiva. Composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais e locais, a rede é coordenada pelo Ministério do Esporte, em parceria com o COB, CPB e centros regionais e locais.

A ação articulada tem a finalidade de disseminar métodos de treinamento; desenvolver e aplicar ciência e medicina do esporte; capacitar profissionais e expandir conhecimento esportivo; proporcionar encadeamento de carreira ao atleta; modernizar instalações esportivas; e viabilizar materiais adequados a cada fase de preparação do atleta.

Objetiva organizar o esporte de alto rendimento em uma rede nacional de instalações de vários tipos, dimensões e estruturas. A Rede integra os centros esportivos locais, regionais e nacionais com a finalidade de propiciar um caminho ao atleta, desde a iniciação esportiva até o mais alto grau de competitividade e requer modernização de estruturas, padronização de metodologias, troca de experiências e melhoria da gestão do esporte brasileiro, com a contribuição essencial da medicina, ciência e tecnologia aplicadas ao esporte.

Os projetos estão em diferentes estágios, desde instalações inauguradas nos últimos anos e em pleno funcionamento, outras prontas para inauguração ainda em 2014, até as que estão com obras em andamento, e ainda as que se encontram em fase de projeto ou com licitações em andamento ou concluídas.

As obras são de responsabilidade da parte conveniada com o ME, tendo a Rede Nacional conexão com o programa Atleta na Escola, criado em 2013, e com outros programas de esporte educacional ou de iniciação esportiva do governo federal, de prefeituras, da confederação e outras instituições.

Atualmente temos 31 universidades, 3 clubes, 3 instalações militares, 3 complexos multiesportivos, 5 instalações estaduais, 7 instalações municipais e 1 instalação federal, além da previsão de 168 CIEs.

Na área de esporte educacional e de lazer foi investido R\$ 394,7 milhões em infraestrutura esportiva, possibilitando o atendimento a 833 municípios brasileiros. Do referido montante de recursos, 82,4% é decorrente de emendas de 346 parlamentares.

A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Brasil é uma oportunidade de investimentos para a ampliação do esporte de alto rendimento e do esporte de base, reduzindo as desigualdades regionais na prática do esporte.

Em 2014, foram concluídas 3 (três) instalações de alto rendimento para modalidade de atletismo em parceria com as Universidades Federais do Rio Grande do Norte, de Goiás e do Maranhão. Ainda na modalidade atletismo, estão em execução 14 (catorze) instalações em parceria com Universidades Federais e Municípios, além de outras 10 instalações com operações contratadas - com recursos empenhados -, executadas em parceria com estados e municípios.

Somam-se a isso mais 7 (sete) instalações, que atendem diversas modalidades, realizadas em parceria com Universidades Federais, Governos Estaduais e Municipais.

OBJETIVO: 0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.



Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Sediar a Copa do Mundo foi uma oportunidade histórica para o Brasil acelerar projetos de desenvolvimento econômico e social, alavancar investimentos em infraestrutura urbana e incrementar a promoção do país no cenário internacional. A missão assumida pelo Ministério do Esporte de coordenar os Planos Operacionais para a Copa do Mundo e o monitoramento da execução das obras apresentadas na Matriz de Responsabilidade foi muito bem sucedida e demonstra o alcance pleno de seus objetivos propostos com a aprovação absoluta do mundial pelo público.

A liderança do Governo Federal na gestão integrada de atores públicos demonstra a capacidade deste país em vencer o desafio de organizar um mundial de futebol, com um sistema de governança participativa sem precedentes, que coordenou esforços conjuntos para viabilizar o êxito dos temas demandados pelo evento: estádios, mobilidade urbana, aeroportos, portos, telecomunicações, saúde, segurança, energia, acomodações e receptivo turístico, comunicação, meio ambiente, cultura e voluntariado.

A estrutura planejada foi fundamental no sucesso da realização dos 64 jogos nas 12 arenas – sete delas ganharam certificações internacionais na adoção de conceitos de sustentabilidade. Elas receberam 3.429.973 torcedores (uma média de 53,5 mil por partida) o segundo maior público de todas as edições do mundial. O trabalho permitiu receber com segurança e tranquilidade pouco mais de um milhão de turistas estrangeiros, de 203 nacionalidades; 3.056.397 de turistas brasileiros e dos torcedores que participaram das “Fan Fests” e festas de rua. O sucesso do planejamento também se evidencia pela assistência na mobilidade urbana, seja no transporte coletivo municipal ou interestadual; com o movimento record nos aeroportos durante a Copa, que registraram 16,7 milhões de passageiros, e também no sucesso do planejamento da segurança, com a criação de Centros Integrados de Comando e Controle, que unificaram as ações da segurança, defesa e inteligência, garantindo a paz e a tranquilidade do evento. Além das diversas ações que consagraram a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 como a primeira a adotar conceitos de sustentabilidade em todas as cadeias de preparação do evento, ressalta-se também os projetos sociais, que incrementaram e promoveram a promoção da produção de alimentos orgânicos e da agricultura familiar que beneficiaram centenas de grupos e associações de produtores na produção de kits para o voluntariado, também há as iniciativas que beneficiaram cooperativas e catadores de lixo. O planejamento também foi fundamental para que as operações nas áreas de energia – que não registrou nenhum problema durante todo o evento – telecomunicações, saúde, cultura, turismo e voluntariado garantissem a realização da Copa das Copas no Brasil.

Metas 2012-2015

- **Apoiar o programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com mobilização de 30 mil voluntários**

Análise Situacional da Meta

Após a experiência da Copa das Confederações, as metas de mobilização para o ano de 2014 foram ajustadas de 23 mil para 18 mil voluntários, visto que foi constatado que o quantitativo de 1.500 voluntários por cidade-sede supria a necessidade local de apoio voluntário ao evento Copa do Mundo FIFA 2014.

Contudo, durante a Copa do Mundo FIFA 2014 foi concretizado o apoio de 6.156 voluntariados, os quais aderiram ao Programa Brasil Voluntário e foram convocados após o cumprimento de documentação e seguro de vida. O número de voluntários mobilizados pelo programa foi assim distribuído nas cidades-sede:

Manaus = 631;

Fortaleza = 288;

Natal = 424;

Recife = 634;

Salvador = 319;

Brasília = 493;

Cuiabá = 451;



Belo Horizonte = 576;

Rio de Janeiro = 610;

São Paulo = 951;

Curitiba = 432;

Porto Alegre = 347

Porém, cabe ressaltar que pela FIFA foram mobilizados 152.100 voluntários.

Quantidade alcançada

6.156

Data de Referência

14/08/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Cidades-sede	21.000	unidade	6.156	15/08/2014
Nacional	9.000	unidade	0	15/08/2014

• Coordenar o Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo FIFA 2014 e garantir o funcionamento do seu modelo de governança com a atuação plena das nove Câmaras Temáticas

Análise Situacional da Meta

Na qualidade de coordenador do Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa – CGCOPA – e do Grupo Executivo da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 – GECOPA –, o Ministério do Esporte - ME teve por atribuição coordenar a organização da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 no âmbito do Governo Federal, por meio da realização de ações relacionadas ao planejamento, execução e acompanhamento da preparação para o evento. Esse papel incluiu o planejamento da operação da Copa das Confederações 2013, bem como da Copa do Mundo 2014. A ação do ME teve como principal foco, a partir de dezembro de 2013, os Planos Operacionais para a Copa do Mundo das diversas áreas temáticas incluídas no GECOPA, quais sejam: Telecomunicações, Energia, Segurança, Transporte e Mobilidade, Aeroportos, Acomodações e Receptivo Turístico, Saúde, Comunicação, Meio Ambiente, Cultura e Voluntariado. Em reuniões presenciais realizadas em todas as cidades-sede (Reuniões de Integração e Validação dos Planos Operacionais), com participação das equipes das Pastas federais e dos representantes dos governos estaduais e municipais envolvidos na preparação para o evento, levantaram-se as demandas e ações necessárias para a execução dos planos em cada área temática, bem como possíveis entraves e suas respectivas soluções. Após os encontros, foram elaborados diagnósticos para cada cidade-sede, com encaminhamentos, prazos e respectivos responsáveis. Na etapa seguinte, o Ministério do Esporte monitorou a execução dos encaminhamentos, contactando, quando necessário, os órgãos participantes do GECOPA que detivessem a responsabilidade pela área temática em questão. Finalmente, durante a realização da Copa do Mundo, os Planos Operacionais de todas as áreas – e a articulação entre eles – foram postos em prática pelos órgãos governamentais, com monitoramento por parte do Ministério do Esporte.

Ao fim do processo, a análise de resultado alcançado mostrou a eficiência e eficácia do processo de coordenação deste ME, não tendo ocorrido ao longo do evento qualquer problema significativo que tenha impedido o sucesso obtido na Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

• Implementar, conjuntamente com os demais órgãos do Governo Federal, 100% do Plano para promoção dos interesses estratégicos do país como sede do evento

Análise Situacional da Meta

O Plano de Comunicação Integrada, instituído pelo GECOPA para a projeção da imagem do Brasil atendeu plenamente as metas fixadas, apresentando como resultado a recepção de 1.015.035 estrangeiros de 202 países, entre 23/05 e 13/07, visitando 491 municípios, gerando US 1,4 bi divisas de 01/06 a 23/07, tendo 83% declarado que o Brasil atendeu plenamente ou superou suas expectativas. Em contrapartida, o evento contou com a participação de 3.056.397 de turistas brasileiros.

Além disso, 20.000 profissionais de comunicação estiveram cobrindo a Copa do Mundo, entre brasileiros e de outros 113 países credenciados pela FIFA.



• **Monitorar a execução dos empreendimentos apontados na Matriz de Responsabilidades e outras ações realizadas em conjunto com as cidades-sede, entes governamentais e agentes privados envolvidos no evento**
Análise Situacional da Meta

O Governo Federal realizou análise contínua dos empreendimentos da Copa do Mundo com os Governos Locais, para auxiliar nas decisões relativas à atualização ou revisão da Matriz de Responsabilidades.

As deliberações do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA) foram publicadas na forma de Resolução no Diário Oficial da União, abrangendo, dentre outros assuntos, a inclusão, exclusão e atualização de empreendimentos da Matriz de Responsabilidades, com o intuito de atender o princípio da transparência sobre as ações relativas ao Evento.

Com o intuito de atender o princípio da transparência, e dando continuidade ao monitoramento dos empreendimentos, foram realizadas reuniões presenciais com representantes das cidades-sede e dos órgãos federais temáticos para atualização de datas e valores, e debatidos os resultados das ações, com o objetivo de informar à sociedade o Balanço Final da Copa (6º Balanço), que foi publicado no dia 24 de dezembro de 2014 e tendo como referência a data de 31 de julho de 2014.

OBJETIVO: 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Com o intuito de viabilizar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, varias obras iniciadas em 2013 já estão com percentuais de execução avançados em relação aos seus respectivos cronogramas. Em 2014, um valor médio acumulado de 20% de obras executadas, conforme aferição da Mandatária (Caixa Econômica Federal). Outras obras têm previsão de início em 2015.

Embora o foco das obras olímpicas e paralímpicas seja na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, o Ministério do Esporte executa obras espalhadas voltadas para a preparação e desenvolvimento do atleta olímpico e paraolímpico por todo o país, como por exemplo, as obras do Centro Paralímpico Brasileiro, em São Paulo/SP, cujo valor total estimado é de R\$ 264.700.000,00, sendo R\$ 145.000.000,00 de repasse da União e o restante de Contrapartida do proponente. A obra conta com aproximadamente 66,63% de execução física já aferida pela Caixa Econômica Federal. Outra obra de grande magnitude e legado é a Implantação do Centro de Formação Olímpica do Nordeste em Fortaleza/CE, cujo investimento previsto total é de R\$ 208.367.437,37, sendo R\$ 207.000.000,00 de repasse da União, destes, tanto o valor orçamentário, quanto o valor financeiro já foram repassados, o empreendimento conta com 76,39% de obra aferida pela Caixa.

Destaca-se também, neste período, a conclusão da parceria, com o Ministério da Defesa, através da assinatura de Termos de Execução Descentralizada com os Comandos da Marinha (MB), Exército (EB) e Aeronáutica (FAB), totalizando em 2014, R\$ 65.173.577,24, para obras de construção, ampliação, reformas, adequações, aquisição de equipamentos e melhoria de toda a infraestrutura e logística de vários centros de treinamento, que estão sob a gestão destes órgãos.

Metas 2012-2015

• **Garantir a eficiente atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal, através da integração de varias áreas e consequentemente através do próprio Ministério do Esporte, tem ampla atuação na cadeia de decisões que envolvem a plena execução dos esforços que estão sendo realizados para honrar os compromissos assumidos, desde a candidatura até a promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Nesta perspectiva, salienta-se o papel da Autoridade Pública Olímpica (APO), consórcio público responsável por



coordenar as ações de planejamento, monitoramento e entrega de obras e serviços necessários à realização dos Jogos, elaboração da Matriz de Responsabilidades - visando à definição das obrigações das partes -, assim como o planejamento do uso do legado dos Jogos, entre outros pontos.

No âmbito do Governo Federal, nos moldes da estrutura de governança estabelecida para a organização da Copa do Mundo 2014, foi instituído o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (CGOLIMPÍADAS), que deve estabelecer diretrizes para as ações do Governo. Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, com a missão de monitorar a implementação e execução das ações definidas pelo GEOLIMPÍADAS e coordenadas pelo Ministério do Esporte.

Além do que está sendo executado, o Ministério do Esporte promove a manutenção das ações iniciadas em exercícios anteriores e que contribuem para o alcance da meta:

- Acordo de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica Federal, com duas equipes, uma em Brasília/DF e outra no Rio de Janeiro/RJ;
- Contratação de Consultorias Especializadas;
- Desenvolvimento de sistemas e metodologias de acompanhamento e desempenho da execução dos objetivos;
- Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Esporte, o Município do Rio de Janeiro e a APO - Autoridade Pública Olímpica.
- Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Esporte, o Estado do Rio de Janeiro e a APO.

• **Implantar e modernizar a infraestrutura esportiva necessária à realização dos Jogos Rio 2016 e identificar, fomentar e desenvolver ações e medidas que contribuam para a geração e ampliação de legado esportivo**
Análise Situacional da Meta

Apesar dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, terem como sede a Cidade do Rio de Janeiro, o Ministério do Esporte, tem como principais objetivos além da realização dos jogos, o legado que os jogos deixarão para o país e para as próximas gerações.

O legado, não está restrito somente às ações regionais na sede dos jogos e, sim, na expansão do esporte e na inclusão social em todo o país através do esporte.

Destacamos que as ações inerentes ao legado são tratadas de forma a identificar as necessidades, histórico e vocação que determinada cidade, região tem com determinadas modalidades, e viabilizar sensivelmente a prática esportiva, de modo a maximizar os resultados esperados, através da análise e verificação dos planos de uso dos equipamentos esportivos.

Deste o início o Ministério do Esporte tem por objetivo pluralizar as ações dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, desta forma continuará a desenvolver e priorizar as proposições que focam no esporte de alto rendimento, mas que trazem consigo a necessidade social do país, que outrora não teve os investimentos que estamos realizando neste momento. Podemos citar os Centros de Iniciação ao Esporte - CIE, que tem como objetivo ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em territórios de vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras. O Ministério do Esporte desenvolveu a concepção no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Foram definidos 3 modelos:

- Modelo I - 2500m² : Ginásio Poliesportivo (arquibancada para 177 lugares);

Área de Apoio (administração, sala de professores/técnicos, vestiários, chuveiros, enfermaria, copa, depósito, academia, sanitário público.);

- Modelo II - 3500m²: Ginásio Poliesportivo (arquibancada para 177 lugares);

Área de Apoio (administração, sala de professores/técnicos, vestiários, chuveiros, enfermaria, copa, depósito, academia, sanitário público.);

Quadra Externa Descoberta;

- Modelo III - 7000m²: Ginásio Poliesportivo (arquibancada para 177 lugares);

Área de Apoio (administração, sala de professores/técnicos, vestiários, chuveiros, enfermaria, copa, depósito,



academia, sanitário público.); Estruturas de atletismo;

Modalidades previstas para os Centros de Iniciação Esportiva:

- Modalidades Olímpicas: Atletismo; Basquete; Boxe; Handebol; Judô; Lutas; Taekwondo; Vôlei; Esgrima; Ginástica Rítmica; Badminton; Levantamento de Peso; Tênis de Mesa;

- Modalidades Paraolímpicas: Esgrima de Cadeira de Rodas; Judô; Halterofilismo; Tênis de Mesa; Voleibol Sentado; Goalball;

- Modalidades Não-Olímpicas: Futebol de Salão;

Totalizando um total de 267 empreendimentos, distribuídos nas cinco regiões do país, com um orçamento estimado de R\$ 956.000.000,00.

Ressaltando que todo o processo de seleção, criteriosamente voltado para a inclusão social, através da identificação de regiões de alta vulnerabilidade social, complementação de obras de urbanização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou do programa Minha Casa, Minha Vida já contratadas e situação fundiária que permitisse o rápido início de obras, buscando integrar os equipamentos esportivos com as necessidades da sociedade.

Quantidade alcançada

53,95

Data de Referência

31/12/2014

ANEXO I

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES

ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS



PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	381.270.694	394.559.623	393.532.564
Despesas Correntes	381.133.930	394.422.865	393.455.019
Despesas de Capital	136.765	136.758	77.545
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	381.270.694	394.559.623	393.532.564

OBJETIVO: 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00QQ - Aprimorar as informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2564	95.000.000	123.500.000	106.308.525	106.308.525	106.308.525
20HT	1.800.000	1.260.000	382.790	382.342	382.342
Total	96.800.000	124.760.000	106.691.314	106.690.867	106.690.867

- 00QS - Fortalecer a educação previdenciária com foco na inclusão e fidelização

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GN	2.675.114	2.075.114	344.276	344.276	344.276
20HQ	3.110.324	2.177.227	1.127.088	1.112.934	1.112.934
Total	5.785.438	4.252.341	1.471.364	1.457.210	1.457.210

OBJETIVO: 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00QU - Ampliar e modernizar a rede de atendimento da Previdência Social

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20EI	687.627	687.627	535.526	535.526	535.526
8869	70.000.000	49.000.000	18.903.284	9.100.453	8.851.370
116V	60.090.000	64.290.000	51.599.949	34.915.103	33.418.230
2593	793.932.163	892.876.067	860.113.372	832.010.729	824.759.931
Total	924.709.790	1.006.853.694	931.152.130	876.561.810	867.565.058

- 00QW - Aperfeiçoar as decisões e minimizar as ocorrências de litígios

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2015	17.200.543	20.500.543	20.078.967	20.078.967	20.078.967
2294	33.000.000	28.000.000	27.768.612	27.763.663	27.645.374
2290	353.223	353.223	175.922	175.016	175.016
Total	50.553.766	48.853.766	48.023.501	48.017.646	47.899.357



• 00R0 - Garantir o pagamento de benefícios com qualidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0E81	292.144.977.841	303.163.160.094	303.139.714.160	302.455.007.651	283.682.695.400
009W	2.377.692.052	2.007.692.052	2.177.692.052	1.974.042.222	1.837.078.732
2292	290.720.000	356.364.000	335.979.676	325.441.998	325.441.998
0E82	85.080.756.158	87.611.636.216	87.611.253.686	87.571.503.288	84.387.527.572
Total	379.894.146.051	393.138.852.362	393.264.639.574	392.325.995.159	370.232.743.702

• 00R5 - Promover o acesso à informação de forma transparente e tempestiva

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20HR	3.990.000	3.090.000	1.619.044	1.113.416	1.113.416
4405	120.000.000	95.000.000	86.338.933	86.338.932	86.338.932
4641	24.139.099	16.897.370	16.697.285	15.227.132	15.178.402
2587	5.599.477	5.599.477	5.392.565	4.937.212	4.937.212
Total	153.728.576	120.586.847	110.047.828	107.616.692	107.567.962

• 00R6 - Promover o reconhecimento automático de direito

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2591	50.000.000	40.000.000	34.854.732	34.784.379	34.776.546
Total	50.000.000	40.000.000	34.854.732	34.784.379	34.776.546

• 00R8 - Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2563	10.340.702	7.340.702	5.645.378	5.645.317	5.645.287
Total	10.340.702	7.340.702	5.645.378	5.645.317	5.645.287

OBJETIVO: 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00RA - Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2585	40.000.000	28.000.000	22.536.022	15.535.685	15.501.947
Total	40.000.000	28.000.000	22.536.022	15.535.685	15.501.947

• 00RC - Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8452	5.500.000	4.000.000	2.247.267	2.247.267	2.247.267
2562	13.800.000	9.660.000	5.779.035	5.778.182	5.777.878
Total	19.300.000	13.660.000	8.026.302	8.025.449	8.025.145



- 00RE - Otimizar a supervisão, fiscalização e licenciamento das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2276	3.000.000	2.100.000	1.756.965	1.736.965	1.736.965
2592	1.230.070	1.230.070	277.962	277.962	277.962
Total	4.230.070	3.330.070	2.034.926	2.014.926	2.014.926

- 00RF - Promover políticas e ações de sustentabilidade do sistema previdenciário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8426	500.000	350.000	12.021	12.021	12.021
2274	20.000.000	22.183.097	21.684.985	0	0
212S	599.999	599.999	209.174	207.174	207.174
Total	21.099.999	23.133.096	21.906.181	219.195	219.195

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	43.708.894	52.964.409	51.085.018
Despesas Correntes	43.655.519	52.917.595	51.082.146
Despesas de Capital	53.375	46.813	2.872
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	43.708.894	52.964.409	51.085.018

OBJETIVO: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00WU - Aprimorar as ações de intermediação de mão de obra e de qualificação social e profissional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Z1	22.740.000	22.740.000	500.000	0	0
Total	22.740.000	22.740.000	500.000	0	0

- 00WZ - Otimizar a concessão dos benefícios do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Z3	12.046.873	14.456.247	14.186.108	9.769.927	9.769.927
0585	2.429.809.373	2.399.659.373	2.399.659.373	2.310.619.343	2.310.619.343
0686	5.063.392	5.063.392	3.192.086	3.192.086	3.192.086
0217	52.452.722	60.012.722	56.976.461	56.976.461	56.976.461
0653	36.734.311	40.559.311	33.962.338	33.357.798	33.357.798
0583	25.231.611.944	33.462.076.637	33.462.018.859	32.782.288.256	32.782.288.256
0581	15.236.848.498	15.877.398.498	15.876.742.344	15.497.431.099	15.497.431.099
Total	43.004.567.113	51.859.226.180	51.846.737.569	50.693.634.969	50.693.634.969

- 00X0 - Consolidar o sistema MTE Mais Emprego como instrumento de execução integrada das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4741	58.350.878	59.132.604	58.350.778	58.350.778	58.350.778
Total	58.350.878	59.132.604	58.350.778	58.350.778	58.350.778

- 00X3 - Aperfeiçoar os mecanismos de identificação do trabalhador e de registro profissional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2553	19.543.266	19.543.266	5.281.926	3.055.516	3.055.516
Total	19.543.266	19.543.266	5.281.926	3.055.516	3.055.516



• 00XC - Reestruturar a rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7V39	4.500.000	4.500.000	0	0	0
20JT	148.243.101	146.988.245	138.688.345	673.029	673.029
Total	152.743.101	151.488.245	138.688.345	673.029	673.029

• 00XD - Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento, supervisão e avaliação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JY	1.000.000	1.000.000	109	109	109
Total	1.000.000	1.000.000	109	109	109

• 04FQ - Fortalecer a participação e controle social do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C43	9.123.190	6.937.190	6.672.589	2.844.480	2.844.480
Total	9.123.190	6.937.190	6.672.589	2.844.480	2.844.480

• 04FR - Aperfeiçoar sistemas e registros públicos relativos ao trabalhador

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8885	100.000	100.000	0	0	0
20YX	21.863.414	28.422.095	28.282.792	24.703.480	24.703.480
20YY	19.567.519	17.822.375	13.278.292	5.588.912	5.588.912
4245	4.525.680	4.525.680	4.265.183	4.116.643	4.116.643
Total	46.056.613	50.870.150	45.826.267	34.409.035	34.409.035

OBJETIVO: 0289 - Estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00XX - Aprimorar os processos de estudos, monitoramento, controle e avaliação dos depósitos especiais do FAT (PROGER)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8617	8.306.080	9.967.295	9.967.295	8.306.080	8.306.080
Total	8.306.080	9.967.295	9.967.295	8.306.080	8.306.080

• 04FS - Estimular a universalização do microcrédito produtivo orientado, por meio de ações de fomento ao desenvolvimento institucional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B12	5.800.000	4.640.000	328.592	188.924	188.924
Total	5.800.000	4.640.000	328.592	188.924	188.924



• 04FT - Fomentar a concessão de financiamento de microcrédito produtivo orientado

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00JO	334.000.000	734.000.000	734.000.000	249.131.596	249.131.596
Total	334.000.000	734.000.000	734.000.000	249.131.596	249.131.596

OBJETIVO: 0869 - Assegurar ao trabalhador o direito ao emprego e trabalho decente

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 04FV - Garantir direitos de proteção no trabalho urbano, rural, portuário e aquaviário, inclusive o FGTS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4767	6.122.002	6.122.002	6.122.002	5.174.293	5.174.293
20YU	30.588.000	29.288.000	24.693.189	23.150.967	22.892.973
2C45	1.000.000	800.000	0	0	0
Total	37.710.002	36.210.002	30.815.191	28.325.261	28.067.266

• 04FW - Fortalecer ações, estudos, pesquisas e inovações no campo da proteção ao trabalhador

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YW	5.200.000	4.900.000	4.691.650	3.896.045	3.896.045
Total	5.200.000	4.900.000	4.691.650	3.896.045	3.896.045

• 04FY - Fortalecer a democratização nas relações do trabalho

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YV	1.400.000	1.400.000	1.244.095	1.142.738	1.142.738
Total	1.400.000	1.400.000	1.244.095	1.142.738	1.142.738

• 04G0 - Aperfeiçoar a política laboral de imigração e emigração

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2599	2.353.640	2.353.640	1.767.858	1.059.311	1.059.311
Total	2.353.640	2.353.640	1.767.858	1.059.311	1.059.311

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	84.063.538	85.998.641	74.327.210
Despesas Correntes	75.795.127	78.030.004	73.053.222
Despesas de Capital	8.268.410	7.968.637	1.273.987
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	55.583	55.583	49.752
Totais	84.119.121	86.054.224	74.376.961

OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02P9 - Ampliação e qualificação do acesso a uma alimentação saudável

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8735	17.500.000	12.250.000	10.449.871	2.618.653	2.616.109
Total	17.500.000	12.250.000	10.449.871	2.618.653	2.616.109

• 02PA - Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8759	229.500.000	218.890.000	218.838.407	182.029.895	182.029.895
Total	229.500.000	218.890.000	218.838.407	182.029.895	182.029.895

• 02PB - Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8758	310.796.000	287.506.000	281.167.705	256.880.173	249.740.289
Total	310.796.000	287.506.000	281.167.705	256.880.173	249.740.289

• 02PC - Aperfeiçoamento, Avaliação e desenvolvimento de Ações, Serviços e Pesquisas na Área Cardiovascular

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8755	107.100.000	102.815.000	102.806.340	80.481.284	75.294.685
Total	107.100.000	102.815.000	102.806.340	80.481.284	75.294.685

• 02PG - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6217	684.179.697	623.039.451	611.949.287	470.306.470	460.202.469
Total	684.179.697	623.039.451	611.949.287	470.306.470	460.202.469



• 02PH - Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6148	877.823.000	880.166.000	769.749.466	750.000.000	750.000.000
Total	877.823.000	880.166.000	769.749.466	750.000.000	750.000.000

• 02PM - Fortalecimento da hemorrede pública nacional visando garantir a disponibilidade de hemocomponentes à atenção especializada, e a atenção integral as pessoas portadoras de doenças hematológicas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7690	57.300.000	55.700.000	27.029.442	5.748.169	5.748.169
6516	59.713.000	71.363.426	67.677.112	44.322.114	42.382.937
09LP	100.000.000	100.000.000	30.000.000	0	0
Total	217.013.000	227.063.426	124.706.554	50.070.283	48.131.106

• 02PN - Fortalecimento de mecanismos de programação e regulação nas redes de atenção à saúde do SUS, e entre os sistemas de saúde público e suplementar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8721	136.000.000	95.200.000	80.271.437	60.871.566	60.871.566
Total	136.000.000	95.200.000	80.271.437	60.871.566	60.871.566

• 02PO - Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
125H	53.450.000	37.415.000	29.396.806	947.131	329.942
Total	53.450.000	37.415.000	29.396.806	947.131	329.942

• 02PV - Qualificação das ações em saúde para população em situação de privação de liberdade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20B1	48.500.000	33.950.000	7.638.030	7.638.030	7.638.030
Total	48.500.000	33.950.000	7.638.030	7.638.030	7.638.030

• 02PW - Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8730	241.024.000	225.194.536	178.316.163	165.095.166	165.040.629
7666	222.044.192	263.994.192	181.720.108	60.426.688	60.426.688
8585	36.303.600.000	39.172.540.850	39.157.371.247	38.849.537.157	38.749.594.634
4525	455.842.994	460.749.929	222.486.112	0	0
8577	5.287.000.000	5.062.092.550	5.061.914.265	5.033.792.293	5.033.768.273
4324	21.700.000	21.700.000	21.699.950	0	0
8535	3.585.582.157	3.635.668.136	1.343.955.021	75.191.321	75.191.321
20SP	61.250.000	42.875.000	25.658.034	14.308.894	14.308.894



7833	7.650.000	7.650.000	1.950.000	1.950.000	1.950.000
20G8	465.000.000	465.000.000	443.244.607	301.608.273	253.515.466
12L5	1.578.072.000	1.116.072.000	836.918.382	835.499.505	835.499.505
8581	2.109.326.755	2.188.166.461	1.432.759.577	10.881.557	10.881.557
8573	120.000.000	88.997.960	78.576.738	31.200.294	31.180.344
8762	2.680.000	1.876.000	1.829.392	1.000.000	1.000.000
20AD	11.173.500.000	11.025.043.000	11.017.263.937	10.979.104.161	10.977.931.478
Total	61.634.272.098	63.777.620.614	60.005.663.533	56.359.595.310	56.210.288.790

• 02PZ - Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8739	10.000.000	7.000.000	6.999.416	3.004.123	3.004.123
Total	10.000.000	7.000.000	6.999.416	3.004.123	3.004.123

OBJETIVO: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02Q2 - Controle sanitário de viajantes, meios de transportes, infraestrutura e prestação de serviços nas áreas portuárias, aeroportuárias, fronteiras e recintos alfandegados

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6138	20.412.000	20.412.000	15.300.461	11.025.458	10.995.599
Total	20.412.000	20.412.000	15.300.461	11.025.458	10.995.599

• 02Q4 - Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas regionalizadas, com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K2	5.000.000	4.000.000	691.645	21.189	21.189
Total	5.000.000	4.000.000	691.645	21.189	21.189

• 02Q5 - Fortalecimento da promoção e da vigilância em saúde

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K0	2.650.000	2.408.000	2.400.379	2.382.463	2.381.276
20YJ	463.230.000	345.421.000	259.184.149	180.743.614	180.743.614
Total	465.880.000	347.829.000	261.584.528	183.126.077	183.124.891

• 02Q6 - Fortalecimento da Vigilância em saúde ambiental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20T6	16.900.000	13.520.000	1.825.812	630.303	630.303
Total	16.900.000	13.520.000	1.825.812	630.303	630.303



• 02Q8 - Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8327	12.450.000	11.871.641	11.452.444	9.276.848	9.238.890
20AC	168.000.000	178.437.980	178.437.979	163.546.906	163.546.906
20YE	1.288.000.000	1.256.719.000	1.256.719.000	1.068.581.537	1.065.961.739
20AL	1.700.000.000	1.689.562.020	1.689.093.378	1.515.691.368	1.515.608.936
4641	201.256.000	203.756.000	181.379.779	148.611.159	148.591.818
Total	3.369.706.000	3.340.346.641	3.317.082.580	2.905.707.818	2.902.948.289

• 02QB - Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3921	34.986.000	34.986.000	25.983.955	0	0
Total	34.986.000	34.986.000	25.983.955	0	0

• 02QC - Pesquisa, ensino e inovações tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QF	56.850.000	52.380.000	45.345.053	34.909.119	34.863.632
Total	56.850.000	52.380.000	45.345.053	34.909.119	34.863.632

• 02QD - Publicidade de Utilidade Pública para Ações de Vigilância Sanitária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	5.000.000	3.500.000	0	0	0
Total	5.000.000	3.500.000	0	0	0

• 02QE - Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário, a regulamentação e regulação sanitária, e a coordenação do SNVS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AB	185.000.000	185.000.000	185.000.000	174.898.793	174.898.793
8719	157.500.000	158.000.000	141.435.903	128.726.518	128.724.118
6174	8.000.000	7.750.000	5.502.561	5.315.657	5.315.657
Total	350.500.000	350.750.000	331.938.465	308.940.968	308.938.568

• 04E0 - Gestão de insumos para prevenção e controle de doenças.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YE	800.000.000	1.040.000.000	1.033.688.300	777.479.558	732.143.588
Total	800.000.000	1.040.000.000	1.033.688.300	777.479.558	732.143.588

OBJETIVO: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas



- 02QL - Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente e em doenças infecciosas na Fiocruz

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8305	35.881.566	38.900.685	35.460.422	34.162.809	34.140.435
Total	35.881.566	38.900.685	35.460.422	34.162.809	34.140.435

- 02QM - Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia na Fiocruz

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147J	47.880.000	33.516.000	13.657.618	3.126.054	3.126.054
Total	47.880.000	33.516.000	13.657.618	3.126.054	3.126.054

- 02QR - Implementação da Rede Cegonha mediante qualificação do modelo de atenção à gravidez, parto/nascimento, aborto e puerpério na perspectiva da promoção, humanização e práticas baseadas em evidências, na defesa dos direitos humanos e na adequação de ações para inclusão de mulheres, crianças e adolescentes mais vulneráveis

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20R4	195.556.400	160.056.400	117.375.801	44.610.949	44.610.949
Total	195.556.400	160.056.400	117.375.801	44.610.949	44.610.949

- 02QS - Implementar a política de promoção à saúde e atenção integral à saúde da mulher e da criança

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6175	38.980.000	34.600.000	8.603.082	4.931.057	4.931.057
Total	38.980.000	34.600.000	8.603.082	4.931.057	4.931.057

OBJETIVO: 0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02R1 - Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12L4	81.028.000	116.028.000	72.133.755	34.456.546	34.456.546
8933	257.824.589	248.174.589	65.259.720	18.890.247	18.890.247
Total	338.852.589	364.202.589	137.393.475	53.346.793	53.346.793

- 02R6 - Expansão e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para cobertura e atuação regional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8761	840.000.000	923.661.260	912.138.940	912.138.940	912.138.940
Total	840.000.000	923.661.260	912.138.940	912.138.940	912.138.940

**Plano
Mais Brasil**

• 02R9 - Implantação e manutenção da Força Nacional de Saúde

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QI	8.800.000	6.160.000	358.642	258.379	258.379
Total	8.800.000	6.160.000	358.642	258.379	258.379

OBJETIVO: 0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02RC - Promoção da inclusão social dos usuários de saúde mental, crack, álcool e outras drogas, por meio da cultura, redes sociais e fomento às ações intersetoriais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6233	14.700.000	10.290.000	2.559.533	1.517.359	1.517.359
Total	14.700.000	10.290.000	2.559.533	1.517.359	1.517.359

• 02RE - Reestruturação da rede de atenção psicossocial, com responsabilização clara dos diversos pontos de atenção, com priorização para o enfrentamento do Crack, álcool e outras drogas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20B0	122.386.000	91.264.486	64.803.050	43.302.350	43.302.350
20AI	23.500.000	22.100.000	21.416.661	21.375.866	21.375.866
Total	145.886.000	113.364.486	86.219.711	64.678.216	64.678.216

OBJETIVO: 0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02RN - Implementação e qualificação de um modelo de atenção integral ao processo de envelhecimento ativo, com foco na saúde da pessoa idosa, favorecendo a ampliação do grau de autonomia e independência para o auto cuidado, envolvendo familiares e comunidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YL	13.663.000	13.253.000	7.400.000	0	0
6178	10.300.000	7.300.000	7.300.000	989.667	989.667
Total	23.963.000	20.553.000	14.700.000	989.667	989.667

• 04E1 - Ampliação e valorização da utilização dos espaços públicos de lazer, como proposta de inclusão social, enfrentamento das violências e melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população, ampliando a autonomia dos indivíduos sobre a escolha de modos de vida mais saudáveis.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YI	88.910.000	73.396.300	37.423.733	17.136.118	16.850.090
Total	88.910.000	73.396.300	37.423.733	17.136.118	16.850.090

OBJETIVO: 0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas



- 02RT - Ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde à educação permanente e aprimoramento da qualificação em serviço

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YD	1.188.453.200	1.188.724.200	1.138.303.793	1.044.179.894	1.037.982.861
212H	3.000.000	3.000.000	0	0	0
Total	1.191.453.200	1.191.724.200	1.138.303.793	1.044.179.894	1.037.982.861

- 02S0 - Operação do Canal Saúde - Fiocruz

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Q4	14.700.000	14.299.950	11.076.974	10.406.483	10.406.483
Total	14.700.000	14.299.950	11.076.974	10.406.483	10.406.483

OBJETIVO: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02S3 - Fortalecimento do SUS por meio da gestão participativa, da participação social e da promoção da equidade em saúde.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YM	53.200.000	39.400.000	32.197.882	20.656.427	20.656.427
2016	11.000.000	11.000.000	9.456.854	7.316.448	7.316.448
Total	64.200.000	50.400.000	41.654.736	27.972.875	27.972.875

- 02S5 - Aprimoramento do Pacto Federativo, com desenvolvimento do processo de contratualização, cooperação interfederativa e gestão compartilhada do SUS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8287	50.000.000	35.000.000	32.245.400	24.633.134	24.633.134
Total	50.000.000	35.000.000	32.245.400	24.633.134	24.633.134

- 02S7 - Implementação de processos de informatização do SUS alinhados com a Política de Informação e Informática em Saúde – PNIIS.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YN	399.433.750	436.433.750	382.998.571	283.989.891	283.613.901
Total	399.433.750	436.433.750	382.998.571	283.989.891	283.613.901

OBJETIVO: 0725 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

**Plano
Mais Brasil**

- 02S9 - Fortalecimento do Controle Interno do SUS, com foco nas marcas de governo e no Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) para a melhoria do acesso e do combate ao desperdício.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8708	14.000.000	9.800.000	5.794.504	4.967.881	4.967.881
Total	14.000.000	9.800.000	5.794.504	4.967.881	4.967.881

- 02SA - Desenvolvimento e aprimoramento das ações de Ouvidoria Ativa para ampliar e fortalecer o Sistema Nacional de Ouvidoria.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6182	81.200.000	62.500.000	58.821.371	41.393.606	41.392.856
Total	81.200.000	62.500.000	58.821.371	41.393.606	41.392.856

- 02SC - Aprimoramento dos mecanismos de gestão do SUS com ênfase no planejamento, monitoramento e avaliação, na racionalização dos gastos, na modernização administrativa e na articulação interministerial

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8715	16.200.000	13.900.000	11.655.597	9.716.407	9.716.407
8753	8.000.000	5.600.000	4.811.135	2.526.206	2.526.206
Total	24.200.000	19.500.000	16.466.732	12.242.613	12.242.613

- 02SE - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B52	15.000.000	17.400.000	14.958.443	10.041.499	10.041.499
Total	15.000.000	17.400.000	14.958.443	10.041.499	10.041.499

- 02SG - Fortalecer a capacidade de gestão no SUS por meio do uso de ferramentas de Economia da Saúde, da produção de informações sobre investimentos em estruturação física e tecnológica e apoio à gestão de projetos de cooperação técnica nacional e internacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8648	14.000.000	13.070.000	7.320.126	2.205.298	2.199.879
Total	14.000.000	13.070.000	7.320.126	2.205.298	2.199.879

OBJETIVO: 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02SP - Estruturação da rede de assistência farmacêutica como parte integrante das redes de atenção à saúde, com o fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AH	69.399.580	69.399.580	17.110.571	14.510.571	14.510.571
Total	69.399.580	69.399.580	17.110.571	14.510.571	14.510.571



• 02SQ - Fornecimento de medicamentos hemoderivados para o SUS pela Hemobrás

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146V	55.583.145	55.583.145	49.751.846
Total	55.583.145	55.583.145	49.751.846

• 02ST - Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e "Saúde não tem Preço"

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YS	939.887.044	690.297.044	621.485.875	549.980.505	541.737.481
20YR	1.729.750.000	1.874.191.470	1.658.786.586	1.654.917.587	1.654.917.587
211V	1.700.000	1.700.000	0	0	0
Total	2.671.337.044	2.566.188.514	2.280.272.461	2.204.898.092	2.196.655.068

• 02SU - Promoção da Assistência Farmacêutica por meio de Acesso aos Medicamentos e Insumos dos Componentes Básico, Estratégico e Especializado.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4370	780.250.000	864.187.200	863.694.200	703.416.974	649.643.328
20AE	1.374.491.100	1.312.869.206	1.292.642.014	1.117.723.158	1.116.686.366
4705	4.900.000.000	4.890.845.854	4.890.818.830	4.486.973.311	4.467.911.070
4368	171.750.000	165.730.448	163.937.097	111.375.695	110.213.338
4295	615.450.000	583.432.574	451.173.717	364.975.317	364.936.811
Total	7.841.941.100	7.817.065.282	7.662.265.857	6.784.464.455	6.709.390.914

• 02SV - Promoção do acesso seguro e uso racional de medicamentos, plantas medicinais e fitoterápicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K5	11.611.750	10.011.750	4.056.311	3.901.211	3.901.211
Total	11.611.750	10.011.750	4.056.311	3.901.211	3.901.211

OBJETIVO: 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02T7 - Fortalecimento do Sistema de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, como instância do Controle Social

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K4	11.340.000	11.340.000	9.340.000	1.982.087	1.982.087
Total	11.340.000	11.340.000	9.340.000	1.982.087	1.982.087

• 02T9 - Informação e divulgação em Ciência e Tecnologia em Saúde na Fiocruz

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6179	23.000.000	21.527.683	21.130.503	20.418.655	20.395.292
Total	23.000.000	21.527.683	21.130.503	20.418.655	20.395.292



• 02TB - Manutenção do Patrimônio histórico e cultural de ciência e da Saúde na Fiocruz

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147V	2.100.000	2.100.000	1.746.898	662.174	662.174
20Q7	8.000.000	6.998.580	6.997.042	6.713.572	6.713.572
Total	10.100.000	9.098.580	8.743.941	7.375.746	7.375.746

• 02TD - Modernização e manutenção dos Laboratórios de Pesquisa biomédica e coleções biológicas da Fiocruz

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AQ	2.600.000	2.039.120	1.956.734	1.643.126	1.643.126
11PJ	11.316.000	11.316.000	10.887.786	8.563.606	8.563.606
Total	13.916.000	13.355.120	12.844.520	10.206.732	10.206.732

• 02TE - Pesquisa, Desenvolvimento e Avaliação de Tecnologias em saúde para o SUS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6146	88.598.000	91.098.000	76.274.910	43.318.625	42.615.912
8315	93.000.000	117.758.278	113.696.423	106.853.677	106.496.794
Total	181.598.000	208.856.278	189.971.333	150.172.302	149.112.706

• 02TH - Qualificação da Incorporação/Manutenção de Tecnologias no âmbito do SUS - (Lei nº 12.401/2011)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K3	16.200.000	16.200.000	10.150.000	1.778.305	1.778.305
Total	16.200.000	16.200.000	10.150.000	1.778.305	1.778.305

OBJETIVO: 0728 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02TL - Garantia de acesso à informação em Saúde Suplementar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8727	39.000.000	38.700.000	29.293.785	17.742.032	17.742.032
Total	39.000.000	38.700.000	29.293.785	17.742.032	17.742.032

• 02TM - Publicidade de utilidade pública para o aprimoramento da regulação e da fiscalização da saúde suplementar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	4.200.000	4.550.000	3.700.000	3.350.048	3.350.048
Total	4.200.000	4.550.000	3.700.000	3.350.048	3.350.048



• 02TN - Regulação e Fiscalização para a geração de saúde em modelos sustentáveis de planos de saúde

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4339	35.000.000	37.500.000	37.486.981	32.763.285	32.763.285
Total	35.000.000	37.500.000	37.486.981	32.763.285	32.763.285

OBJETIVO: 0729 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02TU - Fortalecimento da cooperação internacional brasileira, compartilhando e divulgando as experiências do Sistema Único de Saúde, e apoiando o seu desenvolvimento

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B42	25.930.000	25.380.000	22.817.738	20.669.966	20.669.966
20QG	10.000.000	10.000.000	7.782.679	7.763.150	7.763.150
Total	35.930.000	35.380.000	30.600.418	28.433.116	28.433.116

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	39.415.751	40.421.701	39.494.392
Despesas Correntes	39.246.791	40.251.799	39.473.146
Despesas de Capital	168.960	169.902	21.246
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	39.415.751	40.421.701	39.494.392

OBJETIVO: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00WM - Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica, incluindo o aperfeiçoamento dos mecanismos de orientação, assessoramento e apoio técnico à gestão

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2A60	1.657.556.783	1.522.556.783	1.522.556.783	1.187.244.009	1.181.470.509
2B30	111.881.382	113.881.382	74.293.023	10.187.903	9.670.865
20V5	120.000.000	120.000.000	118.160.863	64.324.586	47.037.206
Total	1.889.438.165	1.756.438.165	1.715.010.669	1.261.756.497	1.238.178.580

OBJETIVO: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 013T - Expansão, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da rede de Proteção Social Especial, incluindo o aperfeiçoamento dos mecanismos de orientação, assessoramento e apoio técnico à gestão

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B31	76.250.500	81.050.500	45.904.269	7.871.949	6.821.949
2A65	624.073.272	499.323.272	491.885.514	344.600.659	323.709.385
2A69	247.078.591	232.078.591	230.022.189	165.722.357	164.907.357
Total	947.402.363	812.452.363	767.811.972	518.194.965	495.438.691

OBJETIVO: 0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas



- 013X - Aperfeiçoamento do processo de concessão, manutenção, monitoramento, avaliação, controle, regulação, fiscalização, cadastramento, reavaliação periódica do BPC e das ações intersetoriais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2589	12.000.000	12.000.000	11.985.372	10.952.928	8.968.966
Total	12.000.000	12.000.000	11.985.372	10.952.928	8.968.966

- 0141 - Realização do pagamento dos benefícios (BPC e RMV)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0565	1.093.129.593	1.233.129.593	1.232.988.577	1.230.118.037	1.197.180.430
0573	15.877.876.718	17.292.441.632	17.292.430.502	17.257.090.244	16.631.155.050
2583	51.112.602	51.112.602	51.112.602	46.140.905	46.140.905
0561	557.446.831	423.246.831	423.007.314	421.449.989	410.158.230
0575	18.775.748.806	18.649.948.806	18.649.449.129	18.606.213.081	17.931.443.561
Total	36.355.314.550	37.649.879.464	37.648.988.124	37.561.012.257	36.216.078.176

OBJETIVO: 0372 - Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação nas demais esferas de governo, assim como organizar e coordenar a Vigilância Social, para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de assistência social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0146 - Qualificar a gestão do SUAS, por meio do acompanhamento, apoio técnico e financeiro às demais esferas, do apoio e fortalecimento das instâncias de pactuação e controle social, do aperfeiçoamento da regulação e da tecnologia da informação utilizada, da produção e disseminação de instrumentos para o diagnóstico das situações de vulnerabilidade, risco e violações de direitos e informações sobre os serviços ofertados, incluindo a produção de estatísticas nacionais e subnacionais, contemplando a realização anual do Censo SUAS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8893	202.584.789	182.609.721	177.799.896	138.135.536	88.861.194
Total	202.584.789	182.609.721	177.799.896	138.135.536	88.861.194

OBJETIVO: 0373 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0147 - Assegurar o funcionamento do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), realizar as Conferências Nacionais de Assistência Social, incentivar a participação da sociedade civil nos conselhos de assistência social, apoiar e acompanhar o aprimoramento e fortalecimento do controle social no âmbito do SUAS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8249	9.011.483	8.321.239	7.054.520	4.340.046	4.340.046
Total	9.011.483	8.321.239	7.054.520	4.340.046	4.340.046

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	25.294.890	26.725.937	26.521.024
Despesas Correntes	25.289.890	26.719.837	26.520.372
Despesas de Capital	5.000	6.100	652
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	25.294.890	26.725.937	26.521.024

OBJETIVO: 0375 - Aprimorar a gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Bolsa Família.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 014B - Aprimoramento e desenvolvimento de atividades terceirizadas de administração do cadastro único e de benefício do PBF, bem como daquelas atividades de apoio à fiscalização, controle e auditoria da execução do programa Bolsa Família

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IT	12.500.000	12.412.000	12.412.000	0	0
Total	12.500.000	12.412.000	12.412.000	0	0

- 014E - Fortalecimento da capacidade de gestão descentralizada do programa Bolsa Família

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8446	603.000.000	529.135.102	529.135.100	382.457.037	360.436.001
Total	603.000.000	529.135.102	529.135.100	382.457.037	360.436.001

OBJETIVO: 0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 014H - Disponibilização de informações de identificação e caracterização socioeconômica qualificadas e atualizadas, de todas as famílias brasileiras de baixa renda, para elaboração de estudos e pesquisas, e para o planejamento e implementação de políticas públicas e ações governamentais voltadas ao combate à pobreza e à desigualdade social

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6414	28.500.000	28.500.000	22.227.423	12.889.212	12.889.212
Total	28.500.000	28.500.000	22.227.423	12.889.212	12.889.212

OBJETIVO: 0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.



Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02ER - Transferência de Renda às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8442	24.650.890.000	26.155.890.000	26.155.890.000	26.125.678.118	26.125.678.118
Total	24.650.890.000	26.155.890.000	26.155.890.000	26.125.678.118	26.125.678.118

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.063.933	3.500.885	1.207.091
Despesas Correntes	1.999.944	1.720.053	650.243
Despesas de Capital	2.063.989	1.780.832	556.848
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	4.063.933	3.500.885	1.207.091

OBJETIVO: 0613 - Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02DY - Implantação de unidades de serviço de abastecimento móvel para aquisição de alimentos da agricultura familiar, do extrativismo e da pesca artesanal e de produtos de outras fontes de produção, com o objetivo de abastecer as populações em extrema pobreza, urbana e rural, em especial as ribeirinhas da Amazônia Legal, favorecendo o suprimento regular e a preços compatíveis

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TB	17.550.000	10.500.000	0	0	0
Total	17.550.000	10.500.000	0	0	0

OBJETIVO: 0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03XC - Estruturar a atenção nutricional na rede de atenção à saúde, em especial no âmbito da atenção primária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QH	34.400.000	27.520.000	7.655.044	6.760.884	6.748.183
Total	34.400.000	27.520.000	7.655.044	6.760.884	6.748.183

OBJETIVO: 0377 - Institucionalizar no Território Nacional o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seus mecanismos de gestão, a fim de possibilitar o seu financiamento e a estruturação da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através do plano nacional e dos planos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, incluindo a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito nacional e internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

**Plano
Mais Brasil**

- 014L - Apoio aos estados, Distrito Federal e municípios para (i) adesão ao SISAN; (ii) sua gestão; (iii) instituição dos Fóruns Bipartites de Pactuação (estados/Distrito Federal e municípios) para a instituição do Fórum Tripartite de Pactuação (União, estados/Distrito Federal e municípios); (iv) elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional; (v) a execução de ações intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, assim como (vi) o apoio aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional para sua adequada participação do sistema

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8624	13.484.832	13.134.832	10.134.763	4.946.929	4.946.929
Total	13.484.832	13.134.832	10.134.763	4.946.929	4.946.929

OBJETIVO: 0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 014V - Implantação e qualificação de equipamentos e serviços públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos, fomento às atividades de formação e capacitação profissional voltados à inclusão social e produtiva de pessoas inscritas no CadÚnico, com ênfase na participação das mulheres, integrando-os aos equipamentos da assistência social, educação, saúde e outros, bem como apoio aos sistemas agroalimentares locais para a promoção do DHAA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8929	90.321.790	90.471.790	85.700.944	9.458.311	7.511.598
Total	90.321.790	90.471.790	85.700.944	9.458.311	7.511.598

OBJETIVO: 0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0159 - Instituir ações de Educação Alimentar e Nutricional, prioritariamente para as famílias beneficiárias dos programas sociais, fomentando as organizações sociais e integrando as instituições que compõem o SISAN no território, além de estratégias de comunicação e sensibilização da população e de formação de profissionais sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do DHAA, de forma sinérgica com o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e com o Plano Brasil Sem Miséria

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2784	6.000.000	6.000.000	3.921.980	2.141.222	2.141.222
Total	6.000.000	6.000.000	3.921.980	2.141.222	2.141.222

OBJETIVO: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 015D - Aquisição, armazenagem e distribuição de alimentos produzidos por agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como por suas organizações, com prioridade para os agroecológicos e oriundos da sociobiodiversidade, para distribuição a pessoas ou famílias, diretamente a essas ou por intermédio do abastecimento da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e de mercados institucionais, para formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar e para composição de estoques públicos



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2798	1.267.250.000	1.013.740.000	804.714.689	441.167.547	430.055.855
2B81	59.641.323	47.713.480	31.905.252	31.886.585	31.369.737
Total	1.326.891.323	1.061.453.480	836.619.941	473.054.132	461.425.592

- 015E - Aquisição de alimentos, inclusive de agricultores familiares, para composição e distribuição de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e a famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública, de forma qualificada e em articulação com parceiros institucionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2792	82.000.000	82.000.000	67.920.096	54.282.883	40.960.616
Total	82.000.000	82.000.000	67.920.096	54.282.883	40.960.616

OBJETIVO: 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02E5 - Identificação, implantação e monitoramento de tecnologias para captação e armazenamento de água para famílias rurais, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e em escolas rurais, associadas à capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, convivência com a seca, segurança alimentar e nutricional e uso sustentável dos recursos naturais, além de execução de ações de monitoramento da qualidade da água consumida

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8948	643.000.000	643.000.000	572.846.446	215.361.190	215.361.190
12QC	1.351.222.553	1.151.222.553	998.184.122	338.835.228	294.845.360
Total	1.994.222.553	1.794.222.553	1.571.030.568	554.196.417	510.206.550

- 02E6 - Instalação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização adequados às populações difusas do semiárido

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8695	81.663.800	81.663.800	79.500.769	3.963	3.963
Total	81.663.800	81.663.800	79.500.769	3.963	3.963

OBJETIVO: 0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02E8 - Atendimento de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza, por meio da transferência de recursos financeiros para o fomento às atividades produtivas, articulado com serviços de assistência técnica e extensão rural, adequados às especificidades socioculturais dos beneficiários e apoio a outras iniciativas de segurança alimentar e nutricional e de inclusão produtiva

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GD	417.398.600	333.918.900	281.572.924	102.246.589	102.246.589
Total	417.398.600	333.918.900	281.572.924	102.246.589	102.246.589

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Droga

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	246.554	245.954	15.232
Despesas Correntes	232.318	232.861	15.124
Despesas de Capital	14.236	13.093	108
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	246.554	245.954	15.232

OBJETIVO: 0912 - Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas e capacitar, de forma continuada, atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03UG - Prevenir o uso abusivo de álcool, crack e outras drogas na sociedade brasileira, bem como capacitar diferentes atores sociais na temática de drogas.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20R9	79.167.700	79.167.700	72.066.978	5.643.581	5.348.812
Total	79.167.700	79.167.700	72.066.978	5.643.581	5.348.812

OBJETIVO: 0923 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento e acolhimento de usuário de drogas e seus familiares, bem como introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, alinhados com o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03X4 - Apoio a projetos estratégicos e serviços destinados ao atendimento de usuários e dependentes de crack, álcool e outras drogas e fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IE	167.386.000	166.786.000	120.127.954	9.588.304	9.584.304
Total	167.386.000	166.786.000	120.127.954	9.588.304	9.584.304

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.915.187	2.985.514	886.065
Despesas Correntes	1.117.430	1.325.172	767.975
Despesas de Capital	1.797.756	1.660.342	118.090
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.915.187	2.985.514	886.065

OBJETIVO: 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03DN - Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, à pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2586	170.000.000	170.000.000	155.589.687	123.269.793	75.754.373
2B00	152.818.794	190.699.496	147.160.801	142.983.689	142.983.689
148D	1.750.000	1.750.000	1.750.000	1.670.467	1.670.467
2726	118.900.000	152.249.600	146.567.120	102.308.447	97.904.220
Total	443.468.794	514.699.096	451.067.608	370.232.396	318.312.749

- 03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
201C	309.700.000	278.250.400	240.522.289	50.250.956	47.027.142
Total	309.700.000	278.250.400	240.522.289	50.250.956	47.027.142

OBJETIVO: 0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03DQ - Identificar, planejar, implementar, monitorar e avaliar atividades de educação qualificada e continuada, bem como ações e mecanismos de valorização e de promoção dos direitos humanos dos profissionais e atores de segurança pública, inclusive por meio de estudos, pesquisas e apoio técnico e financeiro visando ao aprimoramento da gestão e das estruturas de educação, valorização profissional e atenção biopsicossocial desenvolvidas pela SENASP em cooperação com as instituições de segurança pública das unidades federativas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8858	33.208.150	28.252.667	21.126.552	10.512.493	10.503.404
2320	54.837.272	58.808.662	41.053.007	19.223.581	19.187.626
Total	88.045.422	87.061.329	62.179.559	29.736.074	29.691.030



OBJETIVO: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03DV - Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento do Sinesp

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UE	42.075.000	42.075.000	41.036.438	546.835	509.257
20ID	240.706.151	250.506.151	96.694.729	27.077.697	27.077.697
8855	613.114.574	537.070.057	208.320.049	293.729	246.680
Total	895.895.725	829.651.208	346.051.216	27.918.261	27.833.634

- 03DW - Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V2	47.000.000	45.967.640	24.863.174	16.577.784	16.577.784
Total	47.000.000	45.967.640	24.863.174	16.577.784	16.577.784

- 03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8698	0	330.000	329.838	131.356	131.356
200G	32.636.488	40.112.434	16.080.928	5.290.334	4.952.087
Total	32.636.488	40.442.434	16.410.766	5.421.691	5.083.444

OBJETIVO: 0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03E4 - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WS	41.008.600	41.008.600	40.290.253	23.468.632	23.464.077
Total	41.008.600	41.008.600	40.290.253	23.468.632	23.464.077



- 03E7 - Humanizar o sistema prisional pela implementação de ações de reintegração social do preso, de alternativas penais e de controle social

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UG	12.820.000	13.320.000	11.717.270	2.132.645	2.132.645
Total	12.820.000	13.320.000	11.717.270	2.132.645	2.132.645

- 03E9 - Apoiar os sistemas prisionais estaduais pela implementação de ações de redução do déficit de vagas e de modernização do sistema criminal e penitenciário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UH	276.589.000	278.489.000	259.509.782	17.692.695	17.692.460
Total	276.589.000	278.489.000	259.509.782	17.692.695	17.692.460

OBJETIVO: 0832 - Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03EE - Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U23	428.414.000	461.714.001	370.593.584	212.278.870	210.289.416
Total	428.414.000	461.714.001	370.593.584	212.278.870	210.289.416

OBJETIVO: 0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2723	175.295.621	172.371.681	161.153.287	88.512.384	86.424.095
86A1	49.000.000	115.196.697	53.392.799	38.690.964	38.674.516
4641	1.000.000	1.000.000	232.000	0	0
Total	225.295.621	288.568.378	214.778.086	127.203.348	125.098.610



OBJETIVO: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03EI - Ampliação e fortalecimento do Programa Brasil Mais Seguro e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de repressão qualificada e prevenção à violência e à criminalidade, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UD	64.401.000	60.401.000	15.570.297	2.384.973	2.384.973
8124	38.761.950	34.790.560	15.875.246	0	0
Total	103.162.950	95.191.560	31.445.543	2.384.973	2.384.973

OBJETIVO: 0835 - Implantar e garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03EJ - Consolidação do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil pela implantação e manutenção da Unidade Central e das Unidades Regionais e pela implementação do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil e pela emissão dos documentos de registro de identidade civil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UY	11.150.000	11.150.000	4.948.907	766.377	766.377
Total	11.150.000	11.150.000	4.948.907	766.377	766.377

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	513.294	542.044	385.081
Despesas Correntes	394.799	430.821	371.514
Despesas de Capital	118.495	111.223	13.567
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	513.294	542.044	385.081

OBJETIVO: 0867 - Garantir e promover o direito à reparação, à memória e à verdade, por meio da análise de requerimentos de anistia política e da formulação, gestão e fomento de políticas públicas e projetos para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03KA - Gestão do acervo da Comissão de Anistia, estruturação do Memorial da Anistia Política do Brasil e implantação de ações para a promoção da cidadania, democracia, direitos humanos e Justiça de Transição: reparação, memória e verdade.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8946	11.508.275	11.508.275	10.094.579	2.777.873	2.777.873
Total	11.508.275	11.508.275	10.094.579	2.777.873	2.777.873

OBJETIVO: 0868 - Aperfeiçoar e fortalecer as ações de defesa do consumidor por meio da ampliação da participação social, do aprofundamento das iniciativas de formação e capacitação, do incremento na integração e sistematização de informações estratégicas, da maior atuação em fóruns e organismos nacionais e internacionais e da priorização da atuação na dimensão da saúde e da segurança do consumidor e em setores específicos, como saúde, transporte, saneamento, telefonia, energia elétrica e outros mercados regulados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03KD - Fortalecimento da Proteção e Defesa do Consumidor no Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2334	7.489.765	7.489.765	4.531.287	3.026.035	3.021.015
Total	7.489.765	7.489.765	4.531.287	3.026.035	3.021.015

- 03KF - Fortalecimento do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Interesses Difusos e de sua atividade de análise e acompanhamento de projetos, garantindo a boa aplicação e efetividade dos recursos que transfere

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6067	5.768.680	6.432.035	6.321.472	6.006.469	5.390.228
Total	5.768.680	6.432.035	6.321.472	6.006.469	5.390.228



OBJETIVO: 0870 - Aperfeiçoar e fortalecer o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) por meio da estruturação do Novo CADE, da institucionalização de parcerias com outros órgãos da administração pública e organismos internacionais, do aprimoramento dos procedimentos de repressão e prevenção às infrações à ordem econômica, da adoção de práticas educativas e formativas e da disseminação da cultura da concorrência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03KK - Aumentar a eficácia, eficiência e efetividade do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, com a priorização de setores de grande impacto econômico e social, a institucionalização de parcerias com órgãos da administração pública e organismos internacionais, com o fomento à livre concorrência nos setores regulados e com o fortalecimento da prevenção e do combate às infrações à ordem econômica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2807	26.307.510	26.307.510	24.691.936	20.176.440	20.176.440
Total	26.307.510	26.307.510	24.691.936	20.176.440	20.176.440

OBJETIVO: 0872 - Consolidar a política nacional de arquivos, modernizar os serviços arquivísticos governamentais e preservar o patrimônio arquivístico nacional de forma a harmonizar a responsabilidade do poder público com o direito constitucional dos cidadãos de acesso à informação e contribuir para a promoção do direito à memória e à verdade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03KS - Modernização, gestão e integração sistêmica dos serviços arquivísticos da Administração Pública Federal e preservação, acesso e difusão do patrimônio arquivístico nacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2810	19.205.255	22.691.255	21.074.349	14.929.738	14.923.023
Total	19.205.255	22.691.255	21.074.349	14.929.738	14.923.023

OBJETIVO: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03KW - Desenvolvimento de políticas públicas de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça e de promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos, bem como ações voltadas à conscientização e à efetivação de direitos.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8974	72.700.758	72.700.758	10.554.746	1.270.786	1.270.786
Total	72.700.758	72.700.758	10.554.746	1.270.786	1.270.786



OBJETIVO: 0880 - Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça por meio da defesa dos direitos dos migrantes, intensificação da cooperação jurídica internacional, e ênfase na articulação e integração das ações garantidoras de direitos no âmbito da cidadania, realçando a participação social e os diálogos interfederativos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03L9 - Implementação da Política Nacional de Justiça e promoção das políticas públicas de Justiça

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2017	9.153.020	17.053.020	16.349.645	8.797.890	8.797.890
Total	9.153.020	17.053.020	16.349.645	8.797.890	8.797.890

OBJETIVO: 0876 - Aprimorar a administração da Justiça com maior acessibilidade, celeridade, transparência, eficiência e efetividade, mediante a implantação e aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos dos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público de forma integrada com os sistemas de informática dos órgãos do Poder Judiciário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03KX - Implantação da Advocacia Pública Eletrônica, aumentando o número de processos judiciais eletrônicos tramitados de forma integrada com os sistemas da Advocacia Pública Federal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10TN	26.100.000	26.100.000	11.100.000	5.153.117	5.153.117
Total	26.100.000	26.100.000	11.100.000	5.153.117	5.153.117

OBJETIVO: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03L1 - Fortalecimento do atendimento da DPU, com a estruturação das Unidades existentes e criação de novas Unidades, priorizando o atendimento aos grupos de maior vulnerabilidade social

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00M1	56.543	56.543	56.543	25.323	25.323
2011	228.000	228.000	228.000	212.513	212.513
2010	156.000	196.000	191.000	190.645	190.645
20TP	150.343.244	161.643.244	161.643.244	160.271.926	160.147.428
2004	1.080.816	1.080.816	1.080.816	1.006.990	1.006.990
2725	150.706.000	153.075.450	152.827.978	126.196.517	126.189.923
2012	3.674.976	4.039.976	4.039.976	4.014.495	4.014.495
09HB	28.815.512	31.441.512	31.441.512	31.024.227	31.024.227
Total	335.061.091	351.761.541	351.509.069	322.942.637	322.811.545

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	96.651	101.688	46.129
Despesas Correntes	91.751	97.613	45.982
Despesas de Capital	4.900	4.075	148
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	96.651	101.688	46.129

OBJETIVO: 0565 - Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 025X - Preservação dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NU	750.000	750.000	0	0	0
Total	750.000	750.000	0	0	0

OBJETIVO: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00S3 - Promoção e defesa dos direitos humanos contemplando disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores e o apoio a serviços de atendimento direto ao cidadão

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZN	25.740.000	26.904.000	20.400.723	12.971.232	12.936.280
Total	25.740.000	26.904.000	20.400.723	12.971.232	12.936.280

- 00S5 - Implementação de canais de acesso ao Estado para exigibilidade de direitos e comunicação de denúncias relativas a violações de direitos humanos, especialmente contra grupos vulneráveis

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4906	28.000.000	26.668.262	21.687.196	17.808.700	17.808.700
Total	28.000.000	26.668.262	21.687.196	17.808.700	17.808.700



OBJETIVO: 0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00SF - Consolidação e Qualificação de Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da pessoa Idosa (RENADI), disseminando uma cultura de direitos humanos da pessoa Idosa na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8819	3.101.429	7.965.429	2.542.124	0	0
Total	3.101.429	7.965.429	2.542.124	0	0

OBJETIVO: 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00SP - Disseminação da cultura de direitos humanos LGBT na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8810	2.710.000	3.200.000	796.087	0	0
Total	2.710.000	3.200.000	796.087	0	0

OBJETIVO: 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0451 - Concessão de indenizações às famílias de mortos e desaparecidos políticos e de indenizações decorrentes de decisões ou negociações da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0083	300.000	300.000	0	0	0
Total	300.000	300.000	0	0	0

OBJETIVO: 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 045G - Consolidação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, com reformulação e aprovação de marcos regulatórios; expansão, manutenção e qualificação dos programas; formação e capacitação continuada dos profissionais; e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimento e de experiências de boas práticas no enfrentamento à violência letal e à impunidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210G	36.050.000	35.900.000	33.268.548	15.349.342	15.349.342
Total	36.050.000	35.900.000	33.268.548	15.349.342	15.349.342

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	170.560	165.560	22.304
Despesas Correntes	42.832	47.232	8.310
Despesas de Capital	127.728	118.328	13.994
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	170.560	165.560	22.304

OBJETIVO: 0829 - Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03DT - Manter, expandir e qualificar os serviços de proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil e suas famílias, combinado com a transferência de renda

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8662	7.000.000	7.000.000	6.359.607	5.408.380	5.408.380
Total	7.000.000	7.000.000	6.359.607	5.408.380	5.408.380

OBJETIVO: 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00TA - Apoio à construção, reforma e equipagem de unidades de atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com foco na implantação de núcleos de atenção a vítimas de violência e autores de ato infracional e dos Conselhos Tutelares.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UF	130.012.765	120.012.765	80.564.409	15.184.633	15.184.633
Total	130.012.765	120.012.765	80.564.409	15.184.633	15.184.633

- 00TJ - Expansão e qualificação dos programas de promoção, defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente no atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210M	31.304.347	36.304.347	23.645.505	1.682.330	1.662.239
Total	31.304.347	36.304.347	23.645.505	1.682.330	1.662.239

- 00TP - Implementação, em âmbito nacional, de ações preventivas e de sensibilização no que se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo, prioritariamente nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014

Plano
Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	2.243.000	2.243.000	28.404	28.404	28.404
Total	2.243.000	2.243.000	28.404	28.404	28.404

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	226.790	196.189	9.544
Despesas Correntes	215.524	189.445	9.514
Despesas de Capital	11.266	6.744	30
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	226.790	196.189	9.544

OBJETIVO: 0967 - Ampliar o acesso às oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda da população jovem

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 044E - Fortalecer as ações de qualificação profissional voltadas para a juventude

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A26	35.606.009	28.605.598	7.019.800	0	0
2A95	146.924.990	123.423.990	2.161.250	2.161.250	2.161.250
Total	182.530.999	152.029.588	9.181.050	2.161.250	2.161.250

OBJETIVO: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00UY - Ampliação e fortalecimento da participação e controle social de redes, grupos formais e informais de jovens e do Conselho Nacional de Juventude

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8700	2.210.000	2.210.000	1.518.743	885.654	885.654
Total	2.210.000	2.210.000	1.518.743	885.654	885.654

- 00VJ - Fortalecimento da Política Nacional de Juventude, por meio da articulação dos órgãos nacionais e internacionais relacionados ao tema estatais e não-estatais para a elaboração, implementação, integração e ampliação das ações que promovam a qualidade de vida, o desenvolvimento integral e a vida segura; apoio e realização de encontros, seminários, reuniões intersetoriais e capacitações

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8699	13.944.000	11.974.000	7.529.561	3.144.874	3.125.710
Total	13.944.000	11.974.000	7.529.561	3.144.874	3.125.710



OBJETIVO: 0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 043Q - Realização de campanhas de comunicação e sensibilização sobre a gravidade da mortalidade da juventude negra, com o objetivo de combater o racismo, desconstruir estereótipos e promover valores de igualdade racial

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	1.433.333	1.433.333	0	0	0
Total	1.433.333	1.433.333	0	0	0

OBJETIVO: 0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 047F - Implementação do programa Estação Juventude e fomento a ações de autonomia e emancipação de jovens, contemplando oferta, aos jovens, de políticas de inserção no mundo do trabalho, acesso à cultura, esporte, inclusão digital, convivência e mobilidade, voltadas para a promoção dos direitos e da participação social, e capacitação em políticas públicas de juventude com foco na liderança e articulação das redes e projetos locais para a juventude

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TM	25.685.666	27.555.666	9.855.662	3.021.955	1.650.262
Total	25.685.666	27.555.666	9.855.662	3.021.955	1.650.262

OBJETIVO: 0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 047D - Qualificação profissional e capacitação de jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais para o trabalho, cidadania e organização social, por meio de parcerias e articulações institucionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4786	986.000	986.000	669.370	329.798	329.798
Total	986.000	986.000	669.370	329.798	329.798

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	194.423	196.785	54.952
Despesas Correntes	120.443	111.988	43.127
Despesas de Capital	73.980	84.797	11.824
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	194.423	196.785	54.952

OBJETIVO: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03XL - Promoção da autonomia das mulheres através da implementação e apoio à formulação de políticas públicas que visem ao enfrentamento da desigual divisão sexual do trabalho por meio da capacitação e qualificação profissional, do fortalecimento das organizações produtivas e do atendimento às demandas por equipamentos sociais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8843	17.439.000	16.439.000	13.824.293	5.390.135	4.185.003
Total	17.439.000	16.439.000	13.824.293	5.390.135	4.185.003

OBJETIVO: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03YB - Fortalecimento da gestão da transversalidade das políticas para as mulheres, por meio da relação inter e intragovernamental em diálogo com a sociedade e movimentos sociais, a fim de promover a defesa e o atendimento dos direitos das mulheres nas três esferas da federação e a igualdade entre mulheres e homens

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210A	21.043.000	20.043.000	15.987.612	7.066.253	6.888.079
Total	21.043.000	20.043.000	15.987.612	7.066.253	6.888.079



OBJETIVO: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03YF - Produção de peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação visando ao debate e à adesão da sociedade em torno de questões de gênero

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	14.957.000	14.500.000	14.005.010	13.734.135	13.734.135
Total	14.957.000	14.500.000	14.005.010	13.734.135	13.734.135

OBJETIVO: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 049U - Fortalecimento e divulgação da Central de Atendimento a Mulher - Ligue 180, com a ampliação para o atendimento internacional e como fonte de dados sobre a violência contra as mulheres.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8831	11.178.986	11.178.986	11.178.986	5.004.581	4.997.003
Total	11.178.986	11.178.986	11.178.986	5.004.581	4.997.003

- 049X - Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres e de mobilizações e ações educativas permanentes que favoreçam a desconstrução de mitos e estereótipos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210B	101.704.724	106.523.724	39.594.950	16.672.022	16.672.022
14XS	28.100.002	28.100.002	18.733.334	7.084.516	7.084.516
Total	129.804.726	134.623.726	58.328.284	23.756.538	23.756.538

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	64.833	64.153	24.194
Despesas Correntes	32.733	32.053	10.887
Despesas de Capital	32.100	32.100	13.307
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	64.833	64.153	24.194

OBJETIVO: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 047A - Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210Z	30.500.000	30.400.000	29.931.557	16.694.541	16.550.156
Total	30.500.000	30.400.000	29.931.557	16.694.541	16.550.156

OBJETIVO: 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 032K - Construção de novos arranjos de planejamento e ações governamentais que garantam a transversalidade e a intersectorialidade das políticas de promoção da igualdade racial

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210H	10.383.000	9.803.000	4.216.728	3.927.579	2.573.623
Total	10.383.000	9.803.000	4.216.728	3.927.579	2.573.623

OBJETIVO: 0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 046Y - Ampliação do acesso das comunidades quilombolas às políticas públicas, com ênfase nos serviços, infraestrutura social e acessibilidade, mediante articulação de parcerias com instituições públicas e privadas e apoio a projetos de desenvolvimento sustentável, visando ao etnodesenvolvimento dessas comunidades

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6440	17.850.000	17.850.000	4.275.953	2.022.380	2.019.029
Total	17.850.000	17.850.000	4.275.953	2.022.380	2.019.029

OBJETIVO: 0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.



OBJETIVO: 0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 04DX - Apoio ao desenvolvimento sustentável dos povos indígenas, comunidades quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais visando à manutenção e à disponibilidade dos recursos naturais em seus territórios, necessários a sua reprodução cultural e segurança alimentar e nutricional, bem como incentivar o fortalecimento das organizações comunitárias, qualificando e ampliando o acesso às políticas públicas, com ênfase nos serviços, infraestrutura social e acessibilidade e a participação nos espaços de gestão pública, mediante articulação de parcerias com instituições públicas e privadas, visando ao etnodesenvolvimento desses povos e comunidades

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Empenhado	Execução	
	LOA	LOA+Créditos		Liquidado	Valor Pago
210Y	6.100.000	6.100.000	1.724.278	1.549.068	1.549.068
Total	6.100.000	6.100.000	1.724.278	1.549.068	1.549.068

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	15.272	16.272	2.402
Despesas Correntes	14.210	14.760	2.352
Despesas de Capital	1.062	1.512	50
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	15.272	16.272	2.402

OBJETIVO: 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 026V - Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência contemplando apoio aos serviços de atendimento ao cidadão, fortalecimento da participação social e produção e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência em temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210N	8.512.000	9.512.000	7.621.942	1.567.372	1.567.372
Total	8.512.000	9.512.000	7.621.942	1.567.372	1.567.372

- 0271 - Promoção do incremento da qualidade, produção e acesso à tecnologia assistiva, incluindo assistência humana ou animal e de mediadores, tornando-os disponíveis a custo acessível, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, instituições de pesquisas e entidades habilitadas para normalização e certificação, levando em conta todos os aspectos relativos à autonomia e segurança das pessoas com deficiência

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0E85	6.760.000	6.760.000	3.161.287	834.287	834.287
Total	6.760.000	6.760.000	3.161.287	834.287	834.287

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.


PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.198.286	1.386.786	1.098.168
Despesas Correntes	1.091.397	1.297.297	1.075.277
Despesas de Capital	106.889	89.489	22.891
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.198.286	1.386.786	1.098.168

OBJETIVO: 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0406 - Realizar a delimitação, a demarcação e a regularização fundiária, a fiscalização, a vigilância, o combate e a prevenção de ilícitos, o monitoramento territorial, espacial e ambiental e, a extrusão de não índios das terras indígenas, bem como localizar e proteger povos indígenas isolados e de recente contato

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UF	54.103.765	55.603.765	24.331.067	18.969.844	17.774.508
Total	54.103.765	55.603.765	24.331.067	18.969.844	17.774.508

OBJETIVO: 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0413 - Promover a gestão ambiental participativa das terras indígenas, por meio de planos, projetos e estruturação da capacidade de gestão etnoambientais, bem como atuar como interveniente nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possuam significativo potencial de impacto sobre as terras e povos indígenas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20W4	2.111.220	2.111.220	165.107	36.087	36.087
Total	2.111.220	2.111.220	165.107	36.087	36.087

OBJETIVO: 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

**Plano
Mais Brasil**

- 0428 - Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social e ambiental dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais, o etnodesenvolvimento e as perspectivas de gênero e geracional destes povos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2384	40.349.730	40.349.730	30.623.918	22.263.335	20.442.103
Total	40.349.730	40.349.730	30.623.918	22.263.335	20.442.103

OBJETIVO: 0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 042A - Apoiar projetos, eventos e estudos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas, e preservar e difundir o conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8635	8.021.223	8.021.223	5.423.415	1.881.605	1.654.796
Total	8.021.223	8.021.223	5.423.415	1.881.605	1.654.796

OBJETIVO: 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 042I - Construção do edifício sede da FUNAI

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13D6	100.000	100.000	0	0	0
Total	100.000	100.000	0	0	0

OBJETIVO: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0444 - Implementação de modelo de atenção integral centrado na linha do cuidado, com foco na família indígena, integralidade e intersetorialidade das ações, participação popular e articulação com as práticas e medicinas tradicionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YP	1.033.600.000	1.238.600.000	1.115.778.471	1.047.934.181	1.047.067.323
Total	1.033.600.000	1.238.600.000	1.115.778.471	1.047.934.181	1.047.067.323



- 0445 - Implementação de sistema de abastecimento de água, melhorias sanitárias e manejo de resíduos sólidos nas aldeias, em quantidade e qualidade adequadas, considerando critérios epidemiológicos e as especificidades culturais dos povos indígenas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7684	60.000.000	42.000.000	34.519.111	7.083.011	7.083.011
Total	60.000.000	42.000.000	34.519.111	7.083.011	7.083.011

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	30.727.144	32.885.004	21.353.130
Despesas Correntes	22.979.169	25.133.431	20.146.789
Despesas de Capital	7.747.975	7.751.573	1.206.341
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	30.727.144	32.885.004	21.353.130

OBJETIVO: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02BP - Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RP	1.769.789.602	1.781.838.602	1.714.442.723	482.319.050	481.716.082
12KV	1.000.600.000	1.000.600.000	800.600.000	187.801.110	187.801.110
12KU	3.500.000.000	3.500.000.000	2.681.159.284	94.381.343	94.381.343
20TR	673.400.000	808.080.000	808.062.040	808.062.040	808.062.040
Total	6.943.789.602	7.090.518.602	6.004.264.047	1.572.563.543	1.571.960.575

OBJETIVO: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RJ	473.768.847	534.568.847	373.906.046	282.487.160	271.494.281
0000	1.641.572.223	1.881.625.223	1.809.764.839	1.803.868.469	1.798.507.529
Total	2.115.341.070	2.416.194.070	2.183.670.885	2.086.355.629	2.070.001.810



OBJETIVO: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BY - Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0E36	10.355.358.669	10.859.458.669	10.859.458.668	8.870.109.207	8.870.109.207
20RV	142.796.125	144.916.965	47.994.239	34.875.650	34.875.650
20RI	173.120.127	186.267.027	98.665.570	74.415.198	68.905.053
Total	10.671.274.921	11.190.642.661	11.006.118.478	8.979.400.055	8.973.889.910

- **02C0 - Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referência, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A26	64.450.000	64.450.000	40.977.800	40.977.800	40.977.800
20RQ	1.981.200.000	1.981.200.000	1.856.405.692	1.125.219.439	1.124.428.922
20RS	14.000.000	14.000.000	12.649.687	4.431.575	3.274.605
8744	3.619.356.776	3.710.356.776	3.704.211.192	3.697.969.519	3.697.564.282
0E53	651.042.494	651.042.494	510.405.558	25.667.888	25.667.888
0509	401.664.698	1.302.264.698	264.169.883	207.241.787	205.935.424
2A95	135.500.000	135.500.000	134.325.308	134.325.308	134.325.308
0969	594.000.000	594.000.000	581.178.023	580.751.646	580.717.122
0515	2.556.877.232	2.559.777.232	2.550.784.215	2.122.263.451	2.119.334.401
Total	10.018.091.200	11.012.591.200	9.655.107.358	7.938.848.414	7.932.225.752

- **02BV - Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8790	313.000.000	219.100.000	219.089.471	68.294.868	68.294.868
0920	103.200.000	103.200.000	103.200.000	6.238.800	6.238.800
8526	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	417.200.000	323.300.000	322.289.471	74.533.668	74.533.668



- 02C1 - Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RF	73.902.000	74.404.800	17.826.319	3.845.463	3.845.463
Total	73.902.000	74.404.800	17.826.319	3.845.463	3.845.463

- 02BX - Fomento ao uso de tecnologias educacionais e promoção de atividades de incentivo aos estudantes e de estímulo ao domínio das diversas dimensões do conhecimento, inclusive mediante certames e concursos nacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RT	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	1.000.000	1.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02C6 - Realização de provas, exames, avaliações nacionais e internacionais, bem como produção de estatísticas, informações, indicadores, estudos e pesquisas que gerem subsídios para a elaboração e a implementação da política pública educacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RM	463.692.192	748.499.849	734.880.523	684.959.619	638.978.325
4014	19.853.000	24.853.000	14.478.910	11.855.834	11.833.434
Total	483.545.192	773.352.849	749.359.433	696.815.453	650.811.759

- 02C2 - Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RU	2.000.000	2.000.000	871.245	767.842	767.842
20RR	1.000.000	1.000.000	32.600	0	0
Total	3.000.000	3.000.000	903.845	767.842	767.842

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	6.967.186	8.132.056	5.497.260
Despesas Correntes	4.882.712	5.807.199	5.074.902
Despesas de Capital	2.084.474	2.324.857	422.358
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	6.967.186	8.132.056	5.497.260

OBJETIVO: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02A0 - Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RG	1.218.984.274	1.330.021.687	677.791.993	213.516.667	189.484.262
6358	24.010.374	23.309.976	16.821.609	14.475.303	14.134.924
20RL	2.177.855.386	2.387.049.151	1.970.420.999	1.362.103.628	1.294.556.034
Total	3.420.850.034	3.740.380.814	2.665.034.601	1.590.095.598	1.498.175.221

- 02A3 - Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6380	100.000	100.000	0	0	0
8652	207.633.000	201.133.000	74.435.772	53.410.730	53.410.730
Total	207.733.000	201.233.000	74.435.772	53.410.730	53.410.730

- 029Z - Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8252	64.750.000	60.025.000	39.821.132	13.591.114	11.085.135
Total	64.750.000	60.025.000	39.821.132	13.591.114	11.085.135

**Plano
Mais Brasil**

- 02A5 - Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2994	374.287.362	373.526.462	329.879.340	272.537.833	264.193.178
20RW	2.801.671.577	3.611.295.589	3.601.784.757	3.546.522.996	3.536.134.475
Total	3.175.958.939	3.984.822.051	3.931.664.097	3.819.060.828	3.800.327.653

- 02A2 - Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6380	97.894.109	145.595.412	43.501.787	21.101.638	17.687.729
Total	97.894.109	145.595.412	43.501.787	21.101.638	17.687.729

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	14.448.372	16.437.320	10.888.554
Despesas Correntes	10.278.724	12.059.177	9.791.834
Despesas de Capital	4.169.647	4.378.143	1.096.720
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	14.448.372	16.437.320	10.888.554

OBJETIVO: 0593 - Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02BH - Realização de exames, provas e avaliações das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, além de produção de indicadores com o propósito de constituir referencial básico para os processos relacionados aos programas e políticas da educação superior

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RN	103.859.775	122.301.868	114.172.274	80.076.428	79.467.474
Total	103.859.775	122.301.868	114.172.274	80.076.428	79.467.474

- 02BF - Coordenação, realização e disseminação de estudos e pesquisas e produção de informações a partir de levantamentos estatístico-educacionais sobre a Educação Superior

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6503	1.900.000	1.900.000	1.435.097	1.298.481	1.297.601
Total	1.900.000	1.900.000	1.435.097	1.298.481	1.297.601

OBJETIVO: 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0390 - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GK	615.407.597	607.805.922	452.352.465	343.335.358	328.096.064
0487	3.552.812.735	4.307.781.525	4.035.721.783	4.003.861.071	4.000.334.239
Total	4.168.220.332	4.915.587.447	4.488.074.248	4.347.196.429	4.328.430.302



- 0391 - Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4909	827.500	827.500	827.500	622.232	617.898
2317	163.797.982	212.936.982	197.552.060	195.623.141	195.623.141
20U5	1.000.000	1.000.000	824.641	786.653	786.653
Total	165.625.482	214.764.482	199.204.201	197.032.026	197.027.692

OBJETIVO: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11G0	39.795.206	40.221.389	35.750.991	22.991.831	22.991.831
20RK	3.923.294.906	4.550.670.812	3.672.059.167	3.121.122.287	3.054.359.817
8282	3.313.003.151	3.601.397.903	2.401.342.866	1.518.804.055	1.460.398.993
125B	43.913.828	46.603.126	23.649.567	17.333.409	16.261.811
Total	7.320.007.091	8.238.893.230	6.132.802.591	4.680.251.582	4.554.012.452

- 03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4002	808.032.704	802.207.316	713.567.760	621.855.687	615.971.693
152X	40.000.000	36.000.000	12.440.983	0	0
0048	273.035.800	279.035.800	32.202.631	0	0
6328	11.192.588	4.695.588	3.638.470	3.061.776	3.061.510
0A12	100.000.000	100.000.000	77.500.700	77.376.300	77.366.700
Total	1.232.261.092	1.221.938.704	839.350.544	702.293.763	696.399.904

- 03GF - Promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos desse nível de ensino

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6344	4.370.000	6.370.000	3.120.727	2.363.228	2.361.415
Total	4.370.000	6.370.000	3.120.727	2.363.228	2.361.415



• 0482 - Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
125C	53.841.962	43.841.962	40.713.091	22.122.097	20.240.196
Total	53.841.962	43.841.962	40.713.091	22.122.097	20.240.196

• 0484 - Implantação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11G1	41.257.991	44.690.289	31.905.016	20.342.554	20.342.554
Total	41.257.991	44.690.289	31.905.016	20.342.554	20.342.554

• 049Z - Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XO	30.525.000	30.810.430	27.513.807	12.557.730	12.531.355
Total	30.525.000	30.810.430	27.513.807	12.557.730	12.531.355

• 04A0 - Implantação da Universidade Federal da Região do Cariri (UFRC)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XP	32.025.000	32.025.000	23.395.115	5.400.396	5.223.766
Total	32.025.000	32.025.000	23.395.115	5.400.396	5.223.766

• 04A1 - Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XN	20.725.000	20.725.000	19.063.759	11.661.363	10.950.932
Total	20.725.000	20.725.000	19.063.759	11.661.363	10.950.932

• 04A2 - Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XQ	20.725.000	20.725.000	14.325.837	9.418.930	7.821.882
Total	20.725.000	20.725.000	14.325.837	9.418.930	7.821.882

• 03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14IM	35.000.000	76.267.217	26.273.457	295.730	295.730
20RX	505.081.896	537.458.531	295.365.145	151.086.471	130.868.982
4086	271.388.916	424.127.005	235.171.987	194.537.687	187.849.383
4005	401.557.178	444.894.186	442.196.100	441.068.222	440.373.149
Total	1.213.027.990	1.482.746.939	999.006.689	786.988.109	759.387.244



• 03GC - Construção de prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
148G	40.000.000	40.000.000	36.020.573	9.550.552	6.538.241
Total	40.000.000	40.000.000	36.020.573	9.550.552	6.538.241

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.302.918	2.293.804	288.915
Despesas Correntes	853.106	849.350	255.952
Despesas de Capital	1.449.811	1.444.454	32.963
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.302.918	2.293.804	288.915

OBJETIVO: 0779 - Formular e desenvolver política pública de cultura

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 033P - Formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento, avaliação, revisão e difusão da Política e do Plano Nacional de Cultura e dos planos setoriais, além do apoio aos planos estaduais e municipais de Cultura

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZG	52.476.902	48.009.683	30.239.921	15.485.052	15.395.721
Total	52.476.902	48.009.683	30.239.921	15.485.052	15.395.721

OBJETIVO: 0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 034P - Pesquisa, preservação, difusão e ampliação do patrimônio museológico brasileiro

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211F	45.000.000	45.000.000	43.209.217	35.939.169	35.938.423
20ZF	4.000.000	4.000.000	2.595.547	867.933	867.933
14U2	51.629.000	50.929.000	5.053.707	526.052	526.052
Total	100.629.000	99.929.000	50.858.471	37.333.155	37.332.409

- 04G2 - Preservação, salvaguarda, valorização, difusão, promoção, identificação e reconhecimento da memória e do patrimônio cultural, seu monitoramento e sua fiscalização

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZH	95.938.777	91.136.777	67.518.037	27.952.633	27.676.951
5538	165.000.000	165.000.000	105.370.425	30.251.378	20.678.408
Total	260.938.777	256.136.777	172.888.462	58.204.012	48.355.359

OBJETIVO: 0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

**Plano
Mais Brasil**

- 034Z - Fomento à produção, distribuição e comercialização de obras audiovisuais no país e no exterior e concessão de Prêmio Adicional de Renda

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZI	15.551.252	13.112.752	12.755.963	4.674.248	4.674.248
Total	15.551.252	13.112.752	12.755.963	4.674.248	4.674.248

- 0350 - Gestão e fortalecimento dos Programas de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro - PRODECINE, do Audiovisual Brasileiro - PRODAV, da Infraestrutura do Cinema e do Audiovisual - PRÓ-INFRA, do Cinema Perto de Você e do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
006A	643.734.444	643.734.444	414.000.000	0	0
12PG	20.000.000	20.000.000	20.000.000	0	0
8106	30.723.000	30.723.000	30.723.000	11.156.691	11.156.691
006C	302.933.856	302.933.856	0	0	0
20ZK	29.477.000	29.477.000	21.810.534	1.717.366	1.717.366
005Z	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	1.027.868.300	1.027.868.300	486.533.534	12.874.058	12.874.058

- 0353 - Implantação do Canal de Cultura, cuja transmissão será destinada a produções culturais e programas regionais independentes

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13E1	250.000	250.000	0	0	0
Total	250.000	250.000	0	0	0

- 04G3 - Regulação do setor audiovisual e da atividade cinematográfica, fiscalização do cumprimento da legislação e combate à pirataria

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
212H	8.000.000	9.600.000	9.600.000	6.000.000	4.000.000
20ZJ	1.000.000	1.000.000	934.519	695.482	535.303
Total	9.000.000	10.600.000	10.534.519	6.695.482	4.535.303

OBJETIVO: 0786 - Fomentar a criação, produção, difusão, intercâmbio, distribuição, fruição e consumo de bens, serviços e expressões culturais no Brasil e no Exterior

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 033X - Criação de linhas de crédito específicas e adequação de linhas já existentes para micro e pequenos empreendimentos criativos, em parceria com instituições financeiras, de modo a promover a desconcentração regional de distribuição de recursos financeiros

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D07	2.600.000	2.600.000	0	0	0
0B85	15.000.000	15.000.000	0	0	0
Total	17.600.000	17.600.000	0	0	0



- 035B - Fomento à produção, difusão, intercâmbio, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos, à fruição cultural e à formação de público, garantida a diversidade de linguagens, e expressões culturais; fortalecimento e qualificação de equipamentos, pontos, redes, circuitos e espaços culturais.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZF	506.403.762	502.107.981	220.478.831	98.789.881	92.619.950
Total	506.403.762	502.107.981	220.478.831	98.789.881	92.619.950

OBJETIVO: 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar, manter, gerir e articular a gestão e o uso de espaços e ambientes destinados a atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 035G - Implantação, ampliação, modernização, recuperação e articulação da gestão e do uso de espaços destinados a atividades culturais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12MG	650.000	650.000	250.000	0	0
Total	650.000	650.000	250.000	0	0

- 035H - Programação e funcionamento dos espaços e ambientes artístico-culturais da União

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14U2	224.270.333	231.310.333	65.093.469	5.981.718	5.634.968
211F	69.554.918	68.504.918	58.656.810	42.892.500	42.816.200
Total	293.825.251	299.815.251	123.750.279	48.874.218	48.451.168

OBJETIVO: 0788 - Produzir fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 035J - Desenvolver e implementar política nacional de integração entre Educação e Cultura que promova o reconhecimento das artes e dos saberes culturais como campo do conhecimento e como elemento estratégico para qualificação do processo cultural e educativo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KH	1.820.515	1.820.515	1.609.550	904.477	902.795
Total	1.820.515	1.820.515	1.609.550	904.477	902.795

- 035M - Produção, fomento e difusão de conhecimento científico e cultural

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZM	15.903.980	15.903.980	8.660.222	5.079.958	4.829.104
Total	15.903.980	15.903.980	8.660.222	5.079.958	4.829.104

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.069.923	3.128.149	735.126
Despesas Correntes	701.035	841.781	305.433
Despesas de Capital	1.368.888	2.286.368	429.693
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.069.923	3.128.149	735.126

OBJETIVO: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02HW - Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania, Legados Sociais dos Grandes Eventos)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JQ	38.004.000	34.004.000	27.304.148	13.909.464	13.751.842
20JP	179.621.268	183.521.268	159.238.278	70.899.554	70.710.913
Total	217.625.268	217.525.268	186.542.426	84.809.018	84.462.756

- 02I2 - Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5450	658.305.251	827.008.435	417.382.644	300.000	300.000
14TR	100.000.000	100.000.000	100.000.000	100.000	100.000
Total	758.305.251	927.008.435	517.382.644	400.000	400.000

OBJETIVO: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02J3 - Ampliação e qualificação do Bolsa-Atleta

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
09HW	181.344.960	181.066.546	181.066.546	123.008.255	123.008.255
Total	181.344.960	181.066.546	181.066.546	123.008.255	123.008.255

- 02J5 - Estímulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
126V	16.623.534	13.298.828	5.284.061	0	0
20JO	4.493.560	5.841.628	5.777.578	3.353.534	3.353.534
Total	21.117.094	19.140.456	11.061.639	3.353.534	3.353.534



• 02J6 - Estimulo e apoio à preparação de atletas e profissionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YA	176.898.040	173.398.040	114.630.170	14.741.351	14.520.860
Total	176.898.040	173.398.040	114.630.170	14.741.351	14.520.860

• 02J7 - Implantação da Política Nacional de Controle de Dopagem

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211Z	12.032.315	12.032.315	6.547.417	1.785.325	1.785.325
Total	12.032.315	12.032.315	6.547.417	1.785.325	1.785.325

• 02J8 - Implantação da Rede Nacional de Treinamento e das Cidades Esportivas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TP	1.600.000	1.600.000	1.362.880	0	0
Total	1.600.000	1.600.000	1.362.880	0	0

OBJETIVO: 0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02LO - Garantir a realização e o monitoramento de todas as ações definidas pela estrutura de governança da Copa do Mundo FIFA 2014, a partir da Matriz de Responsabilidades e Câmaras Temáticas, contemplando os legados do evento

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20DB	70.000.000	59.500.000	37.500.272	33.954.297	31.796.104
Total	70.000.000	59.500.000	37.500.272	33.954.297	31.796.104

OBJETIVO: 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02LQ - Planejamento e implantação de projetos de infraestrutura, bem como de outros projetos correlatos à preparação, à promoção e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no que tange a serviços, a obras e a compromissos governamentais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TQ	500.000.000	1.252.700.266	1.110.170.765	426.363.292	415.030.963
20D8	131.000.000	284.177.917	89.546.560	46.710.933	45.246.675
Total	631.000.000	1.536.878.183	1.199.717.325	473.074.225	460.277.638

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Secretaria de
Planejamento e Investimentos
Estratégicos

Ministério do
Planejamento



Edição de hoje: 756 páginas
(O.S. 12567/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

